PROVAS
DA
HISTORIA
GENEALOGICA
DA
CASA REAL
PORTUGUEZA.

PROVAS
DA
HISTORIA GENEALOGICA
DA
CASA REAL PORTUGUEZA,

Tiradas dos Inſtrumentos dos Archivos da Torre do Tombo, da Sereniſſima Caſa de Bragança, de diverſas Cathedraes, Moſteiros, e outros particulares deſte Reyno,

POR

D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA,

Clerigo Regular, Deputado da Junta da Bulla da Cruzada, e Cenſor da Academia Real.

TOMO V.

LISBOA,

Na Regia Officina SYLVIANA, e da Academia Real.

M. DCC. XLVI.

Com todas as licenças neceſſarias.

INDEX
DOS
DOCUMENTOS,

Que contém o Tomo V. da Historia Genealogica da Casa Real.

LIVRO VII.

Em que se continuaõ as Provas, que naõ couberaõ no Tomo IV.

NUm. 44. *Carta de Ayo delRey D. Affonso VI. passada ao Conde de Odemira*, pag. 1.

Dit. Num. 44. *Formulario, que se deu ao dito Ayo no anno de* 1657, pag. 2.

Num. 45. *Ordens, que se mandaraõ praticar no serviço delRey D. Affonso VI.* pag. 3.

Num. 46. *Carta de Escrivaõ da Puridade delRey D. Affonso VI. passada ao Conde de Castello-Melhor*, pag. 6.

Num. 47. *Regimento do dito Officio*, pag. 8.

Num. 48. *Tratado do casamento delRey D. Affonso VI. com a Rainha D. Maria Francisca de Saboya*, pag. 10.

Num. 49. *Renuncia, que ElRey D. Affonso VI. fez no Infante D. Pedro seu irmaõ*, pag. 16.

Num. 50. *Oraçaõ, que fez o Cardeal de Estreé, Protector de Portugal, na presença do Papa, quando mandou celebrar as Exequias delRey D. Affonso VI.* pag. 17.

Num. 51. *Decreto para o Conde de Prado exercitar o Officio de Estribeiro môr, quando voltar do Governo das Armas do Minho*, pag. 18.

Num. 52. *Doaçaõ da Villa de Béja, por ElRey D. Joaõ o II. ao Senhor D. Manoel, Duque da dita Villa*, pag. 18.

Num. 53. *Doaçaõ delRey D. Joaõ o IV. ao Infante D. Pedro seu filho, da Cidade de Béja, com o titulo de Duque, como a teve ElRey D. Manoel, &c.* pag. 20.

Dit. Num. 53. *Carta porque ElRey D. Joaõ o III. fez Duque de Béja, ao Infante D. Luiz*, pag. 21.

Num. 54. *Doaçaõ da Quinta de Quéluz, e suas pertenças, ao Infante D. Pedro, &c.* pag. 24.

Num. 55. *Carta de Assentamento de Duque de Béja, ao Infante D. Pedro*, pag. 24.

Num.

Num. 56. *Doaçaõ ao Infante D. Pedro, da Villa de Serpa, e ſeu Termo*, pag. 25.

Num. 57. *Alvará delRey D. Joaõ o IV. porque fez merce ao Infante D. Pedro, da dignidade de Commendador môr da Ordem de Chriſto*, pag. 26.

Num. 58. *Bulla do Papa Pio V. em que concede os Preſtimonios à Caſa de Villa Real*, pag. 26.

Num. 59. *Alvará delRey D. Joaõ o IV. porque faz merce ao Infante D. Pedro, para que os Preſtimonios, que der, ſeja com o Habito de Chriſto*, pag. 30.

Num. 60. *Alvará delRey D. Joaõ o IV. ao Infante D. Pedro, das Lezirias da Golegãa, de Borba, &c.* pag. 30.

Num. 61. *Alvará porque he concedido ao Infante D. Pedro, que os Ouvidores das ſuas terras provaõ as ſerventias dos Officios*, pag. 31.

Num. 62. *Doaçaõ das Saboarias do Porto, e das Villas, e Lugares, das Comarcas de Traz os Montes, e Entre Douro, e Minho*, pag. 32.

Num. 63. *Alvará delRey D. Affonſo VI. em que concede, que os Ouvidores de Béja, e Villa Real, paſſem Cartas de Seguro em ſuas terras, em caſo de morte, &c.* pag. 33.

Num. 64. *Alvará do dito Rey, em que concede, que os Ouvidores das terras do Infantado dem as ſerventias dos Officios, excepto Juizes*, pag. 34.

Num. 65. *Decreto do meſmo Rey, em que faz merce ao Infante D. Pedro, de tirar do Eſtado do Braſil mil quintaes do pao, chamado Braſil*, pag. 34.

Num. 66. *Decreto do meſmo Rey, em que lhe concede poder tirar outra tanta quantia, como a referida, do meſmo pao Braſil*, Pag. 35.

Num. 67. *Confirmaçaõ delRey D. Affonſo VI. ao Infante D. Pedro, da Caſa de Villa Real, e outras novas merces*, pag. 35.

Num. 68. *Eſcritura da compra da Villa de Moura, ſeu Termo, e Celeiros, do Paul de Magos, e Cidade de Lamego*, pag. 39.

Num. 69. *Decreto, que o Infante D. Pedro mandou aos Tribunaes, quando entrou a governar*, pag. 50.

Num. 70. *Tratado do Caſamento do Principe Regente, com a Princeza D. Maria Franciſca Iſabel de Saboya*, pag. 53.

Num. 71. *Breve da diſpenſa do Principe D. Pedro Regente, com a Princeza D. Maria Franciſca Iſabel de Saboya*, pag. 57.

Num. 72. *Breve do Papa Clemente IX. de diſpenſa do matrimonio do dito Principe, com a dita Princeza*, pag. 58.

Num. 73. *Sentença do divorcio da Rainha D. Maria Franciſca Iſabel de Saboya, com ElRey D. Affonſo VI.* pag. 61.

Dit. Num. 73. *Tratado da Paz entre Portugal, e Caſtella, do anno de 1668*, pag. 63.

Num. 74. *Tratado do caſamento delRey D. Pedro II. com a Rainha D. Maria Sofia*, pag. 73.

Num. 75. *Fórma das Cartas, que ElRey. D. Pedro mandou eſcrever quando paſſou à Beira*, pag. 80.

Num. 76. *Decreto do dito Rey, em que concede aos Eſtudantes de Coimbra algum tempo de merce*, pag. 81.

Num. 77. *Carta delRey de Mequinés, para ElRey D. Pedro II.* pag. 81.

Num. 78. *Teſtamento delRey D. Pedro II.* pag. 83.

Num. 79. *Papel de que o dito Rey faz mençaõ no ſeu Teſtamento*, pag. 83.

Num.

Num. 80. *Carta, que o Principe Regente escreveo aos Cabidos, quando succedeo o roubo do Santissimo Sacramento, na Igreja de Odivellas*, pag. 90.
Num. 81. *Papel pio, e devoto, escrito por ElRey D. Pedro, da sua propria maõ*, pag. 91.
Num. 82. *Breve do Papa Innocencio XI.* pag. 92.
Num. 83. *Ley delRey D. Pedro, sobre as Regencias, e Tutorias dos Reys, o modo, que se deve observar*, pag. 93.
Num. 84. *Ley do dito Rey, em que declara a fórma, em que devem succeder no Reyno os filhos, e descendentes do Rey, que legitimamente succeder a seu irmaõ, que falecesse sem successaõ, sem ser necessario o consentimento dos Tres Estados do Reyno, derogando-se nesta parte as Cortes de Lamego*, pag. 96.
Num. 85. *Decreto do mesmo Rey, sobre a mesma materia, e a resoluçaõ das Cortes*, pag. 98.
Num. 86. *Bulla da Erecçaõ da Igreja de Santo Salvador da Bahia em Metropolitana*, pag. 100.
Num. 87. *Bulla da Erecçaõ do Bispado do Rio de Janeiro*, pag. 102.
Num. 88. *Bulla da Erecçaõ do Bispado de Pernambuco*, pag. 107.
Num. 89. *Bulla da Erecçaõ do Bispado do Maranhaõ*, pag. 111.
Num. 90. *Bulla da Erecçaõ do Bispado de Pekim*, pag. 115.
Num. 91. *Bulla da separaçaõ da Cidade de Namkim, do Bispado de Macao*, pag. 119.
Num. 92. *Breve, que o Papa Innocencio XII. mandou a ElRey da Persia*, pag. 124.
Num. 93. *Carta delRey da Persia para o dito Papa*, pag. 124.
Num. 94. *Carta do Bispo da Persia para ElRey D. Pedro II.* pag. 125.
Num. 95. *Carta do mesmo Bispo para o Vice-Rey da India, o Conde de Villa-Verde*, pag. 127.
Num. 96. *Carta, que ElRey da Persia escreveo ao dito Vice-Rey*, pag. 128.
Num. 97. *Elegia feita pela Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, em Francez*, pag. 129.
Num. 98. *Traducçaõ da mesma Elegia feita pela Condessa da Ericeira*, pag. 130.
Num. 99. *Testamento da mesma Rainha*, pag. 133.
Num. 100. *Decreto, porque entraraõ na Ordem Militar de Christo, o Principe do Brasil, e o Infante D. Francisco*, pag. 140.
Num. 101. *Tratado do casamento delRey D. Joaõ V. com a Rainha D. Marianna de Austria*, pag. 141.
Num. 102. *Carta do Marichal de Stharemberg, para ElRey D. Carlos III. em que lhe dá conta da batalha de Villa-Viçosa*, pag. 147.
Num. 103. *Carta do Emperador Carlos VI. para ElRey D. Joaõ o V.* pag. 150.
Num. 104. *Carta delRey D. Joaõ V. para o Emperador Carlos VI.* pag. 151.
Num. 105. *Carta da publicaçaõ da Paz com França, em Lisboa*, pag. 151.
Num. 106. *Breve do Papa Clemente XI. para ElRey D. Joaõ V. em que lhe pede hum soccorro contra os Turcos*, pag. 152.

Num.

Num. 107. *Carta, que o mesmo Papa escreveo ao dito Rey, pedindolhe novamente o soccorresse contra os Turcos*, pag. 153.

Dit. Num. 107. *Outra Carta, que o mesmo Papa escreveo ao dito Rey, sobre o mesmo soccorro*, pag. 154.

Dit. Num. 107. *Breve do mesmo Papa para o dito Rey, sobre a mesma materia*, pag. 156.

Dit. Num. 107. *Breve do mesmo Papa para a Rainha D. Marianna de Austria, em que lhe pede interceda com ElRey seu esposo, sobre a mesma materia*, pag. 157.

Num. 108. *Breve do mesmo Papa para ElRey D. Joaõ V. em que lhe rende as graças pela Armada, com que o soccorrera*, pag. 158.

Num. 109. *Breve do mesmo Papa para o Conde do* Rio-*Grande, General da referida Armada*, pag. 159.

Num. 110. *Bulla da Capella Real, em Collegiada insigne*, pag. 160.

Num. 111. *Bulla Aurea da erecçaõ da Santa Igreja Patriarcal*, pag. 170.

Num. 112. *Decreto delRey D. Joaõ V. em que concedeo ao Patriarca de Lisboa todas as honras, que nos seus Reynos permitte aos Cardeaes*, pag. 187.

Num. 113. *Doaçaõ, que o mesmo Rey fez ao Patriarca*, de *duzentos e vinte marcos de ouro, para elle, e seus successores*, pag. 187.

Num. 114. *Doaçaõ, que o mesmo Rey fez ao Patriarca, e seus successores, da Lizíria da Foz de Almonda*, pag. 189.

Num. 115. *Alvará porque o dito Rey dividio a Cidade de Lisboa em Oriental, e Occidental*, pag. 190.

Dit. Num. 115. *Decreto remettido aos Tribunaes sobre a mesma materia*, pag. 193.

Num 116. *Declaraçaõ, que fez o Papa Clemente XI. em Consistorio secreto, da erecçaõ da Igreja Patriarcal de Lisboa*, pag. 193.

Num. 117. *Alvará das prerogativas concedidas ao Deaõ, e Conegos da Igreja Patriarcal de Lisboa*, pag. 196.

Num. 118. *Decreto da precedencia dos Conegos da Igreja Patriarcal a todos os Ministros nos Tribunaes*, pag. 197.

Num. 119. *Bulla Aurea do Papa Clemente XI. de confirmaçaõ, e execuçaõ da Santa Igreja Patriarcal*, pag. 197.

Num. 120. *Outra Bulla do mesmo Papa Clemente XI. de ampliaçaõ de graças para o Cabido Patriarcal*, pag. 203.

Num. 121. *Bulla do Papa Innocencio XIII. em que concedeo ao Cabido Patriarcal as quartas partes das rendas dos Bispados*, pag. 228.

Num. 122. *Bulla do Papa Clemente XII. de confirmaçaõ das referidas graças, reduzindo as quartas partes a terças, de todos os Arcebispados, e Bispados do Reyno*, pag. 244.

Dit. Num. 122. *Bulla do Papa Clemente XII. em que declara, e revalida as de seus predecessores, os Papas Clemente XI. e Innocencio XIII.* pag. 267.

Num. 123. *Bulla do Papa Eugenio IV. para ElRey D. Affonso V. em que lhe concede a faculdade de mandar praticar na sua Real Capella o Rito Romano*, pag. 273.

Num. 124. *Bulla do Papa Clemente XII. em que unio ao Real Padroado delRey D. Joaõ V. o provimento de todas as Dignidades, Conezias, e Beneficios da Igreja Cathedral de Lisboa Oriental*, pag. 274.

Num.

Num. 125. *Bulla do Papa Benedicto XIV. em que sogeitou a Igreja de Lisboa Oriental à Santa Igreja Patriarcal de Lisboa, e lhe dá o titulo de Patriarcal Basilica de Santa Maria, e concede o titulo de Principaes às Dignidades, e Conegos da Santa Igreja de Lisboa*, pag. 283.

Num. 126. *Alvará delRey D. João V. em que abolio o Alvará das duas Cidades Occidental, e Oriental, mandando se chame sómente Lisboa*, pag. 289.

Dit. Num. 126. *Decreto para a Mesa do Desembargo do Paço, sobre que tinha cessado a distinção em Lisboa, de Occidental, e Oriental*, pag. 290.

Num. 127. *Bulla do Papa Benedicto XIV. em que supprimio o antigo Cabido da Igreja de Santa Maria*, pag. 291.

Num. 128. *Bulla do mesmo Papa, em que erigio hum Seminario Patriarcal na Cidade de Lisboa*, pag. 301.

Num. 129. *Copia das Cartas delRey D. João V. para que se celebre com o mayor culto o Mysterio da Conceição de Nossa Senhora*, pag. 310.

Num. 130. *Bulla da ereição do Bispado do Grão Pará*, pag. 311.

Num. 131. *Auto da entrega do Corpo do Principe D. Pedro*, pag. 314.

Num. 132. *Oração do Nuncio do Papa Clemente XI. quando entregou as faxas para o Principe do Brasil*, pag. 315.

Num. 133. *Tratado do casamento do Principe do Brasil, com a Princeza D. Marianna Victoria*, pag. 316.

Num. 134. *Tratado do casamento do Principe das Asturias D. Fernando, com a Princeza D. Maria Barbara*, pag. 325.

Num. 135. *Dispensa, e derogação de hum artigo das Cortes de Lamego, a favor da Infante D. Isabel, como successora do Reyno, para poder casar fóra delle*, pag. 334.

Num. 136. *Poder do Duque de Saboya ao seu Embaixador, para celebrar os esponsaes com a Princeza D. Isabel*, pag. 341.

Num. 137. *Poder da Infante D. Isabel, para o Duque de Cadaval celebrar em seu nome os esponsaes*, pag. 341.

Num. 138. *Doação, que ElRey D. Pedro fez à Princeza D. Isabel, do Estado da Casa de Bragança*, pag. 342.

Num. 139. *Procuração da dita Infante ao Duque de Cadaval para se receber com o Duque de Saboya*, pag. 343.

Num. 140. *Testamento da dita Infante D. Isabel*, pag. 344.

Dit. Num. 140. *Termo da entrega do corpo da dita Infante*, pag. 352.

Num. 141. *Alvará porque ElRey D. Pedro II. faz merce ao Infante D. Francisco, da Commenda mayor da Ega, Dornes, e Castello-Branco*, pag. 354.

Num. 142. *Carta do dito Rey, porque faz merce ao dito Infante de trinta mil cruzados, vinte na Alfandega de Lisboa, e dez na do Porto*, pag. 354.

Num. 143. *Doação do dito Rey ao mesmo Infante, das Villas de Vimioso, Aguiar da Beira, da Casa de Bobadella, e as que forão da Casa de Linhares, com suas Villas, Padroados, &c.* pag. 355.

Num. 144. *Doação do dito Rey ao mesmo Infante, das Lizirias de Montalvão, Morraceira, e das Quintas das Villas da Povoa, e Castanheira, e Senhorios das ditas Villas, da de Cheleiros, com seus Padroados, e Mouchão do Esplendião*, pag. 357.

*

Num.

Num. 145. *Doação delRey D. João o V. ao dito Infante, do Palacio da Bemposta, com suas Quintas*, pag. 358.
Dit. Num. 145. *Padraõ de hum juro para pagamento dos Capellaens da Capella da Bemposta*, pag. 359.
Num. 146. *Doação delRey ao dito Infante, das Quintas da Murteira, do Alfeite, e terras das Marnotas, e outras*, pag. 366.
Num. 147. *Doação da Casa da Feira ao dito Infante*, pag. 368.
Dit. Num. 147. *Doação de huma tença ao dito Infante*, pag. 369.
Dit. Num. 147. *Outra doação ao mesmo Infante*, pag. 370.
Dit. Num. 147. *Alvará porque ElRey D. Pedro fez merce à Casa do Infantado de certa tença*, pag. 372.
Dit. Num. 147. *Carta da compra do Reguengo da Vallada para a Casa do Infantado*, pag. 376.
Num. 148. *Alvará porque ElRey supprio ao Infante a falta de idade*, pag. 379.
Num. 149. *Decreto porque se mandaraõ lançar na Torre do Tombo diversos papeis tocantes à Senhora D. Luiza, filha delRey D. Pedro II.* pag. 380.
Num. 150. *Decreto porque o dito Rey fez merce a sua filha, a Senhora D. Luiza, de certas Commendas*, pag. 382.

LIVRO VIII.

Num. 1. *Doação delRey D. Filippe II. ao Senhor D. Duarte, das Villas de Frechilha, e Villa Daniel, com o titulo de Marquez, tudo de juro*, pag. 383.
Num. 2. *Escritura dotal da Senhora D. Brites, Condessa de Oropeza, com o Senhor D. Duarte*, pag. 393.
Num. 3. *Breve do Papa Urbano VIII. para o Senhor D. Duarte*, pag. 427.
Num. 4. *Testamento do Senhor D. Duarte*, pag. 428.
Num. 5. *Contrato de casamento do Senhor D. Diniz, filho do Duque de Bragança D. Fernando II. com D. Brites de Castro, herdeira do Condado de Lemos*, pag. 433.
Num. 6. *Testamento do Senhor D. Diniz*, pag. 438.
Num. 7. *Carta delRey D. Affonso V. confirmada por ElRey D. Filippe II. da Alcaidaria, e rendas da Villa de Estremoz, e das terras da Villa de Vouga, Deixo, Oees, Paos, e Vilarinho*, pag. 450.
Num. 8. *Contrato de casamento de D. Maria de Noronha, herdeira do Conde de Odemira, com o Senhor D. Affonso, filho do Duque de Bragança*, pag. 453.
Num. 9. *Carta porque o dito Senhor D. Affonso foy feito Conde de Faro*, pag. 456.
Num. 10. *Carta de assentamento do dito Conde*, pag. 458.
Num. 11. *Bulla do Papa Paulo II. porque relaxou o juramento a ElRey D. Affonso V. para haver de dar Faro ao Senhor D. Affonso*, pag. 459.
Num. 12. *Alvará para o Conde de Faro poder apresentar o Officio de Coudel da Villa de Estremoz*, pag. 460.

Num

Num. 13. *Carta de confirmaçaõ delRey D. Affonso V. a D. Affonso Conde de Faro, da Doaçaõ feita por Joaõ Gallego*, pag. 461.
Num. 14. *Carta porque ElRey ao Conde de Faro, e Odemira, revogou quaesquer Cartas, que tivesse passado em prejuizo dos seus privilegios*, Pag. 462.
Num. 15. *Carta dos moradores do Algarve à Camera de Lisboa, para que se naõ dê o Senhorio de Faro a pessoa alguma*, pag. 463.
Num. 16. *Alvará de Foro de Fidalgo Cavalleiro, a D. Francisco de Faro*, pag. 465.

LIVRO IX.

NUm. 1. *Doaçaõ, que fez o Duque de Bragança D. Fernando I. e a Duqueza D. Joanna de Castro, ao Senhor D. Alvaro, seu filho, dos direitos Reaes de Béja, e outras rendas*, pag. 467.
Num. 2. *Carta do Officio de Chanceller môr do Reyno, ao Senhor D. Alvaro*, pag. 475.
Num. 3. *Doaçaõ do Duque de Bragança, que fez a seu irmaõ, o Senhor D. Alvaro, das Villas de Cadaval, Peral, &c.* pag. 476.
Num. 4. *Contrato de casamento do Senhor D. Alvaro, com D. Filippa de Mello, herdeira do Condado de Olivença*, pag. 480.
Num. 5. *Carta do Senhor D. Alvaro, que escreveo a ElRey D. Joaõ o II. no tempo, que esteve em Castella*, pag. 492.
Num. 6. *Alvará de licença para D. Filippa de Mello, mulher do Senhor D. Alvaro, poder ir para seu marido*, pag. 499.
Num. 7. *Certidaõ do livro da Visita dos Conegos da Congregaçaõ de S. Joaõ Euangelista, da obrigaçaõ do seu Mosteiro de Evora, do Padroado do Duque de Cadaval, tem de o nomearem na Collecta*, pag. 500.
Num. 8. *Contrato de casamento de D. Maria de Menezes, com o segundo Conde de Portalegre, D. Joaõ da Sylva*, pag. 501.
Num. 9. *Carta de assentamento do Conde de Tentugal D. Rodrigo de Mello*, pag. 507.
Num. 10. *Carta porque ElRey concedeo ao dito Conde de Tentugal para obrigar certos bens para segurança do dote da filha de D. Pedro Porto Carrero*, pag. 508.
Num. 11. *Contrato do casamento do dito Conde de Tentugal, com D. Leonor de Almeida*, pag. 509.
Num. 12. *Bulla do Papa Paulo III. porque concede ao primeiro Marquez de Ferreira, D. Rodrigo de Mello, os Prestimonios, ou Beneficios simplices, de certas Igrejas, o Padroado delles à sua Casa*, pag. 513.
Num. 13. *Bulla do Papa Gregorio XV. em que confirmou a dita Bulla dos Prestimonios concedidos à Casa de Ferreira*, pag. 519.
Num. 14. *Breve de muitas graças concedidas ao primeiro Marquez de Ferreira, e seus successores*, pag. 523.
Num. 15. *Contrato, e transacçaõ entre o Marquez de Ferreira D. Francisco de Mello, e seu sobrinho D. Alvaro de Mello*, pag. 531.
Dit. Num. 15. *Contrato de casamento do segundo Marquez de Ferreira, com a Senhora D. Eugenia, filha do Duque de Bragança*, pag. 546.

Num. 16. *Alvará da Duqueza D. Joanna, sobre o dote de sua filha, com o Marquez de Ferreira*, pag. 549.
Dit. Num. 16. *Carta de Marquez de Ferreira a D. Francisco de Mello*, pag. 549.
Num. 17. *Carta de Conde de Tentugal de juro, e herdade*, pag. 550.
Num. 18. *Carta de Conde de Tentugal para o filho primogenito do Marquez de Ferreira*, pag. 551.
Num. 19. *Carta porque ElRey fez merce ao Marquez de Ferreira, de todas as Villas, e mais cousas, que tinha da Coroa, de juro, fóra da Ley Mental*, pag. 552.
Num. 20. *Alvará do titulo de Marquez de Ferreira, ao Marquez D. Francisco de Mello, para seu filho, e neto*, pag. 553.
Num. 21. *Carta da Rainha D. Luiza para o Duque de Cadaval, em que lhe dá conta da morte delRey D. João o IV.* pag. 553.
Num. 22. *Carta para o Marquez das Minas estar à ordem do dito Duque*, pag. 554.
Num. 23. *Carta para o Conde de Galloway estar à ordem do mesmo Duque*, pag. 555.
Num. 24. *Alvará para o Duque de Cadaval fazer morgado de certos bens, &c.* pag. 555.
Num. 25. *Decreto para o Duque ir à Junta dos Tres Estados*, pag. 556.
Num. 26. *Contrato do casamento do Duque D. Jayme, com a Princeza Henriqueta Julia*, pag. 557.

LIVRO X.

NUm. 1. *Carta delRey D. Duarte, em que faz merce ao Conde de Ourem, de lhe confirmar a doação do Condestavel, dos Reguengos de Sacavem, &c.* pag. 567.
Num. 2. *Carta delRey D. Duarte, em que faz merce ao dito Conde da Agua de Alviela, de juro, e herdade*, pag. 570.
Num. 3. *Carta do dito Rey, de certas jurisdicções, &c.* pag. 571.
Num. 4. *Carta delRey D. Affonso V. em que lhe faz merce de certos Privilegios*, pag. 572.
Num. 5. *Carta delRey D. Duarte, para que se guarde ao Conde de Ourem o artigo das Cortes de Santarem*, pag. 573.
Num. 6. *Diario da jornada, que o Conde de Ourem fez ao Concilio de Basiléa*, pag. 573.
Num. 7. *Carta de legitimação de D. Francisco de Portugal, primeiro Conde de Vimioso*, pag. 630.
Num. 8. *Outra Carta de legitimação ao dito Conde*, pag. 631.
Num. 9. *Alvará para que o Corregedor não entre nas terras de D. Francisco de Portugal*, pag. 632.
Num. 10. *Carta delRey D. Manoel, porque fez Conde de Vimioso a D. Francisco de Portugal*, pag. 632.
Num. 11 *Carta da Rainha Catholica D. Isabel, de certa quantia a D. Joanna de Vilhena*, pag. 633.

Num.

Num. 12. *Carta de convençaõ entre os Condes de Vimioso, e Villa-Nova, com approvaçaõ delRey, sobre o Officio de Vêdor da Fazenda*, pag. 634.
Num. 13. *Carta da Commenda, e Alcaidaria môr de Thomar, e das Pias, a D. Affonso, Conde de Vimioso*, pag. 635.
Num. 14. *Carta de privilegio para arrecadaçaõ das suas rendas, concedido ao Conde de Vimioso*, pag. 637.
Num. 15. *Carta em que ElRey deroga os privilegios da Villa de Aguiar da Beira*, pag. 639.
Num. 16. *Carta porque ElRey mandou meter de posse ao Conde de Vimioso da dita Villa*, pag. 641.
Num. 17. *Sentença da precedencia do Conde de Vimioso, contra o Conde de Penella*, pag. 642.
Num. 18. *Alvará delRey D. Joaõ o III. da precedencia do Conde de Vimioso, ao Conde de Penella*, pag. 644.
Num. 19. *Carta de Camereiro môr do Principe D. Joaõ, ao Conde de Vimioso*, pag. 647.
Num. 20. *Alvará para o dito Conde naõ pagar direitos*, pag. 648.
Num. 21. *Doaçaõ da Villa do Vimioso ao dito Conde*, pag. 649.
Num. 22. *Carta da Alcaidaria môr de Vimioso*, pag. 650.
Num. 23. *Carta de doaçaõ da Villa de Aguiar da Beira, ao Conde de Vimioso*, pag. 652.
Num. 24. *Carta do Conselho delRey ao Conde de Vimioso D. Affonso de Portugal*, pag. 654.
Num. 25. *Carta da Rainha de França de prometimento de dote a D. Luiza de Gusmaõ, depois Condessa de Vimioso*, pag. 654.
Num. 26. *Instromento da venda da Capitanîa de Machico, por D. Antonio da Sylveira, a Francisco de Gusmaõ, Mordomo môr da Infante D. Maria*, pag. 655.
Num. 27. *Doaçaõ da Capitanîa de Machico, que teve em dote o Conde de Vimioso D. Affonso de Portugal*, pag. 659.
Num. 28. *Alvará de segurança de arrhas, da Condessa de Vimioso D. Luiza de Gusmaõ*, pag. 666.
Num. 29. *Memorial do Conde de Vimioso, à Rainha D. Catharina, sobre o que se passara, quando o mandou a Castella com a Infante D. Maria*, pag. 667.
Num. 30. *Alvará para que os Ouvidores do Conde de Vimioso D. Affonso, das Villas de Aguiar, e Vimioso, possaõ estar fóra das ditas Villas, naõ passando de seis legoas*, pag. 670.
Num. 31. *Privilegio para o dito Conde poder caçar na Coutada de Evora*, pag. 671.
Num. 32. *Alvará para darem aposentadoria em toda a parte ao dito Conde*, pag. 671.
Num. 33. *Alvará para o Conde, e Condessa de Vimioso, poderem andar em andas, quando forem por caminho*, pag. 672.
Num. 34. *Carta de recomendaçaõ da pessoa do Conde de Vimioso, a D. Francisco da Costa, Embaixador em Marrocos*, pag. 672.
Num. 35. *Apontamentos do testamento do Conde de Vimioso D. Affonso de Portugal*, pag. 673.
Num. 36. *Certidaõ de D. Luiz de Noronha, sobre o despacho do dito Conde de Vimioso*, pag. 676.

Num.

Num. 37. *Alvará de successaõ da Casa ao Conde de Vimioso D. Affonso, para seu filho*, pag. 677.
Num. 38. *Alvará de D. Luiz de Portugal, Moço Fidalgo, accrescentado a Fidalgo Escudeiro, e a Fidalgo Cavalleiro*, pag. 678.
Num. 39. *Quitaçaõ do Conde de Vimioso D. Luiz, do dote da Condessa sua mulher*, pag. 679.
Num. 40. *Carta do titulo de Conde de Vimioso a D. Luiz de Portugal*, pag. 682.
Num. 41. *Alvará do titulo de Conde a D. Affonso de Portugal*, pag. 683.
Num. 42. *Memorial do Conde de Vimioso, dos aggravos, que a sua Casa havia recebido*, pag. 684.
Num. 43. *Contrato do casamento do Conde D. Affonso de Portugal, com D. Maria de Mendoça*, pag. 686.
Num. 44. *Consulta, que se fez a ElRey D. Filippe IV. sobre as pertençōes do Conde de Vimioso*, pag. 697.
Num. 45. *Portaria de certas merces ao Conde de Vimioso*, pag. 699.
Num. 46. *Carta de Marquez de Aguiar a D. Affonso de Portugal*, pag. 700.
Num. 47. *Carta de Marquez ao Conde de Vimioso, de que consta a transacçaõ, que fez com a Coroa, sobre a Capitanîa de Pernambuco*, pag. 701.
Num. 48. *Bulla do Papa Clemente VII. em que dá poderes de Legado, e faz Nuncio a D. Martinho de Portugal, Arcebispo do Funchal*, pag. 702.
Num. 49. *Erecçaõ da Igreja do Funchal em Metropolitana, e Primacial, &c.* pag. 708.

PRO-

PROVAS DO LIVRO VII. DA HISTORIA GENEALOGICA DA CASA REAL PORTUGUEZA.

Continuaõ as Provas do dito Livro promettidas, que naõ couberaõ no Tomo IV.

Carta passada a D. Francisco de Faro, Conde de Odemira, de Ayo delRey D. Affonso VI.

Num. 44.
An. 1659.

DOm Affonso por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem, Mar em Africa Senhor de Guine e da Conquista navegaçaõ, e comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem que tendo respeito a ElRey meu Senhor e Pay que Deos tem ordenar em seu Testamento me servisse com Ayo a necessidade que delle tenho pela idade em que me acho, e ao muito que convem que na pessoa que ouver de ser se achem juntas tantas, e taõ grandes qualidades, partes e mericimentos como se requerem para fazer hum Principe perfeito e capaz de governar huma Monarchia: por todas estas e outras muitas e boas partes que concorrem na pessoa de D. Francisco de Faro Conde de Odemira meu muito amado sobrinho do meu Conselho de Estado, e Presidente do Conselho Ultramarino, dezejando por todas estas rezoens pella calificaçaõ, e antiguidade da sua Casa por seu sangue, e devido que comigo tem concervar nelle a memoria de seus passados taõ benemeritos, e taõ estimados dos Senhores Reys meus predecessores, tendo por certo que o Conde me sabera merecer (e servir) toda a lon-

honra e merce que lhe fizer muito como pedem suas obrigaçoens e com aquelle amor que merece a grande confiança que delle faço, e a boa vontade que lhe tenho, me praz e hey por bem de o escolher para me servir de Ayo em quanto eu asim o ouver por bem, e com aquelle poder e superioridade jurdiçaõ, mando, authoridade, precedencias, preeminencias, e prerogativas que por hum meu Regimento lhe mandey declarar, e que tiveraõ os que foraõ Ayos dos Senhores Reys destes Reynos, e havera de ordenado em quanto me servir nesta ocupaçaõ cento e tres mil setecentos trinta e nove reis que se lhe sentaraõ na parte de minha fazenda em que haja milhor pagamento, os quaes começara a vencer do mes de Agosto do anno de 1657 que começou a servir em diante, e por firmeza de tudo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim asinada passada por minha Chancellaria, e sellada com o sello pendente de minhas armas. Dada na Cidade de Lisboa aos 15 dias do mes de Mayo Luis Teixeira de Carvalho a fes anno do nacimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1659. Pedro Vieira da Silva a fes escrever.

A RAYNHA.

Carta do Secretario Pedro Vieira da Sylva, para o Conde de Odemira.

Dit. n. 44. An. 1657.

SEnhor Conde de Odemira. No dia de Domingo que se celebra a festa do Corpo de Deos da Capella, lhe toca a Vossa Senhoria ir esperar a Sua Magestade que Deos guarde na galaria, e sahir com elle detraz no milhor lugar por o Officio de Vossa Senhoria preceder a todos os outros da Caza Real. Ha de Vossa Senhoria de vir acompanhando athe o sitial e passando a diante tomar lugar junto a cadeira de Sua Magestade na parte que olha para o Evangelho junto a parede, e a ponta do sitial: Quando Sua Magestade se houver de sentar toca ao Reposteiro Mor chegarlhe a cadeira, ou o Vedor em seu deffeito, e tambem a Sua Alteza e sentado elle toca ao Camareiro Mor lançarlhe o manto e tornar o seu lugar costumado, quando faz esta funçaõ, que sempre sera inferior a de Vossa Senhoria, e acabado Sua Magestade de tomar o manto, o haõ de lançar a Sua Alteza que quando se erguer para o tomar ha de fazer mezura a Sua Magestade e Sua Magestade lhe ha de responder com outra, e ainda Sua Alteza ha de estar em pe, em quanto Sua Magestade tomar o manto, nam he necessario que Sua Magestade lhe faça mesura, porque tambem naõ he necessario fazerlha o Infante, o dar a vella a Sua Magestade, quando for tempo disso, e tambem a Sua Alteza toca ao Mordomo Mor. Ha de Vossa Senhoria advertir a Sua Magestade das pessoas que ha de nomear para levarem as varas do palio: huma ha sempre de ser de ElRey que he a primeira, e da outra parte em comrespondencia a maõ esquerda de Sua Magestade o Serenissimo Infante D. Pedro, e a ambos ha de entregar as varas o Mordomo

mo Mor, e as ha de tornar a tomar, quando largarem o palio: a outra vara detras de Sua Mageſtade ſe dara ao Duque de Cadaval, ſe for prezente, e naõ ſendo a mayor peſſoa, que ali eſtiver, e a outra detras de Sua Alteza ſera rezaõ dar ao Marques de Niza as mais a titulos, e alguns fidalgos razos, athe dous ao mais de muita authoridade ſe ſe acharem prezentes, e a Voſſa Senhoria lhe toca hir junto a Sua Mageſtade em milhor lugar que o Camareiro Mor, que tambem ha de hir aly, porque ainda que Sua Mageſtade leva a fralda recolhida, ſempre vai neſte lugar para lha compor, ſe cahir, e quem leva a fralda de Sua Alteza ha de tomar lugar junto a elle na comreſpondencia do Camareiro Mor, e ſe for neceſſario ajudar a levar a vara do palio a Sua Mageſtade toca fazello o Mordomo Mor, que lha deo por naõ ſer juſto darlha para a largar a outrem: Sua Mageſtade e Sua Alteza eſtam advertidos da cortezia que ham de fazer aos titulos, e das que ham de fazer a Rainha Noſſa Senhora e a Sereniſſima Infanta D. Catharina, que ſaõ as meſmas que Sua Mageſtade que Deos tem lhes fazia, e algua couza mais ſe puder ſer. Ao bejar do miſſal, e portapax ſabe Sua Mageſtade tambem o que ha de fazer, que he levantarſe da cadeira, ſem ſe mover do lugar, e acabada a ceremonia virarſe para o altar e fazer meſura para elle, e ſentarſe depois. O Infante fara de outra maneira, como ſe dira no papel da peſſoa, que o ha de ter a ſua conta, porque Sua Alteza ſe ha de levantar a bejar cada hua deſtas couzas, e a ida, e a volta ha de fazer meſura a Sua Mageſtade, e ſe ha de levantar Sua Mageſtade e fazerlhe outras meſuras, advertindo que feita a primeira, ſe ha de tornar aſſentar, ainda que o Infante va em pe bejar, e quando Sua Alteza ſe levantar, e lhe tornar a fazer meſura, ſe tornara Sua Mageſtade a levantar e fazerlhe outra, e naõ conthem mais o dito Regiſto Lisboa 22 de Outubro de 712. Antonio de Oliveira de Carvalho Official mayor da Secretaria de Eſtado.

Ordens, que ſe mandaraõ praticar no ſerviço delRey D. Affonſo VI. quando ſe lhe poz Caſa. Original ſe conſerva na Livraria do Principal de Almeida Maſcarenhas.

Num. 45.
An. 1660.

1 QUarta feira que vem, que ſe contaõ ſete do corrente ſe muda ElRey noſſo Senhor que Deos guarde para o quarto do forte, e ſe ha de ſervir com os officiaes e creados de ſua caza na meſma forma, e com os meſmos regimentos com que o fazia ElRey que Deos tem e o fizeraõ ſempre os Senhores Reys deſtes Reynos ſeus Avoz. Mas porque Sua Mageſtade pela idade em que ſe acha naõ eſcuza ſer aſſiſtido de dia e de noute de duas peſſoas em quem concorraõ, a qualidade, authoridade, e partes que convem; reſolveo que em quanto naõ tinha idade para eſcuzar taõ continua aſſiſtencia, cinco officiaes de ſua caſa, que ſaõ Mordomo mor, Camareiro mor, Eſtribeiro mor, Repoſteiro mor, Porteiro

mor tomasse cada hum delles por turno sua semana, para o vir acompanhar, e que o official que tiver semana, durma, e assista no Paço dando pela menhâ a camiza, e vestindo a Sua Magestade e desvestindoo à noute, e assistindolhe sem o perder de vista, menos nas horas de liçaõ, que Sua Magestade quer tomar mais secretamente e lhe ha de assistir à meza e a tudo o mais em quanto Sua Magestade estiver com a porta fechada, porque dando alguma audiencia, ou fazendo alguma outra funçaõ publica, para que se deva abrir a porta, iraõ todos seus officiaes a fazer seus officios, sem differença do que tem semana ao que a naõ tem.

2 Em quanto a porta estiver fichada estará o governo da caza à sua ordem, e fará nella todos os officios no que se naõ escusar da porta para dentro, como se fora proprietario de todos: mandara abrir a porta: tomara os recados, dará as repostas, mandara preparar a caza, e assinará o dia e hora às pessoas a que Sua Magestade houver de falar, reconhecerá à noute as portas e genellas de todo o quarto na forma em que o deve fazer a pessoa que assiste de noute a Sua Magestade, e as tornará a reconhecer pela menhâ, e mandará fazer a cama junto a porta da caza, em que Sua Magestade houver de dormir, para acudir todas as vezes que elle chamar. Ha de comer no Paço na caza, que se lhe ha de signalar, e lhe haõ de servir os pratos na forma, quantidade e qualidade em que se fazia aos Gentishomens que assistiaõ ao Principe nosso Senhor que Deos tem.

3 E porque será conveniente que com o official da caza assista a Sua Magestade outra pessoa mais em quem concorraõ as qualidades que ficaõ apontadas, e que tome semana assim como o ha de fazer o official da caza, assistindo sempre menos ao dormir em que o official ha de vir para o Paço as sete da manha e jantara nelle em companhia do official da caza, e se recolherá à noute depois que Sua Magestade se deitar advirtindo que sempre o governo da caza ha de ficar com o official a que toca por seu officio, e o companheiro fara só assistencia à Real pessoa de Sua Magestade todas as horas do dia té que se recolha.

4 Para o serviço interior da caza se haõ de assignar quatro moços da Camara da Guardaroupa, em que entra o das chaves, os moços da Camera do serviço que parecerem necessarios hum Thesoureiro e quatro Reposteiros, e parecendo necessario mais creados para o serviço se tomaraõ mandandolhes recado o official da caza que tiver semana.

5 Estes officiaes que haõ de ter semana, e os Fidalgos seus companheiros haõ de ter cada hum sua chave negra que servirá só para ficharem e abrirem a porta quando entrarem e sahirem e as naõ haõ de trazer em publico senaõ de secreto na algebeira.

6 Despois de Sua Magestade se vestir que será as sete horas almossará e feito isso irá à missa e logo ao despacho que procurará sahir a horas que possa dar liçaõ, despois jantará, e desde que acabar te as duas horas, ou pouco mais, se entreterá com as pessoas que lhe forem apontadas pelos dous fidalgos que lhe assistirem procurando

curando sejaõ as gratas a ElRey (naõ havendo inconveniente) e sendo na qualidade, e nos costumes as que convem desviando a Sua Magestade tudo o que lhe pode dar ruim exemplo assim de obra como de palavra e este entretenimento fará Sua Magestade sempre à vista dos Fidalgos que lhe assistirem.

7 Das duas por diante entrará Sua Magestade a dar liçaõ ou para se aprefeiçoar no ler, e escrever se ainda lhe he necessario, ou de Latim: dada a liçaõ, merendará e sobre a merenda tomara liçaõ de cavallo, ou de esgrima, ou irá fora (que sempre será conveniente o faça quando menos huma ves na semana) repartindo os dias como parecer. Ceará sedo para lhe ficar tempo de se entreter na forma que fica apontado sobre o jantar; e assim este entretenimento como o de sobre jantar ha de ser o que ja pede a idade de Sua Magestade, mais quieto, e de menos estrondo que os outros que te agora pedia a idade.

8 O estarem os homens sempre occupados he o melhor meyo para evitar inconvenientes procurarseha que Sua Magestade tenha sempre em que se occupar sem exercicio molesto.

9 As leys, e preceitos mais poderozos para os Reys que naõ conhecem superior mais que a Deos saõ os exemplos de outros Principes e o dezejo de os imitar na piedade para a Religiaõ, na Prudencia para o Governo no vallor quando o pedem as occaziões e nas mais virtudes; e por esta razaõ nas horas de comer, e em todas as mais que se offerecerem accomodadas procuraraõ aquelles Fidalgos referirlhe historias das Coronicas dos Reys principalmente dos destes Reynos, persuadindo-o, a que imite os que forem para isso como ElRey Dom Affonso Henriques, Dom Joaõ o Primeiro, Dom Manoel e que fuja dos que se perderaõ por naõ procederem como aquelles, como foraõ Dom Sancho Capello a que o Reyno privou por seus desmanchos, Dom Fernando que arriscou tanto o Reyno por seus descuidos e passatempos, Dom Sebastiaõ que se perdeo por pouco considerado, e por naõ seguir os conselhos de seus Ministros. Apontase isto por exemplo, posto que nem este he necessario, a prudencia, e noticias de quem lhe houver de assistir.

10 Haõno de informar das Fronteiras do Reyno do que he cada Provincia que Praças tem de importancia, quem no serve nellas darlhe noticia por mayor das Conquistas da forma do governo e ministros, que o servem na paz, e dos titulos e Fidalgos do Reyno para que conhecendo a cada hum os honre conforme ao merecimento que tiverem.

11 Naõ haõ de ter a Sua Magestade taõ fechado que naõ falle a todas as pessoas de consideraçaõ que lhe quizerem fallar, nem taõ publico que lhe levem as audienciás tempo em prejuizo de suas occupações.

12 As horas de fallar poderaõ ser antes ou depois de merendar: e o assinar esta hora naõ tira, que segundo for a qualidade da pessoa lhe possa fallar Sua Magestade em qualquer occaziaõ que lhe parecer accomodada.

Naõ

13 Naõ he neceſſario advertir que todos os dias pela manhã e à noute ha Sua Mageſtade de hir beijar a maõ à Rainha noſſa Senhora, ou as horas, que ella para iſſo lhe aſſinar, fazendolhe continuas lembranças, das obrigaçoẽs que lhe tem, e do grande amor, reſpeito e obediencia que lhe deve naõ ſó por Mãy mas pelas razoẽs que naõ he neceſſario, nem facil referir por menor inteirando muyto a Sua Mageſtade de que naõ ha de fazer acçaõ nenhuma de que lhe naõ de conta e de que ella naõ tenha muyto goſto,

14 Ha Sua Mageſtade tambem de hir vizitar as mais vezes que puder a Sereniſſima Infanta Donna Catharina e aſſiſtirſe muyto do Sereniſſimo Infante Dom Pedro ſeus Irmaõs tratandoos com o amor que lhe merecem.

15 Advirtiſſe que o officio de Ayo ha de durar e ha de ter exercicio delle o Conde de Odemira, na forma que ſe lhe deu por regimento em quanto Sua Mageſtade naõ diſpozer outra couza.

16 Advirtiſſe mais que eſta forma de ſerviço naõ cauſará prejuizo a nenhum dos officiaes da caza porque ha Sua Mageſtade por bem ſe lhes guardem os regimentos de ſeus officios e tudo o que lhes toca para o exercitarem inteiramente logo que Sua Mageſtade tomar o governo de ſeus Reynos e eſtes meſmos da porta para fora ou aberta ella no quarto de Sua Mageſtade haõ de exercitar na forma que toca a cada hum porque aquelle ſerviço he ſó para em quanto o quarto de Sua Mageſtade eſtiver com a porta fechada.

17 O tempo e as occazioẽs e melhor que tudo a prudencia das peſſoas que haõ de aſſiſtir a Sua Mageſtade enſinaraõ o que por hora falta neſte papel que ſe fez por mayor, e para o mais commum, e continuo do ſerviço Lisboa a 6 de Abril de 1660.

Carta de Eſcrivaõ da Puridade delRey D. Affonſo VI. paſſada ao Conde de Caſtellomelhor. Eſtá no livro 19 de ſua Chancellaria, pag. 162 verſ. donde a copiey.

Num. 46.
An. 1662.

DOm Affonſo, &c. faço ſaber aos que eſta minha Carta virem que tendo reſpeito a grande confiança que faſſo da peſſoa de Luis de Vaſconcellos e Souſa Conde de Caſtellomilhor, a ſua calidade e ſerviſſos e mericimentos, aos daquelles de que deſcende e muito em particular a memoria do Conde ſeu pay, que ſervio toda a vida, athe a perder em meu ſerviſſo, eſperando de quem o Conde he, me ſabera ſervir, e merecera toda a honra e merce que lhe fizer, e tendo outro ſi reſpeito a que os Senhores Reys meus predeceſſores tiveraõ ſempre hum Miniſtro a que chamavaõ Eſcrivaõ da Puridade, por cujas mãos e direcçaõ corriaõ os mayores negocios do Reyno, fiandoos de ſeu ſegredo, amor, e juizo, querer agora ſucitar eſte poſto em peſſoa tal, que dignamente o ocupe por me conſtar concorrem na peſſoa do Conde todas aquellas partes e outras muitas que o fazem muito merecedor de minha graça e merce.

Ey

Ey por bem de o nomear meu Escrivaõ da Puridade, e lhe dou aquelle Officio para o ter e lograr, asim e da maneira que o tiveraõ as pessoas que o ocuparaõ, e milhor se milhor puder ser com toda a jurisdiçaõ, prerogativas, graças, e liberdades, e franquesas que ao dito posto competem, e competiraõ nos tempos passados, e com o ordenado prois, percalços que direitamente lhe pertencerem, e competiraõ sempre: noteficoo asim a todos os Ministros dos Tribunaes, de justiça, guerra, e de minha fazenda e a todos os Officiaes de minha Caza, e lhes mando hajaõ ao dito Conde por meu Escrivaõ da Puridade, e lhe deixem servir o dito Officio e delle uzar, em tudo per tudo como dito he, sem duvida nem embargo algum, elle jurara na minha Chancellaria, que bem e verdadeiramente me servira, guardando a my, meu servisso, e partes seu direito e justiça, e por firmeza delle mandei dar esta Carta por my assinada, e sellada do meu Sello pendente. Dada na Cidade de Lisboa aos 21 de Julho. Luis Teixeira de Carvalho a fez anno do Senhor de 1662. Pedro Vieira da Silva a fez escrever.

REY.

Regimento do Officio de Escrivaõ da Puridade.

Num. 47.
An. 1663.

DOm Afonso por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem, mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista Navegaçaõ, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Fazemos saber a todos os tribunaes, conselhos, e ministros de nossos Reinos, que por quanto o officio dos Reys he occupado de tantos e taõ graves cuidados, e negocios que naõ he possivel poderem dar elles sós a expediçaõ e despacho, que se requere, para andar a Republica bem governada; e desta verdade temos grande testemunho, e approvaçaõ no instituto, e costume de todos os Reys, que por seu entendimento, e saber mereceraõ a immortalidade na memoria dos homens, particularmente os Senhores Reys deste Reino meus Antecessores, cuja prudencia na paz foi taõ celebrada, como a fortaleza na guerra assi, que sempre se serviraõ e ajudaraõ de ministros de tanta capacidade, e talento, que com seu conselho, e trabalho pudessem dar satisfaçaõ ao soberano officio, e Dignidade, em que Deos os pos. Entre estes he de major confiança o cargo de Escrivaõ da Puridade, e que mais proximo anda ao nosso lado, convem, que quem o exercitar tenha as qualidades, que para elle se requerem; que seja fidalgo de limpo sangue, e de sam consiencia, prudente, e de muita authoridade, o qual tempere com mansidam, e afabilidade; e como vem a ser o que mais representa nossa pessoa, deve precurar, que de sua prezença, naõ vá ninguem desconsolado, tenha noticia das historias deste Reino, e dos vezinhos, e dos mais, que cõnosco tem comercio, e amizade; sendo sobre tudo verdadeiro, e secreto. E porque a funçaõ e exercicio de seu

seu officio pertence a actos publicos, e particulares, trataremos primeiro daquelles, como de mayor importancia, em que se requere mayor attençaõ.

Primeiramente nas Cortes e Juntas geraes dos tres estados do Reino, fará seu officio assi, e da maneira que o fizeraõ sempre as pessoas que o tiveraõ em tempo dos Senhores Reys meus antecessores. Tomará os juramentos de obediencia, e fidelidade as pessoas, que nellas saõ obrigadas a jurar; e por sua via se daraõ todas as ordẽs, que para este acto forem necessarias. Nos actos, e juramentos, em que os Estados do Reino nos jurarem por Rey, ou ao Principe nosso filho por sucessor destes Reinos, assistirá fazendo seu officio.

Terá obrigaçaõ de assistir aos actos publicos de mayor solemnidade e nos recebimentos dos Reys, enterros, e exequias das pessoas Reaes, e outros semelhantes, em que nós assistirmos, tera lugar immediato a nós da parte, em que assistem os officiaes da caza, e sendo titulo o mandarei cobrir.

Toda a correspondencia, que eu tiver com outros Principes, e Estados em materia de paz, tregoas, ou guerra, contratos, cazamentos, alianças, instruçoẽs avizos publicos, ou secretos, que se derem a quaisquer Embaixadores, Comissarios, Rezidentes, Agentes, e quaisquer outros, que se despacharem dentro, ou fora do Reino, a negocios que toquem ao Estado. Todos os Regimentos, ordens, e Cartas que se ouverem de dar, e escrever aos Vizo-Reys, e governadores das provincias e Praças Ultramarinas, para o bom governo dellas na paz, ou na guerra, assi no que tocar aos meus vassallos, como aos Estrangeiros, mandar exercitos, ou Armadas assi para os mares do Reino, como de fora: e finalmente tudo o que pertencer ao Estado desta Coroa, se expedirá por sua ordem e officio.

Correraõ por sua maõ todos os provimentos de Vizo-Reys, e Governadores, assi das Provincias, e Praças do Reino, como do Ultramar, Generaes das Armadas, Almeirantes, e todos os officiaes grandes de paz, e guerra, pelos quais com superioridade se administra o governo publico, como saõ os Prezidentes de Tribunaes, Conselheiros, Secretarios, e Escrivaẽs delles, Dezembargadores, Ministros da Camara desta Cidade, e quaisquer outros de igual poder, e jurisdiçaõ, creaçoẽs de titulos, nomeaçoẽs de Bispados, e Perlazias, officiaes da caza Real, lugares do Santo Officio, Reitor, Cadeiras, e despachos semelhantes da Universidade de Coimbra, e qualquer dependencia das cousas sobreditas; e tomará os preitos, e omenagens, que se me fizerem de qualquer Governo, fortaleza, ou Capitania, assi do Reino como Ultramarinos: e terá em seu poder os Sellos Reaes, e livros das omenagens.

No recebimento dos Embaixadores, ou Enviados dos Principes, ou Respublicas, que a este Reino forem mandados, assistirá tambem como pessoa, por cuja maõ haõ de correr as prepostas, e respostas das Embaixadas.

As consultas de todos os Tribunaes, e Conselhos, viraõ a sua maõ,

maõ, e vistas por elle, mas communicará, para com isso as despachar com a precedencia que os negocios pedirem.

Todas as petiçoẽs, que se me derem em audiencia publica, ou particular, lhe seraõ entregues, para as remeter aos Tribunaes, a que tocaõ; e as que ouverem de despachar em minha prezença, as dará aos Secretarios, segundo por sua materia lhe pertencerem.

Assistira comigo a assinatura de todos os papeis, e postos os despachos nas consultas e petiçoẽs, lhas entregaraõ os Secretarios para eu assinar; e despois de assinadas as enviará aos Secretarios, para que as remetaõ logo aos Tribunaes, a que tocaõ, e dem as partes o despacho de suas petiçoẽs. E encarregolhe muito, que em tudo isto se haja com grande cuidado, sem dilaçaõ alguã, principalmente nas que forem dos Soldados, e pessoas que servem na guerra actualmente, cuja remuneraçaõ naõ queremos dilatar, antes mandar premiar seus serviços, quanto compadecer o estado das couzas, e apertos da fazenda Real.

Em todas as cartas, que se fizerem em meu nome pelas Secretarias de Estado, e Expediente, ou sejaõ para o Reino, ou para fora, porá sua vista; e assi mesmo nas Instruçoẽs, e Regimentos que se derem aos Embaixadores, e Enviados.

Os votos que derem por escrito os Conselheiros de Estado, para os postos, e lugares do Reino, e suas Conquistas, ou para qualquer outra merce, que eu haja de fazer, se haõ de remeter a sua maõ, para os trazer a despacho a minha prezença; e do que eu rezolver fará avizo por sua via aos Secretarios para o fazerem a saber às pessoas, que forem providas nos taes postos, lugares e merces.

As ordens, que remeter em meu nome debaixo do seu sinal, se dará inteiro comprimento, nas Secretarias e Tribunaes, a que forem remetidas, por ser o Escrivaõ da Puridade huma vos nossa, e se haver de guardar por isso como ordem minha.

E pela grande confiança, que fazemos de sua pessoa, e necessidade que pode haver em alguns cazos de me dar conta delles, para se lhe acudir promptamente, mando, e ordeno, que sem embargo de qualquer Regimento em contrario, tenha entrada para chegar a nossa prezença em qualquer casa, e lugar em que estivermos, posto que seja em nossa Camara.

Tera com este officio o ordenado e propinas, que levaõ os meus Vedores da fazenda, o que se entenderá tambem nos mais Tribunaes, e Conselhos, em quanto as propinas, em razaõ do trabalho, que tem no despacho, e expediçaõ de seus negocios, e papeis; e as propinas seraõ na forma, que levaõ os Prezidentes, tendo outro si respeito a se haver praticado isto mesmo com os Escrivaẽs da Puridade passados. E este Regimento passará pela Chancellaria, e se lançará na Torre do Tombo. E mando a todos meus Tribunaes, Conselhos, e Ministros, que o guardem em tudo; como nelle se contem, e como ley passada por mym de *plenitudine potestatis*, e poder Real, sem embargo de qualquer ordenaçaõ, ley o privilegio

de qualquer outro officio, ou regimento, que neste se derrogue em todo ou em parte. Dado nesta Cidade de Lisboa aos doze dias do mez de Março Luis Teixeira de Carvalho o fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e seiscentos sessenta e tres. Antonio de Souza de Macedo o fis escrever.

ELREY.

Tratado do Casamento delRey D. Affonso VI. com a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, tirado do Original, que está na Secretaria de Estado.

Num. 48.
An. 1666.

CONtract des articles, et conditions de la dot, et du mariage, qui doit estre celebré, entre le Serenissime, trés haut, trés puissant Dom Alphonse Sixiésme, par la grace de Dieu Roy de Portugal, des Algarves, de l' une et de l' autre mer en Afrique, Seigneur de Guinée et de la conquête, navigation, et commerce d' Ethiopie, Arabie, Perse, et Indes: Et la Serenissime, et trés Excellente Princesse Madame Marie Françoise Elisabeth de Savoye Duchesse de Nemours, et d' Aumalle, traitté, et conclu, par l' Excellent Seigneur Monsieur François de Mello de Torres, Marquis de Sande, Comte da Ponte, Conseiller d' Etat, et de Guerre du dit Seigneur Roy, comme procureur, et Ambassadeur extraordinaire du Serenissime trés haut, et trés puissant Seigneur le Roy de Portugal; Et les Excellens Seigneurs Monsieur le Duc d' Estrées, Pair, et premier Mareschal de France, Et Cesar d' Estrées Evêque, et Duc de Laon, Pair de France, comme procureurs de la Serenissime, et trés Excellente Princesse Madame Marie Françoise Elisabeth de Savoye, Et pareillement chargé de procuration à cet effet de haut, et puissant Prince Monsieur le Duc de Vendosme, Et haute, et puissante Princesse Madame la Duchesse de Vendosme, Oncle, grande Mere, et tuteurs de la Serenissime Princesse Madame Marie Françoise Elisabeth de Savoye.

I.

Les dits Excellens Seigneurs François de Mello de Torres, Marquis de Sande, Comte da Ponte, du Conseil d' Etat, et de Guerre de Sa Majesté, Et le Duc de Estrées, Pair, et premier Mareschal de France, et Evêque, et Duc de Laon, Pair de France, toutes choses bien considerées, et examinées, sont reciproquement convenus, et ont conclu, arrêté, et déterminé, d' achever le mariage du trés haut, et trés puissant Seigneur Dom Alphonse Sixiésme Roy de Portugal, avec la trés Excellente, et Serenissime Princesse Madame Marie Françoise Elisabeth de Savoye, Duchesse de Nemours, et d' Aumalle, avec toute la diligence qu' une affaire si importante, et que le bien de toute la Chrestienté le desire; Pour cet effet a été résolu, et accordé, que l' Excellent Seigneur François

de

de Mello de Torres, Marquis de Sande, Comte da Ponte, en vertu du pouvoir, et de la procuration speciale, qu' il a pour cet effet du dit Serenissime Roy de Portugal, recevra en son nom à la Cour du Roy de la Grande Bretagne pour Epouse du dit Serenissime Roy de Portugal, la Serenissime Princesse Madame Marie Françoise Elisabeth de Savoye, et passera cet acte de mariage avec la personne à qui la Serenissime Princesse aura donné un semblable pouvoir, et procuration speciale, pour recevoir, et prendre pour son Epoux le dit Serenissime Roy, selon la forme, et les solemnités de l' Eglise Catholique, Apostolique, et Romaine, prescrits par les Sacrés Canons, et par le Concile de Trente, et selon les actes accoûtumés dans les mariages de Roys, dont le dit Seigneur Evêque, et Duc de Laon, ou la personne qui celebrera le mariage, donnera les certificats, ou instruments autentiques au dit Excellent Seigneur Marquis de Sande, et à la ditte Serenissime Princesse, qui y mettront leurs noms, comme aussy les témoins necessaires.

II.

Aussitôt que cet acte sera celebré, et le certificat donné à l' une, ou à l' autre des parties, le dit Seigneur Marquis de Sande, reconnoitra la ditte Serenissime Princesse Madame Marie Françoise Elisabeth de Savoye, pour Reine de Portugal.

III.

Il a été arrêté, et accordé entre les Excellens Seigneurs Marquis de Sande, Duc d' Estrées, et Evêque Duc de Laon, que la dot de la ditte Serenissime Princesse Madame Marie Françoise Elisabeth de Savoye, sera de sixcens mille Escus, monnoïe de france, bonne et aiant cours, qui font un million huictcens mille livres tournois; à sçavoir quatrecens mille Ecus, qui seron portés en espêces à Lisbonne, et les autres en effets, et de la maniére qu' ils seront declarés dans l' article suivant.

IV.

Il a été convenu, et accordé entre le dit Seigneur Marquis de Sande, Duc d' Estrées, Evêque et Duc de Laon, que pour faire connoître à toute l' Europe la grande consideration, et la difference que font les maisons de Nemours, et de Vendôme du mariage du Serenissime Roy de Portugal à tout autre, la dot de la Serenissime Princesse seroit plus grande, que celles qui ont été données jusques a present aux Princesses de cette maison en les mariant; Et pour cet effet ils sont convenus, que la ditte dot sera de sixcens mille Ecus, à sçavoir cent mille Ecus monnoïe de france, que l' Excellent Seigneur Marquis de Sande porta l' année passée à Lisbonne, et de laquelle somme l' Excellent Seigneur Comte de Castelmeillor a donné déja son reçû à Monsieur Gravier, et déclaré par icelui, qu' il la recevoit pour compte, et faisant partie de la ditte dot; Et pour les autres cinqcens mille Ecus restans pour parfaire la somme de sixcens mille Ecus, les dits Excellens Seigneurs Duc d' Estrées, et Evêque et Duc de Laon, s' obligent comme procureurs de tenir prêt et fournir quatrecens mille Ecus, monnoïe de france, qui fant un million

deuxcens mille livres tournois, argent bon, et aiant cours au port ou la ditte Sereniſſime Princeſſe s' embarquera pour aller en Portugal, a fin que l' argent puiſſe être emporté avec elle; Et le dit Excellent Seigneur Marquis de Sande au nom du Sereniſſime Roy de Portugal ſon maître, ſera obligé de garentir la Sereniſſime Princeſſe, de tous les riſques que ſa dot pourroit courrir ſur la mer, depuis le jour qu' il verra embarquer la ſomme de la ditte dot dans les Vaiſſeaux ou la ditte Sereniſſime Princeſſe s' embarquera pour paſſer en Portugal, juſques au jour de ſon arrivée à Lisbonne, ou à quelque havre de Portugal, ou débarquera la ditte Sereniſſime Princeſſe; Et en ce lieu les dits Seigneurs Duc d' Eſtrées, et Evêque et Duc de Laon, s' obligent de faire remettre la ditte ſomme de quatrecens mille Ecus monnoïe de france, en même nature et eſpêces que dit eſt, entre les mains des Miniſtres du Sereniſſime Roy de Portugal, qui ſeront députés pour cela par Sa Majeſté, lesquels en donneront toute quittance, et décharge neceſſaire à ceux qui ſeron commis pour cet effét par la ditte Sereniſſime Princeſſe, et par les dits Excellens Seigneurs Duc d' Eſtrées, et Evêque et Duc de Laon; Et pour les autres cent mille Ecus, reſtans pour l' accompliſſement et parfait païement de la ditte dot, les dits Seigneurs Duc d' Eſtrées, et Evêque et Duc de Laon, s' obligent de les faire païer à Lisbonne dans le tems de quatre années, ou plûtôt ſi la diſcuſſion des biens peut être faite, aux Miniſtres du dit Sereniſſime Roy ſelon la forme ſusditte, ſur laquelle ſomme d' un million deuxcens mille livres tournois ſera priſe la ſomme de quatre vingt dix mille livres, et miſes ès mains de la Sereniſſime Princeſſe pour fournir à la dépenſe de ſon voïage, et autres qu' il lui conviendra faire en partant, ſans aucune diminution des douze cens mille livres à l' égard de la reſtitution de la dot.

V.

Sa Majeſté le Sereniſſime Roy de Portugal déſirant paſſionément de faire voir à tout le monde, l' eſtime qu' il fait des trés hautes qualités, et vertus de la Sereniſſime, et trés Excellente Princeſſe Madame Marie Françoiſe Eliſabeth de Savoye, veut qu' avenant le décés de la Sereniſſime Reine de Portugal ſa Dame et mere, la ditte Sereniſſime Princeſſe Dame Marie Françoiſe Eliſabeth de Savoye, ait aprés Elle la Cité de Faro, Alenquer, Cintra, et autres Villes, gouvernemens, Chateaux, juriſdictions, nominations, et diſpoſitions d' Abbayes, et autres benefices, et generalement toutes les terres, dont la ditte Sereniſſime Reine mere joüit apreſent, pour être poſſedés par la ditte Sereniſſime Princeſſe Dame Marie Françoiſe Eliſabeth de Savoye durant ſa vie, ainsi que la Sereniſſime Reine mere, et toutes les autres Reines de Portugal en ont toûjours joüi, lesquels Etats valent quatrevingt à cent mille cruſados par an, et quelques ſois plus.

VI.

Le Sereniſſime Roy de Portugal établira la maiſon de la Sereniſſime Reine ſa femme un moîs aprés qu' elle ſera arrivée a Lisbonne avec la même grandeur, et magnificence que celles des autres Reines qui l' ont precedées, et qu' il eſt convenable à ſon rang, et à ſa dignité.

Auſſitôt

VII.

Auſſitôt que la ditte Sereniſſime Princeſſe Dame Marie Françoiſe Eliſabeth de Savoye ſera arrivée à Lisbonne, Elle joüira de tous les droits, privileges, et facultés dont les Reines de Portugal ont joüi juſques a preſent dans les doüannes, maiſons des coûtumes, maiſons des conquêtes, et par tout ailleurs où il appartiendra.

VIII.

Jusques a ce que la Sereniſſime Princeſſe Dame Marie Françoiſe Eliſabeth de Savoye ſoit en poſſeſſion des Etats mentionnés au cinquiéme article, le Sereniſſime Roy de Portugal lui aſſignera un revenu de trente mille cruſades par an pour ſes dépenſes.

IX.

Et en cas que la ditte Sereniſſime Princeſſe Dame Marie Françoiſe Eliſabeth de Savoye ſurvive le Sereniſſime Roy de Portugal, ſoit qu' elle ait des Enfans, ou qu' elle n' en ait pas, Elle aura pendant ſa vie les dits Etats des Reines de Portugal pour les poſſeder, et en joüir, ainſi que les autres Reines en ont joüi, et comme la Sereniſſime Reine mere les poſſede a preſent.

X.

En cas que la ditte Sereniſſime Princeſſe Dame Marie Françoiſe Eliſabeth de Savoye ſurvivant au Sereniſſime Roy ſon époux, la Sereniſſime Reine mere poſſede encore les Etats mentionnés au cinquiéme article, et que par ce moïen la ditte Sereniſſime Princeſſe ne les puiſſe encore poſſeder, le Sereniſſime Roy de Portugal promet, et s' oblige ſelon ſa magnificence, et generoſité accoûtumée, outre les trente mille cruſades ci devant mentionnés de lui aſſigner d' autres établiſſemens, et revenus juſques à ce qu' elle jouiſſe des dits Etats, et en la place d' iceux qui ſoient convenables, et proportionnés à ſon rang, et à ſa dignité Roïale, et pareils aux traitemens faits aux autres Reines qui l' ont precedée, et à ceux dont joüit preſentement la ditte Sereniſſime Reine mere; En ſorte nean moins que les trente mille cruſades mentionnés au preſent article feront partie, et entreront en compte des dits établiſſemens, Etats, et revenus qui doivent être aſſignés à la ditte Sereniſſime Princeſſe en vertu, et ſuivant le preſent article.

XI.

En cas que la ditte Sereniſſime Princeſſe Dame Marie Françoiſe Eliſabeth de Savoye ſurvive le Sereniſſime Roy de Portugal, et qu' elle n' ait point d' Enfans, et veüille ſortir du Roïaume de Portugal, ont lui rendra ſa dot entiére; et outre et par deſſus ſa dot, on lui donnera la ſomme de cinq cens mille livres tournois, faiſant le tiers d' icelle dot, qu' elle pourra emporter librement et ſûrement en quelque lieu quelle ſe retire; comme auſſi ſes bagues, joyaux, argenterie, et meubles, tant ceux qu' elle auroit porté avec elle, que ceux qu' elle auroit pû avoir, ou acquerir depuis; à la reſerve toutes fois de ceux, ou de celles qui ſe trouveront être de la Couronne de Portugal; Et pareillement Elle pourra diſpoſer, et teſter ſelon ſa volonté et intention de tout ce qui lui ſera advenu, et

échû

échû par succession, donation, ou autrement en quelque maniére que ce puisse être, et jusques à l' actnel payement, et rembourse-ment des dittes sommes; Elle joüira pleinement et librement, soit en Portugal, ou en quelqu' autre lieu qu' elle se retire, des droits, privileges, prerogatives, Etats, et revenus affectés aux Reines de Portugal, et mentionnés dans les articles precedens, lesquels seront payables, et remboursables en trois payemens égaux, et en trois années consécutives; et à proportion que les dits payemens seront faits, elle se demettra des dits droits, privileges, prérogatives, Etats, et revenus, absolument et entiérement aprés l' actus, et parfait remboursement des dittes sommes.

XII.

Comme aussi aïant la ditte Serenissime Princesse des Enfans de son mariage, et survivant au Serenissime Roy de Portugal en cas qu' elle voulut sortir du Roïaume, on lui rendra seulement le tiers de sa dot, et le tiers des cinq cens mille livres tournois donnés par dessus la ditte dot, dont elle pourra disposer, ainsi que des bagues, joyaux, argenterie, et meubles qu' elle auroit pû avoir depuis, autres toutes fois que ceux qui se trouveront être de la Couronne; Pareillement Elle pourra disposer, et tester de tout ce qui lui aura pû échoir par succession, donation, ou autrement en quelque maniére que se puisse être, et l' emporter avec elle en quelque lieu qu' elle se retire; les deux autres tiers de la dot, et du tiers d' icelle montant à la somme de cinq cens mille livres tournois accordés par forme d' augment de dot, demeureront affectés à ses Enfans, dont elle aura seulement la jouissance et persception des revenus sa vie durant, qui lui seront portés sûrement, et librement, en quelque part qu' elle puisse être.

XIII.

Arrivant le prédécés de la ditte Serenissime Princesse Dame Marie Françoise Elisabeth de Savoye, un tiers de sa dot montant à la somme de cinq cens mille livres tournois, demeurera par forme de gain nuptial au Serenissime Roy de Portugal; et les deux autres tiers, avec ses bagues, et joyaux, et meubles, tant ceux qu' elle aura portés, que ceux par elle depuis acquis, autres toutesfois que ceux de la Couronne de Portugal, comme aussi tout ce qui lui aura pû échoir pendant son mariage par succession, donation, ou autrement de quelque maniére que ce puisse être, appartiendront en propre à ses Enfans, ou au deffaut d' iceux passeront à ses heritiers de son côté, et ligne, sans toutes fois qu' en consequence de ces articles le pouvoir et faculté de tester, et de disposer librement selon son intention et volonté de tous les biens qu' elle aura, lui soient ôtés.

XIV.

Le dit Serenissime Seigneur Roy de Portugal donnera en faveur de mariage à la ditte Serenissime Princesse Dame Marie Françoise Elisabeth de Savoye, la valleur de quarante mille Ecus de bagues, et joyaux, qui seron estimés lors de la délivrance qui en sera

faite

faite à la ditte Serenissime Princesse, lesquels elle pourra emporter arrivant le prédécés du dit Serenissime Seigneur Roy de Portugal, avec sa dot, et autres choses à elle accordées par les presens articles.

XV.

La ditte Serenissime Princesse se charge de la dépense des personnes qui la suivront, depuis son départ de Paris jusques à son arrivée à Lisbonne, ou au premier havre du Roïaume de Portugal, ou elle pourra debarquer.

XVI.

A été aussi convenu, et accordé, que dans la somme d' un million cinq cens mille livres tournois promise en dot, laquelle somme doivent compter, et recevoir les Ministres du Serenissime Roy de Portugal, comme il est declaré ci devant, il n' y entrera point la valleur des bagues et joyaux de la ditte Serenissime Princesse Dame Marie Françoise Elisabeth de Savoye, ni les autres meubles qu' elle pourra faire apporter avec soy de quelque nature qu' ils soïent, lesquels neanmoins seront tels que les dits Excellens Seigneurs Duc d' Estrées, et Evêque et Duc de Laon croiront être propres, et convenables à la grandeur d' une telle Princesse.

XVII.

Et comme il avoit été resolu, et accordé, que l' Excellent Seigneur Evêque et Duc de Laon passeroit en Angleterre, pour conclure, et ratifier en ce lieu, ce que l' Excellent Seigneur Marquis de Sande avoit déjà concerté en france par l' entremise de Monsieur le Marquis de Ruvigni avec l' agrément, et la participation de leurs Majestés Britanniques; et parce qu' il avoit été convenu par le premier article de ce contract, que le mariage du Serenissime, trés haut, et trés puissant Seigneur Dom Alphonse Sixiéme Roy de Portugal avec la Serenissime et trés Excellente Princesse Madame Marie Françoise Elisabeth de Savoye, seroit celebré dans la Cour d' Angleterre, et en presence de leurs Majestés Britanniques, ce qui ne se peut éxécuter presentement; d' autant que Dieu, aïant voulu affliger ce Roïaume d' une contagion si grande, et si cruelle, que le Serenissime Roy de Portugal, ne peut souffrir, qu' une persone aussi sacrée, et aussi precieuse pour lui, qui celle de la Serenissime Princesse, soit exposée au peril qu' elle pourroit courre en passant en Angleterre, à cause de la susditte maladie contagieuse; Pour cet effet il veut, et ordonne, que le mariage soit célébré en la maniére qu' il est porté dans le premier article, pour ce qui regarde les formes et les solemnités accoûtumées, où à la Rochelle, où en quelqu' autre lieu ou il faudra qu' elle s' embarque: Ce qui se fera pour lors avec la grandeur, et la dignité convenables à leurs Majestés.

XVIII.

Et d' autant que suivant le quatriéme article de ce Contract, les dits Excellens Seigneurs Duc d' Estrées, et Evêque et Duc de Laon, se sont obligés de faire fournir la somme de quatrecens mille Ecus, qui font un million deuxcens mille livres tournois en argent

gent bon, et aïant cours; Et qu' il peut être du service du Serenissime Roy de Portugal, qu' on emploie dés ici en une fois ou plusieurs, partie de la ditte somme, il a été convenu, et accordé, que celles qui seront demandées pour ce sujet par M. Pierre d' Almeida d' Amaral, con.er de Porte, Secretaire de cette Ambassade, comme Tresorier de la dot de la Serenissime Princesse, en vertu du pouvoir à lui donné par le Serenissime Roy de Portugal, lui seront fournies; Et de tout ce qui sera reçû par le dit Seigneur Pierre d' Almeida d' Amaral, et dont il aura donné ses quittances, le Serenissime Roy de Portugal en fera tenir compte sur le prix de la ditte dot, comme si le dit Serenissime Roy de Portugal l' avoit fait recevoir lui même.

XIX.

Et enfin les dits Seigneurs Duc d' Estrées, et Evêque et Duc de Laon s' obligent, et promettent au nom de Monsieur le Duc de Vendôme, que lui, et tous ceux de sa maison, s' emploïeront en france, et par tout ailleurs pour tout ce qui regardera les interets du Serenissime Roy de Portugal, comme ils feroient pour les leurs propres, et dans toutes les occasions qui s' en presenteront; Et à cet effêt le dit Serenissime Seigneur Roy pourra tenir en france, et prés de Monsieur le Duc de Vendôme la personne qu' il jugera necessaire; Comme pareillement Monsieur de Vendôme pourra tenir prés du Serenissime Roy de Portugal telle personne qu' il jugera convenable. Je Loüis Matharel Conf.er du Roy en ses Con.es, et Secret.re gñal de la Marine, commis, et choisi à cet effet par les dits Excellens Seig.rs les Duc, et Mareschal d' Estrées, et Duc et Evêque de Laon, ai fais écrire les presens articles en la maison de l' Excellent Seigneur Marquis de Sande, Ambassadeur Ext.re du Serenissime Roy de Portugal vers le Roy de la Grande Bretagne à Paris le vingt quatriéme jour de Fevrier Mil sixcens soixante six.

(*L. S.*) (*L. S.*) (*L. S.*)

Fr.co de Mello de Thorres. Marquez de Sande.

Le Duc d' Estrées.

Cesar d' Estrées Evêque Duc de Laon, pair de france.

Renuncia, que fez ElRey D. Affonso VI. em o Infante D. Pedro seu irmaõ. Está no livro 2 num. 2 de papeis varios da Livraria m. s. do Duque de Cadaval, pag. 43.

Num. 49. An. 1667.

ElRey nosso Senhor tendo respeito ao estado em que o Reyno se acha e ao que em ordem a isso se lhe reprezentou o Conselho de Estado, e a outras muitas consideraçoens que a isso o obrigaraõ de seu moto propio poder Real e absoluto. Ha por bem fazer dezistencia destes seus Reynos asi da maneira que os possue, de hoje em diante para todo sempre em a pessoa do Senhor Infante D. Pedro

Pedro seu Irmaõ, e em seus filhos ligitimos descendentes, com declaraçaõ que do milhor parado dos rendimentos delles rezerva cem mil cruzados de renda em cada hũ anno dos quais podera testar por sua morte pelo tempo de dez annos, e outro si rezerva a Caza de Bragança com todas as suas pertenças, e em fe e verdade de S. Magestade asi o ordenar e mandar comprir e guardar, me ordenou fizesse este que S. Magestade firmou Antonio Cavide o fez em Lisboa a 22 de Novembro de 1667.

REY.

Oraçaõ, que fez o Cardeal de Estree, Protector de Portugal, quando Sua Santidade mandou celebrar as Exequias em Roma ao Serenissimo Rey D. Affonso. Está no tom. 6 dos Copiadores do Duque de Cadaval D. Nuno, pag. 84.

Num. 50.

ESTilo he antigo e bem justificado fazer a See Apostolica solemnes exequias aos Reys Chatolicos, quando morrem principalmente aos que naõ so por direito hereditario imperaõ; mas tambem se illustraõ com o esplendor dos meritos de que a Republica Christam he devedora a seus predecessores; porem havendo vos Beatissimo Padre, detriminado que neste Sagrado Collegio se celebracem as do Serenissimo Affonso Rey de Portugal, he propio e particular beneficio de V. Sanctidade, o haver na morte de ElRey D. Affonso reduzido a sua observancia este estilo, a quem a sem rezaõ dos homens, e injuria dos tempos haviaõ interrompido depois do falecimento de ElRey Henrique seu Thio, e naõ ha duvida, que era justo que V. Santidade restituisse esta honra ao Rey defunto, pois que desde o principio de seu Pontificado abraçou com singular afeiçaõ a Augustissima Caza de Portugal, que a quazi seiscentos annos, que reina na Luzitania, que com suas armas recuperou da maõ dos infieis, e restituio a Igreja, e com a ascendencia dos Reys de França, de quem tras sua origem ha mais de novecentos annos, se faz mais inclita, e veneravel que todas as mais pellos Imperios, e triumfos que conseguio. Na verdade Beatissimo Padre que me persuadiria eu que faltava totalmente a minha obrigaçaõ, se com toda a veneraçãõ naõ rendera a V. Sanctidade as graças possiveis, as quaes depois mais digna e comodamente lhe dara o Serenissimo Rey de Portugal Pedro. Esta he a rezaõ porque naõ me alargo mais neste discurso: permitame so testificar que este penhor da vossa benevolencia, e estimaçaõ com que fazeis repetidos beneficios a Sua Magestade, e a toda aquella naçaõ, o ha de receber aquelle Serenissimo Rey, naõ so com animo grato, mas tambem muito prompto para comprir os preceitos de seu amantissimo Pay. Ao que V. Sanctidade e este Sacro Colegio se persvadirá facilmente, pois lhe he bem prezente que nenhuã outra naçaõ he mais obediente a See Apostolica do que a dos Portuguezes: nem mais observante da sua antiga piedade, e divida

 segeiçaõ.

sogeiçaõ. Entre os quaes quanto mais se sublima o Serenissimo Rey pella prerogativa da Coroa, e do Imperio, tanto mais eminente he no merito da Religiaõ, e he certo que nehũ dos mais Principes aplaudio com mais contentamento os vossos Sanctissimos triumfos com que amparastes a Fe, e o Imperio do Christianismo; e nehũ louvou mais os vossos indefessos cuidados, perpetua vigilancia, e zelo com que vos aplicastes a defender a Caza de Israel da invazaõ dos Barbaros. E se a interpoziçaõ de tantas terras o permitisse naõ haveria quem com mais vontade accezo com os gloriozos exemplos de seus antecessores, e seguindo as mesmas pizadas com igual valor, que piedade se alistase entre os Generaes, que com os vossos auspicios desbarataraõ as armas Othomanas; ou quem com mayor dezejo desse nome para esta guerra, que verdadeiramente he toda vossa. Entre tanto auguro, e confio tera este Principe pellas sanctas rogativas, e acertadissimos conselhos de V. Sanctidade hũ diuturno e feliz reinado, acompanhado de generoza descendencia que por innumeraveis annos se perpetue.

Decreto para o Conde de Prado, quando voltar do Governo das Armas da Provincia de Entre Douro e Minho, exercite o cargo de Estribeiro môr, como o fazia.

Num. 51.
An. 1660.

SUa Magestade que Deos guarde houve por bem rezolver, que vindo o Conde de Prado para a Corte, depois de acabado o seu Governo da Provincia de Entre Douro e Minho (onde agora vai) tornara a exercitar o Officio de Estribeiro Mor, e tera na Camara de S. Magestade a mesma asistencia que hoje tem, uzando de huma e outra couza asim e da maneira que hoje o faz, de que S. Magestade mandou fazer esta lembrança neste livro, para conservaçaõ do direito do Conde, e para a seu tempo se executar esta rezoluçaõ. E o que toca ao exercicio da Camara se entende, havendo entaõ o modo de servisso que hoje ha. Lisboa a 25 de Julho de 1660.

Doaçaõ da Villa de Béja, hoje Cidade, com todos seus Termos, por ElRey D. Joaõ II. ao Senhor D. Manoel, Duque de Béja. Está no livro 2 dos Mysticos, pag. 101, na Torre do Tombo.

Num. 52.
An. 1489.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guine, &c. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber que esguardando nôs aos grandes merecimentos de D. Manoel meu muito prezado, e amado Primo Duque de Beja, e Vizeu, e Senhor de Covilhaã, e de Villa Viçoza, Condestabre de nossos Reynos, Governador da Ordem, e Cavallaria do Mestrado de Christo, e assi ao grande, e conjunto

junto devido que tem comnosco, e o amor, e singullar afeiçaõ que lhe temos por as grandes virtudes, e bondades que delle conhecemos, e que por estes respeitos, e a grande rezaõ de o acressentarmos, e lhe fazermos bem, e merce segundo requere a grandeza de seu Estado querendo em alguã parte a esto satisfazer como a todo virtuozo Rey, e Princepe convem de fazer primeiramente aquelles que taõ grande, e leal, e verdadeiramente, e com tanto amor, e grande acattamento tem servido, e serve, e ao diante esperamos servirâ, e assim por lhe fazermos graça, e merce nôs de nosso motto proprio, e livre vontade, certa sciencia, poder absoluto, sem nollo elle requerer, nem outrem por elle, e de prazer, e consentimento do Princepe meo sobre todos muito prezado, e amado filho, lhe fazemos pura, e irrevogavel doaçaõ de juro, e herdade entre vivos valledoura deste dia para todo sempre para elle e todos seos herdeiros filhos, nettos, e descendentes por linha direita segundo forma da Ley mental da nossa Villa de Beja com seo Castello, e Fortaleza, e com todos seos Termos entradas, e sahidas, recios, pacigos, montes rotos, e por romper, e com toda sua jurisdiçaõ alta, e baixa mero misto Imperio rendas, e direitos, e tributos, foros que nos, e os Reis de Portugal em ella de direito havemos, e devemos daver assy, e taõ compridamente como a nôs pertence rezervando para nôs correiçaõ, e alçada, e lhe damos poder que os Juizes, e Tabalhaẽs se chamem por elle, e que elle dê por suas Cartas os taballiados quando vagarem, e se ao presente algũs direitos, rendas, tributos, ou outras cousas saõ fora da nossa maõ por termos a outrem feita merce doaçaõ dello, queremos, e nos praz que quando das taes meras doaçoens espirarem, e as cousas assim dadas ouvessem de tornar a nôs que o dito Duque meo Primo as haja, e cobre para sj, e as logre, e possua com os outros direitos, e rendas que por esta doaçaõ lhe outorgamos, e damos, a qual merce, e doaçaõ da dita Villa de Beja com seo Castello, e Fortalleza, e cousas em esta Doaçaõ acima escritas lhe assim fazemos sem embargo de quaesquer leys, e ordenaçoens, grozas, oppinioens de Doutores, e façanhas, e Capitulos de Cortes geraes, nem especiaes, estillos, uzos, costume, que contra esta Doaçaõ, ou parte della sejaõ, ou contradigaõ porque tudo cassamos, e annullamos, e havemos realmente por nenhum, e de nenhum vallor em este cazo quanto a esta doaçaõ, ou parte della toca; e porem mandamos aos nossos Vedores da nossa fazenda, e Contador, e Corregedor da Comarca, que o metaõ logo em posse da dita Villa, jurisdiçaõ, rendas, e direitos, e a todollos fidalgos, Cavalleiros, Escudeiros, vassallos, moradores, e povo da dita Villa, e seu termo que lhe obedeçaõ, por quanto nôs lhe fazemos dellas merce como dito he. Dada em a dita Villa de Beja a vinte e sinco dias do mes de Mayo Pantalliaõ Dias o fes anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil coatrocentos ouententa e nove annos.

Doação delRey D. João IV. ao Infante D. Pedro seu filho, da Cidade de Béja, com o titulo de Duque, na fórma, que ElRey D. João o II. a deu ao Senhor D. Manoel; e de toda a Casa de Villa-Real, e de Caminha, confiscada para a Coroa, e debaixo da dita doação, com as mesmas jurisdicções, que a Casa de Bragança, e que o primogenito do possuidor da Casa, assim que nascer, se chame Duque de Villa-Real. Está na Torre do Tombo, na Chancellaria do anno 1654, pag. 99, do livro 6.

Num. 53.
An. 1654.

DOm João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guinê, e da Conquista navegação, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem que tendo respeito a que sou obrigado como Pay dar sustentação, e Caza aos filhos que por sua misericordia me consedeo, e a que o sou tambem como Rey a acressentar meos descendentes para conservação, e defensa da Coroa, procurando que vivaõ no Reyno, e tenhaõ nelle Cazas, e muitos successores em que se perpetue, e dillate o mais que puder ser o sangue, e familia Real em que tanto consiste o explendor do Reyno, e a uniaõ com os estranhos lembrandome que sucedi nesta Coroa por descendente do Senhor Rey D. Manoel meo tresavou dezejando conservar como devo sua memoria naõ so a de Rey que se perpetua em mim, e meos successores primogenitos, mas a de Duque de Beja que foi antes de succeder na Coroa no Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho, e seos descendentes multiplicando em meos filhos as memorias de taõ grande Principe tendo por certo do Infante que o saberá imitar muito como deve, e que me saberá servir a mim, e ao Principe meo sobre todos muito amado, e prezado filho, e meos successores na Coroa destes Reynos toda honra, e merce que lhe fizer. Hey por bem de o declarar Duque de Beja, e de lhe dar aquella Cidade com toda sua jurisdição crime, e civel, dattas, Padroados, rendas, foros, e tributos assim e da maneira, e no modo, e forma em que o teve, e houve o dito Senhor Rey D. Manoel pela Carta de Doação que della lhe fes ElRey D. João o Segundo, e milhor se dentro dos lemites da dita Carta de Doação melhor poder ser, e isto de juro, e herdade para o Infante, e seos descendentes baroẽs legitimos precedendo o Netto, filho de filho mais velho defunto antes de succeder ao filho segundo do possuidor, e porque os rendimentos daquella Cidade lemittada pello Termo que hoje tem naõ basta para o Infante sustentar os encargos de sua Caza principalmente depois de tomar Estado. Hey por bem fazerlhe mais merce de todas as Villas, Lugares, Castellos, Padroados, dattas, terras, foros, direitos, tributtos, e tudo o mais que se contiscou para minha Coroa pela condennação

demnaçaõ do Marques de Villa-Real, e Duque de Caminha seo filho que elles, e os Donattarios daquella Caza possuhiaõ, ou fosse da Coroa, ou Patrimonial, e isto sem prejuizo de terceiro tudo no modo, e forma como nas mesmas Jurisdiçoens, preheminencias, e prerrogativas com que lhe faço merce da Cidade de Beja, e com que se fes ao dito Senhor Rey Dom Manoel quando se lhe concedeo, em tal maneira que a dita Cidade, Villas, Lugares, e Castellos, e o mais que fica referido se reputarâ tudo por huã mesma cousa, e se governarâ, terâ, e possuirâ porhuã mesma Doaçam advertindo, que por a do Senhor Rey D. Manoel naõ conceder a seos Ouvidores correiçaõ, e ser nesta parte menor que as das Cazas grandes que hoje ha no Reyno, hey por bem conceder aos Ouvidores do Infante, e seos descendentes a dita Correiçaõ, e toda a mais jurisdicçaõ que hoje tem, e de que uzaõ os Ouvidores da Caza de Bragança que aqui hey por expressa, e declarada; e porque tomando o Infante, e seos descendentes estado, e tendo filhos he rezaõ que seos primogenitos hajaõ logo que nascerem tittulo, e Caza conforme a grandeza de seos Pays ascendencia de que procedem, e a Caza em que haõ de succeder, quero, e mando que o primogenito do dito Infante, e os mais que o forẽ de seos descendentes se chamem logo que nascerem Duques de Villa-Real, e tenhaõ, e hajaõ a jurisdicçaõ, rendas, e dattas daquella Villa uzem, e gozem das preheminencias, graças, e prerrogativas, que por aquelle Tittullo lhe competem assim, e da maneira, que seos Pays haõ de uzar, e pelo theor, e forma de suas mesmas Doaçoens, e por firmeza de tudo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim assinada passada por minha Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas Armas. Dada na Cidade de Lisboa aos onze dias do mes de Agosto Pantaliaõ Figueira a fes anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos sincoenta e coatro Pedro Vieira da Silva a fes escrever.

ELREY.

Ao Senhor Infante D. Luiz. Carta porque ElRey o fez Duque de Béja, e lhe deu as Villas da Covilhãa, Cea, Almada, &c. livro 30 do Senhor Rey D. Joaõ III. pag. 120.

Dit. n. 53.
An. 1527.

DOm Joaõ, &c. A quantos esta minha Carta virem Faço saber que esguardando eu os grandes merecimentos da pessoa do Iffante Dom Luis meu muito amado e prezado Irmaõ e ao muy grande amor que lhe tenho e por esperar delle que toda a merce honra e acrecentamento que lhe fizer me conhecera e servira como quem elle he e com muito amor que sey que me tem e segundo a obrigaçam com que o deve fazer e tanto a meu prazer e contentamento que o muito amor e boa vontade que lhe tenho seja por isso cada vez mais acrecentada por estas rezoẽs e por conseguir e trazer a effeito a vontade

tade que ElRey meu Senhor e Padre que santa gloria haja tinha de lhe dar estado e fazer merce como hera contheudo em huma sua Carta que tinha mandado fazer que ahinda nom era por elle assinada ao tempo de seu fallecimento na qual me fallou estando em passamento e me emcomendou que assinasse por elle ao tal tempo o nam poder ja fazer por sua indispoziçam o que eu assy fiz por todos os sobreditos respeitos e por muito folgar de lhe fazer merce Tenho por bem e lhe faço merce do titullo de Duque da minha Cidade de Beja com todas as Insignias honras preheminencias precedencias perogativas graças izençoẽs liberdades privilegios e franquezas que ham e tem e de que uzam e sempre uzaram e devem uzar e gouvir os Duques destes meus Regnos e assy como de direito e costume antigo lhe pertencer das quaes em todo e por todo quero e mando que elle inteiramente uze e possa uzar e de todo gouvir e lhe sejam guardadas em todos os autos e tempos em que com dereito e por uzo e costume dellas deva uzar e gouvir sem mingoamento algum. Outro sy por esta prezente Carta lhe faço pura e inrevogavel merce e doaçam para em todos os dias de sua vida das minhas Villas de Covilhãa e de Cea e de Almada e de Moura e de Serpa e de Marvam e da terra e Concelho de Lafoẽs e da terra e Concelho de Besteiros com todos seus termos e lemites e com todas suas rendas portagens direitos foros tributos pertenças montados rios passigos montes fontes entradas e sahidas matos rotos e por romper e todas e quaesquer rendas e couzas que nas ditas Villas e seus termos e lemites e terras e Concelhos tenho e de dereito me pertençam e assy como todo para mim se arrecada e deve arrecadar e eu o hey e de dereito deva haver e melhor se elle com dereito melhor o puder haver pessuir e arrecadar resalvando somente para mim as rendas das minhas sizas que nam ham de entrar nem se entender nesta doaçam e ficaram para se arrecadar para mim assy como agora se arrecadam e ao deante arrecadarem e com todos os Castellos e Alcaydarias mores das ditas Villas e Lugares e terras e rendas e direitos delles e com todas suas jurdiçoẽs de Civel e Crime mero mixto Imperio resalvando para mim somente a Correiçam e alçada e com a dada de todos os officios das ditas Villas e Lugares terras e Concelhos que forem de minha dada e provimento tirando os da arrecadaçaõ das sizas e com todos os Padroados das Igrejas das ditas Villas Lugares terras e Concelhos que forem de meu Padroado e aprezentaçaõ tirando e resalvando aquellas que a feitura desta minha Doaçam sam tomadas e emcorporadas em Comendas da Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jezu Christo porque nestas naõ havera lugar e porem das Vigairarias e Reytorias das ditas Igrejas me praz que elle possa prover e proveja a quem lhe aprouver por fallecimento daquelles que as tiverem e em qualquer outra maneira em que vagarem e os que dellas prover se confirmaraõ nellas a sua aprezentaçam pellos Perlados das Diocezis em que forem segundo de dereito se deve fazer e quero e me praz que se possa chamar e chame Senhor das ditas Villas e terras e quero assy mesmo e lhe outorgo que os Juizes e Taballiaẽs das ditas

Villas

Villas Lugares terras e Concelhos se chamem por elle e que os ditos Taballiaẽs possa dar e dê por suas Cartas por elle assinadas e asselladas do seu Sello sem serem obrigados aquelles a que delles prover a tirar minha confirmaçam sem embargo de minha ordenaçam no livro segundo titulo primeiro que comessa como as Raynhas e Iffantes e somente tomaraõ de minha Chancellaria seus Regimentos e que possa confirmar e confirme por suas Cartas os Juizes que sahirem feitos por elleiçoẽs segundo forma de minhas ordenaçoẽs e assy mesmo lhe outorgo que seus Ouvidores possam conhecer e conheçam dos agravos assy como delles haviam de conhecer os meus Corregedores das Comarcas se a elles fossem e os despachem como lhe parecer dereito e justiça Outro sy lhe faço assy doaçam e merce para em todos os dias de sua vida da Alcaydaria mor e Castello e rendas delle da minha Cidade de Tavilla todo assy e na maneira que agora se arrecada e a mim pertence e melhor se elle com dereito o melhor puder haver arrecadar e pessuir e porem por quanto algumas das rendas e direitos das ditas Villas e terras e Alcaydarias mores e rendas dellas sam agora occupadas com as pessoas a que sam dadas Declaro que nam havera esta merce e doaçam lugar naquellas couzas que a feitura della som dadas e confirmadas por mim as pessoas que as tem e somente havera effeito quando por falecimento dellas ou em qualquer outra maneira vagarem e entam as havera e viram a elle Porem mando a todos meus Corregedores Juizes Justiças officiaes e pessoas a que esta minha Carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que metam o dito Iffante meu Irmaõ e aquellas pessoas que elle em seu nome e com seu poder enviar em posse da jurdiçam das ditas Villas e Lugares terras e Concelhos assy como por esta doaçam lho outorgo e o leixem della uzar por sy e por seus Ouvidores como nella se conthem e como por minhas ordenaçoẽs o devem e podem fazer e assy mesmo lhe mando aos Juizes e officiaes das ditas Villas e Lugares que vagando as Alcaydarias mores dellas lhe dem a posse com suas rendas e dereitos assy como lhe pertencerem e aquellas pessoas que elle dellas prover e aos meus Contadores Almoxarifes e officiaes de minha fazenda que das rendas e direitos das ditas Villas e Lugares terras e Concelhos lhe dem a posse vagando por aquelles que as agora tem para as haver e arrecadar assim como por esta doaçam lhas outorgo e assy das Igrejas que forem de meu Padroado e aprezentaçam que vagarem por aquelles que as tem no modo que dito he e a todos em geral e a cada hum em especial no que por bem de seus officios lhe tocar mando que em todo e por todo lhe cumpraõ e guardem e façam muy inteiramente cumprir e guardar esta minha doaçam como nella he contheudo sem duvida nem embargo algum que lhe a ello seja posto porque assy he minha merce e os ditos meus Contadores façam registar nos livros dos meus proprios esta doaçam para se saber como assy tenho dado todo o que dito he ao dito Iffante meu Irmaõ em sua vida e o dito Iffante meu Irmaõ me fez preito e menagem pellas Fortallezas e Castellos das ditas Villas segundo foro uzo e costume destes meus Reynos a qual fica assentada no livro das menagens

nagens Dada em a Cidade de Coimbra a finco dias de Agosto o Secretario a fez Anno de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quinhentos e vinte e sete.

Doação da Quinta de Quéluz, e suas pertenças, ao Infante D. Pedro, em quanto durar a ausencia do Marquez de Castello Rodrigo. Está no Archivo da Torre do Tombo, Chancellaria delRey D. João IV. do anno 1654, pag. 22.

Num. 54. An. 1654.

EU ElRey faço saber aos que este Alvarâ virem que por fazer merce ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho; hey por bem darlhe para sy, e successores de sua Caza a Quinta de Quelûs, e suas pertenças que foi do Marques de Castello Rodrigo, e a possuo hoje por minha fazenda; com declaração que constando que he de Morgado lha concedo em quanto durar a auzencia dos successores, e cessando ella largarâ o Infante livremente o que for de morgado sem duvida, ou embargo algum, ou se comporâ com o successor do morgado se o quizer fazer que serâ sempre intervindo evidente utillidade do morgado, e nesta conformidade lhe faço tambem merce das cazas que chamaõ Corte-Real, e foraõ do mesmo Marques, e este Alvarâ se comprirâ como nelle se contem, e vallerâ posto que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação do livro segundo titullo quarenta em contrario. Manoel do Couto a fes em Lisboa a dezassete de Agosto de seiscentos sincoenta e coatro. Jacinto Fagundes Bezerra a fes escrever.

REY.

Carta do assentamento de Duque de Béja, ao Infante D. Pedro. Está na dita Chancellaria, no livro do anno 1652, até 1656, pag. 140.

Num. 55. An. 1655.

DOm João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guinê, e da Conquista navegação, comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem que havendo respeito o ter declarado ao Infante Dom Pedro meo muito amado, e prezado filho Duque de Beja hey por bem, e me praz, que tenha, e haja de minha fazenda com o dito Tittullo de Duque settecentos e sincoenta mil reis cada anno que he outro tanto como tem os mais Duques deste Reino de Portugal os quaes comessarâ a vencer de onze de Agosto do anno passado de seiscentos sincoenta e coatro em diante em que lhe foi passada a Carta do dito Tittullo de Duque, pello que mando aos Vedores de minha fazenda lhe façaõ assentar os ditos settecentos e sincoenta mil reis nos livros della, e despachar

pachar do dito tempo em diante cada anno em parte donde haja delles bom pagamento, e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, e sellada com o meo Sello pendente. Joaõ da Silva o fes em Lisboa a sette de Mayo de mil e seiscentos sincoenta e sinco annos. Fernaõ Gomes da Gama o fes escrever.

ELREY.

Doaçaõ ao Infante D. Pedro, da Villa de Serpa, e seu Termo, e parte dos Celleiros. Está na dita Chancellaria, no dito livro, pag. 152.

Num. 56.
An. 1655.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guinê, e da Conquista navegaçaõ, comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta patente virem que tendo respeito a vezinhança que a Villa de Serpa tem com a Cidade de Beja, Cabeça do Estado do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho, e naõ ter outro lugar junto aquella Cidade, em cujo termo se lemita muito estreitamente a jurisdiçaõ do Infante, e a conveniencia de que lhe será aquella Villa, e a parte dos Selleiros que lhe toca nos que commummente se chamaõ de Serpa, e Moura, e a comprehender por esta rezaõ hum, e outro lugar a Doaçaõ do Senhor Rey D. Manoel que os possuhio antes de succeder na Coroa destes Reynos ao amor que tenho ao Infante, e a obrigaçaõ que me corre de acrescentar, e por em toda a boa ordem as couzas de sua Caza tenho por certo de quem elle he me saberá merecer, e servir toda a merce que lhe fizer hey por bem de lha fazer daquella Villa, e seo termo com todas suas honras, foros, tributos, officios, dattas, Castellos, e Padroados assim, e da maneira que eu hoje a possuo, e melhor se melhor puder ser, e lhe faço mais merce da parte dos ditos Selleiros que tocaõ aquella Villa somente ficando de fora desta Doaçaõ a parte que toca a Villa de Moura tudo de juro herdade na forma da Ley mental, e com a mesma jurisdiçaõ, e no mesmo modo, e forma em que lhe tenho feito merce da Cidade de Beja, e mais lugares de que sou Donnatario, e esta merce e Doaçaõ lhe faço de meo motto proprio, certa sciencia, poder Real, e absoluto no melhor modo, e forma que de direito posso, e devo, e por firmeza de tudo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, passada por minha Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas armas. Dada na Cidade de Lisboa aos dezasseis dias do mes de Setembro. Luis Teixeira de Carvalho a fez anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos sincoenta e sinco. Pedro Vieira da Silva a fes escrever.

ELREY.

Alvará delRey D. Joaõ IV. porque faz merce da dignidade de Commendador môr da Ordem de Christo, ao Infante D. Pedro. Está na Chancellaria da dita Ordem, no livro, que principia no anno 1654, pag. 298.

Num. 57. An. 1654.

MAnoel de Souza da Costa que hora sirvo de Escrivaõ da Chancellaria da Ordem de Christo certifico, que a folhas duzentas e noventa e outo do livro da Chancellaria da dita Ordem que servio o anno de mil e seiscentos sincoenta e coatro athe mil e seiscentos sincoenta e sinco estaa registado hum Alvarâ passado ao Senhor Infante Dom Pedro cujo theor he o seguinte.

Eu ElRey como Governador, e perpetuo Administrador que sou do Mestrado, Cavallaria, e Ordem de Christo faço saber aos que este meo Alvarâ virem, que tendo respeito a vagar por fallecimento do Infante meo muito amado, e prezado Irmaõ que Deos perdoe a dignidade de Comendador mor da Ordem de Christo de que o tinha provido por Decreto de trinta de Mayo do anno de seiscentos e quarenta e outo, e a concorrerem na pessoa do Infante Dom Pedro meo muito amado, e prezado filho as mesmas razoens, e motivos que tive para nomear ao Infante D. Duarte o nomeyo Comendador mor da mesma Ordem, assinandolhe os mesmos doze mil cruzados que lhe limitei, e sempre faraõ pela Comenda mayor, e pelas que o Infante possuhia da Caza de Bragança de que se passara ao Infante Portaria por onde lhe toca e o que faltar a comprimento dos ditos doze mil cruzados, terei lembrança de lhe satisfazer brevemente nas Comendas que vagarem advertindo que as da Caza de Bragança ham de tornar a mesma Caza despois dos dias do Infante inteirandosse entaõ a dignidade de outra tanta quanthia como estas importarem pelas Comendas da Provizaõ da Coroa, e mando â Meza da Consciencia, e Ordens passe logo despacho ao Infante de Comendador mayor com as declaraçoens referidas de que mandei passar o presente Alvara que vallera como Carta posto que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo de qualquer Provizaõ, ou requerimento em contrario e se cumprirâ sendo passada pela Chancellaria da Ordem de Christo. Joaõ Carvalho de Souza a fes em Lisboa aos vinte e dous de Dezembro de mil e seiscentos sincoenta e coatro annos.

REY.

Bulla do Papa Pio V. em que concede à Casa de Villa-Real os prestimonios.

Num. 58. An. 1566.

PIus Episcopus servus servorum Dei. Dilectis filijs Ulixbonensis, & Leiriensis Ecclesiarum Decanis, & offitiali Portalegrensis salutem, & apostolicam benedictionem. Ex parte dilecti filij nobilis viri Michaelis

Michaelis de Meneses Marchionis Marchionatus de Villa Real Bracharensis Diœcesis, vel alterius nobis nuper exhibita petitio continebat quòd aliàs postquam ipse Marchio qui ut asserit ex prosapia Regum Portugalliæ, & Castellæ ab utroque latere, & ab his qui Sedis Apostolicæ devotissimi fore descendit, ac claræ memoriæ Joannis Portugalliæ Regis Illustris tunc in humanis agentis consobrinus existebat, & cujus antecessores qui Marchionis, & Domini Status de Villa Real pro tempore fuerunt in expugnatione Civitatis Ceptæ in Aphrica, & littore freti Gaditani consistentes, quæ tunc à Saracenis occupata detinebatur, & primo per Christianos in littore Aphricano per tunc Reges Portugalliæ vi, & bello capta fuit eidem Regi proprijs pecunijs militibus, vassallis, familiaribus, & personis non parcendo seque & etiam personas suas infinitis periculis etiam usque ad sanguinis effusionem exponendo præcipuo adjumento, & exinde ipsius Civitatis pro ipso Rege perpetui Gobernatores, & Capitanei constituti, & deputati fuerunt, ipsamque Civitatem jam centum, & quadraginta annis tunc præteritis diligenter, & fideliter rexerant, & gubernaverant, & non solum ab eisdem Saracenis eam repetentibus defenderant, verum etiam plures victorias contra ipsos Saracenos reportaverant, & tunc ejus Proavus Marchio de Villa Real Reges in Aphricam Maumetanam hæresi sectantes ad obedientiam Regibus Portugalliæ præstandam primus vi, & prælio coegerat, & tam dictus Proavus quàm ejus in Marchionatu de Villa Real successores navibus Christianorum dictum fretum quod & suo ordinario æstu, & Pyratharum illud infestantium copia erat admodum periculosum navigantibus, rectum iter navibus suis navigare, & in navigatione subsidio esse, & si quandoque contingebat aliquas naves Christianorum hujusmodi, vel a Saracenis, vel à Pyratis illarum partium capi illas recuperare consueverant, & inter alias sex naves florentinorum tunc ab eisdem Pyratis captas recuperaverant prout etiam mercibus oneratas ad suos remiserant, & tempore felicis recordationis Leonis Papæ X. Prædecessoris nostri Petrus etiam de Meneses dicti Michaelis Genitor Marchionatus prædicti dum viveret Marchio quendam Sedis Apostolicæ Capitaneum illud mare duabus Triremibus navigantem, & ab infidelibus captum eum ab eisdem infidelibus pugnando redimerat, & liberaverat, ac cum eisdem Triremibus, & bonis suis præfato Leone prædecessore liberum remiserat, itaut tam ipse Michael quàm sui Antecessores accerrimi Catholicæ Fidei, & Apostolicæ Sedis defensores dici poterant ipseque Michael per vestigia Prædecessorum suorum gradiens dictum Mare transire, & ad eandem Civitatem accedere intenderet, prout postea pro defensione Fidei accessit, & licet ex principalibus Regni Portugalliæ ipsum Michaelem existentem, & magnum in eodem Regno statum habere asseruisset, tamen ob ingentes per suos Prædecessores pro defensione Fidei, & depugnatione sectæ Maumetanæ in dicta Civitate factas impensas plurimum exhaustus remanserat, nec poterat consanguineis familiaribus, & militibus qui ipsum in præmissis alias insecuti fuerant, & de cetero insequi intendebant, juxta eorum merita, & obsequia per eos in præmissis alias præstitæ,

tæ, & quæ in posterum præstari sperabatur commode satisfacere nisi sibi de alicujus subventionis auxilio per Sedem prædictam provideretur posse non sperant ipseque Jus patronatus, & præsentandi personas idoneas ad nonnulla benefitia ecclesiastica forsan secularia, & regularia curata, seu sine cura in diversis locis consistentia illorum vacatione occurrente habere asseruerat, eorumdem benefitiorum seu aliquorum ipsorum fructus, redditus, & proventus divinæ gratiæ auxilio adeò excreverant quod pro illorum Rectorum subventione, & onerum illis incumbentium supportatione suppeterent ipseque Michael nonnulla præstimonia, seu præstimoniales portiones in aliquibus ex ijsdem Benefitijs de fructibus super excrescentibus hujusmodi illorum jurepatronatus sibi, & successoribus suis reservato erigere, ac quibusdam privilegijs, gratijs, & indultis tunc expressis frui, & gaudere desideraret, olim Apostolica Sede per felicis recordationis Julij Papæ Tertij etiam Prædecessoris nostri obitum vacante præmissa etiam forsan nonnulla tunc expressa privilegia dictæ Sedis majori Pœnitentiario exposuerat, seu exponi curaverat, idemque Major Pœnitentiarius ex præmissis, & alijs sibi pro parte dicti Michaelis tunc porrectis expositionibus inclinatus præmissorum, & aliorum meritorum suorum intuitu fructus, redditus, & proventus, jura, obventiones, & emolumenta singullarum ecclesiarum prædictarum, seu benefitiorum hujusmodi cum primum per cessum, vel decessum, aut quamvis aliam dimissionem, vel amissionem tum Rectorum benefitiorum eorundem etiam apud Sedem Apostolicam, vel aliàs quovis modo simul, vel successive vacarent reservatis cuilibet ecclesiarum prædictarum Rectorum pro tempore existentium sustentatione, ex eisdem fructibus portione certæ quantitatis pecuniarum, necnon *pée do altar* nuncupatis, & anniversarijs, & alijs extraordinarijs emolumentis ex tunc, & in futurum. Dummodo tunc Rectorum eorundem benefitiorum expressus accederet assensus ab eisdem ecclesijs dismembraverat, segregaverat, & separaverat, necnon certa præstimonia, seu præstimoniales, portiones, aut simplicia benefitia pro totidem clericis simpliciter tonsuratis, seu in minoribus ordinibus constitutis ex eisdem fructibus, seu redditibus dismembratis, & separatis erexerat, instituerat, & fundaverat, ac Jus patronatus ad illa eidem Michaeli, & successoribus suis certis modo, & forma tunc expressis reservaverat, sibique, & Marchionibus de Villa Real pro tempore existentibus ut Clerici etiam in minoribus constituti præfati per se, & Marchiones prædictos ad præstimonia, seu præstimoniales portiones aut benefitia hujusmodi pro tempore præsentati, & in illis instituti post præsentationem, & institutionem ipsi omnibus, & singulis privilegijs, exemptionibus, immunitatibus, favoribus, facultatibus, honoribus, concessionibus, indultis, ac prærogativis, & gratijs quibus milites Sancti Jacobi de Spata, seu cujusvis alterius Militiæ Regni Portugalliæ de Jure, usu, & consuetudine, aut privilegio, vel aliàs quomodolibet utuntur, potiuntur, & gaudent exemptione ab Ordinario duntaxat excepta, ac sine jurium Regalium præjuditio uti frui, & gaudere libere, & licite valerent in omnibus, & per omnia perinde, ac si veri Milites

ejusdem

ejusdem Militiæ ad illa cum habitus exhibitione per Magnum Magistrum admissi essent, cum derrogationibus, decretis, mandatis, & alijs Clericis tunc expressis concesserat, & indulserat prout in literis ab eodem Majori Pœnitentiario obtentis ejusque sigillo Prioribus videlicet sub Datum Romæ apud Sanctum Petrum Anno Domini M.D.LV. undecimo Kal. Junij Apostolica Sede per obitum piæ memoriæ Marcelli Papæ ij. vacante, & posterioribus xiij. Kal. Julij tempore recolendæ memoriæ Pauli Papæ iiij. Pontificatus sui Anno primo Prædecessorum nostrorum munitis dicebatur pleniùs contineri. Idem Michael ob singularem quem erga nos, & Sedem Apostolicam gerebat, & gerit devotionis affectum, de ejusdem Sedis providentia plurimum confisus cupiens tunc præmissa omnia, & singula confirmationis, approbationis, & communitionis munimine roborari præmissa omnia, & singulla in prædictis literis ab eodem majori Pœnitentiario diversis temporibus, & sub diversis datis obtentis contenta à nobis, & Sede prædicta per alias nostras inde sub plumbo expeditas literas pro illorum subsistentia firmiori confirmari, & approbari, & communiri obtinuit, prout etiam in eisdem nostris literis desuper confectis plenius continetur. Cum autem sicut nobis nuper pro parte dilecti Michaelis exhibita petitio continebat nulli Judices in nostris literis præfatis qui eidem Michaeli, & alijs personis præsentantis, & præsentandis in literis ipsis comprehensi assistant, ac ipsos adversus præmissa defendant deputati fuerint frustratoriumque videretur literas ab eadem Sede impetrasse nisi literæ ipsæ, & in eis contenta per illos ad quos spectat observarentur, & ob Sedis Apostolicæ reverentiam executioni demandarentur pro parte dicti Michaelis nobis fuit humiliter supplicatum quatenus aliquot Judices in dignitate ecclesiastica constitutos, qui præmissis assistant, & illa observare faciant deputare aliasque super his opportune providere de benignitate Apostolica dignaremur. Quo circa Discretioni vestræ per Apostolica scripta mandamus quatenus vos, vel duo, aut unus vestrum præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes non permittatis Michaelem, & personas in dictis literis comprehensas, & comprehendi debendas contra dictarum literarum, & in eis contentorum tenorem quomodolibet molestari, inquietari, aut perturbari quoslibet, & rebelles per censuras ecclesiasticas, & pecuniarias pœnas vestrorum, & cujuslibet vestrum arbitrio imponendas, & moderandas aliaque juris remedia opportuna appellatione remota compescendo invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachij secularis non obstantibus eisdem contradictoribus, rebellibus, & Perturbatoribus Clericis, secularibus, vel Regularibus, ac à laicis, & quibusvis alijs ab Apostolica sit Sede indultum quod interdici, suspendi, vel excommunicari, aut ipsi, & ordinum loca in quibus aliqui ex eis degunt ad juditium trahi non possint per literas Apostolicas non facientes plenam, & expressam, ac de verbo ad verbum de Indulto hujusmodi mentionem, & qualibet alia dictæ Sedis indulgentia generali, vel speciali cujuscunque tenoris existat per quam præsentibus non expressam, vel totaliter non insertum vestræ jurisdictionis explicatio valeat in hac parte impediri quomodolibet, vel differri,

ferri, quia quoad hoc volumus eis aliquatenus suffragari. Datum Romæ apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominicæ M.D.LXVI. Cal. Julij Pontificatus nostri Anno primo.

Alvará delRey D. Joaõ IV. porque faz merce ao Infante D. Pedro, e possuidores da Casa de Villa-Real, que os prestimonios, que derem, seja com o habito de Christo. Está na Chancellaria da Ordem de Christo, no liv. do anno 1654, pag. 294.

Num. 59. An. 1654.

EU ElRey como Governador, e perpetuo Administrador que sou do Mestrado da Cavallaria da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo. Faço saber aos que este meo Alvarâ virem que pella obrigaçaõ que me corre de acressentar quanto me for possivel a mesma Cavallaria, e Ordem. Hey por bem que os Prestimonios que foraõ da Caza de Villa-Real de cuja Provizam assim como de todos os mais bens daquella Caza tenho feito merce ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho os proveja elle, e seos successores daqui em diante como com os habitos da mesma Ordem de que faço merce âs pessoas em que elle nomear para por este modo ficarem Comendas, e se proverem assim, e da maneira que se prove em as que pertenciaõ a Caza de Bragança, e para as Igrejas em que estaõ situadas ficarem tambem da mesma Ordem segundo a natureza das outras que dellas saõ se supplicarâ a Sua Sanctidade, como tambem se farâ paressendo que para se consederem com os habitos naõ basta merce, e faculdade minha, e para com effeito do que fica referido se passaraõ aos Procuradores do Infante os despachos que pedirem de que mandey passar o presente Alvarâ que vallerâ como Carta posto que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo de qualquer Provizaõ, ou Regimento em contrario, e se comprirâ sendo passado pella Chancellaria da Ordem. Joaõ Carvalho de Souza a fes em Lisboa aos vinte e dous de Desembro de seiscentos e sincoenta e coatro annos.

REY.

Alvará delRey D. Joaõ o IV. em que faz merce ao Infante D. Pedro, das Lisirias da Golegãa, de Borba, Mouchoens, e Sylveira, sitas por baixo de S. Liborio, no Termo de Santarem, pertencentes à Casa de Villa-Real. Está na Chancellaria do anno 1655, pag. 58. vers.

Num. 60. An. 1655.

EU ElRey faço saber aos que este Alvara virem que havendo respeito ao que por sua petiçaõ me emviava dizer o Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho sobre poder dispor das Leziras

ziras da Gollegã de Borba, Mouchoens, e Sylveira citas por baixo de Saõ Liborio no termo de Sanctarem pertencentes a Caza de Villa-Real da qual lhe fis doaçaõ as quaes se haviaõ vendido por trinta e sinco mil cruzados que se entregaraõ a D. Maria de Noronha viuva de D. Pedro de Alcaſſova a qual quanthia se pagara do dinheiro, e rendas do dito Infante, e visto o que allega hey por bem, e me praz que as ditas Leziras fiquem obrigadas ao dito Infante meo filho nos ditos trinta e sinco mil cruzados para poder dispor delles como de bens proprios, e livres por serem remidos com seo dinheiro na forma que pede, e este Alvarâ se cumprirâ como nelle se contem, e valerâ posto que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçaõ livro segundo tittulo quarenta em contrario. Manoel do Coutto a fes em Lisboa a tres de Novembro de mil e seiscentos sincoenta e sinco. Jacinto Fagundes Bezerra a fes escrever.

REY.

Alvarâ delRey D. Joaõ IV. em que faz merce ao Infante D. Pedro, para que os Ouvidores de Villa-Real possaõ prover as serventias dos officios das justiças, assim como o fazem os Corregedores da Comarca. Está na Chancellaria do dito Rey, que principia em 1654, pag. 147.

Num. 61.
An. 1656.

EU ElRey faço saber aos que este Alvarâ virem que por quanto na Carta de Doaçaõ que foi passada da merce que fui servido fazer ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho da Caza de Villa-Real se naõ declarou por palavras expressas que os Ouvidores das terras da dita Caza provessem as serventias dos officios de justiças dellas assim como as podem prover os Corregedores das Comarquas conforme a ordenaçaõ, e ley do Reyno, e somente se refferio a dita Doaçaõ, e merce ao provimento que os Ouvidores das terras da Caza de Bragança faziaõ das ditas serventias conforme ao Alvarâ que foi passado aos Duques daquelle Estado em os dous de Outubro de seiscentos e dezasete annos, e Carta de confirmaçaõ passada em trinta e hum de Mayo de seiscentos e trinta e outo pela qual se mostra ser concedida a dita merce aos Duques somente, e naõ aos seos Ouvidores, e para que nesta materia naõ possa haver duvida, nem interpetraçaõ em contrario me praz, e hey por bem declarar por este Alvarâ que naõ sô os Ouvidores das terras do Estado de Bragança, mas tambem os da de Villa-Real de que tenho feito merce ao Infante D. Pedro meo filho possaõ prover, e provejaõ as serventias dos officios das justiças della assim, e da maneira que o fazem os Corregedores das Comarcas na forma da dita ordenaçaõ, e mando a todos os Desembargadores, e mais Ministros, officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer cumpraõ, e guardẽ este Alvara inteiramente como nelle se contem o qual se registarâ com

com a Doaçaõ acima referida que trata das serventias nos livros das Camaras das terras do Estado de Bragança, e Caza de Villa-Real, e nas de mais terras de que o Infante he Donnatario para nellas haver noticia do que por elle houve por bem de declarar, e me praz que valha, tenha força, e vigor como se fosse Carta feita em meo nome por mim assinada sem embargo da ordenaçaõ em contrario. Antonio Marques a fes em Lisboa a vinte e tres de Julho de seiscentos sincoenta e seis. Antonio Rodrigues de Figueiredo a fes escrever.

REY.

Doaçaõ delRey D. Joaõ IV. ao Infante D. Pedro, das Saboarias do Sabaõ branco, e preto, da Cidade do Porto, Villas, e Lugares, das Comarcas de Traz os Montes, e Entre Douro, e Minho. Está na Chancellaria do dito Rey, pag. 197, do liv. que principia no anno 1654.

Num. 62.
An. 1656.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dallem mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegaçaõ, comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de Doaçaõ virem que eu hey por bem fazer merce ao Infante Dom Pedro meo muito amado, e prezado filho das Saboarias do Sabam branco, e preto das Cidades do Porto, Villas, e Lugares das Comarcas de tras os montes, e entre douro, e minho assim como vagaraõ por D. Maria Portugal ultima Donataria que dellas foi, e em qualquer parte do Reyno onde estivesse, e isto de juro, e herdade para o Infante, e seos descendentes baroens legitimos precedendo o netto filho de filho mais velho deffunto antes de succeder ao filho segundo do possuidor que he na forma das outras Doaçoens que lhe fis, e o Infante uzara dellas, e haverâ seu rendimento assim, e da maneira que me perteneiaõ, e as teve a dita D. Maria Portugal, e mais pessoas pello que mando a todos os Corregedores, Juises, justiças, officiaes, e pessoas das ditas Comarquas, e a quaesquer outros a que o comprimento desta pertencer, e for mostrada que metaõ a seo Procurador de posse das ditas Saboarias brancas, e pretas, e lhas deixem ter, e haver, e lograr, e possuir, e haver as rendas dellas assim como a mim de direito pertence, nem consentir de que outrem haja de vender, nem fazer ahi o dito Sabaõ, salvo quem tiver seo poder, e as ditas pessoas Rendeiros que seos poderes tiverem para por elle venderem seraõ obrigados a vender pelos preços costumados, e como se contem em huã sentença que D. Nuno Manoel teve contra a Cidade do Porto em que está declarado o preço porque se ha de vender nella o dito Sabaõ, e mais naõ, o que assim se comprirâ, e guardarâ inteiramente sem duvida, nem embargo algum, e por firmeza de tudo mandej dar esta Carta por mim assinada, e sellada do

meo

meo Sello de chumbo pendente. Joaõ da Silva a fes em Lisboa a doze de Outubro de mil e seiscentos sincoenta e seis annos. Fernaõ Gomes da Gama o fes escrever.

ELREY.

Alvará delRey D. Affonso VI. em que concede, que os Ouvidores do Ducado de Bèja, e Villa-Real, passem Cartas de seguro em suas terras, em caso de morte, e outros maleficios. Está na Torre do Tombo, na Chancellaria do dito Rey, pag. 55, do liv. do anno de 1657.

Num. 63.
An. 1658.

EU ElRey faço saber aos que este Alvara virem que havendo respeito a que por sua petiçaõ me enviou dizer o Procurador do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ pedindome lhe mandasse declarar que os seos Ouvidores do Ducado de Beja, e Caza de Villa Real podessem em suas terras passar cartas de seguro no cazo de morte, e outros maleficios na forma que as passaõ os da Caza de Bragança sem embargo da ordenaçaõ do livro segundo tittullo quarenta e sinco parrafo quarenta e sinco que dispoem o contrario, e visto o que allega, e a copia authentica da Doaçaõ que se offereceo, e reposta que sobre tudo deo o Procurador de minha Coroa dandosselhe vista. Hey por bem, e me praz que os Ouvidores do Infante D. Pedro do Duquado de Beja, e Caza de Villa Real passem em suas terras Cartas de seguros em cazos de morte, e de outros malleficios assim como as passaõ os Ouvidores da Caza do Serenissimo Estado de Bragança sem embargo da ordenaçaõ acima refferida, e de qualquer outra que em contrario haja suposto que della se naõ faça expressa mençaõ, e mando a todas as justiças, officiaes, e pessoas de meos Reynos, e Senhorios a que este Alvarâ for mostrado, ou o treslado delle em publica forma, e o conhecimento pertencer que assim o cumpraõ, e guardem como se nelle conthem o qual se registarâ nos livros das Camaras de todos os Lugares do Ducado, e Caza de Villa Real, e mais partes onde tocar, e for necessario para constar a todo o tempo como assim ouve por bem, e vallerâ posto que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenaçaõ do livro segundo tittullo quarenta em contrario. Manoel do Couto a fes em Lisboa a deze de Fevereiro de mil seiscentos sincoenta e outo. Jacintho Fagundes Bezerra o fes escrever.

RAINHA.

Alvará do dito Rey, em que concede, que os Ouvidores das terras do Infantado dem as serventias dos officios de Escrivaens dos Orfãos, e mais officiaes, excepto Juizes. Está a pag. 55, do livro, que principia em o anno 1657.

Num. 64. An. 1658.

EU ElRey faço saber aos que este Alvara virem que havendo respeito ao que me reprezentou por sua petiçaõ o Procurador do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ para effeito de lhe conceder que os Ouvidores das suas terras provessem as serventias dos officiaes dos orphaons assim como proviaõ os mais officios pelas doaçoens que para isso tem, e visto o que allega, e resposta que sobre este particular deo o Procurador de minha Coroa, e as rezoens que ha para fazer ao Infante esta merce. Hey por bem, e me praz de lha fazer que os Ouvidores das suas terras provejaõ nellas as serventias dos officios de escrivaẽs, e mais officiaes dos orphaons excetto os Juizes cujas serventias provê a ley nos Juizes ordinarios, e nos partidores por ter mandado se vaõ extinguindo assim como forem vagando isto sem embargo da ordenaçaõ do livro primeiro titullo noventa e seis, e de pertencer conforme a ella as ditas serventias aos Provedores das Comarquas pello que mando a todos os Desembargadores, e mais Ministros, officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer cumpraõ, e guardem este Alvarâ inteiramente como se nelle contem o qual se registarâ no livro das Camaras das ditas terras, e mais partes adonde for necessario para se ver a todo o tempo o que por elle ouve por bem, e vallerâ como se fora Carta passada em meo nome, e que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenaçaõ do livro segundo tittullo quarenta em contrario. Antonio Marques o fes em Lisboa a catorze de Novembro de seiscentos sincoenta e outo. Antonio Rodrigues de Figueiredo o fes escrever.

RAINHA.

Decreto delRey D. Affonso VI. em que faz merce ao Infante D. Pedro, seu irmaõ, de poder tirar do Estado do Brasil, mil quintaes de pao Brasil. Está no livro dos Decretos da Fazenda da Casa de Bragança, pag. 172.

Num. 65. An. 1662.

PEllo grande amor que tenho ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ, e pelo muito que dezejo fazerlhe em tudo merce conforme as razoens que para isso ha, e como entendo que elle mo merece. Hey por bem que elle possa mandar tirar cada anno do Estado do Brazil mil quintaes de Pau Brazil, sem pagar direitos

direitos delles ſem embargo do Eſtanque que nelle ha o qual para eſte effeito, e neſta parte hey por levantado, e porque de preſente eſtaa o dito Eſtanque concedido ſó â Companhia geral do Comercio pellos annos das ſuas Cappitullaçoens hey outro ſim por bem em quanto ſenaõ acabem haja elle de minha fazenda o que eu havia de haver da dita Companhia pellos ditos mil quintaes de Pau, e depois da dita Cappitullaçaõ os poderâ mandar tirar, e navegar aſſim como minha fazenda o podera fazer; pelas partes a que toca ſe lhe paſſem as ordens neceſſarias. Lisboa a vinte de Agoſto de mil e ſeiſcentos ſeſſenta e dous. A rubrica de ElRey noſſo Senhor.

Decreto do dito Rey ſobre a meſma merce, em que lhe concede poder tirar mais outros mil quintaes de pao Braſil, todos os annos.

Num. 66. An. 1665.

CONſiderando o que he neceſſario ao Infante meo muito amado, e prezado Irmaõ para ſuſtento de ſua Caza com a decencia, e modo que convem, e por dezejarlhe fazerlhe merce por quem elle he, e pello amor que lhe tenho o que eſpero elle correſponderâ conforme as ſuas obrigaçoens. Hey por bem que a Companhia do Comercio geral lhe faça contrebuir com mil quintaes de pao brazil cada anno na forma em que elle tem jâ outros mil, e iſto lhe haver outra parte em que da Coroa ſe lhe poſſaõ conſinar quinze mil cruzados de renda cada anno porque conſignado ou parte ſe deminuirâ proporſionadamente neſtes ditos mil quintaes de pao por ſer minha tençaõ conſervar os direitos, e privillegios da Companhia em tudo o que for poſſivel. A Junta o tenha entendido, e o faça executar aſſim paſſandoſſe os deſpachos neceſſarios em Lisboa a dous de Janeiro de ſeiſcentos ſeſſenta e ſinco. Com a rubrica de Sua Mageſtade.

Carta de confirmaçaõ delRey D. Affonſo VI. ao Infante D. Pedro, da Caſa de Villa-Real, e nova merce dos direitos da marſaria dos dizimos, dos alfinetes, a que chamaõ olho de boy, e da ametade dos direitos dos pentes da Alfandega do Porto, e Villa de Conde. Eſtá na Torre do Tombo, no livro de Padroens, e Doaçoes, que principia no anno 1661, pag. 228, verſ.

Num. 67. An. 1665.

DOm Affonço por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquiſta navegaçaõ Comercio da Ethiopia, Arabia, Perſia, e da India, &c. Faço ſaber aos que eſta minha Carta de Padraõ, e Doaçaõ virem que por parte do Procurador da fazenda do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ me foi aprezentada huma Carta de Doaçaõ da Caza de Villa Real que vagou pela confiſcaſſaõ

do Marques, e Duque de Caminha que meo Pay, e Senhor ElRey D. Joaõ o quarto que eſtaa em gloria havia feito merce ao dito Infante cujo treslado he o ſeguinte.

D. Joaõ por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guine, &c. Faço ſaber aos que eſta minha Carta virem que tendo reſpeito ao que ſou obrigado como Rei, e Pai a dar ſuſtentaçaõ, e Caza aos filhos que Deos por ſua divina miſericordia me conſedeo, e a que ſou tambem a acreſſentar meos deſcendentes para conſervaçaõ, e defenſa da Coroa procurando vivaõ em o Reino, e tenhaõ ſucceſſoens em que ſe perpetue, e dillate o mais que puder ſer o ſangue, e familia Real em que tanto conſiſte o explendor do Reino, e a uniaõ com os eſtranhos lembrandome que ſuccedi neſta Coroa por deſcendente do Senhor Rej D. Manoel meo Treſavou dezejando conſervar como devo ſua memoria naõ ſo de Rey que ſe perpetua em mim, e meos ſucceſſores primogenitos, mas a de Duque de Beja que foi antes de ſucceder na Coroa no Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho, e ſeos deſcendentes multiplicando em meos filhos as memorias de taõ grande Principe tendo por certo do Infante que o ſaberâ imitar muito como deve, e que me ſaberâ ſervir a mim, e ao Principe meo ſobre todos muito amado, e prezado filho, e meos ſocceſſores na Coroa deſtes Reinos toda a honra, e merce que lhe fizer. Hey por bem de o declarar Duque de Beja, e de lhe dar aquella Cidade com toda ſua juriſdicçaõ crime, e civel, datas, Padroados, rendas, foros, e tributos aſſim, e da maneira, e do modo, e forma em que o teve, e ouve o dito Senhor Rey D. Manoel pella Carta de Doaçaõ que della lhe fes ElRei D. Joaõ o Segundo, e melhor ſe dentro dos lemites da dita Carta de doaçaõ melhor puder ſer, e eſta de juro, e herdade para o Infante, e ſeos deſcendentes Baroens legitimos precedendo o netto filho do filho mais velho defunto antes de ſuceder ao filho ſegundo poſſuidor, e porque os rendimentos daquella Cidade lemitada pelo termo que hoje tem naõ baſtaõ para o Infante ſuſtentar os encargos de ſua Caza principalmente deſpois de tomar eſtado. Hey por bem de fazerlhe mais merce de todas as Villas, Lugares, Caſtellos, Padroados, dattas, terras, foros, direitos, tributos, e todo o mais que ſe confiſcou para minha Coroa pela condemnaçaõ do Marques de Villa Real, e Duque de Caminha ſeo filho, que elles, e os donatarios daquella Caza poſſuiraõ, ou foſſe da Coroa, ou patrimonial, e iſto ſem prejuizo de terceiro tudo no modo, e forma, e com a meſma juriſdiçaõ, preheminencias, prerrogativas, com que lhe faço merce da Cidade de Beja, e com que ſe fes ao Senhor Rey D. Manoel quando ſe lhe concedeo em tal maneira que a dita Cidade, Villas, Lugares, e Caſtellos, e o mais que fica refferido ſe reputara tudo por huã meſma couſa, e ſe governarâ, terâ, e poſſuirâ por huã meſma Doaçaõ advertindo que fora do Senhor Rej D. Manoel naõ conceder o ſervir cuvidores Correiçaõ, e ſer neſta parte menor que a das Cazas grandes que hoje hâ no Reino. Hey por bem de conceder aos Ouvidores do Infante,

fante, e seos descendentes a dita Correiçaõ, e toda a mais jurisdiçaõ que hoje tem, e de que uzaõ os Ouvidores da Caza de Bragança que aqui hey por expressas, e declaradas, e porque tomando o Infante, e seos descendentes estado, e tendo filhos he rezaõ que seos Primogenitos hajaõ logo que nascerem tittullo, e Caza conforme a grandeza de seos Pais, e ascendencias de que procedem, e a Caza em que haõ de succeder quero, e mando que o Primogenito do dito Infante, e os mais que o forem de seus desCendentes se chamem logo que nascerem Duques de Villa Real, e tenhaõ, e hajaõ a jurisdiçaõ, rendas, e dattas daquella Villa, uzem, e gozem das preheminencias, e graças, e prerrogativas que por aquelle tittullo lhe competem assim, e da maneira que seos Pays as haim de uzar, e pello ver, e forma de suas mesmas doaçoens, e por firmeza de tudo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, e assellada com o Sello pendente de minhas armas. Dada na Cidade de Lisboa aos onze dias do mes de Agosto. Pantalliaõ Figueira a fes anno de mil e seiscentos e sincoenta e coatro. Pedro Vieira da Silva o fes escrever.

ELREY.

E assim me aprezentou mais o dito Procurador da fazenda do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ huã Provizaõ em que os Senhores Reis antepassados consederaõ ao Marques de Villa Real a dizima da mercaria das couzas das molheres que vem pela Alfandega do Porto, e huã Certidaõ dos officiaes della de que de tudo o treslado he o seguinte.

Nos ElRey mandamos a vôs Joaõ Rodrigues de Saa do nosso Conselho, Vedor da nossa fazenda em a Cidade do Porto, aos Juizes, e Almoxarifes, officiaes das Alfandegas da dita Cidade do Porto, e Villa do Conde, que vôs leyxeis estar de posse o Marques de Villa Real meo muito amado, e prezado Primo da dizima da mercaria das couzas das molheres que vem ter as ditas Alfandegas assim, e pela guisa que a tinha o Marques seo Pay que Deos haja a qual assim leixareis ter como dantes havia athe verdes outro nosso Alvarâ em contrario a este, e o que lhe da dita dizima embargado tendes, e assim tornade. Feito em a arrifana a coatro dias de Desembro. Lopo Fernandes o fes era de mil e quinhentos e dous.

Os officiaes de ElRej nosso Senhor desta sua Alfandega do Porto fazemos saber como pellos livros que nesta dita Alfandega servem da receita della de muitos annos a esta parte consta carregaremse no tittullo da Marqueza os direitos da dizima de alfinetes, bocetas, espelhinhos, de olho de Boj, e de ametade dos ditos direitos dos pentes que entraõ nesta dita Alfandega, e somente estas duas cousas se carregaõ no dito Tittullo da Marqueza, e as mais cousas como saõ cadeados, brochas, espelhos grandes, e outras cousas desta quallidade se carregaõ no tittullo da dizima corrente dos ditos livros pela fazenda de S. Magestade como tudo consta dos di-

tos

tos livros a que nos reportamos em todo, e por todo. Certeficamolo assim por esta por nos assinada, e sellada com o Sello que serve nesta Alfandega. Porto sinco de Mayo de seiscentos quarenta e outo. Francisco Carneiro de Castro, Raphael Carneiro, Placido Carneiro. Pedindome o dito Procurador da Fazenda do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ, que por quanto o Senhor Rey D. Joaõ meo Pay, e Senhor lhe fizera a Doaçaõ assima tresladada da Caza de Villa Real que vagara pela confiscaçaõ do Marques, e Duque de Caminha seo filho para o dito Infante meo Irmaõ a ter com todas as Villas, Lugares, Castellos, Padroados, dattas, terras, foros, direitos, e tributos com tudo o mais assim, e da maneira que os Marquezes de Villa Real a tinhaõ quando se confiscaraõ para minha Coroa, e porque as couzas tocantes a dita Caza era o direito da dizima dos alfinetes, bocetas, espelhinhos pequenos a que chamaõ olho de boj, e ametade dos direitos dos pentes, que vinhaõ pela Alfandega do Porto a que chamaõ direito da merceria das cousas das molheres as quaes sempre se carregaraõ debaixo do tittullo da Marqueza athe a dita Caza ser doada ao dito Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ do qual tempo athe o prezente vaõ carregados em o seo nome como se via da Certidaõ acima, outro sim encorporada dos officiaes da dita Alfandega, e que por despacho de minha fazenda se mandara que o Infante fosse conservado na sua posse de cobrar com tanto que elle dito Procurador da fazenda dentro em hum anno fizesse corrente a doaçaõ deste direito na forma necessaria o qual pelo modo referido pertencia a fazenda do dito Infante como Donatario da dita Caza da qual a este direito pertença sendo couza de taõ pouca consideraçaõ que muitos annos naõ passava de outo mil reis athe dês pouco mais, ou menos pelo que me pedia lhe mandasse passar Carta de confirmaçaõ, ou Doaçaõ dos ditos direitos, e visto por mim seo requerimento, Doaçaõ, Alvarâ, e Certidaõ acima tresladada, e dezejar eu pela vontade, e amor que tenho ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ de lhe fazer merce hey por bem, e me praz de lha fazer dos ditos direitos de merceria dos dizimos dos alfinetes, bocetas, e espelhinhos pequenos a que chamaõ olho de boj, e da ametade dos direitos dos pentes que vem pela Alfandega do Porto a que chamaõ direito da merceria das cousas das molheres se carregavaõ debaixo do tittullo da Marqueza de Villa Real a qual merce faço ao dito Infante D. Pedro de juro, e herdade para sempre para que o tenha elle, e seos successores assim, e da maneira que os tinha, e havia o dito Marquez de Villa Real pela Provizaõ acima tresladada sem a isso se por duvida, nem embargo algum porque assim hey por bem pello que mando aos Vedores de minha fazenda passem as ordens necessarias, e as façaõ passar para que pessoa alguã se intrometa no direito da dizima dos alfinetes, bocetas, espelhinhos pequenos a que chamaõ olho de Boj, e a ametade do direito dos pentes que vem pela Alfandega do Porto a que chamaõ direito da merceria das cousas das molheres que se carregavaõ sempre debaixo do titullo da Marqueza

queza de Villa Real, e os deixem cobrar os ditos direitos a ordem do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ por seo Procurador porque assim lhe faço merce de lhe confirmar os ditos direitos, e delles lhe mandei passar este Padraõ de juro, e herdade para sempre para elle as ter com a dita Caza a que andaõ annexos, e os mais successores a que despois vier, e outro sim mando aos meos Ministros de justiça, ou fazenda a que este for appresentado para o comprimento delle, o cumpraõ, e guardem taõ intejramente como se nelle contem que por firmeza de tudo lho mandei por num assinado, e sellado com o meo Sello pendente do qual naõ pagou direitos novos por ser do Infante. Luis da Silva o fes em Lisboa a quinze de Septembro de seiscentos sessenta e tres annos. Francisco Pereira de Bitancor o fes escrever.

ELREY.

Escritura da compra da Villa de Moura, seu Termo, e Celleiros, Paul de Magos, e Cidade de Lamego, e de todas as prerogativas, que tem as doações da Casa de Bragança. Está na Chancellaria, no livro dos Padroens, e Doações, pag. 153.

Num. 68.
An. 1661.

EM nome de Deos amem Saibaõ quantos este Instromento de venda para sempre, ou como em direito melhor haja lugar virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e sessenta e hum em dezanove dias do mes de Dezembro na Cidade de Lisboa, e Caza do Estado de Bragança estando ahj presente de huã parte o Lecenciado Bento Cardozo Ozorio Procurador geral do mesmo Estado, e do Serenissimo Senhor Infante D. Pedro, e da outra o Lecenciado Francisco Lopes Henriques Procurador tambem do mesmo Estado de Bragança, e Caza da Supplicaçaõ como Procurador que dice ser da Serenissima Senhora Infanta D. Catherinna em virtude da Procuraçaõ que mostrou assinada pela dita Senhora que no fim desta escritura hirà tresladada como tambem a que a Rainha nossa Senhora deu especial ao dito Lecenciado Bento Cardozo Ozorio como Administradora da pessoa, e bens do dito Senhor Infante para effeito desta escritura, e pelo dito Lecenciado Francisco Lopes Henriques foi dito a mim Taballiaõ perante as testemunhas ao diante nomeadas que o Senhor Rey D. Joaõ o Quarto que santa gloria haja Pai da dita Senhora Infante por sua Carta patente do primeiro do mes de Novembro de mil e seiscentos e sincoenta e seis que tambem no fim desta escritura hirâ tresladada. Tendo respeito a idade em que se achava a Serenissima Senhora Infante sua filha, e a obrigaçaõ que lhe corria de lhe dar dotte, e sustentaçaõ, e a naõ lhe ter feito merce alguã, e ao muito que lhe hera necessario para sustentar seu Estado conforme sua quallidade, e

ao que a rezaõ, e conveniencia do Reino pedia, e em particullar por ſeos merecimentos peſſoaes, e grande amor que lhe tinha ouve por bem fazerlhe merce entre outras da Cidade de Lamego, e ſeu Termo, e da Villa de Moura, e ſeu Termo com ſuas rendas, direitos, foros, tributtos, officios, dattas, Caſtellos, e Padroados, excepto as Alfandegas, ſizas, e Biſpado da dita Cidade que ſempre ficaraõ a Provimento da Coroa aſſim, e da maneira que o dito Senhor entaõ poſſuhia a dita Cidade, e Villa, e melhor ſe melhor podeſſe ſer com toda a juriſdiçaõ crime, e civel mero miſto Imperio, e com todas as mais prerrogativas que tinhaõ as doaçoens da Caza de Bragança que na dita Doaçaõ houve por expreſſas, e declaradas, e lhe ſes mais merce dos Selleiros da dita Villa de Moura na parte que tocava a dita Villa aſſim como tinha feito merce ao dito Sereniſſimo Senhor Infante D. Pedro da parte dos meſmos Selleiros que tocava a Villa de Serpa de que o dito Senhor Infante he donatario, e aſſim mais lhe fes merce do Paul de Magos que havia pouco tinha mandado romper e todo o ſobredito de juro, e herdade na forma da lej mental para a dita Sereniſſima Senhora Infante, e ſeos ſucceſſores ſalvando o direito dos donatarios que tiveſſem nas ditas couſas que ficaria em ſeu vigor em quanto duraſſem os termos de ſuas doaçoens, e que acabados elles da maneira que os ditos bens, e juriſdiçoens, e mais direitos que os mais donatarios poſſuiſſem ouveſſem de vir a Coroa naõ vagaria para elle, ſenaõ para a dita Senhora Infante, e ſeos ſucceſſores para os terem, e poſſuirem na forma da dita Doaçaõ a qual lhe fazia com tal declaraçaõ que ſe tomaſſe Eſtado fora do Reino, e por eſta rezaõ, ou outra igualmente poderoza lhe quizeſſe a Coroa ſatisfazer o juſto vallor das doaçoens contheudas na dita Carta patente ſeria a dita Senhora obrigada a deſiſtir dellas concluindo que a dita doaçaõ aſſim neſta parte, e couſas acima declaradas como em todo o contheudo na dita Carta ſe daria a execuçaõ inteiramente no melhor modo, e forma que convieſſe, e que quando ouveſſe contra ella, ou contra alguã parte por piquena que foſſe tal impedimento que naõ podeſſe ter ſeo comprido effeito em parte, ou em todo havia por bem que a parte em que o naõ podeſſe ter ſe ſupriſſe com outra equivallente de tal modo, e forma que ſempre teria effeito o vallor das merces que pela dita Carta havia feito a dita Senhora Infanta declarando que todo fazia de ſeu moto proprio, certa ſciencia, poder Real, e abſoluto no melhor modo, e forma que de direito a devia, e podia fazer como melhor, e mais cumpridamente conſtava da dita Carta patente, e deſpois da dita Doaçaõ por Alvarâ da datta do meſmo anno, e dia que tambem hirâ tresladado no fim deſta eſcritura ouve o dito Senhor Rey por bem declarar que por quanto fizera a dita merce a dita Senhora Infante com tal declaraçaõ que ſe ella tomaſſe eſtado fora do Reyno, ou por outra rezaõ igualmente poderoza lhe ſatisfaria a Coroa o vallor das ditas Doaçoens, e ſeria a dita Senhora Infante obrigada a diziſtir dellas, e por evitar duvidas que ao diantej poderiaõ haver na eſtimaçaõ, e vallor das doaçoens contheudas na dita Carta ſuccedendo aquelle cazo o mandara

ver

ver com particullar consideraçaõ o que renderiaõ as ditas dattas, e prerrogativas, e precedendo esta dilligencia ouve por bem declarar, e estimar o vallor das ditas Doaçoens em quinhentos mil cruzados que a Coroa daria a dita Senhora Infanta succedendo o cazo referido advertindo por hora que como o Paul de Magos se rompera por conta do dito Senhor havia elle sempre no dito cazo de ficar a sua despoziçaõ despois da deixaçaõ da dita Senhora Infanta como mais largamente se contem no dito Alvarâ, e que por quanto agora estava tratado, e effeituado o cazamento da dita Senhora Infanta com o Senhor Rey da Graõ Bretanha viera o cazo prevenido nas ditas Doaçoens de tomar estado fora do Reyno, e estar o Patrimonio Real exhausto com os grandes despendios que padeceo no tempo da dita administraçaõ dos Reys de Castella, e com as grandes despezas que tem feito na guerra por discurso de tantos annos, e em suas Conquistas, e se naõ achar a Coroa em estado para remir, e satisfazer o vallor e estimaçaõ de doaçaõ que o dito Senhor fes a dita Senhora Infanta da dita Cidade de Lamego, Villa de Moura, Selleiro de Serpa, e Paul de Magos como acima vai declarado, e ser precizamente necessario valerse a dita Senhora da dita estimaçaõ para se compor parte de seu dotte, e despezas precizas, e necessarias para o apresto de sua viagem ao Reyno de Inglaterra (que felice seja) e que em rezaõ disto hera necessario buscarse meyo conveniente para a dita Senhora Infanta se poder valler do vallor estimaçaõ da dita Cidade de Lamego, Villa de Moura, e seos Selleiros, e Paul de Magos, e naõ havia outro mais proporcionado que vender, e trespassar a dita Senhora Infanta os tais bens, assim, e da maneira que lhe pertenciaõ por vertude das ditas doaçoens, e alvarâ ao dito Senhor Infante D. Pedro, o que sendo presente a S. Magestade, que Deos guarde ouve por bem dar licença aos ditos Senhores Infante, e Infanta para que por seos Procuradores, ou pelas pessoas que seos poderes tivessem pudessem comprar, e vender os ditos bens, terras, direitos, e jurisdiçoens como mais largamente consta do Alvara de trinta de Agosto deste presente anno que tambem ao diante hirâ tresladado, e que para a dita compra, e venda se fazer com mais segurança de huma, e outra parte de presente, e ao futuro o dito Senhor ouvera por bem de suprir a menoridade dos ditos Senhores Infantes e todas as mais solemnidades, requesitos por direito, e ordenaçaõ do Reyno para se poderem comprar, e vender os bens dos menores como se todos actualmente entreviessem na dita compra, e venda declarada no dito Alvara derrogando todas as leis que fizessem em contrario havendo-as por expressas, e declaradas para o mesmo effeito sem embargo da ordenaçaõ, livro segundo tittullo quarenta e coatro em contrario como melhor se vê da postilla posta nas costas do dito Alvara da datta de vinte e dous de Setembro proximo passado. E por quanto des o tempo em que se destinou a dita venda precedendo as informaçoens necessarias se conferio por muitas vezes por homens peritos, e de experiencia, e ministros que tinhaõ rezaõ de saber do vallor, e estimaçaõ da dita Cidade de Lamego, Villa de

 Moura,

Moura, Selleiros, e Paul de Magos com todas ſuas rendas, e direitos, juriſdiçoens, Padroados, prerrogativas aſſim, e da maneira que ſe referem na dita Carta patente ſe achou, e concluio, e achou ſer a eſtimaçaõ, e comum preço a quantia de cento e ſincoenta mil cruzados pouco mais, ou menos, e neſte preço, e quantia eſtavaõ elles ditos Procuradores de parte, a parte ajuſtados em virtude dos poderes de ſuas procuraçoens, e por aſſim ſer elle Lecenciado Franciſco Lopes Henriques da procuraçaõ que tinha da dita Senhora Infanta diſſe que em nome da dita Senhora vendia como em effeito vendeo, e treſpaſſou deſte dia para todo ſempre em o Lecenciado Bento Cardozo Ozorio como Procurador do dito Senhor Infante D. Pedro, e ſeos herdeiros, e ſucceſſores a dita Cidade de Lamego, Villa de Moura, Selleiros, e Paul de Magos com todas ſuas pertenças, padroados, juriſdiçoens, mero, e miſto imperio, dattas, direitos, foros, tributos, e prerrogativas, e aſſim, e da maneira que todo vai declarado na dita Carta patente, e pertenciaõ, e podiaõ pertencer a dita Senhora Infanta, e ſeos herdeiros, e ſucceſſores com todas as qualidades, e circunſtancias tudo na forma das ditas doaçoens pelo dito preço dos ditos cento e ſincoenta mil cruzados, e pelo dito Lecenciado Bento Cardozo Ozorio foi dito que elle como Procurador do dito Senhor Infante aceitava o dito treſpaſſo das ditas doaçoens de juro, e herdade para ſempre para o dito Senhor Infante, e ſeos ſucceſſores em virtude do dito contrato de venda, e preço dos ditos cento e ſincoenta mil cruzados os quaes entregou com effeito a Joaõ Froes de Aguiar Theſoureiro do dotte da dita Senhora Infante de que paſſou ſeo conhecimento em forma que o dito ao diante hirâ tambem tresladado pela qual rezaõ o dito Lecenciado Franciſco Lopes Henriques diſſe que viſto eſtar entregues os ditos cento e ſincoenta mil cruzados preço deſta venda ao dito Thezoureiro elle como Procurador da dita Senhora Infante dava quitaçaõ por eſta publica eſcritura da dita quantia havendo ao dito Senhor Infante, e a todos ſeos herdeiros, e ſucceſſores por deſobrigados della para ſempre, e para poderem lograr os ditos bens doados com todos ſeos effeitos na forma ſobreditta, e em virtude deſte contrato, e pelo dito Lecenciado Bento Cardozo Ozorio Procurador do dito Senhor Infante que por quanto no Alvarâ ſobredito do primeiro de Novembro de mil ſeiſcentos ſincoenta e ſeis S. Mageſtade que Deos haja declarara que fazendo a dita Senhora Infanta deixaçaõ do dito Paul de Magos ficaria elle ſempre a ſua diſpoſiçaõ por ſe aver rompido por ſua Carta elle outorgante para ceſſarem duvidas ao futuro fizera petiçaõ a S. Mageſtade que Deos guarde para declarar que aquella reſerva naõ tinha lugar mais que no cazo que o dito Paul foſſe comprado a dita Senhora Infanta com os bens da Coroa na forma declarada no dito Alvara e naõ ſendo como foi remido, e comprado com o dinheiro do dito Senhor Infante porque neſte caſo naõ havia de ficar a diſpoſiçaõ do dito Senhor ſenaõ ao dito Senhor Infante, e que S. Mageſtade por Decreto de dezaſette de Outubro deſte preſente anno que tambem abaixo hirâ tresladado deferindo a dita petiçaõ aſſim o declarara havendo

por bem que o dito Paul ficasse ao dito Senhor Infante, e a seos successores como pertencia, e havia pertencer a dita Senhora Infante sem embargo da clauzulla do dito Alvara a qual cessava visto o dito Paul ser comprado, e remido com o dinheiro do dito Senhor Infante a cuja dispoziçaõ, e de seos successores havia de ficar, e queria que ficasse requerendome o dito Procurador do Senhor Infante que assim o estendesse nesta escritura, e nelle fosse tambem inserto este decreto para a todo o tempo constar desta declaraçaõ, e todo o sobredito os ditos Procuradores outrogaraõ, e assistiraõ de parte a parte prometendo em nome dos ditos Senhores Infantes que este contracto será para sempre firme, e valiozo, e que a dita Senhora Infante o faria sempre bom, e irrevogavel na forma que os ditos bens lhe foraõ concedidos por sua Carta patente renunciando de parte a parte todos os privillegios, liberdades, prerrogativas, e preheminencias das pessoas dos ditos Senhores Infantes seos constetuintes para nunca virem contra este contracto obrigandosse em cazo que sobre elle se movesse alguã duvida a responder aonde, e perante quem ElRey nosso Senhor sucessor os ordenasse, e renunciavaõ privilegios de sua menoridade, e o beneficio de restituiçaõ, e todos os mais concedidos, e incorporados em direito, e fora delle, e para mais firmeza deste contrato requerendome que o estendesse nestas minhas nottas, e delles se passassem todos os instromentos necessarios que aceitaraõ nos nomes que representaõ, e eu Tabelliaõ todo aceito como pessoa publica estipullante, e aceitante, e o treslado dos Alvaras, e da Carta de que atras se fas mençaõ he o seguinte.

D. Catherina Infanta de Portugal, &c. Pella presente nomeyo por meo Procurador o Lecenciado Francisco Lopes Henriques avogado da Caza da Supplicaçaõ, e lhe concedo especial poder, e faculdade para que por mim, e em meu nome com livre e geral administraçaõ possa vender ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ a Cidade de Lamego, Villa de Moura, e Paul de Magos de que de tudo sou Donnataria por merce, e Doaçaõ que me fes ElRey meo Senhor, e Pay que sancta gloria haja por Carta patente do primeiro de Novembro de mil e seiscentos sincoenta e seis, assim, e da maneira que na dita Carta he coutheudo, e declarado, e para effeito da dita venda, e compra pelo preço em que se ajustarem se faraõ com as solemnidades, e seguranças costumadas as escrituras que forem necessarias, e tudo pelo dito Francisco Lopes Henriques vendido, feito, e requerido haverey por bem, firme, e valliozo. Domingos Alvares de Andrade a fes em Lisboa a nove de Mayo de mil e seiscentos e sessenta e hum. Antonio de Souza Tavares o fes escrever.

A INFANTA.

Ha V. Alteza por bem dar poder ao Lecenciado Francisco Lopes Henriques advogado da Caza da Supplicaçaõ para que em seu nome possa vender ao Senhor Infante D. Pedro a Cidade de Lame-

go, Villa de Moura, e Paul de Magos de que V. Alteza he Donnataria da maneira acima declarada.

Eu a Rainha como Tutora, e Adminiftradora da peffoa, e Eftado, e bens do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho faço faber aos que efte Alvara virem que por elle dou poder efpecial ao Lecenciado Bento Cardozo Ozorio Procurador de todas as cauzas do Eftado de Bragança, e do mefmo Infante para em feo nome comprar a Infanta D. Catherina minha muito amada, e prezada filha a Cidade de Lamego, Paul de Magos, e Villa de Moura de que he donnataria pelo preço em que fe ajuftarem, e para fazerem a efcriptura de compra, e venda com as folemnidades, e feguranças neceffarias, e todo o por elle feito haverei por firme, e valliozo, &c. Domingos Alvres de Andrade a fes em Lisboa a outo de Mayo de mil e feifcentos feffenta e hum. Antonio de Souza Tavares o fis efcrever.

RAINHA.

Ha V. Mageftade por bem como Tutora, e Adminiftradora da peffoa, e Eftado, e bens do Senhor Infante D. Pedro dar poder ao Lecenciado Bento Cardozo Ozorio para poder comprar a Senhora Infanta D. Catherinna a Cidade de Lamego, Villa de Moura, e Paul de Magos de que he donnataria.

D. Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guinê, e da Conquifta navegaçaõ Comercio da Ethiopia, Arabia, Perfia, e da India, &c. Faço faber aos que efta minha Carta patente virem que tendo refpeito a idade em que fe acha a Infanta D. Catherina minha muito amada, e prezada filha, e a obrigaçaõ que me corre de lhe dar fuftentaçaõ, e dotte, e lhe naõ ter feito merce alguã, e ao muito que lhe he neceffario para fuftentar feu Eftado conforme o que he, e ao que a rezaõ, e a conveniencia do Reyno pede que ella tenha ao diante, e tendo outro fim refpeito ao aperto em que fe acha o patrimonio da Coroa com a decipaçaõ que padeceo do tempo da introduçaõ dos Reys de Caftella, e ao que tem defpendido com a guerra de tantos annos nos Reynos, e nas Conquiftas acomodando affim a neceffidade da Infanta como as do Reyno no melhor modo que pode fer tendo por certo da Infanta que mo faberá merecer toda a merce que lhe fizer, e que feos fucceffores faraõ o mefmo ao Principe meo fobre todos muito amado, e prezado filho, e aos Reys que lhe ouverem de fucceder na Coroa deftes Reynos, e por folgar por todos eftes refpeitos, e em particullar pellos merecimentos peffoaes da Infanta que acrefentaõ muito a eftimaçaõ que della faço, e grande amor que lhe tenho hey por bem fazerlhe merce da Ilha da Madeira com todos feos lugares, da Cidade de Lamego, e feo termo, da Villa de Moura, e feo termo tudo com fuas rendas, direitos, foros, tributtos, officios, dattas, Caftellos, e Padroados excepto Alfandegas, fizas, e os Bifpados de Lamego, e Funchal que fempre ficaraõ de Provizaõ da Coroa affim, e da maneira que eu hoje

je possuo aquella Ilha, Cidade velha, e melhor se melhor pode ser com toda sua jurisdiçaõ crime, e civel, mero, e misto Imperio com todas as mais prerrogativas que tem as doaçoens da Caza de Bragança, que aqui hey por expressas, e declaradas entendendo nas que a Caza tem incorporadas para seos successores, e naõ nas pessoaes que por doaçaõ de favor consederei a Infante quaes convem â sua pessoa, e considiaõ meos Antecessores aos seus segundo as pessoas de cada hum, e as ocazioens, e ocorrencias dos tempos. E porque a renda da dita Ilha, Cidade de Lamego, e Villa de Moura tirado as sizas, e Alfandegas he lemitada. Hey por bem que das rendas das Alfandegas da Ilha se pague ordenado ao Governador que nella ouver de haver que serâ nomeado pela Infante, e seos successores com aprovaçaõ minha, e dos meos, e se pagarâ mais do mesmo rendimento das Alfandegas a despeza do Prezidio, ou Prezidios da dita Ilha naõ passando do que hoje saõ, e lhe faço mais merce dos Selleiros de Moura na parte que toca a esta Villa assim como concedi ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho a parte dos mesmos Selleiros que toca a Villa de Serpa de que he Donnatario, e lhe faço outro sim merce do Paul de Magos que hâ pouco tempo rompi; tudo o sobredito de juro, e herdade na forma da ley mental para ella, e seos successores baroens lidimos precedendo o netto filho do filho mais velho defunto antes de suceeder ao filho segundo, e mais filhos do ultimo possuidor disto salvando os direitos dos Donatarios que ouver na dita Ilha, e mais lugares declarados nesta Doaçaõ que ficarâ em seo vigor em quanto durarem os termos de suas Doaçoens, e acabadas ellas de maneira que hajaõ de tornar os bens, jurisdiçoens, e o mais que possuhirem a Coroa de meos Reynos naõ vagaraõ para ella, senaõ para a Infanta, e seos successores para as terem, e possuirem na forma desta Doaçaõ, e faço a Infante a Doaçaõ desta Ilha, e mais contheudas nesta Carta com tal declaraçaõ que se tomar Estado fora do Reyno, e por esta rezaõ, ou outra igualmente poderoza lhe quizer a Coroa satisfazer o justo vallor destas Doaçoens serâ obrigada a desistir dellas, e posto que os beneficios da dita Ilha se provejaõ como da Ordem de Christo pella Meza da Consciencia os concedo a Infante, e seos successores para os prover como Donatarios daquelles Padroados, ou do uzo delles assim, e da maneira que a Caza de Bragança prove alguãs Comendas da mesma Ordem, e sendo necessario fazer tambem esta Doaçaõ dos beneficios, e da Ilha como Mestre, e Governador, e perpetuo Administrador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo o faço como tal ou de juro, e herdade, ou quando nisto haja impedimento em vida de tres pessoas no melhor modo, e forma que puder ser para que tenha seo comprido effeito para o que sendo outro sim necessario se supplicara a S. Sanctidade executando a doaçaõ assim nesta parte, como em todas as mais muito pontual, e inteiramente no melhor modo, e forma que convier, e quando haja contra ella, ou contra alguã parte por pequena que seja tal impedimento, ou em todo, ou em parte naõ possa esta doaçaõ ter comprido effeito. Hey por bem que a parte

te em que o naõ puder ter se supra em outra equivallente em tal modo, e forma que sempre tenha effeito, e vallor de merce que faço a Infante por esta Carta a qual merce, e deaçaõ lhe faço de meo motto proprio, certa sciencia, poder Real, e absoluto no melhor modo, e forma que de direito posso, e devo, e por firmeza de todo o que dito he lhe mandei dar esta Carta per mim assinada, e passada pela minha Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas Armas. Dada na Cidade de Lisboa o primeiro do mes de Novembro. Luis Teixeira de Carvalho a fes anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos sincoenta e seis. Pedro Vieira da Silva a fis escrever.

ELREY.

Carta patente porque V. Mageſtade fas merce a Sereniſſima Infante D. Catherina da Ilha da Madeira, Cidade de Lamego, Villa de Moura, e seos Selleiros, e do Paul de Magos com suas rendas, Padroados, excepto sizas, Alfandegas, e Bispados na forma da ley mental, na maneira acima declarado, para V. Mageſtade ver. Francisco de Carvalho. ⵎ Naõ deve direitos novos por ser Infante, e os naõ dever por estar assim em estillo nas pessoas Reaes. Lisboa tres de Novembro de mil e seiscentos sincoenta e seis. Henrique Correa da Silva. ⵎ Pagou nada por ser da Senhora Infante, e conforme o Regimento naõ dever direitos a fazenda de S. Mageſtade. Lisboa tres de Novembro de mil seiscentos sincoenta e seis, e aos officiaes por estimaçaõ conforme a determinaçaõ do Chanceller môr sessenta e coatro mil e cem reis comcorda. Gaspar Maldonado. ⵎ Registada na Chancellaria no livro dos Padroens, e Doaçoens a folhas cento e sincoenta e tres. Joaõ de Payva de Albuquerque.

Eu ElRey faço saber aos que este Alvarâ virem que eu fis merce a Infante D. Catherinna minha muito amada, e prezada filha da Ilha da Madeira com todos seos Lugares, Cidade de Lamego, Villa de Moura com seos Selleiros, e Paul de Magos com tal declaraçaõ que se a Infante tomar estado fora do Reyno, ou por outra rezaõ igualmente poderosa lhe quizer a Coroa satisfazer o vallor daquellas Doaçoens serâ a Infante obrigada a dezistir dellas como tudo se vê da Carta da mesma Doaçaõ que foi feita no dia da data deste Alvarâ e porque dezejo evitar duvidas ao diante, e as pode haver succedendo aquelle cazo na estimaçaõ, e vallor das Doaçoens mandando-as ver particullarmente ao que rendem os direitos, e ventajens, e prerrogativas dellas hey por bem declarar o vallor das ditas Doaçoens em quinhentos mil cruzados que a Coroa deve satisfazer a Infante succedendo o cazo referido, e que nem a Coroa poderâ darlhe menos, nem a Infante deixar de dezistir, e largar as Doaçoens entregandolhe aquella somma, advertindo porem que como o Paul de Magos se rompeo por minha conta ha sempre neste cazo de ficar â minha despoziçaõ despois da deixaçam da Infante, e para a todo o tempo constar desta rezoluçaõ minha mandei passar este Alvarâ como

parte

parte daquella doaçaõ a qual quero que valha como Carta, e que naõ passe pela Chancellaria sem embargo das Ordenaçoens do livro segundo, tittullo trinta e nove e quarenta, que o contrario dispoem. Luis Teixeira Carvalho o fes em Lisboa ao primeiro do mes de Novembro de mil e seiscentos sincoenta e seis. Pedro Vieira da Silva a fes escrever.

REY.

Eu ElRey faço saber aos que este Alvarâ virem que tendo respeito a que ElRey meo Senhor, e Pay, que santa gloria haja com justa, e devida consideraçaõ ouve por bem fazer merce a Infanta D. Catherinna minha muito amada, e prezada Irmaã da Doaçaõ da Cidade de Lamego, e Villa de Moura, e seos Selleiros, e do Paul de Magos com suas rendas, e Padroados excepto as sizas, Alfandegas, e Bispados tudo na forma contheuda, e declarada em a Carta patente da doaçaõ feita ao primeiro do mes de Novembro do anno de mil e seiscentos sincoenta e seis para com o mais que na dita doaçaõ se conthem servir em parte por dotte, e sostentaçaõ da mesma Infante sendo tudo inferior ao necessario para seo Estado, e por Alvarâ do primeiro dia do mes de Novembro do dito anno ser servido ElRey meo Senhor, e Pay fazer declaraçaõ se a Infante tomasse estado fora do Reyno, ou por outra razaõ igualmente poderosa se compuzesse o vallor da dita doaçaõ tendo consideraçaõ aos rendimentos destas, e ventagens, prerrogativas della, e hora naõ haver lugar de se poder compor no cazo que de presente se offerece de cazar a Infante fora do Reyno conforme ao que no dito Alvarâ se premiditou, e ser necessario uzar de outro meyo para acommodar a Infante em a falta de seo dotte em o que se naõ acha outro mais conveniente que dando licença ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ para comprar a Infante as ditas terras, direitos, e jurisdiçoens dellas assim como lhe pertenciaõ, e podiaõ pertencer na forma da dita Doaçaõ. Hey por bem, e me praz conceder licença ao Infante, e Infanta para por seos Procuradores, ou pelas pessoas que seos poderes tiverem possaõ comprar, e vender as ditas terras que saõ seos direitos, e jurisdiçoens intervendo em seu pacto, e contractos aquellas deligencias, e solemnidades que para a substancia, forma, e vallidade dellas forem necessarias, e este Alvarâ se comprirâ como nelle se declara sem embargo da reposta, que sobre isto deo o Procurador de minha Coroa, e valera posto que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçaõ do livro segundo tittullo quarenta em contrario. Manoel do Coutto o fes em Lisboa a trinta de Agosto de mil e seiscentos sessenta e hum. Jacinto Fagundes Bezerra o fes escrever.

RAINHA.

Ruy de Moura Presidente.

Ha

Ha V. Mageſtade por bem que os Senhores Infante, e Infanta por ſeos Procuradores poſſaõ comprar, e vender as terras acima nomeadas, e os ſeos direitos, e juriſdiçoens tudo na maneira, e com as declaraçoens neſte referidas. Para V. Mageſtade ver.

Por Decreto de S. Mageſtade que Deos guarde de dezouto de Julho de mil e ſeiſcentos ſeſſenta e hum, e deſpacho do Dezembargo do Paço de trinta de Agoſto do dito anno. Hey por bem que o Alvarâ atras ſe cumpra como ſe nelle declara para o que hei por ſuprida a Idade dos Infantes nelle declarado meos muitos amados, e prezados Irmaõs, e todas as mais ſolemnidades, e requizitos de direito, e ordenaçoens do Reyno como ſe todos actualmente citar ouveſſe na compra, e venda de que o dito Alvarâ trata, e outro ſim hei por bem derrogar todas as leis, e ordenaçoens que fizerem em contrario as quaes hey por expreſſas, e declaradas para o meſmo effeito como pedirem os Procuradores dos Infantes, e eſta apoſtilla, e o dito Alvarâ valler poſto que ſeo effeito haja de durar mais de hum anno ſem embargo outro ſim da Ordenaçaõ do livro ſegundo, tittullo quarenta em contrario. Manoel do Coutto a fes em Lisboa a vinte e dois de Setembro de mil e ſeiſcentos e ſeſſenta e hum. Jacinto Fagundes Bezerra o fis eſcrever.

RAINHA.

Na apoſtilla Ruim de Moura Preſidente. = Na apoſtilla pagou nada por ſer do ſerviço de S. Mageſtade. Lisboa vinte e outo de Setembro de ſeiſcentos ſeſſenta e hum, a mim nada por o quittar. = D. Gaſpar Maldonado deſpelleta. = Fernando de Mattos de Carvalho. = Nam deve noves direitos por ſer do ſerviço de S. Mageſtade. Lisboa vinte e outo de Setembro de mil e ſeiſcentos e ſeſſenta e hum. Henrique Correa da Silva.

Diz o Procurador do Senhor Infante D. Pedro que depois de S. Mageſtade que Deos haja fazer Doaçaõ a Sereniſſima Senhora Infanta D. Catherinna da Ilha da Madeira, Cidade de Lamego, Villa de Moura com ſeos direitos, Seleiros, e Paul de Magos de juro, e herdade declarou que ſe a dita Senhora Infante tomaſſe eſtado fora do Reyno ſe lhe ſatisfaria pela Coroa o vallor das ditas Doaçoens que eſtimou em quinhentos mil cruzados com cuja ſatisfaçaõ ſeraa a dita Senhora obrigada a deziſtir dellas, e com declaraçaõ que ſuccedendo eſte cazo ſempre o Paul de Magos ficara a diſpoziçaõ do dito Senhor deſpois da dita Senhora haver feito deixaçaõ dellas por o haver rompido â ſua cuſta, e por a dita Senhora tomar eſtado fora do Reyno, e os bens da Coroa eſtarem attinuados, e ſe naõ poderem remir as ditas terras com ſeu dinheiro foi V. Mageſtade ſervido a dar licença ao Senhor Infante D. Pedro para comprar a dita Senhora a Cidade de Lamego, Villa de Moura, e Paul de Magos por preço de cento e ſincoenta mil cruzados termos em que naõ pode ficar o dito Paul a deſpoziçaõ Real na forma da dita declaraçaõ deſpois da deixaçaõ da dita Senhora por ſe naõ remir com o dinheiro

ro da Coroa a que sô o cazo em que ella podia ter lugar, mas naõ sendo remido com o dinheiro do dito Senhor Infante que o comprou por mayor conveniencia do Reyno. Pede a V. Magestade, que para se evitarem duvidas ao futuro lhe faça merce declarar que visto o dito Paul ser remido com o dinheiro do dito Senhor Infante precedendo, licença, e faculdade de V. Magestade naõ tem lugar a dita declaraçaõ, e que sem embargo della fique sempre o dito Paul à dispoziçaõ do dito Senhor Infante, e seos successores de juro, e herdade na conformidade que a dita Senhora Infante a tinha, e possuya por suas doaçoens, e recebera merce. Bento Cardozo Ozorio.

Deferindo a petiçaõ do Procurador do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ. Hey por bem, e me praz declarar que de mais da licença que tenho concedido na forma do Alvarâ que para isso mandei passar para se poderem celebrar os pactos da compra, e venda de que se fas mençaõ o Paul de Magos fique ao Infante, e seos successores assim como pertencia, e havia de pertencer a Infante D. Catherinna minha muito prezada, e amada Irmaã sem embargo da clauzulla escrita em sua Doaçaõ de que tomando estado a Infante fora do Reyno tornaria o dito Paul ficar a minha dispoziçaõ por quanto a dita clauzulla fica cessando, e como se posta naõ fosse por ser o dito Paul ora remido pela fazenda do mesmo Infante, e a cuja despoziçaõ, e de seos successores deve ficar, e quero fique. Lisboa dezasette de Novembro de seiscentos e sessenta e hum, com huã rubrica da Rainha nossa Senhora.

A folhas coatrocentas e vinte e sinco do livro da Receita de Joaõ Froes de Aguiar Thezoureiro do dinheiro para o negocio de Inglaterra ficaõ carregados sessenta contos de reis que lhe entregou o Doutor Bento Cardozo Ozorio Procurador do Estado do Serenissimo Senhor Infante D. Pedro preço da venda porque o dito Senhor Infante comprou a Serenissima Senhora D. Catherinna Rainha da Gram Bretanha a Cidade de Lamego, Villa de Moura, Selleiros de Serpa, e Paul de Magos, e da dita Receita se passou este conhecimento em forma feito por mim, e assinado por ambos. Em Lisboa dezasseis de Dezembro de seiscentos sessenta e hum. Joaõ Francisco Froes. E tresladados os concertey com os proprios a que me reporto testemunhas que foraõ presentes Balthezar Gomes, e Rodrigo de Almeida, e Luis da Sylva officiaes do Estado de Bragança, e eu Taballiaõ dou fee serem estes outrogantes os proprios aqui contheudos que na notta assinaraõ com as testemunhas, e declararaõ elles Procuradores dos ditos Senhores Infantes que o contrato de venda que se trata nesta escritura estava ja ajustado em toda sua perfeiçaõ no mes de Março deste presente anno muito tempo antes que se celebrasse o cazamento da dita Senhora Infante com o Senhor Rey da Gram Bretanha, e se suspendeo athe o presente o reduzirse a esta escritura athe se fazer entrega dos ditos cento e sincoenta mil cruzados preço desta venda, e com esta declaraçaõ outorgaõ esta escritura como se fora feita no dito tempo. Testemunhas os ditos, e eu Theodoro da Costa de Souza Tabaliaõ o escrevi. = O Leceneiado

 Fran-

Francisco Lopes Henriques. = Bento Cardozo Ozorio. = Rodrigo de Almeida. = Luis da Silva. = Balthezar Gomes. = E eu Antonio da Silva Canto Taballiaõ de nottas por ElRey nosso Senhor nesta Cidade de Lisboa que este Instromento de notta de Theodoro da Costa de Souza que neste officio servio a que me reporto a fis tresladar, concertey, sobescrevi, conferi, e assinei em razo. Lisboa Occidental de Março trinta e hum de mil e settecentos e vinte e hum. Concertado por mim Taballiaõ. Antonio da Silva Canto.

Decreto, que o Infante D. Pedro mandou aos Tribunaes, quando entrou a governar. Está na Livraria m. s. do Duque de Cadaval, livro num. 2, de papeis varios, pag. 41.

Num. *69.*
An. *1667.*

OBrigado das necessidades, e perigos em que se vem estes Reynos e das instancias que sobre seu remedio, me tem feito muitos vassallos delle, dos mayores na idade, e na qualidade mais zelozos, e mais empenhados, em sua conservaçaõ, dezejo a muitos dias de achar meyos suaves para atalhar os damnos, que ja de taõ perto os ameaçavaõ; mas naõ me foi possivel porque desde o dia, em que alguas pessoas levaraõ a ElRey meu Senhor a Alcantara, e tumultuariamente lhe fizeraõ tomar naquella quinta o governo de seus Reynos persuadindolhe, que a Rainha minha Mãy e Senhora que Deos tem, e os Ministros de que ElRey meu Senhor e Pay, e ella faziaõ muita confiança lhe dilatavaõ a entrega do governo, com intento de lhe tirarem a Coroa, se naõ fiou S. Magestade de mais pessoas, que daquellas, e de outras escolhidas por elles, para lhe impedirem os meios de conhecer taõ prejudicial engano, atrevendo-se para que naõ ouvese quem lhe mostrase e perturbase sua valia a levar sem outro fim a huã prizaõ afrontoza, e a matar cruelmente nella a Rainha minha Mãy e Senhora, cauza bastante para padecermos mayores castigos, e a desterrar desta Corte taõ grandes pessoas, por tanto tempo, e para taõ ruins lugares, em que receberaõ os damnos que saõ notorios, sendo mayor, impedirem por este modo, o remedio com que a Rainha queria atalhar, e atalhara com efeito, os malles em que nos vemos, amoestando a ElRey, com os meios que havia de mister o seu natural, e tirandolhe e dandolhe os criados que haviaõ mister seus annos, mas fese o contrario, deixando cercar ElRey, e ajudando-o a isso, de homens de ma vida, buscados e escolhidos em todo o Reyno, dandolhe grossos cellarios, e premiando com grandes merces seus delictos, com gravissimo damno da conciencia, authoridade e reputaçaõ delRey, perturbaçaõ desta Coroa, e escandalo do mundo, creceraõ tanto os desmanchos, e com elles a valia daquelles homens, que privando a Sua Magestade de toda acçaõ propria se fizeraõ senhores de sua vontade, e de tudo, the dos caixilhos, com que se firmaõ os despachos, que tinhaõ em seu poder, procurando, e conseguindo de S. Magestade, que se alguma pessoa

lhe

lhe dissese qualquer couza, em menos abono seu, a tratase com tal dezabrimento que se lhes naõ atrevesse ninguem, naõ exceptuando desta regra, nem a mim, nem (o que mais he) a Rainha minha Senhora, imprimindo taõ vivamente no animo de S. Magestade o costume de tratar mal os vassallos, que sem respeito a serem os mayores, e a naõ darem cauza uzava com elles, o que com tanta vergonha nossa vimos todos tantas vezes, entendeose da Rainha minha Senhora, e de mim que dezejavamos emendar estes damnos, e bastou isto para nos tratarem de maneira, que queixandome eu de me quererem tirar a vida com peçonha nem foi crida, nem despachada a minha queixa, como ouvera de ser, se fora de qualquer particular, e se tratou a Real pessoa da Rainha minha Senhora, com taõ pouco respeito, que foi necessario que a nobreza, e povo desta Corte, acodisse por ella, com o empenho que se vio, e nem isto bastou para se dar satisfaçaõ a Rainha, antes a ella, e aos mais nos fizeraõ as afrontas que com tanta obediencia sofremos naquelle dia, e para se tirar da vista da Rainha o instrumento do seu disgosto, foy necessario afastalo do Paço com industria; o Ministro de que me queixei, se retirou desta Corte, muito contra vontade de S. Magestade, e prometendo o deixaria com liberdade o fez tanto pelo contrario, que lhe deixou hum papel, com instruçaõ do que havia de fazer, e das pessoas de que se avia de assistir, dos despachos e merces, que havia de publicar, dispondo por avizos e cartas, o governo de tudo, continuando auzente nos damnos que sendo prezente fazia, sem haver meyo para Sua Magestade o reconhecer e evitar, acodindo com remedio a seus Reynos, que se achaõ sem justiça, sem fazenda, exhaustos de tudo o necessario para sua defensa, empenhados, affligidos, e em muita parte desconfiados de seu remedio, naõ se achando nenhum, para Sua Magestade perder o costume de sofrer mal o advirtaõ, do que convem, descompondo aos que o intentaõ fazer, sem perdoar ao amor da Esposa, ao respeito do Irmaõ, a estimaçaõ dos Grandes de seus Reynos, a necessidade e agradecimento dos criados, quiz o Reyno pellos Ministros do Senado da Camara desta Cidade, e pelos Procuradores das mais principaes do Reyno valerse do remedio de Cortes, ajudando-o com muitas apertadas instancias, o Conselho de Estado, e dezenganados de o conseguir deraõ na dezesperaçaõ de protestarem haviaõ por levantadas as contribuiçoens, com que se sustenta a guerra, pode esta violencia o que naõ pode a rezaõ, e asinando Sua Magestade o primeiro dia de Janeiro para se celebrarem, logo o mudou, e o tornou a mudar, e sendo ja o tempo taõ pouco, naõ tem partido às Camaras carta alguma, nem ainda tem hido a do Senado da Camara desta Cidade, e por naõ haver prezistencia em nada, se tem por duvidozo o fruto, que se procura tirar deste remedio. Rezolveo-se S. Magestade a deixar esta Corte, (que nunca podia ser a bons fins) e ainda està com este preposito, procurei por todos os meyos ajudalo no governo, unindome com elle de maneira, que com o trato, e com o tempo, pudesse milhorar algumas couzas, mas naõ deu lugar a isso a sua

 descon-

desconfiança, e tem mostrado a experiencia, naõ poderia ser duravel, a nossa uniaõ, antes que o querer presestir nella, seria ocaziaõ de mayores damnos, sobre tantos sentimentos nos sobreveyo o mayor da auzencia da Rainha minha Senhora socesso tal e taõ grande, que naõ ha palavras com que dignamente se possa falar nelle, ultimamente acodindo o Senado da Camara desta Cidade, e o milhor do povo della ajudado de quazi toda a nobreza, ao que em mim parecia descuido, me veyo buscar, e obrigar quasi com demonstraçaõ de violencia, a tomar o governo destes Reynos por estas rezoens e por outras cauzas, que saõ notorias (alem das que o naõ saõ) que o respeito naõ deixa referir, perdida totalmente a esperança de achar remedio, com que acudir a este Reyno, receando com justa cauza, brevemente mayores damnos, me foy forçado uzar do ultimo, obrigado da conciencia, da honra, e do amor, que tenho a Real pessoa delRey meu Senhor, e a estes seus Reynos, e me rezolvi encomendando-o, e fazendo-o encomendar, primeiro muito particularmente a Deos a recolher (com o decoro que he divido) a Real pessoa de S. Magestade, the estes Reynos juntos em Cortes, para o que hiraõ logo avizos, detriminarem com toda a jurisdiçaõ que tem, o remedio que julgarem por conviniente a sua necessidade, e porque em falta da Rainha me toca o governo delles, em quanto naõ rezolverem outra couza, o farei sem perdoar a nenhum trabalho, com todo o dezejo de acertar, e para que seja asim encomendo muito particularmente aos Ministros do Dezembargo do Paço, me ajudem como eu espero e mereço a todos, advertindome do que devo fazer, para contentar a Deos, e servir bem a ElRey meu Senhor, e se ha de advertir, que os despachos, e tudo o que se fizer ha de ser em nome de S. Magestade, asim e da maneira, que se fazia no tempo da Regencia da Rainha minha mãy e Senhora, conservando hoje como entaõ se conservava toda a authoridade, na Real pessoa de S. Magestade e no servisso de sua Caza, assi dentro como fora delle de que sahira logo, que as Cortes tomem asento, no governo destes Reynos com os quaes espero se conformara Sua Magestade fiando do acerto de tantos, a escolha do sojeito, ou sojeitos, que os houverem de governar de que Sua Magestade deve fiarse, asim como fiava tudo dos que escolheo, e ainda que ajaõ de governar com toda a jurisdiçaõ sempre haõ de ter muito respeito, ao que entenderem he justamente gosto de S. Magestade para o seguirem, e naõ he rezaõ sejaõ estes Reynos taõ dezemparados, que lhes falte o remedio que as leys delles daõ, aos homens que dicipaõ naõ so a reputaçaõ mas a fazenda propia, naõ tendo os Reys no patrimonio da Coroa, mais que a boa administraçaõ, e protesto huma e muitas vezes, que estou e estarei sempre, em quanto a vida me durar, aos Reaes pés de S. Magestade com a lealdade que lhe devo, como a meu Rey e Senhor, e com o muito grande amor que lhe tenho, como a Irmaõ, e a Pay que nesta conta o tenho, e tive sempre despois que me faltou ElRey meu Senhor que Deos tem e com rezoluçaõ muito firme, de defender em sua Real pessoa, e nas de seus descendentes as regalias

regalias que lhes pertencem, jurando diante da Mageſtade de Deos a vaſalajem e omenajem que lhe devo, aſim e da maneira que lha juraõ os que mais perfeitamente a juraõ em ſuas Reaes mãos. Encomendo muito ao Dezembargo do Paço tenha entendido tudo o referido neſte Decreto, e que na conformidade delle, continue o deſpacho dos negocios que lhe tocaõ. Em Lisboa a 24 de Novembro de 1667.

Tratado do contrato do caſamento do Principe Regente D. Pedro, com a Princeza D. Maria Franciſca Iſabel de Saboya. Anda no tomo 7, Corps Univerſel Diplomatique, *impreſſo em Amſterdaõ, anno 1731, pag. 81, §. 32, e diz aſſim:*

Capitulation et contract de Mariage, entre le Sereniſſime Dom Pedro Prince de Portugal, et la Sereniſſime Princeſſe Marie Françoiſe Eliſabeth de Savoie, Ducheſſe de Nemours et d' Aumale; conclu par le Marquis de Niza, Comte de Vidigueira, Amiral des Indes, Conſeiller d' Etat, et Directeur des Finances, et Dom Rodrigue de Menezes Gentilhomme de la Chambre de Son Alteſſe, e ſon Grand Ecuier: et par le Duc de Cadaval, Marquis de Ferreira, Comte de Tentugal, Conſeiller d' Etat, et le Marquis de Marialva, Comte de Cantagnede, auſſi Conſeiller d' Etat et Directeur des Finances, comme Procureurs de la dite Sereniſſime Princeſſe. Sans datte, mais les Pouvoirs ſont du 27. Mars, 1668.

Num. 70.
An. 1668.

PRemierement. En conſideration de l' utilité qu' on eſpere que en reviendra à la Chrêtienté e du repos e bien commun de ce Royaume, on a trouvé à propos des deux côtés de marier le Sereniſſime Prince de Portugal Dom Pedro, avec la Sereniſſime Princeſſe Marie Françoize Elizabeth de Savoie: Et pour effectuer e celebrer ce Mariage, par paroles de preſent dans la forme preſcrite par l' Egliſe Romaine e' par le S Concile de Trente, les Procureurs nommés ci deſſus ont arreſté reſpectivement, que chacun des dits Princes nommera ſon Procureur ſpecial, au quel il donnera tous les Pouvoirs neceſſaires pour ſtipuler en ſon nom, juſques à la concluſion du preſent contract.

II. Et le Sereniſſime Prince Dom Pedro ſe conſtituë en Dot avec la prochaine eſperance (ſi Dieu lui donne la vie) de la ſucceſſion legitime de ce Royaume de Portugal, e avec tous les Etats e Revenus que ſon Pere tres Haut e tres puiſſent Prince le Roy Dom Jean IV. de glorieuſe memoire, lui a laiſsés par ſon deces, les quels ſe tiennent pour duëment declarés e énoncés dans cet Article.

III. Que la dite Sereniſſime Princeſſe ſe conſtituë en Dot un million de croizades ou Ducats, Monnoie courante de ce Royaume,

a fin

a fin que le Serenissime Prince Dom Pedro, aprés la consummation du Mariage, ait e gagne la dite Dot, e en dispose à sa volonté.

IV. Et parceque, quand la Serenissime Princesse vint de France, elle apporta avec soi une somme qui se montoit à la valeur d' un million, la quelle a esté effectivement remise entre les mains des Ministres de ce Royaume, et que par consequent ce Royaume lui doit, on est convenu que le dit Serenissime Prince, parmi les autres biens du dit Royaume, qui est obligé à la restitution de la dite somme, se contente de la même Dot, comme s' il l' avoit reçûë lui même et tient la Serenissime Princesse pour bien et duëment déchargeé de la paier une autre fois, de même que si elle la lui paioit réellement et actuellement à cette heure.

V. Et le Serenissime Prince Dom Pedro, pour montrer en quelque maniere la grande estime qu' il fait de la personne e du merite de la Serenissime Princesse sa future Epouse, lui donne en Dot tous les Etats, Villes, Revenus, Jurisdictions, Patronages, et tous les autres Biens, que possedoit en son vivant la Serenissime Reine Dona Luisa sa Mere, et que les Reines de Portugal ont toûjours eûs pour appanage; a fin qu' elle en ait la jouïssance et l' administration, avec toutes les franchises, Privileges, Prérogatives et Emolumens, que les dites Reines ont accoûtumé d' avoir.

VI. Pour les mêmes raisons le Serenissime Prince Dom Pedro, considerant que les vingt mille Croisades qu' on avoit assignées par an à la dite Serenissime Princesse pour l' entretien de sa Maison, et qu' on lui assigne de nouveau par ce present contract, sçavoir quinze mille croisades sur les Revenus du Bois de Bresil, et cinq mille sur les Rentes de la Maison de Bragance, ne sont pas suffisans, les dits Marquiz de Niza et Dom Rodrigue de Menezes promettent, au nom du même (Tom. VII. part. I.) Prince leur committant, vingt mille croisades par an, qui seront prises sur les Douanes, a fin que la dite Serenissime Princesse jouïsse de ces quarante mille croisades durant sa vie, ainsi que de tous les revenus affectés aux Reines de Portugal, qui lui appartiennent deja en vertu de ce contract.

VII. On a declaré qu' au cas que la dite Serenissime Princesse survive le Serenissime Prince, ou que pour quelque autre cause le Mariage vienne à estre dissous, aprés avoir esté consommé qu' il y ait, ou qu' il ny ait point d' Enfans, il sera au choix de la dite Serenissime Princesse de demeurer dans le Roiaume, ou d' en sortir; et que tant qu' elle y voudra demeurer elle conservera tous les Etats e Revenus qui lui ont esté accordes par les Articles precedens, sans aucune diminution, et tels qu' elle les aura tenus, et qu' elle avoit droit de les tenir pendant la vie du dit Serenissime Prince.

VIII. Mais au cas qu' elle veüille se retirer en France, ou en quelque autre lieu hors de ce Roiaume, on lui donnera par tout où elle sera sa residence, cinquante mille croisades par an, tant qu' elle vivra, dans la quelle somme seront comprises les quarante mille croisades qui lui sont assignées par ce contract, et dix mille autres qu' on lui assignera sur les droits de la Doüanne: Et au cas qu' elle n' ait

ait point d' Enfans, on lui restituera sa Dot, avec la quelle il luy sera permis d' emporter tous les Joiaux, Bijoux, or, argent, et tous autres meubles, qui se trouveront alors entre ses mains, excepté ceux qui appartiennent à cette couronne. Et deplus les Procureurs du dit Serenissime Prince lui promettent, au nom de Son Altesse soixante mille croisades une fois paiées, pour tenir lieu d' Arres. Et si elle se retire de ce Roiaume, elle n' aura rien ni sur les Etats e revenus des Reines, ni sur les quarante mille croisades dont Son Altesse la dote, parce qu' en échange on convient de lui donner les dites cinquante mille croisades tous les ans, e les soixante mille autres paiables une seule fois, sans qu' on puisse dire de part ni d' autre, que cette recompense est plus ou moins que le tiers de la Dot, à quoi se doivent monter les Arres; attendu que de part e d' autre on renonce à cette allegation, e que l' on se contente de l' observation e de l' accomplissement du contenu de ce contract.

IX. Mais s' il arrive qu' il y ait des Enfans de ce Mariage, e que la Serenissime Princesse veüille sortir de ce Roiaume; en ce cas elle ne pourra emporter que le tiers de sa Dot, parce que les deux autres parts appartiennent de droit e doivent venir à ses Enfans.

X. Et en cas que la dite Serenissime Princesse vienne a mourir avant Son Altesse, sans laisser d' Enfans, sa Dot retournera à ses Heritiers, e deplus elle pourra disposer par testament, non seulement de tous ses Joyaux, Bijoux, e Meubles qu' elle aura pour lors, de même qu' elle auroit pû les emporter en se retirant de Portugal; mais encore de tous les autres Biens qu' elle aura acquis, soit par Donation, par succession, ou par tout autre tître que ce puisse être, parce que n' aiant point d' Enfans, tous ses Biens pourront aller à ses Heritiers, à moins qu' elle n' en ordonne autrement: au lieu que si elle laisse des Enfans, ces Biens leur appartiendront, e à leurs successeurs, excepté le tiers, dont elle pourra disposer ou tester. Et par ce moien les dits Serenissimes Princes, e au nom de chacun d' eux, leurs Procureurs demeurent d' accord e contens touchant ce qui peut appartenir par la mort de l' un ou de l' autre au survivant, sans qu' on puisse demander ni pretendre autre chose de part ni d' autre.

Les Pouvoirs, en vertu des quels le present contract s' est fait, sont de la teneur suivante.

Dom Pedro Prince de Portugal, &c. je fais e constituë mes Procureurs Dom Vasco Luis de Gama, Marquis de Niza, Comte de Vidigueyra, Amiral des Indes, Conseiller d' Etat et Directeur des Finances, et Dom Rodrigue de Menezes Gentilhomme de ma Chambre e mon Grand Ecuier: pour en mon nom e pour moi traiter, conclure, e signer le Traité ou contract de Mariage, Dot e Arres, en la meilleure forme que faire se pourra, entre moi e la Serenissime Princesse Maria Françoize Elizabeth de Savoie Duchesse de Nemours e d' Aumale, en la maniere, forme, conditions, obligations et clauses

ses qu' ils trouveront à propos. Et pour cet effet je leur donne tout Pouvoir general et special, en la meilleure forme e maniere que je puis: et je m' oblige d' agreér pour bon ferme, e valable tout ce qu' ils feront a cet egard, sous l' obligation de mes biens, comme si le tout eût esté fait e signé par moi même: En foi de quoi j' ai passe la presente Procuration, signeé par moi e seelleé du seeau de mes armes. Donné a Lisbonne le 27. Mars 1668. Ecrite par moi Pero Vieyra da Silva.

La Princesse Marie Françoise Elisabeth de Savoie Duchesse de Nemours e d' Aumale, &c. je fais e constituë mes Procureurs Dom Nuno Alvares Pereira Duc de Cadaval, Marquiz de Ferreira, Comte de Tentugal, et Dom Antoine Louiz de Menezes Marquis de Marialva, Comte de Cantagnede: pour en mon nom conclure e signer le traité, ou contract de Mariage Dot e Arres, en la meilleure forme qu' il se pourra, entre moi, e le Serenissime Prince Dom Pedro, Prince de Portugal, en la maniere, forme, e aux conditions, obligations, e clauses qu' ils trouveront à propòs. Et pour cet effect je leurs donne pouvoir general e special, e m' oblige a tenir pour bom, ferme, e valable tout ce qui sera fait par eux à cet égard, sous l' obligation de tous mes Biens, e comme s' il etoit fait e conclu par moi même: En foi de quoy je leur ai ordonné de passer la presente Procuration, signée de ma main, e seelleé du seeau de mes armes. A Lisbonne le 27. Mars 1668. Ecrite par moi Pero Vieyra da Silva, par l' ordre expres de la Serenissime Princesse Marie. Donné en la Ville de Lisbonne le 27. jour du mois de Mars. Louis Texera de Carvalho l' a dresseé l' anneé de la Nativité de N. S. J. C. 1668. Et moi Pero Vieira da Silva je l' ai fait ecrire e souscrire, par l' ordre e consentement des dits Serenissimes Princes.

Le Marquiz de Niza. Le Marquis Duc.
Dom Rodrigue de Menezes. Le Marquiz de Marialva.
Du Mandement de leurs Altesses Serenissimes.

Dom Pedro Prince de Portugal, &c. je jure sur les Saints Evangiles de recevoir pour ma legitime femme la Serenissime Princesse Marie Françoise Elisabeth de Savoye, Duchesse de Nemours e d' Aumale, en la forme prescrite par la Sainte Eglise Romaine e de ne recevoir ja mais d' autre Femme, tant qu' elle vivra. A Lisbonne le 27. Mars 1668. Pero Vieira da Silva a dressé cet ecrit.

LE PRINCE.

Dado na Cidade de Lisboa aos 27 dias do mes de Março Manoel de Sequeira Leytaõ a fes anno do nacimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1668. E eu Pedro Vieira da Silva de concentimento, e mandado dos Serenissimos Principes a fis escrever, e sobrescrevi. = Marques Almirante. = D. Rodrigo de Menezes. = Duque. = O Marques de Marialva.

Breve

Breve da dispensa do Principe D. Pedro, com a Princeza D. Maria Francisca Isabel de Saboya, passado por o Cardeal de Vendosme, Legado a Latere do Papa Clemente IX. em França.

Num. 71.
An. 1668.

LUdovicus Sanctæ Mariæ in Porticu Diaconus Cardinalis, de Vendosme nuncupatus, ad Serenissimum Dominum D. Ludovicum Franciæ, & Navarræ Regem Christianissimum, & universum illius Regnum illiusque Provincias, dominia, Civitates, oppida, terras, & loca eidem Regi subjecta, dictoque Regno adjacentia, cæteraque alia loca, ad quæ nos declinare contigerit, Sanctissimi Domini nostri Clementis divina providentia PP. noni, & Sedis Apostolicæ de latere Legatus, dilectis in Christo Officiali, seu Vicarijs generalibus Ecclesiæ Ulissiponensis ab illius Capitulo, (Sede Archiepiscopali vacante) deputatis, & vestrum cuilibet in solidum, salutem in Domino sempiternam. Oblata pro parte Serenissimi Principis Domini Petri Infantis Portugalliæ, & Regni Regentis laici; & Serenissimæ Principissæ Mariæ Franciscæ Elisabethæ à Sabaudia petitionis series continebat, quod cum pro bono generali Regni Portugalliæ & summopere desiderantibus universis illius populis necessarium sit, ut dicti Serenissimi Princeps & Principissa invicem matrimonialiter copulentur, dubitant matrimonium hujusmodi contrahere posse absque dispensatione Apostolica, eo quod dicta Principissa cum Serenissimo, & potentissimo Domino Alphonso Rege Portugalliæ fratre germano dicti Serenissimi Principis Petri, aliàs matrimonium contraxit, & in facie Ecclesiæ solemnisavit, non tamen propter illius impotentiam consummavit, itaut nullum & invalidum via juris declaratum fuerit; ex quo matrimonio & sponsalibus præcedentibus forsan supervenit impedimentum publicæ honestatis justitiæ: quare iidem nobis humiliter supplicare fecerunt, quatenus eis in præmissis opportunè providere benigne dignaremur. Nos igitur sufficienti ad infrascripta per litteras dictæ Sedis (ad quarum insertionem non tenemur) facultate muniti, quique ex commisso Apostolicæ Legationis Officio omnibus ad nos undecumque confluentibus, ubicumque domicilium habeant, & undequaque originem trahant, opportunè consulere possumus, volentes erga illos præsertim Regiæ stirpis nobilitate illustres, gratiosum & benignum exhibere, ipsos, & eorum quemlibet, à quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, alijsque ecclesiasticis sententijs, censuris & pœnis à jure, vel ab homine quavis occasione, vel causa latis, si quibus quomodolibet innodati existunt, ad effectum præsentium duntaxat consequendum, harum serie absolventes & absolutos fore censentes, ac certam de præmissis notitiam non habentes, hujusmodi supplicationibus inclinati discretioni tuæ, de qua in his specialem in Domino fiduciam obtinemus, Apostolica authoritate qua fungimur in hac parte, per præsentes committimus & mandamus, quatenus deposita per te omni spe, cujuscumque muneris aut præ-

mij, etiam sponte oblati, à quo te omnino abstinere debere monemus, te de præmissis diligenter informes, & si per informationem eamdem repereris quod preces veritate nitantur, super quo conscientiam tuam oneramus cum eisdem, dummodo illa propter hoc rapta non fuerit, quod impedimento publicæ honestatis justitiæ hujusmodi; & Apostolicis etiam Provincialibus, & Synodalibus Concilijs, editis specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus, cæterisque contrarijs nequaquam obstantibus, matrimonium inter se publice, servata forma Concilij Tridentini, contrahere illudque, in facie Ecclesiæ solemnisare, ac in eo postmodum remanere liberè, & licitè valeant, dicta authoritate dispenses, prolem suscipiendam exinde legitimam nunciando. Volumus autem quod si tu, spreta monitione hujusmodi, aliquid præmij, vel muneris, occasione præmissorum, exigere, aut oblatum recipere temerè præsumpseris, excommunicationis latæ sententiæ pœnam incurras, à qua non nisi à Summo Pontifice, vel à nobis, aut alio à Sede prædicta specialiter facultatem habente, absolutionis beneficium valeas obtinere. Datum Parisijs anno Incarnationis Dominicæ MDCLXVIII. xvij Kalendas Aprilis Pontificatus ejusdem Sanctissimi Domini nostri PP. anno primo.

Ludovicus Cardinalis de Vendosme Legatus.

C. De Lione Protonotarius Apostolicus Dattarius.

Breve do Papa de dispensa do matrimonio do Principe D. Pedro, Regente do Reyno, com a Princeza D. Maria Francisca Isabel de Saboya. Está na Torre do Tombo, gaveta 20, maço 8.

CLEMENS PAPA IX.

Num. 72.
An. 1668.

Dilecti filij salutem, & apostolicam benedictionem injuncti nobis divinitus Pastoralis officij ratio exigit, ut omnium Christi fidelium, & præsertim sublimium personarum statui, & quieti, quantum nobis ex alto conceditur, secundum æquitatis, atque prudentiæ leges consulere studeamus: oblatæ siquidem nobis nuper pro parte dilectissimi filij nobilis Viri Petri Principis Portugalliæ, & dilectissimæ in Christo filiæ nobilis mulieris Mariæ Elisabethæ à Sabaudia Principissæ de Nemours, petitionis series continebat, quod dicta Maria Elisabetha Principissa, aliàs postquam matrimonium per verba de præsenti cum Charissimo in Christo filio nostro Alphonso Portugalliæ, & Algarbiorum Rege illustri contraxerat, & cum illo sexdecim, vel circiter mensium spatio in figura matrimonij vixerat, cum illius ad matrimonium hujusmodi carnali copula consummandum, impotentiam experta esset, eamque perpetuam existimaret, coacta fuit,

cx

ex conscientiæ impulsu super ejusmodi matrimonij invaliditate judicialiter agere coram dilectis filijs Vicario Capitulari Ecclesiæ Ulixbonensis (illius Sede Archiepiscopali vacante) legitime deputato, ac Capitulo, & Canonicis ejusdem Ecclesiæ Ulixbonensis ordinaria jurisdictione propter vacationem Sedis hujusmodi, fungentibus, deputatisque per eosdem Capitulum, & Canonicos una cum dicto Vicario Capitulari, nonnullis alijs Judicibus ad meliorem negotij cognitionem, & maturiorem causæ determinationem, emanavit ab illis sententia declaratoria nullitatis dicti matrimonij, ex capite impotentiæ hujusmodi, quæ cum lecta & insinuata fuisset, dicto Alphonso Regi ipse voce, scriptoque illi acquievit, & subinde ipsa Maria Elisabetha Principissa, & dictus Petrus Princeps memorati Alphonsi Regis frater germanus, postulantibus Regni comitijs, seu ordinibus tunc in Civitate Ulixbonensis congregatis pro conservanda quiete, & tranquillitate ejusdem Regni, consentientes & volentes matrimonium inter se contrahere, cum dubitassent de primo dicto matrimonio aliquod impedimentum publicæ honestatis justitiæ inter eos exortum fuisse, recursum habuerunt ad dilectum filium nostrum Ludovicum S. R. E. Cardinalem de Vendosme nuncupatum, tunc temporis nostrum, & Sedis Apostolicæ ad charissimum in Christo filium nostrum Ludovicum Francorum Regem Christianissimum de latere Legatum, qui cum litteras petitæ dispensationis super impedimento publicæ honestatis justitiæ hujusmodi concessisset, directas prædicto Vicario Capitulari, ac officiali Ulixbonensi, & eorum cuilibet in solidum, alter eorum super eodem impedimento publicæ honestatis justitiæ dispensavit cum ipsis, Petro Principe, & Maria Elisabetha Principissa, qui postea in facie Ecclesiæ matrimonium inter se, juxta formam Concilij Tridentini bona fide contraxerunt, & carnali copula consummarunt, cum spe de proximo prolis edendæ. Cum autem, sicut eadem expositio subjungebat prædicti Petrus Princeps, ac Maria Elisabetha Principissa, uti obsequentissimi, & religiosissimi nostri, & dictæ Sedis filij, eorum conscientiæ securitati, simulque prædicti Regni tranquillitati opportune in præmissis à nobis provideri, & ut infra indulgeri, summopere desiderent: Nos autem super his cum nonnullis Venerabilibus fratribus nostris ejusdem S. R. E. Cardinalibus, alijsque Viris gravissimis eximia Sacrorum Canonum & Theologiæ peritia, ac sapientia, prudentia, & rerum usu conspicuis consultatione adhibita, eosdem Petrum Principem, & Mariam Elisabetham Principissam Apostolici favoris benignitate, quantum cum Domino possumus, prosequi volentes, & eorum singulares personas à quibusvis excommunicationis, &c. censentes, supplicationibus eorum nomine nobis super hoc humiliter porrectis inclinati ac de vestra erga nos, & Sedem eamdem fide, doctrina, prudentia, & integritate plurimum in Domino confisi, certam tamen de prænarratis notitiam non habentes, discretioni vestræ per præsentes committimus, & mandamus, ut vos, aut si aliquis vestrum legitime impeditus interesse nequiverit, saltem tres ex vobis conjunctim semper procedentes, de præmissis diligentem inquisitionem faciatis, & exactam informationem capiatis;

& si per hujusmodi inquisitionem & informationem de eorumdem prænarratorum veritate, & præsertim quod matrimonium primo dictum inter prædictum Alphonsum Regem, & dictam Mariam Elisabetham Principissam, ut præfertur, contractum, nunquam fuerit carnali copula consummatum, vobis legitimè constiterit, super quibus omnibus, & singulis, vestram, & cujuslibet vestrum conscientiam graviter oneramus, matrimonium primo dictum ab eadem Maria Elisabetha Principissa cum dicto Alphonso Rege, sicut præfertur, contractum, & nullum postea declaratum, nec carnali copula consummatum, si forsan ab initio constiterit, & de præsenti constet, aut constitisse, & constare, validumque fuisse & esse unquam apparere possit, illiusque vinculum, etiam dissentiente memorato Alphonso Rege, authoritate nostra apostolica, quatenus opus sit, dissolvatis, perimatis, cassetis, & aboleatis; ac cum eisdem Petro Principe, & Maria Elisabetha Principissa super impedimento publicæ honestatis justitiæ hujusmodi. Itaut illo cæterisque præmissis ac inde quomodolibet & qualitercumque forsan resultantibus, & consurgentibus impedimentis, seu quæ inde resultare, & apparere unquam possint, necnon apostolicis, ac in universalibus, Provincialibusque, & Synodalibus Concilijs, editis generalibus, vel specialibus Constitutionibus, & Ordinationibus, cæterisque contrarijs quibuscumque nequaquam obstantibus in secundo dicto matrimonio inter eos, ut præfertur, contracto remanere libere, & licite possint, & valeant; eadem authoritate dispensetis, necnon præmissa à vobis, vigore præsentium facienda & concedenda ex die contracti matrimonij secundo dicti valere, ipsisque Petro Principi, & Mariæ Elisabethæ Principissæ in omnibus, & per omnia prodesse & suffragari dicta authoritate statuatis, perinde ac si præsentes eædem litteræ ante contractum matrimonium secundo dictum concessæ & à vobis, juxta illarum continentiam & tenorem executioni mandatæ fuissent, prolem ex eodem matrimonio secundo dicto bona fide & in facie Ecclesiæ, ut præfertur, contracto, jam conceptam & forsan susceptam, & de hinc concipiendam, & suscipiendam legitimam decernendo, nunciando, & declarando: nos enim quamcumque necessariam & opportunam ad præmissa omnia, & singula facultatem vobis, harum serie de Apostolicæ potestatis plenitudine tribuimus & impartimur; decernentes easdem præsentes litteras & in eis contenta quæcumque, etiam ex eo quod prædictus Alphonsus Rex, & alij quilibet, etiam specifica & individua mentione & expressione digni, in præmissis forsan interesse habentes, seu habere quomodolibet prætendentes, illis non consenserint, nec ad ea vocati, citati, & auditi; neque causæ, propter quas ipsæ præsentes emanarint, sufficienter adductæ, verificatæ & justificatæ fuerint, aut ex alia quacumque, quantumvis legitima, juridica & privilegiata causa, colore, prætextu, & capite etiam in Corpore juris clauso, nullo unquam tempore de subreptionis vel obreptionis aut nullitatis vitio, seu intentionis nostræ, aut interesse habentium consensus, aliove quolibet, quantumvis magno, & substantiali, & individuam expressionem requirente defectu notari, impugnari, infringi, retractari,

aut

aut ad terminos juris reduci, seu adversus illas quodcumque juris, facti, vel gratiæ remedium intentari, vel impetrari seu impetrato, aut etiam motu proprio, & de pari apostolicæ potestatis plenitudine concesso, vel emanato quempiam in judicio, vel extra illud uti, seu se juvare posse; sed ipsas præsentes litteras semper firmas validas, & efficaces existere, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri & obtinere, ac Petro Principi & Mariæ Elisabethæ Principissæ præfatis & alijs ad quos forsan spectat, & pro tempore quandocumque spectabit in omnibus & per omnia plenissime suffragari; sicque & non aliter in præmissis per quoscumque Judices Ordinarios, & Delegatos, etiam auditores S. R. E. præfatæ Cardinales etiam de latere Legatos, dictæque Sedis Nuntios, & alios quoslibet quacumque præminentia & potestate fungentes, & functuros, sublata eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi & interpretandi facultate, & authoritate, judicari & definiri debere, ac irritum attentari, non obstantibus præmissis, ac nostra, & Cancellariæ Apostolicæ Regula de jure quæsito non tollendo necnon fel. rec. Bonifacij PP. VIII. prædecessoris nostri de una, & Concilij Generalis de duabus dictis alijsque Apostolicis, ac in universalibus Provincialibusque & Synodalibus Concilijs, editis Generalibus vel specialibus Constitutionibus & Ordinationibus, cæterisque contrarijs quibuscumque. Datum Romæ apud S. Mariam Mayorem die X. Decembris M.DC.LXVIII. Pontificatus nostri anno secundo. Signatum I. G. Husius, & à tergo brevis.

Dilectis filijs Didaco de Susa primo Inquisitori in Officio Inquisitionis adversus hæreticam pravitatem in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, authoritate Apostolica instituto, ac Antonio de Mendoça Commissario Generali Bullæ Cruciatæ, & in eodem Officio Inquisitionis deputato; necnon Martino Alphonso de Mello, Decano Metropolitanæ Ecclesiæ Elborensis itidem in Officio Inquisitionis hujusmodi deputato, ac Ludovico de Susa Decano Ecclesiæ Portugallensis, & Emmanueli de Magalhaens de Menezes, Archidiacono dictæ Ecclesiæ Elborensis.

Sentença, que se proferio no divorcio da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, com ElRey D. Affonso VI. Está na Torre do Tombo, armario 20, maço 12.

CHRISTI NOMINE INVOCATO.

Num. 73.
An. 1669.

VIstos estes autos, Breve de Sua Santidade, pello qual nos committe a dispensaçaõ do impedimento *publicæ honestatis*, de que nelle se faz mençaõ, artigos justificativos, e prova a elles dada, documentos juntos, e maes certidoens juntas: Mostra-se, que sendo cazado o Serenissimo Senhor Rey D. Affonso VI. de Portugal, e dos Algarves com a Serenissima Senhora Princeza de Nemours Maria Francisca

Francisca Izabel de Saboya, a dita Senhora obrigada de sua consciencia propoz em juizo a nullidade do ditto matrimonio, que de facto havia contrahido com o ditto Serenissimo Senhor Rey Dom Affonso por cauza da impotencia perpetua, que nelle havia, para poder consummar o dito matrimonio, como em effeito naõ havia consummado em discurso de dezasseis mezes, que viveraõ, como marido, e mulher; a qual cauza correu diante do Vigario Geral deste Arcebispado de Lisboa, e dos maes Juizes nomeados pello Cabido Sede Vacante, a quem pertencia o conhecimento della conforme a Direito. Mostra-se, que na ditta cauza se procedeu athé final Sentença, na qual se julgou, e declarou por nullo o ditto matrimonio contrahido entre os dittos Senhores, por cauza da ditta impotencia perpetua do ditto Senhor Rey D. Affonso, para poder consummar o ditto matrimonio com a ditta Serenissima Senhora Princeza Maria Francisca Izabel de Saboya. Mostra-se, que esta Sentença foi publicada, e notificada judicialmente ao ditto Senhor Rey D. Affonso, o qual declarou por termo feito pello Escrivaõ dos autos, e assignado pello mesmo Senhor, que queria, que se cumprisse, nem queria appellar da ditta Sentença. Mostra-se, que os tres Estados do Reyno de Portugal, e dos Algarves, que estavaõ no ditto tempo juntos em Cortes, pediraõ, e requereraõ ao Serenissimo Senhor D. Pedro, Principe de Portugal, e Regente do Reyno, quizesse cazar com a Serenissima Senhora Princeza Maria Francisca Izabel de Saboya para quietaçaõ do Reyno, e segurança de sua Real successaõ; e o mesmo requerimento, e petiçaõ fizeraõ à ditta Serenissima Princeza. Mostra-se, que em rezaõ do impedimento *publicæ honestatis*, que havia para o ditto Serenissimo Senhor Principe D. Pedro contrahir este matrimonio com a ditta Senhora Princeza, se recorreu ao Eminentissimo Senhor Cardeal Vandosina, Legado à Latere de Sua Santidade, e da Santa Sé Apostolica ao muito Christianissimo Senhor Rey de França Luis XIV. para que dispensasse neste impedimento *publicæ honestatis*. Mostra-se, que vindo o Breve da dispensaçaõ do ditto Senhor Eminentissimo Cardeal commettido ao Vigario, ou Official do Arcebispado de Lisboa, se apresentou ao Bispo de Targa, que no ditto tempo servia de Provizor do ditto Arcebispado, o qual conforme aos poderes, que lhe eraõ commettidos, e fazendo as dilligencias costumadas, dispensou no ditto impedimento *publicæ honestatis*, com os dittos Senhores Principes. Mostra-se, que em virtude desta dispensaçaõ, e com boa fé della, se recebeu o Serenissimo Senhor Principe D. Pedro na forma do Sagrado Concilio Tridentino com a ditta Serenissima Senhora Princeza Maria Francisca Izabel de Saboya, e consummaraõ o matrimonio. Mostra-se, que estando os dittos Senhores Principes em boa fé cazados, e recebidos em face de Igreja, fazendo vida marital, para mayor segurança de suas consciencias, e se livrarem de escrupulos, e quietaçaõ do Reyno, recorreraõ a Sua Santidade, para que approvasse, confirmasse, e ratificasse o ditto matrimonio, tirandolhes todos os escrupulos, que delle poderiaõ rezultar, o que Sua Santidade lhe fez graça conceder pello Breve junto, commettendo esta

cauza

cauza aos Juizes nelle nomeados, e para que achando, que foy verdadeira a supplica dos dittos Senhores Principes impetrantes, e fazendo as dilligencias, e informaçoens necessarias para se informarem da verdade della, pudessem dispensar no ditto impedimento *publicæ honestatis* com os ditos Senhores Principes, e outros quaesquer impedimentos, que rezultassem, extinguindo, e declarando por nullo o vinculo do primeiro matrimonio contrahido entre o Serenissimo Senhor Rey D. Affonso, e a Serenissima Senhora Princeza Maria Francisca Izabel de Saboya. O que tudo visto, e considerado, e o maes que dos autos, e do appenso a elles junto consta, *authoritate Apostolica* a nós commettida, havemos a narrativa da supplica dos dittos Serenissimos Senhores Principes impetrantes por verdadeira, e as premissas por justificadas; e na forma do ditto Breve dispensamos com os dittos Serenissimos Senhores Principes, para que possaõ ratificar, continuar, permanecer no matrimonio, que tem contrahido valida, e licitamente, sem embargo do ditto impedimento *publicæ honestatis*, que rezultou do primeiro matrimonio nullo; e declaramos por legitima, e nascida de legitimo matrimonio a Senhora Infante D. Izabel, que Deos Nosso Senhor foi servido, que nascesse deste segundo matrimonio, e por legitimos, e de legitimo matrimonio nascidos todos os maes filhos, que delles nascerem daqui por diante, sem embargo de quaesquer Ordenaçoens, e Constituiçoens Apostolicas em contrario. Lisboa, dezoito de Fevereyro de mil e seiscentos sessenta e nove. Diogo de Souza. Antonio de Mendoça. Luis de Souza. Martim Affonso de Mello. Manoel de Magalhaens de Menezes.

Tratado de Pazes, entre os Serenissimos, e poderosissimos Principes D. Carlos II. Rey Catholico, e D. Affonso VI. Rey de Portugal, feito, e concluso no Convento de Santo Eloy da Cidade de Lisboa, aos 13 de Fevereiro de 1668, sendo Mediator o Serenissimo, e poderosissimo Principe Carlos II. Rey da Graõ Bretanha.

Dit. n. 73.
An. 1668.

DOm Affonso por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, dalem Mar em Africa, Senhor de Guinê, e da Conquista Navegaçaõ, comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber a todos os que esta minha carta patente de aprovaçaõ, ratificaçaõ, e confirmaçaõ virem, que nesta Cidade de Lisboa no Convento de Santo Eloy, em os treze dias do mez de Fevereiro deste anno presente de mil seiscentos sessenta e oito, se ajustou, concluío, e assinou hum tratado de paz entre mim, e meus successores, e meus Reynos, e o Muito Alto, e Serenissimo Principe D. CARLOS II. Rey Catolico das Espanhas, seus successores, e seus Reynos, com D. Gaspar de Haro, Gusmaõ e Aragaõ, Marquez del Carpio, Commissario deputado para este effeito, em virtude do poder, e procuraçaõ da muito Alta, e Serenissima Rainha D.

D. MARIA ANNA DE AUSTRIA, como tutora da Real Pessoa de ElRey Catolico seu filho, e Governadora de todos seus Reynos, e Senhorios, de huma parte, e da outra os Commissarios deputados por mim, abaixo declarados, intervindo tambem como mediator, e fiador do dito Tratado, em nome do muito Alto, e Serenissimo Principe CARLOS II. Rey da Gram Bretanha meu bom Irmaõ, o Conde de Sanduick seu Embaixador Extraordinario, com poder que para o dito effeito apresentou, do qual dito Tratado reduzido a treze artigos, e poderes o teor he o que se segue.

Artigos de paz entre o muito Alto, e Serenissimo Principe Dom Carlos II. Rey Catolico, seus successores, e seus Reynos, e o muito Alto, e Serenissimo Principe Dom Affonso Sexto Rey de Portugal, seus successores, e seus Reynos, â Mediaçaõ do muito Alto, & Serenissimo Principe Carlos II. Rey da Gram Bretanha, Irmaõ de hum, e Aliado muito antigo de ambos, ajustados por Dom Gaspar de Haro, Gusmaõ, e Aragaõ, Marquez del Carpio, como Plenipotenciario de Sua Magestade Catolica, e Dom Nuno Alvares Pereira Duque de Cadaval, Dom Vasco Luis da Gama Marquez de Niza, Dom Joaõ da Silva Marquez de Gouvea, Dom Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva, Henrique de Sousa Tavares da Silva Conde de Miranda, e Pedro Vieira da Silva, como Plenipotenciarios de Sua Magestade de Portugal, e Duarte Conde de Sanduich, Plenipotenciario de Sua Magestade da Gram Bretanha, Mediator, e fiador da dita Paz, em virtude dos poderes seguintes.

DON CARLOS SEGUNDO, por la gracia de Dios Rey de las Españas, de las dòs Sicilias, de Hierusalem, de las Indias, &c. Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Milan, Conde de Aspurg, y de Tirol, &c. Y la Reyna D. MARIA ANNA DE AUSTRIA su madre, tutora, y curadora de su Real Persona, y Governadora de todos sus Reynos, y señorios. Por quanto el Serenissimo Principe CARLOS II. Rey de la Gran Bretaña, movido del zelo del bien, y repozo comũ de la Christiandad, y deseo de que se terminen *las diferençias entre esta Corona, y la de Portugal* ha interpuesto en diferentes tiempos repetidas instancias, ofreciendo su mediacion, y amigables officios, al fin referidos, y ultimamente embiado a esta Corte a Eduardo Conde de Sanduich, y Visconde de Hinchinbrooch, Baron Montegu de San Neote, Vice Almirante de Inglaterra, Maestro de la gran Guardaropa, de los consejos secretos, y Cavallero de la Orden de la Jarreta, por su Embaxador Extraordinario para tratar algun ajustamiento de reciproca satisfacion entre ambas Coronas, con los poderes necessarios para ello; y aviendome insinuado el dicho Conde de Sanduich, que podria ser el mejor medio para conseguir este intento, el de una buena paz con el hermano de su Rey DON ALFONSO SEXTO Rey de Portugal, se han superado las difficultades que han occorrido, y finalmen-

te

te por lo mucho que deseo complazer al dicho Sereniſſimo Rey de la Gran Bretaña, ſe han ajuſtado los treze capitulos de paz, que van pueſtos en un projecto a parte, para cuya màs prompta execucion ſe ha ofrecido el dicho Conde de Sanduich a ir en perſona a Lisboa, a participar al dicho DON ALFONSO SEXTO Rey de Portugal todo lo diſpueſto, y tratado por ſu mediacion, y a procurar en nombre de ſu Rey, que ſe llegue a la concluſion, y porque para que eſto ſe conſiga con la brevedad que ſe requiere, es neceſſario que aya en aquella Ciudad perſona de autoridad, calidad, prudencia, y zelo, que tenga poder mio, para ajuſtar en forma devida los dichos articulos de paz; por tanto concurriendo (como concurren las dichas, y otras buenas partes, y calidades en vòs Don Gaſpar de Haro Guſman, y Aragon Marquez del Carpio, Duque de Montoro, Conde Duque de Olivares, Conde de Moronte, Marquez de Heliche, ſeñor del Eſtado de Sorbas, y de la Villa de Lueches, Alcaide perpetuo de los Alcaçares de la Ciudad de Cordoba, y Cavalleriço Mayor de ſus reales Cavalleriças, Alguazil Mayor perpetuo de la miſma Ciudad, y de la Santa Inquiſicion della, Alcaide perpetuo de los reales Alcaçares, y Atarazanas de Sevilla, Gran Chanciller de las Indias, Comendador Mayor de la Orden de Alcantara, Gentilhombre de la Camera, Montero Mayor, y Alcaide de los reales ſitios del Pardo, Balſain, y Zarzuela) os doy, y concedo en virtud de la preſente tan cumplido, y vaſtante poder, comiſſion, y facultad como es neceſſario, y ſe requiere, para que por el Sereniſſimo Rey mi muy caro, y muy amado hijo, y en ſu Real nombre, y en el mio, podais tratar, ajuſtar, capitular, y concluir con el Deputado, y Comiſſario, ò los Deputados, ò Comiſſarios del ſobredicho DON ALFONSO SEXTO Rey de Portugal en virtud del poder que preſentaren del dicho Rey Luſitano, una paz perpetua, conforme al tenor de dichos capitulos, ò en la forma que más bien pareciere, y obligar a ElRey mi hijo, y a mi al cumplimiento de lo que anſi ajuſtareis, y firmareis, y declaro, y doi mi palabra Real que todo lo que fuere hecho, tratado, y concertado por vòs el dicho Marquez del Carpio, deſde aora para entonces lo conſiento, y apruebo, y lo tendrè ſiempre por firme, y valedero, y paſſarè por ello, como por coſa hecha en nombre delRey mi hijo, y mio, y por mi voluntad, y autoridad, y aſſi miſmo ratificarè, y aprobarè en eſpecial, y conveniente forma, con todas las fuerças, y de màs requiſitos neceſſarios, que en ſemejantes caſos ſe acoſtumbra, todo lo que en razon deſto concluireis, aſſentareis, y firmareis, para que todo ello ſea firme, vàlido, y eſtable, con preciſa condicion, que ſe aya de fenecer, y firmar dicho tratado de paz dentro de quarenta dias, deſde el dia de la fecha deſte poder, de manera que ſi eſte plaço ſe paſſare ſin quedar concluido, y firmado dicho Tratado, doi deſde aora para entonces por nulo eſte poder, y todas las clauſulas que en el ſe contienen, y quanto en ſu virtud ſe hubiera propueſto, ò començado a tratar, en cuya declaracion he mandado deſpachar la preſente, firmada de mi mano, ſellada con el ſello ſecreto,

y refrendada de mi Infra escrito Secretario de Estado. Dada en Madrid a 5. de Henero de 1668.

YO LA REYNA.

Don Pedro Fernandes del Campo, y Angulo.

DOM AFFONSO por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista Navegaçaõ, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Pella presente dou todo o poder, e faculdade necessaria a Dom Nuno Alvares Pereira Duque do Cadaval, Marquez de Ferreira, Conde de Tentugal Senhor das Villas de Povoa de Santa Christina, Villanova dansos, Rabasal, Arega, Alvayazere, Buarcos, Anobra, Carapito, Mortagoa, Penacova, Villalva, Villaruiva, Albergaria, Agoa de Peixes, o Peral, a Vermelha, Cercal, Commendador da Grandola da Ordem de Santiago, do meu Conselho de Estado, e meu mui amado, e prezado sobrinho; a Dom Vasco Luis da Gama Marquez de Niza, Conde da Vidigueira, Almirante da India, Senhor das Villas de Frades, e Trovoẽs, Commendador da Comenda de Santiago de Beja, da Ordem de Christo, do meu Conselho de Estado, e Vêdor de minha Fazenda; a Dom Joaõ da Sylva Marquez de Gouvea, Conde de Portalegre, Senhor das Villas de Selorico, S. Romaõ, Muimenta, Valesim, Villanova, Nespereira, Naboinhos, Rio torto, Villacova a Coelheira, e das Ilhas de Saõ Nicolao, e Saõ Vicente, Commendador da Comenda de Santa Maria de Almada da Ordem de Santiago, do meu Conselho de Estado, Presidente da Mesa do Desembargo do Paço, meu Mordomo Mòr, e meu muito prezado sobrinho; a Dom Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede, Senhor das Villas de Melres, Mondin, Cerva, Atem, Hermelho, Bilho, Villar de Ferreiras, Avelhans do Caminho, Leomil, Penella, Povoa, e Vallongo, Senhor do morgado de Medello, e Saõ Silvestre, Commendador da Comenda de Santa Maria de Almonda da Ordem de Christo, do meu Conselho de Estado, Vèdor de minha Fazenda, Governador das Armas de Lisboa, da Praça de Cascaes, e da Provincia da Estremadura, e Capitaõ Geral do Exercito, e Provincia do Alemtejo; a Henrique de Sousa Tavares da Silva Conde de Miranda, Senhor das Villas de Podentes, Vouga, Folgozinhos, Oliveira do Bairro, Germelho, Soza, Arancada, Alcaide Mòr de Arronches, e Alpalhaõ, Commendador das Comendas de Alvalade, Villanova de Alvito, Proença, Alpalhaõ, das Ilhas Terceira, S. Miguel, e Madeira, do meu Conselho de Estado, Governador da Relaçaõ, e Casa do Porto, e das armas da mesma Cidade, e seu destricto, e a Pedro Vieira da Silva do meu Conselho, e meu Secretario de Estado, para por mim, e em meu nome tratarem, conferirem, e ajustarem huma paz perpetua entre mi, meus successores, e meus Reynos, e a muito Alta, e Serenissima Rainha DONA MARIA ANNA DE AUSTRIA,

AUSTRIA, como tutora da Real Pessoa do muito Alto, e Serenissimo Principe D. CARLOS II. seu filho, Rey Catholico das Espanhas, das duas Sicilias, de Hierusalem, e das Indias Occidentaes, Archiduque de Borgonha, e de Milaõ, Conde de Aspurg, e de Tirol, e Governadora de seus Reynos, e Senhorios, e entre seus successores, e Reynos, por meio de Dom Gaspar de Haro, Gusmaõ e Aragaõ, Marquez del Carpio, Duque de Montoro, Conde Duque de Olivares, Conde de Morente, Marquez de Heliche, Senhor do Estado de Sorbas, da Villa de Lueches, Alcaide perpetuo de los Alcassares da Cidade de Cordova, Cavalleriço de suas Reaes Cavalleriças, Alguazil Mayor perpetuo da mesma Cidade, e da Santa Inquisiçaõ della, Alcaide perpetuo dos Reaes Alcaceres, e Atarazanas de Sevilha, Gram Chanciller das Indias, Commendador Maior da Ordem de Alcantara, Gentilhomem da Camera, Monteiro Mòr, e Alcaide dos Reaes sitios do Pardo, Balsaim, e Zarzuela, como Plenipotenciario deputado para este caso, pello dito Serenissimo Principe D. CARLOS, e com intervençaõ, mediaçaõ, e segurança de Duarte Conde de Sanduick, Visconde de Hinchingbrooch, Baraõ de Montegu de S. Neote, Vice Admiral de Inglaterra, dos Conselhos mais secretos do muito Alto, e Serenissimo Principe CARLOS II. Rey da Gram Bretanha, meu bom Irmaõ, em seu nome, e como seu Embaixador Extraordinario, destinado para este mesmo negocio, tudo na forma, e com as condiçoens, declaraçoens, e clausulas, que lhes parecerem convenientes ao sossego, bem commum, amizade, e uniaõ entre ambas as Coroas, e vassallos dellas, e o por elles feito, e ajustado nesta parte me obrigo em meu nome, e no de meus successores, e meus Reynos ao cumprir, manter, e guardar debaixo da fê, e palavra de Principe, e o haverei por bom, firme, e valioso, como se por mim fora feito, e acordado, e isto sem embargo de quaesquer leys, direitos, capitulos de Cortes, e costumes que haja em contrario, porque todos hei por derrogados para este caso, como se delles fizera aqui particular, e expressa mençaõ, tudo de meu motu proprio, certa sciencia, poder Real, e absoluto no melhor modo, e forma que de direito posso, e devo. E por firmeza de tudo que dito he, mandei passar esta Carta por mim assinada, e sellada com o sello grande de minhas armas. Dada nesta Cidade de Lisboa aos quatro dias do mez de Fevereiro. Luis Teixeira de Carvalho a fez, Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESU CHRISTO de mil e seiscentos e sessenta e oito. Pedro Vieira da Silva a fiz escrever.

O PRINCIPE.

CAROLUS SECUNDUS Dei gratiâ Magnæ Britanniæ, Franciæ, & Hiberniæ Rex, Fidei defensor, &c. Omnibus, & singulis hasce litteras inspecturis salutem. Cùm nihil magis Regium, aut Christianum sit, quàm componere dissidia, inimicitias consopire, & inveteratas odiorum radices ita penitus evellere, ut armis depositis, & pace redintegratâ Populis tranquillitas, commercio securitas, legibus

gibus authoritas restituatur, Principibus denique subditorum suorum plausus, & apprecationes undique benedicant. Nos quidem, qui Regna Hispaniæ, ac Portugalliæ eodem sinu, e affectu complectimur; bellum illud inter contiguas nationes, tot annis gestum, tot funeribus maculatum, non sine ineffabili dolore intueri potuimus, optantes identidem; ut sic illustria fortitudinis exempla in alijs Regionibus adversùs alios hostes ederentur: tandem cum propitium numen, ita votis, & gemitibus nostris responderit, ut Principes utriusque partis ad parata consilia, quasi sponte suâ flecti videantur, inceptum tam pium, & optabile nobis omni studio fovendum, & animorum utrinque non modò reconciliationem, sed conjunctionem etiam mediatione nostrà stabiliendam esse censuimus. Quod opus, ut feliciùs ineatur, & expeditiùs ad finem perducatur, Legatum nostrum Extraordinarium ad Principes utriusque partis misimus, Virum, è nobilitate nostra Primarium, utrique Coronæ æquè addictum, eòque auspicatiùs apud utrunque Legatione hac pacificâ defuncturum, Prædilectum, & perquàm fidelem, Consanguineum nostrum Eduardum Comitem de Sanduich, Vice-Comitem de Hinchingbrooch, Baronem Montacutium de Sancto Neote, Angliæ Vice Admirallum, Magnæ Garderobæ nostræ Magistrum, nobis à Secretioribus Consilijs, Antiquissimi, nobilissimique Ordinis Periscelidis equitem. Sciatis igitur, quod nos fide, industriâ, judicio, ac prudentiâ dicti Comitis de Sanduich Legati nostri Extraordinarij plurimùm confisi, ipsum verum, & indubitatum Commissarium, ac Procuratorem nostrum fecimus, ordinavimus, & deputavimus, ac per præsentes facimus, ordinamus, & deputamus: dantes eidem, & committentes plenam, & omnimodam potestatem, atque authoritatem pariter, & mandatum generale, & speciale nomine nostro cum Præfatis Principibus utriusque partis, vel ipsorum Ministris congrediendi, ac sermones habendi, & cum ipsorum Commissarijs, deputatis, & Procuratoribus ad hoc sufficientem potestatem habentibus, conjunctim, vel separatim, in confinijs Regnorum, vel alibi ubi commodiùs visum fuerit de & super pace perpetuâ inter Coronas, & Regna Hispaniæ, & Portugalliæ, vel de, & super multorum annorum inducijs inter easdem eademque utilissimis, & maximè convenientibus Articulis, & conditionibus stabiliendâ, vel stabiliendis; necnon de & super triplici fœdere, ac consociatione inter nos dictosque Principes, utriusque partis, pro communi, ac mutuâ Regnorum nostrorum defensione communicandi, tractandi, conveniendi, & concluendi, cæteraque omnia faciendi, quæ ad prædictos fines, vel quoslibet eorum faciant, & conducant, atque super ijs Articulos, litteras, & instrumenta necessaria conficiendi, & ab alteris partibus conjunctim, vel separatim petendi, & recipiendi. Denique omnia ea, quæ ad præmissa, vel circa eadem quovis modo erunt necessaria, & opportuna expediendi. Promittentes bonâ fide, & in verbo Regio nos omnia, & singula quæ inter Principes utriusque partis, eorumve Procuratores, Deputatos, aut Commissarios, atque Prænominatum Legatum nostrum Extraordinarium conjunctim, vel separatim in præmissis, seu Præmissorum aliquo erunt facta, pacta, &

& conclusa, rata, grata, & firma habituros, nec unquam contra ipsorum aliquid, aut aliqua contraventuros, quin potius quidquid nomine nostro promissum, aut in quovis Præmissorum conclusum fuerit, non solùm, ex parte nostrâ sanctè, & inviolabiliter observaturos, sed fide jussuros, & sponsores futuros, idem ab alteris quoque partibus, & earum alterutrâ sanctè, & inviolabiliter observatum iri. In cujus rei testimonium hasce litteras fieri, manuque nostrâ signatas magno Angliæ sigillo communiri fecimus. Quæ dabantur apud Palatium nostrum Wesmonasterij, sexto decimo die Mensis Februarij, Anno Domini millesimo sexcentesimo sexagesimo quinto, Regni nostri decimo octavo.

CAROLUS REX.

Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, e Espirito Santo, tres Pessoas, e hum só Deos Verdadeiro.

ARTIGO I.

PRimeiramente declaraõ os Senhores Reys Catholico, e de Portugal, que pello presente Tratado fazem, e estabelecem em seus nomes, de suas Coroas, e de seus Vassallos, huma Paz perpetua, boa, firme, e inviolavel, que começará do dia da publicaçaõ deste Tratado, que se farà em termo de quinze dias, cessando desde logo todos os actos de hostilidade, de qualquer maneira que sejaõ, entre suas Coroas, por terra, e por mar, em todos seus Reynos, Senhorios, e Vassallos, de qualquer qualidade, e condiçaõ que sejaõ, sem exceiçaõ de lugares, nem de pessoas; e se declara que haõ de ser quinze dias para ratificar o Tratado, e quinze para se publicar.

ARTIGO II.

E porque a boa fé, com que se faz este Tratado de Paz perpetua, naõ permite cuidarse em guerra para o futuro, nem em querer cada huma das partes acharse para este caso com melhor partido, se acordou em se restituirem a Portugal as Praças, que durando a guerra lhe tomâraõ as armas de ElRey Catholico, e a ElRey Catholico as que durando a guerra, lhe tomáraõ as armas de Portugal, com todos seus termos, assi, e da maneira, e pellos limites, e confrontaçoens, que tinhaõ antes da guerra, e todas as fazendas de raiz se restituiràõ a seus antigos possuidores, ou a seus herdeiros, pagando elles as bemfeitorias uteis, e necessarias, e nem por isso se poderáõ pedir as danificaçoens, que se attribuem à guerra, e ficará nas Praças a artilharia que tinhaõ, quando se occupàraõ, e os moradores, que naõ quizerem ficar, poderaõ levar todo o movel, e venceráõ os fructos do que tiverem semeado, ao tempo da publicaçaõ da paz; e esta restituiçaõ das Praças se fará em termo de dous mezes, que começaráõ do dia da publicaçaõ da Paz. Declaraõ porèm, que nesta restituiçaõ

reſtituiçaõ das Praças naõ entra a Cidade de Ceuta, que ha de ficar em poder de ElRey Catholico, pellas razoens que para iſſo ſe conſideráraõ. E ſe declara, que as fazendas que ſe poſſuirem com outro titulo, que naõ ſeja o da guerra, poderáõ diſpor dellas ſeus donos livremente.

ARTIGO III.

Os Vaſſallos, e moradores das terras poſſuidas de hum e de outro Rey, teraõ toda a boa correſpondencia, e amizade, ſem moſtrar ſentimento das offenſas, e damnos paſſados, e poderáõ communicar, entrar, e frequentar os limites de hum, e de outro, e uſar, e exercitar comercio com toda a ſegurança, por terra, e por mar, aſſi, e da maneira que ſe uſava em tempo delRey Dom Sebaſtiaõ.

ARTIGO IV.

Os ditos Vaſſallos, e moradores de huma, e outra parte teraõ reciprocamente a meſma ſegurança, liberdades, e privilegios que eſtaõ acordados com os ſubditos do Sereniſſimo Rey da Gram Bretanha, pello Tratado de 23. de Mayo do anno de 667. e do outro do anno de 630. no em que eſte tratado eſtà ainda em pè, aſſi, e da maneira, como ſe todos aquelles artigos, em razaõ do comercio, e immunidades tocantes a elle, foraõ aqui expreſſamente declarados, ſem exceiçaõ de Artigo algum, mudando ſómente o nome, em favor de Portugal; e deſtes meſmos privilegios uſará a naçaõ Portugueza, nos Reynos de Sua Mageſtade Catholica, aſſi, e da maneira, que o uſavaõ em tempo do dito Rey Dom Sebaſtiaõ.

ARTIGO V.

E porque he neceſſario hum largo tempo para ſe poder publicar eſte Tratado nas partes mais diſtantes dos Senhorios de hum, e outro Rey, para ceſſarem entre elles todos os actos de hoſtilidade; ſe acordou, que eſta Paz começarâ nas ditas partes, da publicaçaõ que della ſe fizer em Eſpanha, a hum anno ſeguinte; mas ſe o aviſo da Paz puder chegar antes àquelles lugares, ceſſaráõ deſde entaõ todos os actos de hoſtilidade: e ſe paſſado o dito anno ſe cometer por qualquer das partes algum acto de hoſtilidade, ſe ſatisfará todo o damno que delle nacer.

ARTIGO VI.

Todos os priſioneiros de guerra, ou em odio della, de qualquer naçaõ que ſejaõ, ſem dilaçaõ, ou embargo algum ſeraõ poſtos em ſua liberdade, aſſi da huma, como da outra parte, ſem exceiçaõ de peſſoa alguma, e de razaõ, ou pretexto, que ſe queira tomar em contrario; e eſta liberdade começará do dia da publicaçaõ em diante.

ARTI-

ARTIGO VII.

E para que esta paz seja melhor guardada, prometem respectivamente os ditos Reys Catholico, e de Portugal de dar livre, e segura passagem por mar, ou rios navegaveis contra a invasaõ de quaesquer piratas, ou outros inimigos, que procuraráõ tomar, e castigar com rigor, dando toda a liberdade ao commercio.

ARTIGO VIII.

Todas as privaçoens de heranças, e disposiçoens feitas com odio da guerra, saõ declaradas por nenhũas, e como naõ acontecidas, e os dous Reys perdoaõ a culpa a huns, e a outros vassallos em virtude deste Tratado, havendo-se de restituir as fazendas que estiverem no fisco, e Coroa às pessoas, às quaes sem intervençaõ desta guerra haviaõ de tocar, ou pertencer para poderem livremente gozar dellas; mas os frutos, e rendimentos dos ditos bens, até o dia da publicaçaõ da paz, ficaráõ aos que os tem possuido durante a guerra; e porque se podem offerecer sobre isto algumas demandas, que convem abreviar para o socego da Republica, será obrigado cada hum dos pertendentes a intentar as demandas dentro de hum anno, e se determinaráõ breve, e summariamente dentro de outro.

ARTIGO IX.

E se, contra o disposto neste Tratado, alguns moradores, sem ordem, e mandado dos Reys respectivamente fizerem algum damno, se reparará, e castigará o damno que fizerem, sendo tomados os delinquentes: mas naõ será licito por esta causa tomar as armas, e romper a paz. E em caso de se naõ fazer justiça, se poderáõ dar cartas de Marca, ou represalias contra os delinquentes, na forma que se costuma.

ARTIGO X.

A Coroa de Portugal pellos interesses, que reciproca, e inseparavelmente tem com a de Inglaterra, poderá entrar à parte de qualquer Liga, ou Ligas offensiva, e deffensiva, que as ditas Coroas de Inglaterra, e Catholica fizerem entre si, juntamente com quaesquer confederados seus, e as condiçoens, e obrigaçoens reciprocas, que em tal caso se ajustarem, ou se acrescentarem ao diante, se teraõ, e guardaráõ inviolavelmente em virtude deste Tratado, assi, e da maneira, como se estiveraõ particularmente expressadas nelle, e estiveraõ já nomeados os Colligados.

ARTIGO XI.

Prometem os sobreditos Senhores Reys Catholico, e de Portugal

tugal de naõ fazer nada contra, e em prejuizo desta paz, nem consentir se faça directa, ou indirectamente: e se a caso se fizer, de o reparar sem nenhuma dilaçaõ. E para observancia de tudo o acima conteudo, se obrigaõ com o Serenissimo Rey da Gram Bretanha, como mediator, e fiador desta paz. E para firmeza de tudo, renunciaõ todas as leys, costumes, ou couza que faça em contrario.

ARTIGO XII.

Esta Paz será publicada por todas as partes donde convier, o mais brevemente que ser possa, depois da ratificaçaõ destes Artigos, pelos Senhores Reys Catholico, e de Portugal, e entregues reciprocamente na forma costumada.

ARTIGO XIII.

Finalmente seraõ os presentes Artigos, e Paz nelles conteuda ratificados tambem, e reconhecidos pello Serenissimo Rey da Gram Bretanha, como mediator, e fiador della por cada huma das partes, dentro de quatro meses, depois de sua ratificaçaõ.

Todas as quais cousas nestes Artigos referidas foraõ acordadas, estabelecidas, e concluidas, por nòs Dõ Gaspar de Haro, Gusmaõ, e Aragaõ, Marquez del Carpio, Duarte Conde de Sanduick, Dom Nuno Alvares Pereira Duque do Cadaval, Dom Vasco Luis da Gama Marquez de Niza, Dom Joaõ da Silva Marquez de Gouvea, Dom Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva, Henrique de Sousa Tavares da Silva Conde de Miranda, e Pedro Vieira da Silva, Comissarios Deputados para este effeito, em virtude das plenipotencias, que ficaõ declaradas em nome de Suas Mageſtades CATHOLICA, da Graõ BRETANHA, e de PORTUGAL, em cuja fé, firmeza, e testemunho de verdade fizemos este prezente Tratado, firmado de nossas mãos, e sellado com o sello de nossas armas. Em Lisboa no Convento de Santo Eloy aos 13 de Fevereiro de 1668.

Dom Gaspar de Haro, Gusmaõ, e Aragaõ. O Conde de Sanduick. O Duque Marquez de Ferreira. Marquez de Nisa Almirante da India. Marquez de Gouvea Mordomo-Mor. Marquez de Marialva. Conde de Miranda. Pedro Vieira da Silva.

E havendo Eu visto o dito Tratado de paz perpetua, depois de considerado, e examinado com toda a attençaõ, hey por bem aceitalo, aprovalo, ratificalo, e confirmalo, como em effeito por esta minha carta patente o aceito, aprovo, ratifico, e confirmo prometendo em meu nome, no dos meus successores, e meus Reynos de observar, guardar, cumprir, e de fazer observar, guardar, e cumprir inviolavelmente todas as cousas nelle conteudas, sem admitir, que por modo, ou acontecimento algum, que haja, ou possa haver,

haver, directa, ou indirectamente se contradiga, ou và contra elle, e se se ouver feito, ou se fizer em alguma maneira cousa em contrario, de o mandar reparar sem difficuldade, ou dilação alguma castigar, e mandar castigar os que forem nisso cumplices com todo o rigor; e tudo o referido prometo, e me obrigo guardar debaixo da fé, e palavra de Rey em meu nome, no de meus successores, e Reynos, e da hypotheca, e obrigação de todos os bens, e rendas geraes, e speciaes, presentes, e futuras delles. E em fé, e firmeza de tudo, mandei passar a presente carta por mi assinada, e sellada com o sello grande de minhas armas. Dada na Cidade de Lisboa aos tres dias do mes de Março. Luis Teixeira de Carvalho a fez, Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de mil seiscentos e sessenta e oito. Pedro Vieira da Silva o fiz escrever.

O PRINCIPE.

Tratado do casamento delRey D. Pedro II. com a Rainha D. Maria Sofia, tirado do Original, que está na Secretaria de Estado.

Num. 74. An. 1687.

NOs Dei gratia, Phillippus Wilhelmus, Comes Palatinus Rheni, Sacri Romani Imperij Archi-Thesaurarius, & Elector, Bavariæ, Juliæ, Cliviæ, & Montium Dux, Comes Veldentiæ, Sponhemij, Marcæ, Ravensbergi, & Moersæ, Dominus Ravenstenij. Notum, ac testatum facimus universis, & singulis, qui inspecturi sunt has nostras patentes literas approbationis, confirmationis, & ratificationis, quod Manhemij vigesima secunda die Maij, præsentis anni millesimi sexcentesimi octuagesimi septimi conventus, & signatus fuerit Tractatus Matrimonialis, inter Serenissimum, & Potentissimum Principem, Dominum Petrum Dei gratia, Regem Portugaliæ, & Algarbiorum, citrà & ultrà mare in Africa, Dominum Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, Commercij Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque; & Nos pro Dilectissima nostra filia, Principe Electorali Maria Sophia Elisabetha per Regiæ Maiestatis suæ Legatum Extraordinarium, Dominum Emanuelem Tellesium Silvium, Comitem Villarmajorium, Regiæ Suæ Maiestati à Sanctioribus Status Consilijs, totius Regni Portoriorum Præfectum, & intima admissionis Cubicularium, vigore amplæ, & specialis Procurationis, quam Regia Sua Majestas ipsi ad hunc finem dedit, & nostros deputatos Ministros Wolfgangum Theodoricum Sacri Romani Imperij Comitem, & Dominum Castellæ, Nobis à Secretioribus Status Consilijs Summum Aulæ Electoralis Præfectum, & Burggravium in Alzeij, necnon Joannem Ferdinandum ab Yrsch, hæreditarium Dominum Castri Matzen, nobis itidem à Consilijs Status Secretioribus, Supremum Cancellarium, Neoburgicæ Cameræ Aulicæ Præsidem, Feudalis Curiæ in Ducatu Neoburgico Præpositum, & Dynastiæ Reichertzhovensis Præfectum, vigore ejusmodi quoque Potestatis, quam ipsis con-

cessimus, cujus Tractatus duo Originalia, linguâ Latinâ concepta, & in sequentem modum disposita sunt.

Tractatus Matrimonialis inter Serenissimum, ac Potentissimum Principem Dominum Petrum Secundum Regem Portugaliæ, & Algarbiorum, citrà & ultrà Mare in Africâ, Dominum Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, Commercij Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque; Et Serenissimi Principis, Domini Philippi Wilhelmi Comitis Palatini ad Rhenum, Architesaurarij, & Electoris Sacri Romani Imperij, Ducis Bavariæ, Juliæ, Cliviæ, & Montium, Comitis in Veldentz, Sponhemij, Marchiæ, Ravensbergi, & Moersæ, Domini in Ravenstein Serenissimam Principem, filiam Electoralem Palatinam, Dominam Mariam Sophiam Elisabetham; per Excellentissimum, & Illustrissimum Dominum Emanuelem Tellesium Silvium, Comitem Villarmajorium, Sacræ Regiæ Majestati Lusitaniæ, à Sanctioribus Status Consilijs, totius Regni Portoriorum Præfectum, intimæ admissionis Cubicularium, & Legatum Extraordinarium; Et per Illustrissimum Dominum Wolffgangum Theodoricum, Sacri Romani Imperij Comitem, ac Dominum Castellæ, Suæ Serenitati Electorali Palatinæ à Secretioribus Status Consilijs, Summum Aulæ Electoralis Præfectum, & Burggravium in Alzeij; Necnon Reverendissimum, & Perillustrem Dominum Joannem Ferdinandum ab Yrsch, Hæreditarium Dominum Castri Mazen, altæ memoratæ Electorali Serenitati Palatinæ à Consilijs Status Secretioribus, Supremum Cancellarium, Cameræ Neoburgicæ Præsidem, feudalis Curiæ, in Ducatu Neoburgico Præpositum, ac Dynastiæ Reichertzhovensis Præfectum; ambos Deputatos Ministros Electorales, conventus & signatus Manhemij, die vigesima secunda mensis Maij, anno Domini millesimo sexcentesimo, octuagesimo septimo.

In Nomine Sanctissimæ Trinitatis, & Beatissimæ Mariæ Virginis, ad majorem Dei gloriam, Christianitatis commodum, Potentissimi Regni Lusitaniæ, & Serenissimæ Domus Palatinæ Electoralis incrementum. Notum sit omnibus, quod cum Serenissimus, ac Potentissimus Dominus Petrus Secundus, Dei gratiâ, Rex Portugaliæ, & Algarbiorum, citrà & ultrà mare in Africâ, Dominus Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, Commercij Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque; Regnorum suorum conservationi, ac subditorum precibus consulens, secundas nuptias contrahere decrevisset; Serenissimi Principis Domini Philippi Wilhelmi, Comitis Palatini ad Rhenum, Sacri Romani Imperij Architesaurarij, & Electoris, Ducis Bavariæ, Juliæ, Cliviæ, & Montium, Comitis in Veldentz, Sponhemij, Marchiæ, Ravensbergæ, & Moersæ, Domini in Ravenstein; Serenissimam Principem, Dominam Mariam Sophiam Elisabetham legitimam filiam Electoralem, dignissimam judicaverit, quam sibi in conjugium ambiret, propter ejus eximias Dotes, virtutes, cæterasque singulares prærogativas, misit ad præfatum Serenissimum Dominum Electorem Palatinum, fratrem suum charissimum, supradictum Excellentissimum Dominum Legatum Extraordinarium, qui ejus desideria, celsitudini suæ Electorali significasset, qui cum libenter assensisset, Sacræ Majestatis

tatis

tatis votis, plurimique tanti Regis nuptias (ut par est) fecisset, cœptum est agi de Pactis Dotalibus, inter memoratum Excellentissimum Dominum Legatum Extraordinarium, & præfatos Dominos Deputatos Electorales Ministros vigore specialium Procurationum, quæ ad hunc Tractatum conficiendum, ejusque subscriptionem mutuò commutatæ sunt, & in sequentes Articulos conventum est.

I.

Sacræ Regiæ Majestati, promittit Serenissimus Dominus Elector Palatinus, pro Serenissima filia Electorali, Domina Maria Sophia Elisabetha, in Dotem centum millia florenorum Rhenensium, quorum unusquisque florenus explet quindecim baceos, vel sexaginta crucigeros, quæ eadem summa in Serenissimæ, ac Potentissimæ Imperatricis Pactis dotalibus promissa est, & in eadem supradicta moneta exsolvetur, & intra annum, & diem solutio fiet Ulyssiponæ, cum usuris quinque millium florenorum, & donec hoc fiet, Serenissimi Electoris bona Electoralia sint hypothecata.

II.

Serenissimus autem, ac Potentissimus Rex promittit Serenissimæ Principi Electorali, Dominæ Sponsæ suæ charissimæ, eam post Matrimonium consumatum eosdem status, redditus, oppida, Jurisdictiones, Privilegia, Prærogativas, & Aulicum apparatum, quibus priores Reginæ Lusitaniæ fruebantur, semper, & nunquam minus habituram, necnon pro assecuratione Dotis (centum nempè millium florenorum Rhenensium) realiter illata, omnia Coronæ Lusitaniæ bona hypothecata erunt.

III.

Quod si Potentissimus Rex antè Regiam Conjugem sine liberis vitâ decesserit, & Regina in Lusitaniâ residere voluerit, Illi integra Dos, gemmæ, suppellex, & reliqua omnia, quæ juxtà authenticam designationem, secum in Lusitaniam attulerit, & non consumpta fuerint, salva manebunt, atque ea bona durante Matrimonio acquisita, quæ Regi, & Reginæ communia sunt, & in paratâ pecuniâ, auro, argento, & alijs bonis mobilibus quibuscunque consistunt, & non ad Coronam pertinent, post obitum Regis dividentur, & eorum medietas Reginæ tradetur, simulque eisdem Statibus, redditibus, oppidis, Jurisdictionibus, Privilegijs, prærogativis, & aulico apparatu, secuti Rege vivente, Regia Vidua fruetur, licet eo tempore alia Regina, Principi regnanti nupta sit.

IV.

Cum verò Vidua Regina, non in Regno Lusitaniæ habitare, sed in Germaniam redire voluerit, restituetur Illi integra Dos, cum tertiâ ipsius Dotis parte, & supradictâ medietate bonorum, quæ non pertinent ad Coronam, unà cum omnibus ijs bonis, quæ in Regnum Lusitaniæ attulerit, & consumpta non fuerint, secum in Germaniam feret; Et quamdiu prædicta Dos, cum tertiâ parte Dotis non persolvitur, tamdiù omnibus supradictis Statibus, redditibus, oppidis, Jurisdictionibus, Privilegijs, prærogativis, & aulico apparatu fruetur.

V.

Si autem Potentissimus Rex, antè Regiam Conjugem relictis liberis decesserit, & Vidua Regina, in Regno residere recusaverit, tunc illi tertia pars Dotis, & tertia pars arrhæ, atque tertia pars ex medietate bonorum, quæ fuère acquisita, constante Matrimonio, & non pertinent ad Coronam, ad liberum usum, & propriam dispositionem extradentur, necnon ei tertia Pars eorum bonorum mobilium, quæ præter Dotem in Lusitaniam attulerit, vel à Serenissimis Parentibus, fratribus, sororibus, & Agnatis, aut alijs, per testamentarias, seu quaslibet inter vivos factas dispositiones, aut Donationes, acceperit, & non consumpta fuerint, restituentur, itaut etiam hanc tertiam partem omnium bonorum, in Lusitaniam allatorum, & successu temporis, prædicto modo acquisitorum secum feret; Reliquæ verò duæ tertiæ partes omnium supradictorum bonorum manebunt in Lusitaniâ, pro securitate liberorum, sed tamen Regina Vidua, eorum omnium, integrum usumfructum, usque ad mortem habebit.

VI.

Sin autem Regina Vidua, in Regno Lusitaniæ residere maluerit, tunc illa eisdem Statibus, redditibus, oppidis, Jurisdictionibus, Privilegijs, prærogativis, & aulico apparatu, uti cæteræ Reginæ, usque ad mortem fruetur; Illique integra Dos, & tertia pars arrhæ, unà cum omnibus, & singulis supradictis bonis, manebunt.

VII.

Si verò Rege superstite, ipsa Regina, sine liberis vitâ defuncta fuerit, & de suis facultatibus non aliter disposuerit (quod in ipsius liberâ voluntate consistit) integra Dos, cum reliquis in Lusitaniam allatis & ex superiùs dicta bonorum divisione acquisitis, ad ejus Hæredes, abintestato, redibit.

VIII.

Contrà, si Serenissima Regina, antè Serenissimum Regem, relictis liberis decesserit, tunc in totam illius hæreditatem (nisi ipsa, de tertiâ parte, dictæ hæreditatis, juxtà tamen leges Juris communis disposuerit) prædicti Regis liberi succedent; qui si postmodùm ante Regem Patrem obierint, hæreditas illa integra, ad Regem eorum Patrem superexistentem pertinebit.

IX.

Cæterùm, cum in toto Romano Imperio, jam à multis sæculis, apud Sacram Cæsaream Majestatem, Electores, Duces, aliosque Principes, in favorem filiorum, ac per eos in conservationem stirpium, ac familiarum, non tantum communiter introductum, consuetum, inveteratum, & per Pacta gentilitia firmum, & statutum sit, sed etiam quotidiè in praxi sanctè observetur, ut Principes filiæ, in Matrimonium, intrà vel extrà Imperium elocandæ, certam, & juratam Renuntiationem in scripto, & quidem antè Actum copulationis præstent. Excellentissimus Dominus Regius Legatus Extraordinarius, & D. D. Electoris Ministri Deputati, de ejusmodi quoque Renuntiatione egerunt, & secundum morem, & consuetudinem totius Electoralis, & Ducalis Domus Palatinæ, inter se convenère, ut in separato

ſeparato Inſtrumento, extenſiori formâ comprehendetur, fietque ad tenorem Renuntiationum, quas fecerunt Sereniſſima, ac Potentiſſima Imperatrix, & Sereniſſima Dux Aurelianenſis, ejuſque Inſtrumenti Apographum authenticum, Domino Regio Legato Extraordinario tradetur.

X.

Cum autem conjugale ſacrum maturè celebrari debeat, quo poſſit Sereniſſima Domina Princeps, filia Electoralis Palatina, hac æſtate in Luſitaniam tranſportari; Sereniſſimus Dominus Elector dabit operam, ut quam primum fieri poterit, Heidelbergæ peragatur, & quidem eâ magnificentia, quæ tantos Principes decet, ibique Dominus Regius Legatus Extraordinarius pro Rege, ejuſque verbis, perinde ac ſi Rex ipſe præſens eſſet, vigore ſpecialis Mandati, ipſam Dominam Sereniſſimam Principem Electoralem Mariam Sophiam Eliſabetham accipiet in legitimam Uxorem prædicti Domini Regis Portugaliæ Petri Secundi Domini ſui, de more, & Rictu Sanctæ Eccleſiæ Romanæ, & ſecundum Decreta Sacri Concilij Tridentini, atque hujus celebrationis fiet Inſtrumentum teſtificatorium, quod tradetur, Excellentiſſimo Domino Regio Legato Extraordinario.

XI.

Præterea, cum ad inſtantiam Sereniſſimi Domini Electoris, Sereniſſimus, ac Potentiſſimus Rex Angliæ, ſex Naves bellicas, ad tranſvectionem Sereniſſimæ Reginæ præbeat, conventum eſt, ut Sereniſſimus Dominus Elector, Sereniſſimam filiam per Rhenum, cum decenti comitatu deducendam curet, uſque ad Roterodamum, & indè in prædictis Navibus Anglicis Ulyſſiponem uſque, & ſemper proprijs expenſis, ſed tantum ad Sereniſſimæ Reginæ, ac ejuſdem proprij Comitatus ſubſiſtentiam neceſſarijs.

XII.

Atque de his omnibus, quæ in ſuprà poſitis Articulis continentur, unanimiter convenire, atque inter ſe aſſenſi ſunt Excellentiſſimus Dominus Legatus Extraordinarius, Potentiſſimi Regis Portugaliæ Petri Secundi Domini ſui; Et Sereniſſimi Principis Electoris Palatini Philippi Wilhelmi Domini Deputati Miniſtri Electorales, ſeque mutuò obligant, & promittunt Sacram Regiam Majeſtatem, & Electoralem Serenitatem probaturas, & ratihabituras præſentem Tractatum in ſingulis, & univerſis, idque in ſolitâ, & conſuetâ formâ faciendum.

Et cum proptèr nimiam diſtantiam locorum, & itinerationem per Mare, ad commutationem, ſeu reciprocam Ratificationum extraditionem, certus menſis, vel dies determinari non poterat, conventum eſt, ut Dominus Electoralis Miniſter, Sereniſſimam Reginam Liſabonam deducturus, Sereniſſimi Domini Electoris Palatini ratihabitionis litteras ſecum ferat, & Sereniſſimo, ac Potentiſſimo Regi Luſitaniæ debite exhibeat, ſimulque Regiæ Ratificationis exemplar recipiat.

Cum etiam nonnulla ſint, quæ neceſſario effectum ſuum habere debeant, antequam ipſa à Potentiſſimo Rege ratihaberi poſſint, convenère

convenère Excellentissimus Dominus Regius Legatus Extraordinarius, & D. D. Deputati Ministri Electorales, ut ea omnia, quæque hujusmodi fuerint, qualitercunque ad hunc Tractatum pertinentia quorum executio propter angustiam temporis, Ratificationem præcedere deberet, nihilominus valeant, plenumque, & integrum, ac illibatum vigorem, atque effectum suo tempore sortiantur, quasi jam solemniter ratificata essent, non obstante quàvis conditione, & statuto quovis modo, & viâ in contrarium faventibus; In quorum omnium fidem, Excellentissimus Dominus Regius Legatus Extraordinarius, & Domini Electorales Deputati Ministri hunc Tractatum Matrimonialem, in duobus originalibus, ut unum in Scrinio Serenissimi ac Potentissimi Regis, alterum etiam in Scrinio Serenissimi Electoris servetur, subscripserunt, & Sigillis Insignium suorum corroborarunt; Factum Manhemij die vigesima secunda Maij, anno Domini millesimo sexcentesimo octuagesimo septimo.

Laus Deo, Virginique Matri, ac Beato Josepho.

Emm.[l] Tellesius Sylvius; W. T. Comes, ac D. in Castell; J. F. ab Yrsch.

L. S. L. S. L. S.

Qui quidem Tractatus Matrimonialis, duodecim Articulos, & duos Paragraphos circà finem continens cum à Nobis maturè fuerit consideratus, & examinatus, eum tàm in Partes, quàm in totum volumus accipere, approbare, confirmare, & ratificare, atque per hoc Instrumentum re ipsa accipimus, approbamus, confirmamus, & ratificamus, pollicemurque nostro, ac Hæredum, & Successorum Nostrorum omnium nomine, illum observaturos, facturosque, ut exactissimè, & sanctè observentur omnia, quæcunque in eo comprehenduntur, neque unquam permissuros, ut ullo modo, aut viâ eorum vigori, & effectui vel in minimo derogetur; Et igitur promittimus, Nostràque Electorali fide confirmamus omnia, hoc Tractatu Matrimoniali ab initio, usque ad finem, in cunctis, & singulis Articulis, & Paragraphis comprehensa, integrè, illibatèque executuros; In quorum fidem, ac testimonium fieri Jussimus præsentes literas, manu Nostrâ subscriptas, & magno Sigillo Insignium Nostrorum munitas. Datum in Electorali Residentiâ Nostrâ, Heidebergæ die trigesimâ mensis Junij, anno Domini millesimo sexcentesimo octuagesimo septimo.

PHILIPPUS WILHELMUS ELECTOR.

Petrus Dei gratia Rex Portugaliæ, & Algarbiorum citra & ultra mare, in Africa Dominus Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, Commercij, Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque; Notum ac testatum facimus omnibus, qui has literas nostras potestatis generalis, & specialis visuri sunt, quòd cùm expediat pacisci, & transigi, Deo annuente, nuptias, de quibus agitur, inter nos, & Serenissimam Principem Mariam Sophiam, legitimam filiam Serenissimi Principis Domini Philippi Wilhelmi Comitis Palatini Rheni, Ducis Bavariæ,

variæ, Juliæ, Cliviæ, & Montium, Comitis in Valdensi, & Spanheim, Sac. Rom. Imp. Archithesaurarij, & Electoris, Fratris, & consanguinei nostri carissimi, nósque maximam fiduciam habeamus fidei, & prudentiæ Emmanuelis Tellesij Silvij, Comitis Villarmajorij, qui est nobis à sanctioribus Statûs Consilijs, intimæ admissionis Cubicularius, totius Regni portorijs Præpositus, nosterque ad prædictum Serenissimum Principem, fratrem & consanguineum nostrum carissimum Legatus Extraordinarius, per hæc mandata ipsi damus, & concedimus nostrum Jus, plenamque potestatem, liberam ac sufficientem, prout illam firmissimè, ac plenissimè ei dare & concedere possumus, ac debemus, ad idque negotium de facto, & jure requiritur. Atque eum constituimus & facimus nostrum generalem, & specialem Procuratorem, ut pro nobis, nostrisque verbis perinde ac si nos præsentes essemus, possit tractare, agere, pacisci, convenire, & subscribere rebus omnibus cujuscunque generis, conditionis, & momenti ad prædictas nuptias spectantibus, cum quibusvis alijs Procuratoribus, Commissarijs, aut Deputatis prædicti Serenissimi Principis Comitis Palatini Rheni Electoris, qui illius mandato sive Procuratione ad id sufficienter instructi fuerint, omniaque, quæ per Illum pacta conventa fuerint, unâ cum conditionibus & obligationibus, ac sub ijs cautionibus, in quas ipse convenerit, & consenserit, integrè servabimus ac custodiemus. Siquidem ad hæc omnia ipsi Extraordinario Legato nostro damus, & concedimus omnem plenam potestatem nostram, Mandatum generale, & speciale, cum liberâ, & generali administratione. Quin etiam per has literas promittimus, spondemus, Regiâque fide nostrâ confirmamus, servaturos, ratihabituros, rèque ipsâ facturos, quæcunque per dictum Legatum nostrum tractata, gesta, pacta, conventa, & subscripta fuerint, cujuscunque sint generis, conditionis, & momenti, omniaque, & singula quovis tempore rata, firmaque habituros secundum obligationem harum literarum potestatis. In quorum omnium fidem, & cautionem has literas, Mandatumque generale, & speciale fieri jussimus manûs nostræ subscriptione, nostrorumque insignium majori Sigillo munitas. Datum Ulyssipone pridie nonas Decembris, anno Domini millesimo sexcentesimo octuagesimo sexto. Episcopus Fr. Ema.el Pereira præsentes scribere feci.

PETRUS REX.

L. S.

Nos Dei gratia Philippus Wilhelmus Comes Palatinus Rheni, Sacri Romani Imperij Archithesaurarius, & Elector, Bavariæ, Juliæ, Cliviæ, & Montium Dux, Comes Veldentiæ, Sponhemij, Marcæ, Ravenspergi, & Moersæ, Dominus Ravenstenij; notum ac testatum facimus omnibus, qui has literas nostras potestatis generalis, & specialis visuri sunt, quòd, cùm expediat pacisci, & transigi Deo annuente, Nuptias, de quibus agitur, inter Serenissimum, & Potentissimum Principem Petrum Secundum Dei gratiâ Regem Portu-

Portugaliæ, & Algarbiorum, citrà, & ultrà mare in Africa, Dominum Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, Commercij, Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque; & nostram dilectissimam Filiam Electoralem Mariam Sophiam Elisabetham; Nosque maximam fiduciam habeamus fidei & prudentiæ, Wolffgangi Theodorici, Sacri Romani Imperij Comitis in Castel; & Joannis Ferdinandi ab Yrsch; qui nobis sunt à Secretioribus Statûs Consilijs, respectivè summi Aulæ nostræ Electoralis Præfecti, Supremi Cancellarij, Bruggavij in Alzei, Cameræ Neoburgicæ Præsidis, feudalis Curiæ in Ducatu Neoburgico Præpositi, & Dygnastiæ Reicherzhovensis Præfecti, Dilectis his nostris, & fidelibus Ministris, per hæc mandata damus, & concedimus nostrum Jus, plenamque potestatem liberam ac sufficientem, prout illam firmissimè, ac plenissimè eis dare, & concedere possumus, ac debemus, ad idque Negotium de facto & Jure requiritur. Atque eos constituimus & facimus nostros generales & speciales Procuratores, ut pro nobis, nostrisque verbis perinde, ac si nos præsentes essemus, possint tractare, agere, pacisci, convenire, & subscribere, rebus omnibus cujuscunque generis, conditionis, & Momenti, ad prædictas Nuptias spectantibus, quæ cum Serenissimi, ac Potentissimi Regis Lusitaniæ excellentissimo Domino Legato Extraordinario, ad hoc negotium sufficienter instructo, pacta & conventa fuerint, una cum conditionibus & obligationibus, ac sub ijs cautionibus, in quas ipsi convenerint, & consenserint, integrè servabimus, ac custodiemus; siquidem ad hæc omnia nostris Electoralibus Ministris Deputatis damus, & concedimus omnem plenam potestatem nostram, mandatum generale, & speciale, cum libera, & generali administratione; Quin etiam per has literas promittimus, spondemus, & Electorali fide nostrâ confirmamus, servaturos, ratihabituros, rèque ipsâ facturos, quæcunque per dictos nostros Deputatos Ministros Electorales tractata, gesta, pacta, conventa, & subscripta fuerint, cujuscunque sint generis, conditionis, & momenti, omnia & singula quovis tempore rata, firmaque habituros, secundum obligationem harum literarum potestatis. In quorum omnium fidem, & cautionem has literas, mandatumque generale, & speciale fieri ac manus nostræ subscriptione, Nostrorumque insignium majori Sigillo muniri jussimus. Datum Heidelbergæ in nostra Electorali Residentia, decimâ nonâ mensis Martij, anno millesimo sexcentesimo octuagesimo septimo.

PHILIPPUS WILHELMUS ELECTOR.

L. S.

Fórma das Cartas, que ElRey D. Pedro II. mandou escrever, quando passou à Provincia da Beira.

Num. 75. An. 1704.

DOm Antonio da Costa Armador môr. Eu ElRey vos envio muito saudar, por convir muito a meu serviço, que na ocaziaõ prezente, em que passo à Provincia da Beira com ElRey Catholico, meu muito amado, e prezado bom Irmaõ, e Sobrinho, me vaõ acompanhar,

panhar, e servir, aquellas pessoas, de cujas obrigaçoens me possa prometer seguramente, me assistiráõ com grande valor, e fidelidade, com que sempre o fizeraõ aquelles de quem descendem, aos Senhores Reys deste Reyno, meus predecessores. E por concorrerem todas estas razoens na vossa pessoa, me pareceo encarregarvos me acompanheis nesta jornada, e na Campanha, e tenho por certo me servireis de sorte, que cresça em mim muito a boa vontade, que vos tenho, e se multipliquem os motivos de vos fazer honra, e merce. Escrita em Lisboa a 7 de Mayo de 1704.

REY.

Para D. Antonio da Costa, Armador môr.

Decreto delRey D. Pedro II. porque concedeo aos Estudantes da Universidade de Coimbra, algum tempo de merce.

Num. 76.
An. 1704.

TEndo consideraçaõ às demonstrações de gosto, com que esta Universidade festejou, e applaudio, o vir a ella minha Pessoa, e as disposições com que espera a de ElRey Catholico, meu bom Irmaõ, e Sobrinho, para felicitar a sua chegada, e ser justo, que por estes respeitos, e pela especialidade da occasiaõ, experimentem os meus Vassallos os effeitos da minha gratificaçaõ: hey por bem de fazer merce aos Estudantes, que nesta Universidade estiverem matriculados, de oito mezes, sendo naturaes dos lugares Ultramarinos, e aos do Reyno, em quem naõ concorre igual razaõ, de seis mezes sómente, para que huns, e outros se possaõ valer deste tempo, para os Actos, que saõ obrigados a fazer pelos Estatutos da Universidade; e ordeno a D. Nuno Alvares Pereira de Mello, meu Sumilher da Cortina, e Reytor da Universidade, que assim o cumpra, e faça executar. Coimbra 17 de Agosto de 1704. Com Rubrica de Sua Magestade.

Carta delRey de Maquinés para ElRey D. Pedro II. que chegou depois da sua morte, a qual traduzida da sua linguagem dizia:

Num. 77.
An. 1706.

HUm só Deos todo poderoso em todo o Mundo, elle seja louvado para todo sempre, como aquelle a quem se deve tudo, que elle ha de ajudar a quem tiver justiça, e razaõ, porque he bemdito entre as nações do Mundo.

Muley Ixmael filho do Xarife, e de Rey.

Muito alto, e poderoso Rey D. Pedro II. de Portugal, aquelle a quem publica a fama, em huma maõ a espada, e na outra a justiça.

A ti Rey verdadeiro de todos os Eſtados de Portugal, com as noticias, que tenho do bem, que fazes aos meus por meu reſpeito, te conſidero digno da minha amizade, e que eu ſeja agradecido. Pela pratica, que o meu Capitaõ môr do mar Benacha me fez, que ſendo cativo dos Inglezes, arribou ao porto deſſa Corte; e chegando à tua preſença Real, logrou a mayor fortuna, tendo-a por eſte reſpeito, deſmentindo a má, que lhe tinha ſuccedido do ſeu cativeiro, dandolhe o reſplendor de tua Real Peſſoa huma grande alegria, pela affabilidade, e carinho, que hum eſcravo Mouro achou em hum Monarca taõ ſuperior, dandolhe huma eſmola de trinta meticaes de ouro, offerecendolhe tudo o mais.

Eſtas finezas meu Rey, me puzeraõ em grande agradecimento, parecendome, que trazes nas tuas veas aquelle illuſtre ſangue do teu anteceſſor ElRey D. Sebaſtiaõ, que valendo-ſe delle o Xarife Muley Amete, meu parente, por chegar à ſua preſença, empenhou Peſſoa, Reyno, e fazenda, em o favorecer, e aſſim o executou; Hiſtoria, que temos nos noſſos livros pelas mayores finezas, que Reys fizeraõ no Mundo, por gente de differente Ley. Pois ElRey de Caſtella, o que chamou o Mundo Filippe II. o naõ quiz fazer, e ſe eſcuſou de darlhe ajuda, e elle ſómente tomou a ſeu cargo huma obrigaçaõ de tanto pezo, pelo naõ deixar ir diſgoſtoſo; e torno a dizer, que eſta hiſtoria de fineza eſtá por lembrança para em quanto o Mundo for Mundo. E como te conſidero deſte meſmo animo, conheço a deſcendencia, e ſangue, que te aſſiſte deſte Rey. E te affirmo pela Ley, que ſigo, que te hey de ſervir com tudo quanto no meu Reyno tenho, com grande vontade, e naõ ſe deſacredite eſte meu offerecimento, pelo reſpeito de me mandares os tempos paſſados hum Portuguez do teu Reyno, a comprar cavallos, o que puz em Conſelho nos pareceres dos meus Xarifes, e Tables, que todos uniformemente diſſeraõ era contra a minha Ley, que nos prohibe o naõ poſſamos fazer, e quando alguns Reys meus anteceſſores o fizeraõ, fora em caſo de neceſſidade, a pique de perder vida, ou Reyno, e ſómente neſtes termos o podemos fazer; e como eſta neceſſidade me naõ obriga fora pôr o meu governo em má opiniaõ dos meus, e ſenaõ fora eſte preceito, naõ te havia de faltar pelo amor, que te tenho. E ſe quizeres os cativos Portuguezes reſgatados todos, os darey com vontade, e por eſte reſpeito buſquey a Joſeph Heſpanhol, meu cativo, por ſer homem de verdade, e rezaõ, de quem faço muito caſo, e eſtá caſado com huma Portugueza, deixando dous filhos, e huma filha neſſa Corte; e como conheço o ſeu procedimento, o mando a eſſe Reyno, para aviſo de que deſejo dar reſgate aos cativos Portuguezes; e ſe para eſte effeito me quizeres mandar peſſoa de authoridade, o eſtimarey, ou com aviſo mandarey eu o meu Capitaõ do mar Benacha, e tudo o que ſe tratar com elles ſerá de minha vontade.

Tenho feſtejado muito, que o teu poder entraſſe na Corte de Madrid, couſa, que até agora em tempo de nenhuns Reys anteceſſores ſuccedeo; eſtas novas foraõ de tanto prazer, que as feſtejey

como

como propias. Deos entre mim, e ti; escrita na minha Alcasaba de Mequinés a 13 do mez de Rachebet, que he Outubro do anno da nossa Ley 1118, corresponde ao de 1706, em 13 de Outubro.

Testamento delRey D. Pedro II. Original está na Casa da Coroa da Torre do Tombo, na gaveta 16, dos Testamentos dos Reys, donde o copiey.

Num. 78.
An. 1704.

DOm Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, dos Algarves, daquem, e dalém mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegaçaõ, Comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, da India, &c. Pertencendo a todos cuidar na morte, e dispor prudentemente em vida sobre as cousas, que depois della podem succeder, principalmente aos Catholicos, a quem toca mayor obrigaçaõ de ordenar, o que póde dirigir à salvaçaõ de suas almas; e esta obrigaçaõ he mayor nos Principes Soberanos, que por disposiçaõ Divina tem negocios de mais importancia, a que devem dar providencia, assim pelo que toca à conservaçaõ, e augmento da Religiaõ Catholica, como ao bem commum de seus Póvos, e Vassallos; por estas, e por outras justas razoens, ordeney fazer este Testamento para se guardar, e cumprir, tudo o que nelle dispozer, depois de minha morte, o qual quero, que valha, e se cumpra inteiramente, para o que se for necessario, como Rey, e Principe Soberano, dispenso, e derrogo todas, e quaesquer Leys, que contra a sua validade, em todo, ou em parte se possaõ oppor, ou seja na substancia das disposições delle, ou na falta de algumas solemnidades, porque todas para este effeito hey por derrogadas; e esta disposiçaõ quero, que valha, naõ só como Testamento, mas como Ley. Declaro sou Catholico, e creyo firmemente tudo o que crê, e ensina a Santa Madre Igreja de Roma, de quem sou, e sempre fuy filho obediente, e encomendo muito, e mando ao Principe D. Joaõ, meu sobre todos muito amado, e prezado filho, que mais, que tudo procure conservar nestes Reynos, e seus Dominios, a pureza inviolavel desta Religiaõ, tendo entendido, que antes lhe convirá perder este, e outros mayores Reynos do Mundo, do que faltar nesta materia em alguma, ainda que minima parte, tomando exemplo de todos os Senhores Reys, e Principes seus antecessores. os quaes nestes Reynos, e seus Dominios, nunca admittiraõ, antes severamente castigaraõ os delictos contra a Religiaõ, expondo muitas vezes suas vidas, e de seus Vassallos, ao fim santissimo da extençaõ, e propagaçaõ da Fé Catholica, e da obediencia da Santa Igreja de Roma, e por esta causa da maõ de Deos receberaõ tantas merces, e tanta grandeza, quanta ficará ao dito Principe, meu filho, e a conservará com a minha bençaõ, em quanto conservar esta pureza. Peço à Santissima Trindade pelo Sangue, e merecimento de meu Senhor, e Redemptor Jesu Christo, e por sua infinita piedade, e misericordia, me perdoe minhas culpas,

e para este fim invoco o auxilio, e favor da Purissima Virgem Maria, Mãy de Deos, minha especialissima Protectora, debaixo dos titulos de sua Immaculada Conceiçaõ, com o qual he Padroeira deste Reyno, e da Senhora da Graça, da Piedade, das Necessidades, da Assumpçaõ, Madre de Deos, e Senhora da Barroquinha. Tomo tambem por meus intercessores os Anjos, e Santos do Ceo, especialmente o Anjo de minha guarda, o Custodio do Reyno, S. Joseph, S. Joachim, Santa Anna, S. Pedro, de quem tenho o nome, S. Francisco de Assiz, Xavier, de Paula, de Borja, de Sales, Santo Antonio, S. Boaventura, S. Benedicto, Santo Amaro, S. Braz, S. Joaõ Bautista, e Euangelista, Rainha Santa Isabel, Santa Theresa, Santa Luzia, Santa Apollonia, Santa Barbara, para que roguem a Deos, que na hora de minha morte me conceda graça, e auxilios, para ter verdadeira contriçaõ, e arrependimento de meus peccados, e perdaõ de todos elles. Ao Principe D. Joaõ meu sobre todos muito amado, e prezado filho, pertence a successaõ de todos os meus Reynos, e Senhorios, por ser meu filho primogenito, e por estar jurado nas solemnes Cortes, que nesta Cidade se celebraraõ, os quaes lhe encomendo, que governe com justiça, porque sem ella naõ poderá esperar merces de Deos, nem perpetuidade em sua descendencia, conhecendo tambem o amor, que deve a taõ bons Vassallos, e por esta razaõ sómente, quando naõ houvera outras, he o Principe mais feliz de todos os do Mundo, e os deve governar naõ só como Principe, mas como pay, porque elles lho merecem como filhos.

Por se achar já o Principe em idade, em que, conforme a Ley do Reyno, tanto por mim feita, póde, e deve governar o Reyno, tanto que eu faltar, assim o declaro, e mando aos Infantes meus filhos, e mais Vassallos, lhe obedeçaõ como saõ obrigados, por força de sua naturalidade, e de seu juramento. E ao mesmo Principe encomendo, que se aproveite muito dos conselhos da Serenissima Senhora Rainha da Graõ Bretanha, minha muito amada, e prezada irmãa, pois na sua grande Christandade, prudencia, e mais virtudes, e no amor, que tem a todos meus filhos, se seguraõ os acertos, e a Sua Magestade Britanica peço, e rogo com todo o encarecimento, que ajude, e encaminhe ao Principe seu sobrinho, para acertar em servir a Deos, e em fazer justiça a seus Vassallos. O Infante D. Francisco he meu filho segundo, e aquelle a quem na falta, que Deos naõ permitta do Principe seu irmaõ, e de seus descendentes legitimos, pertence a successaõ deste Reyno, pela qual razaõ, e para que se possa conservar sua Casa, e descendencia com aquelle estado, e grandeza, que pertence à sua pessoa, quero, e mando, que se lhe dê toda a Casa do Infantado, com todas as terras, dominios, jurisdicções, privilegios, rendas, e Padroados de Igrejas, com que foy instituida, e como de presente se acha estabelecida, e augmentada, e eu a possuo; e sendo necessario para mayor firmeza, novamente a instituo debaixo das mesmas condições, e clausulas, com que foy estabelecida pelo Senhor Rey D. Joaõ, meu Senhor, e pay, que está em gloria,

gloria, e à mesma Casa hey por vinculadas todas as quintas, herdades, reguengos, e mais bens, que comprey, e tem administraçaõ particular, e tambem hey por vinculadas à mesma Casa todas as merces, que tenho feito, e ao diante fizer ao dito Infante meu filho, e todos os bens da Coroa, que de presente se achaõ vagos, e de tudo se lhe passaráõ Cartas, e despachos necessarios, e em quanto se lhe naõ passarem, valerá esta verba de meu Testamento, como Carta de doaçaõ solemne, com todos quantos requisitos sejaõ necessarios para sua firmeza, e validade, supprindo tudo, o que de direito se deve supprir. E porque ainda assim creyo, que naõ fica o Infante com aquellas rendas, que possaõ bastar para a sustentaçaõ do esplendor, e grandeza de seu estado, e pessoa, e de seus descendentes, encomendo muito ao Principe, que dos bens da Coroa, que estiverem vagos, ou forem vagando, lhe faça doaçaõ para elle, e seus descendentes, até que cheguem as suas rendas ao estado competente de sustentarem com grandeza a sua Casa, pois ha de ser a que segure a successaõ do Reyno, na falta, que Deos naõ permitta, da do Principe, e sua descendencia. E porque esta providencia se faz mais necessaria, por respeitar a utilidade publica destes Reynos, para que em nenhum tempo experimentem as infelicidades, que a outros muitos tem acontecido pela falta da successaõ Real, ordeno, e encomendo muito ao Principe D. Joaõ, que procure casar seu irmaõ, o Infante D. Francisco, logo, que a sua idade o permittir, para que tendo ambos, com a bençaõ de Deos, descendentes, se segurem as conveniencias publicas do Reyno, e se conserve dentro delle a successaõ Real. Ao Infante D. Francisco meu filho, encomendo quanto posso, que seja muito obediente ao Principe seu irmaõ, com aquelle amor, obsequio, e respeito, que lhe he devido como a seu Rey, que ha de ser, e lhe ha de ficar em lugar de pay, conservando com elle aquella uniaõ, amizade, e intima confiança, com que sempre procurey creallos, e só deste modo merecerá a bençaõ de Deos, e a minha; e ao mesmo Principe encarrego, que attendendo a este respeito, e obediencia do Infante, reciprocamente o ame, e estime, naõ só como a irmaõ, mas como a filho, e que com igual cuidado se haja com os mais irmãos, filhos meus, o Infante D. Antonio, o Infante D. Manoel, a Infanta D. Francisca, procurando o accommodamento, e estabelecimento do estado de cada hum delles, e espero, e confio da sua capacidade, que o faça do mesmo modo, que eu o havia de fazer, e melhor ainda, e espero, que os mesmos Infantes lho mereçaõ pelo respeito, que lhe haõ de ter, e pelo amor, que ha de haver entre todos os irmãos, e particularmente, pelo que todos, como filhos de minha bençaõ, haõ de ter aos Póvos, e Vassallos, que com taõ cordeal affecto os veneraõ.

Posto, que a razaõ natural obriga aos pays a deixarem ligitimas a seus filhos, e o Direito Positivo manda, que sejaõ instituidos nas duas partes de seus patrimonios, toda via esta Ley Positiva naõ obriga aos Principes Soberanos, assim em quanto à quota dos bens, como ao titulo da instituiçaõ, com tudo, pelo amor, que tenho a

todos

todos meus filhos, os instituo igualmente em suas legitimas; mas naõ he a minha tençaõ, que o que neste Testamento tenho especialmente deixado ao Infante D. Francisco meu filho, se lhe impute em sua legitima, por ser huma doaçaõ, que lhe faço, naõ só como pay, mas mais ainda como Principe, e Rey Soberano, a quem toca fazer merces às pessoas de taõ alto estado, como he o dito Infante meu filho, por ser tambem a dita doaçaõ, por obrigaçaõ da Coroa, e Reyno, a quem pertence dar estado aos filhos dos Reys, e mais quando he em utilidade do mesmo Reyno, para nelle haver Principes de sangue Real, e para isto derrogo todas as Leys, e disposições, que haja em contrario, pelo mais pleno modo, que posso. Os ditos Infantes meus filhos, todos ao presente saõ menores de quatorze annos, e até terem idade competente para administrarem suas pessoas, e bens, quero, que estejaõ debaixo da administraçaõ do Principe D. Joaõ seu irmaõ, porque ainda, que naõ tenha mais, que quinze annos, com tudo, porque no caso de eu faltar, lhe differe a Ley a administraçaõ, e governo do Reyno, com muita mais razaõ deve ter a de seus irmãos, principalmente quando delle tenho por experiencia, que por infinita bondade de Deos, se acha com entendimento, e capacidade, que excede muito a dos seus annos; e me ajuda muito a ter esta confiança, ficar neste Reyno a Serenissima Senhora Rainha da Graõ Bretanha, minha irmãa, cujas altas virtudes espero de Sua Magestade se empreguem em ajudar ao Principe meu filho, nesta administraçaõ dos Infantes seus sobrinhos, os quaes lhe deixo muito encarregados, confiando, que na educaçaõ delles me pague aquelle amor, e obsequio, que sempre me deveo, e tambem o que deve a este Reyno, em que nasceo, e se creou. Ao Principe encomendo os meus Criados, que me tem servido, e muito em especial lhe lembro o Duque, e Camaristas, que com tanto amor, fidelidade, e acerto, me tem assistido, assim à minha Pessoa, como na administraçaõ do governo, para que os remunere, como por suas qualidades, e bons serviços tem merecido. Mando, que tanto, que eu falecer se me digaõ seis mil Missas por minha alma, e no dia de meu falecimento, se digaõ quinhentas Missas cada anno, se puder ser, em Altar privilegiado. Mando, que se digaõ cinco Missas quotidianas por minha alma, e para ellas se depute a renda necessaria. Ponhaõ-se a juro cincoenta mil cruzados, e do rendimento delles se daraõ cada anno cento e cincoenta mil reis a cinco cativos, trinta a cada hum, para seu resgate, e para casamento de tres orfans cincoenta mil reis a cada huma, e o restante se repartirá por Criados pobres, começando pelos, que serviraõ a minha mesma Pessoa, em quanto viverem, e depois se terá tambem respeito a seus filhos. Encomendo muito o cumprimento deste meu Testamento ao Principe D. Joaõ meu filho, e à Senhora Rainha da Graõ Bretanha minha irmãa, aos quaes nomeyo por meus Testamenteiros, e ao Duque, e Marquez de Alegrete encarrego a execuçaõ, do que o dito Principe, e a Senhora Rainha nesta materia dispuzerem. O meu corpo será sepultado na Igreja de S. Vicente de Fóra, junto do Tumulo da minha

nha sobre todas muito amada, e prezada mulher D. Maria Sofia Isabel, que está em gloria. E porque tenho, que fazer algumas disposições particulares, que por justas razoens se naõ puderaõ escrever por hora neste Testamento, as mandey escrever em hum papel de fóra, escrito pela letra do Padre Sebastiaõ de Magalhaens, meu Confessor, e por mim assinado, o qual quero, que se cumpra, e valha, como parte deste Testamento. Fóra do matrimonio houve huma filha chamada D. Luiza, que hoje está casada com o Duque D. Jayme, meu muito amado, e prezado sobrinho, e do meu Conselho de Estado, mando ao Principe, e Infantes meus filhos, que a honrem, e accrescentem em merces como pedem as obrigações do sangue, e as virtudes de D. Luiza; e posto que para o dito casamento foy dotada, com o que lhe dey quando a primeira vez casou com o Duque D. Luiz, quero, e hey por bem, que por minha morte lhe dê o Principe huma joya digna da pessoa, que a dá, e de quem a recebe. Prometti fazer huma Capella a S. Benedicto, na Igreja de S. Francisco de Xabregas, mando, que se faça logo, no caso, que eu em vida o naõ mande fazer. Por evitar duvidas, que podem offerecerse sobre a fórma, com que se deve succeder na Casa, que instituo para o Infante D. Francisco, declaro, que acontecendo, o que Deos naõ permitta, que o Principe D. Joaõ faleça sem filhos, ou se extingua a linha de sua descendencia, e que por esta causa deva succeder na Coroa o Infante D. Francisco, ou algum seu descendente, neste caso, ordeno, e mando, como Rey, que assim os bens da Casa do Infantado, como todos os mais, que a ella estiverem vinculados, conforme esta minha instituiçaõ, se naõ possaõ unir, nem incorporar na Coroa, e quero, que se conservem sempre separados, e que passem logo ao filho varaõ segundo genito do dito Infante D. Francisco meu filho, e esta mesma ordem de succeder, se observará, e hey por repetida em todos seus descendentes, que succederem na Coroa destes meus Reynos. E succedendo tambem, o que Deos naõ permitta, que o Infante D. Francisco meu filho faleça sem descendentes, ou se extingua a sua linha, neste caso, ordeno, e mando, que a successaõ da sua Casa faça transito, e se devolva logo ao Infante D. Antonio meu filho, e em falta delle a seus descendentes; e quando delle os naõ haja, terá intransia nesta successaõ o Infante D. Manoel meu filho, e em falta delle seus descendentes; e em todos os successores, que o forem desta Casa, hey por repetidas as condições, e disposições declaradas nesta minha instituiçaõ, para que na fórma dellas se deva sempre regular a de succeder. E porque os bens, de que instituo este vinculo saõ da Coroa, para que em nenhum caso obste a fórma de succeder, que tenho dado, ás disposições da Ley Mental, hey por bem dispensallas, e derrogallas nos casos desta disposiçaõ para sempre, usando para este fim do meu poder Real, e absoluto. Encomendo muito aos Reys meus successores, que tendo filhas procurem, quanto for possivel, casallas com os successores desta Casa, para que assim se conserve, e augmente o esplendor della. Ordeno, e mando, aos que servirem a

pessoa

pessoa do Infante D. Francisco meu filho, sejaõ remunerados os seus serviços, como feitos à Coroa; e aos mais Criados, que a diante servirem os successores desta Casa encomendo aos Reys meus successores attendaõ aos seus serviços, para os favorecerem, e ampararem. E porque nas vocações, que tenho feito para a successaõ do vinculo, que instituo, faço mençaõ de descendentes, declaro, que he a minha vontade, que estas vocações se haõ de entender dos descendentes, que forem legitimos, nascidos de legitimo matrimonio; porém no caso, que se extinguaõ todas as linhas legitimas de todos os meus filhos, succederáõ, e teraõ intransia neste vinculo os descendentes illegitimos, e bastardos, que de mim procedem. E nesta fórma hey por acabado este meu Testamento, que de meu mando escreveo o Padre Sebastiaõ de Magalhaens, meu Confessor, e mo fez presente, e o assiney. Guarda 19 de Setembro de 1704.

REY.

Approvaçaõ.

Saibaõ quantos este publico Estromento de approvaçaõ de Testamento virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo, de mil e setecentos e quatro, aos dezanove do mez de Setembro do dito anno, nesta Corte, e Cidade da Guarda, no Palacio onde estava aposentado o muito alto, e muito poderoso Rey, e Senhor nosso, D. Pedro Segundo, onde eu Diogo de Mendoça Corte-Real, Secretario de Estado do mesmo Senhor, presente estava, com faculdade, e ordem do dito Senhor concedida pelo Decreto junto para fazer este acto de approvaçaõ em publica fórma, e logo na sua Real Camera me foy entregue pelo dito Senhor da sua Real maõ à minha, o Testamento a traz escrito em seis meyas folhas de papel, em que entrava esta, e me disse o mesmo Senhor, que aquelle era o seu Testamento, que queria se cumprisse, e guardasse como nelle se continha, o qual de seu mandado escrevera o Padre Sebastiaõ de Magalhaens, seu Confessor, e que por estar conforme a sua Real vontade, o assinara, e mandou lho approvasse quanto de direito era necessario, e que faltandolhe alguma solemnidade a havia por supprida como Rey, e Senhor, de seu poder Real, e absoluto. O qual Testamento eu Diogo de Mendoça vi, e naõ achey nelle, que tivesse borraõ, entrelinha, ou vicio algum, que duvida fizesse, e só na segunda meya folha achey por cima a palavra *esta*, e na quinta a palavra, e *valha*, e satisfazendo eu Secretario às solemnidades, e perguntas necessarias na fórma da Ley, como pessoa publica para este acto especialmente nomeado no dito Decreto, approvey o dito Testamento tanto quanto posso, e devo, e houve por approvado na fórma, que o Direito requere, sendo a tudo presentes, como testemunhas; o Duque de Cadaval, o Marquez de Alegrete, o Marquez de Marialva, o Conde de Villa-Verde, o Conde de Vianna, todos do seu Conselho de Estado, e outro sim o Conde de Villar-Mayor, o Con-

o Conde de Assumar, D. Rodrigo de Mello, Francisco de Mello, Monteiro môr, D. Lourenço de Almada, que todos comigo assinaraõ: e eu Diogo de Mendoça Corte-Real, que o approvey, e escrevi de meu publico sinal em raso. = Diogo de Mendoça Corte-Real. = Marquez de Alegrete. = D. Lourenço de Almada. = O Marquez de Marialva. = O Conde de Villa-Verde. = O Conde de Assumar. = Francisco de Mello. = D. Rodrigo de Mello. = Duque. = O Conde Fernando Telles da Silva. = O Conde Estribeiro Môr. =

Abertura.

Aos nove dias do mez de Dezembro de mil e setecentos e seis, no Paço de Alcantara, em Conselho de Estado, me foy entregue pelo Padre Sebastiaõ de Magalhaens, o Testamento cerrado delRey D. Pedro II. nosso Senhor, que Deos tem, e estando em Conselho de Estado, os Duques, Marquez de Cascaes, Marquez de Marialva, Conde da Castanheira, Conde de S. Vicente, Conde de Alvor, Conde Estribeiro môr, D. Francisco de Sousa, por especial ordem, que tenho de Sua Magestade, que Deos guarde, abri o Testamento referido, o qual estava cozido com retrós verde, com cinco pontos, tendo hum pingo de lacre vermelho em cima de cada hum delles, e he escrito em seis meyas folhas de papel, em que entra esta, todas escritas, excepto esta pagina, sem borraõ, ou risca alguma, e só por cima da meya folha segunda se vê a palavra em cima *està*, e na quinta a palavra *valha*, e toda a letra he clara, e intelligivel, e todo o referido pórto por fé, por especial ordem, que tenho de Sua Magestade, que Deos guarde, para fazer este termo. D. Thomás de Almeida, Secretario de Estado, o escrevi de minha letra, e o assino. D. Thomás de Almeida.

Decreto.

Tenho com o favor de Deos disposto da minha ultima vontade, e ordeno o meu Testamento, que mandey escrever pelo Padre Sebastiaõ de Magalhaens, meu Confessor, e para fazer o acto da sua approvaçaõ, hey por bem de nomear a Diogo de Mendoça Corte-Real, que nesta jornada serve de meu Secretario de Estado, e para este effeito lhe concedo os poderes, e authoridade, que de direito se requere, para que legal, e validamente se possa fazer o dito acto de approvaçaõ, sem embargo de qualquer Ley, que em contrario haja, porque todas hey por derrogadas para este effeito, como se de cada huma dellas fizesse expressa, e especial mençaõ. Guarda 19 de Setembro de 1704. Rubrica de Sua Magestade.

Papel delRey D. Pedro II. de que faz mençaõ no seu Testamento, tirado dos manuscritos do Duque de Cadaval.

Num. 79.
An. 1704.

DEclaro, que fóra do matrimonio tive dous filhos de mulheres desobrigadas, e limpas de toda a naçaõ infecta, hum se chama D. Miguel, e outro D. Joseph, ambos se criaõ em casa de Bartholomeu de Sousa Mexia, encomendo ao Principe lhes dê aquelle estado, que for mais conveniente, e decente a suas pessoas, como a irmãos seus, em que vivaõ com aquella abundancia, que naõ se vejaõ obrigados a necessitar de outra protecçaõ mais, que da sua; e porque o dito Bartholomeu de Sousa Mexia me tem servido com fidelidade, e zelo, em todas as occupações, que lhe encarreguey, particularmente na boa educaçaõ dos ditos meus filhos, encomendo muito especialmente ao Principe, que attenda aos seus merecimentos, e serviços, para o honrar, e lhe fazer merce. Ao Principe encomendo favoreça, e ampare todos os meus Criados, e que naõ os conservando no seu serviço lhes dê os mesmos ordenados, e mezadas, que eu lhes dava, de qualquer calidade, ou cor, que sejaõ, para que possaõ sustentarse limpamente, conforme a graduaçaõ de suas pessoas, e que na repartiçaõ das esmolas, que mando fazer do rendimento dos cincoenta mil cruzados, que se haõ de pôr a juro, pela verba do meu Testamento, tenhaõ preferencia aquelles, que o mesmo Principe sabe, que eu me dava por mais bem servido delles, e que no numero dos Criados entrem tambem os Escravos, os quaes declaro por livres depois do meu falecimento. Ao Padre Sebastiaõ de Magalhaens mandey fazer estas declarações, que assiney. Guarda 19 de Setembro de 1704.

REY.

Carta, que o Principe Regente escreveo aos Cabidos, quando succedeo o roubo do Santissimo Sacramento, na Igreja de Odivellas.

Num. 80.
An. 1671.

DEaõ, Conegos, Dignidades, e Cabido da Sé do Porto. Eu o Principe vos envio muito saudar. Na noite de dez para onze deste mez, se escalou a Igreja da Freguesia de Odivellas, e profanando os Altares, e Imagens, abriraõ sacrilegamente o Sacrario, roubando o Santissimo, que nelle estava depositado. Em demonstraçaõ de sentimento de taõ excerando caso, mandey, que toda a Corte tomasse luto até se restituir à mesma Igreja o Sacramento, que della foy roubado, ordenando, que em todas as Igrejas desta Cidade se expuzesse, pedindolhe com demonstrações de arrependimento das culpas, e peccados de todos, queira, por meyo destas rogativas, applacar o rigor do castigo, que nossas culpas merecem; e porque assim he razaõ, que se faça em todo o meu Reyno, vos encomendo façais o mesmo, pedindo a Deos se lembre de todos aquelles, que

o ve-

o veneramos Sacramentado; e quando por vossa via se possa descobrir algum indicio de taõ horrendo crime, mo façais a saber para mandar continuar as grandes diligencias, que mando fazer sobre a averiguaçaõ delle. Em Lisboa 11 de Mayo de 1671.

O PRINCIPE.

Papel muy pio, e devoto, que ElRey D. Pedro escreveo da sua propria maõ, de que vi huma copia na Livraria manuscrita do Duque de Cadaval. Está no livro 19, de papeis varios, pag. 574, donde o copiey, e principia nesta fórma:

Propositos, que com a graça de Deos proponho guardar.

Num. 81.

1 DE naõ murmurar de meus proximos, antes procurar evitar toda a murmuraçaõ.

2 De me naõ desculpar, ainda que me culpem.

3 De ser mais sofrido, naõ dizendo palavra, que seja de menos paciencia, e interiormente procurarey trazer à memoria motivos, que me ensinem a sofrer, e ter paciencia nas occasioens.

4 De ser mortificado no comer, naõ me queixando quando naõ estiver bom, só procurarey acodir à necessidade, conforme os meus achaques, e conformarme quando for de meu gosto, sem queixa, antes às vezes direy, que me façaõ algumas cousas de differente modo, do que gósto.

5 Ter cuidado de me mortificar em tudo o que for licito, e pudér, com a graça Divina.

6 De mortificar nas repugnancias, fazendo o mesmo, em que a tiver, e naõ dizendo palavra, que seja nascida della, e pôr para isto algumas consideraçóes, que me refreem.

7 Naõ me queixarey de aggravo, que me façaõ, senaõ for com justa causa, que me obrigue a isso, ou ao Confessor para pedir conselho, e tambem me procurarey mortificar em me naõ queixar, do que padeço, senaõ for necessario, ou for mal, que me aperte, ou perguntado, excepto ao Confessor, a quem direy tudo.

8 De obedecer ao Confessor, no que me mandar, ou disser, especialmente nos escrupulos, e para isto considerarey, que mo manda Deos por boca de seu Ministro; seguilloey em tudo como quem tem as vezes de Deos na terra; darlheey credito ao que me diz com fé viva, crendo, que Deos me falla por elle, e assim em tudo considerarey nelle a Christo, sem mais segurança, que neste Senhor, e no Confessor, por ser seu Ministro, e posto pela Igreja para o seguir.

9 De mortificar em tudo quanto advertir, e for licito a vontade, juizo proprio, parecer a segurança, amor proprio, e temor, e tudo o em que a minha vontade se empenhar com vehemencia, cortalla em tudo o que for justo.

10 Naõ obrar nada com vehemencia, ainda que seja virtude, mas com suavidade; e quando fizer petições a Deos, será com menos palavras, e naõ com a vehemencia, que costumo, querendo até nisto satisfazerme, e será propondolhe minha necessidade, e pondome nas suas mãos com confiança, esperando delle só o remedio, e que me acodirá com misericordia, e quando propuzer alguma cousa, será vendo, que naõ posso sem ajuda de Deos, e que só poderey fazer alguma cousa dandome elle graça, e lha pedirey para obrar o que me parecer melhor exercitar.

Estes tres pontos, conforme a doutrina de meu Confessor, humildade, mortificaçaõ, e oraçaõ; a humildade, fazendo della actos continuos, pois tantos motivos tenho na miseria, e faltas, e naõ dizendo palavra de gavo, ou satisfaçaõ, nem de soberba, senaõ quando for necessario acodir por meu respeito em causa justa; a mortificaçaõ, em todas as cousas, assim nas exteriores, como em todos os impetos, sentimentos, e razoens interiores, que desdizerem da virtude, pondo diante outros motivos; a oraçaõ, procurando naõ faltar ao tempo, que tenho deputado para ella, e trazendo sempre a Deos presente, e procurando, que todos os sentidos, e potencias estejaõ ajustadas ao serviço, e agrado deste Senhor, e com as mais considerações, e motivos, que tirarey, do que vir, e me succeder, e outras considerações de Deos, ou nascidas do tromento interior, que padeço, deixando escrupulos, e embaraços da minha imaginaçaõ, como o Padre me manda, e tomando estoutro caminho com grande cuidado nestes tres pontos, pedindo a Deos me ajude pois taõ difficultoso me he, pelo que interiormente padeço.

Breve do Papa Innocencio XI. ao Principe Regente D. Pedro, em que lhe agradece o soccorro para a guerra contra os Turcos. Está na Secretaria de Estado, donde o copiey.

INNOCENSIUS PAPA XI.

Num. 82.
An. 1683.

DIllectissime in Christo Filli noster salutem, & Appostollicam Benedictionem. Cûm Nôs in primis afficiat, liberale, perspectaque animi tui magnitudine dignum subsidium, quod ad publicam causam ab immanissimi hostis connatibus tuendam suppeditasti, nostrarum esse partium duximus eximias tibi, de tàm pio, ac præclaro facto, laudes hiscæ tribuere, testatumque lucullentèr facere nullam à nobis dimissam iri occasionem, re ipsa declarandi propensam, gratamque nostram, hoc insigni nomine, erga te voluntatem; omnium etiàm authorem bonorum Deum ennixè rogare non omittimus, ut ingens meritum, quod apud Christiannam Rempublicam comparasti, magno cùm fœnore inexhaustæ beneficentiæ suæ largitate retributum vellit: Tibique Dillectissime in Christo Filli noster, Appostollicam Benedictionem ex interno paterni Cordis affectu impertimur. Datum

tum Romæ apud Sanctam Mariam Majorem sub Annulo Piscatoris die prima Augusti MDCLXXXIII. Pontificatus nostri Anno septimo.

Marius Spinula.

Ley delRey D. Pedro, sobre as Regencias, e Tutorias dos Reys, o modo, que se deve observar. Foy impressa no anno 1674. Está na Torre do Tombo, no livro quinto das Leys, pag. 131, onde a vi.

Num. 83. An. 1674.

DOm Pedro por graça de Deos, Principe de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalém, Mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegaçaõ, Comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber, que eu passey ora huma Ley por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, da qual o treslado he o seguinte.

Eu o Principe como Regente, e Governador destes Reynos, e Senhorios. Faço saber, aos que esta minha Ley, estabelecida em Cortes, virem, que havendo respeito às repetidas instancias, com que a Nobreza, Povo, e Clero deste Reyno, nas Cortes, que se celebraraõ nesta Cidade de Lisboa este presente anno, me pediraõ quizesse por huma Ley fundamental dar certa fórma às regencias, e tutorias, na menoridade, ou incapacidade dos Reys successores, pela perturbaçaõ, que causava ao estado politico, a incerteza da pessoa a quem tocava, e competencia dos pertendentes, pervalecendo, as mais das vezes, o que menos convinha ao bem do Reyno, com divizaõ nos Grandes, e seus parciaes, e consecutivamente com faltas de respeito, e obediencia, com que a Monarchia se expunha ao perigo de huma total ruina, e com mais justo receyo na presente occasiaõ, em que o Reyno se achava com a privaçaõ do Senhor Rey D. Affonso Sexto, meu irmaõ, pela sua perpetua insanavel incapacidade, e na menoridade da Infante minha sobre todas muito amada, e prezada filha; podendo acontecer o caso de mayor embaraço, e perturbaçaõ, pela novidade delle, offerecendo juntamente os pontos, que com toda attençaõ tinhaõ examinados, e julgavaõ por necessarios, bastantes, e convenientes, para tirar toda a occasiaõ de duvida, ajustando-se ao exemplo das Leys dos Reys visinhos, e dos mais de Europa. Houve por bem descutida a materia, e importancia della, com os do meu Conselho, considerando naõ sómente a utilidade da Ley para o socego, e tranquillidade publica, mas ainda a anticipada aceitaçaõ dos Póvos, conformarme com o seu parecer na maneira seguinte.

Que faltando o Rey Regente por morte natural, deixando filho, ou filha primogenito, successor, ou successora, menos de quatorze annos, nomeando por testamento, ou escritura Tutor, ou Tutores, que por seu filho, ou filha governem a elle, ou a elles Tutores,

tores, sejaõ obrigados a obedecer todos os Vassallos destes Reynos, e Senhorios, assim, e na fórma, que deviaõ obedecer ao mesmo Rey.

Que faltando por morte natural, privaçaõ de entendimento, ou outro impedimento legitimo, o Rey Regente, e naõ nomeando Tutor, ou Tutores, na fórma referida, ficando Rainha viuva, mãy dos ditos menores successores do Reyno, em taes casos ficará a Rainha sendo Tutora dos sobreditos menores, e Governadora destes Reynos, e Senhorios, porque naturalmente he a que mais os deve amar, tratar do seu augmento, e conservaçaõ, e como a tal seraõ obrigados a obedecer todos os Vassallos destes Reynos, e Senhorios, durante a dita tutella, e em quanto se naõ casar.

Que succedendo o naõ dispor o Rey defunto, nem ficar Rainha viuva, mãy do successor, ou successora, ou ficando faleceo, ou casar durante a tutella, e Regencia, em cada hum destes casos entraráõ na tutella, e Regencia, os cinco Conselheiros de Estado, mais antigos no exercicio, entrando neste numero o Prelado, que entaõ se achar no Conselho de Estado, ainda que seja mais moderno, a respeito dos mais Conselheiros, com tanto, que havendo mais, que hum, preceda o mais antigo; e succedendo naõ se achar Prelado algum Conselheiro de Estado actual, entrará no dito numero dos cinco, com calidade de Conselheiro de Estado, o Inquisidor Geral, sendo Sagrado, e naõ o sendo, o Arcebispo de Lisboa, e na falta de ambos o Arcebispo de Braga, ou Evora, preferindo o mais antigo na dignidade; e havendo no Conselho de Estado Ecclesiastico, sem ser Bispo, ou Arcebispo, se regulará para a Regencia, e tutoria por sua antiguidade com os seculares, e naõ poderáõ concorrer dous irmãos, ainda que ambos sejaõ do Conselho de Estado, e mais antigos, e sómente entrará o que delles for anterior no exercicio de Conselheiro de Estado.

Havendo Infante unico, irmaõ do Rey, ou Principe defunto, elle, ou dos que houver, o mais velho, governará, e terá a tutella com os Conselheiros apontados, na fórma referida, que teraõ votos consultivos, sendo a decisaõ do Infante, e exceptuando porém deliberaçaõ de casamento de successor, ou successora do Reyno, paz, tregoa, liga, e alheaçaõ, de parte do Estado, porque nestes casos se seguirá o que se vencer por mais votos, e empatando, a parte a que se acostar o Infante pela calidade.

E porque presentemente se acha deposto pelos mesmos Estados, do exercicio do governo destes Reynos, e Senhorios, o Senhor Rey D. Affonso Sexto meu irmaõ, pela sua incapacidade, e eu Regente delles, com huma unica filha, menor de quatorze annos, jurada successora destes Reynos, e Senhorios, na falta do Senhor Rey D. Affonso, e minha, na fórma, em que eu fuy jurado; querendo prover neste caso, e nos semelhantes, que ao diante succederem, attendendo ao socego, e tranquillidade publica, concordia entre os Vassallos, e conservaçaõ do Reyno. Ordeno, que todos os casos arriba provîdos, em ordem à tutella, e Regencia, se entendaõ,

e pra-

e pratiquem na mesma fórma, no caso, em que o Principe, jurado immediato successor, governando venha a falecer, nomeando Tutor, ou Tutores, por testamento, ou escritura, na menoridade do seu successor, ou successora no Reyno, por quanto este Tutor, ou Tutores, governaráõ com o mesmo poder, e authoridade, que os nomeados pelos Reys, e seraõ na mesma conformidade obedecidos por todos os Vassallos destes Reynos, e Senhorios.

Faltando nomeaçaõ nos tres casos acima referidos, morte natural, privaçaõ de entendimento, ou outro impedimento legitimo, ficando Princeza viuva, mãy dos menores successores do Reyno, em cada hum delles ficará sendo sua Tutora, e Regente destes Reynos, e Senhorios, a Princeza, mulher do dito defunto Principe, na mesma conformidade, e com as condiçóes, com que fica disposto nas Rainhas viuvas.

Faltando o Principe sem nomear, e naõ ficando juntamente Princeza viuva, mãy dos ditos menores, ou falecendo, ou casando, durante a dita menoridade, governaráõ, e teraõ a tutella os cinco Conselheiros de Estado mais antigos, com a fórma, e declaraçóes estabelecidas no caso da morte dos Reys, sem nomeaçaõ, e sem ficar a Rainha viuva.

Havendo Infante unico, irmaõ do Principe defunto, este, ou dos que houver o mais velho, governará, e terá a tutella com os Conselheiros apontados, na fórma referida, no caso da morte del-Rey, tendo votos consultivos, sendo a decisaõ do Infante, exceptuando porém a deliberaçaõ do casamento do successor, ou successora do Reyno, paz, tregoa, liga, ou alheaçaõ de parte do Estado, porque nestes casos se fará o que se vencer por mais votos, e empatando, a parte a que se acostar o voto do Infante, pela calidade delle.

E por evitar o inconveniente, que neste, e nos mais Reynos visinhos, a experiencia tem mostrado na duraçaõ das tutellas, e curadorias dos Reys, e Principes, seguindo o exemplo do mesmo Reyno, e dos visinhos. Mando, e estabeleço, que chegando os successores destes Reynos, e Senhorios, à idade de quatorze annos completos, ou casando a filha successora, antes delles, tomem logo o governo, cassando desde agora para entaõ a Regencia do Tutor, ou Tutores.

E os que contravierem em todo, ou em parte, a observancia, e inteira obediencia desta Ley, seraõ havidos por Reos, no crime da Magestade offendida em primeira cabeça, e incorreráõ em todas as penas em Direito estabelecidas, e applicadas ao dito crime. E mando ao Presidente do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicaçaõ, Governador da Casa do Porto, e aos Desembargadores das ditas Casas, e a todos os Corregedores, Provedores, Juizes, Justiças, Officiaes, e pessoas destes meus Reynos, e Senhorios, que a cumpraõ, e guardem, e façaõ inteiramente cumprir, e guardar, como nella se contém; e ao meu Chanceller mòr, que envie logo Cartas com o treslado della, sob o meu Sello, e seu final, a todos

os

os Corregedores, Ouvidores das Comarcas destes Reynos, e aos Ouvidores das terras dos Donatarios, em que os Corregedores naõ entraõ por correiçaõ, para que a todos seja notorio, a qual se registará nos livros da Mesa do Desembargo do Paço, e nos das Casas da Supplicaçaõ, e Relaçaõ do Porto, onde semelhantes Leys se costumaõ registar, e esta propria se lançará na Torre do Tombo. Manoel da Sylva Collaço a fez em Lisboa a vinte e tres de Novembro de seiscentos setenta e quatro. Francisco Galvaõ a fez escrever.

PRINCIPE.

O Marquez Mordomo môr P.

Joaõ Velho Barreto.

Foy publicada na Chancellaria môr esta Ley de Sua Alteza, por mim D. Sebastiaõ Maldonado, Veedor da dita Chancellaria, perante os Officiaes della, e outra muita gente, que vinhaõ a seus despachos. Lisboa 27 de Novembro de 1674.

D. Sebastiaõ Maldonado.

Ley, porque ElRey D. Pedro declara a fórma, em que devem succeder no Reyno, os filhos, e descendentes do Rey, que legitimamente succeder a seu irmaõ, que falecesse sem successaõ, para que succedaõ por sua ordem, sem ser necessario approvaçaõ, ou consentimento dos Tres Estados do Reyno, derrogando, sendo necessario, nesta parte as Cortes de Lamego. Foy publicada, e impressa em 1698. Está no Archivo Real da Torre do Tombo, onde a vi.

Num. 84.
An. 1698.

DOm Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalém, Mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegaçaõ, Comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber a vós, que eu passey ora huma Ley por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, da qual o treslado he o seguinte.

Eu ElRey faço saber aos que esta Ley virem, que por se achar disposto na das Cortes de Lamego, que se celebraraõ no tempo do Senhor Rey D. Affonso Henriques, em que se deu fórma à successaõ destes Reynos, que falecendo o Rey sem filhos, em caso, que tivesse irmaõ, possuhiria o Reyno em sua vida, mas que morrendo, naõ seria Rey seu filho, sem primeiro o fazerem os Bispos, os Procuradores, e Nobres da Corte delRey; porque se o fizessem Rey, o seria, e se o naõ elegessem, naõ reynaria. De cujas palavras,

vras, ou menos boa intelligencia dellas se póde inferir, que verificado o caso de succeder ao Rey, seu irmaõ, naõ poderá succederlhe seu filho, sem approvaçaõ, e consentimento dos Tres Estados do Reyno. E como toda a duvida, e interpretaçaõ em materia taõ importante, será de muy prejudiciaes consequencias ao socego, e quietaçaõ publica, em cuja utilidade foy estabelecida a mesma Ley; a qual se encontrasse aquella boa ordem de successaõ, que se guarda nas mais bem governadas Monarchias, poderia ser perturbaçaõ, e ruina da mesma Coroa, de que quiz ser presidio, e segurança: Fuy servido convocar os Tres Estados do Reyno às Cortes, que actualmente estaõ celebrando nesta Cidade, sendo este hum dos principaes motivos, que me moveo a convocallas, por ser proprio da obrigaçaõ em que Deos me poz, e do grande amor, que tenho a meus Reynos, evitarlhes com providencia, e cuidado todo o perigo, que como contingente, nos tempos futuros póde ser possivel; e assim depois do Acto do juramento do Principe D. Joaõ, meu sobre todos muito amado, e prezado filho, mandey passar Decretos aos Tres Estados do Reyno, para darem os seus consentimentos necessarios à declaraçaõ, ou derogaçaõ da Ley das Cortes de Lamego, em quanto à disposiçaõ referida. E porque os Tres Estados com aquelle grande zelo, e conformidade, que eu delles me podia prometer, naõ sómente consentiraõ, mas tambem me pediraõ, que ou fosse por via de declaraçaõ, interpretaçaõ, ou sendo necessario, de derogaçaõ, se estabelecesse, que nos casos de succederem os irmãos aos Reys, que naõ tiverem filhos, os seus filhos, e descendentes lhes succedaõ por sua ordem no Reyno, como succederiaõ sendo filhos, e descendentes de qualquer outro Rey, que naõ houvesse succedido a seu irmaõ, mas a seu pay, sem que seja necessaria approvaçaõ, ou consentimento algum dos Tres Estados do Reyno, ainda que nos ditos casos se possa considerar, que pelas palavras, ou intelligencia da Ley das Cortes de Lamego seja outra a sua disposiçaõ; porque sem embargo de que assim se considere, os Tres Estados, como aquelles em que reside o mesmo poder dos que entaõ as estabeleceraõ, faziaõ desde logo para todo o tempo futuro firme, e solemne desistencia de qualquer direito, que por ellas lhes compita, para o que deixariaõ seus assentos feitos com toda a legalidade na melhor fórma, que fazer se possaõ, conformandome com os Tres Estados do Reyno: Hey por bem, que na fórma referida, differindo à petiçaõ dos Tres Estados, e por consentimento delles, se haja nesta parte a dita Ley das Cortes de Lamego por declarada, e sendo necessario por derogada, de maneira, que daqui por diante, e para todos os tempos futuros, os filhos, e descendentes do Rey, que legitimamente succeder a seu irmaõ, que falecesse sem elles, devem succeder por sua ordem, sem ser necessario approvaçaõ, ou consentimento dos Tres Estados do Reyno, naõ obstante as ditas Cortes, as quaes em tudo o mais ficaõ em seu vigor. E nesta fórma, por ser estabelecida para socego do Reyno, mando, e ordeno ao Principe meu sobre todos muito amado, e prezado filho, e bem assim a todos os outros successores, que

forem desta Coroa, que assim o façaõ observar, naõ admittindo outra alguma interpretaçaõ, por ser esta a que por conveniencia, e quietaçaõ da Monarchia se ajustou com os Tres Estados do Reyno. E mando outro sim ao Regedor da Casa da Supplicaçaõ, Presidente, e Desembargadores da Mesa do Desembargo do Paço, Governador da Relaçaõ, e Casa do Porto, Desembargadores das ditas Casas, Corregedores, e Julgadores, e a todos meus Vassallos, que agora saõ, e ao diante forem deste Reyno, que assim o tenhaõ entendido, e nos casos occurrentes o façaõ executar. E tudo o que em contrario se obrar fique desde agora para entaõ, como se feito naõ fora; porque esta Ley, e disposiçaõ quero, que seja firme em quanto o Mundo durar. E para, que venha à noticia de todos, mando ao meu Chanceller môr do Reyno, a faça publicar em minha Chancellaria, e enviar a copia della a todos os Julgadores das Comarcas, sob meu Sello, e seu final, para que assim o façaõ executar, como nella se declara, e se registará nos livros do Desembargo do Paço, Casa da Supplicaçaõ, e Relaçaõ do Porto, onde semelhantes Leys se costumaõ registar; e esta propria se lançará nos livros da Torre do Tombo. Dada na Cidade de Lisboa aos doze de Abril. Thomás da Sylva a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos noventa e oito. Francisco Galvaõ a fez escrever.

REY.

Ley porque Vossa Magestade ha por bem declarar, e sendo necessario derogar a das Cortes de Lamego, em que se deu fórma à successaõ destes Reynos, de maneira, que daqui em diante, e para todos os tempos futuros, os filhos, e descendentes do Rey, que legitimamente succeder a seu irmaõ, que falecesse sem elles, succedaõ por sua ordem, sem ser necessaria approvaçaõ, ou consentimento dos Tres Estados do Reyno, pela maneira, que nesta Ley se declara.

Para Vossa Magestade ver.

Decreto tirado do assento das Cortes, que se celebraraõ, por ordem delRey D. Pedro II. e principiaraõ em o primeiro de Mayo de 1698, para o Juramento de seu filho primogenito, o Principe D. Joaõ.

Num. 85.
An. 1697.

SEndo hum dos primeiros motivos, porque fuy servido chamar o Reyno às presentes Cortes, o haverse de declarar, ou derogar a Ley das Cortes de Lamego, sobre a successaõ do Reyno, nos filhos do Rey, que succede a seu irmaõ, porque pela sua disposiçaõ, ou má intelligencia, podiaõ resultar, pelo tempo futuro, inconvenientes, que fossem de grande prejuizo, e perturbaçaõ do Reyno. Encomendo ao Estado dos Póvos, seja esta a materia, de que logo comesse

coméſſe a tratar, porque aſſim o pede a ſua gravidade, e importancia, e que aſſentando-ſe a fórma, em que de direito ſe deve ſazer a dita declaraçaõ, ou derogaçaõ, ſe poſſa, com conſentimento dos Tres Eſtados do Reyno, eſtabelecer, e publicar Ley, na fórma do eſtylo. Lisboa 3 de Dezembro de 1697. Rubrica.

Reſoluçaõ das Cortes.

Vendo-ſe neſte Congreſſo dos Pόvos o Decreto de Voſſa Mageſtade de 3 de Dezembro, em que Voſſa Mageſtade foy ſervido ordenar, que lhe ſeria conveniente derogarſe, ou declararſe a Ley das Cortes de Lamego, ſobre a ſucceſſaõ do Reyno, nos filhos do Rey, que ſuccedeo a ſeu irmaõ, evitando-ſe as prejudiciaes conſequencias, que poderiaõ pelo tempo reſultar, ou de ſua intelligencia, ou de ſua obſervancia.

Pareceo uniformemente, que a dita Ley no capitulo terceiro das ditas Cortes, ſe devia derogar, ficando para o futuro deſcidido, que no caſo determinado no dito capitulo, ſuccedeſſe o filho primogenito, e ſeus deſcendentes, ſem dependencia alguma da nova eleiçaõ dos Pόvos, na meſma fórma, e modo, que eſtá diſpoſto nas ditas Cortes, a reſpeito dos filhos, e deſcendentes do Senhor Rey D. Affonſo Henriques, e de todos os mais Reys, que ſuccedem a ſeus pays, porque em ambos eſtes caſos era em tudo igual à razaõ, e direito da ſucceſſaõ, e primogenitura, ſendo para o ſocego das Monarchias mais deſejada a vaſſallagem, que a ſogeiçaõ jura, do que a obediencia, que a liberdade eſcolhe; e na glorioſa deſcendencia de Voſſa Mageſtade he mais infallivel dictame, pois ſeguramente confiaõ todos os ſeus Vaſſallos, que neſta generoſa poſteridade ſeraõ todos os Reaes ſucceſſores taõ cheyos de virtudes, que pareça naõ ſó os eſcolheo a noſſa fortuna, ſenaõ tambem a noſſa obediencia, e que Voſſa Mageſtade deve ſer ſervido nomear tres Miniſtros de letras de mayor capacidade, que reduzindo a methodo conveniente a formalidade da Ley, deixem nella com toda a clareza eſtabelecida eſta revogaçaõ, à qual dará eſte Congreſſo todo o conſentimento neceſſario para a ſua validade, e firmeza, e reconheceráõ em todas as idades eſtes Reynos, que naõ ſó devem à generoſa attençaõ de Voſſa Mageſtade a fortuna de lhe deixar glorioſamente reſtituída a Real ſucceſſaõ, que ſe via quaſi atinuada, ſenaõ tambem a ordem da meſma ſucceſſaõ ſeguramente eſtabelecida. Lisboa 8 de Janeiro de 1698. = Marquez de Alegrete. = Paulo Carneiro de Araujo. = Franciſco Galvaõ. = Eſta Conſulta aſſinaraõ os mais Procuradores, que ſe acharaõ preſentes.

Reſoluçaõ de Sua Mageſtade.

Como pareceo ao Eſtado dos Pόvos, e me pedio mandaſſe fazer aſſento por Miniſtros de letras de toda a ſuppoſiçaõ, o qual mandey remetter ao Eſtado da Nobreza, para o aſſinar, e mandar ao dos Pόvos, pelo qual aſſinado ſe paſſará ao Eccleſiaſtico, que o

remetterá à Secretaria de Estado, e na fórma delle se passará a Ley. Lisboa 17 de Março de 1698.

Bulla da Erecçaõ da Igreja de S. Salvador da Bahia, em Metropolitana, tirada da Secretaria de Estado.

Num. 86.
An. 1676.

INnocentius Episcopus servus servorum Dei: Ad perpetuam rem memoriam. Inter Pastoralis Officij curas quo per ineffabilem Divinæ Majestatis Providentiam Universalis Ecclesiæ regimini præpositi sumus illam peculiari affectu, & solicitudine libentèr amplectimur qua Fides Orthodoxa in animis hominum, vel gignitur, vel jam genita nutritur, defenditur, & roboratur, ac Christi Oves, & Dominicus grex quem Cœlestis Pater suo Sanguine redemit, & in unius Sanctæ Ecclesiæ Catholicæ unitatem adunavit ab incursibus debachantium adversariorum immunes redduntur quorum quo major est à Capite distantia eo vigilantior debet esse super eos nostra Apostolica solicitudo propterea eorum Civitates, & loca, quæ post longas ignorantiæ tenebras Spiritus Sancti cooperante gratia verum Christi lumen, & cognitionem receperunt specialibus prerogativis, gratijs, & facultatibus prosequi, eorumque Ecclesias jam fundatas dignioribus titulis exornare decrevimus maximè id sublimium Principum exposcentibus Votis prout in Domino salubritèr expedire conspicimus, sanè Ecclesia Sancti Salvatoris Brasiliensis, quæ de Jure patronatus pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum Illustrium ex Privilegio Apostolico cui non est hactenùs in aliquo derogatum esse dignoscitur, & cui bonæ memoriæ Stephanus Episcopus Brasiliensis dùm viveret præsidebat per obitum dicti Stephani Episcopi qui extra Romanam Curiam debitum naturæ persolvit Pastoris solatio destituta Nos vacatione hujusmodi fidedignis relationibus, intellecta providi, vigilisque Pastoris more considerantes quod ex omnibus Regionis Brasiliæ locis, quæ Portugalliæ, & Algarbiorum Reges à barbaris, & gentilibus, alijsque feris nationibus habitata post varios sudores, & impensas, propter eà factas dictioni suæ subegerant Civitas Sancti Salvatoris in Bahia Omnium Sanctorum ob illius amplitudinem cultiores Civium mores, agri fertillitatem, aeris benignitatem, ac populi frequentiam, & comercium prima erat, & postquam Reges ipsi vastissimas Provincias, ac Oppida, Portus, & loca in illis partibus suis viribus, ac diuturnis, & frequentibus bellis, periculisque felicissimè acquisiverant, & ab hereticorum Hollandorum manibus recuperaverant, eorumque populos Divini, humanique juris eatenus expertes opera, & ministerio variorum Religiosorum, & aliorum vitæ probatæ virorum abjectis indè Sathanæ tenebris, & Idolatriæ, ac Gentilitatis, heresumque erroribus ad Fidem Catholicam extrà quam nulla est salus, & cognitionem veri luminis, quod est Christus, & Sanctum Baptismatis lavacrum, Sanctæque Matris Ecclesiæ gremium allici curaverant dictam Civitatem tanquam Regiam suam, & Proregum suorum Sedem, illiusque Diœcesim sumptuosis Dei Templis, Monasterijs,

terijs, Xenodochijs, & sacris locis, necnon Ministris Ecclesiasticis locupletaverant, & ornaverant, & dilectus filius nobilis Vir Petrus Regnorum Portugalliæ, & Algarbiorum Princeps, & Gubernator prædictorum Regum vestigia, & exempla secutus ad illas Regiones plurimos verbi Dei Prædicatores, & alios doctrina, vitæque integritate insignes Viros pro spirituali salute animarum præcipua quadam solicitudine, & industria assiduè laborantes notabili impensa sæpiùs miserat quorum concionibus, exemplis, & monitis conversos in eadem Fide instrui, & confirmari studuerat, & à Fide abhorrentes dùm expediebat, vel salutaribus armis confuderat, vel procul arcuerat, eisque rationibus Religio Christiana Divina favente Clementia eis in locis sic longe, lateque propagabatur, ut ad eos adhuc debiles in Fide confirmandos, retinendosque, & in doctrina indigentes erudiendos, & ad bonum Pastorem qui pro eis animam suam posuit reducendos, majoraque Ecclesiastica seminaria plantanda novorum Præsulum institutio omninò expediens videatur postquàm in illis partibus quantumvis longissimè, & latissimè protendantur nulla Metropolitana Ecclesia existit ad quam illarum Incolæ super eorum quærellis, & appellationibus justitiæ complementum obtenturi recurrere possint, sed illi ad Venerabilem fratrem nostrum Archiepiscopum Ulixbonensem in Regno Portugalliæ existentem Metropolitanum indè remotissimum confugere, vel jura sua indefensa coguntur relinquere quo fit, ut sæpè numero quàmplurimi ad illicita procliviores sint, excessusque, & crimina impunita remaneant. Attendentes igitur quod tam difficile sit per tam latam, tamque diffusam diœcesim ad unum tantum pro justitia consequenda à personis Ecclesiasticis, & secularibus recursum habere matura super hoc cùm Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus deliberatione præhabita, necnon prædicto Petro Principe, & Gubernatore supplicante, ac Venerabilis etiam fratris nostri moderni Archiepiscopi Ulixbonensis ad hoc expresso accedente consensu dictam Civitatem Sancti Salvatoris Archiepiscopali, & Metropolitana prælatione, & titulo dignam judicantes de consilio, & assensu, & potestate simillibus ad Omnipotentis Dei laudem, & honorem, & Orthodoxæ Fidei exaltationem, necnon totius Militantis Ecclesiæ gloriam Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiæ catenùs suffraganeam Ecclesiæ Ulixbonensi Civitatem, & Diœcesim prædictas, & dilectos filios, earum Clerum, & populum à Provincia Ulixbonensi, cui etiam Metropolitico jure subesse dignoscuntur Apostolica auctoritate perpetuò seggregamus, dividimus, & separamus, illaque omnia à pro tempore existente Archiepiscopi, & dilectorum etiam filiorum Capituli, & prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensi superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione, prorsus eximimus, & liberamus, necnon Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiæ nuncupando cùm Pallij, & Crucis delatione, ac omnibus, & singulis alijs insignijs, honoribus, juribus, privilegijs, & prerogativis, Ecclesiæ, & Sedis Metropolitanæ nomine, titulo, & honore decoramus, necnon prædictis Ecclesiæ, & Civitati Sancti Salvatoris de Bahia, Sancti Sebastiani, & de Olinda nuper

Oppi-

Oppida, & per Nos etiam hodie in Civitates, illorumque Ecclesias in Cathedrales erecta pro suis, & pro tempore existentis Archiepiscopi Sancti Salvatoris de Bahia suffraganeis, qui tanquam membra Capiti eidem Archiepiscopo jure metropolitico subsint, & Provinciæ Sancti Salvatoris da Bahia Provincialibus, quorum singulorum causæ ad dictum Archiepiscopum Sancti Salvatoris de Bahia juxta Sacrorum Canonum Statuta referantur, de simili consilio etiam perpetuò concedimus, & assignamus, & quoad Archiepiscopalia Metropolitica jura subjicimus, decernentes ex tunc irritum, & inane si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ seggregationis, divisionis, separationis, exemptionis, liberationis, erectionis, institutionis, decorationis, concessionis, assignationis, subjectionis, & decreti infringere, vel ei ausu temerario contraire, siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum, Anno Incarnationis Dominicæ millesimo sexcentesimo septuagesimo sexto, sexto decimo Kalendas Decembris, Pontificatus nostri anno primo. Loco ✠ Plumbi. D. Ciampinus.

Bulla da Erecçaõ do Bispado do Rio de Janeiro, tirada da Secretaria de Estado.

Num. 87.
An. 1678.

INnocentius Episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Romani Ponntificis Pastoralis solicitudo in supremo Apostolicæ potestatis Solio ex Omnipotentis Dei Providentia constituta ad ea potissimùm dirigitur, per quæ Salvatoris nostri Jesu Christi æterni Patris unigeniti fides, & gloria indies magis augetur, & multiplicatur, qui ubi messem multam esse conspexit operationum penuriam attendens Ministrorum suorum curas varijs diei horis ad opera mittere, non destitit cùm & ipse, ut homines salutaris vitæ cœlestis Patriæ cultores efficeret de summis cœlorum ad hujus mundi infima, & in Sacrosanctæ Crucis ara pro nostra salute in prætium immolari dignatus sit, cujus cùm licèt vices geramus in terris inter multiplices curas, quæ ex Apostolico munere nobis incumbere dignoscimus illa præsertim cordi nostro est, ut multiplicata messe agri, & dominici cultores multiplicentur quorum assiduis operibus, & fructuosis ministerijs fructus spiritualis ad centesimum usque augeatur, & populus Christianus eisdem Rectoribus gubernetur quos Pastor æternus sui operis Vicarios esse disposuit, propterea piissimi Patris familias partes favorabiliter implere exoptamus, sanè cùm in Regno Brasiliæ in ea parte quæ Rivus Januarij appellatur inter cætera unum Oppidum Civitas nuncupatum Sancti Sebastiani Brasiliensis Diœcesis quatèr millè circiter focularibus constans Regum Portugalliæ dominio subjectum, & in eo una Parochialis Ecclesia sub ejusdem Sancti Sebastiani invocatione, in qua Missa, & alia Divina Officia, & Ecclesiasti-

ca Sacramenta administrantur aeris salubritate, ac populi fræquentia, & comercio pluribus Virorum Monasterijs, Incolisque generis nobilitate, litterarumque, & annorum gradibus decoratis insigne reperiatur quod à Civitate Sancti Salvatoris Bahiæ, usque ad ea remotum sit, ut Christianorum multitudo divino cooperante Spiritu Sancto ità coalluerat, ut Episcopus Sancti Salvatoris Bahiæ pro tempore existens ad illud, ejusque fines, citrà pæriculum transmeare ac aliorum singulorum vultus, ut Episcopum decet inspicere, aliasque partes boni Pastoris in universum gregem Dominicum curæ suæ commissum exercere nequeat, & postquàm Reges ipsi vastissimas Provincias, Oppida, portus, & loca in illis partibus summis viribus, & diuturnis, ac frequentibus bellis periculisque felicissimè acquisiverant, & ab hereticorum Hollandorum manibus recuperaverant, eorumque populus divini, humanique juris eatenùs expertes opera, & ministerio variorum Religiosorum, & aliorum vitæ probatæ virorum, abjectis indè Sathanæ tenebris, ac idolatriæ, & gentillitatis, hæresumque erroribus ad Fidem Catholicam extrà quam nulla est salus, & cognitionem veri luminis quod est Christus, & Sanctum Baptismatis lavacrum, Sanctæque Matris Ecclesiæ gremium allici curaverant dictam Civitatem tanquam Regiam suam, Proregum suorum Sedem, illiusque Diœcesim sumptuosis Dei Templis, Monasterijs, Xenodochijs, & sacris locis, necnon Ministris Ecclesiasticis locupletaverant, & ornaverant, & dilectus filius nobilis Vir Petrus Regnorum Portugalliæ, & Algarbiorum Princeps, & Gubernator prædictorum Regum vestigia, & exempla sequutus ad illas Regiones plurimos verbi Dei Prædicatores, & alios doctrina, vitæque integritate insignes Viros pro spirituali salute animarum, præcipua quadam solicitudine, & industria assiduè laborantes notabili impensa sæpiùs miserat, quorum concionibus, exemplis, & monitis conversos in eadem Fide instrui, & confirmari studuerat, & à Fide abhorrentes dùm expediebat, vel salutaribus armis confuderat, vel procul arcuerat, eisque rationibus Religio Christiana Divina favente clemencia eis in locis sic longè latèque propagabatur, ut ad eos adhuc debiles in Fide confirmandos, retinendosque, & doctrina indigentes erudiendos, & ad bonum Pastorem qui pro eis animam suam posuit redducendos, majoraque Ecclesiastica seminaria plantanda novorum Præsulum institutio omninò expediens; præterea difficile sit tam latam, tamque diffusam Diœcesim ad unum tantùm pro justitia consequenda à personis Ecclesiasticis, & secularibus recursum habere. Nos qui hodiè ex certis tunc expressis causis matura super hoc cùm Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus deliberatione præhabita, necnon prædicto Principe, & Gubernatore, per ejus litteras Nobis ad hoc humilitèr supplicante, Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiæ eatenùs suffraganeam Ecclesiæ Ulixbonensi, & dictas Civitatem, & Diœcesim, necnon dilectos filios earum Clerum, & populum à Provincia Ulixbonensi cui tunc Metropolitico jure suberant, ac Oppidum de Olinda cùm certis terminis inferiùs specificandis, & certis limitibus distinguendi ab eadem Diœcesi Sancti Salvatoris Bahiæ, ita quod post

hac

hac inibi tres Diœceses essent perpetuò seggregavimus, divisimus, & separavimus, illaque omnia à pro tempore existentis Archiepiscopi, & Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensis, necnon quoad legem Diœcesanam Oppidum prædictum de Olinda cùm suâ Diœcesi, ac etiam Clero, & populo ab Archiepiscopi, etiam pro tempore existentis, ac Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Sancti Salvatoris Bahiæ superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione moderni Venerabilis etiam fratris nostri Archiepiscopi Ulixbonensis ad hoc accedente consensu prorsùs eximimus, & liberavimus, necnon Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiæ, certo tunc expresso modo Pastoris solatio destituta in Metropolitanam, ac Sedem Episcopalem in Archiepiscopalem, Archiepiscopalisque, & Metropolitanæ Ecclesiæ Sedem, & Provinciæ caput pro uno Archiepiscopo Sancti Salvatoris Bahiæ nuncupando, necnon Oppidum de Olinda prædictum in Civitatem, ac Ecclesiam sub invocatione Sancti Salvatoris ejusdem Oppidi de Olinda in Cathedralem pro uno Episcopo de Olinda nuncupando, qui Archiepiscopo Sancti Salvatoris Bahiæ pro tempore existenti Metropolitico jure ereximus, & instituimus, necnon Sancti Salvatoris de Olinda Ecclesiæ sic in Cathedralem Ecclesiam erectæ Oppidum de Olinda prædictum sic in Civitatem erectum pro Civitate, & alia Oppida Castra, Villas, territoria, & districtus dictæ Provinciæ de Pernambuco ab Arce Scarâ inclusivè per oram maritimam, & terram intùs, usque ad flumen Sancti Francisci quod inserviet pro termino inter Diœcesim de Olinda, & Diœcesim Sancti Salvatoris de Bahiâ pro sua Diœcesi, & illius Clerum, Incolas, habitatores, & populum pro suis Clero, & populo concessimus, & assignavimus prout in diversis etiam confectis litteris pleniùs continetur dictum Oppidum Sancti Sebastiani Episcopali, & Civitatis denominatione, & titulo dignum judicantes de eorundem fratrum nostrorum Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium consilio, & assensu similibus, ac de Apostolicæ potestatis plenitudine, ac prædicto Petro Principe, & Gubernatore humiliter supplicante Oppidum Sancti Salvatoris prædictum cùm certis terminis inferiùs specificandis, & certis limitibus distinguendis ab eadem Diœcesi Sancti Salvatoris Bahiæ, ita quod post hac tres inibi Diœceses existant auctoritate Apostolica perpetuò seggregamus, dividimus, & separamus, illaque omnia à pro tempore existentis Archiepiscopi, & Capituli prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensis, necnon quoad legem Diœcesanam Sancti Sebastiani Oppidum prædictum cùm infrascripta sua Diœcesi, ac etiam Clero, & populo, ab Archiepiscopi, etiam pro tempore existentis, ac Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Sancti Salvatoris Bahiæ superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione attento, consensu dicti moderni Archiepiscopi Ulixbonensis prorsùs eximimus, & liberamus, necnon Oppidum prædictum Sancti Sebastiani in Civitatem, & Parochialem Ecclesiam Sancti Salvatoris ejusdem Sancti Sebastiani prædicti Oppidi in Cathedralem pro uno Episcopo Sancti Sebastiani nuncupando, qui illi præsideat, & illius structuras, & ædificia ampliari, & ad formam Cathedralium Ecclesiarum redigi faciat,

ciat, & in dicta Ecclesia Sancti Sebastiani, & Civitate, ejusque Diœcesis tot Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, aliaque Beneficia Ecclesiastica cum cura, & sine cura quot in eis pro Divino cultu, & dictæ Ecclesiæ Sancti Sebastiani servitio, & Ecclesiastici Cleri decore ipsi Episcopo Sancti Sebastiani videbuntur convenire de prædicti Petri Principis, & pro tempore existentium Regum prædictorum consilio, & assensu, & prævia cujuslibet congrua dotatione ab ipsis Petro Principe, & Regibus Portugalliæ facienda quàm primùm fieri poterit, erigat, & instituat, necnon Episcopalem jurisdictionem, & potestatem exercere omnia, & singula quæ ordinis quæque jurisdictionis, aut cujuslibet alterius muneris Episcopalis sunt, & quæ alijs in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & Dominijs constituti Episcopi in suis Ecclesijs, Civitatibus, & Diœcesibus facere possunt, & debent, facere liberè, & licitè possit, & debeat, ac in eadem Sancti Sebastiani sic erecta Ecclesia Episcopalem Dignitatem cùm Sede, præeminentijs, honoribus, privilegijs, & facultatibus quibus aliæ Cathedrales Ecclesiæ hujusmodi de jure, vel consuetudine, aut aliàs utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, potiri, & gaudere possunt, & poterunt quomodolibet in futurum, necnon Episcopali, & Capitulari Mensis, alijsque Cathedralibus insignijs ad Omnipotentis Dei laudem, & gloriosissimæ Genitricis ejus Virginis Mariæ, totiusque Triumphantis Ecclesiæ gloriam, & Fidei Catholicæ exaltationem consilio, & auctoritate similibus perpetuò erigimus, & instituimus, & Sancti Sebastiani Oppidum hujusmodi Civitatis, illiusque Incolas civium nomine, titulo, & honore decoramus, necnon eidem Sancti Sebastiani Ecclesiæ Oppidum Sancti Sebastiani prædictum sic in Civitatem Sancti Sebastiani erectum pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, territoria, ac districtus dictæ Provinciæ Rivi Januarij à Capitania Spiritus Sancti inclusivè, usque ad flumen de Plata per oram maritimam, & terram intus pro sua Diœcesi, & illius Clerum, Incolas habitatores, & populum pro suis Clero, & populo concedimus, & assignamus, non obstante alia separatione, seu dismembratione ejusdem Provinciæ Rivi Januarij olim facta cùm erecta fuerit in administrationem spiritualem à sanctæ memoriæ Gregorio XIII. Prædecessore nostro per litteras datas xix. Julij, millesimo quingentesimo septuagesimo sexto, necnon Ecclesiæ prædictæ Sancti Sebastiani, ejusque Mensæ Episcopali prædictæ pro ejus Dote redditibus annuos duorum millium & quingentorum cruciatorum monetæ Portugalliæ per ipsum Petrum Principem assignatos quam quidem summam idem Petrus Princeps de suis proprijs, ac pro tempore existentium Regum Portugalliæ redditibus, & specialiter de illis, qui ex ipsa Regione Brasiliæ percipiuntur gratiosè, & irrevocabiliter ad hunc effectum donavit, & obtullit, & solvere quotannis promisit, seu promitit similiter perpetuò applicamus, & appropriamus, & insuper Petro Principi, & Gubernatori, ac pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus prædictis Jus patronatus, & præsentandi infra annum personas idoneas ad dictam Ecclesiam Sancti Sebastiani, videlicet Nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici

tam pro hac primâ vice, quàm quoties illam deinceps quovis modo etiam apud Sedem Apostolicam vacare contingerit per Nos, & pro tempore existentem Romanum Pontificem hujusmodi in ejusdem Sancti Sebastiani Ecclesiæ Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non alias præficiendum ad majorem verò post Pontificalem, & Principales, ac alias Dignitates, Canonicatus, & præbendas, necnon beneficia erigenda etiam per Petrum Principem, & pro tempore existentes Reges hujusmodi ex bonis eorum merè laicalibus congrue dotanda tam ab eorum primæva erectione postquàm erecta, & dotata fuerint, quàm ex tunc deinceps quoties illa quibusvis modis, etiam ex quorumcumque personis, etiam apud Sedem eandem vacare contigerit pro tempore existenti Episcopo Sancti Sebastiani prædicto, similiterque cùm ad præsentationem prædicti Petri Principis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum facta intra terminum à jure præfixum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & præbendis, ac beneficijs instituendis eadem auctoritate perpetuò reservamus, & concedimus. Decernentes Jus Patronatus, & præsentandi hujusmodi Petro Principi, & Gubernatori, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus prædictis ex meris fundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem, etiam Consistorialiter quacumque ratione derogari non posse, neque derogatum censeri, nisi ipsius Petri Principis, & Gubernatoris, & pro tempore existentium Regum prædictorum ad id expressus accedat assensus, & si aliter quovis modo derogetur, derogationes hujusmodi cùm indè secutis nullius roboris, efficaciæ, vel momenti fore, sicque per quoscumque Judices, & Commissarios quavis auctoritate fungentes, etiam ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Viceque Legatos, Sedisque Apostolicæ Nuncios, & causarum Palatij Apostolici Auditores sublata eis, & quibusvis alijs quavis aliter judicandi, & interpretandi facultate, auctoritate judicari, & definiri debere, necnon irritum, & inanè si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari; Non obstantibus præmissis præsertim, quod Ecclesia Sancti Salvatoris Brasiliensis prædicta vacaret, & Pastore suo destituta reperiretur Lateranensis Concilij novissimè celebrati Uniones perpetuas, & ab Ecclesiasticis membra distingui, ac dividi prohibentes nostra, & Cancelariæ Apostolicæ Regulis de non tolendo jure quæsito, alijsque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, necnon Ulixbonensis, & Sancti Salvatoris de Bahia Ecclesiarum prædictarum juramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis institutis, & consuetudinibus contrarijs quibuscumque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ seggregationis, divisionis, separationis, exemptionis, liberationis, erectionis, institutionis, decorationis, concessionis, assignationis, applicationis, appropriationis, reservationis, & decreti infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ

apud

apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominicæ millesimo sexcentesimo septuagesimo sexto, sexto decimo Kalendas Decembris, Pontificatus nostri anno primo. Loco ✠ Plumbi. D. Ciampinus.

Bulla da Erecçaõ do Bispado de Pernambuco, tirada da Secretaria de Estado, donde a copiey.

Num. 88.
An. 1678.

INnocentius Episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Ad Sacram Beati Petri Sedem in plenitudine potestatis meritis licèt imparibus assumptis mentis nostræ aciem ad ea potissimum dirigimus per quæ grata, & accepta sinceræ Fidei, & perpetuæ devotionis obsequia Christo Domino Regi, & Redemptori nostro exhibita promoventur, & præcipuè cùm ab ijs qui valdè dissitas ab hac alma Urbe Regiones incollunt impenduntur quorum pietatem indies magis, ac magis augeri in Domino lætamur, eorumque augmenta Apostolica benignitate, & vigilantia juvare summoperè optamus quapropter cùm ad hoc maximè conducat, ut Christi fidelium greges aptis Pastorum ministerijs regantur, ut quo magis eorum numerus crescit, horum etiam curas multiplicetur, sanè cùm in Regno Brasiliæ, in Provincia Pernambuci ultrà alia notabilia loca unum locum Civitas nuncupatum de Olinda Brasiliensis Diœcesis, à sex millibus Christianorum inhabitatum Regum Portugalliæ dominio subjectum, & in eo una major Ecclesia sub Sancti Salvatoris invocatione, in qua Missæ, & alia Divina Officia celebrantur, & Ecclesiastica Sacramenta administrantur aëris salubritate, ac populi frequentia, & commercio, pluribusque Virorum Monasterijs, Incolisque generis nobilitate litterarum, & armorum gradibus decoratis insigne reperiatur, quod à Civitate Sancti Salvatoris Bahiæ usque adeò remotum sit, & Christianorum multitudo Divino cooperante Spiritu Sancto ita convaluerat, ac Episcopus Sancti Salvatoris Bahiæ pro tempore existens ad illud, ejusque fines citrà periculum transmeare, ac alias singulorum vultus, ut Episcopum decet inspicere, aliasque partes boni Pastoris in universum gregem Dominicum curæ suæ commissum exercere nequeat, & postquàm Reges ipsi vastissimas Provincias, Oppida, Portus, & loca in illis partibus summis viribus, & diuturnis, & frequentibus bellis, periculisque felicissimè acquisiverant, & ab hereticorum Hollandorum manibus recuperaverant, eorumque populus Divini, humanique juris eatenùs expertes opera, & ministerio variorum Religiosorum, & aliorum vitæ probatæ virorum abjectis inde Sathanæ tenebris, ac idolatriæ, & gentilitatis, hæresumque erroribus ad Fidem Catholicam extrà quam nulla est salus, & cognitionem veri luminis quod est Christus ad Sanctum Baptismatis lavacrum, Sanctæque Matris Ecclesiæ gremium allici curaverant dictam Civitatem tanquam Regiam suam Proregum suorum Sedem, illiusque Diœcesim sumptuosis Dei Templis Monasterijs, Xenodochijs, & sacris locis, necnon Ministris Ecclesiasticis locupletaverant, & ornaverant, & dilectus filius nobilis Vir Petrus Regnorum Portugalliæ,

& Algarbiorum Princeps, & Gubernator prædictorum Regum vestigia, & exempla sequutus ad illas Regiones plurimos verbi Dei Prædicatores, & alios doctrina, vitæ integritate insignes Viros pro spirituali salute animarum præcipua quadam solicitudine, & industria assiduè laborantes notabili impensa sæpiùs, miserat quorum concionibus, exemplis, & monitis conversos in eadem Fide instrui, & confirmari studuerat, & à Fide abhorrentes dùm expediebat, vel salutaribus armis confuderat, vel procul arcuerat, eisque rationibus Religio Christiana Divina favente clementia eis in locis sic longè, latèque propagabatur, ut ad eos adhuc debiles in Fide confirmandos, retinendosque, & doctrina indigentes ad unum tantùm pro justitia consequenda à personis Ecclesiasticis, & secularibus recursum habere, Nos qui hodie ex certis tunc expressis causis matura super hoc cùm Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus deliberatione præhabita, necnon prædicto Petro Principe, & Gubernatore per ejus litteras Nobis ad hoc humiliter supplicante Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiæ eatenùs suffraganeam Ecclesiæ Ulixbonensi, & dictas Civitatem, & Diœcesim, necnon dilectos filios earum Clerum, & populum à Provincia Ulixbonensi cui tunc Metropolitico jure suberant, ac Oppidum Sancti Salvatoris cùm certis terminis inferiùs specificandis, & certis limitibus distinguendis ab eadem Diœcesi Sancti Salvatoris Bahiæ, ita quod posthac inibi tres Diœceses essent perpetuò seggregavimus, divisimus, & separavimus, illaque omnia à pro tempore existentis Archiepiscopi, & Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensis, necnon quoad legem Diœcesanam Oppidum prædictum Sancti Sebastiani cum sua Diœcesi, ac Clero, & populo ab Archiepiscopi etiam pro tempore existentis, ac Capituli, & prædictæ Ecclesiæ Sancti Salvatoris Bahiæ superioritate jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione moderni Venerabilis etiam fratris nostri Archiepiscopi Ulixbonensis ad hoc accedente consensu prorsùs eximimus, & liberavimus, necnon Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiæ certo tunc expresso modo Pastoris solatio destitutam in Metropolitanam, ac Sedem Episcopalem Archiepiscopalisque, & Metropolitanæ Ecclesiæ Sedem, & Provinciæ caput pro uno Archiepiscopo Sancti Salvatoris Bahiæ nuncupando, necnon Oppidum Sancti Sebastiani prædictum in Civitatem, ac Parochialem Ecclesiam sub invocatione ejusdem Sancti Sebastiani prædicti Oppidi ejusdem Sancti Sebastiani in Cathedralem pro uno Episcopo Sancti Sebastiani nuncupando, qui Archiepiscopo Sancti Salvatoris Bahiæ pro tempore existenti Metropolitico jure subessent ereximus, & instituimus, necnon Sancti Sebastiani sub invocatione ejusdem Sancti Sebastiani Ecclesiæ, sic in Cathedralem Ecclesiam erectæ Oppidum Sancti Sebastiani prædictum sic in Civitatem erectum pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, territoria, ac districtus, dictæ Provinciæ Rivj Januarij à Capitania Spiritus Sancti inclusivè, usque ad flumen de Plata per oram maritimam, & terram intùs pro sua Diœcesi, & illius Clerum, Incolas, habitatores, & populum pro suis Clero, & populo concessimus, & assignavimus prout in diversis etiam confectis

confectis litteris plenius continetur dictum Oppidum de Olinda Episcopali, & Civitatis denominatione, & titulo dignum judicantes de eorundem fratrum nostrorum Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium consilio, & assensu, ac de Apostolica potestatis plenitudine similibus, ac prædicto Petro Principe, & Gubernatore humiliter supplicante Oppidum de Olinda prædictum cùm cæteris terminis inferiùs specificandis, & certis limitibus distinguendis ab eadem Diœcesi Sancti Salvatoris Bahiæ, ita quod posthac tres inibi Diœceses existant auctoritate Apostolica perpetuò seggregamus, dividimus, & separamus, illaque omnia à pro tempore existentis Archiepiscopi, & Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensis, necnon quoad legem Diœcesanam de Olinda Oppidum prædictum cùm infrascripta sua Diœcesi, ac etiam Clero, & populo ab Archiepiscopi etiam pro tempore existentis, & Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Sancti Salvatoris Bahiæ superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione attento consensu dicti moderni Archiepiscopi Ulixbonensis prorsùs eximimus, & liberamus, necnon Oppidum prædictum de Olinda in Civitatem, & dictam Ecclesiam sub invocatione Sancti Salvatoris prædicti Oppidi in Cathedralem pro uno Episcopo de Olinda nuncupando qui illi possideat, & illius structuras, & ædificia ampliari, & ad formam Cathedralium Ecclesiarum reddigi faciat, & in dictis Ecclesia Sancti Salvatoris, & Civitate de Olinda, ejusque Diœcesi tot Dignitates, Canonicatus, & præbendas, aliaque Beneficia Ecclesiastica cùm cura, & sine cura quot in eis pro Divino Cultu, & dictæ Ecclesiæ de Olinda servitio, & Ecclesiastici Cleri decore ipsi Episcopo de Olinda videbuntur convenire de prædicti Petri Principis, & pro tempore existentium Regum prædictorum consilio, & assensu prævia cujuslibet congrua dotatione ab ipsis Petro Principe, & Regibus Portugalliæ facienda quàm primùm fieri poterit erigat, & instituat, necnon Episcopalem jurisdictionem, & potestatem exercere, omniaque, & singula, quæ ordinis quæque jurisdictionis, aut cujuslibet alterius muneris Episcopalis sunt, & qui alij in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & dominijs constituti Episcopi in suis Ecclesijs, Civitatibus, & Diœcesibus facere possunt, & debent facere liberè, & licitè possit, & debeat, ac in eadem de Olinda sic erecta Ecclesia Episcopalem Dignitatem cum Sede præeminentijs, honoribus, privilegijs, & facultatibus quibus aliæ Cathedrales Ecclesiæ hujusmodi de jure, vel consuetudine, aut aliàs utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti potiri, & gaudere possunt, & poterunt quomodolibet in futurum, necnon Episcopali, & Capitulari Mensis, alijsque Cathedralibus insignijs ad Omnipotentis Dei laudem, & gloriosissimæ Genitricis ejus Virginis Mariæ, totiusque Triumphantis Ecclesiæ gloriam, & Fidei Catholicæ exaltationem consilio, & auctoritate similibus perpetuò erigimus, & instituimus, & Sancti Salvatoris de Olinda Ecclesiam Cathedralis, & de Olinda Oppidum hujusmodi Civitatis, illiusque Incolas Civium nomine titulo, & honore decoramus, necnon eidem Ecclesiæ Sancti Salvatoris de Olinda Oppidum de Olinda prædictum sic in Civitatem de Olinda erectum pro

pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, territoria, & districtus dictæ Provinciæ de Pernambuco ab Arce Searâ inclusivè per oram maritimam, & terram intùs, usque ad flumen Sancti Francisci, quod inserviet pro termino inter Diœcesim de Olinda, & Diœcesim Sancti Salvatoris de Bahia pro sua Diœcesi, & illius Clerum, Incolas, habitatores, & populum pro suis Clero, & populo concedimus, & assignamus, non obstante alia separatione, seu dismembratione ejusdem Provinciæ de Pernambuco olim facta cùm erecta fuerit in administrationem spiritualem à sanctæ memoriæ Paulo V. Prædecessore nostro per litteras datas V. Julij millesimo sexcentesimo quartodecimo, necnon Ecclesiæ prædictæ Sancti Salvatoris de Olinda, ejusque Mensæ Episcopali prædictæ pro ejus dote redditus annuos duorum millium, & quingentorum cruciatorum monetæ Portugalliæ per ipsum Petrum Principem assignatos, quam quidem summam idem Petrus Princeps de suis proprijs, & pro tempore existentium Regum Portugalliæ redditibus, & specialiter de illis qui ex ipsa Regione Brasiliensi percipiuntur gratiosè, & irrevocabiliter ad hunc effectum donavit, & obtulit, & solvere quotannis promisit, seu promitit, similiter perpetuò applicamus, & apropriamus, & insuper Petro Principi, & Gubernatori, ac pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus prædictis jus Patronatus, & præsentandi personas idoneas infra annum ad dictam Ecclesiam de Olinda, videlicet Nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici tam pro hac primâ vice, quàm quoties illam deinceps quovis modo etiam apud Sedem Apostolicam vacantem contigerit per Nos, & pro tempore existentem Romanum Pontificem hujusmodi, in ejusdem de Olinda Ecclesiæ Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non alias præficiendum ad majorem verò post Pontificalem, & principales, & alias Dignitates, Canonicatus, & præbendas, necnon beneficia erigenda, & per Petrum Principem, & pro tempore existentes Reges hujusmodi ex bonis eorum mere laicalibus congruæ dotanda, tam ab eorum primæva erectione, postquàm erecta, & dotata fuerint, quàm ex tunc deinceps quoties illa ex quibusvis modis, etiam ex quorumcumque personis, etiam apud Sedem eandem vacare contigerit pro tempore existenti Episcopo de Olinda prædicto similiterque cum ad præsentationem prædicti Petri Principis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum facta infra terminum à jure præfixum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficijs instituendis eadem auctoritate pariter perpetuò reservamus, & concedimus, decernentes jus Patronatus, & præsentandi hujusmodi prædicto Petro Principi, & Gubernatori, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus prædictis ex meris fundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem etiam consistorialiter quacunque ratione derogari non posse, neque derogatum censeri, nisi ipsius Petri Principis, & Gubernatoris, & pro tempore existentium Regum prædictorum ad id expræssus accedat assensus, & si aliter quovis modo derogetur, derogationes hujusmodi cùm indè secutis nullius roboris, efficaciæ, vel

momenti

momenti forè, ſicque per quoſcumque Judices, & Commiſſarios quavis auctoritate fungentes, & ejuſdem Sanctæ Romanæ Eccleſiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, Sediſque prædictæ Nuncios, & cauſarum Palatij Apoſtolici Auditores ſublata eis, & à quibuſvis alijs quavis alitèr judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate judicandi, & definiendi delere, necnon irritum, & inane ſi ſecùs ſuper his à quoquam quavis auctoritate ſcienter, vel ignoranter contigerit attentari non obſtantibus præmiſſis præſertim quod Eccleſia Sancti Salvatoris Braſilienſis prædicta vacet, & Paſtore ſuo deſtituta reperiatur, ac Lateranenſis Conſilij noviſſimè celebrati uniones perpetuas, & ab Eccleſijs membra diſtingui, ac dividi prohibentis, & noſtra, ac Cancellariæ Apoſtolicæ clauſula de non tolendo jure quæſito, alijſque Conſtitutionibus, & Ordinationibus Apoſtolicis, necnon Ulixbonenſis, & Sancti Salvatoris de Bahia Eccleſiarum prædictarum juramento, confirmatione Apoſtolica, vel quavis firmitate alia roborat s inſtitutis, & conſuetudinibus contrarijs quibuſcumque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ ſeggregationis, diviſionis, ſeparationis, exemptionis, liberationis, erectionis, inſtitutionis, decorationis, conceſſionis, aſſignationis, applicationis, apropriationis, reſervationis, conceſſionis, & decreti infringere, vel ei auſu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præſumpſerit indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum ejus ſe noverit incurſurum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ milleſimo ſexcenteſimo ſeptuageſimo ſexto, ſexto decimo Kalendas Decembris, Pontificatus noſtri anno primo. Loco ✠ Plumbi. D. Ciampinus.

Bulla do Papa Innocencio XI. da Erecçaõ do Biſpado do Maranhaõ, Eſtado do Braſil. Eſtá no Archivo da Meſa da Conſciencia, e Ordens, no livro dos ff. pag. 239 verſ. donde a tirey

Num. 89.
An. 1677.

INnocentius Epiſcopus ſervus ſervorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam ſuper univerſas orbis, Eccleſias, Deo diſponente, qui cunctis imperat, & cui omnia obediunt, quanquam ſinè meritis conſtituti levamus in circuitu agri dominici oculos noſtræ mentis more pervigilis Paſtoris inſpecturi quid Provinciarum, & locorum quorumlibet ſtatui, & decori, quidvè illorum Incolarum animarum ſaluti congruat diſponi debeat, Divinoque fulti præſidio dignum, quin potius debitum arbitramur in irriguo militantis Eccleſiæ agro novas Epiſcopales Sedes plantare, ut per hujuſmodi novas plantationes populares augeatur devotio, Divinus floreat cultus, Eccleſiaſtica adminiſtrentur Sacramenta, ac animarum ipſarum ſalus ſubſequatur, locaque ipſa dignioribus titulis illuſtrentur, & Populi eorum Præſulum aſſiſtentia, regimine, & doctrina ſuffulti cum Apoſtolicæ auctoritatis amplitudine, & Orthodoxæ Fidei augmento proficiant ſemper in Domino,

mino, & quod in temporalibus sunt adepti, non careant in spiritualibus, præsertim cum id piorum, ac nobilium Principum devotio exposcit. Cùm itaque dilectus filius nobilis Vir Petrus Portugalliæ, & Algarbiorum Princeps, & Gubernator pio præponderans affectu, quod Populi illius partis Brasiliæ, quæ nuncupatur Provincia de Maragñano, attenta longissima distantia à Civitate Bahiæ Omnium Sanctorum residentia Episcopi Brasiliensis, cujus est Diœcesis, & ad illam difficilimo accessû multa incommoda præcipuè circa confectionem olei sancti administrationem Sacramenti Confirmationis, & exercitium officii Pastoralis passi jam sunt, ut indies patiuntur, & opera, ac ministerio variorum Religiosorum, & aliorum doctrina insignium, & vitæ approbatorum Virorum, quos idem Petrus Princeps Progenitorum suorum vestigia secutus nullis parcens laboribus, & expensis ad Verbum Dei inibi, illarumque partium Incolas, & habitatores ad Fidem Catholicam, extra quam nulla est salus perducendos, studiosissimè transmitti curaverat, Divina cooperante gratia infinitæ propemodùm gentes Divini, humanique juris eatenùs expertes, discussis indè Satanæ tenebris ad cognitionem veri luminis, & Sanctum Baptismatis lavacrum, Sanctæque Matris Ecclesiæ gremium accesserunt, & indies magis accedunt, eisque rationibus Religio Christiana in illis partibus sic longè, lateque propagata sit, ut Episcopus Brasiliensis pro tempore existens ad illam, ejusque fines citrà grave periculum transmeare, ac singulorum vultus, ut Episcopus decet inspicere, aliasque partes boni Pastoris in universum exercere nequeat, attendens, quod in dicta Provincia Maragñani ultrà alia notabilia loco reperiatur unum Oppidum Civitas nuncupatum Sancti Ludovici à bis mille Christi Fidelibus inhabitatum, & Regum Portugalliæ dominio subjectum aeris salubritate, ac Populi frequentia, & commercio, pluribusque Virorum monasteriis insigne cujus Incolæ generis nobilitate, litterarumque, & armorum gradibus decorantur, & in dicto Oppido Sancti Ludovici una Ecclesia Matrix, & principalis, alteris inibi existentibus Ecclesiis maior, sub invocatione nostræ Dominæ Victoriæ, in qua per Vicarium, & nonnullos Presbyteros propriis redditibus ex ærario Regio viventes Missa, & alia Divina Officia celebrantur, & Ecclesiastica Sacramenta administrantur jam pridem erecta, & fundata existit, propptereàque dictum Oppidum Sancti Ludovici à Diœcesi Brasiliensi dismembrari, & in Civitatem, dictaque Ecclesia in Cathedralem erigi, & in ea Catholicum Antistitem, & Pastorem proprium institui, qui illos adhuc debiles in ipsa Fide confirmare, & maiora Ecclesiastica seminaria plantare, Dominicique Ovilis septa ædificare, cæteraque Pontificalia omnia in illis partibus exercere possit, & debeat, omninò expediret, cùm præsertim in compluribus Oppidis, & locis ejusdem Provinciæ de Maragñano multæ, & diversæ Ecclesiæ, ac Virorum monasteria, aliaque sacra loca fundata, & erecta reperiantur, devotionis suæ zelo ductus, populisque in illis partibus degentibus consulere plurimum exoptasset. Nos matura super his cùm Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus, habita deliberatione dicto Petro Principe, & Gubernatore

tore per ejus litteras nobis ad hoc humiliter supplicante, Oppidum prædictum Sancti Ludovici Episcopali, & civili titulo dignum judicantes, piisque dicti Petri Principis votis libenter annuentes de eorumdem fratrum nostrorum consilio, & assensu, deque Apostolicæ potestatis plenitudine Oppidum Sancti Ludovici prædictum cum dicta Provincia Maragñani, ac omnibus suis Castris, Oppidis, Villis, territoriis, & districtibus Ecclesiis, & personis, tam secularibus, quam Ecclesiasticis ab ordinaria jurisdictone Episcopi Brasiliensis perpetuò segregamus, dividimus, & separamus, illaque omnia, quæ ad Legem Diœcesanam ab Episcopi Brasiliensis superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione prorsùs eximimus, & liberamus, ac Oppidum Sancti Ludovici prædictum Civitatis, illiusque Incolas, Civium nomine, titulo, & honore decoramus, illudque in Civitatem, quæ Sancti Ludovici denominatur, & in eo dictam Ecclesiam nostræ Dominæ Victoriæ dicatam in Cathedralem Ecclesiam sub invocatione ejusdem nostræ Dominæ Victoriæ pro uno Episcopo Sancti Ludovici nuncupando, qui illi præsit, ac Ecclesiam ipsam, seu illius structuras perficiat, & ad formam Cathedralis Ecclesiæ redigi faciat, necnon in ea, & dicta Civitate, ac ejusdem Ecclesiæ Diœcesi tot Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, aliaque Beneficia Ecclesiastica cùm cura, & sine cura, quot inibi Divino Cultui, & dictæ Ecclesiæ servitio, ac Ecclesiastici Cleri decore sibi videbuntur convenire, de prædicti Petri Principis, & pro tempore existentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis consilio, & assensu, & prævia eorum congrua dotatione ab ipsis Petro Principe, & Regibus Portugalliæ pro tempore existentibus facienda, quam primum fieri poterit, erigat, & instituat, necnon Episcopalem jurisdictionem, auctoritatem, & potestatem exercere, omniaque, & singula, quæ ordinis quæquæ jurisdictionis, & cujuslibet alterius muneris Episcopalis sunt, & quæ alii in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & dominiis constituti Episcopi in suis Ecclesiis Civitatibus, & Diœcesibus facere possunt, & debent facere liberè, & licitè possint, & debeant, ac in eadem sic erecta Ecclesia Episcopalem Dignitatem cùm Sede, præeminentiis, honoribus, privilegiis, & facultatibus, quibus aliæ Cathedrales Ecclesiæ hujusmodi de jure, vel consuetudine, aut aliàs utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, frui, potiri, & gaudere possunt, & poterant quomodolibet in futurum, necnon Episcopali, & Capitulari Mensis, aliisque Cathedralibus insigniis ad Omnipotentis Dei laudem, & gloriosissimæ Genitricis ejus Virginis Mariæ, totiusque Triumphantis Ecclesiæ gloriam, & Fidei Catholicæ exaltationem de similibus consilio, & Apostolicæ potestatis plenitudine Apostolica auctoritate tenore præsentium perpetuò erigimus, & instituimus, ac eidem sic erectæ Ecclesiæ Oppidum Sancti Ludovici prædictum sic in Civitatem erectum pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, territoria, & districtus dictæ Provinciæ de Maragñano à capite Nortis per oram maritimam, & terram intùs usque ad Arcem de Scarà exclusivè pro Diœcesi, necnon Ecclesias pro Clero, & seculares personas in Civitate, & Diœcesi hujusmodi pro tempo-

re degentes pro populo de consilio, potestate, & auctoritate similibus, etiam perpetuò concedimus, & assignamus, Civitatemque, Diœcesim, Clerum, & populum Episcopo Sancti Ludovici quoad Episcopalem ordinariam, quo verò ad Metropolitanam jurisdictionem, ac superioritatem eo quod à prædicta Ecclesia Sancti Ludovici longè faciliùs, atque expeditius iter sit Ulixbonensis, quam Bahiam Omnium Sanctorum, habita ratione præcipuè commodioris comercii. Undè sequitur mira opportunitas regimini animarum Archiepiscopo Ulixbonensi de dictorum fratrum consilio, & potestatis plenitudine, paribus etiam perpetuò subjicimus, necnon Mensæ Episcopali Sancti Ludovici hujusmodi pro ejus dote redditus annuos duorum millium & quingentorum cruciatorum monetæ Portugalliæ per ipsum Petrum Principem assignandorum, quam quidem summam idem Petrus Princeps de suis propriis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum redditibus, & specialiter de iis, quæ ex ipsa Regione Brasiliensi percipiuntur, gratiosè, & irrevocabiliter donavit, & obtulit, ac solvere quotannis promisit, seu promittit, similiter perpetuò applicamus, & appropriamus: Et insuper Petro Principi, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regi prædictis jus Patronatus, & præsentandi infrà annum personam idoneam ad dictam Ecclesiam Sancti Ludovici, videlicet nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici, hujusmodi in ejusdem Ecclesiæ Sancti Ludovici Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non alias præficiendum. Ad maiorem verò post Pontificalem, & principales, & alias Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia erigenda, & per Petrum Principem, & pro tempore existentes Reges hujusmodi congrua dotanda tam ab eorum primæva erectione, postquàm erecta, & dotata fuerint, quam ex tunc deinceps quoties illa quibusvis modis, & ex quorumcunque etiam apud Sedem eandem vacare contigerit Episcopo Sancti Ludovici pro tempore existenti prædicti similiter per eum ad præsentationem prædicti Principis Petri, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum factam intra terminum à jure præfixum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis instituendis eadem auctoritate pariter perpetuò reservamus, & concedimus, ac jus Patronatus, & præsentandi hujusmodi Petro Principi, & pro tempore existenti Regi prædicto ex meris fundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem etiam consistorialiter quacunque ratione derogari non posse, nec derogatum censeri, nisi ipsius Petri Principis, & pro tempore existentis Regis prædicti ad id expressus accedat assensus; & si aliter quovismodo derogetur, derogationes hujusmodi cum inde sequutis nullius roboris, efficatiæ, & momenti fore, sicque per quoscunque Judices, & Commissarios quavis auctoritate fungentes etiam ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Sedisque prædictæ Nuncios, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, sublata eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate judicari debere. Et si secùs super his à quoquam quavis auctoritate scienter,

scienter, vel ignoranter contigerit attemptari, irritum, & inane decernimus. Non obstantibus Lateranensis Concilii novissimè celebrati ab Ecclesiis membra distingui, ac dividi prohibentis, ac nostræ, & Cancellariæ Apostolicæ Regula de non tollendo jure quæsito, aliisque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis. Quibus omnibus, & singulis illis aliàs in suo robore permansuris hac vice dumtaxat harum serie specialiter, & expressè derogamus contrariis quibuscunque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ segregationis, divisionis, separationis, exemptionis, liberationis, decoris, erectionis, institutionis, concessionis, assignationis, subjectionis, applicationis, appropriationis, reservationis, concessionis, decreti, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare præsumpserit indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem Anno Incarnationis Dominicæ millesimo sexcentesimo septuagesimo septimo, tertio Kalendas Septembris Pontificatus nostri anno primo. D. Ciampinus. Loco ✠ Plumbi.

O qual treslado de Bulla de Erecçaõ do Bispado do Maranhaõ, eu Joaõ de Almeida Presbytero, publico, *auctoritate Apostolica*, Notario dos approvados pelo Ordinario desta Corte, a tresladey bem, e fielmente da propria original, que me foy apresentada pelo Secretario da Mesa da Consciencia Antonio de Sousa de Carvalho, a quem a torney, e com ella em todo concorda, em fé do que o corroborey de meus sinaes, publico, e raso costumados. Em Lisboa a trinta de Outubro de seiscentos e setenta e nove annos. = Lugar do sinal publico, em testemunho de verdade. = Joaõ de Almeida.

Bulla da Erecçaõ do Bispado de Pekim. Está na Torre do Tombo, na Casa da Coroa, armario 20, maço 16, donde a copiey.

Num. 90.
An. 1690.

ALexander Episcopus servus servorum Dei, ad perpetuam rei memoriam. Romani Pontificis Pastoralis solicitudo in Supremo Apostolicæ potestatis Solio, ex Omnipotentis Dei providentia constituta ad ea potissimum dirigitur per quæ Salvatoris nostri JESU Christi, Eterni Patris Unigeniti Fides, & gloria indies magis, magisque augetur, & multiplicatur, qui ubi messem multam esse comperi, operariorum penuriam attendens, & ministrorum suorum curas, varijs diei horis ad opera mittere non destitit, cùm & ipse, ut homines salutaris vitæ, & cœlestis Patriæ Cultores efficeret, de summis Cœlorum ad hujus mundi infima, & in Sacrosantæ Crucis Ara pro nostra salute in prætium immolari dignatus sit, cujus cùm licèt immeriti vices geramus in terris inter multiplices curas, quæ ex Apostolico munere Nobis incumbere dignoscimus, illa præsertim cordi nostro est, ut multiplicata messe, etiam Agri Dominici Cultores multiplicentur, quorum assiduis operibus, & fructuosis ministerijs fructus spiritualis ad centesimum, usque augeatur, & populus Chris-

tianus eisdem Rectoribus gubernetur quos Pastor Eternus qui operis Ministros esse disposuit, propterea pijssimi Patris familias partes favorabiliter implere curamus: Sanè cùm Charissimus in Christo Filius noster Petrus Portugalliæ, & Algarbiorum Rex Illustris pio præponderans affectu, quod in toto vastissimo Imperio Sinnarum, in quo infinitæ propemodum gentes ad cognitionem Veri luminis, & Sanctæ Matris Ecclesiæ gremium accesserunt, unica tantùm Ecclesia Cathedralis Machaonensis, quæ de jure Patronatus dicti Regis ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hactenùs in aliquo derogatum fore dignoscitur, reperiretur, cujus Episcopus ob locorum distantiam singulorum vultus inspicere, aliasque partes boni Pastoris in universum exercere nequiret, attendens quòd in eodem Imperio, etiam reperiretur inter cætera unum Oppidum de Pekim nuncupatum Incollarum multitudine prædictis Christi Fidelium, ac millitum, & magistratuum numero copiosè refertum, & ad quod ex omni parte Regni Sinnarum pars maxima, & ferè totius Imperij divitiæ confluunt, & merces undequaque advehuntur, & in dicto Oppido una Ecclesia Beatæ Virgini dicata, alijsque inibi existentibus major, & principalis cuj Missionarij ejusdem Lusitani Regis inserviunt, & in qua Missæ, & alia Divina Officia celebrantur, & Ecclesiastica Sacramenta administrantur jam pridem erecta, & fundata existeret, cùm Sacrario ad Divinum Cultum sufficienter instructo; proptereàque dictum Oppidum de Pekim à Diœcesi Machaonensi dismembrari, & in Civitatem dictam Ecclesiam Beatæ Virginis in Cathedralem erigi, & in ea Catholicum Antistitem, & Pastorem proprium institui, qui illos adhuc debiles in ipsa Fide confirmare, & majora seminaria planctare, Dominicique Ovillis Septa ædificare, cæteraque Pontificalia omnia in illis partibus exercere possit, & debeat omninò expediret devotionis suæ Zelo ductus populis in illis partibus degentibus consuleret, plurimùm exoptasset, ac Nobis super hoc per ejus litteras humiliter supplicasset; idcirco nos matura super his, cùm nonnullis Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus Congregationis particularis de Propaganda Fide super rebus Indiarum Orientalium specialiter deputatæ, cui negotium dismembrationis, & erectionis hujusmodi discutiendum à nobis remissum fuerat habita deliberatione Oppidum prædictum de Pekim Episcopali, & Civili titulo dignum judicantes, pijsque dicti Petri Regis votis libentèr annuentes de Venerabilium fratrum nostrorum ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium consilio, & assensu, deque Apostolicæ potestatis plenitudine Oppidum de Pekim prædictum ab ordinaria jurisdictione Episcopi Machaonensis Apostolica auctoritate tenore præsentium perpetuò seggregamus, dividimus, separamus, ac dismembramus, illudque, ac ejus Clerum, & populum quoad legem Diœcesanam ab Episcopi Machaonensis superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione prorsùs eximimus, & liberamus, ac Oppidum de Pekim prædictum Civitatis, illiusque Incolas Civium nomine, titulo, ac honore decoramus, illudque in Civitatem quæ de Pekim denominatione, & in eo dictam Ecclesiam

Beatæ

Beatæ Virginis dicatam in Cathedralem Ecclesiam sub invocatione ejusdem Beatæ Virginis pro uno Episcopo de Pekim nuncupando qui illi præsit, ac Ecclesiam ipsam ad formam Cathedralis Ecclesiæ reddigi faciat, necnon in ea, & dictæ Civitatis, ac ejusdem Ecclesiæ Diœcesi tot Dignitates, Canonicatus, & Præbendæ, aliaque Beneficia Ecclesiastica cùm cura, & sine cura, quot inibi Divini Cultui, & dictæ Ecclesiæ servitio, ac Ecclesiastici Cleri decore sibi videbuntur convenire de prædicti Petri, & pro tempore existentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis consilio, & assensu, ac prævia eorum congrua dotatione quam primùm fieri poterit, erigat, & instituat, necnon Episcopalem Jurisdictionem auctoritate, & potestate exercere, omniaque, & singula, quæ Ordinis quæque Jurisdictionis, & cujuslibet altiùs muneris Episcopalis sunt, & quæ alij tam in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & Dominijs, quàm allibi cùmque constituti Episcopi in suis Ecclesijs, Civitatibus, & Diœcesibus de jure, & consuetudine, vel aliàs quomodolibet ex privilegijs, gratijs, indultis, & dispensationibus Apostolicis, quæcumque fuerint, etiam per litteras Apostolicas eis desuper nominatas, & in specie concessas auctoritate, & potestate suffulti facere, & quibus uti solent, & possunt pariformitèr æque principaliter, & absque ulla prorsùs differentia, proindè, ac si sibi quoque nominatur, & in specie concessa, & expressa fuissent etiam si tallia sint, quæ specialem notam, & mentionem requirant, & sub generali concessione non veniant in sua Diœcesi de Pekim facere, gerere, & exercere liberè, & licitè possit, & debeat, & pro tempore existenti Archiepiscopo Goanensi Jure Metropolitico prout antè separationem, & dismembrationem hujusmodi existebat subsit cùm Sede, & Mensa, alijsque insignijs Episcopalibus, necnon præeminentijs, & honoribus, privilegijs, immunitatibus, & gratijs spiritualibus, & temporalibus, personalibus, realibus, & mixtis, quibus cæteræ Cathedrales Ecclesiæ Regnorum, & Dominiorum prædictorum similiter de jure, vel consuetudine, aut speciali privilegio, seu Indulto Apostolico, vel aliàs quomodolibet utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, potiri, & gaudere poterunt quomodolibet in futurum de similibus consilio, & potestatis plenitudine Apostolica auctoritate prædicta, earundem tenore præsentium perpetuò erigimus, & instituimus, ac eidem sic erectæ Ecclesiæ Oppidum de Pekim sic in Civitatem erectum pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, territoria, & destrictus dictæ Diœcesis Machaonensis juxsta divisiones per eundem Regem, vel per Machaonensem, ac de Pekim, & de Nanquim similiter in Civitatem erigendos Episcopos de ejusdem Regis commissione inter se faciendos pro Diœcesi, necnon Ecclesiasticas pro Clero, & seculares personas in Civitatem, & Diœcesim hujusmodi pro tempore, degentes pro populo de consilio, potestate, & auctoritate similibus etiam perpetuò concedimus, & assignamus, Civitatemque Clerum, & populum hujusmodi Episcopo de Pekim quoad Episcopalem, & Archiepiscopo Goanensi pro tempore existenti, quoad Metropoliticam ordinariam jurisdictionem, & superioritatem de dictorum fratrum consilio, &

potestatis

potestatis plenitudine paribus etiam perpetuò subjicimus, necnon Mensæ Episcopali de Pekim hujusmodi pro ejus dote redditus annuos quingentorum cruciatorum monetæ Portugalliæ, quadrigentos ducatos auri de Camera constituentium per ipsum Petrum Regem assignandos, quam quidem summam idem Petrus Rex de suis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum hujusmodi bonis, gratiosè, & irrevocabiliter ad hunc effectum donavit, & obtulit, & solvere quotannis promisit, seu promittit ex tunc prout ex ea die, & ex nunc postquàm assignati fuerint, ut permittitur, similiter perpetuò applicamus, & appropriamus, etiam insuper Petro Regi, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus prædictis jus Patronatus, & præsentandi ad dictam Ecclesiam de Pekim videlicet Nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici infrà annum ob locorum distantiam tam hac prima vice, quam quoties illa deinceps quovismodo, etiam apud Sedem Apostolicam vacare contigerit per Nos, & pro tempore existentem Romanum Pontificem hujusmodi in ejusdem Ecclesiæ de Pekim Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non aliàs præficiendum. Ad majorem verò post Pontificalem ac principales, & alias Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia erigenda cùm de Petri Regis, & pro tempore existentium Regum hujusmodi pariter donnis dotata fuerint tam ab eorum primæva erectione, quam ex tunc deinceps quoties illa quibusvis modis, & ex quorumcumque personis, etiam apud Sedem eandem vacare contigerit Episcopo de Pekim pro tempore existenti prædicto infrà terminum à jure præfixum similiter per eum ad præsentationem Petri Regis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficijs instituendis eadem auctoritate pariter perpetuò reservamus, & concedimus. Decernentes, jus Patronatus, & præsentandi hujusmodi Petro, & pro tempore existentibus Regibus prædictis ex meris fundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem, etiam consistorialiter, quacumque ratione derogari non posse, nec derogatum censeri, nisi ipsius Petri, & pro tempore existentium Regum prædictorum ad id expressus accedat assensus, & si aliter quovismodo derogetur, derogationes hujusmodi cùm indè sequutis nullius roboris, efficaciæ, & momenti fore, sicque per quoscumque Judices, etiam Commissarios quavis auctoritate fungentes, etiam Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, Sedisque prædictæ Nuncios, etiam causarum Palatij Apostolici Auditores sublata eis, & eorum cuilibet aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate judicari, & definiri debere, irritum quoque, & innane quicquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari. Non obstantibus Lateranensis Concilij novissimè celebrati ab Ecclesiasticis membra distingui, & dividi prohibentis, ac Regula nostra de non tolendo jure quæsito, & unionibus committendis, ac valore exprimendo quantum opus sit, alijsque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, quibus omnibus, & singulis, etiamsi de illis,

lis, eorumque totis tenoribus ſpecialis, ſpecifica, expreſſa, & individua, non autem per clauſulas generales idem importantes mentio, ſeu quævis alia expreſſio habenda, aut aliqua alia exquiſita forma ad hoc ſervanda foret illis aliàs in ſuo robore permanſuris hac vice dumtaxat ſpecialiter, & expreſsè harum ſerie derogamus, contrarijs quibuſcumque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam noſtræ ſeggregationis, diviſionis, ſeparationis, diſmembrationis, exemptionis, liberationis, decorationis, erectionis, inſtitutionis, conceſſionis, aſſignationis, ſubjectionis, applicationis, appropriationis, reſervationis, decreti, & derogationis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Siquis autem hoc attentari præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum ejus ſe noverit incurſurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Majorem, Anno Incarnationis Dominicæ milleſimo ſexcenteſimo nonageſimo, quarto Idus Aprilis, Pontificatus noſtri anno primo. Loco ✠ Plumbi J. a. Sernicoli.

Nas coſtas deſta Bulla eſtá o aſſento ſeguinte.

ElRey noſſo Senhor, uſando da faculdade, que lhe he concedida pela Bulla, cujo tranſumpto eſtá eſcrito na outra pagina, depois de tomadas informaçoẽs das Chriſtandades da China, e ſituaçaõ das Provincias daquelle Imperio, aſſinou para Dioceſi do Biſpo de Pekim, as ſete Provincias, que ſe nominaõ de Pekim, Honam, Xantum, Xanſi, Xenſi, Chuquiem, Leaotum, como tambem as Ilhas, que ha nas Coſtas das duas Provincias maritimas de Peki, e Xantum, e mais Reyno de Córea, por outro nome Chauſien, e toda a Tartaria, e eſta diviſaõ, como tambem da que juntamente ſe fez para o Biſpado de Macao, por Carta de 18 de Março do anno de 1695, e para conſtar da dita diviſaõ ſe fez aſſento nas coſtas do meſmo tranſumpto. Lisboa 2 de Janeiro de 1696.

Mendo de Foyos Pereira.

Bulla do Papa Alexandre VIII. de ſeparaçaõ da Cidade de Nankim, do Ordinario do Biſpo de Macao. Eſtá no Archivo da Meſa da Conſciencia, e Ordens, no livro dos ff. pag. 262, donde a tirey.

Num. 91.
An. 1690.

IN nomine Domini Amen. Univerſis, & ſingulis hoc præſens publicum tranſumpti inſtrumentum viſuris, lecturis, & audituris pateat evidenter, & ſit notum, quod anno à nativitate Domini noſtri Jeſu Chriſti milleſimo ſexcenteſimo nonageſimo primo, Indictione decima quarta, die verò decima octava menſis Januarii Pontificatûs autem Sanctiſſimi in Chriſto Patris, & Domini noſtri Domini Alexandri Divina Providentia Papæ VIII. anno ejus ſecundo ego Notarius

infra-

infrascriptus vidi, legi, & diligenter inspexi quasdam litteras Apostolicas sub plumbo, ut moris est, expeditas, sanas quidem, & integras, non vitiatas, non cancellatas, nec in aliqua sui parte suspectas, sed omni prorsùs vitio, & suspicione carentes, quarum tenor sequitur, & est talis videlicet. Alexander Episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Romanus Pontifex Beati Petri Cœlestis Regni clavigeri Successor, Christique Vicarius cuncta mundi climata, omniumque nationum in illis degentium qualitates considerat, ac ratione discutit, & examinat diligenter propterea ex officii sui debito, salutem omnium quærens, & appetens, ea suadentibus rationibus, & causis perpetua deliberatione disponit, & ordinat, quæ Divinæ Majestati grata fore considerat, & per quæ oves suæ curæ creditæ ad Dominicum ovile conducantur, eisdem scilicet æternæ salutis policito præmio, nil igitur certius, & acceptius Divinæ Majestati esse censetur, quàm Catholicæ Fidei veritas ad laudem, & gloriam Divini nominis in omnibus terræ partibus suscipiat incrementa. Sanè cum charissimus in Christo filius noster Petrus Portugalliæ, & Algarbiorum Rex illustris accepisset in parte Australi Regno Sinarum operâ, & ministerio variorum Religiosorum, & aliorum doctrinâ insignium, & vitæ approbatorum virorum præcipuè sollicitudine, & industria laborantium, infinitas propemodum gentes abjectis indè Sathanæ tenebris, ac idolatriæ, & gentilitatis, hæresumque erroribus ad Catholicam Christi Fidem, & Sanctæ Matris Ecclesiæ gremium amabilissimum conversas reperiri, eisque rationibus Religio Christiana in illis partibus, & Diœcesi Ecclesiæ Machaonensis, quæ de jure Patronatus Regum Portugalliæ ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hactenus in aliquo derogatum, fore dignoscitur, sic longè, latèque propagata sit, ut Episcopus Machaonensis pro tempore existens ad illam, ejusque fines ob locorum distantiam transmeare, & singulorum vultus, ut Episcopum decet, inspicere, aliasque partes boni Pastoris in universum exercere nequeat, Ecclesiæ illius incolæ, & habitatores proprio noscebantur Pastore indigere, qui præsentia sua, ac Divino cooperante Spiritu, Pontificalia omnia, in illis partibus exercere posset, & deberet. Cumque in ea parte adsit inter cætera unum Oppidum de Nankim nuncupatum, amplitudine, fertilitate, & comerciorum frequentiâ celebre, & in dicto Oppido de Nankim una Ecclesia Beatæ Virgini dicata, altera inibi existente maior, & principalis, cui ejusdem Regis Lusitani Missionarii inserviunt, & in qua Missæ, & alia Divina Officia celebrantur, & Ecclesiastica Sacramenta administrantur jam pridem erecta, & fundata existat cùm Sacrario ad Divinum Cultum sufficienter instructo. Proptereàque dictum Oppidum de Nankim à Diœcesi Machaonensi dismembrari, & in Civitatem, dictamque Ecclesiam Beatæ Virginis in Cathedralem erigi, & in ea Catholicum Antistitem, & Pastorem proprium institui, qui illos adhuc debiles in ipsa Fide confirmare, & maiora seminaria plantare, Dominicique ovilis septa ædificare, cæteraque Pontificalia omnia in illis partibus exercere possit, & debeat, omninò expediret, devotionis suæ zelo

ductus

ductus populis in illis partibus degentibus consulere plurimum exoptasset, ac nobis super hoc per ejus litteras humiliter supplicasset. Idcircò nos matura super his cùm nonnullis Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus, Congregationis particularis de Propaganda Fide super rebus Indiarum Orientalium specialiter deputatæ, cui negotium dismembrationis, & erectionis hujusmodi discutiendum à nobis remissum fuerat, habita deliberatione, Oppidum præfatum de Nankim Episcopali, & civili titulo dignum judicantes, piisque dicti Petri Regis votis libenter annuentes, de Venerabilium fratrum nostrorum ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium consilio, & assensu, deque Apostolicæ potestatis plenitudine Oppidum de Nankim prædictum ab ordinaria jurisdictione Episcopi Machaonensis Apostolica auctoritate tenore præsentium perpetuò segregamus, dividimus, separamus, & dismembramus, illudque, ac ejus Clerum, & populum quoad legem Diœcesanam ab Episcopi Machaonensis superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione prorsùs eximimus, & liberamus, ac Oppidum de Nankim prædictum Civitatis, illiusque Incolas, Civium nomine, titulo, & honore decoramus, illudque in Civitatem, quæ de Nankim denominetur, & in eo dictam Ecclesiam Beatæ Virgini dicatam in Cathedralem Ecclesiam sub invocatione ejusdem Beatæ Virginis pro uno Episcopo de Nankim nuncupando, qui illi præsit, ac Ecclesiam ipsam ad formam Cathedralis Ecclesiæ redigi faciat, necnon in ea, & dictæ Civitatis, ac ejusdem Ecclesiæ Diœcesis tot Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, aliaque Beneficia Ecclesiastica cum cura, & sine cura, quot inibi Divino Cultui, & dictæ Ecclesiæ servitio, ac Ecclesiastici Cleri decori sibi videbuntur convenire de prædicti Petri, & pro tempore existentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis consilio, & assensu, ac pravia eorum congrua dotatione, quam primùm fieri poterit, erigat, & constituat, necnon Episcopalem jurisdictionem, auctoritatem, & potestatem exercere, omniaque, & singula, quæ ordinis quæque jurisdictionis, & cujuslibet alterius muneris Episcopalis sunt, & quæ alii tam in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & dominiis, quàm alibicunque constituti Episcopi in suis Ecclesiis, Civitatibus, & Diœcesibus de jure, & consuetudine, vel aliàs quomodolibet ex privilegiis, gratiis, & indultis, ac dispensationibus Apostolicis, quæcunque fuerint, etiam per litteras Apostolicas eis desuper nominatim, & in specie concessas, auctoritate, & facultate suffulti facere, & quibus uti solent, & possunt pariformiter æque principaliter, & absque ulla prorsùs differentia, perindè, ac si sibi quoque nominatim, & in specie concessa, & expressa fuissent, etiamsi talia sint, quæ specialem notam, & mentionem requirant, & sub generali concessione non veniant, in sua Diœcesi de Nankim facere, gerere, & exercere liberè, & licitè possit, & debeat, ac pro tempore existenti Archiepiscopo Goanensi jure Metropolitico, prout ante separationem, & dismembrationem hujusmodi existebat, subsit, cùm Sede, & Mensa, aliisque insigniis Episcopalibus, necnon præeminentiis, & honoribus, privilegiis, immunitati-

bus, & gratiis ſpiritualibus, & temporalibus, perſonalibus, realibus, & mixtis, quibus Eccleſiæ Cathedrales Regnorum, & dominiorum prædictorum ſimiliter de jure, vel conſuetudine, aut ſpeciali privilegio, ſeu indulto Apoſtolico, vel aliàs quomodolibet utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, potiri, & gaudere poterunt quomodolibet in futurum de ſimilibus conſilio, & poteſtatis plenitudine Apoſtolica auctoritate, prædicta earumdem tenore præſentium etiam perpetuò erigimus, & inſtituimus. Ac eidem ſic erectæ Eccleſiæ Oppidum de Nankim ſic in Civitatem erectum pro Civitate, & alia Oppida, Caſtra, Villas, territoria, & diſtrictus dictæ Diœceſis Machaonenſis juxtà diviſionem per eundem Regem, vel per Machaonenſis, ac de Nankim, & de Pekim ſimiliter in Civitatem erigendum Epiſcopos de ejuſdem Regis commiſſione inter ſe faciendam pro Diœceſi, necnon Eccleſiaſticas pro Clero, & ſeculares perſonas in Civitatem, & Diœceſim hujuſmodi pro tempore degentes pro populo de conſilio, poteſtate, & auctoritate ſimilibus etiam perpetuò concedimus, & aſſignamus, Civitatemque, Clerum, & populum hujuſmodi Epiſcopo de Nankim, quoad Epiſcopalem, & Archiepiſcopo Goanenſi pro tempore exiſtenti quoad Metropoliticam ordinariam juriſdictionem, & ſuperioritatem de dictorum fratrum conſilio, & poteſtatis plenitudine paribus etiam perpetuò ſubjicimus, necnon Menſæ Epiſcopali de Nankim hujuſmodi pro ejus dote redditus annuos quingentorum cruciatorum monetæ Portugalliæ quadringentos ducatos auri de Camera conſtituentium per ipſum Petrum Regem aſſignandos, quam quidem ſummam idem Petrus Rex de ſuis, & pro tempore exiſtentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum hujuſmodi bonis gratioſè, & irrevocabiliter ad hunc effectum donavit, & obtulit, ac ſolvere quotannis promiſit, ſeu promittit ex tunc prout ex ea die, & ex nunc poſtquàm aſſignati fuerint, ut præfertur, ſimiliter, perpetuò applicamus, & appropriamus, & inſuper Petro Regi, & pro tempore exiſtentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus præfatis jus Patronatus, & præſentandi ad dictam Eccleſiam de Nankim, videlicet nobis, & pro tempore exiſtenti Romano Pontifici infra annum ob locorum diſtantiam, tam hac prima vice, quam quoties illa deinceps quovis modo etiam apud Sedem Apoſtolicam vacare contigerit per nos, & pro tempore exiſtentem Romanum Pontificem hujuſmodi in ejuſdem Eccleſiæ de Nankim Epiſcopum, & Paſtorem ad præſentationem hujuſmodi, & non alias perficiendo. Ad maiorem verò poſt Pontificalem, ac principales, & alias Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia erigenda, cùm de Petri Regis, & pro tempore exiſtentium Regum hujuſmodi pariter bonis dotata fuerint, tam ab eorum primæva erectione, quam ex tunc deinceps, quoties illa quibuſvis modis, & ex quorumcunque perſonis etiam apud Sedem eandem vacare contigerit Epiſcopo de Nankim pro tempore exiſtenti præfato infra terminum à jure præfixum ſimiliter per eum ad præſentationem prædicti Petri Regis, & pro tempore exiſtentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum in ipſis Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis inſtituendis eadem auctoritate

auctoritate pariter perpetuò reservamus, & concedimus. Decernentes jus Patronatus, & præsentandi hujusmodi Petro, & pro tempore existentibus Regibus prædictis ex meris fundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem etiam consistorialiter, quacunque ratione derogari non posse, nec derogatum censeri, nisi ipsius Petri, & pro tempore existentium Regum prædictorum ad id expressus accedat assensus, & si aliter quovis modo derogetur, derogationes hujusmodi cùm indè sequutis, nullius roboris, efficaciæ, & momenti fore. Sicque per quoscunque Judices etiam Commissarios quavis auctoritate fungentes etiam Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, Sedisque prædictæ Nuntios, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, sublata eis, & eorum cuilibet aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate judicari, & definiri debere, irritum quoque, & inane, quidquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attemptari. Non obstantibus Lateranensis Concilii novissimè celebrati, ab Ecclesiis membra distingui, & dividi prohibentis, ac Regula nostra de non tollendo jure quæsito, & unionibus committendis, ac valore exprimendo, quatenùs opus sit, aliisque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, quibus omnibus, & singulis etiamsi de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, illis aliàs, in suo robore permansuris hac vice dumtaxat harum serie specialiter, & expressè derogamus, contrariis quibuscunque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ segregationis, divisionis, separationis, dismembrationis, exemptionis, liberationis, decorationis, erectionis, institutionis, concessionis, assignationis, subjectionis, applicationis, appropriationis, reservationis, decreti, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo sexcentesimo nonagesimo, quarto idus Aprilis Pontificatus nostri anno primo. Loco ✠ Plumbi. J. a. Sernicoli. Quas quidem litteras Apostolicas ego Notarius infrascriptus reverenter, ut decuit, ad me recipiens, ipsis visis, & perlectis, præsens publicum transumpti instrumentum in hanc publicam formam redigere curavi, signoque, & subscriptione meis solitis, & consuetis signavi, & roboravi, ut præsenti publico transumpti instrumento stetur, firmiterque credatur, ac plenaria fides adhibeatur, & adhiberi possit in judicio, & extra, perindè ac si litteræ Originales ostensæ forent. Super quibus omnibus, & singulis petitum fuit à me Notario infrascripto præsens fieri instrumentum. Actum Romæ sub anno, Indictione, die, mense, & Pontificatu, quibus supra, præsentibus ibidem dominis Joanne de Sernicolis, & Laurentio Pacioto testibus ad præmissa vocatis specialiter, atque rogatis. Præinsertæ litteræ Apostolicæ cum

ſuo Originali reviſæ concordant. Joſeph Paolucius Officialis deputatus. B. Cardinalis Pro-Datarius. Loco ✠ Sigilli. Ita eſt. Seraphinus Crucianus Cancellariæ Apoſtolicæ Notarius Deputatus. Loco ✠ ſigni publici.

O qual tranſumpto eu Antonio de Faria Barreiros, publico Notario Apoſtolico approvado, bem, e fielmente aqui tresladey do proprio, que me foy offerecido, e em teſtemunho de verdade corroborey eſte de meus ſinaes publico, e raſo. Lisboa 27 de Janeiro de 1696. Lugar do ſinal publico. Antonio de Faria Barreiros Notario Apoſtolico.

Breve, que o Summo Pontifice Innocencio XII. eſcreveo a ElRey da Perſia, a favor do Biſpo D. Fr. Elias de Santo Alberto, e dos ſeus Religioſos Carmelitas Deſcalços, que aſſiſtiaõ na Cidade de Zulfa, tirado das Memorias da Embaixada da Perſia de Gregorio Pereira Fidalgo da Sylveira.

Illuſtri ac Potentiſſimo Regi Perſarum.

Illuſtris ac Potentiſſime Rex ſalutem, & lumen Divinæ gratiæ.

Num. 92.
An. 1696.

INter eximios magnoſque Rege dignos dotes, quibus inſignitur celſitudo tua, præcipue ſibi vendicare locum clementiam, qua Catholicæ Fidei Cultores reſpicis ſatis ſuperque notum, & exploratumque habemus, quia vero ejuſdem Fidei propagatio noſtrorum ſumma votorum eſt, ab ipſamet clementia tua enixe petimus, ut Patribus Carmelitis Diſcalceatis, ac preſertim Venerabili Fr. Eliæ Aſpani celeberrimæ Regiæ tuæ Epiſcopo, quem ſummopere tibi comendamus liberam facultatem tribuas redeundi ad Urbem, ut vocatur Giulfam, à qua inſtante Archiepiſcopo Armeno ſciſmatico diſcedere coactus fuiſſet, intelleximus, indicta illis gravi pœna, ſi reverterentur, firmam autem ſpem habentes aſſenſurum te petitioni noſtræ celſitudinæ tuæ cum ad profectam vere Fidei agnitionem, & ad omnem rerum ſecundarum fauſtitatem Dominum Dominantium, qui in altis habitat, & à quo bona cuncta procedunt propitium faventemque impenſe precamur.

Carta para o Summo Pontifice, que lhe mandou ElRey da Perſia, em repoſta da que recebeo ſua em 23 de Dezembro de 1696.

Num. 93.

PEnna de pintar grandemente ſubtil, penna, que deſtilla a melhor tinta, e com ſubtileza ſobre o papel, amigo antigo, o mayor na grandeza, Senhor de grandes, e dilatadas terras, que tem bandeira muito alta, e levantada, Senhor de recto, e juſto mando, ſemelhante à luz, e alegria da Lua, a cuja viſta ſe alegra tudo o que à ſua preſença chega, entendimento de Plataõ, coraçaõ de Ariſtoteles,

toteles, Emperador de grande sombra, e de grandioso exercito, justo, recto, e de grande virtude, e o mais noticioso, no que toca à Ley, que com sua sciencia alegra, satisfaz todo o entendimento, tocha, que alumea a todos os Reys Christãos, cofre de hum aljofar o mais agradavel à vista, medalha da mais resplandecente pedra preciosa, que em todas as suas occasioens satisfaz, e exemplo de rectidaõ, e justiça, livro de toda a politica, em o qual os mais aprendem, adorno de todos os Reys da Christandade, e mayor de todos os Reys, que veneraõ, e seguem a Deos verdadeiro, Rey firme de exercito constante, Pontifice grandioso, e justiceiro, e a mim favoravel, que sempre tenha graça, e fortuna Innocencio Papa XII. Chegou à minha maõ a merce, e favor da Carta, de que Vossa Santidade me fez graça, e foy recebida de mim como vinda do Ceo, no melhor tempo, em que o meu coraçaõ a desejava; a graça que Vossa Santidade nella me pedia no tocante à firmeza das monções sogeitas à sua grandeza nestes meus Reynos, assim dos Padres, como daquelles, que lhe estaõ sogeitos, concedi licença, para que reedificassem a Casa, que em Julfa tinhaõ, e por respeito da amisade, e boa correspondencia, que Vossa Santidade comigo tem, sempre os favoreci, e este favor irá sempre em augmento; e na presente occasiaõ tudo aquillo, que pertenderaõ lhe concedi por mandado meu, o qual naõ será revogado, e por respeito de Vossa Santidade o confirmey, e mandey aos meus grandes Reynos establecessem o favor, que sempre fizeraõ aos subditos de Vossa Santidade, e por amor de Vossa Santidade assim o faraõ, e sempre haja esta graça, que Vossa Santidade agora me fez de corespondencia, e amisade, que a minha he sempre firme, e antiga, e com o fundamento de quatro cantos, e tudo aquillo, que Vossa Santidade quizer póde escreverme, que naõ faltarey; a grandeza, Reyno, fortuna, e entendimento de Vossa Santidade, tenha firmeza em quanto o Mundo durar. Rajelo anno 1108.

Carta do mesmo Bispo para ElRey D. Pedro II. de Portugal.

Num. 94.
An. 1697.

SUper magnifica, & à Deo bene prosperata legatione ad Regem Persarum Excellentissimi Domini Gregorii Pereira Fidalgo à Silveira, qua non minus Ecclesiasticæ, quam politicæ rei in his partibus provisum est; mihi utpote maioribus hinc obligationibus adstructo, præ omnibus incumbit, cumgratulatoriis apprecationibus amplioris semper in omni vera prosperitate progressus condignas magestati vestræ gratias referre, cum enim post reductas ad comunionem S. M. Ecclesiæ præcipuas quasdam Armenorum familias in eandem unionem propendente, potiori totius nationis parte, Summo Pontifici D. N. Innocentio XII. complacuisset, me licet indignum ad ejusdem regimem, Episcopum Aspahanensem constituere: ex hoc magis irritata contra me factio schismaticorum in tantum efferbuit, ut post varias tumultationes, mecum fratribus meis Carmelitis Descalceatis Julpha, quæ potissima est Armeniarum Aspano Suburbana Colonia, exulare

lare compulerint; æquatam solo quam illic ædificare cæperamus Ecclesiam; unde consternatus per totam Persidem, Catholicos presequi non desistentes etiam funditus evertere moliabantur; qua propter, ego ad inconcussam Ecclesiæ petram confugere, & Sedis Apostolicæ subsidium nobis adsciscere ejusdemque interventu etiam Principum Christianorum aliquam cum hac Regia correspondentiam habentium patrocinium inclamare coactus fui, cumque huc interea appellens præfatus Serenissimæ Majestatis vestræ Legatus, inter cætera suæ legationis munia, hoc quoque Religionis Catholicæ negotium communicasset, sibi ab Excellentissimo Domino Comite de Villaverde, Indiarum Orientalium Prorege specialiter comendatum fuisse, ad efficatiorem comunis intenti prosecutionem, & cum Excellentissimi Domini Proregis epistola, rem omnem ad optatum exitum sic perduxit, ut currentis anni 29 Februarii, mecum cæteris Religiosis nostris Carmelitis Descalciatis, ad Residentiam nostram Julphaensem ingenti triumpho, & Catholicorum omnium jubillo reduxerit: atque ita Sedem hanc Episcopalem, & cum ea Catholicitatem per totam Persidem aliàs valde titubantem, suæ libertati, firmatique asseruerit nullis ad hoc laboribus expensisve pepercit, in conciliandis magnatum favoribus, & compescendis adversantium contestationibus, tanta usus prudentia, & generositate, tam in hac, quam in aliis suis muneris expeditionibus: ut veraciter protestari valeam à viginti annis quibus in hac Regia Civitate versatus sum, solum alium quem viderim Legatum hic maiori cum splendore, & æstimatione sui Principis auctoritatem, & magnificentiam suavius, & fortius per se tullisse. Quod si Mascatensis expeditio pro nunc ex votis non cesserit, non valentibus hoc anno Persis per laborantes annonæ penuria Regiones copias suas traducere; spes datur in proximo fælicius successurum: Si tamen pactis promisis hac tandem vice stetur, confido autem pro comperta Regum Lusitanorum pietate, & avito zelo propugnandæ, propagandæque Fidei Catholicæ desit vindicato ab infestationibus hæreticorum Ecclesiæ Christi Regno non minorem offerre pientissimo Serenissimæ Majestatis vestræ animo lætitiam, quam si debelatis hostibus temporalibus nova, & amplissima Dominia Monarchiæ suæ vindicasset. Pro quo, & Divinam majestatem exorare non cessabimus, ut abundantissima Cœlestium benedictionum effusione tam insignia sui cultus compensans obsequia, post indefectibilem Regni præsentis felicitatem, gloriosioribus meritorum cumullis auctam immarcessibiles retribuat beatitudinis æternæ coronas. Hispaen 10 Decembri 1697.

Fr. Elias à Sancto Alberto,

Episcopus Haspanensis.

Carta

Carta, que escreveo o Bispo de Aspaõ ao Vice-Rey da India, o Conde de Villa-Verde D. Pedro Antonio de Noronha.

J. M. J.

Pax Christi.

Excellentissime Domine, ac Patrone mi Colendissime.

Num. 95.
An. 1697.

SUper expulsione mea cum fratribus meis Carmelitis Discalceatis, ex Aspahani suburbana Julphaensi Armeniorum Colonia, & demolitione Ecclesiæ, quam ibidem ædificare cæperamus; tum literis, tum verbalibus informationibus Reverendorum Patrum Augustianorum, R. P. Fr. Francisci, & R. P. Fr. Constantini, jam à duobus circiter annis cum dimidio excellentiam vestram certiorem reddideram protectionis quam contra persecutionem hanc, non solum hic, sed per totam Persidem ex hinc grassantem laboranti Ecclesiæ Catholicæ adferre valeret: videbis non posse efficatius aliunde malo huic adhiberi remedium, quam à confiniori ditionibus his potestate, & avita pietate Regum Poregumque Lusitanorum, quibus nihil magis esse cordi, quam Regni Christi propugnationem, ac propagationem, nihilque antiquius, quam ut omni ex parte integri, incolumesque serventur, qui à Demonum Castris ad Christiana transierint, nemo est rerum expertus, qui pro comperto non habeat; nec vero me spes adeo bene fundata nullatenus fefellit; Legatus enim ad hanc Regiam, non minus animi, quam generis nobilitate conspicuus Excellentissimus Dominus Gregorius Pereira Fidalgo à Silveira, cum inter cætera suæ legationis munia, etiam hoc Religionis Catholicæ negotium singulariter ab excellentia vestra comendatum haberet, præter adhibitam in solicitandis Rei politicæ expeditionibus, omnem operam; insuper Ecclesiasticæ huic incumbentiæ tam diligenter, ac tam fæliciter allaboravit, ut superatis tandem, tam adversariorum oppositionibus, quam Ministrorum quorundam Regiorum præoccupationibus; me coexulesque fratres meos cum eximio triumpho, & ingenti Missionariorum Apostolicorum, & Catholicorum omnium jubilo residentiæ nostræ restituerit, obtento super hoc Diplomate Regio, qui nobis Ecclesiam fundandi, & quascumque Domus, aut possessiones ad hoc necessarias coemendi, quo pacto non parum nutantem stabilivit Sedem hanc Episcopalem, & speramus ex hoc etiam in toto Persarum Imperio restituendam Catholicæ Religionis libertatem, quod si Maschatensis expeditio in presentiarum pro voto non adeo successerit, non valentibus hoc anno Persis per laborantes annonæ penuria Regiones, copias suas traducere, spes datur in proximo fælicius successurum, modo tamen pactis promissis, hac tandem vice stetur; nullum ad hoc non movit lapidem Excellentissimus Dominus Legatus Gregorius Pereira Fidalgo à Silveira, nullis pepercit expensis, in omnibus

omnibus tanta prudentia, & animi vigore sui Regis præ se ferens auctoritatem, & magnificentiam, ut veraciter testificari valeam, me à viginti circiter annis quibus in hac Regia Civitate versatus sum nullum, cujuscunque nationis Legatum unquam vidisse, qui in tanta ab omnibus æstimatione, & reverentia fuerit habitus, quique Aulam hanc juris gentium circa legatorum honorificentiam, alius jam satis in observantem ad similes honoris, & condecendentiæ conditiones aduxerit.

Copia da Carta delRey da Persia, para o Conde de Villa-Verde, Vice-Rey do Estado da India, em reposta da que levou o Embaixador Gregorio Pereira Fidalgo da Sylveira, traduzida pelo Padre Fr. Antonio de Jesus, da Ordem de Santo Agostinho, e Prior do Convento, que na Corte do dito Rey tem a sua Religiaõ, assistindo à dita traducçaõ o Lingua, que acompanhava o Embaixador, por nome Mirza Raya.

Deos Grande.

O que he Senhor de todo o Mundo.

Oh Mamede, oh Ali

Eu grande Rey, e poderoso escrevo.

Lugar do Sello.

Num. 96.
An. 1697.

AS novas, que me chegaraõ as recebi bem, e com grande affecto foraõ aceitas de mim, por serem daquelle, que tem poder sobre outros, que tem mando em o grande Reyno de Portugal, e que he Vice-Rey de Goa, Dio, Damaõ, Baçaim, e de toda a India. Dom Pedro Antonio de Noronha, Conde de Villa-Verde. Pela graça, e agrado, que em mim achou, Deos Nosso Senhor o fez grande, e poderoso, sempre tenha saude, e esteja na mesma grandeza.

Saiba Vossa Excellencia, que as Cartas, que me mandou pelo Embaixador Gregorio Pereira Fidalgo da Sylveira, por respeito da amisade, graça, e limpeza do coraçaõ, de parabens de meu reynado, e successaõ dos grandes Reys meus antecessores, e tambem de algumas pertenções, que me representava nellas, tudo chegou à grande porta de minha Casa, à vista de meus olhos, que tem comparaçaõ com a luz do Sol; e vendo-as eu, aquella graça, que em mim tinha, ficou sendo da grandeza de hum mar.

No particular daquelle espinho do Arabio, que naõ tem Ley, nem Proféta, e que sem proposito veyo entender no Porto do Congo com os meus Vassallos, e com os Ministros da sua grandeza, tambem me chegou a petiçaõ, e nesta materia, tambem o Embaixador de

de boca me praticou, e me pedio; e porque este anno naõ houve agua, trigo, cevada, palha, manteiga, legumes, e mais mantimentos, naõ pode fazerse a guerra, e tambem por falta de cumprimento à particula dos concertos, em que queria viessem vinte barcos, os quaes naõ vieraõ, e na certeza de que vinhaõ, nomeey General, abaley o meu Exercito, o qual se hia conduzindo com tanta furia, como corre o mar, e elles hiaõ andando, e enchendo a terra como a cobrem os bandos dos gafanhotes; porém pela falta, e impedimentos acima referidos, lhe foy mandado se detivessem; e aos Soldados, e barcos, que na presente monçaõ vieraõ, mandey se retirassem, e ordeney, que para os gastos se lhe désse alguma quantia de dinheiro; e àquillo a que Deos Nosso Senhor der caminho para destruirmos o inimigo Arabio, o ordenarey, e quando estiver tudo aparelhado avisarey para vir a Armada; e tudo aquillo, que Vossa Excellencia pertender, e pedir, tambem o farey; e ao Embaixador toda a boa cortezia, e favor lhe fiz; e a merce, que me pedio para voltar, tambem lha concedi; e aquella amisade, e correspondencia, que sempre houve entre nós, se augmente, e tudo o que quizer Vossa Excellencia peça, que eu naõ faltarey em o conceder. Rayebet Mon Raiebe (quer dizer) 20 de . . . . anno (da sua conta) 1108, que era o de 1697.

Elegia feita pela Rainha de Portugal D. Maria Francisca Isabel de Saboya Nemours, e se conserva da sua propria maõ na Livraria do Conde da Ericeira.

Num. 97.

OH Mortel enchanté des vanités du monde,
Et charmé des plaisirs don tu crois qu' il abonde,
Arreste icy tes pas, et considere un coeur
Qui comme toy, dans luy fondá tout son bonheur.
Voyant ce qu' il a fait, juge si sa manie
Doit paroitre a tes yeux, ou sagesse, ou folie,
Il suivit les plaisirs, il cherchá les grandeurs,
Et crut ne les pouvoir jamais trouver ailleurs.
Mais au comble des Biens dont l' Univers abonde,
Et de tous les honneurs que peut donner le monde
Rien n' a pu le fixer dans ses desirs flotans,
Et rien n' a jamais pu rendre ses voeux contens.
Il luy manquoit toujours quelque chose en luy même
Pour pouvoir parvenir a ce bonheur suprême,
Dont la flateuse idée occupoit ses desirs,
Sous l' appas seducteur des terrestres plaisirs.
Aprés donc avoir fait ces diligences vaines,
Et pour y reussir essuyé mille peines
Il reconnut enfin que qui veut etre heureux
N' en doit faire jamais les objets de ses voeux.

Aussitót il sentit un rayon de la Grace,
Qui de ses mouvemens fesant changer la face,
Chassoit la vanité qui l' avoit prévenu
Et dejá luy donnoit l' amour de la vertu.
Pour cet objet divin il faut tout entreprendre
Luy dit elle d' abord, si tu veux te deffendre,
De tous ces biens trompeurs qui n' ont pu te remplir
Et dont le faux eclat n' a fait que t' eblouir.
Cherche dans la vertu la veritable gloire
Ta peine aurá pour prix l' honneur de la victoire,
Et ta correspondence egalant mes faveurs
Te ferá surmonter les plus cuisans malheurs.
Le parti luy parut aussi grand qu' admirable,
Avec joye il reçoit cet offre favorable,
Et depuis cet instant les plaisirs d' icy bas,
N' ont plus pour le charmer d' agremens, ny d' appas.
La vertu luy plait seule, elle seule l' enchante,
Et Dieu dans ses bontés, surpassant son attente,
De sa puissante main, en tous temps, en tous lieux,
Le soutient, le protege, et previent tous ses voeux.
Regarde donc Mortel dans ce recit fidele
Si tá felicité ressemble a l' eternelle.

Traducçaõ parafrasiada da referida Elegia, feita pela Condessa da Ericeira D. Joanna de Menezes.

OITAVAS.

Num. 98.

I.

CEgos mortaes, que a vaidade engana,
E do Mundo o encanto desvanece,
Paray, e reparay, que he gloria insana
A que só na lisonja permanece:
Os eccos de huma voz, que desengana,
Ouvi a hum coraçaõ, que já merece
Livre do engano, que julgou ditoso
Cantar desenganado, e venturoso.

II.

Considerav os passos, que a jactancia
Deu por lisongear o seu partido,
E vede se he sciencia, ou ignorancia,
O solido deixar pelo luzido:
No gosto, e na grandeza quer constancia
Quem enganado, quem desvanecido
Busca nos passatempos, e no Mundo,
Pompa infelice, emprego vagabundo.

Fluctuante

III.

Fluctuante o desejo , e inquieto
Neste do Mundo pelago inconstante ,
Donde he onda vivente cada objecto ,
Que sem acordo he no disvelo errante :
Sendo cuidado de ignorante affecto
Buscar satisfaçaõ , que vacillante
Nas apparencias da fingida gloria
Segue a vontade , e foge da memoria.

IV.

Depois que porfiando inutilmente
Por conseguir hum bem , que o Mundo adora ,
Que nunca no desejo he permanente
Mágoa do Ceo em lagrimas de Aurora.
E depois , que o cuidado impaciente
Penas venceo , que o desengano chora ,
De huma inutil porfia o cego intento
Deu luz aos olhos , fé ao pensamento.

V.

Logo da graça lhe apparece hum rayo ,
Que ao coraçaõ nova mudança intîma ,
E da verdade no suave ensayo
Desterra os erros , e ao acerto anîma :
Este caminho segue sem desmayo ,
(A luz lhe dita) a confiança estima ,
Se de illusoens procuras a defensa ,
Que ao amor saõ estrago , ao peito offensa.

VI.

Dos luzimentos , cuja vam cegueira
Relampagos a vista perturbavaõ ,
(Dissimulando na attençaõ grosseira
Os rayos , que encubertos recatavaõ)
Te livravas , buscando a verdadeira
Satisfaçaõ , que indignas te roubavaõ
As ficçoens ; e seguindo a justa gloria
Será da penna o premio , alta vitoria.

VII.

Se aceitando os favores , que naõ nego ,
Reciproca em ti for a recompença ,
Acharás a ventura do socego ,
Que o mayor infortunio prostre , e vença.
O coraçaõ dedico , o peito entrego
Sem repugnancia já , e sem defensa ,
Ao partido , que inclue altivo , e grave
Assumpto illustre em attençaõ suave.

Des-

VIII.

Desde este instante, quanto no universo
O gosto admitte, adora a vaidade,
He da satisfaçaõ successo adverso,
De que o juizo triunfa na vontade:
A delicia, que encanta, he mal perverso,
A presumpçaõ, que alegra, he falsidade;
E quanto mais se anîma a esta mudança
Se satisfaz a fé, pela esperança.

IX.

Da maõ Divina esse poder eterno,
Que os Ceos alegra, o Mundo remedea,
De quem treme o sulfureo horrendo Averno,
Por quem o Sol a esféra azul passea,
Sustenta, e favorece no governo
A alma, que se lhe entrega, e naõ se affea
Com a culpa, que infausta, abominada
Offusca os votos da verdade amada.

X.

Vê pois mortal (sem que no error te cegues
Da advertencia os reparos venturosos)
Estes avisos, e à razaõ entregues
Os dictames do acerto mysteriosos,
Considerando, que enganado segues
Do Mundo os appetites mentirosos,
E a imitaçaõ desta advertencia minha
A fortuna a huma eterna te encaminha.

A mesma Condessa traduzio huma Cançaõ da Rainha nestes versos.

A Hum Deos, que naõ tem mudança,
Que dita he viver sogeita!
E por quem doces sospiros
Repetem sem differença,
Senhor, na amante queixa
Vós só fazeis a minha dita eterna.
O Amor de hum Deos taõ amante
He isento de tibiezas,
E nos affectos mortaes
Naõ ha gosto sem tristeza.
Se hum com defeitos, e males
Conduz a funebres penas,
E outro com eternas ditas
Satisfaz altas idéas,
Quem duvidas tivera
A qual se deva amante preferencia.

Tes-

Testamento da Serenissima Senhora Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya. Original está no Archivo Real da Torre do Tombo, na Casa da Coroa, na gaveta dos Testamentos dos Reys, gaveta 16, donde o copiey.

Num. 99.
An. 1683.

EM nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, e Espirito Santo, tres Pessoas, e hum só Deos verdadeiro, em quem fielmente creyo, e em cuja Fé espero salvarme.

Eu D. Maria Francisca Isabel de Saboya, por graça de Deos Rainha de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhora de Guiné, da Conquista, e navegaçaõ, comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, mulher do muito alto, e do muito poderoso Senhor Rey D. Pedro, meu Senhor, e marido, estando doente neste Lugar de Palhavãa, mas em meu perfeito juizo, e entendimento, ordeney fazer meu Testamento, para dispor minhas cousas, quanto mais convenha ao serviço de Deos, e salvaçaõ de minha alma.

Primeiramente encomendo minha alma a Deos todo poderoso, que a creou, e remio com seu preciosissimo Sangue, em cujos infinitos merecimentos espero, e confio, me perdoe minhas culpas, e peccados, para poder gozar da Bemaventurança; e para este effeito tomo por minha advogada, e intercessora a gloriosa sempre Virgem Maria Nossa Senhora, e o Mysterio de sua Purissima, e Immaculada Conceiçaõ, para que como Padroeira deste Reyno, o seja tambem da minha alma, diante de sua Divina Magestade, juntamente com o Anjo da minha guarda, e com todos os Santos da minha devoçaõ.

Declaro, que sou verdadeira, e fiel Catholica Romana, nascida, e creada no gremio da Santa Madre Igreja, em quem creyo bem, e verdadeiramente tudo o que ella tem, crê, e ensina, e nesta unica, e verdadeira Fé, na qual sómente ha salvaçaõ, em que sempre vivi, e espero salvarme.

Tanto, que Deos for servido levarme para si, quero, e ordeno, que meu corpo seja composto no Habito de S. Francisco, de que sou Terceira professa, e que nesta fórma, com a mais, que se dispuzer, me sepultem.

Declaro, que fiz neste Reyno huma Fundaçaõ de Religiosas Capuchinhas, da primeira Regra de S. Francisco, cujo Convento, e Igreja, desejey muito acabar, e fiz por isso o que me foy possivel, ordeno, que o dito Convento, e Igreja, na fórma da sua architectura, se acabem, e nella se faça huma sepultura, na parte, que for mais decente, onde quero descance meu corpo até o final juizo; e em quanto a obra se naõ acaba, será depositado meu corpo na Igreja do Noviciado da Companhia de Jesu, aonde por minha devoçaõ eu, e ElRey meu Senhor mandámos fazer huma Capella da Conceiçaõ de Nossa Senhora.

Ordeno, e mando, por ultima vontade, que na dita Igreja da Companhia

Companhia se me faça o dito deposito, na parte, que se julgar mais decente: esperando, que os Noviços, que naquella Casa se criaõ com tanto exemplo, e virtude, teraõ cuidado de me encomendar a Deos.

Primeiramente quero, e mando, que por minha alma se me digaõ, com toda a brevidade, vinte mil Missas, e dellas todas as que se podérem dizer em Altares privilegiados, a que se dará de esmola o que for costume.

Ordeno mais, que por minha alma se me digaõ duas Missas cotidianas, na parte onde meu corpo estiver sepultado; para as quaes se applicará a renda costumada.

Deixo à Casa do Noviciado da Companhia de Jesu desta Cidade, cinco mil cruzados por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que na parte aonde meu corpo estiver sepultado, se me diga todos os annos hum Officio rezado de nove lições, no dia de meu falecimento.

Ordeno, e mando, que se casem vinte orfãas, as mais desamparadas, recolhidas, e honestas; e que a cada huma se dê duzentos mil reis de dote: precedendo as filhas de Criados de minha Casa, e isto por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que com toda a brevidade possivel se resgatem de terra de Mouros tres meninos, e cinco mulheres, daquellas pessoas, que tiverem muito perigo na sua salvaçaõ, e padecessem mais rigoroso cativeiro, por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que pelas cadeas desta Cidade, aos prezos dellas, que se achem mais necessitados, se lhes repartaõ mil cruzados de esmola por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que ao Hospital de Todos os Santos desta Cidade, se dem dous mil cruzados de esmola por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que ao Provedor da Misericordia desta Cidade, que ao presente he, e ao diante for, se dem dous mil cruzados para se repartirem à sua ordem, e dos Irmãos da Mesa, por pessoas pobres, honradas, e recolhidas, por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que à Mesa dos Engeitados desta Cidade se dem de esmola dous mil cruzados por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que ao Hospital dos Terceiros de S. Francisco, da Provincia de Portugal desta Cidade, se dem dous mil cruzados de esmola por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que aos Padres da Congregaçaõ do Oratorio de S. Filippe Neri desta Cidade, se dem dous mil cruzados, por huma vez somente, para a despeza das Missoens.

Ordeno, e mando, que na Igreja do Espirito Santo, da Congregaçaõ do dito Oratorio de S. Filippe Neri desta Cidade, se faça huma Capella, em que se colloque a Imagem de S. Francisco de Sales, dedicada ao mesmo Santo; e seja com aquella decencia, que parecer a meus Testamenteiros.

E porque na dita Igreja do Espirito Santo mandava dizer todos os dias duas Missas pelas almas de meus pays, he minha ultima vontade,

tade, que se continuem; accrescentando mais huma Missa cotidiana pela minha alma, e se diraõ todas tres na mesma Capella, que se fizer a S. Francisco de Sales, para as quaes se dará a renda necessaria; e em quanto se naõ acabar a dita Capella, se diraõ as ditas Missas nos mais Altares da Igreja.

Ordeno, e mando, que à ordem do Padre Bartholomeu do Quental, se entreguem dous mil cruzados, para que elle os reparta por pessoas pobres, recolhidas, e virtuosas, e isto por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, se dem dous mil cruzados de esmola para as Missoens da China, e Japaõ, e isto por huma vez sómente.

D. Luiza de Dornhim veyo comigo de França, sempre experimentey nella bom serviço; em gratificaçaõ do qual, quando casou, lhe dey huma tença: peço muito a ElRey meu Senhor lha mande continuar; e porque desejo, que sua filha D. Maria Francisca tome estado à sua satisfaçaõ; quando tomar o de Religiosa, ou o de casada, se lhe daraõ tres mil cruzados por huma vez sómente.

Daocurt me servio, e porque casou por minha ordem com seu marido Manoel Daocurt: e peço a ElRey meu Senhor lhe continue a mesma tença, que eu lhe dou; e porque sua filha D. Angelica assistio a meu serviço: ordeno, e mando, se dote para tomar estado de Religiosa no Convento, que ella quizer.

Derimber me serve ha muitos annos, em satisfaçaõ dos quaes, ordeno, e mando, se lhe dem tres mil cruzados, além do despacho, que Sua Magestade for servido darlhe, e os ditos tres mil cruzados por huma vez sómente.

Votier me servio nesta doença com grande trabalho, e assistencia; e além do despacho, que Sua Magestade for servido darlhe, ordeno, e mando, se lhe dem dous mil cruzados por huma vez sómente.

De Mom me serve ha pouco tempo; além do despacho, que ElRey meu Senhor for servido darlhe; ordeno, e mando, se lhe dem mil cruzados por huma vez sómente.

Domingos de Aguiar meu Porteiro da Camera, me servio com muita assistencia, e satisfaçaõ; por cujas razoens o recomendo muito a Sua Magestade, e ordeno, e mando, se lhe dem mil cruzados por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que a Joaõ Barreto meu Reposteiro, se dem duzentos mil reis por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que a cada huma das moças de lavor, e retrete, se dem cem mil reis por huma vez sómente.

Declaro, que todas as minhas escravas deixo forras, cujos nomes hey aqui por declarados; e encomendo a minha filha, que como forras se sirva dellas, em caso, que queiraõ.

Sempre desejey, quanto coube na humana fragilidade, servir, e agradar a ElRey meu Senhor, e marido; e porque Sua Magestade he fiel, e verdadeira testemunha do muito, que sempre o amey, naõ tenho nesta parte, que encarecer, só pedirlhe, que pelo reci-

proco

proco amor, que entre nós houve, se sirva (por me fazer merce) de querer ser meu Testamenteiro, e por tal o nomeyo (supondo o seu beneplacito) na melhor fórma, e maneira, que em direito posso; e outro si nomeyo em segundo lugar a minha filha, e quero, que elles mandem cumprir, e guardar o meu Testamento, taõ inteira, e pontualmente, como do seu zelo espero, e eu lhe mereço.

Instituo por minha universal herdeira de todos meus bens a Princeza D. Isabel minha unica filha, e do dito Senhor Rey D. Pedro, e a ella fica pertencendo o meu dote, que constou de hum milhaõ de cruzados, como parece das Capitulações dotaes, com que cazey: do qual milhaõ de cruzados se deu por pago, e entregue ElRey meu Senhor, como na verdade o estava já este Reyno, em cujas necessidades, e obrigações se dispendeo, como he notorio; e assim Sua Mageſtade, que Deos guarde, me he obrigado à restituiçaõ delle.

E porque a dita Princeza minha filha ha de tomar estado de casada, e ser dotada competentemente como foraõ sempre as Infantes de Portugal. He minha tençaõ, que casando com Principe, que haja de vir morar ao Reyno, lograrà ella sempre o dito milhaõ, e o administrará, como seu patrimonio proprio, sem que por essa razaõ se lhe diminua cousa alguma do mais dote, e Casa, que ElRey meu Senhor lhe tem dado, ou ao diante lhe quizer accrescentar.

E acontecendo, que haja de casar fóra do Reyno, he outro si minha tençaõ, que tenha o dito meu dote, sem que por esta razaõ fique desobrigado o Reyno, em todo, ou em parte, de a dotar, como se dotaõ as Infantes: as quaes clausulas ponho pela obrigaçaõ de mãy, em que estou à dita minha filha, e pelas altas virtudes, que pela bondade de Deos, concorrem em sua pessoa, sem que pareça saõ condições, ou encargos póstos na sua legitima; antes pelo contrario saõ para mayor augmento do seu patrimonio, como de direito posso fazer.

Declaro, que eu quero, e mando, se paguem todas as minhas dividas, as quaes constaráõ pelos papeis de minha fazenda, que estaõ na Junta do meu Conselho; em esta materia ordeno ao Duque meu muito amado, e prezado sobrinho, e meu Mordomo môr, que como Védor de minha Fazenda, mande logo com toda a brevidade examinar as ditas dividas, naõ se esquecendo, de que se acabem de resolver, e ventilar as duvidas, que se moveraõ no Paul de Trava, situado na Villa da Chamusca: cujo negocio está no estado, que dirá o dito Duque, e a tudo o que elle disser ordeno se dê inteiro credito.

Mandey fazer huma alampada de prata, por conta da fazenda da Princeza minha filha, para a Igreja da Rainha Santa, do Mosteiro de Religiosas de Santa Clara de Coimbra; e porque a dita alampada está acabada, e em poder de Manoel de Carvalho, Escrivaõ da Fazenda da Casa de Bragança, peço a ElRey meu Senhor se sirva de querer mandar, que a dita alampada seja logo levada à Igreja referida.

E por

E por quanto tenho mais algumas declarações, que fazer, e disposições, que naõ convem escrever neste Testamento. Declaro, e mando, que se esteja em tudo por huma memoria, que mandey escrever de fóra, que será assinada pelo Duque meu Mordomo mór, a que mando se dê inteira fé, e se cumpra tudo o que nella se achar, por quanto foy feita por ordem minha, e hey por bem, que valha, como parte deste meu Testamento.

Todos os Criados, e Ministros, que assistiraõ a meu serviço, o fizeraõ com zelo, despeza, e trabalho: dos quaes sempre me dey por bem servida. Saõ taõ grandes as pessoas, por suas calidades, e merecimentos, que me naõ he necessario expressallas. Peço muito a ElRey meu Senhor, e marido, queira lembrarse delles com expressa memoria, do bom serviço, que me fizeraõ; e porque confio da Real grandeza de Sua Magestade, que a todos fará as honras, e merces, que merecem; naõ tenho que lhe encarecer mais a grande consolaçaõ, que nisto me dará.

ElRey meu Senhor sabe muito bem o grande cuidado, e disvelo, com que assim nesta doença, como antes della, me tem servido, e assistido as minhas Criadas, e assim fio de Sua Magestade, que a todas tenha muito na lembrança, para as amparar, e lhes fazer merce; porém para este effeito, e para que tambem lha faça, e se sirva dellas, com a confiança, que merecem, faço especial recomendaçaõ de todas à Princeza minha filha, pois ella he melhor testemunha, do que merecem, por as ver servir, e por haverem servido tambem a ella; para que por este modo naõ experimentem minha falta, mas antes tenhaõ razaõ de encomendarem muito minha alma a Deos.

A Marqueza de Soure me tem servido, e a minha filha com muita assistencia; e porque desejo gratificarlha, espero da grandeza de Sua Magestade o faça, além do seu merecimento, por lho eu pedir, differindolhe ao seu requerimento, que tem com Sua Magestade.

D. Leonor me servio muitos annos, e sempre com toda a satisfaçaõ, imitando a seus passados no amor, com que o fizeraõ aos Senhores Reys deste Reyno: peço muito a Sua Magestade, que lembrando-se de todas estas razoens, lhe diffira com brevidade a huma petiçaõ, que tem nas suas Reaes mãos.

D. Luiza Ignez tem servido a Princeza minha filha com muito amor, e disvelo, encomendo muito a Sua Magestade lhe mande sentar a merce, que lhe fez, em parte aonde a vença sem difficuldade, e de toda outra qualquer merce, que Sua Magestade e a dita minha filha fizerem à dita D. Luiza, terey grande contentamento.

Manoel Lopes da Lavre servio muito tempo de meu Thesoureiro, com boa satisfaçaõ, adiantando por muitas vezes grandes sommas de dinheiro para meu serviço, sem por isso levar lucros. Ordeno, e mando, que a sua conta se lhe ajuste, e peço a ElRey meu Senhor faça a Manoel Lopes a merce, que de sua grandeza deve esperar do bom serviço, que me fez.

Declaro, que tenho joyas, prata, e mais móveis, de que minha filha he herdeira, como tenho dito, encomendo muito ao Du-

que ponha tudo o ſobredito em arrecadaçaõ, e para eſte effeito tomará as noticias, que lhe faltarem; e fio do zelo, que tem do meu ſerviço, que naõ carece eſta materia de me deter mais nella.

Ordeno, e mando, que a todos os Conventos Capuchos, e pobres deſta Cidade, que naõ tem rendas, por huma vez ſómente ſe lhes dê cem mil reis a cada hum, entrando tambem as Religioſas do Sacramento, o das Irlandezas, o Oratorio de S. Filippe Neri, e aos Capuchinhos Francezes ſe lhe daraõ duzentos mil reis por eſta vez ſómente.

Na occaſiaõ, que fuy tomar os banhos das Caldas da Rainha me compadeci muito dos pobres, que ſe vaõ curar àquelle Hoſpital; porque como naõ tem rendas baſtantes, ſe lhes naõ póde dar ſuſtento neceſſario no tempo do ſeu regimento; e por eſta razaõ ſahem com os meſmos achaques, e ainda lhes ſobrevem outros mayores; e aſſim quero, e mando, que por tempo de dous annos, depois de minha morte, ſe diſpenda de minha fazenda todo o neceſſario para o ſuſtento dos ditos pobres em quanto durar o tempo do ſeu regimento no Hoſpital. E rogo muito a ElRey meu Senhor, que impetre Breve de Sua Santidade para ſe applicar a eſta obra pia o rendimento de huma Igreja de minha apreſentaçaõ, a que for mais rendoſa na minha Villa de Obidos.

A' Sereniſſima Senhora Duqueza de Saboya minha irmãa tive ſempre tanto amor, como pedia o eſtreito parenteſco; e de mais a tratey em todo o diſcurſo da minha vida, com a veneraçaõ, e reſpeito de mãy. Peço muito à dita Senhora, e confiadamente eſpero della, tenha particular memoria, e lembrança minha, para me encomendar a Deos, como eu fizera por S. A. R. e em reconhecimento do ſeu amor lhe deixo huma joya, que já tenho apontado ao Duque meu Mordomo môr.

Naõ deixando eu outra couſa neſte Mundo, de que poſſa ter lembrança, que as peſſoas delRey meu Senhor, e marido, e da Princeza noſſa ſobre todas muito amada, e prezada filha. Acho, que naõ tenho neceſſidade de lembrar a ElRey meu Senhor o affecto paternal, que ella merece, e ſaberá merecer, em quanto tiver vida; porque eſtou certa, que Sua Mageſtade a ama, e eſtima como deve, e lhe deſeja todos os augmentos. Debaixo da minha bençaõ encomendo muito à Princeza minha filha o amor, e reſpeito, e obediencia, e veneraçaõ, com que deve eſtar ſempre ſogeita aos mandados, e direcçṍes delRey ſeu Senhor, e pay, e o quanto deve tratar de ſua vida, conſolaçaõ, e alivio: tendo ſempre na memoria ſer eſta doutrina, com que a creey, e ſer tambem eſta confiança, que ſempre tive de ſua boa indole, e inclinaçaõ, que eſpero ſe augmente com os annos, para goſto delRey meu Senhor, e mayor bem deſtes Reynos.

Declaro, que ſou Padroeira das duas Provincias da Piedade, e Soledade: ordeno, que logo, que Deos me levar ſe mandem correyos a toda a diligencia aos dous Conventos Capitulares, para que ſe façaõ pela minha alma os ſuffragios coſtumados.

O Pa-

O Padre Pedro Pemorô, meu Confessor, me tem assistido com grande satisfaçaõ; e além disso as suas virtudes o inculcaõ tanto, que se faz muito digno da lembrança delRey meu Senhor, e da Princeza minha filha, e com tudo lhes recomendo muito sua pessoa; e ordeno se lhe continue com a mesma esmola, que eu lhe dava cada anno para os seus livros.

Em caso, que ElRey meu Senhor haja de escolher Ministro, ou pessoa, de que se sirva, e ajude na direcçaõ, e execuçaõ deste meu Testamento, terey grande consolaçaõ, que seja a pessoa do Duque meu Mordomo mòr, pela noticia, que tem de todas as cousas, e negocios, que me tocaõ; e por confiar de que quem em vida me servio com tanto zelo, o fará tambem depois da minha morte, em tudo o que pertencer a ir minha alma com mais brevidade gozar da presença de Deos.

Mando, que as Damas, que actualmente assistem a meu serviço, e ao de minha filha, tomando estado se lhes dem as joyas costumadas, por minha conta, na forma, que he uso, e costume.

E por este modo hey por acabado este meu Testamento, o qual quero, e mando se cumpra, e guarde inteiramente como nelle se contém, pelo melhor modo, e fórma, que em direito puder ser. O qual Testamento por meu mandado escreveo o Doutor Sebastiaõ de Mattos de Sousa. E eu o dito Sebastiaõ de Mattos de Sousa o escrevi, por mandado de Sua Mageftade, e o assiney depois de o assinar a dita Senhora. Palhavãa aos vinte de Novembro de mil e seiscentos e oitenta e tres.

Declaro, que ElRey meu Senhor me disse, que me faria merce de todas as rendas, que eu tinha em minha vida, por mais hum anno, que se começará a vencer do primeiro de Janeiro, que está para entrar; e para que as disposiçóes deste meu Testamento tenhaõ mais prompta, e breve execuçaõ, e possa minha alma gozar das misericordias de Deos, por meyo dos suffragios, que nelle mando se me façaõ: peço a ElRey meu Senhor, que das rendas, que sobejaõ da consignaçaõ do Tabaco, me mande logo dar a importancia das minhas por emprestimo, para se pagar nellas pelo discurso do dito anno. E eu sobre dito Sebastiaõ de Mattos de Sousa o fiz no dia acima assinado.

RAINHA.

O Doutor Sebastiaõ de Mattos de Sousa.

Em 21 de Novembro de 1683, no Lugar de Palhavãa, em a quinta em que assiste a Rainha nossa Senhora, Termo da Cidade de Lisboa, eu o Bispo Fr. Manoel Pereira, Secretario de Estado, por ordem, e mandado especial, que ElRey nosso Senhor me deu para fazer instromento de approvaçaõ do Testamento da Rainha nossa Senhora, fuy à camera donde Sua Mageftade estava deitada em cama, e logo por as suas Reaes mãos me foy dado este Testamento cerrado, ordenandome, que lho approvasse; e perguntandolhe eu se era

este o seu Testamento, e quem lho escrevera, e se queria, que se cumprisse, me foy respondido por Sua Magestade, que este Testamento era seu proprio, e que por seu mandado o escrevera o Doutor Sebastiaõ de Mattos de Sousa, e que depois de escrito lho lera, e Sua Magestade o assinara por estar em fórma com tudo aquillo, que tinha ordenado, e por tal o approvava, e que só o dito Testamento queria, que valesse; e assim o rogava a ElRey nosso Senhor, e requeria a todas as Justiças, e a este acto foraõ presentes, e foraõ a elle chamados, vendo, e ouvindo tudo o que Sua Magestade respondeo, o Duque do Cadaval, Mordomo mòr da Rainha nossa Senhora, o Marquez de Arronches, o Arcebispo, Inquisidor Geral, o Arcebispo de Lisboa, Capellaõ mòr, o Bisconde D. Diogo de Lima, todos do Conselho de Estado de Sua Magestade, D. Francisco Mascarenhas, Estribeiro mòr da mesma Senhora, o Conde Baraõ, o Conde da Castanheira, o Conde de S. Lourenço, seus Veadores, os quaes depois de Sua Magestade assinar, assinaraõ tambem este auto, e instromento, que outro si escrevi.

RAINHA.

O Duque. = O Conde de Miranda, Governador. = O Arcebispo, Inquisidor Geral. = O Arcebispo de Lisboa, Capellaõ mòr. = Bisconde. = O Conde da Castanheira. = O Baraõ Conde. = O Conde de S. Lourenço. = D. Francisco Mascarenhas. = O Bispo Fr. Manoel Pereira, Secretario de Estado. =

A vinte e sete de Dezembro de 683, duas horas depois do falecimento da Rainha nossa Senhora D. Maria Francisca Isabel de Saboya, na quinta de Palhavãa, entregou o seu Confessor, o Padre Pedro Pemorò, a mim Pedro Sanches Farinha, Secretario das Merces, e Expediente, delRey nosso Senhor, o seu Testamento, o qual por mandado de Sua Magestade se abrio, em presença dos Conselheiros de Estado, havendo-se primeiro examinado, sellado, e lacrado, na fórma das Leys do Reyno, de que fiz este termo na dita quinta de Palhavãa, em o dito dia, mez, e anno, sendo testemunhas os Conselheiros de Estado abaixo assinados. Pedro Sanches Farinha. = Duque. = Manoel Telles da Sylva. = O Arcebispo, Inquisidor Geral. = O Conde Governador. = O Conde de Val de Reys. = O Conde D. Fernando de Menezes. =

Decreto, porque entraraõ na Ordem Militar de Christo, o Principe do Brasil, e o Infante D. Francisco. Está no livro dos Registros dos Decretos da Mesa da Consciencia, e Ordens.

Num. 100
An. 1696.

EM sete deste presente mez armey Cavalleiros na Capella Real, ao Principe D. Joaõ, e ao Infante D. Francisco, meus sobre todos muito amados, e prezados filhos, e em quatorze lhes mandey deitar

deitar o Habito da Ordem, e Cavallaria de Nosso Senhor Jesu Christo, no Oratorio dos Paços da Corte Real, pelo D. Prior Geral da Ordem de Christo, Fr. Feliciano de Abreu, dispensando para este effeito a falta das idades. A Mesa da Consciencia, e Ordens, o tenha assim entendido. Lisboa 27 de Abril de 1696. Com a rubrica de Sua Magestade.

Tratado do Casamento delRey D. Joaõ o V. com a Rainha D. Maria Anna de Austria. Original, que está na Secretaria de Estado.

Num. 101
An. 1708.

JOannes Dei gratia Rex Portugalliæ, & Algarbiorum citra, & ultra mare in Africa Dominus Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, & Commercii Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque, &c. Notum ac testatum facio universis, & singulis qui inspecturi sunt has meas litteras patentes litteras approbationis, confirmationis, & ratificationis, quod Viennæ Austriæ die vigesima quarta Junii anno reparatæ salutis supra millesimum septingentesimum octavum per Ferdinandum Tellesium Silvium Comitem Villarmaioris Cubicularium meum intimum vigore amplæ, & specialis procurationis quam ipsi concessimus; & per deputatos ministros Serenissimi, & potentissimi Principis Domini Josephi Divina favente clementia electi Romanorum Imperatoris semper Augusti ac Germaniæ, Hungariæ, Bohemiæ, Dalmatiæ, Croatiæ, Sclavoniæ Regis, Archiducis Austriæ, Ducis Burgundiæ, Stiriæ, Carinthiæ, Carnioliæ, Virtembergæ, &c. Comitis Tirolis, & Goritiæ, &c. Leopoldum Donatum Trautsohn, Comitem in Falckenstein, Liberum Baronem in Sprechen, & Schroffenstein, Dominum Dominiorum Kaja-laa ad Sanctum Hippolytum Martiniz, Kralowrz Tschechtiz, Crysaudolo, Neuschlos, Bohemo Rudolez, Goldegg, Pillahaag, & Danubialis Oppidi Aggspach, hæreditarium Provinciæ Austriæ Præfectum, & Comitatus Tyrolensis Mareschallum, Aurei Velleris equitem Sacræ Cæsareæ Majestatis intimum Consiliarium, ac Supremum Camerarium: Item Carolum Ernestum Comitem de Valdstein, Dominum in Schwigan, Munchingraz Leutschinet Augezmaiore Sacræ Cæsareæ Majestatis Consiliarium intimum, Camerarium, & Supremum Aulæ Mareschallum Aurei Velleris equitem, necnon Joannem Fridericum Liberum Baronem de Seilern Sacræ Cæsareæ Majestatis intimum Consiliarium, ac Aulæ Cancellarium. Demum Philippum Ludovicum Sacri Romani Imperii hæreditarium thesaurarium, Comitem à Sinzendorff, & Thanhausen Liberum Baronem in Ernstbrun, Dominum in Scelowrz, & Gfell, Burgravium in Rheinegg, Supremum hæreditarium Scutiferum ac Præcisorem Archiducatus Austriæ infra, & supra Anasum hæreditarium Pincernam in Austria ad Anasum Sacræ Cæsareæ Majestatis intimum Consiliarium, & Camerarium, ejusdemque Aulæ Cancellarium vigore ejusmodi quoque potestatis ipsis concessæ conventus, & signatus fuit tractatus matrimonialis inter me, & alte memoratum Serenissimum

mum Principem Imperatorem pro Sereniſſima Principe Domina Maria Anna Joſepha Antonia Regina nata Regia Hungariæ, Bohemiæque Principe, Archiduce Auſtriæ ejuſdem cariſſima ſorore, tandemque ab utraque parte in ſequentes articulos convenêre.

In nomine Sanctiſſimæ Trinitatis, ac Beatiſſimæ Deiparæ Virginis.

Nos Ferdinandus Telleſius Silvius Comes Villarmaioris, Sacræ Regiæ Majeſtatis Portugalliæ à Conſiliis, intimuſque Cubicularius, & ad aulam Cæſaream Legatus Extraordinarius, tanquam dictæ Regiæ Majeſtatis Sereniſſimi, ac Potentiſſimi Principis, ac Domini Domini Joannis Quinti, Regis Portugalliæ, & Algarbiorum, citra, & ultra mare in Africa, Domini Guineæ, Conquiſitionis, Navigationis, & Commercii Æthiopiæ, Arabiæ, Perſiæ, Indiæque, &c. Domini noſtri Clementiſſimi in rem præſentem, & ad infraſcripta pacta dotalia deſtinatus Procurator, & Mandatarius, notum teſtatumque facimus tenore præſentium quorum intereſt univerſis, quod cum nobis prædicta Majeſtas Regia amplum, & ſolemne mandatum manu Regia ſubſcriptum, ejuſdemque majori Sigillo munitum, die undevigeſima menſis Maij proxime elapſi anni Ulyſſipone confectum dediſſet, ut de matrimonio, & pactis dotalibus inter Suam Regiam Majeſtatem, & Sereniſſimam Principem, & Dominam Mariam Annam Joſepham Antoniam, Reginam Regiam Hungariæ, & Bohemiæ Principem, Archiducem Auſtriæ, Ducem Burgundiæ, Comitem Tyrolis, cum ejuſdemmet fratre Sereniſſimo, & Invictiſſimo Principe, & Domino Domino Joſepho, Divina favente clementia, electo Romanorum Imperatore, ſemper Auguſto, ac Germaniæ, Hungariæ, Bohemiæ, Dalmatiæ, Croatiæ, Sclavonicæ, &c. Rege, Archiduce Auſtriæ, Duce Burgundiæ, Brabantiæ, Stiriæ, Charintiæ, Carnioliæ, Lucemburgi, ac ſuperioris, & inferioris Sileſiæ, Virtembergæ, & Teckæ, Principe Sueviæ, Marchione Sacri Romani Imperii, Burgoviæ, Moſcoviæ, ac ſuperioris, & inferioris Luſatiæ, Comite Habſpurgi, Tyrolis, Ferretis, Kiburgi, Goritiæ, Landgravio Alſatiæ, Domino Marchiæ, Slavoniæ, Portus Naonis, & Salinarum, &c. ejuſque ad hoc Dominis Commiſſariis ageremus, tractaremus, conveniremus, & concluderemus. Quo quidem fine ex parte dictæ Majeſtatis Cæſareæ Illuſtriſſimi, & Excellentiſſimi Domini Joannes Leopoldus Donatus Trautshon, Comes in Falckenſtein, Liber Baro in Sprechen, & Schrofenſtein, Dominus Dominiorum Kaja-laa ad Sanctum Hippolytum, Martiniz, Kraloviz Tſchechtiz, Cryſaudolo, Neuſchloſs, Bohemo-Rudolez, Goldegg, Pilahaag, & Danubialis, Oppidi Aggſpach, &c. Supremus Camerarius Cæſareæ Majeſtatis, hæreditarius Provinciæ Auſtriæ, infra Anaſum Præfectus, pariterque Comitatus Tyrolenſis Mareſchallus, Aurei Velleris eques, &c. item Carolus Erneſtus, Comes de Waldſtein, Dominus in Schuvingan, Munchengraz Leutſchin, & Augez maiore, Camerarius Cæſareæ Majeſtatis, & Supremus Aulæ Mareſchallus, Aurei Velleris eques, &c. necnon Joannes Fridericus, Liber Baro de Seilern, Aulæ Cæſareæ Cancellarius,

rius, & demum Philippus Ludovicus, Sacri Romani Imperii hæreditarius thesaurarius Comes à Sinzendorf, & Thanausen, Liber Baro in Ernstbrun, Dominus in Secloviz, & Gfoell, Burgravius in Rheinegg itidem Aulæ Cæsareæ Cancellarius, & Camerarius Supremus Austriæ infra, & supra Anasum hæreditarius Scutifer, & Stuctor, Inferiorisque Austriæ Pincerna omnes Consiliarii intimi Sacræ Cæsareæ Majestatis vi mandati Cæsarei, die vigesima quarta nuper præteriti mensis Martii constituti sunt; tandem quod felix, faustumque sit ad laudem, & gloriam Omnipotentis Dei, & pro conservatione, & incremento Fidei, ac Religionis Catholicæ, necnon pro stabilienda inter utriusque Domum, Regna, Ditiones, Provincias, Posteros, & subditos tranquillitate, ac pace perpetua, atque etiam pro corroboratione, confirmatione, & augmento consanguinitatis, amicitiæ, amoris, & fraternitatis, quæ inter dictas Majestates floret, necnon pro arctiore ejusdem conjunctione, & vinculo inter dictam Regiam Majestatem per nos Procuratorem, & mandatarium ejus ex una parte, & prædictam Dominam Mariam Annam Archiducem Austriæ, Serenissimi, & Invictissimi Leopoldi Imperatoris, gloriosissimæ memoriæ filiam, & Serenissimi, atque Invictissimi Domini Domini Josephi Imperatoris, in præsentia imperantis sororem charissimam, per dictos Commissarios, ac Mandatarios Cæsareos intervenientes, ex altera accedente etiam dispensatione Sanctissimi Patris Domini Clementis Undecimi, Romanæ, atque universalis Ecclesiæ Pontificis, quæ data est Romæ, apud Sanctum Petrum, die vigesima septima, mensis Aprilis, præsentis anni tractatum, & conclusum est matrimonium verum, & legitimum, sub articulis, & conditionibus subsequentibus videlicet.

Quod Majestas Cæsarea constituit, & promittit dicto Serenissimo Regi pro dote, & matrimonio cum præfata Serenissima Principe sorore sua charissima centum millia scutorum, seu coronatorum auri, ad rationem quadraginta placarum Flandricæ monetæ, quolibet scuto computando, Amstelodami, vel Genuæ, pro electione Suæ Magestatis Regiæ intra terminum duorum annorum exsolvenda; nempe quinquaginta millia scutorum intra unius anni spatium à die consumati matrimonii, residua vero quinquaginta millia scutorum post alterum annum proxime sequentem, ita videlicet, ut integra summa centum millium scutorum, seu coronatorum, intra biennium plene persolvatur.

Pro qua dote Sua Regia Majestas, & dictus Excellentissimus Comes Villarmaioris, ejusdem nomine, & vigore commissi, sibi mandati pro arrhis, & donatione propter nuptias promittit, & constituit dictæ Serenissimæ Principi futuræ Portugalliæ Reginæ centum millia scutorum auri, quæ eandem summam conficiant, quam ipse in dotem accipit, quæ quidem arrharum summa eadem est, quæ à Rege Catholico Philippo Quarto, pactis dotalibus promissa est Serenissimæ Archiduci Mariæ Annæ, Imperatoris Ferdinandi III. filiæ, sibi in matrimonium daretur, cum pari dote, eæque arrhæ modo, & tempore inferius dicendis exsolventur.

Serenissimus, ac Potentissimus Rex, promittit Serenissimæ Principi

cipi Dominæ sponsæ suæ charissimæ eam post matrimonium consummatum eosdem Status, redditus, Oppida, jurisdictiones, privilegia, prærogativas, & aulicum apparatum quibus priores Reginæ Lusitaniæ fruebantur semper, & nunquam minus habituram.

Pro assecuratione autem dotis, & arrharum modo, & tempore inferius dicendis exsolvendarum omnia Coronæ Lusitaniæ bona hypothecata erunt.

Quod si Potentissimus Rex ante Regiam conjugem sine liberis vita decesserit, & Regina in Lusitania residere voluerit, illi integra dos, gemmæ, supellex, & reliqua omnia, quæ juxta authenticam designationem in Lusitaniam attulerit, & non consumpta fuerint salva manebunt; atque ea bona durante matrimonio acquisita, quæ Regi, & Reginæ communia sunt, & in parata pecunia, auro, argento, & aliis bonis mobilibus, quibuscunque consistunt, & non ad Coronam pertinent post obitum Regis dividentur, & eorum medietas Reginæ tradetur, simulque eisdem Statibus, redditibus, Oppidis, jurisdictionibus, privilegiis, prærogativis, & aulico apparatu, sicuti Rege vivente Regia vidua fruetur, licet eo tempore alia Regina Principi Regnanti nupta sit.

Cum vero vidua Regina non in Regno Lusitaniæ habitare, sed in Germaniam redire voluerit, restituetur illi integra dos cum tertia arrharum parte, & supradicta medietate bonorum constante matrimonio acquisitorum, quæ non pertinent ad Coronam, unâ cum omnibus iis bonis, quæ in Regnum Lusitaniæ attulerit, & consumpta non fuerint, quæ omnia secum in Germaniam feret, & quandiu prædicta dos, & tertia pars arrharum non persolvetur tandiu omnibus supradictis Statibus, redditibus, Oppidis, jurisdictionibus, privilegiis, prærogativis, & aulico apparatu Regia vidua fruetur.

Si autem Potentissimus Rex ante Regiam conjugem relictis liberis decesserit, & vidua Regina in Regnis Lusitaniæ residere recusaverit, tunc illi tertia pars dotis, & tertia pars arrharum necnon tertia pars ex medietate bonorum, quæ fuere acquisita constante matrimonio, & non pertinent ad Coronam ad liberum usum, & propriam dispositionem Serenissimæ Reginæ viduæ tradentur, & præterea ei tertia pars eorum bonorum mobilium, quæ præter dotem in Lusitaniam attulerit, vel à Serenissimis, ac Potentissimis fratribus, sororibus, & agnatis, & aliis per testamentarias, seu quaslibet inter vivos factas donationes, aut dispositiones acceperit, & non consumpta fuerint restituentur; itaut etiam hanc tertiam partem omnium eorum bonorum in Lusitaniam allatorum, & successu temporis prædicto modo acquisitorum secum ferat; reliquæ vero duo tertiæ partes omnium supradictorum bonorum in Lusitaniam allatorum, & successu temporis prædictis modis acquisitorum manebunt in Lusitania pro securitate liberorum, sed ipsa Regina vidua eorum omnium integrum usumfructum, usque ad mortem habebit.

Sin autem Regina vidua in Regno Lusitaniæ residere maluerit, tunc illa eisdem Statibus, redditibus, Oppidis, jurisdictionibus, privilegiis, prærogativis, & aulico apparatu uti cæteræ Reginæ, usque ad

ad mortem fruetur, illique integra dos, arrhæ, sive donatio propter nuptias, unâ cum omnibus, & singulis supradictis bonis salva manebunt.

Si vero Rege superstite ipsa Regina sine liberis vita defuncta fuerit, & de suis facultatibus non aliter disposuerit (quod in ipsius libera voluntate consistit) integra dos cum reliquis in Lusitaniam allatis, & ex superius bonorum divisione acquisitis ad ejus hæredes abintestato redibit.

Contra si Serenissima Regina ante Serenissimum Regem relictis liberis decesserit, tunc in totam illius hæreditatem, nisi ipsa de tertia parte dictæ hæreditatis, juxta tamen leges juris communis disposuerit, prædicti Regii liberi succedent; qui si postmodum ante Regem eorum patrem superstitem pertinebit.

Conventum etiam est, & stabilitum, ut dicta Serenissima Princeps futura Regina renunciet in forma ad satisfactionem, & voluntatem Cæsareæ Majestatis, & ejus deputatorum hæreditati, jurique, succedendique in bona, & jura paterna, materna, & fraterna, quæ quomodocunque, & qualitercunque ei competere, aut ad eam pertinere possint, itaut dote, ejusque summa, aliisque ab ejus Serenissimis fratribus sibi donatis contenta omnibus aliis juribus successionis, & hæreditatis cedat, & renunciet. Cujus quidem renunciationis instrumentum plenissimum fiet ea forma, modo, & tempore, à Cæsarea Majestate, & ejus Deputatis præscribendis, & ad eorum integram satisfactionem.

Conventum insuper est, & conclusum, quod dicta Serenissima Princeps cum ornatu, gemmis, comitatu, authoritate, & decentia sibi competente conducenda sit Imperatoris fratris sui expensis, & sumptibus, usque ad oram maritimam, ubi classem Britannicam conscendere possit.

Nec minus conventum est, ut hæc omnia, quæ à Deputatis, utrinque Dominis Commissariis, Procuratoribus, & Mandatariis nomine suorum Principalium vi Plenipotentiarum suarum, & in verbis Imperiali, & Regio conclusa, stabilita, & promissa sunt ab ambabus Cæsarea, & Regia Majestatibus adimpleantur, & observentur integre, ac plenarie, absque omni defectu, vel diminutione directe, vel indirecte, & quod per dictas ambas Majestates illa omnia, & singula ratihabeantur, approbentur, & corroborentur solemniter per litteras propriis manibus subscriptas, & Sigillis suis munitas, quæ demum, utrinque invicem tradendæ, & commutandæ sunt.

Hujus vero contractus matrimonialis, & pactorum dotalium dabitur nobis ex parte suæ Cæsareæ Majestatis, & supra nominatis Illustrissimis, & Excellentissimis Dominis Commissariis, & Mandatariis, simile ac reciprocum exemplar. In quorum omnium fidem, ac testimonium præsentes litteras manu nostra subscripsimus, & Sigillo nostro communivimus. Datæ Viennæ Austriæ die vigesima quarta Junii anno reparatæ salutis supra millesimum septingentesimum octavum.

(L. S.) Ferdinandus Tellesius Silvius, Comes Villarmajorius.

Joannes Dei gratia Rex Portugalliæ, & Algarbiorum citra, & ultra mare in Africa, Dominus Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, & Commercii Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque, &c. Notum ac testatum facio omnibus, & singulis, qui has litteras potestatis generalis, & specialis visuri sunt, quod cum expediat pacisci, & transigi Deo annuente de matrimonio inter me, & Serenissimam Principem Dominam Mariannam Austriæ Archiducem Serenissimi, ac Potentissimi Principis Domini Josephi, Romanorum itidem Imperatoris, in præsentia regnantis fratris, & consanguinei mei charissimi sororem, ipseque maximam fiduciam habeam fidei, & prudentiæ Ferdinandi Tellesii Silvii, Comitis Villarmajoris, meique ad prædictum Serenissimum, ac Potentissimum Romanorum Imperatorem, Legati Extraordinarii, per hæc mandata ipsi do, & concedo meum jus, plenamque potestatem liberam, ac sufficientem, prout illam firmissime ei dare, & concedere possum, ac debeo, ad idque negotium de facto, & jure requiritur, atque eum constituo, & facio meum generalem, & specialem Procuratorem, ut pro me, meisque verbis perinde, ac si ego præsens essem possit tractare, agere, pacisci, & convenire de rebus omnibus, cujuscunque generis, conditionis, & momenti ad prædictas nuptias spectantibus cum quibusvis Procuratoribus, Commissariis, aut Deputatis prædicti Serenissimi, ac Potentissimi Imperatoris, qui illius mandato sive procuratione ad id sufficienter instructi fuerint; omniaque, quæ per illum pacta, & conventa fuerint, unâ cum conditionibus, & obligationibus, ac sub iis cautionibus, in quas ipse convenerit, & consenserit integre servabo, & custodiam, siquidem ad hæc omnia ipsi Extraordinario Legato, do, & concedo omnem plenam potestatem meam, mandatum generale, & speciale, cum libera, & generali administratione: Quin etiam per has litteras promitto, spondeo, Regiaque fide mea confirmo servaturum, ratihabiturum, reque ipsa facturum, quæcunque per dictum Legatum meum Extraordinarium tractata, gesta, pacta, & conventa fuerint, cujuscunque sint generis, conditionis, & momenti, omniaque, & singula quovis tempore rata, firmaque habiturum secundum obligationem harum litterarum potestatis. In quorum omnium fidem, & cautionem has litteras, mandatumque generale, & speciale fieri jussi, quod est manus meæ subscriptione, meorumque insignium majori Sigillo munitum. Datum Ulyssipone undevigesima die Maii anno Domini millesimo septingentesimo septimo. Didacus à Mendoça Corte-Real subscripsi.

JOANNES REX.

Qui quidem tractatus matrimonialis quatuordecim articulos, & unum paragraphum circa finem continens, cum à nobis mature fuerit consideratus, & examinatus, eum tam in partes, quam in totum volumus accipere, approbare, confirmare, & ratificare, atque per hoc instrumentum re ipsa accipimus, approbamus, confirmamus, & ratificamus; pollicemurque nostro, ac hæredum, & successorum nostrorum omnium nomine illum observaturos, facturosque, ut exactissime,

&

& sancte observentur omnia, quæcunque in eo comprehenduntur, neque unquam permissuros, ut ullo modo, aut via eorum vigori, & effectui, vel in minimo derogetur; & igitur promittimus, nostraque Regia fide confirmamus omnia hoc tractatu matrimoniali ab initio, usque ad finem in cunctis, & singulis articulis, & paragrapho comprehensa integrè, illibatèque executuros. In quorum omnium fidem, & cautionem fieri jussimus præsentes litteras confirmationis, & ratificationis Regia manu nostra subscripsimus, & magno Sigillo insignium nostrorum munitas. Datæ Ulyssipone die duodecima mensis Martii, anno Domini millesimo septingentesimo nono. Didacus à Mendoça Corte-Real subscripsi.

JOANNES REX.

Carta do Marechal Staremberg para ElRey D. Carlos III. dandolhe conta da Batalha de Villa-Viçosa, dada a 10 de Dezembro de 1710, traduzida fielmente da lingua Franceza, do livro intitulado: Memoires pour servir a l' Histoire du XVIII. Siecle, *Tom. VI. pag. 170, par Monsieur de Lamberty.*

SENHOR.

Num. 102
An. 1710.

JA' Vossa Magestade estará informado pelo Capitaõ das Guardas Catalãas, de tudo quanto tem passado no Exercito, depois que Vossa Magestade se retirou delle, e tambem saberá, que a falta de viveres nos obrigou a ir buscar os Armazens de Aragaõ, e para este effeito pareceo conveniente, que fizessemos a nossa retirada cubertos dos dous Rios, Tejo, e Taguna, o que executámos felizmente até as visinhanças de Cifuentes, a pezar das muitas tentativas, que o inimigo fez nesta marcha para atacar a nossa Retaguarda, favorecendo-os os Paizanos de Castella, que tomavaõ as armas para se lançarem sobre as nossas Tropas, e para pilharem a nossa Bagagem, mas tudo lhe embaraçámos com aquella precauçaõ, que era possivel.

A estaçaõ já adiantada, e a mesma necessidade de viveres, e de forragem para as Tropas, nos obrigou a marchar em columnas por differentes caminhos. As Tropas Inglezas suppondo achar mais algumas provisoens em Biruhega para poder subsistir, tomaraõ aquelle caminho, e fizeraõ alto o dia oito, neste mesmo dia os surprendeo, e atacou o inimigo com todo o seu Exercito, e os fez recolher no Lugar, postou as suas batarias, e começou a bater as muralhas.

Antes, que eu tivesse noticia deste accidente, tinha mandado ordem a todos os outros Córpos, que marchavaõ separados, para que se viessem juntar comigo, prevendo o grande risco, que se podia seguir na marcha por columnas; e tanto, que soube do estado, e do perigo a que os Inglezes estavaõ expóstos, marchey com todo

o Exercito toda a noite de oito, e o dia feguinte, para ver fe os podia livrar delle.

Chegámos a dez a huma legoa de Biruhega, quafi de noite; e para dar final aos Inglezes, de que eu os hia foccorrer, fiz atirar toda a noite varios tiros de canhaõ, e aos inimigos os achámos formados em Batalha.

As Tropas, que eftavaõ fitiadas em Biruhega, conftavaõ de oito Batalhoens, e oito Efquadroens; pareceome que naõ devia abandonar hum Corpo taõ confideravel, e que efta era huma forçofa razaõ de me arrifcar a hum combate, ainda que o Exercito inimigo foffe fuperior ao meu, e me excedeffe muito em Cavallaria, e que o terreno por fer plano, e defcoberto, nos naõ foffe ventajofo; mas naquelle aperto naõ era já tempo de me poder retirar, e affim tratey de formar o Exercito, poftando o lado efquerdo junto a hum barranco de difficil acceffo; e como o direito me ficava expofto com a larga planicie, procurey cubrillo com alguns Batalhoens. Poftey a Cavallaria na Retaguarda da primeira, e da fegunda linha, formando quatro linhas por efta parte, e a preça era tanta, que naõ fey como houve tempo para acabar efta difpofiçaõ. Entre tanto jogava a artilharia de huma, e outra parte inceffantemente, fazendo em ambas baftante eftrago.

Começou o inimigo o feu ataque com boa ordem, e com vigor, ganhando em algumas partes o flanco do noffo lado direito; mas refazendo-fe as noffas Tropas, fuftentaraõ por aquella parte o grande impeto dos inimigos, ao mefmo tempo puzeraõ eftes em derrota o noffo lado efquerdo, e ganharaõ a noffa Retaguarda, o que vendo o Sargento môr de Batalha Monfieur de Contrecour, acodio com preça com tres Efquadroens Portuguezes, e tres Batalhoens da fegunda linha, que fe lhe juntaraõ, a faber: hum de Grifoens, hum Portuguez de Bulhoens, e o Regimento de Report, e avançou taõ a propofito, e com tal impeto aos inimigos, que deu lugar a que o noffo lado efquerdo fe refizeffe, e por ambos os lados fe pozeffe o inimigo em derrota; e affim pela fua direita, como pela efquerda os fomos feguindo, e dorrotando mais de meya legoa, tomandolhe todo o trem da fua artilharia, muitas Bandeiras, e Eftandartes. A mortandade foy grande, e mais de feis mil inimigos ficaraõ mortos no campo da Batalha.

As noffas Tropas naõ fe detiveraõ em fazer prizioneiros, mas mataraõ tudo o que encontravaõ, nem fe deu a vida mais, que ao General, o Marquez de Thouy, a alguns Brigadeiros, e Subalternos, e a hum pequeno numero de Soldados.

O Exercito dos inimigos fe compunha de trinta e dous Batalhoens, e oitenta Efquadroens, a faber: vinte Batalhoens formados das reliquias, que ficaraõ da Batalha de Çaragoça, e doze, que tinhaõ chegado da Eftremadura, e quarenta e quatro Efquadroens formados tambem das reliquias dos fetenta, que tinhaõ na mefma Batalha, e de trinta e feis, que vieraõ da Eftremadura.

O noffo Exercito compunha-fe de vinte e nove Efquadroens,

e vin-

e vinte e sete Batalhoens, a saber: quatro Esquadroens Imperiaes, dous Hespanhoes, hum Aragonez, dez Portuguezes, seis Hollandezes, e seis Palatinos. A Infantaria consistia em quatorze Batalhoens Imperiaes, cinco Hespanhoes, dous Portuguezes, dous Inglezes, dous Hollandezes, e dous Palatinos. Todos estes Córpos estavaő taő enfraquecidos, como se póde suppor no fim de huma Campanha taő trabalhosa, e no mez de Dezembro. Além disto a nossa Cavallaria do lado esquerdo, e sete Batalhoens, desappareceraő de sorte, que eu me vi reduzido a combater sómente com vinte Batalhoens, e dezaseis Esquadroens, que vinha a ser hum contra tres. Deos foy servido inspirar tal valor, e tal conduta aos Officiaes, e Soldados, que a pezar do grande numero, e da superioridade dos inimigos, os derrotaraő, os pozeraő em fogida, e fizeraő acçőes, que pareceraő sobrenaturaes. Todos se distinguiraő, mas mais particularmente os Mestres de Campo Generaes Baraő de Wezel, o Conde de Atalaya, D. Antonio de Villaruel; os Sargentos móres de Batalha o Conde de Eck, o Conde de Hamiltou, e D. Pedro de Almeida. Todos estes Generaes obraraő com summo valor, e deraő mostras da sua grande prudencia, e capacidade, e foraő os unicos, que obraraő em toda a acçaő; porque logo no primeiro ataque perdemos aos Generaes Bellastel, Frankenberg, Copi, e S.t Amant.

O combate foy taő sanguinolento, que por differentes vezes combateraő os Batalhoens, e Esquadroens separados, e por si só fazendo os seus Comandantes as funções de Generaes, atacando, e derrotando aos inimigos por todas as partes por onde os acometiaő.

Eu pareceme, que naő exaggerey dizendo, que no Campo ficaraő mortos seis mil inimigos, vendo-se, que esta acçaő durou desde as tres horas da tarde até ser já noite fechada, e bem escura, e que obrigámos aos inimigos a huma precipitada fuga.

Quando ganhámos a sua artilharia a voltámos contra elles, e ficámos o outro dia no mesmo lugar até onde os tinhamos seguido.

Depois da acçaő soube pelos prizioneiros, e desertores, que os Inglezes, que estavaő em Biruhega tinhaő capitulado huma hora antes da nossa chegada, ficando prizioneiros de guerra; e como huma parte das Tropas do nosso lado esquerdo fogisse sem saber para onde, porque até agora naő tive mais noticia, senaő que sem parar tomaraő o caminho de Aragaő; e o resto das Tropas em tempo taő rigoroso se achassem taő fatigadas, sem paő, e sem nenhum genero de viveres, por todos estes motivos me vi obrigado a retirar no mesmo dia de onze, para chegar mais depressa aos Armazens de Aragaő.

Alguns Esquadroens dos inimigos quando pozeraő em desordem o nosso lado esquerdo se lançaraő sobre a nossa bagage, e a pilharaő, ao que os ajudaraő bastantemente os Paizanos.

Além de todas as circunstancias, que concorreraő nesta occasiaő, succedeo tambem, que toda a gente, que servia a artilharia tinha desapparecido com o trem, e por este respeito naő podémos condu-

zir

zir, nem a nossa, nem a artilharia dos inimigos, e naõ tive mais remedio, que mandar queimar os reparos, e as rodas.

Esta he, Senhor, a exacta relaçaõ, que a brevidade do tempo me permitte fazer a Vossa Magestade, &c.

Carta do Emperador Carlos VI. para ElRey D. Joaõ o V. escrita da propria maõ.

SERENISSIMO SEÑOR.

Num. 103
An. 1711.

LA difficultad, y tardança de nuestra correspondencia me tiene con gran sazon, por lo mucho, que deseo saber de la salud de V. Magestad, cuyas noticias me faltan mucho tiempo ha, aora solicita mi cariño, esperando del que devo a V. Magestad, no me las retardarà; pues save quanto me interesso en que V. Magestad le gose muy perfecta, y cumpliendo lo que por nuestros estrechos vinculos, y amistad es tan devido, mas sabiendo quanta parte toma V. Magestad en todo lo que puede tocar a mi Persona, y Casa, participo a V. Magestad como el dia 22 del corriente se executô en esta Ciudad la funcion de my Coronacion Imperial, desde donde me encaminarê brevemente a Vienna, para dar providencia a los negocios, que tanto piden mi personal assistencia, y acalorar las disposiciones de la futura Campaña, a cuyo fin hê hecho tambien, que passe el Principe Eugenio de Saboya al Haya, y segun las conjecturas en Inglaterra, pues (como V. Magestad tendrà entendido por sus Ministros) nuestros inimigos desconfiados de lograr nada en la guerra, applican todas sus artes para entablar muy perniciosos tratados de pazes, muy contrarios al verdadero interez de la causa commun, y especialmente a los de V. Magestad, y mios. Espero en nuestro Señor nô permittirà se logren tan depravados intentos, y que una gloriosa guerra nos ha de segurar una ventajosa paz, para cuyo mayor logro nô dudo contribuirà V. Magestad de su parte, con los mas vigorosos esfuerços, en conocimiento, de que nô hay otro camino para cortar el hilo de las depravadas maximas de la Francia, como lo tendrà presente a la gran prudencia de V. Magestad, a quien de nuevo hago memoria de my fineza, cariño, y inmudable amistad. Guarde Dios la Real Persona de V. Magestad como lo deseo. Francfort 26 de Deciembre de 1711.

Buen Hermano, y Primo de V. Magestad

CARLOS.

Carta

Carta delRey D. Joaõ o V. para o Emperador Carlos VI. em reposta da acima, tambem da propria maõ.

SENHOR.

Num. 104
An. 1712.

AS difficuldades, que causa o estado das cousas de Europa me retardaraõ o grande contentamento, que agora recebo na feliz noticia, que Vossa Magestade me participa da sua exaltaçaõ ao Throno, e Coroa Imperial: assim o desejava o grande amor, que professo à Real Pessoa de Vossa Magestade, naõ perdendo tempo nem occasiaõ em ordenar aos Ministros deste Reyno, empregassem todo o seu cuidado no serviço, e interesse de Vossa Magestade, correspondendo muy igualmente à obrigaçaõ, que reconheço nos vinculos de parentesco, amisade, e alliança, que hoje reciprocamente se acha entre a Coroa de Vossa Magestade, e a minha. E espero da bondade de Deos contará Vossa Magestade, e a sua Imperial Coroa, tantas fortunas, e augmentos, como merecem as singulares virtudes, que resplandecem na Real Pessoa de Vossa Magestade, sendo mais feliz principio, o que já logra o Imperio Romano. Rogo a Vossa Magestade muy encarecidamente conheça, que eu, e estes meus Reynos contribuiremos com tudo o que for possivel, para que se sigaõ no presente Congresso as comodidades, e seguranças da causa commua, pois eu a tenho ajudado com incansavel trabalho, à custa de tanto sange de meus Vassallos, e de tantas incomodidades deste Reyno, como espero conheça Vossa Magestade, para se interessar na sua conservaçaõ; e peço a Vossa Magestade me dê occasioens de o comprazer, porque o terey por grande fortuna, naõ me faltando com os empregos de seu agrado, como lhe merece a minha boa vontade. Deos guarde a Real Pessoa de Vossa Magestade como desejo. Lisboa 26 de Abril de 1712.

Bom Irmaõ, e Primo de Vossa Magestade

JOAÕ.

Carta, porque se publicou a Paz de Portugal com França.

Num. 105
An. 1713.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegaçaõ, comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber a todos os naturaes, e Vassallos destes meus Reynos, e Senhorios, que entre mim, e ElRey Christianissimo, meu bom Irmaõ, e Primo, em virtude dos plenos poderes, que levaraõ Joaõ Gomes da Sylva, Conde de Tarouca, do meu Conselho de Guerra, e Mestre de Campo General dos meus Exercitos, e D. Luiz da Cunha, do meu Conselho, e meu Desembargador

dor do Paço, ambos meus Embaixadores Extraordinarios, e Plenipotenciarios, ao Congresso da Paz Geral, que se trata na Villa de Utrecht, e dos plenos poderes, que outro sim tinhaõ os Embaixadores Extraordinarios, e Plenipotenciarios, nomeados pelo dito Serenissimo Rey Christianissimo, aos onze de Abril deste anno se tratou, capitulou, e assentou firme Paz, perpetua amisade, e livre commercio, de que se fizeraõ Capitulações por elles assinadas, as quaes eu approvey, ratifiquey, e confirmey por huma Carta patente, por mim assinada, e sellada com o Sello grande de minhas Armas, cuja Paz, e perpetua amisade mando publicar por Rey de Armas Portugal, e fazer notoria por esta Carta, para que venha à noticia de todos, e se guarde, e cumpra inteiramente, e a copia desta dita Carta assinada pelo mesmo Rey de Armas, se publicará por todas as Cidades, Villas, e Lugares do Reyno, de que se enviaráõ Certidoens. Dada na Cidade de Lisboa aos vinte e oito de Junho. Jorge Monteiro Bravo a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1713. Diogo de Mendoça Corte-Real o sobrescrevi.

ELREY.

Breve do Papa Clemente XI. a ElRey D. Joaõ o V. em que lhe pede soccorro contra os Turcos. Está na Secretaria de Estado.

CLEMENS PAPA XI.

Num. 106
An 1715.

CHarissime in Christo Fili noster salutem, & Apostolicam benedictionem. Quàm ingenti armorum terrâ, marique apparatu immanissimus Turcarum Tyrannus in Christianas Ditiones irrumpere nunc maximè moliatur: Quantoque exercitu, indicto nuper inclytæ Venetorum Reipublicæ nefario bello, Peloponesi cervicibus jam immineat, satis, superque notum, atque exploratum esse Majestati Tuæ non ambigimus. Etsi autem de animi tui tum magnitudine, tum pietate adeò præclarè sentimus, ut persuasum facile habeamus Te in tanto rei Christianæ discrimine digna magno, Catholicoque Rege suscepturum esse consilia, nec passurum quidquam à Te desiderari, quod ad communem causam tuendam pro amplitudine tuâ conferre possis; ejus tamen momenti est negotium, quod agitur, illud Pastoralis Officii nostri debitum, ut prætermittere nullo modo possimus, quin Majestatem tuam vehementissimo cordis affectu hortemur, ac obsecremus, quemadmodum in Domino hortamur, & obsecramus, ut ad publicam salutem adversus infensissimum hostem asserendam pro viribus accurras, oblatamque tibi egregiam de re Christiana, deque Catholicâ Religione benemerendi opportunitatem alacriter amplectaris; in primis autem prædictam Venetam Rempublicam, in quam primus Barbarorum impetus dirigetur, præsenti, ac Majestate Tua digno subsidio juvare vellis. Qua in re non alliundè Tibi, quam à claræ

ræ memoriæ genitore tuo petendum exemplum est, qui nuper Germanico cum iisdem hostibus bello, felicis recordationis Innocentio Undecimo, Prædecessore nostro flagitante, liberale subsidium claræ memoriæ Leopoldo in Romanorum Imperatorem electo contulit, conspicuumque propterea locum inter Assertores, ac Vindices publicæ incollumitatis immortali cum sui nominis gloriâ sibi meritò comparavit. Par itaque decus, cæteris eximiis laudibus tuis adjectum cupimus, ac omninò speramus, charissime in Christo Fili noster, qui tamen longè præstantius in Cœlis præmium à liberali bonorum operum Retributore Domino recipiendum proponere Tibi debes. Et Apostolicam benedictionem, intimæ nostræ benevolentiæ testem, Majestati Tuæ amantissimè impertimur. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem sub Annulo Piscatoris, die XVII. Januarii MDCCXV. Pontificatus nostri anno decimo quinto.

J. C. Battellus.

Carta, que o Papa Clemente XI. escreveo de propria maõ a El-Rey D. Joaõ o V. pedindolhe soccorro contra os Turcos, que ameaçavaõ Italia: anda no Tomo da Collecçaõ, que se imprimio em Roma no anno de 1729, com o titulo: Clementis Undecimi Pontificis Maximi Epistolæ, & Brevia Selectiora, *pag. 2192.*

Charissimo in Christo Filio nostro, Joanni Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Illustri.

CLEMENS PAPA XI.

Num. 107

CHarissime in Christo Fili noster, salutem, &c. Non meno accertati, che uniformi sono li riscontri, che da molte parti riciviamo della formidabile Armata Navale, che dalli Turchi si prepara per la futura Campagna, ad effetto non solo di tentar di nuovo l' espugnazione della Piazza di Corfû, che non riusci loro nella passata Campagna, mà anco di compensare con altri progressi per quella parte le perdite, che hanno fatte, e vanno facendo per l' altra dell' Ungaria, crescendo pero sempre più li pericoli dell' Italia, e dello Stato Ecclesiastico, cresce altri sì il bisogno, che abbiamo di pronto, e valido ajuto. Tale tuttavia, e quale appunto lo bramiamo, più che da qualunque altra parte, giustamente lo speriamo dalla Majestà Vostra, e con Noi similmente lo spera la Christianità tutta si per il generoso impegno, che Ella ne prese con tanta sua gloria nell' anno scorso, come per il noto fervorosissimo zelo, con cui la Maestà Vostra è solita d' inflammarsi, qual ora si tratta della Causa di Dio, e della Cattolica Religione. Animate per tanto daquesta fiducia sono le preghiere, che con ogni maggior vivezza ci avanziamo à porgerle, affin che Ella si compiaccia di rinuovarci anche in quest' anno l' assistenza

tenza de suoi soccorsi; quali certamente, quanto più saranno solleciti, tanto più saranno opportuni, giacchè si senti, che li Turchi anteciparanno di molto la loro uscita; onde per giungere in tempo da poter far argine alle loro forze, sarà necessario, secondo che ci asseriscono li nostri Ufficiali di Mare, che tutte le Navi, e Galere ausiliarie dell' Armata Christiana si trovino al meno verso la metà del prossimo mese di Aprile nelle Acque di Corfù. Quindi la Maestà Vostra ben vede, che con la celerità diquelli ajuti, che giudicherà di porterci dare, ci raddoppiarà le obligazioni, che glie ne professaremo, quali ora in tanto preventivamente le protestiamo superiori ad ogni nostra espressione. E con tutta la pienezza del nostro Paterno affetto diamo alla Majestà Vostra l' Apostolica Benedizione. Datum Romæ, &c. die 14 Decembris 1716, &c.

Outra Carta, que o mesmo Papa Clemente XI. escreveo a ElRey D. Joaõ o V. pedindolhe soccorro: anda na Collecçaõ, que se imprimio em Roma no anno de 1729, com o titulo: Clementis Undecimi Pontificis Maximi Epistolæ, & Brevia Selectiora, *pag. 2124.*

ARGUMENTUM.

Gravissimum periculum Ecclesiæ, Religioni, ac ipsimet Urbi impendens à Turcarum Armis ob oculos iterum ponit Regi Portugalliæ, Eumque quam enixe rogat, ut opem tum validam, tum celerem afflictis rebus afferre velit; In primis autem à Majestate sua flagitat, ut majorem, quem poterit, Navium bellicarum numerum mittat quam primum, ac efficiat, ut initio, vel saltem circa quintum decimum diem Aprilis, apud Melitensem Insulam cum reliqua Christianorum Classe auxiliaria conjungi possint.

Charissimo in Christo Filio nostro, Joanni Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Illustri.

CLEMENS PAPA XI.

Dit. n. 107
An. 1716.

CHarissime in Christo Fili noster, salutem, &c. Dall' Arcivescovo di Laodicea nostro Nunzio udirà la M. V. le nostre angustie, e li nostri pericoli ò per dir meglio, udirà le angustie, e li pericoli della Chiesa, e della Religione. Degne-si la M. V. di ascoltare li clamori, e li gemiti dell' una, e dell' altra; nè ricusi l' opportunità, che se li porge di farsi diffensore, e liberatore di ambedue; Ha la Divina Providenza, como ben chiaramente vediamo, in tempo appunto, nel quale la Maestà Vostra li trova con forze assai valide, e del tutto libera da qualunque impegno di altra guerra, unicamente riser-

risservata à Lei questa gloria, che renderà per sempre memorabile il suo nome negl' Annali della Chiesa, ne quali à perpetua lode della pietà, e del valore della Maestà Vostra sarà registrato, che per difesa dell' istessa Chiesa in tempo, che la medesima si trovava orribilmente minacciata da' Nemici del nome Christiano nella Sede istesse del suo capo visibile: *Fuit homo missus à Deo, cui nomen erat Joannes.* Accorra dunque la Maestà Vostra, come Dio manifestamente a chiama, e come Noi con tutta l' efficacia maggiore del nostro spirito la preghiamo, al riparo de' nostri gravissimi, e estremi bisogni. Mandi in accrescimento dell' Armata Christiana tutto quel numero maggiore de Vascelli, che Ella potrà; non dubitando, che à far sceglier li ben capaci di far valida opposizione all' altra formidabile Armata, che si prepara da' Barbari à nostri danni; sopra tutto però, giacchè secondo le più accertate notizie, che abbiamo, l' Armata Ottomana tiene ordine de uscire in Mare sollecitamente per prevenire li Christiani, e toglier loro la difesa, compiacciasi la Maestà Vostra di rompere a' nostri Nemici tali misure, con ordine senza minima perdita di tempo, che li medesimi suoi Vascelli si trovino al principio, ò al meno prima della metà di Aprile, nelle Acque di Malta, per ivi congiungersi colla nostra Squadra, e con gl' altri Legni Ausiliarij, e di là portarsi con la nostra benedizione, e con quella, che incessantemente gl' imploraremo dal Signore degl' Eserciti, a unirsi similmente all' Armata Veneta, e ad incontrare con essa generosamente i Nemici: *Ne forte dicant in gentibus: ubi est Deus eorum? Et innotescant in nationibus coram oculis nostris.* Queste sono, o Carissimo Figlivol nostro le preghiere, che doppo le altre portate solennemente in quest' istesso giorno, e per il medesimo effeto, al Sepolcro de' SS. Apostoli nella Basilica di S. Pietro, si portano da Noi alla M. V. con la spedizione di un' Espresso, accompagnate dalle lagrime, e da' sospiri non solo dell' Italia, dello Stato Ecclesiastico, e di Roma istessa, mà come con intiera verità possiam dire, di tutte le Provincie Cristiane, quali insieme con Noi, e con le nostri Successori, dovranno professare, in perpetuo alla M. V. tutta quella maggior gratitudine, che possa corrispondere alla grandezza del beneficio, che da Lei aspettiamo, e per il quale in oltre, fin che avremo spirito, non lasceremo di pregar Dio à voler ne essere alla M. V. e à tutta la sua Real descendenza, larghissimo remuneratore. Con questi sentimenti diamo alla Maestà Vostra con tutta la pienezza del nostro paterno affetto l' Apostolica benedizione. Datum Romæ, &c. die 18 Januarii 1716, Pontificatus nostri anno XVI.

Breve do Papa Clemente XI. para ElRey D. Joaõ o V. pedindo-lhe soccorro contra os Turcos. Anda na dita Collecçaõ, pag. 2115.

Charissimo in Christo Filio nostro, Joanni Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Illustri.

CLEMENS PAPA XI.

Dit. n. 107
An. 1716.

CHarissime in Christo Fili noster, salutem, &c. Maximo commoti discrimine, quod non amplius Venetæ tantum Ditioni, sed aliis etiam Christianis Provinciis, Italiæ præsertim, & huic ipsi veræ Religionis Arci instare conspicimus ex Turcarum inexplebili cupiditate, ac superbia, qui prosperis superioris anni eventibus inflati, proximo vere, nihil jam eorum armis in pervium fore confidunt, Maiestatis Tuæ præsidium iterum implorare, ac urgere compellimur; cum enim gravissimos, ac pene incredibiles sumptus subire cogamur, ut non modo temporalis Ditionis nostræ, sed verius universæ Christianæ Reipublicæ, Ecclesiæ, ac Fidei causam tueamur, tantoque oneri ferendo Pontificii Ærarii, ac subditorum nostrorum vires præteritis calamitatibus attritæ impares omnino sint: à Charissimis in Christo Filiis nostris Regibus, aliisque Principibus Orthodoxis, à Venerabilibus Fratribus Nostris Sacræ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus, ac Archiepiscopis, & Episcopis omnibus gratiam, & communionem Apostolicæ Sedis habentibus, imò, & ab universis propemodum Christi fidelibus opportunam angustiis nostris, ac celerem opem exposcere constituimus. A' Te propterea, Charissime in Christo Fili noster, quem singulari in Ecclesiam studio, eximiaque in eamdem Sedem devotione, nemini secundum esse optime novimus, impense flagitamus, ut impendentibus malis occurrere, & ad communem salutem contra nefaria Barbarorum molimina propugnandam non tam alacriter, quam cito exurgere velis. Oblatam igitur Tibi præclaram de re Christiana, de Orthodoxa Religione, de hac Sancta Sede benemerendi opportunitatem, Religiosissimorum tuorum Maiorum exemplo, libenter amplectere, magnam apud homines laudem, sed longe maiorem apud Deum, cujus negotium agitur, mercedem Tibi quæsiturus; dum Nos tam necessario tempore prompta, & animi tui pietate, ac magnitudine digna, tuarum præsertim bellicarum navium subsidia, in solatium acerbissimæ, qua angimur, solicitudinis præstolantes, Maiestati Tuæ Apostolicam benedictionem amantissime impertimur. Datum Romæ, &c. die 6 Januarii 1716, Pontificatus nostri anno XVI.

Breve do Papa para a Rainha D. Maria Anna de Austria, em que lhe roga interceda com ElRey seu esposo, para que soccorra a Igreja, e toda Italia, contra o poder dos Turcos. Anda na dita Collecçaõ, pag. 2116.

Charissimæ in Christo Filiæ nostræ, Mariannæ Portugalliæ, & Algarbiorum Reginæ Illustri.

CLEMENS PAPA XI.

Dit. n. 107
An. 1716.

CHarissima in Christo Filia nostra, salutem, &c. Quantam Nobis solicitudinem ingerat, ac ingerere plane debeat maximus, si unquam alias, armorum terra, marique apparatus, quo infensissimus Turcarum Tyrannus, proximo vere, non in Venetas tantum, sed in alias quoque Christianas Provincias, ac in ipsam Pontificiam Ditionem irrumpere meditatur, Maiestati Tuæ pluribus explicare supersedemus; id enim colligere abunde poteris ex gravissimo periculo, quod rei Christianæ, ac Orthodoxæ Religioni imminere nemo non cernit. Quare tot, tantisque malis, quantum in Nobis situm est, occurrere satagentes, Charissimi in Christo Filii nostri Portugalliæ, & Algarbiorum Regis Illustris, conjugis tui, opem iterum quam enixe imploramus, nec profecto ambigimus, quin ipse tam necessario tempore luculenta eximiæ pietatis suæ, præcipuique zeli publicæ salutis, quæ maximum sane in discrimen adducitur, testimonia daturus sit. Quia tamen probe intelligimus, quanti apud eundem Regem ponderis futura sint officia, cohortationes, & monita Maiestatis Tuæ, proinde vehementer à Te petimus, ut piam hanc, & justissimam causam omni conatu, ac studio apud ipsum agas, atque promoveas; rem certe in eo factura Nobis apprime gratam, Christianæ Reipublicæ salutarem, Tibi vero, Regique conjugi maxime gloriosam. Et Maiestati Tuæ Apostolicam benedictionem amantissime impertimur. Datum Romæ, &c. die 7 Januarii 1716, &c.

Breve

Breve do Papa Clemente XI. em que rende a ElRey D. Joaõ as graças pela Armada, que lhe mandou em soccorro da Igreja. Anda na referida Collecçaõ, pag. 2244.

ARGUMENTUM.

Regi Portugalliæ uberes gratias agit ob missam prævalidam Navium Classem in subsidium belli adversus Turcas.

Charissimo in Christo Filio nostro, Joanni Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Illustri.

CLEMENS PAPA XI.

Num. 108
An. 1717.

CHarissime in Christo Fili noster, salutem, &c. Multis, iisque præclaris documentis antehac perspectum filiale Majestatis Tuæ erga Nos, & Sanctam hanc Sedem studium, accensumque tuum Christianæ Reipublicæ ab imminentibus periculis defendendæ zelum uberrime Nobis confirmarunt tuæ litteræ die 23 nuper elapsi mensis Aprilis datæ, ex quibus singulari cum paterni cordis nostri lætitia audivimus, quam alacri, excelsoque, ac prorsus Regio animo, offitiorum nostrorum intuitu, novam, atque prævalidam Navium classem in subsidium belli adversus Turcas adornandam curaveris; ut eximiæ pietatis, cujus tot illustria hactenus argumenta præbuisti, merces magna nimis, etiam in hoc seculo, Tibi retribuatur ab Eo, qui nihil, quod ejus causa fiat, sine remuneratione relicturum esse pollicetur. Ejusdem Redemptoris nostri clementiam assiduis precibus obsecramus, ut eos de immanissimo hoste triumphos, quos Majestas Tua, in amplam sane meriti, & gloriæ partem ventura, auspicatur, Christianis Armis largiri benigne velit. Et Apostolicam benedictionem cum perpetuæ tuæ felicitatis voto conjunctam Majestati Tuæ amantissime impertimur. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Majorem sub Annulo Piscatoris die decima septima Junii 1717, Pontificatus nostri anno XVII.

Breve, que o Papa Clemente XI. mandou ao Conde do Rio Grande Lopo Furtado de Mendoça, quando foy General da Armada Portugueza em soccorro da Igreja. Anda na referida Collecçaõ, a pag. 2260. Vi o mesmo Original, que conserva a Condessa do Rio sua mulher.

ARGUMENTUM.

Cum in Ægeo Mari Christiana Classis adversus Turcas prospere pugnavisset, & potior felicis eventus pars Lusitanorum virtuti tribueretur; Sua Sanctitas Præfectum Lusitanis Navibus, qui eo in prælio egregie se gesserat, dignis ornat laudibus, ac illi dono mittit nobilem Decadem precatoriam Sacris Indulgentiis ditatam, & in proximo suo ad Lusitanas oras reditu felix illi, faustumque iter apprecatur.

Dilecto Filio, Nobili Viro, Lopo Furtado de Mendoça, Comiti de Rio Grande, Classi Lusitanæ Præfecto, Almirandi Generali nuncupato.

CLEMENS PAPA XI.

Num. 109
An. 1717.

DIlecte Fili, Nobilis Vir, salutem, &c. Cum ex plurimorum litteris, ac sermone satis, superque Nobis, innotuerit Nobilitatem tuam in primis, tuoque exemplo ceteros omnes Duces, & Milites bellicarum Navium à Charissimo in Christo Filio nostro Joanne Portugalliæ, & Algarbiorum Rege Illustri fidei, prudentiæque tuæ commissarum nuper in Ægeo Mari ea alacritate, ac fortitudine decertasse, ut Barbarorum, qui Christianis Insulis, Terrisque bellum, & perniciem inferre moliebantur, conatus Lusitanæ potissimum, virtutis ope repulsi fuerint: præclarum verum ejusmodi factum ad Nos præsertim pertineat, quorum intuitu memoratus Joannes Rex pro insigni pietate sua Christianam Classem novo hoc, & sane prævalido subsidio roboravit: æquum proinde, ac prorsus justum existimavimus, ut Dilectus Filius Alphonsus de Horanza, quem proxime ad Nos misisti, nequaquam ad Te rediret, absque illustri hoc litterarum nostrarum testimonio, quibus Vos, Teque potissimum debita prosequimur laude, & quam ex eo conflictu quæsivisti, gloriam plane solidam, atque mansuram Vobis effuse gratulamur. Idem porro Alphonsus fuse Tibi coram explicabit, quam gratam eo nomine, atque propensam geramus in tua ornamenta, & commoda voluntatem. Interim vero, ut aliquod accipias paternæ nostræ erga Te charitatis argumentum, perspectumque simul habeas ea præcipue Nobis cordi esse, quæ æternam animæ tuæ salutem respiciunt, ipsimet Alphonso tradi

tradi mandavimus Decadem precatoriam ex Heliotropio Jaspide Orientali Sacris Indulgentiarum thesauris ditatam, ut eam una cum folio typis edito, in quo Sacræ ejusmodi Indulgentiæ descriptæ sunt, nostro nomine ad Te perferat. Ceterum cum tempus jam instet, quo memoratarum Navium agmen patrias ad oras reducendum Tibi est, iter, quod, aggredi debes, felix Tibi faustumque ab Eo, cui mare, & venti obediunt, ex animo apprecamur, cumque in scopum Nobilitati Tuæ, ceterisque Ducibus, ac Militibus omnibus Apostolicam benedictionem peramanter impertimur. Datum Romæ, &c. die 16 Septembris 1717, Pontificatus nostri anno XVI.

Bulla da Erecçaõ da insigne Collegiada de S. Thomé, na Capella Real.

IN NOMINE DOMINI AMEN.

Num. 110
An. 1709.

CUnctis ubique sit notum quod anno à Nativitate Domini Nostri JESU Christi MDCCX. Indictione III. Die vero XV. Martii, Pontificatus autem Sanctissimi in Christo Patris, & Domini Nostri Domini Clementis Divina Providencia Papæ XI. Anno ejus decimo, Ego Officialis deputatus infrascriptus vidi, & legi quasdam litteras Apostolicas sub Plumbo expeditas tenoris sequentis videlicet. Clemens Episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Officiali Venerabilis fratris nostri Archiepiscopi Ulixbonensis salutem, & Apostolicam benedictionem. Apostolatus ministerio meritis licet imparibus divina dispositione præsidentes inter cætera cordis nostri desiderabilia illud sinceris desideramus affectibus, ut Maiestas Altissimi, ubique collaudetur, cultusque sui gloriosissimi nominis augeatur, & ad illius, ac ejus Apostolorum laudem, & gloriam, quæcumque Capellæ præsertim Regiæ dignioribus atollantur honoribus, ac in illis Ministrorum, & Dignitatum, ac Canonicorum, & Beneficiatorum Ecclesiasticorum numerus constituatur, & Personarum, quarumcumque præsertim Pontificali Dignitate pollentium tendentia vota optatum sortiantur effectum opem, & operam quantum Nobis ex alto conceditur efficaces impendimus, ac pias dictarum personarum suas facultates circa ea erogare cupientium ordinationes specialibus favoribus, & gratiis prosequimur, prout in Domino conspicimus salubriter expedire. Exhibita siquidem Nobis nuper pro parte Venerabilis fratris nostri Nunii da Cunha de Ataide moderni Episcopi Targensis petitio continebat; quod cum in Regis Palatio Civitatis Ulixbonensis totius Portugalliæ, & Algarbiorum Regni Metropolis Capella Regia nuncupata Divo Thomæ Apostolo dicata antiquissimæ, & venustissimæ formæ, & quoad totum ædificium, & Altaria in ea sita, eorumque ornamenta satis magnifica perfectione elaborata capacitate, & pulchritudine præclara erecta reperiatur in qua à nonnullis Capellanis ad nutum amovibilibus, & Scholaribus, necnon certo Cantorum numero Divina Officia, aliasque Ecclesiasticas functiones peragentibus

bus Altissimo ea qua decet reverentia debitus præstatur famulatus, cuique, & quibus Summus Capellanus Sacellanus maior nuncupatus semper in Episcopali Dignitate constitutus præest, ac jurisdictionem spiritualem, & temporalem in & super eorumdem Capellanorum Scholarium, & Cantorum singulares personas uti proprius Ordinarius privative quoad locorum Ordinarios originis Capellanorum Scholarium, & Cantorum prædictorum vigore Indulti nuper à Nobis eidem Summo Capellano Sacellano maiori nuncupato Apostolica auctoritate desuper concessi exercet, causasque Civiles, & Criminales, necnon Beneficiales, & prophanas tam Capellanorum Scholarium, & Cantorum prædictorum, quam pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regis Illustris, & Reginæ familiarium, aliorumque Ministrorum vigore Indulti hujusmodi cognoscit, easque, debito fine terminat, ac matrimonia personarum nobilium in prædicta Capella Regia in præsentia pro tempore existentium Regis, & Reginæ prædictorum solemnizat, ipsisque Regi, & Reginæ Ecclesiastica Sacramenta ministrat: quare dictus Nunius Episcopus Consiliarius Status prædicti Regis, ac modernus Capellæ Regiæ hujusmodi Summus Capellanus Sacellanus maior, nuncupatus, qui non solum in Catholicæ Religionis, Divinique Cultus conservatione sinceros animi gerit affectus, verum etiam in prædictæ Religionis, Divinique Cultus incrementum pia sua mentis tendit desideria ob tam speciales, peculiaresque dictæ Regiæ Capellæ qualitates, & illius Summi Capellani Sacellani maioris nuncupati pro tempore existentis prerogativas, & præeminentias ad Omnipotentis Dei, Beatæque semper Virginis Mariæ gloriam, & laudem, ac prædicti Divi Thomæ Apostoli honorem, & ut in prædicta Regia Capella maior Ministrorum Ecclesiasticorum numerus augeatur, illoque aucto Divina Officia, aliæque functiones Ecclesiasticæ prædictæ maiori cum reverentia celebrentur plurimum cupit prædictam Regiam Capellam per Nos, & Sedem Apostolicam aliquo specialiori titulo decorari, & si sicut eadem petitio subjungebat dicta Regia Capella in Scholarem, & insignem Collegiatam Ecclesiam sub ejusdem Divi Thomæ Apostoli invocatione cum Capitulo, Choro, Mensa Capitulari, Arca, Sigillo communibus, omnibusque, & singulis Collegiatarum Ecclesiarum insignium signis, & prerogativis, & in ea sex Dignitates, quarum Principalis, & prima Decanatus Cantoratus maior nuncupandus, secunda Archipresbyteratus, tertia Archiediaconatus, quarta Thesaurariatus maior etiam nuncupandus, quinta, & Scholastria, denique sexta pro sex Presbyteris futuris in dicta Regia Capella in Collegiatam insignem Ecclesiam erigenda Decano Cantore maiori nuncupando Archipresbytero, Archidiacono Thesaurario maiori etiam nuncupando, necnon Scholastico, ac octodecim Canonicatus, totidemque Præbendæ quorum, & quarum sex pro sex etiam Presbyteris alii, & aliæ sex pro sex Diaconis reliqui, & reliquæ sex pro sex Subdiaconis futuris etiam in dicta Regia Capella in Collegiatam insignem Ecclesiam erigenda Canonicis, & duodecim perpetua simplicia, personalemque residentiam requirentia Beneficia Ecclesiastica pro duodecim Clericis, seu Presby-

 teris

teris futuris etiam in dicta Regia Capella in Collegiatam insignem Ecclesiam erigenda perpetuis Beneficiatis, qui omnes simul Capitulum constituant, & apud eamdem Regiam Capellam in Collegiatam insignem Ecclesiam erigendam residere, ac Missas, Horasque Canonicas diurnas pariter, & nocturnas, ac alia Divina Officia Collegialiter celebrare teneantur, & prædicto Nunio Episcopo moderno, & pro tempore existenti Summo Capellano Sacellano maiori nuncupato uti proprio Ordinario ad formam prædicti Indulti immediate subjecti existant erigerentur, & instituerentur, ac ad illos, & illa sic erigendos, & instituendos, ac erigenda, & instituenda Juspatronatus, & nominatio, seu præsentatio personarum idonearum Charissimo in Christo filio nostro Joanni moderno Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Illustri, ejusque in dicto Regno successoribus Regibus institutio vero in illis pro tempore exercenti Summo Capellano Sacellano maiori nuncupato respective in perpetuum reservaretur, & si pariter, ut præmissa debitum suum sortiri possint effectum duæ Parochiales Ecclesiæ infrascriptæ perpetuo supprimerentur, & extinguerentur, illarumque bona, jura, fructus, redditus, & proventus eidem Capellæ Regiæ in Collegiatam insignem Ecclesiam, ut præfertur erigendæ pro Dignitatum prædictarum, ac infrascripta bona laicalia, seu infrascripti redditus laicales, & respective Regiæ Capellæ pro Canonicatuum, & Præbendarum, & Beneficiorum erigendorum prædictorum competenti dote, illosque, & illa pro tempore obvenientium congrua substentatione salvis tantum infra dicendis perpetuo applicarentur, & appropriarentur ex hoc profectò venustati, & honorificentiæ dictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam insignem, ut præfertur erigendæ, ac illius futurorum Dignitatum, & Canonicorum, necnon Beneficiatorum necessitatibus, Divinique Cultus in ea incremento aliquo modo provisum, & consultum foret: Quare pro parte dicti Nunii Episcopi, & ejus nomine dilecti filii nobilis Viri Andreæ de Mello de Castro, ex Comitibus de Galveas, prædicti Joannis Regis apud Nos Ablegati Extraordinarii nobis fuit humiliter supplicatum quatenus prædictæ Regiæ Capellæ venustati, & decori in præmissis opportune providere de benignitate Apostolica dignaremus. Nos igitur, qui Divini Cultus augmentum summopere exoptamus ipsum Nunium Episcopum in hoc suo laudabili proposito confovere, ac specialem sibi gratiam facere volentes, ipsumque Nunium Episcopum à quibusvis suspensionis, & interdicti, aliisque Ecclesiasticis sententiis, censuris, & pœnis si quibus quomodolibet innodatus exit ad effectum præsentium tantum consequendum harum serie absolventes, & absolutum fore censentes hujusmodi supplicationibus inclinati Discritioni tuæ per Apostolica scripta mandamus quatenus vocatis omnibus, qui fuerint evocandis dictam Regiam Capellam in Scholarem, & insignem Collegiatam Ecclesiam sub invocatione ejusdem Divi Thomæ Apostoli, cum Choro, Capitulo, Mensa Capitulari, Arca, Sigillo communibus, aliisque Collegialibus prærogativis, insignibus, libertatibus, privilegiis, immunitatibus, exemptionibus, præeminentiis, antelationibus, concessionibus, favoribus, & gratiis, aliis Collegiatis insignibus

insignibus Ecclesiis de jure, usu, consuetudine, privilegio, aut alias quomodolibet competentibus, & in ea Decanatum, qui principalis, & prima pro Decano, qui actu in Theologia Magister, aut in Decretis Doctor, vel Licenciatus in publica, & approbata Universitate existat, seu infra annum à die suæ institutionis gradum Magisterii in Theologia, aut Doctoratus, vel Licenciaturæ in Decretis in publica, & approbata Universitate hujusmodi suscipere omnino teneatur, quique Caput dictæ Collegiatæ Ecclesiæ erigendæ, illiusque Capituli existat, & Cantoratum maiorem nuncupandum, qui secunda pro Cantore maiori nuncupando, ac Archipresbyteratum, qui tertia pro Archipresbytero, & Archidiaconatum, qui quarta pro Archidiacono, & Thesaurariatum maiorem etiam nuncupandum, qui quinta pro Thesaurario maiori etiam nuncupando, necnon Scholastriam, quæ sexta, & ultima Dignitates respective in ea existant pro Scholastico respective Presbyteris futuris in dicta Collegiata Ecclesia erigenda Decano Cantori maiori nuncupando Archipresbytero, Archidiacono, Thesaurario maiori etiam nuncupando, necnon Scholastico, quæ Dignitates, ut infra conferri debeant, ac octodecim Canonicatus, totidemque Præbendas quorum, & quarum sex etiam pro sex Presbyteris, alii, & aliæ sex pro sex Diaconis reliqui, & reliquæ vero sex pro sex Subdiaconis futuris, quoque in dicta Collegiata Ecclesia erigenda Canonicis, ac duodecim perpetua simplicia personalem tantum residentiam requirentia Beneficia Ecclesiastica pro duodecim Clericis, seu Presbyteris futuris similiter in dicta Collegiata Ecclesia erigenda perpetuis Beneficiatis, qui, & quæ etiam, ut infra conferri debeant, & insimul cum Decano, aliisque Dignitatibus, ac Canonicis prædictis Capitulum ipsius Collegiatæ Ecclesiæ erigendæ constituant, & apud eam personaliter residere, & in ea singulis diebus, & statuendis temporibus Horas Canonicas diurnas pariter, & nocturnas, ac Missas, aliaque Divina Officia, & servitia cum debita mentis atentione reverenter, & decenter, servataque Ecclesiastica disciplina Collegialiter recitare, psallere, & celebrare, iisque interesse, ac alias dictæ Ecclesiæ Collegiatæ erigendæ in Divinis laudabiliter deservire respective teneantur, & sine alicujus præjuditio, ac si, & postquam infrascripti redditus annui ex bonis mere laicalibus provenientes, ut præfertur assignati fuerint, & non alias auctoritate nostra perpetuo erigas, & instituas, necnon facultatem eidem Joanni Regi, ejusque in dicto Regno successoribus Regibus prædictis deputandi ad ejus, & eorum respective nutum amovibiles nonnullos Mansionarios, qui eo modo, quo supra eidem Collegiatæ Ecclesiæ erigendæ una cum Dignitatibus, & Canonicis, ac Beneficiatis prædictis inservire teneantur dicta auctoritate nostra concedas, & impartiaris, ac Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, ac Beneficia erigenda hujusmodi in ea pro tempore obvenientes, ac Mansionarios prædictos omnino jurisdictioni, & correctioni pro tempore existentis prædicti Summi Capellani Sacellani maioris nuncupati uti illorum proprio Ordinario eos à cujusvis alterius Ordinarii jurisdictione eximendo, & liberando in spiritualibus, & temporalibus immediate dicta auctoritate nostra etiam

 perpe-

perpetuo ad formam tantum prædicti Indulti eidem Summo Capellano Sacellano maiori nuncupato per Nos, ut præfertur concessi subjicias, ac unam Sanctæ Mariæ cujus etiam una cum insertis octingentorum & quadraginta, & alteram Parochiales Ecclesias Sancti Salvatoris de Odemira, Elborensis Diœcesis, cujus etiam una cum insertis sexcentorum & quadraginta Ducatorum auri de Camera respective fructus, redditus, & proventus, secundum communem estimationem valorem annuum, ut asseritur non excedunt, & quæ sicut accepimus de Jurepatronatus prædicti Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, aut privilegio Apostolico cui non est hactenus in aliquo derogatum fore dignoscuntur ad præsens à pluribus annis per obitum illarum ultimorum possessorum extra Romanam Curiam defunctorum vacantes, illarumque titulum collativum statum, essentiam, & denominationem de consensu ejusdem Joannis Regis eâdem auctoritate nostra etiam perpetuo supprimas, & extinguas, ita quod ille ex nunc, collative esse desinant, & uti tales in titulum collativum quavis auctoritate conferri, seu de illis disponi quovis modo amplius nequeat, & si illas deinceps conferri, aut impetrari, vel ālias de illis disponi contigerit collationes, provisiones, & quævis aliæ dispositiones de illis quovis modo faciendæ nullæ, & invalidæ existant, nullique suffragentur, nec cuiquam colloratum titulum possidendi tribuant, necnon dictas Parochiales Ecclesias sic supprimendas, & extinguendas, illarumque, necnon prædictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam Ecclesiam insignem, ut præfertur erigendæ respective futuros redditus, & proventus, jura, obventiones, bona, proprietates, aliaque emolumenta, quæcumque in quibuslibet rebus consistentia, & undequaque provenientia, ac ad Parochiales Ecclesias prædictas, & Regiam Capellam hujusmodi in Collegiatam Ecclesiam, ut præfertur erigendam spectantia, & pertinentia infrascriptis tamen legibus, & conditionibus appositis Mensæ Capitulari dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, ut præfertur erigendæ illis videlicet Parochialium Ecclesiarum prædictarum pro Decanatus, aliarumque quinque Dignitatum erigendarum hujusmodi dote, illasque pro tempore obtinentium congrua substentatione, onerumque eis incumbentium supportatione applicandis, ita quod liceat Decano Cantori maiori nuncupando Archipresbytero, Archidiacono, Thesaurario maiori etiam nuncupando, & Scholastico prædictis ejusdem Mensæ Capitularis nomine corporalem, realem, & actualem possessionem bonorum, jurium, & pertinentiarum, ac annexorum, quorumcumque ad Parochiales Ecclesias prædictas, ut præfertur spectantium, & pertinentium libere apprehendere, & apprehensam perpetuo retinere, illorumque omnium, & singulorum fructus, redditus, & proventus, jura, obventiones, & emolumenta, quæcumque percipere, exigere, levare, ac in dictæ Mensæ Capitularis, ac Decanatum, aliasque quinque Dignitates prædictas pro tempore obtinentium communes usus, utilitatem, & necessitatem salvis tantum infrascriptis convertere Diœcesani loci, vel quorumvis aliorum licentia desuper minime requisita dicta auctoritate nostra etiam perpetuo unias, annectas, & incorpores, necnon in unaquaque ex Parochialibus

chialibus Ecclesiis supprimendis, & extinguendis, ac ut præfertur uniendis prædictis unam perpetuam Vicariam ad præsentationem dicti Joannis Regis, ejusque in dicto Regno successorum Regum prædictorum conferendam pro duobus Presbyteris futuris Parochialium Ecclesiarum, ut præfertur supprimendarum, & extinguendarum, ac uniendarum hujusmodi Vicariis perpetuis à dicto Joanne Rege, ejusque in dicto Regno successoribus Regibus prædictis præsentandis, ac per Ordinarium loci examinandis, & approbandis, qui apud Parochiales Ecclesias, ut præfertur supprimendas, & extinguendas, ac uniendas hujusmodi continuo personaliter residere, ac omnia, & singula Officia, munia, & onera Parochialia eisdem Parochialibus Ecclesiis, ut præfertur supprimendis, & extinguendis, ac uniendis, & earum cuilibet quomodolibet incumbentia subire, & adimplere respective debeant, & teneantur etiam perpetuo erigas, & instituas, illisque, ut præfertur erigendis, & instituendis pro illarum congrua, & competenti dote, easque pro tempore obtinentium congrua substentatione ex Parochialium Ecclesiarum supprimendarum, & extinguendarum, ac uniendarum hujusmodi fructibus, redditibus, & proventibus supradictis Collegiatæ Ecclesiæ, sic ut præfertur erigendæ, illiusque Mensæ Capitulari parte, ut præfertur applicandis, & appropriandis ratam centum & triginta trium Ducatorum auri hujusmodi ducentas & sexaginta sex *Patacchas*, vulgò *Regales de ocho* nuncupatas, monetæ Portugalliæ constituentium singulis Vicariis prefactis quotannis per Capitulum, & Dignitates dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, ut præfertur erigendæ persolvendam, & per Vicarios præfactos præter emolumenta inserta ex funeralibus, & aliis similibus provenientia percipiendam, exigendam, & levandam, ac in cujuslibet eorum respective usus, & utilitatem convertendam etiam perpetuo applices, & appropries ita tantum, quod dictarum Parochialium Ecclesiarum, ut præfertur supprimendarum, & extinguendarum, ac uniendarum fructus, redditus, & proventus, ante præsentis gratiæ concessionem, & usque ad diem executionis earumdem præsentium decursi in paramentorum, & ornamentorum Ecclesiasticorum, Sacrarumque Suppellectilium emptionem, seu illorum, & illarum sarcionem, ac pro fabrica, aliisque necessitatibus, & indigentiis dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, ut præfertur erigendæ erogari debeant decurrendi vero ex dictarum Parochialium Ecclesiarum, ut præfertur supprimendarum, & extinguendarum, ac respective uniendarum inter Dignitates, ac illi ex infrascriptis laicalibus bonis inter Canonicos, & Beneficiatos, necnon illi ex dictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam insignem Ecclesiam, etiam ut præfertur erigendæ bonis respective provenientes deductis supradicta congrua centum & triginta trium Ducatorum pro qualibet ex supradictis Vicariis similiter, ut præfertur erigendis, illisque pariter, ut præfertur assignanda, aliisque dictæ Capellæ Regiæ in Collegiatam Ecclesiam insignem, ut præfertur erigendæ, ejusque Sacristiæ oneribus, & expensis necessariis, & opportunis inter Mansionarios prædictos, & siquid ex fructibus bonorum, & redditruum dictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam insignem Ecclesiam erigendæ deductis quinqua-

quinquaginta tribus Ducatis auri hujusmodi pro quolibet Mansionario supererit in favorem Dignitates in ea obtinentium Canonicorum, & Beneficiatorum prædictorum cedat, itaut Decano ducentorum, & sexaginta sex Ducatorum auri hujusmodi quingentas & triginta tres, aliisque quinque Dignitatibus, & prædictis Canonicis ducentorum Ducatorum auri similium quadringentas Beneficiatis vero centum Ducatorum auri parium ducentas, necnon Mansionariis prædictis quinquaginta trium Ducatorum auri hujusmodi respective summæ centum & sex Patacchas prædictas respective constituentium pro quolibet eorum annuatim obv ei ant dividatur quarum una pro Præbenda, reliquæ vero duæ ex tribus partibus in quotidianas distributiones inter inservientes distribuendæ erogentur verum quia fructus, redditus, & proventus, supradicti dictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam insignem Ecclesiam, ut præfertur erigendæ una cum aliis Parochialium Ecclesiarum supprimendarum, & extinguendarum, ac respective uniendarum hujusmodi pro præmissis omnibus adimplendis, & supportandis impares existunt idem Nunius Episcopus tot redditus annuos ex bonis mere laicalibus tutis, & securis ab omni onere, censu, Canone, hypotheca, caducitate, & fideicommisso prorsus liberis provenientes pro omni, & toto eo quod ad supportanda onera prædicta, & præcipue pro congrua substentatione Canonicorum, & Beneficiatorum prædictorum deesse compertum fuerit à laicali persona dari, & assignari procurabit, ita quod facta assignatione hujusmodi coram Ordinario loci, siquid supererit ex fructibus prædictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam insignem Ecclesiam, ut præfertur erigendæ prædictis Dignitatibus, Canonicatibus, & Beneficiis applicari possit, & tunc, aut in eventu alterius unionis, seu aliarum unionum, si tamen quandoque nobis placuerit aliarum Parochialium Ecclesiarum, aut Beneficiorum Ecclesiasticorum de dicti Joannis Regis Jurepatronatus Regio existentium eidem Collegiatæ Ecclesiæ erigendæ dicta auctoritate nostra prævia quoque dicti Jurispatronatus coram Nobis verificatione faciendæ, seu faciendarum Dos Canonicatibus, & Beneficiis erigendis prædictis de bonis, seu redditibus laicalibus hujusmodi assignata pro rata fructuum, reddituum, & proventuum Parochialium Ecclesiarum, seu Beneficiorum in futurum, ut præfertur uniendarum, seu uniendorum hujusmodi cesset, & cum fructibus eorumdem bonorum mere laicalium reincorporentur, & reincorporata sit, & esse censeatur eo ipso, ac tam ad dictas Vicarias, quam ad Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia prædicta, ut præfertur erigendas, erigendos, & erigenda tam hac prima vice ab eorum primæva erectione, & institutione, ut præfertur faciendis vacantes, & vacantia, quam quoties ex tunc deinceps illas illos, & illa quibusvis modis, & ex quorumcumque personis, etiam nostri, & Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis, etiam Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis, etiam tunc viventis familiarium continuorum Commensalium, seu Sedis prædictæ Notariorum, Prothonotariorum nuncupatorum, & aliorum Romanæ Curiæ Officialium, & Conclavistarum, Curialiumque, & aliorum quorumcumque specialissimas qualitates

tates habentium per quas ex uno, vel pluribus Capitibus, tam personalibus, quam realibus, aut quomodolibet quæcumque reservatio, vel affectio Apostolica inducatur, etiam ex vacatione apud Sedem eamdem, etiam in quibuscumque mensibus nobis, ac Romano Pontifici pro tempore existenti, Sedique prædictæ per quascumque Constitutiones Apostolicas, aut Cancellariæ Apostolicæ regulas nunc, & pro tempore reservatis, seu Ordinariis Collatoribus, etiam per Constitutiones, & regulas, easdem, seu litteras alternativarum, aut alia privilegia, & indulta hactenus concessa, vel in posterum concedenda, aut alias de jure quomodolibet competentibus ubicumque, qualitercumque, & quomodocumque vacare contigerit Juspatronatus, & præsentandi personas idoneas quoad Vicarias prædictas per Ordinarium loci, ut præfertur examinandas, & approbandas, ac in eis instituendas, quo vero ad Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia erigenda hujusmodi in eis per dictum Nunium Episcopum, & pro tempore existentem Summum Capellanum Sacellanum maiorem nuncupatum privative quoad Ordinarium loci etiam instituendas prædicto Joanni Regi, ejusque in dicto Regno successoribus Regibus prædictis eadem auctoritate nostra similiter perpetuo reserves, concedas, & assignes, ac Juspatronatus, & præsentandi hujusmodi prædicto Joanni Regi, ejusque in dicto Regno successoribus Regibus prædictis non ex privilegio Apostolico, sed uti ex vera primæva reali, & actuali, plena, integra, & omnimoda fundatione, & perpetua dotatione laicali ex bonis mere laicalibus factis competere, & ad illas, illos, & illa pertinere, & uti tale sub derogatione Jurispatronatus ex privilegio Apostolico, vel consuetudine, aut prescriptione acquisiti nullatenus comprehendi, nec illi ullo unquam tempore, etiam cujusvis litis pendentiæ vel vacationis prædictorum Dignitatum, ac Canonicatuum, & Præbendarum, & Beneficiorum hujusmodi apud Sedem eamdem, etiam ex resignationis ex causa permutationis, aut alio quocumque prætextu, & ex quavis alia causa quantumvis urgentissima, & legitima, etiam per Nos, & quoscumque Romanos Pontifices successores nostros pro tempore existentes derrogari posse decernas, ac eidem Collegiatæ Ecclesiæ, ut præfertur erigendæ, illiusque Decano, Capitulo, & Canonicis, ac Beneficiatis, & Mansionariis prædicti, ut omnibus, & singulis privilegiis, prærogativis, antianitate, immunitatibus, exemptionibus, libertatibus, facultatibus, indultis, gratiis, indulgentiis, etiam plenaris peccatorum remissionibus, tam pro vivis, quam pro defunctis, per quoscumque Romanos Pontifices, Prædecessores nostros, ac nos, & Sedem prædictam, ac illius etiam de Latere Legatos Regiæ Capellæ hujusmodi in Collegiatam Ecclesiam insignem, ut præfertur erigendæ quomodolibet concessis quibus dicta Regia Capella in Collegiatam insignem Ecclesiam, ut præfertur erigendæ, illiusque pro tempore existens Summus Capellanus Sacellanus maior nuncupatus, & Capellani prædicti, necnon Christi fideles illam pro tempore visitantes de præsenti utuntur, fruuntur, & gaudent, ac uti, frui, & gaudere possunt similiter, & pariformiter, ac sine ulla prorsus differentia non solum ad eorum instar

tar, sed æque principaliter uti, frui, potiri, & gaudere possint, & valeant perinde, ac si illæ à principio Collegiatæ Ecclesiæ erigendæ hujusmodi, illiusque Decano, Capitulo, Canonicis, Beneficiatis, ac Mansionariis prædictis concessa fuissent, dummodo tamen illa sint in usu, & hactenus non revocata, nec sub aliqua revocatione comprehensa, ac Sacris Canonibus, & Concilii Tridentini Decretis non repugnent, necnon, ut omnia, & quæcumque statuta, & ordinationes circa regimen, & gubernium Collegiatæ Ecclesiæ erigendæ hujusmodi, illiusque personarum necessaria, & opportuna licita tantum, & honesta, ac Sacris Canonibus, & Concilii Tridentini Decretis prædictis minime adversantia cum consensu dicti Joannis Regis, ejusque in dicto Regno successorum Regum prædictorum condere, & pro rerum, & temporum varietate alterare, & immutare præviis tantum semper dicti Nunii Episcopi, & pro tempore existentis Summi Capellani Sacellani maioris nuncupati examine, & approbationibus libere, & licite possint, & valeant, ac ut tam Decanus, quam aliæ quinque Dignitates, & octodecim Canonici prædicti supra Cottam Mozzettam cum Capuccio coloris nigri à parte foris, & à parte intus coloris rubicundi, Beneficiati vero Mozzettam sine Capuccio intus, & foris coloris nigri; in Adventus autem, & Quadragesimæ temporibus Decanus, & reliquæ quinque Dignitates, ac Canonici prædicti Cappam magnam coloris nigri cum Capuccio ex parte foris coloris nigri, & à parte intus coloris violacei; Beneficiati vero Cappam magnam sine Capuccio tam foris, quam intus coloris nigri tam in Collegiata Ecclesia erigenda hujusmodi, illiusque Capitulo, & Choro, quam extra illam in quibusvis processionibus, etiam Capitularibus, aliisque publicis, & privatis actibus, & functionibus, ac alias, ubique locorum deferre, & gestare; ac illis uti respective libere, & licite possint, & valeant auctoritate nostra prædicta respective concedas, & indulgeas, ac easdem præsentes, & in eis contenta quæcumque, etiam ex eo quod causæ propter quas præmissa omnia, & singula facta fuerint coram Ordinariis locorum tamquam Sedis prædictæ Delegatis, vel alias examinatæ, verificatæ, approbatæ, justificatæ, ac quicumque in præmissis jus, vel interesse habentes, seu habere prætendentes cujusvis gradus, ordinis, præeminentiæ, vel Dignitatis, etiam Cardinalatus, seu alias specifica, & individua mentione digni existant eisdem præmissis, eorumque singulis non consenserint, nec ad ea vocati, seu auditi fuerint, etiamsi consentire, seu vocari, & audiri debuissent, aut ex alia quantumvis juridica, legitima, & privilegiata causa, & quovis alio colore, prætextu, & capite, etiam in corpore juris clauso ullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, seu nullitatis vitio, aut intentionis nostræ, aliove quolibet etiam quantumvis substantiali defectu notari, impugnari, infringi, in controversiam vocari ad terminos juris seduci, aut adversus illas quodcumque juris, facti, vel gratiæ remedium intentari, vel impetrari nullatenus posse, suosque plenarios, integros, & irrevocabiles, perpetuosque effectus sortiri, & obtinere debere, ac ab omnibus ad quos spectat, & quandocumque, & quomodocumque pro

pro tempore spectabit inviolabiliter observari, sicque, & non alias, per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos quavis auctoritate fungentes, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac perdictæ Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, Sedisque prædictæ Nuncios judicari, & definiri debere, & si secus super his à quoquam, quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari irritum, & inane eadem auctoritate nostra decernas, non obstantibus nostris, & Cancellariæ Apostolicæ prædictæ regulis de Jure quæsito non tollendo, ac de gratiis ad instar non concedendis, & de unionibus, aliisque similibus gratiis ad partes committendis vocatis omnibus quorum interest, ac de exprimendo vero annuo valore, necnon Lateranensis Concilii novissime celebrati uniones perpetuas, nisi in casibus à Jure permissis fieri prohibentis, & aliis Apostolicis, etiam in Universalibus, Provincialibus, & Synodalibus Conciliis editis, vel edendis, generalibus, & specialibus Constitutionibus, & Ordinationibus, sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibusvis derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus efficacissimis, & insolitis clausulis, necnon irritantibus, & aliis Decretis in genere, vel in specie, & alias in contrarium præmissorum quomodolibet concessis, approbatis, & innovatis, etiamsi pro illorum sufficienti derogatione de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret illorum tenores pro plene, & sufficienter, ac de verbo ad verbum insertis habentes illis alias in suo robore permansuris ad præmissorum validissimum effectum hac vice dumtaxat specialiter, & expresse harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Datum Romæ apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominicæ, millesimo septingentesimo nono Kalendas Martii, Pontificatus nostri anno decimo. Loco ✠ Plumbi. Super quibus Ego Notarius publicus infrascriptus presens Transumptum confeci, & subscripsi, ut perinde valeat, ac litteræ Originales, Act. ut supra presentibus D. D. Joanne Nolen, & Gabriele Liber testibus. = Præinsertæ litteræ Apostolicæ cum suo Originali revisæ concordant . . . .

Bulla Aurea do Papa Clemente XI. da erecçaõ da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa. Está impressa no Bullario Romano do anno de 1727, tom. 8, pag. 172; e no que se imprimio em Roma do Papa Clemente XI. no anno de 1723, a pag. 229, e se imprimio em Roma no anno de 1716, e anda na Collecçaõ, que fez o Marquez de Fontes, entaõ Embaixador na Curia, e na de Francfort impressa em 1729, Constituiçaõ 86, pag. 478.

CLEMENS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

Ad perpetuam rei memoriam.

Num. 111
An. 1716.

IN Supremo Apostolatus Solio, meritis licet imparibus, Divinâ dispositione constituti, pastoralis Officii nostri partes circa ea libenter interponimus, per quæ Orthodoxis Regibus, aliisve de Apostolicâ Sede, & Catholica Religione optimè meritis Principibus, illustria grati animi nostri argumenta exhibere possimus, illosque præ cæteris, qui validis subsidiis communem Christianæ Reipublicæ causam adversùs teterrimos illius Hostes adjuvare satagunt, præcipuis, ac verè singularibus Pontificiæ largitatis gratiis prosequamur.

§. 1 Sane cum immanissimus Turcarum Tyrannus postquam Divinis omnibus, ut notum est, atque humanis legibus infractis, dirum, atroxque bellum superiori anno dilectis Filiis Nobilibus Viris Duci, & Dominio Venetorum nequissimè intulerat, felici, ac celeri Peloponnesi expugnatione summoperè elatus, ac nihil jam sibi impervium fore confidens, non Venetas tantùm, sed & alias Christianorum Principum Provincias ingenti, & forsan antehac inaudito terrestrium, maritimarumque copiarum apparatu, hoc præsenti anno aggredi, ac cladibus involvere, potissimùm verò Insulam, & Civitatem Corcyræ, securitatis Italicæ propugnaculum, oppugnare moliretur. Nos tot, tantisque Ecclesiæ, ac Reipublicæ, imò & temporalis nostræ Ditionis periculis vehementer commoti, primùm quidem ad Eum, qui potens est in prælio, toto corde clamavimus, ut secundùm multitudinem miserationum suarum redimeret Nos à malis, nec daret hæreditatem suam in opprobrium, deindè verò Catholicos Principes, omni paternæ charitatis contentione hortari non prætermisimus, ut labenti rei Christianæ opem ferrent, ac eademmet, quibus nuper inter se digladiati fuerant, arma in Barbaros converterent.

§. 2 Cum autem inter illos Charissimus in Christo Filius noster Joannes Portugalliæ, & Algarbiorum Rex illustris eximiæ, non minus suæ pietatis stimulis, quàm Officiis nostris adductus, in primis verò clarissimis Majorum suorum Portugalliæ Regum, de Orthodoxæ Fidei tuitione, ac propagatione meritissimorum exemplis excitatus,

nullis

nullis incommodis, nullisque expensis, quantumvis gravissimis, parcens, summo zelo, summâque, ac penè incredibili liberalitate, & alacritate, in auxilium Christianæ Classis validissimum quamplurium bellicarum, munitissimarumque Navium subsidium quàm citissimè transmiserit; Nos probè scientes prædictum Joannem Regem pluribus abhinc annis, pio desiderio motum habendi in suo Palatio Regio Ulyssiponensi unam Cathedralem Ecclesiam, summoperè exoptasse, ut sæcularis, ac insignis Collegiata Ecclesia in eodem Palatio, sub invocatione Divi Thomæ Apostoli, aliàs à Nobis erecta, & instituta in Cathedralem Ecclesiam hujusmodi, sub invocatione Assumptionis Beatissimæ Mariæ Virginis erigatur; proptereaque Civitas, & Diœcesis Ulyssiponensis in duas partes dividantur, & in eis duo Archiepiscopatus constituantur, Civitatem verò Ulyssiponensem prædictam, Lusitaniæ Metropolim, tum ob maritimum Portum, continuam frequentiam omnium Gentium, & Nationum, omnigenam mercaturam, ac divitiarum abundantiam, tum ob ingentem numerum Ecclesiarum, Monasteriorum, & Conventuum tam Virorum, quàm Mulierum, Confraternitatum, Hospitalium, aliorumque Locorum piorum, tum denique ob plurimas nobilissimas familias, multosque Viros in illustribus gradibus constitutos, & tam literis, quàm armis conspicuos, toto Orbe Terrarum celeberrimam esse, proindeque hujusmodi prærogativâ summoperè dignam, ipsasque Civitatem, & Diœcesim Ulyssiponensem tam ob laicalem Populum, quàm ob Clerum secularem, & Regularem valdè numerosas, necnon fructus, reddictus, & proventus, Mensæ Archiepiscopalis Ulyssiponensis, cujus Ecclesia ad præsens Pastoris solatio destituta, ut accepimus, existit, ad duorum Archiepiscoporum postquam Civitas, & Diœcesis Ulyssiponensis hujusmodi in duas partes divisæ fuerint, & in prædictis duabus partibus, mediante unius novi Archiepiscopatus erectione, duo Archiepiscopatus constituti fuerint, commodam, congruamque substentationem sufficientissimos existere.

§. 3 Volentes eidem Joanni Regi aliquod singulare nostri grati animi argumentum præbere, ad maiorem Dei gloriam, & Divini Cultus augmentum, attentâ amplitudine ejusdem Diœcesis Ulyssiponensis, motu proprio, non ad alicujus Nobis super hoc oblatæ petitionis instantiam, sed ex certâ scientiâ, ac maturâ deliberatione nostri, deque Apostolicæ potestatis plenitudine, Civitatem, & Diœcesim Ulyssiponensem præfatas in duas partes dividimus, ac unam tam Civitatis, quàm Diœcesis divisarum hujusmodi partem versus Orientem, antiquo Archiepiscopatui Ulyssiponensi relinquimus, alteram verò partem versus Occidentem, novo Archiepiscopatui per Nos, ut infra erigendo, assignamus; itaut in posterùm perpetuis futuris temporibus pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis, qui medietatem Civitatis, necnon medietatem Diœcesis Ulyssiponensis versus Orientem habuerit, Archiepiscopus Ulyssiponensis Orientalis; futurus verò, ac pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis, qui medietatem Civitatis, itidemque medietatem Diœcesis Ulyssiponensis versus Occidentem pariformiter habuerit, Archiepis-

copus Ulyssiponensis Occidentalis respectivè nuncupari debeant.

§. 4 Divisionem autem prædictæ Civitatis Ulyssiponensis in duas partes, ut infra, faciendam esse decernimus, prout vigore præsentium facimus, unamque partem ab alterâ dividimus, & separamus, itaut Civitas Ulyssiponensis antiquior, cum suo Castello, & suburbio Orientali, ad pro tempore existentem Archiepiscopum Ulyssiponensem Orientalem, suburbium verò Occidentale, quod nova Ulyssipo nuncupatur, ad futurum, & pro tempore existentem Archiepiscopum Ulyssiponensem Occidentalem respectivè nuncupandos, respectivè pertineant, unaque pars ab alterâ distinguatur per antiquiores muros Civitatis, nempè per murum Civitatis Portæ Consolationis, per murum Costâ de Castello, ac per murum, & Portam Sancti Andreæ, & quidquid inde est, cum Civitate antiquiori in parte Orientali, una cum Parochialibus, aliisque Ecclesiis, Monasteriis, Conventibus, & Locis Piis quibuscumque ad Orientalem, quidquid verò existit in parte Occidentali, seu novâ Ulyssipone, similiter cum Parochialibus, aliisque Ecclesiis, Monasteriis, Conventibus, pariterque Locis Piis quibuscumque ad Occidentalem respectivè nuncupandum Archiepiscopum pro tempore existentem spectare, & pertinere debeat; Dioecesim verò Ulyssiponensem pariformiter in duas partes dividimus, ac partem Dioecesis Ulyssiponensis, versus Orientem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali, partem verò ejusdem Dioecesis Ulyssiponensis, versus Occidentem futuro, ac pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali respectivè nuncupandis, similiter respectivè subjicimus, & assignamus.

§. 5 Linea autem divisoria dictæ Dioecesis Ulyssiponensis incipiet à Locis de Arroios, Campo grande, Povoa Sancti Adrian, & Arruda, cum toto Territorio de Alenquer, qua parte terminat cum Territorio Villarum de Ribatejo, & exinde Moinho novo, Otta, Cercal, Sancheira, cum Coutos de Alcobaça, usque ad confinia Episcopatus Leyriensis, includendo omnia prædicta Loca, Oppida, & Villas, cum suis Territoriis Dependentiis, Terris, Populationibus, omniaque alia, quæ intra hanc lineam, & littora Maris Oceani reperiuntur ad pro tempore existentem Archiepiscopum Ulyssiponensem Occidentalem nuncupandum, spectare, & pertinere debeant; Cætera verò Loca, Oppida, & Villas, quæ ex hac lineâ exclusivè reperiuntur, usque ad Ripas Tagi, & Confinia Jurisdictionis de Thomar, cum omnibus suis Territoriis, Districtibus, & Dependentiis ad pro tempore existentem Archiepiscopum Ulyssiponensem Orientalem pariter nuncupandum, spectare, & pertinere debeant; ex alterâ autem parte Tagi, Territorium de Setuval, qua se extendit intra Flumina Sado, & Canha, usque ad confinia Archiepiscopatus Elborensis cum omnibus Locis, Oppidis, & Villis, eorumque Territoriis, & Dependentiis, ad pro tempore existentem Archiepiscopum Ulyssiponensem Occidentalem; Territorium verò de Sanctarem ultra Tagum intra Flumina Divor, & Castellum de Almourol, usque ad confinia Episcopatus Portalegrensis, etiam cum Locis, Oppidis, & Territoriis ad pro tempore existentem Archiepiscopum Ulyssiponensem Orientalem

respectivè

respectivè nuncupandos, similiter respectivè spectare, & pertinere debeant; In prædictis autem parte Civitatis, ac parte Diœcesis Ulyssiponensis versus Occidentem pro futuro Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali nuncupando sic, ut præfertur, constitutis, & assignatis novum Archiepiscopatum Ulyssiponensem Occidentalem nuncupandum pro uno vero, & futuro Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali nuncupando ad nominationem prædicti Joannis Regis, ejusque in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis successorum Regum pro tempore existentium, ut infra, eidem Archiepiscopatui Ulyssiponensi Occidentali nuncupando Apostolicâ auctoritate præficiendo, qui novus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis nuncupandus in nullo penitùs alteri Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali nuncupando, aliisque quibuscumque Archiepiscopis, Prælatis, & superioribus quocumque nomine nuncupatis subjectus sit; sed ab eis, eorumque Jurisdictione, & superioritate penitùs, & omninò exemptus, ac dumtaxat Sedi Apostolicæ immediatè subjectus existat, erigimus, & instituimus; dictamque secularem, & insignem Collegiatam Ecclesiam sub invocatione Divi Thomæ Apostoli in prædicto Palatio Regio, ut præfertur, existentem, præviâ suppressione denominationis, & tituli insignis Collegiatæ Ecclesiæ ejusdem Divi Thomæ Apostoli, in veram Archiepiscopalem Sedem, & Ecclesiam Metropolitanam Ulyssiponensem Occidentalem nuncupandam sub invocatione Assumptionis Beatissimæ Virginis Mariæ pariformiter erigimus, & instituimus, ac nomine Archiepiscopali, & Metropolitano Ulyssiponensi Occidentali insignimus, & decoramus, ac volumus, quòd ipsa Collegiata Ecclesia, quæ ex sex Dignitatibus, octodecim Canonicatibus, totidemque Præbendis, quas, & quos obtinentes illius Capitulum constituebant, necnon ex duodecim perpetuis Beneficiis Ecclesiasticis constituebatur, in Cathedralem erecta eodem numero Dignitatum Canonicatuum, & Præbendarum, quas & quos etiam obtinentes illius Capitulum similiter constituant, necnon eodem numero Beneficiorum constituatur, quorum tamen Canonicatuum tres in Pœnitentiarium, Theologalem, & Doctoralem respectivè Canonicatus per ipsum Joannem Regem designandi erunt, servatis tamen in præsentatione, collatione, & institutione Canonicatuum Pœnitentiarii, Theologalis, & Doctoralis hujusmodi, tam circa ætatem, quàm circa idoneitatem, aliasque qualitates Concilii Tridentini Decretis.

§. 6 Cumque dicta Cathedralis Ecclesia Ulyssiponensis Occidentalis nuncupanda, olim, ut præfertur, Collegiata Ecclesia, nunc ad hujusmodi sublimitatem, honorificamque excellentiam sublimata existat, dictusque Joannes Rex, ut accepimus, in ea Dignitates, & Canonicos habere, qui certas, & peculiares qualitates habeant, ad hoc ut ad altiores Dignitates, & Cathedralium Ecclesiarum regimina promoveri, seu præsentari possint summopere desideret, eidem Joanni Regi, ut nonnullos ex Dignitates, & Canonicatus, & Præbendas hujusmodi, ac Beneficia præfata nunc obtinentibus pro hac vice tantum ab eis removere, aliosque in eorum locum subrogare, dummodò tamen prius indemnitati eorum, qui sic remoti fuerint, saltem æquiva-

æquivalenter, consultum fuerit, liberè, & licitè possit, & valeat, & sic remoti à Dignitatibus, aut Canonicatibus, & Præbendis, seu Beneficiis hujusmodi quâvis ratione, & sub quovis prætextu, etiam triennalis possessionis juvari non possint, nec remotioni hujusmodi contradicere, & se opponere valeant, ac pro remotis Apostolicâ auctoritate haberi volumus, & mandamus, tenore præsentium, motu pari concedimus, & indulgemus. Ad hoc autem, ut tam Archiepiscopus Ulyssiponensis Orientalis, quàm Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis pro tempore existentes ultra propriam, & distinctam Diœcesim, ac proprium, & distinctum Territorium, cum propriâ, verâ, & particulari auctoritate, jurisdictione, & potestate in cujusque eorum subditos, & Diœcesanos habere valeant, Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali pro tempore existenti, ut auctoritatem, jurisdictionem, & superioritatem in Clerum, & Populum, in Castra, Oppida, Villas, Territoria, Districtus, Ecclesias, & Personas tam sæculares, quàm Ecclesiasticas existentes, & existentia in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulyssiponensis versus Orientem ei, ut præfertur, assignatis, habere debeat, & eas liberè, & licitè exercere valeat, ac Loca, & Personæ hujusmodi ejus jurisdictioni, subjectioni visitationi, & correctioni semper, & perpetuò subjecta remaneant, citra tamen præjudicium Personarum, seu Locorum, forsan habentium privilegia exemptionis ab hujusmodi visitatione, quæ firma, & illæsa remanere, & ut antea ab hujusmodi visitatione exempta respectivè esse debeant.

§. 7 Necnon eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali ultra jurisdictionem, & auctoritatem in Personas, & Loca in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulyssiponensis hujusmodi versus Orientem sic, ut præfertur, ei assignatis, collationes provisiones, & omnimodas alias dispositiones Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, Personatuum, Administrationum, Officiorum, cæterorumque omnium, & singulorum Beneficiorum Ecclesiasticorum cum curâ, & sine curâ, ac Præsentationes, Electiones ad illa, confirmationes, & institutiones in eisdem antea in tota Civitate, & tota Diœcesi Ulyssiponensi prædefunctis Archiepiscopis Ulyssiponensibus competentes, salvis tamen, & illæsis semper remanentibus, reservationibus, & affectionibus Apostolicis, & absque præjudicio præsentationis Beneficiorum Jurispatronatus Regii, & Laicalis in posterùm pro medietate tantùm Civitatis Ulyssiponensis, & medietate Diœcesis Ulyssiponensis hujusmodi versus Orientem sic, ut præfertur, sibi assignatis, relinquimus, & assignamus, eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali Egitaniensi, Portalegrensi, Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, & Congensi Episcopales Ecclesias modernosque, & pro tempore existentes illarum respectivè Præsules, seu Administratores pro suis, & pro tempore existentis Archiepiscopi Ulyssiponensis Orientalis suffraganeis, qui tanquam membra capiti pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali jure metropolitico subsint, designamus, & deputamus; ita quòd idem pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis

nensis Orientalis in eisdem Egitaniensis, Portalegrensis, Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, & Congensis Civitatibus, & Diœcesis jus metropoliticum sibi vindicet, & Egitaniensis, Portalegrensis, Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, & Congensis pro tempore existentes Episcopi eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali ad omnia, & singula teneantur, & sint adstricti, ad quæ suffraganei quicumque suis Metropoliticis Ecclesiis, & Metropolitanas juxta canonicas sanctiones tenentur, & obligati existunt, ac eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali prædictos suos suffraganeos consecrandi, Provinciales Synodos evocandi, ac cum eisdem suffraganeis Ecclesiastica negocia agendi, & definiendi, causas quarumcumque appellationum, sive querelas juxta Sacrorum Canonum, & Concilii Tridentini Decreta cognoscendi, omniaque alia, & singula quæcumque, quæ de jure, usu, consuetudine, aut aliàs quoquomodo ad Archiepiscopos, & Archiepiscopale munus spectare, & pertinere solent, & præcisè ad antiquum Archiepiscopum Ulyssiponensem antea spectabant, & pertinebant in medietate tantùm Civitatis Ulyssiponensis versus Orientem, & medietate tantùm Diœcesis Ulyssiponensis hujusmodi etiam versus Orientem sic ei pro suis Archiepiscopatu, & Territorio, à Nobis per præsentes relictis, & assignatis, gerendi, & exercendi plenam, liberam, & omnimodam facultatem, & auctoritatem relinquimus pariter, & assignamus.

§. 8 Pro tempore verò existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali, qui semper esse debeat Sacellanus maior dictæ Regiæ Capellæ, ut ultra gratias, privilegia, prærogativas, & indulta, quibus frui debebit uti Sacellanus maior Regiæ Capellæ, & præcisè ultra jurisdictionem spiritualem, & temporalem, quæ ei competere debebit super Familiaribus Regiis, aliisque Personis juxta formam, & tenorem privilegiorum eidem Sacellano maiori aliàs concessorum, ubicumque domicilium habentibus, seu habituris, etiam ipse jurisdictionem, & auctoritatem in Clerum, Populum, Castra, Oppida, Villas, Territoria, Districtus, Ecclesias, & Personas tam sæculares, quàm Ecclesiasticas, & Regulares existentes, & existentia in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulyssiponensis hujusmodi versus Occidentem ei sic, ut præfertur assignatis, habere debeat, ac eas liberè, & licitè exercere valeat, ac Loca, & Personæ hujusmodi ejus subjectioni, visitationi, & correctioni semper, & perpetuò subjecta remaneant, citra tamen præjudicium Personarum, seu Locorum forsan habentium privilegia exemptionis ab hujusmodi visitatione, quæ firma pariter, & illæsa remanere, & ut antea ab hujusmodi visitatione exempta respectivè esse debeant; necnon eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali ultra jurisdictionem, & auctoritatem in Personas, & Loca in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulyssiponensis hujusmodi versus Occidentem sic, ut præfertur, ei assignatis, collationes, provisiones, & omnimodas alias dispositiones Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, Personatuum, Administrationum, Officiorum, cæterorumque omnium,

&

& singulorum Beneficiorum Ecclesiasticorum cum curâ, & sine curâ, ac præsentationes, electiones ad illa, confirmationes, & institutiones in eisdem antea in totâ Civitate, & totâ Diœcesi Ulyssiponensi prædefunctis Archiepiscopis Ulyssiponensibus competentes salvis tamen, & semper illæsis pariter remanentibus reservationibus, & affectionibus Apostolicis, & absque præjudicio præsentationis Beneficiorum Jurispatronatus Regii, & Laicalis, in posterùm pro medietate tantùm Civitatis Ulyssiponensis, ac medietate tantùm Diœcesis Ulyssiponensis versus Occidentem, sic, ut præfertur, pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali assignatis, similiter concedimus, & respectivè indulgemus, eidemque pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali Leyriensi, Lamacensi, Funchalensi, & Angrensi, Episcopales Ecclesias, modernosque, & pro tempore existentes illarum respectivè Præsules, seu Administratores pro suis, & pro tempore existentis Archiepiscopi Ulyssiponensis Occidentalis suffraganeis, qui tanquam membra Capiti, eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali jure Metropolitico subjaceant, eique obedientiam, & reverentiam, tanquam proprio Metropolitano, præstare debeant, similiter designamus, & deputamus; ita quòd idem pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis in eisdem Leyriensi, Lamacensi, Funchalensi, & Angrensi, Civitatibus, & Diœcesibus jus Metropoliticum habeat, & habere debeat, & Leyrienses, Lamacenses, Funchalenses, & Angrenses Episcopi eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali ad omnia, & singula teneantur, & sint adstricti, ad quæ suffraganei quicumque de jure, usu, aut consuetudine tenentur, & obligati existunt, ipsique pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali præfatos suos suffraganeos consecrandi, Provinciales Synodos evocandi, ac cùm eis etiam Ecclesiastica negocia agendi, & terminandi, causas quarumcumque appellationum, sive querelas juxta Sacrorum Canonum Statuta, & Concilii Tridentini Decreta cognoscendi, omniaque alia, & singula, quæ similiter de jure, usu, consuetudine, aut aliàs quomodolibet ad Archiepiscopos, & Archiepiscopale munus spectare, & pertinere solent, & præcisè ad antiquum Archiepiscopum Ulyssiponensem antea in tota Civitate, & Diœcesi Ulyssiponensi spectabant, & pertinebant, in posterùm in medietate tantùm Civitatis, & medietate tantùm Diœcesis Ulyssiponensis hujusmodi versus Occidentem sic ei pariter pro suis Archiepiscopatu, & Territorio, à Nobis per præsentes assignatis, gerendi, & exercendi, plenam, & omnimodam facultatem, & auctoritatem concedimus, & impartimur.

§. 9 Ut autem tam Archiepiscopus Ulyssiponensis Orientalis, quàm Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis pro tempore existentes in actu expeditionis literarum Apostolicarum super eorum promotione ad dictos Ulyssiponensem Orientalem, & Ulyssiponensem Occidentalem Archiepiscopatus ad nominationem dicti Joannis Regis, ejusque successorum Regum præfatorum, ut infra, faciendam, taxam, fixam, & invariabilem in libris Cameræ Apostolicæ, ac certos,

tos, & distinctos fructus habere valeant, cum taxâ antiqui Archiepiscopatus Ulyssiponensis in libris Cameræ Apostolicæ ad bis mille florenos auri descripta reperiatur, & æquum sit, quòd sicuti dividuntur Civitas, & Diœcesis, ita etiam dividantur fructus, & onera, volumus, & ordinamus, quòd in posterùm fructus Archiepiscopatus Ulyssiponensis Orientalis ad mille florenos auri, & similiter fructus Archiepiscopatus Ulyssiponensis Occidentalis ad alios mille florenos similes respectivè in libris Cameræ Apostolicæ taxati respectivè existant.

§. 10 Unicuique autem ex prædictis duobus Archiepiscopis Ulyssiponensibus Orientali, & Occidentali pro tempore existentibus illi fructus ex decimis, & aliis quibuscumque redditibus, proventibus, bonis stabilibus, censibus, & aliis hujusmodi provenientes obveniant, qui provenire poterunt ex illa medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulyssiponensis ei sic, ut præfertur, assignatis; & ne antiquum Capitulum Ulyssiponensem ex hac divisione, & dismembratione, ac novi Archiepiscopatus Ulyssiponensis Occidentalis erectione quoad infrascriptos fructus, & alia emolumenta ei, ut infra, spectantia, aliquod detrimentum patiatur, tam fructus, quàm decimæ, & alia emolumenta, quæ antea eidem antiquo Capitulo spectabant, & pertinebant, etiam post divisionem Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis, ac novæ Metropolitanæ Ecclesiæ hujusmodi erectionem, ut antea, spectare, & pertinere debeant, absque eo quod Capitulum, & Canonici novæ Metropolitanæ Ecclesiæ præfatæ ex prædictis decimis, fructibus, & emolumentis ad antiquum Capitulum Ulyssiponensem, ut præfertur, spectantibus quidquam exigere, seu prætendere valeant, etiamsi fructus, decimæ, & emolumenta hujusmodi ex quibuscumque bonis, rebus, & Personis in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulyssiponensis versus Occidentem existentibus quomodolibet proveniant.

§. 11 Ad effectum verò, ut ex divisione Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis præfatarum, & existentiâ duorum Archiepiscopatuum intra limites ejusdem antiquæ Civitatis, ejusdemque Diœcesis, discordiæ, & dissensiones non oriantur, cupientes pacem, & tranquillitatem inter Personas Ecclesiasticas, summoperè consentaneam, confovere, omnia, & singula infrascripta, quæ jurisdictionem, superioritatem, aliaque pro quiete, & concordiâ amborum Archiepiscopatuum respicere possunt, perpetuis futuris temporibus tam ab Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali, quàm ab Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali, eorumque respectivè Vicariis, Officialibus, & Ministris quocumque nomine nuncupandis, ac quâvis auctoritate, superioritate, jurisdictione, & facultate pollentibus, necnon subditis, & Diœcesanis tam sæcularibus, quàm Ecclesiasticis, firmiter, & inviolabiliter observari debere mandamus. Primò videlicet, quod Confessarii, & Concionatores, si à proprio ex duobus prædictis Archiepiscopis pro tempore existentibus approbati, & idonei reperti fuerint ad Confessiones audiendas, & verbi Dei prædicationes faciendas in unâ parte Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis, in quâ existit dictus

proprius Archiepiscopus, tunc, & eo casu, exhibendo coram altero Archiepiscopo approbationem proprii Archiepiscopi, possint in alterâ parte Civitatis Ulyssiponensis, ejusque districtu confessiones audire, & Verbum Dei prædicare absque alio examine, aliâque approbatione, sed habitâ tantùm licentiâ ab Archiepiscopo loci, in quo Confessiones hujusmodi audire, & Verbum Dei prædicare voluerint.

§. 12 Secundò, quòd omnes, & quicumque casus, qui in uno ex prædictis duobus Archiepiscopatibus erunt reservati, vel in posterùm reservabuntur, pariformiter sint, & esse debeant etiam reservati in alio ex prædictis duobus Archiepiscopatibus, ne subditi unius ex præfatis duobus Archiepiscopatibus hujusmodi committentes excessus, qui in suo Archiepiscopatu sunt reservati, facilè absolvi possint in alio ex præfatis duobus Archiepiscopatibus, in quo similes casus reservati non fuerint.

§ 13 Tertiò in eventum sepeliendi aliquem defunctum unius partis Civitatis, vel Diœcesis in alterà parte ejusdem Civitatis, vel Diœcesis, vel quia in hac alterâ parte sibi elegerit sepulchrum, vel quia in hac alterà parte sepulchrum suorum Maiorum, & Consanguineorum existat, tunc Parochus Defuncti associare debeat cadaver usque ad limites illius Archiepiscopatus, in quo decessit, illudque exinde associabitur à Parocho, intra cujus limites sita est Parochia, sive Ecclesia, in qua cadaver prædictum erit sepeliendum, dividendo tamen inter utrumque Parochum emolumenta debita ratione funeris.

§. 14 Quartò Religiones, & Laicorum Confraternitates totius Civitatis, quæ ad præsens in eâdem Civitate reperiuntur, in posterùm associanda Cadavera, & in aliis quibuscumque functionibus, tam eundo, quàm redeundo incedere possint per totam Civitatem processionaliter eisdem modo, & formâ, quibus ad præsens incedunt. Illæ verò Religiones, & Laicorum Confraternitates, quæ in futurum de novo fundatæ, & institutæ fuerint, ad hoc ut in prædictis functionibus incedere possint per totam Civitatem processionaliter, ab utroque Archiepiscopo licentiam petere debeant, & facultatem.

§. 15 Quintò quotiescumque opus fuerit facere denunciationes super matrimoniis contrahendis in dicta Civitate Ulyssiponensi commorantibus, denunciationes hujusmodi quamvis matrimonium contrahere, & ad Ordines hujusmodi promoveri volentes unius partis dictæ Civitatis, ut præfertur, divisæ habitatores existant, non solùm in eorum Parochiali Ecclesiâ, verùm etiam in unâ ex Parochialibus Ecclesiis alterius partis ejusdem Civitatis, ut præfertur, divisæ, ad hoc ut fraudibus obviari possit, fieri debeant, nec ullo unquam tempore matrimonia contrahi, ac Ordines tam minores, quàm sacri conferri possint absque fide Notariorum vulgò *Folha corrida* nuncupata utriusque Archiepiscopatus, in qua expresse caveatur, quòd tam illi, qui matrimonia contrahere voluerint, quàm illi, qui ad Ordines præfatos erunt promovendi, nullo canonico impedimento irretiti existant, nullave criminis infamiâ quoad Ordines hujusmodi laborent.

§. 16 Sextò, quòd publicæ Processiones, tam in die solemnitatis Corporis Christi ab utraque Cathedrali faciendæ, quàm quæ ex consuetudine,

suetudine, vel voto aliis diebus fiunt, vel de cætero fieri potuerint, nequaquam fieri valeant extra limites proprios unius Archiepiscopatus absque expressâ licentiâ, & facultate alterius Archiepiscopi.

§. 17 Septimò Ministri, & Officiales unius Archiepiscopatus non possint, nec debeant in aliâ parte, & in alio Dominio, & Territorio alterius Archiepiscopi deferre insignia denotantia jurisdictionem, & justitiam, nec facere per se ipsos executiones, aut aliquem quamvis sibi subditum, in carceribus conjicere, sed adhibendæ erunt Literæ hortatoriæ juxta stylum Regni Portugalliæ; excepto tamen casu, quo Rei reperti fuerint, vel in actu fugæ, vel in fragranti crimine, in quibus casibus Rei consignandi erunt Officiali illius Archiepiscopi, in cujus ditione capti fuerint, ad hoc, ut iste, vel eos puniat, si de jure ei competat facultas illos puniendi, vel eos remittat ad Judicem suum, qui de jure debebit procedere ad cognitionem criminis à Reis hujusmodi commissi.

§. 18 Octavò omnes, & quæcumque Literæ Apostolicæ tam sub Plumbo, quàm sub Annulo Piscatoris in posterùm expediendæ, & tam gratiam, quàm justitiam simul, vel separatim concernentes, quæ pro illarum exequutione commitendæ erunt Archiepiscopo, seu Officiali Ulyssiponensi, quotiescumque ex eisdem Literis non constabit, an illarum exequutio Archiepiscopo, seu Officiali Ulyssiponensi Orientali, aut Archiepiscopo, seu Officiali Ulyssiponensi Occidentali commissa fuerit, tunc, & eo casu hujusmodi exequutio commissa esse intelligatur illi Archiepiscopo, qui jurisdictionem habuerit, vel supra personam, si materia sit personalis, vel supra rem, si realis.

§. 19 Nonò omnes, & quæcumque causæ, & litium controversiæ, quæ ad præsens introductæ, & indecisæ reperiuntur, continuari, & terminari debeant usque ad sententiam definitivam coram eisdem Officialibus, seu Judicibus, coram quibus introductæ fuerunt; exequutiones verò faciendæ erunt ab Officiali illius Archiepiscopi, cui juxta prædictam divisionem spectabunt, mediantibus tamen solitis Literis hortatoriis juxta stylum Regni Portugalliæ; illæ vero lites, & controversiæ, quæ de novo movendæ, & introducendæ erunt, judicari, & definiri debebunt ab Officiali illius Archiepiscopi Ulyssiponensis, aut Orientalis, seu Occidentalis, qui debebit de jure cognoscere, & super eis judicare, vel ratione personæ ei subjectæ, vel ratione rei in suo Archiepiscopatu, & in sua Diœcesi existenti.

§. 20 Decimò novus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis poterit creare, & eligere omnes, & singulos Officiales, qui ibidem creari solent, aut confirmare, & approbare jam creatos, & electos cum eisdem jurisdictione, & potestate aliis Officialibus in parte Civitatis, & Diœcesis sibi assignata competentibus, nec per hoc Officiales antiqui Archiepiscopatus Ulyssiponensis aliquam relevationem prætendere possint, præterquam in casu, quo Officia ab eis empta fuissent, quia tunc novus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis decernere debebit, quòd Officiales ab eo noviter electi reficiant damna, quæ Officiales antiqui Archiepiscopatus Ulyssiponensis ex hac novâ erectione, & electione Officialium pati possent, & infrascripti Ju-

dices Exequutores summariè, & solâ facti veritate inspectâ pretium eisdem antiquis Officialibus debitum persolvere faciant.

§. 21 Undecimò, quia in utrâque parte Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis tam Orientalis, quàm Occidentalis reperiuntur Dignitates, Canonicatus, & Beneficia, quæ personalem residentiam requirunt, ne ob prædictam Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis divisionem Dignitates, Canonicatus, & Beneficia hujusmodi pro tempore obtinentes in aliquo præjudicentur, volumus, quòd si Possessores Dignitatum, Canonicatuum, & Beneficiorum hujusmodi in unâ parte Civitatis, seu Diœcesis hujusmodi habitaverint, nihilominus habeantur, & reputari debeant præsentes in loco Dignitatum, Canonicatuum, & Beneficiorum hujusmodi; ipsi verò, non tamem eorum Familiæ, & Familiares subditi illius Archiepiscopi existant, in cujus Civitate, seu Diœcesi Dignitates, aut Canonicatus, seu Beneficia hujusmodi extiterint.

§. 22 Duodecimò, quod omnes, & singulæ controversiæ, quæ in posterùm occasione hujusmodi divisionis, ac novi Archiepiscopatus erectionis oriri poterunt, summariè absque strepitu, & figurâ judicii, ac solâ facti veritate inspectâ ab eisdem infrascriptis Judicibus Exequutoribus definiri, & judicari debeant. Insuper, quòd ex omnibus supradictis nullum præjudicium inferatur, nec ullo unquam tempore in futurum inferri possit jurisdictioni jam competenti novo Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali, uti Sacellano Maiori Capellæ Regiæ Ulyssiponensis, quæ jurisdictio semper, & omni tempore immunis, & illæsa remaneat in suo primævo statu, exercenda tamen à dicto novo Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali, uti Præsule dictæ Capellæ super Familia Regiâ, eademque Capella, & ejus Officialibus, ac Familiaribus ipsius Joannis Regis, ad formam Indultorum, & Privilegiorum Apostolicorum, usque nunc concessorum ad favorem Sacellani Maioris pro tempore existentis, quibus nullo modo derogatum, seu præjudicatum intelligatur, sed novus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis, uti Capellanus Maior dictæ Regiæ Capellæ ad formam Indultorum, & Privilegiorum Apostolicorum hujusmodi privativè quoad omnes alios Judices, seu superiores, quâvis auctoritate, & dignitate fungentes, suam jurisdictionem Sacellani Maioris absque ullâ diminutione, & controversiâ exercere valeat.

§. 23 Denique considerantes prædictam Metropolitanam Ecclesiam Ulyssiponensem Occidentalem, sic, ut præfertur, à Nobis per præsentes erectam, & institutam in Regio Palatio Ulyssiponensi constitutam existere, inibique ipsas Personas Regias functionibus Ecclesiasticis sæpissimè adesse posse, valdè congruum existimavimus, ut eadem Metropolitana Ecclesia Ulyssiponensis Occidentalis, ejusque pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis, uberioribus Indultis, privilegiis, & prærogativis ex speciali nostrâ & Sedis Apostolicæ Indulgentiâ condecorentur: hinc prædictum Joannem Regem amplioribus favoribus, & gratiis prosequi volentes, firmis tamen, & illæsis remanentibus supradictis omnibus, & singulis indultis, & privilegiis eidem Capellæ Regiæ, ejusque Sacellano Maiori, sic ut præfertur,

fertur, à Nobis, & Romanis Pontificibus Prædecessoribus nostris concessis, necnon citra ullum præjudicium, seu diminutionem auctoritatis, jurisdictionis, preæminentiarum, ac jurium quorumcunque, etiam honorificorum, & merè cæremonialium nunc, & pro tempore existenti nostro, & Apostolicæ Sedis in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis Nuncio, seu alteri ejusdem Sedis in eisdem Regnis pro tempore similiter existenti Legato competentium, quæ Nuncius, & Legatus supradicti, quoad dictum novum Archiepiscopum Ulyssiponensem Occidentalem pariformiter, & absque ullâ prorsùs differentiâ, ac quoad alios Archiepiscopos, & Episcopos dictorum Regnorum exercere possint, ac debeant, motu, scientiâ, & potestate similibus eamdem secularem, & insignem Collegiatam Ecclesiam, sic à Nobis in Archiepiscopalem Ecclesiam Ulyssiponensem Occidentalem erectam, & institutam nomine, titulo, & prærogativa Patriarchalis Ecclesiæ, ejusque Archiepiscopum Ulyssiponensem Occidentalem pro tempore existentem similiter nomine, titulo, & prærogativâ Patriarchæ Ulyssiponensis Occidentalis, ad instar Venerabilis Fratris nostri moderni Patriarchæ Venetiarum, quoad Provinciam tamen Archiepiscopatus Ulyssiponensis Occidentalis tantùm insignimus, & decoramus, cum facultate utendi insigniis, & stemmate propriæ Ecclesiæ Archiepiscopalis Ulyssiponensis Occidentalis, aliisque ornamentis, quibus idem Patriarcha Venetiarum de jure, usu, & consuetudine utitur, necnon in eisdem Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis deferendi Crucem, & Rocchettum apertum, Populum benedicendi, Thronum, & Baldachinum habendi, Pontificalia exercendi, infrascriptas indulgentias concedendi, & supra Bracharens. Ulyssiponens. Orientalem, ac Elborens. Archiepiscopos; Necnon Portugallens. Colimbriens. Visens. Mirandens. Lamacens. Egitaniens. Leiriens. Funchalens. Angrens. Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, Congens. Algarbiens. Portalegrens. & Elvens. Episcopos, aliosque omnes, & singulos Regnorum hujusmodi Prælatos, in omnibus actibus, & functionibus, etiam in eorum Ecclesiis præcedentiam habendi, quorum nullus etiam in eorum Ecclesiis, eo præsente, aliquem jurisdictionis, honoris, vel facultatis actum gerere possit, quem coram Legato prædictæ Sedis Apostolicæ gerere non valeret; quo verò ad alias jurisdictiones, & facultates aliis Patriarchis, seu prædictæ Sedis Legatis competentes, nullas idem pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis Patriarcha nuncupatus habere, seu exercere possit, exceptis supradictis, nisi alia jurisdictio, seu facultas hujusmodi, priùs per Nos, aut successores nostros, Sedemque præfatam declarata, & respectivè ei concessa fuerit, necnon utendi Palio non solùm in diebus, festivitatibus, & functionibus in Pontificali Romano descriptis, & designatis, sed etiam in Conceptionis Beatæ Mariæ Virginis, in Inventionis, & Exaltationis Sanctæ Crucis, Sancti Josephi, Sanctæ Annæ, Sancti Michaelis Archangeli, Sancti Vincentii Civitatis Ulyssiponensis Protectoris, Sanctæ Elisabethæ Reginæ Portugalliæ, Sancti Antonii Ulyssiponensis, Sancti Angeli Custodis, & Sancti Georgii Regni Portugalliæ Defensorum Festivitatibus, quæ omnes in ipsa

Collegiatâ Ecclesiâ in Cathedralem, & Metropolitanam Ecclesiam Ulyssiponensem Occidentalem erectam, & in toto Regno Portugalliæ solemniter celebrantur, necnon in qualibet aliâ die, si quæ fuerit solemnior in Ecclesiâ, in qua per totum Regnum prædictus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis Patriarcha nuncupatus Pontificalibus usus fuerit, ac in Benedictionibus nuptiarum, & in solemni Baptismate filiorum, & descendentium Regiorum, ac in aliis similibus, & solemnibus Regiis functionibus, quæ intra, vel immediatè post Missarum solemnia, celebrabuntur, quodque prædictus pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis Patriarcha nuncupatus, sic à Nobis per præsentes creatus, & institutus, ac nomine, & prærogativa Patriarchæ decoratus habitu purpureo ad instar Venerabilis etiam Fratris nostri moderni Archiepiscopi Salisburgensis, indui possit, easque indulgentias concedere valeat, quas nostri, & prædictæ Sedis Apostolicæ Nuncii in prædictis Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis ejusdem Sedis auctoritate concedere solent; videlicet, centum, aut plures alios dies, non tamen ultra annum, necnon in uno Festo dumtaxat, à primis usque ad secundas Vesperas, & occasum Solis diei Festi hujusmodi, quinque annos, & quinque quadragenas, aut infra, ita tamen, ut semel tantùm pro unâ Ecclesiâ, vel Capellâ fiat, etiam concedimus, & indulgemus.

§. 24. Capitulo verò dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, sic à Nobis in Cathedralem, & Metropolitanam Ecclesiam erectæ, ac titulo, denominatione, & prærogativâ Patriarchalis Ecclesiæ decoratæ, ejusque Dignitatibus, & Canonicis, ut ipsi in posterùm habitum Prælatitium violacei coloris sericei, aut lanei supra Rocchettum, ubique terrarum extra tamen Romanam Curiam, & ubi non fuerit, Romanus Pontifex, adinstar Canonicorum Ecclesiarum Patriarchalium de Urbe, quodque ipsi, qui jam vigore Indulti Apostolici habent usum Cappæ magnæ violacei coloris, in posterùm hyemali Cappam etiam magnam rubeam, æstivo verò temporibus Mozzettam supra Rocchettum similiter rubeam adinstar Canonicorum Ecclesiæ Pisanæ respectivè in singulis Horis Canonicis, Missis, & aliis Divinis Officiis, necnon Processionibus tam intra, quàm extra eorum Ecclesiam peragendis, necnon actibus Capitularibus publicis, & privatis gestare, & deferre possint, quodque Capitulum, & Canonici dictæ Ecclesiæ Ulyssiponensis Occidentalis tam habitu Prælatitio, quàm Canonicali induti; & capitulariter existentes, seu incedentes omnia Capitula, etiam in eorum Ecclesiis, omnesque Canonicos quarumcumque Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum totius Regni Portugalliæ; similiter, si unus, vel plures dictæ Ecclesiæ Ulyssiponensis Occidentalis cum alio, vel aliis, Dignitate, seu Canonico, aut Dignitatibus, seu Canonicis alterius cujusque Ecclesiæ Regni Portugalliæ incedent, seu in aliqua functione Ecclesiasticâ aderunt, etiam in eorum Ecclesiis præcedere debeant; necnon, ut ipsi, eorumque in Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis hujusmodi successores perpetuis futuris temporibus, ac tam in parte Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis Occidentalis, quàm in toto Regno, & Dominiis præsente Rege, eoque absente

sente de licentiâ Ordinarii, in Missis, ac Horis Canonicis, solemniter decantandis, & persolvendis, ac etiam in Processionibus, benedictionibus Candelarum, Cinerum, Palmarum, & Fontis Baptismalis, ac in reliquis Ecclesiasticis functionibus, in quibus Sacra adhibentur paramenta, præsente, vel absente Archiepiscopo, Mitrâ, aliisque indumentis, vel paramentis, adinstar Abbatum usum Mitræ habentium, uti, necnon in eorum Armis, & Insigniis gentilitiis Mitram apponi facere, adinstar Dignitatum, & Canonicorum Archiepiscopalium Ecclesiarum Beneventanæ, & Mediolanensis, quodque ipsius Ecclesiæ Ulyssiponensis Occidentalis Dignitates, & Canonici præfati, eorumque successores indumenta, & paramenta, aliasque res Ecclesiasticas, in quibus Sacri Olei, vel Chrismatis unctio non requiritur, non tamen Calices, neque Patenas benedicere, adinstar Canonicorum Ecclesiæ Neapolitanæ, eisdemque prædictæ Ecclesiæ Ulyssiponensis Occidentalis Canonicis causæ quæcumque, & super quibuscumque Litibus, & controversiis motæ, vel movendæ, committi, respectivè, liberè, & licitè possint, & valeant, etiam concedimus, & indulgemus.

§. 25 Ulteriùs, firmo remanente Jurepatronatus Regio, & præsentandi, ut antea, ad Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, ac Beneficia dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, sic à Nobis in Metropolitanam Ecclesiam Ulyssiponensem Occidentalem, erectæ, ad Archiepiscopatum Ulyssiponensem Occidentalem, tam hac primâ vice à primævâ illius erectione hujusmodi vacantem, quàm in posterùm in quibuscumque aliis vacationibus, quandocumque, & quomodocumque, etiam apud Sedem Apostolicam occurrentibus, Juspatronatus Regium, & nominandi, & præsentandi Personam idoneam Nobis, & Romano Pontifici pro tempore existenti, ac per Nos, & eumdem Romanum Pontificem pro tempore existentem dicto Archiepiscopatui Ulyssiponensi Occidentali Apostolicâ auctoritate, & mediantibus Literis Apostolicis præficiendam, prædicto Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus Regibus similiter perpetuò reservamus, concedimus, & assignamus, ac Juspatronatus, & præsentandi hujusmodi, prædicto Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus Regibus præfatis, non ex privilegio Apostolico, sed uti ex verâ primævâ, reali, & actuali, pleni, integrâ, & omnimodâ fundatione, & perpetuâ dotatione laicali, ex bonis merè laicalibus factis, competere, & pertinere, & uti tale sub derogatione Jurispatronatus ex privilegio Apostolico, vel consuetudine, aut præscriptione acquisiti, nullatenus comprehendi, aut illi nullo unquam tempore, etiam ex causâ vacationis apud Sedem præfatam: aut quocumque alio prætextu, aut ex quâcumque aliâ causâ, quantumvis legitimâ, etiam per Nos, & perdictos Romanos Pontifices successores nostros pro tempore existentes, motu, scientiâ, & potestatis plenitudine, similibus decernimus.

§. 26 Denique ut in eventum, in quem prædictus Joannes, aut pro tempore existens Portugalliæ, & Algarbiorum Rex, ejusque successores alibi Curiam, eorumque Regias Personas, vel perpetuò, vel per aliquod temporis spatium respectivè transtulerint, nihilominus

nus firmâ, & illæsa remanere debeant, tam Cathedralitas dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, sic à Nobis in Metropolitanam, & Patriarchalem Ecclesiam Ulyssiponensem Occidentalem erectæ, quàm omnia, & singula privilegia, & indulta eidem Cathedrali Ecclesiæ Ulyssiponensi Occidentali, sic, ut præfertur, concessa, etiam motu, scientia, & potestatis plenitudine paribus decernimus, & declaramus.

§. 27 Ad hoc autem, ut omnia, & singula supradicta à Nobis concessa, & ordinata, ac in præsentibus contenta, & expressa debitæ exequutioni demandentur, ac perpetuis futuris temporibus ab omnibus, & singulis firmiter, & inviolabiler observentur, motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus, Venerabilibus Fratribus nostris Elvensibus, Algarbiensibus, & Mirandensibus, eisque deficientibus, seu impeditis, Angolensibus, & Lamacensibus, Episcopis tenore præsentium mandamus, quatenus ipsi, vel unus eorum per se, vel alium, seu alios, etiam quatenus difficultate occurrente, & à Nobis non prævisâ, quæ effectum earumdem præsentium minimè retardare valeat, easdem præsentes literas, nullâ interpositâ morâ, debitæ exequutioni demandent, seu demandari faciant, ac unam partem tam Civitatis, quàm Diœcesis Ulyssiponensis præfatæ versus Orientem pro propriâ Diœcesi, ac proprio Territorio Archiepiscopatus Ulyssiponensis Orientalis, alteram verò partem Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis hujusmodi versus Occidentem, similiter pro propriâ Diœcesi, & proprio Territorio Archiepiscopatus Ulyssiponensis Occidentalis constituant, & assignent, ac plantam cum confinibus, & mensuratione per Peritos faciendam, juxta formam à Nobis desuper præscriptam, tam partis Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis Orientalis, quàm partis Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis Occidentalis, hujusmodi, tam in Cancellariis eorum Episcopatuum, quàm in Cancellariis Archiepiscopatus Ulyssiponensis Orientalis, ac Archiepiscopatus Ulyssiponensis Occidentalis ad perpetuam rei memoriam, reponere, & asservare debeant, quodque ultra divisionem præfatam sic, ut præfertur, factam, omnia, & singula supradicta ab omnibus, & singulis perpetuis futuris temporibus per censuras, & pœnas Ecclesiasticas, ac alia opportuna juris remedia, & quacumque appellatione remotâ, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis, adimpleri, & inviolabiter observari faciant.

§. 28 Decernentes propterea easdem præsentes semper, & perpetuò validas, & efficaces existere, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, vel quâlibet causâ, quantumvis legitimâ, & juridicâ, etiam ex eo quod Sedes Archiepiscopalis Ulyssiponensis ad præsens vacet, & proprio Pastore, & Defensore destituta existat, ipsiusque Capitulum, & Canonici, seu quicumque alii cujuscumque Dignitatis, gradus, conditionis, & præeminentiæ sint in pramissis, & circa ea quomodolibet, & ex quâvis causâ, ratione, actione, vel occasione jus, vel interesse habentes, aut habere prætendentes, illis non consenserint, aut ad id vocati, & auditi, & causæ propter quas eædem præsentes emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ

non

non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, seu intentionis nostræ, aut jus, vel interesse habentium, consensus, aut quolibet alio, quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuam mentionem, ac expressionem requirente, defectu, sive etiam ex eo, quod in præmissis, eorumque aliquo solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda, servata, & adimpleta non fuerint, aut ex quocumque alio capite à jure, vel facto, aut statuto, vel consuetudine aliqua resultante, seu etiam enormis, & enormissimæ, totalisque læsionis, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione, vel causâ, etiam in corpore juris clausâ, occasione, aliâve causâ, etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimendâ foret, aut quòd de voluntate nostrâ, & aliis superiùs expressis nullibi appareret, seu aliàs probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversùs illas restitutionis in integrum, aperitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut aliud quodcumque juris, facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet, etiam motu simili concesso, aut impetrato, vel emanato, uti, seu se juvare in judicio, vel extra, posse, neque ipsas præsentes sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum, revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus, etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam præfatam, etiam motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus, etiam consistorialiter ex quibuslibet causis, & sub quibusvis verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, etiamsi in eis de eisdem præsentibus, earumque toto tenore, ac datâ, specialis mentio fiat, pro tempore factis, & concessis, ac faciendis, & concedendis, comprehendi, sed tanquam ad maius bonum tendentes, semper, & omninò ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & validissimum, ac eum, in quo antea quomodolibet erant statu, restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori datâ, quandocumque eligenda, concessas esse, & fore; sicque, & non aliàs in præmissis omnibus, & singulis per quoscumque Judices Ordinarios, vel delegatos, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, ac alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, prærogativâ, & privilegio fungentes, ac honore, & præeminentiâ fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque Judicio, & inquâcumque instantiâ, judicari, & definiri debere, & si secùs super his à quoquam quâvis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus.

§. 29 Non obstantibus quatenus opus sit, nostrâ, & Cancellariæ Apostolicæ regulâ de jure quæsito non tollendo, aliisque in contra-

rium præmissorum quomodolibet editis, vel edendis, etiam in Synodalibus, Provincialibus, Universalibusque Conciliis, specialibus, vel generalibus, ac quatenus opus sit, etiam illâ Pauli Papæ Secundi similiter Prædecessoris nostri de rebus Ecclesiæ non alienandis, aliisque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, ac antiquæ Cathedralis Ecclesiæ Ulyssiponensis aliarumque Ecclesiarum, & aliorum locorum piorum antiquæ Diœcesis Ulyssiponensis etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ roboratis Statutis, eorumque reformationibus, & novis additionibus, stylis, usibus, & consuetudinibus, etiam immemorabilibus; privilegiis quoque, Indultis, & Literis Apostolicis illis, eorumque superioribus, & Personis, ac locis quibuscumque etiam specificâ, & expresŝâ, ac individuâ mentione dignis sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis in genere, vel in specie, etiam motu pari, ac consistorialiter, aut aliàs quomodolibet, etiam iteratis vicibus in contrarium præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis, etiamsi in eis caveatur expresŝè, quòd illis per quascumque literas Apostolicas, etiam motu simili pro tempore concessas, quascumque etiam derogatoriarum derogatorias in se continentes, derogari non possit, neque censeatur eis derogatum, quibus omnibus, & singulis, etiamsi de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut quæcumque alia exquisita forma ad hoc servanda foret, illorum omnium, & singulorum tenores, formas, & causas, etiam quantumvis prægnantes, pias, & privilegiatas, præsentibus pro plenè, & sufficienter, ac de verbo ad verbum, nihil penitus omisso, insertis, expressis, & specificatis, habentes, illis aliàs in suo robore permansuris, ad præmissorum omnium validissimum effectum, hac vice dumtaxat, latissimè, & plenissimè, ac sufficienter, necnon specialiter, & expresŝè motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus, harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque.

§. 36 Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostri Motus proprii, ac Divisionis, Assignationis, Erectionis, Institutionis, Concessionis, Indulti, Reservationis, Declarationis, Mandati, Voluntatis, Decreti, & Derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit indignationem Omnipotentis Dei, & BB. Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem Anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo sexto decimo, septimo Idus Novembris Pontificatus nostri anno sexto decimo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

P. de Comitibus.

Decreto

Decreto, porque ElRey D. Joaõ o V. concedeo ao Patriarca de Lisboa todas as honras, que nos seus Reynos permitte aos Cardeaes.

Num. 112

HAvendo Sua Santidade creado nestes Reynos a Dignidade de Patriarca de Lisboa Occidental, com precedencia a todos os Prelados delles, concedendolhe o Habito purpureo, com as mais especiaes graças, e privilegios, que constaõ da Bulla Aurea, passada em Roma no mez de Outubro proximo passado, assim a respeito do mesmo Patriarca, como da Sé Patriarcal, à qual Bulla dey o meu consentimento, para que se désse à execuçaõ; e desejando da minha parte corresponder a taõ singulares graças. Hey por bem fazer à Igreja, ao dito Patriarca, e a todos os seus successores, pura, perpetua, e irrevogavel Doaçaõ, de que na minha presença, Corte, e todos os meus Reynos, e Dominios, se lhe dem, e façaõ as honras, e preeminencias, de que nelle gozaõ os Cardeaes da Santa Igreja Romana, a qual Doaçaõ faço de meu motu proprio, certa sciencia, Real, e absoluto poder, e quero, que valha para sempre, sem embargo de quaesquer Leys, Regimentos, Decretos, ou qualquer costume em contrario, e naõ obstando as Ordenações, que dispoem se naõ entenda Ley alguma revogada, sem da substancia della se fazer expressa mençaõ. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e lhe fará passar Carta de Doaçaõ, na fórma acima declarada. Lisboa Occidental 12 de Fevereiro de 1717.

Rubrica de Sua Mageſtade.

Carta de Doaçaõ delRey D. Joaõ o V. ao Patriarca de Lisboa, de duzentos e vinte marcos de ouro para elle, e seus successores.

Num. 113
An. 1719.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista Navegaçaõ, Commercio da Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de Doaçaõ virem, que havendo o Santo Padre Clemente Undecimo, hora por Divina Providencia Presidente na Universal Igreja de Deos, tido por conveniente ao serviço do mesmo Senhor, e ao mayor augmento do Culto Divino, erigir de seu motu proprio, e certa sciencia, a minha Capella Real desta Corte, que era Collegiada insigne com titulo de S. Thomé, em Sé Patriarcal, com as exuberantes preeminencias, prerogativas, e privilegios concedidos, assim à dita Sé, como ao Prelado della, elevando-o à Dignidade de Patriarca, com as circunstancias, que constaõ das Bullas Aureas, que o mesmo Santo Padre expedio para este effeito, de que tudo recebi grande prazer, e contentamento; e tendo consideraçaõ a que na parte, que se dividio

para o Territorio do Patriarcado naõ ficaraõ rendas baſtantes para o dito Patriarca poder commoda, e decentemente ſuſtentar o ſeu eſtado, e Dignidade, pelo que he razaõ, que do meu Patrimonio Real, eu ſuppra o que falta, como coſtumaraõ fazer os Senhores Reys meus predeceſſores, que com louvavel liberalidade, e magnificencia dotaraõ tantas Igrejas; e havendo Deos Noſſo Senhor augmentado as minhas rendas com o ouro, que ſe tira das Minas Geraes, e ſendo juſto, que do rendimento dos Quintos ſe tire alguma porçaõ para ſe applicar à Igreja em reconhecimento daquelle beneficio: Hey por bem de meu motu proprio, certa ſciencia, poder Real, e abſoluto, fazer pura, firme, e irrevogavel Doaçaõ para ſempre à Igreja, e ao meſmo Patriarca, e ſeus ſucceſſores no Patriarcado, de duzentos e vinte marcos de ouro em cada hum anno, conformes no pezo, ao Padraõ, que hoje ſe conſerva nos Senados deſtas Cidades; o qual ouro ſerá da ley de vinte e dous quilates; e os ditos duzentos e vinte marcos lhe ſeraõ pagos em quatro pagamentos, cada hum em ſeu quartel, pelo Theſoureiro do Conſelho Ultramarino, em eſpecie, ou em dinheiro equivalente aos ditos duzentos e vinte marcos, por ſeu juſto valor. E quando por algum accidente ſe retardem, ou faltem de todo os ditos Quintos, pagará a meſma importancia ſem diminuiçaõ alguma de quaeſquer outras rendas, que houver no Conſelho, e pertencerem à ſua repartiçaõ preſentemente, ou pelo diſcurſo do tempo ao diante lhe pertencerem, entrando nellas as das dizimas das Alfandegas das meſmas Conquiſtas, que com as mais rendas ſeraõ todas obrigadas à ſatisfaçaõ deſta minha Doaçaõ, para que naõ poſſa ter falencia eſte pagamento; e com declaraçaõ, que os ordenados, conſignaçóes, ſoldos, juros, e tenças, que até o preſente houver nas referidas rendas preferiráõ a eſta conſignaçaõ, que deſde hoje principiará a ſua antiguidade com preferencia a todas as deſpezas, que depois deſta ſe ordenarem de qualquer natureza, que ſejaõ, e ainda aos ordenados. E declaro, que os ſobreditos duzentos e vinte marcos de ouro, de que em cada hum anno faço Doaçaõ ao Patriarca, e perpetuamente a ſeus ſucceſſores, que ſempre devem ſer pelos proprios merecimentos, e por todas as qualidades, as primeiras, e principaes peſſoas de meus Reynos, e ainda poderáõ ſer os Infantes delles, quero ſe appliquem principalmente à ſuſtentaçaõ da ſua peſſoa, caſa, e eſtado, para mayor augmento do explendor, e magnificencia della; e tendo conſideraçaõ a que por eſte modo lhe ficaráõ aos Patriarcas mais livres as outras rendas, que de preſente tem, e de futuro por qualquer modo lhe podem acreſcer para as poderem diſtribuir em eſmolas, e mais obras de piedade a que ſaõ obrigados: Declaro tambem, que nas rendas deſta Doaçaõ naõ poderá já mais em tempo algum haver reſerva de penſaõ a favor de qualquer outra peſſoa ainda da quarta parte, ou outro qualquer encargo perpetuo, ou temporal, porque com eſta condiçaõ a faço, e aſſim quero ſe conſerve; eſperando na infinita bondade de Deos ſerá tanto de ſeu Divino agrado eſta offerta, que naõ ſó ſe augmentará o rendimento dos Quintos, mas o das mais rendas, que ſubſidiariamente vaõ

conſigna-

conſignadas; e quero, que eſta minha Doaçaõ com todas as clauſulas nella inſertas valha, tenha força, e vigor para ſempre, e naõ poſſa ſer revogada em tempo algum, nem por algum titulo ſe poſſa pôr duvida ao ſeu cumprimento, ainda que as rendas do Patriarcado ſe augmentem acreſcendolhes outras rendas Eccleſiaſticas, ou ſeculares, ainda por Doações Reaes, ſem embargo de quaeſquer Leys, Ordenações, ou Decretos em contrario, porque tudo hey por derogado, e de nenhum vigor para eſte effeito, e da Ordenaçaõ do livro ſegundo, titulo quarenta e quatro, que diſpoem, que ſe naõ entenda derogada Ordenaçaõ alguma, ſem que da ſubſtancia della ſe faça expreſſa mençaõ, ou de qualquer Alvará, ou Decreto, que o meſmo declare. Faço ſaber aſſim ao Preſidente, e Conſelheiros do Conſelho Ultramarino, para que o façaõ executar muito pontual, e inteiramente, como neſta minha Carta ſe declara; e por firmeza de tudo o que dito he, mandey paſſar eſta Carta por mim aſſinada, paſſada pela Chancellaria, e ſellada com o Sello pendente de minhas Armas, e naõ pagará direito algum, porque aſſim o hey por bem. Dada neſta Cidade de Lisboa Occidental, ao primeiro dia do mez de Abril, Mathias Ribeiro da Coſta a fez, anno do Naſcimento de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto, de mil setecentos e dezanove. = Diogo de Mendoça Corte-Real a ſobſcrevi. =

ELREY.

Carta de Doaçaõ ao meſmo Patriarca, e ſeus ſucceſſores, da Leziria da Foz de Almonda.

Num. 114

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquiſta, Navegaçaõ, Commercio da Ethyopia, Arabia, Perſia, e da India, &c. Faço ſaber, aos que eſta minha Carta de Doaçaõ virem, que pelas meſmas cauſas, que me moveraõ a fazer merce ao Patriarca D. Thomás de Almeida, de duzentos e vinte marcos de ouro, para elle e todos os ſeus ſucceſſores no Patriarcado, por Doaçaõ feita em Carta minha da data deſta, paſſada pela Secretaria de Eſtado: Hey por bem fazer pura, firme, e irrevogavel Doaçaõ para ſempre ao meſmo Patriarca, e a todos os ſeus ſucceſſores no Patriarcado, da Liziria da Foz de Almonda, que vagou para a Coroa, por falecimento da Condeſſa de Vianna, ſem embargo do Decreto de vinte e tres de Outubro de 1715, que hey por revogado, pelo qual a havia mandado incorporar na conſignaçaõ Real, para ſe applicar o ſeu rendimento às minhas Cavalheriças, como o mando declarar ao Conſelho da Fazenda, e Junta da Caſa de Bragança; porque quero, que eſta minha Doaçaõ com as meſmas condições, clauſulas, e derogações expreſſadas, na que fica acima referida, tenha força, e vigor para ſempre; e por firmeza de tudo o que dito he mandey dar eſta Carta por mim aſſinada, paſſada pela Chancellaria, e ſel-

e sellada com o Sello pendente de minhas Armas, e naõ pagará direito algum, porque assim o hey por bem. Dada nesta Cidade de Lisboa Occidental, ao primeiro dia do mez de Abril, Mathias Ribeiro da Costa a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1719. Diogo de Mendoça Corte-Real a sobrescrevi.

ELREY.

Alvará, porque ElRey D. Joaõ o V. dividio Lisboa em Occidental, e Oriental.

Num. 115 EU ElRey faço saber, aos que este Alvará virem, que havendo respeito à singular graça, que o Santo Padre Clemente Papa XI. hora na Igreja de Deos Presidente, liberalmente fez a estes meus Reynos, e Senhorios, e muito particularmente a esta minha muito nobre, e sempre leal Cidade de Lisboa, erigindo nella, e na mesma Real Capella huma Basilica Patriarcal, com Prelado do mesmo Titulo, além de outras honras, graças, e poderes, de que o dotou, e semelhantemente ao Cabido da mesma Igreja, fazendo-o singular entre todos os do Mundo Christaõ; e por esta causa dividio o mesmo Santo Padre o antigo Arcebispado de Lisboa em duas distinctas Diocesis, e a mesma antiga Cidade em duas Cidades distinctas, chamandolhe a huma Lisboa Oriental, que ha de ser regida no espiritual pelo Prelado da Sé antiga, e a outra Lisboa Occidental, que hora começa a reger do mesmo modo o novo Prelado da dita Basilica, a qual divizaõ, e denominaçaõ das ditas duas Cidades assim feitas pelo Santo Padre, eu as approvo, e de meu amplo, e supremo poder as divido, e denomino, do mesmo modo para sempre, e quero, que divididas sejaõ perpetuamente, posto que das palavras, porque o Santo Padre se explica na separaçaõ, que dellas faz, se naõ podesse, ou naõ devesse entender feita a dita divizaõ, ou carecesse da minha approvaçaõ, porque supprindo a tudo interponho meu Real poder, e as declaro formalmente divididas huma da outra, e mando, que se distingaõ pelos titulos de Occidental, e Oriental, que o Santo Padre lhe dá para sua separaçaõ, conservando cada huma dellas todas as honras, e privilegios, e mais graças, que gozava a antiga Cidade antes de ser dividida; e pelos mesmos respeitos, e outras muitas, e muito justas causas, que a isso me movem, para mayor firmeza desta divizaõ, e perpetua separaçaõ de Territorios, de huma, e outra Cidade. Fuy servido ordenar a todos os meus Tribunaes, Juizes, e mais Justiças, e Officiaes do meu serviço, que nos papeis, que expedirem, ou fizerem expedir, assim em particular, como em commum, façaõ sempre pôr as datas com a distinçaõ de Lisboa Occidental, ou de Lisboa Oriental, conforme a residencia, que tiverem, ou lugar de donde fizerem as ditas expedições nas duas Cidades de Lisboa, que se achaõ divididas com os ditos dous titulos, com as demarcações, que já lhe foraõ feitas. E porque achando-se assim separadas para sempre

sempre as duas Cidades, convem muito à sua regencia temporal, e politica, que cada huma tenha seu distincto Senado da Camera por bem do governo, e por bem do governo economico de cada huma dellas, e mais effeitos das Vereações das Cidades, e representações de seus Póvos. Hey por bem, e me praz dividir o mesmo antigo Senado da Camera, que consta de hum Presidente, seis Vereadores, hum Escrivaõ da Camera, dous Procuradores da Cidade, e quatro Procuradores dos Mesteres della, os quaes todos constituîaõ hum só Corpo, e agora sou servido, que constituaõ dous distinctos, e formaes Senados da Camera, cada hum com seu distincto Presidente, que lhe nomearem Fidalgo, e com as mais partes dos que até aqui o eraõ, e com o numero de tres Vereadores, hum Procurador da Cidade, dous Procuradores dos Mesteres, e hum Escrivaõ da Camera, para o que tambem crearáõ de novo outro lugar, que ha de ter as partes, e gozar de todas as honras, prerogativas, e privilegios, que sempre gozaraõ, e tiveraõ os antigos Escrivaens da mesma Camera; e cada hum dos ditos dous Senados, pelo modo sobredito, fará representaçaõ em cada huma das ditas Cidades divididas governando nellas, e isto pela ordem, e fórma seguinte: a saber, o Presidente, que eu primeiro nomear, e os tres Vereadores, que hora saõ mais antigos, e hum dos sobreditos Escrivaens da Camera qual delles eu eleger, e o mais antigo Procurador da Cidade com os dous mais antigos Procuradores dos Mesteres na ordem de sua nomeaçaõ, todos juntos representem o Corpo da Camera desta Cidade de Lisboa Occidental; e o Presidente, que eu tambem logo crear, e nomear, e outros Vereadores mais modernos, que hoje saõ, e o Escrivaõ da Camera, que eu eleger, e os dous sobreditos, e o Procurador, que hoje he da Cidade, e os dous mais modernos Procuradores dos Mesteres della representem o Corpo da Camera da Cidade de Lisboa Oriental, e deste modo huns, e outros daqui em diante assim se chamem, intitulem, e distingaõ, e cada hum dos ditos dous Senados, e seus Presidentes, e Ministros, gozem sem diminuiçaõ todas as honras, e jurisdicções, que até aqui o antigo Senado da Camera, e todos elles juntos provejaõ como de antes, e na fórma dos antigos Regimentos, e Decretos, nas duas Cidades divididas, em tudo o que cumprir a meu serviço, e bem commum dos Póvos, e faraõ nova Casa da Vereaçaõ no lugar mais accommodado nesta Cidade de Lisboa Occidental, aonde despacharáõ em tres dias de cada semana todos os sobreditos juntos, e os outros tres dias de cada semana despacharáõ, como sohiaõ na Casa antiga de sua Vereaçaõ da Cidade de Lisboa Oriental, fechando por este modo com seis dias de despacho em cada semana, na fórma em que o fazem os outros Tribunaes, e no mesmo dia, em que se juntarem na Casa da Vereaçaõ desta Cidade de Lisboa Occidental, despacharáõ tambem negocios da Cidade de Lisboa Oriental, e no em que se juntarem na Casa da Vereaçaõ de Lisboa Oriental despacharáõ tambem negocios desta Cidade de Lisboa Occidental, e faraõ executar tudo em ambas as duas Cidades na fórma de seus Regimentos, Decretos, e posturas,

com

com tanto, que os autos, e as datas de todas ſuas expedições as façaõ em nome da Cidade em cuja Caſa da Vereaçaõ forem feitos os ditos deſpachos, e em cada huma das ditas Caſas de Vereaçaõ exercitará cada hum dos ditos Preſidentes a ſua juriſdicçaõ preſidindo o Preſidente da Camera de Lisboa Occidental, nos actos, que ſe fizerem na Caſa de ſua Vereaçaõ, e o Preſidente da Camera da Cidade de Lisboa Oriental na Caſa de ſua Vereaçaõ tambem Oriental, achando-ſe ſempre ambos juntos em cada huma das ditas Caſas, e quanto à preferencia de lugares entre os ditos Preſidentes, tanto em huma Caſa de Vereaçaõ, como na outra ſe obſervará o que ſe pratîca com os Védores de minha Fazenda, e cada hum dos ditos Eſcrivaens da Camera por hora exercitará do meſmo modo o ſeu Officio, e quanto às diſtribuições dos papeis, e mais negocios, entre os ditos dous Eſcrivaens da Camera, os Senados proveráõ o que entenderem, e me conſultaráõ para eu determinar o que for ſervido; e nas funções, em que houver de ſer preſente, ou de qualquer modo chamado, e requerido o dito Senado em qualquer das duas Cidades divididas faça ſómente repreſentaçaõ com o Preſidente, tres Vereadores, Eſcrivaõ, Procurador da Cidade, dous Procuradores dos Meſteres, que todos tiverem o titulo, e denominaçaõ da tal Cidade a onde ſe fizer a funçaõ, chamamento, notificaçaõ, acompanhamento, ou outra couſa ſemelhante, e ſeraõ aſſociados em Corpo de Camera com ametade dos Officiaes, e mais peſſoas, que ſempre a coſtumaraõ acompanhar o dito Tribunal nos taes actos em quanto foy hum ſó, e iſto em quanto eu naõ mandar tomar nova fórma neſte modo de acompanhar em todo, ou em parte, e em quanto durarem neſta adminiſtraçaõ das duas Cidades divididas os ditos dous Preſidentes, e os ſeus Vereadores pelo modo ſobredito, haveraõ em cada hum anno além dos ordenados, que agora levaõ, cada Preſidente, mais duzentos mil reis, e cada hum dos Vereadores mais cem mil reis, havendo reſpeito ao trabalho, que lhes creſce em deſpacharem todos os dias, e tambem a utilidade, que recebem eſtes Póvos na mayor frequencia dos ditos ſeus deſpachos; e eſte tal accreſcentamento lhe ſerá pago a cada hum na meſma folha, e pelo meſmo modo, que lhe foraõ até aqui pagos os antigos ordenados, accreſcentandolhe eſta verba de duzentos mil reis a cada Preſidente, e de cem mil reis a cada Vereador, por ſer aſſim minha merce, e por eſta fórma os ditos dous divididos Senados, regeráõ as ditas duas Cidades divididas como até aqui o fizeraõ eſtes meſmos Vereadores, antes de o ſeparar, e o faraõ aſſim em quanto eu naõ mandar o contrario, e naõ fizer total divizaõ de governo, e rendas das ditas duas Cidades, as quaes rendas me praz, que fiquem por hora commuas entre os dous Senados; e ſe para melhor expediente for neceſſario multiplicar os mais Officiaes, e peſſoas, que ſervem a cada huma das ditas Caſas da Vereaçaõ, os ditos dous Preſidentes, e os ditos meus dous Senados me conſultaráõ com ſeus pareceres para eu reſolver o que for mais conveniente a meu ſerviço; e os ditos Preſidentes, Vereadores, e mais Officiaes, ſerviráõ ſeus cargos comprindo inteiramente com as obrigações, que por minhas

nhas ordens, Regimentos, Decretos, e outras Provisoens estaõ ordenados. E hey por bem, que este meu Alvará valha, e tenha força, e vigor, como se fosse Carta feita em meu nome, e passada pela minha Chancellaria, sem embargo da Ordenaçaõ, livro segundo, titulo 34, e 40, que o contrario dispoem, e este passará pela minha Chancellaria. = Mathias Ribeiro da Costa o fez em Lisboa Occidental, aos 15 dias do mez de Janeiro de 1717 annos. = Bartholomeu de Sousa Mexia o fiz escrever, e o sobreescrevi. =

REY.

Decreto sobre declarar o modo de todos os papeis, que foraõ obrados em Lisboa Occidental, e Oriental.

Dit. n. 115

POr se achar dividida esta Cidade, e erecta huma parte della em Arcebispado Patriarcal, com o titulo de Lisboa Occidental, e outra com o titulo de Lisboa Oriental, e ser conveniente, que se pratique a mesma divizaõ, tanto a respeito das jurisdicções seculares, como dos negocios civeis, e politicos, para que conste dos territorios, em que forem obrados. Hey por bem, que do primeiro de Fevereiro deste anno em diante se declare em todos os papeis, e escrituras publicas, e particulares, que foraõ feitos em Lisboa Occidental, ou Oriental, e que em outra fórma naõ venhaõ à minha presença, nem se admittaõ em juizo. A Mesa da Consciencia, e Ordens o tenha assim entendido, e nesta conformidade, pela parte, que lhe toca, o faça executar. Lisboa Occidental, nove de Janeiro de 1717. Com a Rubrica de Sua Magestade.

Declaraçaõ, que fez o Papa no Consistorio Secreto: anda na Collecçaõ, que se imprimio em Francfort no anno 1729, a pag. 138.

LXXIII.

IN CONSISTORIO SECRETO,

Habito die 7 Decembris 1716.

ARGUMENTUM.

Ad Ecclesiam Patriarchalem Ulixbonensem Occidentalem noviter erectam transfert R. P. D. Thomam de Almeida Episcopum Portugallensem.

VENERABILES FRATRES.

Num. 116

INitio labentis anni, cum immanissimus Turcarum Tyrannus proximâ, ac felici Peloponessi expugnatione summopere elatus, nihilque jam sibi impervium fore confidens, ingenti terrestrium, mari-

timarumque copiarum apparatu, non Venetas tantum, ſed & alias Chriſtianas Provincias ferociter aggredi, cladibuſque involvere molietur: potiſſimum verò Inſulam, & Arcem Corcyræ, ſecuritatis Italicæ propugnaculum, oppugnare intendere: Nos, ut bene noſtis, tot, tantiſque Eccleſiæ, ac Reipublicæ, imò & temporalis noſtræ ditionis periculis vehementer commoti, primum quidem ad illum, qui poteas eſt in prælio, toto corde clamavimus, ut ſecundum multitudinem miſerationum ſuarum eriperet Nos à malis, nec traderet beſtiis animas confitentes ſibi: deinde verò Catholicos Principes omni paternæ charitatis contentione hortari non prætermiſimus, ut periclitanti publicæ incolumitati opem ferrent, ac eademmet, quibus nuper inter ſe digladiati fuerant, arma, in Barbaros converterent. Hos inter chariſſimus in Chriſto Filius Noſter Joannes Portugalliæ, & Algarbiorum Rex Illuſtris, nulla ſanè ditiones ſuas amplificandi cupiditate illectus, nulla itidem ingruentis ſibi à Turcarum armis periculi propinquitate adductus, ſed ſuæ dumtaxat eximiæ pietatis, filialiſque in Nos, & hanc Sanctam Sedem devotionis ſtimulis incitatus, in auxilium Chriſtianæ Claſſis quamplurium bellicarum, munitiſſimarumque Navium ſubſidium, nullis incommodis, nulliſque expenſis, tametſi graviſſimis parcens, maiori, qua potuit celeritate tranſmiſit, validius etiam verè proximo communi cauſæ, ut confidimus, adfuturus. Hinc Nos ad tam præclara, omniſque humanæ laudis præconium longè ſupergreſſa ejuſdem Joannis Regis promerita Paternæ dirigentes conſiderationis intuitum, eique gratum noſtrum animum luculento aliquo, ac ſingulari Pontificiæ largitatis argumento exhibere cupientes, cum probè ſciremus ipſum Regem nihil impenſius, vehementiuſque nihil à pluribus annis exoptaſſe, quam ut Civitatem Ulixbonenſem, ſui Regni Metropolim, illiuſque Diœceſim, ingenti ambas populorum numero refertas in duas partes, Orientalem ſcilicet, & Occidentalem, æqualiter divideremus: earumque alterà verſus Orientem antiquo Archiepiſcopatui Ulixbonenſi jam dudum vacanti relicta, alià verò verſus Occidentem novo Archiepiſcopatui cum Patriarchali denominatione erigendo aſſignatà, inſignem Collegiatam in eadem parte Occidentali, videlicet in Capella Regii Palatii dictæ Civitatis exiſtentem, quæ ſex Dignitatibus, & octodecim Canonicis conſtat, in ejuſmodi Metropolitanam, & Patriarchalem Eccleſiam erigeremus: auditâ ſententiâ peculiâris Congregationis ſuper hoc negotio à Nobis ſpecialiter deputatæ, piis, enixis, ac pluries repetitis memorati Regis votis annuimus; unde expeditis deſuper Apoſtolicis literis Civitatem, & Diœceſim prædictas in duas partes, Orientalem, ſcilicet, & Occidentalem, æqualiter diviſimus, facta tam antiquæ taxæ, quam fructuum æquali itidem diviſione; relictâque antiquo Archiepiſcopatui Orientali parte, in alia Occidentali, certis expreſſis finibus, novum Archiepiſcopatum cum titulo, ac denominatione Patriarchali, adinſtar Patriarchalis Eccleſiæ Venetiarum, addita reſervatione antiqui Regii Patronatus ereximus, & inſtituimus, ac eamdem inſignem Collegiatam in Capella Regii Palatii ſub invocatione Divi Thomæ, ſicut præmiſimus, exiſtentem præviâ

ſuppreſ-

suppressione prioris tituli, nomine, ac titulo Metropolitanæ, & Patriarchalis Ecclesiæ sub invocatione Assumptionis Beatissimæ Virginis Mariæ insignivimus, & tam ei præficiendum Patriarcham, quam illius Capitulum, & Canonicos variis prærogativis ad illorum honorificentiam pertinentibus decoravimus; adjectis demum pro felici, ac quieto utriusque Ecclesiæ regimine, nonnullis Decretis ad evitandas jurisdictionales controversias, quæ ex hujusmodi divisione, ac respectivè erectione inter illarum Antistites oriri possent.

Hæc itaque Metropolitana, & Patriarchalis Ecclesia in parte Occidentali Civitatis Ulixbonensis sic erecta quinquaginta mille Domos, & tercentum mille circiter continet habitatores, qui præfato Regi in temporalibus parent.

Quatuor Episcopos, nempe Leyriensem, Lamacensem, Funchalensem, & Angrensem præfatæ Ecclesiæ suffragari jussimus; sex insuper Dignitates, quarum prima est Decanatus, ac octodecim Canonicos antiquæ Collegiatæ, ex quibus tamen trium Præbendas, in Pœnitentiariam, Theologalem, & Doctoralem erigi mandavimus, necnon duodecim Beneficiatos Præbendatos nuncupatos, aliosque Ecclesiasticos Ministros eidem inservire decrevimus.

Cura animarum, ut prius, exercebitur per Presbyterum amoivbilem in præfata Ecclesia, in quo adest Fons Baptismatis, ac Sacrarium Sacrâ Supellectili etiam ad exercenda Pontificalia ditissimè instructum.

Præter hanc extant in eadem parte Occidentali Civitatis aliæ viginti Parochiales Ecclesiæ, viginti quatuor virorum, & quindecim Monialium Cœnobia, quamplures Confraternitates, & Hospitale; Caret, autem Domo Patriarchæ habitationi specialiter assignatâ, necnon Seminario, ac Monte Pietatis.

Fructus, ut præmisimus, divisi taxantur in mille florenis, ascendunt verò ad quadraginta millia cruciatorum illius monetæ nonnullis antiquis pensionibus onerati.

Ad Metropolitanam, & Patriarchalem Ecclesiam prædictam in sui primævâ erectione nunc vacantem transferre intendimus Venerabilem Fratrem Thomam de Almeida Episcopum Portugallensem, cujus qualitates ab hac Sancta Sede approbatæ fuerunt, cùm Ecclesiæ Lamacensi in Episcopum præfectus, & deinde ad Portugallensem Ecclesiam, cui à septennio laudabiliter præest, translatus fuit.

Quid Vobis videtur?

Auctoritate Omnipotentis Dei, Sanctorum Apostolorum Petri, & Pauli, ac nostrâ absolvimus prænominatum Thomam à vinculo, quo tenetur, Ecclesiæ Portugallensis, & transferimus ad Ecclesiam Ulixbonensem Occidentalem, præficientes eum in Patriarcham, & Pastorem, cum retentione compatibilium, & Decreto, quod Fidei professionem emitere, & ad Urbem infra præfixum tempus transmittere, ac Juramentum fidelitatis præstare omninò teneatur, quodque in dictâ Civitate Ulixbonensi Occidentali, Domus Patriarchalis (constructioni pro viribus incumbat, Seminarium instituat, Montemque pietatis) erigi curet, ejus conscientiam super his onerantes.

In nomine Patris ✠, & Filii ✠, & Spiritus ✠ Sancti. Amen.

Alvará das prerogativas concedidas ao Deaõ, e Conegos da Igreja Patriarcal de Lisboa.

Num. 117
An. 1716.

EU ElRey faço saber, aos que este Alvará virem, que tendo respeito a haver Sua Santidade dividido esta Cidade, e seu Arcebispado em dous, erigindo em Cathedral Metropolitana Patriarcal, a insigne Collegiada da minha Real Capella, concedendo às Dignidades, e Conegos da nova Cathedral, os privilegios, graças, e preeminencias, que se declaraõ no motu proprio, que expedio o mesmo Santo Padre; e desejando eu conceder ao referido Cabido as honras, e merces, de que o julgo digno, hey por bem, e me praz, que daqui em diante as Dignidades, e Conegos, em quanto o forem da dita Sé, assim os que de presente saõ, como os que a diante forem, gozem de todas as honras, preeminencias, prerogativas, authoridades, privilegios, graças, liberdades, merces, e franquezas, que haõ, e tem, e de que usaõ, e sempre usaraõ os Bispos destes meus Reynos, assim como por direito, uso, e costume delles lhes pertence, dos quaes em tudo, e por tudo, quero, e mando, que elles usem, e possaõ usar, e lhes guardados sejaõ em todos os actos, e tempos, em que por direito, uso, ou costume, devaõ dellas usar, sem minguamento, ou duvida alguma, que a isso lhes seja posta, porque assim he minha vontade, e merce, e de todas as honras, privilegios, e preeminencias referidas, gozaráõ logo, que entrarem na posse das suas Dignidades, e Conezias, sem que lhes seja necessario mais despacho, ou acto algum, com declaraçaõ, que as Dignidades, e Conegos se prefiraõ entre si em todos os actos, e lugares onde concorrerem, pela mesma ordem, e fórma, que se preferirem na dita Sé; e ordeno, que sempre, que assistirem no Paço, Tribunaes, e Cortes do Reyno, ou outros quaesquer actos civis, e seculares, se sigaõ immediatamente aos Bispos, constituindo com elles hum mesmo Corpo, como estes o fórmaõ com os Arcebispos, preferindo porém as referidas Dignidades, e Conegos, o Bispo mais moderno, como nos sobreditos actos se pratíca com os Arcebispos, a respeito dos Bispos, e por firmeza de tudo o que dito he, lhes mandey dar este Alvará, que quero, e hey por bem, que valha, tenha força, e vigor como se fosse Carta feita em meu nome, e passada por minha Chancellaria, posto que por ella naõ passe, e que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das Ordenações do livro segundo, titulo 39, e 40, que o contrario dispoem, que para este effeito hey por dispensado. = Caetano de Sousa e Andrade a fez em Lisboa, aos 24 de Dezembro de 1716. Diogo de Mendoça Corte-Real, o sobescrevi.

REY.

Decreto

Decreto da precedencia dos Conegos a todos os Ministros nos Tribunaes.

Num. 118
An. 1717.

POr Alvará de 24 do mez passado, fuy servido conceder ao Deaõ, Dignidades, e Conegos do Cabido Patriarcal, os privilegios, e prerogativas, de que logtaõ os Bispos nos meus Reynos, e Senhorios, na fórma do dito Alvará; e porque Paulo de Carvalho e Ataide, como Arcipreste, e Lazaro Leitaõ Aranha, como Conego, devem usar dos mesmos privilegios da Mesa da Consciencia, e Ordens, em que saõ Deputados, no caso, que nella se naõ pratique o que nos mais Tribunaes, a respeito de precederem os Ministros, que por serem do meu Conselho, ou terem outras prerogativas, devem preceder: sou servido, que com os sobreditos, e as mais pessoas, que por especial circunstancia devem ter a precedencia, se pratique o que he estylo nos ditos Tribunaes; a mesma Mesa da Consciencia, e Ordens o terá assim entendido. Lisboa Occidental, a 12 de Janeiro de 1717.

Bulla Aurea do Papa Clemente XI. de confirmaçaõ, e execuçaõ da Santa Igreja Patriarcal. Anda impressa em Roma no anno de 1717.

CLEMENS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

Ad perpetuam rei memoriam.

Num. 119
An. 1717.

GRegis dominici cura à Salvatore, & Domino nostro, qui Charitas est, & Deus pacis, humilitati nostræ nullo licèt meritorum nostrorum suffragio commissa postulat, ut inter gravissimas, multiplicesque Apostolicæ servitutis curas, quibus his præsertim luctuosis temporibus undique præmimur, in eam peculiari solicitudine incumbamus, qua dubiis, & controversiis, quæ inter Christi fideles quoslibet, præsertim verò Ecclesiasticas personas ob novarum Ecclesiarum erectiones in futurum oriri posse formidantur, obviam ire studeamus, ut Personæ ipsæ Ecclesiasticæ, quæ in sortem Domini sunt vocatæ divinis ejus obsequiis commodiùs deserviant in sanctitate, & justitiâ coram ipso, eique remotis controversiarum impedimentis tranquilliori spiritu reddant abundantèr fructus suos, proindeque ut dubietates, & controversiæ hujusmodi penitùs, & omninò evellantur, nullaque occasio dubitandi in posterùm præbeatur, ea quæ pro exequutione literarum Apostolicarum super erectione novarum Ecclesiarum hujusmodi, præsertim verò Patriarchalium à Judicibus exequutoribus

ribus earumdem literarum facta fuisse dignoscuntur, perpetuâ roboris firmitate roborare, eisque Apostolici Præsidii firmitatem adjicere, efficacemque operam circà eorum conservationem, & subsistentiam libentèr adhibere, necnon aliqua, quæ dubietatem involvunt, aut controversias movere possunt, declarare, extendere, seu ampliare consuevimus, ut Orthodoxi Reges, quorum intuitu erectiones præfatæ factæ fuerunt, & hujusmodi literæ emanarunt, eorumque Fideles subditi concessionibus, privilegiis, & indultis eis concessis, securiùs in Domino gaudentes, in Pacis, & tranquillitatis dulcedine conquiescant, & in eorum assuetâ ergà Sedem Apostolicam devotione ferventiùs perseverent; Aliàs siquidem Nos probè scientes charissimum in Christo Filium nostrum JOANNEM Portugalliæ, & Algarbiorum Regem illustrem à pluribus Annis pio desiderio ductum habendi in ejus Palatio Regio Ulixbonensi unam Cathedralem Ecclesiam summoperè exoptasse, ut secularis, & insignis Collegiata Ecclesia in eodem Palatio aliàs à Nobis erecta, & instituta in Cathedralem Ecclesiam erigeretur, ac proindè Civitas, & Diœcesis Ulixbonensis in duas partes dividerentur, & in eis duo Archiepiscopatus constituerentur, ut Nosmetipsos gratos, & beneficios exhiberemus ergà prædictum JOANNEM Regem, qui nuper pari pietate, & liberalitate, filiali affectu, ac zelo defensionis Fidei ductus, exemplo suorum Prædecessorum Regum gloriosissimi Nominis in defendendâ, promovendâque Catholicâ Fide, nec incommodis, nec expensis quantùmvis maximis parcendo, validissimum auxilium quamplurium bellicarum, munitissimarumque Navium contrà Turcas, qui Insulam Corcyræ oppugnare moliebantur, quàm citissimè transmiserat: Motu proprio nostro non ad alicujus Nobis super hoc oblatæ petitionis instantiam, sed ex certâ scientiâ, ac maturâ deliberatione nostris, deque Apostolicæ Potestatis plenitudine Civitatem, & Diœcesim Ulixbonen. præfatas in duas partes divisimus, ac unam tàm Civitatis, quàm Diœcesis divisarum hujusmodi partem versus Orientem antiquo Archiepiscopatui Ulixbonensi reliquimus, alteram verò partem versus Occidentem novo Archiepiscopatui tunc per Nos erigendo assignavimus, itaut in posterùm perpetuis futuris temporibus pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonensis, qui medietatem Civitatis, necnon medietatem Diœcesis Ulixbonen. versus Orientem habuisset, Archiepiscopus Ulixbon. Orientalis; futurus verò, ac pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonen. qui medietatem Civitatis, & medietatem Diœcesis Ulixbonen. versus Occidentem pariformitèr habuisset, Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis respectivè nuncupari deberet, assignatis unicuique parti Civitatis, & Diœcesis Ulixbonensis divisarum hujusmodi Terminis, & Confinibus; in parte verò Civitatis, & parte Diœcesis Ulixbonen. versus Occidentem novum Archiepiscopatum Ulixbonen. Occidentalem pro uno, vero, & futuro Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali ad nominationem dicti JOANNIS Regis, ejusque in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis successorum Regum pro tempore existentium eidem Archiepiscopatui Ulixbonen. Occidentali Apostolicâ auctoritate præficiendo, qui in nullo penitùs alteri

alteri Archiepiscopo Ulixbonen. Orientali, aliisque quibuscumque Archiepiscopis, Prælatis, & superioribus quocumque nomine nuncupatis subjectus existeret, sed ab eis, eorumque jurisdictione, & superioritate penitùs, & omninò exemptus, ac dumtaxat Sedi Apostolicæ immediatè subjectus remaneret, ereximus, & instituimus, dictamque secularem, & insignem Collegiatam Ecclesiam aliàs sub invocatione Divi Thomæ Apostoli in prædicto Palatio Regio existentem in veram Archiepiscopalem, & Metropolitanam Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem sub invocatione Assumptionis Beatissimæ Virginis Mariæ, pariformitèr ereximus, & instituimus, ac nomine Archiepiscopali, & Metropolitano Ulixbonen. Occidentali insignivimus, & decoravimus: ac voluimus, quòd ipsa Collegiata Ecclesia, quæ ex sex Dignitatibus, octodecim Canonicatibus, totidemque Præbendis, quas, & quos obtinentes illius Capitulum constituebant, necnon ex duodecim perpetuis Beneficiis Ecclesiasticis constituebatur, in Cathedralem erecta eodem numero Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, quas, & quos etiam obtinentes illius Capitulum similitèr constituerent, necnon eodem numero Beneficiorum constitueretur; quorum tamen Canonicatuum Tres in Pœnitentiarium, Theologalem, & Doctoralem respectivè Canonicatus per ipsum JOANNEM Regem designari deberent, servatis tamen in præsentatione, collatione, & institutione Canonicatuum Pœnitentiarii, Theologalis, & Doctoralis hujusmodi tàm circa ætatem, quàm circà idoneitatem, aliasque qualitates Concilii Tridentini Decretis: Cùmque dicta Cathedralis Ecclesia Ulixbonen. Occidentalis olim Collegiata ad hujusmodi sublimitatem, honorificamque excellentiam sublimata existeret, dictusque JOANNES Rex in eâ Dignitates, & Canonicos habere, qui certis, & peculiaribus qualitatibus pollerent, ad hoc ut ad altiores Dignitates, & Cathedralium Ecclesiarum regimina promoveri, seu præsentari possent, summoperè desideraret, eidem JOANNI Regi, ut nonnullos ex dignitates, & Canonicatus, & Præbendas hujusmodi, ac Beneficia prædicta tunc obtinentibus pro eâ vice tantùm ab eis removere, aliosque in eorum locum subrogare, dummodò tamen priùs indemnitati eorum, qui sic remoti fuissent saltem æquivalentèr consultum fuisset, liberè, & licitè posset, & valeret, & sic remoti à Dignitatibus, aut Canonicatibus, & Præbendis, seu Beneficiis hujusmodi quavis ratione, & sub quovis prætextu, etiam triennalis possessionis juvari non possent, nec remotioni hujusmodi contradicere, & se opponere valerent, ac pro remotis Apostolicâ auctoritate habere voluimus, & mandavimus, Motu pari concessimus, & indulsimus. Archiepiscopo autem Ulixbonen. Orientali pro tempore existenti, ut auctoritatem, jurisdictionem, & superioritatem in Clerum, & Populum, in Castra, Oppida, Villas, Territoria, Districtus, Ecclesias, & Personas tàm seculares, quàm Ecclesiasticas existentes, & existentia in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulixbonen. versus Orientem habere deberet, & eas liberè, & licitè exercere valeret, ac Loca, & Personæ hujusmodi ejus jurisdictioni, subjectioni, visitationi, & correctioni semper subjecta remanere, citrà tamen præ-

judicium

judicium Perſonarum, ſeu Locorum forſan habentium privilegia exemptionis ab hujuſmodi viſitatione, quæ firma, & illeſa remanere, & ut anteà ab hujuſmodi viſitatione exempta reſpectivè eſſe deberent, ac eidem pro tempore exiſtenti Archiepiſcopo Ulixbonen. Orientali ultrà juriſdictionem, & auctoritatem in Perſonas, & Loca, in medietate Civitatis, & medietate Diœceſis Ulixbonen. hujuſmodi verſus Orientem, ſic ut præfertur, ei aſſignatis, collationes, proviſiones, & omnimodas alias diſpoſitiones Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, Perſonatuum, Adminiſtrationum, & Officiorum, cæterorumque omnium Beneficiorum Eccleſiaſticorum cum curâ, & ſine curâ, ac præſentationes, electiones ad illa, confirmationes, & inſtitutiones in eiſdem, anteà in totâ Civitate, & totâ Diœceſi Ulixbonen. prædefunctis Archiepiſcopis Ulixbonen. competentes, ſalvis tamen, & illeſis ſemper remanentibus reſervationibus, & affectionibus Apoſtolicis, & abſque præjudicio præſentationis Beneficiorum Juriſpatronatus Regii, & Laicalis in poſterùm pro medietate tantùm Civitatis Ulixbonen. & medietate Diœceſis Ulixbonen. hujuſmodi verſus Orientem, ſic ut præfertur, ei aſſignatis, reliquimus, & aſſignavimus; eidemque pro tempore exiſtenti Archiepiſcopo Ulixbonen. Orientali Egitanien. Portalegren. Promontorii Viridis, S. Thomæ, & Congi Epiſcopales Eccleſias, illarumque pro tempore exiſtentes reſpectivè Præſules, ſeu Adminiſtratores, pro ſuis, & pro tempore exiſtentis Archiepiſcopi Ulixbonen. Orientalis ſuffraganeis, qui tanquam membra Capiti pro tempore exiſtenti Archiepiſcopo Ulixbonen. Orientali jure Metropolitico ſubeſſent, deſignavimus, & deputavimus, itaquòd idem pro tempore exiſtens Archiepiſcopus Ulixbonen. Orientalis in eiſdem Egitanien. Portalegren. Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, & Congi Civitatibus, & Diœceſibus jus Metropoliticum ſibi vindicaret, & Egitanien. Portalegren. Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, & Congi pro tempore exiſtentes Epiſcopi, eidem pro tempore exiſtenti Archiepiſcopo Ulixbonen. Orientali ad omnia, & ſingula tenerentur, & eſſent adſtricti, ad quæ ſuffraganei quicumque ſuis Metropoliticis Eccleſiis, & Metropolitanis juxtâ canonicas ſanctiones tenentur, & obligati exiſtunt, ac eidem pro tempore exiſtenti Archiepiſcopo Ulixbonen. Orientali prædictos ſuos ſuffraganeos conſecrandi, ad Provinciales Synodos evocandi, ac cum eiſdem ſuffraganeis Eccleſiaſtica negocia agendi, & definiendi, cauſas quarumcumque appellationum, ſivè quærellas juxtâ Sacrorum Canonum, & Concilii Tridentini Decreta cognoſcendi, omniaque alia, & ſingula quæcumque, quæ de jure, uſu, conſuetudine, aut aliàs quoquomodo ad Archiepiſcopos, & Archiepiſcopale munus ſpectare, & pertinere ſolent, & præcisè ad antiquum Archiepiſcopum Ulixbonen. anteà ſpectabant, & pertinebant in medietate tantùm Civitatis Ulixbonen. verſus Orientem, & medietate tantùm Diœceſis Ulixbonen. etiam verſus Orientem, ſic ei pro ſuis Archiepiſcopatu, & Territorio à Nobis relictis, & aſſignatis gerendi, & exercendi, plenam, liberam, & omnimodam facultatem, & auctoritatem, reliquimus, paritèr, & aſſignavimus: Archiepiſcopo verò Ulixbonen. Occidentali pro tempore

re

re existenti, qui semper esse deberet Sacellanus maior dictæ Regiæ Capellæ primò in Collegiatam, & deindè in Archiepiscopalem Ecclesiam erectæ, ut ultrà gratias, privilegia, prærogativas, & Indulta, quibus frui debebit, uti præfatus Sacellanus maior, & præcisè ultrà Jurisdictionem spiritualem, & temporalem, quæ ei competere debebit super Familiaribus Regiis, aliisque Personis juxtâ formam, & tenorem Privilegiorum eidem Sacellano maiori aliàs concessorum ubicumque Domicilia habentibus, seu habituris, etiam ipse jurisdictionem, & auctoritatem in Clerum, Populum, Castra, Oppida, Villas, Territoria, Districtus, Ecclesias, & Personas tàm seculares, quàm Ecclesiasticas, & Regulares existentes, & existentia in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulixbonen. hujusmodi versus Occidentem ei, ut præfertur, assignatis habere deberet, ac eas liberè, & licitè exercere valeret, ac Loca, & Personæ hujusmodi ejus subjectioni, visitationi, & correctioni semper, & perpetuò subjecta remanerent, citrà tamen præjudicium Personarum, seu Locorum, forsan habentium Privilegia exemptionis ab hujusmodi visitatione, quæ firma pariter, & illesa remanere, & ut anteà ab hujusmodi visitatione exempta esse deberent, necnon eidem Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali pro tempore existenti ultrà jurisdictionem, & auctoritatem in Personas, & Loca in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulixbonen. hujusmodi versus Occidentem, sic ut præfertur, ei assignatis, collationes, provisiones, & omnimodas alias dispositiones Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, Personatuum, Administrationum, Officiorum, cæterorumque omnium, & singulorum Beneficiorum Ecclesiasticorum cum curâ, & sine curâ, ac præsentationes, electiones ad illa, confirmationes, & institutiones in eisdem, anteà in totâ Civitate, & totâ Diœcesi Ulixbonen. prædefunctis Archiepiscopis Ulixbonen. competentes, salvis tamen semper, & illesis paritèr remanentibus reservationibus, & affectionibus Apostolicis, & absque præjudicio præsentationis Beneficiorum Jurispatronatus Regii, & Laicalis, in posterùm pro medietate tantùm Civitatis Ulixbonen. & medietate tantùm Diœcesis Ulixbonen. versus Occidentem, sic ut præfertur pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali assignatis, similiter concessimus, & respectivè indulsimus; eidemque pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali Leirien. Lamacen. Funchalen. & Angren. Episcopales Ecclesias, modernosque, & pro tempore existentes illarum respectivè Præsules, seu Administratores pro suis, & pro tempore existentis Archiepiscopi Ulixbonen. Occidentalis suffraganeis, qui tanquam membra Capiti eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali jure Metropolitico subjacerent, eique obedientiam, & reverentiam tanquam proprio Metropolitano præstare deberent, similitèr designavimus, & deputavimus, ita quòd idem pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis in eisdem Leirien. Lamacen. Funchalen. & Angren. Civitatibus, & Diœcesibus jus Metropoliticum haberet, & habere deberet, & Leirien. Lamacen. Funchalen. & Angren. Episcopi eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen.

Occidentali ad omnia, & singula tenerentur, & adstricti essent, ad quæ suffraganei quicumque de jure, usu, aut consuetudine tenentur, & obligati existunt, ipsique pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali prædictos suos suffraganeos consecrandi, ad Provinciales Synodos evocandi, ac cum eis etiam Ecclesiastica negocia agendi, & terminandi, causas quarumcumque appellationum, sivè quærelas juxta Sacrorum Canonum Statuta, & Concilii Tridentini Decreta cognoscendi, omniaque alia, & singula, quæ similitèr de jure, usu, consuetudine, aut aliàs quomodolibet ad Archiepiscopos, & Archiepiscopale munus spectare, & pertinere solent, & præcisè ad antiquum Archiepiscopum Ulixbonen. anteà in totâ Civitate, & Diœcesi Ulixbonen. spectabant, & pertinebant, in posterùm in medietate tantùm Civitatis, & medietate tantùm Diœcesis Ulixbonen. hujusmodi versus Occidentem, sic ei pro suis Archiepiscopatu, & Territorio à Nobis paritèr assignatis, gerendi, & exercendi plenam, & omnimodam facultatem, & auctoritatem concessimus, & impartiti fuimus: Ad effectum verò, ut tàm Archiepiscopus Ulixbonen. Orientalis, quàm Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis pro tempore existentes in actu expeditionis literarum Apostolicarum super eorum promotione ad dictos Ulixbonen. Orientalem, & Ulixbonen. Occidentalem Archiepiscopatus ad nominationem dicti JOANNIS Regis, ejusque successorum Regum prædictorum faciendam taxam fixam, & inviolabilem in libris Cameræ Apostolicæ, ac certos, & distinctos fructus habere valerent, cum taxa antiqui Archiepiscopatus Ulixbonen. in libris Cameræ Apostolicæ ad bis mille florenos auri descripta reperiretur, & æquum esset, quòd sicuti dividebantur Civitas, & Diœcesis, ita etiam dividerentur fructus, & onera, idcircò voluimus, & ordinavimus quòd in posterùm fructus Archiepiscopatus Ulixbonen. Orientalis ad mille florenos auri, & similitèr fructus Archiepiscopatus Ulixbonen. Occidentalis ad alios mille florenos similes respectivè in libris Cameræ Apostolicæ taxati respectivè existerent: Unicuique autem ex prædictis duobus Archiepiscopis Ulixbonen. Orientali, & Occidentali pro tempore existentibus, illi fructus ex Decimis, & aliis quibuscumque redditibus, proventibus, bonis stabilibus, censibus, & aliis hujusmodi provenientes obvenirent, qui provenire poterant ex illâ medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulixbonen. ei sic, ut præfertur, assignatis; & ne antiquum Capitulum Ulixbonen. ex hac divisione, & dismembratione, ac novi Archiepiscopatus Ulixbonen. Occidentalis erectione quoad infrascriptos fructus, & alia emolumenta ei, ut infrà spectantia, aliquod detrimentum pateretur, tàm fructus, quàm decimæ, & alia emolumenta, quæ anteà eidem antiquo Capitulo spectabant, & pertinebant, etiam post divisionem Civitatis, & Diœcesis Ulixbonen. ac novæ Metropolitanæ Ecclesiæ hujusmodi erectionem, ut anteâ, spectare, & pertinere deberent, absque eo quòd Capitulum, & Canonici novæ Metropolitanæ Ecclesiæ præfactæ ex Decimis, fructibus, & emolumentis præfatis, ad antiquum Capitulum Ulixbonen. ut præfertur, spectantibus, quidquam exigere, seu prætendere valerent, etiamsi fructus Decimæ, & emolu-

emolumenta hujusmodi ex quibuscumque bonis, rebus, & Personis in medietate Civitatis, & medietate Dioecesis versus Occidentem existentibus quomodolibet provenirent: Nè autem ex divisione Civitatis, & Dioecesis Ulixbonen. præfatarum, & existentiâ duorum Archiepiscopatuum intrà limites ejusdem antiquæ Civitatis, ejusdemque Dioecesis discordiæ, & dissentiones orirentur, quamplura, quæ jurisdictionem, superioritatem, & alia, quæ pacem, & concordiam amborum Archiepiscopatuum respicere possent, in duodecim Capitibus comprehensa decrevimus. Considerantes posteà prædictam Metropolitanam Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem, sic ut præfertur, à Nobis erectam, & institutam in Regio Palatio Ulixbonen. constitutam existere, inibique ipsas Personas Regias Ecclesiasticis functionibus sæpissimè adesse posse, valdè congruum existimavimus, ut eadem Metropolitana Ecclesia Ulixbonen. Occidentalis, ejusque pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis uberioribus indultis, privilegiis, & prærogativis ex speciali nostrâ, & Sedis Apostolicæ indulgentiâ condecoraretur: Quapropter. Firmis tamen, & illesis remanentibus omnibus, & singulis indultis, gratiis, & privilegiis eidem Capellæ Regiæ, ejusque Sacellano maiori, sic ut præfertur, à Nobis, & Romanis Pontificibus Prædecessoribus nostris concessis, & citra ullum præjudicium, seu diminutionem auctoritatis, jurisdictionis præeminentiarum, ac jurium quorumcumque, etiam honorificorum, & merè cæremonialium nunc, & pro tempore existenti nostro, & Apostolicæ Sedis in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis Nuncio, seu alteri ejusdem Sedis in eisdem Regnis pro tempore similitèr existenti Legato competentium, quæ Nuncius, & Legatus supradicti quoad dictum novum Archiepiscopum Ulixbonen. Occidentalem pariformitèr, & absque ullâ prorsùs differentiâ, ac quoad alios Archiepiscopos, & Episcopos dictorum Regnorum exercere possent, & deberent, eamdem secularem, & insignem Collegiatam Ecclesiam, sic à Nobis in Archiepiscopalem Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem erectam, & institutam, nomine, titulo, & prærogativâ Patriarchalis Ecclesiæ, ejusque Archiepiscopum Ulixbonen. Occidentalem pro tempore existentem similitèr nomine, titulo, & prærogativâ Patriarchæ Ulixbonen. Occidentalis, adinstar Venerabilis Fratris nostri moderni Patriarchæ Venetiarum, quoad Provinciam tamen Archiepiscopatus Ulixbonen. Occidentalis tantùm, insignivimus, & decoravimus, cum facultate utendi insigniis, & stegmate propriæ Ecclesiæ Archiepiscopalis Ulixbonen. Occidentalis, aliisque ornamentis, quibus idem Patriarcha Venetiarum de jure, usu, & consuetudine utitur, necnon in eisdem Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis deferendi Crucem, & Rocchettum apertum, Populum benedicendi, Thronum, & Baldachinum habendi, Pontificalia exercendi, & suprà Bracharen. Ulixbonen. Orientalem, ac Elboren. Archiepiscopos, necnon Portalegren. Colimbrien. Visen. Miranden. Lamacen. Egitanien. Leirien. Funchalen. Angren. Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, Congi, Algarbien. Portugallen. ac Elven. Episcopos, aliosque omnes, & singulos Regnorum hujusmodi Prælatos in omnibus actibus, & functionibus,

etiam in eorum Ecclesiis præcedentiam habendi, quorum nullus etiam in eorum Ecclesiis, eo præsente, aliquem jurisdictionis, honoris, vel facultatis actum gerere posset, quem coràm Legato Sedis Apostolicæ præfatæ gerere non valeret: Quò verò ad alias jurisdictiones, & facultates aliis Patriarchis, seu prædictæ Sedis Legatis competentes nullas idem pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis Patriarcha nuncupatus habere, seu exercere posset, exceptis supradictis, nisi alia jurisdictio, seu facultas hujusmodi priùs per Nos, aut successores nostros, Sedemque præfatam, declarata, & respectivè ei concessa fuisset. Necnon utendi Pallio non solùm in diebus, Festivitatibus, & Functionibus in Pontificali Romano descriptis, & designatis, sed etiam in Conceptionis Beatæ Mariæ Virginis, in Inventionis, & Exaltationis S. Crucis, S. Joseph, S. Annæ, S. Michaelis Archangeli, S. Vincentii Civitatis Ulixbonen. Protectoris, S. Elisabethæ Reginæ Portugalliæ, S. Antonii Ulixbonen. S. Angeli Custodis, & S. Georgii Regni Portugalliæ Defensorum, Festivitatibus, quæ omnes in ipsâ Collegiatâ Ecclesiâ in Cathedralem, & Metropolitanam Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem erectâ, & in toto Regno Portugalliæ solemnitèr celebrantur, necnon in qualibet aliâ die, siquæ fuisset solemnior in Ecclesiâ in qua per totum Regnum prædictus Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis Patriarcha nuncupatus Pontificalibus usus fuisset, ac in benedictionibus Nuptiarum, & in solemni Baptismate Filiorum, & Descendentium Regiorum, ac in aliis similibus, & solemnibus Regiis Functionibus, quæ intrà, vel immediatè post Missarum solemnia celebrarentur, quòdque idem Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis nomine, & prærogativâ Patriarchæ, sic à Nobis decoratus, habitum purpureum adinstar Venerabilis Fratris nostri moderni Archiepiscopi Salisburgen. induere posset, easque Indulgentias concedere valeret, quas nostri, & prædictæ Sedis Nuncii in eisdem Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis ejusdem Sedis auctoritate concedere solent, videlicèt, centum, aut plures alios dies, non tamen ultrà Annum, necnon in uno Festo dumtaxat à Primis usque ad secundas Vesperas, & Occasum Solis diei Festi hujusmodi quinque Annos, & quinque Quadragenas, aut infrà, ita tamen, ut semel tantùm pro unâ Ecclesiâ, vel Capella fieret, etiàm concessimus, & indulsimus: Capitulo verò dictæ Collegiatæ Ecclesiæ sic à Nobis in Cathedralem, & Metropolitanam Ecclesiam erectæ, ac titulo, denominatione, & prærogativâ Patriarchalis Ecclesiæ decoratæ, ejusque Dignitatibus, & Canonicis, ut ipsi in posterùm habitum prælatitium violacei coloris serici, aut lanei suprà Rocchettum ubique Terrarum, extrà tamen Romanam Curiam, & ubi non fuerit Romanus Pontifex, adinstar Canonicorum Ecclesiarum Patriarchalium de Urbe, quodque ipsi, qui jam vigore indulti Apostolici habebant usum Cappæ magnæ violacei coloris, in posterùm Hyemali, Cappam etiam magnam rubeam, Estivo verò temporibus, Mozzettam suprà Rocchettum similitèr rubeam adinstar Canonicorum Ecclesiæ Pisan; respectivè in singulis Horis Canonicis, Missis, & aliis Divinis Officiis, necnon Processionibus, tàm intrà, quàm extrà eorum

rum Ecclesiam peragendis, ac Actibus Capitularibus publicis, & privatis, gestare, & deferre possent, quodque Capitulum, & Canonici dictæ Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentalis tàm habitu Prælatitio, quàm Canonicali induti, & capitularitèr existentes, seu incedentes omnia Capitula, etiam in eorum Ecclesiis, omnesque Canonicos quarumcumque Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum totius Regni Portugalliæ, similitèr si unus, vel plures Dignitates, seu Canonici dictæ Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentalis cum alio, vel aliis Dignitate, seu Canonico, aut Dignitatibus, seu Canonicis, cujuscumque alterius Ecclesiæ Regni Portugalliæ hujusmodi incederent, seu in aliquâ functione Ecclesiasticâ adessent, etiam in eorum Ecclesiis præcedere deberent; necnon ut ipsi, eorumque in Dignitatibus, & Canonicatibus, & Præbendis hujusmodi successores perpetuis futuris temporibus, ac tam in parte Civitatis, & Diœcesis Ulixbonen. Occidentalis, quàm in toto Regno Portugalliæ, ejusque Dominiis præsente Rege, eoque absente, de licentiâ Ordinarii, in Missis, ac Horis Canonicis solemnitèr decantandis, ac etiam in Processionibus, Benedictionibus Candelarum Cinerum, Palmarum, & Fontis Baptismalis, ac in reliquis Ecclesiasticis Functionibus, in quibus Sacra adhibentur paramenta, præsente, vel absente Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali, nomine, & prærogativâ Patriarchæ, ut præfertur, decorato, Mitrâ, aliisque indumentis, vel paramentis adinstar Abbatum usum Mitræ habentium, uti, necnon in eorum Armis, & Insigniis gentilitiis Mitram apponi facere, adinstar Dignitatum, & Canonicorum Archiepiscopalium Ecclesiarum Beneventanæ, & Mediolanen. quodque ipsius Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentalis Dignitates, & Canonici præfati, eorumque successores indumenta, & paramenta, aliasque res Ecclesiasticas, in quibus Sacri Olei, vel Chrismatis unctio non adhibetur, non tamen Calices, neque Patenas, benedicere, adinstar Canonicorum Ecclesiæ Neapolitanæ, eisdemque prædictæ Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentalis Canonicis causæ quæcumque, & super quibuscumque Litibus, & Controversiis motæ, vel movendæ committi respectivè liberè, & licitè possent, & valerent, etiam concessimus, & indulsimus. Ulteriùs firmo remanente Jurepatronatus Regio, & præsentandi, ut anteà, ad Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, ac Beneficia dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, sic à Nobis in Metropolitanam Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem erectæ, ad Archiepiscopatum Ulixbonen. Occidentalem nomine, & prærogativâ Patriarchatus, decoratum, tam à primævâ illius erectione, quàm in posterùm, quandocumque, vacantem, & in quibuscumque illius vacationibus, etiam apud Sedem Apostolicam præfatam quandocumque occurrentibus, Juspatronatus Regium, & præsentandi Personam idoneam Nobis, & Romano Pontifici pro tempore existenti, ac per Nos, & eundem Romanum Pontificem pro tempore existentem dicto Archiepiscopatui Ulixbonen. Occidentali nomine, & prærogativâ Patriarchatus decorato, Apostolicâ auctoritate, & mediantibus literis Apostolicis præficiendam, eidem JOANNI Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus Regibus perpetuò reservavimus, concessimus, &

assigna-

aſſignavimus: Denique ut in eventum in quem prædictus JOANNES Rex, ejuſque ſucceſſores Reges alibi Curiam Civitatis Ulixbonen. eorumque Regias Perſonas, vel perpetuò, vel per aliquod temporis ſpatium reſpectivè transferrent, nihilominus firma, & illeſa remanere deberent tàm Cathedralitas dictæ Collegiatæ Eccleſiæ, ſic à Nobis in Metropolitanam, & Patriarchalem Eccleſiam Ulixbonen. Occidentalem erectæ, quàm omnia, & ſingula Privilegia eidem Eccleſiæ Ulixbonen. Occidentali, ſic ut præfertur, conceſſa, decrevimus, & declaravimus, prout in noſtris in formâ noſtri Motus proprii ſub datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ milleſimo ſeptingenteſimo ſextodecimo, ſeptimo Idus Novembris, Pontificatus noſtri, anno ſextodecimo expeditis literis pleniùs continetur; quas quidem literas Venerabilibus Fratribus noſtris Elven. Algarbien. & Miranden. Epiſcopis direximus, ad hoc, ut ipſi, vel unus eorum per ſe, vel alium, ſeu alios ad illarum exequutionem procederent; cumque ſicut accepimus, literæ præfatæ Venerabili Fratri noſtro moderno Epiſcopo Algarbien. uni ex Judicibus Exequutoribus præfatis pro obtinendâ illarum exequutione præſentatæ fuiſſent, idem Epiſcopus Algarbien. literas præfatas exequutioni demandaverit, mediante infraſcriptâ ſententiâ tenoris ſequentis videlicet Chriſti nomine invocato. Viſis his Actis, & Motu proprio Sanctiſſimi Domini Noſtri PP. Clementis XI. nunc temporis Regentis Eccleſiam Dei, quo, ex juſtis cauſis in ipſo Motu proprio contentis, & expreſſis, in duos præcipit dividi totum hunc Archiepiſcopatum Ulyſſiponenſem, attentâ etiam facultate Nobis conceſsâ pro ipsâ diviſione faciendâ, necnon conſenſu ad illam præſtito à Sereniſſimo Rege noſtro, quem Deus ſervet incolumen, eodemque Motu proprio ab ipſo Nobis per ſuum Primicerium remiſſo, aliis denique peractis diligentiis ad iſtiuſmodi diviſionem perneceſſariis, palàm fit, juberi à Sanctiſſimo Patre, quòd hic antiquus, & hactenùs continuatus, & indiviſus Archiepiſcopatus Ulyſſiponenſis in duas bipartiatur Eccleſias Metropolitanas cum diſtinctis, ſeparatiſque Territoriis, & Diœceſibus, in quibus earum Prælatorum ſinguli totam illam in Clerum, & Populum exerceant Epiſcopalem juriſdictionem, quæ aliàs à jure exercere ſolet, & competit Metropolitanis in ſuis Cathedralibus, & Provinciis, ipſeque Archiepiſcopus, qui hucuſque toti huic Metropoli præerat ſoli illi deinceps præſit parti Ulyſſipon. antiquæ, in eâque tantùm juriſdictionem ſuam exerceat, quæ à noviter erectâ, ſeu Ulyſſiponâ nova denominatâ dividitur, ac ſejungitur per Arcum Conſolationis dictum Coſtam de Caſtello, ac per murum, & Portam S. Andreæ unâ cum omnibus ejus ſuburbiis, quæ verſus Orientem dilatantur, ac extenduntur, qua ex causâ, Prælatus iſtiuſmodi Diœceſis Archiepiſcopalis Ulyſſiponenſis Orientalis denominabitur, ipſaque ejuſdem Diœceſis hac Tagi parte continuabitur à prædicto ſuburbio Orientali per Villas, & Loca de Ribatejo cum ſuis Terminis, Territoriis, & dependentiis, uſque ad confinia juriſdictionis de Thomar nullius Diœceſis; ex alterâ verò parte ejuſdem Tagi principium ducet ipſa Diœceſis à Flumine Canha uſque ad ultima confinia utriuſ-

que

que Episcopatus Egitanien. & Portalegren. quæ ab ipsâ Tagi parte respiciuntur, & in eis dumtaxat omnimodam, liberam, & prorsùs independentem habeat jurisdictionem; Residuum autem, quod segregatur, & extrahitur ab Archiepiscopatu antiquo, inveniturque intrà eandem dictam Civitatem à prædictis limitibus Arcus Consolationis, Costæ de Castello, Portæ S. Andreæ, cum suburbiis partis Orientalis, extrà verò Civitatem, quod sumit principium à Loco Arroios nuncupato, & continuatur per Campo Grande, Povoa S. Adriani, Arruda, Alemquer, Moinho Novo, Otta, Cercal, Sancheira, Campos d' Alcobaça, cum omnibus Locis, Territoriis, & dependentiis dictarum Villarum, quæ omnia ex hac parte Tagi sita sunt, usque ad extrema confinia Episcopatus Leirien. ex alterâ verò trans Tagum ipsum integrum Territorium Setubalense, qua parte mediat inter Flumina Sado, & Canha usque ad Confinia Archiepiscopatus Elboren. cum omnibus suis Locis, Territoriis, Villis, ac dependentiis, quæ Occidentem respiciunt, fiat, & firmiter, ac stabiliter erigatur in unam novam Ecclesiam Metropolitanam, cujus deinceps Præsul Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis nuncupabitur, hanc autem denominationem, & munus novæ, & istius Metropolis Cathedralis Ecclesiæ sibi vindicabit Collegiata insignis Capellæ Regiæ, cujus titulo, & naturâ suppressis, qui à mera Collegiata erat, in veram Sedem Archiepiscopalem, & Metropolitanam Ecclesiam transferetur, & exaltabitur, & quæ sub antiquâ invocatione, & titulo S. Thomæ Apostoli erecta fuit, invocatione, & titulo Beatæ Virginis Mariæ Assumptæ, adinstar omnium aliarum in hoc Regno gloriabitur: Porrò in prædictis Villis, Locis, Districtibus, & Territoriis poterit dictus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis independentem, & absolutam jurisdictionem exercere, conferre, quæ ad illum attinent, Beneficia æque simplicia, ac residentiam postulantia, salvis tamen semper reservationibus Apostolicis, Decimas, fructus, & quæcumque alia emolumenta ad illum in relatis districtibus spectantia exigere, eodem æque jure, quo à cæteris Archiepiscopis in toto dicto Territorio, & Diœcesi hactenùs exigebatur, eâ tamen exceptione, & declaratione, quòd in Locis illis, in quibus dictæ Decimæ, & fructus ad Capitulum, & Canonicos antiquæ Sedis spectabant, ad illos etiam deinceps omninò indemnes pertineant, cùm nolit Summus Pontifex, quòd prædicti Canonici, & illorum Capitulum in relatis fructibus, & emolumentis detrimentum aliquod patiantur: Quoad Dignitates verò, uti, & quoad reliquos Canonicatus, Præbendas, & Beneficia, ex quibus hactenùs consurgebat Capitulum Collegiatæ insignis, nunc ea jam in Ecclesiam Metropolitanam erecta omnia eodem modo, & numero, ac anteà conservabuntur, omniumque insuper præsentatio ad Serenissimum Regem, ipsiusque in posterùm successores attinebit illorum, vel etiam Canonicatuum, quibus Theologi, Doctoris, & Pœnitentiarii munera annexa sunt, dummodò tamen in horum præsentatione, collatione, & institutione serventur, quæ circà ætatem, idoneitatem, cæteraque à Concilio Tridentino præscripta, servantur: item quòd hac vice tantùm possit idem Serenissimus Rex nonnullos in

præsen-

præsentiarum obtinentes Præbendas, & Beneficia ab iisdem removere, aliosque pro suo libito sufficere, illorum tamen saltem equivalentèr consulendo indemnitati: Item quòd prædicti Dignitates, & Canonici dictæ Patriarchalis Ecclesiæ ubique Terrarum, extra tamen Romanam Curiam, uti poterunt Rocchetto, & habitu prælatitio serico, aut laneo coloris violacei, adinstar Canonicorum Ecclesiarum Patriarchalium in eâdem Romanâ Curiâ, & quòd iidem, aut dicto habitu prælatitio, aut Canonicali induti omnibus aliis Canonicis, & Capitulis istius Regni, etiam in illorum propriis Cathedralibus, tùm in communi, tùm in particulari præcedere debeant; necnon quòd tàm in Missis, & Horis Canonicis solemnitèr cantatis, quàm in Processionibus, Benedictionibus Candelarum, Cinerum, Palmarum, Fontis Baptismalis, aliisque functionibus Ecclesiasticis solemnitèr peragendis uti possint Mitrâ, & aliis indumentis Sacris, eo modo, quo iis utuntur Abbates, simili privilegio fulgentes, dictis insupèr paramentis utentur ubique præsente Rege, in ipsius verò absentia solùm de licentiâ Ordinarii loci, in quo Ecclesiastica functio celebrabitur: Itidem prædictam Mitram poterunt adjungere suis Armis, seu Insignibus gentilitiis, adinstar Canonicorum Archiepiscopalium Ecclesiarum Beneventanæ, & Mediolanen. omnia etiam indumenta, & Vasa Divino Cultui inservientia, iis exceptis, in quibus Sacri Olei, vel Chrismatis unctio requiritur, poterunt benedicere adinstar Canonicorum Ecclesiæ Neapolitanæ: Quoad prædictum Archiepiscopum Ulyssiponis Occidentalis illi, ut suffraganei subjacebunt Episcopi Leirien. Lamacen. Funchalen. & Angren. uti, & Archiepiscopo Ulyssiponis Orientalis Episcopi Egitanien. Portalegren. Promontorii Viridis, S. Thomæ, & Congensis, itaut utrarumque Ecclesiarum Præsules, & Antistites prædictos Archiepiscopos ut suos Metropolitanos agnoscent, eisdemque obedientiam præstabunt in iis, ad quæ de jure Metropolitico tenentur: Idem prætereà Archiepiscopus dictæ Metropolis Occidentalis Patriarchæ insimul honore, & titulo decorabitur in toto suæ Provinciæ, & Diœcesis districtu; utque talis omnibus, & singulis Regni Episcopis, & Archiepiscopis etiam Ecclesiæ Bracharen. superior existet, eisque præcedet in cunctis Functionibus, in quibus illorum concursus acciderit, idque, vel in propriis eorumdem Ecclesiis, & talitèr ut in ipsius Patriarchæ interventu, & præsentiâ nullum unquam jurisdictionis, aut honoris actum exercere valeant, quem coram Legato Sedis Apostolicæ gerere non liceret; poterit deindè uti habitu purpureo, adinstar Archiepiscopi Salisburgen. easdemque Indulgentias impartiri, quas in hoc Regno concedere solent Nuncii Apostolici, quòdque à primis usque ad secundas Vesperas, cujuscumque Festivitatis, vel usque ad Occasum Solis ejusdem diei Festi quinque remissionis Annos, & totidem Quadragenas, semel tamen in singulis Ecclesiis, vel Capellis, in quibus Festa diei celebrabitur, poterit concedere: Eidemque ulteriùs per totum Portugalliæ, & Algarbiorum Regnum licebit Crucem deferre, Rocchetto uti aperto, Populum benedicere, & Pontificalia exercere, uti deindè Pallio non modò in diebus à Pontificali Romano designatis, verùm etiam in Festivitatibus

tivitatibus

tivitatibus Immaculatæ Virginis Conceptionis, Inventionis, & Exaltationis S. Crucis, S. Josephi, S. Annæ, S. Michaelis Archangeli, S. Vincentii hujus Civitatis Protectoris, S. Elisabethæ Portugalliæ Reginæ, S. Antonii, S. Angeli Custodis, S. Georgii, & in quacumque aliâ solemnitate, quam intra Regni ambitum idem Patriarcha Pontificalitèr celebrabit, necnon in Benedictionibus Nuptiarum, in solemni Baptismo cujuscumque Personæ Regiæ, & in quibusvis aliis Regiis Functionibus, & solemnitatibus, dummodò tamen illæsa semper maneant, privilegia, prærogativæ, indulta, & jurisdictiones, quibus hactenùs usi sunt in hoc Regno Sedis Apostolicæ Nuncii, eisdemque namque utentur deinceps etiam in ipsâ Ecclesiâ Metropolitanâ Occidentali, æque, ac in aliis istius Regni fungi mos est; similitèr conservabuntur illæsa privilegia illarum Ecclesiarum, quibus hucusque eædem potiebantur respectivè ad antiquos istius Metropolis Archiepiscopos, eamdem quippè immunitatem retinebunt, absque ullâ subordinatione ad Archiepiscopum Patriarcham, iis solùm exclusis, quibus illi à jure subesse debent; prædicta verò privilegia, & facultates dicto Patriarchæ Occidentali concessa nullatenùs censeantur extensa ad alia, quæ à jure, usu, & consuetudine aliis Patriarchis concessa sunt, nisi aliqua ex illis decursu temporis à S. Sede Apostolicâ expressè indulta fuerint: Porrò eidem Dignitati prefatæ Archiepiscopi Patriarchæ hujusmodi novæ Metropolis annexus perpetuò erit munus, & titulus Sacellanus maioris, cujus proindè jurisdictio privativè erit quoad alios Prælatos, & eodem modo ab illo exercebitur, ac ab aliis suis Prædecessoribus, itaut una ab alterâ jurisdictio, & Archiepiscopi Patriarchæ, & Sacellani maioris distincta sint, & separata, quin hac in parte aliquid innovetur; quoad præsentationem verò, & nominationem dictorum hæc erit Jurispatronatus Regii, itaut ad solos pro tempore existentes Portugalliæ, & Algarbiorum Reges spectet in futurum Sedi Apostolicæ præsentare eos, qui sibi ad hanc dignitatem idonei visi fuerint: Denique ostenduntur à Sanctissimo provisa remedia ad evitanda jurgia, & controversias, quæ inter utramque Ecclesiam Orientalem, & Occidentalem oriri poterunt, dum sequentia statuit inviolabilitèr observanda. Primò quòd qui in alterâ Civitatis parte approbati fuerint à proprio Archiepiscopo, vel ad predicandum Dei Evangelium, vel ad confessiones audiendas, in alterâ paritèr idonei censeantur, quin ad utrumque munus obeundum novâ approbatione, aut examine indigeant, sed solâ licentiâ illius Ordinarii, cui approbationem jam adeptam præsentabunt. Secundò quòd peccata illa, quæ in unâ ex dictis Diœcesibus reservata sunt de præsenti, & in posterùm reservabuntur, erunt, & in alterâ parte reservata, ne alitèr faciliùs delinquendi arripiatur Ansa. Tertiò quòd in sepeliendis Defunctis, quando ex unâ Diœcesi Cadaver in alteram deportandum erit, ut ibi sepulturæ mandetur à proprio Parocho illius Diœcesis, à qua discedit, conducetur usque ad illius tantùm limites, indeque à Parocho alterius Diœcesis in quam tendit, & in cujus Ecclesiâ propriâ, vel in cujus districtu sepeliendum erit, comitabitur, utque utriusque labori satisfiat, inter utrumque emolumen-

tum funeris dividetur. Quartò quòd Religiosorum Communitates, & Confraternitates Laicorum, quæ in hac Civitate erectæ jam, & confirmatæ inveniuntur, tàm in conducendis Defunctis, quàm in Processionibus, & cæteris quibusvis aliis Functionibus, in quibus processionalitèr, & elatâ Cruce incedere solent, pariformitèr, & eodem modo in unam, & alteram Divisionis partem mutuò se gerere poterunt, quin necessaria sit licentia alterius cujuscumque Archiepiscopi, vel illius confirmatione, quæ autem ex iis denuò erigentur, nonnisi prævià licentiâ, & approbatione Archiepiscopi loci, sic incedere audebunt. Quintò quòd denunciationes, quæ ad contrahenda Matrimonia, vel ad Sacros Ordines suscipiendos à jure præmittuntur, non solùm in Parochiali Ecclesiâ illius Dioecesis, ubi contrahentes, aut Ordinandi Domicilium habent, sed in unâ aliâ alterius Dioecesis debeant fieri, ne aliquis dolus, aut fraus subrepat. Sextò quòd Processiones publicæ, quæ fieri solent, aut in posterùm fient, haud possint limites excedere proprii Archiepiscopatus, & alterius ingredi Territorium, absque expressâ licentiâ illius Ordinarii. Septimò quod Ministri judiciales, & Officiales unius Archiepiscopatus non possint intrà alterius ambitum, aut Territorium deferre insignia, quæ aliquam jurisdictionem denotent, nec per se ipsos facere exequutiones, aut aliquem in Carcerem mittere, quàmvis aliàs sibi subjectum, sed juxtâ stylum, & praxim Regni literis præcatoriis utendum est, casus tamen excipitur, vel fugæ, vel fragrantis delicti, in quo utriusque partis Ministri poterunt capere delinquentem, quem deferent ad Ministrum illius Dioecesis, in qua fuerit captus, ut hic vel in illum animadvertat, si jure ipsi spectat, vel ad competentem Judicem remittat puniendum. Octavò quòd Literæ Apostolicæ, sivè justitiam, sivè gratiam continentes directæ pro illarum exequutione ad Archiepiscopos, seu Officiales hujusce Civitatis Ulyssiponensis, si Orientalem, aut Occidentalem non exprimant, remissæ, ac directæ censeantur ad Ordinarium illius Personæ, si materia personalis sit, aut rei, si realis, cujus negocium agitur. Nonò quòd omnes causæ, & lites, quæ nunc temporis controvertuntur, & adhuc sub Judice sunt in eodem judicio, & apud eosdem Ministros terminentur, apud quos sumpserant principium, quamvis aliàs ad Tribunal novitèr erigendum spectare deberent aliquo ex Capite; pro exequutione tamen harum sententiarum remittendæ erunt literæ præcatoriæ ad Ministros, in quorum Territorio commorabuntur personæ, vel erunt sitæ res, in quibus exequutio erit facienda. Decimo quòd novus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis poterit de novo eligere, & creare pro suo arbitrio omnes, & singulos Officiales, & Ministros, quos in dictâ Civitate hucusque creari mos erat, vel etiam poterit confirmare pro suo libito quos creatos invenerit, casu tamen, quo antiqui Officiales deponantur, seu munere suo priventur, non propterea judicialitèr contradicent, nec satisfactionem aliquam exigent, nisi fortè ablata Officia empta fuissent, tunc enim ad Archiepiscopum spectabit cogere Officiales, quos denuò elegerit, ut antiquis caveant, & ad nos facti exequutio spectabit. Undecimò quòd si contigerit aliquos reperiri

periri Canonicatus, Dignitates, & Beneficia in alterâ ex dictis partibus Civitatis, seu Diœcesis divisis, quæ residentiam personalem requirant intrà illius ambitum, & districtum, quantumvis isti Canonicatuum, Dignitatum, & Beneficiorum Possessores commorentur, ac domicilium habeant in aliâ ex dictis partibus segregatis nihilominus residere censebuntur, ac si ubi residentia ipsa exigitur commorarentur, & habitarent: Familiares verò eorumdem Canonicorum, Dignitatum, & Beneficiatorum ratione proprii Domicilii in omnibus subjicientur Ordinario illius. Duodecimò quòd omnia, & quæcumque dubia, lites, & controversiæ, quæ inter prædictas duas Diœceses ex illarum divisione, & erectione novi Archiepiscopatus in futurum oriri poterunt, ad Nos, vel dignitate nostrâ, & usu fungentes, tanquam ad Judices Apostolicos spectabit decisio, & determinatio, ut Nobis justum visum fuerit, idque absque ullo judicii strepitu, & solà rei veritate inspectâ. Quibus omnibus inspectis, aliisque in toto hoc processu notis, facultate Apostolicâ nobis concessa declaramus, definimus, & creamus veram Ecclesiam Metropolitanam Patriarchalem, quæ hactenùs insignis erat Collegiata sub invocatione S. Thomæ Apostoli, & suppresso hoc eodem titulo, deinceps nominabitur sub invocatione Beatæ Virginis ab Assumptione, ut in omnibus istius Regni Cathedralibus generalis mos est; illius deindè Præsul, & Antistes erit verus, & legitimus Archiepiscopus Patriarcha Ulyssiponensis Occidentalis nuncupatus, poterit etiam uti habitu purpureo, & in toto suo Districtu, & Territorio omnibus illis prærogativis, gratiis, facultatibus, & jurisdictionibus ei frui licebit, quæ aliis ejusdem Dignitatis Archiepiscopalis à jure concessa sunt, quia sic declaramus, quapropter ab omnibus æstimabitur, & in honore habebitur tanquam verus Patriarcha, qui suam jurisdictionem exercebit intrà totum suæ Diœcesis ambitum, & extrà illum, juxta quæ in prædicto motu proprio, & tenore hujus sententiæ declarantur. Eidem insuper Archiepiscopatui Occidentali Patriarchali annexa erit dignitas Sacellani maioris cum districtu, & separatâ jurisdictione, ut eâ hic hactenus fungebatur, quam proindè idem Archiepiscopus Patriarcha exercebit ergà Personas illas, & in eis omnibus, quæ à jure, usu, & consuetudine ad ipsum attinet; similitèr definimus, & declaramus pro Capitulo Ecclesiæ Cathedralis Metropolitanæ Patriarchalis Capitulum insignis Collegiatæ, cum omnibus gratiis, prærogativis, præeminentiis, & facultatibus, quæ in hac sententiâ, & in Corpore dicti Motus proprii continentur, & exprimuntur: Ulteriùs eidem Archiepiscopo Patriarchæ Occidentali tanquam suffraganei subjacebunt Episcopi Leirien. Lamacen. Funchalen. & Angren. ergà quos eam omnimodam, & plenam jurisdictionem poterit exercere, quæ à jure, & consuetudine Metropolitanis convenit; Archiepiscopi verò Ulyssiponensis Orientalis suffraganei erunt Episcopi Egitanien. Portalegren. Promontorii Viridis, S. Thomæ Apostoli, & Congensis, ut circa illos eamdem protrahat jurisdictionem, qua hactenùs fungebatur; eâdem proindè auctoritate Apostolicâ separamus, & dividimus in duas partes totam hanc dictam Civitatem, & illius Archiepiscopatum, duas ex-

indè constituimus diversas Diœceses, & distinctos Archiepiscopatus, alterum nuncupatum Ulyssiponis Orientalis, alterum verò Ulyssiponis Occidentalis, utramque cum diverso, & separato Territorio, juxtà formam præscriptam in dicto Motu proprio: Undè præcipimus quòd prætenitio, seu dimensio tàm in parte istius Civitatis, quàm in reliquo Corpore, & Territorio totius Archiepiscopatus fiat per metas, & limites à Sanctissimo expressos in suo Motu proprio, & à nobis suprà etiam declaratos; ad effectum verò dictæ dimensionis designabimus Personas, quæ nobis idoneæ visæ fuerint, & quibus facultatem nostram ad eumdem effectum committemus, nobis semper reservatâ jurisdictione primævâ, ut in hac materiâ, & in aliis ad hanc causam attinentibus procedere possimus secundum justitiam, jus, & Suæ Sanctitatis præceptum ad hoc Nobis impositum. Ut autem hæc nostra sententia omnibus nota fiat, & nemo ignorantèr excusationem prætendat, horum Actorum Notario præcipimus, ut eamdem sententiam transcriptam vulvis utriusque Cathedralis affigat, aliisque locis publicis istius Civitatis, ut omnibus, & singulis innotescat. Datum Ulyssipone sub nostro signo tantùm decimo Kalendas Januarii anno MDCCXVI. Josephus Episcopus Algarbien. Pro dimensione verò, & assignatione limitum, & confinium utriusque partis Civitatis, & Diœcesis Ulixbonen. idem Episcopus Algarbien. deputaverit dilectos filios Franciscum Nunes Cardeal, ac Antonium dos Sanctos de Oliveira, necnon Joannem Baptistam Armao in utroque vel altero jurium Doctores, qui adhibitis Peritis, ac factis debitis diligentiis, actus, & resolutiones ediderunt pro definiendâ re sibi commissâ, dictusque Josephus Episcopus Algarbien. actus, & resolutiones Francisci, ac Antonii, necnon Joannis Baptistæ præfatorum, mediantibus diversis sententiis, approbaverit scilicet, actus, & resolutiones à Francisco factas per unam tenoris sequentis, videlicet. Cùm hujusmodi assignatio Terminorum, seu Confinium sit conformis dispositioni Sanctitatis Suæ in Motu proprio in his actis inserto, toto Territorio de Setuval cum omnibus Terris, Populationibus, & Parochiis intrà Flumina Sado, & Canha sitis, diviso, & separato ab antiquo Archiepiscopatu Ulyssiponensi, & ad Territorium Archiepiscopatus Patriarchalis novitèr erecti attinente, judicamus prædictam assignationem terminorum, seu confinium bonam, firmam, & validam, & talitèr jubemus exequi, & observari, ad quod, Decretum nostrum judiciale, auctoritatemque Apostolicam Nobis concessam interponimus, declaramusque in prædictâ assignatione terminorum, seu confinium comprehendi Villas de Almada, Sezimbra cum omnibus locis, Populationibus, & Parochiis, quæ à prædicto Territorio de Setubal per Tagi Ripas, usque ad Portum, & Litora Maris Oceani se extendunt, cùm Sanctitas Sua declaret, quòd trans Tagum tantummodò pertineat ad antiquum Archiepiscopatum Territorium de Sanctarem cum contentis intra Flumina Divor, & Castellum de Almeirol, usque ad confinia Episcopatus Portalegren. & ita necessariò pertinebunt jurisdictioni Mitræ Patriarchalis omnia Loca, Villæ, Populationes, & Parochiæ, quæ ab hac lineâ divisoriâ exclusæ versus Occidentem

dentem reperiuntur, & cùm in præfato ambitu, & districtu sint prædictæ Villæ de Almada, Sezimbra, reliquaque alia Loca, & Parochiæ, sine dubio omnia cum suis terminis, & dependentiis pertinebunt jurisdictioni Mitræ Patriarchalis, & ità judicamus, prout etiam judicamus prædictam assignationem terminorum, seu confinium factam juxta mentem Sanctitatis Suæ, & dispositionem sententiæ, quam publicavimus divisionis generalis hujus prædicti Archiepiscopatus, relinquendo in eâdemmet parte trans Tagum pro Territorio Mitræ Ulyssiponensis Orientalis reliquas omnes Parochias sitas extrà hanc Lineam, ut in eis prædictâ Mitrâ exerceat plenariam, & omnimodam jurisdictionem, ita, & eodem modo, quo antè divisionem exercebat. Ulyssipone Occidentali quintâ Junii MDCCXVII. Josephus Episcopus Algarbien. Alios verò actus, & resolutiones factas ab Antonio idem Episcopus Algarbien. similitèr approbaverit per aliam, videlicet. Cùm hujusmodi assignatio terminorum, seu confinium sit facta juxtâ formam Motus proprii Sanctitatis Suæ in eâ parte, quæ respicit Civitatem Ulyssiponensem, nam mensurata, & divisa invenitur per Arcum Consolationis, Costam Castelli, Murum, & Portam S. Andreæ, usque ad Locum de Arroios, ad Mitram Patriarchalem sic pertinente parte illâ, quæ respicit Occidentem: Ad Mitram verò Ulyssiponensem Orientalem parte illâ, quæ respicit Orientem, eodemque modo cùm inveniatur mensurata, & divisa Diœcesis à prædicto Loco de Arroios, usque ad Povoam Sancti Adriani inclusivè per limites, & confinia juxtâ formam, & dispositionem prædicti Motus proprii, ut ex eodem, & ex hujusmodi mensurationis Actis apparet, ideò eam bonam, firmam, & validam judicamus, exceptâ portione illâ, quæ respicit Parochias Virginis ab Assumptione de Ameixoeira, & Sancti Bartholomæi de Charneca, nam etsi Doctori Antonio dos Sanctos de Oliveira in dubio nobis suprà has duas Parochias proposito responsum dedimus, eos pertinere ad jurisdictionem Mitræ Ulyssiponensis Orientalis, ex rationibus in eodem responso congestis attamen attenta allegatione Procuratoris Mitræ Patriarchalis Nobis exhibitâ, quæ in assignationis terminorum, seu confinium Actis invenitur inserta, & attentis aliis inquisitionibus, & diligentiis, quas in casu proposito fieri jussimus, ex quibus constat has duas Parochias non multis abhinc annis fuisse dismembratas à Matrici suâ S. Joannis Baptistæ de Lumiar, cujus Prior jurisdictionem suam exercebat in toto ambitu, & circumferentiâ, quæ hodiè has tres Parochias includit in eodemmet districtu, & Territorio sitas, talitèr quòd, si hæ duæ Parochiæ filiales temporis lapsu depopularentur, itaut paucis Diœcesanis non esset deputandus specialis Curatus, ipse Prior de Lumiar teneretur in eis curam exercere, quod consentaneum juri non foret, existentibus his filialibus Ecclesiis intrà limites Mitræ Ulyssiponensis Orientalis, Matrici verò intrà limites Mitræ Patriarchalis, ut sine dubio juxtâ lineam divisoriam Motus proprii existit, & ultrà considerantes has tres Parochias unum tantùm corpus constituere, cujus Caput Matrix, membra verò illius sunt prædictæ duæ filiales, quarum Decimas Prior

dictæ

dictæ Matricis percipit, & in Ecclesia de Charneca nominat Curatum, & hucusque in eâ nonnullos jurisdictionis Actus exercet, nimirùm Sacrum in titulari Ecclesiæ festivitate celebrando, & licèt in Ecclesia Virginis ab Assumptione de Ameixoeira Curatum non nominet, attamen hæc ei quotannis solvit mille & sexcenta regalia monetæ Lusitanæ in recognitionis signum, & oblatorum, aliorumque jurium subrogationem, ut per documenta à nobis visa, & informationes in negocio captas, nobis liquidò constitit, in quo clarè demonstratur subordinatio, & dependentia, quam una, & altera Parochia, seu filialis Matrici Ecclesiæ adhuc præstat, quibus in terminis eam sequi tenentur, & sub eâdem jurisdictione, & Territorio permanere, ut expresse Sanctitas Sua in Motu proprio jubet, decernendo, dependentias, & accessoria Capiti, seu Principali aggregari: Ideò revocando resolutionem, & responsum nostrum judicamus prædictas duas Parochias de Ameixoeira, & Charneca prædictæ Mitræ Patriarchalis jurisdictioni, jubemusque ità terminos signari, ut intrà limites ipsius Territorii comprehendantur, & cum hac declaratione, in reliquis hujusmodi assignationem terminorum, seu confinium, bonam, firmam, & validam judicamus, & ità exequi jubemus, cùm Sanctitatis Suæ menti, & sententiæ, quam, suprà hujus antiqui Archiepiscopatus generalem divisionem, promulgavimus, dispositioni sit conformis, & declaramus reliquam partem Civitatis cum suburbiis versus Orientem, omnesque Terras, Loca, Populationes, & Parochias in hac eâdem Provinciâ de Extremadura à Loco de Arroios, usque ad Povoam Sancti Adriani, extrà lineam divisoriam versus Orientem sitas, pertinere ad jurisdictionem Mitræ Orientalis, ut in eis plenam, & omnimodam jurisdictionem exerceat, ità, & eodemmodò, quo hucusque antè divisionem exercebat. Ulyssipone Occidentali quintâ Junii anno MDCCXVII. Josephus Episcopus Algarbien. Reliquos verò actus, & resolutiones factas à Joanne Baptista præfatis idem Episcopus Algarbien. etiam approbaverit per reliquam sententiam, tenoris prout sequitur. Attentâ hujusmodi assignatione terminorum, seu confinium factâ à Poveâ Sancti Adriani, usque ad confinia Episcopatus Leirien. & attento Motu proprio Sanctitatis Suæ in his Actis inserto, judicamus prædictam assignationem terminorum, seu confinium bonam, firmam, & validam, auctoritateque Apostolicâ Nobis concessâ mandamus ità exequi, & observari, cum limitationibus tamen, & declarationibus sequentibus, scilicet, quòd à prædicto Loco, & Parochiâ Sancti Adriani sumenda est, ut Sanctitas Sua jubet: Via publica versus Arrudam, quæ post Parochiam de Loures directò tendit Bucelas, relicto Loco, & Parochia Sancti Juliani de Tojal, & Parochia Sancti Antonii de Tojal, ad dextram versus Orientem, nec descendit ad Locum, & Parochiam de Villalonga, quæ à prædictis Locis de Tojal, & Sancti Antonii per unius leucæ spatium versus Orientem distat, ut Nobis constitit, qua de causâ contrà Sanctitatis Suæ mentem, & dispositionem esset, quòd prædicta Parochia de Villalonga, & præfatæ Sancti Juliani de Tojal, & Sancti Antonii de Tojal pertinerent ad Territorium Mitræ Patriarchalis, cum sint versus

ſus Orientem extrà lineam diviſoriam in prædicto Motu proprio declaratam, eodemque modo eſſet contrà Sanctitatis Suæ mentem, quòd Parochia Sancti Saturnini dos Fanhoas pertineret ad juriſdictionem Mitræ Patriarchalis, nam etſi prædicta Parochia ſumptâ viâ publicâ à Povoa Sancti Adriani, verſus Arrudam ſit ſita verſus Occidentem, & ſic ad Mitram Patriarchalem pertinere deberet, juxtâ diſpoſitionem Motus proprii, attamen cùm in eodem Sanctitas Sua jubet membra ſequi Caput, & acceſſoria ſequi ſuum Principale, & prædicta Parochia Sancti Saturnini ſit filialis, & contigua Eccleſiæ Sancti Antonii de Tojal, cui decimas ſolvit, & non multis abhinc annis ab eâ fuit diſmembrata, talitèr ut etiam in præſenti in Matricis ſuæ recognitionem, & ſubordinationis debitæ proteſtationem in tutelari Feſtivitate, & Corporis Chriſti ejuſdem Matricis Eccleſiæ die Crucem portat propriam, eaque intervenit Proceſſionibus, quæ in Matrici prædictis diebus fiunt, omnibuſque in feſtivitatibus, & Officiis tenetur Curatus convocare Vicarium, atque Beneficiatos Sancti Antonii de Tojal unà cum ipſis prædicta Officia celebraturus, quorum proindè emolumenta inter omnes dividuntur, & etiam non multis abhinc annis ejuſdem filialis Eccleſiæ unus uniuſcujuſque Domus Parochianus Paſchatis Reſurrectionis die in dictâ Eccleſiâ Sancti Antonii tenebatur confiteri, & communicari in primævæ juriſdictionis ſpiritualis, quam in eos habebat ejuſdem Eccleſiæ Parochus, recognitionem, quæ omnia Nobis conſtitere ex Perſonis fidedignis, & aliis informationibus, & documentis, quæ optimè dictam filiationem juſtificant, & inſupèr ex ſententiâ, quæ in Archivio dictæ Parochiæ de Fanhoas ſervatur, omnia relata conſtant; ideò judicamus prædictas Parochias Sancti Saturnini, Sancti Antonii, Sancti Juliani de Tojal ad Mitræ Orientalis juriſdictionem pertinere, & jubemus ità terminos ſignari, ut intrà Territorii illius limites includantur: Quòad Parochias verò de Figueiros, Laudal, & Francos cum ſuis Locis, & Populationibus, cùm prima ſit ſita in Territorio Villæ de Cadaval, & dictæ poſteriores in Territorio Villæ de Obidos, & prædictæ utræque Villæ ſint ſitæ intra lineam diviſoriam verſus Occidentem, & ſic ad Mitræ Patriarchalis juriſdictionem pertinentes, ità ſimilitèr eædem tres Parochiæ ad eamdem Mitræ Patriarchalis juriſdictionem pertinere debent, cum ſuo ambitu, & Territorio, tamquam dependentiæ, & Territorium prædictarum Villarum, nàm Sanctitas Sua in prædicto Motu proprio jubet, Villas, Loca, & Populationes in eodem Motu proprio deſcriptas, cæteraque omnia ſita intrà unamquamque lineam, ut patet ibi. Omniaque alia, quæ intrà hanc lineam, &c. & ibi: Cætera verò loca, quæ ex hac lineâ excluſivè reperiuntur cum ſuis Terminis, Territoriis, & Dependentiis juriſdictioni uniuſcujuſque Prælati utriuſque Territorii diviſi pertinere; & cum prædictæ Villæ de Cadaval, & Obidos licèt expreſsè in prædicto Motu proprio non ſint nominatæ, attamen ex diviſione ejuſdem lineæ Territorio Mitræ Patriarchalis pertineant, neceſſariò earum Territoria, quorum in ambitu ſint ſitæ ad eamdemmet juriſdictionem pertinere debent, nam ſi Sanctitas Sua jubet Villas in dicto Motu proprio nominatas ſi proximiores

miores prædictæ lineæ sint, sua secum Territoria trahere, quomodò utique nolet eademmet Territoria sequi illas Populationes, quæ magis intrà centrum, & cor prædictarum linearum sitæ sunt, ideò præfatæ Mitræ Patriarchali has tres Parochias adjudicamus, & jubemus ità terminos signari, ut intrà prædictæ Mitræ jurisdictionem, & limites remaneant, sicque, atque his cum declarationibus bonam, & legitimam judicamus prædictam assignationem Terminorum, seu confinium, & juxtâ Sanctitatis Suæ mentem, & sententiæ dispositionem, quam suprà divisionem generalem hujus Archiepiscopatus promulgavimus: Declaramus quoque cætera Loca, Populationes, Parochias, quæ extrà hanc lineam in hac eâdem Provincia de Extremadura usque ad confinia jurisdictionis de Thomar sitæ sunt, pertinere ad Mitram Ulyssiponensem Orientalem, ut in eis amplam, & omnimodam jurisdictionem exerceat, sic, & eodem modo, quo hucusque antè divisionem exercebat. Ulyssipone Occidentali quintâ Junii MDCCXVII. Josephus Episcopus Algarbiensis. Nos inviolabili literarum nostrarum, & sententiarum hujusmodi subsistentiæ quantùm in Domino possumus consulere volentes (firmo tamen remanente Decreto conficiendi Planctam cum confinibus, & mensuratione in primò dictis nostris literis præscriptam, eamque reponendi, & asservandi ad perpetuam rei memoriam, tàm in Cancellariis prædictorum Episcopatuum Elvensis, Algarbiensis, & Mirandensis, quàm in Cancellariis Patriarchatus Ulixbonensis Occidentalis, ac Archiepiscopatus Ulixbonensis Orientalis) Motu simili sententias præfatas ab eodem Josepho Episcopo Algarbiense sic, ut præfertur, latas, cum omnibus, & singulis in eis contentis clausulis, & Decretis auctoritate Apostolicâ tenore præsentium confirmamus, & approbamus, illasque ratas, gratas, firmas, & validas habemus, ac de mandato auctoritate, & voluntate nostris emanasse declaramus, illisque perpetuæ inviolabilis, & irrefragabilis Apostolicæ firmitatis robur, & efficaciam adjicimus, omnesque, & singulos tàm juris, quàm facti, & solemnitatum quarumcumque tàm ex juris communis, & Constitutionum Apostolicarum præscripto, quàm quomodòcumque, & qualitèrcumque etiam de necessitate in similibus observandarum, aliosvè quoslibet quantùmvis magnos, & formales, ac substantiales, individuâque mensione dignos defectus, siqui forsan in prædictis sententiis, aut earum aliquâ quomodolibet intervenerint, aut intervenisse dici, vel censeri possent, plenissimè supplemus, & sanamus, ac penitùs, & omninò abolemus: Inhibentes propterea Primatibus, Archiepiscopis, Episcopis, aut aliis Ecclesiarum Prælatis, necnon Judicibus quibuscumque, cæterisque omnibus, & singulis Personis, tàm Ecclesiasticis, quàm sæcularibus, cujuscumque Dignitatis, status, gradus, conditionis, & præeminentiæ existentibus, ac quavis auctoritate, & potestate fungentibus, nè contrà prædictas nostras literas, ac sententias hujusmodi, illarum vigore emanatas, earumvè aliquod venire, intentare, appellare, decernere, aut innovare directè, vel indirectè quovis quæsito colore, vel ingenio, ac modernum, & pro tempore existentem dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Patriarcham, ejusdemque pro tempo-

tempore existentes Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Dignitates, Capitulum, & Canonicos quovis modo molestare, aut perturbare audeant, seu præsumant: Nos enim omnes recursus, molestias appellationes, & Decreta, quæ tàm contrà nostras literas super erectione dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, indultis, gratiis, & concessionibus, in eisdem literis contentis, & expressis emanatas, quàm contrà sententias præfatas in futurum fieri, seu attentari poterunt, ex nunc pro tunc cassamus, rejicimus, annullamus, abolemus, ac nullius roboris, & momenti esse debere declaramus, illasque, & illa pro non factis haberi volumus, & mandamus, ac perpetuum silentium super præmissis omnibus, & singulis imponimus: Verùm quia in dictis nostris literis, in prædictâ formâ nostri Motus proprii, ut præfertur, expeditis, nonnulla expressa fuerunt, quæ dubietatem aliquam involvere possent, nè ex hujusmodi expressione, & dubietate controversiæ, & dissentiones inter pro tempore existentes Patriarcham Ulixbonensem Occidentalem, & Archiepiscopum Ulixbonensem Orientalem; necnon Capitulum, & Canonicos Patriarchalis, & Archiepiscopalis respectivè Ecclesiarum Ulixbonen. Occidentalis, & Orientalis oriri valeant, infrascripta decernimus, & nostræ mentis, & intentionis esse declaramus. Primò videlicèt, quòd quamvis in prædictis nostris literis jurisdictioni pro tempore existentis Patriarchæ Ulixbonen. Occidentalis Parochialis Ecclesia Sancti Saturnini vulgò de Fanhoas, filialis infrascriptæ Parochialis Ecclesiæ Sancti Antonii de Tojal, aliæ verò Parochiales Ecclesiæ Sancti Juliani de Tojal, & Sancti Antonii etiam de Tojal, attentâ lineâ divisoriâ, in prædictis nostris literis demandatâ; jurisdictioni pro tempore existentis Archiepiscopi Ulixbonen. Orientalis subjectæ respectivè remanserint, attamen quià, ut accepimus, prædictæ Parochiales Ecclesiæ Sancti Juliani de Tojal, & Sancti Antonii similitèr de Tojal adeò tangunt Diœcesim Ulixbonensem Occidentalem, ut pro tempore existenti Patriarchæ Ulixbonensi Occidentali difficilis ad Oves suas ex hac parte visitandas pateat accessus, nisi concultato Territorio ultimò dictarum duarum Ecclesiarum, idcircò ad evitanda incommoda ejusdem pro tempore existentis Patriarchæ Ulixbonen. Occidentalis, quæ ex transitu super Territoriis ultimò dictarum duarum Ecclesiarum subire deberet, statuimus, & declaramus, quòd Parochiales Ecclesiæ Sancti Juliani de Tojal, & Sancti Antonii etiam de Tojal præfatæ cum filiali Ecclesiâ Sancti Saturnini, vulgò de Fanhoas jurisdictioni, & superioritati, pro tempore existentis Patriarchæ Ulixbonen. Occidentalis subjectæ, & mensæ Patriarchali Ulixbonen. Occidentali annexæ, & incorporatæ sint, & esse debeant eisdem modo, & formâ, quibus antè divisionem Civitatis, & Diœcesis Ulixbonen. antiquæ mensæ Archiepiscopali Ulixbonen. annexæ, & incorporatæ, ejusque jurisdictioni, & superioritati subjectæ respectivè existebant. Secundò, quòd inter bona, fructus, redditus, & proventus assignata, & assignatos pro tempore existenti Patriarchæ Ulixbonen. Occidentali, & existentia, ac existentes in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulixbonensis versus Occidentem ei pro suo Territo-

rio aſſignatis, comprehendantur etiam bona, fructus, redditus, & proventus, quæ in medietate Civitatis, & medietate Diœceſis Ulixbonenſis Occidentalis reperiuntur, etiamſi priùs antiquæ menſæ Archiepiſcopali Ulixbonenſi per quaſcumque literas Apoſtolicas, aut vigore Legatorum, Donationum, Contractuum, ultimarum voluntatum, aut aliàs quovis modo, & quavis de cauſa unita, annexa, ſeu aſſignata extitiſſent. Tertiò quòd exactiones redditum eiſdem Capitulo, & Canonicis præfatæ Eccleſiæ Ulixbonenſis Orientalis ſpectantium, & in medietate Civitatis, & medietate Diœceſis Ulixbonenſis Occidentalis exiſtentium, inibique exigendorum fieri debeant hoc modo videlicet, quod Capitulum, & Canonici Archiepiſcopalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Orientalis deprecari debeant modernum, & pro tempore exiſtentem Patriarcham Ulixbonenſem Occidentalem, ad hoc ut iſte à ſuis Miniſtris, & Officialibus exactiones hujuſmodi adimplere faciat, & omne id, quod ab eis vigore Mandati Patriarchæ Ulixbonenſis Occidentalis pro tempore exiſtentis exactum fuerit Capitulo, & Canonicis Eccleſiæ Ulixbonenſis Orientalis hujuſmodi, ſive eorum legitimo Procuratori, & non alteri conſignare teneantur, idem tamen ſervari debeat reſpectu redditum Capitulo, & Canonicis Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis ſpectantium, & in medietate Civitatis, & Diœceſis Ulixbonenſis Orientalis exiſtentium, inibique ſimilitèr exigendorum. Quartò, quòd Capitulum, & Canonici Eccleſiæ Archiepiſcopalis Ulixbonenſis Orientalis, qui ex Indulto Apoſtolico, ut aſſeritur, felicis recordationis Clementis Papæ VI. Prædeceſſoris noſtri, aut conſuetudine, quamvis immemorabili, ceſſantibus tamen reſervationibus, & affectionibus Apoſtolicis, præſentare, ſeu nominare conſueverant nonnullos Presbyteros, vel in perpetuum, vel ad tempus pro Regimine, & Curâ nonnullarum Eccleſiarum Parochialium, quæ ad præſens exiſtunt in parte Civitatis, ſeu Diœceſis Ulixbonenſis Occidentalis, occurrente dictarum Parochialium Eccleſiarum vacatione, Presbyteros prædictos pro illarum Regimine, & Curæ exercitio, ceſſantibus tamen reſervationibus, & affectionibus prædictis, pro tempore exiſtenti Patriarchæ Ulixbonenſi Occidentali etiam in perpetuum, vel ad tempus præſentare, ſeu nominare, & illi, qui ſic præſentati, ſeu nominati fuerint ab eodem pro tempore exiſtente Patriarcha Ulixbonenſi Occidentali ad formam Juriſcollationem, ſeu inſtitutionem reportare reſpectivè debeant, & teneant. Quintò, quod Indultum conceſſum in prædictis noſtris literis pro tempore obtinentibus Dignitates, ac Canonicatus, & Beneficia in unâ parte Civitatis, vel Diœceſis ſi habitaverint in aliâ parte Civitatis, vel Diœceſis, ut, ſcilicet, reputari debeant præſentes in loco Dignitatum, Canonicatuum, & Beneficiorum obtentorum, durare debeat ad Vitam tantum Dignitates, Canonicatus, & Beneficia hujuſmodi pro tempore obtinentium, adeò ut ſi iſti habitaverint in parte Civitatis, vel Diœceſis Ulixbonenſis Occidentalis, inibique diem clauſerint extremum, Capitulum, & Canonici Archiepiſcopalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Orientalis, aut quicumque alii non poſſint in parte Civitatis, vel Diœceſis Ulixbonenſis Occidentalis hujuſmodi Inventaria

ventaria conficere, hæreditates adire, aut aliquem alium Actum Jurisdictionis exercere, sed hujusmodi Actus de Mandato pro tempore existentis Patriarchæ Ulixbonensis Occidentalis, & per Ministros, & Officiales Curiæ Patriarchalis ad hoc Deputatos omninò confici debeant juxtâ stylum Regni Portugalliæ, idemque servari debeat respectu Actorum faciendorum in parte Civitatis, vel Diœcesis Ulixbonensis Orientalis. Sextò, quòd Indultum Præcedentiæ concessum Capitulo, & Canonicis Ecclesiæ Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis super omnia Capitula, omnesque Dignitates, & Canonicos quarumcumque Ecclesiarum totius Regni Portugalliæ sit, esse intelligatur super quascumque Personas, etiam quavis Abbatiali, Priorali, Archipresbyterali, aut alio quocumque nomine nuncupatas Ecclesiasticâ Dignitate præditas prædictarum Ecclesiarum Regni Portugalliæ, necnon, quòd Dignitates, & Canonici Ecclesiæ Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, non solum Capitularitèr uniti, & congregati, sed etiam separatim, & ut singuli præcedere debeant omnia quæcumque alia Capitula quarumcumque Ecclesiarum Regni Portugalliæ, earumque Dignitates, & Canonicos non solùm ut singulos, sed etiam capitularitèr unitos, & congregatos, etiam in eorum Ecclesiis, ac insupèr omnes, & quoscumque Abbates, seu Priores Regulares triennales, qui in prædicto Portugalliæ Regno vocantur Abbates, seu Priores Generales, necnon, Priores etiam trium Ordinum Militarium, scilicet, Domini nostri Jesu Christi, Sancti Jacobi, & Sancti Benedicti de Avis, vulgò Priores Mores, ac similiter Procuratores Episcoporum absentium, ac Capitula Primatialium, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum vacantium tàm in Synodis Provincialibus, quàm in quibuscumque aliis Actibus, & Functionibus in eo Regno peragendis, ac denique quascumque alio quovis nomine nuncupatas Ecclesiasticâ Dignitate præditas Personas ejusdem Regni, exceptis tamen Primatiali, seu Archiepiscopali, vel Episcopali Dignitate sulgentibus. Septimò, quòd Privilegium à Nobis jam concessum prædictis Dignitatibus, & Canonicis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ut, scilicet, Mitrâ, aliisque indumentis, & Paramentis Sacris uti possint in Missis, ac Horis Canonicis, solemnitèr decantandis, ac etiam in Processionibus, Benedictionibus Candelarum, Cinerum, Palmarum, & Fontis Baptismalis, ac in reliquis Ecclesiasticis Functionibus, in quibus adhibentur Paramenta Sacra pro dictis reliquis Ecclesiasticis Functionibus, intelligatur habere locum tàm in diebus, & Functionibus solemnibus, quàm etiam in diebus, & Functionibus Ferialibus, præsertim celebrationis Exequiarum pro Defunctis, necnon in Baptismis, & Matrimoniis, in quibus præsente Parocho Baptizandorum, aut illorum, qui Matrimonium contrahere voluerint, accedente tamen licentiâ Patriarchæ, vel Parochi, de cujus interesse agitur, cum prædictis Paramentis adesse possint, in Missis verò privatis Mitrâ, aliisque Indumentis, & Paramentis prædictis uti non valeant, eas tamen more Episcoporum privatim celebrantium celebrare valeant. Denique in præfatis nostris literis decrevimus, & ordinavimus, quod pro tempore existens Patriarcha

 triarcha

triarcha Ulixbonensis Occidentalis super Bracharensem Primatem nuncupatum Ulixbonensem Orientalem, ac Elborensem Archiepiscopos; necnon Portugallensem, Colimbriensem, Visensem, Mirandensem, Lamacensem, Egitaniensem, Leiriensem, Funchalensem, Angrensem, Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, Congi, Algarbiensem, Portalegrensem, & Elvensem Episcopos, aliosque omnes, & singulos Portugalliæ, & Algarbiorum Regnorum Prælatos, exceptis tamen Legatis Sedis Apostolicæ, in omnibus Actibus, & Functionibus præcedentiam habere deberet, & nemo illorum, etiam in eorum Ecclesiis, eo præsente, aliquem Jurisdictionis honoris, vel facultatis Actum gerere posset, quem coram Legato dictæ Sedis Apostolicæ gerere non valeret, statuimus, & declaramus, quòd non solùm Bracharen. Primas nuncupatus aliique Archiepiscopi, & Episcopi prædicti, eorumque Capitula, & reliquæ Communitates Ecclesiasticæ tàm Clericorum sæcularium, quàm Regularium in quibuscumque eorum locis, & Ecclesiis Regni Portugalliæ prædictum pro tempore existentem Patriarcham Ulixbonen. Occidentalem eisdem honorificentiâ, & decore recipiant, & tractent, quibus reciperent, & tractarent alios similes Patriarchas, seu prædictæ Sedis Legatos, quodque etiam nullus prædictorum Bracharensis Primatis nuncupati, aliorumque Archiepiscoporum, Episcoporum, & Prælatorum hujusmodi, non solùm præsente prædicto pro tempore existente Patriarchâ Ulixbonensi Occidentali, aliquem Jurisdictionis, vel facultatis Actum gerere possit, quem coram Legato dictæ Sedis Apostolicæ gerere non valeret, ut præfertur, sed etiam Jurisdictionis, vel facultatis Actum hujusmodi gerere non valeat in Districtu Ditionis Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, etiamsi prædictus pro tempore existens Patriarcha Ulixbonensis Occidentalis ex quavis causâ præsens non esset. Decernentes propterea omnia, & singula præmissa, primò dictumque nostrum Motum Proprium, prædictasque dicti Josephi moderni Episcopi Algarbiensis sententias super eo emanatas, ac easdem præsentes, & in eis contenta quæcumque, etiamsi de Capituli, & Canonicorum prædictæ Ecclesiæ Archiepiscopalis Ulixbonensis Orientalis, ac cujuscumque Primatis, Archiepiscopi, vel Episcopi Regnorum Portugalliæ, & Algarbiorum, aut aliorum quorumvis etiam speciali notâ dignorum, & quantumvis privilegiatorum, & qualificatorum, etiam necessariò exprimendorum, damno, interesse, ac præjudicio, ac etiam quantumvis enormi, & enormissimâ læsione ageretur, & ad illa, aut eorum aliqua prædicti quicumque interesse habentes, seu habere prætendentes auditi, citati, vel vocati non fuissent, minusque causæ, propter quas prædictæ, & eædem præsentes literæ emanaverint, sufficienter adductæ, verificatæ, vel aliàs justificatæ fuerint, nullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, nullitatis, aut invaliditatis vitio, seu intentionis nostræ, vel alio quovis defectu, etiam quantumvis magno, maximo, & inexcogitato, seu etiam ex eo quod in eisdem præmissis, seu eorum aliquo, solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda, servata, & adimpleta non fuerint, aut ex quovis alio etiam à jure, vel facto, aut statuto, stylo, vel consuetudi-

ne

ne aliqua resultante, seu etiam enormis, enormissimæ, ac totalis læsionis, sivè alio capite, etiam in corpore juris clauso, aut occasione, vel causâ, etiam quantumvis justâ, rationabili, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda foret, aut quòd de voluntate nostra hujusmodi nihil ullibi appareret, seu alitèr probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum, aperitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut quodcumque juris facti, vel gratiæ remedium impetrari, seu etiam motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus concedi, vel impetrari, aut sic concesso, vel impetrato quempiam uti, seu se juvare in judicio, vel extra posse, neque ipsas præsentes, & in eis contenta præfata sub quibuscumque generalibus, vel specialibus, etiam per viam legis, aut alias etiam motu simili, ac etiam consistorialiter, etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices pro tempore existentes ex quacumque causâ quantumlibet favorabili, & juridicâ editis, & edendis regulis, Constitutionibus, revocationibus, suspensionibus, limitationibus, & modificationibus, aliisque quibuslibet contrariis dispositionibus comprehendi, sed illas, & illa semper, & perpetuò valere, ac firmitatem, & robur obtinere, suosque plenarios, & integros effectus sortiri debere volumus: Nos etiam prædictos, & alios quoscumque etiam quantumvis substantiales, atque formales, & de necessitate exprimendos defectus, siqui in illis, aut eorum aliquo, vel circa illa quomodolibet intervenissent, motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus supplemus, eosdemque defectus sanamus, tollimus, & abrogamus, sicque nostræ mentis, intentionis, & incommutabilis voluntatis fuisse, & esse declaramus, & ita in omnibus, & singulis præmissis ab omnibus censeri, ac per quoscumque Judices Ordinarios, vel delegatos, etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, ac S. R. E. Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, necnon in dictis Regnis pro tempore existentes nostros, & Sedis Apostolicæ præfatæ Nuncios, ac Primates, Archiepiscopos, Episcopos, aliosque quoscumque Judices, sublatâ eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate, observari, judicari, & definiri debere statuimus, & mandamus, & si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus. Quocirca eisdem modernis, & pro tempore existentibus Elvensis, Algarbiensis, & Mirandensis, eisque deficientibus, seu impeditis Angolensis, & Lamacensis Episcopis, tenore præsentium committimus, & mandamus, quatenus ipsi, vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu alios easdem præsentes, & in eis contenta quæcumque, ubi, & quando opus fuerit, ac quoties pro parte pro tempore existentium Patriarchæ, Dignitatum, Capituli, & Canonicorum Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis præfatæ conjunctim, vel separatim fuerint requisiti, solemniter publicantes, illisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes, faciant, auctoritate nostra sententias, & declara-

declarationes nostras præfatas, & easdem præsentes, aliasque nostras literas super divisione, erectione, concessionibus, & indultis prædictis expeditas, ac sententias hujusmodi super eis, sic, ut præfertur, emanatas ab omnibus, & singulis, ad quos spectat, & in futurum quomodolibet spectabit firmitèr, & inviolabilitèr observari, & adimpleri, non permittentes modernos, & pro tempore existentes Patriarcham, Dignitates, ac Capitulum, & Canonicos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis à quoquam quomodolibet molestari, perturbari, ac inquietari, Contradictores quoslibet, & Rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia, appellatione postpositâ, compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii sæcularis: Nos enim Judicibus præfatis, & eorum cuilibet quoscumque Molestatores, Perturbatores, & Contradictores, etiam per Edictum publicum, constito summariè de non tuto accessu, citandi, eisque, ac quibus, & quoties inhibendum fuerit, etiam per simile Edictum quoad Primates, Archiepiscopos, & Episcopos, sub Interdicti ingressus Ecclesiæ; quo verò ad alios inferiores, sub censuris Ecclesiasticis, ac etiam pecuniariis, necnon privationis Beneficiorum, & Officiorum Ecclesiasticorum, eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis, pœnis inhibendi, & eos, quos censuras, & pœnas prædictas incurrisse constiterit, eas incurrisse, servatâ formâ Concilii Tridentini declarandi, ac censuras, & pœnas ipsas, etiam iteratis vicibus, aggravandi, reaggravandi, & interdicendi, plenam, & liberam, motu, scientiâ, auctoritate, & tenore præmissis concedimus facultatem; non obstantibus quibusvis, etiam in universalibus, Provincialibus, & Synodalibus Conciliis editis generalibus, vel specialibus Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, necnon Ecclesiæ Archiepiscopalis Ulixbonensis Orientalis, ac Civitatis, & Diœcesis tàm Ulixbonensis Orientalis, quàm Ulixbonensis Occidentalis, & Oppidorum, Locorum, Terrarum, Ecclesiarum, Monasteriorum, Collegiorum, Conventuum, Ordinum, Congregationum, Societatum, Institutorum, aliorumque Locorum Piorum, totius Provintiæ Ulixbonensis, ac Regnorum Portugalliæ, & Algarbiorum statutis usibus, stylis, & consuetudinibus, etiam immemorabilibus, privilegiis quoque Indultis, & literis Apostolicis, sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis in genere, vel in specie, ac aliàs in contrarium præmissorum, quomodolibet concessis, confirmatis, approbatis, etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quavis firmitate alia roboratis, quibus omnibus, & singulis, etiamsi pro illorum sufficienti derogatione, de illis, eorumque totis tenoribus, specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quavis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma, ad hoc servanda foret, tenoris hujusmodi præsentibus pro plenè, & sufficientèr expressis, & insertis habentes, illis alias in suo robore permansuris, latissimè, & plenissi-

plenissimè, ac specialitèr, & expresse ad præmissorum omnium validissimum effectum, Motu simili harum serie specialitèr, & expressè derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergò omninò hominum liceat hanc paginam nostræ confirmationis, approbationis, roboris adjectionis, defectuum supplectionis, sanationis, abolitionis, inhibitionis, silentii impositionis, declarationis, abrogationis, intentionis, Statuti, Mandati, Decreti, & voluntatis infringere, vel ei ausu temerario contraire; siquis autem hoc attentare præsumpserit indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ, millesimo septingentesimo decimo septimo tertio Nonas Januarii, Pontificatus nostri anno decimo octavo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

Bulla de ampliaçaõ das graças a favor do Cabido da Santa Igreja Patriarcal, impressa no anno de 1727, no tom. oitavo do Bullario Romano, pag. 183; e no impresso em Roma anno de 1723, a pag. 242, e impressa em Roma em 1717, e na dita Collecçaõ. E no impresso em Francfort em 1729, a pag. 508, Constituiçaõ 89.

CLEMENS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

Ad perpetuam rei memoriam.

Num. 120
An. 1717.

INeffabili Divinæ Majestatis providentia in supremo Apostolicæ Dignitatis culmine constituti, tanquam de excelso monte ad irriguum Militantis Ecclesiæ agrum nostræ considerationis aciem, more vigilis, & operosi Pastoris jugiter convertimus, & circa ea, per quæ Ecclesiæ præsertim Patriarchali Dignitate insignitæ, & in conspicuis Civitatibus erectæ, sublimioribus privilegiis, ac maioribus prærogativis decorari valeant, peculiari solicitudine intendimus, prout, earumdem Civitatum qualitatibus, rerumque, & temporum circunstantiis debitè pensatis, ad Divini cultus incrementum, ipsarumque Ecclesiarum honorificentiam, & Ministrorum Ecclesiasticorum decorem conspicimus in Domino salubriter expedire. Cùm itaque Nos nuper ex justis, & rationalibus causis adducti, & quemadmodum charissimi in Christo Filii nostri Joannis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis illustris constantis Fidei, & sinceræ devotionis affectus jure promerebatur, ejusque pia, & laudabilia vota efflagitabant, Civitatem, & Diœcesim Ulixbonen. in duas partes diviserimus, ac unam tam Civitatis, quàm Diœcesis hujusmodi partem versus Orientem antiquo Archiepiscopatui Ulyxbonen. Orientali nuncupando relinquerimus, in altera verò

verò parte versus Occidentem, Patriarchalem Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem nuncupandam, erexerimus, ipsiusque Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentalis Patriarchæ, ac Dignitatibus, & Canonicis pro tempore existentibus pro maiori ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ majestate, dictorumque Dignitatum, & Canonicorum honorificentiâ plura hucusque privilegia, & indulta tam quoad habitum, quàm quoad præcedentiam, aliasque prærogativas concesserimus, prout in nostris literis in formâ nostri Motus proprii desuper expeditis, pleniùs continetur. Cumque sicut accepimus, Patriarchalis Ecclesia prædicta sic à Nobis, ut præfertur, erecta, & singulari ipsius Joannis Regis dilectione, & Regiâ planè munificentiâ pluribus, ac pretiosis Supellectilibus Sacris pro Ecclesiasticis functionibus decenter obeundis, opulenter ornata, & undique ad singularem excellentiam sublimata existat, ipseque Joannes Rex præcipuis, ac indefessis studiis Patriarchalem Ecclesiam præfatam præclari amoris, ac religiosæ pietatis significationibus prosequi in dies non prætermittat, & ad elegantiorem structuræ majestatem exornare, piaque opera propediem inibi augere, Sacrarumque cæremoniarum usum, & Divinarum laudum cantum ad perfectiorem sublimitatem elevare intendat: Nos æternæ Divinæ bonitatis Majestati, quòd tam piâ, tamque præclara operosæ Religionis studia ad Christianæ pietatis augmentum, & maiorem Divini Nominis gloriam à sollicitâ dicti Joannis Regis pietate Ecclesiasticis functionibus jugiter intenti, promanaverint, eaque quàm magnificenter, & sumptuosè adaucta fuerint, gratias agentes, ac volentes, quantùm in Domino possumus, majori dictæ Patriarchalis Ecclesiæ decoris incremento consulere, necnon Dignitates, & Canonicos, ac Beneficiatos, & Capellanos ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ amplioris gratiæ favore, & excellentioris honoris titulo sublimare, eosque à quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, aliisque Ecclesiasticis sententiis, censuris, & pœnis à jure, vel ab homine quâvis occasione, vel causâ latis, si quibus quomodolibet innodati existunt, ad effectum præsentium tantùm consequendum, harum serie absolventes, & absolutos fore censentes, firmis, & illæsis remanentibus omnibus, & singulis privilegiis, indultis, gratiis, & prærogativis, aliàs à Nobis eidem Patriarchali Ecclesiæ, illiusque Dignitatibus, & Canonicis prædictis jam, ut præfertur, concessis, Motu proprio, non ad alicujus Nobis super hoc oblatæ petitionis instantiam, sed ex certâ scientiâ, ac maturâ deliberatione nostris, deque Apostolicæ potestatis plenitudine sex Dignitatibus, & octodecim Canonicis prædictæ Patriarchalis Ecclesiæ, nunc, & pro tempore existentibus, quibus nuper, ut ipsi hyemali Cappam magnam rubeam cum pellibus armellinis, æstivo verò temporibus Mozzettam similiter rubeam gestare, & deferre valerent, concessimus, & indulsimus, ut ipsi in posterùm perpetuis futuris temporibus, etiam Subtanam, seu Vestem talarem rubeam: Duodecim verò ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Beneficiatis, similiter nunc, & pro tempore existentibus quibus aliàs, antequam Ecclesia prædicta in Patriarchalem Ecclesiam sic à Nobis erecta fuisset, ut etiam ipsi hyemali Cappam

magnam

magnam violaceam cum pellibus cinericiis; æstivo autem temporibus loco pellium cum fodere ferico violacei coloris, etiam gestare, & deferre possent, similiter concessimus, & indulsimus, ut ipsi quoque etiam perpetuis futuris temporibus hyeme eamdem Cappam magnam violaceam cum pellibus tamen armellinis, æstate verò, vel eamdem Cappam magnam, vel Mozzettam, etiam violaceam cum fodere ferico rubei coloris; Capellanis autem amovibilibus, qui ad præsens numerum triginta duorum non excedunt, etiamsi numerus hujusmodi in servitio dictæ Patriarchalis Ecclesiæ, arbitrio pro tempore existentis Patriarchæ Ulyxbonen. creverit, vel decreverit, ut etiam ipsi Capellani amovibiles Cappam magnam violaceam cum pellibus armellinis hyemali, æstivo verò temporibus vel eamdem Cappam magnam, vel Mozzettam, etiam violaceam cum simili fodere ferico ejusdem coloris rubei, tam in Choro, quàm extra illum, ac etiam in Processionibus, omnibusque aliis actibus Capitularibus, tam publicis, quàm privatis, ac etiam in præsentiâ quorumcumque Archiepiscoporum, & Episcoporum, ac pro tempore existentis Patriarchæ Ulyxbonen. ac Nostrorum, & Sedis Apostolicæ Nunciorum, necnon Venerabilium Fratrum Nostrorum Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium, etiam de Latere Legatorum, & aliorum quorumcumque quâvis auctoritate, & potestate fungentium, ac honore, & præeminentiâ fulgentium, respectivè gestare, & deferre, illisque uti liberè, & licitè possint, & valeant, tenore præsentium perpetuò concedimus, & indulgemus; ac Dignitates, & Canonicos, necnon Beneficiatos, & Capellanos ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ, nunc, & pro tempore existentes super gestatione, & delactione Vestium, Capparum, & Mozzettarum hujusmodi per quæcumque Capitula quarumcumque aliarum Ecclesiarum Episcopalium, Archiepiscopalium, vel Primatialium, & quasvis Personas, quâvis auctoritate, dignitate, & præeminentiâ præditas, quovis prætextu, colore, vel ingenio publicè, vel occultè, directè, vel indirectè impediri, molestari, inquietari, vel perturbare nullatenus posse, neque debere; præsentes quoque semper, & perpetuò validas, & efficaces esse, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere, ac ab omnibus, & singulis, ad quos quomodolibet nunc spectat, & spectabit in futurum, firmiter, & inviolabiliter observari debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, vel quâlibet causâ, quantumvis legitimâ, & juridicâ, etiam ex eo, quod Capitula Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum quarumlibet, earumque Dignitates, & Canonici, vel quilibet alii cujuscumque dignitatis, gradus, conditionis, & præeminentiæ sint, in præmissis, & circa ea quomodolibet, & ex quavis causâ, ratione, actione, vel occasione, jus vel interesse habentes, aut habere prætendentes, illis non consenserint, nec ad ea vocati, citati, & auditi fuerint, & causæ, propter quas eædem præsentes emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis, vel intentionis nostræ, aut quolibet alio quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, inexcogitabili, ac specificam, & individuam mentionem, & expressionem

requirente defectum, sivè etiam ex eo, quòd in præmissis, eorumque aliquo solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda, servata, & adimpleta non fuerint, aut ex quocumque alio capite à jure vel facto, aut statuto, vel consuetudine aliquâ resultante, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione, vel causâ etiam in corpore juris clausâ, occasione, aliave causâ, etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda foret; aut, quòd de voluntate nostrâ, & aliis superiùs expressis nullibi appareret, seu aliàs probari posset, notari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum, aperitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut aliud quodcumque juri, facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet, etiam Motu simili concesso, aut impetrato, vel emanato, uti, seu se juvare in judicio, vel extra posse, neque ipsas præsentes sub quibuscumque similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus, etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam, etiam Motu pari, & consistorialiter ex quibuslibet causis, & sub quibusvis verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, etiamsi de eisdem præsentibus, earumque toto tenore, ac datâ specialis mentio fiat, pro tempore factis, & faciendis, ac concessis, & concedendis, minimè comprehendi, sed tanquam ad maius Divini cultus augmentum semper, & omninò ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & validissimum, ac eum, inquo antea quomodolibet erant, statum restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori datâ per nunc, & pro tempore existentes Dignitates, Canonicos, Beneficiatos, & Capellanos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ quandocumque eligenda concessas esse, & fore, sicque, & non aliàs per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac prædictæ Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, aliosque quoscumque quavis auctoritate, potestate, prærogativâ, & privilegio fungentes, ac honore, & præeminentia fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque judicio, & in quacumque instantiâ judicari, & definiri debere, & si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus. Quocirca Venerabilibus Fratribus nostris modernis, & pro tempore existentibus Elven. Algarbien. & Miranden. eisque deficientibus, seu impeditis, Angolen. & Lamacen. Episcopis per easdem præsentes committimus, & mandamus, quatenus ipsi, vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu alios easdem præsentes literas, & in eis contenta quæcumque, ubi, & quando opus fuerit, ac quoties pro parte Dignitatum, Canonicorum, Beneficiatorum, & Capella-

Capellanorum prædictorum, aut alicujus eorum fuerint requisiti, solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes faciant auctoritate nostrâ easdem præsentes, & in eis contenta hujusmodi ab omnibus, ad quos nunc spectat, & pro tempore spectabit quomodolibet in futurum, inviolabiliter observari, necnon eosdem modernos, ac pro tempore existentes Dignitates, Canonicos, Beneficiatos, & Capellanos prædictos, illis pacificè frui, & gaudere, non permitentes eos, aut eorum aliquem desuper quomodolibet indebitè molestari, Contradictores quoslibet, & Rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia, appellatione postpositâ, compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, brachii sæcularis auxilio: Nos enim modernis, & pro tempore existentibus Elven. Algarbien. & Miranden. eisque deficientibus, seu impeditis, Angolen. & Lamacen. Episcopis prædictis, & eorum cuilibet, quoscumque Molestatores, Perturbatores, Contradictores, & Rebelles, etiam per Edictum publicum, constito summariè, de non tuto accessu, citandi, eisque, & quoties inhibendum fuerit, etiam per simile Edictum quoad Primates, Archiepiscopos, & Episcopos sub Interdicti ingressus Ecclesiæ, quo verò ad alios inferiores, etiam sub censuris Ecclesiasticis, & etiam pecuniariis, eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis pœnis, inhibendi, necnon eos, quos censuras, & pœnas prædictas incurrisse constiterit, eas incurrisse, servatâ formâ Concilii Tridentini, declarandi, ac legitimis super literis habendis servatis processibus, censuras, & pœnas ipsas, etiam iteratis vicibus, aggravandi, reaggravandi, & interdicendi, plenam, & liberam, motu, scientiâ, auctoritate, & tenore præmissis concedimus facultatem, non obstantibus, quatenùs opus sit, quibusvis legibus, statutis, stylis, consuetudinibus, & prohibitionibus, siquæ forsan adsint de gratiis adinstar non concedendis, ac de vestibus rubeis non deferendis, ac etiam in Synodalibus, Provincialibus, universalibusque Conciliis editis, vel edendis, specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, ac dictæ Patriarchalis, aliarumque Ecclesiarum, etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ roboratis statutis, eorumque reformationibus, & novis additionibus, Privilegiis quoque, Indultis, & literis Apostolicis, illis, eorumque Superioribus, & Personis, ac locis quibuscumque, etiam speciali, specificâ, expressa, & individuâ mentione dignis, sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis, in genere, vel in specie, etiam motu pari, ac consistorialiter, aut aliàs quomodolibet, etiam iteratis vicibus in contrarium eorumdem præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis, etiamsi in eis caveatur expressè, quòd illis per quascumque literas Apostolicas, etiam motu simili pro tempore concessas, quascumque etiam derogatoriarum derogatorias in se continentes, derogari non possit, neque censeatur eis derogatum, quibus omnibus, & singulis, etiamsi de illis, eorumque totis tenori-

bus specialis, specifica, & expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, etiamsi in eis caveatur expressè, quòd illis nullatenùs, aut nonnisi sub certis modo, & formî derogari possit, tenores hujusmodi, ac si de verbo ad verbum nihil penitùs omisso, & formâ in illis traditâ observatâ inserti forent, præsentibus pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliàs in suo robore permansuris, latissimè, & plenissimè hac vice dumtaxat specialiter, & expressè, earumdem tenore præsentium, motu simili derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostri motus proprii, ac absolutionis, concessionis, indulti decreti, commissionis, mandati, & derogationis, infringere, vel ei ausu temerario contraire; siquis autem hoc attentare præsumpserit indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ, millesimo septingentesimo decimo septimo, quarto Idus Martii, Pontificatus nostri anno XVII.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

Thomas Sportellus.

Bulla do Papa Innocencio XIII. das quartas partes das rendas dos Arcebispados, e Bispados, dos Reynos de Portugal, e Algarves, e outras rendas Ecclesiasticas, applicadas à Santa Igreja Patriarcal.

INNOCENTIUS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

Ad perpetuam rei memoriam.

Num. 121
An. 1721.

RAtioni congruit, & convenit honestati, ut ea, quæ de Romani Pontificis gratiâ processerunt, licèt ejus superveniente obitu Literæ Apostolicæ desuper confectæ non fuerint, suum sortiantur effectum. Proinde Nos ad Beati Petri Sedem, meritis licèt imparibus, Divina dispositione vocati ad ea propensis studiis intendimus, per quæ universæ Orbis Ecclesiæ præsertim Patriarchali titulo decoratæ, ac Personæ in illis Divinis obsequiis jugiter insistentes congruis facultatibus pro earum honorificâ, & decenti manutentione, onerumque eis incumbentium sublevamine communiri valeant, ac in his Pastoralis officii nostri partes etiam per Pensionum perpetuarum reservationes, ac fructuum Ecclesiasticorum applicationes, maximè dum id Orthodoxi Reges exposcunt, favorabiliter interponimus, hocque concilio

cilio accepto nuper Chariſſimum in Chriſto Filium noſtrum Joannem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis perpetuam firmitatem, illiuſque Dignitatum, Canonicorum, & Beneficiatorum congruam, & honorificentem, ac aſſiduis laboribus conſentaneam manutentionem decernere piis affectibus exoptare: Nos providam præfati Regis intentionem plurimùm in Domino commendantes, ſimulque propenſionem grati animi noſtri erga ipſum Joannem Regem ob plura peculiaria obſequia Nobis, & huic Sanctæ Sedi ſemper impenſa, propter quæ, & cognovimus, & vidimus, quàm dignum ſuorum Prædeceſſorum Regum non minùs virtutis, & Chriſtianæ pietatis, quàm temporalium ſtatuum, & Regnorum hæredem ſciverit ſe præbere, hoc novo teſtimonio patefacere, ejuſdemque Patriarchalis Eccleſiæ Dignitatum, Canonicorum, & Beneficiatorum utilitatem, & commoda, quantum in Domino poſſumus, libenti animo promovere volentes, ad hoc etiam, ut in eâdem Patriarchali Eccleſiâ Divina Officia, & Eccleſiaſticæ functiones juxta piiſſimum dicti Joannis Regis deſiderium ſolemniori pompâ, cultu, & celebritate peragantur, ipſaque Patriarchalis Eccleſia ſufficientibus redditibus non deſtituta ſemper duratura remaneat, iis omnibus, quæ ad id plurimùm conferre poſſunt non minùs Pontificiæ benignitatis, quàm gratitudinis memores liberales manus extendimus, proindeque ea, quæ per felicis recordationis Clementem Papam XI. Prædeceſſorem Noſtrum ad dictæ Patriarchalis Eccleſiæ utilitates, & commoda providè conceſſa fuerunt, debitæ exequutioni demandari volumus, prout præfati Joannis Regis merita expoſcunt, Noſque in Divini cultus incrementum, & dictæ Patriarchalis Eccleſiæ firmiorem ſtabilitatem conſpicimus in Domino ſalubriter expedire. Dudum ſiquidem præfatus Clemens Prædeceſſor providè animadvertens, quòd Patriarchalis Eccleſia præfata ab ipſo erecta, & inſtituta ad tam ſublime dignitatis, & honorificentiæ faſtigium elevata exiſtebat, ut merito toto Orbe Terrarum celeberrima reputaretur, hocque ob multiplices, & ſingulares gratias ipſi Patriarchali Eccleſiæ, ejuſque Dignitatibus, ac Canonicis conceſſas tam ab ipſo Clemente Prædeceſſore, quàm à præfato Joanne Rege, qui, ut acceperat, in præſentatione Perſonarum ad Dignitates, & Canonicatus, & Præbendas dictæ Patriarchalis Eccleſiæ pro tempore vacantes ab ipſo Joanne Rege, ejuſque ſucceſſoribus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus in futurum faciendâ ſemper digniores ſanguine, pietate, & doctrinâ præferendos eſſe decreverat, eoſque, & eorum in Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis hujuſmodi reſpectivè ſucceſſores pro tempore exiſtentes in perpetuum inter prædicti Regni Magnates adſcripſerat, ipſiſque uſum Baldachini in propriâ uniuſcujuſque eorum domo, necnon facultatem cooperiendi caput coram præfato Joanne Rege, ac pro tempore exiſtentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus, cæteraque civilia, ac ſæcularia privilegia, necnon honores prærogativas, facultates, præeminentias, ac libertates, quibus ex uſu, conſuetudine, vel privilegio Epiſcopi Regnorum hujuſmodi utuntur, & gaudent; itaut in omnibus functionibus civilibus tam in Aulâ Regiâ dictorum Regnorum,

quàm

quàm extra eam, etiam in Comitiis generalibus, unum Corpus Civile, uti vocant, seu Ordinem Magnatum cum ipsis Episcopis efficerent, eisque immediatè in præcedentiâ succederent, suo Regio Diplomate concesserat, & indulserat: Dignum proinde, ac congruum existimavit, ut ultra gratias, prærogativas, & privilegia hujusmodi, quibus eadem Patriarchalis Ecclesia tam ab ipso Clemente Prædecessore, quàm à præfato Joanne Rege tam luculenter decorata fuerat, redditibus quoque, & proventibus Ecclesiasticis locupletaretur, quibus mediantibus Dignitates, Canonici, & Beneficiati, cæterique dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ministri se decenter manutenere valerent, nec aliàs splendor ille, qui in dictâ Patriarchali Ecclesia, ejusque Dignitatibus, Canonicis, Beneficiatis, ac Ministris præfatis ob gratias, & privilegia hujusmodi elucescebat, ob deficientiam, aut tenuitatem præfatorum reddituum aliquâ in parte obumbraretur. Providè igitur animadvertens ab immemorabili tempore in promotionibus Personarum ad regimina Cathedralium Ecclesiarum in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis hujusmodi consistentium ipsum Clementem Prædecessorem, & Prædecessores nostros, tunc suos, quartam partem fructuum, reddituum, & proventuum cujuslibet ex Cathedralibus Ecclesiis præfatis in pluribus, & diversis Pensionibus annuis, insimul tamen quartam partem fructuum, & proventuum hujusmodi non excedentibus, reservare, & ad Pensiones hujusmodi diversas Personas Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus pro tempore existentibus gratas nominare consuevisse, quæ tamen Ecclesiis forsan nullatenus inserviebant, sed aliquando etiam Pensionibus hujusmodi in statu conjugali, vel etiam militari fruebantur; quodque si quarta pars fructuum Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum hujusmodi ab eisdem Patriarchali, Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis dismembraretur, & separaretur, ac infrascriptæ quatuor Ecclesiæ, seu Capellæ, aut infrascripta quatuor perpetua simplicia Beneficia Ecclesiastica supprimerentur, & extinguerentur, earumque, seu eorum fructus, redditus, & proventus, ac infrascriptæ quotæ partes fructuum, reddituum, & proventuum à quibusdam Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis infrascriptarum sæcularium, & forsan insignium Collegiatarum Ecclesiarum, ut infra dismembrandæ, & separandæ Dignitatibus, Canonicatibus, & Beneficiis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ, eorumque Præbendis respectivè unirentur, applicarentur, & incorporarentur, ex hoc profectò honorificæ, decenti, & commodæ sustentationi Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, ac Beneficia dictæ Patriarchalis Ecclesiæ pro tempore obtinentium sufficienter provisum, & consultum foret; idem Clemens Prædecessor, qui utilitates, & commoda Ministrorum Ecclesiasticorum augere, & promovere sinceris desiderabat affectibus; firmis, & illæsis remanentibus omnibus, & singulis privilegiis, gratiis, prærogativis, & indultis, aliàs tam ab ipso Clemente Prædecessore, & Prædecessoribus nostris tunc suis eidem Patriarchali Ecclesiæ, etiam de tempore, quo ipsa erat simplex Capella Regia, aut insignis Collegiata Ecclesia, quàm à prædicto Joanne Rege, ejusque Prædecessoribus Portugalliæ, & Algarbiorum

biorum Regibus concessis; firmisque pariter, & illæsis remanentibus fructibus, redditibus, & proventibus, ac distributionibus quotidiannis aliàs Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ ex bonis merè laicalibus, & regiis assignatis, qui ob unionem, & applicationes infrascriptas nullatenûs minui, seu cessare deberent, quacumque contrariâ dispositione in Literis Apostolicis Erectionis Capellæ Regiæ in Collegiatam Ecclesiam contentâ non obstante, attento consensu dicti Joannis Regis, ad hunc effectum, ut idem Clemens Prædecessor acceperat, jam præstito, Motu ejus proprio, non ad alicujus super hoc oblatæ petitionis instantiam, sed ex certâ scientiâ, & maturâ deliberatione suis, deque Apostolicæ potestatis plenitudine sub Datum videlicet Quinto Kalendas Octobris, Pontificatus sui anno vigesimo à præfatis Patriarchali Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis hujusmodi, ut præfertur, consistentibus, earumque fructibus, redditibus, bonis, proprietatibus, juribus, censibus, laudemiis, contributionibus prædialibus, vulgò *Pitanças*, aliisque obventionibus, necnon jurisdictionis etiam temporalis, Cancellariæ, aut luctuosarum proventibus, cæterisque emolumentis quibuscumque ad Patriarchalem, Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias præfatas quocumque titulo etiam unionis, donationis, contractus cujuslibet etiam onerosi, aut legati etiam personalis, uti vocant, vel aliâ quavis causâ, seu jure tunc, & pro tempore etiam de novo spectantibus, qui omnes, ut etiam acceperat, ad centum triginta duos mille quingentos sexaginta sex ducatos auri de Camera secundum communem æstimationem insimul tunc ascendebant, quartam eorundem fructuum, redditiuum, & proventuum naturalium, industrialium, & civilium partem, triginta tres mille centum triginta septem ducatos auri similes in totum tunc constituentium, dismembravit, & separavit; ac ab infrascriptis novem Dignitatibus, & infrascriptis viginti octo Canonicatibus, & Præbendis, earumque, & eorum omnibus, & singulis respectivè fructibus, redditibus, proventibus, & distributionibus quotidianis, bonis proprietatibus, necnon juribus, censibus, laudemiis, contributionibus prædialibus, vulgò *Pitanças*, cæterisque proventibus, obventionibus, & emolumentis quibuscumque certis, & incertis in pecuniâ, vel fructibus, aut quibuslibet rebus consistentibus, & ad prædictas infrascriptas novem Dignitates, & prædictos infrascriptos viginti octo Canonicatus, & Præbendas, illosque, & illas pro tempore obtinentes quocumque titulo etiam unionum, donationum, oblationum, contractûs etiam onerosi, aut legatorum, seu aliâ quavis causâ, vel in re, tunc, seu etiam de novo in futurum spectantibus, & insimul ad sex mille noningentos sexaginta quatuor Ducatos auri hujusmodi annuatim, ut similiter acceperat, ascendentibus ducatos bis mille sexcentos septem: videlicet ex Cantoratus, qui ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum; ex Thesaurariæ maioris nuncupatæ, qui etiam ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum; ex Scholastriæ respectivè Dignitatum, qui similiter

ter ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum; ac ex quindecim Canonicatuum, & Præbendarum fæcularis, & forsan insignis Collegiatæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ de Alcaçova Oppidi de Sanctarem Ulixbonensis Orientalis Diœcesis, quæ, & qui, sicut etiam acceperat, de Jurepatronatus præfati Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, seu Privilegio Apostolico, cui non erat eatenus in aliquo derogatum, existebant, & qui, videlicet cujuslibet eorum, ad centum quinquaginta quatuor, & insimul bis mille trecentos decem, tertiam partem uniuscujusque eorum, videlicet, quinquaginta unum, pro quolibet, & insimul septingentos sexaginta quinque; ac ex Prioratus, qui ad trecentos octoginta, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum sexaginta novem; & ex Archipresbyteratus, qui ad centum quadraginta duos, quartam partem eorum, videlicet triginta quinque; & ex Thesaurariæ etiam respectivè Dignitatum, qui ad quadringentos, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum septuaginta octo; ac ex trium Canonicatuum, & Præbendarum etiam fæcularis, & forsan insignis Collegiatæ Ecclesiæ Oppidi de Barcellos Bracharensis Diœcesis, qui videlicet cujuslibet eorum ad centum triginta septem, & insimul quadringentos undecim, quartam partem eorum, videlicet, triginta quinque pro quolibet, & insimul centum quinque; necnon ex Prioratus, qui ad quingentos viginti duos, quatuor nonas partes eorum, videlicet ducentos triginta duos; ex Cantoratus, qui ad trecentos quadraginta septem, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum quinquaginta quatuor; ex Thesaurariæ etiam respectivè Dignitatum, qui ad ducentos sexaginta quatuor nonas partes eorum, videlicet, centum sexdecim; ac ex decem Canonicatuum, & Præbendarum partes fæcularis, & forsan insignis Collegiatæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ de Ourem Leiriensis Diœcesis, qui, & quæ, sicut etiam acceperat, de Jurepatronatus Bragantiæ Domus ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui pariter non erat eatenus in aliquo derogatum, existere dignoscebantur, respectivè fructibus, redditibus, & proventibus, qui, videlicet cujuslibet eorum ad centum septuaginta tres ducatos auri hujusmodi, ut pariter acceperat, annuatim respectivè ascendebant, & insimul mille septingentos triginta ducatos auri similes constituebant, duas quintas partes, videlicet septuaginta pro quolibet, & insimul septingentos ducatos auri hujusmodi etiam respectivè dismembravit, & separavit; ac Sanctæ Mariæ Oppidi de Obidos Ulixbonensis Occidentalis Diœcesis, cujus quadringentorum quinquaginta octo, super quibus Pensio annua antiqua nonaginta unius ducatorum auri hujusmodi cum dimidio alterius ducatis paris dictæ Patriarchali Ecclesiæ de tempore, quo ipsa erat simplex Capella Regia, Apostolicâ auctoritate, ut etiam acceperat, reservata extiterat, & tunc reperiebatur, quam per hujusmodi gratiam extinctam, & cum fructibus infra applicandis consolidatam remanere voluit, ac Sancti Mametis Loci de Lindoso, cujus biscentum triginta quatuor, ac Sancti Jacobi Loci de Anha, cujus quadringentorum octodecim, ac Sanctæ Mariæ Oppidi de Chaves Bracharensis Diœcesis, forsan habitualem

lem tantùm, nullatenus verò actualem curam animarum habentes Ecclesias, seu Capellas, aut respectivè in eis, vel aliis Oppidorum, & respectivè Locorum Ulixbonensis Occidentalis, & Bracharensis Diœcesium hujusmodi respectivè Ecclesiis totidem perpetua simplicia Beneficia Ecclesiastica, Prioratus, seu Abbatias etiam respective nuncupatas, seu nuncupata, ad, vel sub Sanctæ Mariæ, ac Sancti Mametis, & Sancti Jacobi, necnon Sanctæ Mariæ hujusmodi respectivè Altaria, seu respectivè invocationibus, cujus quingentorum quinquaginta trium ducatorum auri similium respectivè fructus, redditus, & proventus secundum æstimationem prædictam valorem annuum, ut similiter acceperat, non excedebant, & quarum, seu quorum primò, & secundò dictæ, seu primò, & secundò dicta etiam de Jurepatronatus dicti Joannis Regis, reliquæ, seu reliqua verò duæ Ecclesiæ, seu Capellæ, aut Beneficia hujusmodi etiam de Jurepatronatus dilecti Filii Josephi Brasiliæ Principis, & Bragantiæ Ducis prædicti Joannis Regis filii legitimi, & naturalis ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui similiter non erat eatenus in aliquo derogatum, respectivè existere dignoscebantur, stante consensu tam dicti Joannis Regis, quàm præfati Josephi Principis, per ejus Curatorem respectivè, ut etiam acceperat, jam præstito, non solùm quoad quatuor Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum hujusmodi suppressionem, verùm etiam quoad Dignitatum, ac Canonicatuum, & Præbendarum Collegiatarum Ecclesiarum præfatarum fructuum dismembrationem, & applicationem, pro cujus Josephi Principis, ejusque Bragantinæ Domus Jurispatronatus hujusmodi indemnitate præfatus Joannes Rex, qui etiam Ordinum Militarium præfati Portugalliæ Regni Gubernator, ac perpetuus Administrator existebat, æquivalenter consuluerat, assignando, ac concedendo eidem Josepho Principi, ac pro tempore existentibus Bragantiæ Ducibus jus conferendi, seu pro se ipsis retinendi Commendam nuncupatam Sancti Michaelis de Tres Minas Militiæ Domini nostri Jesu Christi, & Juspatronatus infrascriptarum Parochialium Ecclesiarum Jurispatronatus Regii, videlicet nostræ Dominæ da Torre de Moncorvo, cujus quadraginta, sex, & Sancti Salvatoris da Infesta, cujus quadraginta, ac Sanctæ Mariæ de Monçaõ, cujus etiam quadraginta, ac Sancti Martini de Bornes, cujus quinquaginta septem, ac Sanctæ Mariæ de Alijò, Rectoriarum respectivè nuncupatarum Bracharensis Diœcesis, cujus etiam quinquaginta septem, ac Sancti Petri de Farinha Podre, cujus triginta unius, ac de Villanova de Cea, cujus quadraginta sex, & Sanctæ Mariæ Magnæ nuncupatæ de Loriga, cujus triginta novem, ac Sancti Andreæ do Ervedal Vicariarum respectivè nuncupatarum, cujus sexaginta novem, ac Sanctæ Mariæ de Vinhò, cujus octoginta, necnon de Mangoalde, cujus septuaginta septem, ac Sancti Vincentii de Villafranca, Prioratuum respectivè nuncupatarum, Colimbriensis Diœcesis, cujus septuaginta quatuor ducatorum auri similium respectivè fructus, redditus, & proventus valorem annuum, ut pariter, acceperat, non excedebant, quamquidem assignationem, & concessionem firmam, & validam esse voluit, ac Apostolicâ auctorita-

te roboravit, & adhunc effectum tantùm præfatum Joannem Regem à juramento aliàs per eum præstito de non alienando bona, & jura tam ad Regiam Coronam, quàm ad Militares Ordines hujusmodi spectantia, & à quocumque alio simili juramento, quatenus opus esset, absolvit, & liberavit, ac primò dictam, seu primò dictum, videlicet quæ, seu quod per liberam dimissionem dilecti filii Joannis Petri de Lemos Clerici, seu Presbyteri de illa, seu illo, quam, seu quod tunc nuper obtinebat, in manibus Ordinarii Loci sponte factam, & per eundem Ordinarium ordinariâ ejus auctoritate extra Romanam Curiam admissam, ut pariter acceperat, vacabat, sive præmisso, sive alio quovismodo, aut ex alterius cujuscumque Personâ, seu per prædictam, vel aliam liberam dicti Joannis Petri, vel cujusvis alterius dimissionem de alia, seu illo, necnon secundò, tertiò, & quartò dicta, seu secundò, tertiò, & quartò dictas Ecclesias, seu Capellas, aut Beneficia hujusmodi ex tunc prout ex ea die, & è contra, cum primùm illas, seu illa per cessum, etiam ex causâ permutationis, vel decessum, aut privationem, vel quamvis aliam dimissionem, vel amissionem illas, seu illa tunc obtinentium, aut aliàs quovis modo vacare contigisset, etiamsi actu tunc, ut præferebatur, aut ex quarumcumque Personis, seu per liberas resignationes illas, seu illa tunc obtinentium, vel quorumvis aliorum de illis in dicta Curiâ, vel extra eam, etiam coram Notario publico, & testibus sponte factas, aut assequutionem alterius Beneficii Ecclesiastici ordinariâ auctoritate collati, & quoad primò dictam, seu primò dictum Ecclesiam, seu Capellam, aut Beneficium hujusmodi, non tamen per obitum, respectivè vacarent, etiamsi tanto tempore vacavissent, quòd earum, seu eorum collatio juxta Lateranensis Statuta Concilii ad Sedem Apostolicam legitimè devoluta, dictæque Ecclesiæ, seu Capellæ, aut Beneficia hujusmodi dispositioni Apostolicæ specialiter reservatæ, seu reservata existerent, & super eis in aliquos lis, cujus statum idem Clemens Prædecessor haberi voluit pro expresso, penderet indecisa, illarumque, seu illorum titulum collativum, ita quòd illæ, seu illa collativæ, seu collativa esse desinerent, & uti tales, seu talia in titulum collativum quâvis auctoritate conferri, seu de illis disponi quovismodo ampliùs nequiret, & si illas, seu illa deinceps conferri, seu de illis disponi contigisset, collationes, provisiones, & quævis aliæ dispositiones de illis quovismodo faciendæ nullæ, & invalidæ existerent, nullique suffragarentur, nec cuiquam coloratum titulum possidendi tribuerent, suppressit, & extinxit, ac quartam partem omnium, & quorumcumque fructuum, reddituum, & proventuum tam naturalium, quàm industrialium, & civilium Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum hujusmodi ab eis sic dismembratam, & separatam Dignitatibus, & Canonicatibus dictæ Patriarchalis Ecclesiæ pro earum, & eorum respectivè Præbendarum augmento applicavit, & assignavit, eandemque quartam partem fructuum hujusmodi Dignitatibus, & Canonicis tunc, & pro tempore existentibus ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ non aliàs, quàm in eisdem fructibus, redditibus, & proventibus naturalibus, industrialibus, &

civili-

civilibus persolvi debere voluit, & mandavit, stante declaratione à Venerabilibus Fratribus nostris tunc suis modernis Patriarchâ, Archiepiscopis, & Episcopis jam factâ, qui declaraverant Ecclesiis, ac successoribus suis longè utilius fore persolvere dictam quartam partem in fructibus naturalibus, industrialibus, & civilibus, quàm in pecuniâ numeratâ, uti priùs, eam persolvere debebant; ita tamen quòd quolibet anno quarta pars dictorum fructuum naturalium, industrialium, & civilium à Patriarchali, Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis hujusmodi, ut præferebatur, dismembrata, & separata, ac etiam, ut præferebatur, applicata, & assignata, & respectivè persolvenda Dignitatibus, & Canonicis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ tunc, & pro tempore existentibus præfatis divideretur in viginti quatuor partes, & tam post Pontificalem maiori, quàm cuicumque ex aliis quinque Dignitatibus, & octodecim Canonicatibus, & Præbendis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ una ex prædictis viginti quatuor partibus, videlicet mille tercentorum octoginta Ducatorum respectivè assignaretur, & persolveretur; adeo ut semper, & omni tempore, tam dicta post Pontificalem maior, quàm reliquæ quinque Dignitates, & octodecim Canonici dictæ Patriarchalis Ecclesiæ tunc, & pro tempore existentes à Patriarchâ, Archiepiscopis, & Episcopis præfatis nihil aliud nisi quartam partem fructuum naturalium, industrialium, & civilium eorum Ecclesiarum hujusmodi, & non alitèr prætendere possent, etiamsi prædicti fructus naturales, industriales, & civiles essent quandoque longè minoris, vel è contra pro parte Cathedralium Ecclesiarum etiam maioris valoris summæ, quæ antea à Patriarchâ, Archiepiscopis, & Episcopis prædictis in pecuniâ numerata persolvebatur, eisdemque sex Dignitatibus, & octodecim Canonicatibus, & Præbendis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ duas tertias partes fructuum, reddituum, & proventuum ex prædictis novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum præfatarum, sic, ut præfertur, dismembratorum, & separatorum, quæ insimul mille septingentos triginta octo ducatos similes constituebant, pariformiter applicavit, & assignavit, videlicet, post Pontificalem maiori, & cuilibet ex aliis quinque Dignitatibus, & octodecim Canonicatibus, & Præbendis prædictis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ septuaginta quinque ducatos similes, necnon quatuor Ecclesiarum, seu Capellarum, aut quatuor Beneficiorum hujusmodi, ut præfertur suppressarum, & extinctarum, seu suppressorum, & extinctorum, fructus, redditus, & proventus præfatos, qui insimul, deductis tamen ex eis unâ viginti novem super tertiò dictæ, seu tertiò dicti, & alterâ Pensionibus annuis quinquaginta septem ducatorum auri similium super quartò dictæ, seu quartò dicti Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum hujusmodi respectivè fructibus, redditibus, & proventibus aliàs Capellæ Ducali Oppidi de Villa-Viçoia, Elvensis Diœcesis Apostolicâ auctoritate reservatis, quæ salvæ, & illæsæ remanerent, & ut antea solvi deberent, mille quingentorum septuaginta septem ducatorum auri hujusmodi valorem annuum non excedebant, necnon reliquam tertiam partem fructuum,

reddituum, & proventuum à prædictis novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis dictarum Collegiatarum Ecclesiarum, ut præferebatur dismembratorum, quæ ad octingentos sexaginta novem ducatos similes ascendebat, Apostolicâ auctoritate respectivè duodecim Beneficiis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ, supportatis tamen omnibus, & singulis quatuor Ecclesiarum, seu Capellarum, aut quatuor Beneficiorum hujusmodi oneribus, univit, annexit, ac respectivè applicavit, & assignavit; qui quidem fructus, redditus, & proventus tam ex reliquâ tertiâ parte præfatâ, quàm ex quatuor Ecclesiis, seu Capellis, aut quatuor Beneficiis, ut præferebatur, suppressis, & extinctis, ac ut præferebatur, unitis hujusmodi provenientes dividerentur in duodecim partes æquales, & unicuique ex prædictis duodecim Beneficiis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ una ex duodecim partibus hujusmodi, videlicet bis centum quatuor ducati similes pro quolibet, assignaretur, ultra antiquam dotem; eâ tamen lege, ut in eventum, in quem tam super sex Dignitatibus, quàm octodecim Canonicatibus, & Præbendis, & duodecim Beneficiis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Literas Apostolicas expediri debere contingeret, fructus certi Dignitatis post Pontificalem maioris, qui antea exprimebantur, in ducatis nonaginta octo, & distributiones bis centum viginti quatuor, in posterum exprimi deberent, mille quingentorum quinquaginta trium, & distributiones bis centum viginti quatuor; fructus certi cujuslibet ex aliis quinque Dignitatibus, & octodecim Canonicatibus, & Præbendis, qui priùs exprimebantur septuaginta sex, & distributiones centum octoginta, in posterum exprimi deberent mille quingentorum viginti octo, & distributiones centum octoginta; fructus verò certi duodecim Beneficiorum, qui priùs exprimebantur triginta octo, & distributiones octoginta novem, in posterum exprimerentur bis centum quadraginta duorum, & distributiones octoginta novem Ducatorum auri similium respectivè valorem annuum non excedere; conditione tamen adjecta, quòd Venerabilis Frater noster tunc suus modernus Patriarcha Ulixbonensis Occidentalis cum consilio, & consensu dicti Joannis Regis super fructibus, redditibus, & proventibus Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, ac Beneficiorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ tam præsentibus, quàm futuris, & tam ex Ecclesiis Cathedralibus, quàm Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis simplicibus applicatis, seu applicandis, qui tunc proveniebant, & in futurum provenire possent, statuere ac decerne posset aliquam quotam partem fructuum, reddituum, & proventuum dicto Patriarchæ, ac prædicto Joanni Regi bene visam persolvendam quolibet anno in perpetuum à quocumque ex Dignitatibus, Canonicis, & Beneficiatis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ tunc, & pro tempore existentibus, & in utilitatem, & indigentias ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ, ac cæterorum Ministrorum ei tunc, & pro tempore inservientium sustentationem, cum consilio pariter, & consensu ejusdem Joannis Regis applicandam, & convertendam; dummodo tamen quota pars fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi sic, ut præfertur, statuenda, ac decernenda non

excederet

excederet quartam partem fructuum, qui pro tempore essent Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, ac Beneficiorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ. Pro maiori autem subsistentiâ, & securiori exactione quartæ partis fructuum, naturalium, industrialium, & civilium cujuslibet ex præfatis Patriarchali, Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis, ac quotarum partium fructuum, ex novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi, sic, ut præfertur, dismembratarum, & separatarum, ac respectivè applicatarum, & assignatarum voluit idem Clemens Prædecessor, quod moderni, & pro tempore existentes dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Dignitates, & Canonici eorum nomine corporalem, & actualem, seu civilem possessionem omnium, & singulorum fructuum, reddituum, & proventuum, quorum genera, & species supra memoratas idem Clemens Prædecessor pro expressis haberi voluit, liberè apprehendere, & apprehensam perpetuò retinere, necnon earundem Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum sic suppressarum, & extinctarum, seu suppressorum, & extinctorum omnes, & singulos fructus, redditus, & proventus prædictos à die illorum vacationis, pro ratâ temporis, quoad Ecclesias Cathedrales, necnon novem Dignitates, & viginti octo Canonicatus, & Præbendas actu vacantes à dicto die Quinto Kalendas Octobris, Pontificatus dicti Clementis Prædecessoris anno vigesimo; quò verò ad easdem Ecclesias ac novem Dignitates, & viginti octo Canonicatus, & Præbendas actu non vacantes, à die illarum, & illorum vacationis computandos, ipsosque fructus, redditus, & proventus Dignitates, & Canonici ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ modo, & forma, ac conditionibus præmissis, per se, vel alium, seu alios percipere, administrare, exigere, & levare, ac tam ex horreis communibus, quam ex aliis quibuscumque locis, ubicumque existerent, extrahere, conductoribus liberè locare, & in electione Exactorum dictorum fructuum, vulgò *Priostes*, aliorumque similium Officialium vocem per ipsos Conductores, seu Dignitatum, aut Canonicorum Patriarchalis Ecclesiæ prædictæ Procuratores, vel Æconomos habere, necnon ab Æconomis, seu Administratoribus reddituum Cathedralium Ecclesiarum, reliquisque Officialibus quibuscumque, ac Exactoribus illarum, vel etiam ab ipsis Episcopis, quatenus opus esset, juramentum super verâ quantitate quorumcumque reddituum prædictorum exquirere, ac eos ad prædictum juramentum præstandum compellere, cæterosque dictæ administrationis actus exercere liberè, & licitè valerent, Diœcesani Loci, vel cujusvis licentiâ desuper minimè requisitâ; salvis tamen, & illæsis remanentibus omnibus, & singulis Pensionibus annuis, seu oneribus expressè super præfatâ quartâ parte fructuum, reddituum, & proventuum Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum hujusmodi Apostolicâ auctoritate ad instantiam Portugalliæ, & Algarbiorum Regis, & pro Personis, & Locis eidem Regi gratis, & acceptis jam reservatis, &, seu impositis, ad quarum, & seu quorum omnium solutionem, donec illæ, &, seu illa duraverint, faciendam Capitulum, & Canonicos dictæ Patriarchalis

lis Ecclesiæ teneri, & obligatos existere voluit, & decrevit, ac ut quartas partes fructuum ex Patriarchali, Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis prædictis, necnon quotas partes fructuum, redditum, & proventuum ex novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum prædictarum dismembratas, & separatas Capitulum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ illas, sicut præfertur, dismembratas, & respective applicatas, liberas, immunes, & exemptas ab omni decimâ, quartâ, mediâ, & quavis aliâ fructuum parte, subsidio etiam charitativo, & excusato, & quocumque alio tam ordinario, quàm extraordinario onere, cogitabili, vel inexcogitabili, etiam reali, perpetuo, vel ad tempus, quomodolibet nuncupato, etiam pro fabricâ dictarum Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum, & quâvis etiam Apostolicâ, Regia, vel ordinariâ, auctoritate, & ex quâcumque etiam urgenti, urgentissima, & de necessitate exprimendâ causâ, etiam pro Seminario Puerorum Ecclesiastico, manutentione classis Triremium, reparatione, & fabricâ Basilicæ Principis Apostolorum de Urbe, Cruciatâ Sanctâ, & expeditione contra Turcas, ac alios Orthodoxæ Fidei hostes, etiam ad Imperatoris, Regum, Reginarum, etiam Portugalliæ, & Algarbiorum Regnorum prædictorum, necnon Ducum, Rerum publicarum, & aliorum quorumcumque Principum instantiam, intuitum, & contemplationem, ac pro eorum, & Sedis Apostolicæ necessitatibus, aut aliàs Canonicè, vel de facto impositis, vel pro tempore imponendis, vel illis quomodolibet inhærentibus, ac etiam Pensionis perpetuæ vigore Literarum Apostolicarum, vel in favorem Tribunalis Sancti Officii contra hæreticam pravitatem, vel alterius cujuslibet pii Loci, vel respectivè Capellæ Ducalis Oppidi de Villa-Viçosa, vel aliàs quomodolibet reservatæ, quæ omnia ipsi pro tempore existentes Patriarcha, Archiepiscopi, & Episcopi, ac novem Dignitates, & viginti octo Canonicatus, & Præbendas Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi pro tempore obtinentes, solvere tenerentur, etiamsi in impositionibus hujusmodi caveretur expressè, quod Pensionarii, seu Reservatarii partis fructuum prædictarum Cathedralium, ac novem Dignitatum, & viginti octo Canonicatuum, & Præbendarum Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi pro ratâ Pensionum, reservationum, & applicationum suarum quantumvis exemptarum contribuere tenerentur, ac aliàs in omnibus, & per omnia liberas, immunes, & exemptas, ut præferabatur, Capitulum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ per se, vel per Procuratores Actores, & Exactores, vel Æconomos suos exigere, vel levare, & ut hujusmodi fructus, redditus, & proventus ex dictis quotis Cathedralium, & novem Dignitatum, & viginti octo Canonicatuum, & Præbendarum Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi partibus, necnon ex quatuor Ecclesiis, seu Capellis, aut quatuor Beneficiis, ut præferebatur, suppressis, provenientes Capitulum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ in communes usus, & utilitatem Dignitatum, Canonicorum, & Beneficiatorum ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ, ejusdemque, & cæterorum Ministrorum ei inservientium indigentias, ac sumptus respectivè modo, & formâ supradictis convertere etiam liberè,

liberè, & licitè valerent, eâdem Apostolicâ auctoritate decrevit, statuit, & indulsit; ita tamen ut inter fructus, redditus, & proventus tam antiquos, quàm de novo superadditos, ac tam Dignitatibus, & Canonicis, quam Beneficiatis præfatis respectivè applicatos, & assignatos ea semper in futurum servaretur divisio, & separatio, ut nec Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum hujusmodi quartæ partes fructuum, reddituum, & proventuum, necnon duæ tertiæ partes prædictæ fructuum, reddituum, & proventum ex novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi sic, ut præfertur, separatæ, & respectivè dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Dignitatibus, & Canonicis præfatis unâ cum antiquâ dote applicatæ in Beneficiatorum congruas, nec è contra fructus, redditus, & proventus ex quatuor Ecclesiis, seu Capellis, aut quatuor Beneficiis suppressis provenientes, & cum reliquâ ex dictis novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi, similiter deductâ tertiâ parte fructuum, reddituum, & proventuum, duodecim Beneficiatis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ, ut etiam præferebatur, applicati, & assignati, unâ cum antiquâ dote in Dignitatum, & Canonicorum dotis augmentum, ullo unquam tempore, aut quacumque de causâ, etiam ratione juris accrescendi erogari possent, sed unaquæque ex dictis portionibus fructuum, reddituum, & proventuum Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, & Beneficiis præfatis, ut præferebatur, applicata, & assignata absque ulla permixtione administraretur, ac ab alterâ semper divisa, & separata respectivè, & taxativè, applicata esset, & esse censeretur. Casu verò quo aliqua ex dictis sex Dignitatibus, aut aliquis ex octodecim Canonicatibus, & Præbendis, seu aliquod ex duodecim Beneficiis præfatis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ pro tempore vacavisset, illius fructus, redditus, seu proventus certi tam antiqui, quàm de novo superadditi pro ratâ temporis, illius vacationis, & non ultra, in favorem Fabricæ, & Sacristiæ Patriarchalis Ecclesiæ cederent: Distributiones verò quotidianæ reliquis Dignitatibus, & Canonicis juxta ordinem desuper à præfato Clemente Prædecessore, ut infra factam, si Præbenda vacam foret Dignitatibus, vel Canonicis, si verò foret Beneficium, reliquis Beneficiatis dumtaxat respectivè accrescerent, contrariis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ consuetudinibus minimè obstantibus. Ulterius, ut omnia, & singula supradicta ab eodem Clemente Prædecessore concessa, elargita, & ordinata, ac decus, honorificentiam, & utilitatem dictæ Patriarchalis Ecclesiæ concernentia debitæ exequutioni demandarentur, ac perpetuis futuris temporibus ab omnibus, & singulis, ad quos tunc spectabat, & in futurum quomodolibet spectare, ac quovismodo, & quâcumque de causâ spectare, & pertinere posset, firmiter, & inviolabiliter observarentur, Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus, dilectis etiam filiis modernis, & pro tempore existentibus nostro, tunc suo, & Sedis Apostolicæ in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis Nuncio, & Inquisitori Generali, aut Auditori, seu Judici Ecclesiastico Patronatus Regii commisit, & mandavit, quate-

quatenus ipsi, vel duo eorum per se, vel alios etiam, quâvis difficultate occurrente, & à præfato Clemente Prædecessore non prævisâ, quæ effectum Literarum Apostolicarum tunc desuper conficiendarum minimè retardare valeret, easdem Literas Apostolicas tunc desuper conficiendas, tam quoad dismembrationem, & applicationem quartarum partium præfatorum fructuum naturalium, industrialium, & civilium Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum hujusmodi, quàm quoad dismembrationem, & respectivè applicationem quotarum partium fructuum, reddituum, & proventuum ex novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Ecclesiarum Collegiatarum hujusmodi, ac quoad reliqua omnia à dicto Clemente Prædecessore, ut præferebatur, concessa, & expressa debitæ exequutioni demandari facerent, ac ubi, & quando opus foret, ac quoties ad instantiam pro tempore existentium Capituli, Dignitatum, & Canonicorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis conjunctim, vel divisim forent requisiti, solemniter publicantes, illisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes facerent Apostolicâ auctoritate omnia, & singula præmissa suum debitum sortiri effectum, ac ab omnibus, & quibuscumque Personis firmiter, & inviolabiliter observari, & adimpleri, non permittentes modernos, & pro tempore existentes Capitulum, Dignitates, & Canonicos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis à quoquam super omnibus, & singulis eis à præfato Clemente Prædecessore, ut præferebatur, concessis quomodolibet molestari, perturbari, aut inquietari, contradictores quoslibet, & rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia, appellatione postpositâ compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus foret, auxilio brachii sæcularis, & insuper ipse Clemens Prædecessor Judicibus præfatis, & eorum cuilibet, quoscumque omnium, & singulorum prædictorum ab ipso Clemente Prædecessore, ut præferebatur, concessorum effectum impedientes, seu pro tempore existentes, Capitulum, Dignitates, & Canonicos præfatos super eisdem præmissis molestantes, perturbantes, eisque quovismodo contradicentes, etiam, per Edictum publicum, constito summariè de non tuto accessu, citandi, illisque, ac quibus, & quoties inhibendum foret, etiam per simile Edictum quoad Patriarcham, Archiepiscopos, & Episcopos sub Interdicti ingressus Ecclesiæ, quò verò ad alios inferiores sub excommunicationis, ac etiam pecuniariis, necnon privationis Beneficiorum, & Officiorum sæcularium, & Ecclesiasticorum eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis pœnis inhibendi, ac eos, quos censuras, & pœnas prædictas incurrisse constaret, eas incurrisse, servatâ formâ Concilii Tridentini, declarandi, ac censuras, & pœnas ipsas etiam iteratis vicibus aggravandi, reaggravandi, & interdicendi plenam, & liberam Motu pari, dictâ auctoritate concessit facultatem. Denique pro faciliori earundem Literarum tunc desuper conficiendarum exequutione, & effectu Motû simili decrevit, & declaravit, quòd in eventum, in quem pro tempore existentes Patriarcha, Archiepiscopi, & Episcopi; necnon Collegiatarum

giatarum Ecclesiarum hujusmodi novem Dignitates, & viginti octo Canonici præfati, aut quicumque alii Dignitatum, Canonicorum, & Beneficiatorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ratione applicationum hujusmodi Debitores, si solutionem ab eis debito tempore faciendam quâcumque de causâ, etiam legitimâ, protrahere, seu in dubium revocare vellent, id nullatenus facere possent, nec super hoc in Judicio, vel extra audiri valerent, nisi priùs facto deposito juxta stylum Regni Portugalliæ illius quantitatis, quæ ab eis controverti vellet; quòdque in exactionibus faciendis ab hujusmodi Debitoribus procedi deberet viâ executivâ, ut in debitis regalibus, ac summariè, & sine strepitu, & figurâ judicii, ac solâ facti veritate inspecta. Ulterius idem Clemens Prædecessor voluit, & eâdem auctoritate decrevit, quod Exequutores præfati pro tempore existentes simul, vel separatim in causis concernentibus liquidationem, exactionem, & solutionem præfatarum quotarum partium Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi, & ab eis dependentibus semper essent Judices privativi, & jurisdictione suâ uti valerent contra quascumque Personas, & quâvis tam Archiepiscopali, & Episcopali, quàm aliâ quâcumque dignitate præditas, etiamsi Personæ hujusmodi gauderent privilegiis, aut indultis, aut in earum causis conveniri nequirent, nisi in eorum foro, ac coram certo eorum Judice, quæ privilegia quoad causas liquidationis, exactionis, & solutionis hujusmodi locum habere non debere declaravit; imò ea ad hunc effectum revocavit, & quatenus opus esset, privilegiis, & indultis hujusmodi quâvis etiam Apostolicâ auctoritate eis forsan concessis specialiter, & expressè derogavit; itaut super causis prædictis in nullo alio Tribunali, præterquam coram Judicibus præfatis pro tempore existentibus, litigari posset. Decernens propterea easdem Literas tunc desuper conficiendas semper, & perpetuò validas, & efficaces existere, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, vel ex quâlibet causâ quantumvis legitimâ, & juridicâ, piâ, privilegiatâ, ac speciali notâ dignâ, etiam ex eo, quod Dignitates, Canonici, ac Beneficiati dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ac pro tempore existentes Patriarcha, Archiepiscopi, & Episcopi Portugalliæ, & Algarbiorum Regnorum, ac dictarum Collegiatarum Ecclesiarum novem Dignitates, & viginti octo Canonici præfati, seu quicumque alii cujuscumque dignitatis, gradus, conditionis, & præeminentiæ essent, in præmissis, & circa ea quomodolibet, & quâvis causâ, ratione, actione, vel occasione jus, vel interesse habentes, aut habere prætendentes illis non consensissent, aut ad illa vocati, & auditi non fuissent, & causæ, propter quas eædem Literæ Apostolicæ tunc desuper conficiendæ emanavissent, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuissent, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, vel intentionis dicti Clementis Prædecessoris, aut jus, vel interesse habentium consensu, aut quolibet alio quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuam mentio-

 nem,

nem, ac expressionem requirente defectu, sive etiam ex eo quod in præmissis, eorumque aliquo solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda servata, & adimpleta non fuissent, aut ex quocumque alio capite à jure, vel facto, aut statuto, vel consuetudine aliquâ resultante, seu etiam enormis, enormissimæ, totalisque læsionis, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione etiam in corpore Juris clausâ, occasione, aliave causâ, etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda fuisset; aut quòd de voluntate dicti Clementis Prædecessoris, & aliis superiùs expressis nullibi appareret, seu aliàs probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illos restitutionis in integrum, aperitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut aliud quodcumque juris, facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet etiam Motu simili concesso, aut impetrato, vel emanato uti, seu se juvare in judicio, vel extra posse, neque Literas Apostolicas præfatas tunc desuper conficiendas sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus etiam per dictum Clementem Prædecessorem, & successores nostros, tunc suos, Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam præfatam etiam Motu pari, ac ex certâ scientiâ, & Consistorialiter, & quibusvis de causis, ac sub quibuscumque verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, etiamsi de Literis Apostolicis præfatis tunc desuper conficiendis, earumque toto tenore, ac datâ specialis mentio fieret, & pro tempore faciendis, & concedendis comprehendi, sed tamquam ad maius bonum tendentes semper ab illis excipi, & quoties illæ emanarent, toties in pristinum, & validissimum, ac eum, in quo antea quomodolibet essent, statum restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo, & sub quacumque posteriori datâ quandocumque eligendâ concessas esse, & fore, sicque, & non aliàs in præmissis omnibus, & singulis per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, aut Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice Legatos, dictæque Sedis Apostolicæ Nuncios, & alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, officio, & dignitate fungentes, ac prærogativâ, privilegio, præeminentia, & honore fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque judicio, & in quacumque instantiâ judicari, & definiri deberet; & si secus super his à quoquam quâvis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decrevit. Non obstantibus, quatenus opus esset, suis, & Cancellariæ Apostolicæ de præstando consensu, de jure quæsito non tollendo, de exprimendo valore, ac de unionibus, aliisque in contrarium præmissorum quomodolibet editis, & edendis regulis, & Lateranensis Concilii novissimè celebrati uniones, seu applicationes perpetus nisi in certis casibus fieri

ri prohibentis, ac dismembrationes perpetuas super mensarum Patriarchalium, Archiepiscopalium, vel Episcopalium fructibus, redditibus, & proventibus, nisi ex cessionis, aut aliâ rationabili causâ, quæ in Consistorio justa, & honesta habita fuisset, ac certis aliis modo, & formâ in dicto Concilio expressis reservari similiter prohibentis, aliisque quibusvis in contrarium præmissorum etiam in Synodalibus, Provincialibus, Universalibusque Conciliis editis, vel edendis, specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, ac Patriarchalis, Archiepiscopalium, Episcopalium, & Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ roboratis statutis, eorumque reformationibus, & novis additionibus, stylis, usibus, & consuetudinibus, etiam immemorabilibus, dispositionibus, & ultimis voluntatibus in contrarium quibuscumque, privilegiis etiam ex fundatione competentibus, vel à dicto Clemente Prædecessore, aut Prædecessoribus nostris tunc suis aliàs prædictæ Patriarchali Ecclesiæ, dum esset Capella Regia, vel insignis Collegiata concessis, quatenus iis, quæ in Literis Apostolicis præfatis tunc desuper conficiendis expressa essent, adversarentur, quorum derogationi quoad prædictum effectum dictus Joannes Rex, ut acceperat, consensum præstiterat, necnon indultis, & Literis Apostolicis illis, eorumque Superioribus, & Personis, ac Locis quibuscumque, etiam speciali, specificâ, expressâ, & individuâ mentione dignis, sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis etiam in genere, vel in specie Motu pari, ac etiam Consistorialiter, aut alias quomodolibet etiam iteratis vicibus in contrarium præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis, etiamsi in eis caveretur expressè, quòd illis per quascumque Literas Apostolicas etiam Motu simili pro tempore concessas, quascumque etiam derogatoriarum derogatorias in se continentes, illis derogari non posset, neque censeretur eis derogatum: Quibus omnibus, & singulis, etiamsi de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut quæcumque alia exquisita forma ad id servanda fuisset, illorum tenores, & causas etiam quantumvis prægnantes, pias, & privilegiatas pro plenè, & sufficienter, ac de verbo ad verbum, nihil penitus omisso, insertis, expressis, & specificatis habens, illis aliàs in suo robore permansuris, ad præmissorum omnium validissimum effectum eâ vice dumtaxat latissimè, & plenissimè, ac sufficienter, necnon specialiter, & expressê Motu simili derogavit, cæterisque contrariis quibuscumque. Voluit autem idem Clemens Prædecessor, quod pro tempore promovendi ad Patriarchalem, Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias præfatas in expeditione Literarum Apostolicarum super promotione de eorum Personis ad easdem Patriarchalem, Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias Apostolicâ auctoritate faciendâ reductionem Taxæ, seu communis, propter dismembrationem quartæ partis

earum fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi per eundem Clementem Prædecessorem, ut præferebatur, factam, nullo modo prætendere valeant. Voluit etiam, quod gratiæ in præsentatibus elargitæ in Præbendarum, ac Beneficiorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ dotis augmentum nullatenus locum habere valerent, nisi priùs aliæ etiam tunc confectæ Literæ super servitio dictæ Patriarchalis Ecclesiæ ab ipsis Dignitatibus, Canonicis, & Beneficiatis executioni demandarentur. Ne autem de dismembratione, separatione, suppressione, extinctione, unione, annexione, applicatione, mandato, concessione, Decreto, derogatione, & voluntate præfatis, pro eo, quod super illis dicti Clementis Prædecessoris, ejus superveniente obitu, Literæ Apostolicæ confectæ non fuerint, valeat, quomodolibet hæsitari, ac pro tempore existentes Dignitates, Canonici, & Beneficiati dictæ Patriarchalis Ecclesiæ illarum frustentur effectu, Volumus, & similiter Apostolicâ auctoritate decernimus, quod dismembratio, separatio, suppressio, extinctio, unio, annexio, applicatio, mandatum, concessio, Decretum, derogatio, & voluntas Clementis Prædecessoris hujusmodi, perinde à dictâ die Quinto Kalendas Octobris suum sortiantur effectum, ac si super illis ipsius Clementis Prædecessoris Literæ sub ejusdem diei datâ confectæ fuissent, prout superiùs enarratur; quodque præsentes Literæ ad probandum plenè separationem, suppressionem, applicationem, mandatum, concessionem, statutum, Decretum, derogationem, & voluntatem Clementis Prædecessoris hujusmodi, ubique sufficiant, nec ad id probationis alterius adminiculum requiratur: Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ voluntatis, & Decreti infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo vigesimo primo: Quinto decimo Kalendas Junii, Pontificatus nostri anno primo.

Bulla do Papa Clemente XII. em que confirmou a de seu antecessor Innocencio XIII. reduzindo as quartas partes a terças, dos mesmos Arcebispados, e Bispados, &c.

CLEMENS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

Ad perpetuam rei memoriam.

Num. 122
An. 1737.

RELigiosa Christianorum Principum erga Divini servitii decorem vota Paterno prosequimur affectu, eaque ad debitum, prout Pastoralis nostri muneris solicitudo, & laudabilis eorundem Principum exigit devotio, perducimus implementum. Quapropter dum Nos providam

providam nostræ considerationis aciem dirigimus ad inclitam, & verè regiam charitatem Charissimi in Christo Filii nostri Joannis hoc nomine Quinti Portugalliæ, & Algarbiorum Regis Illustris, qui in Regnis suis non solum temporalium, verùm etiam, & præcipuè spiritualium rerum sublime nomen ad Divini servitii gloriam, erigendamque ad beatam Sion Populorum suorum devotionem personare, & in ejus Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali Cœlestis Beatorum Civium Aulæ imaginem exhibente in terris Personas Divinis obsequiis jugiter insistentes pro earum debitâ manutentione, &, prout Patriarchalis Ecclesiæ prædictæ postulat dignitas, novis facultatibus, annuisque redditibus communiri, eisque sic communitis, Cœlestis Aulæ, ac Beatorum Civium prædictorum in Patriarchali Ecclesiâ hujusmodi, sibi, Populisque suis elucescere majestatem piissimis, ac verè Fidelissimo Rege dignis exoptat affectibus; ad desideria sua hujusmodi Apostolicæ liberalitatis nostræ partes favorabiliter interponimus, prout, pensatis desideriorum prædictorum erga Divini servitii decorem meritis, in Domino conspicimus salubriter expedire. Aliàs siquidem felicis recordationis Clemens Papa XI. Prædecessor noster, postquam ipse Patriarchalem Ecclesiam Ulixbonensem Occidentalem ab eo erectam, & institutam, ob suorum insignia meritorum, copioso privilegiorum, & indultorum, ac aliarum gratiarum Apostolicâ auctoritate concessorum thesauro ditaverat, ut in eâ Divinarum rerum cultus suo quoque par esset decori, ejusdemque Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis fructibus, redditibus, & proventibus Ecclesiasticis, per quos Dignitates, Canonici, & Beneficiati, cæterique dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Ministri se decenter substentare valerent, suus quoque fulgor elucesceret, & majestas; Motu ejus proprio à prædictâ Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis consistentibus Ecclesiis quartam partem earundem fructuum, reddituum, & proventuum naturalium, industrialium, & civilium summam triginta trium millium centum triginta septem ducatorum auri de Camerâ constituentem dismembravit, & separavit; & ex Cantoratûs, qui ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum; ex Thesaurariæ majoris nuncupatæ, qui etiam ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum; ex Scholastriæ respectivè Dignitatum, qui similiter ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum, ac ex quindecim Canonicatuum, & Præbendarum sæcularis, & forsan insignis Collegiatæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ de Alcaçova Oppidi de Sanctarem Ulixbonensis Orientalis Diœcesis, qui, videlicet quorumlibet eorum, ad centum quinquaginta quatuor, & insimul ad bis mille trecentos decem, tertiam partem uniuscujusque eorum, videlicet quinquaginta unum pro quolibet, & insimul septingentos sexaginta quinque; ac ex Prioratûs, qui ad trecentos octoginta quatuor, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum sexaginta novem; & ex Archipresbyteratûs, qui ad centum quadraginta duos, quartam partem

partem eorum, videlicet tringinta quinque; & ex Thesaurariæ etiam respectivè Dignitatum, qui ad quadringentos, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum septuaginta octo; ac ex trium Canonicatuum, & Præbendarum etiam sæcularis, & forsan insignis Collegiatæ Ecclesiæ Oppidi de Barcellos Bracharensis Diœcesis respectivè fructibus, redditibus, & proventibus, qui, videlicet cujuslibet eorum, ad centum triginta septem, & insimul quadringentos undecim, quartam partem eorum, videlicet triginta quinque pro quolibet, & insimul centum quinque; necnon ex Prioratûs, qui ad quingentos viginti duos, quatuor nonas partes eorum, videlicet ducentos triginta duos; ex Cantoratûs, qui ad trecentos quadraginta septem, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum quinquaginta quatuor; ex Thesaurariæ, etiam respectivè Dignitatum, qui ad ducentos sexaginta, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum sexdecim; ac ex decem Canonicatuum, & Præbendarum pariter sæcularis, & forsan insignis Collegiatæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ de Ourem Leiriensis Diœcesis respectivè fructibus, redditibus, & proventibus, qui, videlicet cujuslibet eorum, ad centum septuaginta tres ducatos auri de Camera hujusmodi annuatim respectivè ascendebant, & insimul mille septingentos triginta ducatos auri similes constituebant, duas quintas partes eorum, videlicet septuaginta pro quolibet, & insimul septingentos ducatos auri pares respectivè constituentes, respectivè dismembravit, & separavit; ac Sanctæ Mariæ Oppidi de Obidos Ulixbonensis Occidentalis Diœcesis, cujus quadringentorum quinquaginta octo, & Sancti Mametis Loci de Lindoso, cujus ducentorum triginta quatuor, ac Sancti Jacobi Loci de Anha, cujus quadringentorum octodecim, ac Sanctæ Mariæ Oppidi de Chaves Bracharensis respectivè Diœcesis, forsan habitualem tantum, nullatenus verò actualem curam animarum habentes Ecclesias, seu Capellas, aut respectivè in eis, vel, aliis respectivè Locorum Ulixbonensis Occidentalis, & Bracharensis respectivè Diœcesum hujusmodi etiam respectivè Ecclesiis totidem perpetua simplicia Beneficia Ecclesiastica, Prioratus, seu Abbatias etiam respectivè nuncupatas, seu nuncupata, ad, vel sub Sanctæ Mariæ, ac Sancti Mametis, & Sancti Jacobi, necnon Sanctæ Mariæ hujusmodi respectivè Altaria, seu respectivè invocationibus, cujus quingentorum quinquaginta trium ducatorum auri similium respectivè fructus, redditus, & proventus valorem annuum non excedebant, certo tunc expresso modo vacantes, seu vacantia sub certis modo, & formâ tunc expressis suppressit, & extinxit; ac quartam partem omnium, & quorumcumque fructuum, reddituum, & proventuum tam naturalium, quàm industrialium, & civilium Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum hujusmodi; necnon alios fructus, redditus, & proventus ex Dignitatum, ac Canonicatuum, & Præbendarum Collegiatarum hujusmodi fructibus, ut præfertur, dismembratam, & separatam, ac dismembratos, & separatos; necnon Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum, ut præfertur, suppressarum, & extinctarum, seu suppressorum, & extinctorum hujusmodi fructus, redditus, & proventus

ventus Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon duodecim Beneficiis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis sub certis modo, & formâ similiter tunc expressis Apostolicâ auctoritate præfatâ Motu ejus proprio, & de Apostolicæ potestatis plenitudine applicavit, & assignavit, ac respectivè annexuit, & incorporavit, ac aliàs, prout in ejusdem Clementis Prædecessoris Literis ab ejusdem recordationis Innocentio PP. XIII. similiter Prædecessore nostro, pro eo quòd prædictus Clemens Prædecessor, antequam ipsæ desuper conficerentur, sicut Domino placuit, ab humanis decesserat, in formâ Rationi congruit desuper expeditis, sub datum videlicet apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo vigesimo primo quintodecimo Kal. Junii Pontificatus sui anno primo, plenius continetur. Cum autem, sicut accepimus, prædicti fructus, ut præfertur, applicati congruenti, ac honorificæ pro tempore existentium Dignitatum, ac Canonicorum, aliorumque Ministrorum eidem Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali inservientium substentationi, & decori, onerumque eidem Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali incumbentium supportationi impares esse dignoscantur; earundemque Literarum Apostolicarum executio suspensa extiterit, & adhuc existat de præsenti: Nos igitur, qui Patriarchalem Ecclesiam Ulixbonensem Occidentalem præfatam pari, Paternoque prosequamur affectu, probè scientes pia prædicti Joannis Regis erga Divini cultus in prædictâ Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali augmentum, ejusque decorem desideria; & ne diutius ipsa convenientibus suæ dignitati, onerumque ab ipsâ substinendorum supportationi, ac congruis ei famulantium manutentioni, & honorificentiæ orbata remaneat subsidiis: Dilectos filios modernos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Dignitates, & Canonicos, ac eorum quemlibet à quibusvis suspensionis, & interdicti, aliisque Ecclesiasticis sententiis, censuris, & pœnis à jure, vel ab homine, quâvis occasione, vel causâ latis, siquibus quomodolibet innodati existant, ad effectum præsentium tantùm consequendum harum serie absolventes, & absolutos fore censentes; necnon prædicti Clementis Prædecessoris Literas ab Innocentio Prædecessore prædicto in dictâ formâ expeditas, earumque totum, & integrum tenorem præsentibus pro expressis, ac de verbo ad verbum pro insertis habentes, easque, ac omnia, & singula in eis contenta, nisi quatenus præsentibus adversentur, approbantes, confirmantes, & innovantes, & siqui desuper defectus quomodolibet intervenerint, revalidantes; Motu, simili, non ad alicujus Nobis super hoc oblatæ petitionis instantiam, sed ex certâ scientiâ, & matura deliberatione nostræ, deque pari Apostolicæ potestatis plenitudine, attento consensu dicti Joannis Regis ad hunc effectum, ut accepimus, jam præstito, à Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis existentibus prædictis, ac quarum insimul fructus, redditus, & proventus ad centum triginta duos mille quingentos sexaginta sex ducatos auri pares, ut etiam accepimus, annuatim ascendunt, ex omnibus,

&

& ſingulis earum reſpectivè fructibus, redditibus, & proventibus naturalibus, induſtrialibus, & civilibus, ex cenſibus, laudemiis, contributionibus prædialibus, vulgò *Pitanças*, aliiſque obventionibus, necnon ex juriſdictione etiam temporali, & ex Cancellariæ, ac luctuoſarum proventibus provenientibus, cæteriſque emolumentis quibuſcumque ad Patriarchalem Ulixbonenſem Occidentalem, ac Archiepiſcopales, & Epiſcopales Eccleſias prædictas quocumque titulo etiam unionis, donationis, contractus, cujuslibet etiam oneroſi, aut legati etiam perſonalis nuncupati, vel aliâ quâvis causâ, ſeu jure, nunc, & pro tempore etiam de novo in futurum reſpectivè ſpectantibus, loco quartæ partæ earum cujuslibet reſpectivè fructuum, redditũum, & proventuum à prædicto Clemente Prædeceſſore ab eis reſpectivè diſmembratæ, ejuſdemque Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis applicatæ inſimul ad triginta tres mille centum triginta ſeptem ducatos auri de Camera hujuſmodi, ut prefertur, aſcendentis, tertiam eorundem reſpectivè fructuum, reddituum, & proventuum naturalium, induſtrialium, & civilium, ex cenſibus, laudemiis, contributionibus prædialibus, vulgò *Pitanças*, aliiſque obventionibus, necnon ex juriſdictione etiam temporali, & ex Cancellariæ, ac luctuoſarum proventibus provenientium, cæterorumque emolumentorum quorumcumque ad Patriarchalem Ulixbonenſem Occidentalem, ac Archiepiſcopales, & Epiſcopales Eccleſias prædictas quocumque titulo etiam unionis, donationis, contractus cujuslibet etiam oneroſi, aut legati etiam perſonalis nuncupati, vel aliâ quâvis causâ, ſeu jure, nunc, & pro tempore, etiam de novo in futurum reſpectivè ſpectantium partem inſimul ad quadraginta quatuor mille centum octoginta octo ducatos auri hujuſmodi annuatim nunc, ut etiam accepimus, aſcendentem, & quoad Eccleſias prædictas, quæ Paſtoris ſolatio ad præſens deſtitutæ exiſtunt, à die datæ earundem præſentium quoad illas verò, quæ ſuo reſpectivè Paſtore viduatæ non reperiuntur, ex nunc pro tunc, & cùm primùm illas, & earum quamlibet eodem Paſtoris ſolatio deſtitui contigerit; necnon ex Decanatu poſt Pontificalem maiore, cujus mille ducentorum nonaginta novem; necnon ex Cantoratu, cujus quingentorum nonaginta quatuor; & ex uno de Braga, cujus ſeptingentorum quinquaginta ſex; ac ex altero Archidiaconatibus de Vermoim reſpectivè nuncupatis, cujus ducentorum triginta ſeptem; ac ex Theſaurariatu maiori nuncupato, cujus aliorum ſeptingentorum quadraginta ſeptem; ac ex Scholaſtriâ reſpectivè Dignitatibus, cujus octingentorum ſeptuaginta ſex, & julii unius; necnon ex uno, & unâ, quem, & quam Antonius Magalhaens, ac quorum quadringentorum quinquaginta novem; necnon ex alio, & aliâ, quem, & quam Simon Barboſa, ac quorum quadringentorum nonaginta octo; ac ex alio, & aliâ, quem, & quam Ignatius de Araujo, ac quorum quadringentorum quadraginta ſeptem; ac ex alio, & aliâ, quem, & quam Emmanuel Pereira de Araujo, ac quorum octingentorum triginta unius; ac ex alio, & aliâ, quem, & quam Antonius Ribeiro de Macedo, ac quorum quingentorum quadraginta trium;

trium; ac ex reliquo Canonicatibus, & reliquâ Præbendis Ecclesiæ Bracharensis, quem, & quam Gonzalus Antonius de Sousa, aut aliàs forsan respectivè nominati, &, seu cognominati Clerici, seu Presbyteri dilecti etiam filii, vel eorum, aut alicujus eorum forsan Successores, seu Successor, ad præsens respectivè obtinent, ac quorum quadringentorum octoginta; necnon ex Decanatu etiam post Pontificalem maiore, cujus mille sexcentorum; ac ex Scholastriâ similiter respectivè Dignitatibus, cujus octingentorum quinquaginta octo; necnon ex undecim Canonicatibus, &, non tamen Doctorali, & Magistrali respectivè nuncupatis, Præbendis Ecclesiæ Elborensis, quorum, & quarum insimul novem mille quadringentorum triginta octo; ac ex quinque Canonicatibus, cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis ejusdem Ecclesiæ Elborensis, etiam ex illo, & illâ, cujus alterâ dimidia fructuum pars Tribunali Sacræ Inquisitionis perpetuò applicata reperitur, ac quorum, & quarum insimul bis mille centum quadraginta quinque; necnon ex Decanatu similiter post Pontificalem maiore, cujus sexcentorum octoginta septem: necnon ex Thesaurariatu maiori nuncupato Ecclesiæ Colimbriensis, cujus octingentorum quinquaginta octo; necnon ex Decanatu, post Pontificalem maiore, cujus noningentorum triginta; ac ex Cantoratu, cujus quingentorum nonaginta quatuor; ac ex uno de Baculo, seu de Valdigem, cujus septingentorum sexaginta quinque; ac ex altero Archidiaconatibus de Coa, respectivè nuncupatis Ecclesiæ Lamacensis, cujus quadringentorum triginta quinque; necnon ex Decanatu etiam post Pontificalem maiore, cujus mille trecentorum triginta duorum; necnon ex Cantoratu, cujus sexcentorum septuaginta duorum; necnon ex Scholastriâ, cujus sexcentorum septuaginta duorum; necnon ex Archidiaconatu etiam de Baculo, seu de Meinedo nuncupato, cujus octingentorum septuaginta; necnon ex Archipresbyteratu, Ecclesiæ Portugallensis, cujus sexcentorum sexaginta trium; necnon ex Thesaurariatu maiori nuncupato, cujus quingentorum nonaginta unius, & juliorum novem cum dimidio; necnon ex uno da Guarda, cujus ducentorum triginta unius; necnon ex alio de Selorico, cujus ducentorum quinquaginta octo; necnon ex reliquo Archidiaconatibus de Covilhãa respectivè nuncupatis Ecclesiæ Ægitaniensis, nullam, vel modicam tantùm residentiam, requirentibus, cujus aliorum ducentorum triginta unius; necnon ex Cantoratu, cujus septingentorum quatuordecim, & juliorum quinque monetæ Romanæ; ac ex Scholastriâ, cujus quadringentorum viginti novem; necnon ex Archidiaconatu etiam de Baculo nuncupato Ecclesiæ Visensis Dignitatibus, inibi respectivè, non tamen post Pontificalem maioribus, existentibus, ac quorum, & quarum aliquibus ex Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, ac Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis prædictis nonnullæ Parochiales Ecclesiæ, &, seu illarum fructus perpetuò unitæ, annexæ, & incorporatæ, &, seu uniti, annexi, & incorporati, respectivè reperiuntur, ac cujus, & prædictorum, & forsan aliorum illis respectivè annexorum ducentorum triginta unius ducatorum auri

de Camera hujusmodi respectivè fructus, redditus, & proventus secundum communem æstimationem valorem annuum, ut similiter accepimus, non excedunt; quique omnes insimul annuam summam triginta trium millium quadringentorum sex ducatorum auri similium, & juliorum quindecim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis, ut pariter accepimus, constituunt, totidem singulas Dignitatum, ac Canonicatuum, & Præbendarum, necnon Canonicatuum cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiorum Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum, ac eorum, & earum cujuslibet respectivè fructuum, reddituum, & proventuum præfatorum, etiam ex distributionibus quotidianis, decimis, & aliis quibuscumque proventibus, etiam ratione eis, & eorum cuilibet præfatorum, & aliorum forsan respectivè annexorum, necnon bonis, proprietatibus, juribus, censibus, laudemiis, contributionibus, prædialibus, vulgò *Pitanças*, cæterisque proventibus, obventionibus, & emolumentis quibuscumque certis, & incertis in pecuniâ, vel fructibus, aut quibuslibet aliis rebus quomodolibet consistentibus provenientium, & ad Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas, necnon Canonicatus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, illosque, & illas pro tempore obtinentes quocumque titulo etiam unionum, donationum, oblationum, luctuosarum, contractus cujuslibet etiam onerosi, aut legatorum etiam personalium nuncupatorum, seu aliâ quâvis causâ, vel jure, nunc, & pro tempore, &, seu etiam de novo, aut in futurum spectantium, respectivè tertias partes, quæ insimul annuam summam undecim millium centum triginta sex ducatorum auri similium, & juliorum undecim constituunt; necnon ex uno de Oliveira, cujus mille nonaginta quatuor, illorum medietatem, videlicet quingentos quadraginta septem, ac ex altero Archidiaconatibus de Regoa respectivè nuncupatis præfatæ Ecclesiæ Portugallensis inibi respectivè Dignitatibus, non tamen post Pontificalem maioribus, existentibus, quibus pariter, ut etiam accepimus, nonnullæ Parochiales Ecclesiæ, &, seu illarum fructus perpetuò respectivè unitæ, annexæ, & incorporatæ, & seu uniti, annexi, & incorporati reperiuntur, ac cujus bis mille centum nonaginta duorum ducatorum auri partium respectivè fructus, redditus, & proventus secundum æstimationem præfatam valorem annuum, ut pariter accepimus, non excedunt, tres ex quatuor eorundem fructuum, reddituum, & proventuum ex eis etiam, ut præfertur, provenientium, & ad eos similiter quocumque titulo, aut quâlibet ex causâ nunc, & in futurum, ut præfertur, spectantium, &, seu unitorum, annexorum, & incorporatorum præfatorum partes, videlicet mille sexcentos quadraginta quatuor ducatos auri pares; ac insuper unius de Barroso, cujus quingentorum duorum; ac alterius Sanctæ Christinæ, cujus mille ducentorum quadraginta sex, & juliorum septem monetæ cum dimidio alterius julii similis; necnon alterius de Fonte-Arcada, cujus mille centum sexaginta quinque, & juliorum duodecim monetæ præfatæ, cum dimidio alterius julii similis; necnon alterius de Labruge, cujus quingentorum quatuordecim, & juliorum quinque monetæ præfatæ; necnon alterius de Neiva, cujus quadringentorum;

gentorum; necnon alterius de Villanova de Cerveira, cujus trecentorum triginta unius, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis in præfatâ Bracharensi; necnon alterius etiam de Baculo, cujus quadringentorum viginti octo, & juliorum decem monetæ præfatæ; ac alterius da Sexta, in prædictâ Elborensi, cujus quadringentorum quinquaginta septem, & juliorum septem monetæ prædictæ cum dimidio alterius julii paris; ac reliqui Archidiaconatuum Sancti Petri de France respectivè nuncupatorum, cujus quingentorum septuaginta unius, & juliorum septem monetæ prædictæ cum dimidio alterius julii similis in prædicta Visensi; ac Thesaurariatus maioris nuncupati in eâdem Lamacensi respectivè Ecclesiis respectivè Dignitatum, non tamen post Pontificalem maiorum, nullamque, vel modicam tantùm residentiam requirentium, quarum aliquibus etiam nonnullæ Parochiales Ecclesiæ, &, seu illarum fructus similiter unitæ, annexæ, & incorporatæ, &, seu uniti, annexi, & incorporati respectivè existunt, ac cujus quingentorum quatuordecim ducatorum auri parium, & juliorum octo monetæ prædictæ respectivè fructus, redditus, & proventus secundum æstimationem prædictam valorem annuum, ut similiter accepimus, non excedunt, omnes, & singulos eorum, ac cujuslibet eorum fructus, redditus, & proventus prædictos, etiam, ut præfertur, ex decimis, & aliis quibuscumque proventibus, etiam ratione prædictorum, & forsan aliorum eis, & eorum cuilibet respectivè annexorum, necnon bonis, proprietatibus, juribus, censibus, laudemiis, contributionibus, prædialibus, vulgò *Pitanças*, cæterisque proventibus, obventionibus, & emolumentis quibuscumque certis, & incertis provenientes, ac in pecuniâ, vel fructibus, aut quibuslibet aliis rebus quomodolibet consistentes, & ad ultimò dictas decem Dignitates, ac illas pro tempore obtinentes quocumque titulo, etiam unionum, donationum, oblationum, luctuosarum, contractus cujuslibet etiam onerosi, aut legatorum etiam personalium nuncupatorum, seu aliâ quâvis causâ, vel jure, nunc, & pro tempore, &, seu etiam de novo, aut in futurum spectantes, qui omnes, & singuli, ultimò dictarum decem Dignitatum, respectivè fructus, redditus, & proventus annuam summam sex millium centum triginta unius ducatorum auri similium, & juliorum tredecim monetæ prædictæ, ut pariter accepimus, constituunt, ex nunc, quoad Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas, necnon Canonicatus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas hujusmodi, quæ, & qui actu nunc vacant, quo verò ad illas, & illos, quæ, & qui minimè vacant de præsenti, ex nunc, prout ex tunc, & è contra, ac cum primùm omnes, & singulas Dignitates, ac omnes, & singulos Canonicatus, & Præbendas, necnon Canonicatus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas hujusmodi, ac illarum quamlibet, & illorum quemlibet per cessum, etiam ex causâ permutationis etiam in nostris, & Romani Pontificis pro tempore existentis manibus, vel decessum, seu privationem, aut dimissionem, vel amissionem quorumcumque illas, & illos, aut illarum, & illorum quamlibet, & quemlibet quo-

modolibet obtinentium, & obtinentis, aut aliàs quovismodo etiam apud Sedem Apostolicam ex quocumque Decreto vacationis, seu cessationis cujuscumque juris Apostolicâ auctoritate in provisionibus de aliis Beneficiis illas, & illos quomodolibet obtinentibus eâdem Apostolicâ auctoritate factis quomodolibet apponendo, seu tunc apposito, etiam in aliquo ex mensibus Nobis, & Romano Pontifici pro tempore existenti, Sedique Apostolicæ prædictæ per Constitutiones Apostolicas, seu Cancellariæ Apostolicæ regulas editas, vel edendas, vel, aliàs quomodolibet reservatis, seu Ordinariis Collatoribus per easdem Apostolicas Constitutiones, aut Cancellariæ prædictæ regulas, seu literas alternativarum, aut alia privilegia, & indulta concessa, seu jure ordinario, vel aliàs competentia vacare contigerit; etiamsi actu nunc, ut præfertur, aut aliàs quovismodo, quem, etiamsi ex illo quævis generalis reservatio etiam in corpore juris clausa resultet, præsentibus haberi volumus pro expresso, etiamsi, illos, & illas, & illarum quamlibet, ac illorum quemlibet nunc obtinentes, & obtinens Nostri, aut Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis etiam tunc viventis familiares, seu familiaris, continui Commensales, seu continuus Commensalis, aut Romanæ Curiæ Officiales, seu Officialis, aut aliàs quamcumque reservationem, seu affectionem, quomodolibet inducentes, seu inducens extiterint, seu extiterit, seu per illas, & illos, aut illarum quamlibet, & illorum quemlibet obtinentium, seu obtinentis, vel quorumvis aliorum de illis, & illarum quâlibet, & illorum quolibet in Romanâ Curia prædictâ, vel extra eam coram Notario publico, & testibus respectivè factas liberas resignationes, aut assequutionem alterius Beneficii Ecclesiastici quâvis auctoritate collati respectivè vacent, seu vacet, etiamsi tanto tempore vacaverint, seu vacaverit, quòd eorum, seu ejus collatio, juxta Lateranensis Statuta Concilii, ad Sedem Apostolicam prædictam ligitimè devoluta existat, ipsæque Dignitates, necnon Canonicatus, & Præbendæ, ac Canonicatus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidii Canonicatus, & dimidiæ Præbendæ præfati, ac illarum quælibet, & illorum quilibet dispositioni Apostolicæ specialiter, vel aliàs generaliter reservatæ, & reservati, ac reservata, & reservatus existant, & existat, & super eis, seu earum aliquâ, vel eorum aliquo inter aliquos lis, cujus statum etiam præsentibus haberi volumus pro expresso, pendeat indecisa; dummodo tamen Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis prædictis, illasque, & illos pro tempore respectivè obtinentibus nulla nisi ea, quæ per Vicarios perpetuos exerceri solet, cura immineat animarum, Apostolicâ auctoritate prædictâ perpetuò separamus, dismembramus, & sejungimus: Ac omnes, & singulas omnium, & singulorum respectivè fructuum, reddit8uum, & proventuum à Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis prædictis, necnon ex Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, tertiam,

&

& dimidiam, ac tres ex quatuor respectivè partes prædictas, necnon omnes, & singulos fructus, redditus, & proventus ab ultimò dictis decem Dignitatibus, ut præfertur, dismembratas, separatas, & sejunctas, ac respectivè separatos, dismembratos, & sejunctos in viginti quatuor portiones æquales dividi, easque sic divisas in earum respectivè naturalibus, industrialibus, & civilibus fructibus, redditibus, & proventibus præfatis persolvi debere volumus, & statuimus: Eisque sic divisis, & persolvi debitis unam quamque ex portionibus hujusmodi unicuique ex Dignitatibus, ac unicuique ex Canonicis Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis præfatæ; cum hoc tamen quòd Patriarcha Ulixbonensis Occidentalis pro tempore existens cum consilio, & consensu præfati Joannis Regis super tertiâ parte fructuum, reddituum, & proventuum à Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis præfatis à Nobis sic, ut præfertur, dismembratâ, præfatâ unam, super tertiâ verò, ac dimidiâ, ac tribus ex quatuor respectivè partibus à Dignitatum, & Canonicatuum, & Præbendarum, necnon Canonicatuum cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiorum Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum, necnon ultimò dictarum decem Dignitatum, respectivè fructibus, redditibus, & proventibus præfatis à Nobis per præsentes, ut præfertur, dismembratis, præfatis, ac Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis à Nobis ut infra applicandis, alteram eorundem respectivè fructuum, reddituum, & proventuum quotas Joanni Regi, ac Patriarchæ præfatis benevisas, dummodo tamen primò dicta, videlicet à Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis præfatis quartam, secundò dicta verò quotæ hujusmodi, ut infra statuendæ, tres quartas, à Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, præfatis à Nobis per præsentes, ut præfertur, dismembratorum, separatorum, & sejunctorum respetivè fructuum, reddituum, & proventuum præfatorum respectivè partes respectivè non excedant, in ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis fabricæ utilitatem, & indigentias, necnon Ministrorum eidem Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali nunc, & pro tempore inservientium substentationem convertendas, & à singulis Dignitatibus, & Canonicis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis singulis annis perpetuò persolvendas, infra tempus Joanni Regi, ac Patriarchæ præfatis benevisum, statuere possit, & valeat; ita quòd liceat nunc, & pro tempore existentibus ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Dignitatibus, & Canonicis, & eorum cuilibet per se, vel Procuratores, Actores, Exactores, vel Æconomos suos eorum respectivè nomine corporalem, actualem, & civilem omnium, & singulorum fructuum, reddituum, & proventuum à nobis per præsentes, ut præfertur, dismembratorum, separatorum, & sejunctorum, quoad Ecclesiarum, videlicet Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, ac Canonicatuum cum dimidiâ Præbenda,

seu

ſeu dimidiorum Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum, quæ, & qui nunc vacant, videlicet à die datæ præſentium; quò verò ad illarum, & illorum, quæ, & qui minimè vacant de præſenti, reſpectivè fructus, redditus, & proventus, ut præfertur, diſmembratos, ſejunctos, & ſeparatos, & ut infra applicandos prædictos à die illarum, & illorum reſpectivè eventuræ vacationis reſpectivè apprehendendam poſſeſſionem propria auctoritate liberè apprehendere, & apprehenſam perpetuò retinere, ipſoſque fructus, redditus, & proventus per ſe, vel alium, ſeu alios in propriâ ſpecie, & non aliàs, &, ſi ſpecies inſeparabilis, & individua ſit, in quotâ parte juſti valoris percipere, adminiſtrare, exigere, & levare, ac tam ex horreis communibus, quàm ex aliis quibuſcumque locis, ubicumque ſervati exiſtant, extrahere, eoſque liberè locare, & in electione Exactorum dictorum fructuum, redituum, & proventuum, *Prioſtes* nuncupatorum, aliorumque ſimilium Officialium vocem per ipſos Conductores, ſeu eorundem Dignitatum, & Canonicorum dictæ Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis Procuratores, vel Æconomos habere, necnon ab eiſdem Æconomis, ſeu Adminiſtratoribus reddituum Cathedralium Eccleſiarum, & Dignitatum, ac Canonicatuum, & Præbendarum, necnon Canonicatuum cum dimidiâ Præbendâ, ſeu dimidiorum Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum præfactorum, reliquiſque Officialibus quibuſcumque, ac Exactoribus illarum, ſeu illorum, vel etiam ab ipſis Epiſcopis, Dignitatibus, & Canonicis, quatenus opus ſit, juramentum ſuper verâ quantitate quorumcumque reſpectivè reddituum præfatorum exquirere, ac eos ad præfatum juramentum præſtandum compellere, cæteroſque dictæ adminiſtrationis actus exercere, dictoſque omnes, & ſingulos fructus, redditus, & proventus ex Patriarchali Ulixbonenſi Occidentali, & Archiepiſcopalibus, & Epiſcopalibus Eccleſiis, necnon Dignitatibus, & Canonicatibus, & Præbendis, ac Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, ſeu dimidiis Canonicatibus, & dimidis Præbendis, præfatis à Nobis per præſentes, ut præfertur, diſmembratos, ſeparatos, & ſejunctos, ac ut infra applicandos ab omni decimâ, quartâ, mediâ, & quâvis aliâ fructuum parte, ſubſidio etiam charitativo, & excuſato, & quocumque alio tam ordinario, quàm extraordinario onere, cogitabili, vel inexcogitabili, etiam reali, perpetuo, vel ad tempus, quomodolibet nuncupato, etiam pro Patriarchalis Ulixbonenſis Occidentalis, ac Archiepiſcopalium, & Epiſcopalium Eccleſiarum præfatarum, vel illis, aut unicuique ex Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, ſeu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, annexarum cum curâ, & ſine curâ Eccleſiarum, Capellarum, ſive Altarium reſpectivè Fabricâ, & quâvis etiam dictâ Apoſtolicâ, vel Ordinariâ reſpectivè auctoritate, & Regiâ poteſtate, ac ex quâcumque etiam urgenti, urgentiſſimâ, & de neceſſitate exprimendâ causâ, etiam pro Seminario puerorum Eccleſiaſtico, claſſis Triremium reparatione, & Fabricâ Baſilicæ Principis Apoſtolorum, de Urbe, Cruciatâ Sanctâ, & expeditione contra Turcas, ac alios Orthodoxæ Fidei hoſtes, etiam ad Imperatoris, Regum,

gum, Reginarum, etiam Portugalliæ, & Algarbiorum Regnorum præfatorum, necnon Ducum, Rerum publicarum, & aliorum quorumcumque Principum instantiam, intuitum, & contemplationem, ac pro eorum, & Sedis Apostolicæ præfatæ necessitatibus, aut aliàs Canonicæ, vel de facto impositis, vel pro tempore quomodolibet imponendis, vel eisdem Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis, aut Dignitatibus, & Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbenda, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, præfatis, ex fundatione, institutione, vel statuto, sive consuetudine, etiam ratione mulctarum, vel cujuslibet alterius pœnæ, diminutionis, amissionis, seu oneris, sive quocumque alio nomine, aut alio quolibet modo, & causâ nunc, & pro tempore respectivè inhærentibus, aut quæ, seu qui ex dictis, vel aliis hîc non expressis, aut futuris, & non prævisis causis in diminutionem fructuum, reddituum, & proventuum redundare possint, ac etiam quâcumque pensione super eisdem fructibus, redditibus, & proventibus Apostolicâ auctoritate præfatâ etiam perpetuò, etiam in favorem Tribunalis Sacræ Inquisitionis contra hæreticam pravitatem, vel cujuslibet alterius pii Loci, vel aliàs quomodolibet in futurum reservanda, quæ omnia Patriarcha Ulixbonensis Occidentalis, Archiepiscopi, & Episcopi, necnon Dignitates, & Canonici præfati nunc, & pro tempore existentes solvere teneantur; etiamsi in impositionibus hujusmodi caveatur expressè, quod Pensionarii, seu Reservatarii partis fructuum Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, ac Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum præfatarum, ac Dignitatum, & Canonicatuum, & Præbendarum, necnon Canonicatuum cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiorum Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum præfatorum pro ratâ pensionum, reservationum, & applicationum suarum quantumvis exemptarum, contribuere teneantur, ac aliàs in omnibus, & per omnia, & omnino quoad omnia liberos, immunes, & exemptos prout per easdem præsentes eximimus, & liberamus, ac exemptos, & liberatos esse volumus, sub conditionibus infra positis, exigere, levare, & in communes usus, & utilitatem præfatæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ut præfertur, ejusque Dignitatum, ac Canonicorum, cæterorumque Ministrorum ei in Divinis inservientium indigentias, ac sumptus respectivè, modo, & formâ præfatis convertere, Diœcesani Loci, vel cujusvis alterius licentiâ desuper minimè requisitâ. Cum hoc tamen, quod sex Dignitates, & octodecim Canonici dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Patriarchalis, Occidentalis, eveniente singulâ ultimò dictarum decem Dignitatum, respectivè pro tempore vacatione, singulis singulas ultimò dictas decem Dignitates hujusmodi pro tempore respectivè obtinentibus, vel earum respectivè Mensæ Capitulari centum septuaginta unum ducatos auri pares, & julios septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis, summam trecentorum millium regalium monetæ Portugalliæ constituentes, singulis annis persolvere debeant, & teneantur; quòdque omnia, & quæcumque onera, obligationes, expensæ, & amiossines,

amissiones, quæ ultimò dictis decem Dignitatibus, easque, & earum singulas nunc respectivè obtinentibus respectivè incumbunt, illa videlicet, & illæ, quæ personalia, & personales, ab iis, qui easdem ultimò dictas decem Dignitates pro tempore obtinebunt, alia verò, & aliæ, quæ realia, & reales esse dignoscuntur, ab ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Capitulo, ac Dignitatibus, & Canonicis præfatis, ex nunc, quoad illas ex præfatis decem Dignitatibus ultimò dictis, quæ ad præsens vacant; quò verò ad illas, quæ minimè vacant de præsenti, ex tunc, & cùm primùm illas, & illarum quamlibet quomodolibet, ut præfertur, vacare contigerit, respectivè supportentur, & supportari debeant, Apostolicâ auctoritate, Motuque pari, etiam perpetuò applicamus, & appropriamus: Porro attendentes, quòd super nonnullarum ex Dignitatibus, & nonnullorum ex Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis respectivè fructibus, redditibus, & proventibus præfatis, quarum, & quorum eorundem respectivè fructuum, reddituum, & proventuum respectivè tertiâ, dimidiâ, ac tres ex quatuor respectivè partes per præsentes à Nobis, ut præfertur, dismembratæ, & applicatæ existunt, nonnullæ pensiones annuæ, & forsan earum aliquæ perpetuò Apostolicâ auctoritate præfatâ reservatæ reperiuntur: Nos, ut earum oneri consulamus, per easdem præsentes decernimus, & statuimus, quòd si pensionis hujusmodi perpetuò reservatæ reperiantur, earum integra solutio, ejusdemque solutionis onus ad Dignitates, & Canonicatus, & Præbendas, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, hujusmodi, super quorum fructibus, redditibus, & proventibus reservatæ reperiuntur, pro tempore obtinentes, omnino spectet, & pertineat; Pensionum verò, quæ dumtaxat ad alicujus vitam reservatæ reperiuntur, solutio etiam ex tertiâ, ac dimidiâ, ac tribus ex quatuor fructuum, reddituum, & proventuum, ut præfertur, applicatorum prædictorum respectivè partibus præfatis, & pro ratâ respectivè partium hujusmodi, donec pensiones ad alicujus vitam reservatæ hujusmodi duraverint, facienda sit. Ne autem ob dismembrationem, & separationem, ac applicationem, & appropriationem à Nobis per præsentes, ut præfertur, factas hujusmodi ulla dubitationis oriatur occasio super expensis in expeditione Literarum Apostolicarum ab eis, qui pro tempore ad Patriarchalem Ulixbonensem Occidentalem, ac Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias prædictas pro tempore promovendi erunt, necnon ab eis, qui de Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, prædictis, ex quarum, & quorum respectivè fructibus, præfatis tertia fructuum, ut præfertur, applicatorum pars à Nobis per præsentes, ut præfertur, dismembrata, & Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, etiam ut præfertur, applicata extitit, pro tempore providendi erunt, respectivè faciendis, quòd ad Patriarchalem Ulixbonensem Occidentalem, ac Archiepiscopales,

pales, & Episcopales Ecclesias prædictas pro tempore promoti, seu ad illas nominati, vel electi, necnon de Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbenda, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, ex quorum fructibus, redditibus, & proventibus, tertia fructuum, reddituum, & proventuum, ut præfertur, applicatorum hujusmodi pars à Nobis per præsentes, ut præfertur, dismembrata, & Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, etiam ut præfertur, applicata extitit, per obitum, aut resignationem, vel liberam dimissionem, sive renuntiationem, aut per viam deputationis in Coadjutorem perpetuum super illarum, & illorum respectivè regimine, & administratione cum futurâ in illis respectivè successione, aut aliàs quomodolibet provisi, omnes, & quascumque expensas necessarias, & opportunas in expeditione Literarum Apostolicarum desuper expediendarum integraliter, ut priùs, & prout ante dismembrationem, separationem, sejunctionem, necnon applicationem, & appropriationem à Nobis per præsentes, ut præfertur, factas hujusmodi, facere debuissent, absque ullâ diminutione, & absque eo quòd ob dismembrationem, separationem, sejunctionem, necnon applicationem, & appropriationem à Nobis per præsentes, ut præfertur, respectivè factas hujusmodi, aliquid unquam à Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali, ejusque Dignitatibus, & Canonicis prætendere possint, & valeant facere, aliaque omnia, & singula jura Datariæ, & Cancellariæ, & Camaræ nostræ Apostolicis debita, quò verò ad unum, & alterum Archidiaconatus ejusdem Ecclesiæ Portugallensis, ex quorum fructibus, redditibus, & proventibus dimidia, ac tres ex quatuor eorundem fructuum respectivè partes hujusmodi, necnon quoad ultimò dictas decem Dignitates, quorum omnes, & singulos fructus, redditus, & proventus præfati à Nobis per præsentes, ut præfertur, dismembratæ, sejunctæ, & separatæ, ac dismembrati, sejuncti, & separati, necnon Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis etiam, ut præfertur, applicatæ, & appropriatæ, ac respective applicati, & appropriati, extiterunt, quòd de uno, & altero præfatæ Ecclesiæ Portugallensis Archidiaconatibus hujusmodi, necnon de ultimò dictis decem Dignitatibus, etiam ut præfertur, pro tempore providendi in expeditione Literarum Apostolicarum desuper conficiendarum Datariæ, & Cancellariæ, & Cameræ præfatarum jura, & expensas hujusmodi, non nisi ad rationem partis fructuum, reddituum, & proventuum uni, & alteri præfatæ Ecclesiæ Portugallensis Archidiaconatibus hujusmodi remanentis, & ad rationem portionis ultimò dictis decem Dignitatibus, & earum singulis à Capitulo, necnon Dignitatibus, & Canonicis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ut præfertur, persolvendæ, & non aliàs persolvere respectivè debeant, & teneantur; quòdque omnes, & quicumque fructus, redditus, & proventus præfati à Nobis per præsentes, ut præfertur, dismembrati, sejuncti, & separati, & Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis

cidentalis applicati, & appropriati pro æquali ratâ inter fructus certos, ſive groſſos ad unamquamque, & unumquemque ex dictis Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis ejuſdem Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis ſpectantes annumerentur, ita quod ſic annumerati, ſi ſuper dictis Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis, illarumque, & illorum proviſionibus Literas Apoſtolicas expediri contingat, ejuſdem Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis, Dignitatis poſt Pontificalem maioris, videlicet fructus, redditus, & proventus certi, qui aliàs juxta Taxam in præfatis ejuſdem Clementis Prædeceſſoris ab Innocentio etiam Prædeceſſore noſtro præfato deſuper in formâ præfatâ expeditis Literis conſtitutam ſummam mille quingentorum quinquaginta trium, computatis verò diſtributionibus quotidiannis mille ſeptingentorum ſeptuaginta ſeptem non excedebant, deinceps bis mille ſeptingentorum quinquaginta trium, computatis verò diſtributionibus præfatis bis mille noningentorum ſeptuaginta octo; cujuslibet verò ex aliis quinque Dignitatibus, & octodecim Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis, reſpectivè fructus certi, qui juxta eandem taxam etiam ſummam mille quingentorum viginti octo, computatis verò diſtributionibus quotidiannis mille ſeptingentorum octo ducatorum auri parium ſimiliter non excedebant, deinceps bis mille ſeptingentorum viginti octo, computatis verò diſtributionibus præfatis bis mille nonningentorum octo ducatorum auri ſimilium eorum reſpectivè valorem annuum non excedere reſpectivè exprimantur, & exprimi debeant eadem auctoritate decernimus, & ſtatuimus: Quò verò ad fructuum, reddituum, & proventuum prædictorum diſpoſitionem, & uſum, tam in diviſione reddituum, quàm in vacatione Dignitatum, ac Canonicatuum, & Præbendarum dictæ Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis faciendam, ſive faciendum, idem ſervetur ordo, qui à dicto Clemente Prædeceſſore in prædictis Literis in dictâ formâ expeditis præſcriptus fuit. Ac demum Patriarchæ Ulixbonenſi Occidentali pro tempore exiſtenti præfato ad augendum in dictâ Patriarchali Eccleſiâ Ulixbonenſi Occidentali Divini ſervitii cultum, ut ipſe cum paribus conſilio, & conſenſu ejuſdem Joannis Regis novum aliquod Beneficium Eccleſiaſticum, ſeu aliqua nova Beneficia Eccleſiaſtica, ſeu novum Canonicatum, & novam Præbendam, ſeu novos Canonicatus, & novas Præbendas pro Clerico, ſeu Clericis, aut Presbytero, ſeu Presbyteris idoneo, ſeu idoneis, novo futuro Beneficiato, ſeu novis futuris in dictâ Patriarchali Eccleſiâ Ulixbonenſi Occidentali Beneficiatis, ſeu novo futuro Canonico, aut novis futuris dictæ Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis Canonicis à prædicto Joanne Rege, ut infra reſpectivè præſentando, ſeu præſentandis, qui omnibus, & ſingulis privilegiis, indultis, gratiis, exemptionibus, libertatibus, immunitatibus, & facultatibus, quibus alii dictæ Patriarchalis Eccleſiæ Ulixbonenſis Occidentalis Canonici, & Beneficiati reſpectivè utuntur, fruuntur, potiuntur, & gaudent, reſpectivè etiam uti, frui, potiri, & gaudere poſſint, & valeant,

ex redditibus ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis utilitatem, illiusque Ministrorum substentationem tam à prædicto Clemente Prædecessore per supra relatas Literas in dictâ formâ expeditas, quàm per præsentes à Nobis, ut præfertur, assignatis, & applicatis, ex illis videlicet, quos congruis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis fabricæ præfatæ manutentioni, ac Ministrorum eidem Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali inservientium substentationi præfatis superesse contigerit, perpetuò erigere, & instituere, eisque sic erectis, & institutis pro illorum respectivè dote, ac illa, & illos pro tempore respectivè obtinentium congruâ substentatione, redditus in usum fabricæ, aliarumque dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis indigentiarum, ac Ministrorum eidem Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali inservientium substentationem, ut præfertur, applicatos, & appropriatos præfatos, illos videlicet, qui, ut præfertur, superfuerint, perpetuò applicare, & appropriare, necnon Beneficio, seu Beneficiis, aut Canonicatui, & Præbendæ, seu Canonicatibus, & Præbendis ab eo, ut præfertur, erigendo, seu erigendis, in actu ejus, seu eorum erectionis hujusmodi, onera servitii in dictâ Patriarchali Ecclesia Ulixbonensi Occidentali, vel extra illam ab eo, seu ab eis præstandi præscribere, & imponere, necnon privilegia, indulta, gratias, exemptiones, libertates, immunitates, facultatesque præfata, ac præfatas etiam illa, vel illas, quæ de jure Canonicatibus, & Præbendis, necnon Beneficiis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis competere, & inesse dignoscuntur, ei, vel eis similiter in actu erectionis præfatæ limitare liberè, & licitè possit, & valeat, eâdem Apostolicâ auctoritate similiter perpetuò concedimus, & indulgemus. Insuper eidem Joanni, & pro tempore existenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Juspatronatus, & præsentandi, ac nominandi ad Beneficium, seu Beneficia, aut ad Canonicatum, & Præbendam, seu Canonicatus, & Præbendas sic, ut præfertur, ab eodem Patriarchâ Ulixbonensi Occidentali pro tempore existente præfato erigendum, seu erigenda, vel erigendos, & erigendas hujusmodi personam idoneam, seu personas idoneas tam eâ primâ vice à primævâ ejus, aut eorum respectivè erectione, & institutione præfatis vacans, seu vacantia, aut vacantes, quàm etiam de cætero, dum illud, seu illa, aut illos quibusvis modis, & ex quorumcumque personis etiam nostris, aut Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis etiam tunc viventibus Familiaribus, continuis Commensalibus, seu Romanæ Curiæ Officialibus, aut aliàs quomodolibet reservationem, & affectionem quamcumque Apostolicam inducentibus, seu per liberas etiam ex causâ permutationis resignationem, seu resignationes de illo, vel illis in Romanâ Curiâ prædictâ etiam in manibus nostris, seu Romani Pontificis pro tempore existentis, vel extra eam quomodolibet factam, seu factas, aut admissam, vel admissas, aut assecutionem alterius Beneficii Ecclesiastici quâvis auctoritate collati, seu illud, vel illa, aut illos, & illas pro tempore obtinentium decessum, vel quamvis aliam dimissionem,

amiſſionem, privationem, Religionis ingreſſum, matrimonii contractum, aut aliàs quomodocumque, & qualitercumque, ſimul, vel ſucceſſivè, etiam apud Sedem Apoſtolicam vacare contigerit, in illo, ſeu illis per Ordinarium Loci ad præſentationem dicti Joannis, & pro tempore exiſtentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis inſtituendam, ſeu inſtituendas, Motu ſimili pariter perpetuò reſervamus, concedimus, & aſſignamus: Necnon Juſpatronatus, & præſentandi, ac nominandi hujuſmodi verè Regium exiſtere, eidemque Joanni, ac Portugalliæ, & Algarbiorum Regi pro tempore exiſtenti præfato non ex privilegio, ſed ex verâ primævâ, reali, actuali, plenâ, integrâ, & omnimoda fundatione, & perpetuâ dotatione competere, & ad Joannem, & pro tempore exiſtentem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem prædictum pertinere, illudque vim, effectum, naturam, ſubſtantiam, eſſentiam, qualitatem, validitatem, & roboris firmitatem Jurisſpatronatus Regii hujuſmodi obtinere, ac uti tale ſub quacumque derogatione etiam cum quibuſvis prægnantiſſimis, & efficaciſſimis clauſulis, & Decretis, etiam cum clauſula, *quorum tenores*, *&c.* in quâcumque diſpoſitione, etiam per viam Conſtitutionis, legis, regulæ Cancellariæ noſtræ, aut aliàs quomodocumque factâ, nullatenus comprehendi, nec illi ullo unquam tempore, ſub quocumque prætextu, & ex quacumque causâ quantumvis urgenti, urgentiſſimâ, & legitimâ per Nos, ſeu quoſcumque alios Romanos Pontifices ſucceſſores noſtres pro tempore exiſtentes, vel Sedem eandem, aut illius Legatos etiam de Latere, etiam Motu, ſcientiâ, & poteſtatis plenitudine ſimilibus, ſeu cujuſvis intuitu, & contemplatione per quaſcumque Literas Apoſtolicas etiam in formâ Brevis, quaſvis etiam derogatoriarum derogatorias, ac fortiores, & inſolitas clauſulas, necnon irritantia, & alia Decreta quæcumque in ſe continentes, derogari, aut derogatum cenſeri poſſe, neque debere, & in contrarium factas derogationes, necnon quaſcumque collationes, proviſiones, inſtitutiones, vel alias diſpoſitiones de Beneficio, ſeu Beneficiis, aut Canonicatu, & Præbendâ, ſeu Canonicatibus, & Præbendis à Patriarchâ Ulixbonenſi Occidentali pro tempore exiſtente præfato ſic, ut præfertur, erigendo, ſeu erigendis, & tunc erecto, ſeu erectis pro tempore quoquomodo reſpectivè vacaturo, ſeu vacaturis, abſque præfati Joannis, & pro tempore exiſtentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis conſenſu, ſeu præſentatione, aut nominatione reſpectivè factas, proceſſuſque deſuper habendos, & inde, tunc ſecuta, & ſequenda quæcumque nulla, & invalida, nulliuſque roboris, vel momenti fore, & eſſe, ac pro nullis, & infectis habenda, nec jus, vel coloratum titulum poſſidendi cuiquam per illa tribui, vel à quocumque acquiri poſſe, decernimus. Et attento, quòd præfatus Clemens Prædeceſſor in dictis ab Innocentio Prædeceſſore noſtro præfato deſuper in dictâ formâ expeditis Literis inter alia voluit, quòd applicatio, & appropriatio, aliâque per eaſdem dicti Clementis Prædeceſſoris in præfatâ formâ expeditas Literas in dictæ Ulixbonenſis Occidentalis Patriarchalis Eccleſiæ Præbendarum, & Beneficiorum reſpectivè dotis augmentum conceſſa, & elargita locum minimè habere valerent,

valerent, nisi priùs aliæ ejusdem Clementis Prædecessoris Literæ super servitio à Dignitatibus, ac Canonicis, & Beneficiatis dictæ Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali præstando tunc emanatæ earum debitæ executioni demandarentur: Secundò dictæ verò ejusdem Clementis Prædecessoris Literæ ex certis rationabilibus, & nobis notis causis earum executioni hujusmodi demandari hucusque nequiverint: Nos ad evellendam omnem dubietatis, & controversiæ occasionem primò dictarum Clementis Prædecessoris præfati Literarum debitæ intimationis, illarumque tempore habili executionis, & quemlibet alium defectum sanantes, easque ad quoscumque effectus extrinsecos, quatenus opus sit, reintegrantes, & plenariè, ac plenissimè revalidantes, Dignitatibus, necnon Capitulo, & Canonicis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ut ipsi primò dictarum Literarum effectu, omnibusque, & singulis gratiis, & indultis eis in primò dictis ejusdem Clementis Prædecessoris in præfatâ formâ expeditis Literis concessis, & elargitis gaudeant, utantur, & fruantur, perinde ac si præfata dicti Clementis Prædecessoris voluntas in primò dictis Literis nullatenus apposita fuisset; utque Dignitates, Capitulum, & Canonici dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis ex Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis, ac Dignitatibus, & Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum respectivè Ecclesiarum, necnon Prioratibus, seu Abbatiis in primò dictis præfati Clementis Prædecessoris nostri in præfatâ formâ expeditis Literis designatis, quæ, & qui vacantes reperiantur, quantùm legitimè oporteat ad complementum summæ ex primò dictarum dicti Clementis Prædecessoris Literarum tenore in Dignitatum, Canonicorum, & Beneficiatorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis utilitatem applicatæ, & appropriatæ à die datæ primò dictarum dicti Clementis Prædecessoris Literarum videlicet Quinto Kalendas Octobris anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo vigesimo, quoad illas, & illos, quæ, & qui deinde vacaverunt, vel deinceps vacaturi, vel vacaturæ fuerint, ab illorum, seu illarum respectivè vacationis respectivè die respectivè computandæ; cum hoc tamen quòd omnes, & singulos fructus, redditus, & proventus prædictos per dictum Clementem Prædecessorem, & per Nos per præsentes dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Dignitatibus, & Canonicis prædictis, ut præfertur, applicatos, & appropriatos, Dignitates, ac Capitulum, & Canonici dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis loco depositi, donec nova servitii in eâdem Ecclesiâ Patriarchali Ulixbonensi Occidentali ab eis præstandi forma cum opportunis insuper ordinationibus à Nobis, aut Romanis Pontificibus successoribus Nostris prescribatur, illaque debitæ executioni demandetur, & hujusmodi depositi distribuendi ratio insimul statuatur, integros, & intactos, deductis dumtaxat necessariis dispensis asservare debeant, & asservari faciant, percipere, exigere, & levare, & ad effectum perceptionis, & exactionis hujusmodi plenissime assequendum omnibus, & singulis privilegiis, indultis, facultatibus, immunitatibus, exemptionibus, aliisque gratiis,

tam

tam in primò dictis ejusdem Clementis Prædecessoris Literis, quàm in eisdem præsentibus quomodolibet respectivè concessis, & impartitis, perinde ac si insimul, non autem separatim, concessa, & impartita fuissent, eaque tam in primò dictis Clementis Prædecessoris hujusmodi, quàm in eisdem præsentibus respectivè Literis totaliter inserta, ac specialiter expressa fuissent, æque, ac pariformiter uti, frui, & gaudere liberè, & licitè possint, & valeant, dictâ Apostolicâ auctoritate, Motuque pari, earundem tenore præsentium concedimus, & indulgemus. Ut autem tam præsentes Nostræ, quàm primò dictæ ejusdem Clementis Prædecessoris in formâ prædicta expeditæ respectivè Literæ, omniaque, & singula in eis respectivè contenta, quæ unum, eundemque dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis decorem, illiusque Capituli, ac Dignitatum, & Canonicorum favorem respiciunt, debitæ, paratæque executioni, omnimodaque demandentur observantiæ, Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus dilectis etiam Filiis nostro, & Sedis Apostolicæ Nuncio in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis nunc, & pro tempore commoranti, necnon duobus dignioribus, & antiquioribus Ministris, non tamen Regularibus, Tribunalis Inquisitionis Regnorum prædictorum nunc & pro tempore existentibus in locum dilectorum pariter Filiorum Inquisitoris Generalis, ac Auditoris, seu Judicis Ecclesiastici Patronatus Regii, quibus unâ cum Nuncio prædicto à dicto Clemente Prædecessore primò dictarum Literarum in prædictâ formâ expeditarum executio demandata, & commissa fuit, per præsentes committimus, & mandamus: Quatenus ipsi, vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu alios, etiam quâvis difficultate occurrente, & à prædicto Clemente Prædecessore, ac à Nobis non prævisâ, quæ effectum tam primò dictarum ejusdem Clementis Prædecessoris in dictâ formâ expeditarum, quàm nostrarum præsentium respectivè Literarum minimè retardare valeat, easdem primò dictas præfati Clementis Prædecessoris, ac præsentes nostras respectivè Literas, tum quoad quartarum partium prædictorum fructuum, reddituum, & proventuum naturalium, industrialium, & civilium Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium, necnon quotarum partium fructuum, reddituum, & proventuum ex Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum respectivè Ecclesiarum præfatarum, quàm quoad tertiarum partium prædictorum frutuum, reddituum, & proventuum naturalium industrialium, & civilium earundem Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum, necnon quotarum partium fructuum, reddituum, & proventuum à Dignitatibus, necnon Canonicatibus, & Præbendis, ac Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, necnon omnium, & singulorum fructuum, reddituum, & proventuum ultimò dictarum decem Dignitatum, respectivè dismembrationes, & applicationes, aliaque omnia, & singula à prædicto Clemente Prædecessore per primò dictas in formâ præfatâ expeditas Literas, & à Nobis per præsentes respectivè concessa, & expressa debitæ executioni demandari faciant, ac ubi, & quando opus fuerit, ac quoties pro

parte,

parte, & ad instantiam pro tempore existentium Capituli, Dignitatum, & Canonicorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis conjunctim, vel divisim fuerint requisiti solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes, faciant Apostolicâ auctoritate omnia, & singula præmissa, necnon in primò dictis Clementis Prædecessoris prædicti in dictâ formâ expeditis Literis contenta, & expressa quæcumque, quatenus eisdem præsentibus non adversentur, suum debitum sortiri effectum, ac ab omnibus, & quibuscumque Personis firmiter, & inviolabiliter observari, & adimpleri; non permittentes modernos, & pro tempore existentes Capitulum, Dignitates, & Canonicos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis à quoquam super omnibus, & singulis eis à prædicto Clemente Prædecessore per primò dictas Literas in dictâ formâ expeditas, & à Nobis per præsentes respectivè concessis quomodolibet molestari, perturbari, aut inquietari: Contradictores quoslibet, & rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia, appellatione postposita compescendo, invocato, etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii sæcularis; & insuper Judicibus prædictis, & eorum cuilibet, quoscumque omnium, & singulorum præmissorum, necnon à Clemente Prædecessore prædicto per primò dictas in formâ præfatâ expeditas Literas concessorum effectum impedientes, seu pro tempore existentes Capitulum, Dignitates, & Canonicos prædictos super eisdem præmissis, necnon ab eodem Clemente Prædecessore, ut præfertur, concessis molestantes, perturbantes, eisque quovis modo contradicentes etiam per edictum publicum, constito summariè de non tuto accessu, citandi, illisque, ac quibus, & quoties inhibendum fuerit, etiam per edictum quoad Patriarcham, Archiepiscopos, & Episcopos sub interdicti ingressus Ecclesiæ, quò verò ad alios inferiores sub excommunicationis, ac etiam pecuniariis, necnon privationis Beneficiorum, & officiorum sæcularium, & Ecclesiasticorum eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis pœnis inhibendi, ac eos, quos censuras, & pœnas prædictas incurrisse constiterit, eas incurrisse servatâ formâ Concilii Tridentini declarandi, ac censuras, & pœnas ipsas etiam iteratis vicibus aggravandi, reaggravandi, & interdicendi plenam, & liberam Motu pari dictâ auctoritate concedimus facultatem. Denique pro faciliori tam earundem dicti Clementis Prædecessoris in prædictâ formâ expeditarum, quàm nostrarum præsentium respectivè Literarum executione, & effectu, Motu, scientiâ, & potestate plenitudine paribus decernimus, & declaramus, quod in eventum, in quem pro tempore existentes Patriarcha, Archiepiscopi, & Episcopi, necnon Dignitates, & Canonici, aut quicumque alii Dignitatum, Canonicorum, & Beneficiatorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis ratione applicationum præfatarum Debitores, si solutionem ab eis debito tempore faciendam quâcumque de causâ etiam legitimâ protrahere, seu indubium revocare vellent, id nullatenus facere possint, nec super hoc in judicio, vel extra audiri valeant, nisi priùs facto deposito juxta stylum

lum Regni Portugalliæ illius quantitatis, quæ ab eis controverti vellet, quòdque in exactionibus faciendis ab hujusmodi Debitoribus procedi debeat viâ executivâ, ut in debitis Regalibus, ac summariè, & sine strepitu, & figurâ judicii, ac solâ facti veritate inspectâ. Volumus ulteriùs, & eàdem auctoritate decernimus, quòd Executores præfati pro tempore existentes simul, vel separatim in causis concernentibus liquidationem, exactionem, & solutionem quartarum, & tertiarum aliarumque quotarum partium dismembratarum, & respectivè applicatarum præfatarum semper sint Judices privativi, & jurisdictione suâ uti valeant contra quascumque personas, & tam Archiepiscopali, & Episcopali, quam aliâ quâcumque dignitate præditas, etiamsi personæ hujusmodi gaudeant privilegiis, aut indultis, ut in earum causis conveniri nequeant, nisi in eorum foro, & coram certo eorum Judice, quæ privilegia, quoad causas liquidationis, exactionis, & solutionis hujusmodi locum habere non debere declaramus; imò ea ad hunc effectum revocamus, & quatenus opus sit, privilegiis, & indultis hujusmodi quâvis etiam Apostolicâ auctoritate eis forsan concessis specialiter, & expressè derogamus; itaut super causis præfatis in nullo alio Tribunali, præterquam coram Judicibus prædictis pro tempore existentibus litigari possit. Præsentes quoque semper, & perpetuò validas, & efficaces esse, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore, ex quocumque capite, vel ex qualibet causâ quantumvis legitimâ, & juridicâ, piâ privilegiatâ, ac speciali notâ dignâ, etiam ex eo quòd Dignitates, Canonici, ac Beneficiati dictæ Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, ac pro tempore existentes Patriarcha Ulixbonensis Occidentalis, Archiepiscopi, & Episcopi Portugalliæ, & Algarbiorum Regnorum, necnon Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas, necnon Canonicatus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, præfatos nunc, & pro tempore obtinentes, seu quicumque alii, cujuscumque dignitatis, gradus, conditionis, & præeminentiæ sint, in præmissis, & circa ea quomodolibet, & ex quàvis causâ, ratione, actione, vel occasione jus, vel interesse habentes, aut quomodolibet habere prætendentes illis non consenserint, aut ad illa vocati, & auditi non fuerint, & causæ propter quas eædem emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, vel intentionis nostræ, aut jus, vel interesse habentium consensus, aut quolibet alio quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuam mentionem, ac expressionem requirente defectu, sive etiam ex eo quòd in præmissis, eorumque aliquo solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda servata, & adimpleta non fuerint, aut ex quocumque alio capite à jure, vel facto, aut statuto, vel consuetudine aliqua resultante, seu etiam enormis, enormissimæ, totalisque læsionis, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione, etiam in corpore juris clausà, occasione, aliave causâ, etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad

effectum

effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda foret, aut quòd de voluntate nostra hujusmodi, & aliis superiùs expressis nullibi appareret, seu aliàs probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum, aperitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut quodcumque juris, facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet etiam Motu, & potestatis plenitudine similibus concesso, aut impetrato, vel emanato, uti, seu se juvare in judicio, vel extra, posse, neque easdem præsentes sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam præfatam, etiam Motu pari, ac ex certâ scientiâ, etiam Consistorialiter, & quibusvis de causis, ac sub quibuscumque verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, etiamsi de eisdem præsentibus, eorumque toto tenore, ac data specialis mentio fieret, pro tempore faciendis, & concedendis, comprehendi, sed semper ab illis excipi, &, quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, ac eum, in quo antea quomodolibet erant, statum restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quâcumque posteriori datâ quandocumque eligendâ concessas esse, & fore, sicque, & non aliàs in præmissis omnibus, & singulis per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, & alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, officio, & dignitate fungentes, ac prærogativâ, privilegio, præeminentia, & honore fulgentes, sublata eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque Judicio, & in quâcumque instanciâ judicari, & definiri debere; & si secus super his à quoquam quâvis auctoritate, scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus. Non obstantibus nostris, & Cancellariæ Apostolicæ de præstando consensu, de jure quæsito non tollendo, de exprimendo vero annuo valore, ac de unionibus, aliisque in contrarium præmissorum quomodolibet editis, vel edendis regulis, ac Lateranensis Concilii novissimè celebrati uniones, seu applicationes perpetuas, nonnisi in certis casibus, fieri prohibentis, ac dismembrationes perpetuas super Patriarchalium, Archiepiscopalium, & Episcopalium mensarum fructibus, redditibus, & proventibus, nonnisi excessionis, aut aliâ rationabili causâ, quæ in Consistorio nostro justa, & honesta habita fuerit, ac certis aliis modo, & formâ in dicto Concilio expressis, reservari similiter prohibentis; necnon quoad præfatam Executorum deputationem recolendæ memoriæ Bonifacii PP. VIII. similiter Prædecessoris nostri, aliisque quibusvis in contrarium præmissorum, etiam in Synodalibus, Universalibus, & Provincialibus Conciliis editis, vel edendis, specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus

 Aposto-

Apoſtolicis, ac Patriarchalis Ulixbonenſis Occidentalis, ac Archiepiſcopalium, & Epiſcopalium Eccleſiarum præfatarum etiam juramento, confirmatione Apoſtolicâ, vel quâvis firmitate alia reſpectivè roboratis Statutis, eorundemque Statutorum reformationibus, & novis editionibus, ſtylis, uſibus, & conſuetudinibus etiam immorabilibus, diſpoſitionibus, & ultimis voluntatibus in contrarium eorundem præmiſſorum quibuſcumque, privilegiis etiam ex fundatione competentibus à Nobis, ſeu à quibuſcumque Romanis Pontificibus Prædeceſſoribus noſtris reſpectivè conceſſis, necnon indultis, & Literis Apoſtolicis, illis, earumque ſuperioribus, & Perſonis, ac Locis quibuſcumque etiam ſpeciali, ſpecifica, expreſſa, & individua mentione dignis, ſub quibuſcumque tenoribus, & formis, ac cum quibuſvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliiſque efficacioribus, efficaciſſimis, & inſolitis clauſulis, irritantibuſque, & aliis Decretis in genere, vel in ſpecie, etiam Motu pari, ac etiam Conſiſtorialiter, aut aliàs quomodolibet, etiam iteratis vicibus, in contrarium præmiſſorum conceſſis, approbatis, confirmatis, & innovatis; etiamſi in eis caveatur expreſsè, quòd illis per quaſcumque Literas Apoſtolicas etiam Motu ſimili, deque pari Apoſtolicæ poteſtatis plenitudine pro tempore conceſſas, quaſcumque etiam derogatoriarum derogatorias clauſulas in ſe continentes, illis derogari non poſſit, neque cenſeatur eis derogatum; quibus omnibus, & ſingulis, etiamſi de illis, eorumque totis tenoribus ſpecialis, ſpecifica, expreſſa, & individua mentio facienda, aut aliqua alia exquiſita forma ad hoc ſervanda foret, eorum tenores eiſdem præſentibus, perinde, ac ſi de verbo ad verbum, nihil penitus omiſſo, hîc inſerti forent, pro plenè, & ſufficienter expreſſis, & inſertis habentes, illis aliàs in ſuo robore permanſuris, ad præmiſſorum omnium, & ſingulorum validiſſimum effectum hac vice dumtaxat latiſſimè, & pleniſſimè, ac ſufficienter, necnon ſpecialiter, & expreſsè Motu ſimili derogamus, cæteriſque contrariis quibuſcumque. Volumus autem, quòd pro tempore, promovendi ad Patriarchalem Ulixbonenſem Occidentalem, ac Archiepiſcopales, & Epiſcopales Eccleſias prædictas in expeditione Literarum Apoſtolicarum ſuper promotione de eorum Perſonis ad eaſdem Patriarchalem Ulixbonenſem Occidentalem, ac Archiepiſcopales, & Epiſcopales Eccleſias Apoſtolicâ auctoritate prædictâ faciendâ reductionem taxæ, ſeu communis propter diſmembrationem tertiæ partis earum fructuum, reddituum, & proventuum prædictorum, per Nos, ut præfertur, factam nullo modo prætendere valeant; perinde ac ſi diſmembratio, ſeparatio, ac ſejunctio, necnon applicatio, & appropriatio hujuſmodi factæ non fuiſſent. Volumus præterea, quod omnium, & ſingulorum fructuum, reddituum, & proventuum deſuper expreſſorum prædictorum tertia, dimidia, ac tres ex quatuor reſpectivè partes, à Nobis per præſentes, ut præfertur, diſmembratæ, & applicatæ prædictæ in eorundem fructuum ſpecie, eorumque eventuali quantitate, etiamſi quantitas hujuſmodi maior, vel minor fuerit quantitate illâ, quæ præſentibus expreſſa reperitur, perſolvi debeant: Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtræ abſolutionis, approbationis, confirma-

confirmationis, innovationis, separationis, dismembrationis, sejunctionis, exemptionis, liberationis, applicationis, appropriationis, concessionis, indulti, reservationis, assignationis, sanationis, reintegrationis, revalidationis, commissionis, mandati, declarationis, statuti, decreti, derogationis, & voluntatis infringere, vel ei ausu temerario contraire: Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo trigesimo septimo, sexto Idus Februarii Pontificatus nostri anno octavo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

Bulla do Papa Clemente XII. em que declara, e revalida as de seus predecessores, os Papas Clemente XI. e Innocencio XIII.

CLEMENS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

Ad perpetuam rei memoriam.

Dit. n. 122
An. 1737.

ROmanum decet Pontificem vigilantiæ, & auctoritatis suæ partes libenter interponere, ut ea, quæ ad Divini servitii decorem, illiusque incrementum à Prædecessoribus suis præsertim ad religiosa Christianorum Principum erga decorem ipsum vota complendum, laudabili amore concessa fuerunt, semotis quibuslibet dubiis per providam mentis suæ declarationem suum ad Divini Nominis debitum, plenariumque sortiantur effectum. Cum itaque, sicut accepimus, alias felicis recordationis Clemens Papa XI. Prædecessor noster sub Datum videlicet Quinto Kalendas Octobris Pontificatus sui anno vigesimo certis, rationabilibus, sibique notis causis tunc adductus, ac laudabilibus Charissimi in Christo Filii nostri tunc sui Joannis hoc nomine Quinti Portugalliæ, & Algarbiorum Regis Illustris, qui assiduo Divini decoris in suis Regnis promovendi angitur zelo, votis benignè annuens ad congruæ, debitæque Dignitatum, à Canonicorum Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, & in eâ Beneficiatorum, aliorumque Ministrorum inibi inservientium, quos Clemens Prædecessor, & Joannes Rex prædicti erga ipsius Patriarchalis Ecclesiæ decorem Apostolicæ liberalitatis, Regiæque largitatis charismata inter se æmulantes meliora sacris, regiisque decoraverant insigniis, privilegiis, & indultis, consulendum substentationi, manutentioni, aliorumque onerum supportationi à prædictâ Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis prædictis existentibus, eorumque respectivè fructibus, redditibus, proventibus, bonis, rebus, & proprietatibus ad eas, & earum quamlibet quocumque titu-

 lo,

lo, jure, & actione quomodolibet spectantibus, & undecumque provenientibus eorundem respectivè, fructuum, reddituum, & proventuum respectivè quartam partem insimul summam triginta trium millium centum triginta septem ducatorum auri de Camera constituentem: Ex omnibus verò, & singulis de Barcellos Bracharensis, ac ex omnibus, & singulis Sanctæ Mariæ de Ourem Leiriensis, quæ, & qui de dilectissimi Filii nostri Josephi Principis Brasiliæ, & Bragantiæ Ducis; atque ex omnibus, & singulis quæ, & qui de prædicti Joannis Regis respectivè Jurepatronatus ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hactenus in aliquo derogatum, respectivè existunt, respectivè Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis sæcularium, & insignium Collegiatarum Ecclesiarum Sanctæ Mariæ de Alcaçova de Sanctarem respectivè Oppidorum Ulixbonensis Orientalis respectivè Diœcesis omnium, & singulorum earum, & eorum cujuslibet respectivè fructuum, reddituum, & proventuum undecumque, & quomodocumque provenientium, & in quâcumque re consistentium, ad illas, & illos, & illarum quamlibet, & illorum quoslibet respectivè pro tempore quomodolibet, ac quocumque titulo, jure, & actione spectantium certas respectivè partes insimul summam bis mille sexcentorum septem ducatorum auri de Camera hujusmodi, constituentes, Motu proprio, & ex certâ scientiâ, maturâque deliberatione suis Apostolicâ ejus auctoritate dismembraverit, & separaverit: Necnon Sanctæ Mariæ Oppidi de Obidos Ulixbonensis Occidentalis Diœcesis, super cujus fructibus, redditibus, & proventibus pensio annua antiqua nonaginta unius ducatorum auri similium cum dimidio alterius ducati paris dictæ Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali dictâ Apostolicâ auctoritate tunc reservata reperiebatur, & quam dictus Clemens Prædecessor tunc extinctam, & cum fructibus, redditibus, & proventibus, prout infra, applicatis consolidatam remanere voluit; ac Sancti Mametis Loci de Lindoso, ac Sancti Jacobi Loci de Anha, ac Sanctæ Mariæ Oppidi de Chaves Bracharensis respectivè Diœcesis forsan habitualem tantùm, non tamen actualem curam animarum habentes Ecclesias, seu Capellas, aut respectivè in eis, vel aliis Oppidorum, & respectivè Locorum hujusmodi Ecclesiis totidem perpetua simplicia Beneficia Ecclesiastica Prioratus, seu Abbatias respectivè nuncupatas, seu nuncupata, ad, vel sub Sanctæ Mariæ, ac Sancti Mametis, & Sancti Jacobi, necnon Sanctæ Mariæ hujusmodi respectivè Altaria, seu respectivè invocationibus, quarum, seu quorum primò, & secundò dictæ, seu primò, & secundò dicta, de simili dicti Joannis Regis, reliquæ verò duæ, seu reliqua duo Ecclesiæ, seu Capellæ, aut Beneficia hujusmodi de præfati Josephi Brasiliæ Principis, & Bragantiæ Ducis respectivè Jurepatronatus ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hactenus in aliquo derogatum, respectivè existere dignoscuntur, & primò dictam, seu primò dictum certo tunc expresso modo vacantem, seu vacans, necnon secundò, tertiò, & quartò dictas Ecclesias, seu Capellas, aut Beneficia hujusmodi ex tunc, & cum primum illas, seu illa quomodolibet ex illas, seu illa respe-

respectivè obtinentium respectivè Personis vacare contigisset, illarumque, seu illorum titulos collativos Apostolicâ auctoritate præfata perpetuò suppresserit, & extinxerit; ac quartam partem omnium, & quorumcumque fructuum, reddituum, & proventuum Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, ac Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum hujusmodi sic dismembratam, & separatam Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis ab eas, & eos tunc, & pro tempore obtinentibus sub certis modo, & formâ tunc expressis percipiendam exigendam, & inter eos dividendam, pro earum, & eorum respectivè Præbendarum augmento, necnon duas tertias partes fructuum, reddituum, & proventuum ex Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum præfatarum sic, ut præfertur, dismembratorum, & separatorum sub certis pariter modo, & formâ tunc expressis inter Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas dictæ Patriarchalis Ecclesiæ tunc, & pro tempore obtinentes similiter dividendas; necnon quatuor Ecclesiarum, seu Capellarum, aut quatuor Beneficiorum, ut præfertur, suppressarum, & extinctarum, seu suppressorum, & extinctorum, fructus, redditus, & proventus, deductis tamen ex eis unâ viginti novem super tertiò dictæ, seu tertiò dicti, & alterâ pensionibus annuis quinquaginta septem ducatorum auri similium super quartò dictæ, seu quartò dicti, Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum hujusmodi respectivè fructibus, redditibus, & proventibus aliàs Capellæ Ducali Oppidi de Villa-Viçosa Elvensis Diœcesis Apostolicâ auctoritate præfatâ reservatis, quas salvas, & illæsas idem Clemens Prædecessor remanere, & ut antea solvi debere voluit, necnon reliquam tertiam partem fructuum, reddituum, & proventuum ex Dignitatibus, & Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum prædictarum, ut præfertur, dismembratorum, & separatorum duodecim Beneficiis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, supportatis, tamen per eos omnibus, & singulis quatuor Ecclesiarum, seu Capellarum, aut quatuor Beneficiorum hujusmodi respectivè oneribus, Motu, scientiâ, & diliberatione suis similibus Apostolicâ auctoritate præfata respectivè applicaverit, & appropriaverit: Ac pro eo quòd dictus Joannes Rex, ut non solum quoad tertiò, & quartò dictarum Ecclesiarum, seu Capellarum, aut tertiò, & quartò dictorum Beneficiorum suppressionem, & extinctionem, verum etiam quoad Dignitatum, ac Canonicatuum, & Præbendarum Collegiatarum Ecclesiarum dictorum de Barcellos, & de Ourem Oppidorum, de dicti Josephi Principis, & Ducis Jurepatronatus præfato existentium dismembrationem, ejusdem Josephi Principis, & Ducis, ejusque Bragantinæ Domus Jurispatronatus hujusmodi indemnitati æquivalenter consuleret, eidem Josepho Principi, & Duci Juspatronatus, & præsentandi ad unam Nostræ Dominæ da Torre de Moncorvo, & ad aliam Sancti Salvatoris da Infesta, ac ad aliam Sanctæ Mariæ de Monçaõ, ac ad aliam Sancti Martini de Bornes, ac ad aliam Sanctæ Mariæ de Alijò Rectorias respectivè nuncupatas Bracharensis, ac ad aliam Sancti Petri de Farinha

nha Podre, ac de Villa-Nova de Cea, ac ad aliam Sanctæ Mariæ Magnæ nuncupatæ de Loriga, ac ad aliam Sancti Andreæ do Ervedal Vicarias respectivè nuncupatas, ac ad aliam Sanctæ Mariæ de Vinhò, & de Mangoalde, necnon ad reliquas Parochiales Ecclesias Prioratus respectivè nuncupatas Sancti Vincentii de Villafranca Colimbriensis respectivè Diœcesis, quæ de simili Jurepatronatus dicti Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, aut ex privilegio Apostolico, cui non erat eatenus in aliquo derogatum, existere dignoscebantur, necnon jus conferendi, seu pro se retinendi Commendam Sancti Michaelis de Tres Minas Militiæ Domini nostri Jesu Christi, cujus Militiæ dictus Joannes Rex Gubernator, & perpetuus Administrator existit, dictæque Commendæ bona concesserat, & assignaverat, concessionem, & assignationem hujusmodi idem Clemens Prædecessor, dictâ ejus auctoritate confirmaverit, & approbaverit, dictumque Joannem Regem dictæ Militiæ Gubernatorem, & Administratorem à juramento per eum præstito de non alienando bona dictæ Militiæ dictâ ejus Apostolicâ auctoritate ad præmissorum dumtaxat effectum absolverit, & liberaverit, aliaque circa dismembrationem, applicationem prædictas, earumque debitum effectum sortiendum providè disposuerit, concesserit, & indulserit, prout in Literis ab ejusdem recordationis Innocentio PP. XIII. similiter Prædecessore nostro in formâ *Rationi congruit*, sub Datum videlicet apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo vigesimo primo, quinto decimo Kalendas Junii Pontificatus sui anno primo desuper expeditis pleniùs continetur. Cumque, sicut etiam accepimus, prædicta Villa-Viçosa non Elvensis, prout in Literis prædictis per errorem expressum fuit, sed Elborensis Diœcesis existat; nonnullisque Beneficiis in Collegiatis Ecclesiis præfatis respectivè existentibus actualis, vel ea, quæ per Vicarios perpetuos exerceri solet curâ, nullâ de curâ hujusmodi in eisdem Literis factâ mentione, immineat animarum; dictusque Joannes Rex non jus aliis conferendi præfatam Commendam, sed illam, illiusque bona pro se dumtaxat retinendi dicto Josepho Principi, & Duci, Domusque Bragantinæ præfatæ successoribus perpetuò concesserit, & assignaverit: Nos propterea, nè de dicti Clementis Prædecessoris intentionis defectu Literas præfatas in dictâ formâ expeditas notari aliquando contingat, & ea, quæ à prædicto Clemente Prædecessore ad majorem Divini Nominis gloriam, majoremque Divini servitii decorem vigili, providoque studio facta dignoscuntur, eorum debitum effectum sortiri cupientes, ac dilectos Filios modernos Dignitates, ac Capitulum, & Canonicos, necnon Beneficiatos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, & eorum quemlibet, à quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, aliisque Ecclesiasticis sententiis, censuris, & pœnis à jure, vel ab homine quâvis occasione, vel causâ latis, siquibus quomodolibet innodati existant, ad effectum præsentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes, & absolutos fore censentes; necnon Literarum ejusdem Clementis Prædecessoris desuper in dictâ formâ expeditarum totum, & integrum tenorem, ac si de verbo ad verbum

bum nihil penitus omisso præsentibus nostris Literis insertus foret, pro expresso habentes, Motu simili, deque Apostolicæ potestatis plenitudine nostris, præfati Clementis Prædecessoris in dictâ formâ, ut præfertur, expeditas Literas præfatas cum omnibus, & singulis omnium, & singulorum respectivè fructuum, reddituum, & proventuum præfatorum respectivè dismembrationibus, separationibus, illorumque respectivè quantitatum applicationibus, appropriationibus, divisionibus, ac solitionibus Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas in dictâ Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali respectivè obtinentibus, ut præfertur, faciendis; necnon dictarum Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum hujusmodi suppressione, & extinctione, necnon unione, annexione, & incorporatione ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Beneficiis in eorum dotis augmentum, earundem Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum hujusmodi respectivè fructuum, reddituum, & proventuum applicatione, illorumque divisione, ac solutione Clericis, seu Presbyteris Beneficia in dictâ Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali pro tempore obtinentibus, aliisque dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis usibus applicatione, & appropriatione; necnon dictæ Commendæ, aliorumque bonorum ad dicti Joannis Regis Coronam spectantium concessione à præfato Joanne Rege ad consulendum ejusdem Josephi Principis, & Ducis, præfatæque Domus Bragantinæ indemnitati pro cessione Jurispatronatus, quod eidem Josepho Principi, & Duci, dictæque Domui Bragantinæ, ut præfertur, quomodolibet competebat, ad dismembrationis, separationis, suppressionis, unionis, applicationis, & appropriationis præfatarum effectum, ut præfertur, factâ semper validas, & efficaces existere, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere, perinde ac si in eisdem Clementis Prædecessoris in formâ præfatâ expeditis Literis, quòd Villa-Viçosa præfata non Elvensis, sed Elborensis Diœcesis existit, quòdque nonnullis ex Beneficiis in Collegiatis Ecclesiis præfatis existentibus actualis, vel ea, quæ per Vicarios perpetuos exerceri solet, cura imminet animarum, expressum, & quoad præfatam Commendam Sancti Michaelis non jus illam conferendi, sed illam, illiusque bona pro se dumtaxat retinendi præfato Josepho Principi, & Duci, Domusque Bragantinæ præfatæ successoribus ad ejus indemnitati consulendum concessum, & assignatum à dicto Clemente Prædecessore, ut præfertur, approbatum, & confirmatum fuisset, Apostolicâ auctoritate tenore præsentium declaramus, decernimus, & statuimus. Ac insuper eidem Josepho Principi, & Duci, ac pro tempore existenti Bragantinæ Domus præfatæ Possessori, seu Administratori, ut ipse ejusdemque Bragantinæ Domus Possessor, seu Administrator pro tempore existens, præfatus, etiamsi minor, aut fœmina, præfatæque, aut alteri Militiæ ejusdem, vel alterius cujuscumque Ordinis addictus non existat, nec præfatæ, aut alterius Militiæ habitum, insigniaque gerat, neque servitia Millitaria in Africano bello, adversùs infideles, juxta ejusdem Militiæ Domini nostri Jesu Christi statuta, & stabilimenta, ad ejusdem Militiæ Domini nostri

Jesu

Jesu Christi Commendas assequendas requisita præstiterit, aut alio quocumque impedimento detineatur, Commendam Sancti Michaelis hujusmodi, illiusque bona, res, proprietates, & jura quæcumque retinere liberè, & licitè possit, & valeat, Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine præfatis dictâ Apostolicâ auctoritate perpetuò concedimus, & indulgemus, dictumque Joannem Regem à juramento præfato, voto, seu obligatione quâcumque de non alienandis primò dictæ Militiæ, ejusdemque Coronæ bonis, quatenus opus sit, ad præmissorum dumtaxat effectum de novo absolvimus, & liberamus. Præsentes quoque nostras Literas semper, & perpetuò validas, & efficaces existere, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, nec eas ullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vitio, seu intentionis nostræ, vel alio quovis deffectu ex quâvis causâ, & quocumque prætextu, quæsito colore, vel ingenio notari, impugnari, invalidari, retractari, retardari, & ad terminos juris reduci, seu in jus, vel controversiam revocari, aut adversùs illas quodcumque juris, vel facti, aut gratiæ remedium impetrari posse, sicque nostræ mentis, intentionis, & voluntatis fore, & esse, & ita per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos quâvis auctoritate fungentes, etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, ac Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, definiendi, & interpretandi facultate, & auctoritate in præmissis omnibus, & singulis judicari, definiri, & interpretari debere, & si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus, & statuimus. Non obstantibus nostrâ de jure quæsito non tollendo, aliisque Cancellariæ nostræ Apostolicæ regulis, & quibusvis Apostolicis etiam in Provincialibus, & Synodalibus Conciliis editis specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus, necnon primò dictæ Militiæ etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ roboratis statutis, & consuetudinibus, privilegiis quoque, indultis, & Literis Apostolicis quibusvis Personis sub quibuscumque tenoribus, & formis, etiam Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine paribus, etiam Consistorialiter quomodolibet concessis, approbatis, & innovatis; quibus omnibus, & singulis, etiamsi de illis, eorumque totis tenoribus specialis specifica, expressa, & individua mentio facienda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, eorum tenores eisdem præsentibus, perinde ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso hîc inserti forent, pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliàs in suo robore permansuris, ad effectum earundem præsentium, omniumque, & singulorum præfatorum validitatis, hac vice dumtaxat Motu, scientiâ, & auctoritate, ac potestatis plenitudine præfatis harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ absolutionis, declarationis, concessionis, indulti, liberationis, decreti, statuti, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare

re

re præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo trigesimo septimo, Nonis Februarii Pontificatus nostri anno octavo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

Bulla porque o Papa Eugenio IV. concedeo a ElRey D. Affonso V. que na sua Real Capella se observasse o rito da Igreja Romana.

BULLA EUGENII IV.

Quod in Capella Regia Horæ Canonicæ, Missæ, & alia Divina Officia juxta morem Romanæ Ecclesiæ celebrentur.

Num. 123

EUgenius Episcopus servus servorum Dei charissimo in Christo filio Alphonso Portugalliæ, & Algarbii Regi illustri salutem, & Apostolicam benedictionem. Meruit tuæ nobilitatis, atque devotionis sinceritas, ut te paterno confoventes affectu, precibus tuis, quantum cum Deo possumus, annuamus. Cum itaque, sicut tua nobis nuper exhibita petitio continebat, in dicendis Horis Canonicis morem Romanæ Ecclesiæ in Capella tua observari speciali devotione desideres, nos tuis in hac parte supplicationibus inclinati, ut per Capellanos, & Cantores tuos pro tempore existentes, Horas Canonicas, necnon Missas, & alia Divina Officia, juxta ritum supradictum in dicta Capella celebrari facere possis, ipsique Capellani, & Cantores, ut præmittitur, pro tempore existentes, Horas, necnon Missas, & Officia hujusmodi juxta morem hujusmodi dicere valeant, nec teneantur, si voluerint ad morem, vel ordinem alium super his observandum: devotioni tuæ, necnon Capellanis, & Cantoribus eisdem auctoritate Apostolica tenore præsentium de speciali gratia indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere; siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus, se noverit incursurum. Datum Florentiæ anno Incarnationis Dominicæ millesimo quadringentesimo trigesimo nono: undecimo Kalendas Octobris Pontificatus nostri anno nono.

Bulla do Papa Clemente XI. em que unio ao Real Padroado, o provimento de todas as Dignidades, Conezias, e todos os mais Beneficios da Cathedral de Lisboa Oriental.

CLEMENS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

Ad perpetuam rei memoriam.

Num. 124
An. 1737.

CIrcunspecta Sedis Apostolicæ solicitudo Christianorum Principum, quos ad exhibenda Catholicæ Ecclesiæ, eidemque Sedi eximia servitia promptos, alacresque dignovit, pietatem liberalitatis, & gratitudinis suæ testimoniis fovere nunquam distitit. Sane cum charissimus in Christo Filius Noster Joannes hoc nomine Quintus Portugalliæ, & Algarbiorum Rex Illustris præclaris maiorum suorum vestigiis inhærens copioso piorum operariorum cætui ad amplificandam in longinquis regionibus agri Dominici messem, verbumque Dei seminandum indefessa vigilantia, & Regia liberalitate temporalia vitæ subsidia quotannis subministrare consueverit, Divinique cultus assiduum Propagatorem se agere semper studuerit, necnon ejusdem Apostolicæ Sedis opportunitatibus, ut primum notas habuit paratissimo obsequio, & auxilio, ut Fidelissimum decet Principem, non sine gravi suo, suorumque subditorum incommodo præsto esse sategerit; Nos tantis ejusdem Joannis Regis meritis Paternæ nostræ considerationis lance pensatis, ut servitiorum præfatorum, Apostolicæque liberalitatis vicissim præstata munera mutui inter se monumentum, & stimulus amoris existant, eidemque Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus uberiorem, qua piis, & benemerentibus Ecclesiasticis personis gratificari queant, facultatem subministrare cupientes, Motu proprio, & ex certa scientia, meraque liberalitate nostris, deque Apostolicæ potestatis plenitudine, eidem Joanni, & pro tempore existenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Juspatronatus, & præsentandi, ac nominandi ad omnes, & singulas infrascriptas Dignitates, omnesque, & singulos infrascriptos Canonicatus, & Prabendas, necnon Capellaniam infrascriptam, ac dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, necnon Quartanarias Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis; ad Decanatum videlicet, qui post Pontificalem maior, ac cujus mille, & quinque Ducatorum auri de Camera, & juliorum undecim monetæ Romanæ; & quadraginta sex ducatorum auri similium, & juliorum trium monetæ præfatæ; ad Archidiaconatum de Lisboa nuncupatum, qui tertia, ac cujus octingentorum, & sexaginta quinque ducatorum auri similium, & juliorum duodecim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; & ad Thesaurariatum maiorem, qui quarta, ac cujus aliorum sexcentorum, & quadraginta quinque ducatorum auri de Camera hujusmodi, & juliorum duodecim

cim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii ſimilis; & ad Archidiaconatum de Sanctarem reſpectivè nuncupatum, qui quinta, ac cujus quingentorum, & ſeptuaginta unius ducatorum auri de Camera hujuſmodi, & juliorum ſeptem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii ſimilis; & ad Scholaſtriam, quæ ſexta, ac cujus quadringentorum, & viginti duorum ducatorum auri de Camera hujuſmodi, & juliorum quinque monetæ præfatæ; & ad Archidiaconatum della Terza Sedia nuncupatum, qui ſeptima, ac cujus ſexcentorum, & quinquaginta octo ducatorum auri ſimilium, & juliorum quinque monetæ præfatæ; & ad Archipresbyteratum, qui octava inibi reſpectivè Dignitates exiſtunt, ac cujus quingentorum, & ſeptuaginta novem ducatorum auri ſimilium, & juliorum ſeptem monetæ præfatæ, cum dimidio alterius julii ſimilis; necnon ad unum, & unam tertii à Decani, quorum ſexcentorum, & decem, & octo ducatorum auri ſimilium, & juliorum quinque monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam quarti ab ejuſdem Decani, quorum quingentorum, & ſeptuaginta novem ducatorum auri ſimilium, & juliorum ſeptem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii ſimilis; ac ad alium, & aliam quarti à Cantoris, quorum quingentorum, & octoginta unius ducatorum auri ſimilium, & juliorum duodecim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii ſimilis; ac ad alium, & aliam quinti à Decani præfati, quorum ſeptingentorum, & viginti quinque ducatorum auri ſimilium, & juliorum duodecim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii ſimilis; ac ad alium, & aliam ſexti à Decani præfati, quorum quingentorum, & nonaginta quinque ducatorum auri hujuſmodi, & juliorum ſeptem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii ſimilis; ac ad alium, & aliam ſexti ab ejuſdem Cantoris, quorum ſexcentorum, viginti duorum ducatorum auri ſimilium, & juliorum quindecim monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam Magiſtralem nuncupatam ſeptimi à Cantoris præfati, qui dum illi pro tempore vacant Clerico, ſeu Presbytero in Theologia Magiſtro, vel forſan Licentiato ab Univerſitate ſtudii generalis Colimbrienſis in concurſu deſuper habendo approbando, & nominando, & ab eodem Joanne, & pro tempore exiſtente Portugalliæ, & Algarbiorum Rege præſentando ordinaria auctoritate conferri conſueverunt, & debent, & de quibus pro tempore proviſi novam eorum proviſionem à Sede Apoſtolica impetrare, & jura Cameræ Apoſtolicæ, & aliis propterea debita perſolvere tenentur, ac quorum ſexcentorum viginti octo ducatorum auri ſimilium, & juliorum decem monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam octavi à præfati Decani, quorum ſexcentorum octo ducatorum auri ſimilium; ac ad alium, & aliam octavi à dicti Cantoris, quorum ſexcentorum quadraginta ſex ducatorum auri ſimilium, & juliorum quinque monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam Doctoralem nuncupatam noni ab ejuſdem Decani, qui pro tempore quoque vacantes Clerico, ſeu Presbytero in Jure Canonico, ſeu forſan Civili Doctori, aut forſan Licentiato ab Univerſitate præfata ſimiliter approbando, & nominando, & ab eodem Joanne, & pro tempore exiſtente Portugalliæ, & Algarbiorum Rege præfato etiam præſentando ordinaria auctoritate

præfata similiter conferri consueverunt, & debent, & de quibus pro tempore provisi pariter novam illorum provisionem à dicta Sede impetrare, ac jura eidem Cameræ Apostolicæ, & aliis, ut præfertur debita persolvere tenentur, ac quorum sexcentorum octo ducatorum auri similium; ac ad alium, & aliam duodecimi ab ejusdem Cantoris, quorum septingentorum quatuor ducatorum auri similium, & juliorum decem monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam tertii decimi à Decani præfati, quorum sexcentorum undecim ducatorum auri similium, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; ac ad alium, & aliam quarti decimi ab ejusdem Decani, quorum quingentorum, & nonaginta quatuor ducatorum auri similium, & juliorum quindecim monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam quinti decimi pariter à Decani præfati, quorum sexcentorum viginti duorum ducatorum auri similium, & juliorum quindecim monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam quinti decimi à dicti Cantoris quorum septingentorum viginti trium ducatorum auri similium, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis, quorum medietatem, seu cujus dimidiam Præbendam exigendi, & percipiendi Tribunali Inquisitionis contra hæreticam pravitatem, ut pariter accepimus jus competit; ac ad alium, & aliam sexti decimi ab ejusdem Decani, quorum sexcentorum trium ducatorum auri similium, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; & ad alium, & aliam decimi septimi pariter ab ejusdem Decani, quorum sexcentorum quatuor ducatorum auri similium; ac ad alium, & aliam decimi octavi etiam ab ejusdem Decani, quorum sexcentorum septem ducatorum auri similium, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; ac ad reliquum, & reliquam ejusdem Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis Canonicatus, & Præbendas decimi noni respectivè stalli ab ejusdem Decani respectivè latere, quorum sexcentorum sexdecim ducatorum auri similium; necnon ad Capellaniam maiorem de Mafra nuncupatam Sancti Sebastiani in eadem Ecclesia Ulixbonensi Orientali per bonæ memoriæ Joannem Martins de Soalhaens dum viveret Episcopum Ulixbon. fundatam, cui Canonicatus, & Præbenda etiam de Mafra nuncupati quinti stalli à præfati Cantoris latere Apostolica auctoritate perpetuò uniti, & annexi reperiuntur, ac quæ, & qui sicut accepimus de Jurepatronatus Laicorum Nobilium videlicet pro tempore existentis Domus de Vasconcellos de Soalhaens Possessoris, & Administratoris ex fundatione præfata, vel dotatione, & seu ex privilegio Apostolico cui non est hactenus in aliquo derogatum existunt, & in cujus Capellaniæ fundatione præfata caveri dicitur expressè quod ad illam pro tempore vacantem Clericus de genere ejusdem Joannis Episcopi præfatæ Capellaniæ fundatoris descendens si idoneus reperiatur, sin autem alius Clericus, seu Presbyter idoneus præsentetur, & præsentari possit, ac quorum mille ducentorum, & viginti ducatorum auri parium; necnon ad quatuor dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas ad duos videlicet, & duas super nono à præfati Cantoris, quorum insimul quingentorum septuaginta octo ducatorum auri similium,

lium, & juliorum quindecim monetæ præfatæ, ac ad alios duos, & duas super decimo sexto ab ejusdem Cantoris, quorum insimul quingentorum octoginta unius ducatorum auri similium, & juliorum duodecim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; necnon ad duodecim Quartanarias, ad quatuor videlicet super undecimo à præfati Decani, quarum insimul quingentorum septuaginta octo ducatorum auri similium, & juliorum quindecim monetæ præfatæ, ac ad alias quatuor super undecimo à præfati Cantoris, quarum insimul quingentorum octoginta ducatorum auri similium, & juliorum decem monetæ præfatæ, ac ad reliquas quatuor Quartanarias hujusmodi super tertio decimo respectivè stallo ab ejusdem Cantoris respectivè latere respectivè fundatas, quarum insimul, necnon Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Capellaniæ, dimidiisque Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, ac Quartanariis præfatis forsan respectivè annexorum, etiam computatis respectivè distributionibus quotidianis, & aliis incertis quingentorum octoginta ducatorum auri de Camera hujusmodi respectivè fructus, redditus, & proventus secundum communem æstimationem valorem annuum, ut similiter accepimus non excedunt; ac quorum, & quarum, non tamen quoad dictum Decanatum qui in præfata Ecclesia Ulixbonensi Orientali dignitas post Pontificalem maior, ut præfertur existit, necnon quoad septimò, & decimò dictos Canonicatus, & Præbendas, ac Capellaniam hujusmodi, eique annexos Canonicatum, & Præbendam præfatos, dum illi, & illæ pro tempore vacant collatio, provisio, ac institutio, & omnimoda alia dispositio ad pro tempore existentem Archiepiscopum, ac Dilectos similiter Filios Capitulum, & Canonicos præfatæ Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis simultaneè, tempore verò Sedis Archiepiscopalis Ulixbonensis Orientalis vacationis ad Capitulum, & Canonicos præfatos, cessantibus reservationibus, & affectionibus Apostolicis spectat, & pertinet; quod quidem Juspatronatus, & præsentandi quod ad præfatæ Domus de Vasconcellos de Soalhaens Possessorem, & Administratorem pro tempore existentem præfatum Dilecto Filio Nobili Viro Thoma de Lima & Vasconcellos, Vicecomite de Villanova de Cerveira moderno præfatæ Domus Possessore, & Administratore, modernoque unico præfatæ Capellaniæ, illique annexorum Canonicatus, & Præbendæ præfatorum Patrono, ut accepimus annuente, & attenta infrascripta, ut infra facienda, & decernenda compensatione, ac approbandi, nominandique quod ad Universitatem præfatam, & exigendi dimidiam Præbendam, seu dimidios fructus, redditus, & proventus præfatos quod ad dictum Inquisitionis Tribunal, necnon conferendi, & providendi respectivè jus quod ad modernos, & respectivè pro tempore existentes Archiepiscopum, Capitulum, & Canonicos præfatos ex quacumque causa etiam publicæ utilitatis, aut aliàs quomodolibet respectivè spectat, & pertinet, & de consensu ejusdem Joannis Regis quoad ea in quibus, & ad quæ jus aliquod eidem Joanni Regi competere potest, & quatenus opus sit, Apostolica auctoritate per præsentes perpetuò extinguimus, & abrogamus; cum primùm Dignitates, necnon Canonicatus,

catus, & Præbendas, ac Capellaniam hujusmodi, dimidiosque Canonicatus, & dimidias Præbendas, ac Quartanarias præfatas quibusvis modis, & ex quorumcumque etiam nostrorum, & Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis familiarium, & continuorum commensalium, seu Romanæ Curiæ nostræ Officialium, aut aliàs quomodolibet reservationem inducentibus personis, seu per liberas etiam ex causa permutationis resignationes, jurium cessiones, de illis in dicta Curia, vel extra eam etiam in nostris, & Romani Pontificis pro tempore existentis manibus quomodolibet factas, vel admissas, aut assecutionem alterius Beneficii Ecclesiastici quavis auctoritate collati, seu illas, & illos pro tempore obtinentium decessum etiam apud Sedem Apostolicam præfatam decedentium, vel quamvis aliam dimissionem, amissionem, privationem Religionis ingressum, & Matrimonii contractum ad Cathedralium Ecclesiarum, vel Monasteriorum etiam Consistorialium, seu quamcunque aliam promotionem, aut quomodolibet, & qualitercumque etiam apud Sedem præfatam pro tempore vacare contigerit, etiamsi tempore datæ præsentium vacent, personas idoneas, ut præfertur (non tamen quoad Capellaniam, eique annexos Canonicatum, & Præbendam præfatos juxta dicti Joannis Episcopi fundationem præfatam debite qualificatas) à pro tempore existente Archiepiscopo Ulixbonensi Orientali præfato approbandas, ita quod personarum hujusmodi in eis institutio ad eundem Archiepiscopum pro tempore existentem privativè, extincto jure simultaneo quod cum eodem Archiepiscopo Capitulum dictæ Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis, ut præfertur exercebat, in posterum spectet, & pertineat; cum hoc tamen quod dictus Joannes Rex, ne Vicecomes præfatus pro Jurepatronatus, & præsentandi hujusmodi ad præfatam Capellaniam cum ei annexis Canonicatu, & Præbenda de Mafra nuncupatis præfatis, redditibusque, & juribus ad eosdem pertinentibus à nobis per præsentes, ut præfertur abrogato, & extincto aliquod detrimentum patiatur, prout ex æqua suæ Regiæ liberalitatis ratione teneri vult, Thomæ Vicecomiti præfato uti dictæ Domus Possessori, & Administratori pro ejus à Nobis, ut præfertur abrogato, & extincto jure, ad illud ei compensandum, aliud Juspatronatus, & præsentandi ad alios Canonicatos, & Præbendas aliarum Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum, seu alia Beneficia Ecclesiastica, quod ad Joannem, & pro tempore existentem Regem præfatum, vel etiam ad aliquam, seu aliquas ex Commendis Ordinum Militiarium in Portugalliæ Regnis existentium, & quorum Joannes, & pro tempore existens Rex præfatus Gubernator, perpetuusque Administrator existit, vel ipsas Commendas, seu alios Ecclesiasticos, aut sæculares annuos redditus, bona, jura, vel honores, qui, vel quæ ad Joannis, & pro tempore existentis Regis præfati Juspatronatus, seu ad illius Regiæ Coronæ liberam dispositionem spectant, & pertinent, & quibus Thomas Vicecomes præfatus, ejusque successores, ad quos dictum Juspatronatus pro tempore spectare debuisset, perfrui, & gaudere, vel respectivè eos, & ea in proprios usus convertere liberè, & licitè valeant,

juxta

juxta rationabilem, & congruam inter dictum Joannem Regem, ac Thomam Vicecomitem præfatum statuendam compensationem, non retardatâ tamen in reliquis earundem præsentium executione, quæ illico nullo desuper habito processu debitæ, promptæque executioni demandari debeant, prout Nos ex nunc pro demandatis haberi volumus, non obstantibus ad effectum præmissorum quibusvis contrariis dictorum Ordinum etiam juramento, aut confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis, statutis, privilegiis, indultis, & Constitutionibus etiam Apostolicis ad eosdem Ordines spectantibus, cedat, assignet, seu conferat, & pro eo quod dictus Joannes Rex Ordinum præfatorum Gubernator, & perpetuus Administrator, ut præfertur existit, ad hoc ut ipse aliquam ex dictorum Ordinum Commendis, seu aliqua bona eidem Thomæ Vicecomiti, ut præfertur cedere, assignare, seu conferre valeat, eumdem Joannem Regem, & Gubernatorem, perpetuumque Administratorem à quocumque de non alienandis tam ejusdem Regiæ Coronæ, quam Ordinum præfatorum respectivè bonis, aut aliàs quomodolibet ab eo respectivè prestito, juramento, voto, seu obligatione quacumque ad præmissorum effectum Apostolica auctoritate præfata absolvimus, & liberamus, ac ex nunc absolutum, & liberatum esse volumus, & declaramus; & quoad approbandi, nominandique ad Canonicatum, & Magistralem, ac Canonicatum, & Doctoralem respectivè nuncupatas Præbendas, quod Universitati præfatæ, necnon percipiendi, & exigendi dimidiam Præbendam, seu dimidios fructus, redditus, & proventus præfatos respectivè jus, quod Tribunali præfato ante ejusdem juris abrogationem, & extinctionem à Nobis per præsentes, ut præfertur factas respectivè competebat, eorum respectivè juris hujusmodi compensatio, prout æquum, rationique consonum fuerit, providaque ratio postulaverit, in posterum statuetur, Apostolica auctoritate earumdem tenore præsentium perpetuò reservamus, concedimus, & assignamus. Necnon Juspatronatus, & præsentandi, ac nominandi hujusmodi verè Regium existere, ac eidem Joanni, & pro tempore existenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi præfato non ex privilegio Apostolico, sed ex vera primæva, reali, actuali, plena, integra, & omnimoda fundatione, ac perpetua dotatione competere, & ad Joannem, & pro tempore existentem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem præfatum pertinere, illudque vim, effectum, naturam, qualitatem, & validitatem Jurispatronatus Regii hujusmodi obtinere, ac uti tale sub quacumque derogatione Jurispatronatus ex privilegio Apostolico, vel consuetudine, aut præscriptione acquisiti, etiam cum quibusvis prægnantissimis, & efficacissimis verbis, clausulis, ac etiam irritantibus, & aliis fortioribus Decretis, etiam cum clausula *quorum tenores*, *&c.* in quacumque dispositione, etiam per viam Constitutionis, Legis, nostræque, & Cancellariæ Apostolicæ Regulæ, etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices etiam Motu, scientia, & potestatis plenitudine similibus, etiam Consistorialiter pro tempore quomodocumque facta, concessa, emanata, nullatenus comprehendi, nec illi ullo unquam tempore, etiam ratione cujusvis

litis

litis pendentiæ, vel vacationis apud Sedem præfatam, etiam ex causa permutationis, vel devolutionis, seu alio quocumque prætextu, ac ex quacumque causa quantumvis urgenti, & legitima per Nos, seu Romanos Pontifices successores nostros pro tempore existentes, vel Sedem præfatam, aut illius etiam de Latere Legatos etiam Motu, sciencia, & potestatis plenitudine similibus, seu cujusvis intuitu, & contemplatione per quascumque Literas Apostolicas, & quascumque etiam derogatoriarum derogatorias, ac fortiores, & insolitas clausulas, necnon irritantia, & alia Decreta quacumque in se continentes derogari posse, neque debere, aut derogatum censeri, necnon omnes, & quascumque collationes, provisiones, Commendas, alias dispositiones de omnibus, & singulis Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis necnon Capellania præfata, ac dimidiis Canonicatibus, dimidiisque Præbendis, ac Quartanariis præfatæ Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis contra earumdem præsentium tenorem, & aliàs quàm ad præsentationem Joannis, & pro tempore existentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis præfati, seu de illius consensu, & in eis institutiones ad præsentationem hujusmodi alias quàm per pro tempore existentem Archiepiscopum Ulixbonensem Orientalem, ad quem ut præfertur jus instituendi privativè pertinere, & spectare debeat, etiam apud Sedem præfatam pro tempore vacantibus quibusvis personis sub quibusvis verborum expressionibus pro tempore factas, seu faciendas, processusque desuper habitos, seu habendos, ac inde pro tempore sequenda quæcumque nulla, & invalida, nulliusque roboris, vel momenti fore, & esse, ac pro nullis, & infectis haberi, & censeri, nec jus, aut coloratum titulum possidendi cuiquam tribuere, nec per illa acquiri posse; necnon veteris juris respectivè conferendi, instituendi, approbandi, nominandi, ac præsentandi, & percipiendi, ac exigendi abrogationem, & extinctionem à Nobis, ut præfertur factas validas, & efficaces fore, & esse, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, nec eas sub quibuscumque contrariis, aut similibus, vel dissimilibus specialibus, aut generalibus reservationibus cum quibusvis restrictivis, ac etiam earumdem derogatoriarum derogatoriis clausulis irritantibus etiam vim contractus inducentibus, aut fortioribus, & arctioribus Decretis, aut alias quomodolibet pro tempore concedendis etiam cum præfata clausula *quorum tenores, &c.* editis, vel edendis nullatenus comprehensas esse, & fore, minusque comprehendi posse, aut debere, sed semper ab illis exceptas, & exclusas esse, & censeri, ac plenum semper validissimumque sui effectum sortiri debere; necnon omnia, & singula præmissa, ac easdem nostras præsentes nullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vitio, seu intentionis nostræ, vel alio quovis defectu, etiam ex eo quod causæ propter quas eadem præmissa facta fuerunt coram Ordinario loci, etiam tanquam Sedis Apostolicæ delegato examinatæ, verificatæ, & ab eo approbatæ, necnon Archiepiscopus, ac Capitulum, & Canonici, præfatæ Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis, dictasque Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas, necnon Capellaniam præfatam, dimidiosque Canonicatus, & dimidias Præbendas, ac Quartanarias nunc respe-

respectivè obtinentes, necnon alii quicumque in præmissis quodcumque jus, vel interesse habentes, vel habere prætendentes ad id vocati, & auditi non fuerint, nec eorum desuper expressum respectivè consensum præstiterint, seu ex quavis alia causa, & quocumque alio prætextu quæsito colore, vel ingenio notari, impugnari, invalidari, retractari ad viam, & terminos juris reduci, seu in jus, vel controversiam revocari, aut adversus illa, & illas quodcumque juris, vel facti, aut gratiæ remedium impetrari posse, nec sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, derogationibus, aut aliis contrariis dispositionibus per Nos, & quoscumque Romanos Pontifices successores nostros, ac etiam Sedem præfatam pro tempore faciendis comprehendi posse, vel deb ere, sed semper ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & cum in quo antea quomodolibet erant statum restituta reposita, & plenariè reintegrata, ac restitutas repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori data per dictum Joannem, & pro tempore existentem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem quandocumque eligenda, concessa valida, & efficacia, ac concessas validas, & efficaces fore, & esse, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere; sicque nostræ mentis, & intentionis fuisse, & esse, & ita in omnibus, & singulis præmissis ab omnibus censeri, & ita per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos quavis auctoritate fungentes, etiam causarum Palatii nostri Auditores, ac Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæ Sedis Nuntios, sublata eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi, definiendi, &, interpretandi debere, & quidquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari irritum, & inane decernimus, statuimus, & mandamus. Quo circa Dilectis Filiis nostro, & dictæ Sedis Nuntio in præfatis Regnis, nunc, & pro tempore commoranti, necnon duobus, dignioribus, & antiquioribus ministris, non tamen Regularibus, Tribunalis Inquisitionis Regnorum hujusmodi nunc, & pro tempore existentibus Motu simili per Apostolica scripta committimus, & mandamus quatenus ipsi, vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu alios præsentes nostras Literas, & in eis contenta quæcumque, ubi, & quando opus fuerit, & quoties pro parte dicti Joannis, & pro tempore existentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis, seu illius ministrorum fuerint requisiti, solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis auxilio assistentes faciant auctoritate nostra easdem præsentes, & in eis contenta hujusmodi ab omnibus, ad quos spectat, & pro tempore spectabit firmiter observari, contradictores quoslibet, & rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliaque, opportuna juris, & facti remedia appellatione postposita compescendo, ac legitimis super hoc habendis servatis processibus sententias, censuras, & pœnas ipsas etiam iteratis vicibus aggravando, invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii sæcularis: Non obstantibus nostris, & Cancellariæ Apostolicæ Regulis de jure quæsito non tollendo, ac quatenus opus sit

de exprimendo vero annuo valore, & de non concedendis gratiis adinstar, necnon præfata dictæ Capellaniæ, aliisque omnium, & singulorum Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, dimidiorumque Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum, ac Quartaniarum hujusmodi respectivè fundationibus, & quoad præfatam Judicum executorum deputationem felicis recordationis Bonifacii Papæ Octavi similiter Prædecessoris nostri de una, & in Concilio generali edita de duabus Dictis, dummodo ultra duas Dictas quis vigore præsentium, ad Judicium non trahatur, aliisque Apostolicis etiam in generalibus Provincialibus, & Synodalibus Conciliis editis, specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus, dictæque Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis, & Ordinum Militarium præfatorum etiam juramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis, statutis, aut consuetudinibus etiam immemorabilibus, privilegiis, quoque indultis, & Literis Apostolicis Archiepiscopo, necnon Capitulo, & Canonicis dictæ Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis, aut Ordinibus præfatis, aut eorum, vel aliis superioribus, ac quibusvis aliis personis sub quibuscumque tenoribus, & formis etiam Motu pariter, & Consistorialiter etiam in Dignitatum, ac Canonicatuum, & Præbendarum, necnon præfata ejusdem Capellaniæ, ac dimidiorum Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum, ac Quartanariarum hujusmodi fundationibus, necnon Universitati, Vicecomiti, & Tribunali præfatis respectivè quomodolibet concessis, approbatis, & innovatis; quibus omnibus, & singulis, aliisque quæ eisdem præsentibus quomodolibet obesse possent, etiamsi de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, tenores hujusmodi etiam veriores, totosque, & integros etiam præsentibus pro expressis insertis, ac de verbo ad verbum registratis habentes, illis aliàs in suo robore permansuris, ad effectum earumdem præsentium, omniumque, & singulorum præfatorum validitatis hac vice dumtaxat Motu, scientia, & potestatis plenitudine paribus specialiter, & expressè harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ extinctionis, abrogationis, absolutionis, liberationis, declarationis, reservationis, concessionis, assignationis, Decreti, statuti, commissionis, mandati, derogationis, & voluntatis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo trigesimo septimo, octavo Idus Martii, Pontificatus nostri anno octavo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

Bulla

Bulla do Papa Benedicto XIV. em que unio a Igreja Metropolitana de Lisboa Oriental ao Patriarcado, e lhe dá o titulo de Patriarcal Basilica de Santa Maria, *e concede o titulo de Principaes às Dignidades, e Conegos da Santa Igreja de Lisboa.*

BENEDICTUS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

Ad perpetuam rei memoriam.

Num. 125
An. 1740.

SAlvatoris nostri Mater Beatissima Virgo Maria, ubi primùm intrà festivos suæ in Cœlum Assumptionis dies supremum Catholicæ Ecclesiæ Culmen non minùs repentè, quàm immerentes, Spiritus Sancti afflante virtute, conscendimus, probè Nobis intelligendum monstravit, illuc humilitatem nostram suâ apud Altissimum intercessione elatam fuisse, ut exinde in omnem terram dirigeremus nostræ considerationis intuitum, quid Ecclesiarum omnium Unigeniti Filii sui sanguine fundatarum statui, ac rationibus maximè conveniret, diligenter inspecturi; sub tantis auspiciis universas Orbis Ecclesias alacri animo perlustrantes ingenti gaudio perfusi fuimus, ubi Patriarchalem Ecclesiam Ulixbonensem Occidentalem sub invocatione Assumptionis ejusdem Beatissimæ Virginis Mariæ quamplurimis verè præcipuis, specialibusque honoribus, & prærogativis insignitam conspeximus: Ubi verò Ecclesiam Ulixbonensem Orientalem jam diu suo Præsule viduatam intuiti fuimus; illico ad ea ministerii nostri vigilantiam convertendam esse censuimus, per quæ Ecclesiæ hujusmodi statui opportuniùs provideri possit.

§. 1 Aliàs siquidem felicis recordationis Clemens Papa XI. Prædecessor noster Civitatem Ulixbonensem Portugalliæ Metropolim, illiusque Diœcesim, ac Provinciam in duas partes, Occidentalem scilicet, & Orientalem divisit, earumque altera versus Orientem antiquo Archiepiscopatui Ulixbonensi tunc, prout etiam nunc, ut præfertur, vacanti relictâ, aliam versus Occidentem novo Archiepiscopatui, quem Patriarchali quoque titulo, & dignitate decoravit, seculari, & insigni Collegiatâ Ecclesiâ in eadem parte Occidentali, videlicet in Regio Palatio sub invocatione Divi Thomæ existente, quæ sex Dignitatibus, ac octodecim Canonicis, duodecimque Beneficiatis constabat, in Metropolitanam, & Patriarchalem Ecclesiam, præviâ suppressione prioris tituli, sub invocatione Assumptionis Beatæ Mariæ Virginis erectâ, assignavit, & tam ei præficiendum pro tempore Patriarcham, quam illius Capitulum, & Canonicos variis prærogativis ad illorum honorificentiam extulit, adjectis etiam pro felici, ac tranquillo utriusque Ecclesiæ regimine nonnullis Decretis ad evitandas jurisdictionales controversias, quæ ex hujusmodi divisione, ac respectivè erectione oriri possent, prout in ejusdem Clementis Prædecessoris

decessoris sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo sexto decimo septimo Idus Novembris Pontificatus sui anno sexto decimo sub Bullâ Aureâ desuper expeditis literis pleniùs, & fusiùs continetur.

§. 2 Et subinde piæ memoriæ Clemens PP. XII. similiter Prædecessor noster providè considerans prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Patriarcham pro tempore existentem iis insigniis, ac prærogativis ab Apostolicâ Sede elargitis potiri, ut inter Ecclesiasticos Præsules, & Antistites plurimùm excelleret, unde meritò in S. R. E. Cardinalium Ordinem esset adscribendus, id circo de nonnullorum ejusdem S. R. E. Cardinalium consilio, Charissimo in Christo Filio Nostro Joanne hoc nomine Quinto Portugalliæ, & Algarbiorum Rege Illustri id ipsum desiderante, Motu proprio suâ perpetuò valitura Constitutione, concessit, indulsit, statuit, atque decrevit, ut ubi in Consistorio prædictæ Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali pro tempore vacanti de ejus Patriarchâ Apostolica auctoritate provisum fuerit; electus Patriarcha hujusmodi in amplissimum prædictæ S. R. E. Cardinalium Senatum in altero immediatè sequenti Consistorio per laudabilem illam Sedis Apostolicæ erga Orthodoxas Nationes in assumendis ipsius S. R. E. Cardinalibus providentiam, & indulgentiam sub certis modo, & forma, ac lege, & conditionibus habendam cooptetur, prout in Literis Apostolicis secundo dicti Clementis Prædecessoris sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo trigesimo septimo sexto decimo Kalendas Januarii Pontificatus sui anno octavo, sub simili Bullâ Aureâ desuper expeditis etiam pleniùs, & diffusiùs continetur.

§. 3 Cum verò quatuor supra viginti annorum experientiâ sensim innotuerit quamplura incommoda, quæ ex divisione prædictâ quotidie oriuntur, non obstantibus prædictarum primo dicti Clementis Prædecessoris Literarum dispositionibus, & Decretis, satis vitari non posse, eo præsertim quod Reos, & Dyscolos coercere ipsa diversi Territorii vicinitas frequenter impediat, cùm ex unâ ad aliam Civitatis partem facili migratione judicii severitati se subtrahant; hujusmodi perturbationum salutare remedium visum fuit, quod, & ipsum Joannem Regem pariter sentire comperimus, ut Archiepiscopalis Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis prædicta Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali prædictæ, quarum utraque de Jurepatronatus ejusdem Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, seu Privilegio Apostolico, cui non est hactenus in aliquo derogatum, existunt, cum omnimodâ subjectione perpetuò uniatur, & incorporetur.

§. 4 Nos igitur in præmissis ex injuncti Nobis Apostolici muneris debito prospicere volentes, ad Omnipotentis Dei laudem, & in ejusdem Gloriosissimæ Dei Genetricis Mariæ honorem, firmis, & illæsis remanentibus omnibus, & singulis privilegiis, indultis, gratiis, prærogativis, ac præeminentiis super omnes etiam Primatiales, Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias, omniaque Capitula Regni Portugalliæ alias à Prædecessoribus nostris Romanis Pontificibus prædictæ

dictæ Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali, illiusque Patriarchæ, Capitulo, Dignitatibus, Canonicis, cæterisque Ministris pluries, & successivè concessis, quæ per infrascriptam unionem in Capitulum, & Canonicos infra dicendæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ pro tempore existentes nullo unquam tempore transfusa sint, vel esse censeantur, communicatione quâcumque semper, & omnino exclusâ, Motu proprio, & ex certâ scientiâ, ac maturâ deliberatione nostris, deque Apostolicæ potestatis plenitudine Ulixbonensi tam Occidentali, quàm Orientali denominatione, Archiepiscopalique dignitate abrogatâ, & extinctâ, ac Civitatum, Diœcesum, & Provinciarum Ulixbonensium partibus divisis prædictis ut priùs in unum reunitis, & consolidatis; itaut ex utraque Ecclesiâ hujusmodi Patriarchalis Ecclesia, quam deinceps Lisbonensem appellari volumus, constituta remaneat, & in solâ Patriarchali hactenus Ulixbonensi Occidentali nuncupatâ Ecclesiâ, qui pro tempore fuerint ejusdem Ecclesiæ Patriarchæ Sedem fixam habere, & possessionem capere debeant, ac ex utriusque Ecclesiæ hujusmodi Mensis, earumque fructibus, redditibus, & proventibus, una tantùm Patriarchalis Mensa coalescat, ac iisdem fructibus, redditibus, proventibus, & pertinentiis quibuscumque (excepto Archiepiscopali Palatio, ipsiusque adjacentiis, quod, & quas in usum, & commoda unius Seminarii puerorum Patriarchalis per alias nostras Literas erigendi, & instituendi ex nunc destinamus, seggregamus, & reservamus) Venerabilis Frater Noster Thomas Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Presbyter Cardinalis Patriarcha Lisbonensis, ejusque successores uti, frui, potiri, & gaudere liberè, & licitè possit, & possint, & in utriusque Ecclesiæ hujusmodi Clerum, & populum plenam, & omnimodam jurisdictionem, & superioritatem exercere, ac in hujusmodi exercitio unum, & eundem Officialem Patriarchæ Lisbonensis nuncupandum, pro tempore constituere, & deputare, unumque itidem, idemque Tribunal, ac unam, eamdemque Cancellariam Patriarchæ Lisbonensis nuncupandum, & nuncupandam desuper efformare, ac super omnes, & singulas utrique Ecclesiæ prædictæ olim respectivè assignatas suffraganeas Ecclesias jus Metropoliticum sibi vindicare, & exercere, omnibusque, & singulis concessionibus, indultis, & privilegiis à Prædecessoribus nostris Romanis Pontificibus, tam Patriarchæ Ulixbonensi Occidentali, quàm Archiepiscopo Ulixbonensi Orientali antea respectivè elargitis itidem gaudere, aliaque etiam per unum, & eundem Officialem prædictum exequi, quæ sibi de jure, usu, vel consuetudine ratione unionis spectare, & pertinere poterunt, plenè, & liberè valeat, & debeat, ac valeant, & debeant; Patriarchali Ecclesiæ Lisbonensi prædictæ Orientalem antehac nuncupatam Ecclesiam prædictam, cujus fructus, redditus, & proventus, ut accepimus, ad mille florenos auri in Libris Cameræ Apostolicæ taxati reperiuntur, de prædicti Joannis Regis consensu perpetuo unimus, & incorporamus: ac eandem hucusque Orientalem nuncupatam Ecclesiam omni, & quocumque Cathedralitatis, ac Metropolis jure, ac prærogativâ ab eâdem Ecclesiâ abdicato, & abdicata, ejusque Capitulo, & Canonicis quâlibet quoscumque actus jurisdictionales

dictionales exercendi facultate, & auctoritate, tam Sede Patriarchali plenâ, quàm vacante, penitus interdictâ, & ablatâ, Sanctæ Mariæ invocatione insignitam, & Patriarchali quoque, sed honorario tantùm nomine decoratam manere volumus, & respectivè concedimus.

§. 5 Necnon omnia, & singula munia, & officia olim Curiæ Ecclesiasticæ Archiepiscopalis Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis nuncupatæ, gratiosa videlicet supprimendi, de aliis verò titulo oneroso, seu præstiti servitii intuitu acquisitis, & respectivè concessis, prout ratio, & æquitas suadebunt, opportunè disponendi, & providendi dicto Thomæ Cardinali Patriarchæ, vel ejus successoribus facultatem concedimus, & respectivè curam imponimus.

§. 6 Unionem præterea prædictam, ac omnia superius ordinata illico, & absque ullâ possessionis adipiscendæ solemnitate suos integros, & plenarios effectus sortiri, & obtinere debere, itaut vigore præsentium, earumque notificationis à prædicto Thoma Cardinale Patriarcha, vel ejus successore Capitulo, & Canonicis Archiepiscopalis olim Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis, faciendæ ipse Thomas Cardinalis Patriarcha, vel ejus successor in possessionem tam jurisdictionis, quàm omnium, prædictorum ejusdem Ecclesiæ fructuum, reddituum, & proventuum, ac jurium, & pertinentiarum Apostolicâ auctoritate immissus esse censeatur eo ipso, & exinde pro legitimo possessore se gerere valeat, & debeat, intentionis, & voluntatis nostræ fore, & esse decernimus, & declaramus.

§. 7 De cætero circa Dignitatum, & Canonicatuum, ac Præbendarum, necnon dimidiorum Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum, ac Quartanariarum dictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ futurum statum, ac in ipsâ Ecclesiâ novam Ministrorum erectionem, & institutionem; Chorique servitium, ac alia ad regimen ipsius Ecclesiæ pertinentia, quod opportunum visum fuerit, per aliam nostram Constitutionem postmodum ordinare, & decernere nobis proponimus.

§. 8 Ut autem ordo Hierarchicus in Patriarchalis Ecclesiæ Lisbonensis maiestate ampliùs elucescat, attendentes quod præfatas ipsius Patriarchalis Ecclesiæ sex Dignitates, & præfatos octodecim Canonicatus, & Præbendas pro tempore obtinentes, ac Capitulum ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ constituentes tam præstantibus privilegiis, indultis, & prærogativis à Prædecessoribus nostris Romanis Pontificibus decorari, reperiuntur, præterquam quod inter Magnates prædicti Portugalliæ Regni connumerentur, ut eos aliquo speciali nomine, & titulo ab aliis in eâdem Patriarchali Ecclesiâ inservientibus discerni rationi apprimè congruum videatur; volumus, & mandamus, ut viginti quatuor hujusmodi, salvis, & illæsis remanentibus omnibus, & singulis eis, vel ad eos sub nomine Dignitatum, & Canonicorum Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, aut sæcularis, & insignis Collegiatæ Ecclesiæ præfatæ, etiam de tempore quo fuit simplex Capella Regia, ab hac Sancta Sede, vel à prædicto Joanne Rege, seu ab ejus Prædecessoribus Regibus concessis indultis, præeminentiis, & gratiis, aut pertinentibus juribus, & exemptionibus quibuscumque, simili Dignitatum, & Canonicorum nomine relicto, Patriarchalis

triarchalis Ecclesiæ Lisbonensis Principales deinceps nuncupentur, eorumque successores sub non alio quàm Principalatus hujusmodi titulo collativo, & denominatione in eâdem Patriarchali Ecclesiâ perpetuis futuris temporibus instituantur.

§. 9 Decernentes præsentes semper, & perpetuò validas, & efficaces existere, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, vel quâlibet causâ, quantumvis legitima, & juridicâ, etiam ex eo, quod quicumque cujuscumque Dignitatis, gradus, conditionis, & præeminentiæ sint in præmissis, & circa ea quomodolibet ex quâvis causâ, ratione, actione, vel occasione, jus, vel interesse habentes, aut habere prætendentes, illis non consenserint, aut ad id vocati, & auditi, & causæ propter quas eædem præsentes hujusmodi emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, seu intentionis nostræ, aut jus, vel interesse habentium consensus, aut quolibet alio quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuam mentionem, ac expressionem requirente defectu, sive etiam ex eo quod in præmissis, eorumve aliquo solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda, servata, & adimpleta, non fuerint, aut ex quocumque alio capite, à jure, vel facto, aut statuto vel consuetudine aliquâ resultante, aut quocumque alio colore, pretextu, ratione, vel causâ etiam in corpore juris clausâ etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda foret, aut quod de voluntate nostrâ, & aliis superiùs expressis nullibi appareret, seu aliàs probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum, aperitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut aliud quodcumque juris, facti, gratiæ, vel justitiæ remedium, impetrari, seu quomodolibet etiam Motu simili concesso, aut impetrato, vel emanato uti, seu se juvare in judicio, vel extra posse, neque ipsas præsentes, sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam præfatam etiam motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus etiam consistorialiter, ex quibuslibet causis, & sub quibusvis verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, etiamsi in eis de eisdem præsentibus, earumque toto tenore, ac datâ specialis mentio fiat, pro tempore factis, & concessis, ac faciendis, & concedendis comprehendi, sed tanquam ad maius bonum, & Divini cultus augmentum tendentes, semper, & omnino ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & validissimum, ac eum, in quo antea quomodolibet erant, statum restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori datâ quandocumque eligendâ concessas esse, & fore.

Sicque,

§. 10 Sicque, & non aliàs in præmissis omnibus, & singulis per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, ac ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, ac alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, prærogativâ, & privilegio fungentes, ac honore, & præeminentiâ fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate, in quocumque judicio, & quacumque instantiâ judicari, & definiri debere, irritum, quoque, & inane, si secùs super his à quoquam quâvis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari.

§. 11 Non obstantibus primo dicti Clementis Prædecessoris Literis præfatis quoad divisionem præfatam, ac jurisdictionis distinctionem, & Decreta, ac providentias, aliaque præmissis adversantia tantum, aut ratione divisionis prædictæ concessa, & ordinata, quæ omnia abrogata, & abolita esse volumus, salvis in reliquis remanentibus cæteris dispositionibus, gratiis, privilegiis, & indultis inibi expressis, & respectivè elargitis, & quatenus opus sit nostra, & Cancellariæ Apostolicæ regulâ, per quam dudum inter alia decrevimus, & declaravimus nostræ intentionis fore, quod deinceps per quamcumque signaturam, seu concessionem, aut gratiam, vel Literas Apostolicas pro commissionibus, seu mandatis, aut declarationibus in quibusvis causis, etiamsi Motu proprio, & ex certâ scientiâ, ac etiam ante motam litem à Nobis emanaverint, vel de mandato nostro faciendas nulli jus sibi quæsitum quomodolibet tollatur; necnon Lateranensis, & aliorum etiam Generalium, & ultimò celebratorum Conciliorum uniones perpetuas, nisi in casibus à jure præmissis fieri prohibentium, & quibusvis aliis Apostolicis etiam in Synodalibus, Provincialibus, Universalibusque Conciliis in contrarium præmissorum editis, vel edendis specialibus, vel Generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus, ac Patriarchalis Lisbonensis, & Ulixbonensis Orientalis quondam nuncupatæ Ecclesiarum præfatarum, etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ roboratis statutis, eorumque reformationibus, & novis additionibus, stylis, usibus, & consuetudinibus etiam immemorabilibus, privilegiis quoque, indultis, & Literis Apostolicis, illis, eorumque Superioribus, & Personis quibuscumque etiam speciali, specificâ, expressâ, & individuâ mentione dignis sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis in genere, vel in specie etiam Motu pari, ac consistorialiter, aut aliàs quomodolibet etiam iteratis vicibus in contrarium præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis, etiamsi in eis caveatur expressè, quod illis per quascumque Literas Apostolicas, etiam Motu simili pro tempore concessas, quascumque etiam derogatoriarum derogatorias in se continentes derogari non possit, neque censeatur eis derogatum.

§. 12 Quibus omnibus, & singulis, etiamsi de illis, eorumque totis

totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua exquisita forma ad hoc servanda foret, etiamsi in eis caveatur expresse, quod illis nullahactenus, aut nonnisi sub certis modo, & formâ derogari possit, tenores hujusmodi, ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso, & formâ in illis traditâ observatâ inserti forent, præsentibus pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliàs in suo robore permansuris, ad præmissorum omnium validissimum effectum, hac vice dumtaxat latissimè, & plenissimè, ac sufficienter, necnon specialiter, & expressè Motu, scientiâ, & Potestatis plenitudine similibus harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque.

§. 13 Volumus autem, quod ex unione hujusmodi in posterum fructus Patriarchalis Lisbonensis Ecclesiæ in Libris Cameræ nostræ Apostolicæ prædictæ ad taxam bis mille florenorum auri reducantur, & ad bis mille florenos auri hujusmodi taxati existant.

§. 14 Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri Motus proprii, Unionis, Incorporationis, Voluntatis, Concessionis, Indulti, Declarationis, Mandati, Decreti, & Derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire, siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum.

Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo quadragesimo Idibus Decembris Pontificatus nostri anno primo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

Alvará delRey D. Joaõ o V. porque mandou, que havendo cessado os motivos da divisaõ de Lisboa Occidental, e Oriental, se naõ chame mais, que Lisboa.

Num. 126
An. 1741.

EU ElRey faço saber aos que este Alvará virem, que por haver respeito a ter o Santo Padre Benedicto XIV. ora na Igreja de Deos Presidente, por justas razoens, que lhe foraõ presentes, unido, com meu Real consentimento, por sua Bulla de Motu proprio de 13 de Dezembro do anno proximo passado, as duas Cidades, e territorios de Lisboa Occidental, e Oriental, extinguindo, e abollindo, quanto ao governo Ecclesiastico, estas denominaçóes, com as mais circunstancias, que na dita Bulla se contém; e por me parecer conveniente, que cessando, a respeito do Ecclesiastico, as sobreditas distincçóes, e denominaçóes, cesse tambem no secular a divisaõ, que fuy servido ordenar nesta minha muito nobre, e sempre leal Cidade de Lisboa, repartindo-a em Occidental, e Oriental, e determinando, que em cada huma dellas houvesse distincto Senado da Camera,

com outras circunstancias expressadas no Alvará de 15 de Janeiro de 1717, em cuja conformidade ordeney já a todos os Tribunaes, Juizes, e mais Officiaes do meu serviço, que nos papeis, que expedirem, ou fizerem expedir, assim em particular, como em commum, se naõ faça mais a dita distincçaõ das Cidades: Hey por bem, que para o diante fiquem incorporadas em huma só as duas Cidades de Lisboa Occidental, e Oriental, com hum só Senado, que se chamará de Lisboa, sem outro distinctivo, o qual Senado se ajuntará, e fará o seu despacho na Casa da Vereaçaõ, sita no Rocio desta Cidade, em seis dias da semana, com hum só Presidente, e seis Vereadores, hum Escrivaõ, dous Procuradores da Cidade, e quatro Procuradores dos Mesteres della, os quaes constituiráõ daqui em diante hum só Corpo: Hey outro sim por bem, que o augmento dos ordenados, que no dito Alvará fuy servido conceder aos Presidentes, e Vereadores dos dous Senados de Lisboa Occidental, e Oriental, continue a diante a favor do Presidente, e Vereadores do Senado de Lisboa, levando na folha, o Presidente 200U reis, e cada hum dos Vereadores 100U reis de accrescentamento, como se contém no dito Alvará, por ser assim minha merce; e pelo que toca à outra Casa, em que tambem se fazia Vereaçaõ, e suas adjacencias, determinarey o que for servido. E este meu Alvará quero, que valha, e tenha força, e vigor, como se fosse Carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, sem embargo da Ordenaçaõ do livro segundo, titulo 39, e 40, que o contrario dispoem: e este passará por minha Chancellaria. Lisboa 31 de Agosto de 1741.

REY.

Pedro da Mota e Sylva. = Joseph Gonçalves Paz o fez.

Decreto, que se mandou à Mesa do Desembargo do Paço, sobre que tinha cessado a distincçaõ em Lisboa, de Occidental, e Oriental.

Dit. n. 126
An. 1741.

TEndo-se unido com meu Real consentimento, pelo que pertence ao governo Ecclesiastico, esta Cidade de Lisboa, cessando as distincções de Occidental, e Oriental, que até agora existiaõ; e sendo conveniente, que a mesma uniaõ tenha lugar, tanto a respeito das jurisdicções seculares, como dos negocios civîs, e politicos. Hey por bem ordenar, que do primeiro de Setembro deste anno em diante, nos papeis, e Escrituras publicas, e particulares, assim em Juizo, como fóra delle, se naõ use mais das referidas distincções. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e o faça executar pela parte, que lhe toca. Lisboa 31 de Agosto de 1741.

Nesta mesma fórma baixaraõ Decretos aos mais Tribunaes.

Bulla

Bulla porque o Papa Benedicto XIV. supprimio o antigo Cabido, Dignidades, Canonicatos, Quartanarias da Igreja de Santa Maria, dando faculdade ao Cardeal Patriarca para erigir, com conselho, e consentimento delRey, vinte e oito Canonicatos, e vinte Beneficiados do Padroado Real, &c.

BENEDICTUS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

Ad perpetuam rei memoriam.

Num. 127
An. 1741.

EA, quæ providentiæ nostræ reservavimus omnibus numeris absolvere, & ad perfectum perducere finem satagimus, tunc verò libentiùs, cùm opportuna Divini Cultus augendi, Ministrosque ei addictos multiplicandi sese hinc offert occasio.

§. I Sanè cùm Nos nuper Patriarchali Ecclesiæ olim Ulixbonensi Occidentali nuncupatæ Archiepiscopalem Ecclesiam, quæ usque tunc Ulixbonensis Orientalis nuncupabatur, quarum utraque de Jurepatronatus charissimi in Christo Filii nostri Joannis hoc nomine Quinti Portugalliæ, & Algarbiorum Regis Illustris ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non erat eatenus in aliquo derogatum existere dignoscebantur, de ipsius Joannis Regis consensu univerimus, & incorporaverimus, dictamque Patriarchalem Ecclesiam Archiepiscopali dignitate, ac Ulixbonensi tam Occidentali, quàm Orientali denominatione extinctâ, Lisbonensem deinceps appellari, alteram verò Patriarchali, sed honorario tantùm nomine decoratam, & sub Sanctæ Mariæ invocatione in posterum nuncupandam, ejusque Capitulum, & Canonicos, cæterosque Ministros, Clerumque, & populum cum omnimoda subjectione Venerabili Fratri Nostro Thomæ Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Presbytero Cardinali Patriarchæ Lisbonensi, ejusque successoribus, eidemque Patriarchali Ecclesiæ Lisbonensi, qualibet quoscumque actus jurisdictionales exercendi facultate, & auctoritate Capitulo, & Canonicis prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ penitus interdictâ, & ablatâ, subjacere voluerimus, jusserimus, & statuerimus; de cætero Nobis proponentes circa Dignitatum, & Canonicatuum, ac Præbendarum, necnon dimidiorum Canonicatuum, ac dimidiarum Præbendarum, & Quartanariarum dictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ futurum statum, ac in ipsâ Ecclesiâ novam Ministrorum fundationem, & institutionem, Chorique servitium, ac alia ad regimen ejusdem Ecclesiæ pertinentia, quod opportunum videretur, postmodum decernere, & ordinare, prout in nostris Literis sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo quadragesimo Idibus Decembris Pontificatus Nostri anno primo sub Bulla Aurea desuper expeditis pleniùs, & fusiùs continetur.

§. 2 Nunc ad Decreta, & ordinationes, hujusmodi providentiæ nostræ curam juxta prædicti Joannis Regis pias Nobis notas intentiones, & desideria adhibere prosequimur.

§. 3 Quoniam igitur in prædictâ Ecclesiâ Sanctæ Mariæ octo Dignitates, quarum duæ, Decanatus scilicet, & Cantoratus, ultra propriam in Masfâ Capitulari uniuscujusque Præbendam, quosdam alios redditus ab ipsis pro tempore Decano, & Cantore privativè administrari solitos, & forsan à Parochialibus Ecclesiis eisdem Decanatui, & Cantoratui unitis provenientes annexos habent; tres verò aliæ de Lisboa scilicet, ac de Sanctarem respectivè nuncupati Archidiaconatus, ac Scholastria omnes suos fructus, redditus, & proventus alibi quàm in Masfâ Capitulari constitutos, & forsan etiam à Parochialibus Ecclesiis ipsis annexis provenientes, habent, quos ipsi pro tempore Archidiaconi, ac Scholaster liberè, & independenter administrant, reliquæ verò tres, Thesaurariatus scilicet maior, & Archidiaconatus della terza Sedia respectivè nuncupati, ac Archipresbyteratus, eosque pro tempore obtinentes unam pro quolibet Præbendam ex Masfâ Capitulari percipiunt; itemque viginti Canonicatus, quorum unusquisque suam Præbendam habet in Masfâ Capitulari, & unus ex Canonicatibus, & Præbendis hujusmodi de Mafra nuncupatus, & nuncupata Capellaniæ maiori nuncupatæ Capellæ Sancti Sebastiani in eâdem Sanctæ Mariæ Ecclesiâ sitæ Apostolicâ auctoritate perpetuò unitus, & unita reperiuntur; & insuper quatuor dimidii Canonicatus, & dimidiæ Præbendæ super duabus, & duodecim Quartanariæ super tribus ejusdem Capitularis Massæ Præbendis fundati, & fundatæ, quæ, & qui omnes Dignitates, Canonicatus, ac Præbendæ, dimidii Canonicatus, ac dimidiæ Præbendæ, & Quartanariæ, necnon hujusmodi Capellania maior nuncupata de Jurepatronatus dicti Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hactenus in aliquo derogatum, esse dignoscuntur; & ulteriùs quarumdam aliarum Massæ Capitularis Præbendarum fructus, pro Fabricâ, & Sacristiâ, ac inferiorum Ministrorum substentatione, & in alios ejusdem Archiepiscopalis Ecclesiæ usus, & indigentias, jam dudum applicati, ac demum aliquibus ex dictis Præbendis aliqui fructus, redditus, proventus, & proprietates peculiariter annexi, & annexæ, certæque domus, ad quas jure optionis prædictas Dignitates, ac prædictos Canonicatus, & Præbendas pro tempore obtinentes perveniunt, sicut accepimus, existunt.

§. 4 Nos, ut in prædictâ Ecclesiâ Sanctæ Mariæ Altissimi servitium in Divinis laudibus persolvendis multiplicato Ministrorum numero, perfectiorique introductâ normâ adaugeatur, aliaque pia, & rationabilia proposita ad optatum valeant finem perduci, accedente ad omnia infrascripta ejusdem Joannis Regis consensu, Motu proprio, & ex certâ scientiâ, ac maturâ deliberatione nostris, deque Apostolicæ potestatis plenitudine prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Decanatum, qui prima, & Cantoratum, qui secunda, ac Archidiaconatum de Lisboa, qui tertia, & Thesaurariatum maiorem, qui quarta, ac Archidiaconatum de Sanctarem, qui quinta, ac Scholastriam, quæ sexta,

sexta, & Archidiaconatum della terza Sedia respectivè nuncupatos, qui septima, ac Archipresbyteratum, qui octava, inibi Dignitates existunt, necnon quatuor prædictos dimidios Canonicatus, ac dimidias Præbendas, ac prædictas duodecim Quartanarias, necnon prædictam Capellaniam maiorem nuncupatam Capellæ Sancti Sebastiani, præviâ ipsius Capellaniæ à Canonicatu, & Præbendâ de Mafra nuncupatis, dismembratione, & separatione, illarumque, & illorum respectivè titulum collativum, essentiam, & denominatione, ex nunc, quoad prædictas Dignitates, & prædictos dimidios Canonicatus, ac dimidias Præbendas, & Quartanarias, ac Capellaniam maiorem actu vacantes, quo verò ad illas, & illos actu nunc minimè vacantes, ex nunc pro tunc, & postquam à prædicto Joanne Rege, ut infra, illas, & illos obtinentium indemnitati consultum fuerit, perpetuò supprimimus, & extinguimus.

§. 5 Ac in eâdem Ecclesiâ Sanctæ Mariæ octo alios Canonicatus, totidemque Præbendas pro octo Canonicis, ac viginti Beneficia, pro viginti Beneficiatis, & reliqua octodecim perpetua simplicia Beneficia Ecclesiastica, Clericatus respectivè nuncupanda pro octodecim Clericis Beneficiatis respectivè nuncupandis, qui apud dictam Ecclesiam personaliter residere, debitaque, & ipsis ut infra injungenda servitia, & obsequia præstare, ac unâ cum aliis viginti Canonicis, ut infra subrogandis juxta modum, & formam desuper Capitulo, & Canonicis, cæterisque Ministris ejusdem Ecclesiæ Sanctæ Mariæ à prædicto Thoma Cardinale Patriarcha, ejusque successoribus cum consilio, & consensu ejusdem Joannis Regis de novo præscribendum, & præscribendam, (quo circa dictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ usus, consuetudines, & statuta quæcumque etiam juramento, vel quâvis etiam Apostolicâ auctoritate roborata abrogamus, omnesque, & singulas facultates à felicis recordationis Clemente Papa Duodecimo Prædecessore Nostro ipsi Thomæ Cardinali Patriarchæ pro novâ Patriarchalis Ecclesiæ prædictæ servitii formâ constituendâ per suas Literas sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo trigesimo octavo, octavo Idus Decembris, Pontificatus sui anno nono, sub Bullâ Aureâ desuper expeditas alias concessas, & impertitas Nos eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque successoribus erga prædictam Sanctæ Mariæ Ecclesiam, ipsiusque Capitulum, & Canonicos, ac Beneficiatos, & Clericos Beneficiatos, cæterosque Ministros illi pro tempore inservientes per præsentes extendimus) Horas Canonicas nocturnas, ac diurnas psallere, aliaque Divina Officia celebrare, quo verò ad Indulta, gratias, prærogativas, jura, stylos, & usus, quibus Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Capitulum, & Canonici, aliique Ministri antehac fruebantur, illis tantùm prædicto Patriarchæ cum consilio, & consensu ejusdem Joannis Regis quocumque tempore bene visis gaudere, habitum verò Choralem in aliqua ex Cathedralibus dicti Regni deferri solitum, ac arbitrio ejusdem Patriarchæ eligendum gestare debeant, perpetuò erigimus, & instituimus.

§. 6 Pro congruâ verò substentatione, ac dote perpetuâ prædictorum

ctorum viginti octo Canonicorum, viginti Beneficiatorum, ac octodecim Clericorum Beneficiatorum, Massam Capitularem prædictam, ac ex illâ quinque, Decanatus videlicet, Cantoratus, Thesaurariatus Maioris, & Archidiaconatus della terza Sedia respectivè nuncupatorum, ac Archipresbyteratus, ut præfertur, suppressarum, ac extinctarum Dignitatum prædictarum, ac viginti existentium Canonicatuum prædictorum, (sub conditione compensationis illos nunc obtinentibus, ut infra præstandæ, & faciendæ) necnon duarum super quibus quatuor dimidii Canonicatus, & trium super quibus duodecim Quartanariæ, ut præfertur, suppressi, & extincti, ac suppressæ, & extinctæ, fundati, & fundatæ fuerunt, respectivè Præbendarum omnes, & singulos fructus, redditus, & proventus cum prædictis fructibus, & proprietatibus aliquibus ex dictis Præbendis peculiariter annexis, ac cum præfatis adoptionem domibus in unum Corpus reddituum, (quod à personis pro tempore existenti Patriarchæ Lisbonensi bene visis, & ad nutum amovibilibus juxta regulas ab eodem præscribendas regi, & administrari debeat) redactos, ac insimul octodecim mille septingentos quadraginta sex ducatos auri de Camera secundum communem æstimationem annuatim, ut accepimus, constituentes, quod ad quadringentorum, & quadraginta quatuor pro quolibet Canonico, ducentorum, & viginti duorum pro quolibet Beneficiato, ac centum, & undecim ducatorum auri similium pro quolibet Clerico Beneficiato, ac pro eorum respectivè Præbendis, Beneficiis, & Clericatibus annuam respectivè summam sub legibus residentiæ, & servitii à Patriarcha prædicto, ut præfertur, imponendis distribuendam, ac prædicta proportione juxta verum ejus valorem dividendam, circiter ascendit, perpetuò assignamus, applicamus, & appropriamus.

§. 7 Reliquos verò tam Decanatui, ac Cantoratui, ut præfertur, extinctis, & suppressis, quàm Canonicatui, & Præbendæ de Mafra nuncupatis ratione Capellaniæ maioris nuncupatæ prædictæ extra Massam Capitularem antehac annexos fructus, redditus, & proventus quoscumque prævià ipsorum respectivâ, ac perpetuâ dismembratione, & separatione, necnon omnes, & singulos de Lisboa, & de Sanctarem respectivè nuncupatorum Archidiaconatuum, ac Scholastriæ pariter, ut præfertur, suppressorum, & extinctorum, ac suppressæ, & extinctæ fructus, redditus, & proventus, insimul, annuam summam bis mille noningentorum, & sexaginta unius ducatorum auri similium, ut accepimus, constituentes pro unius Seminarii puerorum Patriarchalis per alias nostras Literas instituendi dote, & indigentiis, (supportatis tamen per ipsum Seminarium omnibus, & singulis oneribus realibus alias ejusdem Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Decano, & Cantori, ac de Lisboa, & de Sanctarem respectivè nuncupatis Archidiaconis, ac Scholastico ratione fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi, necnon ejusdem Ecclesiæ Canonico de Mafra nuncupato ratione prædictæ Capellaniæ incumbentibus) perpetuò reservamus, & destinamus, ac ex nunc pro tunc applicamus, & appropriamus.

§. 8 Illos autem nonnullarum dictæ Ecclesiæ Præbendarum fructus in ejusdem Ecclesiæ Fabricæ, & Sacristiæ, aliosque usus, ut præfertur,

tur, applicatos, eamdem prorsus applicationem sortiri, & à præfatis ad regimen supradicti reddituum Corporis, & Massæ Capitularis à Patriarchâ pro tempore eligendis personis in eosdemmet usus erogari, & impendi perpetuis futuris temporibus volumus, & mandamus.

§. 9 Ad prædictos verò octo Canonicatus, totidemque Præbendas, ac ad prædicta viginti Beneficia, & ad prædictos octodecim Clericatus respectivè nuncupata, & nuncupatos, ac, ut præfertur, erectos, & institutos, ac erectas, & institutas, & erecta atque instituta, tam hac primâ vice ab eorum, & earum primævâ erectione, & institutione hujusmodi vacantes, & vacantia, quàm quoties ex tunc deinceps quovismodo, & ex quorumcumque etiam nostrorum, & Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis familiarium, & continuorum commensalium, seu Sedis Apostolicæ, & Romanæ Curiæ Officialium, seu Conclavistarum, vel Curialium, aut aliorum reservationem quomodolibet inducentibus personis, seu per liberas, etiam ex causa permutationis, resignationes, jurium cessiones de illis in dicta Curia, vel extra eam, etiam in nostris, & Romani Pontificis pro tempore existentis manibus quomodolibet factas, vel admissas, aut assecutionem alterius Beneficii Ecclesiastici quâvis auctoritate collati, seu illos, & illas, ac illa pro tempore obtinentium decessum, etiam apud Sedem prædictam, vel quamvis aliam dimissionem, amissionem, privationem, Religionis ingressum, Matrimonii contractum, & Cathedralium Ecclesiarum, vel Monasteriorum etiam Consistorialium, seu quamcumque aliam promotionem, aut quomodolibet, & qualitercumque vacare contigerit, Juspatronatus, & præsentandi personas idoneas à pro tempore existente Patriarchâ Lisbonensi prædicto approbandas, & instituendas prædicto Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus, Regibus perpetuò reservamus, concedimus, & assignamus.

§. 10 Ac Juspatronatus, & præsentandi hujusmodi verè Regium existere, ac eidem Joanni, & pro tempore existenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi non ex privilegio, sed ex verâ, primævâ, reali, actuali, plenâ, integra, & omnimodâ fundatione, ac perpetuâ dotatione, competere, & pertinere, ac uti tale sub quacumque derogatione Jurispatronatus ex privilegio Apostolico, vel consuetudine, aut præscriptione acquisiti, etiam cum quibusvis prægnantissimis, & efficacissimis verbis, clausulis, ac etiam irritantibus, aliisque fortioribus Decretis, in quacumque dispositione etiam per viam Constitutionis, Legis, nostræque, & Cancellariæ Apostolicæ regulæ, etiam per Nos, & successores Nostros Romanos Pontifices, etiam Motu proprio, seu consistorialiter pro tempore quomodocumque factâ, concessâ, & emanatâ nullatenus comprehendi, nec illi ullo unquam tempore, aut ex aliquâ causâ, prætextu, ratione, aut occasione derogari posse, neque debere, aut derogatum censeri; necnon omnes, & quascumque collationes, provisiones, aliasque dispositiones de omnibus, & singulis Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis, & Clericatibus prædictis contra earundem præsentium tenorem, & aliàs quàm ad præsentationem prædicti Joannis Regis, seu eorum pro tempore successorum

Regum,

Regum, aut de illius, seu eorum consensu, quibusvis personis, & sub quibusvis verborum expressionibus pro tempore factas, seu faciendas, processusque desuper habendos, ac inde pro tempore sequenda, quæcumque nulla, & invalida, nulliusque roboris, vel momenti fore, & esse, ac pro nullis, & infectis haberi, & censeri, nec jus, aut coloratum titulum possidendi cuiquam tribuere, nec per illa acquiri posse decernimus, & mandamus.

§. 11 Cum autem ex præmissis non leve modernorum prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Canonicorum præsenti statui detrimentum inferri satis appareat, ex adverso verumtamen ratio suadeat, propter privatorum commoda publicam Ecclesiæ utilitatem non esse impediendam, propterea, & ne adversus præmissa ab eisdem ullo unquam tempore dissidia, aut controversiæ excitari queant, Joanni Regi prædicto Motu, & potestate similibus permittimus, & concedimus, ut ipse omnes, & singulos modernos prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Canonicos è suis Canonicatibus, & Præbendis (dummodo priùs eorum indemnitati, ut infra consulatur) removere, aliosque in eorum quidem locum, non autem in eorum jura, aut privilegia, nisi modo, & formâ, supradictis subrogare possit, itaut à præfatis Canonicatibus, & Præbendis sic remoti, quâvis ratione, seu sub quovis prætextu etiam triennalis possessionis se juvare, aut remotioni hujusmodi opponere, & contradicere nequeant, sed pro remotis Apostolicâ auctoritate habeantur.

§. 12 Ad hoc autem, ut tam illorum, qui Dignitates, ac dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, ac Quartanarias, ut præfertur, suppressas, & extinctas, ac suppressos, & extinctos hactenus obtinent, quàm eorum, quos à Canonicatibus, & Præbendis prædictis removeri, ut etiam præfertur, permittimus, ac respectivè jubemus, indemnitati, prout juris æquitas postulat, consulatur, Nos eundem Joannem Regem à quocumque de non alienandis tam Regiæ Coronæ, quàm Ordinum Militarium, quorum ipse in suis Regnis Gubernator, & perpetuus Administrator existit, respectivè bonis, aut aliàs quomodolibet ab eo præstito juramento, voto, seu obligatione quacumque ad infrascriptorum effectum harum serie absolventes, & liberantes, ut ipse prædictas Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas, ac dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, necnon Quartanarias hujusmodi ad præsens obtinentibus, vel ad illorum desiderium propinquis eorundem, seu aliis personis de Regio Ærario, vel in bonis prædictis, seu in honoribus, aut in Ecclesiasticis Beneficiis, seu alio quovismodo saltem equivalenter, juxta arbitrium à prædicto Thoma Cardinale Patriarcha, summariè, & sine figurâ judicii, nulloque ad jus accrescendi propter fallentias, aut vacationes habito respectu, desuper interponendum, quod vim legis, & sententiæ habere volumus, satisfieri, & compensari curet, (cujus compensationis quoad illas Dignitates, & illos Canonicatus, & Præbendas, necnon dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, ac Quartanarias prædictas, & prædictos, in quibus Coadjutores, futurique successores Apostolicâ auctoritate constituti forsan reperiuntur, hujusmodi Coadjuto-

Coadjutores, futurique successores pro ratâ congruæ portionis eis in Literis Apostolicis pro labore Coadjutoriæ assignatæ participes erunt, donec per obitum Coadjutoris, vel Coadjuti integra ad superstitem transeat) Apostolicâ auctoritate Motu pari permittimus, concedimus, & respectivè injungimus.

§. 13 Præcipientes ulteriùs, ut nemo prædictorum, postquam indemnitati suæ, ut præfertur, consultum fuerit, in posterum respectivis Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, ac dimidiorum Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum, ac Quartanariarum, quibus antea gaudebant, nominibus, & titulis se inscribere, seu nuncupari facere, aut earum, & eorum solita insignia, seu habitus proprios, & speciales, aut Chorales uspiam gestare, vel deferre quâvis ratione, seu sub quovis prætextu valeat, minusque audeat, vel præsumat.

§. 14 Omnes verò, & singulas collationes, provisiones, & omnimodas alias dispositiones, quorumcumque cum curâ, & sine curâ Beneficiorum, & Ecclesiarum, etiam earum, in quibus animarum cura Capitulo Sanctæ Mariæ Ecclesiæ prædictæ forsan incumbit, necnon perpetuarum, seu ad nutum amovibilium Vicariarum, ac præsentationes, & electiones ad illa, & ad illas, ac forsan confirmationes, & institutiones in eisdem, ac alia quæcumque jura de nonnullis muneribus, & officiis Ecclesiasticis, vel Laicalibus providendi, ejusdem Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Capitulo, & Dignitatibus, ac Canonicis in communi, aut uti singulis, ac ratione prædictæ Capellaniæ maioris nuncupatæ Canonico de Mafra nuncupato prædictis aliàs respectivè competentes, & competentia à Capitulo, Dignitatibus, & Canonicis, ac Canonico hujusmodi abdicantes, & auferentes ad Thomam Cardinalem Patriarcham, ejusque successores prædictos cum plenâ, liberâ, & omnimoda quoad munera, & officia hujusmodi ad sui libitum ea vel conservandi, vel abolendi facultate, & auctoritate per præsentes transferimus; illasque, & illa facultate, & auctoritate hujusmodi ei, & eis Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus etiam perpetuò concedimus.

§. 15 Ac eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque successoribus præfatis, quatenus Ecclesiæ, & Dignitatis suæ rationibus expedire censeat, & inter ipsum, ac prædictum Joannem Regem mutuò conveniat, unum, vel plura, seu unam, vel plures ad ipsius Thomæ Cardinalis Patriarchæ, ejusque successorum dispositionem, ut præfertur translata Beneficia, & translatas Ecclesias prædicta, ac prædictas, atque ad id, vel ad ea, ac ad eam, vel ad eas Juspatronatus, & præsentandi personas idoneas, cum alio, vel aliis similis, vel dissimilis naturæ Ecclesiastico Beneficio, seu Ecclesiasticis Beneficiis de Jurepatronatus dicti Joannis Regis commutandi plenam, & liberam Motu pari tenore præsentium facultatem concedimus, & elargimur; ac hujusmodi commutationem, seu commutationes suos plenarios, & integros effectus sortiri, ac ex nunc pro tunc ratam, & ratas esse volumus, & mandamus.

§. 16 Injungentes eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque

succeſſoribus, ut ipſe, & ipſi privativè per ſe, vel alium, ſeu alios prædictæ Eccleſiæ Sanctæ Mariæ, ejuſque Fabricæ, & Sacriſtiæ Œconomico, & interiori regimini providam curam impendere, ut tam Divinæ, quàm temporales res in eadem Eccleſiâ eâ, qua decet dignitate, ac opportunâ ſolicitudine, & vigilantiâ adminiſtrentur, ſatagat, & ſatagant.

§. 17 Quoniam verò ablatâ, ut præfertur, prædictæ Eccleſiæ Sanctæ Mariæ Capitulo, & Canonicis quoſvis juriſdictionales actus exercendi facultate, ac Beneficiorum, & officiorum quorumcumque collatione, & proviſione, reddituum verò Capitularis Maſſæ, ipſiuſque Eccleſiæ, ac ejus Fabricæ, & Sacriſtiæ Œconomico, & interiori regimine pro tempore exiſtenti Patriarchæ, perſoniſque ab ipſo eligendis, ut etiam præfertur, demandato, nulla amplius ſeſſiones Capitulares habendi ſupereſt occaſio, juſtâ Nos deſuper providentiâ ducente, Aulam Capituli prædictæ Eccleſiæ Sanctæ Mariæ cum circumjacentibus etiam Archivii Cameris in uſus, & commoda Seminarii prædicti deſtinare conſtituimus, & reſervatas eſſe jubemus, ac eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ alium opportunum locum pro ipſius Eccleſiæ Tabulario collocando ſeligendi, & deſtinandi curam imponimus.

§. 18 Ut autem præſentes, omniaque, & ſingula in eis contenta debitæ, paratæque executioni, omnimodæque demandentur obſervantiæ, Motu, ſcientiâ, & poteſtatis plenitudine, ſimilibus eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejuſque ſucceſſoribus prædictis per præſentes committimus, & mandamus, quatenus ipſe, & ipſi per ſe, vel alium, ſeu alios, etiam quâvis difficultate occurrente, & à Nobis non prævisâ, quæ effectum præſentium minimè retardare valeat, eaſdem præſentes, & in eis contenta quæcumque debitæ executioni demandari faciat, & faciant, ac ubi, & quando opus fuerit ſolemniter publicans, & publicantes, & in præmiſſis efficacis defenſionis præſidio aſſiſtens, & aſſiſtentes faciat, & faciant Apoſtolicâ auctoritate omnia, & ſingula præmiſſa ſuum debitum ſortiri effectum, ac ab omnibus, & quibuſcumque perſonis firmiter, & inviolabiliter obſervari, & adimpleri, Contradictores quoslibet, & rebelles per ſententias, cenſuras, & pœnas Eccleſiaſticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia appellatione poſtpoſitâ, compeſcendo, invocato etiam ad hoc, ſi opus fuerit, auxilio brachii ſæcularis.

§. 19 Et inſuper eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejuſque ſucceſſoribus prædictis quoſcumque omnium, & ſingulorum præmiſſorum effectum impedientes, & in eiſdem præmiſſis moleſtantes, perturbantes, & quoviſmodo contradicentes etiam per edictum publicum, conſtito ſummariè de non tuto acceſſu, citandi, illiſque, ac quibus, & quoties inhibendum fuerit, etiam per edictum ſub excommunicationis, ac etiam pecuniariis, necnon privationis Beneficiorum, & Officiorum Eccleſiaſticorum, & ſæcularium ejus, & eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis pœnis inhibendi, ac eos quos cenſuras, & pœnas hujuſmodi incurriſſe conſtiterit, eas incurriſſe, ſervatâ formâ Concilii Tridentini declarandi, ac cenſuras, &

pœnas

pœnas ipsas etiam iteratis vicibus aggravandi, & reaggravandi plenam, & liberam Motu, & auctoritate similibus facultatem concedimus.

§. 20 Decernentes easdem præsentes semper, & perpetuò validas, & efficaces esse, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, & ex quâlibet causâ quantumvis legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, ac speciali notâ dignâ, etiam ex eo quod Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, ac dimidiorum Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum, ac Quartanariarum prædictarum, & prædictorum Possessores, seu quicumque cujuslibet dignitatis, gradus, conditionis, & præeminentiæ in præmissis, & circa ea quomodolibet jus, vel interesse habentes, seu habere prætendentes illis non consenserint, & ad illa vocati, & auditi non fuerint, & causæ, propter quas eædem præsentes emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, vel intentionis nostræ, aut quolibet alio quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuam mentionem, & expressionem requirente defectu; sivè etiam ex eo quod in præmissis, eorumve aliquo solemnitates, & quævis alia adimplenda, & servanda, adimpleta, & servata non fuerint, aut ex quocumque alio capite à jure, vel facto, aut statuto, seu consuetudine aliquâ resultante, vel etiam enormis, enormissimæ, totalisque læsionis, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione etiam in corpore juris clausâ, occasione, aliave causâ etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda foret, aut quod de voluntate nostrâ hujusmodi, & aliis superius expressis nullibi appareret, seu aliàs probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum aperitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, & aliud quodcumque juris facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet etiam Motu pari concesso, aut impetrato, vel emanato uti, seu se juvare in Judicio, vel extra posse, neque easdem præsentes sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus, seu Cancellariæ prædictæ regulis, aut Constitutionibus Apostolicis etiam Motu pari, ac ex certâ scientiâ, etiam Consistorialiter, & quibusvis de causis, & sub quibuscumque verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis pro tempore quomodolibet factis, & emanatis, etiamsi in eis de eisdem præsentibus, earumque toto tenore, ac datâ specialis mentio fieret, comprehendi, sed tanquam ad maius bonum, & Divini cultus augmentum tendentes semper ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & eum, in quo antea erant, statum restitutas, reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori data quandocumque eligenda concessas esse, & fore.

§. 21 Sicque, & non aliter in præmissis omnibus, & singulis per

quoſcumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam cauſarum Palatii Apoſtolici Auditores, ac ejuſdem Sanctæ Romanæ Eccleſiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, & alios quoſcumque quâvis auctoritate, poteſtate, officio, & dignitate fungentes, ac prærogativâ, privilegio, præeminentiâ, & honore fulgentes, ſublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque judicio, & in quacumque inſtantiâ judicari, & definiri debere, & ſi ſecus ſuper his à quoquam quâvis auctoritate ſcienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus.

§. 22 Non obſtantibus noſtris, & Cancellariæ Apoſtolicæ Regulis de jure quæſito non tollendo, & de exprimendo vero annuo valore, necnon omnium, & ſingularum, ac ſingulorum Dignitatum, Canonicatuum, & Præbendarum, dimidiorum Canonicatuum, & dimidiarum Præbendarum, Quartanariarum, ac Capellaniæ maioris nuncupatæ prædictarum, ac prædictorum reſpectivè fundationibus, aliiſque Apoſtolicis, ac etiam in Synodalibus, Provincialibus, Univerſalibuſque Conciliis in contrarium præmiſſorum editis, vel edendis, ſpecialibus, vel generalibus Conſtitutionibus, Ordinationibus, & Decretis quibuſcumque, dictæque Eccleſiæ olim Ulixbonenſis Orientalis nuncupatæ etiam juramento, confirmatione Apoſtolicâ, vel quâvis firmitate alia roboratis ſtatutis, eorumque reformationibus, & additionibus, ſtylis, uſibus, & conſuetudinibus etiam immemorabilibus, diſpoſitionibus, & ultimis voluntatibus in contrarium eorundem præmiſſorum, necnon quibuſvis privilegiis etiam ex fundatione competentibus à quibuſcumque Romanis Pontificibus Prædeceſſoribus noſtris conceſſis, ac Indultis, & Literis Apoſtolicis ſub quibuſcumque tenoribus, & formis, ac cum quibuſvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliiſque efficatioribus, efficaciſſimis, & inſolitis clauſulis, irritantibuſque, & aliis Decretis in genere, vel in ſpecie etiam Motu pari, etiam Conſiſtorialiter, aut aliàs quomodolibet in contrarium præmiſſorum conceſſis, approbatis, confirmatis, & innovatis.

§. 23 Quibus omnibus, & ſingulis, etiamſi de illis, eorumque totis tenoribus ſpecialis, ſpecifica, expreſſa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clauſulas generales idem importantes mentio, ſeu quævis alia expreſſio habenda, aut aliqua alia exquiſita forma ad hoc ſervanda foret, etiamſi in eis caveatur expreſsè, quod illis nullatenus, aut nonniſi ſub certis modo, & formâ derogari poſſit, tenores hujuſmodi, ac ſi de verbo ad verbum nihil penitùs omiſſo, & formâ in illis traditâ obſervatâ inſerti forent, præſentibus pro plenè, & ſufficienter expreſſis, & inſertis habentes, illis aliàs in ſuo robore permanſuris, ad præmiſſorum omnium vallidiſſimum effectum, hac vice dumtaxat latiſſimè, & pleniſſimè, & ſufficienter, necnon ſpecialiter, & expreſsè Motu, ſcientiâ, & poteſtatis plenitudine ſimilibus harum ſerie derogamus, cæteriſque contrariis quibuſcumque.

§. 24 Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtræ ſuppreſſionis, extinctionis, erectionis, inſtitutionis, aſſignationis, applicationis, deſtinationis, appropriationis, voluntatis, mandati, reſervationis,

ſervationis, conceſſionis, Decreti, permiſſionis, abſolutionis, injunctionis, præcepti, translationis, commiſſionis, & derogationis infringere, vel ei auſu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præſumpſerit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apoſtolorum ejus ſe noverit incurſurum.

Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ milleſimo ſeptingenteſimo quadrageſimo primo pridie Idus Julii Pontificatus noſtri anno primo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

Bulla do Seminario Patriarcal, erigido na Cidade de Lisboa.

BENEDICTUS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

Ad perpetuam rei memoriam.

Num. 128
An. 1741.

DIvini Præceptoris ad Apoſtolos verba *Sinite parvulos venire ad me*, nos expreſsè admonent non minimam Apoſtolici muneris partem in Chriſtianorum puerorum inſtitutione curandâ, & dirigendâ conſiſtere, quò morum, & doctrinæ puritate imbuti ante Divinum conſpectum præſentari digni efficiantur.

§. 1 Hujus memores præcepti, cum nuper Archiepiſcopalem quondam Eccleſiam Ulixbonenſem Orientalem nuncupatam Patriarchali Eccleſiæ Lisbonenſi unire decreverimus volentes, ut Eccleſia unita hujuſmodi ſub invocatione Sanctæ Mariæ deinceps nuncuparetur, Venerabiliſque Frater Noſter Thomas Sanctæ Romanæ Eccleſiæ Presbyter Cardinalis Patriarcha Lisbonenſis, ejuſque ſucceſſoribus omnibus, & ſingulis dictæ Eccleſiæ unitæ fructibus, redditibus, proventibus, & pertinentiis uti, frui, potiri, & gaudere liberè, & licitè poſſent, Palatium tamen olim Archiepiſcopale, ipſiuſque adjacentias de conſenſu Chariſſimi in Chriſto Filii Noſtri Joannis hoc nomine Quinti Portugalliæ, & Algarbiorum Regis Illuſtris in uſum, & commoda unius Seminarii puerorum Patriarchalis à Nobis inſtituendi jam inde excepimus, deſtinavimus, & ſegregavimus, prout in noſtris Literis ſub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ milleſimo ſeptingenteſimo quadrageſimo Idibus Decembris Pontificatus Noſtri anno primo, ſub Bullâ Aureâ deſuper expeditis pleniùs continetur.

§. 2 Poſtmodum verò cum octo in prædictâ Eccleſiâ Sanctæ Mariæ exiſtentes Dignitates, & Capellaniam Maiorem nuncupatam Capellæ Sancti Sebaſtiani in eâdem Eccleſiâ ſitæ, cui ejuſdem Eccleſiæ Canonicatus, & Præbenda de Mafra nuncupati Apoſtolicâ auctoritate perpetuò uniti reperiebantur, prævia ipſius Capellaniæ à Canonicatu, & Præbendâ hujuſmodi perpetuâ diſmembratione, & ſeparatione

ne suppresserimus, & extinxerimus, omnes, & singulos primis duabus ex dictis Dignitatibus, Decanatui scilicet, & Cantoratui extra Massam Capitularem annexos fructus, redditus, & proventus, ac omnes, & singulos trium aliarum ex dictis Dignitatibus de Lisboa videlicet, ac de Sanctarem respectivè nuncupatorum Archidiaconatuum, & Scholastriæ, necnon prædictæ Capellaniæ maioris nuncupatæ fructus, redditus, & proventus, insimul annuam summam bis mille noningentorum, & sexaginta unius ducatorum auri de Camera, sicut accepimus, constituentes in ejusdem Seminarii dotem perpetuò dismembravimus, & destinavimus; ac insuper ejusdem Ecclesiæ aulas Capituli, & Archivii cum circumjacentibus Cameris in usus, & commoda ejusdem Seminarii pariter reservavimus, prout in aliis nostris Literis sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo quadragesimo primo pridie Idus Julii Pontificatus nostri anno primo sub Bullâ Aureâ desuper expeditis pleniùs continetur.

§. 3 Nunc autem ad prædicti Seminarii fundationem, & institutionem, quam Fidelissimum Principem, & Ecclesiasticæ disciplinæ sedulum Inspectorem præfatum Joannem Regem summopere exoptare comperimus, devenientes, ut ingenui adolescentes in Seminario hujusmodi Grammatices, cantus, aliarumque artium, & scientiarum, Ecclesiasticorumque rituum disciplinâ, ac morum præcipuè integritate liberaliter instructi, non per se solùm boni doctique evadant, sed aliis quoque prodesse, & Christianæ Reipublicæ utiliter inservire possint, accedente ad omnia infrascripta præfati Joannis Regis consensu, Motu proprio, & ex certâ scientiâ, maturâque deliberatione Nostris, deque Apostolicæ potestatis plenitudine in Palatio præfato quondam Archiepiscopali, ejusque adjacentiis, comprehensis carceribus Ecclesiasticis, necnon aulis Capituli, & Archivii cum circumjacentibus in prædictâ Ecclesiâ Sanctæ Mariæ Cameris præfatis, unum Seminarium puerorum Ecclesiasticum Patriarchale nuncupandum pro illius Alumnorum, Ministrorum, ac Præceptorum perpetuis usu, commodis, & habitatione, ad hoc ut adolescentium ætas ibi rectè instituatur, sanisque moribus, & doctrinis imbuatur, ac à teneris annis ad pietatem, religionemque informetur, perpetuò erigimus, & instituimus.

§. 4 Alterum verò de pauperatu, & in districtu olim Orientali Civitatis Lisbonensis existens Seminarium unâ cum omnibus, & singulis illi concessis favoribus, & gratiis tam spiritualibus, quàm temporalibus, necnon juribus, actionibus, proprietatibus, fructibus, aliisque rebus, & bonis, ac pertinentiis universis, portionibusque à Canonicis, aliisque Ministris prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ, ac à Parochialibus Ecclesiis, & Communitatibus Religiosis, locisque piis, & aliis personis Civitatis, & Diœcesis Lisbonensis secundo dicto Seminario ante hac persolvi solitis aut debitis (quæ in posterum ab ipsius Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Canonicis, aliisque Ministris, & ab iisdem Parochialibus Ecclesiis, ac Religiosis Communitatibus, & Locis piis, aliisque personis Civitatis, & Diœcesis hujusmodi, primo

dicto

dicto Seminario integraliter, quacumque interruptione, vel desuetudine non obstante, persolvi debeant) aliàs secundo dicto Seminario concessis, & seu ad ejus usum, & commodum acquisitis, unitis, applicatis, & appropriatis ad Seminarium primo dictum transferentes, & in eodem unicuique ex alumnis secundo dicti Seminarii ædes in usum primo dicto Seminario, magis proficuum Patriarchæ Lisbonensi pro tempore benevisum cedant, & convertantur, eidem primo dicto Seminario perpetuò unimus, & incorporamus.

§. 5 Deinde pro hujusmodi Seminario dote perpetuâ, ac illius Alumnorum, Præceptorum, aliorumque Ministrorum, necessariâ, & Congruâ substentatione annuam summam ex prædictis suppressis, & extinctis Decanatui, & Cantoratui omnibus, & singulis extra massam Capitularem præfatam annexis fructibus, redditibus, & proventibus, ac ex omnibus, & singulis prædictorum, & prædictarum, ac pariter extinctorum, & suppressorum, ac extinctarum, & suppressarum de Lisboa, & Sanctarem respectivè nuncupatorum Archidiaconatuum, ac Scholastriæ, & Capellaniæ Maioris nuncupatæ fructibus, redditibus, & proventibus procedentem (supportatis tamen, per idem Seminarium omnibus, & singulis oneribus realibus aliàs præfatas quinque Dignitates obtinentibus ratione fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi, ac Capellano Maiori nuncupato dictæ Capellæ Sancti Sebastiani, Canonico videlicet de Mafra nuncupato ratione fructuum, reddituum, & proventuum ejusdem Capellaniæ incumbentibus) ut præfertur, reservatam, & separatam, ac respectivè dismembratam, & bis mille noningentos sexaginta unum ducatos auri præfatos constituentem eidem primo dicto Seminario etiam perpetuò applicamus, & appropriamus.

§. 6 Ac insuper unam Sanctæ Mariæ de Sambade Bracharen. cujus quingentorum octoginta, una verò cum incertis quingentorum nonaginta septem, ac aliam Sancti Pelagii de Bemposta Colimbrien. cujus quadringentorum viginti duorum, una verò cum incertis quadringentorum sexaginta quinque, ac aliam Sancti Michaelis de Rebordoza, cujus trecentorum sexaginta octo, una verò cum incertis quadringentorum, & duorum, ac reliquas Parochiales Ecclesias, Abbatias, seu Prioratus respectivè nuncupatas Sancti Petri de Abregam Locorum Portugallen. respectivè Diœcesum, quæ de Jurepatronatus ipsius Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hactenus in aliquo derogatum, existunt, ac cujus, & illis forsan respectivè annexorum, respectivè fructus, redditus, & proventus (deductâ congruâ pro infrascriptis Vicariis) aliorum trecentorum sexaginta octo, una verò cum incertis quadringentorum, & duorum ducatorum auri similium secundum communem æstimationem valorem annuum, ut accepimus, non excedunt, ex nunc quoad Ecclesias prædictas actu vacantes, quo verò ad illas actu minimè vacantes ex nunc pro tunc, & è contra cum primùm illas per decessum, etiam ex causâ permutationis, etiam in manibus nostris, & alterius Romani Pontificis successoris Nostri, vel decessum, seu privationem, aut aliam dimissionem, vel amissionem, aut Religionis ingressum

gressum illas nunc obtinentium, seu alias quovismodo etiam apud Sedem Apostolicam, aut ex aliorum quorumcumque personis, seu per liberas illas nunc obtinentium, vel quorumvis aliorum resignationes de illis extra Romanam Curiam, etiam coram Notario publico, & Testibus spontè factas, aut constitutionem felicis recordationis Joannis Papæ Vigesimi Secundi etiam Prædecessoris Nostri, quæ incipit *Execrabilis*, vel assequutionem alterius Beneficii Ecclesiastici Ordinariâ auctoritate collati vacare contigerit, aut aliàs quovismodo vacent, etiamsi tanto tempore vacaverint, quòd earum collatio juxta Lateranensis Statuta Concilii ad Sedem præfatam legitimè devoluta, dictæque Parochiales Ecclesiæ dispositioni Apostolicæ specialiter reservatæ existant, & super eis inter aliquos lis, cujus statum præsentibus haberi volumus pro expresso, pendeat indecisa, cum annexis hujusmodi, ac omnibus juribus, & pertinentiis suis, præviâ illarum, & cujuslibet earum tituli collativi perpetuâ suppressione, & extinctione, primo dicto Seminario, ita quod liceat illius reddituum Administratoribus pro tempore existentibus Parochialium Ecclesiarum præfatarum, ac annexorum eorundem, juriumque, & pertinentiarum præfatorum cujuscumque qualitatis, quantitatis, ac etiam annui valoris existentium corporalem, realem, & actualem possessionem per se, vel per alium, vel alios primo dicti Seminarii nomine propriâ auctoritate liberè apprehendere, & apprehensam perpetuò retinere, fructus quoque, redditus, & proventus, jura, obventiones, & emolumenta universa inde provenientia percipere, exigere, levare, arrendare, locare, dislocare, ac in primi dicti Seminarii usus, & utilitatem convertere Diœcesani loci, vel cujusvis alterius licentiâ desuper minime requisitâ, etiam perpetuò unimus, annectimus, & incorporamus.

§. 7 Ac in primo dictâ unam, & in secundo dictâ aliam, & in tertio dictâ aliam, ac in quarto dictâ Parochialibus Ecclesiis unitis hujusmodi reliquam perpetuas Vicarias pro quatuor Presbyteris futuris Parochialium Ecclesiarum unitarum hujusmodi Vicariis perpetuis in eis ad præsentationem infra dicendam per Ordinarium loci instituendis, & per eundem prius examinandis, qui apud Parochiales Ecclesias unitas hujusmodi continuò personaliter residere, ac omnia, & singula munia, & onera Parochialia eisdem Parochialibus Ecclesiis unitis hujusmodi, & earum cuilibet quomodolibet incumbentia subire, & adimplere respectivè debeant, & teneantur, etiam perpetuò erigimus, & instituimus.

§. 8 Illisque sic erectis, & institutis pro illarum congruâ, & competenti dote, easque pro tempore obtinentium congruâ substentatione ex Parochialium Ecclesiarum unitarum hujusmodi fructibus, redditibus, & proventibus præfatis singulis Vicariis præfatis congruam portionem sexaginta videlicet ducatorum auri similium pro quolibet quotannis per Seminarium præfatum respectivè persolvendam, & per Vicarias hujusmodi pro tempore obtinentes annuatim respectivè percipiendam, & exigendam, ac in cujuslibet eorum respectivè usus, & utilitatem convertendam, etiam perpetuò applicamus, & appropriamus.

Ad

§. 9 Ad primò dictum verò Seminarium, sicut præfertur, erectum, & institutum, necnon ad quatuor Vicarias erectas, & institutas hujusmodi tam hac primâ vice ab earum primævâ erectione, & institutione hujusmodi vacantes, quàm quoties ex tunc deinceps quovisinodo, & ex quorumcumque personis etiam nostrorum, & Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis, etiam tunc viventis familiarium, & continuorum commensalium, seu Sedis Apostolicæ Notariorum, Protonotariorum nuncupatorum, & aliorum Romanæ Curiæ Officialium, seu Conclavistarum, vel Curialium, aut aliorum quorumcumque specialissimas qualitates habentium, per quas ex uno, vel pluribus capitibus tam personalibus, quàm realibus quæcumque reservatio, vel affectio Apostolica inducatur, etiam ex vacatione apud Sedem præfatam, & in quibusvis mensibus Nobis, & Romano Pontifici pro tempore existenti, Sedique præfatæ per quascumque Constitutiones Apostolicas, aut Cancellariæ Apostolicæ regulas nunc, & pro tempore reservatis, seu Ordinariis Collatoribus etiam per Constitutiones, & regulas easdem, seu literas alternativarum, aut alia privilegia, & indulta hactenus concessa, & in posterum concedenda, aut aliàs de jure quomodolibet competentia, seu per liberas etiam ex causâ permutationis resignationes, jurium cessiones de illis in dictâ Curiâ, vel extra eam etiam in nostris, & Romani Pontificis pro tempore existentis manibus quomodolibet factas, vel admissas, aut assecutionem alterius Beneficii Ecclesiastici quâvis auctoritate Collati, seu illas pro tempore obtinentium etiam apud Sedem præfatam decessum, vel quamvis aliam dimissionem, omissionem, privationem, Religionis ingressum, Matrimonii contractum, & ad Cathedralium Ecclesiarum, vel Monasteriorum etiam Consistorialium, seu quamcumque aliam promotionem, aut alias quomodolibet, & qualitercumque etiam apud Sedem prædictam vacare contigerit, Juspatronatus, & præsentandi personas idoneas per Ordinarium Loci instituendas præfato Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus Regibus perpetuò similiter reservamus, concedimus, & assignamus.

§. 10 Ac Juspatronatus, & præsentandi hujusmodi præfato Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus Regibus præfatis, non ex privilegio Apostolico, sed ex verâ, primævâ, reali, actuali, plenâ, & omnimoda fundatione, & perpetuâ dotatione ex bonis mere Laicalibus factis competere, & uti tale sub derogatione Juríspatronatus ex privilegio Apostolico, vel consuetudine, aut præscriptione acquisiti nullatenus comprehendi, nec illi ullo unquam tempore, etiam cujusvis litis pendentiæ, vel vacationis apud Sedem præfatam, aut alio quocumque prætextu, & ex quâvis aliâ causâ quantumvis urgentissimâ, & legitimâ, & cum quibusvis etiam prægnantissimis, & efficacissimis clausulis, & Decretis, etiam cum clausulâ quorum tenores, &c. in quacumque provisione, aut quavis alia de illis dispositione, etiam per viam constitutionis, legis, seu Apostolicæ Cancellariæ Regulæ, aut aliàs quomodocumque factas etiam per Nos, & Romanos Pontifices successores nostros, vel Sedem eamdem, aut illius

etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, ejusdemque Sedis Nuncios, etiam Motu proprio, & ex certâ scientiâ, deque Apostolicæ potestatis plenitudine, seu cujusvis intuitu, & contemplatione per quascumque Literas Apostolicas, etiam in formâ Brevis, & quasvis etiam derogatoriarum derogatorias, ac fortiores, & insolitas clausulas, necnon irritantia, & alia Decreta quæcumque in se continentes derogari posse, nec debere, nisi in illis de toto tenore, ac datâ præsentium, necnon Portugalliæ, & Algarbiorum Regis pro tempore existentis ad hoc expresse accedentis consensus mentio facta fuerit, & aliter factas derogationes, necnon quascumque collationes, provisiones, institutiones, vel alias dispositiones de præfatis Vicariis, ut præfertur, erectis, & institutis aliàs, quàm ad præsentationem præfati Joannis Regis, ejusque in dictis Regnis successorum Regum, seu de ejus, & de eorum expresso consensu, etiam cum speciali, & expressa derogatione Jurispatronatus hujusmodi pro tempore factas, processusque desuper habitos, ac inde pro tempore sequuta quæcumque nulla, & invalida, nulliusque roboris, vel momenti fore, & esse, ac pro nullis, & infectis haberi, & censeri, nec jus, aut Coloratum titulum possidendi cuiquam tribuere, vel per illa acquiri posse, sed præsentationes per præfatum Joannem Regem, ejusque in præfatis Regnis successores Reges pro tempore factas, & subsecutas institutiones semper validas, & efficaces fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri debere decernimus, & declaramus.

§. 11 Necnon eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque successoribus præfatis, ut ipse, & ipsi primo dictum Seminarium, conciliari dispositione circa assistentiam duorum de Capitulo, & duorum de Clero in Seminariorum regimine non obstante, privativè gubernare, ejusque Ministros, & Præceptores privativè eligere, ac eidem Seminario statuta, & ordinationes Sacris Canonibus, & Constitutionibus Apostolicis, ac Tridentini Concilii Decretis minimè contraria, & minimè contrarias concedere, ac regulas, & obligationes opportunas præscribere, & pro reddituum administratione personas idoneas ad nutum amovibiles nominare, ejusdemque administrationis formam, & regulas determinare, & ad loca pro tempore vacantia Alumnos eligere, ac Portionistas, seu Convictores cum congrua persolutione ibidem alendos admittere, eorumdemque Alumnorum, & Convictorum, necnon Præceptorum, cæterorumque Ministrorum numerum, qualitates, ac prælectiones præfinire, & respectivè expendere, omnesque, & singulos fructus, redditus, & proventus pro ejusdem Seminarii dote, ut præfertur, assignatos, & appropriatos, ac ei unitos, annexos, & incorporatos tam decursos, quàm decurrendos ad reductionem prædicti Palatii, eique, ut præfertur, adjacentium locorum in commodum ejusdem Seminarii usum, usque ad complementum operis, necnon ad supellectilia, & utensilia, aliaque necessaria, & opportuna præhabenda, & comparanda applicare licitè possit, & valeat, ac possint, & valeant, Motu pari Apostolica auctoritate concedimus, & indulgemus.

§. 12 Ut autem præsentes, nostræ, omniaque, & singula in eis contenta

contenta debitæ, parata que executioni, omnimodæque demandentur observantiæ, Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque pro tempore successoribus committimus, & mandamus, quatenus ipse, & ipsi per se, vel alium, seu alios, etiam quâvis difficultate occurrente, à Nobis non prævisâ, quæ effectum earumdem præsentium, minimè retardare valeat, easdem præsentes, & in eis contenta quæcumque debitæ executioni demandari faciat, & faciant, ac ubi, & quando opus fuerit solemniter publicans, & publicantes, & in præmissis efficacis defensionis præsidio assistens, & assistentes, faciat, & faciant, Apostolicâ auctoritate omnia, & singula præmissa suum debitum sortiri effectum, ac ab omnibus, & quibuscumque personis firmiter, & inviolabiliter observari, & adimpleri, Contradictores quoslibet, & rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia, appellatione postpositâ, compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii sæcularis.

§. 13 Et insuper eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque successoribus præfatis quoscumque omnium, & singulorum præmissorum effectum impedientes, & in eisdem præmissis molestantes, perturbantes, & quovismodo contradicentes etiam per edictum publicum, constito summariè de non tuto accessu, citandi, illiusque, ac quibus, & quoties inhibendum fuerit, etiam per edictum sub excommunicationis, ac etiam pecuniariis, necnon privationis Beneficiorum, & Officiorum sæcularium, & Ecclesiasticorum ejus, & eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis pœnis inhibendi, ac eos quos censuras, & pœnas præfatas incurrisse constiterit, eas incurrisse, servatâ formâ Concilii Tridentini declarandi, ac censuras, & pœnas ipsas etiam iteratis vicibus aggravandi, & reaggravandi plenam, & liberam facultatem Motu pari Apostolicâ auctoritate præfatâ concedimus.

§. 14 Præsentes quoque semper, & perpetuò validas, & efficaces esse, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, vel ex qualibet causâ quantumvis legitimâ, & juridicâ, piâ privilegiatâ, ac speciali notâ dignâ, etiam ex eo quod Rectores Parochialium præfatarum, & Rector, seu Administratores secundo dicti Seminarii, seu quicumque alii, cujuscumque dignitatis, gradus, conditionis, & præeminentiæ sint in præmissis, & circa ea quomodolibet, & ex quâvis causâ, ratione, actione, vel occasione jus, vel interesse habentes, aut quomodolibet habere prætendentes illis non consenserint, aut ad illa vocati, citati, vel auditi non fuerint, & causæ, propter quas eædem præsentes emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, vel intentionis nostræ, aut jus, vel interesse habentium consensus, aut quolibet alio, quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuam mentionem, & expressionem requirente defectu; sive etiam ex eo quod in præmissis, eorumve aliquo solemnitates, & quævis alia

servanda, & adimplenda servata, & adimpleta, non fuerint, aut ex quocumque alio capite à jure, vel facto, aut statuto, vel consuetudine aliqua resultante, seu etiam enormis, enormissimæ, totalisque læsionis, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione etiam in corpore juris clausâ, occasione, aliave causâ etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda foret, aut quod de voluntate nostra hujusmodi, & aliis superius expressis nullibi appareret, seu aliàs probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum, aperitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, & aliud quodcumque juris facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet etiam Motu, & potestatis plenitudine similibus concesso, aut impetrato, vel emanato uti, seu se juvare in Judicio, vel extra posse, neque easdem præsentes sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus, seu Cancellariæ præfatæ regulis, aut Constitutionibus Apostolicis, etiam unionum effectum non sortitarum revocatoriis, etiam per Nos, & Prædecessores nostros, & quoscumque Romanos Pontifices successores nostros, etiam in crastinum assumptionis cujuslibet illorum ad Summi Apostolatus apicem, etiam Motu pari, ac ex certâ scientiâ, etiam Consistorialiter, & quibusvis de causis, ac sub quibuscumque verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, pro tempore quomodolibet factis, & emanatis, ac faciendis, & emanandis, etiamsi in eis de eisdem præsentibus, earumque toto tenore, ac datâ specialis mentio fieret, comprehendi, sed semper, & perpetuò ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & eum, in quo antea quomodolibet erant, statum restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori datâ quandocumque concessas esse, & fore.

§. 15 Sicque, & non aliàs in præmissis omnibus, & singulis per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictaque Sedis Nuncios, & alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, officio, & dignitate fungentes, ac prærogativâ, privilegio, praeminentiâ, & honore fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque judicio, & in quâcumque instantiâ judicari, & definiri debere, & si secus super his à quoquam quâvis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus.

§. 16 Non obstantibus unâ per quam dudum inter alia voluimus, & ordinavimus quod petentes Beneficia Ecclesiastica aliis uniri teneantur, exprimere verum annuum valorem secundum communem æstimationem tam beneficii uniendi, quàm illius, cui uniri petitur, alioquin unio non valeat, & semper in uniobus commissio fiat ad partes vocatis quorum interest, & idem voluimus observari in quibusvis suppressio-

suppressionibus perpetuis, concessionibus, dismembrationibus, & applicationibus de quibuscumque fructibus, & bonis Ecclesiasticis, ac alia per quam decrevimus, & declaravimus nostræ intentionis fore, quod deinceps per quamcumque signaturam, seu concessionem, aut gratiam, vel Literas Apostolicas pro commissionibus, seu mandatis, aut declarationibus in quibusvis causis, etiam Motu proprio, & ex certâ scientiâ, ac etiam ante motam litem à Nobis emanaverint, vel de mandato nostro faciendas nulli jus sibi quæsitum quomodolibet tollatur, ac aliis nostris, & Cancellariæ præfatæ in contrarium præmissorum quomodolibet editis, vel edendis regulis, necnon felicis recordationis Bonifacii Papæ VIII. Prædecessoris nostri, ac Lateranensis, & aliorum etiam generalium, & ultimò celebratorum Conciliorum uniones, seu applicationes perpetuas, nisi in casibus à jure permissis, fieri prohibentium, ac quibusvis aliis Apostolicis etiam in Synodalibus, Provincialibus, Universalibusque Conciliis editis, vel edendis specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus, dictæque Ecclesiæ Sanctæ Mariæ, ac secundo dicti Seminarii etiam juramento, confirmatione, Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ respectivè roboratis statutis, eorumque reformationibus, & novis additionibus, stylis, usibus, & consuetudinibus, etiam immemorabilibus, dispositionibus, vel ultimis voluntatibus in contrarium eorumdem præmissorum, quibuscumque privilegiis, etiam ex fundatione competentibus à quibuscumque Romanis Pontificibus Prædecessoribus nostris concessis, necnon Indultis, & Literis Apostolicis illis, eorumque superioribus, & personis quibuscumque, etiam speciali, specificâ, expressâ, & individuâ mentione dignis sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis in genere, vel in specie, etiam Motu pari, ac, Consistorialiter, aut aliàs quomodolibet etiam iteratis vicibus in contrarium præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis.

§. 17 Quibus omnibus, & singulis, etiamsi de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, etiamsi in eis caveatur expressè, quod illis nullatenus, aut nonnisi sub certis modo, & formâ derogari possit, tenores hujusmodi, ac si de verbo ad verbum nihil penitùs omisso, & formâ in illis traditâ observatâ inserti forent, præsentibus pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliàs in suo robore permansuris, ad præmissorum omnium validissimum effectum, hac vice dumtaxat latissimè, & plenissimè, & sufficienter, necnon specialiter, & expressè Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque.

§. 18 Volumus autem quod Seminarium Patriarchale prædictum ratione prædictæ applicationis bis mille noningentorum sexaginta unius ducatorum auri de Camera hujusmodi, necnon ratione unionis prædictarum Parochialium Ecclesiarum, illarumque fructuum, redditum,

tuum, & proventuum applicationis eidem Seminario Patriarchali, ut præfertur, respectivè factarum ad ullam ex nunc annatæ, & subinde perpetuis futuris temporibus quindeniorum quibusvis officialibus de annatâ, & quindenniis hujusmodi participantibus faciendam solutionem nullo unquam tempore, nulloque modo teneatur, eximentes propterea, & liberantes ex nunc, & in posterum perpetuis futuris temporibus in omnibus, & per omnia Seminarium Patriarchale prædictum ab annatæ, & quindeniorum hujusmodi etiam minimâ respectivè solutione, itaut super præsentibus quidquam ratione applicationis, & unionis prædictarum peti, vel petendi minimè possit ex gratiâ speciali, quæ nullo unquam tempore allegari possit in exemplum.

§. 19 Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri Motus proprii, suppressionis, extinctionis, erectionis, institutionis, applicationis, appropriationis, translationis, incorporationis, assignationis, concessionis, Decreti, indulti, commissionis, mandati, ac derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum.

Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo quadragesimo primo, duodecimo Kalendas Augusti Pontificatus nostri anno primo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

Copia das Cartas, em que ElRey D. Joaõ o V. encomenda aos Prelados do Reyno, que a Festa da Purissima Conceiçaõ se faça com toda a solemnidade.

Num. 129
An. 1717.

REmetto a Vossa Senhoria a Carta, firmada da Real maõ, em que Sua Mageſtade, que Deos guarde recomenda a Vossa Senhoria a Festa da Purissima Conceiçaõ da Virgem Senhora nossa, e ordena o mesmo Senhor, que da sua parte diga a Vossa Senhoria, fia da sua grande devoçaõ à mesma Senhora, porá todo o cuidado em fazer celebrar todos os annos aquella Festa, em que a sua Real piedade he muy empenhada; e he o mesmo Senhor servido, que Vossa Senhoria mande registar a referida Carta nos livros da Camera Ecclesiastica, e do Cabido, para que por falta de noticia se naõ deixe de fazer a mesma Festa: tendo Vossa Senhoria entendido, que tudo o que obrar nesta materia, será muito do agrado de Sua Magestade, e tambem mandará Vossa Senhoria registar nos mesmos livros as ordens, que passar, para que a celebridade continue sempre na fórma dellas. Deos guarde a Vossa Senhoria, Lisboa Occidental, a 13 de Novembro de 1717. = Diogo de Mendoça Corte-Real. =

Senhor Dom Prior da insigne Collegiada de Guimaraens.

Copia

Copia da outra Carta, de que faz mençaõ a acima.

An. 1717.

DOm Prior da insigne Collegiada de Guimaraens, Eu ElRey vos envio muito saudar. Por Carta de 6 de Dezembro de 1644 se vos avisou haver resoluto, e ordenado meu avô, o Senhor Rey D. Joaõ o IV. que Deos haja, que todas as Cidades, Villas, e Lugares de meus Reynos, tomassem por Padroeira a Virgem Nossa Senhora da Conceiçaõ; e juntos os Tres Estados do Reyno, a jurou em 25 de Março de 1646, e porque a devoçaõ geral, que todos devemos ter à sua Purissima Conceiçaõ, como Padroeira, pede que o culto da sua Festa se faça com mayor augmento, fazendo-se, e celebrando-se com a solemnidade, que a Igreja ordena, ao que se falta em algumas, me pareceo mandarvos dizer, que vos hey por muy recomendado, que em observancia daquella resoluçaõ procureis, com o zelo, que a materia pede, conformarvos com o que a Igreja dispoem com a solemnidade de semelhantes Festas; e assim mando recomendar a todos os Prelados, para que cada hum faça o mesmo nas suas Igrejas, espero que neste particular obrareis de maneira, que tenha muito, que agradecervos, fazendome presente teres mandado executar o que nesta vos recomendo; escrita em Lisboa Occidental, a 12 de Novembro de 1717.

REY.

Para o Dom Prior de Guimaraens.

Bulla da Erecçaõ da Igreja do Graõ Pará em Bispado.

Num. 130
An. 1719.

CLemens Episcopus servus servorum Dei ad perpetuam rei memoriam. Copiosus in misericordia, & in cunctis operibus gloriosus Dominus à quo omnia bona defluunt ad hoc onerosam universi Agri sui curam Nobis licet immeritis committere, & nostræ debilitati apostolicæ servitutis jugum imponere voluit, ut tanquam de summo vertice Montis ad hujus mundi infima nostrum reflectentes intuitum quid pro hujusmodi Agri, Divinique in eo cultus ad debitam fecunditatem, & ejusdem Domini gloriam augmento procurando conferat, quidvè eo procurato spirituali Fidelium conveniat ubertati attentius indies prospiciamus, quapropter siqua Loca copiosæ rerum æternarum messi efflorìtura, & ob illorum vastitatem, ac periculosam itinerum ad ea asperitatem ad promovendam, & enutriendam messem hujusmodi vigil unius Præsulis studium impar existere conspicimus, tunc nostræ solicitudinis affectu excitati novas Episcopales Sedes, velut novos Fontes extruere, & novos Præsules constituere dignum quin debitum reputamus, ut per Extructionem, & constitutionem hujusmodi crescentis gaudium messis, & popularis devotio Nobis augeatur, ipsi verò crescenti messi, ac Locorum ipsorum naturæ per Divinæ gratiæ operam, nostræque curæ diligentiam, qua tene-

tenemur, ut omnia prava, & aspera sint in directa, & vias planas opportunum providentiæ nostræ accedat auxilium, necnon sitientes populi dum illuc accedunt ex Fontibus sic noviter extructis salutares beatæ perennitatis hauriant aquas, & præsertim cùm id laudabilis Christianorum Principum exposcit Religio sanè attendentes Nos, quod in amplissima Maragnani Provincia, quæ in Regione Brasiliæ per loca asperitate itinerum invia, & flumina transitu periculosa longissimè, latissimèque protenditur unica Cathedralis Ecclesia Sancti Ludovici de Maragnano nuncupata reperiatur, ac quod Lusitanorum æque in illas partes assiduè confluentium, atque Incolarum numerus, qui Catholicam Religionem amplectuntur ità indies augeatur, ut unius Episcopi cura ob locorum distantiam, necnon difficilimum de uno ad alia accessum Pastoralis Officii debito exequendo, & tam latæ Diœcesis administrationi impar omninò sit, itaut illius Provinciæ populi, sique præsertim qui Præfecturam de Gran Parâ nuncupatam incolunt, ac præfata Cathedrali Ecclesia longè distantem proprii Episcopi visitatione, Sacramenti Confirmationis administratione, aliisque Episcopalibus auxiliis penitùs destituantur, ideo aliis quoque accedentibus causis, in Congregatione Venerabilium Fratrum nostrorum Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium rebus Consistorialibus præposita perpensis ad pias, & enixas Charissimi in Christo filii nostri Joannis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis illustris præces, necnon accedente consensu Venerabilis Fratris moderni Episcopi Sancti Ludovici de Maragnano præfati de Venerabilium Fratrum nostrorum ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium consilio oppidum Beatæ Mariæ de Belem nuncupatum cùm eidem annexis locis, atque adjecentibus Insulis, necnon omnibus suis Castris, Villis, Territoriis, & Districtibus, Ecclesiis, & personis tam sæcularibus, quam Ecclesiasticis ab Ordinaria jurisdictione Episcopi Sancti Ludovici de Maragnano perpetuò dividimus, separamus, & dismembramus, illaque omnia, ac Clerum, & populum quoad legem Diœcesanam ab Episcopi Sancti Ludovici de Maragnano præfati superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione prorsus etiam perpetuò eximimus, & liberamus, ac Oppidum Beatæ Mariæ de Belem de Parâ præfatum Civitatis, illiusque Incolas Civium nomine, titulo, & honore pariter perpetuò decoramus, illudque in Civitatem, quæ Beatæ Mariæ de Belem de Parâ denominetur, & in eo Ecclesiam Beatæ Mariæ Gratiarum pro uno Episcopo Beatæ Mariæ de Belem de Parâ nuncupando qui illi præsit, ac Ecclesiam ipsam ad formam Cathedralis Ecclesiæ redigi faciat, necnon in ea, & dicta Civitate, ac ejusdem Ecclesiæ Diœcesi tot Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, aliaque Beneficia Ecclesiastica cum curâ, & sine curâ quot inibi Divino cultui, & dictæ Ecclesiæ servitio, ac Ecclesiastici Cleri decori sibi videbuntur convenire de præfati Joannis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum Consilio, & assensu, & prævia eorum congruâ dotatione ab ipsis Joanne, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus pro tempore facienda quam primum fieri poterit, erigat, & instituat, necnon

Episco-

Episcopalem jurisdictionem, auctoritatem, & potestatem exercere, omniaque, & singula, quæ Ordinis quæque jurisdictionis, & cujuslibet alterius muneris Episcopalis sunt, & quæ alii in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & Dominiis constituti Episcopi in suis Ecclesiis, Civitatibus, & Diœcesibus facere possunt, & debent, facere liberè, & licitè possit, & debeat, ac in eadem sic ærecta Ecclesia Episcopalem Dignitatem cum Sede, præeminentiis, honoribus, privilegiis, & facultatibus quibus aliæ Cathedrales Ecclesiæ hujusmodi de jure, vel consuetudine, aut aliàs utuntur, fruuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, frui, potiri, & gaudere possunt, & poterunt quomodolibet in futurum necnon Episcopali, & Capitulari Mensis, aliisque Cathedralibus insigniis ad Omnipotentis Dei laudem, & gloriosissimæ Genitricis ejus Virginis Mariæ, totiusque Triumphantis Ecclesiæ gloriam, & Fidei Catholicæ exaltationem de simili consilio Apostolica auctoritate similiter perpetuò erigimus, & instituimus, ac eidem sic ærectæ Ecclesiæ Oppidum Beatæ Mariæ de Belem de Parâ præfatum sic in Civitatem ærectam pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, Territoria, atque adjacentes Insulas, & Districtus Præfecturæ de Parà præfatæ à reliqua parte Diœcesis Sancti Ludovici de Maragnano à qua hodie præfeturam præfatam, ut præfertur, divisimus, usque ad oram maritimam, & vastissimam Americæ Regionem exclusivè pro Diœcesi, necnon Ecclesiasticas pro Clero, & sæculares personas in Civitate, & Diœcesi hujusmodi pro tempore degentes pro populo de pari eorumdem Fratrum Consilio auctoritate præfata, etiam perpetuò concedimus, & assignamus, Civitatemque, Diœcesim, Clerum, & populum hujusmodi Episcopo Beatæ Mariæ de Belem de Parâ quoad Episcopalem Ordinariam, quo verò ad Metropoliticam jurisdictionem, & superioritatem Archiepiscopo Ulixbonensi Orientali de dictorum Fratrum Consilio pariter perpetuò subjicimus, necnon Mensæ Episcopali Beatæ Mariæ de Belem de Parâ hujusmodi pro ejus dotte, redditus annuos valoris scutorum mille monetæ Romanæ per ipsum Joannem Regem assignandorum, quam quidem summam idem Joannes Rex de suis propriis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum redditibus, & specialiter de iis, quæ ex ea Regione percipiuntur, gratiosè, & irrevocabiliter donavit, & obtulit, ac solvere quotannis promisit, seu promitit, similiter perpetuò applicamus, & appropriamus, & insuper Joanni Regi, ejusque successoribus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus Juspatronatus, & præsentandi infra annum personam idoneam ad dictam Ecclesiam Beatæ Mariæ de Belem de Parâ Nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici in ejusdem Ecclesiæ Beatæ Mariæ de Belem de Parà Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non alias præficiendum, ad maiorem verò post Pontificalem, & Principales, & alias Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia erigenda, & per dictum Joannem, & pro tempore existentes Portugalliæ, & Algarbiorum Reges hujusmodi congruè dotanda tam ab eorum primævâ ærectione, postquam ærecta, & dotata fuerint, quam ex tunc deinceps quoties illa quibusvis modis, &

ex quorumcumque personis, etiam apud Sedem Apostolicam vacare contingerit Episcopo Beatæ Mariæ de Belem de Parâ pro tempore existenti præfato similiter per eum ad præsentationem præfati Joannis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum factam infra terminum à jure præfixum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis instituendis eadem auctoritate etiam perpetuò reservamus, & concedimus; ac Juspatronatus, & præsentandi hujusmodi præfato Joanni, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus ex merè fundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem, etiam Consistorialiter, quacumque ratione derogari non posse, nec derogatum censeri, nisi ipsius Joannis, & pro tempore existentium Regum præfatorum ad id expressus accedat assensus, & si aliter quovismodo derogetur, derogationes hujusmodi cùm indè sequutis nullius roboris efficaciæ, & momenti fore, sicque, & non aliter per quoscumque Judices Ordinarios, & Delegatos, etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, ac ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, & Sedis Apostolicæ præfatæ Nuncios, aliosvè quoslibet quavis auctoritate fungentes sublata eis, & eorum cuilibet aliter judicandi, definiendi, & interpretandi forma, facultate, & auctoritate judicari, & definiri debere, & quicquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari irritum, & inane decernimus, non obstantibus Lateranensis Concilii novissimè celebrati ab Ecclesiis membra distingui, & dividi prohibentis, ac nostra, & Cancellariæ Apostolicæ Regula de non tollendo jure quæsito, aliisque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis quibus omnibus, & singulis illis aliàs in suo robore permansuris hac vice dumtaxat specialiter, & expresse harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ divisionis, separationis, dismembrationis, exemptionis, liberationis, decorationis, erectionis, institutionis, concessionis, assignationis, subjectionis, applicationis, appropriationis, reservationis, concessionis, Decreti, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire, siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo decimo nono, quarto Nonas Martii, Pontificatus nostri anno vigesimo. Loco ✠ Plumbi. A. Giorgettus.

Auto da entrega do corpo do Principe D. Pedro.

Num. 131
An. 1714.

AOs trinta dias do mez de Outubro do anno de mil setecentos e quatorze, nesta Cidade de Lisboa, no Real Convento de S. Vicente de Fóra, estando presentes D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Duque do Cadaval, do Conselho de Estado, Presidente da Mesa do Desembargo do Paço, Mordomo mór da Rainha nossa Senhora, e Mestre

Mestre de Campo General, junto à Real Pessoa de Sua Magestade, a cujo cargo está o governo das armas da Corte, e Provincia da Estremadura; D. Luiz Alvares de Castro, Marquez de Cascaes, do Conselho de Estado; D. Fernando Mascarenhas, Marquez de Fronteira, do Conselho de Estado, e Védor da Fazenda; D. Antonio de Almeida, Conde de Avintes, do Conselho de Estado; Joaõ da Sylva Tello, Conde de Aveiras, do Conselho de Estado; D. Joaõ de Almeida, Conde de Assumar, do Conselho de Estado, e Védor da Casa Real, e os mais Officiaes da dita Casa, que alli se acharaõ, e o Padre D. Gaspar da Encarnaçaõ, Prior do dito Convento: logo pelo dito D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Duque do Cadaval, foy entregue por deposito por ora hum caixaõ forrado de téla carmezim, com ramos de ouro, guarnecido de passamanes do mesmo, e por dentro forrado de seda branca, com quatro fechaduras douradas, em que disse o dito Duque, e jurou aos Santos Euangelhos, em que poz as mãos, estava o corpo do Muito Alto, e Serenissimo Principe D. Pedro, filho dos Muito Altos, e Poderosos Principes, os Senhores Rey D. Joaõ o V. e a Rainha D. Marianna, que em segunda feira, que se contaraõ vinte e nove deste presente mez, das duas para as tres horas da tarde, faleceo da vida presente nos Paços da Ribeira desta Cidade; e elle Duque o vio, e reconheceo ao fechar do dito caixaõ, trazendo as chaves delle comsigo, e vindo-o acompanhando com as mais pessoas acima nomeadas; e o dito Prior disse, que se dava por entregue, na fórma referida, do corpo do dito Serenissimo Principe, e das chaves do caixaõ, que o dito Duque lhe entregou logo, e se obrigava por si, e por seus successores a dar conta do dito corpo, ou ossos delle, de que eu Diogo de Mendoça Corte-Real, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario de Estado, fiz dous termos deste theor, hum para se enviar à Torre do Tombo, e outro para ficar na Secretaria de Estado, os quaes assinaraõ todas as pessoas acima referidas no dito Convento, no mesmo dia, mez, e anno, *ut supra.* = Duque = Marquez de Cascaes = Marquez de Fronteira = Conde de Avintes = Conde de Assumar = Conde de Aveiras = D. Gaspar da Encarnaçaõ. =

Oraçaõ, que D. Joseph Firrao, Nuncio Extraordinario do Papa Clemente XI. disse quando entregou as faxas ao Serenissimo Senhor Principe do Brasil D. Joseph.

Oratio habita ad Serenissimum Brasiliæ Principem.

Num. 132

TAnta optatissimi tui Natalis fama, Serenissime Princeps, lætitia perfudit animos, ut nunquam pene dixerim diem illuxisse jucundiorem; in communi vero totius Orbis exultantis plausu, ita Pontificii animi supra cæteros, extollitur gaudium, sicut, & gaudendi ratio omnes excedit. Verum enim vero ne tam singulare e Cœlo datum benefi-

cium sterili tantummodo verborum sono præteriri videatur, hoc Publicum, qua te Sanctissimus Dominus Noster intima charitate complectitur, ab eo pignus excipies. Mirum profecto extimari potest, dextram tuam Sceptris, Armisque natam, exigua hac fascia donari: Omnem tamen admirationis causam expellat quisque, necesse est, cum latentem ipsius valorem attentè consideraverit. Talem etenim Apostolica Benedictione munita, ab eo, per quem Reges regnant in bellis hæc armatura virtutem est assecuta, ut ea solum fretus, Princeps Serenissime, tot per te patriæ, avitæque gloriæ triumphos, arbitror, esse accessuros, ut nullum hucusque Regiam hanc Aulam sperare fas sit, Principem sortitum esse feliciorem. Hæc tibi toto sui cordis affectu Sanctissimus Dominus Noster amantissime auspicatur. Hæc tibi Catholicæ Ecclesiæ communia vota præcantur, utque publicis respondeat effectus desideriis, Pontificiam Benedictionem Regiæ tuæ celsitudini in auspicium perpetuæ felicitatis venerabundus impertior, meque tanto auctum honore, fortunatissimum dico.

Tratado do casamento do Principe D. Joseph, com a Princeza D. Marianna Victoria de Borbon, copiado do Original, que está na Secretaria de Estado.

Num. 133
An. 1727.

DOn Phelipe por la gracia de Dios Rey de Castilla, de Leon, de Aragon, de las dos Sicilias, de Hierusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Algarves, de Algecira, de Gibraltar, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Islas, y Tierra firme del mar Oceano, Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Bravante, y Milan, Conde de Abspurg, de Flandes, Tirol, y Barcelona, Señor de Vizcaya, y de Molina, &c. Por quanto haviendo-se ajustado, combenido, y firmado en Madrid el dia tres del presente mez de Septiembre por los Plenipotenciarios nombrados por mi, y por el Serenissimo, y muy poderoso Rey de Portugal el Tratado Matrimonial para el casamiento, que deve efectuarse entre el Serenissimo Principe del Brasil Don Joseph, hijo primogenito del referido Serenissimo Rey de Portugal, y la Serenissima Infanta Doña Maria Anna Victoria, mi muy chara, y muy amada hija, del tenor siguiente.

Tratado Matrimonial acordado entre el Comissario del Rey de España Don Juan Baptista de Orendayn, Marques de la Paz, de su Consejo, y primer Secretario de Estado, y del Despacho, y el Embaxador Extraordinario del Rey de Portugal Don Rodrigo Annes de Sá, Almeyda y Menezes, su muy amado, y charo sobrino, de su Consejo, Gentilhombre de su Camera, Marques de Abrantes, para el casamiento, que deve efectuarse entre el muy alto, y muy poderoso Principe del Brasil Don Joseph, hijo primogenito del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe D. Juan Quinto por la gracia de Dios Rey de Portugal, y de la muy alta, muy excelente,

lente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna de Austria, tambien por la gracia de Dios Reyna de Portugal; y la muy alta, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna Victoria, Infanta de España, hija del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto por la misma gracia de Dios Rey de España, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Isavel Farnese, assi mismo por la gracia de Dios Reyna de España, segun los plenos poderes, que han recevido los dichos Ministros de la Magestad del Rey Catholico, y de la Magestad del Rey de Portugal, cuyas copias se insertaràn al pie del presente Tratado.

En nombre de la Santissima Trinidad, Padre, Hijo, y Espiritu Santo un solo Dios verdadero, a su honor, y gloria, y por el bien reciproco de los Pueblos, subditos, y Vasallos de uno, y otro Reyno. Sea notorio a todos aquellos, que las presentes letras de acuerdo de matrimonio vieren, que haviendo-se firmado en el Real sitio de San Ildefonso a los siete dias del mes de Octubre del año del Nacimiento de Nuestro Señor Jesu Christo de mil setecientos y veinte y cinco, por el Marques de Grimaldo, Ministro, y Plenipotenciario de la Magestad del Rey Catholico, y por Joseph de Acuña Brochado, y Antonio Guedes Pereyra, Ministros, y Plenipotenciarios de la Magestad del Rey de Portugal, los Articulos Preliminares para el matrimonio, que se deve efectuar del muy alto, y muy poderoso Principe del Brasil Don Joseph, hijo primogenito del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Juan Quinto por la gracia de Dios Rey de Portugal, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna de Austria, tambien por la gracia de Dios Reyna de Portugal; y la muy alta, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna Victoria, Infanta de España, hija del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto, por la misma gracia de Dios Rey de España, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Isavel Farnese, assi mismo por la gracia de Dios Reyna de España; cuyos Articulos fueron ratificados en el mismo Real sitio de San Ildefonso a catorce de Octubre del mismo año de mil setecientos y veinte y cinco por la Magestad del Rey Catholico, y por la Magestad del Rey de Portugal en la Corte de Lisboa Occidental a los trece del mismo mes de Octubre del dicho año de mil setecientos y veinte y cinco.

Y por quanto nòs, como Ministros, y Plenipotenciarios, ahora especialmente deputados, debemos reducir los dichos Articulos a un Tratado formal, en virtud de los plenos poderes respectivos, que por Sus Magestades nos fueron concedidos, solo para este fin, en la fórma, que despues de este Tratado seran copiados: Haviendolos visto, y examinado, y hallandolos en buena, y debida fórma combenimos lo seguiente.

ARTI-

ARTICULO I.

Se ha ajustado, que con la gracia, y bendicion de Dios, alcanzada primero dispensacion de nuestro muy Santo Padre el Papa, en razon de la proximidad, y consanguinidad entre el muy alto, y muy poderoso Principe del Brasil Don Joseph, y la muy alta, y muy poderosa Infanta Doña Maria Anna Victoria, haran celebrar sus desposorios, y matrimonio por palabras de presente, segun la fórma prescripta por los Sagrados Canones, y Constituciones de la Iglesia Catholica Apostolica Romana, assi que la dicha Serenissima Señora Infanta aya llegado a la edad de doce años cumplidos; y despues que se aya ajustado, y fixado el tiempo entre la Magestad del Rey Catholico, y la Magestad del Rey de Portugal, se haran los desposorios, y casamiento en la Corte de S. M. Catholica. Y por quanto la dicha Serenissima Señora Infanta tiene yà cumplida la edad de siete años, y el Serenissimo Principe la de onze, se ajustò reciprocamente, que obtenida la referida dispensacion de nuestro muy Santo Padre el Papa, se haran luego en la Corte de S. M. Catholica los esponsales de futuro matrimonio, para lo que se daran los poderes, y authoridad necessaria, assi por el Serenissimo Principe del Brasil, como por el Serenissimo Rey de Portugal su padre, al Ministro, ò persona, que fuere mas de su agrado.

ARTICULO II.

El Serenissimo Rey Catholico promete, y se obliga a dar, y darà a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria en dote, y a favor del matrimonio con el Serenissimo Principe Don Joseph, y pagarà a la Magestad del Rey de Portugal, ò a quien tuviere su poder, y commission la summa de quinientos mil excudos de oro del Sol, ò su justo valor en la Ciudad de Lisboa, y se entregarà la dicha summa al tiempo de efectuarse el matrimonio.

ARTICULO III.

La Magestad del Rey de Portugal se obliga a asegurar, y asegurarà el dote de la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria, en buenas rentas, y asignaciones seguras, à satisfacion de S. M. Catholica, ò de las personas, que para este efecto nombrare al tiempo de el pagamento, y remetirà luego a S. M. Catholica los documentos de la dicha asignacion; y en el caso de dissolverse el matrimonio, y que por el derecho tenga lugar la restituicion del dote, serà este restituido a la Serenissima Señora Infanta, ò sus herederos, y subcesores, que lograràn los reditos, que importaren los dichos quinientos mil excudos de oro del Sol, a razon de cinco por ciento, que se pagaran en virtud de las dichas asignaciones.

ARTI-

ARTICULO IV.

Por medio del pagamento efectivo, que se harà a la Magestad del Rey de Portugal de los dichos quinientos mil excudos de oro del Sol, ò su justo valor en el termino, que queda dicho, se darà por satisfecha la Serenissima Señora Infanta, y se satisfarà del dicho dote, sin que en adelante pueda alegar otro algun derecho, ni intentar otra alguna accion, ò pertension pertendiendo, que la pertenezcan, ò puedan pertenecer otros mayores bienes, razones, derechos ò acciones por causa de herencias, y mayores subcesiones de Sus Magestades Catholicas su padre, y madre, ni de qualquiera otra manera, y por qualquiera causa, y titulo, que fuere, ò sea, que lo sepa, ò lo ignore; bien entendido, que de qualquiera calidad, y condicion, que fueren las cosas arriba dichas, debe quedar excluida de ellas, y antes de efectuarse los desposorios hara renuncia en buena, y debida fórma, y con todas las seguridades, fórmas, y solemnidades, que fueren requeridas, y necesarias, la qual renuncia harà la Serenissima Señora Infanta antes de estar casada por palabras de presente, y la confirmarà luego despues de celebrar el matrimonio, y aprobarà, y ratificarà juntamente con el Serenissimo Principe del Brasil con las mismas fórmas, y solemnidades, que la Serenissima Señora Infanta huviere hecho la sobredicha primera renuncia, y a de mas con las clausulas, que se juzgaren mas combenientes, y necesarias, y el Serenissimo Principe, y la Serenissima Señora Infanta quedaran, y quedan, assi de presente, como para entonces obligados al cumplimiento, y efecto de la dicha renuncia, y ratificacion, en la conformidad de los presentes Articulos; y las sobredichas renuncias, y ratificaciones seran havidas, y juzgadas assi presentemente, como entonces por bien hechas, y verdaderamente pasadas, y otorgadas, y las dichas renuncias, y ratificaciones se haran en la fórma mas authentica, y eficaz, que pudiere ser, para que sean buenas, y validas, juntamente con todas las clausulas derogatorias de qualquiera Ley, jurisdiccion, costumbres, derechos, y constituciones a esto contrarias, a que impidiesen en todo, ò en parte las dichas renuncias, y ratificaciones; y para el efecto, y validacion de lo que arriba queda dicho, la Magestad del Rey Catholico, y S. M. Portuguesa derogaràn, y derogan desde el presente sin alguna reserva, y entenderàn, y entienden assi de presente, como para entonces tener derogadas todas las excepciones en contrario.

ARTICULO V.

La Magestad del Rey de Portugal darà a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria en su llegada al Reyno de Portugal, para sus anillos, y joyas, el valor de ochenta mil pesos, los quales le perteneceran sin dificultad despûes de celebrado el matrimonio, de la misma suerte, que todas las otras joyas, que llebare consigo,

ſigo, y ſeran propias de la dicha Sereniſſima Señora Infanta, y de ſus herederos, y ſubceſores, ò de aquelles, que tuvieren ſu derecho.

ARTICULO VI.

La Mageſtad del Rey de Portugal aſignarà, y conſtituirà a la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria para ſus arras veinte mil excudos de oro del Sol al año, que ſeran aſignados ſobre rentas, y tierras, de las quales tendra juriſdiccion, y el lugar principal el Titulo de Ducado, de ſuerte, que las dichas rentas, y tierras lleguen haſta la dicha ſumma de veinte mil excudos de oro del Sol cada año; de los quales lugares, y tierras aſſi dadas, y aſignadas gozarà la Sereniſſima Señora Infanta por ſus manos, y por ſu authoridad, y de las de ſus Commiſſarios, y Oficiales, y en las dichas tierras proveerà las Juſticias, y a demas de eſto le pertenecerà la proviſion de los Oficios, como es coſtumbre, entendiendo-ſe, que los dichos Oficios no podran ſer dados ſino a Portugueſes de nacimiento, como tambien la adminiſtracion, y arrendamiento de las dichas tierras, conforme a las Leys, y coſtumbres del Reyno de Portugal; y de la ſobredicha aſignacion entrarà a gozar, y poſeer la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria, luego que tuvieren lugar las arras, para gozar de ella toda ſu vida, ſea que quede en Portugal, ò ſe retire a otra parte.

ARTICULO VII.

La Mageſtad del Rey de Portugal darà, y aſignarà a la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria para el gaſto de ſu Camera, y para mantener ſu eſtado, y ſu Caſa, una ſumma conveniente, tal qual pertenece a muger de un tan gran Principe, y a hija de tan poderoſo Rey, aſignandola en la fórma, y manera, con que ſe acoſtumbra hazer en Portugal para ſemejantes manutenciones, y gaſto.

ARTICULO VIII.

Su Mageſtad Catholica harà conducir en el tiempo, que ſe ajuſtare a ſu coſta, y gaſto a la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria ſu hija, a la Frontera, y raya de Portugal con la dignidad, y cortejo, que requiere una tan grande Princeſa, y ſerà recivida de la miſma ſuerte de parte de la Mageſtad del Rey de Portugal, y tratada, y ſervida con toda la magnificencia, que conbiene.

ARTICULO IX.

En el caſo, que ſe diſuelva el matrimonio entre el Sereniſſimo Principe del Braſil, y la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria, y que eſta ſobreviva al dicho Sereniſſimo Principe, en eſte caſo ſerà libre a la dicha Sereniſſima Señora Infanta quedar en Portugal

Portugal en el lugar, que quisiere, ò volver a España, ò a qualquiera otro lugar combeniente, aun que sea fuera del Reyno de Portugal, todas, y quantas vezes bien le pareciere, con todos sus bienes, dote, y arras, joyas, vestidos, y vajilla de plata, y qualesquiera otros muebles con sus Oficiales, y criados de su Casa, sin que por qualquiera razon, ò consideracion, que sea, se le pueda poner algun impedimento, ni embarazo a su partida directa, ò inderectamente, ni impedirle el uso, y recuperacion de sus dichos dote, arras, y joyas, ni otras asignaciones, que se le huviesen hecho, ò devido hazer; y para este efecto darà la Magestad del Rey de Portugal a S. M. Catholica para la sobredicha Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria su hija, aquellas Cartas, y seguridades, que fueren necesarias, firmadas de su propia mano, y selladas con su Sello, y desde ahora para entonces lo asegurarà, y prometerà la Magestad del Rey de Portugal por si, y por los Reyes sus subcesores con fé, y palabra Real.

ARTICULO X.

Sus Magestades Catholica, y Portuguesa, suplicaràn a nuestro muy Santo Padre el Papa con el Tratado, que se harà en virtud de estos Articulos, se sirva aprobarle, y darle su Bendicion Apostolica; y assi mismo aprobar las Capitulaciones, y las ratificaciones, que huvieren hecho las referidas Magestades, y que harà la referida Serenissima Señora Infanta, como tambien los actos, y juramentos, que se hicieren para su cumplimiento, insertandolos en sus letras de aprobacion, y de bendicion.

ARTICULO XI.

Y en nombre del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto Rey de España, y como su Ministro, Commisario, Actor, y Mandatario de la una parte, y en nombre del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Juan Quinto Rey de Portugal, y del muy alto, y muy poderoso Principe del Brasil Don Joseph, y como su Embaxador Extraordinario Plenipotenciario, y Procurador de la otra; nos obligamos los mencionados Ministros de Sus Magestades, en virtud de nuestros respectivos plenos poderes, y prometemos en fé, y palabra de Sus Magestades, que los presentes Articulos seran enteramente observados de una, y de otra parte, cumplidos, y executados sin falta, ò diminuicion alguna, y que serà el presente Tratado por Sus Magestades ratificado, y dentro de quince dias, ò mas presto si fuere posible, seran trocadas las ratificaciones en buena, y debida forma.

En fé de lo qual los dichos Ministros Plenipotenciarios, firmàmos de nuestra propia mano dos Exemplares de este Tratado, y les

hizimos poner los Sellos de nuestras Armas. Fecho en Madrid a tres de Septiembre de mil setecientos y veinte y siete = El Marques de la Paz = El Marques de Abrantes.

(L. S.) (L. S.)

Plenipotencia de la Magestad del Rey Catholico.

Don Phelipe por la gracia de Dios Rey de Castilla, de Leon, de Aragon, de las dos Sicilias, de Hierusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Algarves, de Algecira, de Gibraltar, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Islas, y Tierra firme del Mar Oceano, Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Bravante, y Milan, Conde de Abspurg, de Flandes, Tirol, y Barzelona, Señor de Vizcaya, y de Molina, &c. Por quanto siendo tan combeniente al servicio de Dios, exaltacion de la Fé, y bien de la Christiandad, permanezca entre el muy alto, y muy poderoso Principe Don Juan Rey de Portugal, Nos, y nuestros successores, la hermandad, y buena correspondencia, que tanto importa a los dos Reynos; y considerando por el mas oportuno medio para asegurar esta importancia, el de estrechar mas, y mas los vinculos de sangre, y parentesco, se ha combenido, y ajustado por Articulos Preliminares, que se han firmado por los Commissarios nombrados a este fin por Mi, y por el muy alto, y muy poderoso Principe Don Juan Rey de Portugal, el casamiento del Serenissimo Principe del Brasil Don Joseph, hijo del mencionado muy alto, y muy poderoso Principe Don Juan Rey de Portugal con la Serenissima Infanta Doña Maria Anna Victoria, mia muy chara, y muy amada hija para que con la Bendicion de Dios, y de nuestro muy Santo Padre Benedicto Dezimotercio, que actualmente preside en su Santa Iglesia, se despossen, y casen segun, y como lo dispone la Santa Iglesia Romana; y respecto de haverse de hazer, y de firmar en mi Corte de Madrid con el Marques de Abrantes Embaxador Extraordinario nombrado a este efecto por el muy alto, y muy poderoso Principe Don Juan Rey de Portugal, el contrato del referido matrimonio, con las solemnidades, y lucimiento, que se pratîca en semejantes casos, con los pactos, y condiciones yà acordadas; por estas razones, y por la particular confianza, y satisfacion, que tengo de vòs Don Juan Baptista de Orendayn, Marques de la Paz, de mi Consejo, y primer Secretario de Estado, y del Despacho: Hê resuelto nombraros por mi Ministro Commissario, para que podais hazer, y firmar en mi Corte de Madrid, como queda dicho, con el referido Marques de Abrantes Embaxador Extraordinario de S. Magestad Portuguesa el contrato del referido matrimonio del expresado Serenissimo Principe del Brasil con la mencionada Serenissima Infanta mi hija, con las solemnidades acostumbradas, y con los pactos, y condiciones yà acordadas.

dadas. Por tanto por la presente os doy poder, y facultad, tan cumplido, y bastante como se requiere, de certa ciencia, y deliberada voluntad, para que por mi, y en mi nombre, representando mi Persona, (como yo propio lo podria hazer siendo presente) capituleis, combengais, asenteis, y firmeis lo tocante al referido contrato, y capitulos matrimoniales hasta concluirlos enteramente, para que os doy poder, y facultad amplia, y absoluta, sin limitacion alguna, assi para todo lo que a este intento combenga, y fuere necesario executar, estipular, asegurar, y obligar por mi parte, como para admitir, y aceptar todas las condiciones, pactos, obligaciones, escrituras, y instrumentos, que fueren necesarios hazer por la del muy alto, y muy poderoso Principe Don Juan Rey de Portugal, tanto en razon de la dote, arras, legados, y mandas, como en los demas puntos concernientes al dicho cazamiento; obligandome, como me obligo, al cumplimiento de lo que en cada una de estas cosas, y todas juntas, concertàreis, capitulàreis, y admitiereis, ò executàreis, que para este efecto os hago, crio, y constituyo mi Actor, Mandatario, y Commisario, con libre, general, y plenissimo poder, y facultad, para que hagais, y podais hazer en razon de esto, todo lo que yo mismo podria hazer, aun que sean tales las cosas, que requieran especial, y expressa mencion de ellas; y prometo en mi palabra Real, que tendrê por grato, firme, y valedero, y aprobarê, y ratificarê, si fuere necesario, y tendrê por bueno lo que hiciereis, tratàreis, y prometiereis, concluyereis, y firmàreis, y que nò irê, ni vendrê, ni consentirê ir, ni venir contra alguna cosa, ni parte de ello, sino antes bien lo loarê, aprovarê, y ratificarê de nuevo si necesario fuere. En fé de lo qual mandê despachar la presente firmada de mi mano, sellada con el Sello secreto, y refrendada de mi infrascripto Secretario de Estado, y del Despacho. Dada en Madrid a diez y ocho de Julio de mil setecientos y veinte y siete.

YO EL REY.

Don Joseph Rodrigo.

(L. S.)

Poder de la Magestad del Rey de Portugal.

Dom Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, Mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegaçaõ, Commercio da Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de poder geral, e especial virem, que por quanto convem ajustarse, e effeituarse o casamento, que se trata entre o Principe meu sobre todos muito amado, e prezado filho, com a Serenissima Infante D. Maria Anna Victoria, filha do muito alto, e muito poderoso Principe D. Filippe Quinto Rey Catholico de Hespanha, meu bom irmaõ, e primo. Pela confiança, que faço, e satisfaçaõ, que tenho da prudencia, zelo, e fi-

e fidelidade do Marquez de Abrantes, e de Fontes, Conde de Penaguiaõ, D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, meu muito amado, e prezado sobrinho, do meu Conselho, Gentil-homem de minha Camera, Alcaide môr, Capitaõ môr, e Governador das Armas da Cidade do Porto, e seu Destricto, e das Fortalezas de S. Joaõ da Foz do Douro, e Nossa Senhora das Neves em Leça de Matosinhos, Senhor das Villas de Abrantes, e do Sardoal, e dos Concelhos de Sever, Penaguiaõ, e Godim, da Honra do Sobrado, de Villa-Nova da Gaya de Matosinhos, e Bouças, de Gondomar, e de Aguiar de Sousa, Commendador das Commendas de Santiago de Cassem, e S. Pedro de Faro, na Ordem de Santiago, e de Santa Maria de Mascarenhas, S. Pedro de Macedo, e S. Joaõ de Abrantes na Ordem de Christo, e meu Embaixador Extraordinario, e Plenipotenciario, lhe concedo, e otorgo meu inteiro, e comprido poder, livre, e bastante, segundo melhor, e mais compridamente lhe devo conceder, e otorgar, e em tal caso se requer, e o constituo, e faço meu Procurador geral, e especial, para que por mim, e em meu nome, e do Principe meu filho, representando a minha propria Pessoa, e a do Principe, como Eu, e elle o podiamos fazer, se presentes fossemos, possa tratar, e ajustar o Tratado Matrimonial do dito Principe, com a sobredita Serenissima Infante, na fórma dos Preliminares, que se achaõ ajustados pelos meus Plenipotenciarios, e por mim ratificados em treze de Outubro do anno mil setecentos vinte e cinco, com quaesquer Procuradores, ou Commissarios nomeados pelo muy alto, e muito poderoso Principe D. Filippe Quinto Rey Catholico, que mostrarem seus poderes, e procuraçaõ em fórma bastantes, para o sobredito effeito, Eu, e o mesmo Principe guardaremos, e compriremos, tudo o que pelo sobredito Marquez, meu Plenipotenciario, for capitulado, e assentado, com as condiçoes, pactos, obrigaçoes, e firmezas, que por elle forem acordadas, e ajustadas; porque para tudo Eu, e o Principe lhe concedemos, e otorgamos todo o comprido poder, mandado geral, e especial, com livre, e geral administraçaõ, e por esta presente prometto em fé, e palavra de Rey, de guardar, e com effeito cumprir tudo o que pelo dito meu Embaixador Extraordinario, e Plenipotenciario, e Procurador, sobre o dito casamento for tratado, capitulado, otorgado, assentado, e firmado de qualquer natureza, qualidade, e importancia, que seja, e tudo haverey por firme, e valioso em todo o tempo, na fórma da obrigaçaõ destes poderes: E por firmeza de tudo mandey fazer esta presente Carta, e poder geral, e especial por mim assinada, e sellada com o Sello grande de minhas Armas. Dada na Cidade de Lisboa Occidental aos seis dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil setecentos vinte e sete.

ELREY.

Diogo de Mendoça Corte-Real.

(L. S.)

Por

Por tanto, haviendo visto, y examinado el referido Tratado Matrimonial aqui inserto, hê resuelto aprovarle, y ratificarle, (como en virtud de la presente le apruebo, y ratifico) en la mejor, y mas cumplida fórma, que puedo, y doy por bueno, firme, y valedero, todo lo que en el se contiene, y prometo en fé, y palabra de Rey cumplirle, y observarle inviolablemente segun su fórma, y tenor, y hazerle observar, y cumplir de la misma manera como si Yo le huviera hecho por mi propia Persona. En fé de lo qual mandè despachar la presente, firmada de mi mano, sellada con el Sello secreto, y refrendada de mi infrascripto primer Secretario de Estado, y del Despacho Universal. Dada en San Ildefonso a catorce de Septiembre de mil setecientos y veinte y siete.

YO EL REY.

(L. S.)

Juan Baptista de Orendayn.

Tratado do casamento do Principe das Asturias D. Fernando, com a Princeza D. Maria Barbara, copiado do Original, que está na Secretaria de Estado.

Num. 134
An. 1727.

DOn Phelipe por la gracia de Dios, Rey de Castilla, de Leon, de Aragon, de las dos Sicilias, de Hierusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Algarves, de Algecira, de Gibraltar, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Islas, y tierra firme del Mar Oceano, Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Brabante, y Milan, Conde de Absburg, de Flandes, Tirol, y Barcelona, Señor de Vizcaya, y de Molina, &c. Por quanto haviendo-se ajustado, combenido, y firmado en la Corte de Lixboa, el dia primero del prezente mes de Octubre, por los Plenipotenciarios nombrados por Mi; y por el Serenissimo, y muy poderoso Rey de Portugal Don Juan, el Tratado Matrimonial para el casamiento, que deve efectuarse, entre el Serenissimo Principe de Asturias, Don Fernando, mi muy charo, y muy amado hijo, y la Serenissima Infanta de Portugal, Doña Maria, hija del referido Serenissimo Rey de Portugal del tenor seguiente.

Tratado Matrimonial acordado entre el Embaxador Extraordinario del Rey de España Don Carlos Ambrosio Spinola de la Cerda, Marques de los Balbases, Gentilhombre de Camera de S. M. y Don Domingo Capecelatro Marques de Capecelatro, Embaxador Ordinario de la misma Magestad, y sus Plenipotenciarios, y el Commisario del Rey de Portugal Don Diego de Mendoza y Cortereal, de su Consejo, y Secretario de Estado, de las Mercedes, Expediente, y Asignatura,

Asignatura, para el casamiento, que deve efectuarse entre el muy alto, y muy poderoso Principe de Asturias Don Fernando, hijo primogenito del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto, por la gracia de Dios Rey de España, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Luisa Gabriela de Saboya, yà defunta, su primera esposa, y compañera; y la muy alta, y muy poderosa Princesa Doña Maria Infanta de Portugal, hija del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Juan Quinto, por la gracia de Dios Rey de Portugal, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna de Austria, tambien por la gracia de Dios Reyna de Portugal; segun los plenos poderes, que han recivido los dichos Ministros de la Magestad del Rey Catholico, y de la Magestad del Rey de Portugal, cuyas copias se insertaràn al pie de este prezente Tratado.

En nombre de la Santissima Trinidad, Padre, Hijo, y Spirito Santo, un solo Dios verdadero: a su honor, y gloria, y por el bien reciproco de los pueblos subditos, y Vasallos, de uno, y otro Reyno. Sea notorio a todos aquellos, que las prezentes letras de acuerdo de matrimonio vieren, que haviendo-se firmado en el Real sitio de San Ildefonso, a los siete dias del mes de Octubre del año del Nacimiento de Nuestro Señor Jesu Christo de mil setecientos y veinte y cinco, por el Marques de Grimaldo, Ministro, y Plenipotenciario de la Magestad del Rey Catholico, y por Joseph de Acuña Brochado, y Antonio Guedes Pereyra, Ministros, y Plenipotenciarios de la Magestad del Rey de Portugal, los Articulos Preliminares para el matrimonio, que se deve efectuar, del muy alto, y muy poderoso Principe de Asturias Don Fernando, hijo primogenito del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto, por la gracia de Dios Rey de España, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Luisa Gabriela de Saboya, yà defunta, su primera esposa, y compañera; y la muy alta, y muy poderosa Princesa Doña Maria, Infanta de Portugal, hija del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Juan Quinto, por la gracia de Dios Rey de Portugal, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna de Austria, tambien por la gracia de Dios Reyna de Portugal, cuyos Articulos fueron ratificados en el mismo Real sitio de San Ildefonso, a catorce de Octubre del mismo año de mil setecientos y veinte y cinco, por la Magestad del Rey de España, y por la Magestad del Rey de Portugal en la Corte de Lixboa Occidental, a los trece del mismo mes de Octubre del dicho año de mil setecientos y veinte y cinco.

Y por quanto nòs, como Ministros, y Plenipotenciarios, ahora especialmente deputados, debemos reducir los dichos Articulos a un Tratado formal, en virtud de los plenos poderes respectivos, que por Sus Magestades nos fueron concedidos, solo para este fin, haviendolos visto, y examinado, y hallandolos en buena, y debida fórma combenimos lo seguiente.

ARTI-

ARTICULO I.

Se ha ajuſtado, que viſto hallarſe, que los parenteſcos entre el muy alto, y muy poderoſo Principe de Aſturias, y la muy alta, y muy poderoſa Infanta Doña Maria, ſon en grados, que no neceſitan diſpenſaciones de nueſtro muy Santo Padre el Papa, como ha conſtado deſpues de ajuſtado el primer Articulo de los Preliminares de eſte Tratado, en ſiete de Octubre de mil ſetecientos y veinte y cinco, y haver el muy alto, y muy poderoſo Principe de Aſturias Don Fernando, y la muy alta, y muy poderoſa Infanta Doña Maria, llegado al preſente a las edades competentes para poder celebrar los deſpoſorios, y matrimonio, ſe haran los dichos deſpoſorios, y matrimonio en la Corte de la Mageſtad del Rey de Portugal, deſpues que ſe tubieren ajuſtado, y fixado el tiempo entre la Mageſtad del Rey Catholico, y la Mageſtad del Rey de Portugal, y para uno, y otro acto ſe daran los poderes, y autoridad neceſaria, aſſi por el Sereniſſimo Principe de Aſturias, como por el Sereniſſimo Rey Catholico ſu padre, al Miniſtro ò perſona, que ſea mas de ſu agrado.

ARTICULO II.

El Sereniſſimo Rey de Portugal, promete, y ſe obliga a dar, y darà a la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria, en dote, y a favor del matrimonio con el Sereniſſimo Principe de Aſturias Don Fernando, y pagarà a la Mageſtad del Rey Catholico, ò a quien tubiere ſu poder, y commiſion, la ſumma de quinientos mil excudos de oro del Sol, ò ſu juſto valor, en la Corte, y Villa de Madrid, y ſe entregarà la dicha ſumma al tiempo de efectuarſe el matrimonio.

ARTICULO III.

La Mageſtad del Rey Catholico ſe obliga a aſegurar, y aſegurarà el dote de la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria, en buenas rentas, y aſignaciones ſeguras, à ſatisfacion de la Mageſtad del Rey de Portugal, ò de las perſonas, que para eſte efecto nombrare al tiempo del pagamento, y remitirà luego a la Mageſtad del Rey de Portugal los documentos de la dicha aſignacion; y en el caſo de diſolverſe el matrimonio, y que por el derecho tenga lugar la reſtituicion del dote, ſerà eſte reſtituido a la Sereniſſima Señora Infanta, ò a ſus herederos, y ſubceſores, que lograràn los reditos, que importaren los dichos quinientos mil excudos de oro del Sol, a razon de cinco por ciento, que ſe pagaràn en virtud de las dichas aſignaciones.

ARTICULO IV.

Por medio del pagamento efectivo, que ſe harà a la Mageſtad del Rey Catholico de los dichos quinientos mil excudos de oro del Sol,

Sol, ò su justo valor, en el termino, que queda dicho, se darà por satisfecha la Serenissima Señora Infanta, y se satisfarà del dicho dote, sin que en adelante pueda alegar otro algun derecho, ni intentar otra alguna accion, ò pertension, solicitando, que le pertenezcan, ò puedan pertenecer, otros mayores bienes, razones, derechos, ò acciones, por causa de herencias, ò mayores subcesiones de las Magestades del Rey, y Reyna de Portugal su padre, y madre, ni de qualquiera otra manera, y por qualquiera causa ò titulo, que sea, ò fuere, que lo sepa ò lo ignore: bien entendido, que de qualquiera calidad, y condicion, que fueren las cosas arriba dichas, deve quedar excluida de ellas; y antes de efectuarse los desposorios harà renuncia en buena, y devida fórma, y con todas las seguridades, fórmas, y solemnidades, que fueren necesarias; la qual renuncia harà la Serenissima Señora Infanta, antes de estar casada por palabras de presente, y la confirmarà luego despues de celebrar el matrimonio, y la aprobarà, y ratificarà juntamente con el Serenissimo Principe de Asturias, con las mismas fórmas, y solemnidades, que la Serenissima Señora Infanta hubiere hecho la sobredicha primera renuncia, y a demas con las clausulas, que se juzgaren mas combenientes, y necesarias; y el Serenissimo Señor Principe, y la Serenissima Señora Infanta quedaràn, y quedan, assi de presente, como para entonces, obligados al cumplimiento, y efecto de la dicha renuncia, y ratificacion, en conformidad de los presentes Articulos, y las sobredichas renuncias, y ratificaciones seran avidas, y juzgadas, assi presentemente, como para entonces por bien hechas, y verdaderamente pasadas, y otorgadas, y las dichas renuncias, y ratificaciones se haran en la fórma mas authentica, y eficaz, que pudieren ser, para que sean buenas, y validas, juntamente con todas las clausulas derogatorias de qualquiera ley, jurisdicion, costumbres, derechos, y constituciones a esto contrarias, ò que impedieren en todo, ò en parte las dichas renuncias, y ratificaciones; y para efecto, y validacion de lo que arriba queda dicho, la Magestad del Rey Catholico, y la Magestad del Rey de Portugal derogaràn, y derogan, desde el presente, sin alguna reserba, y entenderàn, y entenden, assi de presente, como para entonces, tener derogadas todas las excepciones en contrario.

ARTICULO V.

La Magestad del Rey Catholico darà a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria, a su llegada al Reyno de España, para sus anillos, y joyas, el valor de ochenta mil pesos, los quales le perteneceràn sin dificultad, despues de celebrado el matrimonio, de la misma suerte, que todas las otras joyas, que llevare consigo, y seran propias de la Serenissima Señora Infanta, y de sus herederos, y subcesores, y de aquellos, que tubieren su derecho.

ARTI-

ARTICULO VI.

La Mageſtad del Rey Catholico aſignarà, y conſtituirà a la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria, para ſus arras, veinte mil excudos de oro del Sol al año, que ſeran aſignados ſobre rentas, y tierras, de las quales tendrà la juriſdiccion, y el lugar principal el Titulo de Ducado, de ſuerte, que las dichas rentas, y tierra lleguen haſta la dicha ſumma de veinte mil excudos de oro del Sol cada año; de los quales lugares, y tierra aſſi dadas, y aſignadas, gozarà la Sereniſſima Señora Infanta por ſus manos, y por ſu authoridad, y de las de ſus Commiſſarios, y Oficiales, y en las dichas tierras proveerà las Juſticias, y a demàs de eſto, le pertenecerà la proviſion de los Oficios, como es coſtumbre, entendiendo-ſe, que los dichos Oficios no podran ſer dados ſino a Eſpañoles de nacimiento, como tambien la adminiſtracion, y arrendamiento de las dichas tierras, conforme a las Leys, y coſtumbres de Eſpaña. Y de la ſobredicha aſignacion entrarà a gozar, y poſeer la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria, luego que tuvieren lugar las arras, para gozar de ella, toda ſu vida, ſea que quede en Eſpaña, ò ſe retire a otra parte.

ARTICULO VII.

La Mageſtad del Rey Catholico darà, y aſignarà a la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria para el gaſto de ſu Camera, y para mantener ſu eſtado, y Caſa, una ſumma conbeniente, tal, qual pertenece a muger de un tan gran Principe, y a hija de tan poderoſo Rey, aſignandola en la fórma, y manera, que ſe acoſtumbra hazer en Eſpaña para ſemejantes manutenciones, y gaſto.

ARTICULO VIII.

La Mageſtad del Rey de Portugal harà conducir en el tiempo, que ſe ajuſtare a ſu coſta, y gaſto a la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria ſu hija, a la Frontera, y raya de Eſpaña, con la dignidad, y cortejo, que requiere una tan grande Princeſa, y ſerà recivida de la miſma ſuerte de parte de la Mageſtad del Rey Catholico, y tratada, y ſervida con toda la magnificencia, que conbiene.

ARTICULO IX.

En el caſo, que ſe diſuelva el matrimonio entre el Sereniſſimo Principe de Aſturias, y la Sereniſſima Señora Infanta Doña Maria, y que eſta ſobreviva al referido Sereniſſimo Principe, en eſte caſo ſerà libre a la dicha Sereniſſima Señora Infanta quedar en Eſpaña, en el lugar, que quiſiere, ò bolver a Portugal, ò a qualquiera otro lugar combeniente, aun que ſea fuera del Reyno de Eſpaña, todas, y quantas veces bien le pareciere, con todos ſus bienes, dote, y ar-

ras, joyas, bestidos, y vaguilla de plata, y qualesquiera otros muebles, con sus Oficiales, y criados de su Casa, sin que por cualquiera razon, o consideracion, que sea, se le pueda poner impedimento, ni embarazo alguno a su partida, directa, ò indirectamente, ni impedirle el uso, y recuperacion de sus referidos dote, arras, y joyas, ni otras asignaciones, que se le hubiesen hecho, ò devido hacer; y para este efecto darà la Magestad de ElRey Catholico, a la Magestad del Rey de Portugal, para la sobre dicha Serenissima Señora Infanta Doña Maria su hija, aquellas Cartas, y seguridades, que fueren necessarias, firmadas de su propia mano, y selladas con su Sello, y desde ahora para entonces lo asegurarà, y prometerà la Magestad del Rey Catholico, por si, y por los Reys sus subcesores, con fé, y palabra Real.

ARTICULO X.

La Magestad del Rey Catholico, y la Magestad del Rey de Portugal, suplicaràn a nuestro muy Santo Padre el Papa, con el presente Tratado, se sirva aprovarle, y darle su Bendicion Apostolica; y assi mismo aprovar las Capitulaciones, y ratificaciones, que hubieren hecho las referidas Magestades, y que harà la Serenissima Señora Infanta, como tambien los actos, y juramentos, que se hicieren para su cumplimiento, insertandolos en sus letras de aprobacion, y de bendicion.

ARTICULO XI.

Y en nombre del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto Rey de España, y del muy alto, y poderoso Principe de Asturias Don Fernando, y como sus Embaxadores Plenipotenciarios, y Procuradores de la una parte; y en nombre del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Juan Quinto Rey de Portugal, como su Ministro Commisario, Actor, y Mandatario, de la otra; nos obligamos los mencionados Ministros de Sus Magestades, en virtud de nuestros respectivos plenos poderes, y prometemos, en fé, y palabra de Sus Magestades, que los presentes Articulos seran enteramente observados, de una, y otra parte, cumplidos, y executados, sin falta ò diminucion alguna; y que serà el presente Tratado por Sus Magestades ratificado, y dentro de quince dias, ò mas presto si fuere posible, seran trocadas las ratificaciones en buena, y debida fórma.

En fé de lo qual, los dichos Ministros Plenipotenciarios, firmàmos de nuestra propia mano dos Exemplares deste Tratado, y les hizimos poner los Sellos de nuestras Armas. Fecho en Lixboa Occidental a primero de Octubre de mil setecientos y veinte y siete.

El Marques de los Balbases. Don Diego de Mendoza Cortereal.

(L. S.) (L. S.)

El Marques de Capecelatro.
(L. S.)

Ple-

Plenipotencia de la Magestad del Rey Catholico.

DOn Phelipe por la gracia de Dios Rey de Castilla, de Leon, de Aragon, de las dos Sicilias, de Hierusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Algarves, de Algecira, de Gibraltar, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Islas, y Tierra firme del mar Oceano, Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Bravante, y Milan, Conde de Absburg, de Flandes, Tirol, y Barcelona, Señor de Vizcaya, y de Molina, &c. Por quanto haviendo-se considerado combeniente, que con nuebas, y mas fuertes prendas de amor, y de amistad, se estreche, y confirme la que ay entre Nòs, y nuestro muy caro, y muy amado hermano, el Serenissimo Rey de Portugal Don Juan, a fin de asegurar mas permanente, y firme, entre Su Magestad Portuguesa, Nòs, y nuestros subcesores, la hermandad, y buena correspondencia, que tanto importa ambos Reynos, se ha combenido, y ajustado por Articulos Preliminares, que se han firmado por los Commisarios Plenipotenciarios, nombrados a este fin, por my, y por el Serenissimo Rey de Portugal mi hermano, el casamiento del Serenissimo Principe de Asturias Don Fernando, mi muy caro, y muy amado hijo, con la Serenissima Infanta de Portugal Doña Maria, hija del Serenissimo Rey de Portugal, y respecto de haverse de hazer, y de firmar en la Corte de Lixboa, con el Commisario, ò Commisarios, que el Serenissimo Rey de Portugal nombrare, el correspondiente Tratado Matrimonial; por estas razones, y por la confianza, que tengo de vòs Don Carlos Ambrosio Spinola de la Cerda, Marques de los Balbases Primo, Duque de Sexto, Roca, Piperozi, y Peutime, Baron de Ginosa, Feudatario de Casalnozeto, Pontecuron, Montemar, sin Montevelo, y Paderno, Gran Protonotario, del Supremo Consejo de Italia, Gentilhombre de mi Camera, y mi Embaxador Extraordinario, y de vòs el Marques de Capecelatro, mi Embaxador Ordinario; hê resuelto nombraros por mis Ministros Commisarios, para que podais hazer, y firmar en la Corte de Lixboa, como queda dicho, el referido contrato matrimonial, del mencionado Principe mi hijo, con la expresada Serenissima Infanta, con los pactos yà acordados en los Articulos Preliminares, de que se os ha entregado Copia. Por tanto, por la presente os doy, y concedo todas mis veces, poder, y facultad tan cumplida, y bastante, como se requiere, de cierta ciencia, y dileverada voluntad, para que por mi, y en mi nombre, representando mi propria Persona, y la del Principe mi hijo, como yo mismo, y el, lo podiamos hazer siendo presentes, capituleis, combengais, asenteis, y firmeis con el Commisario, ò Commisarios, que con poderes suficientes a este efecto nombrare Su Magestad Portuguesa, lo tocante al referido contrato matrimonial, hasta concluirle enteramente, para que os doy poder, y facultad amplia, y absoluta, sin limitacion al-

guna, y affi mifmo para todo lo que a efte intento combenga, y fuere necefario executar, eftipular, afegurar, y obligar por mi parte, y tambien para admitir, y aceptar todas las condiciones, pactos, y obligaciones, fcripturas, y inftrumentos, que fuere necefario hazer por la del Sereniffimo Rey de Portugal, y de la Sereniffima Infanta, affi en razon de la dote, arras, legados, y mandas, como para los demas puntos concernientes al dicho cafamiento, obligandome como me obligo, y fe obliga el Principe, al cumplimiento de lo que en cada una de eftas cofas, y todas juntas concertàreis, capitulàreis, y admitiereis, ò executàreis, que para efte efecto os hago, crio, y conftituo, mis Actores, Mandatarios, y Commifarios, con libre, general, y pleniffimo poder, y facultad, para que hagais, y podais hazer, en razon de efto, todo lo que Yo mifmo, y el Principe mi hijo podiamos hazer, aun que fean tales las cofas, que requieran expecial, y exprefa mencion de ellas, fiendo mi voluntad, que en cafo de aufencia de alguno de los dos aqui mencionados por enfermidad, ò por qualquiera otro embarazo legitimo, tenga el uno folo el mifmo poder, que los dos juntos; y prometo en fé, y palabra Real, que tendrê por grato, firme, y valedero, y aprobarê, y ratificarê, y tendrê por bueno lo que los dos juntos, ò el uno folo en aufencia del otro, hiziereis, tratàreis, y firmàreis: y que nò irê, ni vendrê, ni confentirê ir, ni venir contra alguna cofa, ni parte de ello, fino antes bien lo loarê, aprobarê, y ratificarê de nuebo, fi necefario fuere: en fé de lo qual, mandê defpachar la prefente, firmada de mi mano, fellada con el Sello fecreto, y refrendada del infraefcrito mi primer Secretario de Eftado, y del Defpacho. Dada en Madrid a doce de Agofto de mil fetecientos y veinte y fiete.

YO EL REY.

Don Juan Baptifta de Orendayn.

Poder de la Mageftad del Rey de Portugal.

DOn Juan por la gracia de Dios Rey de Portugal, y de los Algarbes, daquien, y dalen, Mar en Africa, Señor de Guinè, y de la Conquifta navegacion, Comercio de Ethyopia, Arabia, Perfia, y de la India, &c. Hago faver a los que efta mi Carta de poder general, y expecial vieren, que por quanto es combeniente al fervicio de Dios, exaltacion de la Fé, y bien de la Chriftiandad, que permanezca entre el muy alto, y muy poderofo Principe Don Phelipe Rey de Efpaña, Nòs, y nueftros fubcefores, la hermandad, y buena correfpondencia, que tanto importa a los dos Reynos: y confiderando por el mas oportuno medio para afegurar efta importancia, el de eftrechar mas, y mas, los vinculos de fangre, parentefco, y amiftad, fe combino, y ajuftô por los Articulos Preliminares, que fe firmaron por los Commifarios nombrados para efte fin, por mi, y por el muy alto, y muy poderofo Principe Don Phelipe Rey de Efpaña,

España, el casamiento del Serenissimo Principe de Asturias Don Fernando, hijo del mencionado muy alto, y muy poderoso Principe Don Phelipe Rey de España, con la Serenissima Infanta Doña Maria, mi muy amada, y preciada hija, para que con la bendicion de Dios, y de nuestro muy Santo Padre Benedicto decimo tercio, que actualmente preside en su Santa Iglessia, se desposen, y casen, segun, y como dispone la Santa Iglessia Romana; y respecto de haverse de hazer, y firmar en mi Corte de Lixboa Occidental, con el Marques de los Balbases, Embaxador Extraordinario de S. M. Catholica, con el Marques de Capecelatro Embaxador Ordinario de la misma Magestad Catholica, ambos nombrados para este efecto, por el muy alto, y muy poderoso Principe Don Phelipe Rey de España, el contrato del referido matrimonio, con las solemnidades, y lucimiento, que se pratíca en semejantes casos, con los pactos, y condiciones yà ajustados; por estas razones, y por la particular confianza, y satisfacion, que tengo de vòs Diego de Mendoza Cortereal, de mi Consejo, Secretario de Estado, de las Mercedes, Expediente, y Asignatura, Commendador de las Commiendas de Santa Lucia de Trancoso, y de Santa Maria de las Vidigueiras, de Monsaràs, de la Orden de Christo: Tengo resuelto nombraros por mi Ministro Commisario, para que podais hazer, y firmar, en esta mi dicha Corte, como queda dicho, con los referidos Marques de los Balbases, y de Capecelatro, el contrato del sobre dicho matrimonio, del expresado Serenissimo Principe de Asturias, con la mencionada Serenissima Infanta mi hija, con las solemnidades acostumbradas, y con los pactos, y condiciones yà ajustadas. Por tanto, por la presente os doy poder, y facultad, tan cumplida, y bastante, como se requiere, de mi cierta ciencia, y deliberada voluntad, para que por mi, y en mi nombre, representando mi propria Persona, como yo mismo lo podria hazer siendo presente, capituleis, combengais, acepteis, y firmeis lo tocante al referido contrato, y capitulos matrimoniales hasta concluirlos enteramente, para que os doy poder, y facultad amplia, y absoluta, sin limitacion alguna, assi para todo lo que a este intento combenga, y fuere necesario executar, estipular, asegurar, y obligar por mi parte, como para admitir, y aceptar todas las condiciones, pactos, obligaciones, escrituras, y instrumentos, que fueren necesarios hazer por la del muy alto, y muy poderoso Principe Don Phelipe Rey de España, tanto en razon de la dote, arras, legados, y mandas, como en los demas puntos concernientes al dicho casamiento; obligandome, como me obligo, al cumplimiento de lo que en cada una de estas cosas, y todas juntas, concertares, capitulares, y admitieres, ò executares, porque para este efecto os hago, crio, y constituyo mi Actor, Mandatario, y Commisario, con libre, general, y plenissimo poder, y facultad, para que hagais, y podais hazer en razon de esto, todo lo que yo mismo podria hazer, aun que sean tales cosas, que requieran especial, y expressa mencion de ellas; y prometo de mi palabra Real, que tendrê por grato, firme, y valedero, y aprobarê, y ratificarê, si fuere necesario, y tendrê por bien lo

lo que hizieres, tratares, prometieres, concluyeres, y firmares, y que nò irê, ni vendrê, ni consentirê ir, ni venir contra alguna cosa, ni en parte de ella, antes bien lo loarê, aprobarê, y ratificarê de nuebo si fuere necesario. En fé de lo qual mandê dar la presente firmada de mi mano, y sellada con el Sello secreto, y refrendada por mi infrascripto Secretario de Estado, Mercedes, Expediente, y Asignatura. Dada en esta Ciudad de Lixboa Occidental a los veinte y nueve dias del mes de Agosto del año del Nacimiento de Nuestro Señor Jesu Christo de mil setecientos y veinte y siete.

EL REY.

Diego de Mendoza Cortereal.

Por tanto, haviendo visto, y examinado el referido Tratado Matrimonial aqui inserto, hê resuelto aprovarle, y ratificarle, (como en virtud de la presente le apruebo, y ratifico) en la mejor, y mas cumplida fórma, que puedo, y doy por bueno, firme, y valedero, todo lo que en el se contiene, y prometo en fé, y palabra de Rey cumplirle, y observarle inviolablemente, segun su fórma, y tenor, y hazer observar, y cumplir de la misma manera como si Yo le huviesse hecho por mi propia Persona. En fé de lo qual mandê despachar la presente, firmada de mi mano, sellada con el Sello secreto, y refrendada de mi infrascripto primer Secretario de Estado, y del Despacho Universal. Dada en San Ildefonso a doce de Octubre de mil setecientos y veinte y siete.

YO EL REY.

Juan Baptista de Orendayn.

Derogaçaõ, e dispensa de hum artigo das Cortes de Lamego, pelas Cortes do anno de 1679, a favor da Infante D. Isabel, como successora do Reyno, para casar com Victorio Amadeo II. Duque de Saboya. Achey-a no liv. 3. das Memorias do Duque de Cadaval D. Nuno, a pag. 128, donde a copiey.

Num. 135
An. 1679.

OS Tres Estados do Reyno, juntos neste Congresso de Cortes, legitimamente convocadas, por mandado do muy alto, e muito poderoso Principe D. Pedro, nosso Senhor, Governador, e perpetuo Administrador do Reyno, como unico irmaõ, successor, e curador do muito alto, e muito poderoso Rey D. Affonso VI. nosso Senhor, por autoridade nossa deposto do governo, por seu perpetuo impedimento: considerando, que da multiplicaçaõ de successores, e extensaõ da Familia Real depende a conservaçaõ, paz publica, e commum socego dos Reynos, e que da falta della resultaõ sempre universaes calamida-

calamidades, de que os successos passados depois da morte dos Senhores Reys D. Fernando, sem filhos varoens legitimos, e D. Sebastiaõ sem descendentes, nos deixaraõ lastimosos exemplos: sendonos mandado propor pelo muito alto, e muito poderoso Principe D. Pedro nosso Senhor, que por se achar com huma unica filha, a Serenissima Senhora Infante D. Isabel, e desejar estabelecer, e perpetuar a successaõ da Casa Real, em beneficio do bem publico destes Reynos, tinha ajustado, e firmado o seu casamento com o muito alto, e muito poderoso Principe Victorio Amadeo Segundo, Duque de Saboya, Principe de Piamonte, e Rey de Chypre: e que supposto, que a prohibiçaõ da ley fundamental de Lamego, de casarem as filhas herdeiras, e successoras fóra do Reyno, e a disposiçaõ de haverem de casar com nacionaes pareça naõ milite, nem comprehenda o caso presente, com tudo, para mayor segurança, e firmeza de negocio taõ importante, em que naõ convem falte a mais exuberante cautela, queria, que os Tres Estados do Reyno, que representaõ o Corpo Universal delle, junto em Cortes, para este fim convocadas, declarassem, e estabelecessem o sentido, e vigor da ley, e sendo necessario a dispensassem, e derogassem.

Pelo que ponderada, e examinada com toda a attençaõ, que requeria a qualidade de taõ importante materia, assentamos, declaramos, e de novo estabelecemos, que as leys fundamentaes de Lamego, comprehendidas especialmente se opponhaõ à utilidade deste matrimonio, por ser certo em Direito, que a disposiçaõ restricta em certa familia, Cidade, Provincia, ou Reyno, pela juridica necessidade de se entender em termos habeis, leva de sua natureza huma tacita, e subintellecta condiçaõ, se houver na familia, Cidade, Provincia, ou Reyno, pessoa digna, e capaz do tal matrimonio; porque seria contra a liberdade, que elles requerem, e a mesma razaõ obriga, o casar com pessoa incapaz, e menos digna, reputada esta condiçaõ por impossivel na censura de Direito: e por tal se regeita, para que sem temor de pena, possa o gravado livre, e legitimamente, casar fóra da familia, Cidade, Provincia, ou Reyno apontado; com superior razaõ se deve entender esta doutrina nas filhas successoras do Reyno, e que a obrigaçaõ de casar dentro no Reyno liga, havendo pessoa capaz, e digna daquella jerarchia de Vassallos, com que costumaõ os Principes casar dentro nos seus Reynos, principalmente quando para a estabelidade da dominaçaõ, se deve reparar, e buscar todos aquelles requisitos, que firmaõ o respeito, e obediencia, base fundamental, em que se estriba a soberania, que entre os iguaes, e muito mais nos inferiores se faz desputavel, e por consequencia perigosa. Por onde sendo notorio naõ haver de presente no Reyno pessoa digna, e capaz com quem possa casar a Serenissima Senhora Infante, fica preciso haverse de tratar fóra do Reyno com Principe, com quem digna, e decorosamente se possa contrahir este matrimonio. E sendo a conservaçaõ do Reyno a ley suprema, que vence, e prefere a todas as mais, naõ sendo praticavel, nem moralmente possivel casar dentro no Reyno, para segurar a successaõ, de

que

que totalmente depende o Reyno, se naõ póde conseguir o fim sem casar com Principe de fóra. Naõ he menos poderoso fundamento, de que cessa no caso presente a razaõ, mente, e fim da ley, naõ só negativamente, mas milita, e procede contraria razaõ, e opposta ao fim nella pertendido; e assim como na disposiçaõ de Direito, o caso omisso da ley se comprehende quando o comprehende a sua razaõ; assim tambem o caso opposto à mente, e razaõ da ley, e de que se segue fim contrario ao intentado nella, faz cessar a sua obrigaçaõ, sem ser necessario recorrer a superior: porque se o previra o Legislador, he certo o exceptuara; e sendo o fim da ley fundamental perpetuar a Monarchia, e Coroa destes Reynos, nos successores daquelle excellente Principe D. Affonso Henriques, primeiro do nome, e Fundador della, naõ havendo no Reyno em quem, praticando-se o matrimonio, se podesse verificar, e conseguir a continuaçaõ dos successores nacionaes, como fica mostrado, naõ casando fóra do Reyno, na fórma da ley, viria a observancia della a impedir a mesma successaõ, extinguir a memoria, e arriscar a duraçaõ da Monarchia, que se intentava estabelecer, e eternizar; e seria meyo da sua ruina, o que se constituîo para sua firmeza, e presidio. E sendo juntamente o intento causa impulsiva, e final da ley, conservar esta Coroa separada, de que naõ fosse a Principe, que a podesse sogeitar a outro dominio, se verifica nos termos presentes este intento da ley, no casamento da Senhora Infante, com o Senhor Duque de Saboya, transferindo-se a estes Reynos, e naturalizando-se nelles pela habelitaçaõ, e animo de assistir, e permanecer, com que se reputa para o effeito intentado por nacional: logrando-se o fim, e conveniencias, que respeitou a ley, com que naõ só cessa o damno, que quiz evitar de alheyo dominio, e sogeiçaõ, mas conservando-se no proprio lustre, e dominaçaõ a dilata, unindo nóvos Estados, e nova Coroa.

Por estes juridicos fundamentos, e legal interpretaçaõ da ley fundamental de Lamego, assentamos, e declaramos, e sendo necessario, estabelecemos, como dito he, cessar no caso presente a sua disposiçaõ, vigor, e contraria interpretaçaõ; porém para mayor cautela se necessario he, e como se o fora, em virtude do presente assento, que haverá força de ley perpetua, e irrevogavel, dispensamos, revogamos, derogamos, e annullamos para o effeito, e em favor deste matrimonio, e neste caso sómente a dita ley de Lamego, em quanto dispoem, que a filha herdeira, e successora case com pessoa natural do mesmo Reyno, e prohibe contrahir matrimonio com Principe fóra de Portugal, impondolhe a pena de perder a successaõ: e geralmente em tudo o mais, que se contém em todo o contexto da ley, e em especial os §§. 7, e 8, como tambem, pelo que nos póde tocar, qualquer outra ley, costume, disposiçóes, e tudo o mais, que podesse, no caso da morte do Serenissimo Rey D. Affonso VI. e do Serenissimo Principe D. Pedro, sem filhos varoens, nascidos de legitimo matrimonio, opporse de alguma maneira, cuidada, ou naõ cuidada, à successaõ da dita Serenissima Infante, e seus descendentes, ao Reyno de Portugal, Estados, e direitos da Coroa, ou impedir

directa,

directa, ou indirectamente o inteiro, e cumprido effeito de tudo o pertencente a este matrimonio: ficando a dita ley de Lamego em toda a sua observancia, e firmeza para o diante, sem que se possa fazer argumento desta dispensaçaõ, ou derogaçaõ para os casos futuros, em quanto naõ intrevier o nosso consentimento. E para mayor segurança pedimos ao Serenissimo Principe D. Pedro nosso Senhor, interponha sua approvaçaõ, e authoridade Real, para que em todo fique firme, e valiosa esta declaraçaõ, dispensaçaõ, revogaçaõ, derogaçaõ, e annullaçaõ, que queremos tenha seu cumprido effeito, e inteira observancia; e nesta fórma o promettemos guardar por nós, e nossos successores, perpetua, e inviolavelmente; e para este effeito fizemos os Tres Estados o presente assento por todos firmado, para constar, e ser manifesto a todo o tempo. Lisboa neste Congresso da Nobreza, em a Casa Professa de S. Roque, em os 11 dias do mez de Dezembro do anno de 1679. E eu D. Joaõ Mascarenhas, Marquez de Fronteira, a sobscrevi, e assiney como Secretario deste Congresso da Nobreza. = D. Joaõ Mascarenhas, Marquez de Fronteira. =

Duque.
D. Diogo de Lima.
Conde de S. Lourenço.
O Conde de Figueiró.
D. Diogo de Faro e Sousa.
O Conde Meirinho mòr.
Diogo de Mendoça Furtado.
O Conde da Castanheira.
O Prior do Crato.
O Conde de Val de Reys.
O Conde de Atalaya.
O Conde de Aveiras.
O Conde de Pontevel.
D. Miguel da Sylveira.
O Conde da Ericeira.
O Conde D. Luiz de Menezes.
D. Antonio Alvares da Cunha.
Manoel de Mello.
Joaõ Pinheiro, Procurador de Cortes de Lisboa.
Francisco Barreto.
Visconde, General da Armada.
O Conde de Vimioso.
O Baraõ Conde.
Alexandre de Sousa.
O Conde Lourenço de Mendoça.
Miguel Carlos de Tavora.
Manoel Telles da Sylva.
D. Francisco de Sousa.
Marquez Mordomo mòr, Procurador da Corte de Lisboa.
Francisco de Albuquerque Castro, Procurador de Cortes de Coimbra.
Fr. Antonio Rodrigues Marques, Procurador de Cortes do Porto.
Luiz de Mello Lobo, Procurador de Béja.
Luiz da Sylva de Ataide, Procurador de Leiria.
Manoel Vaz Nunes, Procurador de Faro.
Antonio Correa de Andrade, Procurador de Cortes de Lagos.
Thomé da Costa de Sousa, Procurador de Lagos.
Joaõ Rebello Quaresma, Procurador de Santarem.
D. Alvaro Casco de Mello, Procurador de Cortes de Evora.
Joaõ Ferraz Velho, Procurador de Cortes de Coimbra.
Luiz Camello Falcaõ, Procurador de Cortes do Porto.
D. Joaõ de Lancastre, Procurador de Cortes de Santarem.

Doutor Domingos da Cunha Barreto, Procurador de Cortes de Goa.
Antonio Cardoso Pegado, Procurador de Cortes de Elvas.
Luiz Bandeira Galvaõ, Procurador de Cortes de Viseu.
Mathias Correa, Procurador de Cortes de Tavira.
Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Procurador de Lamego.
Manoel de Sequeira Peixoto, Procurador de Estremoz.
Joaõ Lobo da Gama, Procurador de Lisboa.
Joaõ Freire de Andrade, Procurador de Montemôr o Novo.
Manoel de Faria, Procurador de Thomar.
Antonio Vaz Margulhaõ, Procurador de Portalegre.
André de Azevedo de Vasconcellos, Procurador de Elvas.
Cosme de Castro de Caminha, Procurador de Viseu.
Antonio de Mello Pereira, Procurador de Tavira.
Joaõ Pinheiro de Aragaõ, Procurador de Lamego.
Sebastiaõ Monteiro de Queirós, Procurador de Leiria.
Joaõ Machado da Sylva, Procurador de Cortes de Guimaraens.
Antonio de Valadares Limpo, Procurador de Montemôr o Novo.
Joaõ da Sylva de Sousa, Procurador de Thomar.
Joaõ Furtado de Mendoça, Procurador da Covilhãa.
Manoel Prostes, Procurador de Setuval.
Antonio Pinto Varejaõ, Procurador de Miranda.
Mathias Velho da Fonseca.
Francisco Pitta Malheiro, Procurador de Cortes de Ponte de Lima.
Joaõ de Brito de Mello, Procurador de Setuval.
Pedro Martins Sarmento, Procurador de Miranda.
Procuradores de Cortes de Vianna de Fós de Lima.
Manoel Alvares Gondim, Procurador de Vianna de Lima.
D. Joaõ Manoel de Menezes, Procurador de Ponte de Lima.
Duarte Teixeira Chaves, Procurador de Chaves.
Filippe da Fonseca Coutinho, Procurador de Montemôr o Velho.
D. Diogo Sottomayor, Procurador de Obidos.
Joseph Salgado Bezerra, Procurador de Alcacere.
Jorge de Carvalho Pereira, Procurador de Almada.
Lourenço Diniz de Moraes, Procurador de Niza.
O Conde de Villarmayor, Procurador de Torres Vedras.
Manoel Soares Alvergaria, Procurador de Aveiro.
Francisco Mansos da Fonseca, Procurador de Castellobranco.
Joaõ Homem do Amaral, Procurador de Alenquer.
Jeronymo Nobre Morato, Procurador de Cintra.
Martim Teixeira de Carvalho, Procurador de Chaves.
Antonio Correa da Fonseca e Andrade, Procurador de Montemôr o Velho.
Braz de Araujo, Procurador de Alenquer.
Constantino Mendes de Gouvea, Procurador de Torres-Novas.
Simaõ de Abreu de Avilas, Procurador de Torres-Novas.
O Procurador de Niza, Pedro da Fonseca Ribeiro.
O Conde de Avintes, Procurador de Torres Vedras.

Nicolao

Nicolao Ribeiro Picado, Procurador de Aveiro.
Diogo da Fonseca, Procurador de Castellobranco.
Francisco da Guarda Fragoso, Procurador de Mouraõ.
Francisco de Mello, Procurador de Serpa.
O Doutor Antonio Carneiro Barbosa, Procurador de Villa de Conde.
D. Luiz de Sousa, Procurador de Trancoso.
Christovaõ Raposo de Lemos, Procurador de Aviz.
Francisco de Brito Chaves, Procurador de Cintra.
Joseph Pacheco Cabral, Procurador de Obidos.
Manoel da Rosa de Sande, Procurador de Alcacere.
Nuno de Ataide Mascarenhas, Procurador de Cortes de Loulé.
Ignacio do Rego de Andrade, Procurador de Alter do Chaõ.
Joaõ Ramires de Carvalho, Procurador de Freixo de Espada Cinta.
Manoel de Mendoça Arraes, Procurador de Mouraõ.
Luiz de Mello, Procurador de Serpa.
Balthasar Lopes Tavares, Procurador de Trancoso.
Manoel da Gama Farelaens, Procurador de Aviz.
Bernardino de Sequeira, Procurador
Estevaõ Machado Soares, Procurador de Freixo de Espada Cinta.
Manoel Palha Leitaõ, Procurador de Valença do Minho.
Christovaõ da Costa Freire, Procurador de Alegrete.
Lourenço Pereira Tavares, Procurador de Castello Rodrigo.
Sebastiaõ de Elvas Leitaõ, Procurador de Penamacor.
Francisco Galvaõ, Procurador de Arronches.
Antonio Verissimo de Figueiredo, Procurador de Pinhel.
Affonso da Costa Pimentel, Procurador de Loulé.
Fernaõ Barbosa de Lima, Procurador de Monçaõ.
Francisco Lopes Tavares, Procurador de Castello Rodrigo.
O Doutor Manoel Alvares Sereno, Procurador de Castello de Vide.
Martim Vaz Botelho, Procurador de Penamacor.
Affonso David de Fortes, Procurador da Certãa.
Martim Figueira Pereira, Procurador de Veiros.
O Abbade Domingos do Valle, Procurador de Caminha.
Sebastiaõ da Costa, Procurador de Caminha.
Jeronymo Pereira de Sá, Procurador de Moncorvo.
Pedro Alvares Cabral de Lacerda, Procurador de Alegrete.
Joaõ Pereira de Caldas, Procurador de Monçaõ.
Antonio Forte Bustamante, Procurador de Ourem.
Manoel Fragoso de Ardilla, Procurador de Ourique.
Braz Felix de Abreu, Procurador do Crato.
O Conde da Torre, Procurador de Fronteira.
Roque Monteiro Paim, Procurador de Monforte.
Bento da Cunha Malheiro, Procurador de Campomayor.
Francisco Vaz Galvaõ, Procurador de Campomayor.
Francisco de Moraes Mesquita Castro, Procurador de Moncorvo.

Belchior de Alvelos de Brito, Procurador de Castromarim.
Joseph Correa Sottomayor, Procurador de Palmella.
Francisco Lopes Varonica, Procurador de Cabeço de Vide.
Luiz de Mesquita e Castro, Procurador da Villa de Panoyas.
Fernaõ Vaz Cepa, Procurador de Borba.
Bernardo de Avelar Delgado, Procurador de Atouguia.
D. Manoel Dassa, Procurador de Monsarás.
Manoel Galvaõ, Procurador de Villa-Viçosa.
Gaspar Cardoso do Amaral, Procurador de Borba.
Joaõ de Pina Godinho, Procurador de Portel.
Pedro Cavalleiro Coelho, Procurador de Portel.
Manoel Freire de Mattos, Procurador da Atouguia.
Fernando de Brito Pereira, Procurador de Monsarás.
Gonçalo Estevens de Gusmaõ, Procurador de Castromarim.
Manoel Pereira Pores, Procurador de Palmella.
Diogo Monteiro, Procurador de Garvaõ.
Luiz de Foyos de Sousa, Procurador de Panoya.
Luiz Teixeira de Brito Pimentel, Procurador de Ourique.
Ambrosio Pereira de Barredo, Procurador de Villa-Viçosa.
Francisco de Brito Homem, Procurador de Santiago de Cassem.
Gaspar de Brito Varella, Procurador de Santiago de Cassem.
Diogo Coutinho Moniz, Procurador de Vianna de Alentejo.
Antonio Veloso dos Santos, Procurador de Penella.
Pedro Jorge Coutinho, Procurador de Vianna de Alentejo.
Balthasar da Rocha de Ayala, Procurador de Villa-Nova de Cerveira.
Manoel de Oliveira da Sylva, Procurador de Porto de Mós.
Diogo de Sousa de Vasconcellos, Procurador do Pombal.
Antonio Vaz Gago e Pereira, Procurador de Alvito.
Joaõ Correa Godinho, Procurador da Villa de Mertola.
Sebastiaõ de Castro Caldas, Procurador de Villa-Nova de Cerveira.
Francisco Osorio, Procurador de Alvito.
Francisco Borges Coelho, Procurador de Mertola.

Vendo-se no Congresso dos Póvos o Decreto de S. A. de 23 do presente, em que dá conta do feliz desposorio da Serenissima Senhora Infanta, com o Serenissimo Senhor Duque de Saboya, para cujo effeito he necessario, que se derogue a desposiçaõ da ley de Lamego, a favor deste matrimonio, sómente propondo-se o dito Decreto, se assentou uniformemente, que a dita ley se havia de derogar para este matrimonio por esta vez, de que se faz Consulta a S. A. e como este negocio seja o mais importante pelos interesses da Monarchia, antes de se assinar a dita Consulta, para que os acertos sejaõ communs, assim como he a utilidade deste feliz desposorio, se quiz participar ao Estado da Nobreza, para que com esta direcçaõ se siga o mayor acerto. S. Francisco 27 de Novembro de 1679. Francisco Galvaõ. Ao Estado da Nobreza pareceo o mesmo junto em S. Roque, a 29 de Novembro de 1679, para o que houve pareceres de Letrados.

Pccr

Poder bastante do Duque de Saboya ao seu Embaixador, para em seu nome celebrar os esponsaes com a Princeza D. Isabel Luiza Josefa. Está na Livraria m. s. do Duque de Cadaval, no livro, que tem por titulo: Usos da Casa da Rainha nossa Senhora, *pag. 56 vers.*

Num. 136
An. 1681.

VIctorio Amadeo. Sendo por nós vistos, lidos, e com madura applicaçaõ examinados os artigos assinados em Lisboa a 14 de Mayo de 1679, em nome de Madama Real minha Senhora, e mãy, pelo Prior D. Diogo Spinelli, no tocante ao meu matrimonio com a Serenissima Infanta D. Isabel Luiza Josefa de Portugal, nos haõ em tudo agradado, e os havemos approvado: e querendo satisfazer plenariamente, pela nossa parte, a quanto dispoem em comprimento do segundo dos artigos, havemos eleito ao Marquez de Ornano D. Carlos de Este, nosso sobrinho, por nosso Embaixador Extraordinario, ao Serenissimo Principe D. Pedro de Portugal, para fazer em nosso nome as fianças, ou promessas de matrimonio, com a dita Serenissima Infanta, ou com quem para isso tiver poder opportuno, pelo que em virtude das presentes, conferimos toda authoridade necessaria ao sobredito Marquez de Ornano D. Carlos de Este, para todos os annexos, connexos, e dependentes, e ainda para rateficar especialmente, em nome nosso, os artigos sobreditos, sempre, que assim seja necessario, ou lhe seja requerido, promettendo em fé, e palavra de Principe, o haver por firme, e valioso, tudo o que em ordem ao acima dito for por elle obrado, em fé do que havemos firmado de maõ propria a presente, a qual será sobscrita do Marquez de Santo Thomás, nosso primeiro Secretario de Estado, e sellada com o nosso costumado Sello. Dada em Turim.

Poder da Infanta D. Isabel Luiza Josefa, para o Duque de Cadaval em seu nome celebrar os esponsaes com o Duque de Saboya. Está no dito livro referido.

Num. 137
An. 1681.

A Infanta D. Isabel Luiza Josefa, por graça de Deos Princeza de Portugal, &c. Havendo o muito alto, e muito poderoso Principe D. Pedro, meu Senhor, e pay, celebrado, ajustado, e rateficado, o tratado do meu casamento, com o muito alto, e muito poderoso Principe Victorio Amadeo Segundo, meu primo, Duque de Saboya, Principe de Piamonte, Rey de Chypre, &c. e desejando eu em tudo satisfazer ao dito tratado em virtude do artigo segundo nelle contheudo, dou poder a D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Duque de Cadaval, meu muito prezado sobrinho, para que na conformidade das Capitulações estipuladas, e da Carta novamente escrita pelo Serenissimo Duque de Saboya meu primo, ao Principe meu Senhor,

nhor, e pay, possa por mim, e em meu nome celebrar os esponsaes, ou promessas, de futuro matrimonio, com o dito muito alto, e muito poderoso Principe Victorio Amadeo, meu primo, segundo Duque de Saboya, e juntamente aceitar a sua promessa para este effeito, por meyo da pessoa do Marquez de Ornano D. Carlos de Este, seu Embaixador Extraordinario, e Procurador bastante, e especial para este effeito; e tudo o aceitado, e promettido em meu nome, pelo dito Duque meu Procurador, haverey por firme, e valioso, e lhe concedo para este effeito todos os poderes em direito necessarios, e me obrigo em fé, e palavra Real de assim o cumprir, de que lhe mandey passar a presente por mim assinada, e sellada com o Sinete das Armas Reaes. Dada em Lisboa aos 23 dias do mez de Março. Luiz Teixeira de Carvalho a fez anno de 1681, e eu o Bispo D. Fr. Manoel Pereira, do Conselho de Sua Alteza, e seu Secretario de Estado a fiz escrever.

INFANTA.

Doaçaõ, que ElRey D. Pedro fez à Infanta D. Isabel sua filha, do Estado, e Casa de Bragança.

Num. 138
An. 1682.

DOm Pedro por graça de Deos Principe de Portugal, e dos Algarves, daquem, dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegaçaõ, e Commercio de Ethyopia, Arabia, Persia, da India, &c. successor, Regente, e Governador destes Reynos, e Senhorios: faço saber aos que esta minha Carta de doaçaõ virem, que entre os Capitulos do tratado, que celebrey com o Serenissimo Duque de Saboya, meu bom irmaõ, para haver de casar com a Serenissima Infanta minha sobre todas muito amada, e prezada filha, foy hum delles, que lhe daria huma das Casas dos Estados de Bragança, ou do Infantado, qual S. A. quizesse, e por ter entendido, que elegerá a de Bragança, considerando, que a dita Casa pertence direitamente aos Principes successores do Reyno, como resolveo em sua vida a petiçaõ de Cortes ElRey meu Senhor, e pay, que santa gloria haja, e por esta razaõ a tiveraõ por semelhante doaçaõ os Principes D. Theodosio, e D. Affonso, meus irmãos; e por eu ter a administraçaõ, e Regencia do Reyno, e estar jurada por successora delle a dita Infanta minha sobre todas muito amada, e prezada filha, e assim ficar tendo o mesmo direito, que os sobreditos Principes tiveraõ, e ser justo, e conveniente, que taõ alto Principe tenha neste Reyno Estado, pois tanto em augmento, e utilidade delle deixa a assistencia dos seus proprios, para vir morar neste Reyno, em que a dita Infanta, no caso de me naõ dar Deos Nosso Senhor filho varaõ legitimo, ha de vir a succeder; por estes, e outros justos respeitos lhe faço pura doaçaõ da dita Casa do Estado de Bragança, para a ter, e lograr do dia de S. Joaõ deste presente anno, e juntamente com o Serenissimo Duque de Saboya, meu bom irmaõ, seu futuro

turo marido, com todas as terras, datas, jurisdicções, Padroados, e mais preeminencias, que eu a tinha, e a tiveraõ os ditos Principes meus irmãos, em quanto successor da Coroa. E outro si de todas as rendas da mesma Casa, na fórma, que declarey por meus Decretos, que se expediraõ para o Conselho da Fazenda, e Junta dos Tres Estados, e para a do Estado de Bragança, com tal declaraçaõ, que sendo Deos servido de me dar filho varaõ legitimo, como dito he, ficará cessando esta doaçaõ, e se guardará neste caso o que no dito tratado se capitulou: como tambem se guardará no caso de se apartar o dito matrimonio sem descendencia, o que Deos naõ permitta; e encomendo muito à Infanta, e ao Serenissimo Duque, seu futuro marido, a conservaçaõ dos Ministros, Officiaes, e Criados da dita Casa, e observancia das prerogativas, usos, e costumes della, e de todas as merces, que por mim, e pelos Senhores Reys, Principes, e Duques meus predecessores, até aqui feitas, porque com esta clausula lhe faço esta doaçaõ: pelo que mando a todos os Tribunaes, Ministros, e Officiaes de Justiça deste Reyno, e aos da Junta, e terras do dito Estado, e a todas as mais pessoas a que toca, tenhaõ a dita Infanta minha sobre todas amada, e prezada filha, do dito dia em diante, e ao Duque de Saboya, meu bom irmaõ, logo que neste Reyno recebidos forem, na fórma do Sagrado Concilio Tridentino, por Duques de Bragança, e Senhores daquelle Estado, e como taes os reconheçaõ, assim, e da maneira, que reconhecidos foraõ todos, e quaesquer dos Senhores delle, porque tal he minha merce, a qual lhe faço de meu motu proprio, poder Real, e absoluto, como Principe Regente, e Governador destes Reynos; e mando que se cumpra sem embargo de quaesquer Ordenações, Leys, Capitulos de Cortes, ou outras disposições, ainda que seja daquellas, de que se devia fazer especial derogaçaõ, porque todas hey a este fim por derogadas, como se expressas, e declaradas fossem: como tambem revogo, e hey por revogadas, em virtude desta mesma doaçaõ, todas as que tenho feito à dita Infanta antecedentes a esta, especialmente a do rendimento do direito novo da Chancellaria, por ter cessado a causa della no registo, da qual mando pôr as verbas necessarias. Dada na Cidade de Lisboa aos 20 dias do mez de Junho. Ayres Monteiro a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1682. O Bispo Fr. Manoel Pereira a fez escrever.

PRINCIPE.

Procuraçaõ da Infanta D. Isabel ao Duque de Cadaval. Original está em hum livro, que tem por titulo: Memorias da Senhora Infanta, *do Archivo do dito Duque, pag. 210.*

Num. 139
An. 1682.

A Infanta D. Isabel Luiza Josefa, por graça de Deos Princeza de Portugal, &c. filha dos muito altos, e muito poderosos Principes D. Pedro, e D. Maria meus Senhores. Por esta minha

Procura-

Procuraçaõ dou poder a D. Nuno Alvares Pereira, Duque do Cadaval, meu muito prezado sobrinho, para que por mim, e em meu nome, como se presente fora, possa receber por meu legitimo marido, na fórma, que o manda a Santa Igreja de Roma, ao muito alto, e muito poderoso Principe Victorio Amadeo Segundo, meu primo, Duque de Saboya, Principe de Piamonte, Rey de Chypre, &c. E sendo assim feito, e outorgado o dito casamento, me outorgo por sua legitima mulher, e o recebo por meu legitimo marido, e tudo o promettido em meu nome pelo dito Duque meu Procurador haverey por firme, e valioso, e me obrigo em fé, e palavra Real, de assim o cumprir, de que mandey passar a presente por mim assinada, e sellada com o Sinete Real. Dada em a Cidade de Lisboa a 29 dias do mez de Mayo de 1682. O Bispo Fr. Manoel Pereira, Secretario de Estado, a fiz escrever.

A INFANTA.

Testamento da Infanta D. Isabel Luiza Josefa. Original está no Archivo Real da Torre do Tombo, na Casa da Coroa, na gaveta 16 dos Testamentos dos Reys, donde o copiey.

Num. 140
An. 1690.

EM nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, e Espirito Santo, Tres Pessoas, e hum só Deos verdadeiro, em quem creyo, em cuja Fé espero salvarme, como verdadeira filha, que sou da Igreja Catholica, nascida, e creada no gremio della, e que creyo bem, e verdadeiramente, tudo o que ella crê, e ensina. Eu D. Isabel Luiza Josefa, Infanta de Portugal, estando enferma, com o juizo, e entendimento, que Deos foy servido darme, ordeney fazer meu testamento para dispor de minhas cousas, e ultima vontade, quanto mais convenha ao serviço de Deos, e minha salvaçaõ.

Primeiramente, encomendo minha alma a Deos todo poderoso, que a creou, e remio com seu preciosissimo Sangue, em cujos infinitos merecimentos espero, e confio me perdoe meus peccados, para poder gozar da Bemaventurança, e para este effeito tómo por minha advogada, e intercessora a gloriosa sempre Virgem Maria Nossa Senhora, e o mysterio de sua Purissima, e Immaculada Conceiçaõ, para que como Padroeira deste Reyno, o seja tambem da minha alma, diante de sua Divina Magestade, juntamente com o Anjo da minha guarda, e com todos os Santos de minha devoçaõ.

Tanto que Deos for servido levarme para si, ordeno, que meu corpo seja composto em o Habito de S. Francisco, de que sou Terceira professa, e quero, que meu corpo seja sepultado no Convento do Crucifixo, sendo por ora depositado no Coro das Religiosas, na fórma, que o Duque dirá; e tanto que a Igreja se acabar, se faraõ duas sepulturas na Capella mór, huma da parte do Euangelho, para a Serenissima Rainha minha Senhora, e mãy, que Deos perdoe, e outra da banda da Epistola, para jazigo de meu corpo. Declaro, que

que tive até agora a dita de viver debaixo do patrio poder delRey meu Senhor, e pay; e porque conforme as Leys deste Reyno, naõ podem os filhos familias testar, pedi à grande piedade de Sua Magestade, me fizesse merce dar licença para o poder fazer até cincoenta mil cruzados, e Sua Magestade foy servido concederme esta faculdade, como mais claramente consta do Alvará, porque foy servido concederma.

Peço muito encarecidamente a ElRey meu Senhor pelo grande amor, que sempre lhe tive, como tambem pelo que eu em Sua Magestade experimentey, me faça merce, e honra, de querer ser meu Testamenteiro, e espero da grande Christandade de Sua Magestade, hum breve, e infallivel cumprimento, de tudo o que me toca, menos a quantia de cincoenta mil cruzados, que he servido concederme para eu testar.

Declaro, que naõ sey se tenho algumas dividas, o Duque o poderá saber. Ordeno, e mando, que pontualmente se satisfaça tudo o que constar por papeis correntes, ou o dito Duque declarar.

Naõ me pareceo necessario dispor neste testamento sobre suffragios de corpo presente, nem tambem ordenar a fórma do funeral, porque a primeira parte deixo à grande piedade de Sua Magestade, e a segunda, pertence ao antigo uso, e costume deste Reyno.

Mando, que por minha alma se digaõ dez mil Missas, com a mayor brevidade, que for possivel, por esmola de tostaõ, e se repartiráõ por Clerigos, e Communidades, de quem se faça confiança, que naõ faltaráõ.

Ordeno, que aos prezos das cadeas desta Cidade, e Corte, se repartaõ quatrocentos mil reis, por ordem do Padre Pomerô, meu Confessor, o qual procurará, que sejaõ os mais necessitados, e que com a esmola, que se lhe fizer possaõ pagar o que devem, e sahir da prizaõ.

Entregarsehaõ dous mil cruzados ao Provedor, e Escrivaõ da Mesa da Santa Misericordia desta Cidade, para que elles sómente, sem mais Irmãos da Mesa, os distribuaõ por pessoas, assim homens como mulheres, de boa vida, principalmente daquellas, que mais se envergonhaõ de pedir esmola, e que por isso padecem mais necessidade.

Mando, que se dem oitocentos mil reis ao Hospital Real desta Cidade, para se empregarem em roupa para as camas dos enfermos.

A' Mesa dos Engeitados deixo quatrocentos mil reis para se dispenderem com a creaçaõ delles.

Deixo hum conto de reis para se comprarem cincoenta mil reis de juro, que se daraõ a hum Clerigo, que diga Missa quotidiana por minha alma no dito Convento do Crucifixo, em que me mando sepultar, e este Clerigo será escolhido pela Mesa da Misericordia desta Cidade, de boa vida, e costumes, e o modo, e fórma, em que se lhe ha de fazer pagamento, e constar de como naõ falta à obrigaçaõ das ditas Missas, ordenará ElRey meu Senhor, e pay; e ao

Convento por dar o guizamento, e permittir, que se use das vestimentas da Sacristia para esta Missa, lhe deixo o que para isso for necessario, para que ElRey meu Senhor mandará concordar com as Religiosas delle.

A' Rainha, que Deos guarde tive sempre, e ainda tenho em lugar de mãy, e reciprocamente experimentey em Sua Magestade igual amor; com estes motivos certamente espero da sua muita piedade, que me encomende a Deos, tendo particular lembranca de minha alma, assim como eu a terey, se pela misericordia Divina me vir na presença de Deos, para lhe pedir os augmentos de Sua Magestade, e do Principe meu irmaõ, e de todo este Reyno; e peço muito a Sua Magestade se sirva de perdoarme qualquer acto, em que de mim se desagradasse, que naõ seria nunca senaõ muito contra vontade, que sempre tive de obedecer, e amar, e para que esta lembrança sempre fique na memoria de Sua Magestade, lhe offerecerá o Duque, em meu nome, huma joya, a qual eu lhe declarey, para o que será ElRey meu Senhor, e pay servido concederme licença, sem embargo de exceder os cincoenta mil cruzados, para que me tem dado licença pelo seu Alvará.

O Conde de Val de Reys, meu Mordomo môr, me servio sempre com grande agrado meu, fazendo em meu serviço muito continua assistencia, sem reparar nos seus muitos annos, e assim me acho obrigada a lembrar a Sua Magestade a pessoa, e Casa do Conde, para que nella fique alguma memoria do bem, que me servio. O Conde de Pontevel, meu Estribeiro môr, Christovaõ de Almada, D. Lourenço de Lencastre, e D. Diogo de Faro, Védores de minha Casa, tambem me tem servido, e assistido com muito zelo, e cuidado, espero muito confiadamente delRey meu Senhor, e pay, se lembre destes Fidalgos, porque além de sua muita capacidade, que os faz dignos de sua Real attençaõ, he razaõ, que Sua Magestade mostre, que se agradou do bem, que me assistiraõ.

Igualmente me acho obrigada a significar a Sua Magestade a consolaçaõ, que terey, que tome debaixo de seu amparo os mais Criados, que me serviraõ, de tal sorte, que a minha falta naõ seja causa de experimentarem necessidades, e bem creyo, que tal naõ consentirá Sua Magestade, pois o d to Senhor foy o mesmo, que os escolheo para meu serviço, e depois de darem delle boa conta, naõ será decoroso, que padeçaõ.

O Padre Pedro Pomerô, meu Confessor, ha annos, que me assiste, do qual tenho muita satisfaçaõ, por sua muita virtude, e exemplo, e assim lhe peço, que tenha muito cuidado de encomendar minha alma a Deos, em seus Sacrificios, e Orações, e mando, que para suas religiosas necessidades se lhe dem mil cruzados por huma vez sómente.

A Marqueza de Soure foy minha Aya, e depois minha Camereira môr, e em ambas estas occupações me servio sempre com tanto amor, e cuidado, como pediaõ as obrigações de sua pessoa, pelas quaes lhe tive sempre grande amor. Peço muito a ElRey meu Senhor,

Senhor, e pay, lhe agradeça o que a Marqueza me merece, pois eu naõ pude por me faltar a vida.

Dona Leonor Josefa me tem servido com tanto amor, e satisfaçaõ, que parece me naõ era necessario fazer lembrança de sua pessoa a ElRey meu Senhor, e pay, pois a Sua Magestade he presente, melhor, que a ninguem, do muito amor, e incansavel disvelo, com que sempre me assistio. Peço a Sua Magestade com todo o encarecimento, que lhe faça merce para tomar estado, com particular attençaõ, do que eu aqui lho peço; e em final do muito, que a estimo, lhe deixo huma joya, que o Duque escolherá entre as minhas, de valor de dous mil cruzados, além da que se costuma dar às Damas, e huma, e outra se lhe dará logo depois do meu falecimento; e tenho por muito certo, que ella naõ faltará em me encomendar a Deos, tendo sempre de minha alma particular lembrança.

D. Leonor de Vilhena servio a Rainha minha Senhora, e máy, muitos annos; e porque Sua Magestade, que Deos tem a recomendou em seu testamento, torno eu agora a lembrar a ElRey meu Senhor, e pay, o seu grande merecimento.

Tambem recomendo muito ao dito Senhor todas as Donas de Honor, e Damas, que me servem, e mando, que a cada huma destas se dem logo os dous mil cruzados, que se lhe haviaõ de dar, como he costume, quando tomassem estado. E a todas as outras Criadas em geral encomendo muito a Sua Magestade, e lhe rogo, que as naõ desampare, antes lhe mande correr com seus salarios, até que tomem vida, mas naõ he minha tençaõ, que estes salarios entrem na conta dos cincoenta mil cruzados, porque sómente peço isto a Sua Magestade, como por recomendaçaõ, por sua grandeza.

Mando, que se entreguem ao Duque quarenta e cinco mil reis, para fazer delles o que lhe tenho encomendado, dos quaes naõ ha de dar conta.

Ordeno, e mando, que se dem mil cruzados a D. Luiza Dernhy, por huma vez sómente.

Ordeno, que se dem mil cruzados a Daverge, por huma vez somenre.

Ordeno, e mando, que se dem a Guirimberg mil cruzados, por huma vez sómente.

Ordeno, e mando se dem mil cruzados a Angelica, por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que se dem seiscentos mil reis a D. Agueda, que foy minha Ama.

Ordeno, e mando, que se dem duzentos mil reis a D. Francisca de Vasconcellos.

Ordeno, e mando, que às quatro Moças da Camera, que me servem, se dem logo duzentos mil reis a cada huma, e outro sim cem mil reis a cada huma das Donas da Camera.

Ordeno, e mando, que às Moças do Retrete, e Lavor, se dem sessenta mil reis a cada huma. E a Antonia do Espirito Santo se lhe daraõ quarenta mil reis.

Ordeno, e mando, que a Joaõ Carneiro, meu Porteiro da Camera, se dem duzentos mil reis.

Ordeno, e mando, que dem a Balthasar de Andrade cem mil reis.

Ordeno, e mando, que se ajuste a Cartelem a sua conta, e que além do que ella montar se lhe dem cincoenta mil reis.

Declaro, que deixo forras todas as minhas Escravas.

E por quanto todos estes legados, assim pios como profanos, naõ alcançaõ a quantia dos cincoenta mil cruzados, de que ElRey meu Senhor, e pay, me fez merce para testar, mando, que todo o resto, que faltar até a dita quantia, se dispenda em obras pias, convem a saber: em esmolas de Criados pobres, resgate de cativos, casamento de orfans, esmolas de Conventos pobres, entre os quaes quero, que entre o de S. Roque desta Cidade, o Oratorio de S. Filippe Neri, a Madre de Deos, e as Flamengas de Alcantara; e a distribuiçaõ destas esmolas, e escolha de pessoas, deixo ao arbitrio delRey meu Senhor, e pay. Com que hey este meu testamento por acabado, e porque me poderá lembrar mais alguma disposiçaõ, que deva fazer, ou legado, que deixar, quero, que se mandar fazer algum papel de fóra assinado por mim, ou pelo Duque, se eu o naõ puder fazer, valha como parte deste meu testamento, como se nelle fora escrito; e huma, e outra cousa quero, que tenha força, e vigor, ou como testamento, ou como codicillo, ou pela melhor fórma, que em Direito seja necessario; e torno a rogar a ElRey meu Senhor, e pay, que lhe faça dar cumprimento com toda brevidade, e eu Luiz Teixeira de Carvalho, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario, o escrevi, por mandado de Sua Alteza em Lisboa a 11 de Outubro de 1690.

A INFANTE.

Approvaçaõ.

Aos treze dias do mez de Outubro de 1690, nesta Cidade de Lisboa, nos Paços da Ribeira della: eu Mendo de Foyos Pereira, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario de Estado, por mandado especial, que Sua Magestade me deu para fazer a approvaçaõ do testamento da Serenissima Senhora Infanta D. Isabel Luiza Josefa, fuy à Camera aonde Sua Alteza estava asentada em huma cadeira, e por suas mãos me foy dado o testamento serrado, ordenandome, que lho approvasse, e perguntandolhe se era este o seu testamento, e quem lho escrevera, e se queria, que se cumprisse, me foy respondido por Sua Alteza, que este era o proprio testamento, que por seu mandado escrevera Luiz Teixeira de Carvalho, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario, e que depois de escrito se lhe lera, e Sua Alteza o assinara, por estar conforme ao que tinha ordenado, e assim o approvava, e só o dito testamento queria, que valesse. e assim o rogava a ElRey nosso Senhor, e o requeria a todas as suas Justiças;

Justiças; e a este auto foraõ presentes, e para elle chamados: vendo, e ouvindo o que Sua Alteza me respondeo, o Conde de Val de Reys, do Conselho de Estado, e Presidente do Conselho Ultramarino, Mordomo mòr da Casa de Sua Alteza, o Conde da Castanheira, Védor da Fazenda, e da Casa da Rainha nossa Senhora, e Christovaõ de Almada, e D. Lourenço de Alencastre, Veadores da Casa da Senhora Infanta, e D. Nuno Alvares Pereira, Duque do Cadaval, do Conselho de Estado, Presidente da Junta do Tabaco, Tenente da Pessoa de Sua Magestade, e Mordomo mòr da Rainha nossa Senhora, os quaes depois de Sua Alteza assinar, assinaraõ tambem este auto, que eu outro sim assiney; e foraõ tambem presentes, e assinaraõ, o Cardeal de Lencastro, do Conselho de Estado, Inquisidor Geral, e D. Diogo de Faro e Sousa, Védor da Casa de Sua Alteza.

A INFANTE.

O Cardeal de Lencastro = Mendo de Foyos Pereira = O Duque = O Conde de Val de Reys = O Conde da Castanheira = Christovaõ de Almada = D. Lourenço de Lencastro = D. Diogo de Faro e Sousa. =

Abertura.

Aos vinte e dous dias do mez de Outubro de 1690 annos, depois de falecida a Serenissima Senhora Infanta D. Isabel Luiza Josefa, nesta Cidade de Lisboa, me entregou a mim Mendo de Foyos Pereira, Secretario de Estado, o seu testamento o Duque, o qual por mandado de Sua Magestade se abrio, na presença dos Conselheiros de Estado, havendo-se primeiro examinado na fórma das Leys deste Reyno, de que fiz este termo em Lisboa, no dito dia, mez, e anno, sendo testemunhas os mesmos Conselheiros de Estado, que assinaraõ comigo. O Cardeal de Lencastro = O Duque = Mendo de Foyos Pereira = O Conde Governador = O Conde de Val de Reys = O Conde D. Fernando de Menezes = O Conde Regedor = O Arcebispo de Lisboa Capellaõ mòr. =

Rol, que Sua Alteza, a Senhora Infanta, me ordenou fizesse, e faz Sua Alteza mençaõ delle no seu testamento.

Que se dem a Antonia Thomasia duzentos mil reis, e que a recomenda a Sua Magestade por se haver creado com ella.

Que se dem a Francisco Maciel duzentos mil reis, e que tambem o recomenda a Sua Magestade, porque teve a honra de ensinar a Sua Alteza a escrever.

Que se lembre Sua Magestade de despachar D. Marianna, filha de D. Isabel Barbosa.

Que folgará Sua Alteza, que das esmolas, que Sua Magestade repartir, dê a Maria de Jesus alguma para ser Freira.

Que dos dotes, que se derem, se dê hum a sua Moça de Retrete.

Orde-

Ordena Sua Alteza, que além dos ditos mil cruzados, se dem mais duzentos mil reis a Dorenhi, porque quer deixarlhe seiscentos mil reis.

E a Duverge se dem dous mil cruzados, entrando nesta quantia a que Sua Alteza lhe deixa no testamento.

Recomenda a Sua Magestade, Manoel de Carvalho, por ter servido a Sua Alteza de Guarda joyas, com verdade, e sem ordenado, sendo obrigado a dar conta de tudo o que tem carregado em receita.

Que ponha o Duque em arrecadaçaõ para se entregar a Sua Magestade, tudo o que tocar a Sua Alteza.

Recomenda a D. Ignez, mulher de Ayres de Saldanha.

Que se dem a Domingos de Aguiar cem mil reis.

Que além das dez mil Missas se entregue ao Duque o valor mais de duas mil, de que naõ ha de dar conta, para o que Sua Alteza lhe deixa dito.

Que se tomem as Bullas de Composiçaõ, que Sua Magestade ordenar.

Que o Duque dirá o que se ha de fazer dos vestidos ricos de Sua Alteza.

Que a D. Isabel Barbosa deixa a roupa de seu uso.

Que recomenda a Sua Magestade, Bento da Cunha, pela haver servido de seu Thesoureiro, e Sua Alteza experimentar sempre muita pontualidade em toda a despeza de sua Casa.

Que recomenda Manoel Galvaõ a Sua Magestade, por ser casado com D. Luiza Dorenhi.

Assiney este rol como Sua Alteza me mandou, porque o naõ pode Sua Alteza fazer, na fórma, que do seu testamento consta. Lisboa 23 de Outubro de 1690. = Duque. =

Alvará para testar cincoenta mil cruzados, a Senhora Infanta D. Isabel.

Eu ElRey faço saber aos que este Alvará virem, que a Infanta D. Isabel Luiza Josefa, minha sobre todas muito amada, e prezada filha, me pedio, que por se achar com achaque perigoso, e desejar fazer testamento até a quantia de cincoenta mil cruzados, lhe desse licença para o poder fazer; e por quanto em todo o tempo he justo conformarme com a vontade da dita Infanta, pelo muito grande amor, que lhe tenho, mas muito mais no presente, e para taõ justa causa. Hey por bem, e me praz, que ella possa fazer seu testamento, e dispor nelle como lhe parecer, até a dita quantia de cincoenta mil cruzados, e isto sem embargo da Ley do Reyno, e direito commum, que prohibe aos filhos familias (como a Infanta he) fazer testamento, a qual Ley para este caso hey por derogada, e bem assim todas as mais, que puderem obstar à facçaõ do dito testamento, e dentro da dita quantia, cedo, renuncio o direito, que como pay, e herdeiro da Infanta, me poderia pertencer, porque sem embargo della se dará inteiro cumprimento, e se dispenderá a referida

da quantia nas disposições da Infanta; e este Alvará se cumprirá, ainda que naõ passe pela Chancellaria, sem embargo da Ordenaçaõ em contrario. Joaõ Ribeiro Cabral o fez em Lisboa a 11 de Outubro de 1690 annos. Mendo Foyos Pereira o sobescrevi. REY.

Alvará porque Vossa Magestade ha por bem pelos respeitos nelle declarados, conceder licença à Infanta D. Isabel Luiza Josefa, que ao presente se acha com achaque perigoso, para que possa testar da quantia de cincoenta mil cruzados, sem embargo da Ordenaçaõ em contrario. Para Vossa Magestade ver.

Memoria dos legados, que deixou a Senhora Infanta.

Doze mil Missas de esmola de tostaõ,	600U
Para hum juro de cincoenta mil reis de huma Missa quotidiana,	1000U
Dez mil reis de juro, que haõ de comprar para fabrica desta Missa,	200U
Ao Hospital de todos os Santos para roupas,	800U
Para os prezos a entregar ao Padre Pomerô,	400U
Para o Provedor, e Escrivaõ da Misericordia repartir em esmolas,	800U
A' Mesa dos Engeitados,	400U
Ao Padre Pomerô para suas necessidades,	400U
Ao Duque para certa despeza,	45U
A Dorenhy,	600U
A Verge,	800U
A Quirinhir,	400U
A Angelica,	400U
A D. Agueda,	600U
A D. Francisca,	200U
A cada huma das Moças da Camera, que saõ quatro, duzentos mil reis,	800U
A Antonia do Espirito Santo,	40U
A Joaõ Carneiro,	200U
A cada huma das Donas da Camera, que saõ tres, a cem mil reis,	300U
A cada huma das Moças do Retrete, Lavor, e Conserveiras, sessenta mil reis, que saõ dez,	560U
A Balthasar de Andrade,	100U
A Cartelem,	50U
A Antonia Thomasia,	200U
A D. Francisca Maciel,	200U
A Domingos de Aguiar,	100U
A cada huma das Damas huma joya de dous mil cruzados, que saõ quatro,	3200U
A D. Leonor huma joya de dous mil cruzados,	800U
	14195U

De

De vinte contos, que saõ cincoenta mil cruzados, de que Sua Alteza podia testar, abatidos quatorze contos cento e noventa e cinco mil reis, ficaõ cinco contos e oitocentos e cinco mil reis, que he o remanecente dos legados, que Sua Magestade, como Testamenteiro, póde repartir, na fórma das verbas do testamento, que a diante vaõ tresladadas, em que Sua Alteza declarou a sua ultima vontade.

Ultima verba do testamento.

E por quanto todos estes legados, assim pios como profanos, naõ alcançaõ a quantia dos cincoenta mil cruzados, de que ElRey meu Senhor, e pay, me fez merce para testar, mando, que todo o resto, que faltar até a dita quantia, se dispenda em obras pias. Convem a saber; em esmolas de Criados pobres, resgate de cativos casamentos de orfans, e esmolas de Conventos pobres, entre os quaes quero, que entrem o de S. Roque desta Cidade, o Oratorio de S. Filippe Neri, a Madre de Deos, e as Flamengas de Alcantara, e a distribuiçaõ destas esmolas, e escolha das pessoas, deixo no arbitrio delRey meu Senhor, e pay.

Declarações, que fez Sua Alteza, depois do testamento, a respeito dos legados, que se haviaõ de repartir.

Que folgaria Sua Alteza, que das esmolas, que Sua Magestade repartir, dê a Maria de Jesus alguma para ser Freira.

Que dos dotes, que se derem se dê hum à Moça de Retrete.

Mendo de Foyos Pereira.

Termo da entrega do corpo da Senhora Infanta D. Isabel Luiza Josefa. Está no Copiador setimo do Duque de Cadaval D. Nuno, pag. 20 vers. donde o copiey.

Dit. n. 140
An. 1690.

AOs vinte e tres dias do mez de Outubro de 1690, nesta Cidade de Lisboa, no Coro do Convento do Santo Crucifixo, de Religiosas Francezas, extra muros desta Cidade, estando presente Nuno de Mendoça, Conde de Val de Reys, do Conselho de Estado, Presidente do Ultramarino, Mordomo môr da Senhora Infante, que Deos tem, o Duque D. Nuno Alvares Pereira, Mestre de Campo, e General da Provincia da Estremadura, junto à Pessoa de Sua Magestade, e General da Cavallaria da Corte, e Mordomo môr da Rainha nossa Senhora, e Conselheiro de Estado, o Duque de Cadaval D. Luiz, seu filho, o Marquez de Tavora, o Marquez das Minas, do Conselho de Guerra, o Marquez Henrique de Sousa Tavares, do Conselho de Estado, Governador da Relaçaõ, e Armas, da Cidade do Porto, o Marquez de Marialva, Gentil-homem da Camera

ra de Sua Magestade, o Marquez de Arronches, e o Marquez de Fontes; e outro sim o Conde de Pontevel, do Conselho de Guerra, Presidente da Junta do Comercio, Estribeiro mòr da Senhora Infanta, que Deos tem, D. Diogo de Faro, Christovaõ de Almada, e D. Lourenço de Lencastro, Védores de sua Casa, e os mais Officiaes da Casa Real, que alli se acharaõ, e a Abbadessa do dito Convento Sor Cecilia de S. Francisco, logo pelo dito Conde de Val de Reys foy entregue à dita Abbadessa hum caixaõ forrado de téla branca, com huma Cruz de téla encarnada, com ramos de ouro, guarnecido de passamanes do mesmo, e por dentro forrado tambem de téla branca, com quatro fechaduras douradas, em que disse o dito Conde de Val de Reys, e jurou aos Santos Euangelhos, em que poz as mãos, estava o corpo da Serenissima Infanta D. Isabel Luiza Josefa, filha do muito alto, e muito poderoso Principe, ElRey nosso Senhor D. Pedro II. e da muito alta, e muito poderosa Princeza, a Rainha nossa Senhora, que está em gloria, D. Maria Francisca Isabel de Saboya, que em Sabbado, que se contavaõ vinte e hum do presente mez, às nove horas da noite, faleceo da vida presente, nos Paços da Ribeira desta Cidade; e elle dito Conde, como Mordomo mòr da dita Senhora Infanta, a vio, e reconheceo ao fechar do dito caixaõ, trazendo comsigo as chaves delle, vindo-o acompanhando com as mais pessoas acima nomeadas. E a dita Abbadessa disse, que se dava por entregue do corpo da dita Serenissima Infanta, e das chaves do caixaõ, que o dito Conde lhe entregou logo, e se obrigava por si, e suas successoras, a dar conta do dito corpo, ou ossos delle. De que eu Mendo de Foyos Pereira, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario de Estado, fiz dous termos deste theor, hum para se enviar à Torre do Tombo, e outro para ficar na Secretaria de Estado, os quaes assinaraõ todas as pessoas acima referidas no dito Convento, no mesmo dia, mez, e anno, *ut supra.*

Soror Cecilia de S. Francisco, Abbadessa.

Mendo de Foyos Pereira.

Duque.	O Duque D. Luiz.
Marquez de Fontes.	O Conde de Val de Reys.
Marquez das Minas.	D. Francisco Mascarenhas.

Alvará delRey D. Pedro II. em que faz merce, como Governador, e perpetuo Administrador da Ordem de Christo, ao Infante D. Francisco, da Commenda mayor da Ega, da de Dornes, e Castello-Branco, da dita Ordem. Está na Secretaria do mesmo Mestrado.

Num. 141
An. 1693.

EU ElRey como Governador, e perpetuo Administrador, que sou do Mestrado, Cavallaria, e Ordem, de Nosso Senhor Jesu Christo. Faço saber, que eu hey por bem fazer merce ao Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado filho, da Commenda mayor da Ega, e das de Dornes, e Castello-Branco, que estaõ vagas, e saõ da mesma Ordem, e mando, que dellas se lhe passem os despachos necessarios, de que lhe mandey passar o presente Alvará, que lhe farey cumprir, e guardar, e valerá como Carta, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo de qualquer Provisaõ, ou Regimento em contrario, e se cumprirá sendo passado pela Chancellaria da Ordem. Antonio de Oliveira o fez em Lisboa aos 2 de Março de 1693. Antonio de Sousa de Carvalho o fez escrever.

REY.

Carta delRey D. Pedro, em que faz merce ao Infante D. Francisco, de trinta mil cruzados, vinte na Alfandega de Lisboa, e dez na do Porto. Está no liv. 51 da Chancellaria do dito Rey, pag. 253 vers.

Num. 142
An. 1695.

DOm Pedro, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de padraõ virem, que tendo consideraçaõ à impossibilidade, com que se acha o Reyno, para dar estado ao Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado filho, a que sou obrigado por direito natural, e pedir a boa razaõ, que esta se comesse a formar, com anticipada providencia, para que quando chegar o tempo tenha, sem grande oppressaõ do Reyno, e meus Vassallos, competente Casa de sua grandeza, e estado. Hey por bem, e me praz, que se assentem trinta mil cruzados ao dito Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado filho, a saber: vinte na Alfandega desta Cidade, e dez na do Porto, que começará a vencer a sua antiguidade, de 23 de Junho deste anno de mil seiscentos noventa e cinco em diante, que lhe fiz esta merce, pelo que mando aos Védores de minha fazenda lhes façaõ assentar nos livros della, os ditos trinta mil cruzados, a levar em cada hum anno, nas folhas do assentamento da Alfandega desta Cidade, e da do Porto, para nellas lhe serem pagos, com antiguidade dos ditos 23 de Junho deste anno presente, como dito he; e naõ pagou novos direitos, por eu assim mandar, como constou por certidaõ

certidaõ dos Officiaes dos novos direitos, que foy rota ao assinar desta minha Carta de padraõ, que por firmeza de tudo lhe mandey dar por mim assinada, e sellada com o Sello pendente, e no registo do Decreto, por virtude do qual se passou este padraõ, se porá a verba do contheudo nella. Joaõ de Almeida a fez em Lisboa a vinte e dous de Agosto de mil seiscentos noventa e cinco. Tambem naõ ha de pagar direitos velhos desta merce, por eu assim o ordenar, por Decreto de vinte e tres de Junho deste anno. Martim Teixeira de Carvalho a fez escrever.

ELREY.

O Marquez de Alegrete = Joaõ de Roxas e Azevedo. =

Pagou nada, e aos Officiaes quinhentos e quatorze reis. Lisboa tres de Setembro de mil seiscentos noventa e cinco. D. Francisco Maldonado.

Doaçaõ delRey D. Pedro II. ao Infante D. Francisco, das Villas de Vimioso, e Aguiar da Beira, da Casa de Bobadella, e as que foraõ da Casa de Linhares, com suas Villas, Padroados, rendas, e jurisdicções, &c. Está no liv. 61 da Chancellaria do dito Rey, pag. 103.

Num. 143
An. 1698.

DOm Pedro, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que tendo respeito a que como Rey, e como pay sou obrigado a dar sustentaçaõ, e Casa aos filhos, que Deos por sua misericordia me concedeo, e a que o seu tambem a accrescentar meus descendentes para conservaçaõ, e defensa da Coroa, procurando, que vivaõ em o Reyno, e tenhaõ nelle Casas, e estado competente à sua grandeza, e muitos successores, em que mais se perpetue, e dilate o sangue Real, em que tanto consiste o explendor do Reyno, e a uniaõ com os estranhos; e attendendo a que o Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado filho, me saberá servir, e merecer a mim, e ao Principe, meu sobre todos muito amado, e prezado filho, e a meus successores na Coroa deste Reyno, toda a merce, e honra, que lhe fizer. Hey por bem de lhe fazer doaçaõ, como por esta faço, das Villas do Vimioso, e Aguiar da Beira, que por sentença havida contra o Conde do Vimioso, foraõ julgadas por vagas para a Coroa; e assim mais da Casa de Bobadella, e dos bens, que foraõ da Casa de Linhares, com suas Villas, rendas, jurisdicções, Alcaidarias móres, Padroados, e datas de Officios, assim como os tiveraõ os Donatarios, por quem vagaraõ, como tambem dos Reguengos de Villa-Nova de Portimaõ, Rendide, e o da Tojosa, e das Lesirias, chamadas o Torraõ do diabo, e terras do Esteiro grande, que andavaõ com outras do mesmo Torraõ, e vagaraõ por morte do Conde

de Figueiró, e dos fóros, que pagaõ as terras do Reguengo da Torrugem, e Casal de Almeirim, que foraõ de Manoel de Saldanha, e os fóros, que pertencem à Coroa, e esta doaçaõ lhe faço de todos estes bens, de juro, e herdade, para sempre, e com a mesma natureza, condições, jurisdicções, e prerogativas, com que ElRey meu Senhor, e pay, que santa gloria haja, me fez doaçaõ da Casa do Infantado, por Carta de padraõ feita a onze do mez de Agosto do anno de mil seiscentos cincoenta e quatro, as quaes hey aqui por expressas, e declaradas, como parte integrante, e essencial desta doaçaõ, e com declaraçaõ, que os encargos, que se acharem impostos nos ditos bens até os dezaseis dias do mez de Dezembro do anno passado de mil seiscentos noventa e sete, se pagaráõ pelos seus rendimentos em quanto naõ vagarem, ou forem por outra via satisfeitos, e do mesmo modo se pagaráõ pelos ditos rendimentos os ordenados, tenças, e rações da familia, que servio a Infanta D. Isabel, minha filha, que está em gloria, que até agora se satisfaziaõ pelos rendimentos dos novos direitos, os quaes por Decreto meu de vinte e oito de Novembro do anno passado, mandey, que ficassem livres das consignações, que tinhaõ, para do primeiro de Janeiro deste presente anno, cederem a favor dos effeitos applicados à defensa do Reyno, e da mesma sorte lhe faço merce dos rendimentos vencidos destes bens, que naõ estiverem dispendidos; e por firmeza de tudo o que dito he, lhe mandey dar esta Carta por mim assinada, e passada pela Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas Armas, e naõ pagou novos direitos, nem velhos, por assim o haver por bem. Dada na Cidade de Lisboa aos vinte e hum do mez de Abril. Antonio Rodrigues da Costa a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos noventa e oito. Mendo de Foyos Pereira a sobescrevi.

ELREY.

Francisco Mosinho de Albuquerque.

Pagou nada à fazenda delRey nosso Senhor, por ter para isso privilegio o Senhor Infante, pelo Regimento da Chancellaria, e aos Officiaes della, conforme ao mesmo Regimento, cento e vinte e nove mil e trezentos reis, com o cordaõ; e ao Secretario de Estado cincoenta e cinco mil e quinhentos e cincoenta e seis reis. Lisboa vinte e hum de Junho de mil e seiscentos e noventa e oito.

D. Francisco Maldonado.

Doaçaõ

Doação delRey D. Pedro ao Infante D. Francisco, das Lesirias de Montalvaõ, Morraceira, e dos quintos das Villas de Póvos, e Castanheira, e Senhorios das ditas Villas; da de Cheleiros, e seus Padroados, e Mouchaõ do Esplendiaõ. Está na Torre do Tombo, na Chancellaria do dito Rey, no livro, que principia em 1703, pag. 150 vers.

Num. 144
An. 1705.

DOna Catharina por graça de Deos Rainha de Inglaterra, Escocia, França, e Irlanda, &c. Infanta de Portugal, como Regente destes Reynos, e Senhorios, por impedimento de meu irmaõ, o Senhor Rey D. Pedro, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que por parte do Infante D. Francisco, meu muito amado, e muito prezado sobrinho, me foy apresentado hum Decreto do dito Senhor Rey meu irmaõ, cujo theor he o seguinte. Tendo consideraçaõ a que como Rey, e pay, sou obrigado a dar sustentaçaõ, e Casa, aos filhos, que Deos por sua misericordia me concedeo, e accrescentar meus descendentes, para conservaçaõ, e defensa da Coroa, procurando, que vivaõ no Reyno, e tenhaõ nelle Casas, e estado competente à sua grandeza, e muitos successores, em que mais se perpetue, e dilate o sangue Real, em que tanto consiste o explendor do Reyno, e a uniaõ com os estranhos; e attendendo a que o Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado filho, me saberá servir, e merecer, a mim, e ao Principe, meu sobre todos muito amado, e prezado filho, e a meus successores na Coroa deste Reyno, toda a merce, e honra, que lhe fizer; hey por bem de lhe fazer doaçaõ, como por este Decreto lhe faço, das Lesirias de Montalvaõ, Morraceira, e dos quintos das Villas de Póvos, e Castanheira, e Senhorios das ditas Villas, e da de Cheleiros, e dos Padroados, de todas as Igrejas, de que tinha doaçaõ, e estava de posse a Condessa da Castanheira D. Anna de Ataide, por cujo falecimento estes, e outros bens vagaraõ para a Coroa, e todos, como se de cada hum delles fizera especial mençaõ, sou servido, que se comprehendaõ nesta doaçaõ, e do mesmo modo lhe faço merce, e doaçaõ de Mouchaõ, chamado do Esplendiaõ, com o que lhe tiver accrescido, e novamente lhes accrescer, o qual vagou para a Coroa, por falecimento de Martha Maria Dessa; e esta doaçaõ lhe faço dos ditos bens, e rendimentos, que dellas estiverem vencidos, de juro, e herdade, para sempre, e com a mesma natureza, condições, jurisdicções, e prerogativas, com que ElRey meu Senhor, e pay, que santa gloria haja, me fez doaçaõ da Casa do Infantado, por Carta de padraõ feita em onze de Agosto de mil e seiscentos cincoenta e quatro, as quaes hey aqui por expressas, e declaradas, como parte integrante, e essencial desta doaçaõ, de que se naõ pagaráõ novos direitos, nem velhos, na Chancellaria, pelo ter assim resolvido, e haver por bem; e mando, que pelas partes a que tocaõ, se lhe passem os despachos necessarios. Lisboa seis de Junho de mil e setecentos

e cin-

e cinco, com rubrica de Sua Mageſtade. Pedindome o dito Infante meu ſobrinho, como Regente, que ſou deſte Reyno, lhe mandaſſe paſſar Carta de padraõ deſta doaçaõ, na fórma do eſtylo, para que ella tenha toda a legalidade, e firmeza neceſſaria; e eſtimando eu muito particularmente a reſoluçaõ delRey meu irmaõ, accreſcentar a Caſa, e eſtado do Infante, como pede o grande amor, e affeiçaõ, que lhe tenho, lhe mandey paſſar eſta Carta de doaçaõ, de todos os ditos bens contheudos no Decreto acima incorporado, com todos os Padroados, juriſdicções, prerogativas, e privilegios nelle declarados, a qual vay aſſinada por mim, e ſerá paſſada pela Chancellaria, e ſellada com o Sello pendente das Armas Reaes deſte Reyno; e naõ pagou novos direitos, nem pagará direitos velhos, pelos naõ dever, como ſe diſpoem no Decreto acima inſerto. Dado na Cidade de Liſboa aos vinte e oito do mez de Julho. Antonio Rodrigues da Coſta a fez anno do Naſcimento de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto de mil e ſetecentos e cinco. D. Thomás de Almeida o ſobeſcreveo.

A RAINHA.

Doaçaõ delRey D. Joaõ o V. ao Infante D. Franciſco, do Palacio da Bempoſta, com ſuas quintas, &c. e das caſas, que foraõ do Monteiro mór. Eſtá na dita Chancellaria, pag. 60.

Num. 145
An. 1707.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, &c. Faço ſaber aos que eſta minha Carta virem, que deſejando eu accreſcentar, e augmentar a Caſa do Infante D. Franciſco, meu muito amado, e prezado irmaõ, pelo muito amor, que lhe tenho, e eſtimaçaõ, que faço de ſua peſſoa, como he razaõ, e pede hum taõ eſtreito vinculo de ſangue, e tendo por certo, que correſpondendo elle a quem he, e às ſuas grandes obrigações, me ſaberá merecer todo o accreſcentamento, que lhe fizer, me praz, e hey por bem de lhe fazer doaçaõ, como por eſta minha Carta deſde logo faço, do Palacio, que tenho neſta Cidade de Lisboa, no ſitio da Bempoſta, e da quinta, que eſtá myſtica com o meſmo Palacio, e pertenças do meſmo Palacio, e quintal; outro ſim lhe faço tambem doaçaõ das caſas, que foraõ do Monteiro mór do Reyno Garcia de Mello, que ElRey meu Senhor, e pay, que eſtá em gloria lhe comprou, as quaes eſtaõ neſta Cidade, na Rua da Fundiçaõ, junto à Corte-Real, tudo com a meſma natureza, e clauſulas, e condições, com que ElRey meu Senhor, e pay, inſtituîo a Caſa do Infantado, na peſſoa do dito Infante, e ſeus deſcendentes, e os mais, que tem vocaçaõ na dita inſtituiçaõ contheudo no teſtamento do dito Senhor Rey, as quaes hey aqui por expreſſadas, e declaradas, como ſe dellas fizeſſe eſpecifica mençaõ; e eſta doaçaõ lhe faço de juro, e herdade, para ſempre, para elle, e ſeus deſcendentes, e outro ſim lhe largo o Palacio, e a quinta de Queluz, para que poſſua huma, e outra couſa, na meſma fórma, em

em que eu a possuo, e a possuhia em sua vida ElRey meu Senhor, e pay; e por firmeza de tudo o que dito he, lhe mandey dar esta Carta por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas Armas. Dada na Cidade de Lisboa aos quatorze dias do mez de Julho. Manoel da Fonseca a fez anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e setecentos e sete. Diogo de Mendoça Corte-Real o sobrescrevi.

ELREY.

Joaõ de Andrade Leitaõ.

Pagou nada por privilegio, e aos Officiaes nada, por quitarem. Lisboa vinte e tres de Julho de mil e setecentos e sete.

Jeronymo da Nobrega de Azevedo.

Carta de padraõ de 1740U reis de juro, na Alfandega de Lisboa, para pagamento dos Capellaens da Capella da Bemposta. Está na Chancellaria delRey D. Pedro II. do anno 1706, pag. 18 vers.

Dit. n. 145
An. 1706.

DOm Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegaçaõ, Comercio da Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de padraõ virem, que eu mandey passar tres Decretos, hum a vinte de Janeiro de mil e setecentos e quatro, e os dous, hum delles em vinte e cinco de Janeiro, e o outro em dez de Junho do anno passado de mil e setecentos e cinco, dos quaes Decretos os treslados saõ os seguintes. Por justas considerações de meu serviço, e da publica utilidade deste Reyno, sou servido ordenar, que para as despezas necessarias à sua defensa, se vendaõ quarenta mil cruzados de juro, nos rendimentos da Alfandega desta Cidade, cujo principal importa oitocentos mil cruzados, a rezaõ de cinco por cento, que he a respeito de vinte por milhaõ, e para, que as partes tenhaõ infallivel segurança no pagamento dos juros, que comprarem, quando por algum accidente succeda, que os rendimentos da dita Alfandega diminuaõ, ou naõ cheguem para satisfazer os ditos juros, hey por bem, que neste caso fiquem subsidiariamente na mesma obrigaçaõ os rendimentos da Casa de Bragança, o que por elles com certidaõ, de que naõ tiveraõ cabimento em parte, ou em todo os ditos juros na Alfandega, se pague às partes, e para este effeito, assim as rendas da dita Casa, como os rendimentos dos novos direitos da Chancellaria mòr, sou servido fiquem obrigados por especial hypotheca, à segurança do principal, e reditos da venda destes juros, e assim o mando declarar por Decretos da data deste,

deſte, às Juntas dos Tres Eſtados, e Caſa de Bragança, diſpenſando como Rey na Ley, que prohibe a hypotheca, ou alheação dos bens da Coroa; e o dinheiro procedido da venda deſtes juros, ſe ha de entregar a Alexandre da Coſta Pinheiro, Theſoureiro das deſpezas extraordinarias do Exercito, e com conhecimento em fórma de ſua receita, aſſinado por elle, ſe paſſaráõ padroens às partes, conforme as entregas, que lhe tiverem feito; e para que venha à noticia de todos eſta minha reſolução, ſe publicará por Editaes neſta Cidade, e Comarcas do Reyno, expedindo-ſe para eſte effeito as ordens neceſſarias para os Provedores della: o Conſelho da Fazenda o tenha aſſim entendido, e neſta conformidade o faça executar. Lisboa oito de Janeiro de mil e ſetecentos e quatro.

REY.

Sou ſervido ordenar, que ſe continue a venda dos quarenta mil cruzados de juro, que por Decreto de oito de Janeiro do anno paſſado de mil e ſetecentos e quatro, mandey tomar ſobre os rendimentos da Alfandega deſta Cidade, com hypotheca, e obrigação ſubſidiaria, dos bens da Caſa de Bragança, e dos novos direitos da Chancellaria, na fórma, que no meſmo Decreto ſe contém, ſem embargo de outro, que ſe paſſou no meſmo dia, e de quaeſquer outros, que ſe hajaõ paſſado em contrario, com duas declarações, que de mais mando fazer. A primeira, que eſtes taes juros dos quaes mando continuar a venda, e ſe comprarem da data deſte Decreto em diante, naõ poderáõ ſer reduzidos em tempo algum, ſem embargo tambem de qualquer outro Decreto, que ſe tenha paſſado para a reducção dos juros; a ſegunda, que todo o dinheiro procedido deſtes juros, que ao todo importaõ de principal oitocentos mil cruzados, ſe haõ de entregar ao Theſoureiro mór da Junta dos Tres Eſtados, para as deſpezas da guerra, e naõ a Alexandre da Coſta Pinheiro, como ſe tinha ordenado pelo dito Decreto de oito de Janeiro de mil e ſetecentos e quatro, e com conhecimentos em fórma, tirados do livro da receita do dito Theſoureiro mór dos Tres Eſtados, ſe paſſaráõ padroens às partes, das quantias dos juros, que comprarem: o Conſelho da Fazenda o tenha entendido, para neſta conformidade mandar paſſar logo as ordens neceſſarias. Lisboa vinte e cinco de Janeiro de mil ſetecentos e cinco.

RAINHA.

Por Decreto de vinte e cinco de Janeiro deſte anno fuy ſervida ordenar ſe continuaſſe a venda dos quarenta mil cruzados de juro, que por outro Decreto de oito de Janeiro de mil e ſetecentos e quatro, havia mandado tomar ſobre o rendimento da Alfandega deſta Cidade, com as hypothecas nella contheudas, e com duas declarações, huma das quaes foy, que os ditos juros ſe naõ poderiaõ reduzir em tempo algum, e porque a experiencia tem moſtrado, que eſta clauſula

clausula naõ produzio o effeito, que se esperava, e que podendo servir de tirar alguma apprehençaõ das pessoas, que quizerem comprar os ditos juros, sempre quando se queira distratar, fica à vontade das partes quererem antes a sua reducçaõ, que o distrato: hey por bem de levantar esta clausula, e se naõ ponha nos padroens, que se passarem daqui em diante, e que fóra della se observe tudo o mais, que se contém no dito Decreto de vinte e cinco de Janeiro deste anno: o Conselho da Fazenda o tenha entendido, e nesta conformidade o faraõ dar à execuçaõ. Lisboa dez de Junho de mil e setecentos e cinco.

RAINHA.

Bartholomeu de Sousa Mexia, do meu Conselho, e meu Secretario da Assinatura, ordene a Francisco Ferreira Nobre, Thesoureiro do Inventario dos bens, que ficaraõ da Rainha da Grãa Bretanha, minha muito amada irmãa, que está em gloria, que todo o dinheiro, que restar de seu recebimento, depois de satisfeitos os legados, e mais encargos do testamento, se entregue a Miguel Diogo da Gama, Thesoureiro môr dos Tres Estados, para compra de juro, dos que mandey vender para as despezas da guerra, e o que resultar desta compra hey por bem se applique para a conservaçaõ da Capella dos Paços da Bemposta, de que se tirará padraõ nesta conformidade. Alcantara vinte e cinco de Fevereiro de mil e setecentos e seis.

ELREY.

E em virtude dos ditos Decretos acima encorporados, mandou logo entregar o Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, do meu Conselho, e meu Secretario da Assinatura, como Procurador da Casa do Infantado, e Administrador dos Paços da Bemposta, por Francisco Ferreira Nobre, Thesoureiro do Inventario dos bens, que ficaraõ da Serenissima Senhora Rainha de Grãa Bretanha, minha muito amada irmãa, que está em gloria, trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, para compra de hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro cada anno, nos rendimentos da Alfandega desta Cidade, para a conservaçaõ da Capella Real dos Paços da Bemposta, de que se passaraõ dous conhecimentos em fórma, para dos ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, se passar padraõ em nome do Thesoureiro da dita Casa do Infantado, para se dispenderem nos ordenados, e mais despezas da dita Capella Real, dos quaes dous conhecimentos em fórma, os treslados he o seguinte. A folhas duzentas trinta e huma verso, do livro segundo da receita geral, que serve com o Thesoureiro môr dos Tres Estados Miguel Diogo da Gama, lhe ficaõ carregados vinte contos de reis, que recebeo de Francisco Ferreira Nobre, Thesoureiro do Inventario dos bens, que ficaraõ da Serenissima Rainha de Grãa Bretanha, que está em gloria, por ordem, que deu ao dito Francisco Ferreira Nobre, Bartholomeu de Sousa Mexia, do Conselho de Sua Magestade, e seu Se-

cretario da Assinatura, em cumprimento de hum Decreto de vinte e cinco de Fevereiro, proximo passado, por conta da venda dos quarenta mil cruzados de juro, que a mesma Serenissima Rainha da Grãa Bretanha mandou tomar, sobre o rendimento da Alfandega desta Cidade, na fórma de hum seu Decreto de vinte e cinco de Janeiro, do anno passado, de mil setecentos e cinco, por donde se ordenou o sobredito ao Conselho da Fazenda, como se declara em outro de vinte e oito do mesmo mez, e anno, que se remetteo à Junta dos Tres Estados, e o juro, que importar a dita quantia se ha de applicar para a conservaçaõ da Capella dos Paços da Bemposta, como se declara no dito Decreto de vinte e cinco de Fevereiro, pelo qual he Sua Magestade servido, que todo o dinheiro, que restar a recebimento do dito Francisco Ferreira Nobre, depois de satisfeitos os legados, e mais encargos do testamento, se entregue ao dito Thesoureiro mór dos Tres Estados, para compra do dito juro, e da dita receita se passou este conhecimento em fórma, para em virtude delle se passar padraõ da dita quantia, e ir lançada na folha da mesma Alfandega, conforme a antiguidade das pessoas de quem se recebe o dinheiro, que se contará do dia em que se fizer a entrega delle, feito por mim, e assinado por ambos. Lisboa o primeiro de Março de mil setecentos e seis. Affonso da Sylva Pedrozo = Miguel Diogo da Gama. = A folhas cento e sessenta e duas verso, do livro de mil e setecentos, do registo geral de guerra, fica registado este conhecimento em fórma. Lisboa o primeiro de Março de mil e setecentos e seis. = Gomes. = A folhas duzentas e trinta e tres do livro segundo da receita geral, que serve com o Thesoureiro mór dos Tres Estados Miguel Diogo da Gama, lhe ficaõ carregados em receita, quatorze contos e oitocentos mil reis, que recebeo de Francisco Ferreira Nobre, Thesoureiro do Inventario dos bens, que ficaraõ da Serenissima Rainha de Grãa Bretanha, que está em gloria, por ordem, que deu ao dito Francisco Ferreira Nobre, Bartholomeu de Sousa Mexia, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario da Assinatura, em cumprimento de hum Decreto de vinte e cinco de Fevereiro, proximo passado, deste anno presente, por Carta da venda dos quarenta mil cruzados de juro, que a mesma Serenissima Rainha da Grãa Bretanha mandou tomar, sobre o rendimento da Alfandega desta Cidade, na fórma de hum seu Decreto, de vinte e cinco de Janeiro do anno passado, de mil setecentos e cinco, se ordenou o sobredito ao Conselho da Fazenda, como se declara em outro de vinte e oito do mesmo mez, e anno, que se remetteo à Junta dos Tres Estados, e o juro, que importar a dita quantia se ha de applicar para a conservaçaõ da Capella dos Paços da Bemposta, como se declara no dito Decreto, de vinte e cinco de Fevereiro, pelo qual he Sua Magestade servido, que todo o dinheiro, que restar do recebimento do dito Francisco Ferreira Nobre, depois de satisfeitos os legados, e mais encargos do testamento, se entregue ao dito Thesoureiro mór dos Tres Estados Miguel Diogo da Gama, para compra do dito juro, e da dita receita, se passou este conhecimento em fórma, feito

por

por mim Contador da Contadoria Geral de Guerra, e Reyno, e assinado por ambos, para em virtude della se passar padraõ da dita quantia, e ir lançada na folha da mesma Alfandega, conforme a antiguidade das pessoas de quem se recebe o dito dinheiro, que se contará do dia em que se fizer a entrega delle. Lisboa vinte e seis de Abril de mil setecentos e seis. Fernando de Abreu Ravasco = Miguel Diogo da Gama. = A folhas cento e sessenta e quatro verso do livro de mil setecentos e tres, do regisito geral de guerra, fica registado este conhecimento em fórma. Lisboa vinte e sete de Abril de mil setecentos e seis. Pedindome o dito Bartholomeu de Sousa Mexia, Procurador da Casa do Infantado, a quem fuy servido encarregar a administraçaõ dos Paços da Bemposta, que por elle tinha mandado entregar ao Thesoureiro mòr da Junta dos Tres Estados Miguel Diogo da Gama, trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, por Francisco Ferreira Nobre, Thesoureiro do Inventario dos bens, que ficaraõ da dita Rainha da Grãa Bretanha, minha muito amada irmãa, que está em gloria, que logo lhe foraõ entregues, como constava dos dous conhecimentos em fórma, acima tresladados, lhe mandasse passar hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, que na dita quantia montaõ a razaõ de vinte o milhar, em nome do Thesoureiro da dita Casa do Infantado, para se dispenderem nos ordenados, e mais despezas da Capella dos ditos Paços, e conservaçaõ della, e lhe serem assentados nos rendimentos da Alfandega desta Cidade, com as declaraçoes referidas nos ditos Decretos acima incorporados: o que tudo visto por mim lhe mandey passar esta Carta de padraõ, pela qual, no melhor modo, que possa ser, e de direito mais valer, vendo, e hey por vendido, e faço venda livre ao dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, Procurador da Casa do Infantado, como Administrador dos ditos Paços da Bemposta, dos ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de tença cada anno, de juro, e herdade, para sempre, fóra da Ley mental, e condiçaõ de retro, a preço de vinte o milhar, pela dita quantia de trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, nas rendas, e rendimentos dellas, de meus Reynos, e Senhorios de Portugal, e o direito de os haver, e receber em cada hum anno, de mim, e dos Reys meus successores, sem se descontar cousa alguma do preço, que nelles monta, como bens, e patrimonio seu livre, e isento, sem se poder dizer, que saõ bens da Coroa, ou que haõ de ter alguma natureza della, e o dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, como Administrador dos ditos Paços da Bemposta, começará a vencer os ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, a saber: hum conto de reis do primeiro de Março deste anno presente de mil e setecentos e seis, e setecentos e quarenta mil reis de vinte e seis de Abril do mesmo anno em diante, que foraõ os dias em que se fez a entrega dos ditos trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, e os haverá, e os mais Administradores, que pelo tempo a diante forem, os tenhaõ, e hajaõ, com a condiçaõ, e pacto de retro, para que a todo o tempo eu, ou os Reys meus successores, os quizermos tirar, o possamos fazer,

zer, tornandolhe outra vez os ditos trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, que no dito juro montou, sem delles se descontar cousa alguma do preço, porque lhes assim vendo; e elle dito Administrador, e os que pelo tempo em diante forem da dita administração, serão obrigados a nolo tornar, tornandolhes juntamente o que nelle em parte, ou em todo remio, montar no dito preço de vinte o milhar, na fórma, que fica dito, e eu em meu nome, e dos Reys meus successores, hey por bem, que nunca se possa allegar em juizo, nem fóra delle, que na venda deste juro, que houve lezaõ de mais de metade do justo preço, sem embargo da Ordenaçaõ do livro quarto, titulo treze, parrafo nono, em caso, que por alguma maneira agora, ou pelo tempo em diante se ache, ou determine, que val mais em pouca, ou em muita quantidade, e que nesta venda houve deminuiçaõ da quarta parte do justo preço, em tal caso eu dagora para sempre, em meu nome, e dos Reys meus successores, faço pura, livre, e irrevogavel merce, e doaçaõ, entre vivos valedoura, ao dito Administrador dos Paços da Bemposta, da dita melhoria, e mais valia; e se em algum tempo se achar, ou determinar de feito, ou de direito, que esta venda he usuraria, e que se naõ podia fazer em parte, ou em todo, por qualquer modo, que seja: hey por bem, e me praz, por alguns justos respeitos, de minha livre vontade faço mera doaçaõ, como com effeito faço, por esta Carta, ao dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, Administrador dos Paços da Bemposta, e os mais, que pelo tempo em diante forem da dita administraçaõ dos ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis, daquella parte, em que a tal duvida se mover, ficando porém firme, e em seu vigor o dito pacto de retro; e acontecendo, que em algum tempo se faça Ley, Regimento, ou Capitulos de Cortes, ou por qualquer outra via se introduza uso, ou costume, que possa prejudicar às cousas contheudas nesta Carta, quero, que nella naõ hajaõ lugar, e que se cumpra inteiramente, sem embargo das ditas cousas, e de quaesquer Leys, ou mandados, que em geral, ou em particular, eu, ou os Reys meus successores mandarmos fazer: o que tudo assim hey por bem, de meu proprio moto, certa sciencia, poder Real, e absoluto, e para este effeito derogo, e hey por derogada a Ley mental, e todos os parrafos della, e Capitulos, e Ordenaçaõ do livro quarto, titulo sessenta e sete, que trataõ das usuras, como saõ defezas, e do que vende alguma cousa com condiçaõ, e dos parrafos dellas, e de quaesquer Leys, e mandatos, Ordenações, glosas, e opinioens de Doutores, que em parte, ou em todo forem contra o que nesta Carta se contém, posto que tenhaõ clausulas, de que fosse necessario fazerse aqui expressa mençaõ, e derogaçaõ de *verbo ad verbum*, as quaes todas, e cada huma dellas em quanto forem contra o contheudo, de meu poder Real, e absoluto, hey por derogadas, e a Ordenaçaõ do livro segundo, titulo quarenta e quatro, em que diz se naõ entenda ser derogada Ordenaçaõ alguma, se della se naõ fizer expressa mençaõ: hey por bem, que hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, lhe sejaõ assentados nos rendimentos

tos da Alfandega desta Cidade, para nella lhe serem pagos com antiguidade, a saber: hum conto de reis do primeiro de Março deste anno presente de mil e setecentos e seis; e setecentos e quarenta mil reis de vinte e seis de Abril do mesmo anno em diante, em que entregaráõ os ditos trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, com declaraçaõ, que quando por algum incidente succeda, que os rendimentos da dita Alfandega diminuaõ, ou naõ cheguem para satisfazer estes hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, hey por bem, que neste caso fiquem subsidiariamente na mesma obrigaçaõ os rendimentos da Casa de Bragança, e que por elles, com certidaõ, de que naõ teve recebimento em parte, ou em todo o dito juro, na Alfandega se lhe paguem; e para este effeito assim as rendas da dita Casa, como os rendimentos dos novos direitos da Chancellaria môr, sou servido, que fiquem obrigados por especial hypotheca, e segurança do principal, e reditos, da venda deste juro, dispensando como Rey na Ley, que prohibe a hypotheca, ou alheaçaõ dos bens da Coroa; e poderá este juro ser reduzido na fórma dos mais, que naõ tem clausulado se naõ poderem reduzir na fórma declarada no ultimo Decreto neste incorporado; e em caso, que os ditos Administradores quizerem mudar este juro para qualquer outra parte, Casa, ou Almoxarifado, ou rendas minhas, o poderáõ fazer, e hey por bem, que se lhe mudem as vezes, que quizerem, naõ sendo em prejuizo dos que nella primeiro estiverem assentados, e nesta fórma hey a dita venda por feita, e acabada; e assim a aceitou o dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, Administrador dos Paços da Bemposta, e foy de tudo contente, com todas as clausulas, condições acima referidas, e para mayor firmeza desta venda suppro, em quanto he necessario, todos os defeitos, de feito, ou de direito, que nisto possaõ intrevir, e rogo, e encomendo a todos os Reys meus successores, que depois de mim vierem, cumpraõ, e façaõ cumprir esta Carta, e cada huma das cousas nella contheudas, inteiramente sem duvida, nem contradiçaõ alguma, pelo que mando ao Thesoureiro, que hora he, e ao diante for da dita Alfandega, que do dito tempo a cima referido em diante, em cada hum anno, dê, e pague ao dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, como Administrador dos ditos Paços da Bemposta, os ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, aos quartéis, do anno por inteiro, e sem quebra alguma, posto que ahi haja por esta só Carta geral, sem mais ser necessario outra Provisaõ minha, nem mandados dos Védores de minha fazenda, sem dos ditos rendimentos fazer outra despeza alguma, por especial, que seja, até o dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, como Administrador dos ditos Paços da Bemposta, ser pago dos ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro; e ainda que eu mande fazer outros pagamentos assim meus, como de partes, que o dito Thesoureiro tenha na folha do assentamento, ou por alguma Provisaõ, o qual pagamento lhe assim fará sem esperar pela dita folha, posto que os ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis naõ vaõ lançados nella, sem embargo do Regimento

to em contrario, e com conhecimento em fórma do Thesoureiro da Casa do Infantado, que ha de cobrar os ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro para os dispender nos ordenados, e mais despezas da Capella Real dos ditos Paços da Bemposta, na fórma acima referida, mando aos Contadores de minha Casa, levem em conta ao dito Thesoureiro o que lhes assim pagar cada anno, e naõ o cumprindo elle inteiramente como acima he declarado, hey por bem, que incorra em pena de cincoenta cruzados, ametade para cativos, e a outra ametade para quem o accusar; e mando ao Ouvidor da dita Alfandega desta Cidade, ou a qualquer Corregedor do Civel della, que sendolhe requerido por parte do dito Administrador, que hora he, e ao diante for, que com muita brevidade façaõ execuçaõ no dito Thesoureiro, pela dita pena, cada vez, que nella incorrer, e lhe façaõ fazer com effeito o dito pagamento, e os Védores de minha fazenda, que lhes façaõ assentar nos livros della os ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, do dito tempo acima referido, e em diante levar em cada hum anno na folha do assentamento da dita Alfandega, para nella lhe serem pagos, na fórma referida, constandolhe primeiro por certidaõ nas costas deste, de como no livro da receita, que serve com o Thesoureiro Miguel Diogo da Gama à margem, de que manaraõ os ditos conhecimentos em fórma, neste tresladados, ficaõ postas verbas de como se passou esta Carta de padraõ dos ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro a retro, de vinte o milhar, a qual Carta de padraõ se registará no livro dos registos da dita minha fazenda, e os ditos conhecimentos em fórma foraõ rotos ao assinar deste padraõ, que por firmeza de tudo mandey dar ao dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, Administrador dos Paços da Bemposta, por mim assinado, e sellado com o meu Sello de chumbo pendente. Joaõ de Almeida o fez em Lisboa a vinte de Julho de mil e setecentos e seis. Martim Teixeira de Carvalho o fez escrever.

ELREY.

Doaçaõ delRey ao Infante D. Francisco, das quintas da Murteira, do Alfeite, e terras das Marnotas, e outras, &c. Está no dito livro, pag. 70.

Num. 146
An. 1707.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que desejando eu accrescentar, e augmentar a Casa do Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmaõ, pelo muito amor, que lhe tenho, e estimaçaõ, que faço de sua pessoa, como he razaõ, e pede hum taõ estreito vinculo de sangue, e tendo por certo, que correspondendo elle a quem he, e às suas grandes obrigações, me saberá merecer em todo o accrescentamento, que lhe fizer, me praz, e hey por bem de lhe fazer

zer doaçaõ , além de outras , como por esta minha Carta desde logo lhe faço , da quinta da Murteira , que ElRey meu Senhor , e pay , que está em gloria , comprou ao Conde de Soure D. Joaõ da Costa de Sousa , e sua mulher D. Luiza Francisca de Tavora , e da quinta da praya de Alfeite , que chamaõ da Penha , que o mesmo Senhor comprou a Giraldo Huguer Marcem , por tres contos e setecentos mil reis , e remio o foro da mesma quinta , e das terras das Marnotas , com sua Cavallariça grande , e casas do Feitor , que o mesmo Senhor comprou a Manoel da Sylva , e a sua mulher Ignez Maria Barbosa , por preço de dous contos e quatrocentos mil reis , e do Casal , que está no mesmo sitio das Marnotas , que o mesmo Senhor comprou a D. Dimiana de Barros e Sampayo , por hum conto de reis , e de hum pedaço de terra no mesmo sitio das Marnotas , que se comprou a Anna Maria por vinte mil reis , tudo com a mesma natureza , e clausulas , e condições , que ElRey meu Senhor , e pay , instituîo a Casa do Infantado , na pessoa do dito Infante , e seus descendentes , e os mais , que tem vocaçaõ na dita instituiçaõ contheuda no testamento do dito Senhor Rey , as quaes hey aqui por expressas , e declaradas , como se dellas fizesse especifica mençaõ , e esta doaçaõ lhe faço de juro , e herdade , para sempre , para elle , e seus descendentes , e os mais chamados na dita instituiçaõ ; e outro sim declaro , que ao mesmo Infante D. Francisco , meu irmaõ , pertencem , em virtude da instituiçaõ testamentaria delRey meu Senhor , e pay , as fazendas abaixo declaradas , das quaes humas foraõ compradas pelo dito Senhor Rey para a Casa do Infantado , e outras expressamente para o Infante D. Francisco , e se he necessario , lhe faço novamente doaçaõ dellas , com a mesma natureza , com que lhe foraõ deixadas por ElRey meu Senhor , e pay , para elle , e seus descendentes , e todos os mais , que saõ chamados na dita instituiçaõ , na mesma fórma , em que lhe faço doaçaõ das mesmas fazendas acima declaradas , e as ditas fazendas saõ as seguintes : A quinta da praya de Alfeite , nos lemites da Romeira a velha , no Termo da Villa de Almada , que se comprou por intervençaõ do Desembargador Bento Teixeira de Saldanha , Procurador da Casa do Infantado , para os Administradores della , e se incorporou na mesma Casa , por cento e setenta mil reis de juro , ao Conde de Tarouca Joaõ Gomes da Sylva , e a sua mulher a Condessa D. Joanna Rosa de Menezes. E a quinta na mesma praya de Alfeite , que se comprou ao Desembargador Antonio da Maya Aranha , para a mesma Casa do Infantado , por quinhentos mil reis ; humas terras chamadas as Pareiras , sitas nas Cortes , limite de Salvaterra de Magos , que se compraraõ para o mesmo Infante D. Francisco , que está de posse dellas , ao Conde de Soure D. Joaõ Joseph da Costa e Sousa , e a sua mulher D. Luiza Francisca de Tavora , por preço de oito mil cruzados ; e humas terras em Campolide , Buenos-Ayres , que constaõ de dous Prazos , que se compraraõ para o mesmo Infante , e para seus herdeiros , e successores , a Luiz de Miranda Henriques , por hum conto de reis ; e por firmeza de tudo o que dito he , lhe mandey dar esta Carta por mim

assinada ,

assinada, e passada por minha Chancellaria, e sellada com o meu Sello pendente de minhas Armas, e naõ pagou novos direitos, e nem pagará direitos velhos, por naõ dever huns, nem outros. Dada na Cidade de Lisboa ao primeiro de Agosto. Lourenço Gomes de Araujo o fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo, de mil e setecentos e sete. Diogo de Mendoça Corte-Real o sobescrevi.

ELREY.

Doaçaõ da Casa da Feira ao Infante D. Francisco. Está no dito livro, pag. 110.

Num. 147
An. 1708.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que desejando eu accrescentar, e augmentar a Casa do Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmaõ, pelo muito amor, que lhe tenho, e estimaçaõ, que faço de sua pessoa, como he razaõ, e pede hum taõ estreito vinculo de sangue, e tendo por certo, que correspondendo elle a quem he, e às suas grandes obrigaçóes, me saberá merecer todo o accrescentamento, que lhe fizer, me praz, e hey por bem de lhe fazer merce, e doaçaõ, além de outras, como por esta minha Carta desde logo lhe faço, de lhe conceder todo o direito, que a Coroa tem na Casa da Feira, que vagou pelo ultimo possuidor della, o Conde D. Fernando Frojaz Pereira, pela sentença, que ultimamente se proferio a seu favor, a qual cessaõ, e doaçaõ, lhe faço com a mesma natureza, e clausulas, e condiçóes, com que ElRey meu Senhor, e pay, instituío a Casa do Infantado, na pessoa do dito Infante, e seus descendentes, e os mais, que tem vocaçaõ na instituiçaõ contheuda no testamento do dito Senhor Rey, as quaes hey aqui por expressas, e declaradas, como se dellas fizera especifica mençaõ, e esta doaçaõ, e cessaõ de direito, lhe faço de juro, e herdade, para sempre, para elle, e seus descendentes, e mais chamados na dita instituiçaõ, sem embargo da dita Casa estar em litigio, por haverlha deixado em seu testamento ElRey meu Senhor, e pay, por considerar ser vaga para a Coroa; e sendo necessaria hey por derogada de meu poder Real, moto proprio, e certa sciencia, a Ordenaçaõ do livro quarto, titulo dez, que prohibe a cessaõ das cousas litigiosas, para que sem embargo della tenha seu devido effeito esta doaçaõ, e cessaõ de direito; e por firmeza de tudo o que dito he, lhe mandey dar esta Carta por mim assinada, passada pela Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas Armas; e naõ pagou novos direitos, nem pagará direitos velhos, pelos naõ dever. Dada nesta Cidade de Lisboa aos 10 dias do mez de Fevereiro. Jorge Monteiro Bravo a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1708. Diogo de Mendoça Corte-Real a fiz escrever.

ELREY.

Doaçaõ

Doaçaõ de huma tença de 90U reis, ao Infante D. Francisco, de juro, e herdade, no Almoxarifado de Cintra. Está na Chancellaria, no livro, que principia anno 1706, pag. 37.

Dit. n. 147
An. 1707.

POr quanto D. Anna de Ataide e Castro, Condessa, que foy da Castanheira, contheuda na ultima apostilla deste padraõ, he falecida, e por seu falecimento vagou para a Coroa sua Casa, e Condado, ao que andaõ annexos os noventa mil reis de juro, que tinha pelo dito padraõ, e postilla, dos quaes fez merce, e doaçaõ ElRey D. Pedro o II. meu pay, e Senhor, que santa gloria haja, ao Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmaõ, como tambem de todos os mais bens da dita Casa, o que constou de huma Carta de doaçaõ, passada aos vinte e oito de Julho de mil e setecentos e cinco, e assinada pela Serenissima Rainha da Grãa Bretanha, minha tia, e Senhora, que santa gloria haja, como Regente destes Reynos, a qual Carta o Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, offereceo no Conselho de minha fazenda, e levou por ser para mais, pedindome lhe mandasse passar postilla do dito juro, de que tudo houve vista o Procurador de minha fazenda. Hey por bem, e me praz, que o dito D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmaõ, tenha, e haja de minha fazenda, de seis de Junho de mil e setecentos e cinco em diante, estes noventa mil reis de juro de tença cada anno, de juro, e herdade para sempre, para elle e seus herdeiros, e isto com todas as mais clausulas, penas, e obrigações contheudas, e declaradas no dito padraõ, e postilla; e porque de todas, e cada huma dellas, quero, e me praz, que elle use, e goze, e se lhe cumpraõ, e guardem, sem contradiçaõ alguma, natureza, condições, jurisdicções, e prerogativas, com que ElRey meu Senhor, e pay, que santa gloria haja, lhe fez delles doaçaõ, como he declarado na dita Carta; e os ditos noventa mil reis de juro lhe seraõ assentados no Almoxarifado da Villa de Cintra, onde tem sua situaçaõ, e pagos ao Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, pelo rendimento das sizas dos quartos da Villa de Collares, com antiguidade dos referidos seis de Junho de mil e setecentos e cinco, que he o dia da dita merce, como se determinou no Conselho de minha fazenda, por despacho de quatro de Março do anno presente, assim, e da maneira, que se pagavaõ no mesmo Almoxarifado à dita Condessa da Castanheira, pelo dito padraõ, e postilla, e conforme a elles, pelo que mando ao Executor, que horá he, e ao diante for do Almoxarifado da Villa de Cintra, que do tempo acima referido em diante, em cada hum anno, dê, e pague ao Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, os ditos noventa mil reis de juro, aos quartéis, do anno por inteiro, e sem quebra alguma, posto que ahi haja, por esta só Carta geral, sem mais ser necessario outra Provisaõ minha, nem mandado dos Védores de minha fazenda, com conhecimento do dito Procurador da Fazenda do Estado do Infantado,

mando aos Contadores de minha Casa levem em conta ao dito Executor, o que lhe assim pagar cada anno, e aos Védores de minha fazenda lhe façaõ assentar nos livros della estes noventa mil reis de juro, e despachar cada anno na folha do meu assentamento do mesmo Almoxarifado de Cintra, para nelle lhe serem pagos, como dito he, por quanto o assento, que dos ditos noventa mil reis de juro estavaõ no livro de minha fazenda em nome da dita D. Anna de Ataide e Castro, que foy Condessa da Castanheira, e assim o registo da ultima postilla do padraõ delles dos livros da Chancellaria, que já estavaõ na Torre do Tombo, se riscaraõ, e pozeraõ nelle verbas do contheudo nesta, como se vio por certidoens dos Officiaes a que pertenciaõ as taes verbas, as quaes certidoens se romperaõ ao assinar desta postilla, que hey por bem valha como Carta feita em meu nome, sem embargo da Ordenaçaõ em contrario, e naõ pague novos direitos, nem pagará direitos velhos, pelos naõ dever, como se dispoem no Decreto inserto, na Carta de doaçaõ referida. Miguel de Abreu e Freitas, o fez em Lisboa a quatro de Abril de mil e setecentos e sete. Jeronymo da Nobrega de Azevedo.

A folhas trinta e oito do dito livro, se acha registada a postilla do theor seguinte: Por doaçaõ delRey D. Joaõ o V. ao dito Infante seu irmaõ.

Dit. n. 147
An. 1707.

POr quanto D. Anna de Ataide e Castro, Condessa, que foy da Castanheira, contheuda na ultima postilla deste padraõ, he falecida, e por seu falecimento vagou para a Coroa a sua Casa, e Condado, ao qual andaõ annexos os cento e quatorze mil e oitocentos reis do juro, que tinha pelo dito padraõ, e postilla, dos quaes fez merce, e doaçaõ, ElRey D. Pedro II. meu pay, e Senhor, que santa gloria haja, ao Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmaõ, e como tambem de todos os mais bens da dita Casa, o que constou de huma Carta de doaçaõ passada aos vinte e oito de Julho de mil e setecentos e cinco, e assinada pela Serenissima Senhora Rainha da Grãa Bretanha, minha Senhora, que santa gloria haja, como Regente destes Reynos, a qual Carta o Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, offereceo no Conselho de minha fazenda, e levou por ser para mais, pedindome lhe mandasse passar postilla do dito juro, de que de tudo houve vista o Procurador de minha fazenda; hey por bem, e me praz, que o dito D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmaõ, tenha, e haja de minha fazenda, de seis de Junho de mil e setecentos e cinco em diante, estes cento e quatorze mil e oitocentos reis de tença cada anno, de juro, e herdade, para sempre, para elle, e seus successores, e isto com todas as mais clausulas, penas, e obrigações contheudas, e declaradas no dito padraõ, e postilla, porque de todos, e cada huma dellas quero, e me praz, que elle use, e goze, e se lhe cumpraõ, e guardem,

dem, sem contradiçaõ alguma, e com a mesma natureza, condições, jurisdicções, e prerogativas, com que ElRey meu Senhor, e pay, que santa gloria haja, lhe fez delles doaçaõ, como he declarado na dita Carta dos ditos cento e quatorze mil e oitocentos reis de juro, lhe seraõ assentados no Almoxarifado da Villa de Cintra, onde tem sua situaçaõ, e pagos ao Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, pelo rendimento das sizas dos quartos da Villa de Collares, com antiguidade dos referidos seis de Junho de mil e setecentos e cinco em diante, que he o dia da dita merce, como se determinou no Conselho de minha fazenda, por despacho de quatro de Março do anno presente, assim, e da maneira, que se pagavaõ no mesmo Almoxarifado à dita Condessa da Castanheira, pelo dito padraõ, e postilla, e conforme a elles; pelo que mando ao Executor, que hora he, e ao diante for do Almoxarifado da Villa de Cintra, que do tempo acima referido em diante, em cada hum anno, dê, e pague ao Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, os ditos cento e quatorze mil e oitocentos reis de juro, aos quartéis, do anno por inteiro, sem quebra alguma, posto que ahi a haja, por esta só Carta geral, sem mais ser necessario outra Provisaõ minha, nem mandado dos Védores de minha fazenda; e por esta postilla será registada nos livros do registo de minha fazenda, com conhecimentos do dito Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, mando aos Contadores de minha Casa, levem em conta ao dito Executor o que lhe assim pagar cada anno, e os Védores de minha fazenda lhe façaõ assentar nos livros della estes cento e quatorze mil e oitocentos reis de juro, e despachar cada anno na folha do meu assentamento do mesmo Almoxarifado de Cintra, para nelle lhe serem pagos, como dito he; por quanto o assento, que dos ditos cento e quatorze mil e oitocentos reis de juro estava no livro de minha fazenda em nome da dita D. Anna de Ataide e Castro, que foy Condessa da Castanheira, e assim o registo da ultima postilla do padraõ delles dos livros da Chancellaria, que já estavaõ na Torre do Tombo, se riscaraõ, e pozeraõ nelles verbas do contheudo nesta, como se vio por certidoens dos Officiaes a que pertencia pôr as taes verbas, as quaes certidoens se romperaõ ao assinar desta postilla, que hey por bem valha, como Carta feita em meu nome, sem embargo da Ordenaçaõ em contrario; e naõ pagou novos direitos, nem pagará direitos velhos, pelos naõ dever, como se dispoem no Decreto inserto, na Carta de doaçaõ referida. Miguel de Abreu de Freitas o fez em Lisboa a quatro de Abril de mil e setecentos e sete. Sebastiaõ da Gama Lobo o fiz escrever.

ELREY.

O Conde da Castanheira = Joaõ de Andrade Leitaõ. =

Pagou nada por ser do Senhor Infante D. Francisco, e aos Officiaes mil e cento e vinte reis. Lisboa doze de Mayo de mil e setecentos e sete. Jeronymo da Nobrega de Azevedo.

Alvará delRey D. Pedro II. em que faz merce à Casa do Infantado de 458U750 reis de tença, na Alfandega do Porto. Está na Torre do Tombo, no livro dos Officios, e merces do dito Rey, que principia em 1684, pag. 142.

Dit.n.147
An. 1685.

EU ElRey faço saber aos que este Alvará virem, que eu fiz merce à Infanta minha sobre todas muito amada, e muito prezada filha, de seis contos cento e cincoenta mil reis em cada hum anno, e assinados na Alfandega da Cidade do Porto, de que se lhe passou padraõ em dezaseis de Mayo de seiscentos e oitenta, e por haver effeito a cinco de Mayo de seiscentos e oitenta e hum, lhe fiz tambem merce dos dez mil cruzados, que na dita Alfandega mandey applicar para a despeza dos Embaixadores, e de tres contos de reis no rendimento do tabaco, que está à ordem do Conselho de minha fazenda, e depois por Alvará de sete de Janeiro de seiscentos oitenta e tres, fiz merce à Infanta de cem mil cruzados de renda cada anno, consignados no rendimento da Casa do Estado de Bragança, de que lhe fiz doaçaõ; e porque as rendas da dita Casa, pelos encargos, que tem, naõ bastavaõ para prefazer o dito computo de cem mil cruzados, ficaraõ tambem pertencendo à Infanta os dez mil cruzados, que pelo padraõ referido de cinco de Mayo de seiscentos oitenta e hum tem na Alfandega do Porto, ficando extinctos os tres contos de reis, que por elle, e outro sim tinha no rendimento do tabaco, da addiçaõ, e padraõ de seis contos cento e cincoenta mil reis, lhe ficava pertencendo dous contos novecentos oitenta e dous mil seiscentos oitenta e cinco reis, e os tres contos cento sessenta e sete mil duzentos e vinte e oito reis, que restaõ, mandey se entregassem ao Thesoureiro do novo direito da Chancellaria, para os cobrar cada anno, em quanto durasse o encargo de se pagar à Infanta, pelo tal direito novo, as quantias, que faltassem para se prefazerem cada anno os ditos cem mil cruzados, e por quanto ultimamente fiz merce à Infanta das Commendas mayor da Ega, a de Dornes, e a de Castellobranco, que lograva a Casa do Infantado, na quantia de quatro contos e cincoenta e oito mil setecentos e cincoenta reis, com declaraçaõ, que esta mesma quantia se diminuisse das tenças referidas para a cobrar a Casa do Infantado, em satisfaçaõ, do que rendiaõ as ditas Commendas, assim, e da maneira, que a tinha, e vencia a Infanta, com a mesma antiguidade, e clausula, de se haver pelo rendimento dos direitos novos da Chancellaria, por todo o tempo, que naõ tiver cabimento na dita Alfandega, como mandey declarar ao Conselho da minha fazenda, por Decreto de vinte de Junho de seiscentos oitenta e quatro, e se contém em outro escrito de treze do mesmo mez, e anno, que mandey à Junta, e Casa do Infantado, e se apresentou no dito Conselho, que tudo houve vista o Procurador de minha fazenda, hey por bem, e me praz, que a Casa do Infantado tenha em cada hum anno quatrocentos cincoenta e oito mil setecentos

tecentos e cincoenta reis, que he o que rendiaõ as ditas Commendas, de que fiz merce à Infanta, os quaes lhe feraõ pagos no rendimento da Alfandega da Cidade do Porto, diminuindo-se das tenças, que nella tem a Infanta, para que se cobre com a mesma antiguidade, e clausula de se haver pelo rendimento dos direitos novos da Chancellaria, por todo o tempo, que naõ tiver cabimento na dita Alfandega, pelo que mando aos Védores de minha fazenda lhe façaõ assentar nos livros della os ditos quatrocentos e cincoenta e oito mil setecentos e cincoenta reis, e levar cada anno na folha do assentamento da Alfandega do Porto, para serem pagos à Casa do Infantado, como dito he, e constandolhe primeiro por certidoens nas costas deste, de como nos assentos das ditas tenças, e nos proprios padroens da Infanta, em seus registos, nos livros de minha Chancellaria, e fazenda, se pozeraõ verbas do contheudo neste Alvará, e outra tal verba se porá no registo do dito Decreto de vinte de Junho de seiscentos oitenta e quatro, com que se cumprirá inteiramente, e valerá como Carta, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenaçaõ em contrario. Francisco Pereira a fez em Lisboa a vinte e oito de Julho de seiscentos oitenta e cinco annos. Martim Teixeira de Carvalho o fez escrever.

REY.

Manoel Telles da Sylva. Joaõ de Roxas de Azevedo.

Pagou nada por privilegio. Lisboa quinze de Dezembro de seiscentos oitenta e cinco, aos Officiaes quinhentos e quatro reis. D. Sebastiaõ Maldonado.

Compra à Coroa do Reguengo de Vallada, por cem mil cruzados, para a Casa do Infantado. Está no livro dos registos dos Alvarás da Junta da Casa do Infantado, que principia no anno 1673.

Dit. n. 147
An. 1689.

DOm Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de padraõ de hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil e seiscentos reis de juro, em cada hum anno, com pacto, e condiçaõ de retro aberto, sem lemitaçaõ de tempo, a respeito de cinco e quatro e meyo por cento virem, que resolvendo eu por justas consideraçóes de meu serviço, que para ajuda das necessidades presentes se vendesse o Reguengo de Vallada, que estava incorporado na Coroa; e naõ se achando lanço conveniente mandey, que se tomasse em preço de cem mil cruzados para a Casa do Infantado, e para que elle possa contribuir com a dita quantia era necessario vender juros desta importancia, e achando-se, que mais facilmente haveria compradores assentando-selhes o dito juro na Casa de

de Bragança, fuy servido mandar, que na dita Casa se vendessem tantos juros, quantos bastassem para se fazerem os ditos cem mil cruzados, ficando assim o dito Reguengo, como todas as mais rendas, da Casa do Infantado, hypothecadas, e obrigadas à Casa de Bragança na dita quantia; e havendo algumas pessoas, que de presente os quizessem comprar na Casa do Infantado, antes que na de Bragança, lhe concedia para isto licença, e neste caso ficaria a dita Casa do Infantado obrigada à de Bragança, na quantia sómente, que tomasse para a compra do dito juro, e a lhe pagar todos os annos o com que elle ha de satisfazer as pessoas, que o comprarem, para o que mandey passar hum Alvará pelo meu Tribunal do Desembargo do Paço, cujo theor he o seguinte. Eu ElRey faço saber aos que este Alvará virem, que por justas considerações do meu serviço, e por se naõ achar lanço conveniente para o Reguengo de Vallada, que para ajuda das necessidades presentes tenho mandado vender, resolvi tomallo em preço de cem mil cruzados, para a Casa do Infantado; e por quanto para se achar este dinheiro he necessario venderse juro desta importancia, cujos compradores mais facilmente se acharaõ, assentando-selhes o dito juro na Casa de Bragança. Hey por bem, e me praz, que nas rendas do dito Estado de Bragança, sem embargo de serem da Coroã, se vendaõ tantos juros, quantos bastem para se prefazerem os ditos cem mil cruzados, ficando assim o dito Reguengo, como todas as mais rendas da dita Casa do dito Infantado obrigadas, e hypothecadas à dita Casa de Bragança, na dita quantia, para lhe pagar todos os annos o juro, com que ella ha de satisfazer às pessoas, que o comprarem; e outro sim poderá a Casa do Infantado, todas as vezes, que tiver cabedal, dar à Casa de Bragança o que bastar para o distrato do dito juro em todo, a cada huma das pessoas, que o comprarem, com declaraçaõ, que havendo algumas, que agora de presente queiraõ comprar na dita Casa do Infantado, antes, que na de Bragança, lhe concedo para isso licença, em tal caso ficará a dita Casa do Infantado obrigada a de Bragança, no porte, que tomar para a compra do dito juro sómente; e para mayor segurança do juro, que compra Sylverio da Sylva, se declarará na Escritura, que sendo caso, que por algum acontecimento deixe de se pagar o dito juro na Casa de Bragança, por este mesmo facto poderá cobrallo nas rendas da Casa do Infantado, especialmente no rendimento do dito Reguengo, que se lhe hypotheca, e as mais rendas da dita Casa, e mando às Justiças, a que o conhecimento pertencer, que assim o cumpraõ, e façaõ inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, que valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenaçaõ do livro segundo, titulo quarenta, em contrario. Manoel da Sylva Collaço a fez em Lisboa a vinte e cinco de Junho de mil e seiscentos e oitenta. Francisco Galvaõ o fez escrever.

REY.

Em

Em virtude do qual, e do Decreto, que sobre este particular mandey à Casa de Bragança, cuja copia he a seguinte. Pelo Decreto cuja copia será com este, verá a Junta da Casa de Bragança o que tenho ordenado sobre a compra do Reguengo de Vallada, e venda dos juros, que para se haverem os cem mil cruzados, que custa, se haõ de tomar; e porque o Thesoureiro Bento da Cunha Malheiro, ha de buscar, e contratar com as pessoas, que comprarem o dito juro, lhe mandará passar a Junta o despacho necessario, e ao Procurador da Fazenda Alvará para celebrar as Escrituras, com declaraçaõ, que o dito juro será ao menos de cinco por cento, à condiçaõ de retro, na fórma ordinaria, e as clausulas costumadas; e havendo algumas pessoas, que o queiraõ a quatro e meyo por cento, teraõ a prerogativa de serem as ultimas a que se distrate. A Junta o tenha assim entendido, e o mande dar à execuçaõ na parte, que lhe toca. Em Lisboa a quatorze de Junho de mil e seiscentos oitenta e oito. A rubrica de Sua Magestade. E por quanto o Thesoureiro da dita Casa de Bragança, Bento da Cunha Malheiro, no dito Decreto nomeado, buscou, e contratou com as pessoas seguintes, para a cada huma dellas vender sobre as dizimas do Pescado desta Cidade, pertencente à Casa de Bragança, a quantia do juro, que a cada huma dellas abaixo vay declarado, a saber: A Sylverio da Sylva da Fonseca, hum conto de reis, a quatro e meyo por cento, cujo principal importou vinte e dous contos duzentos e vinte e dous mil duzentos e vinte reis; a Joseph Francisco, vinte mil reis, a quatro e meyo por cento, que importou quatrocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e cincoenta reis; ao Padre Antonio da Galla, quinze mil reis, a cinco por cento, que importou em trezentos mil reis; a D. Cecilia Maria de Menezes e Sylva, duzentos quarenta e tres mil reis, a quatro e meyo por cento, que importa cinco contos e quatrocentos mil reis; ao Padre Manoel da Sylva, quinze mil reis, a cinco por cento, que importou trezentos mil reis; ao Padre Antonio de Ataide, doze mil e quinhentos reis, a cinco por cento, que importou duzentos e cincoenta mil reis; ao Padre Bartholomeu de Quental, quinze mil reis, a cinco por cento, que importou trezentos mil reis; a Antonio Lobo da Cunha, oitenta mil reis, a quatro e meyo por cento, que importou hum conto setecentos setenta e sete mil e oitocentos reis; a D. Luiz Balthasar da Sylveira, quarenta e quatro mil e cem reis, a quatro e meyo por cento, que importou novecentos e oitenta mil reis, em que se ajusta a quantia de trinta e dous contos duzentos setenta e quatro mil quatrocentos e setenta reis, que importa o principal destes juros, pelos cinco e quatro e meyo por cento, em cada huma destas addições declarado; e para se celebrarem, e outorgarem as Escrituras do dito juro, para com o seu principal ir o dito Thesoureiro Bento da Cunha, satisfazendo os cem mil cruzados, preço da venda do dito Reguengo de Vallada, mandey passar Alvará de poder pela Junta da Casa do Infantado, ao Desembargador Bento Teixeira de Saldanha, Procurador da Fazenda delle, para outorga nas ditas Escrituras, e se obrigar pela fazenda da mesma Casa

ſa do Infantado, aos que ſe venderem na Caſa de Bragança, até a quantia dos ditos cem mil cruzados, como ſe declarava no dito Alvará, cujo theor he o ſeguinte. Eu ElRey como Senhor da Caſa, e Eſtado do Infantado, faço ſaber aos que eſte Alvará virem, que eu fuy ſervido reſolver, que ſe tomaſſe para o dito Eſtado o Reguengo de Vallada, que eſtava incorporado na Coroa, e mandey vender com pacto de retro aberto, e ſem limitaçaõ de tempo, para as neceſſidades preſentes do Reyno, em preço de cem mil cruzados, os quaes ſe haõ de tomar a juro na dita Caſa do Infantado, ou na de Bragança, conſorme mais convier a cada huma das partes, com declaraçaõ, que vendendo ſe na Caſa de Bragança todo, ou parte delle, lhe ficará a Caſa do Infantado obrigada em toda a ſua fazenda, eſpecialmente a do Reguengo, até pagar os intereſſes, e juros, com que a de Bragança ha de contribuir às partes, e outro ſim a diſtratar à ſua cuſta o dito juro, todas as vezes, que para iſſo houver cabedal; e por quanto Sylverio da Sylva da Fonſeca, tem já entregue vinte e dous contos duzentos e vinte e dous mil duzentos e vinte reis, que he o principal de hum conto de reis, a quatro e meyo por cento, que tem contratado comprar na dizima do Peſcado deſta Cidade de Lisboa, pertencentes à Caſa de Bragança, com a clauſula, de que naõ ſómente as rendas della, mas tambem as da do Infantado, e as do meſmo Reguengo, lhes fiquem obrigadas. Hey por bem dar poder ao Deſembargador Bento Teixeira de Saldanha, Procurador da Fazenda da dita Caſa do Infantado, naõ ſómente para outorgar nas Eſcrituras da venda dos juros, que os que as partes nella quizerem comprar, mas tambem para ſe obrigar nos que ſe venderem até a dita quantia de cem mil cruzados, na dita Caſa de Bragança, pelos bens da do Infantado, na fórma referida, e outro ſim para outorgar na do dito Sylverio da Sylva, como acima ſe declara terem tratado, e com clauſula, que por comprar a quatro e meyo por cento, naõ ſeja obrigado a diſtratar ſenaõ em ultimo lugar, nos que ſe diſtratarem na dita quantia de cem mil cruzados, que agora ſe tomaõ, e a meſma clauſula ſe irá pondo aos que no meſmo preço os quizerem aceitar conforme o tempo, porque as partes forem comprando, e o que pelo dito Deſembargador neſta materia for feito, hey deſde logo por firme, e valioſo, e mando, que ſe cumpra inteiramente para o qual lhe dou todos os poderes, que em direito forem neceſſarios para mayor firmeza, e ſegurança do dito contrato, e eſte naõ paſſará pela Chancellaria. Franciſco Rebello a fez em Lisboa aos vinte e tres de Junho de mil e ſeiſcentos oitenta e oito. Manoel Palha Leitaõ a fez eſcrever.

REY.

E em virtude deſte Alvará outorgou, e aſſinou o dito Deſembargador Bento Teixeira de Saldanha, todas as Eſcrituras das peſſoas atraz declaradas, e por elles requereraõ ſeus padroens, que ſe lhes paſſaraõ, e foraõ por mim aſſinados, e ſe lhes aſſentaraõ os juros nelles declarados nos Almoxariſados das dizimas do Peſcado deſta Cidade,

Cidade, pertencentes à dita Casa de Bragança, a qual está obrigada a pagar todos os annos hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil e seiscentos reis de juro, que tanto importa o que as pessoas referidas tem pelos ditos padroens, às quaes rendas, e outorgas das Escrituras, que para este effeito se celebraraõ assistio o Procurador da Fazenda da dita Casa de Bragança, e para seu cumprimento obrigou a fazenda da dita Casa, e especialmente o rendimento do Almoxarifado das ditas dizimas do Pescado desta Cidade, em virtude de hum Alvará, que para este effeito lhe mandey passar cujo theor he o seguinte. Eu ElRey como Administrador da pessoa, e bens da Infanta minha sobre todas muito amada, e prezada filha, Duqueza de Bragança, faço saber aos que este Alvará virem, que por quanto fuy servido mandar comprar o Reguengo de Vallada, para se annexar à fazenda do Estado da Casa do Infantado, para cujo effeito he necessario vender seu juro, que baste, e prefaça de principal a quantia de cem mil cruzados, hey por bem, e me praz de dar poder a André Lopes de Oliveira, Procurador da Fazenda do Estado da Casa de Bragança, para que possa outorgar a Escritura, ou Escrituras da venda do dito juro, com a pessoa, ou pessoas, que comprallo quizerem, imposto no Almoxarifado, ou Almoxarifados da dita Casa de Bragança, que às partes convierem, na fórma, em que o Thesoureiro Bento da Cunha Malheiro, que ha de buscar, e contratar com as pessoas, que comprarem o dito juro, os quaes cem mil cruzados se haõ de entregar ao dito Thesoureiro, e da carrega se passará conhecimento em fórma, assinado por elle, e pelo Escrivaõ de seu cargo, porque conste lhe fica carregado em receita a quantia, que cada pessoa receber, que se incorporará na Escritura, com declaraçaõ, que o tal juro será ao menos de cinco por cento, e condiçaõ de retro, na fórma ordinaria, e com as clausulas costumadas, e todas as mais, que lhe parecerem convenientes, e necessarias para segurança das partes; e havendo pessoas, que o queiraõ aceitar a quatro e meyo por cento, teraõ a prerogativa de serem as ultimas a que se distratem quando se tratar do desempenho desta quantia, que agora se vende, conforme a ordem, com que as partes o forem dando, obrigando à satisfaçaõ delle todas as rendas da dita Casa, e de Bragança, e em especial hypotheca o rendimento do Almoxarifado, em que o dito juro foy contratado, e ao Estado de Bragança ficará obrigada toda a fazenda da Casa do Infantado, e em especial o dito Reguengo, assim para lhe contribuir todos os annos com os redditos, que se pagarem as partes, como para fazer à sua custa os distratos desta importancia, e o que pelo dito André Lopes de Oliveira neste caso for feito na fórma deste Alvará, haverey por bem, firme, e valioso, porque para isso lhe dou inteiro, e cumprido poder, mandado geral, e especial. Antonio Coelho de Carvalho o fez em Lisboa aos vinte e cinco de Junho de mil e seiscentos oitenta e oito. Manoel de Saldanha Tavares o fez escrever.

REY.

E por me reprefentar o dito Procurador da Fazenda do Eftado de Bragança, por fua petiçaõ, que por eftarem feitas as ditas vendas, e os padroens paffados dos juros nelles declarados, affentados nos Almoxarifados das ditas dizimas, que para fegurança da fazenda da mefma Cafa, na fórma de minhas ordens fe devia cobrar outra tanta quantia cada anno do Thefoureiro da Cafa do Infantado, por onde fe cobra o rendimento do Reguengo de Vallada, o qual fe comprou com o principal deftes juros, para com elle ficar fatisfeita a mefma Cafa de Bragança, da obrigaçaõ delles, a que a do Infantado eftá primeiro obrigada, para o que era neceffario paffaffe padraõ da dita quantia à Cafa de Bragança, fobre os bens da do Infantado, e que o feu Thefoureiro a entregue cada anno ao da Cafa de Bragança, ou Almoxarife das ditas dizimas, e fe pagarem os ditos juros, que haõ de ir na folha daquelle Almoxarifado, aos quaes ficaráõ fempre obrigadas todas as rendas da Cafa do Infantado, e o rendimento do mefmo Reguengo, para com o dito padraõ fe fazer affentamento em as folhas de huma, e outra Cafa, as declarações neceffarias, me pedia lhe fizeffe merce mandar paffar padraõ da dita quantia de hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil feifcentos reis de juro, à dita Cafa de Bragança, para haver delles pagamento pela fazenda da Cafa do Infantado, e em efpecial pelo rendimento do dito Reguengo de Vallada, que a iffo eftá hypothecado, por fer outra tanta quantia como a Cafa de Bragança eftá obrigada a pagar às peffoas, que compraraõ efte juro nas ditas dizimas, com cujo principal fe pagou o dito Reguengo, e vifto por mim feu requerimento, Alvarás, nefte incorporados, repofta do dito Thefoureiro Bento da Cunha Malheiro, porque confta ter recebido todos os ditos trinta e dous contos duzentos e fetenta e quatro mil quatrocentos e fetenta reis, conta feita pelo Contador Rodrigo de Almeida, e mais documentos, de que fe faz mençaõ, que tudo com efta me foy aprefentado, e repofta do Procurador da Fazenda, da Cafa, e Eftado do Infantado, a quem foy dado vifta. Hey por bem, e me praz de lhe mandar paffar a prefente Carta de padraõ, pela qual pertencem à dita Cafa de Bragança, os ditos hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil feifcentos reis de juro, em cada hum anno, com pacto, e condiçaõ de retro aberto, fem lemitaçaõ de tempo, a refpeito de cinco e quatro e meyo por cento, que feraõ affentados fobre as rendas da Cafa do Infantado, por fer obrigado a dallos todos os annos, e entregallos à de Bragança, para fatisfaçaõ dos juros, que mandey vender no Almoxarifado das dizimas do Pefcado defta Cidade, pertencentes à mefma Cafa, para com o principal fe pagar o preço do Reguengo de Vallada, que mandey comprar para a Cafa do Infantado, vifto por ella fe cobrar o rendimento do dito Reguengo, e eftar a dita Cafa de Bragança obrigada a pagar os ditos juros, em quanto pela Cafa do Infantado fe lhe naõ entregar o dinheiro para elles fe diftratarem, porque diftratando-fe ceffará entaõ a obrigaçaõ do juro contheudo nefte padraõ, pelo que mando aos Defembargadores da Junta da Fazenda da dita Cafa, e Eftado do Infantado, lhe façaõ affen-

assentar os ditos hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil seiscentos reis de juro, no livro do assentamento, e despachar cada anno do primeiro de Janeiro, que vem de mil e seiscentos e noventa, nas folhas, que se passarem para o Thesoureiro da dita Casa do Infantado, por onde a Casa de Bragança ha de haver pagamento delles aos quartéis do anno, assim como se forem vencendo, com certidaõ do Escrivaõ da Fazenda, de como se naõ distrataraõ parte, ou todo, dos juros declarados neste padraõ, pela Casa do Infantado, porque sendo-o em todo, ou em parte, cessará a obrigaçaõ de por elle se pagar o dito juro, e aquelle, que se for distratando se irá deminuindo na quantia deste padraõ, e se iraõ pondo as postillas nelle, e verbas no assento delle, e em seu registo, para que conste as quantias, que se distratarem, e a mesma declaraçaõ se fará nas folhas, em que o dito juro for lançado, até de todo estar finda, e distratada a quantia dos ditos hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil seiscentos reis, contheuda, e declarada nesta Carta de padraõ, a qual por firmeza de tudo lhe mandey passar por mim assinada, e sellada com o Sello de minhas Armas. Dada nesta Corte, e Cidade de Lisboa aos vinte e seis de Outubro. Francisco Rabello a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1689. Manoel Palha Leitaõ o fez escrever.

ELREY.

Alvará porque ElRey D. Joaõ o V. supprio ao Infante D. Francisco a falta de idade.

Num. 148
An. 1707.

EU ElRey faço saber aos que este Alvará virem, que tendo consideraçaõ a que o Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmaõ, supposto, que naõ tem a idade, que conforme as Leys, e direito, se requere para administrar sua Casa, e todos seus bens, com tudo, he dotado de taõ alto entendimento, que Nosso Senhor foy servido darlhe, que póde muito bem ter a dita administraçaõ. Hey por bem de lhe supprir, e haver por supprida a falta de idade, e que para todos os negocios, e actos de qualquer qualidade, que sejaõ, se haja por mayor de vinte e cinco annos, e como tal possa usar de todos os seus bens, para o que revogo, e hey por revogadas todas as Leys assim do Reyno, como de outros quaesquer direitos; e este Alvará se cumprirá, guardará, e terá sua força, e vigor, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, e de naõ ser passado pela Chancellaria, sem embargo das Ordenações do livro segundo titulo trinta e nove e quarenta, que o contrario dispoem. Lourenço Gomes de Araujo o fez em Lisboa a 12 de Janeiro de 1707. D. Thomás de Almeida o sobrescrevi.

REY.

Decreto por onde se lançaraõ na Torre do Tombo diversos papeis tocantes a Senhora D. Luiza, filha delRey D. Pedro II. aonde copiey os seguintes, que estaõ no dito Archivo, no liv. 2. do Registo, pag. 150 vers. até 159.

Num. 149
An. 1695.

O Guarda mòr da Torre do Tombo mandará lançar nos livros do Registo della, a declaraçaõ, que fiz de minha letra, e final, em o primeiro de Março de 1679, para que em todo o tempo constasse, que D. Luiza, que mandava crear em Casa de Francisco Correa de Lacerda, era minha muito amada, e prezada filha, como tambem a certidaõ do Duque, meu muito amado, e prezado sobrinho, e de Francisco Correa de Lacerda, meu Secretario de Estado, que a escreveo, e a do Prior da Igreja Parochial de S. Nicolao Domingos do Valle, que a bautizou, ambas reconhecidas pelo Tabelliaõ Domingos de Barros, e a Escritura de dote, que se fez no casamento da mesma minha muito amada, e prezada filha D. Luiza, com o Duque D. Luiz Ambrosio de Mello, meu muito amado, e prezado sobrinho, para que em todo o tempo conste como sempre a conheci, e estimey por minha filha, desde o seu nascimento, e que como tal a mandey crear; e fique este irrefragavel, e perpetuo testemunho da verdade no Archivo do Reyno, para memoria dos seculos futuros. Lisboa 31 de Agosto de 1695. Rubrica de Sua Magestade.

Declaraçaõ da letra, e final de Sua Magestade.

A declaraçaõ Original està no Archivo do Duque, em hum livro, que tem o que pertence à filiaçaõ da Senhora D. Luiza, donde a vi.

Declaro, que houve huma filha de mulher donzella, e limpa de sangue, à qual ordeney chamassem D. Luiza, e a mandey crear em casa de Francisco Correa de Lacerda, quero, que em todo o tempo conste, que a referida he minha filha, e a esse fim fiz esta declaraçaõ, que entreguey a Francisco Correa, para que a guardasse em quanto lhe naõ mandava o contrario. Lisboa o primeiro de Março de 1679.

PRINCIPE.

Certidaõ do Duque, e de Francisco Correa de Lacerda.

Juramos aos Santos Euangelhos, que he verdade ouvimos dizer ao Serenissimo Principe D. Pedro nosso Senhor, que elle houvera a Senhora D. Luiza, sua filha, em huma mulher donzella, limpa de sangue, a qual tinha hum irmaõ legitimo Familiar do Santo Officio; e para que a todo o tempo conste desta verdade, nos mandou Sua Alteza fazer a presente, por sabermos o contheudo nella, antes, e depois de nascer a Senhora D. Luiza, a qual fomos bautizar em huma casa junto da Corte-Real, aonde a dita Senhora tinha nascido, e por estar *in periculo mortis*, eu Francisco Correa de Lacerda a bautizey, de mandado de Sua Alteza, sendo seu Padrinho o Duque do Cadaval,

Cadaval, estando ahi presente o Cirurgiaõ da Camera de Sua Alteza, Antonio de Prado; e outro sim, que he verdade, que o Prior de S. Nicolao Domingos do Valle, poz os Santos Oleos na sua Igreja à Senhora D. Luiza, como consta de huma certidaõ sua, fazendo assento no seu livro, que a dita Senhora era filha de pays incognitos, como a mesma certidaõ refere, mas della se vê ser feito o dito assento por dissimulaçaõ, e Sua Alteza o ordenar assim, a respeito do segredo, que quiz houvesse neste negocio, e nos mandou assistir a este acto, e que passassemos a presente, que assinámos em Lisboa a 7 de Março de 1679. = Duque = Francisco Correa de Lacerda.

Certidaõ do Prior de S. Nicolao Domingos do Valle.

Domingos do Valle, Prior da Parochial Igreja de S. Nicolao desta Cidade de Lisboa, e Thesoureiro da Capella de Sua Alteza, seu Guarda Joyas, e Guarda Reposte. Certifico, que prevendo o livro dos Bautizados da dita Igreja da era de 1667, e no dito livro a pag. 215 vers. está hum assento feito da minha letra, cujo theor he o seguinte. Em os 2 dias de Março de 1679 puz os Santos Oleos a Luiza, por ser bautizada em casa, a que assistio o Duque do Cadaval, filha de pays incognitos. O Prior Domingos do Valle. E al naõ disse o dito assento, que por verdade o tresladey de *verbo ad verbum*: e depois de feito o dito assento, me disse Sua Alteza, o Serenissimo Principe D. Pedro nosso Senhor, que era sua filha, e que ordenara ao Duque a levasse a pôr os Santos Oleos, debaixo do nome de engeitada; e para que a todo o tempo conste, que a dita Senhora D. Luiza, que no dito livro, e assento está, he filha de Sua Alteza, me ordenou o dito Senhor passasse a presente certidaõ com a declaraçaõ acima referida, e por passar na verdade o juro *in verbo Sacerdotis*, por saber o referido, e ser Criado de Sua Alteza, e elle mo dizer. Lisboa 28 de Março de 1679. O Prior de S. Nicolao Domingos do Valle.

Por huma certidaõ de Joseph Cardoso, Secretario do Conselho Geral, passada por ordem do Conselho Geral, a 10 de Setembro de 1695, consta, que Miguel de Carvalho Mascarenhas era Familiar do Santo Officio, natural do Lugar da Charneca, Termo da Cidade de Lisboa, era filho legitimo de Antonio Gonçalves, natural do mesmo Lugar, e de Maria Carvalha, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Purificaçaõ, do Lugar de Outeiro, em Monte-Lavar, Termo da Villa de Cintra, e neto, pela parte paterna, de Manoel Gonçalves, natural de Villa-Nova de Famelicaõ, Bispado do Porto, e de Dionysia Dias, natural do dito Lugar da Charneca, onde foraõ moradores: e neto, pela parte materna, de Jorge Joaõ Mascarenhas, natural do dito Lugar de Outeiro, e de Marqueza Braz, natural do dito Monte-Lavar, e ambos moradores no de Outeiro.

E por huma justificaçaõ feita perante o Doutor Gaspar Ferreira da Sylva, Desembargador da Casa da Supplicaçaõ, consta ser D. Maria da Cruz, irmãa inteira do sobre dito Miguel Carvalho, &c. a qual

qual está na Torre do Tombo, com os sobreditos papeis, &c. e foy passada em Lisboa a 13 de Outubro de 1695.

O dito Miguel Carvalho Mascarenhas, foy Freire professo da Ordem de Santiago, onde sendo lidas, e approvadas as suas Inquirições, está no fim da Inquiriçaõ de genere esta verba seguinte: Foraõ lidas em Capitulo, naõ houve duvida, e as acharaõ correntes. Convento 31 de Outubro de 1692.

Decreto delRey D. Pedro, porque fez merce à Senhora D. Luiza, sua filha, das Commendas, que nelle se contém.

Num. 150
An. 1692.

HEy por bem fazer merce a D. Luiza, minha filha, das Commendas de Santa Maria de Moreiras, do Arcebispado de Braga, e de Monsarás, do Arcebispado de Evora, da apresentaçaõ da Casa de Bragança, que estaõ vagas, e que em quanto se naõ encartar possa comer por administraçaõ os frutos dellas, pela parte a que toca, se passe o despacho necessario. Lisboa 19 de Setembro de 1692.

PROVAS

PROVAS DO LIVRO VIII. DA HISTORIA GENEALOGICA DA CASA REAL PORTUGUEZA.

Doação delRey D. Filippe II. ao Senhor D. Duarte, das Villas de Frechilla, e Villa Ramiel, e titulo de Marquez, tudo de juro, e herdade. Está no Cartorio da Casa de Bragança.

Num. 1.
An. 1592.

EN el nombre de la Sanctissima Trinidad y de la eterna Unidad Padre, hijo y spiritu sancto, que son tres personas y un solo Dios verdadero que vive y Reina por siempre sin fin y de la bien aventurada Virgen gloriosa nuestra señora sancta Maria madre de nuestro señor Jesu Christo verdadero Dios y verdadero hombre a quien yo tengo por señora y por avogada en todos mis fechos y a honra y servicio suyo y del bien aventurado Apostol señor sanctiago luz y espejo de las Españas Patron y guiador de los Reyes de Castilla y de leon y de todos los otros Sanctos y sanctas de la Corte celestial. Porque razonable y covenible cosa es a los Reyes, y principes hazer gracias y mercedes a sus subditos y naturales especialmente a aquellos que bien y lealmente los sirven y aman su servicio. E los Reyes que las tales mercedes hazen han de mirar y considerar en ello tres cosas. La primera que merced es aquella, que le demandan. La segunda quien es el que se le la demanda, o como se la merece o puede merecer si se la hiziere. La tercera que es el pro ò el daño que por ello le puede venir. Por ende yo mirando y considerando todo lo suso dicho quiero que sepan por esta mi Carta de previlegio o por su treslado signado de escrivano publico sin ser sobre escrito ni librado en ningun año de mis Contadores mayores ni de otra persona alguna todos los que agora son y se-

y feran de aqui adelante. Yo Don phelipe por la gracia de Dios Rey de Caftilla, de Leon, de Aragon de las dos Sicilias de Hyerufalem, de Portugal, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorcas, de Sevilla, de Cerdeña, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Alguarves, de Algezira, de Gibraltar, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Islas y tierra firme del mar Oceano, Archeduque de Auftria, Duque de Borgoña y de Bravante y de Milan, Conde de Afpurg, de Flandes y de Tirol y Barcelona, Señor de Vizcaya y de Molina, &c. Vi un mi Alvala firmado de mi mano y fellado con mi fello del tenor feguiente. Nos Don Phelipe por la gracia de Dios Rey de las Efpañas de las dos Sicilias de Hyerufalem, &c. hago faber a vos los mis contadores mayores que acatando los muchos y grandes fervicios que don Juan Duque de Bragança ya difunto mi muy charo y muy amado primo me hizo durante fu vida, y efpecialmente al tiempo que por fallefcimiento del fereniffimo Rey de Portugal, don Henrrique mi tio que efta en gloria fubcedi en los mis Reynos de aquella Corona y fuy perfonalmente a ellos, y el mucho deudo que conmigo tiene Doña Catalina duquefa de Bergança fu muger mi muy chara y muy amadà prima. Y en alguna mueftra de la voluntad que tengo de honrrar y hazer merced a fus hijos y decendientes, y entendiendo que todos ellos procederan de la mifma manera, y reconeceran fiempre las que de mi recibieren tuve por bien de hazer merced a Don Duarte mi fobrino hijo fegundo de los dichos Duque y Duquefa de Bergança de un lugar de mil vafallos poco mas o menos en eftos mis Reinos de Caftilla con quatro mil cruzados de renta en cada un año y titulo de Marques todo de juro de heredad. Y queriendo cumplir como es jufto la promeffa que defto le hize y no hallandoffe lugar a propofito que tenga los dichos mil vaffallos le he hecho merced de las Villas de Frechilla y Villa Ramiel que fon de Behetria en el deftrito del adelantamiento de Caftilla en el partido de campos; y porque de las dichas Villas y titulo de marques de la de frechilla le he mandado dar los defpachos neceffarios el dia de la data defte. Os mando que en virtud defte Albala deis y libreis al dicho Don Duarte mi Carta de previlegio de los dichos quatro mil cruzados de a dies reales cada uno que montan un quento y trezientos y feffenta maravedis de juro y renta perpetua para que los tenga de mi en cada un año perpetuamente para fiempre ja mas por juro de heredad para el y para fus herederos y fucceffores, fituados en las mis rentas de las alcavalas y tercias de las dichas Villas de frechilla y Villa Ramiel lo que en ellas cupiere, y lo reftante en otras qualefquier rentas deftos mis Reinos las mas cercanas a las dichas Villas que fer pueda, donde le fean ciertos y bien pagados para que juntamente con las dichas Villas los tenga y pofea por bienes vinculados y de mayoradgo fubjetos a reftituicion y fuceda en ellos defpues de fus dias fu hijo mayor ligitimo y fus decendientes varones ligitimos de mayor, en mayor, y a falta de varon hembra conforme a la difpoficion de las leyes deftos Reynos que hablan en la fucceffion de

los

los mayoradgos, y a falta de sus hijos y decendientes, succeda en lo suso dicho su pariente mas propinquo por la dicha via y titulo de mayoradgo, y para que los mis arrendadores e Recaudadores mayores, thesoreros y Receptores de las dichas Rentas, y de las otras donde se los situaredes acudan con el dicho un quento y trezientos y sessenta mil maravedis de Juro perpetuo al dicho don Duarte, y a los dichos sus successores desde el dia de la fecha deste Albala en a delante en cada un año perpetuamente, para siempre ja mas, solamente por virtud de la dicha Carta de privilegio que dello le dieredes y libraredes o de su treslado signado de escriviano publico sin ser sobreescrito ny librado en ningun año de vos otros ny de otra persona alguna, la qual dicha Carta de privilegio y las otras Cartas y sobre Cartas que en la dicha razon le dieredes y libraredes mando a Vos otros y al mayordomo y chanceller y notarios mayores y a los otros officiales, que estan a la tabla de mis sellos, que las den y libren, y passen y sellen luego sin poner en ello embargo ny contradicion alguna y no le desconteis el diesmo que pertenece a la Chancelleria que yo avia de aver desta merced conforme a la Ordenança, porque tambien se la hago, de lo que en ello se monta. Lo qual ansy hazed y cumplid en virtud deste mi Albala sin pedir otro recaudo alguno, sin embargo de qualesquier leyes y ordenanças pregmaticas ysanciones destos Reynos y todo uso y estilo de Contadoria que en contrario desto sea o ser pueda con todo lo qual dispenso y lo abrogo y derogo y doy por ninguno y de ningun valor y efecto en quanto a esto toca y tañe quedando en su fuerça y vigor para en lo demas a delante y os relievo de qualquier cargo o culpa que por ello os pueda ser imputado, y ansy mismo mando que tome la razon deste dicho Albala. Pedro de Contreras mi criado fecho en Valladolid a seis de Juilio de mil quinientos y noventa y dos años.

YO ELREY.

Yo Juan Vasques de Salazar Secretario delRey nuestro Señor la fize escrevir por su mandado, el Licenciado Rodrigo Vasques de Arce, el Licenciado Joan Gomes, el Doctor a mesquita tomo la razon Pedro de Contreras. Registrada Bartolome de Porteguera. Por chanceller Bartolome de Porteguera.

Y agora por quanto por parte de vos el dicho don Duarte mi sobrino marques de frechilla me fue suplicado que confirmando y aprovando el dicho mi Albala que suso vá incorporado y todo lo en el contenido os mandasse dar mi Carta y privillegio de los dichos un quento y trezientos y sessenta mil maravedis que por virtud del aveis de aver para que los tengais de mi en cada un año por juro de heredad para vos y para vuestros herederos, y successores por via de mayoradgo, conforme a lo contenido en el dicho mi Albala que suso vá incorporado con los llamamientos y segun que en el se contiene para siempre ja mas situados en las rentas de las Aicavalas, de ci-

ertas Villas y Lugares que son en las merindades de Castro Xeris y Cerrato, y Monson, y Carrion y del Partido de la Villa de Carrion y su Alfoz y en ciertas rentas de las Alcavalas de la Villa de Saagun donde los quereis tomar y situar en esta manera en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares de la dicha merindad de Castro Xeris duzientos y treinta mil maravedis, en esta manera, en las Alcavalas delantadilla ciento y treinta mil maravedis, y en las Alcavalas de Vobadilla del camino cien mil maravedis que son los dichos duzientos y treinta mil maravedis y en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares de la dicha merindad de Cerrato, duzientos y quarenta mil maravedis en esta manera, en las Alcavalas de Torquemada ciento y quarenta mil maravedis, en las Alcavalas de Tertoles cinquenta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Viudas cinquenta mil maravedis, que son los dichos duzientos y quarenta mil maravedis, y en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares de la dicha merindad de Monçon duzientos y cinquenta mil maravedis, en esta manera, en las Alcavalas de Tamara cien mil maravedis, en las Alcavalas Despinosa de Villa Gonçalo cinquenta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Serracino treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Marcilla treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Herreros quarenta mil maravedis, que son los dichos duzientos y cinquenta mil maravedis, y en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares de la dicha merindad de Carreon duzientos y dies mil maravedis en esta manera, en las Alcavalas de Cisneros cien mil maravedis, en las Alcavalas de Vobadilla de Rio Seco cinquenta mil maravedis, en las Alcavalas de Cerbatos de la Cueva sessenta mil maravedis que son los dichos duzientos y dies mil maravedis, y en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares del partido de la dicha Villa de Carrion y su Alfoz duzientos y treinta mil maravedis, en esta manera: en las Alcavalas de Carrion treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Baillo treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Rebenga treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Guardo treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Muera y Villolvido como anda en renta treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Calcada treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Nueba de los Nabos dies mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Nueva del Rio veinte mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Moronta dies mil maravedis, en las Alcavalas de San Mames dies mil maravedis que son los dichos duzientos y treinta mil maravedis, y en ciertas rentas de las Alcavalas de la dicha Villa de Saagun duzientos mil maravedis en esta manera: en el Alcavala de la Carne cinquenta mil maravedis, en el Alcavala del Vino cinquenta mil maravedis, en el Alcavala de las Heredades cinquenta mil maravedis, en el Alcavala del Pescado cinquenta mil maravedis que son los dichos duzientos mil maravedis. Y cumplidos los dichos un quento y trezientos y sessenta mil maravedis, para que los arrendadores y fieles y cogedores de las dichas rentas, y las otras personas que las cobraren os los paguen el año venidero de mil quinientos y noventa y tres desde primero de Henero del por los tercios del y dende en a

delante

delante por los tercios de cada un año para siempre ja mas o hasta que se quite el dicho juro como dicho es, y si algunos años no cupieren los dichos un quento y trezientos y sessenta mil maravedis en las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares y rentas suso declaradas que mis arrendadores y Recaudadores mayores tesoreros y Receptores que fueren de las rentas de las Alcavalas de las dichas merindades de Castro Xeris y Cerrato, y Monson, y Carrion y de las dichas Villas de Carrion Saagun y sus tierras y partidos y alfoz os paguen de su cargo por mayor lo que no cupiere en las dichas rentas los años que no cupiere cada uno lo que entra en su partido; y porque por mis libros de mercedes de Juro de Heredad parece que esta en ellos asentado el dicho mi Albala que suso vá incorporado y que el Original queda en poder de mis contadores de mercedes, y que por lo en el contenido no se os desconto el diesmo que pertenece a la chancilleria que yo avia de aver conforme a la Ordenança yo el sobre dicho Rey don Phelipe tubelo por bien y confirmo y apruevo el dicho mi Albala que suso vá incorporado y todo lo en el contenido y tengo por bien y es mi merced que Vos el dicho Don Duarte mi sobrino marques de frechilla tengais de mi en cada un año los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis que por virtud del aveis de aver por juro de heredad para vos y para vuestros herederos y successores por via de mayoradgo conforme a lo contenido en el dicho mi Albala que suso incorporado vá con los llamamientos segun que en el se contiene para siempre ja mas situados en las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares y rentas suso declarados y con los vinculos y gravamenes llamamientos y condiciones segun y de la manera que en el dicho mi Albala suso incorporado y en esta mi Carta de privilegio se contiene por la qual o por su treslado signado sin ser sobre escripto ni librado como dicho es. Mando a los dichos arrendadores y fieles y cogedores y a otras qualesquier personas que cobraren en renta o en fieldad o en otra qualquier manera las Alcavalas de las dichas Villas, y Lugares y rentas suso declaradas que de los maravedis y otras cosas que valieren el dicho año de quinientos y noventa y tres y dende en a delante en cada un año para siempre ja mas, paguen los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis, a vos el dicho marques don Duarte y despues de vos a los dichos vuestros herederos y successores, por via de mayoradgo conforme a lo contenido en el dicho mi Alvala, que suso vá incorporado, o al que los uviere de cobrar por vos o por ellos de las Alcavalas de cada una de las dichas Villas y Lugares y rentas suso declaradas la quantia de maravedis suso dicha en esta manera: de las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares que son en la dicha merindad de Castro Xeris los dichos duzientos y treinta mil maravedis, en esta manera: de las dichas Alcavalas de Lantadilla los dichos ciento y treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Vobadilla del Camino los dichos cien mil maravedis, que son los dichos duzientos y treinta mil maravedis, de las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares de la dicha merindad de Cerrato los dichos duzientos y quarenta mil

 marave-

maravedis en esta manera: de las dichas Alcavalas de Torquemada los dichos ciento y quarenta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Tortoles los dichos cinquenta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Viudas los dichos cinquenta mil maravedis, que son los dichos duzientos y quarenta mil maravedis, y de las dichas Alcavalas de las dichas Villas y Lugares de la dicha merindad de Monson los dichos duzientos y cinquenta mil maravedis en esta manera: de las dichas Alcavalas de Tamara los dichos cien mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Espinosa de Villa-gonzalo los dichos cinquenta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Serracino los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Marcilla los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Herreros los dichos quarenta mil maravedis que son los dichos duzientos y cinquenta mil maravedis, y de las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares de la dicha merindad de Carrion los dichos duzientos y dies mil maravedis en esta manera: de las dichas Alcavalas de Cisneros los dichos cien mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Vobadilla de Rio Seco los dichos cinquenta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Cerbatos de la Cueba los dichos sessenta mil maravedis que son los dichos duzientos y dies mil maravedis; y de las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares del partido de la dicha Villa de Carrion, y su alfoz los dichos duzientos y treinta mil maravedis en esta manera: de las dichas Alcavalas de Carrion los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Vaillo los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Rebenga los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Guardo los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Muera y Volvido, como anda en renta, los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de la Calcada los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Nueba de los Navos los dichos dies mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Nueba del Rio los dichos veinte mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Moronta los dichos dies mil maravedis, de las dichas Alcavalas de San Maines los dichos dies mil maravedis que son los dichos duzientos y treinta mil maravedis y de las dichas rentas de las Alcavalas de la dicha Villa de Saagun los dichos duzientos mil maravedis en esta manera: de la dicha Alcavala de la Carne los dichos cinquenta mil maravedis, de la dicha Alcavala del Vino los dichos cinquenta mil maravedis, de la dicha Alcavala de las Heredades los dichos cinquenta mil maravedis, de la dicha Alcavala de Pescado los dichos cinquenta mil maravedis que son los dichos duzientos mil maravedis, y cumplidos los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis, los quales os paguen el dicho año de quinientos noventa y tres desde primero dia de Henero del por los tercios del, y dende en a delante por los tercios de cada un año para siempre ja mas; y si algunos años no cupieren los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis, en las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares y rentas suso declaradas que mis arrendadores y Recaudadores mayores, tesoreros

y Re-

y Receptores que fueren de las rentas de las Alcavalas de las dichas merindades de Castro Xeris y Cerrato y Monson y Carrion y de las dichas Villas de Carrion y Saagun y sus tierras y partidos de Alfoz os paguen de su cargo por mayor lo que no cupiere en las dichas rentas los años que no cupiere, cada uno lo que entra en su partido y que tomen vuestras cartas de pago y despues de vos de los dichos vuestros herederos y successores, y por via de mayoradgo conforme a lo contenido en el dicho mi Albala que suso vá incorporado, o del que los uviere de cobrar por vos o por ellos con los quales y con el treslado desta mi Carta de privillegio signado sin ser sobreescripto ni librado como dicho es mando a los dichos mis arrendadores y Recaudadores mayores, tesoreros y Receptores, que son o fueren de las dichas rentas de las Alcavalas de las dichas merindades de Castro Xeris, Cerrato y Monzon y Carrion, y de las dichas Villas de Carrion y Saagun y sus tierras, y partidos y alfoz donde las dichas Villas y Lugares y rentas suso declaradas andan en renta, que reciban y passen en quenta a los dichos arrendadores, y fieles y cogedores de las Alcavalas dellas los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis cada uno lo que entra en su partido el dicho año de quinientos y noventa y tres y dende en a delante en cada un año para siempre ja mas. Y otro si mando a mis Contadores mayores de quentas y tenientes que agora son y seran de aqui a delante que con los dichos recaudos los reciban y passen en quenta a los dichos mis arrendadores y Recaudadores mayores Tesoreros y Receptores de las dichas rentas, cada uno dellos lo que entra en su partido el dicho año de quinientos y noventa y tres y dende en a delante en cada un año para siempre ja mas; y si los dichos arrendadores y fieles y cogedores de las dichas suso declaradas, y las otras personas que las cobraren no pagaren los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis, a vos el dicho marques Don Duarte y despues de vos a los dichos vuestros herederos, y successores por via de mayoradgo conforme a lo contenido en el dicho mi Albala que suso vá incorporado o al que uviere de cobrar por vos o por ellos el dicho año de quinientos y noventa y tres, y dende en a delante en cada un año para siempre ja mas a los dichos plazos y segun de suso se contiene por esta mi Carta de privillegio o por su treslado signado sin ser sobreescripto ni librado como dicho es, mando y doy poder cumplido a todos y qualesquier Justicias, ansi de mi casa y corte y chancillerias como de todas las Ciudades Villas y Lugares de mis Reinos y Señorios y a cada uno dellos en su Juridicion que sobre ello fueren requeridos que hagan y manden hazer en ellos y en los fiadores que en las dichas rentas uvieren dado o dieren y en sus bienes muebles y raizes donde quiera que los fallaren todas las execusiones prisiones ventas y remates de bienes y todas las otras cossas y cada una dellas que convengan y menester sean de se hazer ansi como por maravedis de mi aver hasta que vos el dicho marques don Duarte y despues de vos los dichos vuestros herederos y successores por via de mayoradgo como dicho es o el que los uviere de cobrar por vos, o por ellos,

seays

seays y sean contentos y pagados de los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis o de la parte que dellos os quedare por cobrar el dicho año de quinientos y noventa y tres, y dende en a delante, en cada un año para siempre ja mas, con mas las costas que a su culpa hizieredes en los cobrar que yo por esta mi Carta de privillegio o por su treslado signado sin ser sobreescripto ni librado como dicho es haga sanos y de paz los bienes que por esta razon fueren vendidos y rematados a quien los comprare para agora y para siempre ja mas, y los unos ni los otros no fagan ende al por alguna manera so pena de la mi merced y de dies mil maravedis para mi Camara a cada uno que lo contrario hiziere y de mas mando al home que les esta mi Carta de privillegio o el dicho su treslado signado sin ser sobreescrito ny librado como dicho es mostrare que les emplaze que parescan ante mi en la mi Corte do quiera que yo sea del dia que les emplazaren hasta quinze dias primeros siguientes so la dicha pena so la qual mando a qualquier escrivano publico que para esto fuere llamado que dê al que se la mostrare testimonio signado con su signo porque yo sepa como se cumple mi mandado y desto os mande dar esta mi Carta de privillegio escripta en pergamino y sellada con mi sello de plomo pendiente en filos de seda de colores librada de mis Contadores mayores y de otros oficiales de mi casa dada en la Villa de Madrid a treze dias del mes de Otubre año del nascimiento de nuestro Salvador Jesu Christo de mil quinientos y noventa y dos años vá escripto sobre raido las dichas Alcavalas, en renta quiere el lecenceado saavedra el Doctor Villa Gomes Notario mayor, Diego Herrera chanciller, yo Gabriel de Cuella contador del Rey nuestro señor y su notario mayor del Reyno de Castilla le fize escrevir por su mandado, chanciller martin Ruiz Demitarte, Relaciones Antonio de Caravajal, Relaciones, mercedes Don Duarte marques de frechilla quanto de Juro perpetuo situados en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares de ciertos partidos destos Reynos para desde primero de Henero del año venidero de en a delante por Albala deve derechos.

An. 1604. Don phelippe por la gracia de Dios Rey de Castilla de Leon de Aragon de las dos Sicilias de Jerusalem, de Portugal, de navarra de Granada de toledo de Valencia de galicia de mallorcas de Sevilla, de Cerdeña de Cordova de Corcega de murcia, de Jaen, &c. a vos francisco de Cisneros mi tesorero de los encavezamientos alcavalas, y otras rentas de las Villas y lugares que son y entran en la merindad de Cerrato el año passado de mil seiscientos y tres o a otra qualquier persona que lo fuere este presente año de mil seiscientos y quatro y los de mas en a delante venideros saved que los señores Reys Catholicos don fernando y doña Isabel de gloriosa memoria hizieron y juraron una escriptura de capitulacion y concierto en quatro dias del mes de Deziembre del año de mil quatrocientos sessenta y nueve con don fernando de sandoval Conde de Castro sesto abuelo de don francisco de sandoval y Rojas duque que al presente es de lerma, marques de Denia y mi sumilier de Corps y mi cavallerizo mayor

mayor sobre cierta recompenssa, que se huvo de hazer y haviendosse tratado pleito sobre ello ante los de mi consejo de Justicia por dos sentencias de vista y revista declararon pertenecer al dicho Duque de lerma, las alcavalas y tercios pedidos y monedas y los de mas tributos Reales de ciertos lugares que le pertenecieron conforme a la dicha escriptura de capitulacion y concierto por la dicha recompenssa sin cargo de pagar los Juros que uviesse situados en ellos, despues del dicho dia quatro de Deziembre del año de mil y quatrocientos y sessenta y nueve por lo qual por una mi Cedula firmada de mi mano y refrendada de Xpoval de Ypenarrieta mi secretario fecha en Valladolid a veinte dias del mes de março del año de mil y seiscientos y dos entre otras cossas en ella contenidas mande al presidente y los del mi Consejo de hazienda y contadoria mayor della, que a las personas que tuviessen Juros situados en los dichos lugares, despues del dicho dia de la escriptura de concierto o que dejassen de caber por menor o mayor por la dicha razon se le diesse entera y cumplida satisfacion mudandolos a los crecimientos de las rentas del suliman y açogue puertos secos de Castilla y dies por ciento de las lanas, y otras qualesquier rentas y alcavalas del Reyno con la antelacion del dicho dia veinte y dos de março de seiscientos y dos y porque esta forma de satisfacion podria ser no estar bien a las partes mande asi mismo que si quisiessen se desempeñassen Juros de por vida y de al quitar los que mas daño causassen a mi Real hazienda y se hiziesse assy y en su lugar se situassen los que estuviessen situados en los dichos lugares o dejassen de caver por esta causa como mas particularmente en la dicha mi cedula que de suso se haze mencion en virtud de la qual los dichos mis Presidentes y los del mi Consejo de hazienda y contadoria mayor della, mandaron que se desempeñassen los Juros de a quatorze mil el millar que uviesse mas antigos en los partidos donde entran los dichos lugares que se adjudicaron al dicho Duque de lerma, hasta en la cantidad que montassen sus alcavalas, y tercios, para que quedassen como antes estavan con las mismas antelaciones y lugares que tenian en virtud del qual dicho mandato se desempeñaron trezientos y sessenta y un mil quatrocientos quarenta y ocho maravedis en la merindad de Cerrato de los que montavan los lugares que en ella tocavan a la dicha recompensa por quanto la resta la havia de finca en ella para los dias seguientes en esta manera: treinta y siete mil y quinientos maravedis para desde veinte y dos de Jullio de mil y seiscientos y tres y dies mil maravedis para desde veinte y quatro del dicho, y otros dies mil maravedis para desde primero de Agosto del dicho año y cinquenta y dos mil y quinientos maravedis para desde siete del dicho y ciento y cinquenta mil maravedis para desde quatro de Septiembre y dies y siete mil quatrocientos y quarenta y ocho maravedis para desde nueve de hebrero deste presente año de mil y seiscientos y quatro y los ochenta y quatro mil maravedis restantes para desde quatorze del dicho Hebrero. Y agora por parte de don Duarte marques de frechilla me ha sido hecha relacion que tiene por una mi Carta de privillegio de treze de otubre

bre del año paſſado de mil quinientos y noventa y dos un quento trezientos y ſeſſenta mil maravedis de Juro perpetuo los duzientos y treinta mil maravedis en la merindad de Caſtro Xeris y duzientos y cinquenta mil maravedis en las de Monſon, duzientos y dies mil maravedis en la de Carrion, duzientos y treinta mil maravedis en las del partido de la dicha Villa de Carrion y ſu Alfoz, y duzientos mil maravedis en el partido de Saagun, y los duzientos y quarenta mil maravedis reſtantes en eſſa merindad de Cerrato por mayor y por menor en eſta manera: en las Alcavalas de Torquemada ciento y quarenta mil maravedis, en las Alcavalas de Tortoles cinquenta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Viudas los cinquenta mil maravedis reſtantes, a cumplimento de los dichos duzientos y quarenta mil maravedis los quales dexavan de caber en la dicha merindad por averſſe adjudicado al dicho Duque conforme a la dicha recompenſſa los lugares que a delante yran declarados con todas ſus rentas en eſta manera: Hermedes Royvela, torre, Sandino tortoles, tordeheles, tordepadre, atento a lo qual ya que ſean deſempeñado y conſumido en mis libros los dichos trezientos y ſeſſenta y un mil quatrocientos y quarenta y ocho maravedis de juros de a quatorze mil el millar de los mas antiguos ſituados en la dicha merindad para que los de mas ſituados quedaſſen en los lugares, y antelaciones, que tienen me ſuplico fueſſe ſervido de mandarle dar mi Carta para que de aqui a delante ſe les paguaſen los corridos y corrieſſen de los dichos duzientos y quarenta mil maravedis del dicho vueſtro cargo como antes ſe hazia no embargante que los cinquenta mil maravedis eſten ſituados en la Villa de Tortoles que toca a la dicha recompenſſa o como la mi merced fueſſe lo qual viſto por el preſidente y los del dicho mi Conſejo de hazienda y contadoria mayor della, y que por mis libros de Relaciones parece lo ſuſo dicho y que por la quenta que hizieron mis Contadores de Relaciones parece que conforme a los dichos dias que ſe deſempeñaron los dichos Juros de a quatorze viene a ſer dia fixo deſde quando an de quedar ſituados todos los Juros deſta dicha merindad como antes eſtavan deſde nueve del mes de Otubre del año paſſado de mil y ſeiſcientos y tres incluſible fue acordado ſe dieſſe eſta mi Carta, y yo tubelo por bien y os mando a vos el dicho franciſco de Ciſneros liorri que luego que con ella ſeays requerido deis y pagueis al dicho Don Duarte marques de frechilla o a quien ſu poder huviere cinquenta y cinco mil y duzientos y treinta y dos maravedis que monta la rata deſde el dicho dia nueve del mes de Otubre de mil y ſeiſcientos y tres haſta fin de deziembre del de los dichos duzientos y quarenta mil maravedis que anſy miſmo mando a otra qualquier perſona que fuere mi Thezorero receptor de eſſa dicha merindad deſte preſente año de mil y ſeiſcientos y quatro en a delante paguen al dicho don Duarte marques de frechilla o a quien ſu poder oviere lo que corriere de los dichos duzientos y quarenta mil maravedis a los plazos contenidos y declarados en la dicha mi Carta de privillegio guardandole en la paga la antelacion del dicho dia treze de otubre de mil y quinientos y noventa y dos no embar-

gante

gante que se ayan sacado de la dicha merindad los dichos lugares que tocaron a la dicha recompensa, y que esten en quenta mil maravedis dellos situados en la Villa de Tortoles por quanto caven enteramente como dicho queda que con Cartas de pago del dicho Don Duarte o de quien el dicho su poder huviere y los de mas recaudos necessarios y esta mi Carta haviendo tomado la razon della Pedro luis de Torregrossa Contador del libro de Caxa de mi hazienda y los de mercedes o su treslado signado de scrivano se os recebiran y passaran en quenta en las que dieredes de vuestros cargos los maravedis que como dicho es pagaredes dada en Valladolid a dies y ocho dias del mes de março de mil seiscientos y quatro años va testado que conforme a los dichos dias, y dos. Mayordomo Don Juan de Acuña, Juan Pascual, Cristoval de Ipenarrieta, Gaspar de Sousa, en veinte y quatro dias del mes de mayo de mil y seiscientos y quatro años tome la razon pedro luis de torregrosa tomaron razon los Contadores de mercedes de su magestad en Valladolid a seis de Abril de mil y seiscientos y quatro años Juan Ruiz de Contreras Antonio de Caravajal Ber.[me] de Sardata Donn.[o] deypen.[sa]

Contrato do Casamento da Condessa de Oropeza D. Brites de Toledo, com o Senhor D. Duarte.

Num. 2.
An. 1595.

EN el nombre de la Sanctissima Trinidad y a gloria y honra de la virgen sancta Maria señora nuestra. Notorio sea a todos los que la presente Scritura de capitulacion matrimonial vieren, y oyeren y entendieren como ante mi el presente Escrivano y testigos de yuso escriptos parecieron los Señores Don Gomes de Avila marques de Velada Ayo e mayordomo mayor del Principe nuestro Señor, y de la señora ynfanta, y de la otra don Rodrigo de Alencastre mayordomo de Sus Altezas, y dixeron que por quanto se ha tratado, y platicado que el Señor don Duarte marques de frechilla hijo ligitimo del Duque de Vergança, y de la señora doña Catalina case con la señora doña Beatriz de Toledo hija ligitima primogenita de los Señores conde y condesa de Oropesa en razon de lo qual, y para tratar y assentar y capitular las cosas concernientes al dicho matrimonio que mediante la voluntad de Dios se a de effectuar entre los dichos señores don Duarte y doña Beatriz de Toledo, el señor don Juan garcialvarez de Toledo monroy, y Ayala conde de Oropesa dio su poder al dicho señor marquez de Velada el qual se otorgo ante Pedro lopez Bernal escrivano de la dicha Villa de Oropesa y Deleytosa su fecha en veinte y cinco dias del mes de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años por el qual le concede libre ligitimo, y poder bastante con libre y general administracion, para que capitule trate y concierte el dicho matrimonio como mas en particular consta del dicho poder el qual Originalmente fue exibido ante mi el presente escrivano para que lo insiera, y incorpore en esta dicha escritura y capitulaciones el qual letra a letra es como se sigue.

Sepan quantos esta carta de poder vieren y entendieren como yo don Juan garcialvarez de Toledo monroy y Ayala conde de Oropesa y de deleitosa, &c. Digo que por quanto yo deseo, siendo Dios servido, casar y poner estado a doña beatriz alvarez de Toledo monroy y Ayala mi hija, y de doña luisa Pimentel, y porque las partes y respectos que siempre he conocido en el señor don Gomez de Avila marques de Velada Ayo y mayordomo mayor del Principe nuestro señor, y del consejo de estado de su Magestad, y el amor y voluntad con que siempre me a hecho merced en todas mis cosas es tal que con razon devo prometerme encaminara esto mucho mejor que yo mismo al acertamiento que tanto importa al bien de mi casa y de mi hija, y satisfacion de mis obligaciones: Otorgo y conosco por esta presente carta que doy todo mi poder cumplido, libre y lleno de la sustancia que de derecho se requiere, y es necessario al dicho señor marques de Velada que esta ausente, como si fuera presente, especial y señaladamente para que por mi y en mi nombre, y representando mi propria persona, y como yo mismo pueda tratar assentar y capitular de casar a la dicha doña Beatriz mi hija con el señor don Duarte marques de frechilla hijo ligitimo del Duque de Vergança don Juan, y de la señora doña Cathalina atento a que me consta averse promulgado en el Reyno de Portugal una ley su data en la Villa de Madrid a cinco dias de el mes de Junio deste presente año de mil y quinientos y noventa y cinco por la qual se prohibe, que ni en el dicho Reyno ni fuera de el no se pueda juntar una casa con otra, teniendo qualquiera de ellas quatro mil cruzados de renta, y de alli arriba con lo qual se asegura que aun que succediesse (lo que Dios no quiera) faltar el duque su hermano sin dexar hijos por lo qual el dicho señor don Duarte huviera de succeder en aquellos estados, que no se puedan unir ni juntar los mios con ellos, ni ninguno dellos, sino que conforme a la dicha ley, se an de dividir en aviendo hijo segundo del dicho señor don Duarte con cuyo suppuesto se ha movido esta pratica la qual de otra manera cessara, y para que con la dicha occasion se effectue, doy el dicho poder al dicho señor Marques de Velada para que pueda hazer assentar concertar, y capitular todas, y qualesquier condiciones Scripturas capitulaciones y clausulas que fueren necessarias para el dicho contrato matrimonial con el dicho señor don Duarte, y con otra qualquier persona o personas que para lo suso dicho tuvieren su poder, y para que pueda obligar a la dicha doña Beatriz mi hija, y a mi en su nombre a que se despossará y cassará por palabras de presente que hagan verdadero, y ligitimo matrimonio segun lo manda la sancta Madre yglesia catholica Romana con el dicho señor don Duarte dentro del termino que su señoria pusiere y assentare y señalare, no aviendo impedimento canonico ni causa ligitima que lo impida prometiendo y señalandole de mi parte la dote que le pareciere, y por bien tuviere a un que se exceda de la cantidad dispuesta por leyes de estos Reynos, y para que en mi nombre, y de la dicha Doña Beatris mi hija pueda acetar, y acete qualquier obligacion, ò obligaciones que el

el dicho señor don Duarte, y la persona que en su nombre, y con su poder tratare y concertare el dicho cassamiento hizieren assentaren, y prometieren assi de restituir la dote que le fuere señalada, en caso que se deva restituir, como de otra qualquier obligacion, o obligaciones, promessas, pactos, y convenciones que con el se trataren de dar, hazer, y cumplir, y para que me obligue, a que yo ni la dicha doña Beatriz mi hija no nos apartaremos ni desistiremos antes estaremos y passaremos por el concierto contrato ò capitulaciones y condiciones que el dicho señor marques de Velada hiziere assentare, y capitulare, en nuestro nombre sin exceder ni faltar en todo ni en parte alguna por ninguna causa razon recurso ni remedio que tengamos para yr ni venir contra ello so las penas a que me obligare y assi mismo para que en la dicha razon pueda obligarme a todas y qualesquier condiciones capitulaciones y posturas que por bien tuviere y fueren necessarias con todas las firmezas poderios, y sumissiones a las Justicias y pleito, o pleitos menajes que parecieren convenir, y por bien tuviere poner, las quales y cada una dellas siendo por el dicho señor marques puestas y otorgadas yo desde luego las otorgo y ratifico, y hare que la dicha mi hija las otorgue y ratifique y apruebe en caso que sea necessario y quiero que tengan tanta fuerça y vigor como si yo proprio las hiziesse, y capitulasse, y a todas ellas presente fuesse y las firmasse de mi mano y nombre, aun que para las tales escrituras capitulaciones y condiciones se requiriesse especial o particular mencion, y expressa obligacion de ellas que desde agora las doy y otorgo en todos los casos que se requiere, y fuere necessario segun y como por el dicho señor marques fueren fechas y otorgadas que para todo lo suso dicho y para cada cosa y parte dello, y lo a ello anexo, y dependiente le doy y otorgo todo mi poder cumplido quan bastante yo le he y tengo con libre y general administracion, y el que me pertenece por razon de la Patria potestad como tal padre y ligitimo administrador de la dicha doña Beatriz mi hija y para que guardare, y cumplire, y avre por firme, y hare que la dicha mi hija lo guarde y cumpla y aya por firme todo lo que dicho es, y lo que el dicho señor Marques en mi nombre y de la dicha mi hija capitulare concertare y hiziere obligo mis bienes juros y rentas derechos, y actiones avidos y por aver, y doy todo mi poder cumplido a todos y qualesquier Juezes y Justicias destos Reynos de su magestad de qualquier parte, y jurisdicion que sean ante quien esta carta fuere presentada, y pedido cumplimiento della, para que me compelan a la cumplir, como si fuera sentencia diffinitiva passada en cosa juzgada, y dada a entregar, sobre lo qual renuncio todas, y qualesquier leyes fueros plazos derechos, y hordenamientos de que en este caso me pueda ayudar, y aprovechar que no me valan, y la ley y derecho que dize que general renunciacion fecha de leyes no vala que no me valan, en testimonio de lo qual otorguê la presente carta de poder en la manera que dicho es ante el presente escrivano, y testigos que fue fecha y otorgada en la Villa de Oropesa, veinte y cinco dias del mes de Septiembre año del Señor de

 mil

mil y quinientos y noventa y cinco años. Teſtigos que fueron preſentes a lo que dicho es, Juan Pacheco mayordomo de la caſa, y Gabriel de Monroy, y Pedro de montalvo contadores de ſu ſeñoria, y vezinos deſta Villa y ſu ſeñoria del dicho Conde otorgante que yo el eſcrivano doy fee que conoſco lo firmo de ſu mano, el Conde de Oropeſa y de deleytoſa. Paſsò ante mi pedro lopes bernal ſcrivano publico, y yo Pedro lopes bernal ſcrivano publico en eſta Villa de Oropeſa, y ſu tierra por ſu ſeñoria del Conde de Oropeſa y de Deleytoſa, &c. y aprobado por los ſeñores del Conſejo real delRey nueſtro ſeñor preſente fui en uno con los teſtigos y ſu ſeñoria otorgante y en fee de lo qual lo ſcrevi, y fize mi ſigno, y doy fee no lleve deſte poder ni de ſu Regiſtro derechos ningunos en teſtimonio de verdad. Pedro lopes bernal ſcriviano.

Y aſſi miſmo el dicho ſeñor don Duarte marques de frechilla otorgo otro tal poder tan firme y baſtante al dicho ſeñor don Rodrigo de Alencaſtre para que trate capitule y concierte, y le obligue aſſi que ſe effectuar el dicho matrimonio como a las de mas coſas que en razon del dicho matrimonio ſe aſſentaren, y capitularen, el qual dicho poder ſe otorgo ante Franciſco cordero eſcrivano de Villa vicioſa en dies dias del mes de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años como mas en particular conſta del dicho poder el qual letra a letra, y como originalmente fue exibido ante mi el preſente eſcrivano es como ſe ſigue.

En la Villa de Madrid a ſeys dias del mes de Octubre de mil y quinientos y noventa y cinco años ante el ſeñor doctor Ortis teniente de corregidor en eſta dicha Villa y ſu tierra por ſu mageſtad Roque dias procurador del numero della en nombre del ſeñor don Rodrigo de alencaſtre mayordomo del Principe nueſtro ſeñor hizo preſentacion de una eſcriptura de poder dada a el dicho ſu parte por el ſeñor don Duarte marques de frechilla ſeñor de Villarramiel, hijo ligitimo del Duque de Vergança don Juan que dios tiene, y de la ſeñora Princeſa doña Catalina ſu muger ſus padres para que por el, y en ſu nombre, y en virtud del dicho ſu poder eſcripto en lengua Portugueſa el dicho ſeñor don Rodrigo ſu parte, otorgaſſe ſus capitulaciones ſobre el caſamiento que ſe ha de hazer con la ſeñora doña Beatriz de Toledo hija y heredera de los ſeñores don Juan garcialvares de Toledo, y doña Luiſa Pimentel conde y condeſa de Oropeſa y deleytoſa las quales al dicho ſu parte en el dicho nombre, y en virtud del dicho poder otorgo, y para que el dicho poder vaya inſerto en las dichas eſcripturas de capitulaciones pidio al dicho ſeñor teniente le mande traduzir, y darle del los traslados neceſſarios para el dicho effecto, y pidio juſticia.

Y viſto por el dicho ſeñor teniente el dicho poder, y que eſta ſano no roto ni chancelado ni en parte alguna ſoſpechoſo, mando que el dicho poder ſe entregue a Thomas gracian dantiſco que por mandado delRey nueſtro ſeñor traduze las eſcripturas de ſus conſejos, y tribunales para que le tradusga preſente y jure, y fecho ſe traiga ante ſu merced para los veer y proveer Juſticia, aſſi lo mando ante mi Rodrigo de Vera.

En

En cumplimento de lo qual yo el dicho Thomas gracian dantisco fize traduzir y traduxe el dicho poder de Portugues en Castellano que es del thenor seguiente.

Sepan quantos este publico instrumento de poder vieren que el año del Nacimiento de nuestro Señor Jesu Christo de mil y quinientos y noventa y cinco años a dies dias del mes de Septiembre del dicho año en Villaviciosa en los Palacios del Duque de bragança y de barcelos, Marques de Villaviciosa conde de Ourem, Conde de arrayolos, Conde de Peñafiel, señor de Monforte y de Montalegre, Condestable de estos Reynos y señorios de Portugal, &c. nuestro señor estando alli presente el Illustrissimo, y muy excellente señor don duarte su hermano hijo del Duque don Juan que Dios tiene, y de la muy alta y serenissima Princesa la señora doña Cathalina nuestra señora, Marques de frechilla señor de Villarramiel, &c. Luego por el dicho señor fue dicho perante mi el scrivano y testigos a delante nombrados, que por quanto el estava concertado por orden y con licencia delRey nuestro señor para aver de casar con la Illustrissima y muy excellente señora doña Beatris de Toledo hija y heredera de los Illustrissimos, y muy excellentes señores don Juan garcialvares de Toledo y doña luisa Pimentel conde y condesa de Oropesa, y deleitosa, &c. y agora se a de hazer escriptura publica del contrato del dicho casamiento y capitulaciones del, por este publico instrumento ordenava como de hecho ordenò por su ligitimo, y bastante Procurador en el mejor modo, y forma, y manera que en derecho se requiere, y puede hazer al señor don Rodrigo de alencastre su tio mayordomo del principe nuestro señor y le dava como de hecho dio su entero y cumplido poder y mandado general, y especial con libre y general administracion para que por el dicho señor don Duarte, pueda otorgar y otorgue la escriptura, ò scripturas que sobre el contrato del dicho casamiento se uviera de hazer con qualesquiera clausulas y fuerças que buenas, y necessarias fueren y parecieren para firmeza y seguridad del dicho contrato y de las capitulaciones, y condiciones del, y sobre la restituicion de la dote en el caso en que la uviere de aver, y sobre las arras que el dicho señor don Duarte ade prometer a la dicha señora doña Beatriz de Toledo, y para otorgar y consentir todas las de mas cosas que se han tratado y assentado en razon deste Cassamiento, y quiere y es contento que el dicho señor don Rodrigo pueda hazer y haga sobre todas y cada una de las cosas pertenecientes al dicho contrato qualesquiera obligaciones general y especialmente sin que las generales deroguen a las especiales, ni por el contrario, y por solenes estipulaciones, o sin ellas, obligando a todo sus rentas y bienes muebles y raizes avidos, y por aver assi los libres y patrimoniales como los de su estado, y mayorasgo y para que de todo lo que assi capitulare, y consintiere pueda pedir, y pida al Rey nuestro señor, la confirmacion, ò confirmaciones que fueren necessarias y le bien parecieren assi de la dicha escriptura como de todas, y cada una de las cosas que en ella fueren declaradas, capituladas y consentidas renunciando para ello todas y qualesquiera

qualesquier leyes, pramaticas capitulos de cortes, determinaciones y mas cossas que en contrario aya, o pueda aver con todas las firmezas renunciaciones y penas que quisiere y le pareciere assi y tan cumplidamente como el dicho señor don Duarte por su propria persona pudiera hazer y firmar si a todo fuera presente y para le obligar a hazer qualesquiera pleitos homenajes, y todas las de mas cosas que le pareciere aun que sean tales que por derecho, y leyes deste Reyno, y de los de castilla se requiera para ellas mas especial mandado, y con algunas clausulas que aqui no sean declaradas, porque todas dixo que las avia aqui por expressadas en la mejor forma que puede ser diziendo mas que todo lo que por el dicho señor don Rodrigo en razon de lo que dicho es fuere dicho firmado, otorgado, tratado, obligado, y consentido en nombre del dicho señor don Duarte, y de sus herederos el lo ha y promete aver por bueno firme grato rato y estable y valido para siempre ja mas con obligacion de todos los dichos sus bienes que para ello obliga, y que aun que no sea necessario, otra ratificacion de la escriptura que el dicho señor don Rodrigo en virtud deste su poder a de consentir, y firmar, y hazer y consentir en su nombre, con todo para mayor abundancia el dicho señor Don Duarte la ratificara y approbara, con declaracion que aun que no la ratifica quedara y quiere que quede en su entera fuerça y vigor, y en testimonio de verdad assi lo otorgo, y dello mando hazer esta escriptura de poder que yo el scrivano publico estipule y acete en nombre de los ausentes a quien tocar puede siendo presentes por testigos alonso de lucena hidalgo de la cassa del dicho señor alcayde mayor de su Villa de Evoramonte y Domingos alvares leyte, y Arcadio de Andrada todos sus desembargadores, y de su consejo francisco Cordeyro escrivano publico de notas en esta Villaviciosa, y su termino por el dicho señor que lo escrivi yo el dicho scrivano le fize trasladar corregi subscrivi y signe en publico por verdad. = Lugar del Signo. = Francisco Cordeyro.

Certifico yo Manuel Vispo scrivano publico de lo Judicial en esta Villaviciosa por el Duque de Bragança, &c. nuestro señor que es verdad que la letra a tras de la subscripcion al pie del poder y signo publico al pie della es de francisco cordeyro scrivano de Notas en esta Villa, y a su letra y signo se da entera fee y credito y por assi passar en la verdad di esta oy a dies dias del mes de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años y lo signe de mi signo publico que tal es. Lugar del signo.

Certifico yo Antonio cordeyro scrivano de lo publico, y de lo Judicial en esta Villaviciosa, y su termino por el Duque nuestro señor hago saber que la letra y signo publico de la subscripcion del instrumento a tras es de francisco Cordero scrivano de Notas en esta Villa, y la letra y signo publico de la justificacion arriba es de manuel vispo, scrivano de lo Judicial en esta Villa los quales oy en dia sirven sus officios, y a su letra y signos se da entera fee. Y por verdad de la presente oy dies dias del mes de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años, y signe de mi signo publico. Antonio Cordeiro scrivano publico. Lugar del signo.

Es-

Esta bien y fielmente traducido de Portugues en Castellano por mi Thomas Gracian Dantisco que por mandado delRey nuestro señor tradusgo sus escripturas, y de sus consejos, y Tribunales en Madrid a seys de Octubre de mil y quinientos y noventa y cinco años. Thomas gracian dantisco apostolico y real notario y scrivano.

En la Villa de Madrid a seys dias del mes de Octubre de mil y quinientos y noventa y cinco años vista esta traducion por el dicho señor Doctor Ortis teniente de corregidor, mando a mi el presente scrivano della dê al dicho Roque dias en el dicho nombre los traslados de que tuviere necessidad, escritos en limpio y signados en manera que hagan fee a los quales dixo que interponia su auctoridad, y decreto judicial quanto a lugar de derecho, y assi lo proveyo, mando, y firmo siendo testigos francisco de Cuellas, y Luis de Galves scrivanos publicos, el Doctor Ortis ante mi Rodrigo de Vera.

En virtud de los quales dichos poderes ambas las dichas partes dixeron que para que el dicho matrimonio aya efeto, son convenidos, y concertados en la forma siguiente, y debaxo de las condiciones formas, y modos que abaxo se diran y no sin ellos.

1 Primeramente que el dicho señor don Duarte aya de casar segun orden de la Sancta Madre Yglesia, con la dicha señora doña Beatriz recibiendo las bendiciones Nupciales dentro del tiempo que fuere señalado declarado y ordenado por el dicho señor conde de Oropesa, el qual luego como se haga saber al dicho señor don Duarte el dicho tiempo en que quiere se effectue el dicho Matrimonio, el dicho señor don Duarte queda obligado, y desde luego yo el dicho don Rodrigo de Alencastre le obligo en virtud del dicho poder a que dentro de dos meses que le fuere avisado vendra al lugar de su estado que le fuere señalado por el dicho señor conde para que se effectue el dicho Matrimonio, para firmeza de lo qual el dicho señor don Duarte desde luego queda obligado, y para mayor saneamientos quando ratifique esta dicha Capitulacion hara las escripturas pleitos menajes que fueren necessarios, y convengan, y se pidieren y demandaren por parte del dicho señor Conde para que tenga cumplido fin, y effecto, lo que en quanto a este capitulo ordenare y dispusiere el dicho señor Conde de Oropesa.

2 Iten que el dicho señor Marques de Velada en virtud del dicho poder, y como mas pueda y deva valer obliga al dicho señor Conde de Oropesa en que dara en cada un año de los largos dias del dicho señor Conde de alimentos a la dicha señora doña Beatris de toledo su hija tres mil ducados pagados por los tres tercios del año, y un tercio adelantado como se ussa en materia de alimentos con los quales ade quedar y queda congruamente alimentada la dicha señora doña beatriz, sin que en ningun tiempo por ninguna causa que sea ni ser pueda la dicha señora doña Beatris ni el dicho señor don Duarte, no an de pedir ni demandar que los dichos alimentos les sean crecidos, ni augmentados, no obstante que tengan uno, o mas hijos, o hijas del dicho matrimonio, porque desde luego la dicha señora doña Beatris, y el dicho señor don duarte, y en su nombre el

dicho

dicho señor don Rodrigo de alencastre an de quedar y quedan satisfechos con la dicha summa de alimentos para que agora ni en ningun tiempo puedan pedir mas cantidad sino solamente aquello que fuere contenido y expressado en esta escriptura que son los dichos tres mil ducados, y si por ventura lo que no se puede creer, ni pensar, por los dichos señores don Duarte y doña Beatris constante el dicho matrimonio, ò disuelto fueren pedidos mas alimentos, y como de hecho lo pidieren assi de hecho an de ser repellidos y no oydos en Juizio ni fuera del.

3 Yten se declara assienta y concierta que si por tener el dicho señor conde de Oropesa algun hijo varon ligitimo que oviere de succeder en su casa estado, y mayorasgo la dicha señora doña Beatris quedare durante la causa del dicho varon suspensa, o exclusa de la succesion del dicho estado y mayorasgo, para en este caso y desde agora para quando subceda, el dicho señor Marques obliga al dicho señor conde a que dará en dicho caso a la dicha señora doña Beatriz, por dote y a titulo de dote cien mil ducados impuestos y cargados con facultad real sobre los estados del señor conde, porque en tal caso ade cessar la dicha obligacion de los dichos tres mil ducados de alimentos, con declaracion que si el dicho señor conde los pagare en dineros de contado, ò en juros de buena situacion a razon de a veinte, qu'ental caso escogiendo la dicha forma de paga, el dicho señor conde quede libre de la dicha obligacion de los dichos cien mil ducados, asi su señoria por su obligacion personal como el dicho su estado, el qual en caso que quede obligado a los dichos cien mil ducados, aya de pagar reditos a razon de a veinte en el ynterin que no se redimiere, y extinguiere la suerte principal de los dichos cien mil ducados como dicho es en la dicha forma de paga de dineros, ò en juros con declaracion que la dicha suerte principal de los dichos cien mil ducados, todo el tiempo que estuviere cargada y situada sobre el dicho estado, no se ha de poder obligar en manera alguna, y solo el derecho, y accion ade ser a la cobrança de los reditos, y no mas, con pacto y expressa prohibicion de no enagenar en manera alguna la dicha suerte principal lo qual se ha de declarar, que se entienda tan solamente durante el matrimonio con lo qual el dicho señor conde cumple con todo aquello que de presente está tratado, y la dicha señora doña Beatris queda congruamente alimentada, y dotada en los casos referidos.

4 Y el dicho señor don Rodrigo de Alencastre cumpliendo de su parte, y en nombre del dicho señor don duarte se obliga obligando al dicho su principal, a que el dicho señor don Duarte residira y bivira continuamente en el lugar donde estuviere biviere y residiere, el dicho señor conde y condesa de Oropesa sus padres y suegros que an de ser, sin que por ninguna causa que sea, ò ser pueda pensada, ò no pensada el dicho señor don Duarte, no ade poder hazer ausencia por si solo ni juntamente con la dicha señora doña Beatris del lugar y residencia donde estuvieren y quisieren estar ni por derecho marital, ni por otra causa qualquiera que sea o ser pueda, a de poder

quitar

quitar ni apartar a la dicha señora doña Beatris de con los dichos señores condes sus padres y lo mismo que se dize, capitula y assienta en quanto a los dichos señores doña Beatriz y don Duarte lo mismo se asienta respecto de los hijos que Dios les diere del dicho matrimonio porque ni los unos ni los otros por ninguna via se an de poder separar de los dichos señores condes de Oropesa sino fuere prestando consentimiento a ello los dichos señores Condes por las causas que a sus señorias parecieren justas, y para firmeza y seguridad deste dicho capitulo por quanto es una de las causas principales de effectuarse el dicho matrimonio, y que en realidad de verdad se effectua, por ser esta dicha condicion de la dicha residencia la causa final porque se effectua el dicho matrimonio el dicho señor don Rodrigo de Alencastre obliga al dicho señor don Duarte a que hara la dicha residencia continua en el dicho lugar que residieren los dichos señores condes, y que no alegara que por falta de salud, ni por discordia, ni por otra ninguna causa, no puede ni le conviene residir en los dichos lugares, sino que ciertamente, y con effecto, estara y residira con su persona muger y hijos con los dichos señores condes, y porque en ningun tiempo se pueda poner duda en la firmeza, y observancia del verdadero cumplimiento deste capitulo se declara que en el cumplimiento del dicho señor conde es interesado por si, y por su casa, y Vasallos, y por la distribuicion de sus rentas entre los dichos Vasallos, y por otros justos y ligitimos respectos, y para mayor firmesa deste dicho capitulo de residencia, el dicho señor don Rodrigo en virtud del dicho poder obliga al dicho señor don Duarte a que hara pleito o menaje a fuero de Castilla segun y como lo hazen y se obligan los cavalleros hijosdalgo, y grandes señores della. Para que passara cumplira y guardara lo contenido en este dicho capitulo, con las penas y prohibiciones que por el quebrantamiento de semejantes pleitos menajes se incurren.

5 Yten el dicho señor don Rodrigo de Alencastre en nombre del dicho señor Don Duarte se obliga, y le obliga a que dara y desde luego promete en arras y donacion *propter Nupcias* como mas, y mejor de derecho lugar aya, dies mil ducados los quales declara caber en la decima parte de sus bienes libres y en caso que herede, el dicho señor don Duarte la casa de su hermano el señor Duque de Vergança las dichas arras an de ser y son quinze mil ducados, de todos los quales desde agora para quando el dicho matrimonio se disuelva por qualquiera de las causas de derecho permitidas el dicho señor don Duarte se obliga a la paga y restituicion de las dichas arras; y porque no se pueda dudar de la paga dellas, diziendo que no cupieron en la decima parte de los dichos bienes libres desde luego se obliga el dicho señor Don Duarte, y en su nombre el dicho señor don Rodrigo a que sacara facultad delRey nuestro señor para que de qualesquier bienes que el dicho señor don Duarte tenga, o tuviere vinculados, o de mayorasgo dellos se paguen las dichas arras como de bienes libres haziendolos en caso necessario libres, asi para que se puedan prometer como para que se puedan pagar y desde luego, y pa-

ra el dicho caso que succeda heredar y suceder el dicho señor don Duarte en la casa del dicho señor Duque su hermano, desde luego, y para el augmento de los dichos cinco mil ducados de arras se ade sacar la dicha facultad a pedimiento del dicho señor don Duarte con las clausulas vinculos y firmezas que fueren necessarias, y con todas las de mas que para firmeza deste dicho capitulo, y promessa de arras fueren pedidas y ordenadas por los letrados del dicho señor conde de Oropesa.

6 Yten el dicho señor don Rodrigo de Alencastre en nombre del dicho señor don Duarte se obliga, y le obliga a que en casso que los dichos cien mil ducados de la dicha dote se le paguen a los dichos señores doña Beatris y don Duarte que ade ser teniendo hijo varon ligitimo el dicho señor conde si los dichos cien mil ducados se le pagaren en dineros ò en juros a razon de a veinte en este caso el dicho señor don Duarte ade quedar obligado, y se ade obligar a la paga y restituicion de la dicha dote, y cien mil ducados a pagarlos en dinero de contado, ò en la especie y genero de paga que oviere sido la que se entrego, y hizo al dicho señor don Duarte por manera que si fueren dineros los restituyra en dineros, y si juros en juros. Y para mayor seguridad de la dicha señora doña Beatriz, y de la paga y restituicion de la dicha dote el dicho señor don Duarte queda obligado a sacar facultad real assi para qualesquiera bienes que al presente tuviere de mayorasgo como para en caso que el dicho señor don Duarte tuviere otros qualesquiera bienes de mas de los que al presente tiene porque todos ellos, y los que a delante tuviere por qualquier via y forma que sea todos ellos an de quedar obligados a la dicha paga y restituicion de la dicha dote para que dellos se pueda cobrar bien assi como si fuessen bienes libres, y no de mayorasgo sobre lo qual se an de despachar y sacar las dichas facultades a satisfacion del dicho señor conde de Oropesa y como por su señoria, y sus letrados fuere pedido, y ordenado declarandose como se declara que en caso que los dichos cien mil ducados del dicho dote queden situados, y impuestos sobre el dicho mayorasgo a razon de a veinte, en este caso el dicho señor don Duarte por quanto no ade recibir ni recibe la suerte principal de la dicha dote, no queda obligado a la paga della, sino en caso que la reciba en juros, ò en dineros como dicho es, y en tal caso ade dar por libre al mayorasgo de la dicha obligacion.

7 Yten se declara assienta y concierta que en caso que el dicho señor conde de Oropesa no oviere hijo varon, y oviere una, ò muchas hijas por lo qual la dicha señora doña Beatriz como la primogenita, y mayor avra de succeder en la casa, estado, y mayorasgo del dicho señor conde, y conforme a derecho esta obligada a dotar a las dichas sus hermanas que fueren para en este caso se declara y concierta, que a la mayor de las hijas que tuviere el dicho señor conde se le ade dar y señalar de dote sesenta mil ducados, y a cada una de las de mas que tuviere quarenta mil ducados, impuestos con facultad real sobre el mayorasgo del dicho señor conde, la qual dicha

cha facultad desde luego se ade sacar de consentimiento de todas las partes para que el dicho mayorasgo quede obligado a la dicha paga, y el dicho señor conde desde luego aceta la dicha facultad, y la obligacion que por este capitulo haze el dicho señor Don Duarte y en su nombre el dicho señor don Rodrigo para que como padre y ligitimo administrador que sera de las dichas sus hijas les quede adquerido derecho irrevocable, con tal declaracion que los dichos señores don Duarte y doña Beatriz y los que por tiempo fueren succesores, y posseedores del dicho mayorasgo queden y an de quedar obligados a redimir y extinguir la suerte principal de las dichas dotes señalandose rentas particulares del dicho estado, en cantidad, y suma de ocho mil ducados de renta al año de que se paguen las dichas dotes para que quede libre del dicho mayorasgo segun y como mas en particular fuere pedido y ordenado por el dicho señor conde començando a correr la paga de los dichos ocho mil ducados desde que el dicho Conde falleciere y no antes.

8 Yten se declara capitula y assienta, y concierta que si el dicho señor conde de Oropesa muriere antes que la dicha señora condesa su muger sin dexar hijo varon, o en caso que muriese el dicho señor conde dexando el dicho hijo varon, y el tal hijo muriesse, y faltasse despues de los dichos dias y vida del dicho señor conde, y en qualquiera de los dichos dos casos sobreviviesse y quedasse viva la dicha señora Condesa en el dicho casso a la dicha señora Condesa fuera de su dote arras y multiplicado, y de todo lo de mas que en qualquier manera le puede pertenecer los dichos señores don Duarte y doña Beatris se an de obligar, y quedan obligados, y desde luego el dicho señor Don Rodrigo, obliga al dicho señor Don Duarte a que dara y pagara en cada un año de los que viviesse la dicha señora condesa dos mil ducados de renta, y mil y quinientas fanegas de trigo, y quinientas de cevada pagado todo por los tercios del año, y en caso que la dicha señora condesa se quiera retirar a algun lugar, y no residir con los dichos señores sus hijos desde luego se le señala a las villas de belvis, o Xarandilla con su juridicion qual dellas escogiere su señoria, para que la que assi escogiere, y señalare la tenga por los dichos dias de la dicha su vida con las casas y xardines, y lo de mas que oviere en el dicho lugar, y para que la dicha señora condessa con mayor seguridad pueda cobrar los dichos dos mil ducados, y mil y quinientas fanegas de trigo y quinientas de cevada desde luego el dicho señor conde ade señalar las rentas que por bien tuviere para que dellas aya las dichas sumas y cantidades de trigo y cevada la dicha señora condesa y desde luego los dichos señores doña Beatris y don Duarte an de otorgar en favor de la dicha señora Condesa los poderes en causa propria, y de mas escripturas que se ordenaren con las clausulas y firmezas que fueren necessarias para que la dicha señora Condesa aya para si las dichas rentas, y en caso que para firmeza y seguridad de lo conthenido en este dicho capitulo assi para lo tocante a la dicha juridicion como para la paga de la dicha renta fuere necessario sacarse facultad real se

ade facar de confentimiento, y pedimiento de las partes de tal manera que no folo los dichos feñores don Duarte y Doña Beatris an de quedar obligados a efte dicho capitulo por los dias de fu vida fino tambien los fucceffores y hijos que Dios les diere, porque fi por ventura faltando los dichos feñores, don Duarte y doña Beatris fobreviviefle, y toda via fueffe viva la dicha feñora Condefa, los dichos feñores fus nietos hijos de los dichos feñores don Duarte y doña Beatris an de quedar en virtud de la dicha facultad real obligados a la dicha paga bien affi como lo eftan, y an de quedar obligados los dichos feñores don Duarte y doña beatriz.

9 Yten fe declara affienta capitula y concierta que muriendo el dicho feñor Conde, y heredando fus eftados cafa y mayorafgo la dicha feñora doña Beatriz, el dicho feñor don duarte de los frutos y rentas del dicho mayorafgo ade dar en cada un año quatro mil ducados a la dicha feñora doña Beatris, y defpues de fallecida la dicha feñora condefa como fea defpues de la muerte del dicho feñor Conde le ade dar otros dos mil ducados mas, por manera que muertos los dichos feñores condes fus padres ade aver feis mil ducados de los quales ade gozar libremente y difponer dellos a fu libre voluntad, y efto fin carga ni obligacion alguna por quanto fuera de los dichos feys mil ducados el dicho feñor don Duarte, ade dar a la dicha feñora doña Beatriz todo lo que oviere menefter para gaftos de fu camara, criados, y todo lo de mas neceffario para lo qual el dicho feñor don Duarte defde luego fe obliga a otorgar las efcripturas, y poderes que fueren neceffarios, y en cafo que el dicho feñor Conde quiera que defde luego fe feñalen rentas efpeciales para el dicho fefecto defde luego, y para mayor feguridad de la dicha feñora doña Beatris el dicho feñor don Duarte cederá las dichas rentas en favor de la dicha feñora doña Beatris para que le fera cierta y fegura la dicha paga, y fe obliga y el dicho feñor don Rodrigo de Alencaftre le obliga a que no revocara el dicho poder ni efcripturas que fobre efto otorgare fino que agora y en todo tiempo fera lo contenido en efte capitulo firme cierto y feguro.

10 Yten fe declara affienta, y capitula, y concierta que en cafo que el dicho feñor don Duarte muriere en vida de la dicha feñora doña Beatris dexando hijo, ò hijos del dicho matrimonio el dicho feñor don Duarte fe obliga, y el dicho feñor don Rodrigo de Alencaftre en el dicho nombre, a que dexará el dicho feñor don Duarte a la dicha feñora doña Beatris por tutora, y curadora de los hijos que Dios les diere, ò a la dicha feñora Condefa fin darles ningun otro acompañado fuera del que de fu voluntad la una, ò la otra quifiere tomar; y defde luego para en cafo que durante el dicho matrimonio, y dexando los dichos hijos fallefca, aparta de fi qualquiera derecho que como a padre de los dichos fus hijos por razon de la Patria poteftad, ò en otra qualquier manera le pueda pertenecer y pertenefca, y fi affi no lo dexare difpuefto por fu teftamento, ò otra ultima, ò poftrimera voluntad quiere el dicho feñor don Duarte, y el dicho feñor Don Rodrigo en fu nombre que defde luego para quando el dicho

cho caso succeda esta dicha capitulacion tenga fuerça, y effecto de codicilio, ò testamento para que por el y en virtud del, y como mas de derecho lugar aya desde luego para entonces la dicha señora doña Beatris sea avida y tenida y quede nombrada, y señalada por tal tutora y curadora de los dichos hijos que Dios les diere, uno, ò muchos de tal manera que ella sea *in solidum* tutora y curadora de los dichos sus hijos, ò la dicha señora Condesa de los dichos sus nietos, y para que este dicho capitulo aya mas consumado yffecto, el dicho señor don Duarte se ha de obligar y obliga a que guardara este dicho capitulo como en el se contiene, y en caso que quede hecho, y contra el tenor del haga otro nombramiento en favor de otra qualquier persona junta, ò acompañadamente con la dicha señora doña Beatris desde luego lo revoca, y declara por ninguno, para que sea jusgado por de ningun valor, y effecto, y declara no ser de su voluntad, ni quiere que valga, y protesta que assi se declare, y tenga por ninguno por quanto tiene apartado de si qualquiera derecho que para lo hazer le pudiesse pertenecer, y todo ello renuncia y a renunciado.

11 Yten, assi mismo se declara assienta y capitula que no dexando el dicho señor don Duarte declarado por su testamento qual de sus hijos ade ser mejorado en el tercio y quinto de sus bienes, ni menos dispuesto de los bienes que pertenecieren a sus hijos en caso que mueran en la pupilar hedad, desde luego para quando el dicho caso suceda el dicho señor don Duarte, ade dar y da facultad, y poder ligitimo, y el dicho señor don Rodrigo assi lo promete en el dicho nombre, que el dicho señor don Duarte dexará y desde luego dexa, y que señalara y desde luego señala y nombra a la dicha señora doña Beatriz por su testamentaria comissaria, o como mejor de derecho lugar aya para que representando la persona del dicho señor don duarte y como el pudiera, pueda al hijo, o hijos que quisiere hazer, en el tercio, y quinto de los bienes que pertenecieren al dicho señor don Duarte, y la mejora hiziere en el tal hijo o hijos sea avida, como si el mismo señor Don Duarte la hiziera y como si el mismo lo declarara, y señalara, y el mismo poder y facultad sea y se entienda para que pueda sostituir pupilar, o exemplarmente a los hijos que fueren capaces de la dicha sostitucion para que en virtud della el tal sostituto derechamente aya para si, y suceda y lleve los bienes del tal hijo a quien se le hiziere la tal sostitucion, porque quan cumplido poder puede, y podria tener el dicho señor don Duarte para hazer todo lo suso dicho como tal padre y ligitimo administrador en virtud de la patria potestad, ò en otra qualquier manera, todo ello desde luego para entonces, y para quando succeda el dicho caso, lo da, cede, renuncia, y traspassa en la dicha señora doña Beatriz con todas las clausulas vinculos y firmezas de derecho necessarias, y si fuere menester para firmeza deste dicho capitulo hazer otra escriptura ò escripturas el dicho señor don duarte las hara en favor de la dicha señora doña Beatriz, como le fueren pedidas y ordenadas para que todo lo suso dicho aya y tenga entero, y consumado effecto.

Yten

12 Yten que siendo Nuestro Señor servido de dar a los dichos señores don Duarte y doña Beatriz hijos deste dicho Matrimonio, desde luego para quando tengan los dichos hijos, el dicho señor don Duarte trae al dicho matrimonio todos los bienes que en qualquier manera le pueden pertenecer por qualquier titulo, y causa, y en nombre de bienes libres, y proprios, y en especial las Villas de frechilla, y Villaramiel, y el situado de que su magestad le hizo merced, y se obliga el dicho señor don Rodrigo de alencastre en nombre del dicho señor don Duarte a que el dicho señor Don Duarte vinculara, yncorporara y unira, y desde luego vincula une, y incorpora en la casa y mayorasgo de Oropesa las dichas Villas con su termino juridiscion y vassallaje, y con todo lo a ello anexo, y perteneciente, y el dicho situado segun y como le pertenece al dicho señor don Duarte por los titulos que dello tiene de su magestad, o tuviere, y en otra qualquier manera sin reservar cosa alguna, y lo de mas de que su magestad le a hecho y hiziere merced, para que lo suso dicho que assi se ade vincular, y queda vinculado, y aviendo los dichos hijos ande junto unido, y yncorporado en el dicho mayorasgo y casa de Oropesa, y so succeda en todo ello con las mismas condiciones, vinculos, y firmezas, gravamenes, y sostituciones, porque se succeden, y estan puestas a la casa de Oropesa para que todo ello sea un mayorasgo y una misma dispusicion de bienes vinculados, bien assi, como si al principio de la fundacion del dicho mayorasgo de la dicha casa de Oropesa todos los dichos bienes fueran comprehendidos como unos mismos debaxo de una misma dispusicion porque todos ellos an de andar asi yncorporados en el dicho mayorasgo como dicho es, y para mayor firmeza del dicho vinculo mayorasgo, y union el dicho señor don Duarte se obliga a dar memorial de las dichas Villas, y situado, o de lo que en lugar de ello y de lo que de mas su magestad le hiziere merced, y firmado de su nombre le presentará ante el Rey nuestro señor, y señores de su consejo de camara para que le den facultad real en execucion deste dicho capitulo, y capitulacion matrimonial, para que los dichos bienes desde agora para siempre ja mas en caso que aya la dicha succession queden vinculados unidos, y yncorporados al dicho mayorasgo y condado de Oropessa la qual dicha facultad se ade sacar con las clausulas y firmezas necessarias, y con todas las de mas que se pidieren, y ordenaren por el dicho señor conde y sus letrados, lo qual se entiende aviendo hijos deste matrimonio, y no de otra manera, porque no los aviendo, y faltando despues o sus descendientes an de quedar y quedan bienes libres del dicho señor Don Duarte.

13 Yten se assienta capitula y concierta que no obstante que la dicha señora doña Beatris como hija unica de los dichos señores condes tenga derecho a todos los bienes de sus señorias como a su ligitima paterna, y materna y los dichos señores Condes, conforme a las leyes de estos Reynos no pueden disponer sino de lo que cupiere en la quinta parte de sus bienes despues de pagadas sus deudas, toda via en beneficio de los dichos señores condes desde luego se capitula,

capitula, y queda concertado que assi el dicho señor conde, como la dicha señora condesa al tiempo de su fin y muerte por su testamento y por acto entre vivos que tenga fuerça de ultima voluntad, an de poder disponer cada uno de cinquenta mil ducados por manera que ambos ados puedan disponer de cien mil ducados, y esto aun que no quepa en la quinta parte de sus bienes, porque desde luego se les da la dicha authoridad y ligitimo poder, y para firmeza deste capitulo el dicho señor don Rodrigo obliga al dicho señor don Duarte a que luego como sea desposado ligitimamente con la dicha señora doña Beatriz ambos ados juntamente prestaran el dicho consentimiento, y en razon del y para mayor firmeza y seguridad de los dichos señores condes de Oropesa otorgaran escriptura publica con las clausulas vinculos y firmezas que fueren necessarias. Y por tratarse de prestar consentimento para cierta parte, o cierta cosa de herencia devida a la dicha señora doña Beatris haran el juramento y juramentos que fueren necessarios para firmeza y validacion del acto, y del dicho consentimiento, y si fuere necessario hazer donacion de la demasia que excediere del dicho quinto a los dichos cinquenta mil ducados desde luego, y quando se otorgue la dicha escriptura la hazen y quedan obligados a la hazer con las clausulas vinculos y condiciones necessarias, y porque podria ser morir la dicha señora doña beatriz en vida de los dichos señores sus padres dexando hijos, y decendientes, y se pertenderia que este dicho capitulo, y el dicho consentimiento no pudo perjudicar a los dichos decendientes por no aver sobrevivido a los dichos señores Condes la dicha señora doña Beatriz, para remedio de este caso, y escusar toda duda, y para que tenga cumplido, y consumado effecto este dicho capitulo, y por ningun sucesso pueda cesar el dicho señor don Rodrigo obliga al dicho señor don Duarte a que dentro de quatro messes como se otorgare esta dicha capitulacion, y fuere por el ratificada sacara facultad de su magestad, y de los señores de su consejo de Camara en aprobacion deste dicho capitulo, y con derogacion de las leyes que puedan ympedir su effecto como fue rehordenado por los dichos señores condes ò por las personas y letrados a quien sus señorias lo cometieren.

14 Yten se declara assienta capitula, y concierta que por quanto muriendo el dicho señor conde sin hijo varon ligitimo la dicha señora doña Beatris ade succeder como su hija primogenita mayor en su casa estado y mayorasgo la qual dicha casa tiene las Armas de los linajes de Toledo Monroy y Ayala, y tiene por apellido los dichos nombres todo lo qual los señores que por tiempo an sido de la dicha casa de Oropesa, ansi lo an conservado, y guardado, el dicho señor don Duarte se obliga a que travra las dichas Armas, y usara y se nombrara de los titulos, y apellidos de las casas y mayorasgos del dicho señor conde trayendo el dicho nombre y armas, y usando de todo ello, y poniendolo siempre en el mas preheminente y mejor lugar, como lo hiziera si fuera hijo varon del dicho señor Conde de tal manera que en el dicho señor don Duarte se conserve el dicho nombre y armas segun y como lo a estado en todos los possecedores del dicho

mayoras-

mayorafgo por quanto efte dicho matrimonio fe effectua debaxo defta dicha condicion, teniendola por caufa final del dicho matrimonio, y para mayor feguridad de efte dicho capitulo el dicho feñor don Duarte fe obliga a hazer, y que hara pleito omenaje de affi lo tener guardar y cumplir, y aver por firme fin que en ningun tiempo por ninguna ocafion contravendra tacita ni exprefamente a lo fufo dicho antes ade quedar obligado en tal manera al cumplimiento dello que qualquiera deudo, o pariente o Vafallo de la dicha cafa de Oropefa le ade poder compeler al cumplimiento de todo ello, y defde luego a qualquiera de las dichas perfonas por efta dicha capitulacion fe les da poder ligitimo baftante para que affi lo pueda pedir, y demandar contra el dicho feñor don Duarte, y contra el que fuere poffeedor de la dicha cafa para que fean compelidos a la obfervancia, y guarda del dicho nombre y armas, y a la perfona que affi lo pidiere y demandare defde luego de confentimiento de las partes, fe le da no folo el dicho poder para lo dicho fino tambien por fu propria authoridad pueda cobrar de los bienes del dicho mayorafgo tanta parte quanta baftare para feguir, y profeguir el dicho pleito, con que la tal perfona fea creyda por fu fimples juramento, ò palabra de lo que dixere que affi a menefter para el dicho effecto, y feguir el dicho pleito, y de mas de lo fufo dicho fi a cafo lo que no fe puede creer ni penfar el dicho feñor don Duarte, ò otro qualquier fucceffor en el dicho mayorafgo, y eftado contraviniere a lo fufo dicho defde luego ade quedar, y queda privado y exclufo de los frutos del dicho mayorafgo, y de otro qualquier aprovechamiento de la dicha cafa, y en tal cafo ade permanecer para mayor augmento de la dicha cafa, ò fe avra de convertir en los effectos, y cofas que fuere feñalado declarado, y ordenado por el dicho feñor Conde y fobre todo para mayor firmeza, y feguridad defte dicho capitulo y para que todo lo en el difpuefto fe guarde inviolablemente y no fe pueda contravenir en manera alguna fe ade facar facultad de fu mageftad en que apruebe confirme y ratifique, y en caffo neceffario revalide efte dicho capitulo, para que afi como aora efta confervado el appellido, y armas de la dicha cafa de oropefa affi fe guarde y conferve en los tiempos venideros.

15 Yten fe affienta capitula y concierta que por quanto el Rey nueftro feñor a promulgado ley, y pragmatica efpecial en el Reyno de portugal por la qual efpecialmente fe a prohibido que ninguna cafa del dicho Reyno de portugal fe pueda juntar con otra aun que fea defte Reyno de la cantidad referida en la dicha ley como mas en particular della confta. cuyo tenor letra a letra fegun y como fe ordeno promulgò y publico es efte que fe figue.

En la Villa de Madrid a feis dias del mes de otubre de mil y quinientos y noventa y cinco años ante el feñor Doctor Ortiz teniente de Corregidor en efta dicha Villa y fu tierra por fu Mageftad parecio prefente Roque dias procurador del Numero defta Villa en nombre del feñor don Rodrigo de Alencaftre mayordomo del principe nueftro feñor, y dixo que en ciertas efcripturas que el dicho fu

parte

parte otorgo en nombre del señor don Duarte marques de frechilla señor de Villaramiel que fueron sus capitulaciones con el señor don Gomez de avila Marques de Velada ayo y mayordomo mayor del Principe nuestro señor en nombre y en virtud del poder que tuvo del señor don Juan garcialvares de Toledo conde de Oropesa y deleytosa, y doña luisa pimentel su muger en nombre de la dicha señora doña Beatris de Toledo su hija ligitima las quales se otorgaron, y en las dichas capitulaciones van ynsertas entre otras cosas esta ley escripta en Portugues de que assi mismo haze presentacion. Por tanto para el dicho effecto pidio al dicho señor teniente la mande traduzir, y darle della los traslados necessarios, y pidio justicia.

Y vista por el dicho señor teniente la dicha ley, y que esta sana, no rota ni canzelada ni en parte sospechosa, y escrita en la dicha lengua Portuguesa, mando que para el dicho effecto se entregue a Thomas gracian Dantisco scrivano y traductor en esta corte que traduze en ellas las escripturas del Rey nuestro señor, y de sus consejos, y tribunales para que la tradusga, y fecho se traiga a su merced para la veer y proveer justicia. Ante mi Rodrigo de Vera.

En cumplimiento de lo qual yo el dicho Thomas Gracian dantisco escrivano, y traductor suso dicho fize traduzir, y traduxe la dicha ley de Portugues en castellano que es del tenor siguiente.

SEÑOR.

Dize Fernando de Matos canonigo en la iglesia mayor de esta ciudad, y agente del Duque de Bragança en esta corte que a el le es necessario para un negocio de mucha importancia el traslado en modo que haga fee de la ley que agora su magestad mando hazer y publicar sobre se no ayuntar las casas de los mayorasgos por casamientos pide a Vuestra Magestad le mande dar el dicho traslado autentico, y recibirá merced.

Desele traslado del Registro el chanciller mayor.

Gaspar Maldonado hidalgo de la Casa del Rey nuestro señor y scrivano de la chancilleria mayor de sus Reynos, y señorios hago saber que en uno de los libros del Registro de leyes, y ordenanças que andan en la dicha Chancilleria esta escrita, y registrada una ley de la qual el traslado es el siguiente.

Don Philippe por la gracia de Dios Rey de Portogal y de los Algarves de aquende, y allende mar en Africa señor de Guinea, y de la conquista navegacion, y comercio de Ethiopia Arabia persia, y de la yndia, &c. hago saber a los que esta ley vieren que considerando yo como la yntencion de los grandes y hidalgos, y personas nobles de estos Reynos, y señorios que ynstituyen mayoragos de sus bienes, y los vinculan para andar en sus hijos, y decendientes conforme a las clausulas de las instituciones que hazen y ordenan es para conservacion y memoria de su nombre, y acrecentamiento de sus estados casas y nobleza, y para que en todo tiempo se sepa el antiguo linaje donde proceden los buenos servicios que hizieron a los Reyes mis predecessores por los quales merecieron dellos ser honrados, y

acrecentados del qual resulta provecho a estos Reynos para que en ellos aya muchas casas, y mayorasgos para mejor defensa, y conservacion de los dichos Reynos, y me poder los posseedores dellos con mas facilidad servir, y a los Reyes que por el tiempo en a delante me sucedieren en la Corona de estos Reynos, y que por tanto ayuntandose por via de casamiento dos casas, y mayorasgos de differentes instituidores, y generaciones en una sola persona para en ellos succeder, como ya algunas en este Reyno por casamiento se unieron, sera causa de se extinguir la memoria de los que los fundaron y ynstituyeron, y de no tener los hermanos parientes, y criados a quien se acosten, ò acudan, y se disminuir las casas y mayorasgos de los grandes hidalgos, y nobles lo qual será en grande daño y perjuizio del Reyno, y mucho deservicio mio; y viendo yo los dichos ynconvinientes, y otros que desunir, y ayuntar las dichas casas y mayorasgos pueden recrecer queriendo en ello probeer como Rey, y señor a quien pertenece mirar por la conservacion de los estados, y nobleza de mis Vassallos desseando que en mis tiempos, las casas, y mayorasgos de estos Reynos, y señorios se conserven, y augmenten, y que este siempre viva la memoria y nombre de los instituidores, y fundadores dellos, y no se confundan ni mesclen unos con otros con el parecer de los de mi consejo, y desembargo. Ordeno y mando que todas las vezes que se ayuntaren de aqui en a delante por cassamiento dos casas y mayorasgos de los quales uno rente cada año quatro mil cruzados, ò de ay arriba, el hijo major que del naciere el qual conforme a las instituciones de los dichos mayorasgos uviera de succeder en ambos succeda solamente en uno dellos qual el quisiere, y escogiere, y el hijo segundo succederá en el otro, y esto sin embargo de qualesquiera clausulas, y condiciones por las quales el hijo major sea llamado por los instituidores, y fundadores, a entrambos los mayorasgos, y sin embargo, otro si de qualesquiera leyes, y costumbres que oviere por las quales el hijo major deva succeder en los dichos dos mayorasgos, porque todas ellas y qualquiera de mi proprio motu, cierta ciencia poder real y absoluto, y supremo por esta ley revoco, y hê por revocadas, quanto para el effecto del dicho hijo mayor no aver de succeder en ambos los dichos mayorasgos quedando en todo lo de mas las dichas leyes costumbres clausulas y condiciones puestas en las instituciones dellos en su fuerça y vigor lo qual avra lugar siendo el hijo segundo capas de la succesion del tal mayorasgo conforme a la ynstitucion del porque siendo por algun caso incapas succedera otro hermano si lo oviere, siendo otro si capas para poder en el succeder, y no aviendo hermano capas, ò aviendo un solo hijo podra el hijo primogenito posseer en su vida entrambos los mayorasgos hasta del por su muerte quedar hijos, ò tales decendientes en los quales pueda aver effecto la division y separacion que de las dichas dos casas y mayorasgos conforme a esta ley mando se haga, y no quedando del dicho matrimonio hijo algun varon, y quedando una ò mas hijas tales que conforme a la calidad de los bienes, y clausulas de las instituciones pueden suceder en los dichos

chos mayorasgos lo que dicho es en el modo en que en ellos los hijos deven succeder, avra lugar en las hijas, y si oviere un solo hijo varon que aya de escoxer uno de los dichos mayorasgos en el otro succederá la hija que oviere no siendo excluida por las clausulas de la institucion; y siendo llamada por ella en caso que no aya hijo varon podra succeder en el otro mayorasgo, por quanto un solo hijo que uvo conforme a esta ley no puede en el succeder por aver escogido el mayorasgo mayor y mas principal; y en caso que la dicha hija sea excluida por las clausulas de la institucion, el dicho hijo solo que oviere sucedera en ambos los mayorasgos, y los posseera como arriba dicho es en el caso en que ay un solo hijo, y por quanto en este Reyno ay algunas personas de los grandes, y hidalgos del que tienen bienes de la Corona por donaciones que de mi, y de los Reys antepassados huvieron en los quales conforme a ley mental y ordenança del segundo libro titulo dies y siete no puede suceder sino el hijo mayor varon, de los quales se fundaron algunas casas, y mayorasgos conforme a las donaciones que para ello tienen, y puede venir en duda si el hijo segundo succedera en el tal mayorasgo por ser de bienes de la corona, hê por bien y mando que el otro hijo pueda en el succeder siendo tal en quien concurran las calidades que conforme a la dicha ley mental y ordenacion uviera de tener para succeder en los dichos bienes y mayorasgo si su hermano por mayor no le precediera, por quanto la succession del mayorasgo de estos bienes de la Corona no se diffirio al hijo mayor en quanto no escogio qual de los dichos mayorasgos queria y assi no es visto el otro hijo succeder a su hermano en ellos mas immediatamente a su padre conforme a la donacion que de los dichos bienes de la Corona tuviere y esto mismo hê por bien se guarde en aquellas hijas a que por mi, o por los Reyes mis antecessores o por los que despues de mi vinieren fuere hecha merced que pueda succeder en los bienes de la Corona sin embargo de la ley mental, y no pudiendo las dichas hijas succeder en los tales bienes de la Corona por no aver derogacion de la ley mental aviendo hijo varon el dicho succedera en entrambos mayorasgos, y los posseera en su vida hasta del por su muerte quedar hijos, o tales decendientes en los quales pueda aver lugar la division y separacion arriba dicha, y esta ley quiero y mando se entienda no solamente casando las personas de estos Reynos, y señorios de Portugal con otros naturales dellos, mas que tambien aya lugar en las personas que casaren fuera de los dichos Reynos con personas estrangeras y no naturales por manera que en ningun tiempo se puedan ayuntar ni ayunten las cassas y mayorasgos de este Reyno con los otros de otro Reyno, de fuera deste, sino en la forma desta ley, la qual otro si mando se entienda no solamente en los hijos y nietos mas tambien en todos los otros decendientes en qualquiera grado que sea, y en todas las otras personas que por bien de las instituciones de los tales mayorasgos, y donaciones de los bienes de la corona en ellos, y en los dichos mayorasgos pueden succeder, y mando al Regidor de la casa de la Suplicacion, y al governador de la Relacion do porto, y

a los Desembargadores de las dichas casas, y a todos los de mas corregidores, Oydores, Juezes, y officiales de la Justicia guarden, y cumplan esta ley como en ella se contiene, y al Doctor Simon Gonçales preto, chanciller mayor de mis Reynos, y señorios que la haga publicar en la chancillaria, y embie los traslados della por el firmados a los corregidores de las comarcas, y corregimientos de mis Reynos para que todos sepan lo que por esta ley ordeno y mando, la qual se registrara en los libros del desembargo del Palacio, y de las dichas relaciones a donde semejantes leyes se a costumbran registrar dada en Madrid, a cinco dias del mes de Junio. Tome de Andrade la hizo año del nacimiento de Nuestro señor Jesu Christo de mil y quinientos y noventa y cinco, Estevan de Gama la fize escrivir, fue publicada en la chancilleria la ley del Rey nuestro señor a tras escrita por mi gaspar maldonado escrivano della, por ante los officiales de la dicha chancilleria, y otra mucha gente que venia a requerir su despacho, en lisboa a cinco de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años de la qual ley arriba trasladada por parte de fernando de Matos canonigo en la iglesia mayor desta ciudad Agente del Duque de Vergança me fue pedido le diesse el traslado por le ser necessario para un negocio de mucha importancia, yo se le di, y en esta mi certificacion assi y de la manera que esta escrita, y registrada en el dicho libro con el qual fue por mi corregida y esto por virtud del despacho del chanciller mayor junto, Pedro lopes la hizo en lisboa a siete de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años. Pago cien res, dize lo rapado, y scrivano de la chancilleria, y lo enmendado algunas succeda. = Gaspar Maldonado. =

Esta bien y fielmente traduzido de portugues en castellano por mi thomas gracian dantisco que por mandado del Rey nuestro señor tradusgo sus escripturas y de sus consejos, y tribunales en Madrid a seys de otubre de mil y quinientos y noventa y cinco años, Thomas gracian dantisco apostolico, y real notario y scrivano.

Y assi presentada la dicha traduzion, y vista por el dicho señor Doctor Ortis teniente de Corregidor en la dicha Villa y su tierra en el dicho dia mes y año mando dar della un traslado, dos, ò mas signados y en publica forma y en manera hagan fee, a los quales y a cada uno dellos interpuso su authoridad, y Judicial decreto, y lo firmo de su nombre el Doctor Ortis ante mi Rodrigo de Vera.

Y con ocasion de averse promulgado la dicha ley se a tratado el dicho matrimonio entre los dichos señores doña Beatriz de Toledo, y don Duarte siendo para el dicho señor Conde de Oropessa y para todas las dichas partes presupuesto firme y indubitable que por ningun caso se an de poder juntar ni unir las casas de Vergança y Oropessa sino que aviendo successores en quien se puedan separar y apartar se ha de hazer la dicha division para que con ella se consiga el fin, y intento principal que se tiene ya tenido entre las partes que el que por ningun caso pensado, o no pensado sea, o ser pueda que las dichas casas anden juntas aviendo los dichos successores en quien se dividan, y si la dicha ley no se uviera publicado, y su obser-

obſervancia fueſſe revocable por ninguna via, no ſolo no ſe effectuara el dicho matrimonio, antes no ſe tratara por quanto la cauſa potiſſima y final de averſe tratado, y de effectuarſe mediante la voluntad de Dios, es preſupueſta la dicha diviſion y ſeparacion por muchas razones juſtas y convenientes para la conſervacion de la dicha caſa de Oropeſa, y del augmento y ſplendor de ella, porque tanto es juſto ſe mire por los effectos importantes que para el ſervicio de Dios, y bien del Reyno, y de la cauſa publica, y del miſmo eſtado ſe pueden ſeguir que por notorios no ſe expreſſan toda via para mayor conſervacion de lo ſuſo dicho, y mayor firmeza, añadiendo fuerça a fuerça y contrato a contrato, el dicho ſeñor don Rodrigo de Alencaſtre ſe obliga en nombre del dicho ſeñor Don Duarte a que dentro de dos meſſes que ſe otorgaren eſtas dichas capitulaciones ſacará facultad de ſu mageſtad en que eſpecialmente ratifique y apruebe, y de nuevo confirme la dicha ley y eſte dicho capitulo, y diviſion de caſas dandole fuerça de contrato entre partes por cauſa oneroſa, como ſi fueſe ley promulgada en cortes, como en realidad de verdad lo es en quanto al effecto, y firmeſa de eſte dicho capitulo por quanto el dicho matrimonio de ninguna manera ſe tratara ni effectuara ſino fuera preſupueſta la firmeza de la dicha ley, y cumplimiento deſte contrato, y aſſi miſmo que ſu mageſtad ade dar ſu fee y palabra real por ſi y en nombre de ſus ſucceſſores en ſu dignidad real prometiendo que la dicha ley no la revocará ni la revocaran por ninguna cauſa que ſe ofreſca, y que ſiempre, y en todo tiempo la dicha ley y eſte capitulo ſe guarde y cumpla, y ſi de hecho, por alguna razon, ò cauſa la dicha ley ſe revocaſe, o moderaſe en todo, ò en parte deſde agora para entonces ſe declara que en quanto toca a las dichas caſas de Oropeſa y Vergança ſe ade guardar lo diſpueſto en la dicha ley, y en eſte capitulo como coſa hecha y ordenada por contrato honeroſo, y entre partes queriendo que aun que ſe haga mencion eſpecial o general de todas o qualeſquier leyes, o de la dicha ley no ſea viſto quedar derogada en quanto a eſte caſo, por quanto ade valer y tener fuerça eſte dicho capitulo, y ley entre las dichas partes, y la Corona Real, como contrato honeroſo irrevocable bien aſſi como ſi todas las perſonas que ſon intereſſadas en la dicha diviſion cada una de por ſi, o todas juntas intervinieſſen al effecto deſte contrato, y obligacion del, y de la otra parte la corona y dignidad real intervinieſſe como eſpecial contrayente por contrato eſpecial con authoridad real fortificado con palabra y promeſa real porque para firmeza de lo ſuſo dicho, todo ello ſe ade prometer por ſu mageſtad mandando eſpecialmente que de hecho ſean repelidas todas, y qualeſquier perſonas que de hecho, ò con color, o cauſa de derecho quiſieren yr, o venir contra el tenor, y forma deſte dicho capitulo, y ſi parecieren en Juizio eſte dicho capitulo, y la dicha facultad, y contrato entre partes fundado en la dicha ley ade tener fuerça de excepcion dilatoria con effecto peremptorio para que no pueda ſer la tal parte oyda ſino repelida, y condenada en coſtas, y en pena de veinte mil ducados, y en deſtierro de la corte del Rey, y de ſus conſejos,

ſejos, por quanto deſacatadamente pertende ò pertendera, venir, o impugnar contra todo lo ſuſo dicho mandando que eſte dicho capitulo, y contrato real tenga fuerza de coſa juſgada, y que deſde luego ſu Mageſtad lo pronuncia por ſentencia real mandando que agora, y en todo tiempo ſe guarde y cumpla lo en el conthenido haziendo el dicho Juizio, y ſentencia entre las dichas partes, y promulgandoſe deſde luego entre los dichos ſeñores don Duarte, y Doña Beatriz, para que en nombre de ſus ſucceſſores guarden y cumplan todo lo en eſte capitulo contenido, y contra el no puedan ſer oydos, porque en execucion de la dicha ley, y del dicho contrato, y concierto ſu mageſtad aconſejado de los de ſu conſejo de Camara aſſi lo pronuncia y manda que ſe guarde inviolablemente, mandando que por ningun remedio de recurſo ſupplicacion y reſtitucion y reclamacion, ò por via de gracia ninguna perſona pueda ſer oyda ni admitida en Juizio ni fuera del contra el thenor y forma, en todo, ò en parte directe ò indirecte deſte dicho aſſiento concierto contrato honeroſo ley, y facultad, y ſentencia real mandando eſpecialmente a todas y qualeſquier Juſticias Juezes juſgados conſejos, y otros qualeſquier tribunales de qualeſquier nombres que ſean, o ſer puedan que contra el thenor, y forma deſte capitulo de hecho ni por otra ninguna via, no admitan ninguna demanda por quanto ſu mageſtad deſde luego los inibe del conocimiento de ſemejante cauſa y les quita toda y qualquier juridicion, que para el conocimiento della puedan tener con derogacion de todas y qualeſquier leyes eſpeciales, o generales cedulas hordenanças y proviſiones que contra lo ſuſo dicho ſean porque todas ellas quedan derogadas, para en eſte caſo, como ſi de cada una de ellas letra a letra y palabra a palabra ſe hiziera eſpecial mencion porque para quanto a eſte caſo los dichos Juezes conſejos y tribunales an de quedar ſin ninguna juridicion, y conocimiento de cauſa, quedandoles entera y plena juriſdicion como ſi cada uno de los dichos Juezes fueſſe eſpecialmente conſtituido para la guarda y obſervacion deſte dicho capitulo en quanto à Repellez a la perſona que quiſiere contravenir del principio del Juizio, y condenarle en la dicha pena, y deſtierro por quanto eſte dicho capitulo y la dicha diviſion de los dichos mayoraſgos ade tener para ſiempre y en todo tiempo perpetua firmeza obſervancia y ſeguridad, con declaracion que ſi para mayor cumplimiento de lo contenido en eſte dicho capitulo el dicho ſeñor conde de oropeſa con parecer de ſus letrados, o ſin ellos, hallare que ſon neceſſarias otras mas clauſulas, y firmezas en la dicha facultad con todas ellas le ade ſacar el dicho ſeñor don Duarte bien aſſi como ſi en eſte dicho capitulo todas ellas fueran inſertas deſpachandoſe la dicha facultad ſupplicadamente por el Rey nueſtro ſeñor aſſi como Rey de Caſtilla por ſu conſejo de camara en la forma acoſtumbrada, y como Rey de Portugal por ſu conſejo en la forma acoſtumbrada para que la dicha diviſion y ley, y eſte dicho capitulo en ſuſtancia forma firmeza y ſolenidad tenga fin y efecto deſeado, y pertendido por las partes, y debaxo del qual ſe ha tratado deſte dicho caſſamiento que mediante la voluntad de

Dios

Dios se ha de effectuar presupuesto el cumplimento de lo dicho.

16 Yten se assienta capitula y concierta que en caso que el dicho señor don Duarte herede la casa y estado de Vergança, y esta fuesse ocasion de no residir de ordinario en los estados de Oropessa, y Deleytosa con lo qual se pueden seguir en la administracion de la justicia y govierno de Vassallos amparo de criados, socoro de pobres, y de monasterios conservacion de las cassas, y de todo lo que de recreacion ay dentro y fuera dellas, y el beneficio y acrecentamiento de la misma hazienda muchos inconvinientes para remedio de lo qual el dicho señor don Rodrigo se obliga en nombre del dicho señor don Duarte, primeramente a que pondra tres letrados Juristas de ciencia y conciencia que residan de assiento en Oropesa, a los quales les dara todo el poder y facultad que sea necessario para todo lo que fuere administracion de justicia y buen govierno de los Vassallos, sin que ellos padescan en ir a pedir lo que les convenga fuera de los estados del dicho señor conde a los quales dichos tres letrados a los dos dellos se les an de dar a cada uno quatrocientos ducados de salario, y al otro seiscientos porque ade ser superior, y ade hazer cabeça entre ellos procurando que el dicho tercer letrado que assi ade ser superior, y los de mas sean de las partes que para esto convinieren. Yten el dicho señor don Rodrigo obliga al dicho señor don duarte a que gastara en cada un año mil ducados en reparos de las cassas y Jardines, y todo aquello que fuere necessario assi para que estê mejorado conservado y augmentado en el estado que es justo, como para que con ocasion del descuydo que en esto pudiera aver la dicha casa por ser bienes a ella anexos no reciba daño ni diminuicion y en caso que las dichas Cassas, y Jardines no tenga necessidad de los dichos reparos toda via para mayor augmento de los dichos bienes, y porque siempre esten mejorados se an de gastar los dichos mil ducados en cada un año para acrecentamiento de los dichos bienes. Yten assi mismo le obliga a que repartira en cada un año dos mil ducados para el socorro de los pobres, y monasterios de los estados del dicho señor conde. Yten assi mismo le obliga a que conservará los criados del dicho señor Conde en los mismos officios que aora tienen y les dará los mismos salarios, y raciones, y quitaciones, que levan del dicho señor Conde, o a delante les fueren señalados sirviendose dellos en los dichos estados de oropesa y deleytosa, y en caso que los saque fuera de los dichos estados los mejorará respecto del augmento de costa, y descomodidad que desto se les puede seguir, y en caso que ellos no gusten de salirse les acudira en sus cassas con la mitad de lo que tuvieren en la del dicho señor Conde, lo qual sea y se entienda con todos los dichos criados que tuvieren dies años de servicio al tiempo de la muerte del dicho señor Conde, y con los de mas que el dexare declarados aun que no lleguen a los dichos dies años. Yten assi mismo obliga el dicho señor Don Rodrigo al dicho señor don Duarte a que de mas de lo suso dicho, empleara en cada un año dies mil ducados de las rentas de la casa de Oropesa para acrecentamiento della y esto en juros a razon de a veinte,

inte, ò otra renta si la oviere de mayor beneficio para el dicho mayorasgo la qual ade quedar unida, y incorporada al dicho mayorasgo con los mismos vinculos, y condiciones del dicho mayorasgo y para en caso que en los dichos empleos, ò en alguna parte dellos, ò de las demas cosas en todo, ò en parte contenidas en este capitulo oviere descuido para firmeza y seguridad deste dicho capitulo, y de los dichos empleos en los dichos casos que heredando el dicho señor don Duarte la casa de Vergança, y no residiendo en la casa de Oropesa como esta dicho y para que en todo tiempo sean ciertos, y seguros, y se guarden y cumplan con effecto los dichos empleos en los dichos casos se assienta y capitula, y el dicho señor don Rodrigo de Alencastre obliga al dicho señor don Duarte, a que de los bienes del dicho mayorasgo cassa y estado de Oropessa para quando vengan los dichos casos de heredar la casa de Vergança, y no residir en la de Oropessa pueda señalar el dicho señor Conde desde luego para entonces la parte de renta que fuere necessaria de los estados de oropessa para los dichos empleos, la qual dicha renta desde luego como fuere señalada por el dicho señor Conde ade quedar, y queda confinada, y desde agora para entonces de consentimiento de las partes se consigna, para que se convierta en los dichos empleos y cosas con que la tal consignacion, y señalamiento de rentas no exceda de la parte que fuere necessaria para hazer la dicha suma de los dichos empleos, y cosa y para que la dicha renta en los dichos casos de heredar la casa de Vergança y no residir en la de Oropesa se puede convertir en los dichos effectos el dicho señor conde ade tener facultad, y para este capitulo le queda reservado poder ligitimo para poder señalar la persona, ò depositario que quisiere el qual administre beneficie y arriende las dichas rentas, y por razon deste trabaxo solicitud y cuidado lleve y se le den en cada un año cien ducados de salario hasta tanto que se cumpla en todo lo contenido en este dicho capitulo, de tal manera que las dichas rentas por ninguna via pensada ò no pensada directa ni indirectamente venidos los dichos casos no an de poder entrar en poder del dicho señor don Duarte, sino solamente en poder del tal administrador, o depositario, para que el tal depositario cumpla los empleos conthenidos en este dicho capitulo, y si necessario es desde luego para quando el tal caso succeda el dicho señor don Duarte, y el dicho señor don Rodrigo en su nombre expropria y aparta de si las dichas rentas, y qualquier señorio usofructo y aprovechamiento, que respecto dellas le pueda pertenecer por razon del dicho matrimonio con la dicha señora doña Beatriz, y para mayor firmeza de este dicho capitulo el dicho señor don Duarte por si solo o juntamente con la dicha señora doña Beatris hara y haran todas, y qualesquier escripturas que por parte del dicho señor conde fueren pedidas y ordenadas para que todo lo suso dicho tenga cumplido effecto, quedando desde luego declarado que la paga del dicho salario del dicho depositario sea por quenta del dicho señor don Duarte, y en razon desto y de lo contenido en este capitulo se pediran y obtendran las facultades reales con los vinculos, y firmezas necessarias para

ra que todo lo suso dicho en los dichos casos tenga cumplido effecto como dicho es, y por quanto las dichas obligaciones y los dichos empleos dependen de los dichos dos casos, y solamente son para quando succeda heredar el dicho señor don Duarte la casa de Vergança que es el primero y el segundo de no residir en los dichos estados de Oropesa, y deleytossa se declara; y yo el dicho Marques de Velada en nombre del dicho señor conde assi lo declaro, que lo contenido en este capitulo ade quedar sin effecto, y el dicho señor don Duarte libre de la dicha obligacion por el año que residiere en los dichos estados de Oropesa y deleytosa siendo todo el año, o la mitad del, porque en este caso el dicho señor conde de Oropesa todo lo suso dicho lo remite a voluntad del dicho señor don Duarte, y doña Beatriz su hija fiando de sus señorias que teniendo presentes las necessidades de los dichos estados seran ellos mucho mas beneficiados que con quanto para amparo dellos se les pudiera pedir, excetuando desta dicha residencia la obligacion hecha en favor de los dichos criados, y el derecho que por este dicho capitulo les queda adquirido para que se les pague los dichos salarios como de suso se refiere los quales residiendo, o no residiendo los dichos señores don Duarte, y doña beatriz siempre, y en todo tiempo durante los dias de su vida lo an de aver y llevar con tal condicion, y modo, y no sin ella que si las haziendas de los dichos estados presentes, o ausentes los dichos señores don Duarte y doña Beatriz recibieren menoscabo, ò daño en todo, ò en parte, por aquella que padecieren el dicho menoscabo, o daño, ade quedar el dicho señor don Duarte, y sus bienes especialmente obligados de tal manera que en todo tiempo se conserve y augmente el dicho estado, y no venga en diminucion por las razones dichas.

17 Yten se assienta capitula y concierta entre las dichas partes que en el caso de suso referido tan solamente conviene a saber heredando el dicho señor don Duarte la casa de Vergança en quanto toca a la forma como ade traer y usar y llamarse del nombre armas titulos, y apellidos de la dicha casa de Vergança, y titulos de la casa de Oropesa que en este caso el dicho señor don duarte, y los successores que dios les diere en el dicho matrimonio mientras en ellos fuere forçoso por falta de otros successores el conservarse la union de ambas ados casas de Vergança y oropesa en tal caso se ade guardar la forma siguiente. Que en lo que toca a el Reyno de Portugal, y para con el consejo del dicho Reyno tan solamente, aun que el dicho señor don Duarte estê en este Reyno de Castilla aya de usar, y pueda usar de los titulos armas y appellidos tocantes a la casa de Vergança como bien visto le fuere, y para todo lo que toca al trato de negocios y correspondencia en estos reynos de Castilla aun que resida en el dicho Reyno de Portugal, ò en otra qualquier parte o Reyno ade usar de los titulos apellidos y armas de la Casa de Oropesa sin mesclarlas con otras ningunas, y lo mismo que esta referido respecto del dicho señor don Duarte en este dicho capitulo se entienda que se ade guardar teniendo el dicho señor don Duarte del dicho matrimonio

un hijo tan folamente, porque fiendo en tal cafo neceffaria y forçofa la union de las dichas caffas en un poffeedor lo mifmo que fe dize refpecto del dicho feñor don Duarte fe entienda repetir, y guardarfe en el tal unico fucceffor, ò en los de mas fucceffores en quien fe continuare la dicha union porque fiempre que viniere el cafo de fer una perfona fola poffeedor de las dichas cafas, fe ade guardar en quanto tocare al dicho nombre, y armas la forma y orden referida, y en los de mas cafos que fuera deftos dichos Reynos el dicho feñor don duarte ò el tal fucceffor que viniere a fer unico fe tratare, y comunicare efcriviendo en Portugues, y tratandofe conforme al dicho ufo del dicho Reyno de Portugal podra ufar de los nombres y appellidos, y armas de la cafa de Vergança, y efcriviendo en Caftellano, y tratandofe como Caftellano, fe ade tratar con los titulos nombres apellidos, y armas de la dicha Cafa de Oropefa, y fi para el cumplimiento defte dicho capitulo oviere en el mayorafgo, y caffa de Vergança algunas claufulas que lo impidan defde agora el dicho feñor don Rodrigo de Alencaftre en nombre del dicho feñor don Duarte queda obligado, y obliga al dicho feñor don Duarte a que facara facultad real en la forma mas neceffaria y conviniente para que con infercion defte dicho capitulo fe apruebe y ratifique todo lo en el conthenido, y fe difpenfe y abrogue qualquiera claufula que aya, o pueda aver que impida el effecto de lo fufo dicho.

18 Yten fe affienta capitula y concierta que en cafo que defpues de heredada la dicha cafa de Vergança por el dicho feñor don Duarte tuviere un folo hijo, o hija el qual por fer unico ade fucceder en las dichas caffas por falta de perfona con quien las divida, y por efte cafo aya de fer tal fucceffor, y affi mifmo fuccediendo el tal hijo en las dichas cafas, y no refidiendo en el eftado de Oropefa fe difpone y queda concertado que el empleo de dies mil ducados que ade hazer en cada un año el dicho feñor don Duarte, no refidiendo de las proprias rentas de Oropefa y deleytofa en efte cafo aya de llegar a quinze mil ducados los quales fe ayan de emplear en cada un año fegun y por la forma que efta dicho difpuefto, y ordenado en quanto al dicho feñor don Duarte quedando unido, y incorporado el dicho mayorafgo con los vinculos, y condiciones del como efta difpuefto refpecto de los dichos diez mil ducados continuandofe tambien la limofna, falarios de letrados, y criados, y applicado a la fabrica de las cafas jardines, y de mas edifficios del dicho mayorafgo porque todo lo difpuefto en el dicho capitulo en la mifma cantidad, y forma que alli fe refiere fe a por expreffado en efte con la mifma declaracion que fi el tal hijo, o hija unico refidiere todo el año, o a lo menos la mitad del por el tal año que affi refidiere en la forma fufo dicha quede libre de la dicha obligacion exceptando della lo que toca a los dichos falarios de criados porque como efta dicho en el capitulo precedente, eftos refidiendo, o no refidiendo fe an de pagar a los dichos criados fegun y como y en la forma que de fufo fe refiere la qual fe ha de eftender y entender, y averfe por repetida en cafo que la junta de las dichas dos cafas llegue a Nieto, ò Nieta, ò a otro

otro descendiente porque en este tal se ade continuar la misma obligacion de empleos, y lo de mas referido en este capitulo sin que se entienda ser personal la dispusicion del ni averse restringido a ciertos grados sino que se ha de tener y juzgar por real y perpetua todo el dicho tiempo que durare la dicha union y no se hiziere la dicha division por falta de successores, y para mayor seguridad, y saneamiento y entero cumplimiento deste capitulo el dicho señor don Duarte se obliga por si, y en nombre de sus successores que no pedira ni alcançara facultad de su magestad en que dispense con este dicho capitulo, y si se le concediere de officio no usara della, y aun que se le mande que use della hara todas las replicas y supplicas convenientes para que este dicho capitulo tenga consumado effecto, y si toda via de hecho fuere concedida la dicha facultad para en este caso, y para mayor saneamiento y corroboracion deste dicho capitulo la dicha obligacion de los dichos empleos se ade traspassar, y desde luego, yo el dicho marques de Velada en nombre del dicho señor conde de Oropessa, y yo el dicho don Rodrigo de Alencastre en nombre del dicho señor don Duarte cedemos, y traspassamos todo el cumplimiento deste dicho capitulo, y la utilidad del y las dichas cantidades segun y como van expressadas en este dicho capitulo, y desde luego para quando el dicho casso succeda hazemos gracia y donacion, pura perfecta irrevocable, que el derecho llama entre vivos en favor de la cassa, y convento de nuestra Señora de Guadalupe para que la aya y tenga por proprios bienes suyos, y sea visto llegarse el plazo desta dicha donacion, y poder usar del dicho derecho, y cobrança luego como conste que sea despachado la dicha facultad, y desde entonces traiga esta escriptura y capitulo della sin otra diligencia averiguacion ni liquidacion aparejada execucion para que desde luego se pueda executar y cobrar firmemente con tal carga obligacion y condicion, y no sin ella que el dicho prior y convento por si, ni con orden del general de la dicha orden, ni de otro superior que sea no puedan tomar medio ni compusicion ninguna tacita ni expressa en todo ni en parte por razon de utilidad ni de concierto, ni de escusar gastos de pleitos ni con otra ocassion ninguna que sea ò ser pueda, porque en tanto an de poder usar desta dicha donacion, cesion, o traspaso en quanto se cumpliere esta dicha condicion de que por todo rigor de derecho lleven y cobren y tengan para si enteramente la dicha cantidad en el caso referido, y si assi no lo hizieren, y dentro de un año no movieren el dicho pleito, y lo prosiguieren con buena fee para que se haga la dicha cobrança por el mismo caso, y desde agora para entonces en nombre de las dichas nuestras partes las excluimos de la dicha donacion y derecho el qual traspassamos con los vinculos y firmezas, y en la forma referida al monasterio de Señor San Lorenço el Real del Escurial, y en defecto de no acetarlo ò no cumplir lo mismo hera obligado a cumplir el dicho convento de Nuestra Señora de Guadalupe en este caso para el mismo derecho y accion en la forma referida a la compañia del nombre de Jesus, y a su general al qual, ò a la persona que el sostituvere hazemos otra tal

donacion, y damos poder en caussa propria para que lo pida aya y cobre para el collegio que de la dicha compañia ay en la Villa de Oropesa, y no para otro algun collegio, ni cassa de la dicha Compañia lo qual sea para augmento, y dotacion del dicho collegio, a todos los quales, y a cada una de las personas interessadas en esta dicha donacion, y capitulo, encargamos la conciencia en nombre de las partes para el cumplimiento de todo lo en el contenido con la buena fee que de semejantes personas se confia sin que aora ni en ningun tiempo se pueda dezir que todo lo suso dicho se puso por pena *ad terrorem*, porque declaramos que la voluntad de las partes es, que todo lo suso dicho, y cada cosa y parte dello se guarde cumpla y execute a la letra como en este capitulo se contiene sin darle otro ningun sentido que el que resulta de las palabras llanas; y porque este dicho capitulo no se pueda defraudar en todo ni en parte antes para que mas enteramente se cumpla, el dicho señor Conde de Oropesa ade quedar con libre poder, y ligitima authoridad, para que en su testamento, o fuera del, o por otro qualquier acto que bien visto le fuere pueda ampliar y mudar las dichas sostituciones y forma de personas que lo ayan de pedir para que se siga mejor cumplimento deste dicho capitulo añadiendo, o augmentando lo suso dicho con la forma condiciones y limitaciones que quisiere y bien visto le fuere y para ello no obste la clausula infra escripta en que se limita se hagan las escripturas dentro de un año porque en quanto a esta parte ade quedar al dicho señor Conde esta libertad por todo el tiempo de su vida.

19 Yten se assienta capitula y concierta que si la dicha Casa de Oropesa viniere a suceder en hija y no en varon el dicho Don Rodrigo de Alencastre en nombre del dicho señor don duarte le obliga, y queda desde luego obligado a que siendo la dicha hija de hedad de dies y seis años dentro dellos la casara con persona qual convenga, y acudira a la tal hija con los dies mil ducados arriba dichos con tal cargo, y obligacion que la tal hija, y el dicho su marido ayan de hazer, y hagan residencia hordinaria en los dichos estados de Oropesa como dicho es, y porque podrian offrecerse algunas causas justas que agora de presente no pueden ser antevistas ni prevenidas por donde no conviniesse effectuar el dicho matrimonio, y fuesse mas justo suspenderle, en este caso, el dicho señor Marques de Velada en nombre del dicho señor Conde capitula asienta y dize que aun que el dicho señor conde pudiera remitir a otras personas el examen y approbacion de semejantes causas, toda via fiando de las partes del dicho señor don duarte, y de la dicha señora doña Beatriz como de sus hijos les encarga, y an de quedar obligados, y desde luego el dicho señor don Rodrigo obliga al dicho señor don Duarte a que sin otros respectos proprios sino solo considerando el beneficio del caso, y lo que mas convenga a la dicha casa de Oropessa se hordenara, y dispondra, y hara lo que fuere mas endereçado al servicio de Nuestro Señor y a la conservacion, y intento del dicho señor Conde, y de su casa y Vassallos en todo lo qual encarga la conciencia a los dichos

chos señores don Duarte y doña Beatriz, que sin causas justas, y tales que pesen mas las conveniencias de suspender el dicho casamiento que de executarle al tiempo suso dicho de ninguna otra manera lo puedan differir ni diffieran bolviendo a encargar a los dichos señores don duarte y doña Beatriz la residencia en el dicho estado con lo qual cessara lo dispuesto en este capitulo.

20 Yten se assienta capitula, y concierta, que por quanto como consta de los capitulos a tras referidos, y del efecto fuerça y promulgacion de la dicha ley de Portugal que habla sobre la division de las dichas casas, la dicha casa de Oropesa assi por la dicha ley como por esta dicha capitulacion ade ser, y es, y ade quedar, y queda incompatible con la dicha casa de Vergança en un posseedor, y para que no la pueda tener gozar ni posseer ni retener en teniendo con quien hazer la dicha division conforme a lo qual y en execucion, y cumplimiento de la dicha division, y para que en ningun tiempo en razon de lo suso dicho pueda aver ocasion de pleito se declara desde agora para quando el caso succediere, y assi lo prometen y assientan los dichos señores marques y don Rodrigo de Alencastre y que para mayor firmeza, y corroboracion de lo contenido en la dicha ley, y en estos dichos capitulos se sacara facultad Real de Su Magestad por ambas a dos coronas de Castilla y Portogal, y por los consejos dellas a cuyo cargo esta el despacho de semejantes causas para que la dicha ley, y division se guarde cumpla y execute dando elecion al hijo primogenito mayor para que conforme a la dicha ley, elija de las dichas dos cassas la que mas quisiere, y la otra quede para el segundo hijo el qual sea avido como primogenito verdadero della, sin que despues de hecha la tal eleccion se pueda revocar, ni por causa de menorhedad, ni alegando fuerça miedo lesion inorme, o inormissima, ni otro ningun remedio, ni accion ni excepcion porque todo ello queda derogado, para que mas prompta y executivamente se consiga la dicha division las quales dichas faculdades se an de pedir y sacar como fuere ordenado por el dicho señor Conde sin que se exceda de lo conthenido en este dicho capitulo.

21 Yten se assienta capitula y concierta que en caso que el dicho señor don Duarte antes de hazerse la dicha division oviere heredado, succediere en la casa de Vergança y gosare de la casa de Oropesa en este dicho caso el dicho señor don Rodrigo de alencastre obliga al dicho señor don Duarte en virtud del dicho poder a que pondra dara y pagara para beneficio, y augmento del dicho mayorasgo de la dicha casa de Oropessa quinientos ducados de renta en cada un año a razon de a veinte mil el millar empleados en juros, rentas ò censos deste valor por manera que haga en el año dies mil ducados de empleo para el augmento de la propriedad del dicho mayorasgo quedando el dicho empleo unido, y incorporado en el dicho mayorasgo con los vinculos gravamenes y condiciones que estan los de mas bienes del dicho mayorasgo como si desde el principio de su fundacion fuessen inclusos en el qual dicho empleo de los dichos quinientos ducados de renta hagan valor de los dichos dies mil ducados se ha de

ir

ir continuando durando la dicha possesion de las dichas dos casas hasta tanto que se hagan dies mil ducados de renta y de principal, y propriedad duzientos mil ducados los quales an de andar, y estar unidos y incorporados como dicho es en el dicho mayorasgo con las dichas condiciones, con tal declaracion que si el dicho señor don duarte posseyere las dichas casas mas años ultra de los necessarios para hazer este dicho empleo, y renta, en tal casso no ade passar a delante el dicho empleo, porque solo ade durar por veinte años, y ade ser en solo la dicha cantidad de los dichos duzientos mil ducados, y lo de mas del dicho tiempo que el dicho señor don Duarte gozare de la renta de la dicha casa ade ser sin el dicho gravamen del dicho empleo de los dichos quinientos ducados al año con tal declaracion que no continuandose la union de las dichas casas en un solo posseedor por los dichos veinte años en tal caso el dicho empleo se ade continuar solamente hasta el tiempo que durare porque haziendose la dicha division por aver persona con quien se haga el dicho gravamen ade parar, y no se ade continuar; y no aviendo la dicha persona con quien se haga la dicha division y continuandose la dicha union en tal caso procede el empleo contenido en este dicho capitulo con tal declaracion que los dichos dies mil ducados de renta y ducientos mil de propriedad que se an de emplear en los dichos casos, y debaxo de las condiciones referidas an de ser de mas y alien delos, otros dies mil ducados que ade emplear el dicho señor don Duarte en caso que no resida, y lo mismo se entiende respecto de lo de mas contenido en esta escriptura de capitulacion porque este dicho empleo que se ha de hazer en este dicho caso no ha de impedir ni suspender lo dispuesto en los de mas capitulos en otros casos particulares.

22 Yten se assienta capitula y concierta, y el dicho señor don Rodrigo de Alencastre obliga al dicho señor don duarte a que en las fortalezas de los estados del dicho señor Conde de Oropesa pondra siempre alcaydes naturales deste Reyno de Castilla prefiriendo a estos los naturales de los dichos estados, y a los unos, y a los otros los que fueren y ovieren sido criados ò lo fueren del dicho señor conde, y de sus hijos.

23 Yten se assienta capitula y concierta que por quanto este dicho matrimonio mediante la voluntad de Dios se ha de effectuar y effectua para mayor augmento y conservacion de la dicha casa de Oropesa para que este fin se consiga, y por el contrario porque de acensuarse, y empeñarse las casas con facultad real, ò sin ella se siguen muchos daños contra las haziendas y Vassallos, y otros muchos inconvenientes notorios en todos los quales se cayria si el dicho señor don Duarte acensuasse la dicha cassa para remedio de lo qual desde luego promete y se obliga por si, y por el successor que fuere de las dichas dos casas a que no pedira, ni obtendra facultad de su magestad para vender ni empeñar, ni acensuar en poca ni en mucha cantidad la dicha casa, ni por dezir que es para mayor utilidad della ni por otro ningun fin fuera de los casos expressados en estos capitulos,

y si

y si se le concidiere la dicha facultad no usara della, y lo mismo sea y se entienda en quanto a los bienes augmentados, y incorporados por el dicho señor don Duarte en la dicha casa de Oropesa porque todo ello se ade conservar en mayor aumento, y no en diminuicion, y para mayor firmeza deste dicho capitulo el dicho señor don Duarte antes que se effectue el dicho matrimonio ade hazer juramento pleito omenaje como cavallero hijodalgo a fuero de Castilla en la firmeza y solenidad necessaria de que guardara este dicho capitulo, y no venderá acensuara ni empeñara perpetuamente, ni a tiempo cierto de por vida ni en otra qualquier manera la dicha casa ni parte della, ni ninguna de las dichas rentas y si se le concediere facultad de officio, o de proprio motu real, no usara della por si, ni por tercera persona como cosa contraria a este dicho capitulo, y a este pleito o menaje so pena de incurrir en los casos de menos valer en que se incurre por el quebrantamiento de semejantes pleitos homenajes y para mayor firmeza por quanto la dicha señora doña Beatriz como tal primogenita no teniendo el dicho señor conde hijo varon ade ser la proprietaria del dicho estado desde luego se capitula por ambos los dichos señores Marques y Don Rodrigo en nombre de sus partes a que antes que se effectue el dicho matrimonio la dicha señora doña Beatriz jurará en forma solenne, y bastante el cumplimiento deste dicho capitulo, y despues de desposada antes de velarse lo bolvera a ratificar con decreto que la enagenacion, o consentimiento que de otra manera se hiziere contra el tenor y forma de lo suso dicho sea en si ninguno, y de ningun valor y effecto, y desde luego se declara por tal, y que del dicho juramento no pedira ni sacará absolucion ni relaxacion aun que sea *ad effectum agendi* no usará della, aun que se le conceda de proprio motu en otra qualquier manera, y en razon de lo suso dicho la dicha señora doña Beatriz otorgara la escriptura, y escripturas que fueren ordenadas por el dicho señor Conde a todas las quales el dicho señor don Duarte prestara los consentimientos, y licencias necessarias para firmeza de la dicha escriptura, ò escripturas, y de todo lo conthenido en este dicho capitulo.

24 Yten se assienta capitula y concierta, y el dicho señor don Rodrigo obliga al dicho señor don Duarte a que antes de desposarse con la dicha señora doña Beatriz, y a que luego que se desposse por palabras de presente que hagan verdadero matrimonio con la dicha señora el dicho señor don Duarte por si, y como marido y conjunta persona de la dicha señora doña Beatriz, y la dicha señora doña Beatriz, por si y con licencia, y expreso consentimiento del dicho señor don Duarte ratificara y aprobara toda esta dicha capitulacion, y todos los capitulos en ella contenidos que por qualquiera via, y en qualquier forma, y para qualquier effecto que sea ò ser pueda pensado ò no pensado sea necessario su consentimiento ratificacion y obligacion el qual dicho consentimiento prestara, y hara por escriptura publica con el juramento, y juramentos, y con todas las clausulas, y fiimezas, vinculos, y condiciones, y obligaciones referidas en esta dicha capitulacion, y las de mas firmezas que para seguridad de todo

lo

lo conthenido en esta capitulacion que toque, y en qualquier manera pertenesca, o pueda pertenecer a la dicha señora doña beatriz como fueren ordenadas las dichas escripturas por el dicho señor conde, o por sus letrados en aquella forma y sin quitar ni añadir ni mudar sustancia, ni tenor de palabras, otorgara ratificara y aprobara y jurara las dichas escripturas en la forma que fuere ordenado por los letrados del dicho señor Conde.

25 Yten se assienta capitula y concierta que por quanto los capitulos matrimoniales quales son estos de ordinario suelen hazerse con algun tropel y priessa, y por esta causa no pueden quedar con la claridad firmeza y prebencion que se requiere para los casos futuros, y especialmente en este presente caso por disponerse en estos dichos capitulos materias tan graves y de tanta importancia para la casa del dicho señor conde y de su conservacion, y perpetuidad, para remedio de lo qual, y porque el intento de las partes no quede defraudado, ni la falta de tiempo ni de consejo no impida el effecto de la intencion, se assienta de comun consentimento, que si dentro de un año contado desde el dia de la fecha desta dicha capitulacion qualquiera de las dos partes pidiere a la otra conviene a saber el dicho señor conde al dicho señor don Duarte, o el dicho señor don Duarte al dicho señor Conde que haga otra nueva escriptura en razon de lo conthenido en estos dichos capitulos, o sobre alguno dellos, ò sobre alguna clausula, o parte de ellos se aya de otorgar la dicha escriptura con tanto que no se aya de alterar en ella cantidad ni sustancia del sujeto sobre que cae el tal capitulo, ò la dicha clausula del, y solamente ade ser la dicha escriptura para declarar y disponer el fin y intento de las partes con los medios mas convinientes, y necessarios a lo que se a tratado de tal manera que lo que se ade conseguir por la dicha escriptura ade ser declaracion distincion y firmeza de lo que se contuviere, y fuere expresado en los dichos capitulos.

26 Yten se assienta capitula y concierta que no obstante las clausulas vinculos, y firmezas de estos dichos capitulos, y de cada uno dellos, toda via si la voluntad del dicho señor conde fuere por los respectos, y causas que su señoria juzgare justos, ò quisiere alterar y quitar, ò moderar en beneficio del dicho señor don Duarte, y sus successores, ò de la dicha señora doña Beatriz, en todo, ò en parte qualquiera de los gravamenes condiciones y obligaciones pleitos omenajes juramentos facultades, y lo de mas referido capitulado, y assentado para firmeza de lo suso dicho, todo ello queda reduzido a la voluntad del dicho señor Conde para que sin embargo de todo ello queriendo lo pueda alterar y mudar ò quitar sin que ninguna persona presente o ausente, nacida, o por nacer pueda dezir ni alegar que por estos dichos capitulos se adquirio derecho irrevocable, o cierto, ò en esperança porque toda esta dicha capitulacion es individua y uniforme de tal manera que toda ella depende, y ade depender en lo futuro y venidero en quanto a la adquisicion del dicho derecho de la voluntad del dicho señor conde para que en tanto la persona interesada

resada por estos dichos capitulos pueda pretender derecho, y dezir que le tiene en quanto mostrare por si la voluntad del dicho señor conde porque si su señoria lo mudare, alterare, o quitare en todo ò en parte se ade juzgar por tan quitado alterado, y mudado como si nunca ni en ningun tiempo se oviera tratado ni se oviera adquirido semejante derecho porque todo ello ade depender de la perseverancia de la voluntad del dicho señor Conde de tal manera que la revocacion ò voluntad se aya en qualquiera de los dichos casos los ade revocar *in totum* como si nunca oviera sido, y como si nunca se ovieran hecho sin que se pueda dezir que el dicho contrato fue obligatorio, y reciproco y que assi no se pudo revocar, ni menos que la sustancia del contrato no se puede conferir en voluntad libre del contravente ò que por la dicha voluntad no fue justa ni de buen arbitrio porque todas estas dichas razones, y otras qualesquier que sean ò ser puedan por este dicho capitulo, y contrato quedan derogadas deprovadas y revocadas, y todo el ser de las dichas obligaciones referidas en los dichos capitulos de consentimiento de partes, y en forma valida queda reservado, y remitido a la voluntad del dicho señor Conde, y lo que su señoria declarare, ordenare y quisiere cerca de la dicha moderacion, o derogacion ade ser firme y valido, bien assi como si desde el principio ello solo fuera dicho, y expressado en esta dicha capitulacion, porque desde agora para quando el dicho señor conde haga la tal moderacion, o derogacion se ade tener por expressa repetida, y incorporada en estos dichos capitulos porque de consentimiento de partes desde luego para entonces se aceta para que ella valga, y se cumpla guarde y execute, y debaxo desta condicion, y presupuesto, y forma y modo y no sin ellos sea visto otorgarse esta dicha escriptura de capitulacion, y todas las de mas que en execucion y con ocasion della se otorgaren, y hizieren, y la misma condicion sea visto por via y forma de regla universal averse por inserta y incorporada en todas y qualesquier facultades que en execucion de las dichas escripturas se pidieren, y sacaren, y en virtud dellas se hizieren otras escripturas, y lo mismo en todos los juramentos pleitos omenajes que se hizieren porque la fuerça y obligacion de todo lo suso dicho ade quedar sujeto y reducido a la moderacion y derogacion que el dicho señor Conde hiziere y ordenare.

27 Yten se assienta capitula y concierta, y el dicho señor don Rodrigo de alencastre se obliga en nombre del dicho señor don Duarte a que sacara facultad real de su magestad por la qual inxiriendo todo el tenor de estos dichos capitulos en forma especial y letra a letra y de palabra a palabra como en ellos, y en cada uno dellos se contiene por la dicha facultad todos los dichos capitulos se confirmen ratifiquen, y apprueben, mandando que se cumplan guarden, y executen segun y como en ellos, y en cada uno dellos se contiene y expecifica y dispone lo qual se hará con las clausulas vinculos y firmezas necessarias, y que en semejantes casos se acostumbran poner, y las de mas que fueren pedidas, y demandadas y se ordenaren por el dicho señor Conde lo qual sea y se entienda sin que por esta dicha

faculdad general de aprobacion, y confirmacion de los dichos capitulos el dicho señor don Duarte quede relevado de las de mas facultades especiales y particulares que en los de mas capitulos de suso referidos se contienen porque esta dicha facultad solo ade ser para mayor confirmacion aprobacion y ratificacion de todo lo conthenido en esta dicha capitulacion en general y particular, y para que todo lo en ella dispuesto se cumpla guarde y execute como dicho es.

Y para que todo lo contenido en los dichos capitulos mejor sea guardado, y cumplido los dichos señores Marques de Velada y don Rodrigo de Alencastre obligaron a los dichos sus partes cada uno dellos a la suya que en todo tiempo, y en todo acontecimiento guardaran cumpliran, pagaran y avran por firme todo lo que queda dicho y declarado cada una de las dichas partes lo que le toca, y contra ello ni contra cosa alguna ni parte dello no iran ni vendran en ningun tiempo, por ningun caso mayor, ò menor que les competa, ò competer pueda, y si contra ello, o contra qualquier parte dello fueren o vinieren, o reclamaren de ello no sean oydos, ni admitidos en Juizio ni fuera del antes siempre compelidos a observar guardar y cumplir todo lo que queda dicho para cuyo cumplimiento obligaron a los dichos sus partes a todos sus bienes juros, y rentas derechos y acciones quantos al presente tienen, y de aqui a delante tuvieren para la execucion y cumplimiento de todo lo que dicho es, en los dichos nombres dieron poder y facultad a todas las justicias y Juezes del Rey nuestro señor de qualesquier partes Reynos, y señorios que sean ante quien esta escriptura de capitulacion matrimonial parescíere y de lo en ella conthenido, y qualquier cosa y parte dello fuere pedido cumplimiento de justicia a cuyo fuero, y juridicion los metieron, y por especial sumission, y expressa los sometieron con todos sus bienes y rentas a los señores del consejo real de justicia del Rey nuestro señor, y a los señores presidente y oydores de sus reales audiencias, y chancillerias de Valladolid, y granada, y alcaldes del crimen della, y alcaldes de la casa y corte de su Magestad, y al corregidor y su lugarteniente que es o fuere de la Villa de Madrid y a cada uno, y qualquiera dellos *in solidum* por quien consintieron que los dichos sus partes sean convenidos, y juzgados por lo contenido en los dichos capitulos matrimoniales y qualquier parte dellos, aun que al tiempo de serlo no sean hallados en su distrito fuero y juridicion bien como si en el biviessen y morassen renunciando como renunciaron el proprio fuero juridicion y domicilio de los dichos sus partes, y la ley *si convenerit de jurisdictione omnium Judicum*, y las pregmaticas que hablan cerca de las sumissiones, y renunciaciones de fuero, y consintieron que los dichos sus partes sean compelidos por todo rigor de derecho y via executiva a guardar y cumplir lo que a cada uno dellos toca de todo lo que queda dicho, y declarado bien asi como si assi fuera jusgado, y sentenciado por sentencia diffinitiva, dada por Jues competente pasada en authoridad de cosa juzgada de que no oviesse lugar appelacion, ni supplicacion, ni otro recurso ni remedio alguno sobre lo qual renunciaron todas las leyes fueros y derechos

rechos pragmaticas sanciones privilegios usos, y costumbres que aya avido, o aya en contrario para que sin embargo de todo ello aya cumplido efecto lo que queda dicho, y en especial renunciaron la ley, o direcho que dize que general renunciacion de leyes fecha non vala en testimonio de lo qual otorgaron la presente escriptura de capitulacion matrimonial en la manera que dicha es, y en la mas bastante, y cumplida forma que de derecho se requiere en el monasterio de san lorenço el Real estando en el el Rey don Philippe nuestro señor, a dos dias del mes de Octubre de mil y quinientos y noventa y cinco años siendo presentes por testigos el señor don xpóval de mora comendador mayor de Alcantara, y del consejo de estado de su magestad sumiller mayor de corpus del Principe nuestro señor y el señor don fernando de Toledo, y el señor don Juan de ydiaque comendador mayor de leon y del consejo de estado de su magestad, estantes al presente en el dicho san lorenço el Real, y los dichos señores otorgantes que yo el presente escrivano doy fee que conosco lo firmaron de sus nombres, el marques de Velada don Rodrigo de alencastre passo ante mi Rodrigo de Vera.

Breve, que escreveo a Santidade de Urbano VIII. ao Excellentissimo Senhor D. Duarte. Conserva-se entre os m. s. do Principal Almeida Mascarenhas.

URBANUS PP. OCTAVUS.

Num. 3.
An. 1627.

DIlecte fili, nobilis vir salutem, & Apostolicam Benedictionem Augusti generis claritudinem apud omnes nationes testantur non minus illustria stemata, & triumphales imagines, quam virtutes regali pectore dignæ. Quare orbis parens Roma, quæ gentilitiæ Brigantiorum Principum gloriæ jam pridem favet nunc nobilitatem eximiis laudibus exornat, quæ Regii sanguinis splendorem propriis meritis merifice augere dicitur luculentum hujusmodi laudum tuarum testem in Urbe habes dilectum filium nostrum Cardinalem Barberinum: Is enim afferit te in Hispania cæteris proceribus habuisse ejus pietatis exemplum, qua in Apostolico Legato Pontificia authoritas colidebit. Ingens solatium, quod humanitatis tuæ officia nobis pepererunt, his Litteris declarare volumus, & memori pectore semper servabimus. Nostræ autem caritatis magnitudinem beneficiis potius, quam verbis cupimus significare nobilitati tuæ, cui cœlestium gratiarum ubertatem precamur, & Apostolicam Benedictionem peramanter impertimur. Datum Romæ apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die 3. Januarii 1627. Pontificatus nostri anno quarto.

Joannes Ciampolus.

Testamento do Senhor D. Duarte, Marquez de Frechilha. Copia authentica.

Num. 4.
An. 1627.

EN nombre de Jesus y en gloria y onra de la santissima Trinidad Padre hijo y espiritu santo y de la Virgen nuestra señora de la concepcion y de san Andres santo Antonio san Blas santa Catalina y de todos los otros santos que en esta vida tuve por mis particulares abogados y para bien de mi alma y buena dispusicion de mis cossas yo Don Duarte Marques de flechilla de los consejos de estado y guerra de su Magestad ordeno este mi testamento en la forma y manera siguiente.

Primeramente ordeno y es mi boluntad que mi cuerpo sea enterrado en Villa-Viciossa en la Capilla y entierro de los Duques de bragança a los pies de la sepoltura que para si elixiere el Duque Don teodosio mi señor y hermano y porque esto no podra ser de presente mando que entre tanto se deposite mi cuerpo en la yglessia de santo Domingo el Real desta Villa en la parte que a mis testamentarios pareciere mas decente y acomodada.

La forma y el aparato con que mi entierro se deve hacer dejo a elecion y dispusicion de mis testamentarios.

Declaro por mis herederos al conde de oropessa Don Duarte mi nieto y a Doña Mariana de Toledo y portugal mi nieta que heredaran mi hacienda escepto la tercia parte de que yo puedo disponer porque esta reservo para dar satisfacion a obligaciones de mi alma y otras con que me siento conforme aqui declarare.

Mando que mis testamentarios aberiguen y ajusten las quentas que mi hacienda tubiere con todas las personas que yo fuere deudor para que se les pueda dar satisfacion sacando las dubdas y lo que fuere menester para satisfacion dellas de la suma de hacienda que por mi muerte se allare haver sido mia porque esta se deve reputar por cossa consumida en mi vida.

De la tercia parte que reservo para disponer mando se digan por mi alma diez mil missas reçadas donde pareciere a mis testamentarios, encargandoles que esto executen con toda la puntualidad, y brebedad, que bieren que combiene.

A las mandas forçossas ordinarias mando a cada una un real si binieren por el.

Nombro por testamentarios albaceas y executores deste mi testamento a Antonio de la mota mi mayordomo a Don Pedro del castillo mi camarero al licenciado Juan mendes de fonseca y al licenciado Antonio paes Viegas mis contadores, y les doy poder libre y general y sin limitacion ninguna de tiempo para executar lo contenido en el y poder aplicar mis vienes a lo que yo aqui dejo y dejare mandado poder benderlos en publica almoneda o en otra forma qual les pareciere mas util hasta dar entera satisfacion a todo; y en las dubdas que sobre este dicho testamento se mobieren quiero que ellos sean los ynter-

ynterpretes y por su declaracion se estara como si en la forma que ellos lo declararen fuera espressamente mandado por mi.

Y porque en casso que en la cassa de oropessa falten mis nietos o sus decendientes yo puedo disponer de los bienes que por mi muerte le pertenecen. Digo que en tal casso nombro por subcesor en las mis Villas de frechilla y Villa Ramiel al duque que entonces fuere de Bragança y a los señores que subcedieren en aquella cassa y mayorasgo.

Al Duque de Bragança mi señor y hermano, y la señora Doña Mencia mi hija y nuera y al señor Marques de Villena mi sobriño supplico den todo su favor y ayuda a los dichos mis testamentarios para que puedan executar lo que les dejo encargado por este testamento.

Y porque Antonio de la mota mi mayordomo a sido mi thesorero y a tenido a su cargo mi recamara y otras muchas cossas de mi hacienda de que se hallaran firmas suyas cedulas, y otro qualquier genero de obligaciones quiero y es mi boluntad, que en virtud dellas no se le pueda pedir quenta de nada de lo dicho porque de todo estoy enteramente satisfecho, lo mismo digo de los vienes del almoneda de la Marquessa de Jarandilla mi muger porque de todo me satisfiço y le doy por quite y libre de todo como le tengo dado, y dicho por palabra a mucho tiempo.

A el mismo Antonio de la mota prometi quando se casò de darle quatro mil ducados o para mejor decir los prometi en dote a doña Juana de basconcelos su muger mando que se le pagen. Y porque yo le yba dando por los reditos dellos dos mil y quinientos reales cada año de que le tengo pago algunos años mando se le pague lo que pareciere deverle de los dichos reditos y todo el principal.

Entre mis papeles se allaran algunas cedulas del licenciado Antonio paes de dinero que recivio para cossas que yo le mandava gastar declaro que tiene satisfecho enteramente y yo guardava las cedulas por respetos particulares mando se le buelban.

Si se hallaren algunas cedulas del licenciado Juan mendes mando se le buelban tambien porque lo mismo passa en ella.

Al señor Conde Duque supplico favoresca mis testamentarios en todo lo que suplicaren a su excellencia, como yo se lo meresco por sangre y por desseos de servirle. Y tambien suplico a su excellencia mande despachar al licenciado Juan mendes y a el licenciado Antonio paes en las pensiones de ducientos cruzados en los obispados de portugal de que su magestad me hiço merced, y yo los nombre en ellos.

Tambien suplico a el señor Duque de beraguas se sirva de amparar y favorezer los dichos mis testamentarios.

Mis deudas como dicho tengo se an de pagar del monte mayor de mi hacienda y la tercia de que dispongo se entiende ques la tercia de la hacienda pagadas las deudas.

Al Duque mi señor y ermano suplico ampare mis criados y les aga merced pues yo no se la puedo hacer como desseo y a el Conde de oropessa mi nieto encargo lo mismo.

A su

A su mageſtad ſuplico me haga merced en conſideracion de mis ſervicios y de los que ſiempre deſee hacerle de amparar mis nietos y particularmente le ſuplico ſe ſirva de hacer merced de mi encomienda a el conde mi nieto que eſpero en dios le aga tal que ſe la ſepa merecer deſpues de la ſuperbivencia que yo tengo haciendome merced della para pagar mis deudas.

Deſpues de cumplido todo mi teſtamento y dado ſatisfacion a todo lo que en el diſpongo anſi lo que queda ya dicho como lo que ſe ſigue alguna hacienda mejoro en ella a Doña Mariana mi nieta y al miſmo conde y a ella encargo tomen proctecion de mi teſtamento y cirados y en particular a Antonio de la mota y ſu muger y hija.

A Doña franciſca de mota hija de antonio de la mota tengo hecha merced de mil ducados para ayuda a ſu dote mando que ſe le paguen.

Antonio de la mota y ſu muger me an ſervido con grandes bentajas y grande amor; ſupplico a ſu Mageſtad le aga merced de algun oficio equibalente a ſu perſona porque de todo dara muy buena quenta y al Duque mi ſeñor ſuplico ſe ſirva del o le aga alguna merced equibalente y al Conde de oropeſſa y a la ſeñora Doña Mencia y a mi nieta Doña Mariana pido le agan la merced que fio dellos.

A Don Pedro del Caſtillo ſuplico al Duque mi ſeñor le aga merced y le ampare y ſe ſirva del.

A Juan de melo Carrillo mi ſecretario que me a ſervido muchos años ſuplico al Duque mi ſeñor le aga merced de darle un oficio o beneficio con que pueda paſſar.

Anſi miſmo ſuplico al Duque mi ſeñor ſe ſirva de Diego Botello de matos y de Bernardo de Caraballo y de Pedro mendes mis criados, dandoles algunos oficios o acomodandoles en otra forma.

A el licenciado Juan mendes de fonſeca y a el licenciado Antonio paes Viegas dejo tambien al duque mi ſeñor para que ſe ſirva dellos o les aga merced de algunos beneficios con que paſen y deſde aora les nombro en las capellanias que yo inſtituyere en la caſſa del Duque mi ſeñor de que ſu excellencia ade ſer patron que an de ſer de cinquenta mil reis cada una de renta.

Yten mando den a antonio de mota en ſu vida quinientos ducados de renta cada año y otros quinientos a ſu muger Doña Juana de baſconcelos que ſe le daran o ſe le compraran con mi hacienda.

A Gonzalo de ſoſſa oydor de Portugal tengo en mi poder un baul de que tiene el las llaves declaro ques ſuyo con lo que tiene dentro, y un eſcritorio de las Yndias ques ſuyo que me dejo en guarda quando fue a aranjuez y declaro que tiene dentro ſegun me a dicho quando me le entrego dinero y pieças de plata y otras; el qual baul mando ſe le entregue todo y el eſcritorio ſin abrille nadie.

Y porque tengo tantos y tan buenos ſervicios recividos de Antonio de la mota mi mayordomo que pienſo eſtarle en obligacion ynfinita buelbo a pedir a todos los ſeñores nombrados en eſta mi cedula que le favoreſcan y ayuden y en nada le ſean contrarios; y aconteciendo lo que yo no eſpero que alguna perſona le encuentre o contradiga

tradiga lo que yo digo en este testamento por el mismo casso lo e por privado de alguna cossa si se la dejo y lo aplico al mismo Antonio de la mota de que el dara de su mano la mitad a la misericordia de Villa-Viciossa.

Y porque instituyo unas capellanias de que nombro por capellanes a el licenciado Juan mendes y al licenciado Antonio paes: digo que estas capellanias se an de fundar de mi hacienda y encargo a mis testamentarios lo executen assi.

A Don Pedro de Castillo mando se le den en su vida docientos ducados de renta.

A Juan de melo mando lo mismo.

Dejo tambien por mi testamentario a el dicho Dotor Gonzalo de sossa con los mismos poderes que los de mas porque save de mi cassa por ser muy aficionado a ella y con el aver tratado algunas cossas.

Y porque esta es mi ultima boluntad quiero questa solo balga y tenga su fuerza y vigor como mejor pudiere ser conforme a derecho y si no baliere como testamento que balga como cobdicilio y como qualquiera ultima boluntad que en derecho se pueda considerar y para balidacion de lo suso dicho.

Y porque no se podra luego satisfacer a mis criados quiero y mando que en quanto no se diere cumplimiento a las mandas que dejo que mis testamentarios les hagan dar todas sus raciones, y salarios como si yo vivo fuesse con declaracion que para llevar esto no usen de dilaciones lo que quedara en adbitrio de los dichos mis testamentarios y si aconteciere que de los dichos testamentarios falte alguno por muerte fio del que nombrara otro en su lugar para cumplimiento deste mi testamento y lo mismo sera si fuere ausente y a el que el nombrare se dara tanta fe y credito como al que le nombro y si yo despues deste testamento hiciere algun cobdicilio memoria o cedula qualquiera quiero y mando se le de tanto credito y tanto cumplimiento como a este mi testamento y e por repetidas en las dichas cedulas las mismas clausulas deste testamento.

Y porque yo tengo prometido mil ducados a el licenciado Antonio paes de ciertas libranças que se avian de cobrar mando se le paguen: y hago merced al licenciado Juan mendes de que no se le pidan docientos ducados que le mande pagar de una manda que le mando la Marquessa de Malagon mi muger de nuevo le ago merced desta cantidad, y quiero que no ympida cobrar la manda de los trecientos ducados de la dicha Marquesa en que yo le nombre porque en los docientos dichos entrara por merced mia hecha de mi hacienda.

A mis pajes que de presente me sirven mando a cada uno mil reales por una vez y que a costa de mi hacienda se pongan en sus cassas; y a Manuel da mota le mando mil y quinientos reales y que le pongan en cassa de sus padres.

Y declaro que a mis criados que yo dejo nombrados por testamentarios se les acuda en quanto esta ocupacion durare con sus raciones

ciones y salarios y de mas desto se les satisfagan sus trabajos y no es mi yntencion questa clausula derogue en nada a la que arriva trata de dejar raciones y salarios a mis criados.

A Diego Botello de matos y a bernardo de Caraballo y a Pedro mendes mis criados dejo cien ducados de renta cada año en su vida a cada uno.

Yten mando mas al licenciado Juan mendes y a el licenciado Antonio paes Viegas a cada uno otros cien ducados de renta en cada un año de mas de las capellanias dichas: y al licenciado francisco Rodrigues freyre dejo otros cien ducados de renta en sus vidas.

Y porque tengo algunos papeles de secreto en poder del licenciado Antonio paes mando que no se pidan y toda mi hacienda y vienes de qualquiera calidad que sea mando que se entregue luego a mis testamentarios suso dichos para que conforme a lo que les pareciere dispongan della para efeto del cumplimiento desta mi manda; y ansi se le entregaran todos y qualesquiera papeles que se hallaren en mis escritorios o en qualquiera parte porque fio dellos mucho y ansi lo he fiado siempre conociendolos por espiriencia.

Su Magestad me ha hecho merced por carta suya o consulta que se allara en las secretarias de portugal de una capitania en el brasil, y de una tierra ques un salado en el limite de sancta eyria termino de lisboa: sostituyo a el señor Don Duarte mi sobrino en estos derechos y suplico a Su Magestad le mande continuar la merced que me avia començado a hacer; y tambien lo suplico ansi a el señor Conde Duque, y confirmo una donacion que hecho dada por mi a el licenciado Juan mendes de una parte de aquella tierra del salado y le doy todas las firmeças necessarias y porque como tengo dicho y buelvo a decir esta es mi ultima boluntad, quiero que como tal balga en qualquiera manera que pueda ser y fueron testigos que bieron leer este mi testamento en mi presencia y oyendolo yo y siendo contento de todo y abiendo alguna dubda en la ynterpretacion deste mi testamento la declarara el oydor Gonzalo de sossa y ansi mando que se este por lo que el dijere como si yo lo declarara porque con el comunique este mi testamento y todas mis cossas en salud y aora.

Ba escrito este testamento en cinco medios pliegos y en parte deste: y declaro que quiero que lo que de suso ba relatado en favor del licenciado Antonio paes y de su hermano Juan mendes se cumpla como lo de mas porque todo se lo mande hazer a el dicho licenciado y quiero que todo se cumpla: y esta declaracion mande hacer Antonio de sossa de su letra para que no aya dubda, y rescrito el dicho testamento por la del dicho licenciado.

Mando mas a Juan de a Costa mi Repostero de plata cinquenta ducados por una vez, y reboco y anulo todos y qualesquiera testamentos mandas y cobdicilios que antes deste aya fecho que solo este quiero que balga por mi testamento y cobdicilio y por mi ultima boluntad.

Otro si mando otros cinquenta ducados por una vez a Domingo fernandes mi cochero mayor: en testimonio de lo qual otorgue este

este mi testamento en esta Villa de Madrid estando en mi juycio memoria y entendimiento natural a veynte y siete del mes de Mayo de mil y seiscientos y veynte y siete años siendo presentes por testigos Antonio de sossa Juan de acuña gregorio suares pantaleon de almeyda Paulo de araujo estevan çagalo Juan Rivero portuguesses estantes en esta Villa de Madrid que todos fueron presentes y oyeron leer este dicho testamento del señor otorgante a quien yo dicho escrivano doy fe conosco lo firmo de su nombre en el Registro desta Carta.

DON DUARTE.

Ante mi Lucas pico de Cabreros.

Contrato do casamento do Senhor D. Diniz, filho do Duque de Bragança D. Fernando II. com a filha do Conde de Lemos. Está no Cartorio da Casa de Bragança donde o copiey, na fórma, que se segue.

Este he hum treslado bem e fielmente sacado de huma escritura de acento e Capitulaçaõ feita e outorgada pela Rainha nossa Senhora sobre o cazamento de D. Diniz de Portugal com D. Beatris de Castro filha ligitima de D. Rodrigo Enriques Ozorio Conde de Lemos escrita em papel e firmada de seu Real nome, e selada com o seu sello, e firmada de Gaspar de Grizio Secretario de sua Alteza segundo por ela paresia da qual seu theor de verbo a verbo he o que se segue.

A RAYNHA.

Num. 5.
An. 1501.

O Asento que se tomou por meu mandado com D. Rodrigo Henriques Ozorio Conde de Lemos, sobre o cazamento de D. Diniz de Portugal meu sobrinho com D. Beatris de Castro, filha do Conde de Lemos he o seguinte.

Primeiramente que o dito D. Diniz caze e confirma matrimonio com a dita D. Beatriz de Castro segundo manda a madre santa Igreja e que se de em cazamento ao dito D. Diniz, com a dita D. Beatriz as Villas de Sarria, e Castro, e Outeiro de ElRey, com suas terras Vassallos e Fortalezas, e jurdiçaõ civel e criminal rendas, e preitos, e direitos, e outras couzas que lhe pertençaõ os quaes feito o dito cazamento, e consumado matrimonio entre elles, se lhe de e entregue logo ao dito Conde para que as tenha e leve as rendas preitos, e direitos, deste prezente anno, por librança e dende em diante, em cada hum anno, para toda sua vida, sem sacar para ello livramento algum, e que feito o dito esponsouro, entre os ditos D. Diniz, e D. Beatriz, a dita Fortaleza de Sarria se entregue logo ao Comendador Pedro Nunes de Gusmaõ, para que a tenha em tercearia, e feito o cazamento e consumado o matrimonio entre ellos,

a entregue ao dito Conde, para o aſim fazer e comprir, para preito, e omenagem.

Item que ſe eu ou meus herdeiros quizermos darlhe aqui membrança, para as ditas terras e Fortalezas, rendas preitos e direitos, e jurdiçaõ, e Vaſſalos, em o Reyno de Galiza, que quada e quando o dermos, as ditas Villas terras e Fortalezas, Vaſſalos e jurdiçaõ e preitos, e direitos, ſe torne a mi, e a meus herdeiros.

Diſpois dos dias do dito Conde, as ditas Villas de Sarria, e Caſtro, e Outeiro de ElRey, com ſuas terras, e Fortalezas, e Vaſſallos e jurdiçaõ e rendas, e preitos, e direitos, e outras couzas, que lhe pertencem, e pertencem a ſazaõ, fiquem com o dito D. Diniz e com ſeus herdeiros ligitimos, de ligitimo matrimonio nacidos, e deſcendentes delle, e da dita D. Beatriz, com equivalencia, que por ello lhe foi dado.

E que para mais ſeguridade do ſuſo dito o Conde entregue e ponha logo em poder do dito Pedro Nunes de Guſmaaõ a ſua Fortaleza de Molle, e Fortaleza de Caſtro, e Outeiro de Rey ſe entregue ao dito D. Diniz, ao tempo que a Fortaleza de Sarria ſe entregar ao dito Conde, e o dito Pedro Nunes tenha a Fortaleza de Molle, para que naõ ſe comprindo, o que aqui vai capitulado, e aſentado, ou qualquer couza dello, por parte do dito Conde, e o dito Pedro Nunes, ſe entregue logo a dita Fortaleza de Molle, ao dito D. Diniz, ou a ſeus herdeiros ou a mi, ou a meus herdeiros, ſem ficar dello outra couza em contrario a outros deſcendentes ligitimos ſegundo dito he. E avendo entregado o dito Pedro Nunes a dita Fortaleza como dito he, toda via o dito Conde fique obrigado a teer guardar e comprir todo o aqui contheudo, ou pague a tença da Fortaleza de Molle.

E que ſe o dito Conde over fruito varaõ ligitimo, de ligitimo matrimonio nacido, que haja de herdar ſua Caza o dito Conde entregue logo ao dito D. Diniz a dita Fortaleza de Sarria, e a elle ſe lhe entregue a dita Fortaleza de Molle.

E que ſe o dito matrimonio diſolver entre os ditos D. Diniz e D. Beatriz, por morte do dito D. Diniz, ſem ficar delles filho ou filha, o outros deſcendentes ligitimos, de ligitimo matrimonio nacidos, o dito Conde dê, e entregue a mi, e a meus herdeiros a dita Fortaleza de Sarria, e a elle ſe lhe entregue a dita Fortaleza de Molle, e gozem para ſeus dias das ditas Villas de Sarria, e Caſtro, e Outeiro de ElRey, com ſuas terras Vaſſallos e rendas, e jurdiçaõ.

E que por quanto o dito diz teer direito as ditas Villas de Sarria e Caſtro, e Outeiro delRey, que feito o dito cazamento ſe comprometa por minha parte no dito Conde, em mãos e poder de duas boas peſſoas de conciencia, para que dentro de hum anno, deſpois que as ditas peſſoas forem nomeadas, detriminem entre nos a juſtiça, e ſe triminarem em meu favor, todo o capitulado e contheudo fica em ſua força e vigor; e ſe detriminarem em favor do dito Conde, goze dello ſegundo o theor e forma da ſentença, que ſobre iſto derem por as quaes peſſoas, eu aja de mandar, que aceptem o poder para

para detriminarem, e que todo o aqui capitulado se entenda, ficando salvo o direito do dito Conde.

E que feito o dito cazamento e consumado o dito matrimonio, entre os ditos D. Diniz, e D. Beatriz, eu faço merce ao dito D. Diniz de hum conto de maravedis de renda, perpetua cada anno, para sempre ja mais, no Reyno de Galiza, e nas suas comarcas, sobre Vassalos, ou em juro o qual eu aja de comprir, dentro de outo annos primeiros seguintes, des o dia que o dito cazamento se fizer, para seguridad do qual, ele pedir logo o privilegio do dito hum conto de renda de juro, e o poeer em poder do dito Pedro Nunes de Gusmaõ, para que o tenha em si dentro dos ditos annos, athe se cumprir o dito hum conto de maravedis de renda, segundo dito he, que o dito Pedro Nunes entregue o dito privilegio ao dito D. Diniz, para que dende em diante goze do dito privilegio.

E que se o dito matrimonio se disolver entre os ditos D. Diniz e D. Beatriz, por morte de qualquer delles, ou em outra maneira, sem ficar delles filho ou filha, ou outros decendentes ligitimos, e de ligitimo matrimonio nacidos, em tal cazo as ditas Villas de Sarria, e Castro, e Outeiro de Rey, com suas terras e Vassalos e jurdiçaõ, preitos e direitos, e com todos os que lhes pertence, ou a equivalencia para ellas tiver dado, o dito hum conto de maravedis de renda, ou a parte delle, que se over comprido, se torne a mi, ou a meus herdeiros, gozando o dito Conde por sua vida das ditas Villas jurdiçaõ e rendas, e Vassalos como dito he.

E que se o dito D. Diniz herdar a Caza do Duque seu Irmaõ, que eu naõ seja obrigada a comprir o dito hum conto de maravedis de renda, nem couza algua delle, salvo que fique a minha vontade de lhe fazer a merce, que quizer, e se algua couza do dito hum conto se over comprido, se torne a mi, ou a meus herdeiros.

E que se o dito D. Diniz herdar a Caza do Duque seu Irmaõ, e a dita D. Beatriz a Caza de Lemos, o filho segundo delles ditos D. Diniz, e D. Beatriz, herde a Caza de Lemos, e senaõ ouverem filho varaõ ligitimo segundo, herde a dita Caza sua primeira filha, ou filho varaõ, e se o naõ over dos ditos D. Diniz e D. Beatriz, herde a dita Caza sua filha segunda, e que para ello eu aja de conceder a faculdade que for mister, para que assim se faça por esta vez, ficando para em diante maiorasgo da dita Caza de Lemos, e vinculos delle, em sua força e vigor, o qual filho ou filha dos ditos D. Diniz, e D. Beatriz, que herdarem a dita Caza de Lemos, herdem asi mesmo todas, e quaesquer termos em qualquer maneira over feito o dito D. Diniz, em meus Reynos e Senhorios, e tome as armas, e apellido da dita Caza de Lemos, e que lhe dando a dita D. Beatriz a dita Caza de Lemos, o dito D. Diniz traga as armas da dita Caza a maõ esquerda das suas.

E que se o dito Conde over filho varaõ da Condessa D. Tareja sua mulher que aja de herdar sua Caza, em tal cazo o dito Conde aja de dar em dote, e cazamento a dita D. Beatriz sua filha seis contos de maravedis, os quaes seja obrigado a pagar em outo annos pri-

meiros feguintes, des o dia que o tal filho nacer, e fe a dita Condeſſa ſua mulher morrer em vida do dito Conde, e o dito Conde ſe cazar aja de dar em dote e em cazamento ao dito D. Diniz, com a dita D. Beatriz ſua filha dez contos de maravedis, pagados em os ditos outo annos, e para pago delles, ao tempo que o dito cazamento ſe fizer, obrigue, e hipoteque as ſuas Villas de Meliza, e Oſpontes de Garcia Rodrigues, e Molheenda e terras, com todo o a elles pertencente, e outros bens baſtantes, e que os ditos D. Diniz, e D. Beatriz, gozem para ſi das rendas preitos, direitos dellos, e ſenaõ valerem cada anno duzentos mil maravedis, que o dito Conde ſeja obrigado a lhos comprar, e ſe mais valerem, ſejaõ para o dito D. Diniz, e D. Beatriz, e que ſe o filho que o dito Conde ouver, e que ha de erdar ſua Caza ſegundo dito he, morrer em vida do dito Conde, o dito dote ou que della ſe over pagado da dita hipoteca, ſe torne ao dito Conde e fique para o dito D. Diniz, e D. Beatriz, o que athe ali ouverem levado, e ſe deverem das ditas rendas da dita hipoteca, aſi meſmo ſe torne a entregar a dita Fortaleza de Sarria.

E que o dito Conde naõ ſeja obrigado em dar em ſua vida aos ditos D. Diniz, e D. Beatriz, alem do ſuſo dito couza alguã de ſeus bens e fazenda.

E que o dito D. Diniz dara a dita D. Beatriz as arras que ſe decrarar, ao tempo do dito cazamento, e para lhes pagar lhe dê a ſeguridade que for meſter.

E que ſe ao dito Conde naõ ficar filho varaõ de ligitimo matrimonio nacido, e ficar delle outra filha ou filhas ligitimas os ditos D. Diniz e D. Beatriz, ſejaõ obrigados a dar a cada huã dellas ditas filhas hum conto de maravedis para ſeu cazamento.

E outro ſi que ſe o dito Conde morrer antes que a dita Condeſſa ſua mulher, e os ditos D. Diniz, e D. Beatriz herdarem ſua Caza, ſejaõ obrigados a dar a dita Condeſſa cada anno por ſua vida, para ſeu mantimento, naõ ſe cazando, trezentos e cincoenta mil maravedis, no milhor parado do Condado de Lemos.

E que ſe o dito Conde cazar, e over preito ou concordia, e em outra qualquer maneira, outros alguns bens, alem dos que agora tem, quando quer, e aſim over, e ficarem em ſua vida aos ditos D. Diniz e D. Beatriz, ametade da renda dello; e ſe over dous ſenhorios, e jurdiçoens de Villas lhe dem hum delles, qual o dito Conde quizer, com o ſenhorio, e Vaſſallos e jurdiçaõ e rendas, e outras couzas que lhe pertençaõ, e ſe em aquello ſe montar ametade da renda, do que aſi ouver ſacado, ſeja obrigado o dito Conde a lhes comprir ametade em dinheiro, cada hum anno, e lhe ſinalar donde os aja, contraendo a donde lhos ſinalar, naõ tenha jurdiçaõ, nem ſenhorio, e ſenaõ ouver ſenaõ hum lugar em tal cazo ſeja obrigado o dito Conde de lhe dar ametade da renda, e naõ mais, e que eſto no ſe entenda das ditas Villas de Sarria, Caſtro, e Outeiro de Rey com ſuas terras; e o que aſim lhes der ſeja para elles, e ſeus deſcendentes ligitimos, e de ligitimo matrimonio nacidos, e ſe a dita

ta D. Brites falecer ſem deixar filho ou filha, ou outros deſcendentes ligitimos, e de ligitimo matrimonio nacidos, que os taes bens ſe tornem a dita Caza de Lemos depois dos dias de D. Diniz, o qual aja de gozar por ſua vida dos ditos lugares e fortalezas, que do dito Conde ouver herdado da dita ametade, e das rendas e preitos e direitos de Vaſſalos, e jurdiçaõ delles.

E que o dito Conde jure em forma de direito, e faça preito omenagem de ter guardar, e comprir todo ho em eſta capitulaçaõ contheudo, cada couza, e parte dela.

E que outrogando o dito Conde eſta capitulaçaõ como nela ſe contem ante Notairo, e firmandoa, e ſelandoa com o ſeu ſello, em maneira que faça fe, ſe lhe otroguem todas as provizoens, e para comprimento do ſuſo dito ou mandar ver o poder do dito D. Diniz para ſe deſpozar com a dita D. Beatriz, feito o dito deſpozorio dende a hum anno, primeiro ſeguinte, ſe cazarem e conſumarem matrimonio como manda a Madre ſanta Igreja.

Do qual todo o que dito he outorguei a prezente capitulaçaõ ante Gaſpar de Grizio meu Secretario e a firmei de meu nome, e a mandei ſellar de meu ſello, que foy otorgada na Cidade de Granada, a trinta dias do mes de Setembro de mil e quinhentos e hum annos.

EU A RAYNHA.

Otorgamento e por mandado da Raynha. Gaſpar de Grizio. Sellada.

Em a Villa de Monforte eſtando ahi prezente D. Rodrigo Henriques Ozorio Conde de Lemos a cinco dias do mes de Março anno do nacimento de Noſſo Senhor Jezu Chriſto mil e quinhentos e dous annos, em prezença de mi Alvaro Pires Daberno Notairo e ſeu Secretario e teſtigos de ſuſo eſcritas, o dito Conde diſe que ſem prejuizo de quaeſquer provizoens que elRey, e a Rainha noſſos Senhores o qualquer de ſuas Altezas mandaria dar, e derem deſpois do outorgamento deſte dia, acento e capitulaçaõ, em ſeu favor para o efeito do ſuſo dito, das quaes mandarem dar, e derem daqui a diante, mais ante aquellas, ficando em ſua força e vigor, que otorgava e outorgou eſta dita capitulaçaõ e aſento feito e outrogado da Raynha noſſa Senhora, que de ſuſo vai encorporada, e diſſe que prometia e prometeo de a guardar e comprir, e de naõ hir, nem paſſar contra ello, nem em parte dello, nem em nenhum tempo, nem por alguã maneira, o qual diſe que jurava, e jurou a Deos e a Santa Maria, e aos ſantos avangelhos e hum ſinal da Cruz, que com ſua maõ direita tocou, do qual para maior abondamento, fez preito e omenagem como Conde e Cavaleiro Filhodalgo, ſegundo foro e Deſpanha, em mãos de Lopo Ozorio Cavaleiro Fidalgo, que delle recebeo e por maior firmeza, firmou aqui de ſeu nome, e o mandou ſellar com o ſello de ſuas armas, e outro ſi mandou a mi o dito Notairo o aſinaſe com o meu ſinal que foi e paſſou dia mes e anno ſuſo dito. Teſtigos que foraõ prezentes chamados eſpecialmente para ello, Nuno

Alvers

Alvers Deguſtia Proviſor, e Meſtre Eſchola de Ourenſe, e o dito Lopo Ozorio, e Pedro Paſigna, e Heronimo Devaldaura, e Joaõ de Grey Regedor da Cidade de Lugo mordomo do dito Conde, e eu o dito Alvaro Pires de Lugo, Eſcrivaõ e Notairo publico ſobre dito, e Secretario do dito Conde de Lemos, e a todo o que ſuſo dito he, e a cada huá couza, e parte dello, eu com os ditos teſtigos prezente fui ao outorgamento do dito aſento, e capitulaçom da Raynha noſſa Senhora que de ſuſo vai encorporada original, o qual fica em poder do dito Conde, e o dito juramento e preito e omenagem que de ſuſo faz mençaõ, e o dito treslado concertei com o dito Original propio e ſegundo todo ante mi paſſou, de mandamento e outorgamento do dito Conde que aqui firmou ſeu nome, e mandou ſellar com o ſeu ſello, bem e fielmente o fiz, hum por outro, a eſtas duas folhas e meia de papel, de meio prego, com eſta em que vai meu ſinal, e fiz a qui o nome acoſtumado, em teſtemunho de verdade Alvaro Pires Notairo.

Teſtamento do Senhor D. Diniz de Portugal. Eſtá no Archivo da Sereniſſima Caſa de Bragança, donde o copiey.

J H S.

Num. 6.
An. 1516.

JEſu Chriſti Domini mei Crucifixi nomen dulce in primis invoco, & Beatiſſimam ſemper Virginem Mariam ejuſque matrem quæ ſola poſt filium unica ſpes mea, & necnon Sanctum Michaelem Archangelum paradiſi Prapoſitum quem Ducem Cuſtodem, & animæ meæ Defenſorem accipio, & ſpeciali precipuaque prerrogativa Beatum Joannem Baptiſtam Domini Precurſorem, cum Beatis Apoſtolis Petro etheris clavigero Paulo vaſe electionis, Joanne Avangeliſta Domini Cubiculario, & Jacobo Zebedeo Hiſpaniarum Patrono, atque Beatum Franciſcum crucifixi ſignum ferentem, & Beatum Antonium de Padua martirem deſiderium ſummis ſuis meritis advocatos mihi cum ceteris omnibus Sanctis humiliter imploro in mei exitus Ora & nunc ut ad onorem Dei & ſalutem animæ meæ . . . . Amen.

Saibaõ quantos eſta Carta de Teſtamento, manda, e poſtrimeira vontade virem como eu Dom Diniz de Portugual achandome com minha libertade de meu alvidrio, e ſam entendimento por o qual dou a Jeſu Chriſto meu Senhor infinitas graças comſiderando quam breve caduca, e tranſitoria ſeja a vida dos mortaes, e quam preſto deſaparecemos como ſombra deſte ſiglo vaõ, e caydeyro, e que naõ temos couſa mais certa que a morte, e couſa mais imcerta, que o dia, e a ora della em iſto avemos de velar, e trabalhar com todas noſſas forças ſegundo por o ſacro Avangelho ſomos amoeſtados, em a qual morte, dia, e ora della, e por naõ vellarem, nem olharem muitos ham ſido ſalteados, e partidos deſte ſiglo com forte periguo de ſalvaçam; porem eu dando muitas graças a Jeſu Chriſto meu Senhor por

por ter por bem de me avisar para que vele, e este apercebido, e comsidere em o dia, e ora de minha morte damdome alguma paixaõ porque podia quando naõ pemsasse despedirse minha vida para dar conta a Deos de minha alma como de sua cousa propia por elle caramente comprada, e redemida, e ao mundo, e a minha molher, e filhos dos bens temporaes para descamso delles, e para que depois de minha morte com mor cuidado, e deligencia procurem, e tenhaõ em memoria de roguarem a Deos por minha alma deliberei de fazer este meu testamento, e prostrimeira vontade, e manda em a forma seguinte.

Em Nome de Deos Padre, e Filho, e Espirito Santo que saõ tres pessoas distintas em huũ soo Deos verdadeiro, e todo poderoso ho qual confesso, e creyo firmemente em meu coraçam com todo o que cre, e manda a Santa Madre Igreja, e creo firmemente todos os artigos da fee asy como deve crer todo Catholico Christaõ em este credito protesto de viver, e morrer, e qualquer pensamento comtrario, e sinistro opiniaõ que com arrebatamento, e desatino, ou de qualquer sorte vir me possa des agora me desdigo, e o dou por nigum, e de nigum valor, e effeito, e primeiramente mando minha alma muy peccadora a JESU Christo meu Senhor a qual elle muy caramente comprou, e resgatou em a arbore Santa da Vera Cruz ✠ por seo precioso, e estimabyle de sua santissima, e preciosa Samgre, e suplicolhe humilmente em quanto devo, e minhas fracas forças podem, a queira receber benina, e piadosamente naõ segundo meus merecimentos mas segundo a muytydumbre de sua misericordia, e piadade, e quera porla, e colocarla em sua santa gloria amem. Asy mesmo peço por merce a gloriosa Virgem Santa Maria sua Madre, e minha Senhora com todo acatamento, e humildade queira rogar por mim, e ser minha intercessora diamte o acatamento de seu glorioso filho em a qual comfio, e tenho esperança, que por sua gloriosa intercessaõ minha alma peccadora seja livrada do poder do inimiguo mas quando de minhas carnes peccadoras sair, e peço ao Bemaventurado Senhor S. Miguel Alcangelo queira esforçar, guardar, guiar, e defender a minha peccadora, e temerosa alma em aquella forte batalha em que estara quando de minhas peccadoras carnes se ouver de apartar dos inimiguos maos que a queira comfomdir, e oprimir, e trabalharaõ de a apartar da comgregaçaõ, e companhia dos Santos Anjos, e da Visam de JESU Christo meu Senhor pois que he elegido por Caudilho, e Capitam entre todo o Coro dos Arcanjos comtra todos os Demonios inimigos das almas por JESU Christo redemidos, e asy mesmo roguo aos Bemaventurados Precursor de JESU Christo meu Senhor S. Joaõ Bautista, e Apostolo S. Pedro, e S. Paulo, e S. Tiago o Zebedeo, e S. Joaõ Avamgelista cujo devoto, e servidor sou ainda que indigno, e peccador juntamente com os gloriosos Comfessores S. Framcisco, e Samtatonio de Padua, com toda a cavalaria, e exercito celystyal que queiraõ ser meus intercessores diamte JESU Christo meu Senhor, e asy mesmo me queira soccorrer, e esforçar em o exitu, e transitu de minha peccadora alma

porque

porque comfio, e tenho esperança que com o muito merecimento seu suprão minhas fraquezas, faltas, e defeitos, e me ganharão de meus erros perdão geral, e das muitas offemsas que a Deos meu Senhor Criador, e Redemtor tenho feitas por não guardar sua Ley, e mandamentos como devia, nem me apartar do que era em seu desserviço, e desobediencia da Madre Santa Igreja.

Mando, e quero que minha alma peccadora seja apartada, e saya de minhas vys carnes em o abyto do Senhor S. Francisco as quaes carnes mando a terra de que forom criados, e em que se am de bolver, e mando que sejão sepultados em o Mosteiro de Samtamtonio de Momforte dentro da Capella mor, finamdome em lugar que ao dito Mosteiro se possa levar por lomge que seja, e roguo, e peço por merce ao Comde, e Comdessa meus Senhores se em aquelle tempo vivos forem me queirão honrar, e averse comiguo em minha sepultura, e ossequios segundo, e na maneira ha rezam o demanda, e requeiro conformandose com minha vontade, que fugir a vannagloria deste mundo, e desejar em todo que seja serviço de Deos, e salvação de minha alma.

Mando ao dito Mosteiro de Samtamtonio de Momforte toda a prata de minha Capella que agora tenho que he huma portapaz, e dous Caliz com suas patennas, e duas galhetas, e huã Cruz.

Mais lhe mando o Ornamento da dita Capella . . . . . que he huma Casula com suas Almatiguas, e Alvas, e hum fromtal com huma Capa com seu dorsel.

Mais outro Ornamento de Raso amarello, e morado que he huma Casulla com seu adereço, e hum fromtal, e hum dorsel.

Mando que o dia que a Deos aprouver de me levar, e minhas carnes derem a terra fação chamar, juntar meus compridores, todos os frayres, e cleriguos para que naquelle dia todos digão missa, e roguem a Deos por minha alma, e asy mesmo digão toda aquella somana todos os ditos frayres, e clerigues cada dia missa as quaes missas sejão camtadas, e rezadas segundo parecerem a meus Compridores e diguo que se trabalhe de buscar todos os frayres, e clériguos que se poderem aver, e achar.

Mando a meus Compridores que comprem toda a cera que lhes parecer que pertence para minha sepultura, e honras, e asy proveja em o dia de meu enterramento e tersso, e em fim do anno, e assy em todo o de mais que necessario for para todas as missas que por minha alma mandarem dizer.

Mando que em todo hum anno des o dia que eu fallecer diguam por minha alma em o dito Mosteiro de Samtamtonio de Momforte huã Missa cantada de Requiem, e tres rezadas. S. da Conceição, Natividade, Annunciação de Nossa Senhora com commemoração de Samtamtonio, e de S. João Avangelista e asy mesmo mando que me dem e fação fim do anno segundo que a meus Compridores bem visto for.

Mando a meus Compridores que comprem renda de pão ou vinho, ou dinheiro se eu a não deixar comprada que virem que bastara para

para sempre ja mais em o dito Mosteiro de Samtamtonio de Monforte todas as segundas feiras de todo anno diguam por minha alma, e de quem for obrigado huã missa cantada de Requiem a qual dita renda mando aos meus Compridores a comprem o mais presto que poderem do dinheiro de minha renda se devido se achar, e senaõ, mando que vendaõ todo o que bastar de minha prata para comprar a dita renda, ou se ser poder se empregue a dita prata, e se tenha maneira que meu filho mayor a torne recobrar a qual renda asy do paõ, vinho, e dinheiro que asy comprarem mando que a dem, e emtreguem ao Mayordomo que for dos frayres do dito Mosteiro para que o Guardiaõ, e frayres tenhaõ cuidado de dizerem a dita missa, e asy mando que na dita segunda feira que se disser a missa cantada arriba contheuda para sempre se d guaõ outras tres rezadas da maneira que arriba estaõ apontadas, e as missas de Nossa Senhora, e que se compre renda para todas as ditas quatro missas.

Mando que o dia de minha sepultura vistaõ vinte e tres pobres asy homens, como molheres, e se ser poderem sejaõ pessoas fidalguas verguomçosas, e orfãs; o pano seja o que parecer a meus Compridores, e asy mesmo daraõ de comer todo aquelle anno cada dia a treze proves.

Mando a meus Compridores que o mais presto que poderem trabalhem demtro do anno que Deos for servido de me levar de me fazer dizer por minha alma dentro em Roma em a Igreja de Santa Maria de Populo, e de S. Pedro, e de S. Pablo, e S. Joham de Latram, e de S. Lourenço, oitenta e huma missas que seraõ tantas a respeito de nove festas de Nossa Senhora que ha no anno, e haõse de dizer nove missas em reverencia de cada huã daquellas festas, e faraõ commemoraçaõ em ellas do Santo que estiver na Igreja donde se disserem, e de Samtamtonio, S. Miguel, e S. Johaõ Bautista, e asy mesmo me faraõ dizer outras tantas missas, e da maneira sobre dita em S. Tiaguo de Galiza, e outras tantas da mesma maneira em Samtamtonio de Padua as quaes mando que paguem a respeito de como virem que he o trabalho.

Mando que me diguaõ treze trintarios serrados donde virem que mais devotamente se poderam dizer.

Mando que se dem em cada hum anno para obra do Mosteiro de Samtamtonio de Momforte em quanto naõ for feita a Igreja caustra alta, e baixa, refeitorio, e dormitorio vinte mil reis.

Mando que me diguam tres trimtarios a Nossa Senhora de Guadalupe, e outros tres na Capella do Santo Crucifixo em Ourense e nove missas na Capella de Santa Eufemea da dita Igreja, e outras nove na Igreja de Santa Marinha de Tangas Samtos.

Mando que se de cazamento para nove Orfans filhas de criados do Duque meu Senhor que aja santa gloria, e do Comde meu Senhor dos que virem que tem mais necessidade, e dem a cada hum oito mil reis.

Mando se a Deos aprouver levarme a mim primeiro que a minha molher D. Briatiz Osorio de Castro que a dita minha mulher D.

Briatiz guoze os dias de ſua vida em quanto ſe naõ cazar, ou naõ erdar a Caza, e o Comdado de Lemos trezentos mil reis de meu juro em donde ella os quizer eſcolher com o mais a Caza de Ourenſe ainda que melhor lhe ſera eſtar com ſeu Pay.

Dos outros ſetecentos mil reis que ficaõ de meu juro mando que ſe dem a Joaõ Mendes cem mil reis em toda ſua vida o qual tem por minha conta em os dias de ſua vida, e quero, e mando que ſe o dito Joaõ Mendez viver mais que eu que os outros ſeiſcemtos mil reis que ficaõ ſacados os trezentos mil reis da dita D. Briatiz minha molher, e os cem mil do dito Joaõ Mendez ſe depozitem em cada hum anno em mãos, e poder do dito Joaõ Mendez para o cazamento de minhas filhas que Deos me ha dado, e des daqui a diante; e aſy meſmo mando que os vinte mil reis que arriba mando dem de eſmola ao Moſteiro de Samtamtonio de Momforte por o tempo arriba contheudo ſe ſaquem em cada hum anno dos ditos ſeiſcentos mil reis, e naõ dos trezentos da dita D. Briatiz minha molher, nem dos cem mil do dito Joaõ Mendez.

Melhore a D. Fernando meu filho em terça, e remanecente da quinta de todos meus bens, ou ao que ficar por erdeiro da Caza de Lemos ſe a Deos prouver de levar ao dito D. Fernando, ou ao filho mayor que ficar, e quero que eſta melhoria que agora faço fique por mayoraſguo na Caza de Lemos aos que de mjm deſcenderem, e que naõ poſſa ſer vendido, nem enagenado em peſſoa alguma, e ſe o for que naõ valga, e ſe torne toda via ao dito mayoraſguo, e quero que ſeja o dito terço, e remanecente do dito quinto em o que couber no dito comto de reis de juro que aſy tenho para ſempre ja mais no Reyno de Galiza, e que ſeja todo emcorporado em o dito mayoraſguo da dita Caza de Lemos, e ſuplico a ElRey noſſo Senhor que ſe neceſſario for o vimcule, e emcorpore no dito mayoraſguo.

Diguo que ſe a Deos prouver naõ ficar de mym filho baraõ que eu melhore em terça, e em quinta em os ditos bens a minha filha mayor, e aſy meſmo quero, e diguo que eſta melhoria naõ a faço ſenaõ aos filhos, ou filhas que ficarem de mym, e de minha molher D. Briatiz Oſorio de Caſtro.

Mando que todos os veſtidos que de mym ficarem, e camizas, e roupa branca ſe venda, e o preço de todo ello ſe de a pobres de bem, e vergonhoſos.

Mando que caſamdoſe D. Briatiz minha molher lhe paguem pouco a pouco em cada hum anno ſuas arras, e dote athe ſe paguar todo, e naõ lhe deſcontem para em pagua dello nenhuma couſa dos trezentos mil reis que aſy ouver gozado de todos os annos paſſados porem deſcomteſelhe para em pagua das ditas arras, e dote todas as joyas de ouro, e prata que eu lhe tenho dado, ou der daqui a diante.

Mando que ſe por ventura ſe morrer algum de meus filhos, ou filhas ſem erdeiro toda a parte de ſua erança que aſy lhe pertencer no dito comto de juro ſe torne, e bolva, e junte por via de mayoraſguo com a Caſa de Lemos com tanto que o que erdar a Caſa de Lemos ſeja meu filho, ou deſta molher.

Se

Se a caso algum dos ditos meus filhos, ou filhas quiserem vender a dita parte que asy lhes vier por erança no dito comto de juro diguo que ho naõ possa vender a outro algum, ou em outra parte salvo ao erdeiro da Casa de Lemos, a qual dita parte como o dito erdeiro da Casa de Lemos ha comprar se junte loguo com todo o de mais que o dito erdeiro da dita Casa de Lemos tera no dito comto de juro ao mayorasguo da dita Casa de Lemos, e isto se emtemda da maneira do Capitulo amtes deste que he que ha de ser o mayorasguo da Casa de Lemos meu filho, ou desemdente por se emcorporar, e juntar a dita erança, e vemda ao dito mayorasguo.

Mando que se avalie a Casa de Ourense e toda a parte que couber a cada hum de meus filhos, ou filhas lha pague D. Fernando, ou o filho que erdar a Casa de Lemos, e se fique com toda a dita Casa.

Mando a meus Compridores que todas as pessoas que direitamente mostrarem serlhes em alguma obrigaçaõ, ou carreguo lhes satisfaçaõ, e descarreguem minha conciencia sobre o qual lhe emcarreguo as suas, e mando que se venda de meus bens movees todos os que meus Compridores virem que saõ necessarios para comprirem minhas mandas, e obras pias.

Comsiderando o serviço que me haõ feito meus Criados, e sobre ello querendo descarreguar minha conciencia, ou satisfazerlo dello mando primeiramente a meu Ayo Joaõ Mendez.

Nomeyo por Tytores de meus filhos, e filhas a D. Briatiz de Castro minha molher, e juntamente com ella Joaõ Mendez meu Ayo com tanto que se a dita D. Briatiz de Castro se cazar que a dita Tytoria fique emteiramente ao dito Joaõ Mendez, e lhe emcarreguo que tenha muito carreguo de suas pessoas, e bens.

Contimuos.

Mando a Joaõ Gomes Cabreira o qual ha dezasete annos que me serve, cem ducados.

Mando a Francisco de la Rana que ha onze annos que me serve, 40 ducados.

Mando a Gonçallo Pires que ha nove annos que me serve, 40 ducados.

A Nuno de Valladares que ha seis annos que me serve, 40 ducados.

Fernaõ Lopes que ha que me serve cinco annos, 40 ducados.

A Brenaldo de Valladares que ha sinco annos que me serve, 40 ducados.

Pedro de Valladares por certo tempo que me servio, 40 ducados.

O Bacharel Sousa que ha tres annos que me serve, 40 ducados.

Febus Rodrigues que ha que me serve tres annos, 40 ducados.

Alvaro Gil, 40 ducados.

Ho Doutor Medico, 40 ducados.

Rodrigo de Scobar, 40 ducados.

Azevedo, 40 ducados.
Anuzeda, 40 ducados.

Pajes.

Francisco de Scobar que ha honze annos que me serve, 100 ducados.
Ao Sotello que ha nove annos que me serve, 100 ducados, e hum vestido o melhor que tiver.
A Diego de Lemos que ha que me serve seis annos, 100 ducados.
A Pedro Annes que ha que me serve seis annos, 40 ducados.
A Feyjoo, 40 ducados.
A Lousadissa que ha que me serve cinco annos, 40 ducados.
A Arido, 40 ducados.
A Sancho Lopez que ha tres annos que me serve, 40 ducados.
A Ayres Conde que ha que me serve tres annos, 40 ducados.
A Duarte Vaz, 40 ducados.
A Sancho Vale que ha que me serve quatro annos, 40 ducados.
A Febus de Novoa, 40 ducados.
A Angerino Guita que ha que me serve quatro annos, 40 ducados.
A Valcararista que ha que me serve, 40 ducados.
A Gusmaõ, 40 ducados.
Alexandre de Moura que ha que me serve tres annos, 40 ducados.
A Feyjoo que emtrou agora, 40 ducados.
A Martim Alvers que ha que me serve seis annos, vinte e sinco mil reis por o tempo que me servio.
A Ornadilho que ha que me serve dous annos, 40 ducados.

Moços desspora.

A Joaõ Vaz que ha que me serve homze annos, 40 ducados.
Affonso Lourenço que ha que me serve oito annos, 40 ducados.
A Alvaro Martins que ha que me serve dez annos, 40 ducados.
A Pedro de Ulhoa que ha que me serve cinco annos, 40 ducados.
Antonio que ha que me serve cinco annos, 40 ducados.
A Biscainho que ha que me serve cinco annos, 40 ducados.
A Joaõ Belinho, 40 ducados.
A Pedro Vasques que ha que me serve quatro annos, 40 ducados.
A Vasco Rodrigues que ha que me serve dous annos, 40 ducados.
A Diogo Affonso, 40 ducados.
A Vaz, 40 ducados.
A Lousada, 40 ducados.
A Pedro Rodrigues, 40 ducados.
Fernam Paz moço da azemola, 40 ducados.

Molheres minhas Criadas.

A Briatiz Pirez dez mil reis com o de sua filha.
A Elena de Magalhaens cincoenta mil reis por seu casamento como lhe foi prometido.

A

A Lousada trinta mil reis.
A D. Maria quarenta.
A D. Elvira cincoenta mil reis senaõ forem pagados que lhe forom prometidos.
A D. Violante quarenta.
Annica quarenta.
A Felipa de Souza quimze mil reis de seu cazamento.
A queixada quinze mil reis.
A Violante Nunes seis mil reis.

A meus Amos, e Amas.

Mando ao Ammo, e Amma de D. Fernando dez mil reis.
Ao Ammo, e Amma de D. Alomso dez mil reis.
Ao Ammo, e Amma de D. Pedro dez mil reis, e vestidos como se soe a dar aos outros.
Ao Ammo, e Amma de D. Izabel dez mil reis.
Ao Ammo, e Amma de D. Lianor dez mil reis.
A Amma de D. Tereyja dez mil reis.
Ao Ammo, e Amma de D. Mecia dez mil reis.
Ao Ammo, e Amma de D. Constamça dez mil reis.
Ao Ammo, e Amma de D. Antonia dez mil reis, e seus vestidos como se derom aos outros.

Item diguo por quanto foy sempre minha vontade, e agora o he que meu filho segundo que he D. Afomso fosse Clériguo, e asy mesmo o terceiro que he D. Pedro fosse servir ao Senhor S. Joham de Rodes que roguo, e pydo aos sobreditos Tytores tenhaõ forma, e maneira de por em caminho aos sobreditos meus filhos para que venhaõ em effeito disto que asy he minha vontade, e serviço de Deos, e para isto tomem para juda dello ha parte que lhes couber do dito meu comto de juro, e procurem que o dito D. Pedro va servir segundo que dito he o mais presto que puder.

Item roguo por serviço de Deos, e de minha parte peço por merce a ElRey de Portugal meu Senhor, e a Raynha D. Lianor, e a Duqueza minhas Senhoras; e asy mesmo ao Conde, e Condessa meus Senhores, e a todos em geral, e a qualquer delles em particular que ao tempo de meu fallecimento vivos forem queiraõ tomar cuidado, e carguo de meus filhos para olhar por elles, e ajudarlos em todo o que poderem segundo a rezaõ para ello os obrigua.

Item deixo por Compridor deste meu Testamento a Joaõ Memdes de Vascomcellos para que tenha cargo, e cuidado de fazer comprir todo o contheudo neste meu Testamento asy em o de minhas osequias, e obras pias como em todo o que tocar a descargo de minha alma, e conciencia por mym, e neste meu Testamento mandado para o qual lhe dou todo meu poder comprido segundo lhe posso dar, e outorguar de direito, e sobre ello descarreguo minha comciemcia, e emcarreguo a sua.

Item pesso ao Illustrissimo Rey de Portugal meu Senhor que acatam-

acatamdo o devido que eu com S. Alteza tenho aja por bem de fazer merce a D. Fernando meu filho mayor da merce que me fez em minha vida, e ſy por caſo a noſſo Senhor prouver de diſpor delle que a meſma merce faça ao que ſoceder em grado em o mayoraſguo da Caſa de Lemos para ſe criar e que S. Alteza aja comſideraçaõ ao ſuſo dito, e ao deſejo que ſempre tive de o ſervir.

Item leixo, e imſtituyo por meus huniverſales erdeiros em todos os outros meus bens movees, e raizees, e dinheiros a meus filhos D. Fernando, e D. Affonſo, e D. Pedro, e D. Lianor, e D. Izabel, e D. Coſtamça, e D. Micia, e D. Antonia, e ao filho, ou filha de que a dita D. Briatiz minha molher eſta prenhada, e diguo que ſe for filho, que ſe chame D. Fadrique de Caſtro, e ſe filha D. Tereja, e eſta dou, e outorgo por minha manda, e teſtamento ultima, e poſtrimeira vontade, e quero, e he minha vontade que eſta valha como minha manda, e como minha ultima, e poſtrimeira vontade, e ſenaõ valer como manda que valha como Codicilho, ou como milhor ouver lugar de direito, e revoco outros quaeſquer teſtamentos que aja feito antes de agora, e quero, e he minha vontade que valha eſte em a melhor via, e forma que ouver lugar de direito, e por major firmeza roguei a Frei Joaõ de Mures, Guardiaõ de S. Franciſco que o firmaſſe de dentro, e de fora. Outro ſi mando que porque eu nomeei em eſte meu teſtamento todos meus Criados, e Criadas, e alguns delles mandei o que me pareceo por o ſerviço que me am feito, e para ajuda de ſeus cazamentos, e a outros naõ vai ſenhalado o que lhes mando ſalvo em branco, quero, e he minha vontade, que meus Compridores deſcarreguem minha conciencia com os que naõ ey mandado nada, e lhes dem o que juſtamente merecerem por o ſerviço, que me am feito avida conſideraçaõ o tempo que me ſervem, e a callidade das ſuas peſſoas.

Suprico ao Illuſtriſſimo Rey D. Carlos meu Senhor que veja ha cedula da merce, que tenho doutro conto de reis de juro do Senhor Rey D. Felipe ſeu Pay, que ſanta gloria aja, e tenha por bem de mandar livrar a meus filhos, e filhas ſua Carta de privilejo para que lhe ſeja acudido com o dito comto de reis de juro, e lhe ſeja ſenhalado domde o ajaõ, e que mande S. A. pagar aos ditos meus filhos erdeiros o dito juro dos annos paſſados des o tempo que foi feita a dita merce com que ſe alimentem, e cazem.

Item mando, que meus Compridores paguem todas minhas dividas o mais preſto que poderem, e mando que iſto valha por a via ſuſo dita com a dita diſpoziçaõ que de ſuſo vaj expecificada. Fr. Joannes de Mures, Guardianus.

Em a Cidade de Ourenſe a vinte e cinco dias do mes de Abril anno do nacimento de Noſſo Senhor JESU Chriſto de mil e quinhentos e dezaſſeis annos peramte mjm o Notairo publico, e em prezença das teſtemunhas de ſuſo eſcriptas eſte dia, que foi dia de S. Marco demtro dos Paços, e Caſas de morada do Muy Illuſtre Senhor Dom Diniz de Portugal, eſtamdo ahi o dito Senhor Dom Diniz lançado em huma cama vendo-o, e conhecendo-o eu o dito eſcrivaõ, e as ditas

tas testemunhas, e estando cara a cara, e sem que ouvesse Cortina, paramento, nem outra couza que o estorvasse, nem empedisse loguo o dito Senhor D. Diniz estando em todo seu sizo, e entendimento natural, segundo que craramente constou, e pareceo tomou em suas mãos esta escriptura, e testamento em que ha quatro folhas e meja escritas de papel emteiro, e disse que este era seu testamento, ultima, e derradeira vontade, e que queria, e era sua vontade, que vallesse por sua manda, e testamento, e derradeira vontade, e que o outorgava, e queria que vallesse como testamento seu, e como sua derradeira vomtade, ou como melhor luguar ouvesse de direito, e que senaõ vallesse como testamento, vallesse como Codicilho, ou como melhor podese valer, e que revocava, e revocou outros quaesquer mandas, e testamentos, que antes de agora ouvesse feito, e queria que vallesse este, e naõ outro nenhum, e disse que era bem certo, e certificado das cousas nelle contheudas, e dos erdeiros, e legatarios, e executores, e testamentarios em elle contheudos, e porque estava emfermo, e mal de parelesia, em a maõ direita, e naõ podia firmar, que rogava, e rogou ao Reverendo Padre Fr. Joaõ de Mures, Guardiaõ de Saõ Francisco desta Cidade de Ourense, que estava presente que firmasse por Sua Senhoria em seu nome, e como testemunha, e rogou a D. Pedro de Soutomayor, e a Joaõ Lopes Pardo, e Alvaro Doca, e Sueyro Feyjoo, e a Rodrigo de Scobar, e a Goterre de Samdoval, e a Pedro Vaz de Pugua, e Ayres Correa Conigo de Ourense, que estavaõ presentes, que fossem testiguos de como outorgava, e outorgou este testamento, e o firmassem aqui de seus nomes por roguo do Senhor D. Diniz. Frater Joannes de Mures, Guardianus como testigo. D. Pedro de Soutomayor. Joaõ Lopes; Frei Joaõ de Mures Guardiaõ; Rodrigo de Scobar; Sueyro Feyjoo; Alvaro Doca; Ayres Correa Coniguo; Goterre de Sandoval; Pero Vaz de Pugua.

E eu Joaõ Gonçalves de Servela, escrivaõ, e Notario publico em a Igreja, Cidade, e Obispado de Ourense, hum dos oito Notarios publicos do numero da dita Cidade de Ourense, e audiencia, e contratos della por o Senhor Obispo, e Igreja deste luguar, eu com os ditos testiguos, que forom chamados, e rogados por o dito Senhor Dom Diniz ao outorgamento do dito testamento presente fui, e o outorgou ante mjm o dito Senhor D. Diniz, e segundo que neste dito auto se contem, e dou fee que fica em meu registro firmado dos ditos testiguos, assinado de meu sino outro tanto como aqui vai escripto, e emcorporado, e de roguo, e pedimento do dito Senhor D. Diniz o assinei de meu sino assy mesmo dou fee, que passou amtre mim a dita abertura, e pubricaçaõ do dito testamento segundo de suso se contem, e fica firmado dos ditos testiguos em o registro desta escriptura, e que reconheço ao dito Senhor D. Diniz, e aos ditos testiguos, e o fiz todo escrever em estas homze folhas de papel de prego emteiro com esta em que vai meu nome, e sino escripto, e puse ali meu nome, e sino acustumado em testemunho de verdade, que tal he.

Segue-

Segue-se ho Coudecilho.

Em a Cidade de Ourense a hoyto dias do mes de Mayo anno do Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e dezasseis annos este dia, que foi dia de S. Miguel ho Illustre, e manifico Senhor ho Senhor D. Deniz de Portugual nom revocando de seu testamento amtes corregemdoho, e emmendandoho por via de Coudecilho, e disse, que nomeava, e nomeou por seu Compridor, e executor do dito seu testamento ao Reverendo Senhor Afomso Guaguo Commendador de Paços . . . . ao qual deu poder para comprir, e executar ho dito seu testamento, e isto mandou por sua ultima vomtade, e rogou, e mandou ao Padre Fr. Joaõ de Mures Guoardiam de S. Francisco desta Cidade de Ourense ho firmasse por elle de seu nome de que foraõ testemunhas ho manifico Senhor Dioguo Furtado de Mendoça Guovernador deste Regno de Gualiza, e Pero Vaaz de Pugua, e o Lecenceado Sancto Dominguo, e ho Bacharel Sousa, e Tapya, e Escobar, e Soutello Criados de Sua Senhoria Frater Joannes de Mures Gardianus. E eu Joham Guomçalves della cervella escrivaaõ, e notayro publico em a Igreja, e Cidade, e Bispado de Ourense huum dos oito notayros do numero da dita Cidade pello Senhor Bispo por a Igreja deste luguar em huũ, e com os ditos testiguos fui prezemte ao outorguamento deste dito Coudecilho, e ao qual quedoo por ho dito Senhor Dom Deniz do qual dou fee que conheço, e por vista de Sua Senhoria fiz, e o firmou ho dito Padre Frey Joham de Mures Guoardiaõ, e fiz escrever por isso puz aqui este meu nome, e sinal acostumados, e em testemunho de verdade, que tal he.

Joham Guonçalves.

Seguesse ho termo da titoria da Senhora D. Britiz dada por Titor de seus filhos e filhas do Senhor D. Diniz que sancta gloria haja.

Em a Cidade de Ourense a quatorze dias do mes de Mayo anno do nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de mil e quinhentos e dezasseis annos em prezença de mjm escrivaaõ, e testemunhas de suso escritas estando em as cazas do apozentamento da muy Illustre Senhora D. Briatiz de Castro, molher, que foi, e ficou do mui Illustre Senhor D. Deniz de Portugal, que sancta gloria aja, e sendo hi prezente ho Senhor Bacharel Aparicio de Muñoz Juiz hordinairo em a dita Cidade, pareceo hy a dita Senhora D. Briatiz de Castro, e disse, que por quanto a sua noticia era vindo, que ho dito Senhor D. Diniz em seu testamento, e final dispoziçam a leixara por Tutriz de seus filhos, e do dito Senhor D. Deniz que houveram duramte ho matrimonio amtre elles seguumdo que constava por huuã clausolla do dito testamento ho theor da qual abaixo sera posta, que passou amte mjm ho dito escrivaõ porque Sua Senhoria dezejava,

va, e queria comprir em todo a vomtade do dito Senhor D. Deniz, que ella avia aceptado, e acceptava ha dita tutella como Madre dos ditos seus filhos pera fazer nella ho que de direito devesse, e fosse hobrigada, porem que pedia, e pedio ao dito Senhor Juiz que lhe fizesse fazer as solenidades que de direito se requeriam, e que ella estava prestes, e aparelhada de as fazer, e loguo ho dito Senhor Juiz disse que ouvia, e que estava prestes, e aparelhado de fazer ho que do direito devesse, e disse ha a dita Senhora Donna Briatiz de Castro que renunciasse ho Valeriano, e as secundas nuncias, e fizesse ho que o direito em tal cazo despunha, e logo a dita Senhora Donna Briatiz disse, que era contente, e que lhe aprazia, e que prometia, e prometeo, e se obrigava, e obrigou de nom se cazar a segunda vez, sem que primeiramente pedisse Titor, ou Curador pera os ditos seus filhos segundo a callidade de suas pessoas, e assi mesmo disse que hobriguava, e obrigou com sua pessoa, e bees moveis, e de raiz avidos, e por aver de dar boa comta com pagua aos ditos seus filhos da dita administraçaõ, e tutella vindo ho tempo de o prover, e para este effeito semdo certa, e certificada por mjm ho dito escrivaaõ do fauvor, e ajuda que as leys dos Emperadores Valyano, e Justilliano, e a costytuiçam nova dada as molheres pera que nom se possam hobriguar por outros, e pera que os contrauctos, e auctos que ella fizer sejam valiozos, e firmes, e disse que has renunciava, e renunciou por a forma que em ellas se comtinha, e loguo em presemça de mim ho dito escrivaaõ jurou a Deos em forma de verdade, e de direito sobre huum sygnal de Cruz em que pos sua maaõ, que bem, e fielmente huzaria da dita tutella, e faria inventario bom, e verdadeiro, e faria todas aquellas couzas, que boa Tutriz deve, e he obriguada a fazer, ho qual visto pello dito Senhor Juiz disse que fazemdo a dita Senhora D. Briatiz ho dito Inventayro dava, e deu poder a Sua Senhoria pera huzar da dita tutella, e pera fazer todas aquellas couzas, que de direito pode, e deve de fazer comforme a vomtade do dito Senhor Dom Deniz, que sancta gloria aja, naõ emademdo, nem tiramdo em ella cousa alguũa, e dava, e deu poder pera a fazer, e costituyr Procuradores, e Douctores assi pera os negocios, como pera os preitos, e pera isso interpunha, e interpos sua auctoridade, e decreto judicial tamto quanto podia, e com direito devia, e a dita Senhora D. Briatiz firmou todo ho sobredito no registo, e o dito Senhor Juiz o mesmo pera validaçaõ de todo esto; testemunhas que foram prezentes chamadas, e roguadas ho Venerable Jacome de Rey, e Febus Rodrigues Coneguo de Ourense, e o Lecenciado Sancto Dominguo, e Antonio moço desporas de Sua Senhoria, = D. Briatriz de Castro, = ho Bacharel Muños. E eu Joaõ Gonçalves da Cervella escrivaaõ, e notayro publico em a Cidade, e Bispado de Ourense huũ dos oito notairos publicos do numero da dita Cidade de Ourense audiencias, e comtrauctos della por ho Senhor Bispo, e por a Igreja deste lugar em huũ com as ditas testemunhas fui prezente a todo o que dito he, e que esta escriptura, e Carta de tutella, se comtem dou fee que conheço os ditos Senhores

Dona Briatiz de Castro, e o Bacharel Muños Juiz, que a firmarom de seus nomes em ho registo desta escritura, e carta de que outro tamto fica assinado em ho registo deste, e de mim ho dito notayro, e a fiz aqui escrepver bem, e fielmente, e por isso pûs aqui este meu nome, e synal acostumados em testemunho de verdade, que tal he.

Carta delRey D. Filippe II. em que confirma a D. Sancho de Noronha, Conde de Odemira. Outra delRey D. Affonso V. em que fez merce a D. Affonso, filho do Duque de Bragança, da Alcaidaria, Cadea, e rendas da Villa de Estremoz, e seu Termo, e das terras de Riba de Vouga, a saber: Julgado Deixo, Oees, Paos, e Vilarinho, com todos os outros Lugares, e Reguengos, como trazia o Conde de Guimaraens, com todos seus direitos, e jurisdicçaõ. Está na Torre do Tombo, na Chancellaria do dito Rey, do anno 1596, pag. 128.

Num. 7.
An. 1465.

DOm Phellippe, &c. a quantos esta minha Carta de comfirmaçaõ virem faço saber que por parte de D. Sancho de noronha conde dodemira, filho do Conde dom Afonso de noronha que Deos perdoe me foi aprezentado huã Carta delRey D. Afonso quinto que santa gloria aja, que se tirou da torre do tombo por minha provizaõ da qual o treslado he o seguinte. Dom Afonso, &c. a quantos esta Carta virem fazemos saber que por dom Afonso meu muito amado sobrinho nos foi mostrada huã doaçaõ do Duque de Braguança seu padre, e asinada de sinco sinais e asellada com sinco sellos da qual o theor tal he. Dom fernando, neto delRey D. Joaõ cuja alma Deos aja Duque de Braguança marques de Villa-Viçoza, Conde de Barcelos, de ourem, e de Arrayolos, e Conde de neyva, Senhor de monforte, e de Penafiel, juntamente com a Duqueza donna Joanna de Castro minha muito prezada e amada molher, e dom fernando Conde de guimarains meu muito amado filho primogenito, e herdeiro sendo elle solteiro sem filho, e filha; e dom Joaõ meu muito amado filho; faço pura, e inrrevoguavel doaçaõ antre vivos valedoura deste dia para todo sempre a D. Afonso meu muito amado filho a esto prezente e aceitante, e a todos seus descendentes lidimos e leigos, da Alcaidaria e cadea, e rendas que eu tenho da Villa de estremos, e em seu termo asy como me foraõ dadas pelo Condestable meu avo, e as eu possui, e com todolos privilegios e liberdades que as eu tenho, e com poder de porem ahy alcaide piqueno Almoxarife, ou escrivaõ os quaes uzem dos officios e jurdiçaõ como sempre uzaraõ em tempo do Condestable meu avo, e no meu, e as appellaçoẽs e agravos dante o dito Almoxarife venhaõ por ante o dito D. Afonso, ou por ante aquelle que seu luguar tiver, e di por ante os Dezembarguadores do Senhor . . . . como sempre foi costume, e isso mesmo das minhas terras de riba de Vougua, s. dos Julgados

gados Deixo e Oees, e Paos, e Villarinho com todolos outros luguares, e Reguemguos, que hy tenho, asy como as hora de mim tras o Conde de Guimarãis com todos seus termos, e rendas, e direitos, foros, e tributos, jurdiçaõ civel, e crime, mero, mixto imperio, e padroados de Igrejas que eu nas ditas terras hey, e de direito aver, e com poder de poer tabaliãis, das quaes terras, e rendas elle possa tomar posse corporal real, e actual e as pessoir e continuar sem outra authoridade minha nem de justiça, e isto lhe faço por elle ser em idade, e dispoziçaõ para ello, e por bem, e grandemente e como homem de seu estado, e daquelles donde descende poder, e servir elRey meu Senhor, e o principe seu filho, e a seus successores; a qual doaçaõ lhe faço, com condiçaõ que as ditas couzas que lhe asy dou numca possaõ ser partidas nem emlheadas em outra parte nem se apenhem sem descontar, e isso mesmo que falecendo o dito D. Afonso sem filhos ou filhas, ou descendentes lidimos, e leigos, que entaõ se tornem as ditas cousas aquelle que for Duque de Bragança e com esta declaraçaõ, que falecendo o dito dom Afonso sem filhos ou filhas, ou descendentes lidimos, e leigos como dito he em minha vida, o que Deos nom mande que as terras de Riba de Vougua se tornem ao dito dom fernando Conde de Guimarãis meu muito amado filho, e as aya asy, e pela maneira que as outras couzas de que lhe agora faço doaçaõ, e a alcaidaria e rendas de estremos se tornem a mim; e tambem que dipois por tempo falecendo todos os que do dito D. Afonso descenderem que estas couzas haõ de herdar que todo inteiramente se torne aquelle que for Duque de Braguança, e isso mesmo que aqueecendo o que Deos naõ mande, que o que a dita successaõ tever a perca por algum cazo, que ella otorsy torne logo ao outro seguinte em grao que as ditas couzas herdaria, se o possuidor naturalmente falecesse, e esta doaçaõ lhe faço sem embargo de quaesquer leys e direitos civeis, e canonicos, grosas e opinioẽs de Doctores, e ordenaçoẽs do Reyno, que em contrario seyaõ, e peço por merce a elRey meu Senhor que asy o queira comfirmar, e por certidaõ dello mandei dar esta minha Carta ao dito D. Afonso de doaçaõ asinada por mim, e pela dita Duqueza minha mulher, e pelos ditos meus filhos e asellada dos nossos sellos, e tambem asinada pela dita D. Izabel, mulher do dito D. Joaõ meu filho, e asellada do seu sello; dante em Villa-Viçoza dous dias do mez de Janeiro, o Bacharel a fez anno de nosso Senhor Jezu Christo de mil e quatrocentos e sesenta e sinco annos. Ainda que esta declaraçaõ naõ fosse necessaria, porem por tirar duvidas que poderiaõ sobrevir as rendas de estremos, se entendem reguemguos de paõ, e vinho, azeite, e asenhas, e reguemguos de ortas, e foros, e tributos dos Judeus, e mouros, e tabaliaẽs, e portagem, e geralmente todallas outras rendas que hi hey. Pedindonos o dito Dom Afonso que lha confirmassemos nom somente por ella ser tal que excede a cantidade do direito, e deve ser insinuada, mas ainda por ser de couzas da Coroa do Reyno, que sem nosso expresso consentimento, e comfirmaçaõ se naõ podia fazer que por direito vallesse, e nos

 vendo

vendo seu requerimento conhecendo seus muitos e estremados serviços que delle recebemos e esperamos ao diante e grandemente receber, e esguardando isso mesmo o devido tam cheguado que comnosco tem a nos praz, e por tirarmos duvidas que se recrecer poderiaõ destas palavras em esta doaçaõ postas. S. e pera todos seus descendentes lidimos, e leiguos, conformandonos com a vontade do dito Duque, em este modo, que o filho major Baraõ lidimo e leiguo, a sua morte succeda toda esta herança *in solido*, e asy dehy em diante todos seus descendentes, e quando hy naõ ouver Baraõ dos descendentes do dito D. Afonso, que venha por Baroẽs, succeda o Baraõ mais velho que venha de femea a mais velha, e sessando todollos Baroẽs, como dito he antaõ venha à femea mais velha, e leigua que descenda de Baraõ se ahy o ouver, e naõ o avendo hy que descenda de Baraõ, venha a mais velha que descenda de femea asy que quando ahy naõ ouver Baroẽs nem femeas descendentes do dito D. Afonso, entaõ se torne esta successaõ a dita Caza de Bragança, e porem de nossa certa sciencia, e poder absoluto com esta declaraçaõ comfirmamos, e aprovamos, e louvamos, e reteficamos a dita doaçaõ como em ella he contheudo, e nossa authoridade Real em ella entrepoemos, e queremos, e mandamos que valha, e seija firme para sempre, suprindo em ella todo o defeito de solemnidade que o direito requere para valer, e mais firme ser, nom embarguante o direito Canonico, e Civel, grosas, e opinioẽs dos dotores, façanhas, e leys de Espanha e Ordenaçoẽs do Reyno que em contrario seijaõ nom embarguante a ley mental, que diz, que terras da Coroa do Reyno nõ venhaõ a femeas, a qual em este cazo nos praz expressamente derroguar, os quaes direitos todos aqui avemos por expressamente nomeados, e nomeando-os expressamente revoguados, e cassados, irritados, anullados, e aniquilados, posto que taes seijaõ que em sy tenhaõ clauzulas derroguatorias aos futuros rescriptos, ou taes seijaõ de que se deveria de *verbo ad verbum* fazer expressa mençaõ porque nossa merce, e vontade he, de os aver aqui todos por expressos, e as clauzulas delles, e os aniquilar, anullar, cassar, irritar, e derroguar, em quanto a essa doaçaõ, e nossa comfirmaçaõ embarguaõ, a naõ valer, ou a menos valer, em parte, ou em todo, porque assy he nossa merce e vontade e porem mandamos dar ao dito D. Afonso nosso bem amado sobrinho esta nossa Carta de doaçaõ e comfirmaçaõ, asinada por nos, e asellada de nosso sello; dada em Estremos a sete dias do mes de Janeiro. Dioguo Lopes a fez anno de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos sesenta e sinco annos. Pedindome o dito Conde de Odemira D. Sancho de noronha por merce, que por quanto elle era o filho Baraõ unico que ficara por falecimento do Conde D. Afonso seu pai que Deos perdoe que herdara, e succedera sua caza, e titulo, e lhe pertenciaõ os lugares, Deixo, Requeixo, Paos, e Oeẽs contheudos na Carta delRey D. Afonso quinto nesta tresladada por bem da sentença que se deu na demanda que o Conde D. Sancho seu avo trouxe com Alvaro de Souza, e com o procurador de minha Coroa, sobre os ditos luguares, porque foi julgado pertencerem ao di-

to

to Conde seu avo, e a seus descendentes os lugares Deixo, e Requeixo, Paos, e Oeẽs despois das mortes do dito Alvoro de Souza, e Diogo Lopes de Souza seu filho como mais largamente constava da dita sentença que me prezentou, ouvesse por bem de lhe mandar em nome delle Conde passar Carta dos ditos luguares por quanto a naõ tiveraõ os ditos Condes D. Sancho, e D. Afonso seu pai, e avo, por falecerem primeiro que o dito Diogo Lopes de Souza, por cuja morte ouveraõ de succeder os ditos luguares comforme a dita sentença, por bem da qual estava elle Conde ja em posse delles, comforme a huã provizaõ do Senhor Rey D. Henrrique meu tio que santa gloria aja, porque ouve por bem que a Condeça donna Villante de Castro, sua mãj podesse tomar posse dos ditos luguares como tutora e administradora que hera delle Conde seu filho menor, tanto que vaguasse por morte do dito Dioguo Lopes de Souza, e visto seu requerimento, e a carta nesta tresladada papeis e a dita sentença que com ella me prezentou porque se mostra pertencerem os ditos luguares Deixo, e Requeixo, Paos, e Oeẽs a elle Conde D. Sancho de noronha, e aver de succeder nelles por morte do dito Dioguo Lopes de Souza por bem da dita sentença comforme a qual e a dita provizaõ do Senhor Rey D. Henrrique, esta ja em posse delles, tenho por bem, e lhe comfirmo a dita Carta nesta tresladada, e hey por comfirmada e mando que se cumpra e guarde a elle Conde, e a seus descendentes, asy, e da maneira que nella e na dita sentença se conthem; e por firmeza de todo lhe mandei dar esta minha Carta por mim asinada, e sellada com meu sello de chumbo pendente, dada na Cidade de Lisboa aos oito dias do mez de março, Duarte Caldeira a fez anno do nacimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil e quinhentos e noventa e seis annos.

Contrato do casamento de D. Affonso, filho do Duque de Bragança, com D. Maria sua mulher. Está no Archivo Real da Torre do Tombo, liv. 3. dos Mysticos, pag. 35, donde o copiey.

Num. 8.
An. 1465.

DOm Affonso, &c. a quantos esta carta de confirmaçaõ virem fazemos saber que por D. Affonso meu muito amado sobrinho nos foi mostrado hum estormento de contrauto de cazamento dantre o Conde de Odemira noso muito amado primo e ele de qual o theor tal he. Em nome de Deos amen saibaõ quantos este estormento de dote arras e cazamento virem que no anno do nacimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos sesenta e cinco, des dias do mes de Junho em a Villa de Odemira nos Paços do muito honrado D. Sancho de Noronha Conde da dita Villa de Odemira Senhor de Aveyro, e a honrrada Senhora Condessa D. Mecia de Souza sua mulher e D. Maria sua filha e estando hi outro si de prezente o muito honrrado Senhor D. Affonso filho do muito honrrado Senhor D. Fernando

nando neto de ElRey D. Joaõ cuja alma Deos haja Duque de Bargança Marques de Villa-Viçoza Conde de Barcellos e Ourem, e Darayolos, Conde de Neiva, Senhor de Monforte e de Penhafiel, e da muito honrada Senhora Duqueza D. Joanna de Castro e em prezença de mi Tabaliom e testemunhas ao diante escritas pera esto especialmente chamadas e rogadas, o dito Conde e Condessa disserom que asi era verdade que per authoridade e consentimento delRey seu Senhor eles tinhaõ contrautado firmado e acertado cazamento antre sua filha D. Maria que prezente estava com o dito Senhor D. Affonso que outro si prezente estava com certas clauzulas e condiçoens, em que eraõ acordados sobre o dote e arras, as quaes eraõ estas que ao diante seguem. Primeiramente ele dito Conde da em dote em nome de dote a dita sua filha com o dito D. Affonso estas couzas que ao diante seguem. Primeiramente a dita Villa de Odemira e a Villa de Aveyro e a Villa do Vimeiro, e o Castello delvas com o reguengo, e o Castello de Extremos, e todalas outras couzas que ele da Croa do Regno tem, asi e taõ compridamente como as ele tem e tras delRey e em suas Cartas que elo do dito Senhor tem he contheudo, rezalvando ele dito Conde o uzofruito das ditas terras, e da jurdiçaõ para si em toda sua vida. Item diseram mais o dito Conde e Condessa que davaõ em dote e cazamento e em nome de dote a dita sua filha D. Maria com o dito D. Affonso a sua terra de mortaagua, que ele ove em cazamento com a dita Condessa com este entendimento e condiçom, que elles ajaõ em toda sua vida o uzofruito da dita terra, e da jurdiçom, e acontecendo que ele dito Conde faleça desta vida primeiro que a dita Condessa a dita Condessa avera o uzofruito da dita terra jurdiçom em toda sua vida e per seu falecimento fique despachadamente a dita D. Maria sua filha. Item mais dise o dito Conde que dava em dote e em nome de dote a dita sua filha com o dito D. Affonso noventa e sete mil cento e quarenta e dous reis que ele ha de asentamento de elRey meu Senhor os quaes lhe apras, que a dita D. Maria sua filha logo aja deste primeiro dia de Janeiro que de vir ha em diante segundo os o dito Conde per suas Cartas avia e ja a dita sua filha per sua Carta tem outorgada, e pede a ElRey por merce que os tire logo dele e os ponha no dito D. Affonso e sua filha pera soportamento dos carregos do cazamento. E por quanto ele dito Conde tem consentimento do Senhor Rey, de poder dar estas couzas a dita sua filha, pede ao dito Senhor que asi as queira confirmar como aqui he contheudo rezervando sempre para si o uzofruito de todas estas couzas como em sima se contem. Dizendo logo o dito D. Affonso que aceptava as ditas couzas em dote e em nome de dote como dito he e prometia de dar, e dava a dita D. Maria que prezente estava des mil dobras douro Castelhanas ou seu intrinseco commum e direito balor, como ao tempo das pagas valerem, e nom correntes nem pagadas pela valia e ordenaçaõ que sobre elo despoem e fala a qual ordenaçom lhe praz que em tal cazo nom aja lugar nem outra qualquer, que contra esto faça, mas toda via lhe praz, que se paguem no preço que comummente valerem, e se por elas poderia

achar

achar ao tempo das pagas, e esto com esta condiçom que falecendo ela primeiro que ele postumeiro, ficando filhos de antre ambos e nom aja arras alguas, e falecendo ele primeiro que ela, sem dela aver filho ou filha ela aja enteiramente as ditas dez mil dobras, e acontecendose que aja filhos de antre ambos e ao tempo do finamento dele os hi no aja, ou despois de sua morte faleçom primeiro que a dita sua madre, estando ela em sua honrra e nom cazando em quanto asi crear e mantiver, e governar os ditos seus filhos ou filhas que falecendo eles primeiro que ela, aja toda via as ditas dez mil dobras darras pelo modo suso dito, e cazando ela, em vivendo os ditos seus filhos e filhas, posto que depois faleçom ante de sua morte dela, ela perca as ditas arras, e nom as possa mais aver, e as ditas terras bens fiquem izentamente aos que de direito pertencerem, pelas quaes dez mil dobras ele expresamente, e especialmente hipotica, e apenha as rendas Destremos e terras Deixo Requeixo Paaos, e Oeẽs, e todalas outras terras que ele do Senhor dito seu padre ouve, e asi os bens que ouve do Senhor D. Joaõ seu Irmaõ, em a dita Villa Destremos e fora dela as quaes couzas jurdiçom e rendas dellas ele quer e outorga, que a dita D. Maria tenha e aja athe ser entregue paga e satisfeita das ditas des mil dobras, ou de seu intrinseco e justo valor como dito he, e esto descontando as rendas das ditas couzas da copia e justa valia das ditas des mil dobras, pedindo ao Senhor Rey por merce que asim o queira confirmar e outorgar, que as ditas terras e rendas sejaõ apenhadas pelas ditas dez mil dobras, e porque de todo esto lhes asi prazia, mandaraõ os ditos Senhores ser feitos cenhos estromentos ambos de hum theor e este he do dito Senhor D. Affonso e eu Luis Gonçalves pruvico Tabaliam de ElRey meu Senhor na sua Cidade de Silves, que por sua authoridade e mandado especial a mi por ora elo outrogado para esta escriptura poder fazer em a dita Villa de Odemira segundo em seu asinado mais compridamente he contheudo cujo o theor he este que se segue. Nos ElRey por este alvara damos licença a Luis Gonçalves Tabaliam por nos em a Cidade de Silves que ele posa vir fazer a Villa de Odemira huã escriptura que pertence ser feita antre D. Affonso nosso muito amado sobrinho e o Conde de Odemira nosso muito amado Primo a qual escriptura asentara em seu livro das notas, e sera valioza como se feita fosse por qualquer outro Tabaliam, a que pertensese aver de fazer e esto sem embargo de quaesquer nossas defezas ordenaçoens feita em contrario desto, e porem mandamos a todolos nossos Corregedores Juizes e Justiças, a que o conhecimento desto pertencer, que sobre elo nom ponhaõ nem consentaõ, sobre ello poer alguã duvida ou embargo, feito em Portalegre vinte dias de Mayo Affonso Garces o fez anno de mil e quatrocentos e sessenta e cinco. Esto escrevio, testemunhas Affonso de Miranda do Conselho de ElRey, e Nuno de Barbuda Escrivaõ dos maravedis do dito Senhor, e Affonso da Costa Alcayde de Lagos, e Vicente Simoens Contador de Beja, e Alvaro Mendes Ouvidor em o Regno do Algarve, e Fernaõ de Lemos Escudeiro do dito Senhor D. Affonso e outros. E eu sobredito

bredito Luis Gonçalves Tabaliaõ, que per poder da dita authoridade eſte eſtromento eſcrevi e aqui meu ſinal fiz que tal he. Pedindonos por merce o dito D. Affonſo da parte do dito Conde e ſua, que confirmaſemos e aprovaſemos o dito contrauto antepoendo em ele noſſa autoridade Real e viſto por nos o dito eſtromento de contrauto e cazamento, e entendido todo, e cada huã particula em elo conteudo, e vendo o que nos aſi envia pedir o dito Conde, e pedia o dito D. Affonſo avendoo por ſerviço de Deos e noſſo, o dito cazamento ſer acertado e feito querendolhes fazer graça e merce de noſſa certa ſciencia e poder abſoluto, aprovamos louvamos, ratificamos, e confirmamos o dito contrauto e noſſa autoridade Real, em ele antrepoemos, que valha e ſeja firme, aſim e taõ compridamente como em ele he conteudo aſim queremos e mandamos, que valha e ſe cumpra em todo, e por todo ſem nehũ falecimento ſuprindo em ele todo o defeito, e mingoa que em ele aja, aſim de feito como de direito porque noſſa merce e vontade he inteiramente ſer comprido e guardado, como ſe nele contem, ſem embargo de quaeſquer Leys, e Ordenaçoens, que em contrairo ſejaõ, em todo o em parte, as quaes de noſſo poder abſoluto, quanto he a eſte contrauto e clauſulas delle, revogamos, derogamos, caſſamos, e anhilamos, e tolhemos em todo e queremos e mandamos, que nom valhaõ contra ele, nem ajaõ nenhum efeito, antes queremos que ſeja firme e valiozo, ſem mingoa e desfalecimento algum, e vindo cazo que o dito apenhamento aja lugar, nom queremos que peſſoa alguã ſeja recibida a dizer que eſtes bens, ou alguns delles, aſim apinhados ſaõ da Croa do Regno, vindo a nos, ou algum outro por noſſo otorgamento, para aſi nom poderem ficar obrigados, por quanto nos de noſſa certa ſciencia, e poder abſoluto queremos, que valha e ſeja firme o dito apinhamento, no modo e maneira que neſte contrauto a nos aqui aprezentado, he contheudo, e encomendamos a todos noſſos herdeiros e ſuceſſores, que aſi cumpraõ e façom guardar todo como em o dito contrauto ſe contem, e per nos he confirmado, e aprovado, e aqueles que o comprirem ajaõ a bençaõ de Deos, e noſſa, e Deos dee graça aos ſeus ſuceſſores, que cumpraõ o que eles ordenarem, e por firmidoẽ dello mandamos dar eſta noſſa carta de confirmaçom ao dito D. Affonſo dada em a noſſa Villa de Portalegre a quinze dias de Junho Alvaro Lopes a fez anno do nacimento de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto de mil quatrocentos e ſeſenta e cinco annos.

A D. Affonſo. Carta, porque foy feito Conde da Villa de Faraõ, com doaçaõ da dita Villa, e do Caſtello, e menagem della, com todas ſuas rendas, e direitos. Eſtá no liv. 2. dos Myſticos, pag. 40.

Num. 9. An. 1469.

DOm Affonſo, &c. A quantos eſta noſſa Carta virem fazemos ſaber que nos vendo e concirando os muitos e grandes ſerviços que nos e noſſos Regnos havemos recebidos de Dom Affonſo meu muito

muito amado sobrinho e aos que ao diante esperamos delle receber e querendolhes galardoar como a nos cabe por seus grandes merecimentos e por o grande amor e divido que com elle temos de nosso moto proprio certa sciencia poder absoluto querendolhe fazer graça e merce com prazer e requerimento do Princepe nosso sobre todos muito prezado e amado filho. Temos por bem e fazemollo Conde da nossa Villa de Faram e lhe fazemos pura e inrevogavel doaçam antre os vivos valledoira em todollos dias de sua vida da dita nossa Villa de Faram e do Castello e da menagem della com todas suas rendas direitos foros censos emprazamentos tributos Padroados de Igrejas que a nos e aos Reys que ante nos foraõ em a dita Villa pertençaõ ou pertencer podem e com todallas pençoes frutos novos portagens passagens açougagens e outras quaesquer rendas bens e couzas que na dita Villa havemos posto que aqui nomeadas naõ sejaõ e se para nos recadaõ e a nos e a nossa Coroa Real pertencem de qualquer maneira e callidade que seja e de direito devemos daver todo damos ao dito Dom Affonso com todas suas entradas e sahidas e pertenças valles montes fontes marinhas que a nos pertencem campos termos lemites matos soutos rotos e por romper recios passigos montados ribeiros rios e pescarias delles e com todallas outras rendas direitos corporaes temporaes reaes reguengos Taballiados pençoes delles e com toda a jurdiçaõ da dita Villa Civel e Crime mero mixto Imperio resalvando pera nos Correiçaõ e alçada e que elle possa tirar e poer todollos officiaes da dita Villa e termo assi os que pertencem a justiça como os outros que pertencem as rendas e direitos Reaes da dita Villa. Outro sy queremos que o dito Dom Affonso possa poer Taballiaes na dita Villa assy publicos como judiciaes quaesquer que se vagarem ou os possa de novo poer ou remover quando quer que lhe bem parecer os quaes Taballiaes queremos que se chamem por elle e em seu nome façaõ todalas escrituras que a seus officios pertencerem naõ embargando a ordenaçaõ e queremos que o dito Dom Affonso se possa chamar Conde da dita Villa e por esta nossa Carta lhe damos poder e lugar que elle possa tomar por sy ou per outrem a posse autual corporal Civel e asy posse da dita Villa e seu termo e da jurdiçaõ e senhorio della e mandamos ao Alcayde do Castello da dita Villa que receba ao dito Dom Affonso no dito Castello e lhe faça logo a menagem por elle como a nos tem feito e tambem mandamos a todollos Cavalleiros fidalgos Regedores officiaes, amenistradores da dita Villa e aos escudeiros e povo della e seu termo recebaõ o dito Dom Affonso por Senhor em todollos dias de sua vida e lhe façaõ seu e o recebaõ por Senhor e Conde della sem outra contradiçaõ alguma por quanto assy he nossa merce nam embargante os direitos Canonicos Cives ordenações do Regno façanhas grosas opinioens de Doutores que em contrairo desto fallem e que embarguem a esta doaçaõ nam valler ou a menos valler que nossa merce e vontade he ser firme valledoura em vida do dito Dom Affonso como em sima dito he assy em nosso tempo como de nossos socessores que despoz nos vierem aos quaes rogamos e emcomendamos que o cumpraõ e guar-

dem como nella he contheudo e naõ vaõ contra ella em maneira alguma que seja e mandamos ao Contador do nosso Regno do Algarve e ao nosso Almoxarife da dita Villa e ao escrivaõ do dito officio e aos que depoz elles vierem per nossos Contadores Almoxarifes escrivaes que leixem ao dito Dom Affonso haver e pera sy recadar todas as ditas rendas e direitos foros tributos da dita Villa e termo que nos em ella havemos e nos de direito pertençaõ porque nossa merce e vontade he em toda sua vida lhe fazemos merce da dita Villa e Castello e menagem della e todallas couzas e rendas que a nos e a nossa Coroa Real pertencem como em sima faz mençaõ com todollos privilegios costumes e liberdades que nos sempre pessuimos e de direito devemos pessuir resalvando somente pera nos as sizas geraes panos e vinhos e dizima nova do pescado e das couzas que per mar vierem aa dita Villa de fora de nossos Regnos e rezalvando outro sy alguas das sobreditas rendas que ja tinhamos dadas a alguas pessoas per nossas Cartas ante da dada desta nossa Carta porque lhas naõ entendemos de tirar as quaes pessoas queremos que naõ façaõ das ditas rendas escambo nem venda nem trato algum senaõ com o dito Dom Affonso e vagando as ditas rendas em vida do dito Dom Affonso por qualquer modo e maneira que seja entaõ nos pras que elle as haja per o modo e maneira suso dita e quando as assy houver lhe mandaremos descontar outro tanto em cada hum anno de seu assentamento quanto renderem as ditas rendas que assy dadas temos e em testimunho desto lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada per nos e per o dito Princepe meu filho assellada do nosso sello de chumbo per a qual mandamos ao dito nosso Almoxarife escrivaõ que a façaõ registar em seu livro para se saber como esta outorgado ao dito Dom Affonso e elle tenha esta para sua guarda. Dada em a nossa sempre leal Cidade de Lisboa vinte dous dias de Mayo Pedro Lourenço escrivaõ da fazenda do dito Senhor a fez anno de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos sessenta e nove.

Carta do assentamento do Conde de Faram. Está no Cartorio da Casa de Bragança, donde a tirey.

Num. 10.
An. 1469.

DOm Afonso por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves Senhor de Cepta e dalcacere em Africa. A quantos esta nosa Carta virem fazemos saber que avendo nos respeito aos muitos servisos que temos recebido de Dom Afonso Conde de Faram meu muito amado sobrinho e querendolhos gualardoar em algua parte como a nos cabe temos por bem e queremos que elle tenha e aja de nos desde Janeiro que ora passou, de quatrocentos sesenta e nove em diante em cada hum anno de seu asentamento quatrocentos mil reis brancos duzentos e quarenta e dous mil e oitocentos cinquoenta e oito reis, que dantes avia e cento cinquoenta e sete mil cento quarenta e dous reis, que lhe ora des o dito em diante acrecentamos os quaes quatrocentos mil reis lhe seraõ asentados em os livros de nossa fazenda

da

da donde lhe em cada hum anno ſeja dado carta delles para lugar onde lhe ſejam bem pagos e em teſtemunho dello lhe damos eſta noſſa Carta por nos a ſinada e ſelada do noſſo ſello pendente dada em a mui nobre e ſempre leal Cidade de Lisboa a dezouto dias de Junho Gonçalo Rodrigues a fez anno do nacimento de Noſſo Senhor Jeſus Chriſto de 1469.

Outra.

NOs ElRey fazemos ſaber a quantos eſte noſſo Alvara virem que a nos praz, que ao Conde de Faram meu muito amado ſobrinho ſejaõ aſſentados em Lixboa ſempre em cada hum anno quatrocentos mil reis de ſeu aſſentamento naquelles lugares onde os elle atee ora ouve; e porem mandamos aos Veadores de noſſa fazenda que aſy o cumpraõ, e goardem ſem outro embargo que a ello ponhaõ, porque aſy he noſſa merce feita em Evora a doze dias do mes dabril Rodrigo añes o fez anno de noſſo Senhor Jeſu Chriſto de mil e quatrocentos e ſetenta e ſinco.

Bulla do Papa Paulo II. porque relaxou o juramento a ElRey D. Affonſo V. para haver de dar Faro ao Senhor D. Affonſo, filho do Duque de Bragança D. Fernando I. Original eſtá no Archivo da dita Caſa, aonde a copiey.

Num. 11.
An. 1471.

PAulus Epiſcopus Servus Servorum Dei. Cariſſimo in Chriſto filio noſtro Alfonſo Regi Portugalliæ Illuſtri; ſalutem, & apoſtolicam benedictionem. Petiſti à nobis per litteras tuas alias, & nunc etiam inſtantius Regia tua Majeſtas petit, ut abſolutionem juramenti cujuſdam, quod Opidanis de Faron in privilegio inſertum feceras tibi concedemus, in quo ſub hac verborum forma, videlicet juramus, & promittimus ſub noſtra Regia fide illis pollicebaris, ſola tua mera liberalitate inductus, vel temporis conditione ſuadente ne unquam dominium illius Opidi alicui dares, quod cum nunc dilecto filio Alfonſo Nepoti tuo Comiti ejuſdem loci, filio Ducis Bargantiæ, propter magnas, ut ais, & legitimas cauſas dederis, conſcientiæ ſcrupulo movebaris; Nos itaque cum ex tuis litteris ſepe numero intellegerimus ſtrictiſſimum ſanguinis vinculum, quo tibi dictus Alfonſus Comes de Faron conjunctus eſt, ſciamuſque Majeſtatem tuam pro Magiſtratu de Avis, magna in Regno tuo dignitate in ejus favorem ſepe, & multum nobis ſupplicaſſe, & te hoc illi Opidum, & inſignia Comitatus in recompenſam quandam non adepti illius Magiſtratus, ut aſſeris ejus vita durante, donaviſſe, cujus etiam poſſeſſionem tuis juſſis conſequutus eſt, quam firmam eſſe, & nunquam retrocedere bono exemplo omnium ſubditorum tuorum, & quieti, ac compoſitæ tranquilitati tuorum Regnorum convenit, inducti ad hoc precibus tuæ Majeſtatis, & Principis heredis filij tui, nec minus ejus preſentia, &

& meritis maximis, tam suis, quam patris sui, & suorum omnium, quæ tu etiam singularia semper fuisse, & esse tam erga statum tuæ celsitudinis, quam erga fidem catholicam asseveras, ut dicto Alfonso Comiti de Faron in sua dignitate, & honore liberales reddamur, & scrupulo animæ tuæ condigna medicina succurramus, harum tenore te ab omni promissionis, & juramenti vinculo quod per privilegium, ipsis Opidanis de Faron datum, aut per supradictum modum jurandi incurrere potuisti libere, serie presentium absolvimus, & à quocunque alio onere conscientiæ tuæ, quod à tali promissione, juramento, vel privilegio oriri posset relevamus, quod tametsi alias jam per nostra duo brevia fecisse meminimus, tamen quia forsan propter locorum distantiam illa ad te quoquomodo possent non pervenisse hoc denuo ad Majestatem tuam amplius, & uberius mittimus, ut te ab omnibus supradictis conscientiæ scrupulis noveris liberatum, commendandum etiam celsitudini tuæ maxime dictum Alfonsum Comitem de Faron, & omnem ejus statum, atque honorem non secus, quam Majestas tua nobis commendatum esse suis litteris voluit. Datum Romæ apud Sanctum Petrum; Anno Incarnationis Dominicæ millesimo quadringentesimo septuagesimo pridie Idus Junii Pontificatus nostri Anno sexto.

Smolfus.

Loco Sigilli.

Alvará para o Conde de Faram poder apresentar de tres em tres annos, o Officio de Coudel da Villa de Estremoz, ás pessoas, que lhe parecerem aptas. Livro 4. dos Mysticos, pag. 2, vers.

Num. 12.
An. 1478.

DOm Affonso, &c. a vos Fernam da Silveira do meu Conselho e meu Coudel moor dos meus Regnos, e a outros quaesquer a que esto perteemcer saude, sabede que querendo fazer graça e merce ao Conde de Faram dodemira Senhor de Aveyro meu muito amado sobrinho Adiantado por mim damte Tejo e hodiana e Regno do Algarve me paraz que acabado Fernam de Lemos Cavalleiro de sua Casa e seu Alcayde do Castello delvas de servir a coudellaria da minha Villa destremos o tempo dos tres annos porque lhe foy dada ou querendoa elle renunciar e leixar de servir que de hy em diante nehua pessoa nom aja nem tenha nem sirva a dita Coudellaria senam as pessoas que a ella apresentar de tres em tres annos o dito Conde, e esto sem embarguo de quaaesquer lex e hordenaçoens que hi aja em contrario desto nem dee Cartas nem Alvaaraes que ja tenha passados nem ao diante passar a cerca dello. E porem mando que tanto que vos esta Carta for dada a façaaes registrar em vossos livros de Coudellaria pera daqui em diante serdes avisado de nam dardes a dita Coudellaria senam aquellas pessoas que assy apresentar sejam pera ello autas e perteemcentes aos quaes mandarés fazer suas cartas e regimentos

tos do dito Officio e a outra algua pessoa nam, por quanto assy he minha merce, e em caso que heu per inadevertencia ou per qualquer outra maneira faça merce da dita Coudellaria a alguua pessoa per Carta ou Alvaraa quero e mando que tal Carta ou Alvaraa nom valha, e per esto mando ao dito Conde que o nam comssenta a aquel a que eu o dito Oficio per ella der que use delle em alguã maneira. Dada em a Villa de Monte moor o novo a vinte e dous dias do mes de Mayo. Pedralvares a fez anno de 1478.

Carta de confirmaçaõ delRey D. Affonso V. ao Senhor D. Affonso, Conde de Faraõo, de perfilhaçaõ, e doaçaõ, a elle feita, por Joaõ Gallego, morador em Villa-Viçosa. Està no liv. 2. dos Mysticos, pag. 39, vers.

Num. 13.
An. 1478.

DOm Affonso, &c. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber que perante nos foi aprezentado hum publico estromento de perfilhaçam que parecia ser feito e assinado por Ruy Dias dado por nosso Alvara por Escrivaõ a Ruy Varella Taballiaõ das notas em a nossa Villa de Estremoz aos tres dias do mez de Novembrò da prezente Era de setenta e oito em o qual se continha antre as outras couzas que Joaõ Gallego morador em Villa-Viçoza dissera que vendo elle e consirando como nam tinha padre nem madre nem filho nem filha nem netos nem netas nem ascendentes nem descendentes que os seus bens per direito devessem herdar salvo quem elle quizese de seu prazer e livre vontade e sem nenhuma prema que lhe sobre ello feita fosse dissera que elle tomava e recebia e perfilhava por seu filho adoutivo Dom Affonso Conde de Faram meu bem amado sobrinho que de prezente estava em todos seus bens como se fosse nado de seus lombos e como se fosse de legitimo matrimonio de sua molher recebida porque lhe aprazia de o elle assy perfilhar por seu filho doutivo como dito he por assy nam ter padre nem madre nem filho nem filha nem neto nem neta como dito he que seus bens per direito devessem de herdar e prometera e jurara poendo a maõ sobre os Evangelhos de o em algum tempo nam contradizer nem outra perfilhaçaõ fazer e que assy como elle perfilhara e perfilhava por seu filho herdeiro em seus bens assy nos pedia por merce que lhe confirmasemos o dito perfilhamento rezervando elle dito Joaõ Gallego seu pay a terça parte dos ditos bens para se despenderem por sua alma depois de sua morte com condiçaõ que elle Conde seu filho pague em dinheiro quanto montar em a terça dos ditos bens a quem elle leixar que a despenda por sua alma por se nam fazer partilha em os ditos bens e porem lhe outorgava o dito estormento de perfilhamento segundo que todo esto e outras muitas couzas melhor e mais compridamente eraõ contheudas e aprezentado assy o dito estormento de perfilhamento como dito he o dito Conde nos pedio por merce que lho confirmassemos e aprovassemos per nossa Carta assy e pella guiza que nelle se conti-

continha e lho ouvesemos por bom e firme e valliozo e nos vendo o que nos elle dito Conde assy dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merce sem embargo de se sobre o dito perfilhamento nam fazer outra deligencia segundo estillo e nossa ordenaçaõ. Temos por bem e confirmamoslha e ratheficamoslhe e aprovamoslhe o dito perfilhamento em todo assy e pella guiza que feito he e no dito estormento de perfilhamento he contheudo e porem mandamos a todollos Corregedores Juizes justiças officiaes e pessoas de nossos Regnos e a quaesquer outros a que desto o conhecimento pertencer por qualquer guiza que seja a que esta Carta for mostrada que lha cumpraõ e guardem e façam cumprir e guardar em todo assy e pella guiza que em ella he contheudo com entendimento que esto nom faça perjuizo a alguns herdeiros se os hy haja e a outras alguas pessoas que algum direito hajam em os ditos bens e em testimunho desto lhe mandamos dar esta nossa Carta. Dada em a nossa Villa de Estremoz treze dias do mez de Novembro. ElRey o mandou per Diogo da Fonseca Joaõ de Villa Real a fez Anno de mil quatrocentos setenta e oito

Ao Conde de Faro, e de Odemira. Carta porque ElRey houve por revogadas, e aniquilladas, e de nenhum vigor, quaesquer Cartas, e Alvarás, que tiver passado, em prejuizo de seus privilegios, merces, e liberdades. Está no liv. 4. dos Mysticos, pag. 6, donde a copiey.

Num. 14.
An. 1479.

DOm Affonso, &c. A quantos esta Carta virem faço saber que o Conde de Faraó dodemira Senhor da aveiro meu muito amado sobrinho, e Adiantado por mim em esta comarqua dantre Tejo e Odiana e Regno do Algarve me disse como lhe era certificado que estamdo heu em os meus Regnos de Castella per importunydade e requirimentos dalgumas pessoas eu passara alguas Cartas e Alvaraaes que erom e sam muito em prejuizo de mercees privilegios e liberdades que a elle dito em o dito seu Officio dadiantado, e em outras cousas que a elle tocam lhe tenho outorgadas no que diz recebeo grande agravo. E pedindome por merce que os ouvese por nehuus, e visto per mim seu requerimento ser justo e porque minha temçom nom foy nem he em esto nem em algua outra cousa ao dito Conde fazer agravo ante toda a merce e favor como elle muy bem merece, prazme dello e per esta minha prezente Carta ey por revogadas anichelladas e de nehum vigor quaaesquer Cartas e Alvaraaes que em contrario tenho passado em prejuizo dos privillegios mercees e liberdades que assi tenho outorgadas e dadas ao dito Conde. E mando ao Regedor das minhas Casas da Soplicaçom do Civel e aos Dezembarguadores dellas e a todollos outros meus Corregedores Juizes Justiças Officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertemcer esta minha Carta for mostrada que assy a cumpram e guardem e façom comprir e guardar sem poerem nem consentirem poer sobre ello algũa

guã duvida nem outro embarguo por quanto assy he minha merce. Dada em Avis vinte e oito dias dabril Afonso Garces a fez anno de mil e quatrocentos e setenta e nove.

Carta dos moradores do Algarve à Camera de Lisboa, em que lhe pedem os ajudem para naõ se dar o Senhorio de Faro a pessoa alguma.

Num. 15.
An. 1454.

MUito honrados Senhores amigos Juizes, e Regedores da muy nobre, e sempre leal Cidade de Lisboa, os fidalgos, Cavalleiros, Escudeiros, e povo do Reino do Algarve, vos emviamos o bem, que para nôs queriamos, bem creemos, que sabeis, que os tempos passados pellos Senhores deste Reino andarem em divizaõ, a Rainha, e Ifante, Dom Pedro, que Deos aja deraõ, o Officio de Adiantado, e alçada de justiça deste Reino do Algarve ao Conde Dom Sancho, e por nos naõ parecer justo, nem serviço de Deos, nem delRey nosso Senhor, nem bem de nôs outros, e ser Officio novo, que nunca neste Reino ouve, nos trabalhamos com armas a irmos em pessoa a contrariar o dito Conde naõ tomar posse do tal Officio aa Villa de Loulê, onde chegou para pubricar sua Carta, como de feito contrariamos, e escrevemos logo sobre ello aos ditos Senhores, os quaes por sua merce naõ quizeraõ fazer o semelhante agravo, pondolhes nôs ante elles os empedimentos de nos males, e mortes, que do tal officio se poderia recrecer em todo este Reino do Algarve, e agora por aficados, e novos requerimentos, que o dito Conde fes a ElRey nosso Senhor em a Cidade de Cepta lhe tornou a dar, e confirmar o dito oficio de Adiantado, e regimento da justiça, naõ pondo ante si os muitos, e grandes serviços, com muitas façanhas dinas de memoria, que nossos Padres, e Avôs, e aquelles de quem procedemos fizeraõ aos Reis passados, que Deos aja, e nôs naõ menos o servimos, e temos vontade de o servir quando nos requerido for, e os males, e empedimentos, que disto ao prezente, e ao diante se pode seguir, querendo elle tirar a justiça de sua maõ, e a dar a seu Vassallo, e fazer ora novamente Rey em este Reino do Algarve, que he abaixamento de sua Coroa Real, e comvemlhe, e he necessario, que o segundo nome, que tem de se chamar Rey do Algarve, que o tire, poes outro Rey quer fazer, metendo-nos em sogeiçaõ de cautividade, a qual nos ficarâ sempre a filhos, e a Netos de nôs descendentes, fazendo-nos isto sem ter nenhuma necessidade de nos em tal cativeiro pôr, e por comprazer ao dito Conde, quer perder a nôs, por nos meter em confuzaõ, e por serto mayor necessidade, o Rey vituriozo de grandes virtudes ElRey Dom Joaõ seu Avô, de fazer Adiantamento, e tirar a justiça de si, que naõ ElRey nosso Senhor, porque tinha seis filhos, e nenhum delles quiz meter em este Reino do Algarve, conhecendo elle tanto da dita terra, que naõ avia mister outro pumareiro, senaõ elle, e nôs outros, que o prantamos, e criamos, e lâ por esse Reino os andou agazalhando,

sem

sem em nôs querer fazer tal nojo, que dor mortal a nôs, naõ querendo conhecer nossa lealdade, e os grandes serviços, que temos feito, que em seu Reino naõ tinha, nem tem gente, que mais prestes seja a seu serviço tantos por tantos, nem que lhe maes rendaõ, que nôs, e porque sabemos, que nos conheceis por taes, bem cremos, que nos tempos das guerras, onde necessidade muy grande avia no Reino a môr parte dellas por Castella, fomos sempre comvosco por a vos ser Coroa de lealdade, posto que ElRey com toda a Caza de Castella nos enviava prometer por suas Cartas liberdades, e franquezas, assaz jurando, e prometendo, que sempre fossemos da Coroa do Reino, que de nôs outro tributo nem renda naõ queria, senaõ as portagens, segundo bem cremos, que sois disto em perfeito conhecimento, e que por elle lhe dessemos Tavila, e por ser em nôs emxertada a dita lealdade, e natureza a nôs cometida, o naõ quizemos fazer, nem nunca Deos tal mandasse, e ainda naõ consentio como por este novo Officio, que novamente deu, abre estrada aos outros Senhores lhe empedirem outras correiçoens destes Reinos, e fazer delles Adiantamentos, o que pouco cumpria a este pobre Portugal, e assim o dito Senhor abre caminho de ficar sem justiça, e lhe ser tirada, e por aqui serâ cauza, e azo em algum tempo se fazer Castella, porque os conselhos, e os povos della naõ seraõ em seu ser, e porque honrados Senhores, e amigos nôs naõ somos de tal naçaõ, naõ podemos consentir outro Senhor, senaõ ElRey nosso Senhor, e desto se podem seguir mortes, e outros muitos grandes males se tal Adiantamento da dita justiça, o dito Senhor a este Reino nos envia, o qual antes queriamos pestenensa antre nos, que naõ elle por ser ja nosso imigo, como de feito he pello que de suso declarado temos, e ainda ser novo Officio, e o dito Senhor nos querer tirar da liberdade, e da sua Coroa Real, e nos meter em sua sobjeiçaõ de cativeiro, vos rogamos, e pedimos como Irmaons, que de sempre fomos em amor, que ajaes de nôs doo, e tende comnosco compaixaõ como Irmaons, que ora novamente entraõ em cativeiro, e nos ajudeis a bradar, e cramar de tanto mal, e sem rezaõ quanto nos ElRey nosso Senhor quer fazer sem cauza tomando comnosco dô, e tristeza e aficado a pezar, e emvieis por comtemplaçaõ nossa duas boas pessoas do dito Senhor Rey com Carta vossa, e lhe recontai o grande mal, e destruiçaõ, que nos quer fazer sobre lealdade, e muito serviço seu, segundo lhe melhor vos sabereis mandar dizer, o que seja recomendado as vossas boas, e virtuozas discriçoens em breve as enviai â Cidade Devora, onde acharaõ des fidalgos, e grandes pessoas das melhores deste Reino, que ao dito Senhor emviamos bradar, e cramar da sem razaõ que nos faz, e se isto correger naõ quizer sede Irmaons, que em todas nossas vidas, e de nossos filhos traremos doò pello cativeiro em que nos ElRey mete, e nôs nos socorremos a vôs por serdes Cabeça, e madre dos povos deste Reino, e Irmaons vossos pello qual nos ajudareis a requerer nossa liberdade, e aquillo, que he serviço do dito Senhor, e de ho assim fazerdes vos seremos muito obrigados, o Senhor Deos por sua merce acrecente

vossas

vossas vidas, e estados a seu santo serviço: escrita em a Villa Dalbofeira, onde os ditos Conselhos foraõ juntos por seus Procuradores a 29. de Janeiro de 1454. assellada com o sello de Silves, Tavira, Albofeira, Faro.

Alvará do foro de Fidalgo Cavalleiro, de D. Francisco de Faro. Original, que se conserva no Cartorio da Casa de Vimieiro, donde o copiey.

Num. 16.
An. 1568.

EU ElRey faço saber a Vôs Dom Alvaro da Silva Conde de Portallegre, Mordomo moor de minha Caza, que Dom Francisco de Faro, meu muito amado sobrinho, do meu Conselho, Veedor de minha fazenda me enviou dizer, que elle fora tomado por moço fidalguo com mil reis de moradia cada mez, e hum alqueire e meyo de cevada por dia por Alvarâ feito a x6. Doutubro, do anno de quinhentos trinta e hum, e que fora acrecentado a Escudeiro com cinquo mil e quinhentos reis de moradia cada mez, e hum alqueire e meyo de cevada por dia, a nove Daguosto do anno de quinhentos trinta e oito, pedindo-me ora por merce, que o acrecentasse a Cavalleiro, por quanto o fora feito no Cerquo de Cafem, e visto seu requerimento, e por lhe fazer merce, ey por bem, e me praz de o acrecentar de Escudeiro a Cavalleiro, com mil setecentos e cinquoenta reis maes em sua moradia cada mez, allem dos cinquo mil e quinhentos reis, e alqueire e meyo de cevada, que ategora teve de Escudeiro, pera que daqui em diante tenha, e aja sete mil duzentos e cinquoenta reis de moradia cada mez de Cavalleiro, e hum alqueire e meyo de cevada por dia pagua segundo Ordenança. Mandovos, que façaes assentar o dito Dom Francisco de Faro no livro da Matricola dos moradores de minha Caza no titolo dos Fidalgos Cavalleiros com a dita moradia, e cevada, riscando-se primeiro o assento Descudeiro, que no dito livro tem, e poendo-se em ambos os ditos assentos as verbas declaradas no Regimento, que sobre isso he feito, e o Escrivaõ da Matricola passarâ sua Certidaõ nas costas deste Alvarâ, em que declare a quantas laudas do dito livro fica o dito assento, e este lhe serâ tornado para o elle ter pera sua guarda, Fernaõ Velho o fez em Lixboa aos xx. de Setembro de mil e quinhentos e sessenta e outo.

O CARDEAL INFANTE.

PROVAS
DO LIVRO IX.
DA
HISTORIA
GENEALOGICA
DA
CASA REAL
PORTUGUEZA.

Doaçaõ, que fez o Duque de Bragança D. Fernando I. e a Duqueza D. Joanna de Castro, sua mulher, ao Senhor D. Alvaro seu filho, dos direitos Reaes de Béja, e outras rendas. Authentica está no Cartorio da Sereniſſima Caſa de Bragança, donde a tirey.

Num. 1.
An. 1470.

SAibaõ quantos este publico estromento de treslado dado por mandado, e autoridade de justiça em publica forma virem, que no anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos noventa e cinquo annos, aos vinte e dous dias do mes de Junho do dito anno nesta Villa-Viçosa na Casinha do despacho do Duque nosso Senhor, estando presente o Licenciado Archadio Dandrade Desembargador da Casa do dito Senhor, e Ouvidor dos feitos de sua fazenda; e logo ahi pareceo Afonso Alvres solicitador dos feitos de Sua Excellencia, e apresentou a elle Ouvidor huã Carta de doaçaõ delRey D. Manoel, que Deos tem, escrita em hum livro das doaaçoẽs do dito Senhor, as folhas dozentas e trinta e quatro, pedindo a elle Ouvidor lhe mandasse della dar o treslado em publica forma por lhe ser necessario, a qual doaçaõ vista por elle Ouvidor por a achar limpa, sam, sem herro, nem borradura nem cousa que duvida fasa, lhe mandou della dar o treslado em modo que fizesse fe, o qual he o seguinte. Dom Manoel por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa Senhor de Guine, e da Conquista navegaçaõ Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa Car-

Carta virem fazemos ſaber que por parte de Dom James Duque de Bragança, e de Guimaraẽs, &c. meu muito amado, e prezado ſobrinho nos foi apreſentada huã noſſa Carta de doaçaõ feita, e afirmada ao Conde de Tentugal, de que o theor della de *verbo ad verbum* he o ſeguinte. Dom Manoel por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dallem mar em Africa Senhor de Guine, e da Conquiſta navegaçaõ Comercio de Ethiopia, Arabia, Perſia, e da India. A quantos eſta noſſa Carta virem fazemos ſaber, que por parte de Dom Rodriguo de Mello meu muito amado ſobrinho me foi apreſemtada huã Carta de doaçaõ, por nos aſſinada, e aſſellada do noſſo ſello de chumbo, de que o theor tal he. D. Manoel por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa Senhor de Guine, e da Conquiſta navegaçaõ Comercio da Ethiopia Arabia, Perſia, e da India, a quantos eſta noſſa Carta virem fazemos ſaber, que por parte de D. Alvaro meu muito amado, e prezado Primo me foi apreſentada huã noſſa Carta por nos aſſinada, e ſellada do noſſo ſello de chumbo, da qual ho theor tal he. Dom Manoel por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guine. A quantos eſta noſſa Carta virem fazemos ſaber, que por parte de D. Alvaro meu muito amado primo nos foi aprezentada huã Carta del-Rey D. Affonſo meu Tio, que Deos aja aſſinada por elle, e aſſellada do ſeu ſello de chumbo da qual o theor de *verbo ad verbum* he o que ſe ao diante ſegue. Dom Affonſo por graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve, Senhor de Ceita, e dalcacer em Africa a quantos eſta Carta virem fazemos ſaber que por Dom Alvaro meu muito amado ſobrinho nos foi moſtrada huã doaçaõ do Duque de Bragança ſeu Padre aſſinada de ſeus ſinaes, e aſſellada dos ſeus ſellos da qual o theor de *verbo ad verbum* tal he. D. Fernando Neto del-Rey D. Joaõ cuja alma Deos aja Duque de Bragança, Marques de Villa-Viçoſa, Conde de Barcellos, Dourem, e de Arrayolos, Conde de Viana, Senhor de Monforte, e de Penafiel juntamente com a Duqueza D. Joana de Caſtro minha prezada, e amada mulher, e D. Fernando Conde de Guimaraẽs meu muito amado filho, meu primogenito herdeiro, e ſolteiro ſem filho nem filha, e D. Joaõ, e Dom Affonſo, meus muito amados filhos, faço pura, e inrevogavel doaçaõ amtre vivos valedoura para todo ſempre a D. Alvaro meu muito amado filho preſente, e aceptante, e a todos ſeus deſcendentes lidimos, e leigos de todas as minhas rendas, que eu tenho na Villa de Beja, e ſeu termo aſſy como me foraõ dadas por o Condeſtabre meu avô, e as eu poſſuo com todos os privilegios, e liberdades, que as tenho, e com poder de por hy Almoxarife, e Eſcrivaõ os quaes uſem dos Officios, e jurdiçaõ como ſempre uzaraõ em tempo do Condeſtabre meu avô, e as appellaçoẽs, e aggravos damte o dito Almoxarife venhaõ perante o dito D. Alvaro, ou peramte aquelle, que ſeu lugar tiver; e dy peramte os deſembargadores do dito Senhor Rey, como ſempre foi de coſtume, das quaes rendas elle poſſa tomar poſſe corporal, real, e autual, e as poſſuir, e comtinuar, ſem outra autoridade

ridade nenhuã, nem de justiça, e isto faço por elle ser em idade, e despoziçaõ, e por bem, e grandemente, e como a homem de seu estado, e daquelles donde descende poder servir ElRey meu Senhor, ou o Princepe seu filho, e a seus socessores. A qual doação lhe faço com comdiçaõ, que as ditas rendas, que lhe assy dou nunqua possaõ ser partidas, nem enlheadas em outra parte, nem se apenhem sem descontar, e isto mesmo, que fallecendo o dito Dom Alvaro sem filhos, ou filhas, ou descemdentes lidimos, e leigos, que entaõ se tornem as ditas cousas aquelle que for Duque de Bragança, e se fallecer em minha vida, o que Deos naõ mande se tornem a mim, e tambem, que despois por tempo fallecendo todos os que do dito D. Alvaro descenderem que estas rendas haõ derdar, que todo juntamente se torne a aquelle, que for Duque de Bragança, e isto mesmo, que aquecendo o que Deos naõ mande que o que a dita socessaõ tiver a perqua por algum caso, que ella se torne logo ao outro seguinte em grao, que as ditas rendas herdaria se o dito possuidor naturalmente fallecese, e outro sy, que fasemdose o dito D. Alvaro clerigo, e avendo denidade, Arcebispado, ou Bispado, que as ditas rendas se tornem logo a aquelle, que for Duque de Bragança, e esta doaçaõ lhe faço sem embargo de quaesquer leis, e dereitos canonicos, e civeis, grosas, e openioẽs de Doutores, e ordenaçoẽs do Reyno, &c. em contrario sejaõ, e peço por merce a ElRey meu Senhor, que assy o queira comfirmar, e por certidaõ dello mandei dar esta Carta ao dito Dom Alvaro assinada por mim, e por a dita Duqueza minha mulher, e por o dito meu filho, e por D. Isabel mulher do dito meu filho, que a ello deu comsentimento, e assellada dos nossos sellos, dante em Villa-Viçosa, vinte e hum dias de Janeiro, o Bacharel a fez anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocemtos sesemta e cimquo annos. Pedindo o dito D. Alvaro, que lhe comfirmassemos naõ somente por ella ser tal, que excede a quantidade do direito deve ser insinuada, mas ainda por ser da Coroa do Reyno, que sem nosso expresso comsentimento, e comfirmaçaõ se naõ podia fazer, que por direito valesse; nos vendo seu requerimento, e esguardando isso mesmo o devido taõ chegado, que comnosco tem a nos pras, que por tirarmos duvidas, que recrecer se poderiaõ destas palavras em esta doaçaõ postas, s. para todos seus desemdemtes lidimos, e leigos, comformandonos com a vontade do dito Duque em este modo, que o filho mayor baraõ lidimo leigo a sua morte soceda esta herança em solido, e assy di em diante todos seus desemdentes, e quando hy naõ ouver baraõ dos desemdentes do dito D. Alvaro, que venha por baroens soceda o baraõ maes velho, que venha de femea mais velha, e sendo todos baroẽs como dito he entaõ venha a femea maes velha, e leiga, que descemda de baraõ se ahy ouver, e nom avendo hy quem descemda do baraõ venha à mais velha, que descemda da femea, assy que quando hy naõ ouver baroẽs, nem femeas desemdentes do dito D. Alvaro, entaõ se torne esta socessaõ à dita Casa de Bragança, e porem de nossa certa ciencia, poder absoluto com esta declaraçaõ comfirmamos, e aprovamos,

mos, e louvamos, e retificamos a dita doaçaõ como nella he comteudo, e nossa autoridade Real em elle amtreponios, e queremos, e mandamos, que seja firme, e valha para sempre suprindo em ella todo defeito, e de solenidade, que o dereito requere para valer, e mais firme ser, naõ embargante direito canonico, e civil, grosas, e opinioẽs, e ditos de Doutores façanhas, e ley despanha, ordenaçoẽs do Reyno, que em comtrario desto sejaõ, e naõ embargante a lei mental, que dis, que terras da Coroa do Reyno naõ venhaõ a femeas a qual em este caso nos praz expressamente derrogar, os quaes direitos todos aqui avemos por expressamente revogados, e casados, heritados, anullados, e anichilados posto que taes sejaõ, que em sy tenhaõ clausulas derrogatorias aos futuros respeitos, ou a taes sejaõ de que se deva de verbo a verbo fazer expressa mençaõ porque nossa merce, e vontade he de os avermos aqui todos por expressos, e as clausulas delles aniquiladas, e anullar, casar, heritar, derrogar, em quanto esta nossa doaçaõ, e comfirmaçaõ, embargaõ a naõ valler, ou a menos valer em parte, ou em todo porque assy he nossa merce, e vontade. E porem mandamos dar ao dito D. Alvaro meu muito amado sobrinho esta nossa Carta de doaçaõ, e comfirmaçaõ, assinada por nos, e assellada do nosso sello de chumbo, e al naõ façades. Dada em a nossa Cidade devora a quatro dias do mes de Janeiro Joaõ Carreiro a fes anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocemtos setenta annos. Pedindonos o dito D. Alvaro meu Primo por merce, que lha comfirmassemos, e ouvessemos por confirmada a dita Carta assy como nella hera comteudo, e visto por nos seu requerimento, e queremdolhe faser graça, e merce temos por bem, e lha comfirmamos, e avemos por comfirmada assy, e na maneira, que se nella contem, e se mester fas, e visto o devido que comnosco tem o dito D. Alvaro meu Primo, e aos muitos serviços, que elle, e os donde elle desemde à Coroa de nossos Reynos fiseraõ, e assy aos que delle ao diante esperamos receber com outros bons respeitos, que nos a ello movem, e querendolhe faser graça, e merce de nosso moto proprio, certa sciencia, livre vontade, poder Real, e absoluto lhe damos, doamos, e fazemos pura, e irrevogavel doaçaõ, e merce deste dia para todo sempre para elle, e todos seus herdeiros, e socessores, e descemdemtes de todo o em a dita Carta comteudo pela guisa, e maneira que em ella fas mençaõ, e porem mandamos aos Vedores de nossa fazenda, e ao nosso Corregedor da Comarqua, Juises, justiças, Contadores, Almoxarifes, que tenhaõ, e façaõ comprir, e guardar esta Carta de comfirmaçaõ, doaçaõ, e merce, assy como por nos he mandado, dado, e comfirmado sem embargo de quaesquer direitos civeis, canonicos, e de quaesquer leis, grosas, e Ordenaçoẽs, foros, costumes, façanhas, opinioẽs de Doutores, e Capitullos de Cortes, Cartas, sem tenças geraes, ou expeciaes, detreminaçoẽs, que comtra isto sejaõ as quaes aqui havemos todas por expressas, e decraradas, expecialmente renunciadas posto que em si ajaõ alguã clausula, ou clausulas derogatorias, porque em quanto comtra isto forem as avemos por revogadas, e anulladas, e de nenhum vigor,

vigor, e queremos, que esta nossa Carta valha, e tenha effeito, assy como nella he comteudo, metendo logo de posse ao dito D. Alvaro meu Primo de todo o que dito he como por nos he mandado, e por esta damos lugar, e autoridade ao dito D. Alvaro, que elle por sy, e seus officiaes tome, e possa mandar tomar a posse das ditas cousas comteudas na dita Carta, e cada huã dellas, a qual queremos, e mandamos, que valha, e tenha, e aja vigor, e effeito assy como se por autoridade de nossa justiça fosse feito por quanto assy he nossa merce, e havemos por bem, e o sentimos por nosso serviço, e por firmeza dello, e sua guarda lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada por nos, e asellada com o nosso sello de chumbo dada em Villa-Franca de Xira a treze dias dagosto Vicente Carneiro a fes anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo, de mil e quatrocentos noventa e seis annos. E bem assy nos mostrou outra Carta, que de nos tinha da judaria dalcacer do sal em sua vida, e porque nos sentindo assy por serviço de Deos, e nosso, e bem de nossos Reynos, ordenamos, e mandamos que em elles naõ ouvessem Judeus, nem mouros, a nos prouve de dar, e satisfazer por nossa Carta as pessoas, que de nos tenhaõ as judarias, e mourarias outro tanto quanto ellas remdiaõ, e por quanto o dito D. Alvaro meu muito amado, e prezado Primo nos pedio, que lhe dessemos satisfassaõ das judarias, e mourarias, que de nos tinha, temos por bem, e queremos que des o primeiro dia de Janeiro do anno que vem de mil e quinhentos em diante elle tenha, e aja de nos para elle, e para todos seus herdeiros, e socessores em satisfassaõ das ditas judarias, e mourarias beja, e campo Dourique que elle tenha de juro os quaes se achou que rendiaõ, s. a judaria de Beja setenta mil reis, e as judarias do Campo Dourique sesemta mil reis, e a pensaõ de dez taballiães da dita judaria de Beja dous mil e cento e sesemta reis, e a mouraria de Beja doze mil reis, que saõ todos cento e quarenta e quatro mil e cento e sesemta reis. A dizima nova do pescado meudo de setuval como se recadar em ramo por sy, em dezanove mil e seiscentos e noventa e dous reis; e a dizima nova de Cascaes em trinta e hum mil e novecentos e nove reis; e a dizima nova do Porto em cinquoenta e oito mil e quinhentos e cinquoenta e tres reis, e ametade da dizima nova dazurara que está posta toda em sesemta mil reis, e mais tres mil e novecentos e noventa e quatro reis que havera para comprimento dos ditos cento e quarenta e quatro mil e cento e sesemta reis na outra metade da dita dizima nova dazurara, a qual metade da dita dizima dazurara averá em sua vida, em satisfassaõ da dita judaria dalcacer que elle tinha em vida, e vallia dezasete mil e quinhentos reis, e dezoito mil e quinhentos e dezaseis reis, que ha daver em parte de pago da judaria dolivença que foi avaliada em cinquoenta mil reis em sua vida, e de sua mulher porque o maes ouve por Carta geral, e has sisas dolivença com que se enche a copia da dita dizima, e per seu falecimento ficará a nos a dita metade da dita dizima dazurara, pella qual metade elle, e seus herdeiros averaõ os ditos tres mil e novecentos e noventa e quatro reis de juro, e herdade

como

como em cima dito he, pagos aos quarteis por encheo, sem quebrar e mais averá na dita metade da dita dizima, D. Felipa sua molhe, em sua vida os ditos oito mil e seiscentos e seis reis que se lhe daõ em parte da satisfassaõ da judaria dolivença, que elles ambos tem em sua vida pagos aos quarteis emcheo, e sem quebra, das quaes dizimas lhe fazemos pura, e inrevogavel doaçaõ amtre vivos valedoura, s. das ditas dizimas novas, pescado meudo de setuval, e das dizimas novas de Cascaes, e do Porto, e da metade da dizima nova dazurara, com tres mil e novecemtos e novemta e quatro reis que ha daver na outra metade, para elle, e para todos seus herdeiros, e sobcessores em satisfassam das ditas judarias, e mouraria de Beja, e Campo Dourique, e da outra metade da dizima nova dazurara em sua vida, e por seu falecimento os ditos oito mil e quinhentos e seis reis em vida da dita D. Felipa sua molher pelo modo, e maneira, e faculdades, que elle tinha, e avia as ditas judarias, e mouraria a qual doaçaõ das ditas dizimas lhe assy fazemos com todas as rendas, foros, tributos com que se ellas atequi para nos tiraraõ, e arrecadaraõ, e com todo o que a nos, e à Corea de nossos Reynos pertemce com todas liberdades, franquesas, itençoẽs, e faculdades com que as nos possuimos, e aviamos, e queremos, e mandamos, que elle por sy, e por seus officiaes mande arrecadar, e receber, e arendar, e aver como lhe prouver, o qual todo assy queremos, e mandamos, que se cumpra, sem embargo de quaesquer leis, ordenaçoẽs, grosas, façanhas, openioẽs de Doutores, Cartas sentenças, Capitullos de Cortes que comtra esto sejaõ, porque em quanto comtra esto forem os havemos por revogados, e anullados, e de nenhum vigor, e isso mesmo sem embargo da ordenaçaõ, que hora novamente fizemos, que podemos tomar as dizimas dos pescados a quaesquer pessoas a que as dessemos damdolhe outros dereitos Reaes; porque queremos, e nos praz, que a dita ordenaçaõ se naõ entenda no dito D. Alvaro meu Primo, e porem mandamos aos Vedores de nossa fazenda, e a todollos outros nossos officiaes, juizes, e justiças a que esta nossa Carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, que a façam comprir, e guardar como nella he comteudo, e metaõ em posse ao dito D. Alvaro meu Primo das ditas dizimas como nesta doaçaõ he comteudo, e nos por a presente o avemos por metido em posse dellas; e por firmeza dello lhe mandamos dar esta nossa Carta por nos assinada, e assellada do nosso sello de chumbo dada em a Villa dalcacer a quinze dias de Setembro Vicente Carvalho a fes anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocemtos e noventa e nove, e eu Joaõ da Fonseca escrivaõ da fazenda do dito Senhor a fis escrever, e aqui sobescrevi. E quanto he a dizima nova do pescado meudo, avellaha assy, e pela maneira, que se ate ora para nos arrecadou sem ahy poder entrar outro pescado salvo o meudo como sempre andou em ramo, e dizemdome o dito D. Rodrigo que por quanto hora por fallecimento do dito Dom Alvaro seu padre cuja alma Deos aja as ditas dizimas ficaraõ a elle por socessaõ direita, e bem da dita doaçaõ nos pedia, que nos lhe comfirmassemos a dita renda

como nella he comteudo, e visto por nos seu diser, e pedir, e querendolhe faser graça, e merce temos por bem, e lhe comfirmamos, e avemos por comfirmada a dita Carta assy, e taõ compridamente como se nella contem, e queremos por esta, e mandamos, que ho dito Dom Rodrigo aja, e possua, e mande arrecadar para sy as ditas dizimas na forma, e maneira, que as avia o dito D. Alvaro seu Padre, e melhor se com dereito as melhor poder aver pela dita renda. Outro sy nos praz queremos, e mandamos, que a dita D. Felipa sua madre aja por esta mesma Carta os ditos oito mil e seiscemtos e seis reis, em parte da satisfassam da judaria dolivença pella outra metade da dita dizima dazurara em sua vida como a cima he comteudo, e por ella os aja, e mande arrecadar como fazia atequi por a dita Carta do dito Dom Alvaro seu marido, e quanto ao que da dita metade da dita dizima dazurara sobeja, tirados della os ditos oito mil e seiscemtos e seis reis da dita Dona Felipa, e assy os tres mil e novecemtos e novemta e quatro reis que por ella o dito Dom Rodrigo ha daver de juro como foi dado ao dito seu padre, e a cima dito he, que hora por seu falecimento fica a nos por ser somente em sua vida, avendo nos respeito ao devido que com o dito Dom Rodrigo temos, e aos muitos serviços que o dito Dom Alvaro, e aquelles de que descemde tem feito aos Reys passados, e a nos, e a estes Reynos, e aos que do dito Dom Rodrigo ao diante esperamos receber, querendolhe por ello faser graça, e merce, temos por bem, e nos praz que elle tenha, e aja de nos todo o que assy remanece da dita metade da dita dizima tirados os ditos oito mil e seiscemtos e seis reis de sua Madre, e os tres mil e novecemtos e noventa e quatro reis seus, e esto em sua vida na forma que hos de nos tinha, e avia o dito Dom Alvaro seu Pay, e por falecimento do dito Dom Rodrigo ficará a nos, e a nossos herdeiros na maneira, que hora ficou por falecimento do dito Dom Alvaro, e porem mandamos aos Vedores de nossa fazemda, Comtadores, e Almoxarifes, juizes, e justiças, e pessoas outras a que esta nossa Carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, que a façaõ assy inteiramente comprir, e guardar, em todo, e por todo com todas aquellas clausullas, e comdiçoẽs, que nella mandamos, e acima he comteudo, e metaõ logo o dito Dom Rodrigo em posse das ditas dizimas como estava o dito Dom Alvaro seu Padre, e o leixem todo aver, e possuir, e mandar arrecadar como dito he, porque assy he nossa merce, e por firmeza dello lhe mandamos dar esta nossa Carta por nos assinada, e asellada do nosso sello de chumbo. Dada em a nossa Cidade de Lixboa aos dez dias do mes de Março, Lopo Fernandes a fes anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e quatro. E apresentada assy a dita doaçaõ o dito Duque meu sobrinho nos enviou mostrar hum publico estromento feito, e assinado por Diogo Gonçalves publico Tabaliaõ por nos nesta nossa Cidade devora aos onze dias de Março deste anno presente de quinhentos e vinte, em ho qual emtre outras cousas se comtinha, que o Conde de Tentugal com a Condessa sua molher, e o Licenciado

Joam Lopes Ouvidor do dito Conde como tutor, e Curador dado por nos a Dom Alvaro filho primogenito, herdeiro do dito Conde para este caso renunciavaõ de seu proprio moto, e livre vontade em nossas maõs as ditas dizimas novas dos pescados de Cascaes, e do Porto, e a dizima nova do pescado meudo de setuval, e a metade da dizima nova dos pescados dazurara com mais tres mil novecentos noventa e quatro reis, que na outra metade de nos tem por a doaçaõ acima escrita em todo de juro, e herdade, e dos vinte e seis mil e seis reis, que na dita dizima maes sobejaõ, nos praz fazer doaçaõ, e merce ao dito Conde em sua vida, e do dito seu filho, e avendo respeito a seus serviços, e merecimentos para juntamente com as outras dizimas acima escritas, se darem, e trespassarem no dito Duque, e em seu filho mayor herdeiro de sua Casa, com que tinha contratado de as dar, e trocar pellas suas Villas de Villa-Alva, e Villa Ruiva com suas jurdiçoẽs, rendas, e dereitos, padroado da Igreja de Villa Ruiva, e vigairia da Igreja de Villa-Alva, a qual renunciaçaõ faziaõ per virtude de hum nosso alvara de licença que a hum, e a outro para isso deramos, pedindonos o dito Duque por merce que por ja amtre elles estar assentado, e feito o dito comtrato, e termos ja passado doaçaõ das ditas Villas ao dito Conde quisessemos trespassar nelle as ditas dizimas, e lhe mandassemos dellas fazer Carta em forma, e visto por nos seu requerimento, e nosso consentimento, e autoridade, e renunciaçaõ do dito Conde, e Condessa, e de seu filho por o dito Lecenceado como seu Tutor, no qual nos de nosso poder Real soprimos todo, e qualquer defeito de menoridade que com elle ha, e o habellitamos para o dito caso, e assy visto o comtrato emtre elles celebrado, e a doaçaõ a tras scrita por nos feita ao dito Conde, das ditas dizimas, temos por bem, e nos praz, de trespassarmos como de feito trespassamos as ditas dizimas novas de Cascaes, e do Porto, e do pescado meudo de setuval, e a metade da dizima nova dazurara, com os ditos tres mil e novecentos e noventa e quatro reis no dito Duque, e lhe fazemos dellas pura, e inrevogavel doaçaõ de juro, e derdade para elle, e para todos seus herdeiros, e socessores, e o que mais sobeja da metade da dita dizima nova dazurara tirados os tres mil novecentos e noventa e quatro reis acima ditos lhe damos, e doamos em sua vida, e de seu filho mayor herdeiro de sua Casa por cujo falecimento ficará a nos, ou a nossos herdeiros, e socessores. A qual doaçaõ das ditas dizimas lhe assy fazemos pella guisa, e maneira que as o dito Conde de nós, e da Coroa de nosso Reyno tinha, e possuya, com todas as clausulas, e comdiçoẽs, decraraçoẽs, franquesas, liberdades, isençoẽs, e poderes nas ditas doaçoẽs a tras escritas comteudas, e queremos, e mandamos, que elle dito Duque, e seus socessores por sy, e por seus officiaes as mandem receber, e arrecadar, e arrendar, e julgar como na dita doaçaõ he comteudo des o primeiro dia de Janeiro deste anno de quinhentos e vimte em diante, como se no dito comtrato comtem, e porem mandamos aos Vedores de nossa fazenda Contadores, e Almoxarifes, e a todos os outros nossos officiaes, juizes, e justi-

ças, a que esta nossa Carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, que lha façaõ comprir, e guardar como nella he comteudo, e metaõ em posse ao dito Duque, ou a seu certo recado das ditas dizimas como nesta nossa doaçaõ he comteudo, e façaõ assemtar esta nossa Carta no livro dos proprios para em todo tempo se saber como as de nos tem, e por firmeza dello lhe mandamos dar esta Carta por nos assinada, e asellada do nosso sello pendente, dada em a nossa Cidade Devora, a sete dias do mes doutubro Jorge Fernandes a fes Anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e vinte. E assy apresemtou mais o dito solicitador hum quaderno assinado por Duarte Dias de Meneses que foi escrivaõ das confirmaçoens, em que declara as doaçoẽs, que lhe foraõ entregues por parte do Duque para se haverem de confirmar por ElRey Dom Sebastiaõ, que Deos tem, o qual caderno he feito a 6iij de Julho do anno de mil e quinhentos e setenta e quatro, e na folha primeira delle na volta, mostrou huã addiçaõ, que dis assy. A Doaçaõ das dizimas do pescado do Porto, e Zurara, Cascaes, e setuval, e a dita adiçaõ naõ diz mais que está amtre outras no dito caderno. A qual doaçaõ aqui tresladada nestas onze meas folhas com esta, que assiney, o dito Ouvidor mandou que vallesse, e fizesse fé em juizo, e fora delle, para o que interpos seu decreto, e autoridade judicial, e ordinaria. E eu Simaõ Pinheiro Notario publico da Casa do Duque nosso Senhor por autoridade de Sua Magestade a tresladei do dito livro, bem, e fielmente, e este treslado comsertei com o official abaixo assinado, e aqui asiney de meu publico sinal. Lugar do sinal publico. Concertado comigo tabaliaõ Ayres Gomes.

Carta do Officio de Chanceller mòr do Reyno, ao Senhor D. Alvaro. Está na Torre do Tombo, no liv. Dextras, pag. 150, vers. donde a copiey.

Num. 2.
An. 1475.

DOm Affonso Rey de Castella, &c. fazemos saber que confiando nos da discripçaõ e bondade de D. Alvaro nosso muito amado sobrinho e havendo respeito aos muitos e extremados servissos que nos delle temos recebido, e ao diante esperamos receber nos praz de lhe darmos como de feito por esta damos a Chancellaria mor dos ditos nossos Regnos de Portugal e dos Algarves, &c. e o fazemos nosso Chanceller mor asim pela guiza que o era o Arcebispo de Braga D. Fernando nosso Primo que Deos perdoe e os outros que ante ele foraõ, e com todas as prerogativas e preeminencias, com que o dito Arcebispo e os outros dante ele este Officio tinhaõ, e com todalas rendas proveitos e proes a ele pertencentes, o qual Officio hora vagou por morte do Doutor Ruy Gomes de Alvarenga, e havemos por muito certo, que o dito D. Alvaro se aja em todo o que ao dito Officio e fieldade dele pertence asim bem e virtuozamente, que o nosso servisso seja compridamente guardado, e ao povo seu

direito, e porem encomendamos e mandamos ao Principe meu ſobre todos muito amado e prezado Filho, que o aja daqui em diante por intitulado em o dito Officio, e lhe leixe fazer livremente delle, e em elle todo aquelo que lhe pertence, e deve fazer, e mandamos a todas as Juſtiças dos ditos noſſos Regnos de Portugal e dos Algarves, &c. que aſim cumpraõ e guardem ſeus mandados, como os noſſos propios ſem mingoamento algum, por certidom deſto e ſua ſegurança, mandamos paſſar eſta noſſa Carta, per nos aſignada e aſellada do noſſo ſello dada em a noſſa Cidade de Touro a onze dias de Agoſto Affonſo Garces a fez de mil quatrocentos ſetenta e cinco.

Doaçaõ, que o Duque de Bragança fez a ſeu irmaõ o Senhor D. Alvaro, das terras do Cadaval, Peral, &c. Eſtá na Torre do Tombo, no liv. 5. dos Myſticos, pag. 192, verſ. donde a tirey.

Num. 3.
An. 1478.

DOm Manoel, &c. A quantos eſta noſſa Carta virem. Fazemos ſaber que por parte do Conde de Tentugal meu muito amado ſobrinho nos foi aprezentada huma noſſa Carta de que o theor tal he. Dom Manoel, &c. A quantos eſta noſſa Carta virem. Fazemos ſaber que por parte de Dom Alvaro meu muito amado primo nos foi aprezentada huma Carta do Duque de Bragança Dom Fernando que Deos haja aſſinada por elle e pella Duqueza ſua molher minha muito amada e prezada Irmã e aſellada do ſeu ſello da qual o theor tal he. Dom Fernando Duque de Bragança Marques de Villa-Viçoza Conde de Barcellos Dourem e de Arayollos de Viana Senhor de Montalegre e de Monforte e Penafiel. A quantos eſta minha Carta de doaçaõ e perduravel firmidaõ antre vivos valledoura deſte dia para todo ſempre virem que havendo eu concideraçam ao grande amor e afeiçaõ que tenho a Dom Alvaro meu Irmaõ pello muito ſingullar amor que ſey que me tem e querendolhe ſatisfazer como he rezaõ natural e dereito do ſangue e divido tam chegado me obriga comprazer e expreço conſentimento da Duqueza Dona Izabel minha muito amada e prezada molher e bem aſſy com outorga e requerimento da Duqueza minha Senhora madre que me a eſto para o dito Dom Alvaro requereo e em todo conſentir por ſer couza que a ella pertencia e por bem de ſua herança me praz e quero e outorgo realmente e com effeito de minha propria e livre vontade certa ſabedoria ſem prema emduzimento nem conſtrangimento de peſſoa alguma ſalvo como dito he fazer como de feito faço pura e inrevogavel antre vivos valledoira graça e merce ao dito Dom Alvaro meu Irmaõ a eſto prezente eſtipulante e aceitante para ſy e todos ſeus herdeiros e ſucceſſores que depois delle vierem para ſempre das terras do Cadaval e Peral com todas ſuas jurdiçoẽs Cives e Crimes altas e baixas mero mixto Imperio e com todas ſuas rendas e pertenças foros e tributos dereitos e dereituras que hora tem e peſſue em ſua vida o Senhor

Marques

Marques de Montemor meu Irmaõ per dada do Duque meu Senhor e padre que Deos haja e consentimento meu e confirmaçaõ delRey meu Senhor assy e tam compridamente como o hora tem e para sy arecada o dito Marques e segundo por morte delle dito Marques a my pertencer poderiaõ e des agora para entaõ e para em todo o tempo excedo para ello todallas auçoẽs utilles e dereitos Reaes e pessoaes e todos os outros remedios de demandar arecadar possuir e reter e mando a todollos mordomos Almoxarifes Ouvidores feitores e arecadadores cazeiros foreiros infatiotas tributairos e sugeitos por qualquer guiza e modo que seja e ser possa e tanto que elle dito Marques fallecer como dito he reconheçam Senhorio a elle dito Dom Alvaro ou a seus herdeiros em todos os ditos lugares e lhe acudam e paguem com todollos frutos e rendas foros tributos e censos e todo outro qualquer dereito que pagam e aludem ao dito Senhor Marques e pagar deveriam a mim depois de sua morte e elle dito Dom Alvaro possa ententar effeitoalmente os ditos remedios de o demandar e per sua authoridade sem outra alguma de justiça a posse e asy posse das sobreditas couzas tomar continuar e reter e os sobreditos officiaes e subditos e obrigados constranger que paguem todo como dito he e esta doaçaõ haja effeito fallecendo elle dito Marques sem filhos legitimos sem lidimamente nados quer falleça o dito Marques em minha vida quer depois de minha morte porque em todo cazo quero e me praz que logo as ditas terras e rendas e couzas fiquem por sua morte livres e dezembargadas a elle dito Dom Alvaro meu Irmaõ para elle e todos seus herdeiros successores quer elle dito Dom Alvaro primeiro falleça que o dito Marquez quer depois e assy para sempre como dito he e esto com tal entendimento e declaraçam que fallecendo o dito Dom Alvaro meu Irmaõ da vida prezente ou seus descendentes sem herdeiros lidimos delle e de seus descendentes que em tal cazo as ditas terras e couzas contheudas nesta doaçam tornem direitamente a mim e a meus herdeiros e sucessores desta minha Caza de Bargança e por quanto o dito Senhor Marques desto todo praz para que he compridoiro seu expreço consentimento elle sobscrevera e assinara esta minha Carta e bem assy as ditas Senhoras Duquezas minha Senhora madre e molher e pesso por merce a ElRey meu Senhor que todo confirme e aprove e rathefique e para mayor corroboraçam firmidam e comvallidaçam desta couza para que seja bem guardada sem mingoamento algum emcomendo e mando a meu filho sucessor que esta minha Caza herdar e suceder e assy aos que pello tempo forem sob penna de minha maldiçam e porque hajam a minha bençaõ e de seus avoz e de Deos que em maneira alguma nam vam contra esta Carta de doaçam antes a guardem e façam guardar e comprir inteiramente e em cazo que nam espero que ao dito Dom Alvaro ou a seus herdeiros for movida conthenda de feito ou de dereito sobre estas couzas ou cada huma dellas des agora para em todo tempo por meus filhos e sucessores com consentimento expreço da Duqueza minha molher prometo dar e pagar por meus bens patrimoniaes ao dito Dom Alvaro e seus herdeiros e sucessores sete mil cruzados

zados douro da ley e pezo que hora ſam dos quaes des agora para o dito cazo e tempo lhe faço doaçam como dito he em paga compençaſam e ſatisfaçaõ das ditas terras e couzas com todas perdas e cuſtas e damnos e menoſcabos que o dito Dom Alvaro e ſeus herdeiros vindouros por ello fizerem e receberem ſob obrigaçam de todos meus bens patrimoniaes e moves e de rais prezentes e vindoiros que para ello obrigo eſpecialmente ipoteco e para a dita ſatisfaçaõ aparto e aſigno des agora e eſpecialmente obrigo o genezim de Liſboa e bem aſſy o porque eſta empenhado e a quinta minha de Covilhãa e os bens que eu tenho na minha Villa de Chaves que foraõ da Condeça Dona Guiomar e per a dita ſatisfaçam e comprimento de boa paga do dito Dom Alvaro ou de ſeus herdeiros a que tal condenaçam for movida ou eſta dita doaçam contradiſer para o que e tambem em ſeu caſſo lhe dou e excedo as auçoẽs remedios ſobre ditos aſſy e tam compridamente como a elle dito Dom Alvaro ou ſeus herdeiros for compridouro e eu hey aqui por ſupridas e expreças e declaradas quaeſquer clauzullas e cautellas e bem aſſy todo fallecimento de ſolemnidade que de feito ou de dereito neceſſario ſeja para eſta doaçam firme ſer e mais valler e renuncio expreçamente todallas leys opinioens foros façanhas Capitulos ordenaçoẽs e outras quaeſquer determinaçoẽs que em contrairo ſejam as quaes hey aqui por expreças e nomeadas e inviolavelmente renunciadas e todo o que dito he prometemos eu e a dita Duqueza minha molher por nos e por noſſos herdeiros e ſuceſſores bens moveis e de rais e ſob a dita obrigaçam de ter e comprir e fazer comprir em todo o tempo ſem mingoamento algum o que todo o dito prezente aceitou como dito he finalmente por mor corroboraçam e firmeza das couzas ſobre ditas e de cada huma dellas peço por merce a ElRey meu Senhor que dê a todo eſto ſeu conſentimento placito e authoridade e confirmaçam em forma para o tal cazo e auto principal compridoira e aprovando e ratheficando as couzas ſobre ditas e cada huma dellas e em teſtimunho de verdade mandey ſer feita eſta Carta por mim aſſinada e aſellada do meu ſello e bem aſſy ſobſcrita e aſſinada pellas ditas Senhoras Duquezas e aſellada dos ſeus ſellos para o dito Dom Alvaro e ſeus ſucceſſores. Feita em a Cidade de Lisboa vinte dias do mez de Novembro Diogo Pires eſcrivaõ da Camara do dito Senhor a fez Anno do naſcimento de noſſo Senhor Jezu Chriſto de mil quatrocentos ſetenta e oito annos. Pedindonos o dito Dom Alvaro meu primo por merce que lhe confirmaſemos e houveſſemos por confirmada a dita Carta aſſy como nella hera contheudo e viſto por nos ſeu requerimento e querendolhe fazer graça e merce. Temos por bem e lha confirmamos e havemos por confirmada aſſy e na maneira que ſe nella conthem e ſe meſter faz viſto o divido que o dito Dom Alvaro meu primo comnoſco ha e os muitos ſerviços que elle e os donde elle deſcende a Coroa dos noſſos Regnos fizeraõ e aſſy aos que ao deante delle eſperamos receber com outros bons reſpeitos que nos a ello movem e querendolhe fazer graça e merce de noſſo proprio moto certa ſciencia livre vontade poder Real e abſoluto lhe damos doamos e fazemos pu-

ra

ra e irrevogavel doaçam e merce deste dia para todo sempre para elle e todos seus herdeiros successores e descendentes de todo o em a dita Carta contheudo pella guiza e maneira que em ella faz mençaõ. Porem mandamos aos Vedores da nossa fazenda e ao nosso Corregedor da Comarca Juizes Justiças Contadores e Almoxarifes que tenhaõ e façam comprir esta nossa Carta de confirmaçam doaçaõ e merce assy como por nos he mandado doado e confirmado sem embargo de direitos Civeis e Canonicos de quaesquer leys glozas ordenaçoẽs foros costumes e façanhas e opinioens de Doutores e Capitulos de Cortes Cartas sentenças geraes ou especiaes determinaçoẽs que contra isto sejaõ as quaes todas aqui havemos por expreças e declaradas e especialmente renunciadas posto que em sy haja alguma clauzulla ou clauzullas derogatorias porque em quanto contra esto forem as havemos por revogadas e anulladas e de nenhum vigor e queremos que esta nossa Carta valha e tenha assy como nella he contheudo metendo logo de posse ao dito Dom Alvaro meu primo de todo o que dito he como per nos he mandado e por esta damos lugar e authoridade ao dito Dom Alvaro que elle per sy e seus officiaes tome e possa mandar tomar a posse das ditas couzas contheudas na dita Carta e cada huma dellas a qual queremos e mandamos que valha e haja e tenha vigor e effeito assy como se per authoridade de nossa justiça fosse feita porque assy he nossa merce e o havemos por bem e o sentimos por nosso serviço e por firmeza dello e sua segurança lhe mandamos dar esta nossa Carta asinada por nos e asellada do nosso sello de chumbo. Dada em a Villa de Torres Vedras a vinte tres dias de Agosto. Pero Lopes a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos noventa e seis. A qual confirmaçaõ doaçam e merce que lhe assy fazemos na maneira sobre dita pellas rezoẽs em sima declaradas e disse porque Dom James Duque de Bragança e de Guimaraẽs meu muito prezado e amado sobrinho nos escreveo sobrello huma Carta assinada por elle e por Dom Deniz seu Irmaõ outro sy meu muito amado sobrinho da qual o theor tal he. Muito alto e muy poderozo Senhor por esta certhefico a Vossa Alteza que eu som contente e me praz que Vossa Alteza confirme a Dom Alvaro meu tio huma doaçam que tem do Duque meu Senhor e padre que santa gloria haja assinada per elle e pella Duqueza minha Senhora das terras do Cadaval e Peral e porque a mim praz que elle as haja assy e pella maneira como na dita doaçaõ se conthem e per ella lhe foi outorgada beijarey as mãos de Vossa Alteza por lho assy outorgar e mandar confirmar e por ser disto certo assiney esto na Atouguia da Ballea a vinte dous dias de Agosto de mil quatrocentos noventa e seis. Pedindonos o dito Conde por merce que por quanto elle hera o filho baram mais velho do dito Dom Alvaro lhe quizesemos confirmar a dita Carta assy como nella he contheudo e visto por nos seu dizer e pedir ser justo e querendolhe fazer graça e merce lhe confirmamos assy a dita Carta para elle e todos seus herdeiros e sucessores assy e na maneira que se nella conthem. Porem mandamos aos Vedores de nossa fazenda Corregedores Juizes e Justiças a

que

que esta for mostrada que leixem o dito Conde per sy e seus officiaes haver e continuar a posse das ditas terras e rendas e direitos e uzar de toda jurdiçam assy como athequi se uzou com todollos privilegios e liberdades com que se para nos recadariam porque assy he nossa merce. Dada em a nossa Villa de Almeirim a tres dias do mez de Março. Antonio Paes a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil quinhentos e dezaseis.

Contrato do casamento do Senhor D. Alvaro, com D. Filippa de Mello, filha de D. Rodrigo, primeiro Conde de Olivença. Está na Torre do Tombo, no liv. 2. dos Mysticos, pag. 157, vers.

Num. 4.
An. 1479.

DOm Affonso, &c. A quantos esta nossa carta mandado, e authoridade, confirmaçaõ, aprovaçaõ, e ratheficaçaõ virem. Fazemos saber que por parte de Dom Rodrigo de Mello Conde de Olivença e Capitaõ por nós da nossa Cidade de Tanger em Africa, e da Condeça sua molher, e de Dom Alvaro meu muito amado e prezado Sobrinho nos foi aprezentado hua escritura de dotte e cazamento em a qual saõ conteudos certos Capitulos acordados, e afirmados entre o ditto Dom Alvaro por seu procurador e o ditto Conde e Condeça de Olivença sobre o contrauto de cazamento de Dona Felipa sua filha em a qual escritura antre outras couzas o ditto Conde e Condeça a nos cometeraõ, e nos pediraõ por merce que por a ditta capitulaçaõ em o ditto contrauto contheuda haver firme effeito, e ser cautellada e assentada em forma de direito como a elles comprira e ao ditto Dom Alvaro, e aa dita sua filha cometessemos a ordenança, e assento do dito contrauto que assy lhes cumpria ser feito a dous Letrados que o bem fizessem; e nos por lhe fazermos graça e merce aceptamos o ditto carrego, e confiando da bondade e discriçaõ e leteradura do Doutor Joaõ Teixeira, e do Doutor Joaõ Delvas e concirando que o fariaõ bem e como ao cazo pertencia lho cometemos da qual escritura e poder a nós dado he o que se ao diante segue. Saybaõ quantos este publico estromento de fe firmidioem e certeza virem que no anno de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos setenta e nove annos dezouto dias do mes de Setembro na Cidade de Tanger dentro no Castello nos Paços honde pouza o muy nobre Senhor Dom Rodrigo de Mello Conde de Olivença Capitaõ e Governador da ditta Cidade estando hy o ditto Senhor de prezente, e a mui virtuoza Senhora Condeça Dona Izabel de Menezes sua molher tendo hy consigo os dittos Senhores a Senhora Dona Felipa sua filha e estando isso mesmo de prezente o honrado Fernaõ de Lemos Cavaleiro do Senhor Conde de Faro Procurador do Illustre Senhor Dom Alvaro filho do Duque de Bragança que Deos haja segundo logo mostrou por huma suficiente procuraçaõ do ditto Senhor Dom Alvaro constituinte a elle Fernaõ de Lemos feita e outorgada,

gada, da qual o theor de verbo a verbo he este que se a diante segue. Saybaõ os que esta prezente procuraçaõ virem que aos outo dias do mez de Janeiro do anno de mil quatrocentos setenta e nove em a Cidade de Evora dentro em os Paços honde hora pouza o Senhor Dom Alvaro filho do Duque, &c. em prezença de mim notairo geral, e das testemunhas ao diante escritas, estando hy o ditto Senhor logo por elle foi ditto que por quanto elle tinha ordenado com a graça de Deos cazar com a Senhora Dona Felipa filha do Senhor Conde de Olivença e da Senhora Condeça Dona Izabel sua molher, e por quanto era compridouro e necessario a elles fazerem primeiro seu contrato de cazamento dotte e arras, e bem assy em seu nome a ditta Senhora ser recebida segundo que a tal auto, e a taes e taõ grandes pessoas convem, e por elles assy serem auzentes e alongados e nom poderem per sy antre prezentes fazer o que elle ditto Senhor Dom Alvaro tinha determinado de enviar à nossa Cidade de Tanger o honrado Fernaõ de Lemos Cavaleiro para as dittas couzas trautar praticar concrodir e finalmente acabar, e por tanto logo por o ditto Senhor D. Alvaro foi ditto que elle confiando de entender bondade e discriçaõ do dito Fernaõ de Lemos, ello dito Senhor para ello fazia constituhia e ordenava por seu procurador lidimo abondozo suficiente, e abastante no melhor modo e forma que o direito em tal cazo otorga para por elle, e em seu nome com os dittos Conde e Condeça e bem assy com a ditta Senhora sua filha trautar, assentar, fazer, e celebrar o ditto contrauto de cazamento dote e arras na melhor forma modo e maneira que ao ditto Procurador parecer ao dito auto convinhavel, e da parte dos dittos Senhores requerido for e com elles acordar e bem assy para o depois do ditto contrauto feito e acabado a ditta Senhora Dona Felipa em nome do ditto Senhor Dom Alvaro receber em forma da Santa Igreja por sua molher e espoza per as palavras e forma da Santa Igreja. Mais ahinda lhe dá poder que elle em seu nome possa especialmente sobstabelecer outro procurador ou procuradores para a dita Senhora em seu nome ser recebida em forma da Santa Igreja e palavras costumadas, como o dito Fernaõ de Lemos seu Procurador fezer e elle per sy se em pessoa prezente fosse, e desde agora para em todo o tempo ha por firme e valiozo todo o que por o dito seu procurador for feito e acabado capitulado contratado, e prometeo de nunca em algum tempo contra ello hir em parte nem em todo em juizo nem fora delle sob obrigaçaõ de todos seos bens moveis e de rais que para ello obrigou e especialmente para ello ipotecou, e em testemunho de verdade mandou ser feito ao ditto seu procurador este instromento de procuraçaõ e mandado testemunhas que prezentes foraõ Martim Ayres e Diogo Correa escudeiros do ditto Senhor Dom Alvaro, e outros, e eu Diogo Rodrigues notario geral por ElRey nosso Senhor em todos seos Reynos e Senhorios que este instromento de Procuraçom escrevy, e aqui meu sinal fis que tal he e lida e mostrada assy a ditta Procuraçom em prezença de mim Alvaro Carvalho escudeiro delRey nosso Senhor publico notario geral por sua Real authoridade em todo este

Reyno do Algarve em Africa, e teſtimunhas abaixo nomeadas logo per o ditto Senhor Conde foi ditto que por mandado de ElRey e do Principe ſeos Senhores antre o ditto Senhor Dom Alvaro hera trautado e concordado cazamento com a ditta Dona Felipa ſua filha por certos capitulos e condiçoẽs que ſe abaixo diraõ aſinados por elle ditto Senhor Conde dos quaes o ditto Senhor Dom Alvaro fora e hera contente ſegundo por ſuas Cartas lhe eſcrevera e ſegundo por o ditto ſeu procurador enviara dizer, e que por quanto dos dittos Capitulos convinha ſer feita eſcritura de contrauto dotte e arras do ditto cazamento para o qual era neceſſario conſelho de Letrados que neſta terra nom havia que elle e a ditta Senhora Condeça pediaõ por merce a ElRey noſſo Senhor que viſto eſte eſtromento dos dittos Capitulos mandaſe a dous Letrados de ſeu Regno fazer a ditta eſcritura de dotte e arras na forma e maneira que o direito quer que as couzas e condiçoẽs contheudas nos dittos Capitulos ſejaõ firmes valiozas, e eſtaves para ſempre, e os Capitulos ſaõ os que ſe ſeguem. Primeiramente diſſe o ditto Senhor Conde que elle dava logo aa ditta ſua filha com o ditto Dom Alvaro des mil dobras das delRey e mais lhe daria cem mil reis de tença em cada hum anno nos livros do ditto Senhor Rey treſpaſſados logo no ditto Dom Alvaro, e mais lhe daria quatrocentos mil reis contantes dentro no anno que tomar ſua caza e dos quaes lhe dará a mayor parte quando lha entregar em dinheiros e corregimentos de que elle ſeja contente. Item diſſe mais elle ditto Senhor Conde que havendo elle filho Baram da ditta Condeça ſua molher que a elle pras a allem do ſuſo ditto dar aa ditta ſua filha com o ditto Senhor Dom Alvaro vinte mil dobras obrigatorias das de cento e vinte para as quaes obriga toda ſua fazenda e terras da Coroa do Regno e morgados, nas quaes o ditto Dom Alvaro ſeja logo metido de poſſe deſpois do falecimento do dito Conde e as therá e peſſuhirá ſem deſcontar athe elle ſer pago da ditta quanthia ſegundo coſtume pagandolhe o terço, que o dito Dom Alvaro deixe o terço da dita fazenda que lhe for dada em penhor. Item diſſe mais o ditto Senhor Conde que naõ havendo filho Baraõ da ditta Condeça ſua molher queria e mandava que a ditta Dona Felipa ſua filha herde e haja toda a ſua fazenda por ſua morte aſſim Morgados como terras da Coroa do Regno e couzas que delRey tenha de merce tirando o que he obrigado aa dita Condeça ſua molher e que a ditta Senhora terá em ſua vida ſegundo o tem de ElRey por merce depoes de ſeu falecimento e aſſy peſſuhirá a ditta Senhora heranças que elle comprou de ſeu cazamento della que delRey e de ſua mãy recebera. Item diſſe mais o ditto Senhor Conde que vindo cazo que elle haja filho Baron lidimo doutra molher que aſſy lhe apras que a ditta Senhora ſua filha haja com o ditto Senhor Dom Alvaro as dittas vinte mil dobras obrigatorias por toda a ſua fazenda aſſy patrimonial como da Coroa do Regno, e as couzas que tenha de merce tirando a Villa Caſtello e rendas Dolivença e o Campo de tooes e que das outras couzas que o Conde tem o ditto Dom Alvaro eſcolha as que lhe aprouver nos preços e valias que direitamente valerem ſendo as dittas couzas

zas apreçadas por pessoa sem suspeita de prazer das partes a que pertencer. Item disse mais o ditto Senhor Conde que acontecendose de elle haver filha ou filhas da ditta Condeça sua molher sem filho barom que a elle praz e quer que a ditta sua filha herde e haja todo o que elle tem assy de Morgado, como da Coroa do Regno, e couzas de merces, e o movel patrimonial o ditto Dom Alvaro parta com a filha ou filhas que da ditta Condeça ouver tornando aa colaçaõ o que assy houver recebido. Item disse mais o ditto Senhor Conde que acontecendose de elle haver filha ou filhas de outra qualquer molher lidimas que a elle praz que o ditto Dom Alvaro nem a dita sua filha nom sejaõ obrigados a trazer a colaçom nada do que tem recebido com a ditta sua filha nem lhe seja imputado na lidima della nem seja obrigado de o conferir com a ditta sua Irmaã ou Irmaãs nem com isto lhe suprir suas lidimas, mas que de toda a outra fazenda que se achasse partisse irmammente que para partir fosse, e esto mesmo queria que se guardase em qualquer cazo que se acontecesse da dita Dona Felipa sua filha non herdar e haver todos seos morgados e terras, e couzas da Coroa do Regno de maneira que nom herdando ella as dittas couzas que o ditto Dom Alvaro e ella hajaõ izentamente para sy todo o dotte que lhe logo agora daõ, e mais as dittas vinte mil dobras obrigatorias sem as conferir com nenhum de seos Irmaõs nem lhe com isso soprir suas lidimas nem as trazer aa colaçaõ nem lhe serem emputadas em sua lidima porque com esta condiçaõ se aceitara e fizera o ditto cazamento e doutra guiza nom. Item mais disse o ditto Conde que allem do suso dito lhe prazia de lhe dar logo à ditta sua filha com o ditto Senhor Dom Alvaro o seu morgado da Arega e Castello de Vilarmayor com todas suas rendas e Senhorios assy como os elle tinha e pessuhia os quaes lugares lhe prazia que o dito Dom Alvaro houvesse no preço das ditas vinte mil dobras obrigatorias derradeiras em qualquer maneira que elle houvesse filho lidimo. Item mais disse o ditto Senhor Conde que elle dava todo o sobredito ao dito Senhor Dom Alvaro com sua filha com condiçaõ que elle dê e obrigue aa ditta sua filha doze mil dobras darras das que acostuma ElRey a dar e mais que o ditto Dom Alvaro obrigue aas dittas arras e dotte no cazo que as elle haja daver toda sua fazenda assy a que tem de ElRey, como de seu patrimonio e mais que o ditto D. Alvaro dê aa ditta sua filha hum milhaõ de reis por suas joyas e couzas de caza que mais a prazer da dita sua filha sejaõ e esto falecendo primeiro que ella o ditto Dom Alvaro sem haver filhos dantre ambos em tal cazo hy nom haja arras nem joyas porem a ditta sua filha despoerá de sua terça o que lhe prouver e do al se fará o que for direito e havendo entaõ filhos dantre ambos se faça isso mesmo segundo a dispoziçaõ de direito, e disseraõ mais os dittos Senhores Conde e Condeça que por quanto de todo esto suzo escrito lhes assy aprazia e que com estas condiçoẽs se trautara, e acabara o ditto cazamento queriaõ que de todo se fizesse escritura, e escrituras quaes fossem necessarias as quaes como ditto he se aqui nom podiaõ fazer por ser para ello necessario concelho de

Letrados que aqui nom havia que elles ambos ſupricavaõ a ElRey ſeu Senhor que mandaſe a dous Letrados de ſeu Regno fazer deſtes Capitulos tal eſcritura de contrato porque foſſe valiozo e firme todo o contheudo em os ſobreditos Capitulos, de maneira que o dito Senhor Dom Alvaro ſeja ſeguro de todo o nellas contheudo e contente e de modo que dandolhes Deus filhos lidimos a ambos os dittos Senhores Conde e Condeça, ou a elle filho lidimo doutra molher elle foſſe certo e ſeguro de herdar e haver todo o ſeu ſendo pagado o ditto Dom Alvaro, e havendo o que lhe pertence per maneira que nos dittos Capitulos ſe conthem e que prometiaõ e juravaõ de eſtar por a dita eſcritura, e a manterem e guardarem haverem por taõ firme e valioza como ſe por elles foſſe feita e de aſſinar ſe neceſſario foſſe e todo cumprir e guardar como em ſima ſe conthem e de nunca em algum tempo por cazo que ſobrevir poſſa hir contra a ditta eſcritura, e que lhes prazia e queriaõ delles nem ſeos herdeiros ſerem ouvidos em juizo nem fora delle em couza que contra a ditta eſcritura ſejaõ por qualquer modo e maneira que ſeja ſob obrigaçaõ de todos ſeos bens moveis e de raiz que para ello obrigou aſſy havidos como por haver eſpecialmente hipotecaraõ o ditto Senhor Conde de ſua fé hua duas e tres vezes ſegundo foro e coſtume de Eſpanha de cumprir e guardar todo o em ſima contheudo e houve aqui por ſopridas e eſpecialmente declaradas e individuadas todalas clauzulas e poderes que para tal auto compridouras ſejaõ, e renunciarom todalas leys direitos Cives ou Canonicos groſas e opinioẽs de Doutores foros façanhas e ordenamentos de Cortes que contra eſto ſejaõ renunciando todos privilegios liberdades que ſe alegar poſſaõ para eſto nom valer ou firme nom ſer e por os dittos Senhores foi mais ditto que pediaõ por merce a ElRey e ao Princepe ſeos Senhores que feita a ditta eſcritura de contrauto por ſeos Letrados tal qual o direito outorga para o em ſima contheudo ſer firme e valiozo na maneira que ſobredito he que de ſeu moto proprio livre poder certa ſciencia poder abſoluto a confirmem e aprovem dando a ello ſua Real authoridade em forma eſpecial para durar para ſempre e ditto todo eſto e outorgado em prezença de mim notairo e teſtemunhas eſcritas o ditto Fernaõ de Lemos recebeo logo a ditta Senhora Dona Felipa em nome e como procurador eſpecial do dito Senhor D. Alvaro por vertude da procuraçaõ ſobredita e mandado eſpecial dizendo a ditta Senhora: Eu Dona Felipa recebo o Senhor D. Alvaro auzente como ſe foſſe prezente por meu bom e lidimo marido como manda a Madre Santa Igreia de Roma o que aſſy faço e afirmo com Fernaõ de Lemos ſeu Procurador para ello abaſtante que por ſua direita maõ tenho; e o ditto Fernaõ de Lemos diſſe logo que em nome e como Procurador eſpecial para eſte auto do ditto Senhor D. Alvaro recebia a ditta Senhora Dona Felipa por molher do ditto Senhor Dom Alvaro e em ſeu nome por boa e lidima aſſy como manda a Santa Igreja de Roma. Feito eſto os ditos Senhores e o ditto Fernaõ de Lemos requererom a mim notario publico que a todo eſte prezente fuy com as ditas partes e teſtemunhas que deſſem a cada huma das

par-

partes hum estormento publico e muitos se cumprisse testemunhas que prezentes foraõ Lopo Pires Cavaleiro e Contador por ElRey na dita Cidade e Vasco da Gama, e Afonso da Gama Cavaleiros e Gonçallo Serraõ Cavaleiro; Fernaõ de Azevedo Cavaleiro Almoxarife delRey na dita Cidade e Gonçalo Fernandes Dayl e Affonso Mendes Cavaleiros, e outros e eu sobredito Alvaro Carvalho publico notario geral que esto escrevy e meu publico final fiz que tal he. Os quaes ditos Doutores por nosso mandado fizeraõ huma escritura de firmidoem da substancia dos ditos Capitulos na forma e modo que se abaixo conthem, da qual o theor he este que se ao diante segue. Em nome de Deos todo poderozo saibaõ quantos este estormento e Carta de dotte e arras virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos outenta annos dez dias do mes de Março em a Villa de Vianna dapar Dalvito nas pouzadas onde hora pouza o Doutor Joaõ Teixeira do Conselho delRey nosso Senhor e sendo hy prezentes o ditto Doutor e o Doutor Joaõ Delvas de huma parte e da outra o Senhor Dom Alvaro filho do Duque, &c. em prezença de mim Notario geral e testemunhas ao diante escritas logo por elles foy dito que elles heraõ hy vindos por mandado delRey nosso Senhor para fazer e acabar carta e escritura de firmidaõ de contrato de cazamento dotte e arras na melhor forma e maneira que o direito outorga feita e reduzida de sustancia de huns Capitulos conteudos em huma escritura que foi feita em Tanger antre o Conde e Condeça de Olivença e a Senhora D. Felipa sua filha de huma parte e Fernaõ de Lemos procurador do ditto Senhor Dom Alvaro como seu procurador da outra a cerca de hum cazamento dotte e arras que era feito e acordado antre o ditto Senhor D. Alvaro e a ditta Senhora Dona Phelipa segundo que todo esto na dita escritura e Capitulos mais largamente he contheudo e por tanto disseraõ elles ditos Doutores que por bem e virtude do poder que o dito Conde, e Condeça pela dita escritura tinhaõ dado ao ditto Senhor, e a elles ditos Doutores por Sua Alteza cometido e delegado que elles em nome do dito Conde e Condeça prometiaõ por firme e solemne estipulaçom com a ditta Senhora Dona Felipa ao dito Senhor Dom Alvaro a todo prezente e aceptante que tanto que os Senhores tomarem sua caza com o cazamento que ella ditta Senhora D. Felipa ha de haver delRey nosso Senhor o qual he seu proprio della, e a ella pertence lhes daraõ logo ao dito tempo refaraõ com o ditto cazamento por todo dez mil coroas todas de cento e vinte e alem desto prometeraõ mais os ditos Doutores em nome dos dittos Conde e Condeça pelo modo sobredito ao dito Senhor Dom Alvaro cem mil reis de tença nos livros de ElRey trespassados em elle dito Dom Alvaro com prazer e consentimento do ditto Senhor Rey o qual cazamento delRey e os dittos cem mil reis se elles obrigaraõ fazer haver ao ditto Dom Alvaro ao tempo que dito he e mais lhe prometerom de dar e pagar e realmente entregar ao dito Dom Alvaro e a D. Felipa quatrocentos mil reis em dinheiro contante dentro no anno em que tomarem sua caza dos quaes ao tempo da ditta tomada o dito

to Conde e Condeça lhe daraõ logo a mor parte e o resto dentro no ditto anno; outro sy differaõ mais os dittos Doutores em nome do ditto Senhor Conde e Condeça com prazer e expreso consentimento do dito Senhor Rey que elles faziaõ pura e irrevogavel doaçaõ antre vivos valedoura, davaõ, e doavaõ ao ditto Senhor Dom Alvaro por cauza deste cazamento o Castello e Alcaidaria e rendas Dolivença assy, e pela guiza que o elle dito Conde tem, e bem assy o Reguengo do Campo de Tooẽs que he em termo de Santarem e tambem a terra de Ferreira com suas rendas e jurdiçaõ Civel e Crime e Carapi com outros bens que tem na Ribeira, e o Castello e Alcaidaria de Villa mayor com suas rendas e pertenças e outro sy a judaria dalcacer com sua renda que elle hy tem e Aregoa, e as Abitureyras, o que todo em o ditto Dom Alvaro trespassa assy e como e taõ cumpridamente como a elle dito Conde pertence e pertencer pode e em suas cartas escrituras e doaçoẽs he contheudo, e esto com todas suas jurisdiçoẽs cives e crimes mero mixto Imperio e Padroados de Igrejas e com todas suas rendas foros tributos censos e direitos direituras pertenças e comodidades que elle ditto Conde e Condeça em todo o que ditto he ambos tem e lhes pertencem e melhor se elle ditto D. Alvaro e seos sucessores melhor poderem e lhe cede e trespassa com elle todas suas acçoẽs hutiles e direitos e todo bom remedio de demandar ter e recadar assy como o elle dito Conde tem e lhe pertence e pertencer pode por qualquer guiza, ou maneira que seja com tal entendimento e declaraçaõ que elle ditto Conde em toda sua vida logre e possua o huzofruto o qual somente para sy rezerva em toda sua vida das dittas terras e rendas e Castellos e Senhorios jurdiçoẽs e couzas sobreditas, os quaes Doutores em nome do ditto Conde e Condeça des hora se constituhiaõ ter lograr e possuir em nome e por o dito Dom Alvaro todas as terras, bens, direitos, e couzas sobreditas e assy differaõ que à dita Condeça ficasse salvo, e seguro, e rezervado todas as couzas que ella tem e lhe pertence haver por bem de suas escrituras que em ellas he contheudo tirando-a fora e apartando das dittas rezervaçoẽs somente o Castello de Villa mayor e Aregua as quaes duas couzas fiquem des logo livres e desembargadas em propriedade com huzofruto consolidado a elle ditto Senhor D. Alvaro com suas jurdiçoẽs civel e crime mero misto Imperio direytos e rendas sem mingoamento algum os quaes bens e terras e couzas sobreditas differaõ logo os dittos Doutores em nome dos dittos Senhores Conde e Condeça que elles prometiaõ e davaõ ao ditto Senhor Dom Alvaro com os pautos declaraçoẽs clauzulas e condiçoẽs a fuzo escritas convem a saber que se acontecer de elle ditto Conde haver filho barom da ditta Condeça Dona Izabel o qual ficar vivo sobre a terra ao tempo de seu falecimento que em tal cazo elle ditto Dom Alvaro posto que as ditas terras e couzas suas sejaõ elle porem promete e se obriga e segura deixar e restituir as dittas terras e couzas ao dito filho Baraõ nascido dantre ambos Conde e Condeça dandolhe elle filho Baraõ ante que as ditas couzas e terras receba e lhe sejaõ entregues vinte mil coroas ao ditto Dom Alvaro ou a seu herdeiro a

que

que as dittas terras pertencerem direitamente as quaes elle ditto filho barom nom fera theudo pagar todas juftamente fenaõ quizer fenaõ aos terços convem a faber pagando ao dito D. Alvaro ou a feu herdeiro hum terço das dittas vinte mil coroas que elle feja logo theudo e obrigado lhe leixar o terço das dittas terras e mais nom e bem afy dos outros dous terços das dittas terras as quaes o ditto Dom Alvaro e affy feu herdeiro fera obrigado lhe leixar cada e quando lhe o ditto filho barom pagar, e entregar os outros dous terços das dittas vinte mil coroas juftamente ou em duas pagas affy que o ditto Dom Alvaro nom feja mais obrigado fenom deixar as dittas terras ao ditto filho barom todas juntamente pagandolhe elle todo juntamente o preço das dittas vinte mil coroas ou aos terços pagandolhe as vinte mil coroas aos terços; e como pagar aos terços affy levará e pero que em tal cazo hy haja filho barom dantre o ditto Conde e Condeça e elle ditto Dom Alvaro lhe feja theudo deixar as dittas pelo modo fobredito e efto fe entenda em todas as outras terras a fora Villa mayor e Arega aas quaes fe aprouver ao ditto D. Alvaro nom as deixar e as reter para fy naquelle preço que direitamente valerem fendo apreçadas por peffoas fieis efcolhidas de prazer das partes e tanto quanto forem apreçadas fe defconte das ditas vinte mil coroas para fe em a cauza guardar igualeza que o poffa livremente fazer fem outro encarrego nem obrigaçaõ alguma e por quanto fe dizia que a ditta Aregua he de Morgado, e que o ditto filho Baraõ pode por direito tirar e tire em tal cazo o ditto filho Baraõ feja theudo em o cazo fobreditto de a fazer livre e dezembargada perpetuamente fem encarrego algum na poffe e propriedade e rendas como couza propria izenta do ditto Dom Alvaro para elle e todos feos herdeiros e fuceffores fendo o ditto filho Baraõ allem defto obrigado haver de dar e encorporar ao ditto Morgado outra couza equivalente pela ditta Arega que tanto valha e mais com tal condiçaõ e declaraçom que em quanto o filho Barom nom fizer affy a ditta Aregua de paz e falvo livre e izenta forra e dezembargada ao ditto Dom Alvaro que elle nom feja theudo lhe leixar as dittas terras da Coroa do Regno fobredittas em maneira alguma, convieraõ concordaraõ e affentaraõ as dittas partes contrahentes por certidaõ e clareza das couzas que acontecer poder que fe por ventura acontecer cazo que a ditta Condeça D. Izabel faleça primeiro da vida defte mundo que elle ditto Conde e fobrevenha cazo que elle ditto Conde com outra molher caze da qual haja filho baraõ lidimo e lidimamente nado entaõ fe terá efta maneira convem a faber que o ditto D. Alvaro ferá obrigado de lhe leixar as dittas terras pelo preço das dittas vinte mil coroas fegundo que em fima he declarado, e empero fe elle ditto Dom Alvaro ante quizer que lhe fiquem em preço das dittas vinte mil dobras a alguas das dittas terras morgados e couzas ou qualquer parte dellas que o poffa fazer e efcolher reter e haver as dittas terras couzas para fy perpetuamente aquellas que lhe mais aprouveffe em aquelle preço e verdadeira valia em que verdadeiramente apreçadas forem por peffoas fieis efcolhidas a prazer de partes tirando da tal efcolha o Caftello e rendas Dolivença e Campo

po de Toes, porque estas deixava em todo cazo por aquello que fallecer da copia das dittas vinte mil dobras alem do que elle escolher assy em preço dellas ao ditto filho mayor baraõ lidimamente nado da ditta segunda molher e quanto algumas das dittas couzas se diz ser de morgado, acontecendo cazo que seja achado que saõ de morgado e que o ditto filho as pode e quer por direito tirar em tal cazo o ditto filho mayor da ditta segunda molher sera theudo e obrigado de as fazer livres e dezembargadas ao dito D. Alvaro e a seos herdeiros atribuindo outra couza ao morgado que valha tanto e mais, e em quanto o nom fizer assy, que o ditto Dom Alvaro e seos herdeiros nom sejaõ obrigados deixar as dittas terras em maneira alguma assy ė pela guiza modo e forma que dito e declarado he em o cazo de quando hy houver filho baraõ dantre o ditto Conde e Condeça D. Izabel que hora vive e por mayor declaraçaõ porque pode sobrevir disseraõ e declararaõ os ditos Doutores em nome dos dittos Senhores e concordarom e assentaraõ que em cazo que elle dito Conde nom haja filho macho da ditta Condeça e haja filha ou filhas, a allem da ditta Senhora Dona Felipa que em tal cazo o ditto Senhor Dom Alvaro haja e retenha para sy e para seos herdeiros por virtude da doaçaõ sobredita todalas ditas terras e couzas da Coroa do Reyno assy e pella guiza como as elle ditto Conde tem e bem assy os morgados que o ditto Conde tem e a elle pertencem, e a outra fazenda partivel e patrimonial partiraõ irmammente por morte do ditto Conde e Condeça tornando pero elle ditto Senhor Dom Alvaro a colaçom deste cazo somente todo que tever recebido que para partir seja segundo dispoziçaõ de direito e acontecendo cazo que a ditta Condeça Dona Izabel faleça sem filho ou sem filha, e elle dito Conde caze com outra molher da qual nom haja filho barom e haja filha ou filhas em tal cazo elle ditto Senhor D. Alvaro retenha, e haja para sy e para seos herdeiros todalas couzas terras, e rendas e jurdiçoẽs e morgados sobreditos e bem assy elle dito Dom Alvaro naõ será obrigado a trazer aa colaçaõ couza alguma do que tever recebido do ditto Conde e Condeça por bem deste contrato nem será theudo de conferir com as ditas filha ou filhas nem a lhe suprir suas lidimas por cauza alguma das sobreditas, nem lhe serem emputadas em sua lidima della ditta Senhora Dona Felipa, antes todo haverá o dito Senhor Dom Alvaro izentamente o que se mais achar ao tempo da morte pagado o ditto Dom Alvaro das couzas sobredittas que para partir sejaõ se partirá entre elles em tal guiza que o ditto Dom Alvaro nom seja defraudado de todalas couzas aqui prometidas, nem parte dellas, e allem dello haja e possa haver lidima inteira com as outras herdeiras do restante patrimonio e por mayor segurança do ditto Dom Alvaro nos sobredittos dous cazos em que elle ditto Conde haja filho barom da ditta Condeça ou doutra molher lidimamente nado o ditto Dom Alvaro nom será obrigado trazer a colaçaõ couza algua do que hora receber em dotte e cazamento ou receber por falecimento dos dittos Senhores nem o conferir com os dittos Irmaõs nem sera theudo lhe suprir suas lidimas, nem sera a elle ditto D. Alvaro

varo imputado na lidima da ditta Dona Felipa sua molher antes todo havera izentamente e o mais que se achar patrimonial somente partiraõ irmammente e por mayor corroboraçaõ firmeza convalidaçom e segurança do ditto Dom Alvaro disseraõ os ditos Doutores em nome dos ditos Senhores Conde e Condeça que em todo o tempo e qualquer cazo dos sobreditos em este contrauto contheudos que se achar ou dizer possa que elle ditto D. Alvaro e a ditta sua molher haõ e levaõ mais do que em sua lidima monta e lhe pode justamente pertencer se este contrauto nom fora que elles des agora para entaõ e dentaõ para agora e para todo tempo fazem pura, e irrevogavel doaçaõ entre vivos ao ditto Senhor D. Alvaro somente e para elle e naõ para outrem hy haver parte nem quinhaõ de todo o mais em este contrauto conteudo e declarado que exceder a verdadeira lidima que à ditta Dona Felipa pertencer pode a qual doaçaõ disseraõ assy os dittos Doutores em nome dos ditos Senhores que elles faziaõ assy ao dito Senhor Dom Alvaro por honra de seu sangue e linhagem e para que com esta condiçaõ e expressa declaraçaõ se tratou primeiramente, fez e acabou o ditto matrimonio o qual se em outra maneira algua nom fizera, e por maior abastança desto os ditos Doutores em nome do ditto Conde e Condeça obrigarom suas terças e se por ellas esta cumprir e manter sem mingoamento algum e bem assim obrigaraõ às dittas terças todas as dittas terras da Coroa do Regno e morgado e couzas sobreditas em os cazos que em sima he ditto e declarado que com o ditto Dom Alvaro nom haõ nem devem de ficar a qual obrigaçaõ ipoteca fazem os dittos Doutores em nome dos dittos Senhores Conde e Condeça expressamente para boa conservaçaõ e inteira guarda de todos em este ditto contrauto contheudo e finalmente declararaõ assentaraõ e outorgaraõ os dittos contrautos que em cazo que o ditto Senhor Dom Alvaro faleça da vida deste mundo sem filho baram nem filha femea dantre ella ditta Senhora Dona Felipa ficando ella ditta Senhora veuva que entaõ as dittas terras e couzas da Coroa do Reyno e Morgado lhe fique a ella livre e dezembargadamente por lhe pertencerem, e as dever assy daver sem embargo da ley mental e pello ditto Senhor Dom Alvaro foy ditto que elle aceptava de emisim comigo notario publico todas as couzas sobredittas, e outro sy logo prometeo deo constituhio aa ditta Senhora Dona Felipa a mim notario publico prezente estipulante e aceptante para a ditta Senhora Dona Felipa em seu nome doze mil coroas darras de cento e vinte por onor de sua pessoa; e mais que ella dita Senhora que em o cazo que as dittas arras ha de haver ella haja as joyas couzas de caza que mais a seu prazer escolha a contentamento forem com tanto que naõ passem de hum milhaõ de reis em valia, as quaes joyas e couzas de valia do ditto milhaõ a ditta Senhora Dona Felipa haverá em compoziçaõ e desconto dos dittos quatrocentos mil reis de que no comesso deste contrato faz mençaõ que haõ de ser pagos em dinheiro contante dentro no tempo em que tomarem sua caza aos quaes o ditto Dom Alvaro nem seos herdeiros nom seraõ mais theudos nem obrigados pagado o ditto milhaõ em as joyas, e

couzas sobredittas que seraõ em satisfaçaõ dos dittos quatrocentos mil reis as quaes sobredittas arras e joyas e couzas haverá a ditta Senhora Dona Felipa falecendo o ditto D. Alvaro depois do matrimonio consumado antre ambos primeiro que ella ficando veuva sobre a terra quer ao tempo hy haja filhos dantre ambos quer nom, e falecendo ella ditta Senhora Dona Felipa primeiro que elle ditto D. Alvaro em tal cazo nom havera hy joyas nem arras nem couzas para escolher para o ditto milhaõ porem ella podera despoer de sua terça o que lhe prouver e do al se fara o que for direito, e falecendo ella ditta Dona Felipa havendo filhos dantre ambos podera dispoer daquello que lhe pertencer somente segundo despoziçaõ de direito as quaes joyas e couzas em o cazo que a ditta Dona Felipa as ha de haver lhas segura o Senhor Dom Alvaro, e para todo especialmente, e geralmente obriga todos seus bens moveis e de rais havidos e por haver e fazenda assy do patrimonio como os que tem do ditto Senhor Rey e do ditto Senhor Princepe seu filho o que todo juntamente e cada huma couza por sy obriga e especialmente hipoteca para boa e segura paga das dittas arras joyas e couzas sobreditas para a ditta Senhora Dona Felipa ser justamente satisfeita de todo sem mingoamento algum primeiro, e mais principalmente que outra alguma divida nem obrigaçaõ que hy possa haver como couza mais favoravel e bem assy para obrigaçaõ ipoteca inteira restituiçom do ditto dote em o comesso deste contrauto expressamente he decrarado todos os outros bens e couzas que cada hum dos dittos Senhores contrahentes depois de consumado o matrimonio houver e aquerir por qualquer titullo que seja se guardara o direito comum, e o que o ditto direito em tais cazos e couzas outorga, finalmente declaraõ as dittas partes que sem embargo do trespassamento hora feito em o ditto Dom Alvaro das dittas terras e couzas por o modo sobreditto que falecendo elle o que Deos arrede sem herdeiros, ou com elles os quaes faleçaõ ante do ditto Conde, e da ditta Dona Felipa que elle ditto Conde e seos herdeiros em tal cazo fiquem com todo o que lhe pertencer, e antes deste contrauto pertencia por bem de suas escrituras assy como se tal trespassamento em elle ditto Dom Alvaro nunca fora feito, e todas estas couzas e cada huma dellas os dittos Doutores em nome dos dittos Senhores auzentes, e o ditto Senhor Dom Alvaro prezente louvarom consentirom outorgaraõ prometeraõ *ad invicem* por firme estipulaçaõ comprir todo o que dito he aceptante cada hum pelo que lhe pertencia, e houveraõ aqui por postas, e sopridas todas seguridades, obrigaçoẽs, renunciaçoẽs clauzulas condiçoẽs em tais prometimentos e matrimonios acostumados posto que aqui declarados nom sejaõ e todo que necessario seja para em favor e proveito do ditto Senhor Dom Alvaro, e da ditta Senhora Dona Felipa sua molher renunciando para ello os dittos contratantes todas as leys direitos civeis e canonicos glozas e opinioẽs de Doutores foros façanhas, e ordenamentos ou Capitulos de Cortes que em contrario sejaõ, e renunciando expressamente a ley *si unquam*, e *de revocandis donationibus* o beneficio da colaçaõ imputa com o suprimento

to e querella de inofficioza doaçaõ e dotte e todo outro adjutorio leys e direitos que em contrario ſejaõ e para que eſte contrauto pautos e condiçoẽs, e couzas em ella contheudas aſſy acordado convindo e outorgado haja mayor força corroboraçaõ firmidaõ convalidaçaõ e venha a effeito dezejado os dittos contrahentes pedem por merce e ſupricaõ ao ditto Senhor Rey que dê a elle ſeu conſentimento placito e authoridade com Real confirmaçom em forma eſpecial para durar perpetuamente e requereo a mim Notario ſobreditto que a todo eſto prezente fuy com as dittas partes e teſtemunhas aqui ſobſcritas que deſſe a cada huma das partes hum publico eſtromento e muitos teſtemunhas que a eſto prezentes foraõ o Doutor Luis Teixeira e Joaõ da Guarda eſcudeiro do dito Doutor Joaõ Teixeira, e Affonſo Valente ſeu criado, e outros e eu Diogo Rodrigues Notario geral por ElRey noſſo Senhor em todos ſeos Regnos e Senhorios que a todo eſto prezente fuy eſte inſtromento eſcrevy e aqui meu ſinal fiz que tal he o qual contrato feito e afirmado pelo modo ſobreditto, e couzas em elle contheudas viſto leudo e examinado por nos o havemos por bom e aproveitamento dos dittos contrahentes, e por vertude do poder a nos dado pelo ditto Conde e Condeça o aprovamos em ſeos nomes e conſentimos e outorgamos todo o em elle contheudo aſſim como ſe por elles prezentes feito fora, e allem deſto por noſſa authoridade Real tudo bem viſto como ditto he confirmamolo e aprovamolo corroboramos e ratheficamos de noſſo moto proprio certa ſciencia livre vontade poder Real abſoluto em todo e em cada huma ſua parte com tal entendimento e declaraçaõ que todo confirmamos convem a ſaber as couzas da Coroa do Regno ſobreditas que o ditto Conde tem em ſua vida, e para filho ou filha e mais naõ aſſy as haja o ditto Dom Alvaro e ſua molher em ſuas vidas como lhe ſaõ outorgadas por bem e virtude deſte contrato e mais naõ e as outras couzas que o ditto Conde tem de juro que aſſy por eſſa meſma maneira as hajaõ o ditto D. Alvaro e a ditta D. Felipa ſua molher para todos os ſeos herdeiros e ſuceſſores e quanto he ao cazamento noſſo e aos cem mil reis de tença nos por hora nom as obrigamos mais do que eſtamos e ſomos obrigados quando nos o ditto Conde requerer faremos em elle o que a nos bem viſto for, e com o ditto entendimento e declaraçaõ confirmamos aprovamos rateficamos todo o ſobreditto e ſuprimos todo o falimento de ſolemnidade de feito e de direito neceſſario ſeja, para firme ſer e mais valer ſem embargo de quaeſquer leys direitos gloſas, e opinioẽs de Doutores que em contrario ſejaõ e ſem embargo da ley mental com todas as renunciaçoẽs obrigaçoẽs ſobredittas e queremos e mandamos que valha e ſe guarde ſem mingoamento algum em todo tempo e como couza por nos comeſſada e ordenada e acabada viſta e examinada authorizada aprovada e ratheficada e em teſtemunho de verdade mandamos dar aos dittos contrahentes ſuas Cartas per nos aſſinadas, e aſſelladas do noſſo ſello, e eſta he a do ditto Dom Alvaro. Dada em a Villa de Vianna dapar dalvito aos dezoito do mes de Abril Joaõ da Fonſeca a fez anno de Noſſo Senhor Jezu Chriſto de mil quatrocentos e outenta.

Carta, que o Senhor D. Alvaro escreveo a ElRey D. João II. no tempo, que estava em Castella, para onde passou por causa da morte do Duque D. Fernando II. na qual trata dos aggravos, que delRey tinha recebido. Achey-a no Cartorio da Casa de Bragança.

Num. 5. EU folgara bem de escusar de escrever nada a V. S. assi porque naõ queria dizer quanto devia pera dar conta ao mundo de quanto e em quantas cousas V. S. tem errado contra mim, como porque naõ posso diser taõ pouco quam pouco he mister de dizer a V. S. ante quem a verdade, e a boa rezaõ taõ pouco prestaõ: majormente que elle sabe milhor que ninguem quam grandemente contra mim tem errado, e quanto lhe eu tenho mais merecido de merce que de agravos, indaque o contrario queira ora mostrar que cuida segundo as obras que contra mim faz. Emperoo Senhor porque hora me diseraõ que V. S. mandara la por editos contra mim, inda que para ante V. S. refertar meu direito sera bem escusado; pareceome emperoo rezaõ de fazer esta, por naõ parecer que em me calar consinto, e tambem por protestar aquillo que devo por conservaçaõ de meu direito, e inda que a rezaõ de mim guarde pera dar ante quem devo emperoo darei em esta aquillo que naõ posso escusar.

Eu naõ sei mais senaõ que como disse me disseraõ que em Portugal se puseraõ editos contra mim sem saber em que forma nem sobre que, porque V. S. por fazer vossos feitos de pagam a candea como costumais, e ninguem vos naõ pode refertar nada, mandastes assi guardar os portos, e defender que se naõ escrevesem de Portugal a nenhum, juntando isto com quam pouco homem folga de ouvir as novas que sabe dese Reyno, eu o naõ soube doutra maneira nem mais cedo, emperoo cuido que tudo sera fundado ou nas culpas que V. S. mandou mostrar ao Conde dolivença em Abrantes que dizeis que contra mim achaveis, ou nas que depois me enviou o dito Conde per vosso mandado a Çafra per letra do Doutor Joaõ Teixeira. E certo Senhor se estas saõ as cousas de que me mandais acusar, mais rezaõ me parecera dar V. S. a mim rezaõ porque me tinha tomada minha fazenda, do que era mandardesme citar por taes cousas pois V. S. sabe tambem quam grandes mentiras saõ, e que naõ saõ ellas, as porque me foi tomada minha fazenda o que esta claro por muitas rezoẽs.

Primeiramente porque V. S. naõ me pode culpar nos casos em que quisestes culpar meus Irmaõs porque pois V. S. tem confessado, e assi o disse ao Bispo de Liaõ, e a Guaspar Fabra que dos casos passados de meus Irmaõs me achaveis sem culpa, e assi o mandastes dizer a mim per o Conde Dolivença que de vossa parte me enviou dizer quando cheguei a Çafra, e assi he verdade que V. S. nunqua achou nem achara contra mim cousa em que me possa culpar, porque todas as inquiriçoẽs que sobre os ditos casos mandastes tirar, como vos

vos prouve no que a mim tocava, mandastes mostrar ao Conde dolivença, e eu tenho o treslado disso, e sem embargo de ellas serem feitas como sabe, emperoo em ellas naõ se achou cousa porque me possais dar culpa.

E que queira V. S. dizer que me tomou a si minha fazenda me vim aqui a Corte delRey, e da Rainha nossos Senhores tendo vos mandado dizer que me saisse fora de todos os Reynos, e Senhorios de Suas Altezas. Esta escuza naõ pode V. S. dar porque antes de eu isto fazer, e antes de partir de Portugal vos dixestes ao Conde dolivença quando o mandastes chamar em Abrantes, que porque vos naõ fiaveis, e pelas sospeitas que de mim tinheis me querieis tomar minha fazenda, e somente ma deixar ter em quanto fosse vossa merce naõ tendo V. S. outra cousa, nem prova senaõ as sospeitas que de mim querieis tomar que o que tinheis, como dixe, loguo lho mandastes mostrar, e eu tenho o treslado, e naõ diz nenhuã cousa de que se me deva dar culpa, e que alguã cousa dissera pouco devia de bastar o testemunho só Da . . . . . Vaz pera eu ser condenado, e tambem antes de eu pera aqui vir indo meu caminho, e sendo ja em Barcellona me enviou diser V. S. como determinaveis de tomar minha fazenda, e somente me dar hum conto e duzentos mil reis cada anno pera me manter ese tempo que me mandaveis dizer que andasse fora destes Reynos. Pois naõ estava em rezaõ que ainda que eu sempre muy bem cumprisse vossos mandados, e ainda entaõ os quisesse cumprir que o ouvesse asi de fazer em conhecer que me avia por culpado no que naõ tinha culpa, e contentarme de receber pena sem a merecer, e com justa causa me parece que tinha rezaõ de volver a busquar quem me remediasse como fis.

Nem tambem se pode escusar V. S. em dizer que ma tomastes pelo testemunho que me enviastes mostrar escrito per maõ de Joaõ Teixeira do que dizeis do que disse D. Vasco, e o Tinoco, porque como digo ja dantes que elles aquillo testemunhassem ma tinheis tomada, e mais o que elles disseraõ esta claro que he mentira, e naõ faz nada contra mim, ca o que o Tinoco diz naõ he nada, e o que dis D. Vasco que lho disse D. Guterre, e he certo que eu em este tempo nunqua vi D. Vasco, nem D. Guterre, nem lhe falei, nem creo que al digaõ, pois se D. Guterre diz que o ouvio a alguem que lho disesse, que mo ouvira, certo he que tal testemunho contra mim naõ me fas nada porque eu deva de receber pena, quanto mais sendo taõ grande mentira como he, porque hi naõ avera nenhum Cavaleiro que diga que me tal ouvio, que lhe eu naõ defenda, ou faça conhecer como devo, que mente muy falsa mentira, quanto mais que as cousas que elle dixe saõ tais que qualquer entendido que as vir conhecera logo claramente que quando eu em tal caso ouvese de entender naõ avia de ser com tais civildades nem per tal maneira como elle dizia, mormente que à vossa maõ foraõ ter todas as cartas que eu escrevi a Portugal por tres, ou quatro vezes indo caminho de Barcelona, e asi outras que de la escrevi a Rainha nossa Senhora e se eu em tais cousas tivera o pensamento, de rezaõ parte dellas se ouveraõ de achar nas ditas cartas.

Eu

Eu naõ digo iſto ſenaõ por reſponder aquellas couſas em que por ventura me quer V. S. dar culpa, porque na verdade depois que eu ſahi de Portugal, e vos dixeſtes, que me querieis tomar minha fazenda ſem porque, alem de outros infinitos agravos, e injuſtiças muy grandes que de vos tinha recebido, naõ me parece que pudera fazer couſa inda que fora de voſo ſerviço em que errara, porque obrigado era a buſcar remedio de tais couſas por todas as maneiras que eu pudeſe, e por iſo ſe eu alguã couſa fis, ou fizeſſe em eſte tempo naõ me avia de deſculpar della ſalvo eſta, ou outra ſemelhante por naõ ſer verdadeira como eſta naõ he.

Aſſi que bem claro eſta que V. S. naõ me tem a minha fazenda por culpa que contra mim achaſſe nos caſos, em que quiſeſtes culpar meus Irmaõs, porque na verdade naõ a achaſtes, e vos naõ podeis dizer o contrario porque aſi o confeſſou V. S. aos Embaixadores, e enviaſtes a mim, como acima dito he, nem iſſo meſmo, ma tomaes pelos teſtemunhos das outras inquiriçoẽs nem por me naõ ir fora deſtes Reynos como vos ordenaveis, porque ja dantes ma tinheis tomada, tomaſtela por folgar de aver o meu, como ouveſtes a dos outros, e quereis buſcar achaques como buſcaſtes a elles.

E que aſſi fora que com rezaõ, e juſtiça me podeſſeis tomar o meu, que rezaõ pode V. S. dar para tomar a minha molher o ſeu, ca vos lhe naõ podeis dar culpa, nem a tem, e ſe a eſtes Reynos veo, veo por voſſa licença, ſegundo tem por voſſo aſſinado, ſem exceder mandado que mandaſtes ca hum voſſo Contador veo com ella ate o extremo que todo vio por ſer de todo teſtemunha o qual veo por voſſo mandado.

E que aſſi foſſe, e a minha molher tomaſſeis o noſſo que rezaõ tem V. S. de tomar a minhas filhas o de ſua mãy que por direito, nem lei do Reyno naõ podeis tomar, nem iſſo meſmo lhe podeis tomar as rendas de Beja, que eu tenho bom privilegio de ainda que aquelles que as tiver as perca por qualquer caſo, que toda via paſſem ao herdeiro, que as avia de ſucceder.

E certo Senhor naõ pode V. S. tanto encubrir o fundamento que faz eſtas couzas, que no modo que em ellas tem naõ dê bem a entender ao mundo o porque as faz, e ao menos naõ podera V. S. negar como vos ſempre ſervi fazendome V. S. em ves de me agalardoar com merce tantos agravos que ſeriaõ largos de contar, emperoo por moſtrar mais claramente a rezaõ que tenho he forçado que diga alguns delles, porque todos ſera muito V. S. ſabe bem como vos comecei a ſervir de pequeno, e ſempre me cheguei mais a voſſo ſerviço, e a vos que a nenhum outro fazendovos muitos ſerviços aſſinados alem dos que a voſo pay fiz, os quaes eſcuſo de dizer porque diſto quero deixar o cargo aos outros que o ſabem, e V. S. que mos tambem lembrou o dia que prendeſtes o Duque meu Irmaõ, e como quer que de pequeno me ſempre dixeſtes que todo me conhecieis, e me avieis de ſatisfazer muy bem, moſtrandome muitas vezes que me tinheis mais afeiçaõ que a nenhum outro rogando a Deos que vos trouxeſſe a tempo para aſi mo moſtrar por obra; tanto que foſtes homem,

mem, e em tempo de mo pagar logo começastes de vos aver comigo todo ao reves do que ate entaõ tinheis mostrado, e parecendovos que devieis de aver vergonha de me naõ pagar a obrigaçaõ que me tinheis, me dixestes em Coimbra que me querieis dar duas Villas vossas que tinheis entre douro, e minho e depois de mas terdes prometidas tornastesvos a escusar de cumprir comigo dizendo que a vosso pay naõ aprazia isso sendo certo que o dito vosso pay me fez mores merces que aquella em que se mostra que naõ foi por sua culpa, mas pela vossa.

O porque depois me comecei da chegar a ElRey vosso pay, e servilo, ElRey por se achar de mim por bem servido me começou de amostrar boa vontade, vos tomastes disto taõ grande nojo que o naõ podieis sofrer, e tendome ElRey prometido a Villa de Portalegre quando vos fostes, onde vós vos mais servistes de mim do que ainda dantes vos tinheis servido: sobre tudo naõ quisestes consentir que vosso pay me desse a dita Villa mostrandolhe que o fazieis por estar no estremo, e naõ fiardes de mim e concertasres com vosso pay que a Villa de Castel Rodrigo que ma tambem tinha dada ma tirasse, e a desse a Joaõ Dilhoa.

E como quer que entaõ porque se partio V. S. para Portugal, e por aquillo que me estorvastes vos foi necessario dizer a vosso pay que otorgarieis qualquer outra couza, dizendovos logo vosso pay, que me queria dar torres novas, e Alvejazere como de feito deu, e vos porem como soubestes que vosso pay mas tinha dadas a requerimento de quem me queria mal determinastes logo de o naõ consentir, e ainda a alguãs pessoas dixestes que o naõ avieis de consentir, porque era torres novas grande fortaleza, e estava junto com outras do Duque, e vos timieis de nos, e depois que eu vim a V. S. me cometestes que deixase toda via a dita Villa mostrandome que vos mo satisfarieis, e como quer que eu muito o sentisse porque sabia como o fazieis, e a forma que avieis de ter em me satisfazerdes outorguei de fazer o que me mandastes; e porque estavamos de caminho para a Corte delRey vosso pay ficamos para la nos concertarmos, e que entre tanto estivesse tudo quedo, e ainda que entaõ V. S. mostrasse que estimava em grande serviço polo eu asy em vossas maõs logo como eu parti antes de me terdes satisfeito, fostes dar hum privilegio a Villa perque a seguraveis de naõ se dar a mim.

E depois de V. S. ter isto assi feito parecendovos que me tinheis ja lançado da Villa começastes de me por duvidas na satisfaçaõ, e sem embargo de os que vos mandastes que entendesem nisso comigo acordaraõ o que se me avia de dar vos naõ quisestes estar por isso, e tantas perrarias me fizestes nisto, que de todo me tinheis já despedido de me dar nada; salvo que ElRey vosso pay se meteo nisso, e com tudo naõ pode comvosco fazer senaõ que de certos lugares que vos mesmo me daveis em satisfaçaõ daquillo vos me deixastes hum delles a que chamaõ Mira, e com tudo eu aceitei como V. S. quis por acabar, e depois de serem feitas as doaçoẽs assinadas, e asselladas tornastesme a tomar outro lugar que chamaõ Pereira, dizendo

do que mo querieis tomar por quanto o Conde de abrantes que tinha o Caſtello de torres novas mo deixara por outra merce, que lhe voſſo pay por iſo fez, e V. S. por colorar o que niſſo querieis fazer, diſeſtes que naõ querieis conſentir na merce que fizeraõ ao Conde por o Conde requerer que lhe tornaſſem o Caſtello, e vos tomardes a dita Villa de Pereira, e temendo vos que por ventura o Conde toda via quereria eſtar pelo partido que tinha feito, e naõ requereria que lhe tornaſſem o dito Caſtello, dixeſtes a D. Franciſco ſeu filho que lhe dixeſſe que em nenhum caſo fizeſſe partido comigo ſobre o dito Caſtello.

E tendo eu falado com V. S. que queria caſar com a filha do Conde dolivença, e vos tendome dito que vos prazia diſſo muito, e tendome dada carta pera o dito Conde de como vos prazia, e tornaſtes logo por outra parte a enviar dizer ao dito Conde que de nenhuã maneira fizeſſe o dito caſamento, e fizeſtes com o Biſpo ſeu irmaõ do Conde que enviaſſe dizer ao Conde por Franciſco da Gama, que em nenhum modo o fizeſſe cometendolhe outros caſamentos com o Conde de Marialva ou filho do Conde de Villa Real.

E quando vio V. S. que com aquillo naõ tornaveis o dito caſamento, e enviaſtes ao Conde Auguſtinho Caldeira com crença voſſa a dizerlhe que em nenhum caſo fizeſſe o dito caſamento, e o Conde reſpondendovos que lhe deſeis hum voſſo alvara aſſinado que lhe defendieis que o naõ fizeſſe, e que o desfaria porque ja tinheis dada tal palavra que ſe naõ podia eſcuſar com al, e vos entaõ por ſe a couſa naõ deſcubrir calaſteſvos, e ſe fez o caſamento com voſſo prazer, e iſto ſoube eu depois que fui caſado pola Condeça que mo dixe, e por minha molher.

E depois de aſſi ſer feito o dito caſamento onde dantes V. S. coſtumava moſtrar boa vontade ao Conde, e dahy a diante por reſpeito de mim começaſtes de lhe fazer mil agravos os quaes eu ſentia mais que meus proprios, e tiraſteslhe o officio de guarda mor, e tiroulhe V. S. os privilegios do bairro Devora, e tomaſteslhe a renda das ſacas Dolivença que tinha, e favoreceſtes tanto hum rapaz de hum eſcudeiro dolivença contra o dito Conde que teve coraçaõ pera lhe faſer mil ſoberbas, e injurias ſem o Conde ouſar pelo favor que o outro tinha voſſo tornar a iſſo, e dividas que lhe V. S. devia que lhe voſſo pay tinha mandado pagar todas lhas embaraçaſtes; e na Capitania de Tangere que tinha lhe fizeſtes cem mil agravos que ſeria longo de contar.

E como V. S. ſoube que a Condeça dolivença era falecida logo procuraſtes buſcar caſamentos para o dito Conde ſem o meſmo Conde o ſaber, pera ver ſe o poderieis por ali embaraçar a herança do dito Conde que a naõ herdaſſe eu avendo o dito Conde filhos: tanto que a Condeça de Penella ſem o Conde diſſo ſaber parte, requereſtes caſamento pera caſar com o dito Conde, e aa derradeira vos meſmo per vos o cometeſtes ao dito Conde, e dixeſtes a alguãs peſſoas que tudo fazieis por me desherdar. E porque o dito Conde tinha a Villa dolivença, e vos parecia que eu devia de eſperar por ſua

morte,

morte, destes hum privilegio a dita Villa em que lhe prometeste que a naõ deseis mais a ninguem.

E estando eu para a morte, e vindovos recado que era morto vos mostrastes claramente que vos prazia de minha morte.

E tanto que ElRey vosso pay faleceo tendo eu o officio de Chançarel mor V. S. me tirou logo de posse delle, emperoo que muitas vezes requeresse, e vos alegasse, como vos mesmo me tinheis outorgado asy como vosso pay V. S. sem embargo de todo me trouxe cinquo, ou seis meses sem mo querer dar, e isto tudo porque o tinheis dado ao Doutor Joaõ Teixeira, e depois que vistes que vos naõ podieis escusar de mo dar cometesteme que vo lo vendese para o dar ao dito Doutor, e porque vos pedi que pelo que pertencia a minha honra que mo quisesseis toda via dar, e depois eu faria o que vos mandasseis, me constrangestes a servir o dito officio per mim onde eu soya a ter hum Doutor que por mim o servia, e faziame V. S. ver todas as cartas, e ter o sacco a porta. E fazendo todo por me abater, e me dar oppresoẽs porque me fosse necessario deixalo e como quer que eu despois vos quizesse fazer partido delle, porque via que tinheis vontade, nunqua V. S. me quis dar senaõ taõ pouco que antes eu o queria deixar debalde, e vos naõ querieis, que fosse senaõ por onde vos querieis, mandandome dizer claramente por Gonsallo Vaz Regedor da justiça de Lixboa que se eu asy o naõ fazia que vos me farieis nisso tantos agravos ate que mo fizeseis deixar contra minha vontade.

E tendo eu huã demanda com o Arcebispo de Braga que era meu imigo, e queixandome disso a V. S. e requerendovos direito, e justiça vos nunqua quisestes fazer.

E como quer huã vez deseis determinaçaõ no dito caso, e o mandasse dizer V. S. por Fernaõ de Figueiredo ao Arcebispo, porque o Arcebispo disso naõ foi contente a tornastes a revogar. E como quer que depois muitas vezes vos eu requeresse justiça queixandome de vos porque ma denegaveis dizendome vos claramente que naõ querieis anojar o Arcebispo pelo meu: da qual cousa eu huã vez tomei por testemunha o Baraõ Dalvito, e o Doutor Joaõ Teixeira, e o Doutor Nuno Gonçalves em torres novas queixandome a elles como V. S. me denegava justiça por fazer favor a hum meu imigo.

E por quanto eu emprestei certos dinheiros ao Bispo do Algarve pera expedir as letras do Arcebispado de Braga, e ficou tambem por fiador hum genoes que chamaõ Joaõ Salvajo porque o dito Bispo morreo, e o dito genoes, e eu ouvemos breve do Papa para serem pagos do dito Arcebispado, e V. S. como o soube que aquillo me relevava tanto por me lançar em perda, e por favorecerdes ao dito Arcebispo de Braga meu imigo contra mim sem embargo do Breve do Papa, e sem embargo de huã carta delRey vosso pay que Deos aja perque prometia ao dito Bispo de fazer paguar as ditas dividas, e sem embargo de V. S. ter prometido ao dito Bispo de as fazer pagar, vos favorecestes tanto ao dito Bispo, que nunqua foraõ pagas te que o dito Joaõ de Salvajo pela parte que a elle tocava se con-

veo com o Arcebispo, e fez com elle outro caimbo a sua vontade, emperoo eu nunqua ouve nada do meu.

E no officio do regimento de justiça me fez V. S. mil agravos tirandome os poderes que tinha, mostrandome claramente que naõ fiaveis de mim servindoo eu taõ fielmente que todo o Reyno disso era contente.

E huá Capella de Tentuguel que eu tinha per Carta de vosso pay, vagou, e V. S. deu a hum escudeiro de vossa Tia D. Fellippa; e como quer que vos eu mande alegar o direito que nisso tinha, e me V. S. mandasse dizer pelo Baraõ que naõ faria nisso nada ate me naõ ouvir, e ter a direito, tornastes logo a mandar meter o outro de posse, sem me nunqua mais quererdes ouvir, nem ter a direito.

E me mandastes prender certos rendeiros de Beja porque penhoraraõ hum alfayate vosso per mandado da justiça por certa divida que lhes devia, emperoo que eu disso me queixasse a V. S. nunqua os quisestes mandar soltar ate que tornaraõ a pagar ao alfayate o que per direito lhe tinhaõ julgado a elles dizendovos sobre isso muy mas palavras a mim, e dizendome no rosto que porque a mim me consentiaõ que tivesse a jurdiçaõ de minhas rendas se seguiaõ taes erros, o que eu muito senti, e devia de sentir.

E alem destes agravos, e outros muitos desfavores, e desprezos que homem sente muito mais do que pode dizer que eu de V. S. tenho recebidos, em particular recebi tambem os que a todos fizestes em geral, dos quaes deixando todos os outros quero somente dizer alguns dos que a mim muito tocaraõ que V. S. logo em começando de reynar determinastes.

E determinastes de enviar vossos Corregedores entrar em nossas terras, e posto que vos eu mostrasse privilegio selado com selo de chumbo o qual me vos tinheis confirmado, e jurado per vossa fee Real, pela Carta do escaimbo que com V. S. fiz de torres novas sem embargo de naõ ser contrato a naõ quisestes guardar, antes em quebrantamento della, e das outras que os outros tinhaõ, e dos usos, e costumes que sempre tivemos, sem necessidade que para ello tivesseis somente por nos fazer mal as quebrastes, sem sobre isso nos querer mais ouvir, nem boas rezoẽs inda que nos para ello dessemos, mostrando nos claramente como nos em muitas das nossas terras se fazia milhor justiça que nas que entravaõ vossos Corregedores, dandovos muitas vezes forma, e meyo como em todas se podesse milhor ministrar justiça guardando vosso serviço sem quebramento de vossos privilegios, em que se bem mostrou que V. S. o fazia mais por fazer mal que com outro zello nenhum bom; e por milhor executardes o que quericis logo determinastes de naõ confirmar as doaçoẽs, e privilegios, e liberdades dos Senhores, e fidalgos, sem os verdes todos pello meudo o que era cousa para se nunca acabar, nem se fazer em nenhum tempo pelos Reys dante vos, somente confirmavaõ todo por huá só Carta, e per clausula geral. E posto que sobre isso fossem feitos a V. S. asas de requerimentos, e pedido que o quiseis emendar

nunqua

nunqua o quifeste fazer, antes os mandaveis todos tirar de poder dos Senhores, e por em mãos de hum vosso escrivaõ que para isso fizestes, ficando elles desapossados de todos os privilegios que tinhaõ, e se tornavaõ todos pera suas casas porque V. S. naõ despachava nenhum, e assi recolhieis tudo a vossa maõ para os despachar, ou quebrar quando quisesseis, e a quem quisesseis.

E logo publicou que todos os privilegios dos Reys passados naõ valesem nada, e que todos se acabavaõ per morte do Rey, e que tudo estava em vossa maõ de o dar, e tirar como quisesseis, e assi o começastes logo a mostrar per obra, porque alguns que despachaveis em huns tiraveis a jurdiçaõ, em outros a renda, em outros os privilegios, e assi tiraveis, e metieis clausulas de novo como vos aprazia, e outros rompieis de todo sem mais os verem as partes de guisa que de ventura se achara escritura civel que V. S. naõ grosasse em pouco, ou em muito e isto mesmo fizestes nas que vos mesmo tinheis feitas, e confirmadas sendo vos Principe dizendo que ja naõ valiaõ nada, porque ereis ja outro homem que entaõ ereis Principe, e agora ereis Rey.

E determinastes que naõ podessem dar cartas de segurança em mortes de homens tendo nos disso privilegios, e sentenças. E determinastes que nenhum Senhor pudesse ter Ouvidor em nenhum seu lugar mais de quinze dias, e que passados os quinze dias logo se partisse dali, ou naõ usase mais do officio, e assi que naõ conhecessem de auçoẽs novas, nem dos agravos que sahissem dante os Juizes por onde de ponto em branco tirava V. S. aos Senhores toda a jurdiçaõ de suas terras, especialmente aos Duques, e a seus Irmãos que sobre estes casos tinhaõ mais fortes privilegios.

Parece, que naõ está acabada.

Alvará de licença para D. Filippa de Mello, mulher do Senhor D. Alvaro, poder ir para seu marido. Original está no Cartorio da Casa de Bragança, donde o copiey.

Num. 6.
An. 1484.

NOs ElRey por este alvara damos licença e lugar a Dona Felipa mulher de D. Alvaro meu Primo, que ella se va para o dito seu marido, onde quer que elle estever fora destes Regnos, e que quando se asim for possa levar por mar ou por terra, todo o que tever, asim ouro e prata amoedados e lavrados, e joyas com quaesquer outras couzas, sem embargo de quaesquer ordenaçoens e defezas, que aja em contrario; e porem mandamos a todolos nossos Corregedores, Juizes, e Justiças Officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer, que lhe leixem asim levar para fora destes Regnos quando se for, todalas ditas couzas suas, quer por mar quer por terra, sem lhe poerem sobre ello pejo, nem contradiçaõ alguã, e sem embargo das ditas nossas Ordenaçoens, e defezas em contrairo dello feitas, e lhe goardem e cumpraõ este nosso alvara como em elle he

contheudo, se for passado pella Chancellaria de nossa Camera porque asim he nossa merce. Feito em Santarem a vinte e seis de Junho Joaõ Gonçalves o fez anno de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e outenta e quatro.

REY.

Certidaõ do livro da Visita dos Conegos da Congregaçaõ de S. Joaõ Euangelista, do anno de 1656, da obrigaçaõ, que o seu Mosteiro de Evora, do Padroado do Duque de Cadaval, tem, de o nomearem na Collecta.

Num. 7.
An. 1656.

CErtifico eu Manoel de Sam Joseph, Pregador, e Secretario da Congregaçaõ de Sam Joaõ Evangellista, que na vezita, que este anno de 656. fez o Reverendo Padre Manoel da Concepçaõ, Vizitador da nossa Caza de Sam Joaõ Evangellista de Enxobregas, loco tenente do Reverendissimo Padre Joaõ do Spirito Sancto, Reitor Geral desta Congregaçaõ, fica hum mandado as fol. 41. cujo treslado he o seguinte. Por nos ser feito queixa, por parte do Duque do Cadaval, e da Senhora Marqueza de Ferreira, sua Mãy, nossos Padroeiros, que saõ deste Convento de Sam Joaõ de Evora, de que os Relligiozos delle, faltavaõ na Commemoraçaõ, que se faz destes Senhores na missa da Terça em a Colleta, a qual queixa chegou tambem ao nosso Reverendissimo Padre Geral, que com os seus Deputados assentou se naõ devia alterar huma posse taõ antigua, em que estes Senhores estavaõ de os nomearem na Colleta da missa da Terça. Allem de que o Reverendissimo Padre Geral mandou ao Doutor Francisco da Madre de Deos, Bispo elleito da China, fizesse hum parecer, em que mostrasse as rezoens, que estes Senhores tem para nos obrigar, e as que nos temos para os servir; o qual parecer fica no Cartorio deste Convento para em todo o tempo saberem os Relligiozos, o que devem guardar; e por tudo nos ser prezente, e estarem tirados os escrupulos, que nesta materia os Relligiozos podiaõ ter (conforme o Decreto de Sua Sanctidade.) Mandamos a todos os nossos subditos, em virtude da sancta obediencia, naõ faltem a esta obrigaçaõ, quando a cada hum delles lhe couber satisfazer a ella. E com a mesma obediencia mandamos ao Padre Reitor, ou a quem suas vezes tiver, os obrigue, e faça guardar, para que lhe naõ seja dado em culpa, quando o contrario subceder. O qual mandado eu tresladei bem, e fielmente do livro das Vizitaçoens, ao qual me reporto, e por me ser pedida por parte do Duque do Cadaval esta Certidaõ para sua guarda, lha passei de mandado do Reverendo Padre Vizitador, aos 4. dias do mes de Março do sobreditto anno de 656. E eu Manoel de Sam Joseph, Secretario da Congregaçaõ a escrevi.

Manoel de Sam Joseph
Secretario da Congregaçaõ.

Con-

Contrato do Casamento de D. Maria de Menezes, com o II. Conde de Portalegre D. Joaõ da Sylva. Está na Torre do Tombo, no liv. 5. dos Mysticos, pag. 51, vers. donde o tirey.

Num. 8.
An. 1505.

DOm Manuel, &c. A quantos esta nossa Carta de aprovaçam e confirmaçam virem. Fazemos saber que por parte de Dom Joam da Sylva de Menezes Conde de Portallegre Senhor de Celorico Gouvea e Sam Romaõ Vallazim e Villa Cova, &c. e de Dona Fellippa de Mello molher de Dom Alvaro nosso muito amado e prezado primo que Deos haja e de Dona Maria de Menezes sua filha nos foi aprezentado hum contrato de cazamento dote e arras antre os sobreditos feito e concertado e per elles firmado e assinado do qual o theor tal he como se ao deante segue. Em nome de Deos amen. Saybam quantos este estormento de contrato de cazamento dote arras virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil quinhentos e sinco onze dias do mez de Julho na Cidade de Lisboa nas cazas da Senhora Dona Felippa de Mello molher do Senhor Dom Alvaro que santa gloria haja estando ahy prezente a dita Senhora Dona Fellippa e outro sy estando hy o Senhor Dom Joaõ da Sylva e de Menezes Conde de Portalegre, &c. Logo por ella Senhora foi dito que em prezença de mim Bras Affonso Taballiam publico e das Testimunhas a deante escritas que aprazendo a nosso Senhor Deos ellas tinham tratado cazamento com authoridade prazer e consentimento delRey nosso Senhor delle dito Senhor Conde haver de cazar com a Senhora Dona Maria de Menezes filha do dito Senhor Dom Alvaro que Deos tem e da dita Senhora Dona Fellippa a qual outro sy a esto prezente estava e por quanto o dito contrato se fez com certas clauzulas pautos e convenças foi ordenado porque ao depois nom venha em duvida se poer todo em escrito como foi concertado para em todo tempo se haver dello comprida noticia e emformaçam. Primeiramente foi acordado antre as ditas partes que os ditos Senhores Conde e Dona Maria hajam de cazar e cazem per pallavras de prezente segundo forma e ordenança da Santa Madre Igreja. Item disse a dita Senhora Dona Fellippa e declarou que a dita Senhora Dona Maria sua filha tem para seu dotte sincoenta mil dobras de vallia de cento e vinte reaes dobra segundo ordenança em que montam seis contos de reis dos quaes tem quatro contos e duzentos e oitenta mil reis de sua legitima e rendas e tem seis contos e vinte mil reis para comprimento de todo o que montaõ em seis mil dobras de que lhe ElRey nosso Senhor faz merce para ajuda de seu cazamento e assy sam os ditos seis contos de reis os quaes a dita Senhora Dona Fellippa se obrigou de pagar ao dito Senhor Conde per esta guiza convem a saber lhe dara dous contos de reis nesta maneira convem a saber dous terços delles em ouro e prata e joyas e outro terço em tapeçarias e emxoval e escravos e escravas e corregimentos de caza e vestidos da pessoa

ſoa da dita Senhora os quaes dous contos lhe aſſy pagara ao tempo que os ditos Senhores tomarem ſua caza que ſera Deos prazendo pello mez de Janeiro do anno de quinhentos e ſete e lhe dara o hum conto de reaes que tem delRey de Caſtella em dinheiro ao dito tempo da tomada de ſua caza ſe ella Senhora Dona Fellippa athe entam o tiver arecadado e nam o tendo the entaõ arecadado lhe dara hum privilegio que tem em vida da dita Senhora Dona Maria ſua filha da conthia de cento e vinte e ſinco mil maravedis em cada hum anno ſituados pello dito privilegio nas Villas de therena e de Gradalcanal o qual privilegio a Raynha de Caſtella que ſanta gloria haja leixou a dita Senhora Dona Maria em ſatisfaçam do dito hum conto e dandolhe o dito privilegio ficara ella dita Senhora Dona Fellippa dezobrigada do dito conto. Item lhe dara hum conto e ſeſſenta e ſeis mil quinhentos e ſeſſenta reis em bens de rais e renda em eſta Cidade de Lisboa e em Evora e Santarem e em ſeus termos nos preços em que eſtam avalliados nas partilhas feitas antre a dita Senhora Dona Maria e ſeus Irmãos os quaes bens lhe aſſinara e entregara ao tempo da tomada de ſua caza com condiçam que ſe do dia que a dita Senhora Dona Maria tomar ſua caza athe tres annos primeiros ſeguintes o Senhor Conde de Tentugal ſeu Irmaõ lhe quizer pagar os ditos hum conto e ſeſſenta e ſeis mil quinhentos e ſeſſenta reis em dinheiro em tal cazo todollos ditos bens e rendas deſta eſtimaçam fiquem livremente ao dito Senhor Conde de Tentugal e paſſados os ditos tres annos, e nam tendo pago o dito Senhor Conde de Tentugal ao dito Senhor Conde de Portalegre os ditos hum conto e ſeſſenta e ſeis mil quinhentos e ſeſſenta reis em tal cazo ficara a eſcolha na dita Senhora Dona Maria querer tomar e haver os ditos bens e rendas na dita avalliaçaõ dos ditos hum conto ſeſſenta e ſeis mil quinhentos e ſeſſenta reis ou haver antes o dito dinheiro e leixar os ditos bens e eſta eſcolha declara a dita Senhora Dona Maria dentro de hum anno deſpois que os ditos tres annos forem paſſados e querendo ella antes o dito dinheiro em tal cazo o dito Senhor Conde de Tentugal Dom Rodrigo de Mello que a eſto prezente eſtava ſe obrigou de lhe pagar logo inteiramente e mais ſe obrigou o dito Senhor Conde de Tentugal de pagar ao dito Senhor Conde de Portalegre hum conto de reis que deve a dita Senhora Dona Maria ſua Irmãa de refeiçaõ da dita ſua legitima do dia que tomarem ſua caza a hum anno primeiro ſeguinte ſob penna do dobro e para todo eſto elle dito Senhor Conde de Tentugal obrigou logo todos ſeus bens havidos e por haver moveis e de rais. Item lhe dara a dita Senhora Dona Felippa as ditas ſeis mil dobras que a dita ſua filha tem delRey as quaes lhe dara em dezembargos do dito Senhor quando os de Sua Alteza houver e aſſy falleceo para comprimento dos ditos ſeis contos do dito dote duzentos e treze mil quatrocentos e quarenta reis os quaes a dita Senhora Dona Felippa pagara em dinheiro do dia que tomarem ſua caza a hum anno e diſſe a dita Senhora Dona Fellippa que por quanto o inventario da herança do dito Senhor Dom Alvaro nom he ahinda acabado e poderia ſe haver alguma quebra na dita legitima da dita Se-

nhora

nhora Dona Maria sua filha que ella Senhora Dona Felippa se nom obriga a dita quebra athe quantia de quinhentos mil reis mais aos sinco contos e meo que fiquam se obrigava de os comprir e pagar pello modo atras declarado obrigando para ello todos seus bens havidos e por haver moveis e de rais ao dito Senhor Conde de Portalegre disse que por honra da pessoa da dita Senhora Dona Maria sua fotura molher lhe aprazia lhe dar como deffeito dava em arras dous contos de reis que vallem hum terço dos ditos seis contos do dote e crecendo mais o dito dote assy creceram as ditas arras ao dito respeito da terça parte e assy deminuindo o dito dote deminuira as ditas arras ao dito respeito as quaes arras ella vencera e havera se for cazo que o dito Senhor Conde seu marido falleça da vida deste mundo primeiro que ella quer lhe delle fiquem filhos quer nom e isso mesmo as havera em qualquer cazo que Deos nom mande que o dito matrimonio seja separado ou apartado em vida delles ambos sem culpa della Senhora Dona Maria. Item foi mais acordado antre as ditas partes que em cazo que o dito Senhor Conde de Portalegre falleça primeiro que a dita Senhora Dona Maria hora hy haja filhos ou nom e em cazo que em vida dambos o dito matrimonio seja separado sem culpa della que nestes dous cazos e em cada hum delles ella Senhora Dona Maria havera todo o dito seu dote e arras e mais havera ametade de todo o acquerido e multiplicado de todos seus bens patrimoniaes que se acquerirem por qualquer titullo e modo que sejaõ depois que o matrimonio antre elles for consumado tirando somente o que cada hum delles ditos Senhores Conde e Dona Maria succederem e herdarem e houverem das Senhoras suas mãys porque cada hum havera para sy em solido todo o que assy de sua mãy herdar e houver e todo o al que for acquerido partiram pello meyo e fallecendo ella Senhora Dona Maria primeiro que o dito Senhor Conde seu marido que em tal cazo os herdeiros della Senhora Dona Maria haveraõ o dito dote e ametade do dito acquerido e multiplicado e nam haveram arras e ajuntaram e se assentaram que em cazo que o dito Senhor Conde falleça da vida deste mundo primeiro que a dita Senhora sua molher ou sendo o dito matrimonio separado e apartado em vida dambos pello modo atras declarado em taes cazos e cada hum delles a dita Senhora Dona Maria havera por camara cassada sinco mil dobras da dita vallia as quaes havera nas couzas moveis que ella quizer e mais havera todollos vestidos de sua pessoa que houver despois do matrimonio ser consumado. Item em cazo que o dito dote e arras e sinco mil dobras por camara cassada e vestidos hajam de vir a ella Senhora Dona Maria ou a seus herdeiros ou a quem quer que os per direito haja daver per vigor deste contrato em tal cazo o dito Senhor Conde ou seus herdeiros pagaram todo o que montar no dito dote e arras e sinco mil dobras dentro de hum anno primeiro seguinte contando des o dia que o dito matrimonio antre elles for separado em vida ou por morte em deante sob penna doutro tanto de penna e interese e a dita penna sera para quem houver o dito dote e arras e vestidos e sinco mil dobras e por mais segurança do dito dote

te e arras e das ditas ſinco mil dobras e pennas diſſe o dito Senhor Conde de Portalegre que obrigava como de feito obrigou e embuticou para ello o ſeu reguengo da Vallada e todos outros ſeus bens patrimoniaes e de rais havidos e por haver a reſtituiçam e paga de todo o ſuſo dito e lhe apraz e outorga que em qualquer cazo que ella ou ſeus herdeiros hajam daver o dito dote e arras e ſinco mil dobras ſem outra authoridade de juſtiça nem figura de juizo poſſam logo tomar e tomem poſſe real autual do dito reguengo, e bens patrimoniaes e naõ poſſam ella nem ſeus herdeiros ſer dezapoderados nem tirados da dita poſſe athe inteiramente com effeito ſer pagos e ſatisfeitos do dito dote e arras e ſinco mil dobras e pennas ſe em ellas encorrido tiverem e as rendas que receberem do dito reguengo e bens ſeram deſcontados do principal ou pennas como for dereito nom tolhendo per aqui de fazer execuçam pella dita divida em quaeſquer outras couzas que hy houver do dito Senhor Conde per honde ſe poſſam fazer ahinda que ſejam couzas da Coroa do Reyno as quaes elle Senhor Conde para eſto obriga e ypoteca fazendoſſe primeiro execuçam aſſy do principal como das pennas nos bens patrimoniaes moveis e de rais e o que ſe per os ditos bens patrimoniaes nom poder haver ſe havera pellas rendas das terras e bens da Coroa e aſſentamento e nom ſe vendera renda alguma nem ſe arendara dante maõ nem ſe vendera alguma jurdiçaõ e as ſobreditas couzas e cada huma dellas como ditas e apontadas e declaradas ſam os ditos Senhores Dona Fellippa Conde de Portalegre e cada hum por ſua parte aprovaram e louvaram e ratheficaram por firmes ratas e aprovadas e prometeram de as ter e manter e comprir e nom vir contra ellas em parte nem em todo ſob penna que a parte que contra eſto for em parte ou em todo pagaram em nome de penna interеſe dous mil cruzados douro a parte tente e aguardante a qual penna pagada ou naõ toda via eſte contrato ſeja firme em ſeu vigor e para ſegurança de todas as ditas couzas ou cada huma dellas obrigaram alem do que ja aſſima eſta obrigado expreçamente todos ſeus bens moveis e de rais atras declarados da Coroa do Regno e rendas della havidas e por haver e por mayor firmeza deſte contrato logo o dito Senhor Conde de Portalegre amoſtrou hum Alvara de ElRey noſſo Senhor ſob aſſinado por Sua Alteza de que o theor he eſte que ſe ſegue. Nos ElRey fazemos ſaber a quantos eſte noſſo Alvara virem que a nos praz dar poder e authoridade como de feito por eſta prezente damos ao Conde de Portalegre &c. para poder fazer contrato com Dona Felippa do cazamento de ſua filha Dona Maria poſto que ſeja menor de hidade poſto que nom ſeja mancipada porque para o dito cazo a havemos por mayor e mancipada e lhe damos poder e authoridade para poder fazer o dito contracto com todalas clauzullas e condições e obrigações que elle quizer e poſſa obrigar ſeus bens a dote e arras da dita Dona Maria e a todo o mais que lhe der e prometer e iſſo meſmo lhe damos poder e authoridade para poder jurar o dito contracto ſem embargo de noſſa ordenaçam em contrario e damos licença ao Taballiam que for eſcolhido para fazer o dito contrauto que o

faça

faça com o dito juramento e para firmeza do que dito he mandamos passar este por nos assinado. Feito em Lisboa a onze dias de Julho Affonso Mexia o fez Anno de mil quinhentos e sinco. = REY. = E por virtude do qual Alvara elle Senhor Conde fez hora e afirmou e houve por feito e afirmado este dito contrato e se obrigou de o manter e comprir com todo e por todo como nelle he contheudo sob a dita obrigaçam e penna e ahinda por mais abastança jurou logo aos Santos Evangelhos corporalmente tangidos perante mim dito Taballiam e Testimunhas abaixo nomeadas de comprir e manter o dito contracto inteiramente como se nelle conthem e de nunca hir contra elle em modo algum e por mayor firmeza do dito dote e arras e sinco mil dobras a Senhora Condeça de Portalegre madre do dito Senhor Conde obrigou sua terça e todos outros seus bens moveis e de rais havidos e por haver segundo ao pé deste contracto fara sua obrigaçam e em Testimunho desto assy o outorgaram e mandaram ser feitos senhos estormentos e dous para cada parte de lhe comprirem Testimunhas que prezentes foraõ o Bacharel Joam Cotrim Corregedor da Corte do dito Senhor e o Lecenciado Alvaro Annes Cidadaõ da dita Cidade e Joaõ de Revoreda Contador da Caza delRey nosso Senhor e despois desto em doze dias do dito mez de Julho do dito anno de quinhentos e sinco na dita Cidade nas cazas da dita Senhora Dona Maria Dayalla Condeça de Portalegre estando hy a dita Condeça perante mim Taballiam lhe foi amostrado e lido este contracto de cazamento atras escrito e por ella foi dito que lhe prazia como de feito aprouve e para mayor segurança do dito dote e arras e das ditas sinco mil dobras da Camara cassadas de obrigar como de feito por este estromento obrigam especialmente toda sua terça e todos outros seus bens havidos e por haver moveis e de rais para que se for cazo que ao tempo da separaçaõ do dito matrimonio assy por morte como em vida a dita Senhora Dona Maria ou seus herdeiros nom acharem bens patrimoniaes e fazenda do dito Senhor Conde por honde hajam todo seu dote e arras no cazo que as hy ha daver e as sinco mil dobras de Camara cassadas que em tal cazo hajaõ todo o que della fallecer pellos bens e terça della Senhora Condeça que ella Senhora por todo esto expreçamente para todo obrigou e emboticou como dito he e por mayor cautella ella Senhora Condeça renunciou logo para esto o beneficio da ley do Valeriano perante o honrado Bacharel Joam Cotrim Corregedor da Corte dos feitos Civeis delRey nosso Senhor que hy prezente estava o qual pella dita Senhora ser tal pessoa veo a sua caza especialmente para este negocio e declarou a dita Senhora Condeça a dita ley do Valleriano como hera feita em favor das molheres e mandava que qualquer obrigaçam que em alguma molher se obrigace por outrem que nem vallesse salvo se perante o Juis renunciase a dita ley e ella Senhora Condeça sabendo e entendendo o privilegio e liberdade que lhe pella dita ley hera concedido disse que nom queria della gouvir nem uzar em esta parte e que a renunciava como logo de feito renunciou perante o dito Corregedor e quis e lhe aprouve toda via ficar obrigada pello dito Senhor Conde

ſeu filho pello modo e maneira que atras faz mençaõ ſem embargo da dita ley e doutras quaeſquer leys e ordenaçoẽs e direitos Civeis e Canonicos de que contra o contheudo neſte contracto ſe poſſa ajudar e por Certidaõ deſto mandou eſcrever eſta ſo obrigaçam e renunciaçaõ ao pé deſte contracto para ſer emcorporada com elle. Teſtimunhas que prezentes foraõ o dito Corregedor e meſtre Felippe mercador e Henrique Fernandes e Barbanel outro ſy mercador moradores na dita Cidade e eu Bras Affonſo publico Taballiaõ por authoridade de ElRey noſſo Senhor na dita Cidade e ſeu termo que eſte eſtormento de minha nota por meu Eſcrivam fiz tirar e ſobſcrevi e concertey e vay eſcrito em ſeis folhas com eſta e fica reſcado honde dizia dicta reaes e fica antrelinhado honde diz e mil conto ficaram hajaõ e por verdade o aſſiney aqui do pubrico ſinal. Pedindonos os ſobreditos Dona Felippa e Conde de Portalegre que lho confirmaſemos e houveſſemos por confirmado e aprovaſemos eſte contracto de dote e cazamento e arras e renunciaçaõ e contratamento com todallas clauzullas pautos convenças e condiçoẽs eſtipullaçoẽs e juramentos em o dito contracto contheudas e ſuprimos ò dito contrato qualquer ſolemnidade honde foſſe de dereito que contra o dito contrato em algum tempo ſe podeſſe alegar o qual contracto viſto por nos todo lido e examinado e entendido e por quanto o concerto e contracto antre as ditas partes foi feito com noſſa authoridade e todallas couzas nelle contheudas ſe fizeram com noſſo prazer e conſentimento e para todo primeiro demos licença e nos em peſſoa entendemos em todo ſentindo aſſy por ſerviço de Deos e noſſo pellos muitos grandes ſerviços que delles recebemos e ao deante eſperamos receber por eſta prezente authorizamos o dito contrato com todallas clauzullas pactos convenças e condiçoẽs e juramentos nelle contheudos de noſſo moto proprio e certa ſciencia e livre vontade e poder Real e abſoluto aprovamos e confirmamos ratheficamos e abonamos com eſte entendimento que o reguengo de Vallada no contracto declarado ſera ſomente obrigado ao dote da dita Dona Maria pella maneira no contrato declarado e as arras nom porque as havera a dita Dona Maria ou ſeus herdeiros em cazo que per direito as hajam daver pellos bens patrimoniaes do dito Conde e da dita Condeça ſua mãy e as ſinco mil dobras que lhe deu pella Camara caſſada e ſe pagas as ditas arras e ſinco mil dobras aſſima declaradas ſobejarem mais bens patrimoniaes do dito Conde e Condeça ſua mãy havera a dita Dona Maria per elles ſeu dote e todo o que ficar por pagar a que os ditos bens patrimoniaes nom abaſtarem havera pello reguengo da Vallada na maneira atras declarado e aſſy havemos por firmes todallas clauzullas e condiçoẽs e convençoẽs e cada huma dellas no dito contrauto contheudas ſem embargo da ley mental e de todallas outras leys e direitos Civeis e Canonicos grozas e oppinioens de Doutores ordenaçoẽs Cartas Sentenças determinaçoẽs e Capitulos de Cortes geraes e eſpeciaes que em contrario deſte contracto e confirmaçaõ e aprovaçam delle ſejaõ e ao deante forem por quanto todo aqui havemos por expreſſo e eſpecialmente renunciado caſſado e anullado e de nenhum vigor e força quanto he ao dito

dito contracto e confirmaçam delle naõ valler ou menos valler em parte ou em todo assy como se todo assentado e nomeado declarado fosse soprindo todo fallecimento de menoridade ou outra qualquer couza de feito ou de dereito que necessario seja para o dito contracto cazamento dote e arras renunciaçaõ prometimento firme ser mais valler rathesicado confirmado e louvado o dito contrato havendo-o por firme no melhor modo e forma que ser possa e per pallavra declarar se possa assy e pella guiza modo e maneira que se em elle conthem e nos praz de fazer comprir e guardar em todo tempo sem mingoamento algum e queremos que o Notario que o fez que nom haja penna alguma contheuda em nossas ordenaçoẽs por fazer assy o dito contracto confirmado por juramento dos sobreditos por quanto nos demos licença para isso e em testimunho de tudo mandamos fazer esta Carta por nos assinada do nosso sello a qual mandamos que em todo valha e se cumpra e guarde inteiramente como em ella he contheudo. Dada em a nossa Cidade de Lisboa a doze dias do mez de Julho Affonso Mexia a fez de mil e quinhentos e sinco e honde diz que fallecendo o dito Conde que allem de se arecadar e haver o dito dote por parte de Dona Maria ou seus herdeiros por seus bens moveis e de rais e pellas novidades do reguengo de Vallada nam tolhe de se fazer execuçam em quaesquer outros bens da Coroa do Regno e assentamento que de nos tem e nam possa vender nem arendar dante maõ nem nenhuma couza delles e declaramos que isto se entenda somente no rendimento das ditas rendas athe o tempo que o dito Conde fallecer para no dito rendimento somente se fazer a execuçam para restituiçam do dito dote e dy por deante ficaram todallas ditas rendas livres e dezembargadas aos herdeiros do dito Conde por quanto de todallas rendas que de nos tem da Coroa do Regno somente se obrigaõ ao dito dote e o reguengo de Vallada pella maneira condiçoẽs em sima declaradas.

Carta de assentamento de Conde de Tentugal, a D. Rodrigo de Mello. Está no liv. 3. da Chancellaria delRey D. Joaõ o III. pag. 160, donde a copiey.

Num. 9. An. 1504.

DOm Joaõ, &c. a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte do Conde de Tentugal meu muito amado primo me foi aprezentada hua Carta delRey meu Senhor e Padre que santa gloria aja da qual o theor tal he. D. Manoel por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guine da Conquista navegaçaõ Comercio da Ethiopia Arabia Persia da India, &c. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esguardando nos aos muitos serviços que temos recebido de D. Alvaro meu muito amado Primo cuja alma Deos haja e a seus grandes merecimentos e isso mesmo ao muito divido que comnosco tem D. Rodrigo de Mello Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho

brinho seu filho e aos serviſſos que delle ao diante esperamos receber movido ello por taes respeitos e querendolhe fazer graça e merce temos por bem e nos praz que elle tenha e haja de nos de asentamento em cada hum anno des o primeiro dia de Janeiro que ora paſſou da era prezente de 1504 em diante duzentos e seſenta mil e duzentos e quarenta e hum reis que he outro tanto como o dito D. Alvaro de nos havia, e era outro tanto como elle tinha delRey D. Affonso meu thio que Deos haja por tres padroens per esta guisa convem a saber cento e setenta mil reis por hum padraõ feito a 28 dias de Fevereiro de seſenta e sete annos, e setenta e dous mil e outocentos e cincoenta e outo reis que lhe foraõ acrecentados no dito acentamento no anno de setenta e dous, e os dezasete mil e trezentos e outenta e tres, por outro padraõ feito a 9 de Junho no anno de outenta que tinha dos quarenta mil reis que o Duque seu pay nelle trespaſſou de seu asentamento porque os vinte e dous mil e seiscentos e dezasete reis leixou entaõ em companhia doutros dinheiros, pellas dizimas novas de Buarcos e de Monte Mor o Velho Judarias de Sines e S. Tiago, e Collos que lhe foraõ dadas, e porem mandamos aos Vedores de noſſa fazenda, que lhe façaõ asentar os ditos duzentos e seſenta mil duzentos e quarenta e hum reis nos noſſos livros della, e dar dos ditos dinheiros em cada hum anno carta para logar onde delles haja mui bom pagamento, e por sua guarda e firmeza dello lhe mandamos dar esta noſſa carta por nos asinada e asellada do noſſo sello pendente dada em a noſſa Cidade de Lisboa a 25 dias do mes de Setembro. Gomes Aranha a fez anno do nacimento de Noſſo Senhor Jesu Christo de 1504 annos pedindonos por merce o dito Conde que lhe confirmasemos a dita carta e visto por nos seu requirimento querendolhe fazer graça e merce temos por bem de lha confirmar e havemos por confirmada asi e da maneira que nella se contem, e asim mandamos que se cumpra e guarde dada em a noſſa Villa de Thomar a 17 dias dagosto Jorge da Fonseca a fez anno de Noſſo Senhor Jesu Christo de 1523.

Carta porque ElRey D. Manoel concedeo ao Conde de Tentugal D. Rodrigo de Mello, obrigar certos bens para segurança do dote da filha de D. Pedro Porto Carrero. Està na Torre do Tombo, no liv. 6. dos Mysticos, pag. 79, donde a copiey.

Num. 10. **An. 1510.**

DOm Manoel a quantos esta Carta virem fazemos saber, que ho Conde de Tentugal noſſo muito amado sobrinho, nos enviou a dizer, como estava concertado com noſſo consentimento de cazar com Dona Maria, filha de Dom Pedro Porto Carreiro, o qual lhe dava em dote, outo contos e meyo, e que posto que elle tenha fazenda, que pode obrigar ao dito dote s. as suas cazas de Lixboa, e Devora, a Quinta Dandalluços, e outra fazenda, aſſim movel, como raiz, o dito

dito Dom Pedro nom era satisfeito della, ainda que por suas doaçoens elle dito Conde pode apenhar a descontar certas rendas de juro, que de nós tem, que procedem da Caza de Bragança, e que por o dito Dom Pedro ser doutro Reyno queria, que esto se fizesse com nossa authoridade, e assi por alguma duvida, que podia sobrevir por cauza ley mental, posto que por outro privillegio, que de nós tem a dita ley se naõ entenda nas rendas da dita Caza de Bragança, pedindo-me o dito Conde por merce, que lhe dessemos licença para poder obrigar ao dito dote os direitos de Beja, e as dizimas do pescado de Azurara, e do Porto, e de Setuval, que elle de nós tem de juro, na maneira sobredita, e visto por nós seu requerimento, e querendolhe fazer graça e merce. Temos por bem, e lhe damos lugar, e licença, que elle possa obrigar ao dito dote, as ditas rendas com esta declaraçaõ s. Que vindo cazo, que a dita Dona Maria, ou seus herdeiros ajam de aver o dito dote, e nam no podendo aver todo, ou parte delle pollos beens, que agora o dito Conde tem, e ao diante ouver, que entam o que fallescer aja pellas ditas rendas acima conteudas a descontar atee a dita Dona Maria ser acabada de paguar do dito dote, nam seja despojada das ditas rendas, e como for pagua se tornaram as ditas rendas a quem per direito pertencerem, e por quanto nom ficando do dito Conde herdeiros, que as ditas rendas ajam de herdar, se ham loguo de tornar ao Duque de Bragança, meu muito amado, e prezado sobrinho por bem de suas doaçoens, elle nos disse, que lhe prazia, que vindo tal cazo, perque se lhe as ditas rendas tornem, que a dita Dona Maria aja daver o dito dote, que comsiguo traz, e se quizer hir destes Reynos pera os de Castella possa levar em ouro, prata, e joyas os ditos outo contos e meyo do dito dote, sem embarguo de nossas Ordenaçoens em contrario, e por firmeza, e segurança da dita Dona Maria lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada por nós, e seellada do nosso sello pendente: Dada em Almeyrim, a 15. de Março, Rodrigo Homem a fez, anno de 1510.

Contrato do casamento de D. Rodrigo de Mello, Conde de Tentugal, e depois I. Marquez de Ferreira, com D. Leonor de Almeida. Está no Cartorio da Casa de Bragança, authentico, donde o copiey.

Num. 11.
An. 1510.

SAibaõ quantos esta Carta de concerto e prometimento de cazamento virem, que no Anno do Nassimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil e quinhentos e des annos, vinte dias do mes de Novembro do dito anno, no Monte de Dom Joaõ Deça, que he em termo de Pavia, estando prezente o Duque de Bragança, de Guimaraens, &c. meu Senhor, e o mui Magnifico Senhor Dom Rodrigo, Conde de Tentugal, em seu nome, e o muy Magnifico Senhor, o Senhor Dom Joaõ de Almeida, Conde, e Senhor de Abrantes, em nome e como procurador da Senhora Dona Leonor de Almeida, Filha

lha do Senhor Dom Francisco de Almeida Vizorey, diseram que antre elles hera concertado de cazar o dito Senhor Dom Rodrigo Conde de Tentugal, com a dita Senhora Dona Leonor de Almeida por pallavras de prezente fazerem Matrimonio como manda a Santa Madre Igreja de Roma, e que por quanto se achava que o dito Senhor Conde de Tentugal, hera parente no quarto gráo, com a dita Senhora Dona Leonor e que ao prezente naõ podiam cazar por palavras de prezente sem dispençassam do nosso mui Santo Padre, pello qual antre tanto que mandavaõ pela dita dispençassam elles sobreditos Senhores se comtratavam em esta maneira: Dizendo o dito Senhor D. Rodrigo Conde de Tentugal que elle prometia que vindo a dita dispençassam, ou sendo certo que com elles hera dispençado sobre a dita rezam de cazar por pallavras de prezente fazerem Matrimonio com a dita Senhora Dona Lianor de Almeida, e o dito Senhor Conde de Abrantes, asim mesmo por virtude de huma procurasam que logo ahi mostrou que paresia ser feita, e asignada em Abrantes por Afonso Dias, escudeiro de ElRey nosso Senhor, publico Tabelliam das notas da dita Villa, cujo treslado de *verbo ad verbo*, he o seguinte. Saibam os que a prezente procurassaõ virem que no Anno do Nassimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil e quinhentos e des annos, aos quatorze dias do mes de Novembro do dito anno na Villa de Abrantes nas pouzadas da Senhora Dona Leonor de Almeida, Filha do Vizorey, que Deos tem, sendo a dita Senhora prezente logo por ella foi dito em prezença de mim Taballiaõ publico Notario, e das testemunhas ao diante todo nomeado, que por quanto antre ella dita Senhora, e o muy Magnifico Senhor, o Senhor Dom Rodrigo Conde de Tentugal, se trata, e he tratado cazamento, que ella fazia, e sobstabelecia, como de effeito logo fes, e sobstabelleceo ao muy Magnifico Senhor Dom Joaõ de Almeida, Conde de Abrantes, seu Tio, por seu procurador suficiente, na milhor fórma, e modo que ella de direito podia, e devia, que por ella, e em seu nome possa contratar com o dito Senhor Conde o dito cazamento por pallavras de prezente, ou despozorios por palavras de fucturo, com quaisquer clauzullas ou condiçoens, prometimentos, stipullaçoens, e concertos que a elle dito Senhor Conde seu Thio, bem visto for, e milhor parecer; e possa no dito seu nome consertar cazarem ambos por carta dametade, como se acostuma em estes Reinos comummente, se o assim ouver por bem, e lhe milhor parecer; e que posa ajustar o dito cazamento, ou despozorios, com quaesquer penas, vincullos, firmezas, e prometimentos, que em tal cazo se requerem, e posa obrigar a todo o sobredito, ou parte dello, todos seos bens della dita Senhora, moves, e de rais havidos, e por haver, e todo fazer asim como ella faria se a todo prezente fosse, e milhor, se milhor poder ser, para todo o qual, ou parte dello lhe outrogou todo o seu livre, e cumprido poder, e prometeo, e outrogou, que sempre o haveria por firme, e valliozo, quanto elle dito Senhor Conde seu Thio, em o dito seu nome por ella fizer em esta rezam; e que nunca em nenhum tempo hirá, nem virá contra isso, por ella dita

dita Senhora , nom por outra alguma pessoa , em nenhuma maneira, nem rezam alguma que seja ; e obrigou a todo , todos seos bens moves , e de rais , havidos e por aver , e em testemunho de verdade , lhe mandou , e otrogou ser feita esta polla dita Senhora otrogada ; logo , dia , mes , anno , suso escrito , testemunhas heram prezentes , Fernaõ Dalves , Clerigo de Missa , e Gil Vaas , escudeiro do dito Senhor Conde , e seu Secretario , e Pedro Nunes , criado da dita Senhora , e outros ; e eu Afonso Dias escudeiro de ElRei nosso Senhor , e publico Taballiaõ de Notas , em a mesma , e seu termo pello dito Senhor Conde que a escrevi , e asignei do meu pubrico signal que tal he. Disse que elle prometia por parte da mesma em nome da dita Senhora Dona Leonor de Almeida , que vindo a dita dispençassam ou sendo certo que com elles hera dispençado , sobre o dito parentesco , de cazar por pallavras de prezente , faz autos matrimoniaes com o dito Senhor D. Rodrigo , Conde de Tentugal , e asim mesmo consertara os sobreditos Senhores Conde de Tentugal , e Conde de Abrantes no dito nome , por vertude da dita procurasam que naõ cazem por dote , nem por arras , e sómente cazem por carta dametade , como se costuma comummente cazarem nestes Reinos de Portugal s. que apartandose o dito Matrimonio , e cazamento , quando Deos aprouver , por morte de cada hum delles , ou por outro qualquer modo quer haja filho , ou filha , ou filhos , ou filhas dantre ambos , quer naõ , que todolos bens partiveis que ambos trouxerem ao tempo que cazarem , ou que dispois de cazados ganharem ou adquirirem , ou herdarem , e ouverem por qualquer modo , e maneira , e titullo , que seja , que o partam ambos pello meyo igualmente , levando hum tanto como outro , elles , ou seos Herdeiros de qualquer delles que seja morto todas as quaes couzas , e cada huma dellas outorgaraõ o dito Senhor Conde de Abrantes em nome da dita Senhora , e o dito Senhor Conde de Tentugal , e prometem de as ter , e manter e guardar e cumprir , e fazer guardar e cumprir verdadeiramente a boa fee , sem mao engano como asima he contheudo e prometiam de naõ fazerem o contrario nenhuma couza das sobreditas nem hirem , nem virem contra ellas , por si nem por outrem em nenhum tempo , nem maneira , nem modo algum , ante prometeram de trabalhar o possivel que se cumpra como asima dito he que venha a dita dispençassaõ e a fazerem vir o mais asinha que poderem sob pena de vinte mil soldos de ouro , a qual pagará a parte que naõ quizer cumprir todo o suso dito ou parte dello , à parte que quizer estar pello dito contrato , e a dita pena pagada , ou naõ , que toda via o dito contrato fique firme e vallиozo , e valha ; e o dito Senhor Conde de Tentugal disse , que elle queria mandar pella dita dispençassaõ testemunhas que a todo foram prezentes. Dom Joaõ Deça fidalgo da caza do Duque meu Senhor , e Fernaõ Rodrigues seu camareiro , e o Doutor Fernam de Moraes do seu Dezembargo , e Joaõ Parali fidalgo da caza do Senhor Conde de Tentugal , e Fernam Lourenço cavalleiro da caza de ElRey noso Senhor , e Diogo Gil Freire , e Gil Vas , escudeiro da caza do Senhor Conde de Abrantes , e seu

e ſeu Secretario, e Fernaõ Juſarte, e outros; e eu Jorge Lourenço eſcrivam da camara do dito Duque meu Senhor e Taballiam geral po' ElRei noſo Senhor em todos ſeos Reinos nas couzas do Duque meu Senhor, e nas couzas que por mandado de ſua Senhoria fizer, que a tudo prezente fui, e por mandado do Duque meu Senhor, e por rogo dos ſobreditos Senhores, Conde de Tentugal, e Conde de Abrantes eſta carta eſcrevi. = Ho Duque = Dom Rodrigo Conde = O Conde de Abrantes = Joaõ Parali = Fernam Martens = Franciſco Antunes = O Doutor Fernaõ de Moraes = Diogo Gil Freire = Gil Vaas = Fernaõ Lourenço = Fernaõ Juſarte. =

Saibaõ os que eſta prezente Procuraſam virem, que no Anno do naſſimento de Noſſo Senhor Jezu Chriſto de mil e quinhentos e des annos aos quatorze dias do mes de Novembro do dito anno na Villa de Abrantes nas pouzadas da Senhora, a Senhora Dona Leonor de Almeida filha do Vizorey que Deos tem ſendo a dita Senhora prezente, logo por ella foi dito em prezença de mim publico Notario, e das teſtemunhas ao diante nomeadas, que por quanto antre ella dita Senhora, e o muy Magnifico Senhor, o Senhor Dom Rodrigo Conde de Tentugal, ſe trata, e he tratado cazamento, que ella fazia e ſobſtabelecia, e com efeito logo fes, e ſobſtabelleceo ao muito Magnifico Senhor, o Senhor Dom Joaõ de Almeida Conde, Senhor de Abrantes ſeu Tio, por ſeu procurador ſuficiente na milhor forma, e modo que ella de direito podia, e devia, que por ella, e em ſeu nome poſſa contratar com o dito Senhor Conde, o dito cazamento, por palavras de prezente, ou deſpozorios, por palavras de futuro, com quaeſquer clauzullas, e condiſſoens, e prometimentos, ſtipullaçoens, e concertos, que a elle dito Senhor Conde ſeu Tio bem viſto for, e milhor parecer, e poſſa em o dito ſeu nome concertar que cazem ambos por carta dametade, como ſe coſtuma em eſtes Reinos commummente, ſe aſim ouver por bem, e lhe milhor parecer e que poſſa jurar o dito cazamento ou deſpozorios, com quaeſquer penas, vincullos, e firmezas, e prometimentos, que em tal cazo ſe requerem, e poſſa obrigar a todo o ſobredito, ou parte dello todos ſeos bens della dita Senhora moveis e de rais, havidos, e por aver, e todo fazer aſim como ella faria ſe a todo prezente foſſe, e milhor ſe milhor puder ſer, para todo o qual ou parte delle lhe outrogou todo o ſeu firme, e cumprido poder e prometeo, e outrogou, que ſempre o haverá por firme, e valliozo, quanto elle dito Senhor Conde ſeu Tio, em o dito ſeu nome por ella fizer em eſta rezam, e que nunca em nenhum tempo hirá, nem virá contra iſſo, por ella dita Senhora, nem por outra alguma peſſoa, em nenhuma maneira nem por rezaõ alguma que ſeja, e obrigou a tudo todos ſeos bens moveis, e de rais, havidos e por haver, e em teſtemunho de verdade lhe mandou dar, e outrogou ſer feita eſta pella dita Senhora outrogada, logo, dia, mes, e anno ſuſo eſcripto; teſtemunhas que heraõ prezentes, Fernam Dalvares Clerigo de Miſſa, e Gil Vaas, Eſcudeiro do dito Senhor Conde, e ſeu Secretario, e Pedro Nunes, criado da

dita

dita Senhora, e outros, e eu Affonso Dias escudeiro de ElRey nosso Senhor, e publico Taballiam das notas em a mesma, e seu termo, pello dito Senhor Conde que a escrevi, e asignei de meu publico signal que tal he. Lugar do signal publico. Affonso Dias.

Bulla do Papa Paulo III. porque concede ao I. Marquez de Ferreira D. Rodrigo de Mello os Prestimonios, ou Beneficios simples, de certas Igrejas mencionadas na dita Bulla, o Padroado para elle, e os successores da sua Casa. Authentica está no Archivo do Duque de Cadaval, donde a copiey.

In nomine Sanctissimæ, & Individuæ Trinitatis Patris, & Filij, & Spiritus Sancti Amen.

Num. 12. An. 1541.

NOverint universi, & singuli has presentes nostras sive presens publicum Transumpti Instrumentum visuri, lecturi & audituri, quod Nos HENRICUS, &c. Sanctæ Pudentianæ Presbyter Cardinalis Caetanus S. R. E. Camerarius ad instantiam Illustrissimi Domini Roderici Marchionis de Ferreira in Regno Portugalliæ principalis omnes, & singulos sua communiter, vel divisim quomodolibet interesse putantes ex adverso principales eorumque Procuratores siqui sint in Romana Curia ad videndum sumptum litterarum Apostolicarum felicis recordationis Pauli Papæ III. dismembrationis, & separationis duarum partium ex tribus partibus omnium & singulorum fructuum reddituum & proventuum Beatæ Mariæ de Tentuguel & Sanctæ Mariæ Magdalenæ, ac Sancti Michaelis montis majoris veteris, & ejusdem Beatæ Mariæ Villæ novæ Danços, necnon Sanctæ Catherinæ Danobra, & Sancti Andreæ de Fereyra, ac Sancti Mathei de Santarem, & ejusdem Beatæ Mariæ de Villa Ruiva Colimbrien. Visen. Ulixbonen. & Elboren. respective dioc. parochialium Ecclesiarum de quibus dictus Illustris, & nobilis D. Rodericus unicus Patronus existit ac erectionis & institutionis in singulis Ecclesijs prædictis singulorum seu singularum prestimoniorum seu prestimonialium portionum aut beneficiorum Ecclesiasticorum hujusmodi illisque pro eorum seu earum dotibus duarum partium dismembratarum & separatarum cujuslibet Ecclesiarum hujusmodi reservationis concessionis & assignationis apostolica auctoritate ad perpetuam rei memoriam factæ ac aliorum in eodem sumpto expressorum alias per dictum Illustrem D. Rodericum obtentorum clausum & sigillatum more Romanæ Curiæ aperiri & clausulas ceteratas in eodem sumpto contentas juxta ejusdem Romanæ Curiæ stilum extendi & publicari ac in publicam Transumpti formam redigi mandari auctoritatemque nostram pariter & decretum judiciale desuper interponi vel dicendum & causam siquam haberent rationabilem quare premissa fieri non debeant allegandum per unum ex Sanctissimi Domini nostri Papæ Cursoribus & per affixionem ad valuas Cameræ Apostolicæ & in avi campi floris ut moris est, & fieri con-

consuevit citari fecimus, & mandavimus ad diem & horam infradictas quibus advenientibus comparuit in judicio coram nobis M. Dominus Antonius Gomes Clericus . . . . gratus Elven. dicti Illustr. D. Roderici in hac parte Procurator & eorundem citatorum non comparentium contumacia accusata & in eorum contumaciam dictum sumptum ita clausum & sigillatum facto realiter exhibuit & presentavit illudque aperiri & clausulas ceteratas in ipso appositas extendi & transumptari ac in publicam Transumpti formam redigi mandari nostramque auctoritatem pariter & decretum desuper interponi debita cum instantia postulavit Nos igitur Henricus Cardinalis Camerarius prædictus hujusmodi justis precibus moti dictis citatis non comparentibus merito id exigente justitia contumacibus reputatis & in eorum contumaciam dictum sumptum aperiri & clausulas ceteratas in eo appositas juxta stilum Romanæ Curiæ extendi & in hujusmodi publicam Transumpti formam redigi mandavimus & fecimus cujus quidem sumpti tenor est qui sequitur videlicet PAULUS Episcopus servus servorum Dei Ad Perpetuam rei Memoriam. Ad Sacram Beati Petri sedem meritis licet imparibus divina dispositione vocati de statu Ecclesiarum quarumlibet salubriter dirigendo attentius cogitamus & ut in illis divinus cultus cum populi devotione & animarum salute augeatur & juxta illarum facultates personæ Domino famulantes provide deputentur operarias manus libenter adhibemus aliisque desuper disponimus prout pia personarum presertim generis claritate fulgentium ac nobis & Sedi apostolicæ devotarum vota exposcunt & id in Domino conspicimus salubriter expedire sane pro parte Dilecti filij Nobilis Viri Roderici moderni Marchionis de Fereira in Regno Portugalliæ nobis nuper exhibita petitio continebat quod cum ipse Beatæ Mariæ de Tentuguel & Sanctæ Mariæ Magdalenæ ac Sancti Michaelis montis majoris veteris & ejusdem Beatæ Mariæ Villæ novæ Danços necnon Sanctæ Catherinæ danobra, & Sancti Andreæ de Fareyra, ac Sancti Mathei de Santarem & ejusdem Beatæ Mariæ de Villa Ruiva Colimbrien. Visen. Ulixbonen. & Elboren. respective dioc. Parochialium Ecclesiarum unicus Patronus ac in pacifica possessione seu quasi Juris presentandi personas idoneas ad dictas Ecclesias dum pro tempore vacant existat ipsarumque Ecclesiarum fructus redditus & proventus benedicente Domino adeo uberes & abundantes sunt seu ita excreverint ut ex fructibus redditibus & proventibus singularum Ecclesiarum hujusmodi duo Clerici manuteneri & sustentari commode possint dictus Rodericus Marchio cupit duas partes ex tribus partibus omnium, & singulorum fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi ab illis dismembrari & separari ac ut in singulis Ecclesijs prædictis divinus cultus & Ministrorum ecclesiasticorum numerus augeatur in eisdem singulis Ecclesijs singula seu singulas prestimonia seu prestimoniales portiones aut simplicia beneficia ecclesiastica erigi & institui illisque pro eorum seu earum dote duas dismembrandas & separandas partes hujusmodi applicari & appropriari Quare pro parte ejusdem Roderici Marchionis asserentis fructus redditus & proventus earundem Ecclesiarum insimul octingentorum ducatorum auri de camera secundum

dum communem extimationem ac taxationem tertiarum per dictam Sedem claræ memoriæ Emanueli Regi Portugalliæ concessarum valorem annuum non excedere seque etiam Comitem de Tentuguel in eodem Regno existere nobis fuit humiliter supplicatum ut duas partes fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi ab illis dismembrare & separare ac in singulis Ecclesijs prædictis singula seu singulas Prestimonia seu Prestimoniales Portiones aut perpetua simplicia beneficia ecclesiastica erigere & instituere ac illis pro eorum seu earum dotibus duas dismembratas & separatas partes hujusmodi perpetuo applicare & appropriare ac aliis in premissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur Nos igitur qui divini cultus augmentum ac beneficiorum ecclesiasticorum propagationem sinceris desideramus affectibus pium desiderium Roderici Marchionis hujusmodi in Domino commendantes Ipsumque Rodericum Marchionem à quibusvis excommunicationis suspensionis & interdicti alijsque ecclesiasticis sententijs censuris & penis à jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodatus existit ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes & absolutum fore censentes hujusmodi supplicationibus inclinati à singulis Ecclesijs prædictis cum primum illas per decessum vel si dilectorum filiorum modernorum illarum Rectorum ad hoc accesserit assensus etiam per cessum seu quamvis aliam dimissionem earundem Rectorum vel alias quovismodo & ex cujuscunque persona etiam apud Sedem eandem simul vel successive vacaverint etiamsi actu nunc vacent duas partes ex tribus partibus omnium, & singulorum fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi reliqua illorum tertia parte cum omnibus & singulis oblationibus offertorijs & anniversarijs etiam passalibus nuncupatis ac cura animarum dilectorum filiorum illarum Parochianorum necnon servitio & Episcopali nuncupato seu quocunque alio onere earundem Ecclesiarum illarum Rectoribus pro tempore existentibus remanentibus apostolica auctoritate tenore presentium ex certa nostra scientia perpetuo separamus & dismembramus ac in singulis Ecclesijs prædictis singula seu singulas prestimonia seu prestimoniales portiones aut beneficia ecclesiastica hujusmodi auctoritate & tenore prædictis erigimus & instituimus illisque pro eorum seu earum dotibus duas partes dismembratas, & separatas cujuslibet Ecclesiarum hujusmodi Ita quod decendentibus, vel ut prefertur cedentibus dictis Rectoribus seu Ecclesijs ipsis ut premittitur vacantibus liceat prestimonia seu portiones aut beneficia hujusmodi pro tempore obtinentibus per se vel alium seu alios corporalem possessionem seu quasi duarum partium fructuum reddituum & proventuum hujusmodi propria auctoritate libere apprehendere & perpetuo retinere Rectorum prædictorum ac diocesani loci licentia super hoc minime requisita perpetuo respective applicamus & appropriamus Necnon Roderico Marchioni ac illius heredibus & successoribus quibuscunque Juspatronatus singulorum seu singularum Prestimoniorum seu Portionum aut beneficiorum hujusmodi & presentandi personam seu personas seculares etiam in minoribus ordinibus constitutam seu

constitutas aut sufficienti ad id facultate suffultas cujusvis Ordinis Regulares ad singula seu singulas Prestimonia seu Portiones aut beneficia hujusmodi tam hac prima vice quam quotiens deinceps illa seu illas quibusvis modis & ex quorumcumque personis etiam apud Sedem eandem vacare contigerit auctoritate & tenore ac scientia premissis reservamus concedimus & assignamus Decernentes Juspatronatus & presentandi personas ut prefertur idoneas ad prestimonia seu portiones aut beneficia hujusmodi Roderico Marchioni ac heredibus & successoribus prædictis competere modo & forma quibus eidem Roderico Marchioni ad dictas Ecclesias competit & hactenus competijt Non obstantibus Turonen. Concilij & quibusvis alijs constitutionibus & ordinationibus apostolicis ceterisque contrarijs quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ absolutionis separationis dismembrationis erectionis institutionis reservationis constitutionis assignationis & decreti infringere vel ei ausu temerario contraire Siquis autem hoc attentare presumpserit indignationem Omnipotentis Dei ac Beatorum Petri & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum Datum Romæ apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominicæ Millesimo quingentesimo quadragesimo primo Quarto Nonas Decembris Pontificatus nostri Anno octavo PAULUS Episcopus servus servorum Dei Venerabilibus fratribus Archiepiscopo Ulixbonen. & feltren. ac Lamacen. Episcopis salutem & apostolicam benedictionem Hodie à nobis emanarunt litteræ tenoris subsequentis PAULUS Episcopus servus servorum Dei Ad Perpetuam Rei Memoriam Ad Sacram Beati Petri sedem meritis licet imparibus divina dispositione vocati de statu Ecclesiarum quarumlibet salubriter dirigendo attentius cogitamus & ut in illis divinus cultus cum populi devotione & animarum salute augeatur & juxta illarum facultates personæ Domino famulantes proinde deputentur operarias manus libenter adhibemus aliasque desuper disponimus prout pia personarum presertim generis claritate fulgentium ac nobis & Sedi Apostolicæ devotarum vota exposcunt & id in Domino conspicimus salubriter expedire sane pro parte dilecti Filij nobilis Viri Roderici moderni Marchionis de Fereira in Regno Portugalliæ nobis nuper exhibita petitio continebat Quod cum ipse Beatæ Mariæ de Tentuguel & Sanctæ Mariæ Magdalenæ ac Sancti Michaelis montis majoris veteris & ejusdem Beatæ Mariæ Villæ novæ Danços necnon Sanctæ Catherinæ Danobra , & Sancti Andreæ de Fareyra ac Sancti Mathei de Santarem & ejusdem Beatæ Mariæ de Villa Ruiva Colimbrien. Visen. Ulixbonen. & Elboren. respective dioc. Parochialium Ecclesiarum unicus Patronus ac in pacifica possessione seu quasi Juris presentandi personas idoneas ad dictas Ecclesias dum pro tempore vacant existat ipsarumque Ecclesiarum fructus redditus & proventus benedicente Domino adeo uberes & abundantes sunt seu ita excreverint ut ex fructibus redditibus & proventibus singularum Ecclesiarum hujusmodi duo Clerici manuteneri & sustentari commode possint dictus Rodericus Marchio cupit duas partes ex tribus partibus omnium & singulorum fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi ab illis dismembrari

ri

ri & separari ac ut in singulis Ecclesijs prædictis divinus cultus & Ministrorum Ecclesiasticorum numerus augeatur & in eisdem singulis Ecclesijs singula seu singulas prestimonia seu prestimoniales portiones aut simplicia beneficia ecclesiastica erigi & institui illisque pro eorum seu earum dote duas dismembrandas & separandas partes hujusmodi applicari & appropriari. Quare pro parte ejusdem Roderici Marchionis asserentis fructus redditus & proventus earundem Ecclesiarum insimul octingentorum ducatorum auri de camera secundum communem extimationem ac taxationem tertiarum per dictam sedem claræ memoriæ Emanueli Regi Portugalliæ concessarum valorem annuum non excedere seque etiam Comitem de Tentuguel in eodem Regno existere nobis fuit humiliter supplicatum ut duas partes fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi ab illis dismembrare & separare ac in singulis Ecclesijs prædictis singula seu singulas prestimonia seu prestimoniales portiones aut perpetua simplicia beneficia ecclesiastica erigere & instituere ac illis pro eorum seu earum dotibus duas dismembratas & separatas partes hujusmodi perpetuo applicare & appropriare ac aliis in premissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur Nos igitur qui divini cultus augmentum ac beneficiorum Ecclesiasticorum propagationem sinceris desideramus affectibus pium desiderium Roderici Marchionis hujusmodi in Domino commendantes Ipsumque Rodericum Marchionem à quibusvis excommunicationis suspensionis & interdicti alijsque ecclesiasticis sententijs censuris & penis à jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodatus existit ad effectum presentium duntaxat consequendum harum serie absolventes & absolutum fore censentes hujusmodi supplicationibus inclinati à singulis Ecclesijs prædictis cum primum illas per decessum vel si dilectorum filiorum modernorum illarum Rectorum ad hoc accesserit assensus etiam per cessum seu quamvis aliam dimissionem earundem Rectorum vel alias quovis modo & ex cujuscunque persona etiam apud sedem eandem simul vel successive vacaverint etiamsi actu nunc vacent Duas partes ex tribus partibus omnium & singulorum fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi reliqua illorum tertia parte cum omnibus & singulis oblationibus offertorijs & anniversarijs etiam passalibus nuncupatis ac cura animarum dilectorum filiorum illarum Parochianorum necnon servitio & Episcopali nuncupato seu quocunque alio onere earundem Ecclesiarum illarum Rectoribus pro tempore existentibus remanentibus apostolica auctoritate tenore presentium ex certa nostra scientia perpetuo separamus & dismembramus ac in singulis Ecclesijs prefatis singula seu singulas prestimonia seu prestimoniales portiones aut beneficia ecclesiastica hujusmodi auctoritate & tenore prædictis erigimus & instituimus illisque pro eorum seu earum dotibus duas partes dismembratas, & separatas cujuslibet Ecclesiarum hujusmodi Ita quod decendentibus vel ut prefertur cedentibus dictis Rectoribus seu Ecclesijs ipsis ut premittitur vacantibus liceat Prestimonia seu Portiones aut beneficia hujusmodi pro tempore obtinentibus per se vel alium seu alios corporalem pos-

sessionem

ſeſſionem ſeu quaſi duarum partium fructuum reddituum & proventuum hujuſmodi propria auctoritate libere apprehendere & perpetuo retinere Rectorum prædictorum ac dioceſani loci licentia ſuper hoc minime requiſita perpetuo reſpective applicamus & appropriamus necnon Roderico Marchioni ac illius heredibus & ſucceſſoribus quibuſcunque Juſpatronatus ſingulorum ſeu ſingularum preſtimoniorum ſeu portionum aut beneficiorum hujuſmodi & preſentandi perſonam ſeu perſonas ſeculares etiam in minoribus ordinibus conſtitutam ſeu conſtitutas aut ſufficienti ad id facultate ſuffultas cujuſvis ordinis Regulares ad ſingula ſeu ſingulas preſtimonia ſeu portiones aut beneficia hujuſmodi tam hac prima vice quam quotiens deinceps illa ſeu illas quibuſvis modis & ex quorumcunque perſonis etiam apud ſedem eandem vacare contigerit auctoritate, & tenore ac ſcientia premiſſis reſervamus concedimus & aſſignamus Decernentes Juſpatronatus & preſentandi perſonas ut prefertur idoneas ad preſtimonia ſeu portiones aut beneficia hujuſmodi Roderico Marchioni ac heredibus & ſucceſſoribus preſentis competere modo & forma quibus eidem Roderico Marchioni ad dictas Eccleſias competit & hactenus competijt Non obſtantibus Turonen. Concilij & quibuſvis alijs conſtitutionibus & ordinationibus apoſtolicis ceteriſque contrarijs quibuſcunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam noſtræ abſolutionis ſeparationis diſmembrationis erectionis inſtitutionis applicationis appropriationis reſervationis conceſſionis aſſignationis & decreti infringere, vel ei auſu temerario contraire Siquis autem hoc attentare preſumpſerit indignationem Omnipotentis Dei ac Beatorum Petri & Pauli Apoſtolorum ejus ſe noverit incurſurum Datum Romæ apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominicæ Milleſimo Quingenteſimo quadrageſimo primo Quarto Nonas Decembris Pontificatus noſtri Anno octavo. Quo circa fraternitati veſtræ per Apoſtolica ſcripta mandamus quatenus Vos vel duo aut unus veſtrum per vos vel alium ſeu alios litteras prædictas & in eis contenta quecunque ubi & quando opus fuerit ac quotiens pro parte Roderici Marchionis illiuſque heredum & ſucceſſorum prædictorum ac Preſtimonia ſeu Portiones aut Beneficia hujuſmodi pro tempore obtinentium ſeu alicujus eorundem deſuper fueritis requiſiti ſolemniter publicantes eiſque in premiſſis efficacis defenſionis preſidio aſſiſtentes faciatis auctoritate noſtra litteras prædictas & in eis contenta quæcunque firmiter obſervari ac ſingulos quos illi concernunt illis pacifice gaudere Non permittentes eos deſuper per quoſcunque quomodolibet indebite moleſtari contradictores auctoritate noſtra prædicta appellatione poſtpoſita compeſcendo ac legitimis ſuper his habendis ſervatis proceſſibus ſententias cenſuras & penas prædictas etiam iteratis vicibus aggravando invocato etiam ad hoc ſi opus fuerit auxilio brachij ſecularis Non obſtantibus omnibus ſupradictis ſeu ſi aliquibus communiter vel diviſim ab eadem ſit ſede indultum quod interdici ſuſpendi vel excommunicari non poſſint per litteras apoſtolicas non facientes plenam & expreſſam ac de verbo ad verbum de indulto hujuſmodi mentionem Datum Romæ apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominicæ Milleſimo Quingenteſimo

quadra-

quadragesimo primo Quarto Nonas Decembris. Pontificatus nostri Anno Octavo. CCXXXXXX sumptum ex Registro bullarum Apostolico collationati per me Jacobum Avila ejusdem Registri Magistrum . . . . . Volentes de mandato Sanctissimi Domini nostri Papæ vivæ vocis oraculo nobis desuper facto & auctoritate nostri Camerariatus officij statuentes & mandantes quod hujusmodi nostro publico Transsumpti instrumento in Romana Curia & extra eam ubique locorum in judicio & extra stetur illique adhibeatur talis & tanta fides qualis & quanta adhiberetur eisdem originalibus litteris data fuit & daretur si in medium exhibitæ & ostensæ forent. Quibus omnibus & singulis premissis tanquam rite recte & legitime gestis nostram dictique nostri Camerariatus officij auctoritatem pariter & decretum Judiciale interponendum fore duximus & interposuimus ac interponimus per presentes IN QUORUM omnium & singulorum fidem & testimonium premissorum has presentes nostras litteras sive hoc presens publicum Transumpti Instrumentum fieri & per infrascriptum nostrum & Camaræ Apostolicæ Notarium publicum subscribi sigillique ejusdem Cameræ quo in talibus utimur jussimus & fecimus appensione muniri Datum Romæ in Camera Apostolica sub Anno à Nativitate Domini Millesimo Quingentesimo nonagesimo nono Indictione duodecima Die vero ij. mensis Aprilis Pontificatus S. D. N. D. Clementis divina providentia Papæ VIII. Anno Presentibus ibidem Magnificis Dominis Nicolao Compagno & Lutio Calderino ejusdem Cameræ notarijs testibus ad premissa vocatis specialiter atque rogatis. ✠ Locus ✠ sigilli.

Bulla do Papa Gregorio XV. em que confirmou a Bulla do Papa Paulo III. dos Prestimonios concedidos à Casa de Ferreira. Original está no Archivo do Duque de Cadaval, donde a copiey.

Num. 13.
An. 1621.

GRegorius Episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Officiali Elborensi salutem, & apostolicam benedictionem. Romani Pontificis consueta benignitas pia fidelium præsertim generis nobilitate pollentium vota ex quibus Ministrorum Ecclesiasticorum in quibusvis Ecclesijs manutentioni cum divini cultûs augmento consulitur, ac eisdem fidelibus honor accedit, ad exauditionis gratiam favorabiliter admittere, & his quæ per Prædecessores suos Christi fidelibus eis, & Sedi apostolicæ devotis concessa fuisse comperit, ut ea firmius subsistant nec ab aliquibus impugnari, aut in dubium revocari valeant, roboris sui partes libenter interponere, eaque favore gratiæ potioris prosequi consuevit prout in Domino conspicit salubriter expedire. Dudum siquidem felicis recordationis Paulo Papæ tertio Prædecessori nostro pro parte bonæ memoriæ Roderici dum vixit Marchionis de Ferreira exposito quod cum ipse Beatæ Mariæ de Tentugal, & Sanctæ Mariæ Magdalenæ, & Sancti Michaelis Montis mayoris veteris, & ejusdem Beatæ Mariæ Villæ novæ Danços, necnon Sa-

Sanctæ Catharinæ de Nobra, & ejusdem Beatæ Mariæ de Villa Ruyva Elboren. & Colimbrien. respective Diœcesis Parochialium Ecclesiarum Unicus Patronus ex donatione jurispatronatus suis Prædecessoribus à Regibus Portugalliæ de eo quod ipsis in dictis Ecclesijs competebat facta, ac in pacifica possessione, seu quasi Juris præsentandi personas idoneas ad dictas Ecclesias dum pro tempore vacabant, existeret ipsarumque Ecclesiarum fructus, redditus, & proventus benedicente Domino adeo uberes, & abundantes essent, seu ita excrevissent ut ex fructibus, redditibus, & proventibus singularum Ecclesiarum hujusmodi, duo Clerici manuteneri, & sustentari commode possent, dictus Rodericus Marchio cupiebat duas ex tribus partibus omnium fructuum, reddituum, & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi ab illis dismembrari, & separari, ac ut in singulis Ecclesijs prædictis divinus cultus, & Ministrorum Ecclesiasticorum numerus augeretur in singulis Ecclesijs prædictis singula, & singulas præstimonia, seu præstimoniales portiones aut perpetua simplicia beneficia Ecclesiastica erigi, & institui, illisque pro eorum, seu earum dote duas dismembrandas, & separandas partes hujusmodi applicari, & appropriari idem Prædecessor supplicationibus sibi pro parte dicti Roderici Marchionis desuper tunc porrectis inclinatus à singulis Ecclesijs prædictis si tunc existentium illarum Rectorum ad hoc accederet assensus, aut cum primum ille per decessum, vel cessum, seu quamvis aliam dimissionem dictorum Rectorum, vel alias quovis modo, & ex quorumcumque personis, etiam apud sedem eamdem simul, vel successive vacavissent etiamsi actu tunc forsan vacarent duas ex tribus partibus omnium fructuum, reddituum, & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi reliqua illarum tertia parte cum omnibus, & singulis oblationibus, offertorijs, & anniversarijs etiam passalibus nuncupatis, ac cura animarum illarum Parochianorum, necnon servitio etiam Episcopali nuncupato, seu quocumque alio onere, earumdem Ecclesiarum illarum Rectoribus pro tempore existentibus remanentibus apostolica auctoritate ex certa sua scientia perpetuo separavit, & dismembravit, ac in singulis Ecclesijs prædictis singula, seu singulas præstimonia, seu præstimoniales portiones, aut beneficia ecclesiastica hujusmodi eâdem auctoritate erexit, & instituit, illisque pro eorum, seu earum dotibus duas partes fructuum, reddituum, & proventuum singularum Ecclesiarum prædictarum sic dismembratas, & separatas, ita quod decedentibus, vel ut præfertur cedentibus dictis Rectoribus, seu Ecclesijs ipsis, ut præfertur, vacantibus liceret præstimonia, seu portiones, aut Beneficia hujusmodi pro tempore obtinentibus per se, vel alium, seu alios corporalem possessionem, seu quasi duarum partium fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi propria auctoritate apprehendere, & perpetuò retinere Rectorum præfatorum, ac Diœcesani loci licentia super hoc minime requisita perpetuò respective applicavit, & appropriavit, necnon Roderico Marchioni, & illius successoribus (inquam) & illius heredibus, & successoribus quibuscumque Jurispatronatus singulorum, seu singularum præstimoniorum, seu portionum, aut Beneficiorum hujusmodi, & præsentandi perso-

personam, seu personas seculares etiam in minoribus constitutam, seu constitutas, aut sufficienti ad id facultate sufultas cujusvis Ordinis Regulares ad singula, seu singulas præstimonia, seu portiones, aut Beneficia hujusmodi tàm eâ prima vice, quam quoties deinceps illa, seu illas quibusvis modis, & ex quorumcumque personis etiam apud sedem eamdem vacare contigeret auctoritate, & scientiâ prædictis reservavit, concessit, & assignavit Decernens Juspatronatûs & præsentandi personas idoneas ad præstimonia, seu portiones, aut Beneficia hujusmodi Roderico Marchioni, ac hæredibus, & successoribus præfatis competere modo, & forma quibus eidem Roderico Marchioni ad dictas Ecclesias competebat & eatenus competierat, & alias prout in ipsius Pauli Prædecessoris literis desuper expeditis plenius continetur. Cum autem sicut exhibita Nobis nuper pro parte dilecti filij Nobilis Viri Francisci de Mello Comitis de Tentugal, & moderni Marchionis de Ferreira petitio continebat, literæ præfatæ, & per eas factæ dismembratio, erectio, institutio, & applicatio supradictæ plenarium, & integrum effectum sortitæ fuerint, dictusque Rodericus, & post eum ejus successores Marchiones de Ferreira in possessione præsentandi ad præstimonia, seu portiones, aut Beneficia sic erecta, & erectas extiterint, & occurrentibus illorum, seu illarum vacationibus ad illas, seu illa personas idoneas juxta facultatem eis per dictas literas ad id attributam præsentaverint, & ab eis præsentati in illis ad præsentationem hujusmodi constituti fuerint, & fructus singulis præstimonijs, aut portionibus, vel Beneficijs hujusmodi, ut supra applicatos eregerint, illisque gavisi fuerint, & licet dictus Franciscus Comes, & Marchio qui dicto Roderico Marchioni ejus Proavo in Marchionatu de Ferreira, ac etiam in dicto Jurepatronatûs successit, uti talis successor in possessione seu quasi Juris præsentandi personas idoneas ad præstimonia, seus portiones, aut Beneficia hujusmodi quinquaginta circiter annorum spatio à mayoribus suis ad eum usque continuata existat, & in hujusmodi possessione ab eo ad præstimonia, seu portiones, vel Beneficia hujusmodi præsentandi, super libera exactione fructuum singulis præstimonijs, seu portionibus, aut Beneficijs hujusmodi applicatorum perturbari non debuerint, neque debeant, nihilominus tamen Sanctæ Catharinæ de Nobra, & Sanctæ Mariæ Magdalenæ Montis mayoris veteris, necnon Sancti Michaelis, & forsan aliarum supradictarum Ecclesiarum Rectores, quibus tertia earumdem Ecclesiarum fructuum pars remanens ad congruam eorum sustentationem ultra pedem altaris, & alia Emolumenta incerta, ex curæ animarum exercitio provenientia abunde sufficit certo abhinc tempore validitatem dictarum literarum in dubium revocantes sub prætextu quod Juspatronatus dictarum Ecclesiarum ad dictum Rodericum Marchionem non uti perpetuum, & Gentilitium, sed ex donatione ei, seu ejus Antecessoribus olim à Regibus Portugalliæ facta pertineret, & tunc existentis Portugalliæ Regis in dismembratione, & erectione, ac applicatione præfatis neque requisitus, neque præstitus fuisset consensus, quem necessarium fuisse prætenderunt, & forsan alijs prætextibus præsentatos ad præstimonia, seu portiones, aut Beneficia hu-

jusmodi in illisque institutos in exactione fructuum ut præfertur applicatorum impedisse, eisque dictos fructus denegare cœperunt, & desuper inter eos dictosque præsentatos lites excitatæ fuerunt. Cum autem sicut eadem subjungebat petitio dictus Franciscus Comes, & Marchio ad tollendam omnem dubitandi, & altercandi materiam ad Charissimum in Christo filium nostrum Philippum Portugalliæ, & Algarbiorum Regem Catholicum recursum habuerit, idemque Philippus Rex dismembrationi, erectioni, & applicationi præfatis, alijsque in dictis literis contentis consenserit, nihilominus tamen quia firmiora sunt ea quæ sepius sedis præfatæ patrocinio roborantur. Propterea idem Franciscus Comes, & Marchio, qui, ut asserit, ex Illustri genere procreatus existit Nobis humiliter supplicari fecit, ut in præmissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur præfatum Franciscum Comitem, & Marchionem à quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, alijsque ecclesiasticis sententijs, censuris, & pœnis à jure, vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodatus existit, ad effectum præsentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes, & absolutum fore censentes, necnon quarumcumque litium super præmissis motarum, & forsan adhuc pendentium, & instructarum statum, & merita, nominaque, & cognomina Judicum, & Collitigantium, Juraque & titulos, ac prætensiones partium, ac processus desuper fabricatos, necnon illorum & sententiarum desuper forsan latarum necnon dictarum literarum, etiam totos, & integros tenores præsentibus pro plene, & sufficienter expressis habentes, necnon lites præfatas super defectu consensus Regis præfati tantum quomodocumque motas in perpetuum extinguentes, hujusmodi supplicationibus inclinati. Discretioni tuæ per apostolica scripta mandamus quatenus literas præfatas, ac per eas dismembrationem duarum tertiarum partium fructuum à dictis Parochialibus & in illis earumque singulis præstimoniorum, seu portionum, aut Beneficiorum hujusmodi erectionem dictorumque fructuum dismembrationem applicationem, ac Roderico Marchioni, ac ejus successoribus præfatis Jurispatronatus reservationem hujusmodi factas, ac omnia, & singula in eis contenta attento quod dictus Philippus Rex præmissis, ut dictus Franciscus Comes, & Marchio, etiam asserit, expresse consensit auctoritate nostra sine alicujus præjudicio perpetuo approbes, illisque perpetuæ, & inviolabilis apostolicæ firmitatis robur adjicias ac omnes, & singulos tam Juris, quàm facti, & solemnitatum etiam quamtumvis substantialium defectus siqui desuper quomodolibet intervenerit, suppleas, illaque valida, & efficacia esse, ac perpetuo viribus subsistere, ipsumque Franciscum Comitem, & Marchionem, ejusque successores Jurepatronatus præfato uti, & gaudere, & dilectum filium Rodericum etiam de Mello Clericum Elborensis dicti Francisci Comitis, & Marchionis fratrem, ac modernum præstimoniorum, seu portionum, aut Beneficiorum hujusmodi possessorem sive ad illa, vel illas præsentatum, ejusque successores illa, seu illas pro tempore obtinentes duas tertias partes eorumdem fructuum illis ut præfertur applicatas exigere, & percipere, & levare,

re, ac in suos usus, & utilitatem convertere posse, & debere, & super libera illarum exactione à quoquam etiam à modernis, & pro tempore existentibus ipsarum Ecclesiarum Rectoribus molestari, perturbari, aut impediri non posse, quinimo ipsis, & eorum cuilibet de dictis duabus tertijs partibus à dictis Rectoribus, alijsque ad quos forsan spectat, & spectabit quomodolibet in futurum integre realiter, & cum effectu debitis temporibus, & omni mora, & dilatione cessantibus à die quo, ut præfertur, præsentatus fuit, responderi, & satisfieri debere, illosque ad id obligatos esse, & fore omnibusque Juris, & facti remedijs cogi, & compelli posse; sicque per quoscumque Judices Ordinarios, & Sacri Palatij Apostolici Auditores, ac Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales etiam de Latere Legatos, & Sedis præfatæ Nuntios in quacumque instantia judicari, & definiri debere, dicta auctoritate decernas. Non obstantibus quacumque litis pendentia, alijsque præmissis, ac Constitutionibus, & Ordinationibus apostolicis cæterisque contrarijs quibuscumque. Datum Romæ apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ Millesimo sexcentesimo vigesimo primo. Nono Kalendas Februarij Pontificatus nostri anno primo. Loco ✠ Plumbi.

Breve de muitas graças, prerogativas, e isenções, concedidas a D. Rodrigo de Mello, I. Marquez de Ferreira, e seus successores. Transumpto authentico; está no Cartorio da Casa do Duque do Cadaval, num. 3. donde o tirey.

Num. 14.
An. 1541.

ANtonius, &c. miseratione divina Episcopus Albanensis dilecto in Christo Illustri Viro Roderico Marchioni de Ferreira, ac Comiti Oppidi de Tentuguel in Regno Portugaliæ: salutem in Domino. Sincere devotionis afectus quem ad Romanam Ecclesiam gerere comprobaris promeretur, ut illa tibi à Sede apostolica favorabiliter concedantur perque tuæ, & tibi deditarum, & atinentium personarum animarum saluti consuli possit hinc est; quod nos tuis suplicationibus inclinati favore volentes te prosequi gratioso auctoritate Domini Papæ cujus penitenciariæ curam gerimus, & decius speciali mandato super hæc vivæ vocis Oraculo nobis facto tibi, ac singulis sexdecim personis per te simul, ve successive pro tempore nominandis, & illarum singularum loco quotiens ab hac luce migraverint singulis alijs personis per te pro tempore surrogandis secularibus, vel cujusque militiæ Regularibus, ut dicis, necnon tuæ, & earum uxoribus, parentibus, fratribus, sororibus, utriusque sexus liberis generis, & nurubus, nepotibusque, & neptibus tam presentibus, quam futuris ut aliquem per virum idoneum secularem, vel cujusvis militiæ, aut etiam mendicantium Ordinis regularem licet alias confessor deputatus non existat qui vita tibi, & illis comitere, & eorum quemlibet à quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, alijsque ecclesiasticis, sententijs, censuris, & penis à jure, vel ab homine

quavis occasione, vel causa latis inflictis, & promulgatis quibus te, & illos, ac eorum quemlibet quacumque etiam apostolica auctoritate pro tempore illaqueari contigerit votorum quorumcunque, & mandatorum Ecclesiæ, ac preceptorum regulæ personarum hujusmodi militiarum, & ordinum transgressionibus perjuriorum, ac simoniæ labe quomodocumque, & qualitercumque in quibusvis rebus ecclesiasticis, vel alias provenientibus homicidiorum casualium, vel mentalium reatibus manuum violentarum in quasvis personas etiam ecclesiasticas, non tamen in Episcopos, aut alios superiores Prelatos injectionibus, seu conciliorum ad id, & favorum prestationibus jejuniorumque, ac horarum canonicarum, & Beatæ Mariæ Virginis, ac orationum, etiam ratione prefatarum militiarum dici debitarum, & divinorum offitiorum ac pecuniarum munitarum in toto, vel in parte omissionibus, ac dannorum insertorum dum ad venandum seu alias per te, & illos datorum, fructibusque ex preceptorijs, seu alijs beneficijs secularibus, vel regularibus per te, & quemlibet illorum malle perceptis, dum tamen pro illis preceptorijs, seu beneficijs ipsis, seu damnijs hujusmodi arbitrio ejusdem Confessoris satisfaciatis, seu non debite expendiatis necnon ab omni irregularitate tam mentali, quam actuali, & denique ab omnibus alijs, & singulis tuis, & illorum peccatis, criminibus, excessibus, & delictis, quantumcumque gravibus, & enormibus, etiam talibus propter quæ apostolica Sedes merito consulenda foret in casibus videlicet sedi prædictæ quomodocumque reservatis exceptis contentis in Bulla quæ in die Cœnæ Domini solita est legi semel in anno pro te, ac personis in hujusmodi literis nominatis, & ut premititur nominandis, & rursus in mortis articulo, ac quotiens de illo dubitari contigerit, etiamsi mors tunc non subsequatur, de alijs vero non reservatis casibus totiens quotiens opus fuerit confessionibus tuis, & illarum diligenter auditis absolvere, ac tecum preterquam quoad promotionem ad sacros ordines, & beneficiorum ecclesiasticorum obtentionem si irregularitas ex bigamia, vel homicidio voluntario proveniat, necnon tibi, & illis pro comissis penitentiam salutarem injungere, vota vero quæcumque ultramarino visitationis liminum Apostolorum Petri, & Pauli de Urbe, ac Jacobi in Compostella Religionis, & Castitatis votis dumtaxat exceptis in alia pietatis opera commutare, & juramenta quæcumque dummodo sine perjuditio tertij relaxare, ac plenariam semel in vita, ac rursus in mortis articulo, & quotiens de illo dubitari contigerit, etiamsi mors tunc ut prefertur non subsequatur omnium, & singulorum tuorum, & cujuslibet ipsarum peccatorum, criminum, excessuum, & delictorum de quibus ore confessi, & de corde contriti fueritis remissiones, & absolutiones apostolica auctoritate impendere valeat in tuum valeas, & earundem nomitarum, & nominandarum quælibet possit eligere confessorem, liceatque tibi, & nominatis, ac nominandis personis hujusmodi tua, ac utriusque sexus filiorum, & familiarum vestrorum matrimonia in tua, vel illarum nominatarum, vel nominandarum personarum hujusmodi domibus publice tamen celebrare, ac inibi liberos tuos, & illarum per propium, vel quemlibet alium Sacerdotem secularem, vel cujusvis ordinis Regularem

gularem salvis tamen juribus parochialis Ecclesiæ cujus parochiani pro tempore fueritis si ibi ille fuerint baptizari facere, necnon altare portatile cum debitis reverentia, & honore habere in quo in locis ad hæc congruentibus, & honestis etiam non sacris, & quavis etiam apostolica auctoritate non tamen ad fisci Cameræ apostolicæ pro interesse apostolicæ Sedis tantum instantiam interdictis, seu cessationis à divinis tempore dummodo tu, vel illi causam non dederitis hujusmodi interdicta, seu cessationi, nec per vos stet quominus ea propter quæ fuit appositum interdictum, seu cessatio hujusmodi exequutioni debitæ demandentur, etiam antequam elucescat dies circa tamen diurnam lucem, & post meridiem per unam oram dumtaxat tuo, & illarum arbitrio in tuorum, & cujuslibet ipsarum familiarum, parentum, amicorum, & consanguineorum astantium presentia missas, & alia divina officia quæ presbyteri etiam per se ipsos, ac etiam ipsi, & qui presbyteri non fuerint per proprium, vel alium Sacerdotem secularem, vel cujusvis Ordinis Regularem celebrare, seu celebrari facere, ac tu, & nominatæ, ac nominandæ personæ premissæ, ac illi, & illarum familiares, qui missis, & divinis officijs inibi celebrandis, etiam Dominicis, & alijs anni festivitatibus, & diebus interfuerint perinde satisfaciant, ac si easdem missas, & divina officia in proprijs in quibus easdem missas, & divina officia tam ex ecclesiastico precepto, quam alias quomodolibet audire teneantur audirent, & illis inibi interessent, nec ad illa alias à quoquam inviti, cogi, aut compelli possis, & possint salvis tamen ipsarum parochialium juribus siquæ sint, & si aliquæ ex nominandis hujusmodi ad presbyteratus ordinem promotæ fuerint, ac pro tempore celebraverint in prima, & secunda missis per eas celebrandis ipse, ac missarum hujusmodi celebrationi interfuerint omnes, & singulos, easque peccatorum suorum remissiones, & indulgentias consequantur quas consequerentur si celebrationi missarum in ecclesijs in quibus illis eisdem diebus stationes in Urbe deputatæ fuerint interessent preterea quod interdicti, seu cessationis hujusmodi tempore tu, ac quælibet ex nominatis, & nominandis hujusmodi missis, & alijs divinis officijs interesse, quodque si interdicti, seu cessationis hujusmodi tempore, te aut illas, & earum quamlibet è vita decedere contigerit tuum, & earum cujuslibet ipsarum cadavera etiam cum moderata funerali pompa, & sine pulsu campanarum ecclesiasticæ tradi possunt sepulturæ, ac tibi, & illis, ac tuis illarumque familiaribus quæ eucharistiæ, & alia sacramenta quocumque anni tempore, etiam in die Paschatis Dominicæ Resurrectionis à quocumque presbytero seculari, vel cujusvis ordinis regulari, ac ubicunque malueris, & maluerint, salvis tamen rectorum parochialium Ecclesiarum in quarum parochijs te, & illas morari contigerit Curibus siquæ fuerint ipsorum Rectorum Ordinariorum locorum, seu eorum offitialium, aut aliorum quorumvis licentia minime requisita recipere libere, & licite valeas, & valeant; quodque quadragesimalibus, & alijs anni temporibus, & diebus stationum Ecclesiarum Urbis, & extra eam, quæ à Christi fidelibus pro consequendis indulgentijs visitari solent unam, seu duas Ecclesias seu in altera ipsarum Ecclesiarum

unum,

unum, vel duo altaria, seu in aliquo Oratorio, vel pro his vestrum, & illarum orationibus, seu divinis inibi audiendis deputata, vel deputanda in loco ubi te, & illas pro tempore residere contigerit visitando quas, vel quæ tu, vel illæ eligendas, vel eligenda duxeris, & duxerint, ac pro infirmis seu alias impeditis, ut premititur in tua, vel illarum domibus coram aliqua imagine ter orationem dominicam, & totiens salutationem angelicam devote dicendo, & aliquam elemosinam alicui pauperi Christi erogando tot indulgentias, & peccatorum remissiones consequaris, & consequantur, quot consequereris, & consequerentur si singulis diebus eisdem singulas ejusdem Urbis & extra eam existentes Ecclesias protestationibus hujusmodi deputatas personaliter visitares, & visitarent, liceatque illis qui presbyteri fuerint horas canonicas diurnas, pariter, & nocturnas soli, aut cum uno, vel duobus, aut pluribus socijs, seu personis secundum usum Romanæ Ecclesiæ etiam noviter editum, & ordinatum dicere, & cum propter varia, & in seculo ingruentia negotia debitas horas persolvere, neque aut ipsas horas per unum diem naturalem anteponere, & postponere dummodo quoad dicendum horas hujusmodi in choro cum alijs se conforment, preterea quadragessimalibus, & alijs anni temporibus, & diebus quibus ejus ovorum, butyri, casei, & aliorum lacticiniorum de jure, consuetudine, aut secundum statuta, & stabilimenta dictæ JESU Christi, aut cujusvis alterius militiæ, & ordinis cujus personæ predictæ nunc, & pro tempore professæ fuerint est prohibitum eisdem omni butyro, caseo, & lacticinijs, necnon diebus mercurij carnibus usitatu, & illi qui tecum quam ipsæ personæ nominatæ, & nominandæ, & qui secum in tua, & illarum mensa discubuerint etiam dictæ militiæ milites carnibus vero tua, ac nominatarum, & nominandarum personarum Uxores quotiens gravidæ fuerint, ac alias tu, & presentibus nominatæ, & nominandæ, ac uxores vestræ dumtaxat quotiens corporis vestri saluti consulendum videbitis de alternis tamen Medici consilio, reliquæ autem personæ per te nominandæ urgente necessitate, & etiam illa cessante tu, & nominatæ, ac nominandæ personæ hujusmodi quæ dictæ JESU Christi, aut alterius militiæ ordinis professæ fueritis singulis diebus veneris teneamini jejunium hujusmodi, & lacticinijs, & ceteris premissis utendo omnino pretermitere dummodo veneris diebus quibus jejunium pretermiseritis unam elemosinam ad libitum vestrum alicui pauperi, seu miserabili personæ erogare teneamini, ac diebus mercurij carnibus vesci etiam nulla ad omnia, & singula premissa diœcesani loci, vel cujusvis alterius licentia requisita libere, etiam, & licite possitis, & valeatis, ac tu, & nominatæ, seu nominandæ personæ predictæ quadragessimalibus, & alijs temporibus, & diebus quibus ad jejunandum tam ex ecclesiastico precepto, quam alicui vestrum juxta consuetudines, & stabilimenta dictæ JESU Christi, & cujusvis alterius militiæ, & ordinis teneamini semel in die cibum sumendo, & etiam carnibus, & lacticinijs vescendo, seu etiam his, aut pluries comedendo, aut alias jejunium omnino pretermitendo aliqua tamen causa subsistente, & elemosinam hujusmodi erogando jejunij debito satisfecisse censearis, & censeantur, illisque meritum consequaris,

sequaris, & consequantur, ac si à carnibus, & alijs prohibitis abstinueritis, aut cum effectu jejunaveritis, liceatque etiam tibi, & illis quadragessimalibus, & alijs temporibus predictis jejunij ab Ecclesia, seu secundum statuta, & stabilimenta, ac observantias, & consuetudines predictas injuncti cum pane, & fructibus, ac quibusvis alijs ex succaro confectionibus, & condimentis, seu conditis cibis etiam cum aliqua panis quantitate, absque jejunij interruptione refectionem temporalem, seu jentaculum etiam ante prandium, & hora prandij, seu in noctibus sumere reliquum cum intellexerimus nonnullos in partibus istis Portugalliæ ad ordinem minorum nuncupatorum Sancti Francisci, ac Sancti Dominici, & Sancti Hieronimi, ad ipsosque Sanctos singularem gerere devotionis affectum te, ac nominatos, & alios per te nominandos predictos qui hujusmodi affectum erga ordines, & sanctos prefatos gesserint in omnibus, & singulis sufragijs, precibus, jejunijs, orationibus, disciplinis, ac ceteris alijs bonis quæ fiunt, fientque in futurum in totis universalibus eorundem Sanctorum Religionibus participes in perpetuum prout ipsorum ordinum prelati facere consueverunt facimus Confessorique predicto per te, & illas ut præfertur eligendo eandem, & facultatem, & auctoritatem in absolvendo te, & illas à criminibus, & alijs casibus superius nominatis quam dictorum Ordinum Sanctorum Francisci, & Dominici superiorum Generalis, seu ab eo deputatus in absolvendo fratres dictorum Ordinum obtinet totiens, quotiens te, vel illas confiteri contigerit concedimus, & elargimur per presentes preterea prefatis uxoribus, ac singulis mulieribus predictis, & alijs personis nominandis; quæ mulieres fuerint ut solæ, aut una cum quatuor, vel quinque honestis mulieribus, etiam illarum familiaribus per earum quamlibet ad earum libitum eligendis quæcumque Monasteria Monialium, cujusvis etiam Sanctæ Claræ Ordinis de observantia sexcies in anno ingredi, ac cum eisdem Monialibus conversari, & refectionem corporalem sumere, & in Domini nostri Nativitatis, & Resurrectionis, ac Pentecostes Paschatum festivitatibus tantum pernoctare, vobisque, ac etiam duobus in vestro servitio pro tempore residentibus presbyteris, aut Clericis quandiu in eodem servitio permanserint, ut omnes, & singulos quorumque beneficiorum per ipsos etiam pro tempore obtentorum fructus, redditus, & proventus perinde, ac si eisdem beneficijs personaliter residerent absque conscientiæ scrupulo percipere, ac in suos usus, & utilitatem convertere, ac Capellanum, seu Capellanos qui pro illis in eisdem beneficijs deservientibus ponere, & amovere, & ordinariorum locorum, vel quorumvis aliorum similiter licentia minime requisita libere, & licite possint, & valeant quique tu, ac personæ hujusmodi quæ dictæ JESU Christi, vel cujusvis alterius militiæ, & ordinis erunt loco horarum Beatæ Mariæ Virginis, seu orationis dominicæ, & salutationis angelicæ quas seu alteram illarum sexagies singuli singulis diebus, necnon diebus lunæ quinquies extatutis, & consuetudinibus dicere tenearis, & teneantur vigesies orationem dominicam, & totiens salutationem angelicam dicendo perinde debito vestro sastifacias, & sastifaciant, ac si easdem horas Beatæ Mariæ, & totiens oratio-

orationem dominicam, & salutationem angelicam; quotiens Ratione ordinum, & militiarum hujusmodi tenearis, & teneantur integraliter singulis diebus diceres, & dicerent; quodque etiam personæ ipsæ militiarum, & ordinum hujusmodi crucem habentes ex auro, seu aureis filis circundatam, seu ornatam gestare, atque absque parvo habitu bentinho vulgariter nuncupato dormire licet secundum eadem statuta, & consuetudines, vel alias crucem non nisi ex pano laneo, ac sericio gestari, & non nisi dicto parvo habitu induti dormire similiter omnes teneantur dummodo omnibus illis dormientibus dictus habitus parvus subtus cervical, seu prope, & ad manum appositus existat, ac insuper loco orationis dominicæ, & salutationis angelicæ ad quas pro anima cujusvis ordinum, & militiarum hujusmodi religiosi quando illum à presenti vita decedere contigit quinquagessis forsam dicendum, seu recitandum obligentur; quinque missas in anno pro earumdem militiarum, & ordinum religiosorum de eo anno defunctorum hujusmodi anima celebraret, seu dicerent absque conscientiæ scrupulo, ac alicujus ad premissa licentia minime requisita etiam possint, & valeant apostolica auctoritate plenam, & liberam licentiam, & facultatem concedimus, & elargimur, ac tibi, & illis de gratia speciali indulgemus decernentes ex nunc irritum, & inane quicquid super his per quoscumque quomodolibet attentari contigerit, ac presentes literas nullo unquam tempore etiam pro instauratione Basilicæ Sancti Petri, aut contra infideles expeditionem, seu quacumque alia inexcogitabili causa suspendi, revocari, aut limitari posse, & quotiens suspendi, revocari, aut limitari contigerit, totiens reintegratas, & in pristinum statum restitutas, ac suspensionem, revocationem, & limitationem hujusmodi pro te integratione, & restitutione haberi, ac easdem literas semper à quibusvis revocationibus exceptas etiam censeri, non obstantibus premissis, ac ordinis, & militiæ predictorum statutis, ac superiorum quorumcumque etiam predictorum ordinum, etiam mendicantium, etiam contra Abbatissas, & alias predictorum Monasteriorum personas ab eorum superioribus emanatis, seu emanandis, quæ totiens, quotiens emanaverint, relaxamus, ac easdem Abbatissas, & Moniales per presentes ab eorum mandatis absolvimus stabilimentis, usibus, & naturis, etiam juramento, etiam per te, & illos prestito quod tibi, & illis quoad presentium effectum relaxamus, confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis, ac apostolicis, necnon in provincialibus, & synodalibus concilijs editis generalibus, vel spetialibus, constitutionibus, & ordinationibus, privilegijs, quoque indultis, & literis apostolicis ordinibus, & militijs predictis per quoscumque Romanos Pontifices, & Sedem predictam, etiam per viam generalis legis, & statuti perpetui, ac motu proprio, & ex certa scientia, & de apostolicæ potestatis plenitudine, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatorijs efficacioribus efficacissimis irritantibusque, & alijs decretis, & etiam pluries concessis appprobatis, & innovatis mare magnum, seu Bulla aurea, aut alias nuncupatis etiamsi in eis caveatur, quod mulieres seculares, vel aliæ predicta Sanctæ Claræ, vel alia Monasteria etiam vigore cujusvis indulti apostolici

lici ingredi non possint, quibus omnibus etiamsi pro illorum sufficienti derogatione de illis, eorumque totis tenoribus spetialis specifica expressa, & individua mentio, si quævis alia expressio habenda, aut exquisita forma servanda foret, & illis caveatur expresse, quod illis nullatenus derogari possit illorum omnium tenores pro plene, & sufficienter, ac de verbo ad verbum insertis, necnon modos, & formas ad id servandos pro individuo servatis habentes hac vice dumtaxat illis, & alias in suo robore permansuris harum serie specialiter, & expresse derogamus, ceterisque contrarijs quibuscumque volumus autem ne quod absit propter hujusmodi concessionem reddatis, & reddantur procliviores ad illicita in posterum comittenda, quod si à sinceritate fidei, & unitate Romanæ Ecclesiæ, ac obedientia, & devotione Domini Papæ, & successorum ejus Romanorum Pontificum Canonice intrantium destiteritis, seu destiterint concessio, & remissio hujusmodi, ac etiam quoad illam sedem presentes literæ tibi, & illis nullatenus suffragentur; quodque idem Confessor per te, & alios nominatos, & nominandos predictos eligendus de quibus fuerit alteri satisfatio impendenda illam tibi, & illis per te, ac se si supervixerint, vel per alium, seu alios si tunc forte ab hac luce transieris, vel transierint faciendam injungat quantum, & illi facere tenearis, & teneantur, necnon quoad concessionem celebrandi ante diem hujusmodi tu, & illi parce utaris, & utantur; quia cum in altaris ministerio imolatur Dominus noster JESUS Christus qui candor est lucis eternæ congrui hoc non in noctis tenebris, sed in luce fieri, & quia difficile foret presentes literas ad singulos pervenire quemlibet ex nominatis, seu nominandis prefatis vigore presentium seorsum per se literas sub hujusmodi forma expedire posse decernimus, & declaramus, ut pro omni majori commoditate transumptis earundem presentium manu alicujus Notarij publici subscriptis, & sigillo alicujus Curiæ Ecclesiasticæ, aut Prelati, seu Canonici Cathedralis Ecclesiæ sigilatis eadem prorsus fides in juditio, & extra adhibeatur quæ presentibus adhiberentur si essent exhibitæ, vel ostensæ, proviso tamen quod beneficia in quibus ipsi duo presbyteri, sive Clerici in tuo servitio existentes pro tempore non residerint debitis propterea non fraudentur obsequijs, & animarum cura in eis quibus illa moveant nullatenus negligatur, sed illorum congrue supportentur onera consueta, ac ijdem Presbyteri dum ab eisdem beneficijs absentes fuerint quotidianas distributiones nullatenus percipiant. Datum Romæ apud Sanctum Petrum sub sigillo officij penitentiariæ ij. Kalend. Maij. Pontificatus Domini Pauli Papæ III. anno octavo.

O Doutor Diogo Gonçalves do Dezembargo delRey nosso Senhor Provisor, e Vigairo geral no espiritual, e temporal no Arcebispado de Lixboa pelo muito Illustre, e Reverendissimo Senhor o Senhor D. Fernando per mercè de Deos, e da Santa Igreja de Roma Metropolitano Arcebispo de Lixboa do Conselho delRey nosso Senhor, e seu Capellaõ Mor, &c. A quantos esta minha Carta testemunhavel dada em pubrica, e autentica forma com ho trellado de hum confissionairo apostolico virem saude em Jesu Christo nosso Senhor,

nhor, e Salvador. Faço ſaber que por parte da muito magnifica Senhora a Senhora D. Maria de Meneſes Mãe da Senhora Marqueza de Ferreyra, mulher que foi de D. Antam Capitaõ Moor da dita Cidade, &c. me foi aprezentado hum Confeſſionairo do noſſo Senhor ho Santo Padre Paulo Papa Terceiro hora na Igreja de Deos Preſidente eſcripto em purgaminho, e paſſado polla ſua ſacra penitenciaria ſellado com o verdadeiro ſello della impreſſo em cera vermelha dentro em caixa de folha de frandes comprida pendente per cordaõ de linhas vermelhas: concedido ao muito Illuſtre, e manifico Senhor o Senhor D. Rodriguo Marques de Ferreyra, Conde da Villa de Tentugual, &c. nom viciado, nem cancellado, nem parte de ſi ſoſpeito, antes carecente de todo vicio, e ſoſpeiçaõ, ſegundo per elle prima face parecia do qual proprio Confiſſionario original o trelado de verbo a verbo he o que fica atras, e ſendome aſſy apreſentado o dito Confeſſionairo como dito he por parte da dita Senhora D. Maria de Menezes me foi dito que por quanto ella era huã das peſſoas contheudas no dito Confiſſionario pera aver de guoſar das graças, liberdades, inzençoens, e indulgencias nelle comteudas me pedia lhe mandaſſe paſſar o trellado do dito Confiſſionairo em pubrica, e autentica forma em hua Carta teſtemunhavel: o que viſto por mim o requerimento feito por parte da dita Senhora, e ſeu dizer, e pedir ſer juſto, e como o dito Confiſſionairo era boõ, e verdadeiro, e ſem duvida, lhe mandei paſſar o trellado delle em pubrica, e autentica forma em eſta minha Carta teſtemunhavel pera o qual intreponho minha autoridade ordinaria com interpoziçaõ de decreto quanto com dereito poſſo, e devo, e mando, que a eſte trellado lhe ſeja dado tanta fee, credito, e autoridade em juizo, e fora delle como ao proprio original ſem a ello lhe ſer poſto duvida, nem embarguo algum. Dada na Cidade de Lixboa ſob meu ſinal, e ſello aos nove dias do mes daguoſto do anno de mil e quinhentos quarenta e tres annos; teſtemunhas que a todo o ſobredito foraõ preſentes tudo viraõ, e ouviraõ os muito honrados Pedrafonſo Bacharel, e Dioguo Garcia ſcrivaõ, e outros.

Didacus Doctor.

E eu Alvoro Queimado Clerigo de Miſſa, morador na dita Cidade de Lixboa publico per Apoſtolica autoridade Notairo, que a todo o ſobredito preſente fui com as ditas teſtemunhas, e tudo vi, ouvi, e entendi, e eſte Confiſſionairo em eſta Carta teſtemunhavel bem, e fielmente autentiquei, e continuei com o dito Senhor Proviſor, e o corroborei de meu pubrico, e acoſtumado ſinal juntamente com o ſinal, e ſello do dito Senhor, roguado, e requerido.

Alvaro Queimado, Notairo Apoſtolico.

Con-

Contrato, e transacçaõ entre o Marquez de Ferreira D. Francisco de Mello, e sua mulher a Senhora D. Eugenia, com D. Alvaro de Mello, seu sobrinho, sobre a herança da Casa de D. Rodrigo, I. Marquez de Ferreira. Authentico está no Cartorio da Sereniſſima Casa de Bragança, donde o tirey.

Num. 15.
An. 1553.

EM Nome de Deos Amen. Saibaõ quantos este estormento de comcerto, transacçaõ, e amiguavel composiçaõ virem, que no anno do nacimento de Nosso Senhor JESU Christo de mil quinhentos cincoenta e tres, aos dezassete dias do mes de Novembro na Cidade de Lixboa nas cazas do Senhor Pero Dalcaçova Carneiro do Conselho delRey nosso Senhor, e seu Secretario estamdo hy presemte o Senhor D. Francisco de Mello filho do Senhor Marques de Ferreira que sancta gloria aja de huma parte em seu nome, e como Procurador da Senhora D. Eugenia, sua molher cuja procuraçaõ bastante pera ho caso de que a diante faz mençaõ offereceo de que o trellado hiraa a diamte; e da outra parte ho Senhor D. Alvaro de Mello filho do Senhor D. Alvaro de Mello filho primogenito que foy do dito Senhor Marques, e a Senhora D. Maria de Vilhena sua Mãy como sua Tutor, e Curador, e assy a Senhora D. Maria Dalcaçova molher do dito Senhor D. Alvaro, logo por elles Senhores foy dito que depois do falecimento do dito Marques de Ferreira Pay, e Avo delles partes teveraõ demanda assy acerqua do sequestro dos morgaados, terras, e rendas que ficaraõ por falecimento do dito Marques como acerqua da succeſſaõ, e herança dos ditos morgaados, terras, e rendas de que todo elle D. Alvaro tinha dado libello comtra elle D. Framcisco, e dezia lhe pertemcer toda a succeſſaõ da Caza do dito Marques, por ser filho do dito D. Alvaro de Mello filho primogenito do dito Marques, e que represemtava a pessoa do dito seu Pay, e elle dito D. Framcisco dezia, que era o filho mais velho que ficara ao tempo do falecimento do dito Marques, e que amdando assy as ditas duvidas, e demandas amtre elles, olhando o grande divedo que amtre sy tem, e o muito tempo que as ditas demandas podiaõ durar, e todo fim dellas ser imcerto, e duvidoso, e por tirar muitos imcomviniemtes que se das ditas demandas podiaõ seguir, e por bem de amor, paaz, e comcordia, falaram em se comcertar, e por amtre elles aver deferemça no dito comcerto, pediraõ por merce a ElRey nosso Senhor que lhes fizesse merce de mandar emtemder em os comcordar, e determinar o que a S. Alteza bem parecesse, e o dito Senhor por lhes fazer merce emtendeo nisso, e os comcertou por sua determinaçaõ per elle assinada, de que o teor de verbo a verbo he o seguinte. Manda ElRey nosso Senhor visto como D. Francisco de Mello, e D. Maria de Vilhena como Mãy, e Tutor de D. Alvaro de Mello sobrinho do dito D. Framcisco pediraõ a S. Alteza que lhes fizesse merce de emtemder, e os comcordar, e determinar o que lhe bem parecesse na defferemça em que ora

eſtaõ no comcerto que ſe amtre elles tracta ſobre a duvida, e demanda que amtre elles era movida acerqua da ſucceſſaõ, e eramça dos morgaados, terras, e remdas que ficaraõ por morte de D. Rodrigo de Mello Marques de Ferreira, Pay do dito Dom Framciſco de Mello, e Avo do dito D. Alvaro de Mello, por o dito D. Alvaro ſeu filho mais velho de D. Alvaro de Mello ja fallecido filho mais velho do dito D. Rodrigo de Mello Marques de Ferreira que ho dito D. Alvaro de Mello Neto do dito Marques de Ferreira aja da eramça, e ſucceſſaõ dos morgaados, terras, e remdas que ficaraõ do dito Marques ſeu Avo, as couzas ſeguintes. Das rendas que as taes couſas remderem da pubricaçaõ deſta determinaçaõ em diamte ſſ. a Villa da Rega e a Villa de Codeſeiro, e ho Concelho de Carapito, e a alcaidaria mor da Villa de Vilar mayor, e os bens da beira que ſe chamaõ o minhocal da Ribeira, e o minhocal de cima, e ho carvalhal meaõ em termo da Villa de Celorico, da quimtaam da gaiteira, e as leziras de tavora, e as abitureiras em termo da Villa de Santarem, e ho reguengo de Toēs com todas as mais couſas que o dito D. Framciſco tever nas ditas Villas, comcelho, e couzas acima ditas, e na maneira em que as tever, e que ho que eſtas couſas em cada hum anno menos remderem de oitocemtos mil reis dee o dito D. Framciſco de Mello ao dito D. Alvaro ſeu ſobrinho em temça de juro pera que da pubricaçaõ deſta determinaçaõ em diamte elle D. Alvaro aja os ditos oitocemtos mil reis de remda em cada huũ anno aſſy pello que remderem as ditas terras, e bens como pella temça de juro que lhe mais der, e aſſy dee mais o dito D. Framciſco de Mello ao dito D. Alvaro ſeu ſobrinho jumtamente com as ſobreditas couſas dez mil cruzados em dinheiro, as quaes couſas, e dinheiro o dito D. Framciſco de Mello he comtemte de dar ao dito Dom Alvaro como parece pello ſeu aſſignado jumto ao auto atras eſcripto, e viſto como pelo muito paremteſco, e razaõ que amtre os ditos D. Framciſco, e D. Alvaro ſeu ſobrinho ha he couſa muito juſta aver amtre elles neſte caſo comcerto, e aſſy porver muito bem a ambas as partes pera ſe excuſarem demandas, deſpeſas, e outros incomvinientes que ſe poderiaõ ſeguir ſe a cauſa ſe ouveſſe de determinar por demanda, e como o dito D. Franciſco por eſtar em poſſe de toda a heramça, e ſucceſſaõ que ficou per morte do Marques ſeu Pay tinha rezaõ de mais arecear a ſemtemça, que neſte caſo ſe ouveſſe de dar, e de mais ſentir ho em que a tal ſentença comtra elle foſſe, ha S. Alteza por bem, e manda que a alem do que acima he dito, que D. Alvaro de Mello aja daver da dita ſucceſſaõ do Marques ſeu Avo, e lhe D. Framciſco de Mello ha de dar dee mais ho dito D. Framciſco ao dito D. Alvaro ſeu ſobrinho as cazas, e moyos e toda a outra mais fazenda, que ora o dito D. Framciſco de Mello tem no morgado de Sanctarem, que inſtituiraõ o Marques ſeu Pay ſemdo Comde de Temtuguel, e D. Lianor Dalmeyda Comdeſſa de Temtuguel, ſua molher, Mãy do dito D. Franciſco ſemdo ella viva ao tal tempo, e das couzas acima ditas as que forem da Coroa averaa, e teraa o dito D. Alvaro aſſy, e da maneira que as ouvera de erdar, e ſucce-

succeder D. Alvaro de Mello seu Pay se fora vivo ao tempo da morte do dito Marques de Ferreira pollas doaçoens que o dito Marques dellas tinha, e segumdo forma dellas, e das ordenaçoens do Regno, e das cousas acima ditas, as que forem dos morgados patrimoniaes assy dos que ficaraõ do Marques de Ferreira como do morgado de Sanctarem que o dito Marques, e a Comdessa sua molher instituiraõ ho dito D. Alvaro as averaa, e teraa em morgaado pera sy, e seus successores comforme aas instituiçoens dos ditos mor gaados sem ser obrigado a emcargo algum dos comtheudos nas ditas instituiçoens porque os taes emcargos ficaraõ com o dito D. Framcisco de Mello, o qual seraa obrigado a dar pera os ditos morgaados tamta fazemda de raiz que remda em cada huum anno outro tamto como ora remdem os bens dos ditos morgaados que se delles tiraõ, e daõ ao dito D. Alvaro, a qual fazenda que o dito D. Framcisco assy ha de dar aos ditos morgaados ficaraa vinculada a elles, com as obrigaçoens, e emcargos que tinhaõ os bens dos ditos morgaados que se ora delles tiraõ, e ficaõ ao dito D. Alvaro, e desta mesma maneira seraa o dito D. Framcisco obrigado a dar pera o morgaado de Sanctarem que lhe ficou do Marques seu Pay, e da Comdessa sua Mãy fazenda de raiz que remda em cada huum anno outro tamto como val de remda a fazenda do dito morgado que se ora delle tira, e se daa ao dito D. Alvaro, a qual fazenda ficaraa vimculada ao dito mor gaado, e obrigada aos emcargos delle assy como acima he dito, que fique a fazenda que o dito D. Framcisco ha de dar pera os morgaados patrimoniaes, que ficaraõ per morte do dito Marques de Ferreira seu Pay sem a fazenda do dito morgaado de Sanctarem, que o dito, e D. Alvaro ha de aver ficar obrigada a emcargo alguum do dito morgaado, e o dito D. Framcisco seraa obrigado a dar aos ditos morgaados a satisfaçaõ acima dita demtro de dous annos que se começaraõ do dia da pubricaçaõ desta determinaçaõ em diamte, e a extimaçaõ, de liquidaçaõ que se haade fazer do que em cada huum anno vallem de remda as cousas acima ditas que haõ de ficar ao dito D. Alvaro pera se saber o que lhe D. Framcisco mais haade dar em temça de juro para lhe fazer comprimento de oitocemtos mil reis de remda se faraa per massa dos quatro annos passados, de quaremta e nove, cincoenta, e cincoemta e hum e cimcoemta e dous, e comforme a esta determinaçaõ de S. Alteza se faraa amtre o dito D. Framcisco de Mello com outorga, e comsentimento de D. Eugenia sua molher, e o dito D. Alvaro seu sobrinho, com auctoridade de D. Maria de Vilhena sua Mãy, e Tutor huum comtracto de transacçaõ com supprimento da ydade do dito D. Alvaro, e com todas as clausulas, derogaçoens, e declaraçoens necessarias pera o dito contracto ser pera sempre firme, e valioso, e se lhe daraõ para o mesmo efeito as provisoens de S. Alteza que forem necessarias, no qual comtracto seraa trelladada esta determinaçaõ de S. Alteza, e feito, e acabado assy amtre elles o dito comtracto de transacçaõ o dito D. Framcisco de Mello emtregaraa logo ao dito Dom Alvaro todas as doaçoens de scripturas que tiver, e forem necessarias ao dito D. Alvaro

ro para lhe aver de ser feitas as doaçoens das cousas da Coroa, que para bem desta determinaçaõ ha de aver; e assy lhe emtregaraa o trellado em pubrica forma das instituiçoens dos morgaados, e de quaesquer escripturas que a elles pertemcerem, e ao dito D. Alvaro forem necessarias pera segurança da parte da fazenda que elle dos ditos morgaados ha de aver, e se lhe averem de fazer as provisoens que lhe forem necessarias, e assy mesmo lhe emtregaraa logo o dito D. Francisco os dez mil cruzados que lhe ha de dar, e dentro de dous meses se faraa a liquidaçaõ da valia das remdas das cousas que haõ de ficar a D. Alvaro pera se saber a comtia da temça de juro que lhe D. Framcisco de Mello ha de dar para comprimento dos oitocemtos mil reis e tamto que a dita liquidaçaõ for feita, daraa o dito D. Framcisco ao dito D. Alvaro a temça que se achar que lhe mais deve de dar pera ser feito padraõ della ao dito D. Alvaro, e temdo D. Framcisco satisfeito ao acima dito se lhe faraõ doaçoens em forma per successaõ das mais cousas da Coroa que ficaraõ do Marques seu Pay assy de juro como em vida segundo per bem de suas doaçoens, e provisoens lhe pertemcerem, e lhe seraa alevantado o socresto que lhe he posto nas remdas das cousas que se lhe mandaraõ socrestar, e lhe seraa emtregue o dito remdimento como o ouvera daver, se o dito socresto lhe nom fora feito, e em cada huuã das doaçoens, e das cousas da Coroa, e das provisoens que tocarem aos morgaados que se ouverem de fazer assy ao dito D. Framcisco como ao dito D. Alvaro hiraa trelladado o dito contracto, e transacçaõ, que se amtre elles ha de fazer, e manda S. Alteza que se façaõ dous alvaras de huum theor com o trellado desta sua determinaçaõ, e que se dê huum a D. Francisco de Mello, e outro a Dom Alvaro de Mello, em Lixboa a vimte e quatro de Março de mil e quinhemtos e cimcoemta e tres. A qual determinaçaõ parecia ser escripta por Manoel da Costa escripvaõ da Camera delRey nosso Senhor, e assignada por S. Alteza. E vista esta determinaçaõ de S. Alteza per elles partes, e que S. Alteza mandava que a extimaçaõ, e liquidaçaõ que se avia de fazer do que valiaõ de remda as cousas acima ditas que aviaõ de ficar ao dito D. Alvaro se fezesse por massa dos quatro annos passados elle D. Alvaro teve duvida sobre a massa ser dos ditos quatro annos somente, e sobre ello apontaraõ peramte S. Alteza de sua justiça, e S. Alteza por tirar a dita duvida, e outras as tirou pella determinaçaõ seguinte. Manda ElRey nosso Senhor vista a duvida, e differemça que amtre D. Alvaro de Mello, e D. Framcisco de Mello seu Tio ha sobre os annos de que se avia de fazer massa do remdimento das rendas que per bem da determinaçaõ de S Alteza ficaõ com o dito D. Alvaro aa comta dos oitocemtos mil reis de remda que cada anno ha de aver; e vistas as comthias declaradas nos escriptos aqui offerecidos porque as ditas remdas foraõ aremdadas, e o que as partes sobre ysso alegaraõ, e paara que acerqua da liquidaçaõ do remdimento das ditas remdas nom aja mais duvida amtre as ditas partes que o dito D. Alvaro aja as ditas remdas, e comthia de quinhentos e quaremta mil reis de remda em cada huũ anno,

anno, e os dozemtos e sessenta mil reis que falecem pera comprimento dos ditos oitocemtos mil reis lhe daraa o dito D. Francisco em temça de juro como S. Alteza pella dita determinaçaõ tem mandado em Lixboa a vimte e tres dias de Octubro de mil e quinhemtos e cimcoemta e tres, a qual determinaçaõ outro sy parecia ser escripta pelo dito Manoel da Costa escripvaõ da Camara delRey nosso Senhor, e assignada per S. Alteza. E vistas as ditas determinaçoens do dito Senhor dixeraõ elles partes que as acceptavaõ, e aviaõ por boas assy, e da maneira que nellas se conthem, e per via de comcerto, e transacçaõ eraõ comtemtes de estar por todo o comtheudo nas ditas determinaçoens dizendo logo elle dito Senhor D. Francisco em seu nome, e da dita Senhora D. Eugenia sua molher que doje pera sempre por bem desta transacçaõ, e das ditas determinaçoens era comtemte, e lhe apraz que ho dito Senhor D. Alvaro seu sobrinho aja da heramça, e successaõ dos ditos morgaados, terras, e remdas que ficaraõ do dito Marques as cousas seguintes, e as remdas que as taes cousas remderaõ desde vimte e quatro dias de Março passado do presente anno em diamte: ss. a Villa da Rega, e a Villa do Coudiceiro, e o Comcelho de Carapito, e a alcaydaria moor da Villa de Villarmayor, e os bens da Briza que se chamaõ o minhocal de cima em termo de Celorico, e o Carvalhal meaõ em termo da Cidade da Guarda, e a quintaã da gateira das leziras de Tavora, e as abitureiras em termo da Villa de Sanctarem, e o Reguengo de Tões com todas as mais couzas que elle Senhor D. Framcisco tem nas ditas Villas da Rega, e Codiceiro, e Concelho de Carapito, e cousas acima ditas que dos ditos morgaados tem em Sanctarem, e seu termo tirando o padroado da Egreja de S. Matheus de Sanctarem, e assy as mais cousas outras dos ditos morgaados, que esteverem fora de Sanctarem, Golegaã, Pernes, Cartaxo, Azinhaga, Almeyrim, e seus termos, que estas destes logares soomente ficaõ com o dito Senhor D. Alvaro, e todas as outras com o dito padroado de S. Mattheus que forem dos ditos morgaados ficaõ com elle Senhor D. Framcisco, e seus erdeiros, e successores, e ha por bem elle Senhor D. Framcisco, que o dito Senhor D. Alvaro seu sobrinho, e seus successores ajaõ as ditas Villas, e Comcelho, e cousas sobreditas assy, e na maneira que as elle Senhor D. Framcisco tem, e melhor se com dereito as poder aver, as quaes cousas todas que saõ as comteudas na dita primeira determinaçaõ do dito Senhor, S. Alteza depois da dita determinaçaõ quis mandar liquidar ho que remdiaõ as ditas cousas, e vistos os escriptos delles partes mandou para hy fazer liquidaçaõ, e extimaçaõ do que as ditas cousas podiaõ render fazemdo massa dos annos que a S. Alteza bem parecer, e pella dita segunda determinaçaõ determinou as ditas cousas remderem quinhemtos e quaremta mil reis, e que nelles as tomasse o dito Dom Alvaro, e que pera comprimento dos oitocemtos mil reis comteudos na dita primeira determinaçaõ lhe desse elle Senhor D. Framcisco dozemtos e sassemta mil reis de juro dos que S. Alteza vemde a retro, dizemdo mais elle Senhor D. Framcisco em seu nome, e da dita Senhora D. Eugenia

n'a sua molher que elle daa, e paga ao dito Senhor D. Alvaro os ditos oitocemtos mil reis comteudos na dita primeira determinaçaõ pella maneira seguinte: ss. quinhemtos e quaremta mil reis pelas remdas das ditas Villas, e cousas na dita determinaçaõ nomeadas, e per dozemtos e sassemta mil reis de juro a retro dos que o dito Senhor vemde, de que lhe daraa huum padraõ de S. Alteza, e em quanto lhe naõ der o dito padraõ dos ditos dozemtos e sessemta mil reis que se obriga a lhe dar demtro de huum anno lhos daraa das suas remdas da sua Villa do Cadaval, e assy approuve mais a elle Senhor D. Framcisco em seu nome, e da dita Senhora sua molher de dar ao dito Senhor D. Alvaro seu sobrinho a alem das sobreditas cousas dez mil cruzados em dinheiro, e as casas, e moyos, e toda a outra mais fazemda que ora elle Senhor D. Framcisco tem em Sanctarem, Golegaam, Pernes, Almeyrim, Azinhaga, Cartaxo, e seus termos, do morgaado que instituiraõ ho dito Senhor Marques seu Pay semdo Comde de Temtuguel, e a Senhora D. Lianor Dalmeyda Comdessa sua molher Mãy delle dito Senhor D. Framcisco, semdo ella viva ao tal tempo, como se na determinaçaõ do dito Senhor comtem, e de todas as cousas acima ditas, na dita determinaçaõ, e nomeadas as que forem da Coroa averaa, e teraa o dito Senhor Dom Alvaro, e seus successores assy, e da maneira que as ouvera de herdar, e succeder D. Alvaro de Mello seu Pay que sancta gloria aja, se fora vivo ao tempo da morte do dito Marques de Ferreira, pellas doaçoens que o dito Marques dellas tinha, e segundo forma dellas, e das ordenaçoens do Regno; e das mais cousas acima ditas que lhe mais assy daa comforme aa dita determinaçaõ desta transacçaõ as que forem dos morgaados patrimoniaes que estiverem em Sanctarem, Golegaam, Pernes, Cartaxo, Azinhaga, Almeyrim, e seus termos, assy das que ficaraõ do dito Marques como das cousas do morgaado de Sanctarem, que o dito Marques, e Comdessa sua molher instituiraõ na maneira acima declarada o dito Senhor D. Alvaro as avera doje pera sempre, e teraa em morgaado pera sy, e seus successores comforme aas instituiçoens dos ditos morgaados sem elle Senhor D. Alvaro nem seus successores serem obrigaados a emcargo alguum dos comteudos nas ditas instituiçoens, e de quaesquer outros que per razaõ dos ditos morgaados se ouvessem de comprir porque todos os ditos emcargos ficaõ a elle Senhor D. Framcisco em fazemda de raiz que ha de dar, e applicar demtro no tempo comteudo na dita determinaçaõ que remda em cada huum anno outro tamto como ora remdem os ditos bens acima nomeados que se tiraõ dos ditos morgaados patrimoniaes, e per bem da dita determinaçaõ elle Senhor D. Framcisco por esta transacçaõ daa ao dito Senhor D. Alvaro, e ficaraa a fazemda que elle Senhor D. Framcisco ha de dar com a mais que lhe fica dos ditos morgaados vimculada aos ditos emcargos, e obrigaçoens que tinhaõ os bens dos ditos morgaados, que se ora delles tiraõ, e ficaõ ao dito Senhor D. Alvaro per bem da dita determinaçaõ, e desta transacçaõ; e dixe logo elle Senhor D. Framcisco em seu ome, e da dita Senhora sua molher que doje pera sempre desiste

te das ditas Villas, Concelho, e cousas, e bens dos ditos morgaados patrimoniaes comteudos na determinaçaõ do dito Senhor pella maneira nesta transacçaõ comteudo, e renuncia todo direito, auçaõ, posse, propriedade que nelles, e em cada huum delles tem, e pode ter, e todo daa, cede, e trespassa no dito Senhor D. Alvaro seu sobrinho, e seus successores assy, e pela maneira que se comtem nas doaçoens, titolos, e instituiçoens das ditas cousas, e como as o dito Marques tinha, e lhe podia pertemcer por qualquer via, e maneira, e logo lhe entregou elle Senhor D. Alvaro as doaçoens, e escripturas que tem das ditas cousas na dita determinaçaõ nomeadas pera lhe serem feitas doaçoens das cousas da Coroa, que per bem da dita determinaçaõ, e desta transacçaõ ha de aver, e assy lhe emtregaraa mais elle Senhor D. Framcisco ho trellado em pubrica forma das instituiçoens dos ditos morgaados pera elle Senhor D. Alvaro, e seus successores saberem como se haõ de erdar e succeder, e pera terem pera seguramça da parte que nelles tem, e lhe ficaõ por esta transacçaõ, e determinaçaõ de S. Alteza. Quanto aos dez mil cruzados acima ditos que lhe avia de dar em dinheiro approuve a elles partes que em quanto elle Senhor D. Francisco lhos nom desse, lhe dar em cada huum anno dozemtos e cincoemta mil reis pagos nas remdas do Cadaval, e nom abrangendo as remdas da dita Villa a estes dozemtos e cincoemta mil reis, e aos dozemtos e sessemta sobreditos ho que faltar averaa elle Senhor D. Alvaro pelas remdas da Villa Dalvayazer com condiçaõ que todas as vezes que o dito Senhor D. Alvaro quizer os ditos dez mil cruzados em dinheiro, elle Senhor D. Framcisco seraa obrigaado a lhos dar demtro em trimta dias, e nom os damdo no dito termo que elle Senhor D. Alvaro, ou seus successores os possaõ tomar a caimbo como amdar na praça, e damdolhos ficaraa desobrigado de dar os ditos dozentos e cincoemta mil reis, e com condiçaõ que elle Senhor D. Alvaro possa poer recebedor nos ditos logares em que se ha de fazer o pagamento pera arrecadar os ditos dinheiros de quaesquer pessoas que os ouverem de pagar, e logo pelo dito Senhor D. Alvaro de Mello foy apresemtado huũ alvaraa do dito Senhor porque a elle, e aa Senhora D. Maria Dalcaçova sua molher supprio a idade, e os ouve por mayores de vinte e cinco annos pera poderem fazer esta transacçaõ com todas as renumciaçoens, e clausulas necessarias de que ho theor tal he. Eu ElRey faço saber aos que este meu alvaraa virem que D. Framcisco de Mello, e D. Maria de Vilhena como Mãy, e Tutor de D. Alvaro de Mello sobrinho do dito D. Framcisco me pediraõ que lhes fizesse merce de emtemder em os comcordar, e determinar o que me bem parecesse na differemça em que estavaõ no comcerto que se amtre elles tractava sobre a duvida, e demanda que amtre elles era movida acerqua da eramça, e successaõ dos morgaados, terras, e remdas que ficaraõ por morte de D. Rodrigo de Mello Marques de Ferreira, Pay do dito D. Francisco de Mello, e Avo do dito D. Alvaro de Mello, e eu por lhes fazer merce entendi nisso, e determinei o que me pareceo que o dito D. Alvaro avia daver da heramça, e successaõ dos ditos

 morgaados,

morgaados, terras, e remdas que ficaraõ do dito Marques seu Avo, e que todo ho mais ficasse ao dito D. Framcisco de Mello segundo mais inteiramente se contem em sua determinaçaõ por mym assignada que mandey que se trelladasse no comtracto de transacçaõ que se faria amtre o dito D. Framcisco de Mello com outorga, e comsentimento de D. Eugenia sua molher, e o dito D. Alvaro seu sobrinho com auctoridade da dita D. Maria de Vilhena, sua Máy, e Tutor, e com supplimento de idade do dito D. Alvaro, e com todas as clausulas, derogaçoens, e declaraçoens necessarias pera o dito comtracto ser sempre firme, e valioso, e que eu lhe mandaria dar pera o dito effecto as provisoens que fossem necessarias, a qual determinaçaõ foi feita a vimte e quatro dias do mes de Março deste anno presente de quinhentos e cincoenta e tres, e porque o dito D. Francisco de Mello, e D. Maria de Vilhena, e D. Alvaro me inviaraõ dizer que pera o dito comtracto de transacçaõ que se assy amtre elles aade fazer ser firme, e valioso pera sempre era necessario eu supprir a ydade do dito D. Alvaro, e o fazer mayor de vinte e cinco annos, e da licemça que jurem todas as partes o dito comtracto, e que contra elle, nem cousa alguũa do nelle contheudo nom possaõ nunca hir, nem pedir restituiçaõ, nem dizer em que saõ enganados aquem, nem aalem dametade do justo preço, e que possaõ renunciar a ordenaçaõ do quarto livro dametade do justo preço, e todalas leis, e direitos, que permitem se restituirem os menores, e mayores que saõ lesos em muita ou pequena quantidade, e todas as outras leis, e ordenaçoens assy da ley mental, como quaesquer outras que forem contra o comtracto da dita transacçaõ que se amtre elles fezer, posto que as taes leys, ou ordenaçoens sejaõ taes de que seja necessario fazer expressa, e de verbo a verbo mençaõ, e derogaçaõ eu ey por bem, e me praz que a dita transacçaõ se faça amtre os sobreditos assy, e pela maneira que na dita minha determinaçaõ he comtheudo, e com as mesmas clausulas que lhes bem parecer e concordarem. E por quanto o dito D. Alvaro he menor de vimte e cinco annos por ser soomente de quinze annos, e nom pode fazer a dita transacçaõ, nem menos a dita D. Maria de Vilhena, sua Máy, como sua Tutor, e Curador que he pode fazer a dita transacçaõ, eu de meu proprio moto, certa sciencia, poder Real, e absoluto suppro, e ey por supprida a idade que ao dito D. Alvaro de Mello falece, e ho ey por mayor de vimte e cinco annos, e que possa fazer a dita transacçaõ com todas as clausulas, e renunciaçoens necessarias pera ser pera sempre valiosa, como se passara dos ditos vimte e cinco annos, e bem assy me praz que a dita D. Maria de Vilhena sua Máy possa comsemtir no dito contracto de transacçaõ assy, e pella maneira que acima he declarado, e com todas as mais clausulas que pera firmeza delle forem necessarias, e amtre elles partes forem asemtadas, e possaõ renumciar as leys, e ordenaçoens que em comtrairo forem ainda que sejaõ taes que se defemda as poderem renunciar, e que prometaõ os menores, e mayores de se nom restituirem assy per clausula geral, como especial, e ainda que possaõ dizer que saõ enganados em mais dametade

do

do justo preço, e sem embargo da ordenaçaõ do quarto livro titolo trimta que ha por nenhua a tal renunciaçaõ dametade do justo preço, e assy me praz de supprir o defeito do comsentimento de D. Rodrigo filho mais velho do dito D. Framcisco de Mello que somente he de ydade de dous annos pouco mais, ou menos, e naõ tem ydade pera comsentir; e pera mayor firmeza de tudo isto me praz que os ditos D. Framcisco de Mello, e D. Eugenia, e D. Alvaro de Mello, e D. Maria de Vilhena possaõ jurar, e affirmar por juramento o dito comtracto de transacçaõ, e cousas que nelle comcertarem, e assentarem; e assy possaõ jurar todos, e cada hum delles per sy que nom pediraõ restituiçaõ do dito comtracto, nem de clausula alguma nelle comteuda per sy, nem por outrem, nem relaxaçaõ, nem absolviçaõ do dito juramento ao Sancto Padre, nem a quem seu poder tenha, e aimda que lha dem de seu officio a nom tomem, e dou poder a qualquer Tabaliaõ que possa fazer o dito comtracto de transacçaõ com o dito juramento sem embargo da ordenaçaõ do quarto livro titulo terceiro que nenhuum faça comtracto, nem destrato em que ponha juramento, ou boa fee, e das penas delle, e quero de minha certa sciencia poder Real, e absoluto, que as ditas partes, nem alguma dellas, nem seus successores naõ possaõ comtra cousa alguma do nelle comteudo, ser ouvidos em juizo, nem fora delle, porque desde agora pera emtaõ lhes denego as auçoens, porque minha vontade he que o dito comtracto em todo se cumpra imteiramente sem embargo de todalas leys, ordenaçoens, usos, e costumes, e ystilos em contrario ainda que tenhaõ clausulas derogatorias, e se requeira que dellas, e do theor dellas se faça expressa mençaõ, e sem embargo da ley mental, e de todos, e de cada hum dos Capitolos della que em contrario disto sejaõ ainda que tenhaõ clausulas derogatorias de que se aja de fazer expressa mençaõ porque todo ey por quebrado, e derogado pera que este alvaraa, e comtracto de transacçaõ que se amtre elles ha de fazer valha o mais efficazmente que possa ser, e como nelle for comtiudo posto que das ditas leys, e ordenaçoens, usos, e costumes, estilos, e cousas sobreditas que em comtrario deste alvaraa, e do dito comtracto sejaõ, e do theor, e sustancia dellas se ouvesse de fazer expressa mençaõ, e sem embargo da ordenaçaõ do segundo livro, titolo quaremta e nove que diz que se nom emtemda ser derogada ordenaçaõ alguuá per mim se da sustamcia della nom fizer expressa mençaõ, e pera mais firmeza eu comfirmarey o dito comtracto com todalas mais clausulas necessarias, e ainda que o nom comfirme seraa valioso assy, e da maneira, e com as clausulas que amtre elles partes forem assemtadas, e aqui saõ theudas, e ey por bem que este alvaraa valha, e tenha força, e vigor como se fosse Carta feita em meu nome per mim assignada, e passada per minha Chancellaria sem embargo da ordenaçaõ do segundo livro, titolo vimte que diz que as cousas cujo effecto ouver de durar mais de huum anno passem por Cartas, e passando per alvaras nom valhaõ, e valeraa outro sy posto que nom seja passada pella Chamcelaria sem embargo da ordenaçaõ que manda que os meus alvaras que nom forem passa-

paſſados pella Chamcellaria ſe nom guardem; Jorge da Coſta o fez em Lixboa a quatro dias de Julho de mil quinhentos e cincoemta e tres, Manoel da Coſta o fez eſcrever.

REY.

Sobeſcripçaõ, alvaraa pera V. Alteza ver a poſtila.

E por quanto depois deſte meu alvaraa D. Alvaro cazou, e he cazado com D. Maria Dalcaçova, filha de Pero Dalcaçova do meu comſelho, e meu Secretario, e por a dita D. Maria ſer de treze annos, e menor de vinte annos, pelo que podia por bem de minha ordenaçaõ pedir reſtituiçaõ aſſy nos comtratos, como nos Juizes, e a tal reſtituiçaõ aproveitaria ao dito D. Alvaro ſeu marido poſto que foſſe mayor de vimte e cinco annos, ey por bem, que a dita D. Maria poſſa outorgar no comcerto da tranſacçaõ que o dito ſen marido fezer do comteudo neſte alvaraa, e ho jurar com todas as clauſulas obrigaçoens, e derogaçoens nelle comteudas, e fazer todo o que o dito ſeu marido por bem deſte alvaraa atraz eſcripto pode fazer ſem numqua poder pedir reſtituiçaõ ſem embargo da ordenaçaõ do terceiro livro titulo oitenta e ſete que diz que a molher caſada, menor de vinte annos poſſa pedir reſtituiçaõ, e que aproveite ao marido porque ſem embargo da ordenaçaõ, e de todas as outras comtheudas, e alegadas neſte alvaraa atras, e da ordenaçaõ do ſegundo livro que diz que nom abaſte geral derogaçaõ, ſe da ſuſtamcia de cada huuã nom fezer expreſſa mençaõ me praz que a dita D. Maria poſſa comſentir no dito comcerto, e ho jurar, e fazer em todo o que o dito ſeu marido por bem do dito alvaraa fezer; e mando que eſta apoſtilla ſe cumpra, poſto que naõ ſeja paſſada pella Chamcellaria ſem embargo da ordenaçaõ em comtrario, Jorge da Coſta a fez em Lixboa a dezaſſeis de Novembro de mil quinhentos cincoenta e tres, Manoel da Coſta ho fez eſcrever.

REY.

Pello que dixeraõ o dito Senhor D. Alvaro, e a dita Senhora D. Maria Dalcaçova ſua molher que elles aviaõ por boa a determinaçaõ do dito Senhor, e aceptavaõ todo o que nella, e neſte comcerto de tranſacçaõ lhes o dito Senhor D. Framciſco dava, e ſe aviaõ por emtregues, pagos, e ſatisfeitos pelas ditas Villas, Comcelho, e couſas, e bens dos ditos morgaados acima nomeados, e aſſy pollas ditas doaçoens, e eſcripturas, e inſtituiçoens, e dez mil cruzados, e quer as couſas nomeadas na dita determinaçaõ, e neſta tranſacçaõ que lhes elle Senhor D. Franciſco daa renda muito mais, ou menos elle Senhor D. Franciſco naõ ſeraa obrigado a fazerlhe boa a dita remda ſomente o crecimento, e deminuiçaõ ſeraa do dito Senhor D. Alvaro, e a dita Senhora D. Maria ſua molher deraõ por quite, e livre ao dito Senhor D. Franciſco e a ſeus ſucceſſores de todas as mais remdas, morgaados, Villas, terras, e todas couſas outras que ficaraõ do dito

dito Marques assy patrimoniaes como de vida, e de juro que nom som exprimidas na dita determinaçaõ pera elle Senhor D. Framcisco, e seus successores as averem, e terem, e possuirem como as tiveraõ, e possuiraõ se elle Senhor D. Framcisco fora o filho primogenito do dito Marques, seu Pay, e dixeraõ elles Senhores D. Alvaro, e D. Maria sua molher em seus nomes, e de todos seus successores, e herdeiros que desistiaõ, como defeito desistiraõ de todo direito, e auçaõ que tinhaõ, e podiaõ ter na successaõ de todos os morgados, terras, remdas, e cousas que ficaraõ do dito Marques, dizemdo logo que doje pera sempre renunciavaõ toda lite, dereito, auçoens autivas, e passivas, utiles, e directas, e ho officio de Juiz que tinhaõ, e podiaõ ter em todas as outras mais cousas, morgaados, e terras, e remdas assy em vida como de juro, como patrimoniaes que ficaraõ do dito Marques seu Avo, tirando as sobreditas acima nomeadas que lhe per bem desta transacçaõ ficaõ, e todo cedem, e trespassaõ no dito Senhor D. Framcisco seu Tio, e em seus successores assy, e da maneira que ao dito Senhor D. Framcisco seu Tio, e a seus successores podiaõ sem nenhuã duvida pertencer senom ouvera o dito Senhor D. Alvaro seu Pay primogenito, e elle Senhor D. Framcisco fora o primogenito que o dito Senhor Marques seu Pay tivera pera que o dito Senhor D. Framcisco, e seus successores todo tenhaõ, ajaõ, e possuyaõ, e lhe sejaõ feitas as doaçoens necessarias de todas as mais Villas, morgaados, remdas, e cousas que do dito Marques ficaraõ assy da Coroa, como patrimoniaes assy, e da maneira como se aqui todas fossem expressas, e nomeadas, porque elles Senhores D. Alvaro, e D. Maria sua molher saõ comtemtes com as ditas cousas nomeadas na dita determinaçaõ, e dadas por esta transacçaõ, e todas as mais, e das auçoens que pera elles tem, e podem ter doje pera sempre, por sy, e seus herdeiros, e successores desistem, e querem, e haõ por bem que as aja ho dito Senhor D. Framcisco, e seus successores comforme aas doaçoens, e instituiçoens, que do dito Marques ficaraõ, e melhor se melhor com dereito as poder aver; e a dita Senhora D. Maria de Vilhena como Mãy, e Tutor, e Curador que foy do dito Senhor D. Alvaro seu filho dixe, que comsentia na dita determinaçaõ, e transacçaõ assy, e da maneira que se nella comtem; e por aqui ouveraõ elles partes todos assy o dito Senhor D. Framcisco em seu nome, e da dita Senhora sua molher, e os ditos Senhores D. Alvaro, e sua molher, e a dita Senhora D. Maria de Vilhena, sua Mãy este comtracto de transacçaõ por feito, e acabado, e dixeraõ todos juntos, e cada huum por sy, que todo o acima contheudo o aviaõ por bem, e por bom firme, e valioso, e assy o outorgavaõ, e affirmavaõ, e approvavaõ, e prometiaõ de todo pera sempre comprirem, e mantherem, e guardarem com todalas clausulas, obrigaçoens, e declaraçoens na dita determinaçaõ, e nesta transacçaõ contheudas per sy, e seus herdeiros, e successores, e renunciaraõ elles partes todos, e cada huum per sy todas leys, ordenaçoens, dereitos, stilos, costumes, e assy a ordenaçaõ da ley mental, e todos os Capitolos della que em comtrairo forem, como se todas, e cada

huã

huã dellas de *verbo ad verbum* aqui fossem especificadas, e renunciadas per elles partes, e que posto que fosse cada hum delles partes leso, e emganado nesta transacçaõ em muita, ou grande quantidade, posto que fosse aalem dametade do justo preço que nom se possa chamar leso, nem pedir restituiçaõ ordinaria, ou extraordinaria, nem por clausula geral, nem especial, nem per officio de Juiz porque todas as leys, ordenaçoens, e dereitos, estilos, usos, e costumes que o tal permitem, todas desde agora pera sempre, renunciaõ como se todas aquy fossem expecificadas, e renunciadas ainda que tenhaõ clausulas derogatorias, e que se nom possaõ renunciar porque todo renunciavaõ per bem do alvaraa do dito Senhor que lhes pera o assy poderem fazer, e renunciar comcedeo, e queriaõ que pera sempre este comcerto de transacçaõ, e clausulas delle inteiramente se comprissem, e stipularaõ, e acceptaraõ todos elles partes todo ho comtheudo neste comcerto huum do outro, e outro do outro, e obrigaraõ pera todo ho que dito he, e todo comprir todos seus bens moveis, e de raiz avidos, e por aver, e prometeraõ por sy, e seus erdeiros, e successores de nunca em juizo, nem fora delle de feito, nem de dereito hirem, nem atemtar de hir comtra ho comtheudo na dita determinaçaõ, e nesta transacçaõ, e atemtando em juizo, ou fora delle de feito, ou de dereito comtra cousa alguma do comteudo na dita determinaçaõ, e nesta transacçaõ cada huã das partes pagar vimte mil cruzados douro aa outra parte, e de perder todo dereito, e auçaõ que nas cousas que a cada huum por esta transacçaõ fiqua pera ho outro, e que por este mesmo feito as perca pera ho outro tamto que atemtar hir contra cousa alguuã do contheudo nesta transacçaõ, e ainda que em juizo queira cada hum delles partes, ou seus herdeiros per qualquer maneira hir comtra ho comtheudo nesta transacçaõ naõ seja ouvido, e se lhes denegue a audiencia, e auçaõ, e toda via imcorra nas ditas penas aalem de nom poder ser ouvido em juizo, nem fora delle; e levadas as ditas penas, ou nom levadas sempre as ditas determinaçoens, e esta transacçaõ fiquem firmes, e valiosas como se nellas contem; e declararaõ elles partes que todas as rendas do sequestro que se fez per mandado de S. Alteza, assy das cousas acima nomeadas que ficaõ com elle Senhor D. Alvaro como das que ficaõ com elle Senhor D. Framcisco que foraõ pello dito Senhor mandadas sequestrar, e emtregar a Lucas Giraldes como Depositario todas as taees remdas do dito sequestro assy as que ja esteverem em poder do dito Lucas Giraldes como as que se aimda deverem de todo o tempo do dito sequestro ficaõ com elle Senhor D. Framcisco por bem desta transacçaõ, e soomente levara elle Senhor D. Alvaro o que renderem as ditas cousas que lhe nesta transacçaõ daõ desde vimte e quatro dias de Março passado do presente anno em diante, e todo o mais he, e fica a elle Senhor D. Framcisco como cousa sua propria, e exempta pera a poderem mandar arrecadar e fazer della como de cousa sua; e approuve a elles partes que o dito Senhor D. Alvaro por sy, e por quem elle quiser possa tomar, e mandar tomar posse das ditas Villas, e couzas acima nomeadas que pela determina-

çaõ

çaõ de S. Alteza, e per esta transacçaõ lhe ficaõ sem mais auctoridade de justiça nem consentimento delle Senhor D. Framcisco, porque quanto a todas as outras mais cousas dos ditos morgaados, e terras que ficaraõ do dito Marques tem elle Senhor D. Framcisco ja tomada a posse, que tomou tamto que o dito Marques faleceo, as quaes posses elles Senhores D. Alvaro, e sua molher, e Mãy haõ por boas, e valiosas, e lhes apraz que elles, e seus successores as continuem, e se for necessario tomar outras de novo as possa tomar por sy, e por quem quizer, e pera mais abastamça, e firmeza deste comtracto de transacçaõ, e de todo o nelle comtheudo dixeraõ elles Senhores D. Framcisco em seu nome, e da dita Senhora D. Eugenia sua molher per bem da dita procuraçaõ pera ello abastamte, e os ditos Senhores D. Alvaro, e sua molher, e a dita Senhora D. Maria de Vilhena sua Mãy que per bem da dita licemça que tem do dito Senhor pera fazerem, e jurarem este comtracto juravaõ como de feito elles partes logo cada hum per sy peramte mim Tabaliaõ, e testemunhas abaixo nomeadas juraraõ aos Sanctos Evamgelhos em que poseraõ suas mãos dereitas que haõ este comcerto de transacçaõ acima comtheudo por bom, firme, e valioso com todas as clauzulas, renunciaçoẽs, penas, e obrigaçoens nelle contheudas, e assy juraraõ que nunca pediraõ restituiçaõ deste comcerto, nem de clausula alguma nelle comtheuda per sy, nem per outrem, nem relaxaçaõ, ou absoluçaõ do dito juramento ao Sancto Padre, nem a outro que seu poder tever, ou pera isso poder tenha, e ainda que lha dem de seu officio a nom tomem elles partes, nem seus successores, e pedem por merce a El-Rey nosso Senhor que de seu proprio moto, certa sciencia, poder Real, e absoluto comfirme esta transacçaõ com todalas clausulas, penas, e obrigaçoens nella comtheudas, com todas as derogaçoens das leys, ordenaçoens, dereitos, costumes, e estilos que em comtrairo forem, e da ordenaçaõ do segundo livro, titolo vinte que diz que nom abaste geral derogaçaõ se da sustancia de cada huã se nom fizer expressa mençaõ, e em quanto nom for confirmada esta transacçaõ seraa pera sempre firme, e valiosa como se nella comthem; e por quanto amtre as doaçoens que elle Senhor D. Framcisco emtregou ao dito Senhor D. Alvaro he huã em que se contem Ferreira, Carapito, e Villar mayor declararaõ elles partes que Ferreira fica com o dito Senhor D. Framcisco, e lha emtregou por hirem nella os outros Lugares, e se faraa pella dita doaçaõ a cada huum sua do com que ficaõ apartadamente, e em testemunho de verdade assy o outorgaraõ, e mandaraõ ser feito este estormento, e delle pediraõ cada hum seu, e dous, e tres, e os que lhes comprirem, e prometeraõ a mim Tabaliaõ, como a pessoa pubrica stipulamte, e acceptamte em nome de todas as pessoas a que este comtracto, e transacçaõ toca, e pertemce, ou possa ao diamte tocar, e pertemcer per qualquer modo a esto ausemtes de ho assy comprirem, e manterem como dito he; seguesse o trellado da Procuraçaõ da dita Senhora D. Eugenia de que acima faz mençaõ. D. Eugenia, &c. faço saber aos que esta minha procuraçaõ virem, que eu faço meu Procurador no melhor modo, e manei-

maneira que possa ser com libera, e geral administraçaõ ao Senhor D. Framcisco meu Senhor pera que elle em meu nome possa fazer todos, e quaesquer comcertos, pactos, e transacçoens que lhe aprouver, e por bem tever com D. Alvaro seu sobrinho, e seus Tutores, e Curadores sobre as demandas, e preitos que esperaõ trazer sobre as terras, e bens, e morgaados de juro que ficaraõ por falecimento do Senhor Marques, seu Pay que Deos tem, Avo delle dito seu sobrinho, e que possa por virtude do dito contrato, e transacçaõ soltar, e pagar do dinheiro do socresto a parte, ou partes que quiser, e por bem tiver, e que no dito contracto, e transacçaõ possa jurar qualquer juramento que necessario for pedido, ou requerido pera firmeza do dito contracto, e que todo o que por elle dito seu Procurador for feito, afirmado, e outorgado, e soltado pera firmeza do dito contracto eu ho ey por firme, e valioso pera sempre assy, e da maneira que ho eu faria, e affirmaria sendo presente, com poder de sobstabellecer outro Procurador, ou Procuradores sob obrigaçaõ de minhas rendas que pera isso obrigo, e por certeza mandey ser feita esta per mim assignada em Villa-Viçosa aos vimte e oito dias de Mayo, Framcisco Fernandes a fez de mil quinhentos cincoenta e tres. D. Eugenia. E sendo trelladada a dita procuraçaõ as ditas partes outorgaraõ, e assignaraõ este estormento pello modo, e maneira que nelle he declarado, e as determinaçoens acima trelladadas se treladaraõ de hum auto que ElRey nosso Senhor mandou fazer a Manuel da Costa escripvaõ da sua Camara onde estavaõ as proprias determinaçoens assignadas por S. Alteza, ho qual auto o dito Manuel da Costa mandou mostrar pera se concertarem os ditos trellados com as proprias, e logo lhe foy tornado depois de serem concertados, e posto que este estormento foy continuado aos dezassete dias do dito mes de Novembro se outorgou, e assignou aos dezoito dias do dito mes de Novembro pellos ditos Senhores D. Alvaro, e D. Maria Dalcaçova sua molher, e pela dita Senhora D. Maria de Vilhena, sua Mãy, somente que ao assignar, e outorgar deste estormento foraõ presentes, e por o dito Senhor D. Framcisco naõ ser presente ao outorgar, e assignar deste estormento dixeraõ que outorgaraa por hum termo que se faraa a diante, e ho dito alvaraa delRey nosso Senhor e a dita procuraçaõ da dita Senhora D. Eugenia ficaraõ em poder de mim Tabaliaõ, e prometeraõ os ditos Senhores D. Alvaro, e D. Maria Dalcaçova sua molher, e a dita Senhora D. Maria de Vilhena sua Mãy a mim Tabaliaõ como a pessoa pubrica estipulante, e acceptamte em nome do dito Senhor D. Framcisco, e de outras quaesquer pessoas a que esto toque, ou possa tocar, e pertencer por qualquer modo a esto absemtes de ho assim comprirem, e manterem como dito he; testemunhas que presentes foraõ Diogo Lopes, Cavalleiro fidalgo da Caza delRey nosso Senhor, e Manuel Fragozo Escudeiro fidalgo da Caza do dito Senhor, e Andre Amado outro sy Escudeiro fidalgo da Caza do dito Senhor, e Diogo Baracho Cavaleiro fidalgo da Caza do dito Senhor cortesaõs, e eu Amrique Nunes Tabaliaõ que esto escrepvi. E depois desto logo nos ditos dezoito dias do dito mes

mes de Novembro do dito anno de mil quinhentos cincoenta e tres na dita Cidade de Lixboa, e Cazas do dito Senhor Dom Framcisco de Mello estando sua Senhoria hy presemte logo per mim Tabaliaõ lhe foy mostrado, e lido de *verbo ad verbum* este estromento de comcerto, e transacçaõ atras escripto, e visto, e ouvido por ello dixe que em seu proprio nome, e da dita Senhora Donna Eugenia sua molher como seu Procurador que he por virtude da dita procuraçaõ atras treladada acceptava como de feito acceptou o dito comcerto, e transacçaõ, e outorgou, e comsentio nelle com todas as clausulas, condiçoens, penas obrigaçoens, e renunciaçoens assy, e pella maneira que com elle Senhor D. Framcisco em seu nome, e da dita Senhora D. Eugenia sua molher hia continuado, e jurou logo hy per virtude do dito alvara peramte mim Tabaliaõ, e testemunhas abaixo nomeadas em seu nome proprio, e como Procurador que assy he da dita Senhora D. Eugenia sua molher per virtude da dita procuraçaõ aos Sanctos Evangelhos em que pos a sua maõ dereita em hum livro de rezar que os tinha, e pelo dito juramento prometeo de elle, e a dita Senhora D. Eugenia sua molher comprirem, e mantherem o dito comcerto, e transacçaõ, e de nunca em tempo alguum hirem, nem virem comtra elle em parte, nem em todo por sy, nem por outrem, em juizo, nem fora delle de feito, nem de dereito por modo alguum que seja, nem pedirem relaxaçaõ do dito juramento ao Sancto Padre, nem a quem seu poder tenha, ou tever, nem usarem da dita relaxaçaõ posto que comcedida lhes seja sem a elles pedirem, e assy fez o dito juramento de comprirem, e manterem o dito comcerto, e transacçaõ com todas as outras mais clausulas, e declaraçoens que nelles comtem, assy, e pella maneira que com elle Senhor Dom Framcisco em seu nome, e da dita Senhora D. Eugenia sua molher hia continuado, e obrigou todos seus bens, e rendas avidas, e por aver, e da dita Senhora D. Eugenia sua molher por virtude da dita procuraçaõ a comprir, e manther o dito comcerto, e transacçaõ, e em testemunho de verdade assy o outorgou, e mandou ser feito este termo de outorga, consentimento acceptaçaõ, e juramento, e incorporalo ao dito estormento de comcerto, e transacçaõ atras escripto, e aos estormentos que da nota delle se passarem, e prometeo a mim Tabaliaõ, como a pessoa pubrica, stipulamte, e acceptamte, em nome dos ditos Senhores D. Alvaro, e D. Maria Dalcaçova sua molher, e de quaesquer outras pessoas a que esto toque, e pertemça, ou possa ao diamte tocar, e pertemcer por qualquer modo a esto absemtes de ho assy comprirem, e mantherem elle Senhor Dom Framcisco, e a dita Senhora Donna Eugenia sua molher, e seus herdeiros, e successores, testemunhas que presemtes foraõ o Licenciado Manuel Rodrigues Procurador da Corte, e Caza da supplicaçaõ, e Antonio de Moroz Prior da Igreja de Temtuguel, e Capellaõ do dito Senhor D. Framcisco, e Framcisco Fernandes outro sy seu Capellaõ; e eu Anrique Nunes pubrico Tabaliaõ por ElRey nosso Senhor na dita Cidade de Lixboa, e seus termos que este estormento em minhas notas tomey, e dellas ho fiz treladar per licença de Sua

Alteza que pera ello tenho, e ho concertey, e sobscripvi, e de meu pubrico signal ho assigney que tal he = com os riscados deziaõ . . . . . e os corregidos que dizem que . . . . . treladadas . . . treladada em que non aja duvida = e vay este estormento escripto em vinte e quatro folhas com esta que todas vaõ contadas, e numeradas per mim de minha propria letra.

Contrato de casamento do II. Marquez de Ferreira D. Francisco de Mello, com a Senhora D. Eugenia, filha do Duque de Bragança. Está no Cartorio da Casa de Bragança, authentico, donde o copiey.

Dit. n. 15.
An. 1549.

EM nome de Deos Amen Saibaõ quantos este instromento de contrato de cazamento dotte e Arras e Doaçaõ *propter nuptias* virem que no anno do Nasimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1549 annos, quatorze dias do mez de Agosto em Villa Viçoza nas cazas da muy illustre Senhora Dona Joanna Duqueza de Bargança perante mim notario publico e testemunhas ao diante nomeadas estando ahy prezente a dita Senhora Duqueza, e assim Lopo Pires Cavalleiro da Caza do Senhor D. Francisco filho do Senhor Marques de Ferreira que santa gloria haja em nome e como Procurador do dito Senhor D. Francisco segundo logo mostrou por hum poder e procuraçaõ que delle tinha de que o theor he o seguinte. Saybaõ quantos este instromento de procuraçaõ virem que no anno do Nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1549. aos treze dias do mes de Agosto na Cidade de Lixboa nas cazas em que pouza o Senhor D. Francisco filho do Senhor Marques de Ferreira que santa gloria haja estando elle ahy prezente o dito Senhor D. Francisco logo por elle foi ditto perante my Tabeliaõ e testemunhas abaixo nomeadas que elle fazia ordenava e constetuhia por seu suficiente e bastante Procurador a Lopo Pires Cavalleiro de sua Caza amostrador da prezente para que por elle Senhor D. Francisco e em seu nome possa fazer contrato de dotte e cazamento que com a graça do Senhor Deos se ha de fazer antre elle e a Senhora Dona Eugenia filha do Senhor D. Jayme Duque de Bargança que santa gloria haja e da Senhora Duqueza de Bargança sua molher o qual contrato fará o ditto seu Procurador em seu nome com o Senhor Duque de Bargança Irmaõ da dita Senhora D. Eugenia, ou com a dita Senhora Duqueza D. Joana sua Mãy, ou com ambos ou com cada hum delles se poderá o ditto seu procurador consertar sobre o ditto dotte, e assim poderá prometer em nome delle Senhor constituinte as arras que lhe parecerem que a ditta Senhora deve haver e prometer ametade de todo o que se adquirir depois do matrimonio e tudo o que o ditto seu Procurador fizer, e prometer acerca do ditto dotte e arras, e adquirido prometeo elle Senhor constituinte de haver por feito, e valiozo, e que possa obrigar todos seos bens moveis e de raiz havidos e por haver para restituiçaõ

tuiçaõ do ditto dote e pagamento das dittas arras no cazo em que for assentado se haverem de vencer, e que para todo ello possa poer todas as clauzulas, e condiçoens e obrigaçoens que lhe parecer, e renunciar todas as leys e ordenaçoens e direitos que para ello for necessario porque para todo o fas seu bastante procurador, e lhe dá todo seu cumprido poder e mandado especial com liberal cumplemento elle Senhor D. Francisco constituye de todo o que pelo ditto seu Procurador fosse contratado prometido obrigado acerca do dito dotte Arras, e adquirido o haver sempre por firme e valiozo, e o ter cumprir e manter como se por sua propria pessoa fosse tudo contratado, e prometido, e para ello obrigou todas as suas rendas e bens moveis, e de raiz havidos e por haver e em testemunho de verdade assim o outorgou e mandou ser feito este instromento, e quantos deste theor lhe cumpre testemunhas que prezentes foraõ o Lecenceado Matheus Esteves do Dezembargo delRey nosso Senhor, e Antonio de Maris Capellaõ do dito Senhor D. Francisco e Prior da Igreja de S. Matheus de Santarem; e eu Antonio do Amaral Tabeliaõ publico de ElRey nosso Senhor nesta Cidade de Lixboa e seos termos que este instromento escrevy; e o asiney de meu publico sinal do ditto Tabaliaõ. A qual procuraçaõ estava assinada do publico sinal do ditto Tabeliaõ. E visto assim o ditto poder de procuraçaõ como assima vay tresladado logo pella ditta Senhora Duqueza e pelo dito Lopo Pires Procurador do dito Senhor D. Francisco foi ditto como com ajuda de nosso Senhor estava consertado de haver de cazar o dito Senhor D. Francisco com a Senhora D. Eugenia filha do Duque Dom Jaymes que santa gloria haja e della ditta Senhora Duqueza o qual cazamento estava assentado de se fazer com as clauzulas, e obrigações abaixo declaradas. Item primeiramente disse a dita Senhora Duqueza que havendo effeito o dito cazamento ella prometia em dotte com a ditta Senhora D. Eugenia sua filha ao dito Senhor D. Francisco dez mil cruzados entrando nelles a legitima que a dita Senhora D. Eugenia herdou por morte do dito Duque seu Pay e o dito Lopo Pires Procurador do dito Senhor D. Francisco disse que asseitava o ditto dotte, e disse mais que sendo o dito cazamento feito e consumado o matrimonio elle prometia a dita Senhora D. Eugenia futura molher do ditto Senhor D. Francisco de arras a terça parte do dito dotte que saõ tres mil e trezentos e trinta e tres cruzados e hum terço de cruzado e isto quer haja filho, ou filhos quer os naõ haja, e disse mais o dito Lopo Pires em nome outro sim do dito seu constituinte que havendo respeito a nobreza de sangue da ditta Senhora D. Eugenia, por em seu dote e arras que lhe promete naõ poder haver abastança para a dita Senhora sustentar sua pessoa como convinha a seu estado, sendo cazo que o dito Senhor D. Francisco se faleça primeiro que a dita Senhora D. Eugenia elle prometia que o dito Senhor Dom Francisco pedisse a ElRey nosso Senhor que das rendas que elle tem de Sua Alteza possa deixar e deixe a ditta Senhora outocentos mil reis cada anno em sua vida quer haja filho ou filhos quer os naõ haja, e que o Senhor Duque lhe ajudará a requerer isto

ſendo neceſſario e quando ſe iſto naõ puder acabar com S. Alteza entaõ o dito Senhor D. Franciſco por toda ſua fazenda aſſim movel como rais dará a ditta Senhora D. Eugenia quatrocentos mil reis de renda em cada hum anno em quanto ella viver quer haja filho ou filhos quer os naõ haja; os quaes quatrocentos mil reis de renda em cada hum anno o ditto Senhor D. Franciſco lhe dará para ſeu dotte della e ſoportamento de ſua vida por quanto ſegundo a nobreza de ſeu ſangue o dotte que a dita Senhora tras conſigo e arras que aqui lhe ſaõ prometidas he taõ pouco que naõ poderá com iſſo ſuſtentarſe conforme a ſeu eſtado. E foy mais aſſentado e acordado que falecendo a dita Senhora D. Eugenia primeiro que o dito Senhor D. Franciſco em tal cazo naõ haverá as dittas arras, nem as haveraõ ſeos herdeiros e ſendo cazo que a dita Senhora D. Eugenia as haja de vencer elle ditto Procurador para pagamento dellas e aſſim deſte dotte que aqui ſe lhe promete obriga todas as rendas e bens moveis e de raiz havidos e por haver do dito Senhor Dom Franciſco; as quaes arras a ditta Senhora Donna Eugenia haverá ou em dinheiro de contado ou em tanta renda em ſua vida a vinte por milhar qual ella mais quizer. Item foy mais concordado e aſſentado que poſto que eſte contrato ſeja por dotte e arras e naõ por carta de ametade que todos aquelles bens que ambos adquirirem e ganharem depois do matrimonio conſumado entre elles conſtante o matrimonio ſeraõ comuns e comunicaveis entre elles e partiveis, como ſe por carta de ametade e comunicaçaõ de bons cazados foſſem, e ſendo cazo que a dita Senhora D. Eugenia faleça primeiro que o dito Senhor D. Franciſco ſem ficar filho ou filhos dantre ambos em tal cazo todo o adquirido ficará a elle dito Senhor D. Franciſco, tirando ſe a dita Senhora em ſeu teſtamento quizer delle teſtar porque fazendo ſeu teſtamento poderá da ſua parte teſtar como quizer, as quaes couzas todas aſſima declaradas prometidas e aſſentadas a dita Senhora Duqueza e o dito Lopo Pires Procurador do dito Senhor D. Franciſco outorgaraõ e aſſentaraõ e ſe obrigaraõ de cumprir e manter como ſe neſte contrato contem ſob obrigaçaõ dos bens e rendas da dita Senhora Duqueza e do dito Senhor D. Franciſco que para iſto o dito ſeu Procurador eſpecialmente outorgou; e por quanto para eſte contrato haver effeito, ſe neceſſario he ſer confirmado por ElRey noſſo Senhor diſſeraõ a dita Duqueza e o dito Procurador do Senhor D. Franciſco em nome delle conſtituinte que pediaõ por merce a S. Alteza haja por bem de o confirmar em todo aſſim e da maneira que em elle eſtá declarado aſſentado, e concordado e todo o que ditto he foy pela Senhora Duqueza e pelo dito Procurador do ditto Senhor D. Franciſco perante mim notario e teſtemunhas abaixo nomeadas eſtipulado e aſſeitado. E eu Gaſpar Coelho Notairo pubrico que ſaõ outro ſim eſtipuley e aſſeitei em nome do dito Senhor D. Franciſco auzente e da dita Senhora D. Eugenia todo o ditto; e em teſtemunho dello a ſobredita Senhora Duqueza, e o dito Lopo Pires Procurador do dito Senhor D. Franciſco mandaraõ ſer feito eſte eſtromento, e que a cada huma das partes ſeja dado o treslado em pubrico. Teſtemunhas que

que prezentes foraõ Fernaõ de Castro, e Christovaõ de Britto fidalgos da Caza do ditto Senhor Duque, e Antonio de Gouvea seu Secretario; e eu Gaspar Coelho publico Tabeliaõ notario em a dita Villa e seu termo pelo dito Senhor Duque nosso Senhor que este estormento de contrato de cazamento escrevy e em meu livro de Nottas o tomey aonde as ditas partes e testemunhas assinaraõ e delle o tresladey, e de meu pubrico sinal asiney e naõ façom duvida as entrelinhas que dis huma = he = e outra = haja = que se fes tudo por verdade. Lugar do sinal pubrico.

Alvará da Duqueza D. Joanna, sobre o dote de sua filha a Senhora D. Eugenia, com o Marquez de Ferreira. Authentico está no Cartorio da Casa de Bragança, donde o copiey.

Num. 16. An. 1546.

FAço saber a quantos este virem que por quanto a Emperatris que santa gloria haja me deu hum Alvará de dous contos de cazamento para huma de minhas filhas. Hey por bem que seja para D. Eugenia minha filha cazando com D. Francisco, e assim me pras dar mais dous mil cruzados os quaes lhe pagarey quando puder e por firmeza disto fis esta por minha maõ hoje 13 de Janeiro de 1546.

HA DUQUEZA.

Carta de Marquez de Ferreira a D. Francisco de Mello. Está no livro 26 delRey D. Filippe II. pag. 184.

Dit. n. 16. An. 1610.

DOm Fellippe, &c. Faço saber aos que esta Carta virem que havendo respeito aos serviços que o Marques de Ferreira Dom Francisco de Mello e o Conde de Tentugal Dom Nuno Alvares Pereira seu filho que Deos perdoe fizeram a ElRey meu Senhor e pay que santa gloria haja e aos Senhores Reys meus antecessores e assy aos que espero que me faça Dom Francisco de Mello Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho filho do dito Conde Dom Nuno Alvares e a seu sangue e muito devido que comigo tem e aos grandes merecimentos e callidades de sua pessoa e daquelles de que elle descende e a cazar com Dona Maria de Moscozo filha dos Condes de Altamira e ao dito cazamento se tratar por meu mandado e por folgar por todos estes respeitos e pella muito boa vontade que lhe tenho de lhe fazer merce tendo por certo que sempre ma sabera merecer e servir conforme a sua obrigaçam e imitando seus antecessores cuja memoria me he muy prezente me praz e hey por bem de lha fazer como de feito lha faço por esta prezente Carta em sua vida do titullo de Marques da sua Villa de Ferreira com todas as insignias honras preheminencias prezidencias prerogativas graças izençoens liberdades privilegios e franquezas que ham e tem e de que uzam e sempre uzaram e devem uzar os Marquezes destes meus Reynos assy como

mo de direito uzo e costume antigo lhes pertence sem duvida nem mingoamento algum porque assy he minha merce e por firmeza de tudo lhe mandey dar esta Carta por mim assinada e passada por minha chancellaria e sellada com o meu sello pendente. Dada na Cidade de Lisboa a vinte dias do mez de Março Luis Falcaõ a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil seiscentos e dez. O Secretario Christovaõ Soares a fez escrever.

Carta do titulo de Conde de Tentugal, de juro, e herdade, para sempre. Está no liv. 26 delRey D. Filippe II. pag. 184, vers.

Num. 17.
An. 1610.

DOm Fellippe, &c. Faço saber aos que esta Carta virem que havendo respeito aos serviços que o Marques de Ferreira Dom Francisco de Melllo e o Conde de Tentugal Dom Nuno Alvares Pereira seu filho que Deos perdoe fizeram a ElRey meu Senhor e pay que santa gloria haja e aos Senhores Reys meus antecessores e assy aos que espero que me faça Dom Francisco de Mello Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho filho do dito Conde Dom Nuno Alvares e a seu sangue e muito devido que comigo tem e aos grandes merecimentos e callidades de sua pessoa e daquelles de que elle descende e a cazar com Dona Maria de Moscozo filha dos Condes de Altamira e ao dito cazamento se tratar por meu mandado e por folgar por todos estes respeitos e pella muito boa vontade que lhe tenho de lhe fazer merce tendo por certo de quem elle he que sempre me sabera merecer e servir toda a que lhe fizer conforme a sua obrigaçam e considerando tambem ser sua Caza tal que os que nella succederem me poderam sempre a mim servir e aos Reys meus successores taõ honradamente como delles espero e o fizeram os de que elle vem cuja memoria me he muy prezente me praz e hey por bem de lha fazer como defeito por esta prezente Carta lha faço do titulo de Conde da sua Villa de Tentugal de juro e herdade para todo sempre para elle e para todos seus successores e herdeiros por linha direita mascolina e lidima segundo forma da ley mental e elle e todos os que pella dita maneira succederem no dito titulo de Conde gozaram de todas as honras preheminencias perogativas authoridades privillegios graças liberdades merces e franquezas que ham e tem e de que uzaõ e sempre uzaram os Condes destes meus Reynos assy como de direito uzo e costume antigo lhe pertencem das quaes em todo e por todo quero e mando que elle e os ditos seus herdeiros e successores que o dito titulo tiverem inteiramente uzem e possam uzar e lhe sejam guardados em todos os autos e tempos em que de direito e por uzo e costume dellas elles devam e possaõ de tudo uzar sem mingoamento nem duvida alguma e mando aos Vedores de minha fazenda que agora saõ e ao deante forem que ao dito Conde D. Francisco e a seus successores a que o dito titullo de Conde vier segundo forma desta Carta façam fazer padram do assentamento que direitamente lhes pertencer segundo ordenança e por firmeza de tudo lha

man-

mandey dar por mim assinada e passada por minha Chancellaria e sellada com o meu sello pendente. Dada na Cidade de Lisboa aos vinte dias do mez de Março Luis Falcaõ a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil seiscentos e dez. O Secretario Christovaõ Soares a fez escrever.

Carta do titulo de Conde de Tentugal, ao filho primogenito do Marquez de Ferreira. Está no liv. 26 delRey D. Filippe II. pag. 184.

Num. 18.
An. 1610.

DOm Fellippe, &c. Faço saber aos que esta Carta virem que havendo respeito aos serviços que o Marques de Ferreira Dom Francisco de Mello e o Conde de Tentugal Dom Nuno Alvares Pereira seu filho que Deos perdoe fizeram a ElRey meu Senhor e pay que santa gloria haja e aos Senhores Reys meus antecessores e assy aos que espero que me faça Dom Francisco de Mello Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho filho do dito Conde Dom Nuno Alvares e a seu sangue e muito devido que comigo tem e aos grandes merecimentos e callidades de sua pessoa e daquelles de que elle descende e a cazar com Dona Maria de Moscozo filha dos Condes de Altamira e ao dito cazamento se tratar por meu mandado e por folgar por todos estes respeitos e pella muito boa vontade que lhe tenho de lhe fazer merce tendo por certo que sempre ma sabera merecer e servir comforme a sua obrigaçam e emitando seus antecessores cuja memoria me he muy prezente me praz e hey por bem de lha fazer como de feito lha faço por esta prezente Carta que em quanto se continuar nelle e em seu filho e neto havidos deste matrimonio o titulo de Marques da sua Villa de Ferreira de que lhe tenho feito merce o filho que houver de suceder nelle durante estas tres vidas se possa chamar e chame Conde da dita Villa de Tentugal em vida do pay Marques e assy e da maneira que o pode fazer o Conde de Alcoutim filho successor do Marques de Villa Real com o qual titulo gozara de todas as honras preheminencias perogativas authoridades privilegios graças liberdades merces e franquezas e havera outro sy todas as mais couzas que com elle tem o dito Conde de Alcoutim e que direitamente lhe pertencerem sem mingoamento algum nem duvida que a isso lhe seja posta e por firmeza de tudo lhe mandey dar esta Carta por mim assinada e passada pella minha Chancellaria e sellada com o meu sello pendente. Dada na Cidade de Lisboa a vinte dias do mez de Março Luis Falcaõ a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil seiscentos e dez. O Secretario Christovaõ Soares a fez escrever.

Carta em que ElRey faz merce ao Marquez de Ferreira de todas as Villas, e mais cousas, que tinha da Coroa, em sua vida, de lhas dar de juro huma vez fóra da Ley Mental; e as que tiver de juro tiradas duas vezes da Ley Mental, e outras merces. Está no liv. 26 delRey D. Filippe II. pag. 183.

Num. 19.
An. 1610.

DOm Fellippe, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem que havendo respeito aos serviços que o Marques de Ferreira Dom Francisco de Mello e o Conde de Tentugal Dom Nuno Alvares Pereira seu filho fizeram a ElRey meu Senhor e pay que santa gloria haja e aos Reys destes Reynos seus antecessores e assy aos que espero me faça Dom Francisco de Mello Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho filho do dito Conde Dom Nuno Alvares e ao muito devido que comigo tem e aos grandes merecimentos e callidades de sua pessoa e daquelles de quem elle descende e a cazar com Dona Maria de Moscozo filha dos Condes de Altamira e ao dito cazamento se tratar por meu mandado e por folgar de por todos estes respeitos lhe fazer merce tendo por certo que sempre me sabera merecer e servir toda a que lhe fizer comforme a sua obrigaçaõ imitando seus antecessores cuja memoria me he muy prezente. Hey por bem de lhe fazer merce que as Villas e mais couzas que tem da Coroa em sua vida as haja de juro e herdade para elle e os successores de sua Caza por huma vez fora da ley mental e as couzas que tem de juro lhe faço merce de tirar por duas vezes fora da ley mental e assy lhe faço merce que os seus Ouvidores possaõ devassar em todas suas terras nos lugares em que nam entraõ Corregedores com declaraçaõ que os taes Ouvidores seram letrados e theram lido no Dezembargo do Paço e estaram nelle aprovados para meu serviço e seram limpos de raça e tambem lhe faço merce que possa prover os officios de suas terras conforme as doações que tem e assy lhe faço merce que quando os proprietarios dos ditos officios os renunciarem livremente em minhas mãos depois de lhe estarem aceitadas as renunciações os possaõ prover elle Conde e seus successores e assy lhe faço merce que elles e os possuidores e successores de sua Caza possam cobrar suas dividas via executiva como se cobram as que se devem a minha fazenda com declaraçaõ que nas escrituras e arendamentos que se fizerem se declarara que tem este privilegio e que ham de uzar delle e mando a todos meus Dezembargadores Corregedores Ouvidores Juizes Justiças officiaes e pessoas a que esta Carta ou o treslado della em publica forma for mostrado e o conhecimento pertencer que pella dita maneira lha cumpraõ e guardem em todo e façam inteiramente comprir e guardar como nella se conthem e sera registada nos livros das Provedorias em cujas Comarcas as ditas suas terras estiverem e das Camaras dos Lugares dellas de que nas costas se passaraõ certidoens como he costume para se saber que tenho feito merce ao Conde D. Francisco das couzas sobreditas e esta propria se lhe tornara para sua guarda

guarda a qual por firmeza disso lhe mandey dar por mim assinada e asellada do meu sello de chumbo pendente. Alberto de Abreu a fez em Lisboa a vinte seis de Março Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil seiscentos e dez e estas merces faço ao dito Conde Dom Francisco alem das mais que lhe tambem fiz por estes mesmos respeitos. Pedro de Seixas a fez escrever.

Alvará do titulo de Marquez de Ferreira para o Marquez D. Francisco de Mello, seu filho, e neto. Está no liv. 26 delRey D. Filippe II. pag. 183.

EU ElRey Faço saber aos que este Alvara virem que havendo respeito aos serviços que o Marques de Ferreira Dom Francisco de Mello e o Conde de Tentugal Dom Nuno Alvares Pereira seu filho que Deos perdoe fizeram a ElRey meu Senhor e pay que santa gloria haja e aos Senhores Reys meus antecessores e assy aos que espero que me faça Dom Francisco de Mello Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho filho do dito Dom Nuno Alvares e a seu sangue e muito devido que comigo tem e aos grandes merecimentos e calledades de sua pessoa e daquelles de que elle descende e a cazar com Dona Maria de Moscozo filha dos Condes de Altamira e ao dito cazamento se tratar por meu mandado e por folgar muito por todos estes respeitos e pella muito boa vontade que lhe tenho de lhe fazer merce tendo por certo de quem elle he que sempre ma sabera merecer e servir me pras e hey por bem de lha fazer como de feito por este Alvara lha faço que o titulo de Marques da sua Villa de Ferreira de que hora lhe fiz merce em sua vida venha por seu fallecimento a hum filho e neto deste matrimonio que houverem de succeder em sua Caza assy e da maneira que o elle tem e como o saõ os mais Marquezes destes meus Reynos e para sua guarda e minha lembrança lhe mandey passar este meu Alvara o qual a seus tempos se cumprira inteiramente como nelle se conthem sem a isso lhe ser posta duvida nem embargo algum e vallera como Carta comessada em meu nome por mim assinada e passada por minha Chancellaria posto que por ella nam passe e que o effeito delle haja de durar mais de hum anno sem embargo das ordenaçóes que o contrario dispoem e das que ordenam que se faça dellas expreça mençaõ. Luis Falcaõ o fez em Lisboa a trinta de Março de mil seiscentos e dez. Christovaõ Soares o fez escrever.

Num. 20.
An. 1610.

Carta para o Duque de Cadaval D. Nuno, em que a Rainha D. Luiza lhe dá conta da morte delRey D. Joaõ o IV. Está no Copiador 5. pag. 178, do dito Duque.

HOje faleceo ElRey nosso Senhor com tantas demonstraçoens de piedade, que podemos ter por certo esta diante de Deos. Mandame a Rainha nossa Senhora avizar a V. Excellencia da sua par-

Num. 21.
An. 1656.

te para que a ajude a sentir tam grande perda, e tam grande desconsolaçaõ como a em que se acha, estes respeitos, e o que se deve à memoria de taõ grande Rey como perdemos devem obrigar a V. Excellencia a toda a demonstraçaõ, que a Rainha nossa Senhora espera muito confiadamente de quem V. Excellencia he. Tera a consolaçaõ de V. Excellencia querer tomar o trabalho de ajudar a levar o corpo de S. Mageſtade do lugar em que se ha de pôr the a liteira, e tiralo della para a entrega que se ha de fazer a Mizericordia no terreiro de S. Vicente, e pollo depois no tumulo em que ha de ficar. O Officio de corpo prezente se ha de amenhaã pela menhaã fazer se V. Excellencia se quizer achar prezente. O enterro ha de ser das nove para as dez da noute. O luto capuz de baeta virada do aveço, carapuça que caya sobre o hombro, manteo sem goma, e isto por dous mezes, no fim dos quaes se ha de abrir o capuz, e uzar de chapeo. Ha de durar este luto hum anno, e passado elle se ha de aliviar, e trazer aliviado por outro. S. Mageſtade fez Testamento, e dispos do governo dos seus Reynos, na forma, que V. Excellencia entendera dos Capitulos, que tratam desta materia, que a Rainha nossa Senhora mandara remeter a V. Excellencia, para que lhe seja prezente a rezoluçaõ, que tomou. Deos guarde a V. Excellencia muitos annos do Paço 6 de Novembro de 1656. Pedro Vieira da Silva.

Carta para o Marquez das Minas estar à ordem do Duque de Cadaval. O Original está no dito livro, pag. 16, donde a copiey.

Num. 22.
An. 1707.

HOnrado Marquez das Minas Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle, que prézo. Tenho nomeado a D. Nuno Alvares Pereira, Duque do Cadaval, meu muito amado, e prezado sobrinho, para Governador do Exercito, que mandey formar na Provincia da Beira, com o posto de Mestre de Campo General, junto a minha pessoa, que na sua reputo por igual ao de Capitaõ General. E porque póde succeder, que o Exercito, que governais nesse Reyno de Valença, se una com o da Beira, tereis entendido, que o Duque neste caso ha de governar ambos, assim nas terras deste Reyno, como de Castella, ficando vós à sua ordem: e estou certo, que unidos os Exercitos, vos hajais com taõ prudente concordia, que na despoſiçaõ das facções militares, que se offerecerem, se logre com felicidade o effeito dellas, como convem à reputaçaõ de minhas armas, e beneficio da causa commum. Escrita em Lisboa a 6 de Mayo de 1707.

REY.

Carta

Carta para o Conde de Gallovay, para estar à ordem do Duque de Cadaval.

Num. 23. An. 1707.

CONde de Gallovay. Eu ElRey vos envio muito saudar. Tenho nomeado a D. Nuno Alvares Pereira, Duque do Cadaval, meu muito amado, e prezado sobrinho, para Governador do Exercito, que mandey formar na Provincia da Beira, com o posto de Mestre de Campo General, junto à minha pessoa, que na sua o reputo por igual ao de Capitaõ General; e porque póde succeder, que o Exercito, que tenho nesse Reyno de Valença, governado pelo Marquez das Minas, do meu Conselho de Estado, e Guerra, se junte, e una com o da Beira, tereis entendido, que o Duque neste caso ha de governar ambos, ficando o Marquez, e vós à sua ordem, ou seja em terras deste Reyno, ou do de Castella. Escrita a 6 de Mayo de 1707.

REY.

Alvarà para o Duque de Cadaval D. Nuno fazer morgado de certos bens. Està na Torre do Tombo, no liv. 42 delRey D. Pedro II. pag. 170, donde o copiey.

Num. 24. An. 1698.

EU ElRey faço saber, que o Duque do Cadaval D. Nuno Alvares Pereira, meu muito amado, e prezado sobrinho, e do meu Conselho de Estado, me representou por sua petiçaõ, que achandose com alguns bens livres, e patrimoniaes, de que desejava instituir morgado, na pessoa de seu filho primogenito o Duque D. Luiz, meu muito amado, e prezado sobrinho, para que com a cessaõ dos ditos bens, e seus rendimentos, pudessem elle, e seus descendentes conservar o estado, e esplendor de sua Casa, se achava impedido para poder vincular mais, que a sua terça, por ter outros filhos, que nos ditos bens haviaõ de haver suas ligitimas, que vinhaõ a ser as duas partes, na fórma da Ley do Reyno, excepto o que respeitava à ligitima do dito Duque D. Luiz seu filho, que estava corrente para consentir, que se incluisse no dito vinculo, e qualquer mayoria que pudesse haver nas ligitimas de suas filhas, que tinhaõ renunciado, ou renunciassem, o que pudessem herdar de mais, além dos seus dotes, a favor do dito seu irmaõ; e por quanto pelas razoens de utilidade publica, que resultava do estabelecimento, e conservaçaõ das Casas grandes, era costume antiquissimo em todos os Reynos da Europa, em que havia morgados, concederemse faculdades Reaes aos instituidores, que tinhaõ mais filhos, para vincularem todos seus bens a favor do primogenito, ficando este obrigado a alimentar seus irmãos decentemente, em quanto elles naõ tivessem, ou adquirissem rendas bastantes, de que puderem viver, a qual razaõ militava com mais efficacia na Casa do supplicante, pois naõ eraõ tantos os bens livres, que divididos por tantos filhos, pudessem ficar todos accommodados, e mui-

to menos o primogenito, que depois delles deciparem as limitadas porções, que se lhe adjudicassem, havia de ficar com o encargo de os alimentar, pedindome lhe fizesse merce conceder faculdade, para que além da terça, ligitima do Duque D. Luiz seu filho, e mayoria das ligitimas de suas filhas, que licitamente podia vincular, sem lhe ser necessaria mais premissaõ, que a da Ley, pudesse outro si vincular todos os mais bens, que lhe parecesse, em fórma regular, para o dito Duque D. Luiz seu filho, e seus descendentes, ficando este obrigado a alimentar os irmãos, cujas ligitimas se incluissem no dito morgado, em quanto elles naõ tivessem fazenda bastante para se sustentar; e visto o que allegou, e informaçaõ, que se houve pelo Desembargador Luiz Matoso Soares, Corregedor do Civel da Corte, ouvindo a Marqueza de Fontes, e Condessa de S. Joaõ, por si, e por seu Curador, que naõ duvidaraõ da instituiçaõ deste vinculo, mas com liberal consentimento, ellas, e seus maridos a approvaraõ, por haverem já nos instrumentos dotaes renunciado suas ligitimas, e toda a pertençaõ, que poderiaõ ter a favor do Duque D. Luiz seu irmaõ, dando-se por satisfeitas com os dotes, que se lhes deraõ, e da mesma sorte naõ tiveraõ duvida os mais filhos menores, sendo ouvidos por seu Curador, dando-selhes alimentos competentes. Hey por bem fazer merce ao Duque do Cadaval D. Nuno Alvares Pereira, que além da terça, ligitima do Duque D. Luiz seu filho, e mayorias das ligitimas de suas filhas, que licitamente póde vincular, sem lhe ser necessaria mais permissaõ, que a da Ley, possa outro si vincular todos os mais bens, que lhe parecer, em fórma regular, para o dito Duque D. Luiz seu filho, e seus descendentes, ficando este obrigado a alimentar os irmãos, cujas ligitimas se incluirem no dito morgado, em quanto elles naõ tiverem renda bastante para se sustentar, e este Alvará se cumprirá segundo nelle se contém, o qual se tresladará na instituiçaõ do dito morgado, e onde mais necessario for, para a todo o tempo constar, que eu assim o houve por bem, e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenaçaõ do liv. 2. tit. 40 em contrario, e pagou de novos direitos cento e vinte e cinco mil reis, que se carregaraõ ao Thesoureiro delles, a pag. 140 vers. do liv. 5. de sua receita, e deu fiança a outra tanta quantia, no liv. 1. dellas, a pag. 171, como constou por conhecimento em fórma, registado no liv. 5. do Registo geral, a pag. 27. André Rodrigues da Sylva o fez em Lisboa a 5 de Novembro de 1698. Joseph Fagundes Bezerra o fez escrever.

REY.

E à marjem do dito Alvará está a verba seguinte.

Hey por bem, que a merce, que tenho feito por este Alvará ao Duque de Cadaval D. Nuno Alvares Pereira, meu muito amado, e prezado sobrinho, e do meu Conselho de Estado, possa valer na pessoa do Duque D. Jayme, e em outro qualquer filho, que haja de succeder

succeder no morgado, assim como havia de valer no Duque D. Luiz, e esta postilla com o dito Alvará se compriráõ como nelle se contém, e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenaçaõ, liv. 2. tit. 40 em contrario, e pagará o novo direito, que dever, na fórma de minhas ordens. Joseph da Maya e Faria, a fez em Lisboa a 17 de Março de 1706. Manoel de Castro Guimaraens a fez escrever.

REY.

Por resoluçaõ de S. Magestade de 15 de Março de 1706, em Consulta do Dezembargo do Paço, Manoel Lopes de Oliveira, Joseph Galvaõ de la Cerda, D. Thomás de Almeida. Pagou nada por privilegio, aos Officiaes trezentos e quatorze reis. Lisboa 23 de Março de 1706. D. Francisco Maldonado. A pag. 93 do liv. 4. da Receita dos novos direitos, ficaõ carregados ao Thesoureiro delles, quinhentos e quarenta reis. Lisboa 23 de Março de 1706. Francisco Sarmento Pitta. Henrique Correa da Sylva.

Decreto para o Duque de Cadaval ir à Junta dos Tres Estados. Está no liv. num. 2. dos papeis varios, pag. 34, do Duque de Cadaval.

Num. 25.
An. 1693.

O Duque Mestre de Campo General, junto à minha pessoa, ha de ir à Junta dos Tres Estados, todas as vezes, que entender, que convem ao meu serviço, para communicar as materias, que pertencem à administraçaõ da Junta, e me poder aconselhar nellas. A Junta o tenha assim entendido. Lisboa a 3 de Julho de 1693. Com Rubrica de S. Magestade.

Contrato do casamento do Duque de Cadaval D. Jayme de Mello, com a Princeza Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, copiado fielmente do Original Francez, que se guarda no Archivo da dita Casa.

Num. 26.
An. 1739.

PErante os Conselheiros delRey, Notarios no Chatelet de Pariz, abaixo assinados, se acharaõ presentes o muito Alto, Poderoso, e Illustre Principe, o Senhor Carlos de Lorena, Conde de Armagnac, e de Charny, Visconde de Joycute, Par, e Estribeiro Mòr de França, Cavalleiro Commendador das Ordens delRey, Tenente General dos seus Exercitos, Governador, e Tenente General de Sua Magestade na Provincia da Picardia, Artois, Bullonois, e Paizes reconquistados, Grande Senechal Hereditario de Borgonha, Governador da Cidade, e Cidadella de Montrevil, sobre o Mar, &c. morador em Pariz no Palacio das Tulherias, Parochia de S. Germaõ de Auxerre.

re, em nome, e com Procuraçaõ do muito Alto, muito Poderoso Principe, o Senhor D. Jayme, Duque de Cadaval, Marquez de Ferreira, Conde de Tentugal, Senhor das Villas de Cadaval, Tentugal, Povoa de Santa Christina, Alvayazere, Arega, Rabaçal, Villa-Nova de Anços, Pena-Cova, Mortagoa, Buarcos, Noudar, e Barrancos, Muja, Ferreira de Aves, Villa-Alva, Villa-Ruiva, Agua de Peixes, Albergaria, &c. Alcaide Môr de Olivença, e Alvor, Conselheiro de Estado, e de Guerra, Estribeiro Môr delRey de Portugal, e Mordomo Môr da Casa da Rainha, filho, o dito Senhor Duque de Cadaval, do muito Alto, e muito Poderoso Principe, o Senhor D. Nuno Alvares Pereira, já defunto, Duque de Cadaval, Conde de Tentugal, &c. Conselheiro de Estado, e de Guerra, delRey de Portugal, e do Despacho, e Expediente, das graças, e merces, Capitaõ General da Cavallaria da Corte, e Provincia da Extremadura, Mordomo Môr da Casa da Princeza de Portugal, &c. e da muito Alta, e muito Poderosa Princeza, a Senhora Margarida de Lorena de Armagnac, já defunta, sua esposa; a Procuraçaõ do dito Senhor D. Jayme, Duque de Cadaval, feita em Lisboa aos 20 de Fevereiro, do presente anno de 1739, sellada com o Sello das suas Armas, e reconhecida aos 25 do mesmo mez pelo Senhor Duvernay, Consul Geral de França no Reyno de Portugal, a cujo cargo estaõ os negocios delRey na Corte de Sua Magestade Portugueza, e juntamente huma Traducçaõ em Francez da dita Procuraçaõ, que Sua Excellencia, D. Luiz da Cunha, Embaixador, e Plenipotenciario de Sua Magestade Portugueza a ElRey certificou estar conforme ao Original: as quaes duas Procurações tendo sido examinadas em Pariz aos 21 de Abril de 1739, foraõ annexas, e insertas à minuta das presentes, depois de haverem sido reconhecidas verdadeiras, e assinadas, e firmadas por Sua Alteza, o Senhor Principe Carlos por huma parte.

E pelo muito Alto, muito Poderoso, e muito Illustre Principe, o Senhor Luiz de Lorena, Conde de Lambesc, de Orgon, de Brionne, Baraõ de Pontarey, Marquez de Coislin, Baraõ de la Roche Bernard, e de Ponchateau, Senhor das terras de Bron, de Limolan, de Beaumanoir, &c. Governador por Sua Magestade da Provincia de Anjú, e da Cidade, e Cidadella de Angers, e da Ponte de Cê, e a muito Alta, muito Poderosa, e muito Illustre Princeza, a Senhora Joanna Margarida Henriqueta de Durfort de Duraz, sua esposa, authorizada para effeito das presentes pelo dito Senhor Principe Luiz de Lorena, moradores em Pariz, no seu Palacio, na rua de Bichelieu, Parochia de S. Roque, que aqui estipulaõ, e pela muito Alta, muito Poderosa, e muito Illustre Princeza, a Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, sua filha, moradora com os ditos Senhores seu pay, e mãy, que a isto está presente, e nisto consente, por si, e em seu nome, da outra parte.

Os quaes do consentimento de Suas Magestades, ElRey, e a Rainha, Monsenhor o Delfim, Princezas de França, Luiza, Isabel, Henriqueta, Anna, e Maria Adelaide, Sua Alteza Real, Francisca Maria de Bourbon, Duqueza viuva de Orleans, Sua Alteza Serenissima,

ſima, Luiz de Orleans, Duque de Orleans, Sua Alteza Sereniſſima, Luiz Filippe de Orleans, Duque de Chartres, Sua Alteza Sereniſſima, a Senhora Luiza Franciſca de Bourbon, Duqueza mãy, Sua Alteza Sereniſſima, Luiz Henrique de Bourbon, Duque de Bourbon, Sua Alteza Sereniſſima, a Senhora Carolina de Haſſia Rhinfels, Duqueza de Bourbon, ſua eſpoſa, Sua Alteza Sereniſſima, Luiz de Bourbon Condê, Conde de Clermont, Sua Alteza Sereniſſima, a Senhora Luiza Iſabel de Bourbon Condê, Princeza de Conty, Sua Alteza Sereniſſima, a Senhora Marianna de Bourbon Condê, Sua Alteza Sereniſſima, a Senhora Alexandrina de Bourbon Condê, Sua Alteza Sereniſſima, a Senhora de la Roche-Sur-Yon, Luiza Adelaide de Bourbon Conty, Sua Alteza Sereniſſima, Luiz de Bourbon, Principe de Conty, Sua Alteza Sereniſſima, Luiz Auguſto de Bourbon, Principe de Dombes, Sua Alteza Sereniſſima, Luiz Carlos de Bourbon, Conde de Eu, Sua Alteza Sereniſſima, Maria Victoria Sofia de Novailes, Condeſſa de Toloſa, Sua Alteza Sereniſſima, Luiz Joaõ Maria de Bourbon, Duque de Ponthievre, e de Sua Alteza Sereniſſima, a Senhora Du Maine Luiza Franciſca de Bourbon.

E tambem em preſença dos Senhores, e Senhoras, ſeus parentes, e parentas, e amigos, abaixo nomeados, a ſaber: D. Luiz da Cunha, Embaixador delRey de Portugal, Sua Eminencia, o Senhor Cardeal de Fleury, o muito Alto, muito Poderoſo, e muito Illuſtre Principe, Joſeph, Principe de Lichteinſtein, Embaixador do Emperador na Corte de França, e da muito Alta, muito Poderoſa, e muito Illuſtre Princeza, a Senhora Marianna, naſcida Princeza de Lichteinſtein, ſua eſpoſa, o muito Alto, muito Poderoſo, e Illuſtre Principe, o Senhor Luiz Carlos de Lorena, Conde de Brione, o muito Alto, muito Poderoſo, e muito Illuſtre Principe, o Senhor Franciſco Camillo, Cavalleiro de Lorena, irmaõ da ſobredita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, a muito Alta, muito Poderoſa, e muito Illuſtre Princeza, a Senhora Luiza Joanna de Lorena, irmãa tambem da dita Senhora, o muito Alto, muito Poderoſo, e muito Illuſtre Principe, o Senhor Luiz Carlos de Lorena, Cavalleiro das Ordens delRey, a muito Alta, muito Poderoſa, e muito Illuſtre Princeza, a Senhora Luiza Iſabel de Roquelavre, Princeza de Pont, ſua eſpoſa, a muito Alta, muito Poderoſa, e muito Illuſtre Princeza, a Senhora Luiza Henriqueta Gabriela de Lorena, Conega, chamada Madama de Marçam, a muito Alta, muito Poderoſa, e muito Illuſtre Princeza, a Senhora Franciſca de Lorena de Pont, Conega de Remiremont, o muito Alto, muito Poderoſo, e muito Illuſtre Principe, o Senhor Camillo Luiz de Lorena, chamado o Principe Camillo.

Os ſobreditos Senhores, e Senhoras, Principes, e Princezas, de Pont, Luiza Henriqueta Gabriela de Lorena, Franciſca de Lorena, e Camillo Luiz de Lorena, primo, e prima do dito Senhor Duque de Cadaval, e da dita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena.

O muito Alto, e muito Poderoſo Senhor Procopio Maria Antonino

tonino Filippe Carlos Nicolao Agostinho de Egmond Pignateli, pela graça de Deos, Duque de Gueldres, e de Juliers, Principe de Gavres, e do Santo Imperio, Conde de Egmond, e a muito Alta, e muito Poderosa Senhora Henriqueta Julia de Durfort, sua esposa, tia materna da sobredita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena.

O muito Alto, e Poderoso Senhor Guido Felix de Egmond, Principe de Gavres, primo com irmaõ, por parte materna da dita Senhora. A muito Alta, e muy Poderosa Senhora Henriqueta Nicolao de Egmont, Duqueza de Cheveure, prima com irmãa por parte materna da dita Senhora. A muito Alta, e muy Poderosa Senhora Luiza Bernardina de Durfort, Duqueza de Lesdigiveres, prima por parte materna da dita Senhora. A muito Alta, e muito Poderosa Senhora Maria Angelica Victoria de Bournonville, Duqueza de Duraz, prima materna da dita Senhora. O muito Alto, e muito Poderoso Senhor Manoel, Duque de Durfort, e muito Alta, e muito Poderosa Senhora Luiza Francisca . . . . Duqueza de Durfort, primos maternos da dita Senhora. O muito Alto, e muito Poderoso Senhor Luiz Maria de Aumont, Duque de Aumont, e a muito Alta, e muito Poderosa Senhora Felicia Victoria de Durfort, de Duraz, sua esposa, prima materna da dita Senhora. A muito Alta, e muito Poderosa Senhora Dianna Adelaide de Mailly de Mont Carmel, prima por parte materna. O muito Alto, muito Poderoso, e muito Illustre Principe Monsignor Amadeo de Saboya, Principe de Carignan, e a muito Alta, muito Poderosa, e muito Illustre Princeza Maria de Saboya, sua esposa. Dom Gonçalo Manoel de la Cerda, Enviado de Portugal, D. Joseph Galvaõ de la Cerda, filho do sobredito Senhor Enviado. D. Gonçalo Xavier de Alcaçova, sobrinho do sobredito Senhor Enviado. O muito Alto, e muito Poderoso Senhor, Monsenhor Henrique Roberto, Conde de la Mark, e Monsenhor Luiz Filippeaux, Conde de S. Florentino, Ministro, e Secretario de Estado, e Julio Franquini Caviani, Enviado de Florença.

Tem feito, e concluido entre elles o Tratado de casamento, e condições, que se seguem.

A saber, que os ditos Senhor, e Senhora, Principe, e Princeza de Lorena Lambesc prometteraõ dar a dita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, sua filha, de seu consentimento ao Senhor Principe Carlos para Sua Alteza, o dito Senhor Duque de Cadaval, em nome, e ley de matrimonio, o qual em consequencia de outra Procuraçaõ mandada para este effeito ao dito Senhor Principe Carlos, se celebrará em França, na face da nossa Santa Madre Igreja Catholica, Apostolica, e Romana, incessantemente, e será ao depois ratificado por Sua Alteza, o dito Senhor Duque de Cadaval, assim que a dita Senhora, futura esposa, tiver chegado a Portugal.

A favor do qual futuro casamento prometteraõ os ditos Senhores Principe, e Princeza de Lambesc dar à dita Senhora futura esposa, sua filha, antes do dito casamento, a quantia de cento e cincoenta mil livras Tornezas, mediante a qual a dita Senhora futura espo-

sa,

sa, authorizada pelo Senhor Principe Carlos, conforme necessario for, e no dito nome tem renunciado, e renuncîa desde o presente as successoens dos sobreditos Senhores, Principe, e Princeza de Lambesc, seu pay, e mãy, e as successoens dos Senhores seus irmãos a favor dos mesmos Senhores Principe, e Princeza de Lambesc, seu pay, e mãy, e de seus filhos, sem poder pertender alguma parte, porçaõ, ou direito, nem supplemento de legitima, de qualquer sorte, e maneira, que for.

E attendendo a que para conclusaõ do dito casamento he preciso fazer grandes despezas, conveyo-se, em que a dita quantia de cento e cincoenta mil livras, ou a mayor parte dellas, será empregada pelos ditos Senhores Principe, e Princeza de Lambesc, para satisfazer o que se houver adiantado necessariamente para o dito casamento.

No caso de vir a falecer primeiro o dito Senhor futuro esposo, havendo filhos do futuro matrimonio, a dita Senhora futura esposa terá a administraçaõ das suas pessoas, e dos seus bens, até o tempo da sua mayoridade, conforme as Leys, e costumes do Paiz, sem ser obrigada a dar contas algumas.

Além disto o dito Senhor Principe Carlos, no dito nome, em virtude da dita Procuraçaõ, tem dado, e dá à dita Senhora futura esposa, pendente a sua vida, no caso, que ella queira ficar em Portugal, ou tenha filhos, ou naõ tenha, o Senhorio de huma das Villas, terras, e estados do dito Senhor futuro esposo, qual ella quizer escolher, para que goze delle em todos os direitos de justiça, nomeaçaõ de Officios, e Beneficios; e o Palacio terá todo o movel proporcionado à grandeza do dito futuro esposo, sem porém, que ella possa dispor das rendas da dita Villa, ou Senhorio, mais de dez mil cruzados, que fazem vinte mil livras de França, dos quaes, ou de huma parte delles poderá ser paga cada anno das rendas da dita Villa, ou Senhorio. Declara o dito Senhor Principe Carlos, no sobredito nome, que para assegurar a execuçaõ do artigo acima, e juntamente as outras convençóes do contrato presente, tem o dito Senhor Duque de Cadaval obtido consentimento expresso delRey de Portugal, acordado em Lisboa, aos 22 de Fevereiro de 1739, cuja Traducçaõ em lingua Franceza está inserta, e annexa na Minuta das presentes, depois de ter sido reconhecida, assinada, e firmada pelo Senhor Principe Carlos no dito nome.

E tambem a favor do dito casamento terá a dita Senhora futura esposa, em fórma de arrhas, dez mil cruzados, que fazem vinte mil livras de França cada anno, de que gozará toda a sua vida, ou que ella fique com seus filhos, ou que delles se separe; e para o pagamento da dita quantia estaõ, e ficaõ obrigados, e hypothecados todos os bens do Senhor futuro esposo. Se a dita Senhora futura esposa depois do falecimento do dito Senhor futuro esposo desejar retirarse de Portugal, e voltar para França, será alli reconduzida com a honra, e decencia, que pede huma pessoa da sua calidade, à custa dos herdeiros do dito Senhor futuro esposo, e se lhe pagará adianta-

do em cada anno, e o lugar, que ella eſcolher para ſua reſidencia a quantia de dez mil cruzados em dous pagamentos iguaes de ſeis mezes, em ſeis mezes, os quaes fazem, como ſe tem dito, vinte mil livras de França, e ſeraõ livres de cambios, e qualquer outro damno. Reſtituirſeha, e entregarſeha à dita Senhora futura eſpoſa, a ſobredita quantia de cento e cincoenta mil livras, que tiver ſido dada, e empregada, como acima fica dito, pelos Senhores Principe, e Princeza de Lambeſc, em dote da dita Senhora ſua filha.

Tudo iſto foy ajuſtado, eſtipulado, e acordado entre os Senhores Principe, e Princeza de Lambeſc, e o Senhor Principe Carlos de Lorena, no dito nome, de authoridade, e conſentimento de Suas Mageſtades, com conſentimento, e em preſença dos Senhores, e Senhoras acima nomeados, fazendo-ſe, e paſſando-ſe as preſentes, naõ obſtante quaeſquer Leys, coſtumes, e uſos em contrario, o que ſe tem expreſſamente derogado pelas partes em ſeus nomes, e calidades.

Prometteraõ tambem as ditas partes em ſeus nomes executar, cumprir, e ſatisfazer cada huma reſpectivamente a tudo o contheudo neſtas preſentes, ſem já mais contravir a iſſo, obrigando, e hypothecando todos, e cada hum dos ſeus bens móveis, e immoveis, terras, Senhorios, rendas, e cobranças, aſſim preſentes, como futuras; e renunciaõ pelo preſente contrato, conforme acima fica dito, ajuſtado, e paſſado, a ſaber: a reſpeito de Suas Mageſtades, do Senhor Delfim, das Princezas, e Madames de França, de Monſenhor Duque de Orleans, de Monſenhor Duque de Chartre, de Madama, a Duqueza mãy, de Madamoiſelle de la Roche-Sur-Yon, de Monſenhor, o Principe de Dombes, de Monſenhor, o Conde de Eu, de Madama, a Condeſſa de Toloſa, de Monſenhor, o Duque de Ponthievre, e de Monſenhor, o Cardeal de Fleury, no Palacio de Verſailles aos 13 de Abril; a reſpeito de Sua Alteza Real, a Senhora Duqueza de Orleans, e dos outros Principes, e Princezas do ſangue, em Pariz, nos ſeus Palacios, aos 21, e 23 do dito mez de Abril; e a reſpeito dos Senhores, e Senhoras, partes contratantes, que niſto convieraõ, em Pariz, no Palacio do dito Senhor Principe Carlos, aos 15 de Mayo de 1739, e aſſinaraõ a Minuta das preſentes . . . .

Segue-ſe o theor dos Documentos annexos.

Dom Jayme, Duque do Cadaval, Marquez de Ferreira, Conde de Tentugal, Senhor das Villas do Cadaval, Tentugal, Povoa de Santa Chriſtina, Alvayazere, Arega, Rabaçal, Villa-Nova de Anços, Penacova, Mortagoa, Buarcos, Noudar, e Barrancos, Muja, Ferreira de Aves, Villa-Alva, Villa-Ruiva, Agua de Peixes, Albergaria, Alcaide Môr de Olivença, e Alvor, dos Conſelhos de Eſtado, e Guerra, delRey meu Senhor, ſeu Eſtribeiro Môr, e Mordomo Môr da Rainha minha Senhora, &c.

Pela preſente Procuraçaõ dou poder ao Illuſtriſſimo, e Excellentiſſimo Senhor Principe Carlos de Lorena, meu tio, para ajuſtar, tratar, e concluir, na fórma, que melhor lhe parecer, o Contrato, e Eſcri-

Escritura do meu casamento com a Illustrissima, e Excellentissima Senhora Princeza Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, filha dos Illustrissimos, e Excellentissimos Senhores, Principe, e Princeza, Luiz de Lorena Lambesc, e Joanna Margarida Henriqueta de Durfort de Duraz, sua esposa, para regular o dote, e todas as mais convenções, como elle julgar mais a proposito, com os ditos Illustrissimos, e Excellentissimos Senhores, Principe, e Princeza, pay, e mãy da dita Senhora Princeza, promettendo ter por bom, firme, e valioso, tudo o que for ajustado, tratado, e concluido pelo dito Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Principe Carlos de Lorena, como se eu mesmo o tivesse feito; para o que lhe dou todos os poderes em direito necessarios, assim especiaes, como geraes, obrigando a minha pessoa, e bens, ao cumprimento de tudo o que por elle for assentado, e determinado. Em virtude, do que acima fica dito, fiz fazer a presente Procuraçaõ por mim assinada, e sellada com o Sello das minhas Armas. Feita em Lisboa a 20 de Fevereiro de 1739. Firma.

DUQUE ESTRIBEIRO MÔR.

E sellada com cera vermelha. Nós Francisco Duvernay, Conselheiro delRey, Consul Geral de França, no Reyno de Portugal, e encarregado dos negocios delRey na Corte de Sua Magestade Portugueza, certificamos a todos aquelles a quem pertencer, que o final, e Sello, póstos na Procuraçaõ acima, saõ proprios, e verdadeiros do Excellentissimo Senhor Duque de Cadaval, Estribeiro Môr de Sua Magestade Portugueza. Em fé do que temos feito expedir a presente, assinada da nossa maõ, e sobscrita pelo Chanceller, e Secretario do nosso Consulado, que lhe poz o Sello Real. Dada em Lisboa na nossa Casa Consular, aos 25 de Fevereiro de 1739. Firma. Duvernay. E mais abaixo. Pelo Senhor Consul Ferrant Chanceller, e com hum Sello.

Reconhecida em Pariz, aos 21 de Abril de 1739. Receberaõ-se doze soldos. Blondelû.

Traducçaõ.

Dom Jayme, Duque de Cadaval, Marquez de Ferreira, Conde de Tentugal, Senhor das Villas de Cadaval, Tentugal, Povoa de Santa Christina, Alvayazere, Arega, Rabaçal, Villa-Nova de Anços, Penacova, Mortagoa, Buarcos, Noudar, e Barrancos, Muja, Ferreira de Aves, Villa-Alva, Villa-Ruiva, Agua de Peixes, Albergaria, Alcaide Môr de Olivença, e de Alvor, Conselheiro de Estado, e de Guerra, Estribeiro Môr delRey meu amo, e Mordomo Môr da Casa da Rainha. Pela presente Procuraçaõ dou poder ao muito Illustre, e muito Excellente Senhor Principe Carlos de Lorena, meu tio, para tratar, regular, e concluir, como melhor lhe parecer o contrato do meu casamento, com a muito Illustre, e muito Excellente Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, filha do muito Illustre, e muito Excellente Principe, Luiz de Lorena Lambesc, e da Senho-

ra Princeza Joanna Margarida Henriqueta de Durfort de Duraz, sua esposa, para regular o dote, e todas as mais convenções, como melhor lhe parecer, com os ditos Illustrissimos, e Excellentissimos Senhores, Principe, e Princeza, pay, e mãy da dita Senhora Princeza, promettendo de ter por bom, firme, e valioso, tudo o que for ajustado, tratado, e concluido, pelo dito Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Principe, Carlos de Lorena, como se eu mesmo o tivesse feito, para o que lhe dou todos os poderes em direito necessarios, assim especiaes, como geraes, obrigando a minha pessoa, e bens, ao cumprimento de tudo o que por elle for assentado, e determinado. Em virtude, do que acima fica dito fiz fazer a presente Procuraçaõ, por mim assinada, e sellada com o Sello de minhas Armas. Feita em Lisboa, aos 20 de Fevereiro de 1739. Firma.

O DUQUE ESTRIBEIRO MÔR.

Dom Luiz da Cunha, Commendador da Ordem de Christo, do Conselho de Sua Magestade Portugueza, seu Embaixador, e Plenipotenciario na Corte de Sua Magestade Christianissima. Certifico, que a presente Procuraçaõ do Senhor Duque de Cadaval, dada ao Senhor Principe Carlos de Lorena, para regular, e concluir o contrato de casamento, com a muito Illustre, e Excellente Senhora, a Princeza Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, filha do muito Illustre, e muito Excellente Principe Luiz de Lorena Lambesc, e da Princeza Joanna Margarida Henriqueta de Durfort de Duraz, sua esposa, está em tudo conforme, e por tudo ao Original, de que foy traduzida. Em fé, do que temos assinado a presente, e feito pôr o Sello das minhas Armas. Feita em Pariz aos 11 de Abril de 1739. Firma. Dom Luiz da Cunha.

Licença delRey de Portugal.

Hey por bem, que no contrato dotal, que o Supplicante tem ajustado, com licença minha, possa obrigar à restituiçaõ do dote, e ao pagamento das arrhas, (no caso, que as haja) em falta de bens livres, os de morgado, sem o consentimento do successor immediato; e naõ bastando estes, lhe dou tambem licença para poder obrigar os bens da Coroa, e Ordens, na mesma fórma, que posso, como tambem para fazer valida a obrigaçaõ, de que faz mençaõ, a respeito da promessa de huma das Villas, de que he Donatario, e do logar da jurdiçaõ, pendente a vida da dotada sómente, o que lhe accordo inteiramente de proprio motu, certa sciencia, e authoridade Real, naõ obstante quaesquer Leys em contrario; e ordeno, que tudo se execute, como se fosse hum Decreto, ou Carta, passada pela minha Chancellaria, ainda que effectivamente por ella naõ passasse, sem embargo da Ordenaçaõ do liv. 2. cap. 38, 39, e 40. Em Lisboa Occidental, aos 21 de Fevereiro de 1739. Com a Rubrica Real.

O Duque, Estribeiro Môr de Vossa Magestade, lhe representa, que

que tendolhe Vossa Magestade dado licença de poder casar fóra do Reyno, elle está na resoluçaõ de casar com Henriqueta Julia Gabriela, filha do Principe, e Princeza de Lambesc; e que para concluir as Escrituras, e pactos dotaes, necessita da permissaõ de Vossa Magestade, para segurança do dote, e das arrhas, da dita futura esposa, o que elle só póde segurar sobre os bens, que elle Supplicante possue da Coroa, e Ordens, naõ tendo bens livres, sobre que possa segurar o dito dote, e arrhas: e attendendo a que elle Supplicante faz o seu contrato dotal da mesma maneira, que o fez o Duque seu pay, nos dous casamentos, que contratou em França, sendo hum dos contratos dotaes, que vindo a futura esposa a sobreviver, ella terá, e possuirá, à sua escolha, huma das Villas, que ella julgar mais a proposito, da Casa do Supplicante, com toda a jurisdicçaõ, que della depende: e como esta sorte de contratos naõ póde ter execuçaõ, sem permissaõ de Vossa Magestade.

Pede a Vossa Magestade lhe queira conceder esta graça, e permissaõ, por seu Real Decreto, para segurança, e validade das convenções da Escritura dotal.

E receberá merce.

Registada a folhas 15 do livro 15 das Patentes.

O Chanceller, e Secretario do Consulado Geral de França, no Reyno de Portugal, certifica ter traduzido bem, e fielmente, de Portuguez em Francez, a Petiçaõ, e despacho acima, e da outra parte, sem ter accrescentado, nem diminuido nada da verdadeira substancia do proprio Original, ao qual em tudo está conforme. Em fé, do que tenho passado a presente, em Lisboa, aos 25 de Fevereiro de 1739. Firma. Ferrand. Chanceller.

Nos Francisco Duvernay, Conselheiro delRey, Consul Geral de França, no Reyno de Portugal, a cujo cargo estaõ os negocios delRey, na Corte de Sua Magestade Portugueza, certificamos a todos aquelles a quem pertencer, que o Senhor Ferrand, que tem feito, e assinado a Traducçaõ, de que se faz mençaõ, he Canceller, e Secretario do nosso Consulado, a cujos sinaes, e Escrituras se deve dar ampla, e inteira fé, do mesmo modo, que ao Original da dita Traducçaõ, assim em juizo, como fóra delle; em testemunho, do que temos feito expedir a presente, assinada da nossa maõ, e sellada com o Sello Real do nosso Consulado. Dada em Lisboa, na nossa Casa Consular, aos 25 de Fevereiro de 1739. Firma. Duvernay.

E na margem de cada hum dos tres papeis acima copiados está escrito:

Certidaõ verdadeira, assinada, e firmada acima, do contrato de casamento, perante os Notarios abaixo assinados, hoje 11 do mez de Mayo de 1739. Firma.

O PRINCIPE CARLOS DE LORENA.

Com Couvois, e Douron Notarios.

Os

Os Originaes dos ditos papeis foraõ annexos à Minuta do dito contrato, que fica nas Notas do dito Douron, Notario.

Douron.

Couvois.

Sellado aos 16 de Mayo de 1739.

Lugar do Sello.

E aos 16 do dito mez de Mayo se achou em Pariz, em presença dos Notarios abaixo assinados, o Senhor Principe Carlos, com Procuraçaõ do dito Senhor Duque de Cadaval, o qual no dito nome reconhece, que os sobreditos Senhores Principe, e Princeza de Lambesc, estando presentes o dito Senhor, e Senhora, para isto authorizados, lhe tem pago, e entregue em Luizes de ouro, da moeda corrente, em presença dos Notarios abaixo assinados, a quantia de cento e cincoenta mil livras, que os ditos Senhores, Principe, e Princeza de Lambesc, prometteraõ dar à dita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, sua filha, esposa ao presente do Senhor Duque de Cadaval, pelo seu contrato de casamento, de que o sobredito Senhor Principe Carlos, os dá por quites, e desobrigados, estando presente a sobredita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, Duqueza de Cadaval, authorizada para effeito da presente pelo dito Senhor Principe Carlos, no dito nome.

Declarando os ditos Senhores, Principe, e Princeza de Lambesc, que a dita quantia de cento e cincoenta mil livras, paga acima por elles ao sobredito Senhor Principe Carlos, no dito nome, he parte da quantia de duzentas sessenta e oito mil duzentas e cincoenta livras, que Suas Altezas tomaraõ emprestadas pelo Senhor Juliaõ Flever, por obrigaçaõ feita perante o Notario Laidigiuve, o moço, em Pariz, aos 22 de Fevereiro passado; em supplemento do qual, e da Carta de retençaõ, Breves de retenûe, dos 25 do mesmo mez, fazem Suas Altezas a presente declaraçaõ, em conformidade da promessa, que fizeraõ pela dita obrigaçaõ lançada na dita Carta, annexa à Minuta do acto, feito perante o mesmo Notario, no sobredito dia de 25 de Fevereiro passado, em consequencia da dita obrigaçaõ. Feito, e passado em Pariz, no Palacio dos ditos Senhores, Principe, e Princeza de Lambesc, no mesmo dia, e anno. E assinaraõ a Minuta das presentes, depois da Minuta do dito contrato de casamento; e tudo ficou nas Notas do dito Notario Douron.

Douron

Bovoin

PRO-

PROVAS DO LIVRO X. DA HISTORIA GENEALOGICA DA CASA REAL PORTUGUEZA.

Carta delRey D. Duarte, em que faz merce ao Conde de Ourem, de lhe confirmar a doaçaõ do Condestavel, dos Reguengos de Sacavem, Camarate, Catejal, Unhos, Friellas, e da Ribeira do Sal, &c.

Num. I.
An. 1422.

DOm Eduarte per graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve, e Senhor de Ceita. A quantos esta Carta virem fazemos saber, que o Conde de Ourem meu sobrinho nos mostrou huã Carta de D. Nuno Alvares Pereira Condestable seu Avo, da qual o theor he este que se segue. A quantos esta Carta de doaçaõ virem o Condestable vos faço saber que por quanto a Deos prouve de me dar tres nettos filhos do Conde D. Affonso, e da Condessa D. Breatiz Pereira minha filha cuja Alma Deos haja ss. D. Affonso que he o mayor baraõ, e D. Fernando, e D. Isabel aos quaes de direito pertencia a herança de quaesquer bens patrimoniais que eu ouvesse depois de minha morte, e porque todallas terras, rendas, e bens, ou a mayor parte dellas que eu ey, e foraõ da Coroa do Reyno de que me Deos, e meu Senhor ElRey há feita merce pelos serviços que a Deos prouve de lhe eu fazer, e porque ElRey meu Senhor me há feita merce per sua Carta que me sobre ello mandou dar que eu possa fazer doaçaõ, e doaçóes de todallas terras, quintas, rendas, e direitos de que me elle há feita merce a quaesquer pessoas que a mim prouver que as haja pela guisa que lhes eu dellas fezer doaçaõ, e as eu delle ey segundo mais compridamente na dita Carta hé contheudo, por vertude da qual

Carta

Carta eu das ditas terras, quintas, rendas, e direitos poſſo fazer as ditas doações a quem me aprouver, e muito mais com rezaõ o poſſo, e devo fazer aos ditos meus nettos. Porem conſirando o grande devido que comigo haõ, e como hajaõ de viver bem, e grandemente como a homẽs de ſeu eſtado, e que poſſaõ bem ſervir a meu Senhor ElRey, e o Iffante meu Senhor, e os que deſpois delles vierem como a elles cabe, e ſaõ theudos de o fazer ordenei de lhe repartir as ditas terras, rendas, e direitos ſegundo entendi que era igualeza, e per poder da ſobredita Carta de meu Senhor ElRey dou, e faço pura, e irrevoguavel doaçaõ antre vivos valedoura deſte dia pera todo ſempre que nunca poſſa ſer revoguada ao dito D. Affonſo meu netto pera ſi, e pera todos ſeus filhos, e nettos que delle deſcenderem que ſejaõ lidimos de todallas terras, quintas, rendas, e direitos, foros, e trebutos, e paços a diante declarados ſſ. da Judaria da Cidade de Lisboa com ſuas rendas, direitos, e pertenças, e dos meus paços da dita Cidade com ſuas caſarias, e pertenças, e de todollos Reguengos do termo da Cidade de Lisboa, ſſ. a Charneca, e Sacavem, e Camarate, e o Cathejal, e Unhos, e Friellas, e a Ribeira do Sal, com ſuas rendas, e direitos, e do meu Luguar, e Reguengo de Collares com todos ſeus direitos depois da morte de minha Madre a quem eu delle ey feita doaçaõ em ſua vida ſegundo he contheudo em huã doaçaõ que lhe delle fiz, e do barco de Sacavem com ſuas rendas, e direitos depois da morte de Gil Aires meu criado a quem delle ey feita doaçaõ em ſua vida ſegundo he contheudo em huã doaçaõ que lhe dello fiz, e das rendas, e direitos de Rio mayor depois da morte de Pedrafonſo do Caſal, e de Ines Pereira ſua mulher meus Irmaõs a quem eu das ditas rendas, e direitos tenho feito doaçaõ em ſuas vidas ſegundo he contheudo na doaçaõ que lhes dello fiz, e do Reguengo de Alviella termo de Sanctarem depois da morte do dito Gil Aires a quem delle tambem ey feita doaçaõ em ſua vida, ſegundo ſe contem na dita doaçaõ que lhe delle fiz, e do Condado, e Villa de Ourem, e de Porto de moos, com todallas rendas, e direitos que eu em ellas, e em ſeus termos ey, e de dereito devo daver, das quaes Villas, e Luguares, rendas, e direitos e Reguengos, e paços lhe faço doaçaõ com todas ſuas rendas, e direitos, foros, e tributos, e jurdições, civeis, e crimes, e dos Caſtellos das menagens dos ditos Luguares onde os ouver, e dos padroados das Igrejas das ditas Villas, e Luguares que haja todo livre, e izentamente de juro derdade mero miſto imperio para todo ſempre pera elle, e pera todos ſeus deſcendentes que depois delle vierem aſſi, e per a guiza que eu todo ey, e me meu Senhor ElRey dello há feita merce, e doações, e melhor ſe puder ſer. E porem mando aos meus Almoxarifes, eſcrivaens, e aos Juizes dos ditos Luguares, e a outros quaeſquer a quem eſto pertencer que metaõ logo em poſſe das ditas Villas, e Luguares, rendas, e direitos, Reguengos, e paços, e padroados de Igrejas o dito D. Affonſo meu netto, ou ſeu certo procurador, e lhe acudaõ, e façaõ acudir com todo bem, e compridamente, e lhes obedeçaõ como a mim meſmo obedeciaõ, e lhe lei-

xem

xem todo aver compridamente sem nenhum embargo, e fazer de todo e em todo assi como de sua cousa propia porque eu lhe faço de todo doaçaõ, o mais firmemente que lhe fazer posso, a qual doaçaõ lhe faço per a guiza que dito he, com condiçaõ que elle naõ bulla em nenhuã guiza com as rendas, e direitos de que eu fiz doaçaõ aos suso ditos senaõ as suas mortes como nas doaçóes que lhes fiz hé contheudo, e com condiçaõ que se o dito D. Affonso fallecer per morte sem filho ou filha lidimos que as ditas Villas, e Luguares, rendas, e direitos, e paços, e padroados de Igrejas fique todo ao dito D. Fernando seu Irmaõ meu netto, e delle fiquem a seus descendetes, e se o dito D. Fernando fallecer sem filho, ou filha lidimos que fique todo a dita D. Isabel sua Irmã minha netta, e della a seus descendentes, e que a dita herança naõ passe a outra parte. E em testemunho desto lhe mandei dar esta Carta de doaçaõ assinada per minha maõ, e sellada do meu sello, dante em Borba quatro dias de Abril, o Condestable o mandou, Gil Aires a fez era de mil e quatrocentos e sessenta annos. E pedionos de merce o dito Conde que lhe confirmassemos todo esto contheudo na dita Carta por quanto fora dado, e outorguado de juro derdade por o muy virtuoso, e de grandes vertudes ElRey meu Senhor, e meu padre da muy gloriosa memoria cuja Alma Deos haja ao dito Condestable seu Avo, e ante que lhe sobre ello dessemos outro livramento fizemos perante nós vir as cartas que o dito Senhor Rey sobre esto dera ao dito Condestabre, as quaes examinadas, e vistas per nós, e consirando a rezaõ de seus merecimentos, e divido grande de natureza que comnosco há nos move a lhe firmar, e reformar todas as ditas doaçóes, previllegios, graças, e merces, e liberdades de nossa certa sciencia propio moto, Real authoridade, e poderio absoluto lhe outorguamos, e confirmamos as Villas, Castellos, terras, julguados, coutos, honras, e jurdiçóes, padroados, rendas direitos, foros, tributos, pela guiza, e com todallas clausullas, e condiçóes contheudas em a dita Carta que lhe foi dada, e outorguada per o dito Condestabre seu Avo cujo Alma Deos haja. Porem mandamos a todollos nossos Ouvidores, sobrejuizes, e Corregedores, justiças, Veadores da fazenda, contadores, Almoxarifes, e a quaesquer outros Officiaes presentes, e que ao depois forem a quem esto pertencer que naõ embarguem, nem consentaõ embarguar ao dito Conde de haver as jurdiçóes, direitos, rendas, foros, trebutos, das Villas, Castellos, terras, julguados, coutos, e honras sobreditos, e usar delles per si, e per seus Officiaes segundo se contem em a dita Carta, mas ante lha guardem, e façaõ todos bem guardar sem outro embargo que a ello ponhaõ, e em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada per nós, e assellada do nosso sello de chumbo dante em Sanctarem vinte e quatro dias de Novembro, ElRey o mandou, Ruy Galvaõ a fez era do nacimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil quatrocentos trinta e tres annos.

Carta delRey D. Duarte, em que faz merce ao Conde de Ourem, da agua de Alviella, de juro, e herdade.

Num. 2.
An. 1433.

DOm Eduarte per graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve, e Senhor de Ceita. A quantos esta Carta de doaçaõ virem fazemos saber que nós de nosso moto propio, certa sciencia, livre vontade, e poder absolluto fazemos merce pura, e livre doaçaõ que nunca possa ser revoguada ao Conde de Ourem meu sobrinho pera elle, e todos seus herdeiros, e successores da aguoa de Alviella, e suas prayas des a Igreja de S. Vicente de Casevel até onde se mete no Tejo, em a quoal augoa agora naõ saõ feitas moendas, nem outros arteficios pera em ellas os mandar fazer de qualquer guisa que em ella podem ser feitos, e quando lhe prouver, dos quaes queremos, e outorguamos que a nós, e a nossos successores naõ façaõ foro, ou censo algum pera sempre; e que o dito Conde per esta Carta per si, ou por seu Procurador sem outra authoridade possa tomar posse da dita augoa, e prayas della em parte, ou em todo per quaesquer sinaes, ou demostrações que a elle prouverem, e filhada assi a dita posse que da dita auguoa, e arteficios que em ella forem feitos, e rendas delles elle dito Conde, ou seus successores possaõ fazer doaçaõ, e venda, e permudaçaõ, e todo o que lhes prouver assi como de sua cousa propia per qualquer outro titulo, guançada, e per esta nossa Carta tiramos de nós todo o direito, titulo propriedade, auçaõ, e posse que nós em a dita augoa, e prayas della havemos, e os tresmudamos em o dito Conde envestindo em elle o direito, e posse sobredita, e mandamos a quaesquer nossos Veadores da fazenda, e Almoxarifes a que esto pertencer que hora saõ, ou ao diante forem, e a todas nossas justiças que lhe leixem tomar a posse da dita augoa, e prayas, e haver livremente as rendas, e direitos de todo o que dito he sem outro embargo que lhe a ello ponhaõ, e esta doaçaõ queremos, e outorguamos que seja firme, e estavel pera sempre naõ embarguando quaesquer decretos, leis, direitos, foros, costumes, e ordenações que a ello possaõ contradizer em parte, ou em todo, e se pera mayor firmeza desta doaçaõ em ella compriaõ serem postas algũas clausullas, ou outras cousas serem declaradas, nós de nosso ja dito poder absoluto as havemos aqui por sufficientemente expressas, dante em Sanctarem a vinte cinquo dias de Novembro ElRey o mandou, Ruy Galvaõ a fez era do nacimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil quoatrocentos trinta e tres annos.

Carta

Carta de confirmaçaõ delRey D. Duarte, em que está incorporada huma delRey D. Joaõ I. de doaçaõ das jurisdicções de seus Almoxarifes, Ouvidores, e Sacadores, ao Conde de Ourem.

Num. 3.
An. 1433.

DOm Duarte pola graça de Deos, Rey de Portugal, e do Algarve, e Senhor de Ceita. A quantos esta Carta de confirmaçaõ virem fazemos saber que o Conde Dourem meu sobrinho nos mostrou cartas de privilegios, e liberdades que o mui virtuoso, e de grandes virtudes ElRey meu Senhor, e padre da mui gloriosa memoria, cuja alma Deos haja fez ao Condestabre seu Avô com as clausulas, e condições em os ditos privilegios conteudas; as quaes Cartas, e privilegios som estas que se seguem: Primeiramente huã Carta do dito Senhor Rey assinada por elle, e sellada do seu Sello de chumbo porque tem por bem, e manda que os seus Corregedores, e Ouvidores, e sobjuizes nom conheçaõ das appellações, e aggravos das terras do dito Condestabre sem irem primeiro perante elle, ou perante seus Ouvidores, que foi feita no Porto x6 dias de Fevereiro por Afonso Coudo, era de Cesar de mil iiij xx6. E outra Carta do dito Senhor Rey passada, e assinada por Martim da Maya seu vassallo, e Veedor de sua fazenda por quanto hi nom era Gonsalo Pires seu companheiro, e assellada do seu Sello pendente, porque fez merce ao dito Condestabre que os seus Almoxarifes possaõ conhecer dos feitos de que conhecem os do dito Senhor Rey, e dem em elles livramento, feita em Evora xiij de Fevereiro por Joaõ Basques era de Cesar de mil iiij xxix. E outra Carta do dito Senhor Rey passada, e assinada per Alvaro Pires, Conigo de Lisboa, Juis dos seus feitos nom sendo hi os Veedores de sua fazenda assellada de seu Sello pendente, porque tem por bem, e manda que nenhum judeu nom seja escusado de pagar no serviço Real salvo alguns ditos por prazimento do dito Condestabre, feita em Santarem xx6 de Agosto per Alvaro Gonsalves, era de Cesar de mil iiij xxx6. E outra Carta do dito Senhor Rey passada, e assinada por Joaõ Afonso de Alanquer seu vassallo, e veedor de sua fazenda, e assellada do seu Sello pendente, perque lhe dá poder que os seus sacadores possaõ penhorar, e constranger, vender, e rematar os bens dos que lhe devedores forem como por as dividas do dito Senhor Rey, feita em Santarem xx6iij de Agosto por Bertolameu Gomes era de Cesar de mil iiij xxxxvi. E demandounos de merce o dito Conde Dourem meu sobrinho que lhe dessemos a ello nossa confirmaçom. E por quanto a razom de seus merecimentos, e o devido grande da natureza que comnosco há nos movem a lhe firmar, e reformar todolos ditos privilegios, graças, merces, e liberdades, de nossa certa sciencia, proprio motu, Real autoridade, poderio absoluto lhe outorgamos, e confirmamos todalas ditas liberdades, graças, e merces, e com todalas clausulas, e condições conteudas em as ditas Cartas, e privilegios

 que

que foraõ dados, e outorgados ao dito Condestabre seu Avô por o dito Rey meu Senhor, e meu padre cuja alma Deos haja. Porem mandamos a todolos nossos Ouvidores sobjuizes, e Corregedores, justiças, Veedores da fazenda, Contadores, Almoxarifes, e quaesquer outros Officiaes presentes, e aos que despois forem a que esto pertencer que nom embarguem nem consintaõ embargar ao dito Conde Dourem daver as ditas graças, e merces, privilegios, e liberdades sobreditos, e usar dellos por si, e por seus Officiaes segundo se contem em as ditas Cartas, e privilegios, mas antes lhas guardem, e façaõ todos bem guardar sem outro algum embargo que a ello ponhaõ. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada por nos, e assellada do nosso Sello de chumbo. Dante em Santarem xx6 de Novembro. ElRey o mandou Ruy Galvom a fez era do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil iiij xxxiij annos.

Copia de huma Carta delRey D. Affonso V. porque confirmou ao Conde de Ourem o Alvará nella incorporado, porque ElRey seu pay manda ao Corregedor, e Juizes da Cidade de Lisboa, dessem ao dito Conde, e aos seus, quando viessem à dita Cidade, e seu Termo, a palha, que lhe fosse necessaria. He authentica, e está no Cartorio da Casa de Bragança, donde a tirey.

Num. 4.
An. 1449.

DOm Afonso per graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve Senhor de Cepta fazemos saber a quantos esta Carta virem que o Conde dourem, meu muito amado primo me inviou mostrar hum estromento pubrico em o qual esta contheude de verbo a verbo, hum Alvara, que lhe ElRey meu Senhor, e Padre, cuja alma Deos aja deu do qual o theor tal he. Nos ElRey mandamos a vos corregedor yuizes, da Cidade de lixboa, que deis ao Conde dourem meu sobrinho e aos seus quando for a dita Cidade, e no termo della, aquela palha que lhe compridoira for e asy he nossa merce e al no façades dado em Santarem xxij dias de fevereiro, ElRey o mandou nicolao Rodrigues o fez era do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quatrocentos trinta e quatro annos e pedionos o dito Conde meu primo que lhe confirmacemos o dito alvara como em o dito estromento era conteudo, e a nos praz dello e porem mandamos a vos dito Corregedor, e Juizes e a quaesquer outros a que pertencer que lho guardeis e cumprais e façaes cumprir e guardar como em esta nossa Carta se contem sem outro embargo que a ello ponhais; dada em Almeirim xiij dias do mes doutubro ElRey o mandou fernam bieira a fez anno do Senhor de mil iiij 4ix. Concertada com a propia.

Rui dias de Menezes.

Carta delRey D. Duarte, para que se guarde ao Conde de Ourem o artigo das Cortes de Santarem, como nella se contém. Está no Cartorio da Casa de Bragança, donde a tirey.

Num. 5.
An. 1434.

DOm Eduarte polla graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve, e Senhor de Cepta. A quantos esta Carta virem fazemos saber que o Conde de Barcellos meu Irmaõ, e o Conde Dourem, e o Conde d' arrayollos meus sobrinhos nos disseraõ, que quando ora nos fizemos Cortes em Santarem, mandamos que nenhuns naõ podessem privilegiar alguãs pessoas em suas terras, salvo a Rainha, e os Iffantes meus Irmaõs, e a elles, e que lhes era dito que depois mandaramos, que se naõ entendesse esto salvo aa dita Senhora Rainha, e aos Iffantes meus Irmaõs, e que nos pediaõ por merce, que sem embarguo da Carta do dito mandado se entendesse, asi a elles como nas ditas Cortes foi detreminado; e nos vendo o que nos asi pediaõ, e diziaõ, e querendolhe fazer graça, e merce, avemos por bem, e mandamos, que lhe seja goardado o dito artigo, asi, e pela guisa, que lhes foi otorgado nas Cortes que fizemos em Santarem sem embarguo da dita Carta, e mandado, e esto se naõ entenda, nos que nos especialmente mandarmos fazer, ou que pertencer a nosso serviço, ca em esto naõ queremos, que outrem aja poder de privilegiar, senaõ solamente nos, e em testemunho desto lhe mandamos dar a cada hum sua Carta assinada por nos, e assellada do nosso Sello, e esta he para o dito Conde Dourem. Dante em Obidos xij dias de Setembro Affonso Cotrim a fez era do nacimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil iiij xxxiiij annos, e se esta Carta naõ for sellada mandamos que naõ valha.

Diario da jornada, que fez o Conde de Ourem ao Concilio de Basiléa. Está nos manuscritos da Livraria do Sereníssimo Senhor Infante D. Antonio, donde o tirey.

Como o Conde Dourem foy ao Concilio de Basiléa, e o que passou no caminho, e assim ao Papa.

Num. 6.

AOs onze dias por andar de Janeiro partio o Conde Dourem de Lixboa pera fora da terra, e foi dormir a Castanheira, que saõ sete legoas, esteve hi hum dia, que foi Dominguo, e ao outro dia foi dormir a Alcoentre, que som quatro legoas, e ao outro dia foi dormir â Corruquel, que saõ cinquo legoas, e ao outro dia foi dormir a Leyrea, que saõ cinco legoas, e ao outro dia, que foi dia de Sancta Maria de Fevereiro, e foi o primeiro dia do dito mes, e ao outro dia foi dormir a Pombal, que saõ cinquo legoas, e ao outro dia foi dormir a Penela, que som quatro legoas, e esteve hi, ao outro

tro dia, que foi Domingo com ho Iffante Dom Pedro, e ao outro dia foi dormir a Alousãa, que saã tres legoas, e ao outro dia foi a Granol, que sam quatro legoas, e ao outro dia foi a Gouvea, que sam cimquo legoas, e ao outro dia foi a Cidade da Guarda, que saam cimquo legoas, e esteve hi ao outro dia, que foi Sabado, e ao Domingo, e ha segunda feira foi ao Sabugual, que sam cimquo legoas, e esteve hi, ao outro dia foi a Alfayates, que sam tres legoas, e ao outro dia foi a Fonteguinaldo, e que he o primeiro Lugar de Castella, que saã tres legoas, e ao outro dia foi a Cidad Rodrigo, que som quatro legoas, e ao outro dia foi a Tamames, que sam sete legoas, e esteve hi, o outro dia, que foi Domingo, e ao outro dia foi a Fonte Robrẽ, que saã seis legoas, e ao outro dia, que foi dia dentruido foi a Salvaterra, que sam duas legoas, e ao outro dia foi a Bonilha, que som cinco legoas, e ao outro dia a Villa Touro, que sam duas legoas, e ao outro dia foi a Cidade de Avilla, que som sete legoas esteve hi, ao outro dia, que foi Sabado, e ho Domingo, e a segunda feira foi a ell Varoco, que som cinco legoas, e ao outro dia foi a ell Cadahalso, que sam sete legoas, e ao outro dia foi a Escalona, que sam tres legoas, e neste lugar tem o Condestable de Castella huns muy fermosos Paços, e ao outro dia foi dormir a Torijos, que som quatro legoas, e ao outro dia foi a Cidade de Toledo, que sam cinquo legoas, esteve hi, ho outro dia, que foi Sabado, e o Dominguo, esta Cidade he muy grande, e bem rica, e vay o Tejo por veira della, e a segunda feira foi â Epes, que som seis legoas, e ao outro dia, que foi terça feira foi a Ocanha, que som duas legoas, e o Conde esteve hi quarta feira, e di se partio o Conde pera Caza DelRey de Castella, que estava em Alcala, que som doze legoas, levou certas emcavalgaduras comsigo, e a casa ficou ahi aquelle dia, e ao outro dia, que foi quinta feira, e a sesta feira foi dormir a casa de Sancta Cruz, que saã cinquo legoas, e ao outro dia foi a outras, que sam cinquo legoas, e esteve hi ao outro dia, que foi Domingo, e a segunda feira, que forom omze dias de Março chegou o Conde a este lugar, honde estava a sua Caza, e esteve hi o dito dia, e a terça feira foi dormir a Vilarejo, que som quatro legoas, e esteve hi ao outro dia, e este luguar he huma Aldea pequena, mas he das melhores de Castella, nem de melhores camas, e ao outro dia foi dormir a Castinho de Garcia menhoz, que som cimquo legoas, esteve hi ho outro dia, que foi sesta feira, e o Sabado, e Domimguo, e a segunda feira foi dormir a Larcom, que som cinquo legoas, e este lugar he muito forte, e nom pode nenhum lugar ser maes forte, do que elle he, leva hum Rio, que ho cerca de redor, e ao outro dia foi a Cuesta, que som cinco legoas, e ao outro dia foi jantar dahi quatro legoas e mea a hum lugar, que chamaõ os Moinhos, e hi nom moram maes de tres fogos, que estam naquelles moinhos, e tem hi pam, e vinho, e carnes, e pescados pera vender pera que foi por aquelle caminho, e o Conde mandou alli ficar os cavallos, e foi dahi dormir quatro legoas e mea a hum lugar, que chamaõ Outiell, e assy andou o Conde neste dia nove legoas,

goas, e ao outro dia forom os cavallos dormir ao sobredito, omde estava o Conde, e ao outro dia forom todos juntos, ss. o Conde, e Bispo do Porto, e os Doutores, e deram a andar, e antes, que chegassem a hum lugar, que chamaõ Requena, que som duas legoas, aguardaram os dianteiros ataa, que forom todos juntos, que assim era ja ordenado, e meteraõ todalas azemelas do Conde, e do Bispo, e dos Doutores na metade dos de cavallo, e assim passaram pera esta Villa de Requena, e esto foi feito, e ordenado porque este he o derradeiro de Castella, e porque esta no estremo haa mui mâs gentes, qua poucos passam por este lugar, que nom sejam roubados, e a hi tal costume, que todo homem, que per hi passar ha de paguar de quanto levar, o dizimo a ElRey, e assi ali ha muy grande renda, e porque o Conde levava enta de salvo conduto DelRey de Castella, por esso nom pagou nada, mas indo o Conde ja fora da Villa, vierom apos o Conde os que tinham arrendada aquella renda, e disseramlhe, que lhe pediam por merce, que em sua conciencia, e daquelles Senhores, que hiam em sua companhia, que lhes desse hum Estormento, ou hum Alvara assinado per sua maõ de todas aquellas couzas, que por alli passaram pera o amostrarem a seu Senhor ElRey, que lho descontasse na renda quando lha pagassem, e o Conde lhó deu, e assi passou o Conde por este lugar, e deu a andar ate cheguar ao primeiro lugar Daragaõ, que chamaá Setagoas, que som donde o Conde partio quatro legoas, e o Conde acordou ali dormir, e hi nom avia maes de seis cazas povoadas, porque foi todo queimado dos Catelaaôs, e o Conde ouve conselho com ho Bispo, e disseramlhe, que era bem de irem dormir dahi duas legoas, a hum lugar, que chamão Boinho, e assi o fezerom dos cavallos do Conde, ficarom hi, e o Conde, e o Bispo derom a andar seu caminho, e neste dia choveo muy bem, e quando chegaram ao lugar, hera acerca de Sol posto, e os do lugar quando os em hum outeiro derom a acampaar do Castello, e o Castello he taõ forte, que como alçassem huma porta de pao, que he feita per engenho, defenderseа per tempo perlonguado, que ho nom poderam filhar, salvo se o esfaimarem. Outro si ao pee daquelle Castello jaz o arrabalde, que assim he muy forte, que quando ho homem entra a elle, e vam hum muy grande pedaço hum homem atras doutro, e isto he porque ho caminho he taõ estreito, e tam fraguoso, que nom podem ir doutra maneira, e as ruas, que o suso dito tem, assy saõ estreitas, que bestas carreguadas, nem homens a cavallo nom podem ir, salvo hum ante outro, e as bestas carreguadas nom podem por alli andar, salvo descarreguadas, e na metade do lugar esta hum pequeno de chaõ, em que estam huns Paços, em que ho Conde pousou, e naquelle Castello estam dous Gentishomens. Outro si quando o Conde chegou a porta do Castello estavam a porta do sobredito homens, e muitos mouros armados com adarguas, e lanças nas maons, e perguntaram, que Senhor era aquelle, que alli vinha, elles lhe disseraõ, que era hum Condé, e hum Bispo de Portugal, e que hiam pera honde estava o Papa, e que o Conde lhes enviava pedir, e roguar de lhe darem ally por aquella

aquella noite pousadas por seus dinheiros, e elles disserom, que lhes prazia de boa mente, e alli aguardarom o Comde, ate que chegou, e como chegou fizeram suas misuras, e o Conde a elles, e elles disseram ao Conde, que estavaõ alli per mandado de seu Senhor, ElRey, que guardavam aquelle Castello por feiçom de guerra, que aviam com os Catelaons, porem, que elles lhe pediaõ por merce, que lhes segurasse o Castello, e o lugar, e o Conde lhos segurou, e entam mandaram aos Mouros, que se fossem pera suas cazas, e que fizessem boõ gasalhado aquelles Gentishomens, e elles loguo mandaram hum seu homem, que os fosse beẽ apousentar, e loguo ho homem foi com o Apousentador do Conde, e foi-os muy bem apousentar todos, e em este lugar nom podiam achar mantimento, porque estavam despercibidos, e loguo os Gentishomens do Castello mandaram hum presente ao Conde de paõ, e empadas, e vinho, em este luguar viverom ate duzentos Mouros, e o Alcayde, que hi estaa: e o outro dia foi o Conde dormir a hum lugar, que chamaõ Chiba, este luguar tem hum Castello, que esta em hum alto, he cercado sobre si, e tem huũ arrabalde, que he dahi hum tiro de besta, e neste arrabalde, e o Castello moraram ate dozentos mouros, e christaons nenhum, salvantes o Alcayde, que he christaõ, e o Conde pousou em hum estao, que estava fora do Castello, porque naõ avia dentro estao nenhum; ho Alcayde mandou dar as pousadas aos Gentishomens, e a outra gente de pê no arrabalde; o Bispo, porque alli nom cabia, foi dormir dahi tres legoas, e o Conde esteve neste lugar hum dia, que foi Domingo, a segunda feira seguinte depois de jantar foi dormir o Conde, e o Bispo, e os Doutores, que se ajuntarom todos no caminho, se forom dormir a Cidade de Valença, que som cinco legoas, e vierom receber o Conde muitos cavallos, e fidalgos, e Gentishomens da dita Cidade a huma legoa, e vinhaã em cima de muy boõs cavallos, e seriam por todos ata trezentos, ou quatrocentos de cavallo, e tres trombetas com elles, e assi levaram o Conde dentro a Cidade muy honradamente, levando-os pelas melhores ruas da Cidade, e assi forom com elle ataa pousada omde o Conde pousou, que era na praça, e a terça feira seguinte veyo o Barle, e os jurados com os melhores de suso dita, onde pousava o Conde, e cavalgou co Conde, e elles foromlhe mostrar os Paços DelRey, que esta fora da Cidade; estes Paços sam muito fermosos com boas camaras bem repartidas, e tem dentro muy boas ortas, ss. huma Capella DelRey muito fermosa com sua orta, e tem dentro laranjeiras, e murta, que estaõ antremetidas, ss. a murta com as larangeiras, e humas polas outras, que he huma cousa muito fermosa de ver, e em estes Paços andaõ leoens, e tres cervos, e tres hemas muito grandes. Outro si neste dia mostrarom ao Conde huns Paços, que eram de hum Coniguo muito fermosos, e a quarta feira vierom os sobreditos onde o Conde pousava, e foromlhe mostrar o Orto DelRey, que he dentro na dita Cidade, a que chamaõ Terecena, o qual he muy fermoso, e della he toda ladrilhada, e dentro estaõ duas Capellas, e dous preguatoiros, ss. hum pera ElRey ouvir missa, e outro pera a

pregaçam,

pregaçam , e pera a Rainha , e outras Capellas pera ouvirem misaa outras gentes de comum , e huma Crasta , e outros edificios , como de Seê , e esta era de larangeiras , e de murta tudo cheo darredor , e de fundo dellas naõ dava o Sol , posto que o fezesse , e em este logar mandarom aquelles Cavalleiros Gentishomens , e Regedores da dita Cidade vir muitos confeitos , e pomadas , e outras fruitas doutras maneiras , e muito boõ vinho grego , e malvasia , e branco , e vermelho , e bebeo o Conde , e todolos Senhores , e depoes , que todos beberom , e vierom estes sobreditos com o Conde a este Virgel folgar , e tomar prazer. Outro si a copa , que ali estava armada tinha vinte e tres copos , e dez picheis , e doze bacios , e outras confeitas , e isto assi acabado , cavalgou o Conde , e os sobreditos com elle , e trouxeraõno a sua pousada muy honradamente , e alli vinha hum cavallo murzello , que era Ciziliano muito fermoso , e muito fazedor , que deziam aquelles Gentishomens do Conde , que de boõ cavallo nom podia melhorar , e em esta Cidade teve o Conde o Dominguo de Ramos , em ella esteve o Conde outo dias , e a segunda feira partio pera Barcelona , que sam quarenta e outo legoas , e foi dormir a hum lugar , que chamaõ Monvedro , e ao outro dia foi dormir a Cabanas , e o outro dia foi dormir a Sam Mateu , que foi Vespora de Endoenças atee depoes daa pregaçaõ estivemos ahi , que fomos dormir a hum lugar , que chamaõ Vilacomia , e ao outro dia fomos dormir a Cidade de Tortosa , que foi Vespora de Pascoa , e per beira desta Cidade vay hum Rio , que chamaõ Ebro , e tem huma ponte feita de barcas perque passaõ , e per ella passou o Conde , e em este lugar passou , e vimos dez , ou doze mulheres Joves muy bem guarnecidas , ss. seis , ou sete dellas , e traziam vestido senhas cheyas douro muy fermosas , e mais senhas oppas descarlata vermelha empenadas de martas , e de fundo suas cotas de velludo verde , e outras joyas muitas , e as outras seis , ou sete mulheres andavam vestidas doutras vestiduras muito fermosas , e muy ricas , e estas mulheres eram mais de gentis , que de fermosas. Outro si esta Cidade he muy bem assentada em hum valle a pee de huma serra , e em esta Cidade tirou ho Conde o doo , que trazia , e vestio por dia de Pascoa hum sayo azul , muy bem farpado , e humas calças brosladas , que nom parecia dellas fio nenhum , e a segunda feira seguinte partio o Conde , e deu a andar seu caminho , e foi dormir a hum lugar , que chamaõ a Fonte de Pilhõ , e ao outro dia foi dormir a hum lugar , que chamaõ Cambulhe , e ao outro dia foi dormir a Cidade de Taragona , esta Cidade de Taragona he Arcebispado , e temno hum Cardeal , que estava na dita Cidade , e o Conde , e Bispo com elle foi falar ao Cardeal , que pousava apaar da See , e ho Cardeal tomou o Conde polla maõ , e assentou-o apaar de si , e o Bispo doutra parte , e o Conde estava na mitade , e estavam em hum estrado , em hum baanco , que estava cuberto de muy fermosos panos , e acabo de pouco veyo vinho , e fruita , e confeitos , e bebeo o Conde , e o Bispo , e depois os Gentishomens , e outra gente meuda , e esto acabado espedio-se o Conde do Cardeal , e foi ver a See , que estava hi junto ,

to, e esta See he pequena, que he assy como a de Lixboa, mas he muy fermosa, e esta Cidade esta muy bem assentada, e tem dahy a huã meya legoa o porto do maar.

E ao outro dia foi dormir o Conde a hum luguar, que chamaõ . . . . . e ao outro dia foi dormir a hum lugar, que chamam Maratuzell, e hi esteve tres dias, e este lugar jaz em hum valle, e jaz muy bem assentado, e per beira delle vay hum muy boõ Rio, que o passam por ponte, e tem darredor muy bom caminho, e deste lugar foi ho Conde a Santa Maria de Monsarrado, que som dalli tres legoas, foi dormir, este Mosteiro esta assentado em pequeno de chaõ, que de huma parte saõ tudo serras muy altas como as da Rabida, e da outra parte he hum valle muy alto por homde vay hum Rio, que nom podem de fundo vir pera este Mosteiro, senam per a Rasaios, porque esta Costa he muy alta, outro si o caminho per onde o caminho foi pera este Mosteiro he huma couza muy espantosa de ver, e esto porque he muito fragoso, que quem o nom vir, nam o podera crer, como elle he. Outro si este Mosteiro he huma cousa muy notavel, e muy fermosa de ver, ss. ho corpo da Igreja he muy fermoso, e cheo de muitos millagres, que faz em cada hum dia, e tem quatrocentas e dezaseis allampadas de prata, e outra muita prata doutra condiçam, que assi em breve nom podiam dar conto, com outras joyas, que estam no dito corpo da Igreja. Outro si tem estrebarias, em que cabem trezentos cavallos, e aly lhe daõ cevada, e palha por seus dinheiros: e aos homens de comer, e beber, assi de carne, como de pescado, em seus dias, posto que sejam bem trezentas, ou quatrocentas pessoas, e darvoshaõ camas a cada hum em que conta, que for, e se quem quiserdes dormir na Igreja, darvoshaõ huma almadra q̃lha, e huũ cabeçal, e huma manta, e esto a quantos forem em Romaria, e esto assi acabado por comer, nem por beber, e nam vos demandavam dinheiro nenhum, salvo conciencia hirugeis a dita Igreja, omde estaa huma pia fechada, e alli lançaredes do vosso dinheiro, o que vos aprouver, e se o nom tiverdes, hivos vosso caminho emboora, que vos nom diram nada. Outro si por serdes certificados deste Mosteiro de como he boõ, e camanho he, sabei, que ja nelle pousou ElRey Daragaã, e ElRey de Navarra, e a Rainha, e hi dormirom. Outro si deste ha hum tiro de besta em cima, em huma pena esta hum Castellinho pequeno, e nelle estava hum frade onrado com huns tres frades, e per esta serra estaam doze Irmitas, em que estam Irmitaons, e quando homem vay pera este Castello, vay por antre duas rochas, que tem huns paos, que atravessam de huã parte pera a outra, e cordas perque se apegaã, e pera que sobem a este Castello. Outro si o Conde dormio huma noite neste Mosteiro, que foi huma Vespora de Domingo, e ao Domingo ouvio sua missa, e foi jantar, e como jantou mandou loguo sellar a sua faca, e outras bestas certas pera irem ver aquelle Castello, e as Irmidas, que estam na dita serra, e logo o Conde cavalgou, e foi darredor da serra per hum caminho, que eram duas legoas, a primeira Irmida, e em esta Irmida estava hum Irmitaõ, que era Portugues, e esta foi a

primeira Irmida honde o Conde chegou e ho Irmitaõ cheguava entam no dito Mosteiro, que fora la ouvir missa, e por sua raçam, e o Conde descavalgou, e foi ver a dita Irmida, que estava ao pee de huma muy alta penha, e tinha ahi huma . . . . . e o Conde perguntou ao Irmitam, que annos avia, que alli estava, e elle disse, que avia vinte annos, e mais, disselhe o sobredito, se fora despois a Portugal, elle disse, que si, e que estivera com Frey Mendo em Setuvel dous annos, e isto acabado vio, que aquella delleitaçam nom lhe covynha, e pedio licença, e tornou-se a sobredita Irmida, e que asi queria fazer sua vida ate que prouvesse ao Senhor Deos. Outro si perguntou o Conde quantas Irmidas estavam naquella serra, e elle disse, que eram muitas, mas que nom eram povoadas, somente doze, e que as outras eram despovoadas, porque, que quando os Irmitaens estavaõ em ellas faziamlhe os emigos muito desprazer, e tratavam-nos muy mal, e tambem estes outros assim dizem, que lhe fazem algumas vezes nojo, e o Conde lhe perguntou se lhe viera ja alguma cousa daquillo, elle disse, que estando elle huma ora naquella Orta, que vio estar em hum cabo da Orta hum cabram, e cuidou, que era algum cabraõ bravo, dos que andaõ naquella montanha, nam aa outra mençaõ senam a cabras, e cabroens, e alguns porcos muy poucos, e foi pera onde elle estava, e o cabram quando vio, que se elle hia pera elle, foi-se pera huma peña, que hi estava, e saltou em baixo, e arrebentou loguo, e lançou muy grande fumo, e fedor por tal guisa, que eu fiquei hum pouco torvado, e dantes, nem depois nunca vio nenhuma cousa, que lhe fizesse nojo, e esto assi acabado amostrou ao Conde outras Irmidas, e o caminho por honde fosse pera ellas, e foi o Conde loguo ver duas Irmidas, que estam acerca della, e huma dellas chamam Santa Caterina, e esta Irmida esta na metade de hum penedo, que foi cavado com picoens, e alli tem dentro huma Orta, que esta em terra postiça, e mais tem dentro no penedo hum poço, que foi feito com picoens, e pella peña tem feitos regueiros, que vem pera ho dito poço, porque quando chove vem agoa pera elle, e alli tem agoa de hum inverno pera outro, e assi ho fazem os outros Irmitaons, que nom tem fonte, e esta Irmida com outras algumas da dita montanhaa sam muy notavel cousa de ver; outro si, todas tem Oratorios, e altares, onde os Irmitaens fazem suas oraçoens, e assy andou o Conde vendo estas Irmidas per logares de besta, e lugares de pee, ate que chegou ao Castello, que esta acima do dito Mosteiro, e passou per huma ponte de pao, que atravessa de huma peña pera a outra peña, e neste Castello estaõ os sobreditos, que qua detras fazem mençaõ, e tem dentro sua cozinha, e paar della huma caza, em que tem seu mantimento, e paar della hum dormitorio, em que dormem, e por camas pelicas, e outras, que trazem vestidas, que cobrem, e de huma parte do Castello esta huma Irmida, em que esta hum Irmitaõ, que era hum homem muy comprido, e de boa cara, e diziam, que fora hum grande homem, e que era bom fidalgo. Outro si nesta montanha nos disseram, que jazia hum Irmitaõ, que era Alemam, e jazia

em huma lapa, que era em hum boſco, e que avia bem corenta annos, que alli jazia, que nunca dali ſahia fora, ſalvo algumas vezes certas, que hia por ſeu mantimento ao dito Moſteiro, e que tinha os cabellos da cabeça, e da barba, que lhe davam pella cinta, e as unhas das maons, e dos pees, que eram muy compridas, e eſte ermitão nam vio ninguem da companhia do Conde, e mais diziam, que fora hum grande homem dos grandes de ſua terra, e que elle viera de ſua terra com ſuas gentes, e que andara qua por eſtes noſſos Reinos, e que chegara alli aquelle Moeſteiro, e que eſtivera ally hum tempo, e dalli ſe partio pera ſua terra, e acabo de tempo perlonguado chegou ally ſoo com hum abito veſtido, dizendo, que naquellas Irmidas, que eſtaõ naquella montanha queria fazer ſua vida, ate que ho Senhor Deos quiſeſſe, e diſſerom, que como elle fora em ſua terra, que loguo ſe trabalhou de partir ſuas riquezas com ſeos criados, e Igrejas, e Moſteiros, e pera outras partes, e como teve eſto acabado partio-ſe per tal guiſa, que nom teve ninguem poder de o ſaber, ſalvo certas peſſoas, que ſabiam parte de ſeu ſegredo, e aſſi ſe partio eſte Alemaõ, e deixou a vida deſte mundo, e a delleitaçam delle por ſervir a Deos, e deſpois, que o Conde andou vendo o dito Caſtello, tornou-ſe per onde entrara, e mandou as beſtas, que hy eſtavam, que as tornaſſem darredor per onde vierom, e elle veo-ſe per derredor pella eſtrada a fundo, que dece pera o dito Moſteiro, e como foi no Moſteiro fez huma oraçam, e cavalgou, e veo-ſe dormir ao dito lugar, honde leixara ſua caza, e a ſegunda feira ſeguinte partio pera Barcelona, que ſam tres legoas, e foi la dormir, e o Biſpo, e os Doutores todos juntos, e veoos receber o Arcebiſpo de . . . . . que eſtava em hum Caſtello, que chamaõ Sam Booy, e trazia quatorze Eſcudeiros em cima de bons cavallos, e oito homens de pee, todos armados, ſſ. os Eſcudeiros armados em branco, e lanças de correr, e os de pee, ſſ. os cinco traziam ſolhas, e lanças de Xerez, e os tres traziam beſtas daço, e ſolhas, e ſuas eſpadas na cinta: e o Arcebiſpo vinha em cima de hum boom trotõ, muito fermoſo, e trazia veſtidas humas ſolhas por Roxete, e na cabeça hum ſombreiro de beveres, e aſſi veyo fallando hum pedaço com ho Conde, entonces lhe diſſe o Conde, que ſe tornaſſe pera o ſeu Caſtello, elle veyo ainda hum pouco com ho Conde, e dali ſe tornou pera o dito Caſtello, elle andava aſſi armado porque tinha tregoas antre elle, e Dom Joaõ de Pardos por tres meſes, e eſte Dom Joaõ he dos melhores, e mais fidalgos de Catalunha, e Daraguam, e mais aparentado de boõs fidalgos, e o dito Arcebiſpo o temia muy pouco, e mais por abaſtança, que ſe chegavam Gentishomens, e boõs cavalleiros de Barcelona pera elle. Outro ſi, como ſe o Arcebiſpo tornou, deu o Conde andar caminho da Cidade, e vierom-no receber ao dito caminho, ſſ. o Governador, e o Bailhe, e Cavalleiros, e Gentishomens da dita Cidade.

Aqui torna a fallar como o Conde entrou em Barcellona, ſſ. entrou o Conde na dita Cidade com os ſobreditos, que eram cento e cincoenta de cavallo por todos, e ſe mais, naõ menos eſtes eram da

Cida-

Cidade, e levarom-no o Conde com muy grande honra ate omde pousava, e como o Conde alli foi, fezerom suas mesuras ao Conde, e o Conde a elles, e aly se foi cada hum pera sua pousada, e nesta Cidade esteve o Conde seis somanas. Esta Cidade he muy rica enfindamente, e muy abastada de todalas cousas, ss. de panos tambem de coor, como de linho, e doutras muitas mercadorias, e de muito paõ, trigo, e cevada, e de muitos vinhos, e fruitas, as carnes nom som tantas, como as ha noutras Cidades, e assi som muito caras. Outro si os pescados assi som poucos a refeiçam, de como he a Cidade, e por ter porto de mar, como o tem outras Cidades, mas vemlhe muitos pescados, e boõs de Portugal, e outras mercadorias muitas, que lhe vem doutros Reinos, e muy boõ caminho, o que tem darredor. Outro si esta Cidade tem muitos, e nobres Paços, e muy nobres casarias, e a gente desta Cidade som muy bem vestidos estremadamente as molheres, que andam muy bem guarnidas de boõs panos empenados, e dellas som muy molheres de prol, e nesta Cidade estava huma molher, que era de linhajem, e era muito molher de prol, e muito fermosa, que eram della muitos Gentishomens namorados, e mais, que era muy bem rica, e pousava na praçaa de Santa Anna, que era apaa donde pousava o Conde, e avia nome, a Castelhana, estaa Cidade he de muy gram justiça, ss. de laadroens, e dos que matam por cousa, que seja, se o colhem na maõ, nam lhe quitaõ a morte por peita, nem por roguo, que ajam por elle, que loguo nom seja enforcado, e mais se hum homem matar outro, ou molher, e mate-os a treiçam, alli a porta do morto ho enforcam, e hi esta hum dia com sua noite, e mais naõ.

Outro si estando o Conde nesta Cidade aos doze dias do mes de Mayo, chegou a Rainha, e sua Irmãa, a molher do Iffante D. Anrique a esta Cidade, e o Conde ha foi receber com ho Bispo do Porto, e com os Doutores, e com todolos seos, e o Conde levava vestido hum sayo de çatim avellutado forrado de martas, e humas calças brosladas de figuras de cardos, que fio nenhum nam parecia dellas, e hum capelo muy bem chapado, e foi em cima de sua faca, que era muy bem fermosa, e levava muy bons guarnimentos, e foi o Conde assi da Cidade huma meya legoa, ate que chegou onde vinha a Rainha, e a Iffante, e quando ho Conde chegou a Rainha, ella vinha toda abafada do rostro, que nom parecia delle nada, e vinha abafada com huma enxeravia, ella quando vio o Conde junto comsiguo, descobrio o rostro, e o Conde fezlhe huma muy grande mesura, e ella outra ao Conde, e disselhe, que se fosse pera sua Irmãa, que vinha hi detras, elle foi logo para ella, e a Iffante quando o vio junto comsigo o Conde, fezeram suas mesuras, e reverencias, e vierom ambos fallando per espaço, que lhe veyo ella a fallar nas terras, e lugares de Portugal, que lhe parecerom bem, espicialmente nas terras do Conde Darrayolos, ate que veyo a fallar nas moças de Borba, e de Villa-Viçosa, que lhe parecerom bem, porque cantavam, e bailavam muy bem, e quando chegaram acerca da porta da Cidade, aguardou a Rainha sua Irmãa, e forom ambas apaar, e o

e o Conde ante ellas, e traziam x6iij Donzellas, e antre ellas nom vinha nenhum de cavallo, salvo os Moços da Estribeira, e ante a Rainha vinham dous Regedores da dita Cidade, que vinham fallando com ellaa, e outros nenhuns naõ, e quando alguns Cavalleiros, e Gentishomens cheguavam a ella, e lhe beijavam a maõ, loguo os mandava a diante, e Conigos, nem Creligos nom lhe queria dar a maõ, nem aos Regedores da dita Cidade nom lhes deu a maõ a beijar, porque diziam, que ella lhes mandara fazer algumas cousas, que elles o nam fizeram assi como ella mandara, e por esta razam estava assi anojada delles. Outro si a Rainha trazia vestidos panos pretos, e vinha em cima de huma mula, muy fermosa, e a Irmáa em cima doutra tam fermosa, e assi trouxerom a Rainha simpresmente per esta Cidade ate os seos Paços, e os da Cidade que a forom receber, seriam ate trezentos de cavallo, todos muy bem guarnecidos, e boõs cavallos, esses que eram Gentishomens, e Cavalleiros, e como forom a porta do Paço, loguo se deceo o Conde, e foi com a Rainha, e com a Iffante aos Paços, e a cabo de huma mea ora sahio o Conde, e cavalgou, e foi-se pera sua casa, e a cabo de dous dias foi o Conde fallar a Rainha, e a Iffante, e entrou pola porta, e a Rainha estava assentada em hum estrado, e como o ella vio entrar pola camara, levantou-se em pee, e o Conde lhe fez huma muy grande mesura, e ella outra ao Conde, e fello assentar acabo de si em huma almofada muito fermosa, e estiverom assentados per espaço de duas oras fallando, e isto acabado, levantou-se o Conde pera yr fallar a Iffante, e a Rainha se levantou em pee, e o Conde lhe fez sua mesura, e foi o Conde fallar a Iffante em huma camara, que estava apaar da camara da Rainha, e a Iffante vio o Conde entrar, levantou-se em pee, e fizeram suas mesuras, e fello assentar acabo de si, e ella se assentou primeiro, que elle, e estiverom fallando per espaço de tres oras, e isto acabado espedio-se o Conde, e veyo-se pera sua pousada, e assi se espedio o Conde da Rainha, e da Iffante.

Outro si a huma quinta feira, que forom xxiiij dias do dito mes, se meteo o Conde na Guale com o Bispo, e com os Doutores, e o Conde mandou ao Bispo, e aos Doutores, e aos seos Gentishomens, ss. que o Bispo nam levasse mais de cinco pessoas, e aos Doutores nam mais de senho pessoas, que os servissem, e o Conde levou comsiguo tres Officiaes, e mais nam, e no dito dia, que se o Conde meteo na Gale, jentou primeiro, e como jantou cavalgou, e elle, e o Bispo, e os Doutores, e forom-se a Ribeira, e os bateis estavam ja prestes, e descavalgarom, e meterom-se nos bateis, e forom-se a Guale, e ao outro dia seguinte partio a Guale pera colib.[s] pera aver hi de tomar sua mercadoria.

Outro si outros Escudeiros do Conde, e Officiaes, e outra gente, e os cavallos, e outros Escudeiros do Bispo, e dos Doutores, e os cavallos do Bispo leixou o Conde ordenado, que se fossem todos a nao, que estam em Sam Fileu, que sam de Barcelona quatorze legoas, e logo no dito dia se partirom os sobreditos, ss. os Escudeiros, e Officiaes, e moços destribeira, e varreletes, e cavallos do Conde,

de, e os do Bispo se partirem depois dous dias, e forom os do Conde dormir quatro legoas da dita Cidade a hum lugar, que chamram a Roca, e ao outro dia forom dormir a hum lugar, que chamaõ Esterniq. que som cinquo legoas, e ao outro dia a Sam Fileu, que sam cinco legoas, e este lugar esta assentado em huma praya, junto com ho mar, que he muy boõ porto, onde jazem naos, e carracas, e darredor nom tem terras de paõ, salvo humas poucas de vinhas, que todo o al sam charnecas, e dahi a meya legoa, e legoa ha aldeas donde lhe veẽ os mantimentos, e este luguar he muy bem murado de forte muro, e tem darredor do muro, a de fora huma alcaçova muy alta, que nom podem passar, nem entrar ao dito loguar, salvo per pontes de pao, e deziaõ, que em huma ora encheria aquellaa alcaçova dagoa, por tal guisa, que era a villa muy forte pera se defender, e esto fazem porque se temẽ dos Cossairos do mar, que nunca sayem daquella Costa, e daquelle porto, e sempre se velam tambem de dia, como de noite, e nesta villaa moraram ata dozentos e setenta fogos, e ally estivemos sete dias, e este lugar nom tem senam hum Mosteiro da Ordem de Sam Bento, no qual ouvem suas missas, e a elle pagam os dizimos, e este Mosteiro deziam, que rendia dous mil florins pera o Abbade, e pera o Convento. Outro si o primeiro dia de Junho partio a dita nao deste luguar pera aver porto Pisano, que som cento e vinte e cinco legoas por mar, e no dito dia pola menhãa fomos ouvir huma missa, que disse o Abbade de Faaõ, que era Capitam da dita nao, e disse-a no dito Mosteiro, e a missa acaabada mandou ho dito Capitaõ aos trombetas, que fossem loguo tanger pola villa pera se averem de recolher as gentes a dita nao, e loguo forom todos juntos na pousada omde pousava o Capitam, ss. os sobreditos, que o Conde mandou de Barcellona, e outros, que hi estavam, que vieram de Lixboa na nao, e eram por todos cento e vinte e quatro pessoas, ss. per os do Conde, e do Bispo, e dos Doutores, e da dita nao, e destes eram oitenta homens pera armas, e os outros eram gente meuda, e outro si o Capitaõ como vio, que eram alli todos, mandou as trombetas, e as charamellas, que tangessem pera se yrem todos a nao, e assi forom tangendo com muy grande prazer ate dentro na dita nao, e assi deram suas vellas com ho vento de viagem, e acabo de quatro oras chegamos a huma carraqua, que diziam, que era a que prendeo ElRey Daragam, sendo ella em poder dos Jenoeses, a quem foi depois tomada pellos Catellaens. Esta carraqua era muy grande, e muy temerosa, e era armada do comum de Barcellona pera fazerem guerra aos sobreditos, cuja fora a dita carraqua, e assi andava darmada, e trazia trezentos homens darmas, e vinhaã em ella dous Cavalleiros, e dous Gentishomens do Conselho de Barcellona. Outro si quando nos cheguamos perto da dita carraqua, ella se vinha a nos dereita, que parecia, que queria daar polla nossa nao, e o Mestre disse ao nosso Capitaõ, e acompanhaa, esta carraqua, que assi se vem a nos, nem nos quer fazer boa companhia, vejamos se nos podemos sair della abollynas, e a nao era boa dorça, e assi nos saimos della hum bom pedaço, e ella atras nos, e nos yndo

do aſſi com pouco vento lançou ella o ſeu batel foraa, e chegaram a noſſa nao, e pojaram dentro, e o noſſo Capitaõ os recebeo com muita corteſia, e elles diſſeraõ ao noſſo Capitaõ, que lhe mandava dizer o Capitaõ da ſua carraqua, que foſſe loguo laa, que lhe queria fallar huma couſa, que era ſeu proveito, e o noſſo ouve loguo conſelho com ho Meſtre, e com outras peſſoas certas, e acordaram, que era bem de mandar em ella tres Eſcudeiros, e logo ſe partirom, e como forom dentro da carraqua fallarom ao Capitaõ della, e ouverom ſuas rezoens per tal guiſa, que os nom leixou vir, e o noſſo Capitam, e o Meſtre vendo, que elles tardavam, e que avia tempo, que laa eram, e nom vinham, ouve conſelho com ho Meſtre, e com outros, e acordarom, que era bem dir laa o dito Capitaõ, e o Meſtre, e outras algũas certas peſſoas, e aſſi ſe forom a carraqua, elles forom muy bem recebidos do Capitaõ, e dos Cavalleiros da ſobredita, ſegundo elles depois diſſerom, e ouverom todos ſeu conſelho, dizendo o Capitaõ, e os outros ſobreditos contra o noſſo Capitaõ, e contra o Meſtre, que era bem de a noſſa nao aver conſerva, e companhia com a ſua carraqua, e todos percalços, que Deos deſſe a cada huma, que foſſe tudo partido irmammente de permeyo, e eſto porque naquella Coſta andavam fuſtas darmada, que melhor ſeriam duas vellas de conſervaa, que huma, e o noſſo Capitaõ com o Meſtre, e com os outros ouverom logo ſeu conſelho, e outorgarom, o que diſſerom os ſobreditos, e aſſi lho prometerom, e yſto acabado, eſpidirom-ſe, e vierom-ſe pera as naos.

Outro ſi antes, que o batel da carraqua vieſſe a noſſa nao, requereraõ aquelles Eſcudeiros, e gente manceba ao noſſo Capitaõ, que pois lhe aquella carraqua aſſi fazia aquella ſobrançaria, que nos leixaſſe ir a ella pera vermos quem tinha dentes pera pelejar; e que tinhamos ally muitas armas, e beſtas com que bem podiamos defender noſſos corpos, e nos traziamos trinta arneſes do Conde, e vinte e ſeis beſtas daço, e a nao trazia dez, ou doze arneſes, e folhas, e beſtas, e mais traziamos ainda cotas do Conde, e o Capitam nom quiz, que ſe armaſſem, e os que eſtavam armados, que ſe deſarmaſſem, e aſſi o diſſe, e requereo da parte do Conde, que nom tomaſſem armas pera aquelle f . . . . que ſe algum nojo, ou perda vieſſe a nao, que o Conde a livraria, e elles quando virom aquillo nom curarom de ſe fazerem preſtes, e aſſi paſſou eſta mingoa pello Capitaõ, e aſſi andou a noſſa nao, e a carraqua todo eſte dia, e neſta noite ſeguinte ouvemos muy gram tormenta de vento de levante, que tornamos por detras dezaſeis legoas a hum porto, que chamaõ Palmos, que ſom de Sam Fileu duas legoas, e alli lançaram ancora, e a carraqua tambem, eſtivemos ataa o outro dia, que foi Domingo, e deſpois de jentar tornou tempo de viagem, e logo allevantamos noſſas ancoras, e demos vellas, e a carraqua tambem, e demos a andar noſſa rota todos de conſerva, todo eſte dia, e noite, e a ſegunda feira ſeguinte, que eram quatro dias do dito mes, a dita carraqua ſe partio de nos deſcontra terra pera tomar porto, que era no cabo de . . . . . e nos por lhe mantermos verdade, e companhia fomos em

pos

pos ella pensado, que quizesse ella tornar ao maar, e depois, que nos vimos, que se ella metia de todo em todo polo porto ouve o nosso Capitaõ conselho com o Mestre, e com a companha da dita nao, que vista a deligencia, que nos fizemos a dita carraqua, e ella nom quer tornar ao maar, que era bem de seguirmos nossa rota, e assi o fizemos, e tornamos logo nossa viagem com vento amoroso todo dia, e noite, e em outros dias, que eram cinco dias do dito mes, oras de prima, sendo nos atraves do Reino de Proença vimos jazer huma nao sobre ancora apar das Ilhas Deiras, vendo como nos yamos pera ella demandar terra pera onde ella jazia, foi logo muy prestes, e levantou suas ancoras, e deu as suas vellas, e nos quando vimos, que ella foi tam asynha prestes, e nos pensamos, que se vinha prestes a nos, e logo forom muy prestes toda a gente da nao, ss. os que eram pera armas forom logo armados do pee ate a cabeça de boõs arneses, e os outros com cotas, e bestas daço, e de pao, o nosso Capitaõ nom catando com requerir ao oficio clerical, e por daar boa conta da gente, e nao a seu Senhor, o Conde tirou logo suas vestiduras acostumadas, e vestio hum arnes, e armou-se muy beẽ, e assi o disse a todos geralmente, e todos forom logo muy prestes com muy gram prazer cuidando, que aviam de pelejar, e a dita nao se foi caminho de Barcellona com muy gram medo, que ouve de nos, e que nom podiamos chegar a ella salvo tornando por detras, nam curamos della, e tornamos a nossa rota, e naquellaa noite seguinte ouvemos muy grãa tormenta, e fortuna de vento contrairo de levante, que per força nos fez tornar atras as ylhas Deiras, onde a dita nao, que fogio, jazia, e estivemos ahi em hum porto huma quinta feira, que foi dia de Corpo de Deos, e forom alguns fora a terra, que era onde jazia a nao hum tiro de pedra para catarem agoa doce, e nom acharam agoa nenhuma, senaõ lenha, e arvoredos, e ao outro dia partimos dalli com vento de viagem, e como fomos fora do porto achamos no mar tempo contrairo, e fomos tomar hum porto, que chamaã Portogaay, que he no Reino de Proença, em o qual porto estava huma caza, em que morava hum lavrador, e hi tomamos agoa doce, e feno, que lhe comprarom pera os cavallos, que vinhaõ na dita nao, ss. os do Conde eram vinte e nove, e os do Bispo outo, e assi eram por todos trinta e sete cavallos, e em outro dia seguinte partimos deste porto, e nos fora do dito porto achamos no maar muy gram fortuna de levante, e quiseramos tornar ao dito porto, e nom o podemos mais cobrar, e tornamos por detras huma legoa e meya a hum porto muy bom, e muy largo, onde estava Cidade pequena muy boa, que he do porto mea legoa, a que chamam Friull, que he no dito Reino de Proença, e esta Cidade esta muy bem assentada, e como lançamos amcora sairam huns dous, ou tres fora, e forom a dita Cidade, e os da Cidade se temiam de nos pensando, que eramos Catellaens com quem aviam guerra, e nos assi nos temiamos delles, e nos ouvemos segurança do Baile da dita Cidade, que fossemos a Cidade por mantimentos, e per esta guisa fomos a Cidade humas dez, ou doze pessoas, dizendo nos, que eramos Gualegos,

e eſta Cidade tem darredor muitas, e boas ortas, e muitas vinhas muy bem corregidas, e as portas da Cidade ſom muy fortes, e tem darredor do muro muy boa alcaçova, e portas dalçapam, perque entraam a dita Cidade, e a See deſta Cidade he pequena, mas he bem obrada, e he dabobada; eſta Cidade tem boas ruas, ſalvo, que nom ſom bem povoadas, moraram nella ataa trezentos moradores, e os demais ſam lavradores, e gente de pouca condiçaõ, e mal veſtidos, e pois as molheres, que parecem as mais feas do mundo, e o mantimento deſta Cidade he muy pouco, ſalvo o vinho, que he boõ, e bom de mercado, e de fora eſtam muitos eſteos, que ſom em longo huma meya legoa, e ſom delles deribados, e deziam, que em outro tempo vinha agoa per cima delles aa Cidade per hum cano, e que aquella Cidade fora ja duas vezes deſtruida dos Romãos, e que entam deſtroirom aquelles arcos, e agora nom vem agoa a dita Cidade per elles. Outro ſi acerca deſta Cidade eſta hum muy forte Caſtello, e bem cercado, e moravam dentro ate dez fogos, e tem dentro huma Igreja, que chamam Sam Rafaell, e aqui eſtivemos ate ſeſta feira, que forom dezaſeis dias do dito mes, que partimos do dito logo, e demos vellas com vento de viagem, e correo-nos todo eſte dia, e noite com vento de viagem, ate que no Sabado ſeguinte chegamos a traves das Ilhas de Corcegua, e ao longuo deſtas Ilhas, e huma dellas chamam Cabreira, e neſta Ilha eſta hum Moſteiro de frades, que parece do maar, que ſom ſeis legoas de Liorne porto de Piſa, e no Domingo ſeguinte polla menhãa chegamos ao ſobredito porto de Liorne, que he o primeiro logar de Italia, e neſte porto deſembarcamos, o qual he muy largo, mas em muitos lugares he baixo, naõ abrigado do vento do maar, e a direito deſte porto pello mar, a huma legoa eſta huma torre, que he pera guarda das naos quando entraõ ao porto, porque he por ally ho mar baixo onde ella eſtaa, e era ja deſtruida dos Genoeſes, e diziam, que toda a noite tinha huma lampada aceza quando os navios entrarem, que a vejam pera verem honde he o baixo, e o alto, e em eſte porto acerca das ancoraaçoens eſta outra torre, e tem em cimaa huma allenterna acendida de noite para guarda das ſobreditas, e eſta ſempre em ella hum homem, ou dous, que quando entra algum nella de dia allevantam hum ceſto na torre per aviſamento do dito loguo, e aſſi o fezerom quando nos entramos: outro ſi ſe entra Gualle allevantam hum treu talhado, e logo como a noſſa nao foi no porto antes, que nenhuma couſa, nem gente ſaiba, vieram huãs ſete, ou oyto peſſoas a noſſa nao, que eſtava ja ſobre ancora, e diſſeram donde eramos, e diſſeram, que era baixo ally donde jaziamos, e nos allevantamos logo ancoras, e fomo-nos ao alto, elles vinham mais por ſaberem donde era a nao, e por nos darem os mantimentos, e camas mais caras, e logo ſairaõ com elles dez, ou doze peſſoas dos noſſos pera fazerem avenças por camas, e eſtrebarias pera os cavallos fora da nao, e poſeram ate ſegunda feira ora de Veſpora, e com elles certos homens pera penſarem, e os outros todos ficaram na nao, ata que a Galle chegou, em que o Conde vinha, e a ſobredita chegou a hum

Sabado,

Sabado, que eram vinte dias do dito mes, e como a Galle lançou ancora ſayo logoo o Veedor, e os Doutores fora, e vierom-ſe ao dito loguo, e o Conde ficou aquella noite co Biſpo, e co Provincial, e o Lecenciado na dita Guale, e com todos ſeos Gentishomens de ſua caza, e ao Domingo polla manhãa ſayo o Conde, e veyo-ſe ao dito luguar, e deromlhe humas cazas por pouſada, que eram de hũ Conigo, que eſtaõ apaar de huma Igreja, e eſteve hi o dito dia, que foi dia de Sanhoane, e eſte loguar de Lioner, he huma villa pequena, e eſta aſſentada em huũ campo, e tem darredor boas terras de pam, em eſta villa moraram ataa cem peſſoas, e ha hi muy boas moças, mas ſam mal veſtidas, e pior as velhas. Outro ſi aqui vi huma moça bailar mylhor, que nunca moça vy bailar, e quando entram polas portas tem pontes dalçapam, as quaes de noite alçam, e em cada ponte eſtam quatro, ou cinco hoomens, que as guardaõ, que nom pode ninguem ſair fora da villa ſem hum alvara da poteſtade, e tem hum porto junto com ho muro, em que eſtaõ Guales, e navios, ſſ. as gales, e navios nam vem ali ſenam vazios, e iſto porque he pequeno, e eſtaa hi huma torre pequena, e tem de noyte alampadas aceſas, e homens, que vellaõ toda a noute, que nom pode entrar nella, nem ſair nenhuma, ſenam por recado, e outro ſi tem huma cadea de ferro, que fecha as ſobreditas vellas depois, que ſam dentro no porto, e dalli nom podem ſair, ate que as naõ desfeçã, nem outros entrarom, ſalvo per recado, e iſto fazem, porque ſe temem de muitas fuſtas, que andam darmada naquella Coſta.

Piſa.

A ſegunda feira ſegüinte partio o Conde pera Piſa, que ſom quatro legoas com o Biſpo, e com os Doutores, e pouſou o Conde em hum eſtao com todolos ſeos, que chamaõ o eſtao do capelo, que he muy grande, e bem repartido, e tem oytenta beſtas daluguer pera quem as ouver miſter. Outro ſi eſta Cidade eſta aſſentada em hum valle muy grande, e eſte valle jaz antre duas ſerras muy grandes, e o muro he muy forte, e per meyo deſta Cidade vai hum Rio ter ao mar perque vaõ navios, e barcas, e Galles a dita Cidade, e a nao nom pode hi vir porque he baixo, e eſtreito, e neſte Rio eſtaõ tres pontes, e cada ponte tem ſua cadea de ferro, que como a fuſta he dentro, logo a fuſta he fechada, que nom pode dali ſair, ate que os nom desfechaõ, e aſſi eſta tudo per recado. Outro ſi as Gualles vem vogando per ſuas pontes, e neſtas pontes eſtam homens darmas, que haõ ſoldo da Cidade pera guardarem, e per ellas paſſam as gentes de huma parte pera a outra. Outro ſi as portas da Cidade eſtam dez, ou doze homens a cada porta armados, que a guardam, e aſſi haõ ſeu ſoldo da ſobredita, e neſta Cidade eſtaõ as milhores caſarias, que ſe podem achar em Cidade, que em muitas dellas podiam pouſar dozentas peſſoas, e agora ſam as duas partes da Cidade deſtroida, porque ſam muitas caſarias, e Moſteiros, e Igrejas deſtroidas, porque quando Piſa foi tomada dos Florentins, que a

agora tem, nam faziam fenam poer fogo as cafas, que fe defendiam, e affi deftroirom efta Cidade, e a meterom a faco mano per tal guifa, que os Pifanos forom todos roubados, e fora da dita Cidade, delles matarom, e delles firirom, e os outros lançarom fora pera o termo per tal guifa, que nom ficarom hi fenam muy poucos, que os outros, que hi moram todos foõ florentins, que moraram, ata fete, ou oyto mil peffoas, onde deziam, que foyam de morar trinta mil peffoas, e efta Cidade teve Jherufalem por fi, fem outra ajuda fete annos a defpeito de todolos mouros, e vendo ella, que nom podia mais aturar pedio ajuda a todolos Reinos, elles nom a quiferom ajudar, e entonces a leixarom. Outro fi os Mofteiros, e Igrejas fam muy boõs, falvo, que fom defpovoados, que nom eftavam em cada Mofteiro fenam ate dez, ou doze frades, e outras Igrejas muy nobres, affi fom defpovoadas, e derribadas per tal guifa, que em muy poucas dizem miffa, e efto he affi perdido por mingoa de gente. Outro fi a Sé defta Cidade he das fermofas, e de boas pinturas, que fe podem achar em Cidade do mundo, e mais he toda de pedra marmore, e as mais fermofas portas, que fe podem achar em See, porque fom darame, e mais, he a See ladrilhada de lafcas, que fom de pedra marmore, e tem o milhor lavrado frontal principal, que podem achar em See, de muy fermofas pinturas, e mais tem huma Crafta muy boa, que affi he ladrilhada como a fobredita, e quando entram per huma porta da dita Crafta, a de dentro efta todo o ou tro mundo figurado, ff. como padecem os maos no Inferno, e os bons no Paraifo, e mais que o campo defta Crafta he fanto, que como enterram ahy o finado a tres dias he comefto, e yfto he certo. Outro fi nefta See eftaõ feffenta e tres Caftellos depindorados, e todos feos nomes em cada huũ efcrito, porque quando Pifa era em feu poder todos eram fogeitados a ella. Outro fi apaar da porta principal da fobredita a de fora efta huma Capella de Saã Joam fobre fi, que he toda redonda, e he dabobeda, e de pedra marmore, e jafpe, e tem a mais fermofa pia de bautizar, que eu vy, que he de feis quadras toda lavrada de pedra jafpe, e o Coro, e pregadoiro tambem affi he muito fermofo, e efta armado fobre lioens. Outro fi foi defpoftoo pelo confelho defta Cidade hum Papa, e elle os maldife, que nunca foffem a diante, e todolos feitos, em que pofeffem maõ, e des aquella ora foi Pifa as veffas ataa o ponto, que foi deftroida dos fobreditos, e efto he certo, e mais he certo, que como o Papa lança maldiçam a alguma coufa nam vay, nem antre multiplica, nem nunca vai mais a diante. Outro fi efte Papa foi depois tornado a fua onra pelo confelho dos Cardeaes, e Arcebifpos, e Bifpos, e per confelho doutras comonidades, e eftes Pifanos quando ifto virom, ouverom elles milhores homens feu confelho, dizendo elles, que aquelle Papa fora fóra da fua honra, e que elle era ja tornado a feu eftado, e que elles eram certos, que elle os maldifera, e que tinham aquella maldiçam, e mais, que elle era ja affi pofto em fua honra, que entramente foffe vivo, fempre lhes quereria mal, e que tiraria alguns fora de fuas honras, que era bem de averem feu confelho de como pode-

poderiam ser seos amigos, e ouverom seu conselho, e acordarom, que era bem de fazerem huma moeda nova, e que lha levassem em hum bacio de prata, e que lhe nom dissessem, ate que elle nom benzesse assi lhes alçava a pena, que lhes lançou, e per alli seriam seos amigos, e a moeda era douro feita em ducados, e tinha de huma parte figurada Santa Maria com seu filho no collo, que era huma moeda muito fermosa, e assi lha levaram naquelle bacio, e aprezentaraõlha, e o Papa quando a vio, lançoulhe a bençaõ, e disse, que benta fosse a terra, que fizera aquella moeda, que assi era fermosa, e perguntou, em que terra fora feita, e disseromlhe, que fora feita em Pisa, elle ficou muito espantado, e disse, que o enganaram, porque elle fora desposto por ella, e que elle a amaldissera, e que a tinha em vontade de nunca por elle ser assolta, e que lhe pesava muito polla bençaõ, que lhe lançara, porem que nunca Deos quisesse, que desdisesse, o que avia dito, e per aqui foi Pisa assolta da excomunham, que tinha, esta moeda era boa pera as maleitas, porque era boa, e benta, e alguns disserom, que nom fora valioso, porque fora contra sua vontade. Outro si Pisa foi destroida, porque nom quiz obedecer a Florença, nem a Genova, nem a Veneza, e vendo estas sobreditas cousas, que lhe nom queria obedecer ajuntaram-se contra ella, e tomaram-na, e assy foi Pisa destroida.

E ao Sabado, que forom vinte e tres dias do dito mes fezeraõ huã boa procissam com muitos jogos ordenados, e alli levaram ho Sangue de Sam Clemente, e a Cabeça de Sam Bertolameu, e forom com sua procissam ouvir missa a Sam Joaõ, e levaram dous cavallos a destro com sobre vistas de damasquim, e atras elles hiam oito trombetas, e apos esto a potestade, e Regedores, e mercadores, e outra muita gente da sobredita todos com cirios acesos nas maons, e ouvirom suas missas muy solepnemente, e esto acabado tornarom-se pera suas cazas pera jantar, e quando veyo oras de vespora forom armadas as bandeiras, e hum pano de velludo azul com huma banda douro, e alli forom os sobreditos juntos com suas trombetas, e tomarom o dito pano posto por bandeira em cima de hum boõ cavallo, e andaram assi pola Cidade, e des que ouverom acabado, poserom o pano em hum cabo da rua, e doutro cabo estava a potestade com muitos de cavallo, e de pee, e destes, que estavam a cavallo escolherom seis, e poserom-nos em har, e quem primeiro chegasse ao pano, que esse o levasse, e hia hi hum moço em cima de hum cavallo, e deraõ todos desporas aos cavallos, elle hindo na metade do caminho cahio o cavallo com elle, era ja tam amestrado, que como o moço cayo logo o cavallo deu a correr por tal guisa, que nunca nenhum dos outros lhe poude tomar a dianteira, e como chegou omde estava o pano nam quis ir mais por diante, e assi venceo o sobredito o pano: este pano foi avalliado em dozentos e outenta ducados. Outro si a porta da justiça estava huma bandeira Daragaõ, e tres da comonidade da dita Cidade, e muitos boõs panos armados omde estavam os sobreditos, e ante a potestade estava hum moço com a espada nas mãos, e tinha na cabeça hum sombreiro de damasquym vermelho todo

do bordado daljofar, e os panos, que tinha eram descarlata forrada de cendal. Outro si quando veyo ora de meyo dia passarom por hi bem dous mil homens armados em cima de cavallos, e de pee ate quinhentos, e antre elles huma bandeira de Florença, e detras della hum Capitaõ, e esta gente era toda assoldadada de Florença, que hiam sobre huma Villa, que chamam Luca, que era do Duque de Millaõ, e elles hiam pera a descercar, e vendo o Duque como rebellavaõ a elle, e obedecia a Florença, mandou la hum Cavalleiro por Capitaõ, que ha nome Nicolao Pechili com quatro mil homens darmas, e vierom-se lançar sobre ella, e a gente de comum de Florença vinham pera a descercar, que eram bem sete mil homens, e assi como forom assi se tornarom, porque ouverom medo do sobredito, que este he o milhor homẽ darmas, que ha em toda a Italia. Esta festa foi feita por dia de Saõ Joaõ, e assi foi acabada, e sesta feira seguinte partio o Conde pera Florença, que sam treze legoas, e foi dormir a hum lugar, que chamam Santa Gonda, que som seis legoas, e fomos per huma muy nobre Ribeira, que tem de cada parte muitos Castellos, e no caminho esta hum Castello, homde estava huma molher de hum Cavalleiro, e sayo a rua, e fez decer o Conde, e bebeo com ella, e todos seos, ss. vinho, fruita, e confeitos, e o Cavalleiro era com suas gentes sobre o dito luguar de Luca, e esteve o Conde fallando com ella hum pouco, e entaõ cavalgou, e foi dormir ao sobredito, e ao outro dia foi dormir a hum lugar, que chamaõ Alastro, que som sinco legoas, e neste dia veyo o Bispo de Viseu receber o Conde, que estava em Boloña, e neste lugar de Alastro esteve o Conde sete dias, he hum lugar pequeno muy bem cercado, e esta em elle hum muy boõ Ospital, em que o Conde pousou, e tem muy boas casas, e camaras, e huma salla pequena, e huũ eirado, e a quinta feira, que forom oyto dias do mes de Julho foi o Conde dormir a Florença, que som duas legoas, e o Bispo, e os Doutores todos juntos, e o Conde levava vestido hum sayo de brocado, e hum capello chapado, e levava tres pagens em cima de bons cavallos, e levavam vestido senhos sayos de velludo, e borcado, e hum delles levava huma lança, em que ouvera de hir o Estandarte, e porque o vento era grande, e forçoso nom o estenderom, e mais levavam dous trombetas, e tres charamellas, que forom tangendo polla villa ate honde o Conde pousou, e assi entrou o Conde honradamente em Florença, e foi pousar em huns Paços, que som do Marques de Ferrara, que estaõ apaar do estao, que chamaõ o estao da Coroa, e os fidalgos pousavaõ neste estao, e suas bestas, e loguo os da Cidade se trabalharom, e mandaram hum prezente ao Conde, ss. de cevada, e tochas, e brandoens, galinhas, e capoens, e patos, e muitos confeitos, e esta sobredita esta assentada em hum valle, e a sua cerca he muy grande, mas deziam, que mayor era a de Lixboa, e vay per meyo da dita Cidade hum rio. Outro si a Sé desta Cidade he muy fermosa, e muy largua, e comprida, e tem huma Capella sobre si, que he muy alta sobre a dita See, e de lá parece toda a Cidade, e seu termo, e o termo he muy povoado de mui-

muitos Castellos: esta Capella he toda a de fora de pedra marmore, e jaspe, e a Sé he assi feita, e maes tem huma escadaa, que vay a todo cima, que tem 466. degraos, e apaar desta Seê esta huma torre muito alta, e bem fermosa, e nella estaõ os sinos da See, e apaar della huma Capella de Saõ Joaõ, e he dabobada, e a porta principal esta os dous estaos taõ grossos como senhos mastros de naos, e quando homem esta apar delles ve todalas casas, que estam darredor, e a gente, que passa de huma parte pera a outra, assi como espelhos, e as portas, ss. as principaes som darame, e naquella Capella esta huma pia muito fermosa, e he toda de pedra jaspe, e marmore, e em ella bautizaõ os filhos dos mais honrados da Cidade, e outros nenhuns naõ, e estes esteos darame vieram de Jerusalem, que os trouxe Pisa quando teve os sobreditos em esta Cidade estaõ dous muy nobres Ospitaes, ss. hum de molheres, e outro de homens, e as molheres, que jazem em elle som doentes, e moças orfaãs, e ally lhe daõ todalas cousas, que ham mester a custa da Cidade, e maes dous Fisicos, e dous solirgiaens, que nom fazem em todolos dias do mundo senam pensar dellas, e no sobredito tem sua cozinha em que lhe fazem de comer, e huma Capella, em que lhe dizem cada dia missa, e estas molheres, que alli jazem seram ata cento e cincoenta, e tem doze molheres, que as servem, ss. que lhe fazem as camas, e todalas outras cousas, que ham mester, e as moças orfans, que alli jazem depois, que sam casadeiras casam-nas, e dellas poem ao officio, e depois, que sabem o officio casam-nas, esto todo a custa da sobredita. O outro Ospital dos homens assi tem todalas cousas perfeitamente, e se mais nam menos estes homens som delles feridos, e delles doentes, e dez homens, que os servem, e duas molheres, que lhe lavam suas roupas, e aquelles homens lhes fazem as unhas das maons, e dos pês, e como lhe lavam os pês fazem a Cruz nelles, e beijam-nos. Outro si quando se pessoa fina no suso dito vem os melhores da Cidade com muitas tochas, e cirios, onde jaz o finado, e levam-no com muy grande omrra a cova, e mandamlhe dizer muitas missas cantadas, e rezadas, e enterram-nos em huma Crasta, que esta apar da Capella, que esta dentro no suso dito Ospital, e o adro onde enterram estas pessoas, he santo, que antre de quatro dias som comestos, e darredor desta Crasta he toda chea de ossada daquelles, que alli enterraõ, que ha hi mais de dozentas mil cabeças de homens, e de molheres, e os que se finaõ neste Espital vam assoltos de culpa, e pena, e se se esto nom fezesse em esta Cidade, saber, que Deos a destroiria, porque se faz em ella huma muy maa cousa contra natureza, que he sumytigua, em esta Cidade havera ate 6i, ou 6ii pessoas, que guarnecem este Esprital. Outro si nesta Cidade ha bem gentis molheres, e bem guarnidas; outro si na Capella sobredita estaõ todolos Castellos da comarqua da Cidade dependurados, e as carnecerias, que tem som muy grandes, e muy limpas, e talham nellas muitas, e boas carnes.

Aos vinte e dous dias do mes de Julho partio o Senhor Conde desta Cidade pera Bolonhaa, omde estava o Papa, que som deza-

nove

nove legoas, que foi dormir a hum lugar, que chamam Sam Pedro, e ao outro dia foi dormir a Belonrras, que som tres legoas, e ao outro dia foi dormir a Belonha, que som tres legoas com os Bispos, e com os Doutores, e eram per todas cento e vinte e cinco pessoas de cavallo, e o Conde levava vestido hum sayo de brocado, e hum capello chapado, e maes levava tres pages vestidos de senhos sayos brocados de sete marcos de prata cada sayo, e em cima de bons cavallos, e com bons guarnimentos, e vieram receber o Conde a huma legoa Bispos, e Arcebispos, e outros muitos Prellados, e Gentishomens, que estavam na Corte do Papa, e forom-se com elle ate a sua pousada muy honradamente, e o Conde esteve alli tres dias, que nom foi fallar ao Papa, e aos quatro dias lhe foi fallar, e foi com elle os suso ditos, que hiam por Embaixadores, e mais o Bispo de Viseu, e o Adayaõ de Braga, e outros, e o Conde levava huma oppa brocada empenada de finas martas, que lhe dava pollos pees, e todolos seos muy bem vestidos dos milhores vestidos, que cada hum tinha, e descavalgaram a porta do Paço do Papa, e passaram cimco camaras onde o Papa estava em huma camera, e estava assentado em huma cadeira, e os Cardeaes darredor em bancos cubertos com bons panos, bem fermosos, e os Cardeaes eram estes, que se aqui seguem, ss. ho Cardeal de Ruam, e o Cardeal Camaralengo, e o Cardeal de Santa Cruz, e o Cardeal de Sam Marco, e o de Chipre, e o de Coluna, e outros, que eram per todos dez, e mingoava hi o Cardeal Dingraterra, e o de Taragona, que he hem Cateluña, e outros, e o Conde com os suso ditos fizerom suas mezuras muy grandes, e lhe beijaram a face, e a maõ, ss. primeiramente o Conde, e depois os Bispos, e os Doutores, e mais nam, e esto acabado assentaram-se em juelhos ante o Papa, e alli pos Vasco Fernamdes o Doutor toda a embaixada, que o Conde levava do muy nobre, e excellente Rey de Portugal toda em latim per mandado do Conde, e a proposiçaõ foi esta, que se a diante segue. O nosso muy omildoso, e begnino filho Rey de Portugal, e do Algarve, e Senhor de Cepta envia beijar vossa face, maons, e pees, e encomendar a vossa Santissima Santidade por quanto foi mandado o vosso muy omildoso filho mandasse a sua embaixada ao conselho geral, e quis vir primeiramente a Vossa Santidade fazer sua umildaçam por quanto foi Sam Pedro posto em pessoa de Deos, e o Papa em pessoa de Sam Pedro, e de Sam Paulo, e elle era cabeça, e mandava ate a sua Santissima Santidade, e que ante, que ao conselho geral, que a sua Santissima Santidade mandasse fazer ao seu begnino filho Rey sobredito, e que lhe enviava encomendar seos Irmaons Ecclesiasticos, e Cavalleiros, e povo meudo em sua Santidade, e logo pollo Papa foi dada sua reposta, que nom quis, que a outrem dissesse, senam elle, e disse, que elles fossem bem vindos, que elle os recebia em nome de Sam Pedro, e o seu omildoso Christaõ Rey de Portugal, que elle o tem em sua encomenda, e todolos do seu Reino, e o Senhor, e a embaixada fossem muy bem vindos, e depois a embaixada assi dada, e a reposta tambem forom os gentishomens, e beijaromlhe a maõ, e o pe dereito, e como acaba-

acabarom foi a outra gente meuda, e beijaram o pê somente, e nos absolveo de culpa, e pena, e do Inferno, e purguatorio, e esto acabado veo-se o Conde com os sobreditos pera suas pousadas, e depois foi o Conde com os suso ditos fallar aos Cardeaes a suas pousadas, e a cabo de dias foi o Conde fallar ao Papa assi com os suso ditos, e mais deziam per a Corte do Papa, que dantes, nem despois, que avia gram tempo, que nom fora Rey nenhum, nem Senhor, que lhe tam omildosamente mandasse sua embaixada, nem viera alli tamanho Senhor como elle, nem tam bem corregido, e assi tinha esta nomeada pola Corte. Outro si a proposiçam, que fez o suso dito Vasco Fernandes foi muito nomeada, e mais vierom alguns letrados ao Bispo de Viseu, a lhe mandar a preposiçam pera averem o trellado della. Outro si esta Cidade esta assentada muy bem em terra cham, e muy bem cercada de bom muro, e bem forte, e boas portas, e bem fechadas, e tem boas torres muito fortes, e a cada porta estaõ dez, ou doze pessoas darmas, que as guardam, e nenhum omem nom pode entrar, nem sair, ss. o que entra sabeẽ, que homem he, ou donde vem, ou pera onde vai, e for homem de peê, e trouxer espada, ou lança, trara na ponta da lança hum cambarco, e a espada levara atada a cruz com as cintas per tal guisa, que a nom possa tirar, e se levar besta levalaa desempolgada, empero, que o nom fazem, salvo aos da Cidade, e se o assy nom fezerem averam pena de justiça da Cidade, e esto he porque o Papa hogera a guerra com o Duque de Millaõ, porque os mais da Cidade tem co o Duque mais, que co o Papa, por tanto fez o Papa esta ordenaçam na suso dita. Outro si estaõ nesta Cidade tres torres muy fermosas, e muy altas, e huma dellas chamam a torre da guarda, que a vem a dez legoas, e deziam, que aquella era a mais alta torre, que avia em Italia, e esta Cidade tem muy bom termo de paõ, e de vinhos, e per hum cabo desta Cidade vai hum rio dentro, que vai ter a Veneza, que som trinta legoas, e estaõ em elle muitos moinhos, e mais humas cazas, em que esta huma rodaa em que fiam seda, que tem mais de duas mil debadoiras, e mais de dez mil fusos, que huns nom fazẽ senam torcer, e outros a fiar, e outros a dobar, e como quebra algum fio, loguo entendem, e isto todo per artefício dagoa, esta rodaa he daltura, que do peê ata cima tem quatro sobrados, e em huma casa doutro caboo esta huma serra, que serra os paos por grossos, que sejam, e doutra parte esta outra casa em que moem todalas especias, e a fundo desta casa esta outra, em que moem espadas, e alimpaõ armas, e todo se faz per engenho dagoa, e esto era huma cousa fermosa de ver, e diziaõ, que o Mestre, que isto fezera, que era ja finado, e que entendia, que em toda Italia nam avia tal Mestre como elle.

Aos dezasseis dias do mes Dagosto, que foi dia de Santa Maria, foi o Papa dizer missa a huma Igreja, que chamam Sam Patronio, e esta Igreja esta na praça junto aos Paços do Papa, a porta da Igreja sera quanto hum homem possa lançar huma pedra, e deste espaço suso dito tudo eram homens darmas, que fizeram huma rua per onde hia o Papa pera a dita Igreja destes homens darmas seram ate cen-

to e trinta, e outras pessoas nenhumas nom leixavam entrar antre si, porque se temiam dalgumas pessoas de fazerem alguma traiçam ao Papa, e esto assi ordenado sayo o Papa com Cardeais, e Arcebispos, e outra muita clerezia, e passou por antre aquelles homens darmas, e assi entrou na Igreja, e começou de dizer missa em Pontifical, e deulhe agoa as maons hum Doutor de Castella, que estava hi por Embaixador, e quando veyo a offerta deulha o Doutor Diogo Affonso, que vinha com o Conde, e quando quiz allevantar o Corpo de Deos, deulha hum Embaixador de Veneza, e depois, que consumio deulhe a agoa, e o vinho hum Embaixador do Duque de Millaõ, e assi foi sua missa acabada, e os cantores que tinha eram mui boõs, e concordavaõ todos, e esto acabado veyo-se o Papa pera seos Paços com os suso ditos, e huma Cruz ante elle, e o Papa levava huma Capa douro vestida, e da parte direita levavam-no o Cardeal de Chipre, e da outra parte seu sobrinho, que assi he Cardeal, e Cãmaralenguo, e a fralda lhe levava hum Embaixador de Millaõ, e assi veyo o Papa pera seus Paços per antre os homens armados, e dous homens de cavallo, que faziam praça, e logar per onde o Papa fosse, e assi foi guardado, ate que foi nos suso ditos. Outro si quando o Papa estava na missa em Pontifical poseromlhe na cabeça huma Mitra, que deziam, que valia sete mil dobras, e a quantos estiverom a missa lançou o Papa a bençaõ, e deulhes quinhentos dias de perdaõ.

E depois disto aos dezasseis dias do mes de Setembro forom feitos per toda a Cidade muy grandes relampados, que alumiavam assi como se fosse dia per tanto, que cuidavam os que esto viam, que era fogo, que caya dos ceos, e sabei, que tangerom os sinos per toda a Cidade, e toda a gente avia muy gram pavor, mas esto nom durou muito, que loguo nom viesse agoa, e per virtude de Deos, e dos sinos, logo cessou aquella tormenta, e foi significaçam de hum sinal, que foi em outro dia seguinte, o qual sinal foi, que se a diante segue: Vierom novas ao Papa, e a Cidade, que ho Conde Francisco, que estava da Cidade tres legoas, e que prendera o potestade, e Petri Joam Paulos, que eram Capitaens do Papa, e Gatamelada, seu parceiro, que tambem era Capitam, que hiam todos com muita gente darmas buscar o Conde Francisco, pera o prenderem, e trazerem ao Papa preso, e sabei, que o Papa o mandava prender por lhe tomar humas terras, que lhe elle dera, que diziam, que eram da Igreja, e mais diziam, que o queria mandar matar, porque lhe queria obedecer, e dar as terras, que lhe elle dera de juro, e de erdade, e saber, que o Papa lhe devia bem duzentos mil ducados, e esto era de soldo, que avia daver delle polo defender do Duque de Millaõ com quem avia guerra, e esto fazia o Papa por lhe nam dar o soldo, que lhe devia, e polo tirar da sua honra, e sabei, que sempre lhe foi obediente, segundo dizia a gente per a Cidade, ainda mais por se mostrar, que lhe era obediente desque prendeo este potestade, e Capitaens, elle mandou dizer ao Papa, que se nom temesse delle nenhuma cousa, que elle obedeceria sempre a elle, e que estava prestes pera lhe obedecer se elle quisesse, e que

sempre

sempre fora, e era seu amigo, e que em elle prendendo estes suso ditos, que lho nom tivesse a mal, que elle queria segurar sua vida, e que lhe pedia, e roguava, que elle perdesse saudade ao potestade, que elle entendia de o mandar cedo com embaixada a Deos Padre, mas que Deos Padre, mas que dos outros, que lhos enviaria se elles pera la quisessem ir, e sabei, que ao potestade mandou dar bem seis, ou sete trautos de corda, que lhe contasse a verdade da traiçam, que lhe quizera fazer, e do que lhe a potestade disse nom foi decrarado, nem o souberom, e assi estava ao tempo, que o Conde partio desta Cidade, e os outros, foi certo, que lhe disse o Conde Francisquo, que se fossem emboora pera onde lhes aprouvesse, e sabei, que alguns deziam pola Cidade, que disseram elles, que queriam andar com elle, e sabei, que o Conde quando os tomou, que assentou comsiguo a sua mesa Petri Joaõ Paulos, e Guatamelada, seu parceiro, e ao potestade derom de comer com outros muito mais somenos, e outros disserom, que comera com os rapazes por o desonrarem, dizendolhe o suso dito sabes bem tu tredor, que nom as mister outra honra senam esta, que eu te tirei duas vezes da forca, em que tu estavas com o baraço no pescoço, que mandava poer Micer Pichiline, Capitaõ do Duque de Millaõ, meu sogro, e por este bem, que teu fiz me trazias tal traiçam, e pera me fazeres perder minha vida, mas tu sabe de certo, que o que tu querias fazer a mim, isso quero eu fazer a ti.

Ora leixa o Conde de fallar desto, e torna ao Papa, que ouve gram medo do Conde Francisco, e em como mandou chamar o Conde Dourem, que hi estava na sua Corte com embaïxada delRey de Portugal com muy gram pressa.

Diz o conto, que o Papa temendo-se muito do Conde Francisco, que lhe faria alguin nojo, e que lhe poderia entrar pola Cidade, e que lha poderia filhar, e esto senam porque entendia, que a gente da Cidade o ajudaria, porque lhe queria gram bem, nom toda a Cidade, mas gram parte della seriam em sua ajuda, se se elle trementes quisesse, e sabei, que se o Conde Francisco o quizera fazer, que elle o fizera, mas nam lhe quis fazer nojo nenhum, e elle temendo-se deste suso dito mandou chamar o muy nobre, e discreto Dom Affonso, Conde Dourem, Neto do muy nobre Rey D. Joaõ, Rey, que foi de Portugal, e Neto do muy nobre Conde D. Nuno Alvares Pereira, que ora he santo, segundo achaõ polos grandes millagres, que Deos por elle faz alli onde elle jaz no Mosteiro de Santa Maria do Carmo em Lixboa, sobrinho do muy nobre Rey Dom Eduarte, o qual Senhor Conde Dourem, vendo, que o Papa assi o mandava chamar, logo como filho obediente sem outra detença cavalgou co Bispo do Porto, e co o de Viseu, e os Doutores, e sabendo, do que o Papa co elle fallou, que o nom souberom, salvo algumas pessoas certas, porem, que todos presumirom sobre o que fora, pello que se loguo seguio, e disserom, que o Papa lhe roguara, que por aquella noite, que lhe mandasse daquella sua gente, que tinha ao seu Paço pera ajuda de o defender do Conde Francisco, se

vieſſe a Cidade, e a entraſſe, e porque elle muy bem ſabia, que trazia a milhor gente do mundo, nem que pera mais era tanta por tanta, e ainda, que foſſem duas tantas, e eſto ſabia elle muy bem, pollos feitos, que ouvia dizer das gentes, e da terra donde o dito Senhor Conde Dourem era, e nom era ſem razam qua ſabede, que as gentes daquella terra donde o Senhor Conde era ſom ſem nenhuma duvida os mais leais contra ſeu Senhor ſobre todalas gentes do mundo, e ainda ſaõ pera muito, e muy ſaguazes em ordenar ſuas batalhas, quando lhe amaõ bem, e ainda ſabede, que ſom gentes de muy boa razam, e de muy bóo ſiſo, e que nom queriam aver guerra com nenhuns chriſtaons, ſalvo com os infieis mouros, e eſto por exalçamento de fee Catholica.

Ora leixa o conto de fallar do Conde em como foi ao mandado do Papa, e torna em como ſe veyo pera ſeus Paços, em que pouſava, e lhe mandou das ſuas gentes, que elle trazia.

Diz aqui o conto, que o muy nobre Senhor lhe mandou dos ſeus bem trinta homens muy bem armados com muy boas cotas, e beſtas daço, e ſuas eſpadas cintas, e ſabede, que as cotas eram de toda boca, e o Biſpo do Porto, e o Biſpo de Viſeu lhe mandaram dez homens muy bem corregidos com ſuas eſpadas cintas, e ſenhos arcos de frechas, e aſſi, que forom por todos quorenta homens muy bem corregidos, e aſſi dormimos aquella noite nos Paços do Papa, e eſtiverom por mayor guarda, que era ate a Camara do Papa, e em outra Camara junto conoſco eſtavam huns poucos de Ingreſes muy bem corregidos com ſuas armas eſtremadamente com ſeus arcos, e elles quando nos virom vierom-ſe pera nos dizendo, que nom queriam eſtar ſenam conoſco, porque eramos Portugueſes, e que eramos ſeus Irmaons, e aſſi nos chamaõ, e aſſi eſtivemos toda aquella noite todos.

Ora leixa o conto de fallar de como ho Senhor Conde mandou os ſeus homens guardar o corpo do Senhor Papa, e torna ao auto, que fez o Doutor Diogo Affonſo em Bollonha em huma Igreja, que chamam Sam Patronio, que he junto com os Paços do Papa.

Sabei, que aos treze dias do mes de Setembro fez o muy nobre, e diſcreto Doutor Diogo Affonſo, que vinha em companhia do muy nobre Senhor Conde Dourem com embaixada do muy nobre Senhor Rey de Portugal hum auto muito ſolepne de Concruſoens, as quaes forom em Lex, e em Decretaes, e em outras artes liberaes, e ſabei, que em aquelle dia a tarde foi poſto em huma muy alta, e nobre cadeira, e ſeu livro ante ſi, ſegundo he coſtume dos eſcollares, e Lentes, e eſtavam acerca da cadeira muitos bancos cubertos de muy nobres bancaes pera averem de ſentar Arcebiſpos, e Biſpos, e outros Prellados, e peſſoas a elles iguais, e ſabede, que forom ahi muitos, e mui nobres, e bem entendidos eſcollares, e Doutores aa maravilha, ſegundo dizia pela Corte do Papa, ſabede, que eſtando elle na cadeira vierom eſtes Biſpos, que ſe ao diante ſeguem, que eram os mais letrados, que o Papa trazia, ſegundo, que ſe dezia pola Corte do Papa, que per nome eram chamados Ambianeſes, e outro

outro Espelanteses, e acerca destes hum Embaixador de França, e disse o Bispo de Viseu, e outros muitos Doutores, e Prellados ao suso dito, que fallasse hum pouco mais alto, e começaram todos a oulhar, que era o que arguya o sobredito, e o Doutor des que os vio todos estar assentados, começou per seu latim de parlar, que ainda, que fosse hum Anjo Angelical, que dos Ceos as gentes o latim viesse decrarar, nom poderia parecer milhor, e des que o Doutor acabou de prepoer seos argoimentos o Bispo daquelles, que mais cerca delles seya, que era o mais entendido, e de mayor nobreza, e começou de dizer sub reverencia muy nobre Doutor, eu quero desfazer os vossos argumentos, e pollos em pouco valor, e logo começou darguir muy fortemente, que a todos parecia, que debetar o Doutor, e desbaratar, e em cima todas rezoens ouve-se de callar, e o Doutor começou contra o Bispo darguir em tanto, que fez suas rezoens boas, e conclusoens muy verdadeiras, e quando o Bispo esto vio começou de embruscar, e nom lhe soube mais responder, e ficou alli vencido em aquelle luguar, e quando veyo o outro ho outro Bispo, que estava acerca daquelle isto vio começou per seu latim muy alto de arguir, que as gentes se maravilhavam mais daquelle, que do outro, e des que começou seus argumentos a fazer o ouve muy bem descuitar, ate que ouve de acabar suas rezoens, des que acabou o Doutor começou de muy pasamente o seu de fallar, que as rezoens do Bispo ficaram em muy pouco sobre o que forom postas, e sabede, que depois destes Bispos veyo hum Embaixador de ElRey de França, e começou de arguir por seu latim, que parecia, que era Rousinol, que no Mayo bem canta, e este esteve por espaço de huma hora com ho Doutor em argumentos, e isto fazia elle pollo abater, e por cuidar, que nom soubesse elle resumir todo o que elle alli lhe ouvesse de recontar, e sabede, que tanto ouve darguir, ates que ouve de callar, e que cansavam ja, e quando o Doutor vio, que mais nom podia arguir, disse o Doutor muy umildosamemte, prazavos Senhores de me averdes descuitar. Sabede, que este muy, e discreto Barom muy mal trouxe seus arguimentos a conclusaõ, e alli trouxe, e começou dargoir, que nom avia homem no mundo, que tomasse prazer do seu bom razoar, e sabede, que aquelle Embaixador assi ficou vencido em aquelle lugar, e sabei, que outros muitos Doutores, e bons Bachareis, que logo começarom darguir, e desputar com o Doutor, e elle a todos responder, e ouve de darem cabo com todos vencidos, e ouveram a ficar as conclusoens do Doutor muito lhes convevo abonar, e disseram, que bento fosse o dia, em que ao estudo se fora assentar, que tantas boas cousas como elle sabia em a sua cabeça forom assentar, e todos disserom, que nom pensavam, que tal homem taõ letrado avia em Portugal, e todos quantos hi estavam, todos lhe este louvor derom, o qual foi de feito segundo o que disserom, e grande louvamento ao Reino de Portugal, e assi foi acabado este acto, que o suso dito fez. Outro si o Senhor Conde esteve nesta Cidade dez somanas, e a praça, que tem he muy boa, e he toda ladrilhada de tijollo, e junto com a porta do Paço do Papa vendem

vendem pam, e fruita, e carnes, e ovos, e marcaria muita infinda, e ſabei, que vem alli as mais gallinhas, que podem vir em nenhuma Cidade.

Aos onze dias do mes Doutubro partio o Conde deſta Cidade pera Baſilea, onde eſtava o Concilio geral, que ſom cento e vinte legoas, e foi dormir a huma Cidade, que chamaõ Modena, que ſom outo legoas, e em eſta Cidade eſteve o Conde nove dias: eſta Cidade he tamanha como Evora, e he o primeiro lugar do Marquez de Ferrara, e aqui ordenou o Senhor Conde todolos ſeus como levaſſem armas, ſſ. os fidalgos levam peitos, e brocães, e arnes de pernas, e os guãtes, e mais nam, e os ſeus Pages lhes levavam as faldras, e os rebuços, e os barretes, com ſuas . . . . . . e aſſi os outros Eſcudeiros do Conde, que tinham vareletas, e os Eſcudeiros dos fidalgos levavam todo o arnes comprido as faldras, que lhe levavam os vareletes de ſeus amos, e officiaes levavam cotas, e lanças, e delles levavam beſtas daço com ſeus coldres cheos de virotões tambem moços deſtribeira como todolos outros, e aſſi forom todos ordenadamente em alguns lugares, que eram villas chegavam o Senhor Conde, que lhe cerravam as portas da villa, e nam lhe queriam abrir, ate que nom vinha o recado da poteſtade, e eſto era porque ſe temiam das gentes darmas, que andaõ ſempre em guerra, e a quinta feira, que forom dezanove dias do dito mez foi o Conde dormir a huma Cidade, que chamaõ Rejo, que ſom ſeis legoas, e ao outro dia foi dormir a huma Cidade, que chamaõ Parma, que he o primeiro lugar do Duque de Millaõ, que ſom ſeis legoas, e ao outro dia foi dormir a hum Caſtello, que chamaõ Burgo de Sam Donis, que ſam ſeis legoas, e eſteve hi Domingo, e a ſegunda feira foi dormir a hum luguar, que chamam a Pontemu, que ſom ſeis legoas, e ao outro dia foi dormir a hum lugar, que chamaõ o Caſal, que ſom quatro legoas, e achamos no caminho huma Cidade, que chamam Prazença, e o Conde nom quis ir por ella porque moriam nella, e foi per derredor, e paſſou hum Rio muy grande quanto hum homem poder lançar huma pedra, e paſſam per elle carretas carregadas de vinho, e de paõ, ſſ. quando a carreta chegua ao porto vem loguo alli muy preſtes huma barca, e he feita per tal guiſa, e per engenho, que aſſi como a carreta vem carreguada aſſi a metem na barca, e os bois poſtos, e apeirados a ella aſſi como vem pollo caminho aſſi a poem em terra; a eſte Rio chamaõ o poo, e em eſta Cidade jaz Santa Clara, e outros Santos, e muitos, e ao outro dia foi dormir a huma Cidade, que chamaõ Lode, que ſam ſeis legoas, e ao outro dia, que foi huma quinta feira, que forom vinte e outo dias do dito mes foi dormir a Cidade de Millaõ, que ſom ſete legoas.

Millaõ.

Eſta Cidade he muy grande, e muy rica, e abaſtada de todalas couſas como outras Cidades, ſalvo de peſcados, que nom ha como em outras algumas Cidades, mas acharam nella outras muitas couzas,

zas, que nom acharam assi em outros luguares tam perfeitamente, nem tam bom mercado como em ella, e sabei, que a Seê, que tem, que he muy grande, e muy largua, e bem fermosa se for acabada. Outro si a armaria desta Cidade he huma muy fermosa cousa de ver, e muito notavel, e sabede, que nesta Cidade esta hum Mestre, que he Armeiro, e tem dozentos officiaes, que todos lavram pera elle por seus dinheiros, e chamaõ-no Misalha, e assi outros Mestres, mas nom tem tantos officiaes: ora vos torno a contar das aves, que aqui forom juntas por dia de todolos Santos, ss. de patos, que vierom a praça forom apodados a tres mil, e se mais nom menos, e muitas gualinhas, e capoens, e outras aves muitas, que lhe nom puderaõ dar conto, e de todo esto bom mercado, e muito pam, e vinho, e bom mercado, e todas estas aves vem a esta Cidade por prema por este dia de todolos Santos. Outro si foi o Conde ouvir missa hum Dominguo, que forom trinta dias do dito mes a hum Mosteiro onde jaz Sam Pedro Martel, e amostrarom ao Conde sua Cabeça ella esta em hum feito como pregadoiro, e tem em cima hum curucheo, com que esta cuberta, e he de taboas, e quando a querem amostrar alçaõ aquelle curucheo per engenho, e fica assi descuberta, mas naõ de todo, porque tem darredor, e de cima assi como ser huma gavolla, e tudo de vidro, e esto he assi feito, porque nenhum nom possa tocar a cabeça, e se alguem quiser tocar algumas Relliquias danas a hum frade, que lhas toquem, e o frade tocas naquelles vidros, que assi som alli tocados como o fossem na Cabeça, e assi tocaram hi alguns do Conde, e estaõ muitas Relliquias, e a Cabeça tem a cutillada, que lhe deram tam fresqua, como em aquelle dia, que lhe foi dada, e bons cabellos, que tinha, e isto assi visto foromlhe amostrar ho Moymento homde jaaz o Corpo, e este Moymento he assi cuberto como a Cabeça, salvo nom tem assi vidros, mas tem grades darredor, que nom podem bem chegar com a maõ a elle, que sam de ferro, e he dos fremosos moymentos, que se no mundo podem achar, e como se o Conde dalli partio, loguo foi cerrado, e a Cabeça tambem.

Ora vos torno a contar do Castello do Duque, que he muy forte, e cercado dagoa, e ha guaiva serra daltura tres lanças darmas, e dancho cinco, e de dentro do Castello tem outra cerca cercada com agoa, e com sua alcaçova muy forte, e de dentro tem mais de quarenta homens, que guardam o Duque, e nunca dahi sayem, salvo per licença, que haõ de seu Capitaõ, e hi comem, e bebem, e hi ham seu soldo, e assi esta guardado o Duque neste Castello, e quando o Duque quer hir correr monte, saise de noite com hum homem, de que se elle fia, e saise per tal guisa, que o nom vee ninguem, nem o sabe, salvo algumas pessoas certas de quem se fia, e mete-se em hum barco, e vai-se por hum rio a hum Castello, que tem, que he da Cidade sete milhas, que som duas legoas, e huma milha, este Rio nom he mais senaõ per quanto vai o barco ao suso dito, e apar deste Castello tem o Duque hum parque cercado, em que corre monte, e caça, e deziam, que avia em elle tres legoas, e alli

e alli dentro andaõ porcos, cervos, corços, lobos, e rapozas, e perdizes, lebres, e outras alimarias muitas, elle tem este parque coutado, e quando se elle sai, e vai soo, manda as suas gentes, que se vam dantes, ou despois, ou assi como lhe a elle apraz, e assi o fazem. Outro si a este Castello foi o Conde fallar ao Duque, e vierom-no receber ao caminho quanto podia ser huma legoa muitos Cavalleiros, e Gentishomens, e outra gente muita, e levaram assi o Conde muito onradamente ate o Castello onde estava o Duque, e quando o Conde chegou a porta do Castello vierom-no receber Cavalleiros, e Gentishomens, que estavaõ com o Duque, e os que hiam com o Conde, e levarom-no assi onradamente a huma Camara onde estava o Duque, e o Duque sayo da Camara a recebello, e o Conde lhe fez huma muy grande misura, e o Duque outra a elle, e entam o tomou o Duque polla maõ, e o Inigo polla outra, e chegaram-se todos tres a huma janella, e os Cavalleiros, e fidalgos darredor estiverom assi fallando por espaço de huma ora e meya, ate que veyo hum effrolico, e disse, que ja nom eram oras pera fallarem mais, entam se espedio o Conde do Duque, e estando o Conde a cavallo veyo o Duque a hum eyrado, e fez huma misura ao Conde, e o Conde outra a elle, e entaõ levaram aquelles Cavalleiros, e Gentishomens o Conde aquelle parque onde o Duque corre montaria, que sera hum quarto de legoa, e o Duque tinha ja mandado aos seos moços do monte, que tivessem emprazados dous, ou tres porcos pera o Conde, e elles assi os tinham, e como o Conde foi no monte logo poserom a vozaria per tal guisa, que logo fizerom vir hum porco honde estava o Conde, que estava em hum campo no cabo do monte, e vinha com o porco a mais fermoza vozaria, que se podesse achar, que viriam com elle bem cincoenta sabujos, e como o porco chegou onde estava o Conde fez parada com os caens, e acutilou-os muy bem, e foi logo alli muy prestes hum moço do monte com sua lança nas maons, e aguardou-o a guisa de bom homem, e deulhe huma lançada per antre as espadoas, e entrou huma lança ata huma Cruz, que trazia no alvado, e assi andou hum pedaço ate, que o derribaram os caens, e assi foi esta montaria acabada, porque era jaa tarde pera se vir o Conde, e por esso nom quiserom mais correr monte, que ainda hi avia mais porcos emprazados, e os moços do monte traziam jornes de cremezim, e juboens de velludo, e calças de quartos brancos, e pretos, e verdes, çapatos de corda, e em suas cabeças carapuças de quatro Castellos, e assi corriam seu monte, e isto feito se veyo o Conde a Cidade. Outro si o Duque he assi do corpô como Joaõ Portela, o que mora em Couna, e assi tem o rostro, e o corpo, salvante as pernas, que tem mais delguadas.

E ao Dominguo polla manhãa mandou o Conde o porco ao Duque em prezente em huma carreta, e traziam-na quatro trotoens muy fermozos, e mediram este porco na salla do Conde, e acharam, que era de doze palmos. Outro si mandou ho Duque hum prezente, ss. de cevada, e gallinhas, e vinho, e malvasia, e em esta Cidade

dade esteve o Conde onze dias, e a segunda feira, que forom onze dias do mes de Novembro foi dormir a hum lugar, que chamam Majéta, que sam sete legoas, ao outro dia foi dormir a Cidade de Maguça, que som quatro legoas, e ao outro dia foi dormir a Sam Jermó, que som sete legoas, e ao outro dia foi dormir a Cidade de Broca, que som outo legoas, e nesta Cidade deram ao Conde vinho de onze annos, e delles disserom, que beberom vinho de vinte e hum annos.

Outro si quando o Conde partio de Nugea, que foi dormir a Sam Germó achamos no caminho huma Cidade, que chamam Versselha, que he o primeiro lugar do Duque de Saboya, e antes, que o Conde chegasse a esta Cidade hum pedaço veyo hum Cavalleiro, que era Castellaõ, que estava naquella Cidade pollo Duque, que era a potestade da suso dita, e foi receber o Conde a huma meya legoa da Cidade com outros Gentishomens da suso dita, e vieram com o Conde ate a porta da Cidade, e o Conde nom quizera ir per dentro, elles lhe pediram por merce, que fosse per dentro, e assi passou o Conde per esta Cidade, e nesta Cidade avia muitos officiaes de muitas maneiras, e assi forom os sobreditos com o Conde ate fora da Cidade quanto podia ser dous tiros de besta, e alli fezeram suas ao Conde, e o Conde a elles, e dalli se tornaram pera a Cidade, e deu o Conde a andar seu caminho.

E desta Cidade de Broca foi dormir a Bar, que som tres legoas, e este luguar nom tem mais de huma rua, e esta assentada antre duas serras, e per fundo della vay huma Ribeira, que vai muy rija, e sabei, que quem vier por este luguar quer de pee, quer de besta nam pode por alli passar senam per hum caminho, que nom he mais larguo, senam huma braçada, e dalli nom a passagem senam a lx. legoas, e isto he senom, porque som tudo muy grandes serras, e achamos por este teraõ de Saboya, e Dalemanha quanto podia ser bem cincoenta legoas, que som homens, e molheres, e moços, mas nom som assi todos, mas estes som os mais poucos, que nom sejam papeiros, que som os papos tamanhos, que lhes nom parecem os pescoços mais a huns, que a outros, e perguntamos, de que se lhe faziam assi aquelles papos, e elles deziam, que se lhe faziam dagoa, que bebiam, e delles diziam, que era a sua natureza, e geraçaõ, e as molheres tambem moças, como velhas, que achamos no caminho, que andavaõ guardando seu guado todas andavam em cabello, ellas eram muy feas com os papos, que traziam, e com os cabellos, que lhes davam pollos hombros, e andaõ mal vestidas, e nam as achamos assi andar, senam por espaço de trinta legoas, ou corenta, e as outras andavaõ doutra guisa. Outro si estas suso ditas quando nos viam vir pollo caminho assi armados como hiamos fogiam pera as serras, e pera suas cazas, porque aviam medo de nos, e ao outro dia foi dormir a huma Cidade, que chamam Osta, que som doze legoas e meya, e esteve hi ao outro dia, que foi Dominguo: esta Cidade jaz em huma Ribeira antre duas serras, e he pobre Cidade, e pequena, e ao outro dia, que foi segunda feira foi dormir ao pee da monta-

nha a hum luguar, que chamaõ Burguo de Sam Martim, que ſam quatro legoas, e quando o Conde chegou a eſte Burgo nam jazia neve ſenam muy pouca, e quando veyo ao outro dia, que foi terça feira nam podiaõ os homens ſair das cazas com neve, que nevara aquella noyte, e quando o Conde iſto vio, duvidou de poder paſſar a montanha, e os da terra diſſeram, que ſenaõ paſſaſſe aquelle dia, e nevaſſe mais, que era duvida de paſſar di a hum mes, ou dous, ſegundo elle hia com tanta gente, entaõ mandou o Conde, que foſſe loguo o jantar preſtes, que iria logo comer, e aſſi foi logo preſtes, e como jentaram tomarom loguo os que ſe forom diante homens da terra, que ſabiam, e forom-ſe com elles, ate que paſſaram a montanha, e davalhe a neve pollas cilhas, e a loguares pollas eſpadoas as beſtas, e aſſi fizerom eſtes dianteiros o caminho, e quando ho Conde partio do ſobredito aſſi levava homens per guia: eſta montanha he tam alta de ſobir, que ſe decerom muitos, ſalvo o Conde, que nunca ſe deceo da beſta em que hia, em todo o cima deſta montanha eſta hum Moſteiro, que chamaõ Sam Bernardo, e em elle eſtaõ quinze frades, e haõ x6 ducados de renda, eſtes frades nom fazem outra couſa ſenam ter alli mantimentos, e camas pera quantos forem, e vierem, e iſto todo pollo amor de Deos, e tem eſtufas muy boas, e bem quentes pera todos, e ſabede, que muita gente paſſa por aquella montanha, que ſenom achaſſem alli aquelle Moſteiro, e aquellas eſtufas aſſi quentes, como eſtaõ, que morreria muita gente, e de ventura ſeria o que eſcapaſſe quando muito neva, e ſabei, que alguns quando chegaõ a eſte Moſteiro vem ja tam entanguidos de frio nas beſtas, que ſe nom podem decer, e antes os decem, e levam-nos a eſtufa, e alli aquecem, e taes paſſaõ por eſta montanha, que lhe caem os dedos das maons, e dos pees com frio, e eſto he certo, e ja ſe aqueceo, que acharaõ hi homens mortos, porque quando faz vento, cae a neve das peñas, e vem-ſe polla Coſta abaixo, e faz hum novelo tamanho como huma cuba, e quantos acerta, tantos mata, e ainda, que ſe queiram guardar nom podem, e iſto he porque nunca a vem ſenam des que he junto com elles, e delles nom ſe podem guardar, porque nam tem pera onde, porque he a neve taõ alta, que ſe ſe meteſſem em ella nom poderiam ſahir della, e o caminho he dancho como dum covado, e neſta ſerra ha tres legoas, ſſ. huma legoa e meya per ſobida, e outro tanto per decida, e eſte caminho com eſte Moſteiro fez Anibal, que ordenou em eſta montanha. Outro ſi o Conde chegou a eſte Moſteiro, e eſteve hi hum pedaço, e os ſuſo ditos davam de comer, e de beber, ſſ. a cada hum, em que cantidade hera, que elles tem alli aves, e vaca, carneiros, e marrans, e outras carnes, e depois, que alli forom acerca todos juntos naquelle Moſteiro onde eſtava o Conde, deu logo a andar o Conde ſeu caminho polla montanha abaixo, e diſſe aquelles, que hiam junto com elle, e que era bem de ſe decerem, porque era o caminho muy fraguoſo, e delles ſe deceraõ, e delles naõ, os que ſe decerom tambem a ſubida, como a decida delles levavam arneſes, e aſſi andavam por aquella neve, que era huma muy gram pena, e traba-

trabalho, e assi passaram esta montanha, e como forom em todo fundo da montanha cavalgaram, e os que hiam a pee, e tornaram-se as guias, que hiam com o Conde pera suas cazas. Outro si neste caminho desta montanha estaõ Cruzes de pao, porque quando a neve he muita tem tapado todo o caminho, e per aquellas Cruzes sabem per onde vai o caminho, e neste dia foi o Conde dormir a hum luguar, que chamaõ o Burgo de Sam Rumi, que sam sete legoas, e ao outro dia foi dormir a hum lugar, que chamaõ Martinel, que som tres legoas, e ao outro dia foi dormir a hum luguar, que chamaõ Sandelocim, que som tres legoas, em este luguar jaz Sam Martinho, e ao outro dia foi dormir a hum lugar, que chamaõ Nives, que sam sete legoas, e achamos no caminho huma villa nova, que se começa hum laguo, em que ha sete legoas em ancho, e dezasete em longo, e he muy bem povoado de huma parte como da outra de villas, como de castellos, e duas Cidades muy boas, a hũa chamaõ Lousa, e a outra Ginebra, e todos estes luguares som do Duque de Saboya, e ao outro dia foi ho Conde dormir a suso dita Cidade Lousa, que som duas legoas, e os ditos Bispos, e Doutores com elle, e quando chegarom acerca da Cidade começaram as trombetas, e charamellas de tanger, que assi o tinha ja o Conde ordenado, e hiam tamjendo antele, e todos aquelles, que levavam lanças levavaõ-as alçadas postas em suas coxas, e vierom ao caminho receber ao Conde os Gentishomens daquella Cidade, e assi entrou nella muy onrradamente.

Nesta Cidade esteve o Conde hum dia, que foi Dominguo, e a segunda feira depois de jantar cavalgou, e foi fallar ao Duque de Saboya, que estava dahi quatro legoas, e foi a cavallo ate o lago, que aqui faz mençam suso dito, que sera da Cidade acerca de huma legoa e meya, e alli esta hum luguar pequeno, que moraram em elle ate dezaseis, ou vinte pessoas, este luguar he porto daquelle lago, que estam em elle barcas, que passam de huma parte pera a outra, e dalli hia quatro legoas por este laguo ha outra parte, onde estava o Duque, e o Conde quando chegou a este porto tinha ja hy barcas prestes pera passar, porque tinha la ja dantes mandado hum seu Arauto a caza do Duque com o recado em como elle avia dir fallar ao suso dito, e entam descavalgou, e meteo-se na barqua com todolos seus fidalgos, e Escudeiros da sua caza, e alguns Officiaes certos, e os Gentishomens nam levavam mais, senam cada hum seu homem pera os servir, e a outra gente ficou na suso dita com toda a frasca, e bestas, e assi se meteo o Conde na barca, e mandou tornar as bestas pera a sobredita quando chegou da outra parte onde estava o Duque, que era do porto hum tiro de besta, e antes, que cheguasse aos Paços, vierom-no receber Cavalleiros, e Gentishomens, que hi estavam com o Duque, e forom-se com elle ata dentro, e quando cheguamos a primeira porta do Paço, estava nella hum Porteiro, que a guardava, e disse a todos aquelles, que levavaõ espadas, que as pousassem, porque nom era costume de as levarem dentro, e o Conde assi o mandou, entonces o levaram a huma Camara terrea, que era ladrilhada, estiverom hi hum pouco fallando, e em tanto

vierom Cavalleiros, e Gentishomens para fallarem, e estarem com o Duque, e forom-se pera o Duque, e depois, que o Conde ali esteve fallando, levarom-no pera cima a huma salla aonde estava huma muy gram fogueira, e bancos pera ser, e hi esteve o Conde fallando per espaço de hum quarto dora com esses Cavalleiros, e Gentishomens, e entam sayo o Duque de huma Camara, e outros Cavalleiros com elles vestidos com suas chamarras pardas todos assi como o Duque, e o Conde quando o vio sair, foi pera elle, e fizeram suas misuras huum ao outro, e deram suas maons, e o Duque deu a maõ aquelles fidalgos, que hiam com o Conde, e estiverom fallando hum pouco em pee, e entam fez o Duque assentar o Conde em huum banco acerca da fogueira, e estiverom fallando, ss. fallava o Arauto do Conde antrambos, porque se nom entendiam, porque o Conde nom sabia fallar a sua lingoajem, nem o Duque a do Conde, e por isso fallava este Arauto antrambos, e elles estando assi fallando, chegou-se hum Cavalleiro, que fora com o Conde da Lousã, e disse ao Duque, Senhor o Conde sabe fallar bom latim, e entaõ começou o Conde de fallar latim com o Duque, e perguntoulhe o Duque por ElRey Dom Joaõ, e por o Conde Nuno Alvares, quanto avia, que morrerom, e perguntou per ElRey Dom Eduarte, e por seos Irmaons, e que tam velhos eram, e se estavaõ todos em paaz, e estando elles assi fallando cheguaram dous seus filhos, e o mayor delles he Princepe, e he cazado com a filha DelRey de Chipre, e tem hum filho, que era aquelle tempo, que se esto aqui escreveo de dous annos, e he cazado com a filha DelRey de França, que assi era de idade de tres annos, e o Princepe a tinha jaa hi com seu filho, e criavam-se ambos. Outro si o Princepe era de idade de vinte e seis annos, e chamava-se Princepe de Piamonte, e seu Irmaõ seria de idade de dezaseis annos, e he Conde de Jeneva. Outro si estes suso ditos cheguaram onde estava fallando seu Padre com o Conde, poserom seus joelhos no chaõ, e fizerom suas mizuras, e o Conde lhe fez tambem muy gram mizura, e elles se afastarom a fora hum pouco, estiverom assi quedos em pee, e o Duque esteve fallando com o Conde per espaço de hum quarto dora, e entam se espedio o Duque do Conde, e disse a seus filhos, que lhe entregava aquelle Senhor, e elles o levaram pera huma Camara, e trouveromlhes logo muy prestesmente vinho, e fruita, e bebeo o Conde com elles, e todolos outros Cavalleiros, e Gentishomens, e esto assi acabado partiose dalli, e cavalguaram assi todos em cima de bons cavallos, que lhos tinhaõ prestes a porta do Paço, e forom assi fallando os sobreditos com o Conde ate a villa, que era dalli hum quarto de legoa, onde o Principe tinha sua Corte, e levarom o Conde a sua pousada, que era acerqua dos Paços do Principe, e descavalguaram todos, e elles levarom o Conde a suso dita, e entam se tornaram pera o seu Paço, e assi ficou alli o Conde em sua pousada. Outro si o Senhor Conde levou este dia vestido hum sayo brocado, que era farpado, e levava tres pajens com sayos farpados, e chapados, e os fidalgos bem vestidos, ss. delles com sayos de panos de lãa, e delles de seda, e ao

outro

outro dia, que era terça feira foi o Conde ouvir missa a huma Igreja, que estava hi acerca, e levava vestido hum sayo gretado forrado de martas, e os fidalgos levavam brocados, e delles chapados, e como ho Conde ouvio missa veyo jentar, e com a igoaria primeira vierom tanjendo as pipas, e outro si vierom da cozinha do Princepe muy boas igoarias, e muitas, e a baixella em que vinham, era muy rica, e ante ellas vinha hum Cavalleiro do Princepe, e como o Conde acabou de comer, vierom Cavalleiros, e grandes homens, e forom-se com elle a caza do Princepe, e entrando polla porta do Paço veyo o Princepe, e seu Irmaõ, e levarom o Conde pera cima pera huma Camara, homde estava a Rainha de Napoles, que he sua Irmã, e estava hy a mulher do Princepe, e outras muitas Donnas, e Domzellas com ella, e quando o Conde entrou polla porta da Camara onde estavam estas Senhoras levantaraõ-se donde estavaõ em seu estrado, e moverom pera o Conde, e o Conde fezlhes sua misura, ss. primeiramente a Rainha, e despois a mulher do Princepe, e a Rainha tinha vestida huã Oppa preta a maneira de doo, e a molher do Princepe tinha huma Oppa brocada douro, e as Dammas muy bem vestidas, dellas de brocados, e dellas doutras Oppas de seda, e de lãa, e a Rainha, e a molher do Princepe tornaram-se assentar em seu estrado, e o Conde, e o Princepe, e seu Irmaõ assentaram-se em hum banco, e entam mandaram tanger as pipas, e deram huma Donna ao Conde, que era mulher de Marichal, e o Princepe, e seu Irmaõ tomaraõ senhas, e os Cavalleiros entreguaram outras, e elles entreguaram-nas aquelles fidalgos, e Gentishomens, que yam com o Conde, e tanjerom a baixa dança, e o Princepe começou logo, e despois o Conde, e despois ho Irmaõ do Princepe, e apos elles os Gentishomens do Conde, e despois fezeram a baixa alta, e antam mandaram callar aquellas as pipas, e mandaram tanjer as pipas do Conde as quaes davam a vantajem, e fezeram a baixa dança, e a alta dança, e antam se deceram estas, e vierom outras pipas do Princepe, que tanjeram dantes, e fizeram huma dança ao seu modo, e o Conde nom soube dançar aquelle modo, e sayose da dança, e o Princepe, e seu Irmaõ dançavam muy bem, e alguns Gentishomens do Conde com elles, e assi folguarom hum pedaço, e entaõ veyo vinho, e fruita, e beberom todos, e entaõ trouxerom a filha DelRey de França, e seu marido, que he filho do Princepe, e traziam-nos Donnas, e Cavalleiros no colo, e puserom-nos junto com a Rainha, e com a molher do Princepe: elles vinhaõ vestidos de brocado. Outro si o Princepe, e seu Irmaõ traziaõ vestidos brocados forrados de martas, e os Cavalleiros, e Gentishomens de sua Caza eram bem vestidos, e alguns delles andavam na dança, e vestirom sayos brocados huns, e outros chapados, e esto assi acabado espedio-se o Conde da Rainha, e da molher do Princepe, e daquellas Donnas, e o Princepe, e seu Irmaõ forom-se com elle ate a porta do dito Paço, e alli fizerom suas misuras, e foi-se o Conde pera sua pousada, e a noite forom aquelles Cavalleiros folgar com o Conde, e a quarta feira seguinte foi o Conde muy cedo ouvir missa, e veyo logo comer, e

como comeo partio-se loguo a pee, e foi-se ao porto, que hi estava acerca pera se meter na barca, que lhe ja hi tinhaõ prestes, e estando pera se meter na barca disseramlhe: Senhor, o Principe vem, e elle tornou pera elle muy rijamente, e vinha com elle seu Irmaõ, e Cavalleiros, e Gentishomens com elles, e alli se abraçou o Princepe, e seu Irmaõ com o Conde, e fizeram-se suas mizuras, e o Princepe deu a maõ a todos aquelles fidalguos do Conde, e o Conde se meteo na barca, e o Princepe esteve sempre ally ataa, que se a barca partio, e assi se espedio o Conde. Outro si o Princepe tem ordenança em sua caza per esta guisa, ss. traz em sua caza certos Cavalleiros, que som cazados, e trazem hi suas molheres, e estes suso ditos andam hi tempo certo, e acabado o dito tempo vam-se pera suas cazas, e vem-se outros per esta mesma guisa, e assi traz sua caza acompanhada como pode ser Senhor. Outro si em sua caza se fazem tres dias na somana danças, e festas, ss. a terça, e a quinta, e o Sabado. Outro si toda a despeza, que o Conde alli fez foi a custa do Princepe ao Conde nom lhe prazia muito, e deziam alguns, que por isso estivera alli o Conde tam pouco.

A quinta feira partio o Conde desta Cidade, e foi dormir a hum lugar, que chamaõ Sam Romor, que sam seis legoas, e quando o Conde partio desta Cidade eram duas oras e meya depois de meyo dia, porque escreveo dalli por hum seu Arauto a ElRey de Portugal: outro si quando o Conde chegou a este lugar de Romor eram ja andadas cinco oras da noite, e este luguar foi ja queimado duas vezes, e a derradeira avya dous annos, que nom ficou casas, nem Igrejas, nem hum Mosteiro de Santa Crara, que tudo nom fosse queimado, ss. ate os que estavam fora do luguar quanto podia ser hum tiro de besta, deziam os homens do suso dito, que viam hir o fogo pollo ar, e hia cayr em cima delles, e queimava-os, e este Mosteiro da villa he hum boõ tiro de besta, e alli foi o foguo saltar, e queimou o Mosteiro, e cinco, ou seis freiras dentro, porque o foguo era muy grande ellas nom poderom fogir com as outras, e alguns perguntarom, que pecado era aquelle daquelle luguar, que assi ja fora queimado duas vezes, e delles disserom, que avia hi algumas maas pessoas, que uzavam de feitiços, e assi foi este lugar queimado, e as freiras do Mosteiro vieram ao caminho pedir por merce ao Conde, que lhe mandasse dar alguma esmolla pollo amor de Deos, porque a sua merce podia bem saber de como aquelle Mosteiro fora queimado, e destruido, e o Conde mandoulhe dar, e ao outro dia foi dormir a huma villa, que chamam Tribur, que som tres legoas; esta villa he muy boa, e muy rica, e he o primeiro luguar Dalemanha, mas nom he toda, que della he do Duque de Saboya, e neste luguar entrou o Conde aos vinte e tres dias do dito mes, e a segunda feira foi dormir a hum luguar, que chamam Berna, que som tres legoas, ao outro dia foi dormir a Igelorom, que som tres legoas, e ao outro dia foi dormir a Valhistar, que som duas legoas, e neste dia nevou muito, e fez muy gram frio, e esteve hi o Conde aquelle dia tambem, e ao outro dia foi dormir Alhistar, que som duas legoas,

goas, e como chegaram, entregaram loguo todas as armas, cada hum como as trazia, e nesta noite forom todas entrouxadas, e postas em carretas per tal guisa, que quando foi manhá eram jaa na Cidade de Basillea nas pousadas do Conde, e alli tirou o Conde a cota, que trouxe pelo caminho, e tambem o paje, que lhe trazia a bareta, e a lamça, e ao outro dia, que foi Dominguo, que eram dous dias andados do mez de Dezembro foi o Conde, e o Bispo do Porto, e o Bispo de Viseu, e os Doutores dormir a Basillea, que som duas leguoas.

Basillea.

E trazia o Conde vestido hum sayo borcado, e tres pajens de sayos chapados com botas de barbamte, e todos seus vestidos como libre, que elle dera em Bollonha, ss. os fidalgos, e seos Escudeiros, e pajes, e alguns officiaes do Conde, estes levavam jacas, e jornees, e a outra jente levavam sayas, a maneira dapertadas, e assi entraram em Basillea todos juntos os suso ditos, e amtes, que cheguassem a Cidade quanto podia ser huma meya legoa, mandou o Conde, que todos aquelles, que traziam sayos apertados, que fossem todos traz elle, ss. dous, e dous a pares, e assi forom huns a traz outros, e hum homem, que os regia, e os Escudeiros hiam ante o Conde, e forom assi per ordenamça ata a pousada do dito Senhor. Outro si antes, que o Conde entrasse na dita Cidade vierom-no receber Arcebispos, e Bispos, e Doutores, e todolos Prellados, que hi estavam no dito Concilio, e Cavalleiros, e outra muita gente da dita Cidade, e antes, que cheguassem a porta da Cidade começarom as charamellas do Conde de tanjer, e assi levarom o Conde muy homradamente pela Cidade ate a sua pousada, e aqui esteve o Conde a segunda, e a terça, e a quarta feira foi fallar aos Cardeais, ss. foi primeiro fallar ao Cardeal de Santangelo, que he deleguado pollo Concilio, este Cardeal he de Italia, e dahi foi fallar ao Cardeal de Sam Pedro, e este he de Castella, e estava hi polo Papa, e dahi foi ao outro dia fallar ao Cardeal Darle, este he francez, e como o Conde entrou polla salla do primeiro Cardeal sayo elle da sua camara, e o Conde lhe fez huma muy grande misura, e elle ao Conde, e tomou polla maõ, e fello ir diante pera a sua camara, e fezlhe muy grande homra, e assi como o Conde foi deste bem recebido, assi o foi dos outros dous, e o Conde levava vestido huma Oppa brocada, e assi foi recebido destes tres Cardeaes. Outro si o Conde esteve assi cinco, ou seis dias, e acabo delles foi ao Concilio, que se fazia na See da suso dita, e o Bispo do Porto, e o Bispo de Vizeu, e os Doutores todos juntos, e neste dia nom forom encorporados no suso dito, salvo, que fallaram aquelles Cardeais, Patriarcas, e Arcebispos, e Bispos, e Prellados, que estavam no dito Concilio.

E ao outro dia forom laa, e deramlhe a Embaixada, que o Conde trazia do muy nobre Rey de Portugal, e foi desposta por Vasco Fernamdes, Doutor, e despois a cabo de tres, ou quatro dias forom la todos juntos, e assentaram todos o Bispo do Porto na cadeira

deira DelRey por ser em pessoa do dito Senhor Rey, porque assi he ho costume de todolos Reis, e Emperadores, quando mandam seus Embaixadores de serem postos em suas cadeiras, e assi syã todos, e cada Embaixador em sua cadeira, salvo o Embaixador DelRey Dingraterra, que era ja partido do Concilio. Outro si as cadeiras sam dez, ss. huma do Papa, e outra do Emperador, e oyto dos Reys, que estavam ordenadas per esta guisa; quando entram polla porta da See, loguo vem dar da suso dita, estavam ellas per esta guisa, que aqui faz mençam: a cadeira do Papa, e do Emperador estavam na entrada da ousia, e a dos Reys estavaõ das ilharguas a veira das paredes, ss. quatro de huma parte, e quatro da outra, e a parte dereita estavam estas, que se seguem, ss. a cadeira DelRey de França em cabeceira da contra a do Emperador, e da outra parte em dereito della estava a cadeira DelRey Dingraterra em cabeceira de contra a do Papa, de paar desta estava a cadeira DelRey de Portugal, e da outra parte a cadeira DelRey de Castella junto com a de França, e junto com esta a cadeira DelRey Daraguam, e da outra parte em dereito della a cadeira DelRey de Napoles, junto com a de Portugual, e junto com ella a DelRey de Navarra, e da outra parte a cadeira DelRey de Chipre, junto com a de Napoles, e assi estavam estas cadeiras ordenadas, e quando vierem os Embaixadores dos outros Reys am destar a so estes junto com estes. Outro si o Embaixador DelRey Dingraterra como se partio do Concilio, loguo o Embaixador DelRey de Castella comprou a cadeira DelRey Dingraterra ao Concilio, e deulhe por ella trinta mil florins, e esto nom fezerom os Castelaons, salvo com enveja, que ouverom da cadeira DelRey Dingraterra, porque estava da outra parte em cabeceira, porque he mayor honra, e por elles percalçarem esta honra, e mais por serem acima da cadeira DelRey de Portugual, que ha tinham abaixo de si, por isso compraram esta cadeira, mas como o Embaixador DelRey Dingraterra tornar ao Concilio, loguo a elle tomara, aimda que lhe pez, porque per dereito he sua, e assi deziam no Concilio, que loguo lhe seria entregue ca o Concilio nam lha vendeo, salvo por se manter, e porque lhe derom muito dinheiro por ella, que se o assi nom fizeram, nom se poderia manter o suso dito. Outro si o Conde daquellas tres vezes, que foi ao Concilio, ss. a primeira vez levou vestido huma Oppa brocada destado, e a segunda vez levou hum sayo franzido chapado, que tinha trinta marcos de prata, e a terceira vez levou hum sayo chapado, que tinha outros trinta marcos de prata, e todolos seos vestidos com mylhores sayos, que cada hum tinha, e a quarta vez levou hum mantou chapado com hum jubaõ brocadoo.

Outro si esta Cidade estaa assentada em terra chaã, he muy boa Cidade muy beem farta de paõ, e de vinho, e de carnes, e pescado, e de todalas outras cousas, e boom mercado, e nesta Cidade vi hum dia sete carretas carreguadas de ovos, e oyto carreguadas paõ, e per meyo desta Cidade vay hum rio, que chamam Rim, e este rio tem hũa ponte de madeira, que he de longuo duzentas e quinze

quinze paſſadas, qua tanto he o rio de larguo, e a ponte he de larguo ſeis paſſadas, eſte rio vay muy rijo, e no inverno leva muy pouca agua, porque as montanhas ſom todas cheas, e cubertas de neve, e aſſi o ſaõ os valles todos, e por eſto eſtaõ as aguaas coalhadas, e rios, e ribeiras, e no inverno he eſte rio todo rejelado, ſalvo por onde vay a vea dagoa, e andam per cima deſte rajelo carretas carreguadas, bem aſſi como andaõ pollo chaõ, e a loguares he o regelo de groſo duas braçadas, e vem as vezes tamanho rajelo pollo rio, que vay daar tamanha pancada na ponte, que parece, que a quer derribar, e como vem o veram loguo toda a neve he derretida, e entam vay eſte rio cheo, e todolos outros da neve, que ſe derrete. Outro ſi em toda a terra Dalemanha he muy fria, e ſenaõ foram as eſtufas, que tem morreriaõ com frio, porque a neve he tanta, que a luguares nom podem ſayr das caſas, nem guados nom podem ſair fora das caſas dous, ou tres meſes, e mantem-ſe em feno, que lhe colhem no veraõ. Outro ſi a jente deſta terra he muy ſoberba, e crua pera os eſtrangeiros, e ſam os homens mais comedores, e bebedores, que no mundo podem achar, e todos mal veſtidos, ſalvo alguns jentishomens, que andam comunalmente veſtidos, mas as molheres andam bem veſtidas. Outro ſi neſta Cidade ha tal coſtume, que nenhum Cavalleiro, nem Gentilhomem nom ha deſtar nella mais de hum mes, ou dous, que eſto acabado loguo ſe vam pera ſeos Caſtellos, que tem pello termo, e na Cidade nam eſtam homens fidalguos, ſalvo alguns, que ſam Regedores da dita Cidade, ca todolos outros ſam homens, que trabalhaõ, e eſta Cidade tem darredor muitas vinhas, e terras de pam. Outro ſi neſta Cidade avia aquelle tempo, que o Conde hi eſteve oytocentas putas, e ſe mais nam menos, a fora outras, que eram caladas, e eſto era certo, e eram bem gentis molheres pera o ſuſo dito, e neſta Cidade ha entre Igrejas, e Moſteiros trinta e ſeis. Outro ſi dia ſe faz, que entram neſta Cidade bem trezentas, ou quatrocentas carretas carreguadas, ſſ. dellas com paõ, e com vinho, e com lenha, palha, feno, e com outras mercadorias.

Aqui trata dos convites, que fizeram ao Conde, item foi convidado do Cardeal de Sam Pedro, e de dous Biſpos de Caſtella, que eſtavam no Concilio por Embaixadores DelRey de Caſtella, e hum era Biſpo de Cuenqua, e o outro Biſpo de Burgos, e todolos fidalgos do Conde la comerom, e mais fezeromlhe muy grande ſala de muitas, e boas igoarias.

Aqui conta dos convidados, que o Conde convidou, e das ſalas igoarias, que forom, ſſ. eſtas forom das muitas, e boas igoarias, que ſe podeſem fazer em ſalas.

Primeiramente o Biſpo de Caſtella, que eſtava no Concilio por Embaixador DelRey de Caſtella veyo jantar com o Conde, e o Biſpo do Porto, e depois deſtes veyo o Biſpo de Caſtella, que eſtava hi por Embaixador com o outro ſuſo dito por ſeu Senhor ElRey, e a eſte Biſpo chamaõ o Biſpo de Burguos, e hoo outro Biſpo chamaõ, o Biſpo de Conqua, e jantou com o Conde elle, e o Biſpo

de Viſeu , e depois deſtes veyo jantar com o Conde hum Biſpo , e hum Arcebiſpo , e hum Protonotario, que ſe chama Ludovico , que he hum dos mores leterados , que ha em toda Italia , eſtes ſuſo ditos eſtavam por Embaixadores DelRey Daraguam no Concilio , e depois deſto veyo hum Biſpo , que eſtava por Embaixador pello Emperador no ſuſo dito , e depois deſte hum Biſpo , que eſtava por Embaixador do Duque de Bregonha , e eſte Biſpo deziam , que tinha trezentos mil frorins , e tem hum ſeu Irmaõ , que he Arcebiſpo , que tem quatrocentos mil frorins , e eſto tem elles ambos de renda , e depois deſto vierom dezanove molheres das mais honradas da dita Cidade , e eſtas vierom a cear , e depois , que cearam dançaram ellas com aquelles fidalguos do Conde ate duas oras depois da meya noite , e depois deſtas vieram dous Cavalleiros , que eram Gregos , que eſtavam no Concilio por Embaixadores do Emperador de Grecia , e per aqui forom eſtes convidados acabados. Outro ſi forom outros Embaixadores , que eſtavam no ſuſo dito convidados , elles ſe eſcuſaram por neceſſidades, que tinham , e por iſſo ficaram eſtes ſobreditos , que nom vierom aos convites.

Outro ſi neſta Cidade he tal coſtume , que de Natal ate dia dentruido todalas feſtas , e dias Santos nam fazem ſenam dançar , e fazem muitos joguos pela Cidade , e as molheres della tem eſtufas , e vãa cear nellas cada huma a ſua cuſta , e como acabaõ de cear , mandam tanjer as pipas , e começam de dançar com ſuas molheres , e huns com os outros , e aſſi andam dançando , e tomando muito prazer ate a meya noite. Outro ſi neſtes dias Santos juſtaõ huns com os outros , e aſſi tomam muito prazer neſte tempo. Outro ſi os ſobreditos quando dançavam na eſtufa vinham convidar o Conde , e pedirlhe por merce , que foſſe la folguar com elles , e o Conde foi laa tres , ou quatro vezes , e mandavam as ſuas pipas , que ſe foſſem com elle , e que nom tanjeſem ſenam quando elle mandaſſe , e quando o Conde hia andavam elles ja dançando , e metiam-ſe os fidalgos do Conde com elles a dançar delles com molheres , e delles huns com outros , e como acabavam mandava o Conde tanjer as pipas as ſuas , e dançava o Conde com huma molher daquellas mais honradas , que hi eſtavam , e os fidalguos , e aquelles Gentishomens , que hi eſtavam dançavam com as outras molheres , e como acabavam vinha loguo vinho , e fruita , e davam ao Conde , e aquelles fidalguos , e mais nam, porque o vinho era tam pouco , que eſcaſſamente podia avondar aquelles ſobreditos , e elles ſam homens , que ſabem muy pouco de corteſia , nem darem honra a cada hum como a merece , mas ham eſtas bondades , ſam muy rijos , e bem vallentes , e cavalgam muy fortes , e dereitos , e trazem boas pernas a cavallo , e juſtaõ bem a ſua guiſa. Outro ſi tem tal ordenaçam na Cidade ſe algum homem , que for Eſtrangeiro ferir a algum da Cidade paguarlheha certa pena , e ſe o da Cidade o ferir nom paguara nada. Outro ſi ſe o Eſtrangeiro matar algum dos ſuſo ditos loguo pena por elle , e ſe o da Cidade o matar fogiria pera caſa dalgum cavalleiro tres , ou quatro meſes, ate que eſqueça , e dalli tornar-ſea pera ſua caſa , e ninguem nom lhe

fara

fara nojo nenhum. Outro si se tiverem algum homem preso, que seja Crerigo, ou frade, ou leiguo, e entenderem, que os ham de vir roguar por elle, nom jaz na cadea mais de tres dias, e levam-no de noite a ponte, que esta sobre o rio, que vai por meyo da sobredita, e na ponte esta huma porta dalçapaõ, e atamlhe os pees, e as maons, e lançaõ-nos por alli no rio, e o rio vai tam rijo, que o leva, que nunca mais parece, e esto nom se entende, salvo aquelle, que tem muito mal feito, porque merece aquella pena por nom roguarem por elles, por esso os tem tam pouco na prisaõ. Outro si o Concilio ordenou certos Embaixadores, que forom a Grecia pera trazerem o Emperador ao Concilio, porque elles, e os de sua terra desvairam em algumas cousas da nossa feê, e porque elles assi desvairam, e polos tornarem a nossa verdadeira feê, ordenou o Concilio estes Embaixadores, que fossem laa pera trazerem os sobreditos, dos quaes vai laa por Embaixador o Bispo de Viseu, o qual se partio desta Cidade o derradeiro dia de Fevereiro, e o Conde, e o Bispo do Porto forom com outros do Concilio ate hum pedaço fora da Cidade com elle, e dalli se espedio o Bispo delles. Outro si o primeiro dia Dabril entrou nesta Cidade hum Arcebispo, que vinha por Embaixador do Papa, ao Concilio, e forom-no receber ao caminho, ss. o Senhor Conde, e Bispo do Porto, e todolos Bispos, e Abbades Bentos, e todolos outros Embaixadores, que estavam no Concilio, e forom apodados per todos a 6i de cavallo, e assi o trouxerom muy omradamente ata honde elle pousou, e este Arcebispo foi convidado do Conde, e fezlhe muy grande omra, e a sesta feira Dendoenças virom na Seê desta Cidade ser assentados tres Cardeaes, e dous Patriarchas, e muitos Abbades Bentos, e trinta e seis, ss. por Arcebispos, e Bispos, todos assentados com suas Mitras nas cabeças, e outros Prellados muitos, que foi huma muy fermosa cousa de ver. Outro si este Embaixador do Papa a embaixada, que trouxe ao Concilio foi esta o principio della dizemdo o Papa, que elle se envia encomendar chamando os filhos obidientes, e Irmaons, roguandolhes, que esguardassem em suas conciencias, que elles legitimassem como se poderia fazer este Concilio sem sua pessoa ser prezente, e outro si, que se fizesse o Concilio omde elle podesse ir, por quanto elle era jaa homem velho, e cansado, e mais, que se temia de seos imigos, como elles muy bem sabiam, e mais, que em Italia ha muitos luguares, e Cidades, que som na sua terra per onde elle anda seguro, e esso foi, porque era ja o Concilio devulgado, que se fizesse em Avinhom. Esto foi, porque no Concilio a este tempo estavam hi muitas vozes dos francezes, mais, que outros nenhuns, e mais, que emprestava a Cidade de Vinham ao Concilio sessenta mil ducados pera aquelles Embaixadores, que aviam dir a Grecia polo Emperador, que qua detraz faz mençaõ, e o Papa ouve desto parte, e mandou hum seu Embaixador a Vinhaõ com huma carta de excomunham, dizendo, que punha sentença de excomunham em qualquer pessoa, que desse dinheiro, ou ajuda pera aquelles Embaixadores, que se Deos quisesse, que se aquelles Gregos tornar quisessem pera a nossa fee,

elle lhes mandaria dar dinheiros, que os abaſtaſſe, e ſe o Embaixador do Papa tardara hum dia eſtes Embaixadores ouveram de receber eſte ouro, e quando os da Cidade eſto ouvirom nom quiſeram dar o ouro, ſalvo 6i ducados, que tinham ja danteces dado a hum Embaixador daquelles ſobreditos, e por eſto mandou o Papa o outro ſeu Embaixador ao Concilio.

Outro ſi do louvor, que derom ao Senhor Conde no Concilio, e foi eſte, que nam viera ao Concilio nenhum Embaixador, que foſſe tam grande Senhor, nem de ſamgue Real como o Senhor Conde, nem quem trouxeſſe tantos de cavallo, nem tam bem corregidos, nem tantos cavallos, e tam bons como elle, nem que trouxeſſe tam boas trombetas, nem Paço de nenhum Embaixador tam boõ como o ſeu, que pareceſſe Paço de Senhor Real, nem trouxe nenhum Embaixador hi pipas, nem que dançaſſe, ſalvo no Paço do Conde, e eſta honra levou o Conde do Concilio, e da Cidade ſobredita.

Outro ſi dos outros Embaixadores todos nom veyo ao Concilio tam bem corregida, e tam bem encavalguado como o Embaixador DelRey Dingraterra, ſſ. veyo ao Concilio por Embaixador hum Conde, e hum Biſpo, que eram per todos 6: de cavallo, e vierom muy bem corregidos, e traziam muy boős cavallos, e todos com ſeos arcos de frechas nas maons, e aſſi entraram muy honradamente na Cidade ſobredita.

Outro ſi eſte Conde foi hum dia folgar fora da Cidade a caça, e neſte dia ouve Congregaçaő na Seê da ſobredita, e forom la todos os Embaixadores, que eſtavam no Concilio, dos quaes la foi aquelle Biſpo Ingres, que eſtava hi no dito Concilio por Embaixador do Senhor Rey de Ingraterra, e ſendo o Biſpo Ingres em a cadeira de ſeu Senhor, e Rey, vieram os Embaixadores DelRey de Caſtella, ſſ. eram dous Biſpos, e hum Cavalleiro, que chamam Joaő da Silva, e os Biſpos chamam a hum delles o Biſpo de Burgos, e ao outro o Biſpo de Conca, e ſendo o Biſpo Ingres na cadeira de ſeu Senhor, allevantaram-ſe os Biſpos DelRey de Caſtella com elle em argumentos, dizendo, que aquella cadeira DelRey Dingraterra hera de dereito DelRey de Caſtella, e nam DelRey Dingraterra, e tinham certo ahi mais em ſua ajuda os Embaixadores DelRey de França, porque ſam todos em huma vos os de Caſtella, e os de França, e eſto he porque ElRey de Caſtella he imigo DelRey Dingraterra, e ElRey de Ingraterra he imigo delRey de Caſtella, e ElRey de Portugal he amigo DelRey Dingraterra, e porque eſtes ſobreditos ſam legados huns aos outros, e tem antre ſi pazes feitas, que ſejam imigo de imigos, e amigo damigos, e porque ElRey de França he imigo dos ſobreditos, e amiguo do ſuſo dito, e maes, porque ElRey de Caſtella ouve aquella guerra com Portugal tem tençam, e porque ElRey Dimgraterra ſe em cabiceira, e o Rey de Portugual junto com elle aviam eſtes ſobreditos deſpeito, e trataram eſtes Embaixadores de Caſtella, e de França, porque ſom todos em huma vooz em como ouveſſem tomada aquella cadeira DelRey Dingraterra pera ElRey de Caſtella, por ſer em cabiceira como ſee ElRey de França, e por ſer acima

acima DelRey de Portugal, porque sam mayor honra as cabeceiras, vieram estes Bispos sobreditos a arguir polla guisa, que qua detras faaz mençaõ com o Bispo Ingres por tençam, que se levantaram estes Bispos Castelhanos, e foi hum delles, que chamam o Bispo de Conca, e lançou maõ pello Bispo Ingres, que estava na cadeira, e derribou-o della em baixo, e assentou-se nella, e o Bispo Ingres quisera com huns cinco, ou seis seos, que hi tinha lançar maõ pollo Bispo, que lhe fez aquelo, e forom loguo juntos muitos Castelhanos, e franceses, que hi estavam sobre os Ingrezes, que eram vinte castelhanos, e franceses pera hum Ingres, e nesto levantaram-se os Cardeaes, e os Embaixadores estremaram-nos, e levaram por entam os castelhanos a milhor daquelle Bispo Ingres, e quando veyo o Conde Ingres, que era na caça, que soube desto parte ouve muy grande despeito, e foi-se aos Cardeaes sobre aquelo, pedindolhe por merce, que elles o ouvissem com dtrõ, dizendo, que elles sabiam bem de como elle, e aquelle Bispo estavam por Embaixadores por seu Senhor ElRey no Concilio, e de como aquella cadeira he sua de certo, e ha de ser nella em cabeceira, e como aquelles Embaixadores de Castella forom homde seya o Embaixador na cadeira de seu Senhor ElRey, e o derribaraã della, e fizeram aquella injuria a seu Senhor ElRey, porem, que elles tornassem aquello, ou se faria hi al, e elles tornaram em reposta, que iriaõ a Congregaçaõ, e que os ouviriam com seu dereito, e forom la, e litigaram tanto, que tornaram o Bispo a dita cadeira, e tiveram-na assi todo o tempo, que estiverom no dito Concilio, e como se partiram pera Ingraterra, loguo os Embaixadores de Castella compraram a dita cadeira como qua detraz faz mençaõ. Outro si neste ensejo se partio hum Cardeal deste Concilio pera casa do Papa, e he costume quando algum Cardeal entra, ou sae omde esta o Concilio de o hirem receber ao caminho todolos Cardeaes, e todolos Embaixadores, que estiverem no dito Concilio, e porque se aquelle Cardeal assi partia da Cidade, e o Conde Ingres ouvesse seu conselho com seu Bispo, dizendo em como aquelles castelhanos lhe fizeram aquella injuria, e elles hiam todos fora da Cidade com aquelle Cardeal, que era bem de todos hirem muy bem corregidos com seos ãcos, e em cima desses milhores cavallos, que tivessem pera lhes darem la fora huma boa salsada, e acordaram, que era bem, e quando veyo aquelle dia, que se o Cardeal partio corregerom-se todos muy bem, e os Castelaõs, e os franceses souberom desto parte, e temerom-se, e forom-no dizer aos Cardeaes de como elles tinham aquello ordenado, que se recreceria alli muy grande arroido, e os Cardeaes mandaram, que nom fosse nenhum tam ousado, que levassem armas, salvo senhos pâos nas maons, e os Ingreses quando desto souberom parte ouverom gram despeito, e disserom, que levassem cada hum seu pao na maõ, e la fora da Cidade, que dessem por elles com aquelles cavallos, e com aquelles paos, que ou todos morressem, ou vingassem aquelle despeito, que lhes fizerom, e elles cavalgaram logo, e cavalgou o Conde em cima de hum bom cavallo dos melhores, que tinha, e forom-se omde pousava o dito Cardeal

pera

pera hirem com elle assi como dito he, e quando chegou o Conde onde pousava o sobredito estavam ja hi os castelaõs, e elle começou de votar o cavallo para elles per tal guisa, que derribou hum, ou dous delles, e forom-no dizer aos Cardeaes, e elles vendo em como aquelle Conde queria allevantar arroido, e que per força era se fosse la fora, que jugassem as punhadas com aquelles sobreditos, porque saam homens de tal condiçaõ, que ou morreram, ou vingaram o despeito, que lhe fezerem, e elles mandaram, que nom fosse nenhum Embaixador fora, e o Cardeal sobredito cavalgou, e foi-se seu caminho, e por esto nom forom os Embaixadores fora da Cidade com o sobredito, e assi se partio o Cardeal desta Cidade. Outro si neste Concilio, e nesta Cidade se temiam destes Ingrezes, porque som homens pera muito, e a tal nomeada tem qua por estes Reinos a fora os Portugueses, que sam nomeados antre todos sobreditos, e ao tempo, que isto foi nom era ainda o Conde no Concilio.

Aqui conta como hum Bispo Dingraterra ouve arroido em Roma com este Bispo de Conca, ss. avera desta era de 437. annos dez, ou dezasseis annos, que estando este Bispo de Ingraterra em Roma vierom a disputar, e a argumentos por tanto, que veyo o Bispo Ingres contra este Bispo Castelhano, e deulhe duas bofetadas muy grandes, que lhe forom mor desomra, que o que elle fez quando elle, e outro Bispo de Burgos, e Joaõ da Silva, e os outros francezes, como ja dito he derribaram o outro Bispo Ingres da cadeira, que estava hi soo. Outro si quando o Bispo Ingres deu as bofetadas ha este sobredito forom hi juntos muitos Castelhanos, e outras jentes muitas, e mais alguns Cardeaes, que hi estavam presentes, e quiseram lançar maõ pelo Bispo Ingres, e elle foi-se saindo dantre elles pera sua pousada, e como foi dentro mandou serrar as portas, e mandou a todolos seos, que fossem loguo todos armados esses, que tinham armas, e os que as nom tinham, que tomassem suas espadas, e arcos, e se alguem viesse pera prenderem, ou pera lhe fazerem alguma desomra, que elles se defendessem ate morrerem, e todos elles forom loguo corregidos muy prestesmente, e as gentes recreciam pera hi pera o prenderem estando elles assi souberaõ alguns Portuguefes, que hi estavaõ em Corte desto parte, e ajuntaram-se todos, e ouverom seu conselho, e acordaram, que era bem de se hirem pera aquelles Ingreses pois sam amigos do Reino de Portugal, e quando chegaram a porta onde estavam os Ingreses bateraõ a sobredita, e os Ingreses disseram, que quem estava alli, elles responderom, que eram Portugueses, que se queriam ir pera elles, e o Bispo mandou, que lhes abrissem, e disse, que fossem bem vindos, e mandou abrir as portas, e deixar entrar quem quizesse vir pois Portugal, e Ingraterra eram juntos, que eram abastantes pera pellejarem com quantos avia em Roma, e estiverom assi humas tres, ou quatro oras aguardando se entraria alguem dentro, e nenhum foi tam ousado, que entrasse, e elles quando isto viram, que nom queriam entrar dentro disse o Bispo vamonos todos assi como estamos a praça pois pera aqui nom sam homens pera nos cometerem neste luguar, e se forem homens

mens pera ello alli nos veram cometer, e elles se forom assi a sobredita, e estiverom hi per espaço de duas, ou tres oras aguardando os sobreditos pera verem se eram homens pera vinguarem aquello, que lhe fizerom, e nunca nenhum foi tam atrevido, que viesse alli, e assi fez este Bispo Ingres esta injuria, e desonra a este Bispo de Conca castelhano, que foi mayor, que a que elle fez no Concilio ao outro Bispo Ingres, porque eram aquelles sobreditos, que qua detras faz mençaõ.

Aos vinte e oito dias Dabril forom nesta Seê juntos todolos Embaixadores, que estavam no Concilio, porque se ouvera de fazer neste dia o Concilio, e devulgar onde se avia de fazer, porque elles tinhaã ja legitimado o dito Concilio, que se fizesse em Avinham, e o Papa mandou dous Embâixadores, huum Avinhã, e o outro a este Concilio, como nos ja dito he, e os francezes, e os castelhanos, e hum Arcebispo Daragaõ, e outros Embaixadores do Duque de Millaõ, que estavam neste Concilio por Embaixadores, e hum Bispo, e hum Protonotario, que estavam no dito Concilio, todos tres por Embaixadores por seu Senhor ElRey, este Arcebispo era cabeça da embaixada, elle tinha cos francezes, e com os Castelhanos, cos outros dous tinham com o Papa, e porque este Arcebispo era cabeça da embaixada era a voz de seu Reino, eram estas quatro vozes juntas, ss. espicialmente a voz de frança, porque eram neste Concilio muitos Doutores, e Bachareis, e Prellados, e Abbades Bentos, e alguns Arcebispos, e Bispos, e hum Cardeal, e dous Patriarcas, que todos saam francezes, e por esto som muitas vozes, e mais tem por ajuda a vooz Daragaõ, e de Castella, e estes sobreditos quando virom a embaixada do Papa, pesoulhe muito com ella, porque as suas vontades eram, e sam, que se fizesse o Concilio em Avinham, porque he em frança pera lhe ser todo outorgado o que demandasse, e por darem proveito ao Reino, e mais porque o Papa alli nom entendia de vir, que lhes contradissesse, o que elles pedissem, e porque o seu desejo he, que despossessem este Papa de sua homra pera fazerem Papa este seu Cardeal pera lhes outorgar todalas cousas, que elles pedissem, e por o terem de sob o pee, e serem Senhores dos Embaixadores de Portugal, e de Ingraterra, que sam seos imigos por esto ordenam, e envolvem este Concilio, que se nom podem ouvir com elles. Outro si estes outros dous Cardeaes, e todolos outros Embaixadores dos outros Reinos obedecerom ao mandado do Papa, e mais tiveram-se a rezam, que diziam aquelles Embaixadores do Emperador de Grecia, que era estar dizendo, que elles nom queriam, nem outorgavam, que se fezesse o dito Concilio em Avinhaã, pois que o Papa hi nom entendia de vir, e mais, que elles nam vieram de sua terra pera obedecer ao Concilio, salvo ao mandado do Papa, e poes, que elles nam obedeciam ao mandado do Papa, nem queriam fazer Concilio onde elle podesse vir, elles nom queriam hir a Avinham, e mais, que os Embaixadores, que elles enviavam a Grecia pera trazerem o Emperador seu Senhor, que elles hiam laa de balde, porque o Emperador nunca viera ao Concilio, salvo se for o Papa a elle.

Ra-

Razam porque os do Concilio nam querem, que o Papa venha a elle, e nam obedecem a seu mandado, e som de comtra elle per tal guisa, que andam pera o despoer de Papa, e pois, que elles nam eram dacordo com o Papa vem o Papa com elles, e mais o Concilio, e todolos Christaons se deviam reger per mandado do Papa, pois que he Cabeça da Igreja, e porque Deos deu o poder a Sam Pedro, e a Saã Paulo, que o que elles assolvessem na terra, fosse salvo no Ceo, e o que elles leguassem na terra, fosse legado no Ceo, o Papa tem este poder, que lhe foi outorgado, e por esto nom queriam obedecer, senam ao mandado do Papa. Outro si se per ventura todolos Cardeaes, e Reys, e todolos Prellados da Igreja, perque se os Christaons fossem dacordo com o Concilio, e fossem descomtra o Papa terseyã elles com o Concilio, e nom com o Papa. Mas destes sobreditos nom sam descomtra o Papa, salvo quatro Embaixadores donde parece duas quatorze, ou dezasseis naçoens, que elles saã, tem as outras todas com o Papa, e por esto nunca vira o Emperador a este Concilio, ata que nom seja dacordo com o Papa, e assi pediram per vezes estormentos dos requerimentos, que faziam, dizendo que lhes nom posessem culpa de se yrem pera sua terra, pois que nom eram, nem queriam ser dacordo co sobredito, e nesto estavam ao tempo, que chegou o Embaixador do Papa ao Concilio, como dito he.

Outro si neste suso dito dia, que se ouvera de divulgar este Concilio he seu costume, que o dia, que ouverem Congregaçam, que ha de dizer missa em Pontifical, hum dos Embaixadores, que estam no Concilio, que elles ellegem amtre si, e amha douvir todos aquelles, que sam encorporados no Concilio, e como acabaõ vanse a sua Congregaçaõ, e maes he seu costume, que o que disser aquella missa hamno todos douvir todo aquello, que elle disser, e elle ade detriminar aquello, sobre que he o argumento, que elles fazem, mas este he poucas vezes; este Cardeal de França sobredito ouve conselho com os Embaixadores de seu Reyno, e com os Embaixadores de Castella, e com os de Millaõ, dizendo, que Concilio avia de ser devulgado onde se avia de fazer neste sobredito dia, e que elles entendiam, que os outros dous Cardeaes, e todolos outros Embaixadores som em huma voz, que se fizesse o Concilio em Italia, e mais, que tinhaã este Arcebispo, que estava por Embaixador do Papa neste Concilio, que avia de dizer esta missa, elle avia de ser assentado como dito he, e por elle nom dizer esta missa, nem aver este grao acordarom todos estes sobreditos, que como fosse manhaã, que fossem logo na Seê, onde se avia de dizer esta missa, e que corregessem loguo o estrado, e cadeira, e todolos aparelhos pera esta missa, e que se revestisse loguo este Cardeal per tal guisa, que quando viesse o sobredito pera dizer missa, que o achasse elle ja revestido pera nom poder dizer missa, salvo o que estava ja revestido, e assi diria elle esta missa, e como fosse acabada hiriam a sua Congregaçam, e levava elle este grado, que o outro sobredito avia de levar, e mais, que sam muitas vezes, e em cima de todalas concluzoens elle daria o grado,

grado, que se faça o Concilio em Vinham, e elles assi ho outorgavam em huma voz, e os outros suso ditos quando esto vissem delles outorguariam, e assi sera este Concilio devolguado, que se faça em Avinham, e neste acordo ficaram estes sobreditos. Outro si o Embaixador do Papa, que ha nome Tarantino soube parte em como este Cardeal, e estes Embaixadores tinhaõ esto ordenado, mandou loguo chamar o que tinha o livro, perque se avia de dizer aquella missa, e que lho trouxesse loguo, e o sobredito lho trouxe, e os outros nem o Cardeal nom forom avisados de mandar por este livro, nem avizar aquelle, que o tinha, que o nam dessem a outrem, este Tarantino ordenou por tal guisa, que como foi manhaã foi-se com todolos seos a Seê, e mandou loguo correger o estrado, e cadeira, e o altar, e revestio-se loguo, e sentou-se na cadeira, e mandou aos seos, que algum daquelles sobreditos, que viessem pera lhe fazerem algum nojo, ou cousa, que nom fosse de sua omra, que elles se posessem todos darredor delle, e por cousa, que fosse, que os nom leixassem chegar a elle, assi o fezerom, e o Cardeal soube desto parte, e mandou laa, que lhe dissessem de sua parte, que se nom corregesse, nem concertasse pera dizer aquella missa, porque elle tinha ja ordenado pera a dizer, e o Tarantino lhe respondeo, que elle obedeceria a todolos seos mandados, mas que aquelle naõ, nem outro, que fosse descontra o Papa, e mais, que elle era pertencente pera dizer, e porque era serviço de Deos, e omrra do Concilio por esto a queria dizer, e forom com a reposta ao Cardeal, elle ouve muy gram despeito dello, e foi-se a Seê com os sobreditos, e quando vio ser o Arcebispo na cadeira revestido, dissolhe, que se nom trabalhasse pera a dizer, porque elle tinha ordenado pera a dizer, e o sobredito tornou a responder, dizendo, que elle obedecia ao seu mandado, mas aquelle naõ, porque aquelle careguo era seu, e por homra do Santissimo Padre Papa, e mais porque he serviço de Deos, e o Cardeal avia desto muy gram despeito, e andava passeando polla sobredita dizendo-se tantas rezoens antre os bons, que os omes do Cardeal, e os Castelaos quiseraõ lançar maõ pollo Arcebispo pera o tirarem da cadeira, e os do Arcebispo os nam leixaram hi chegar, como ja dito he, estavam ordenados quando isto virom em como lhe nom podiam fazer nojo, forom-se ao Altar pera tomarem o livro, e o corregimento, que estava ordenado pera dizerem aquella missa, e nesto chegaram os outros Embaixadores, e os dous Cardeaes, que eram pollo Papa, como dito he, e alevamtou-se o Bispo, que sya na cadeira, e estiverom todos em muy grande arroido, por tanto, que se chegou este Cardeal pera este Arcebispo pera jugarem as punhadas, senam fora hum Porteiro, que se meteo amtre ambos com huã Maça, e os sobreditos, que hi estavam, que os estremarom, e nesto chegou a justiça da Cidade, e tomou o livro, e pedra dara, e todolos aparelhamentos, que estavam no Altar pera se dizer a missa, e disseram a aquelles Cardeaes, e Embaixadores, que hi estavam, que elles eram Regedores dos Christaons, e da Santa Igreja, elles deviam apaguar os arroidos, e elles os allevantavam nas Igrejas, e deforavamnas, e por elles er-

 rariam,

rariam, e pois elles arguiam por omde juguassem as punhadas, que as fossem jugar fora da Igreja, que elles nom lhas consentiriam, que as alli armassem, nem fezessem arroido, e assi nom disserom neste dia missa nenhum dos sobreditos como era ordenado. Outro si estando assi estes sobreditos chegou Frey Gil, o Licenciado, que estava hi no Concilio por Embaixador com os sobreditos por Senhor ElRey, e chegou-se pera honde estava o Bispo de Conqua, e perguntoulhe sobre que eram aquellas razoens, em que estavaõ, porque as naõ entendia, sobre que se fundaram, elle lhe respondeo dizendo, que elle o fazia, mas que com todo esto a sua vooz nam valleria nada, nem vallera. Esto se entende, que dezia elle, que a sua vooz, nem as dos outros Embaixadores, que no Concilio estavam por ElRey de Portugual, que nam valliam nada, e estando nisto repremdiamlho aquelles sobreditos, que hi estavam por parte do Papa, e estando nestas rezoens muy mas renegou este Bispo de Deos, e de Samta Maria nesta Seê, e dizendo muitas mas pallavras, e os Cardeaes, e Embaixadores, que tinhaã por parte do Papa responderomlhe aquello muy fortemente, e a justiça, que hi estava lhes disse, que se fossem fora da Igreja, e forom-se todos a huma caza pera fazerem sua Congregaçaõ, e estando elles assi juntos pera se disputarem sobre o que dito he, estava hũ Procurador DelRey Dingraterra, que protestou hi pollos seos feitos, dizendo, que elle era Procurador neste Concilio por ElRey Dingraterra, e de França, e os francezes lhe reprenderaõ esta pallavra, porque disse ElRey Dingraterra, e de França, esto he, porque este sobredito se chama em seus dtãdos Rey Dingraterra, e de França, e os sobreditos quando lhe ouvirom esta pallavra, ouverom muy gram despeito dello, e assi estiverõ em arroido, e desputaçam, que nam fizeram Congregaçaõ, senam depois de comer, que a fizeram em Sam Dominguos. Outro si estando os sobreditos na See, quando o Bispo de Conqua ouve as pallavras com Frey Gil, frade da Ordem de Sam Francisco, e hum Monje, que era francez, que era da Ordem de Sam Bento, que elles hi aviam antre si por homem entendido, quando o Cardeal avia as rezoens com o Arcebispo, que seya revestido, disse este Monje descontra o Papa, que nom era dino, nem pertencente pera ser Papa, nem cria, que era Papa, e per esta guisa envolvem estes Castelaõs, e estes francezes este Concilio. Outro si forom os sobreditos neste dia a Sam Domingos, como dito he, e fezeram Congregaçam, ss. os que tinham por parte do Papa em huma casa, e os que tinham descontra elle outra caza, e acordarom os da parte do Papa, que era bem de se tornarem dez da sua parte, e outros dez da outra parte, e estes litigassem sobre este feito, e dessem sentença onde se fizesse este Concilio, quer o cometessem a tres, ou a quatro homens desta Cidade, que fossem homens entendidos, e de boa vida, e ouvissem as partes com seu dereito, e os outros sobreditos quando lhe cometerom esto nom o consentirom quanto aos Juizes de fora, salvo, que se tomassem dez por dez, como dito he, e nesse acordo ficarom, e ao outro dia forom-se a Congregaçaõ a Seê, e a Vespora forom a Sam Domingos a despu-

desputaçaõ, e ao outro dia forom a Sam Francisco, e acordaram todos, que daquelles dez, que estavaõ em cada parte, que se tomassem de cada parte seis por seis, e estes fossem Juizes, e desembargassem este feito, como achassem, que era dereito dos quaes eram por parte do Papa estes, ss. hum Embaixador de Portugal, que he o Bispo do Porto, e hum Daragaõ, e outro de Italia, e quando forom ao outro dia disseram os Franceses, que nam queriam estar por aquello, senam, que degratassem em Avinham, e assi forom estes Juizes desfeitos, e o Cardeal, que hia dellegado fez huma cedula dizendo nella, que lhes cometeram muitas avenças, sobre esto elles concordarom em algumas, e despoes as desfaziam, e desfazem, porem, que elle lhes cometia nesta cedula quatro cousas, elles escolhessem huma dellas, e que detriminassem este feito, pois que por elles nam podia ser detriminado, ss. que outorgassem de huma parte, e da outra todos seus compridos poderes no Emperador de Grecia, elle detriminasse omde se fezesse este Concilio, e se nam quisessem este, que tomassem certos seos Embaixadores, que estavam no Concilio, e se nam quisessem estes, que tomassem os Embaixadores, que aqui estavam pollo Emperador Dallemanha, e se esto nom quisessem, que tomassem outros quaesquer, que elles quizessem, e nom fossem de huma parte, nem doutra, elles detreminassem esto, e os sobreditos destas quatro cousas, que lhes forom cometidas, nom quizeram outorgar nenhuma dellas, nem outras muitas couzas, que lhes cometerom senam, que degretassem o Concilio em Avinhom. Outro si ficarom em acordo, que fossem o outro dia a Seê pera fazerem Congregaçaõ, e este Cardeal francez ouve seu conselho com os sobreditos, que com elle tem, e acordaram, que se fossem todos muy bem cedo a Seê, e que se revestisse ho Cardeal, e dissesse missa, que quando viessem os outros, que estivesse elle ja na missa por nom terem os outros razaõ de o estorvarem, e como acabassem a missa hiriam fazer Congregaçaõ, elle degrataria o Concilio em Avinhaõ, pois que o grado era seu, e mais acharam estes sobreditos em hum livro hum degredo, que dizia, que em Tolledo fora ja feito outro Concilio, no qual forem em desacordo como aqui som, e litigarom tanto, que vencerom as mais vozes, e alli fizerom este degredo dizendo, que quando fizessem este Concilio, que vallessem as mais vozes, elles podessem escomungar, e dispoer as mais poucas. Mas este degredo nom se entende per esta guisa, senam quando aquecer em algum tempo algum Concilio onde naõ venha o Papa, e todolos Cardeaes, salvo Arcebispos, e Bispos, e outros Prelados, este Concilio a tal possa ser feito as mais vozes, ellas possam fazer esto, como dito he, porque este Concilio tal nam se chama jeral, como he este. Outro si as outras partes souberom desto parte, e forom-no dizer ao Dellegado, e elle disse, que se fossem logo a Seê a Congregaçaõ, e se outro Cardeal degratasse em Avinhaõ, que elle degrataria em Florença, e se ho outro escomungasse, que elle os assolveria, e mandou, que fossem todos recebidos, porque entendia, que averia hi arroido, e mandou pedir ao Conde dez Escudeiros pera hirem com elle ata Seê. Outro si a

justiça da Cidade soube em como estes sobreditos aviam de ter esta dispntaçam, e que se escusava, que nom ouvessem arroido ouverom seu acordo, do qual foi este: foi a Seê o Regedor da dita Cidade, e forom com elles ij: homens armados, e quando chegaram a Seê mandou, que se metessem todos em huma caza, salvo vinte, ou trinta, que ficaram com elle, e disselhes, que nom saissem fora daquella casa, ata que nam ouvessem seu mandado.

Outro si os sobreditos estando neste desacordo dislelhes aquelle Embaixador do Emperador Dallemanha, que lhes pedia pollo amor de Deos, e pollas suas santidades, que viesse algum bom acordo, e veyo per tal guisa, que fossem todos em hum conselho onde se fizesse este Concilio, elles disserom todos dambalas bandas, que lhes prazia, e assi ficaram dacordo pera outro dia, e forom laa, e do acordo, em que ficaram ao outro dia, e de cedolas, que hi trouxerom, nom concordaram, senam que degratasse em Avinhoó, e que o degratariam ao outro dia, e os Bispos de Castella, que hi estavam, quando esto virom, que nom acordarom, e aviam degratar dambalas partes cada hum em seu lugar derom hi huma cedula em nome de seu Senhor ElRey, dizendo nella muitas razoens, das quaes esta foi a principal dellas, dizendo, que elles protestavam neste Concilio por seu Senhor ElRey, e por todos Ecclesiasticos, pois que elles todos nom concordavam, e queriam degratar dous Concilios, que elles nam consentiam, nem outorgavam, nem eram a nenhum delles, salvo a elles, onde viessem os Gregos, alli queriam elles, e assi o requeriam, e protestavam, e lavavam as maons deste feito, e pedirom assi hum Estormento pubrico, e co esta protestaçaõ, e assi o tem. Outro si neste dia foi hum francez a casa do Leguado, que tem o Sello do Comselho, e levou quarenta, e quatro Bullas, que lhas assellassem, e mandou o Legado, que lhas assellassem, e foi-se a hũ seu homem, que tinha o sello, elle tomou-as, e leo-as, e contou-as, e achou aquellas quarenta e quatro, e foi pôr corenta e quatro sellos, elle em quanto foi por elles tirou outras duas Bullas falsas, que trazia escondidas, e meteo-as com as outras em tençaõ, que as assellasse todas nom cuidando elle, que o outro ouvesse de contar os sellos, nem que para se mẽtes aquello, e o outro como vio os sellos dissselhe, que lhe rogava, que lhe assellasse logo aquellas Bullas, e elle veria por ellas a hũa ora, e o outro tornou-se, e elle começou loguo de sellar, e tendo acerca daselado mingoaromlhe huns tres, ou quatro sellos, porque daquelles, que elle trouxe eram delles maos, e foi por outros, e nom os contou, e começou dassellar, e nisto chegou hum frade, que vinha catar huma Bulla se lhe era assellada, tomou huma Bulla, e acertou de ser huma das falsas, e leo per ella, estando ja ãvas aseladas, e disse ao outro, que assellava, tal Bulla como esta assellades vos, e o outro oulhou-a, e ficou muito espantado, e nella dizia, primeiramente o Legado, e o Cardeal de Sam Pedro, e o Cardeal Darles, e os Patriarchas, e Arcebispos, e Bispos, e todolos Embaixadores, que estavam no Concillio ellegiam, degretavam Concilio, que se fosse em Avinhaã, e os Embaixadores, que la estavaõ,

vaõ, que recebessem loguo o dinheiro, e embarcassem loguo, e fossem pollo Emperador a Grecia, como ja dantes tinhaõ ordenado, e como elle acabou cortoulhe logo o sello, e contou as Bullas, e achou 46. e disse, que o outro nom lhe dera mais de 44. e começou de ler por ellas, e topou na outra Bulla falsa, e dezia nella, que os sobreditos ellegiam degratavaõ o Concilio em Avinhaõ, e mandavam, que se tirassem as dizimas per todolos Reinos pera pagarem aquelle ouro, que emprestava a Cidade Davinhaõ ao Concilio pera darem aquelles Embaixadores, que aviam dir pollo sobredito, e elle como acabou cortoulhe logo o sello hi tomou-as ambas, e levou-as ao Dellegado, elle quando as vio ficou muito espantado de tal treiçaõ, como aquella, e disse, se tal cousa como aquella fora passada, que foram as mais falsas Bullas, e pior couza, que nunca no mundo fora, mas pois, que Deos nom quis, que passassem, que folgava muito com ellas pera ter mayor rezam de se nam fazer alli o Concilio, e mandou-as logo queimar, e se este frade nom fora, ellas passaram, e o sobredito quando veyo embusca das Bullas, soube desto parte, e nom as quis ir demandar, porque nom ousou la dir, e esto fez este Cardeal francez pera as mandar Avinhaõ pera se comprir o que nellas era conteudo, que quando as partes soubessem, que fossem ja provicadas, e quando quizessem dispoer contra ellas, que as nam podessem desfazer, porque as amostrariam asselladas com seu sello, e per esta razam seria o Concilio em Avinhaõ.

Outro si ao outro dia, que foram sete dias do mes de Mayo foi este Concilio degratado omde se fezesse, e no dito dia as sinco oras depois de meya noite, Frey Gil, e o Provincial, que estavam hi por Embaixadores como dito he, e ouveram todos tres conselho com aquelle Embaixador do Papa, que pousava junto do Bispo, dizendo suas rezoens, e como os francezes aviam degratar com Avinhaã, e elles em Florença, e mais, que aquelle Cardeal avia de dizer aquella missa despirito santo, segundo he costume, e como acabasse quereria loguo degratar, e mandaria loguo tomar o Coro pera degratar delle, e nom teriamos nos Coro, onde degratassemos, e estiverom assi em seu conselho, e acordaram, que mandassem dous, ou tres homens a porta da Seê, que andassem por hi darredor, e ainda, que os hi achassem nam sospeitariam nada, e como abrissem as portas, entrassem loguo, e tomassem este Coro, e nom deixassem entrar dentro nenhum homem, e viesse logo algum delles dizerlho, e mandariam la mais homens pera o defenderem, se o quizessem tomar, e os sobreditos partirom loguo, e chegaram a porta da sobredita, que estava ainda fechada, e estiverom aguardaram, ate que veyo o que tinha as chaves, e era ja bem manhaã, porque defendera a justiça aos Conigos, que nom fossem rezar as matinas, nem mandassem abrir as portas senam des que fosse bem manhã, temendo-se desto, que se fez, e destes tres homens, que os sobreditos mandaram, foi laa hum frade daquelle Embaixador do Papa, que era Allemam pera fallar ao sobredito estando co elle fallando, que lhes abrisse huma porta, e lhes encaminhassem como podessem tomar aquelle Coro, elle disse, que

que lhe prazia, e nisto recrecerom hi francezes, que vinham sobre aquello, em que elles estavam, e foi o sobredito abrir a porta, e entrarom logo todos de volta, e foi-se logo o frade a porta do Coro, e indo polla escada foram huns dezaseis, ou vinte francezes, e sobirom com elle, elle quizera sarrar a porta, e foi hum francez, e juntou com elle, e abraçou-o, e achoulhe de soo abito hum savastro cinto, e disse aos outros, que trazia hum savastro, elle disse, porque me abraças, cuidas, que sam molher, vai abraçar a puta, que te pario, ou vai abraçar hum perro, se mais pôos maõ em mim dartey huma cuytilada, que nunca selas pera homem, e nesto chegou o Cardeal francez, que estava esto aguardando hi em huma caza, e foi logo o Coro cheo de francezes, e o frade dentro com elles em volta, e os dous seos parceiros estavam de fora, que os nom deixavam entrar dentro, e nesto chegou a justiça, e disserom os francezes, que trazia aquelle frade hum savastro, e quizera dar com elle a hum dos seus, elles o tomaram, e os francezes tomaram o frade, e o deitaram fora do Coro, e sarraram a porta, e elle foi-se onde estavam os seus parceiros, e disse, que nam tinham ja alli cobro nenhum, e que o fossem assi dizer ao Bispo, e assi foi este Coro tomado, e forom-no dizer ao sobredito, que estava em casa do Embaixador do Papa, e cavalgarom loguo ambos, e forom-se a caza do Dellegua do, e o Dellegado cavalgou loguo, e a Cruz antelle, e forom-se todos tres a Seê, e quando chegaram estava ja la o Cardeal de Sam Pedro, seu parceiro, e muitos Bispos, e dous Patriarcas, e estava revestido o Cardeal sobredito, e começou logo de dizer sua missa, e o Dellegado quando assi vio, que se elle trigaba pera dizer aquella missa, ouverom seu conselho, elle, e o Cardeal de Sam Pedro, que hi sia, e o Bispo do Porto, e o Embaixador do Papa, e dous Pretonotarios, que siam hi todos juntos, e disserom, que como elles começassem degratar, que degretasse logo o Bispo do Porto, e estiverom assi, ate que acabarom a missa, e antes, que acabassem, e dissessem *Yte missa est*, poserom huma cadeira alta junto com a porta principal da sobredita, e foi logo posta nella hum Patriarca francez, e no Coro hum Bispo, que degratou esto acabado disserom, *dita missa est*, entam se deceo o Cardeal do altar, e veyo-se assentar na cadeira, e deromlhe hum livro, e começou de ler por elle, e como acabou disse o Embaixador do Emperador Dallemanha, que lhe pedia pollo amor de Deos, e de Santa Maria, e de toda a corte celestial, e polo Sacramento, e absolvimento daquella missa, que ouvirom do Spiritu Santo, que viessem de huma parte, e da outra alguma boa concordia, e oniõ, que fossem todos em huũ ajuntamento, e fezesem senhas cedullas, e visias hum de hũa parte, e outro da outra, e elles as grosasem, e as tirassem em limpo em huma, e mostrase-nas aos Cardeaes, e aos Patriarcas se outorgavam nellas, e os da parte do Papa disserom, que lhes prazia, e entam disseram os francezes Spiritu Santo, que quer dizer, que lhes prazia, e os da parte do Papa pozerom seu comprido poder no Cardeal de Sam Pedro, e da parte dos francezes era o seu Cardeal, e hum Arcebispo de Liam, que

que he parente DelRey de França, e hum Bispo, e hum Doctor, e foi-se o Cardeal de Sam Pedro, e este Arcebispo, e hum Doutor a hũa Capella, e estiverom per espaço de huma ora, e entam o Doutor veyo dizer sinco, ou seis pallavras ao Cardeal, que sia na cadeira, e como lhas disse, tornou-se logo pera onde estavam os outros, e forom logo ally onde sia o Cardeal tres Bispos dos seus pera saberem o que lhe dissera o Doutor, e como lho disse, tornaram-se assentar em suas cadeiras, e nesto chegou o Cardeal, que estava no Concilio, e o outro allevantouse da cadeira, e forom-se ao altar, que hi estava, e estiverom fallando ambos huma meya ora, e nesto chegou o Arcebispo sobredito, que trazia a dita cedola, e esteverom todos tres hum pedaço sobre ella, e entaõ se forom a Capella os sobreditos, e veyo-se o sobredito assentar na cadeira, e forom loguo alli dous Bispos, e huns sete, ou oyto Clerigos pera saberem aquello, que lhe os outros disserom, e como lho disserom, tornaraõ-se, e todo o que se fazia, sabiaõ-no todos os de sua parte, que o diziam de huũ ao outro, e da parte do Papa naõ, e nesto veyo o Doutor, e trouxe a cedola, e deu-a ao sobredito, que sya na cadeira, e forom loguo alli juntos os outros sobreditos, e virom a cedula, e grosaram hi hum pouco, entaõ a levou ho Doutor aos sobreditos, que estavam na Capella, e acabo de pouco veyo o Cardeal ao outro, que sia na cadeira, e levantou-se, e foi-se ao dito altar, e estiverom fallando hum pouco, e entam se foi o Cardeal a Capella, e o outro veyo-se assentar na cadeira, e a cabo de pouco, a Capella hum daquelles Bispos, e hum Doutor, que estava hi por Embaixador do Emperador Dallemanha, que era por parte do Papa, e estiverom la todos em conselho, e entaõ veyo o Doutor, que trouxe a cedola ao sobredito, e forom loguo alli os sobreditos a ver aquella cedola, e depois, que a virom, mandou-a o Cardeal pelo Doutor ao Patriarca, que sia na cadeira, e forom loguo ally juntos muitos daquelles francezes a ver aquella cedola, e como a vio levou-a ao Bispo, que sia no Coro, e como a leo trouxe ao sobredito com a reposta delles, e entaõ allevantou-se o Arcebispo Daragaõ, que era polla sua parte, e foi-se onde sia o Cardeal, e os Bispos, que estavam apar delle, e virom a cedola, e a reposta dos sobreditos, que era cedola, que o Cardeal lhes mandou, e hia tudo concruso, o que se tractava dambalas partes enviavalhe dizer, se outorgavam elles aquello, que alli hia conteudo, e elles responderom, que o outorgavam, e o Cardeal, e os sobreditos virom a cedola, e reposta, e grosarom nella, e entaõ a levou o Embaixador do Emperador aos sobreditos, que estavam na Capella, elles virom a reposta do Patriarca, e do Bispo, e como grosaram nella, e veyo o Cardeal ao outro, que sia na cadeira levantou-se, e forom-se ao altar, e esteverom ambos muito tempo fallando, e entam veyo o Arcebispo, e o Embaixador do Emperador, e esteverom fallando, e depois vierom dous Bispos, e estiverom todos hum pouco, e entam se forom a Capella, e veyo-se o sobredito assentar na cadeira, e estiverom na Capella hum pouco, e entaõ vierom todos, e o Cardeal diante, e foi-se ao outro, que sia na cadeira,

ra, e forom-ſe ambos ao altar, e eſtiveram ſoos muito fallando, entaõ chamaram os ſobreditos do conſelho, e eſtiverom todos hum pouco, entaõ ſe veyo o Cardeal de Sam Pedro aſſentar onde ſe elle ſia da primeira, e alli diſſelhe o Legado, que hi ſia, e ao Biſpo do Porto, e ao Embaixador do Papa, e a outros ſeos parceiros em ſegredo, todo o que elle fezera, e o que ſe paſſou dambalas partes, e o outro Cardeal ficou fallando com o Embaixador do Emperador hum pouco, entaõ ſe veyo aſſentar na cadeira, e fallou hum pouco com o Arcebiſpo Daragaõ, elle veyo com aquella repoſta ao Legado, e aos ſobreditos, e elles lhes reſponderam per elle, entaõ veyo o Embaixador do Emperador com outra embaixada ao Legado, e elle envioulhe per elle a repoſta, e veyo ao Legado outra vez, e elle enviou a repoſta, e por aqui ſe acabou a embaixada dambalas partes, entam ſe aſſentaram cada hum em ſeu lugar, ſalvo o Embaixador do Emperador Dallemanha, que eſteve em peê, e fez huma proteſtaçaõ em nome do Emperador, dizendo, que lhe foſſem teſtemunhas quantos alli eſtavam, de como elle pedia por teſtemunhas deſte feito Deos, e Santa Maria, e todolos Santos de como elles nom queriam obedecer ao mandado do Papa, nem queriam ſer todos em uniom, e faziam ciſma na Igreja, que era muy grande perda dos chriſtaons, e aſſi leixavam eſte feito nas maons de Deos, e pedio aſſi hum eſtormento, entaõ ſe foi eſte Embaixador, e leixou os: iſto fez elle, porque aquellas cedolas, e conſelho, que elles alli fizerom era, que vieſſem todas em huma concordia por nom fazerem ciſma, e da parte do Papa lhes foi cometido muitos Juizes, e muitas avenças, e nunca poderom com o Cardeal, ſenam que degrataſſem em Avinhom, ou em Saboya, e de tralos montes, ſalvo huma vez, que o teverom demovido, e foi hum Clerigo ſeu, e contradiſſelho, e dalli nunca o mais poderom converter, e como ſe o Embaixador do Emperador foi, fez logo hi hum Doctor da Cidade hum requerimento em nome da juſtiça, dizendo, que elle queria por parte da juſtiça, que elles tinham ſalvo conduto da Cidade, e a Cidade lho tivera ſempre em ſeu eſtado, e nunca ſe agravou dello nom embargante, que ella recebeo alguns delles nom lhes contradizendo elles, que queriam allevantar arroido na Igreja, e queriam fazer ciſma, e quebrar o ſalvo conduto, mas ſe elles amavam ſeos familios, e queriam delles ver boa fim, nam foſſe nenhum taõ ouſado, que allevantaſſe arroido, ſenam o primeiro, que o allevantaſſe ſeria prezo, e poſto em lugar onde nunca mais apareceſſe, e como eſte acabou veyo loguo outro Doutor em nome do Biſpo da dita Cidade, requerendolhe da parte de Deos, e de Santa Maria, e da Santiſſima Santidade do Papa, que elles viſſem, e foſſem todos em hum acordo, e juntamento, e degrataſſem todos em hum lugar, que nom fizeſſem dous Concilios, porque era ciſma, e mui grande perdiçaõ dos Chriſtaons, e como eſte acabou, proteſtou logo o Embaixador do Papa, dizendo, que lhes cometera pollos Cardeaes, e per outros muitos Embaixadores muitas concordias, e avenças, e muitas cedolas, que ſe fezerom dambalas partes, e os milhores delles outorgaram algumas dellas, e juravam, que as confir-

confirmavam, e depois, que as anichillaram, os quaes elles bem sabiaõ quem eram, e nam queriam dizer, porem que elle em nome de todalas vozes, que eram pollo Papa anichillavam todalas suas vozes, que elles nom podessem fazer, nem a der, nem degratar, nem fazer Concilio, nem couza nenhuma, que todo dava por nenhum, e por anichillado, porque nom eram todos em huma uniom, e o que se fezesse polla parte do Papa, que o dava por firme, e por estavel, e valliosо o Concilio, que elles elligiam, e assi lhe fossem dello testemunhas do testr.º que elle pedia a Deos sobre este feito, dizendo, que lhe fosse Deos, e Santa Maria com toda a corte cellestial, e as agoas, e a terra testemunhas deste feito, e pedio assi hum estormento, e per aqui comcordio seu feito, e o sobredito, que sya na cadeira mandou logo, que rezassem as ladainhas, e como as acabarom disse hum Clerigo hum Evangelho, e como o acabou assentaram-se todos, e mandou ao Bispo, que estava no Coro, que degratasse elle estava ja prestes, e o Bispo do Porto, que sia apaar dos Cardeaes, que eram por parte do Papa estava percebido, que como o outro começasse degratar pera degratar elle logo, e ho outro tomou a carta, e elle tambem, e começarom ambos de degratar, e o Bispo do Porto quando acabou a sua carta, nam tinha o outro lido senam ametade da sua, e como o Bispo do Porto acabou todolos, que tinham pollo Papa outorgaram o que era nella conteudo, e rezarom sobre esto hum pouco, segundo he costume, e co arroido, que elles faziam, tornou-se o outro Bispo, que nom pode leer, ataa que elles acabaram seu officio, e entam acabou elle de ler sua carta, e leo loguo outra das dizimas, que era tal como a outra falsa, e fezerom seu officio, e o degratado por parte do Papa em dous lugares, ss. em Florença, ou em Oncinam, que he no Senhorio de Veneza, que som cinco legoas de Veneza, e os outros degrataraõ em tres lugares, ss. em Avinhã, ou em esta Cidade, ou em Sabova de tral os montes, que he em França, e esto acabado, disse o Embaixador do Papa ao Legado, Senhor, que fazeis vamo-nos daqui, elle disse, aguardemos a este Cardeal, pois nos disse missa, porque he costume de levar antre nos onradamente, e elle disse, he bem pois foi nosso Capellaõ, e os francezes ouverom isto, que o deziaõ em maneira descarnio, e elles ho disseraõ ao sobredito, e elle ho pos por injuria, e o Embaixador quisera arguir com elle, e o Legado disse, que nom arguisse, entam se alevantou, e o Legado, e o Cardeal de Sam Pedro, e o Bispo do Porto, este Embaixador, e todolos outros, que tinham por parte do Papa, foram-se pera suas pousadas, e os outros ficaram hi, e assi foi este Concilio detreminado; e outro si quando se este Cardeal allevantava da cadeira pera ir ao Concilio ao altar assemtava-se loguo nella o Arcebispo Daragam, porque se temiam de lha tomarem. Outro si eram hi trinta e sete Mitras, ss. tres Cardeaes, e dous Patriarcas, e os outros eram Arcebispos, e Bispos, e Abbades Bentos, e mingoavaõ, e os dous Bispos de Castella, que nom quiserom laa ir pollo estormento, que tomaram, como dito he. Outro si tinham estes francezes ordenado, se se o Bispo do Porto as-

 sentar

ſentar da outra parte donde elles ſyam na cadeira DelRey de Portugal, de lhe tomarem a carta quando elle degrataſse, porque eſtivera laa ſó, mas por degratar mais honradamente mandou o Legado, e o Cardeal de Sam Pedro, que eſtiveſsem apaar dello, e quando elle degratava eſtava hi a juſtiça da Cidade, que nom ouſava hi nenhum de rebullir, e ſe alguem allevantara arroido, eſtavam em huma caza trezentos homens armados, que os tinha hi a juſtiça pera eſte feito, e ao outro dia forom os que eram pollo Papa, e fizeram Congregaçaõ, e os francezes fizerom outra ſobre ſi, e porque elles nom tinhaõ Legado, nom tem poder pera o fazer, e ſem elle nom pode fazer Congregaçaõ; fizerom o Arcebiſpo Daragaõ Prezidente por ſer entre autoridade de Leguado. Outro ſi neſte dia eſcreverom os do Papa aos Embaixadores, que eſtavaõ em Avinhaõ, que por nenhuma Bulla, nem letra, que lhes foſse amoſtrada, que nom obraſsem por ella, nem a creſſem, ſalvo a que lhes foſſe moſtrada do Papa, ou do Leguado do dito Concilio, recontandolhe de todo como eſtava o Concilio degratado. Outro ſi vierom-ſe os Biſpos de Caſtella, e o Arcebiſpo Daraguaõ primeiros a ver eſtes ſobreditos pera meterem antre elles alguma avemça por ſerem todos em concordia, e uniam, neſto eſtavam o Arcebiſpo, que o Conde partio, e mais eſtavaõ ſobre o ſello, dizendo os da parte Davinham ao Legado, que lhes deſſe o Concilio, ou fariam elles outro, e o Leguado reſpondeo, que aquello pertencia ao Papa, que elle lhe eſpreveria ſobre ello, e elles deziam, que nam queriam atender a repoſta ſenam fazer ſello por ſi, e neſto eſtavaõ ao tempo, que o dito Senhor partio.

Outro ſi aos doze dias de Mayo, ſe foi o Conde eſpedir dos Cardeaes, e do Embaixador do Papa, e o Legado lhe fez muy grande honra, e diſſe ao Conde, que ſe elle foſse em algum tempo em tal eſtado, que elle o acreſcentaria, e eſto foi confeſsado pollo Conde, dizendo o Conde, que ſe lhe elle prometera, que lho manteria em muy grande merce. Outro ſi eſteve o Conde neſta Cidade cinco meſes, e onze dias: e aos treze dias do mes de Mayo partio o Conde deſta Cidade pera Colonha, ſam lx6iij. legoas, e fretou ſeis barcas por ij. florijs, em que foi ata Colonha, ſl. em as quatro dellas hiaõ os cavallos, e na outra hia o dito Senhor com os fidalgos, e tres officiaes, e os outros hiaõ nas outras, e neſte dia foi dormir a huma Villa, que chamam Ruam, que ſom dez legoas, eſta Villa he muy roim de mas cazas, mas tem huma Igreja muy boa, e ao outro dia foi dormir a Cidade Daſtraasbur, que ſom quatro legoas, e antes, que o Conde chegaſſe ao eſtao onde pouſou, paſſou por fundo de dezaſſeis pontes, e huma dellas tem lxxj. piar, e deziam, que tinha eſta Cidade humas vinte e ſeis pontes, e he toda cercada dagoa, e tem muy bom termo, e muitos Caſtellos darredor, a legoa, e a duas legoas, e as caſas della nam ſam boas, nem tem bons frontais a reſpeito doutras Cidades. Outro ſi a Cidade mandou hum prezente de vinho ao Conde, e o Conde mandou dar florijs a aquelles, que trouxerom o dito vinho, elles o nam quiſeram tomar, dizendo, que elles eram ajuramentados polla Cidade, que quando levaſſem alguns

guns ferviços, que fe lhes deffem ouro, que o nam tomafsem, falvo cada huũ feis, ou fete, e affi lhos derom per tal guifa, que lâ forom os dous florijs, e como o Conde jantou, cavalgou pella Cidade, e foi ver a Seê, efta fobredita he muy fermoza, e bem comprida, e tem huma torre bem largua, que dizia o Conde, que fora das mais altas, que nunca vira, e tem dez quadras, e cada quadra tem fua efcada, e contaram os degraos a duas dellas, e acharam 6jxxx6ij. degraos, efta torre nam era ainda acabada. Outro fi tem huns Orgaõs, que dezia o Conde de quantos elle vira, que aquelles eraõ os melhores, e veo hum homem, e tangeos, elles foavam muy bem, e fom dous huns, que tanjem groffo, e outros delgado, eftaõ ordenados por efta guifa; elle tange primeiro os grandes, e os tenores delles tanjem com os pees per engenho, e fom fete tenores, ff. dous na metade, e os quatro nos pees, e como acabava de tanjer eftes, logo os pequenos fem fe mudar dally, e eftavam affy ordenados.

Na Cidade Difpir jazem na Seê em huma Capella dez Emperadores, e jazem na terra, e tem fobre fi cada hum fua capa em cima.

Outro fi eftava nefta Cidade em huma Igreja figurado Sam Chriftovam, que foi apodado, que era em longo cinco braçadas, e era de pâo, e ao outro dia foi dormir a hum Caftello, que chamam Humbur, que fam nove legoas, e nelle moraraõ ate vinte e feis fogos, e ao outro dia foi a huma Cidade, que chamaõ Ifpir, que fom fete legoas, efta Cidade tem boas cafarias, e tem huma See, que tem quatro torres muy fermofas, e he cuberta de chumbo, e he bem comprida, que tem doze efteos, e bem largua, efta Cidade tem bom termo, e nefte dia achou o Conde hum Caftello, que efta junto com o Rio, que chamam Maner, que he cuberto com chumbo, e ao outro dia foi a huma Cidade, que chamam Humbina, que fom fete legoas, que he huma Cidade muito roim, e ao outro dia, que foi Sabbado foi dormir a huma Cidade, que chamaõ Otagóça, que fom outo legoas, efteve hi, o outro dia, que foi Dominguo; efta Cidade he muy boa, e bem povoada, e tem bons termos, e huma Seê muy boa, e tem duas Imagens de Santa Maria muito fermozas, a oufia he muito boa, e na Igreja eftam muitas armas de juftas, e de torneos, e efta outra Igreja della hum tiro de pedra, que he ordenada como Seê, e tem duas oufias, ff. huma em hum cabo, e outra no outro, e fom muy fermozas, e quando vaõ da Seê pera ella vaõ per fundo de hum alpendere, que he todo cheo dalpendres, e tendas, em que vendem muitos panos, e muita marcaria, e outras mercadorias, e a Cidade mandou hum prezente de vinho ao Conde. Outro fi forom contados de Bafilea ata efta Cidade todolos Caftellos, e villas, e com as Cidades, que affi eftavam juntas com o rio, que que chamam a huma dellas Brifaque, e a outra o Penaher, e a outra Eftraasbur, e a outra Ifpir Julmon, e aldeas, em que moravam dezaffeis, vinte fogos, eftes lugares todos pareciam do dito Rio, porque hiam de Bafilde ate efta Cidade de lugares cliij. e delles eftavam do Rio huma, e duas legoas, que pareciam do dito Rio, porque he de Bafille ate efta Cidade a terra toda chaam, e todo cheo

de muy grandes matas, e desta Cidade a Colonha sam vinte e sete legoas, e este Rio vai per antre duas serras, que sam as milhores, e mais fermosas, que no mundo ha, que som todas cheas de muy boas vinhas, e tem muitos Castellos, e villas, e Cidades como a diante faaz mençaõ.

A segunda feira seguinte partio o Senhor Conde desta Cidade pera Colonha, e foi dormir a huma villa, que chamam Santo Grinel, e alli jaz este dito Santo em huma Igreja, e neste dia achou o Conde duas Cidades, e huma chamam Loquerne, e tem muitas vinhas darredor, e a outra chamam o Carraa, e mais huma villa, que chamaõ Carnil, e tem dous Castellos sobre si, e hum esta na metade do Rio, e outro em huma peña, que som muy fortes, e neste dito dia forom contados os Castellos, e Villas, e estas duas Cidades, e quatro aldeas, e acharam, que eram trinta e outo per todas, que estam todos per veira deste Rio, este dia andou o Conde nove legoas, e ao outro dia foi dormir a hũ Castello, que chamam Angles, que som sete legoas, e neste dia ouvera o Conde dir dormir a huma, que eram 6iij. legoas, e fez muy grande vento, e chovia per tal guisa, que nõ poderaõ hir as barcas por diante, e por esso dormio neste Castello, que moravam nelle ata vinte e seis fogos, e nom acharam hi carnes, nem camas, nem paõ, senaõ de raza, e ovos, que cearam, e neste dia forom contados os Castellos, e Cidades, e acharam tres Cidades, e huma chamam Poupar, e outra Rosta, e a outra Cambulancia, e ha dezanove Castellos, e cinco aldeas, e ao outro dia foi dormir a huma Cidade, que chamaõ Bona, que som nove legoas, e o Conde mandou as quatro barcas cos cavallos, assi como ellas vinham ordenadas, que fossem dormir a Bollonha, que erã dalli quatro legoas, e assi andaram este dia doze legoas, e como chegaram a dita Cidade o Aposentador do dito foi tomar hum estao, em que por aquella noite dormio toda a jente, e os cavallos, e mandou logo, que tirassem os cavallos das barcas, e os trouxessem ao estao, e a frasca toda, e esto feito foi logo buscar outro estao, porque este nom era bom, e foi tomar hum acerca da Seê, que he muy grande, em que coube o Conde com todolos seos, salvo nove, ou dez pessoas, que dormirom fora em outro. Outro si forom contados todolos Castellos, e Cidades, villas, e aldeas, que acharam neste dia, e acharam duas Cidades, chama-se huma Leni, e a outra Bona, onde o dito Senhor dormio, e per villas, e Castellos, e cinco aldeas eraõ vinte e nove, e nestes, que aqui vaõ escritos som delles do Conde de Barbaria, e delles de Condes, e de dous Bispos, e de hum Arcebispo, ss. Bispo de Magonça, Bispo de Treves, e Arcebispo de Colonha, e doutros cavalleiros, e todos som povoados, estaõ nelles gentes darmas, porque am guerra huns cos outros, em alguns delles estaõ gentes, que sayem aos caminhos roubar as gentes, que vaõ por elles, e junto deste Rio estaõ dous Castellos de dous Irmaons, e de hum ao outro ha hum tiro de pedra, e ao tempo, que o Conde por hi passou, avia quatro annos, que hum Irmaõ com o outro aviam peleja, e hum delles tinha a vantajem ao outro, porque o Castello era mais

mais alto, e destroyo com fogo dalcatram per tal guisa, que lhe matava gente, e sabendo-o este Bispo de Treves meteo-se antre elles, e fellos amigos, e fez com elles seos contratos per tal guisa, que ouve os ditos Castellos pera si, e por seus estaõ. Outro si quando o Conde partio de Basille, ordenou huma barca, em que hiaõ os officiaes com suas bestas, e hia co elles o Patraõ, cujas eram as barcas, porque sabia as Cidades, e villas, e Castellos, onde aviam de pagar dereitos, porque he costume, que todalas barcas, que passarem por estes lugares paguem dereitos de quanto levarem, e a lugares pagam seis, sete, e viij. florijs por como eram as costumajeẽs, e esto foi, porque quando o Conde chegasse, que se nom detivesse, e mais hiam ordenados, que como chegavam ao primeiro luguar, compravam logo pam, e vinho, e carne, ou pescado, e faziam logo de comer, que quando o Conde chegava tinham tudo prestes; em cada barca ya hum homem, que tinha desto carego, que hia tomar paõ, e carne, e antam andavam sua viajem, e assi hiam nas barcas jantando, e saiam a noite todos em terra, e os cavallos tambem, e dormiam nas Cidades, e lugares, como disse, e pela menhã tornavam-se as barcas, e assi fizerom em quanto andaram por este Rio. Outro si ao outro dia pela menhã partio o Senhor Conde donde dormira, que som quatro legoas desta sobredita quando ahi chegou tinha ja hi as bestas prestes, e como sayo das barcas cavalgou logo, e veyo-se ao dito estao. Esta Cidade tem boas cazas, e boas ruas das boas, que o Conde achou em Cidade de Portugal ata esta mas naõ he tamanha como Lixboa, mas he milhor povoada, e o termo, que tem he de paõ, e algumas vinhas muy poucas, e os que hy moram todos sam officiais, tem huma Seê muito grande, e boa, e se for acabada sera muy fermoza, e nella jazem os tres Reys Magos, e hum berço de Sam Nicollao, e outras Relliquias de Santos, e Santas, e em hum Moesteiro de Saõ Francisco jaz hum Innocente, dos que mandou matar ElRey Erodes, e jaz mirrado. Outro si os tres Reys Magos jazem em huma Capella, que nom he mayor, que quanto hum homem pode caber aredor do moimento, e a Capella he de ferro, e de chumbo, e tem huma per quanto cabe hum homem, e tem huma janella de huma braçada em lomguo per onde os vem elles: jazem todos tres em hum moimento, e jazem ordenados, e cubertos per tal guisa, que nom parece delles senom as Coroas das cabeças, que abrem hum moimento, per quanto ellas parecem, e estam assi abertos todolos dias do mundo em quanto dizem missas, e mais nam, porque vem hi todolos dias do mundo muitos homens, e molheres em Romaria, e nenhum homem, nem molher nom lhe poem a maõ, nem toca nellas, salvo hum Clerigo, que esta hi dentro por guarda, e tem as chaves, e quando algumas pessoas querem tocar algumas Relliquias, dam-nas aquelle sobredito, elle tem hi humas troquesas de prata, e toma aquellas Relliquias, e tocas na cabeça delles, e entaõ daas a cujas saõ, e como as missas sam ditas cerra logo as janellas, e fechas. Outro si nesta Seê esta hum sino novo, que he na roda de trinta e seis palmos, e treze em alto, e tem duzentos e trinta quintaes. Outro

si

si nesta Cidade jazem aas onze mil Virgeẽs, e hum Papa, e hum Rey Despanha, e huma sua filha, e huma Rainha dos ditos Reys, e outros Reys, e Rainhas, e Duques, e Emperadores, e hum Patriarca, e Bispos, e outros Santos, e Santa Apollonia, e Santa Ursula, que era rua destas sobreditas, ss. todolos Corpos destes Santos, e Santas jazem nesta suso dita em hum Moesteiro, que se chama das Virgeẽs, estaõ freiras nelle, e no Mosteiro de Odivellas esta a Cabeça de Santa Ursula, que he no caminho de Lixboa, e as cabeças destas sobreditas estam dellas em Igrejas, e Mosteiros nesta Ribeira de Reina, e per outros Reinos, e outras Relliquias muitas. Outro si aos trinta dias do dito mez foi o Corpo de Deos, e cada Igreja, e Mosteiro faz Corpo de Deos sobre si, e cada hum vai a Seê, e vam ordenados per esta guisa, algumas freguezias levam diante candeas acesas, e depos ellas vam todas as moças, e vaõ todas rezando com cada huma seu Santo na maõ, e levam tres, ou quatro Imagens de Santa Maria em andas, e cada Imagem levam quatro moças Virgeẽs, e depos ellas vaõ moços rezando, e delles per livros, e depos elles vay a guayola, e levam-na homens, e he cerrada como moimento, e vai nella debuxado JESU Christo, como quando resurgio, e depos ellas vam os Crerigos.

Carta de legitimaçaõ de D. Francisco de Portugal, I. Conde de Vimioso. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 176, donde a copiey.

Num. 7.
An. 1505.

DOm Manoel por a graça de Deos Rey de Portugal dos Algarves daquem e dalem, mar em Africa Senhor de Guine e da Conquista navegaçaõ e comercio da Ethiopia da Arabia Persia e da India. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por Dom Francisco filho de Dom Affonso Bispo da Cidade de Evora meu muito amado Primo nos foy aprezentado hum publico instromento de ligitimaçaõ polo qual o dito Bispo seu pay o ligitimava, e havia por seu ligitimo herdeiro, pedindonos nela por merce que houvesemos o dito instrumento por aprovado e o confirmasemos como nelle se comtinha do qual o theor he este que se segue. Saibaõ os que este instromento daprovaçaõ virem que no anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos e cinco seis dias do mes de Fevereiro na Cidade Devora dentro nos Paços de Dom Affonso Bispo da dita Cidade estando hi o dito Bispo logo por ele foi dito que por este prezente fazia a saber a elRey nosso Senhor como ele tem hum filho por nome chamado Dom Francisco de molher solteira ao tempo da sua nacença e quando ele dito Senhor Bispo era secular; e por quanto o ele queria ligitimar para soceder seus bens o de quaesquer outras pessoas que lhos dar ou leyxar quizesem que pedia por merce a Sua Alteza, que dispensase com ele e o ligitimase e habilitase e lhe concedese que possa aver todalas honras privilegios, liberdades,

dades, e dignidades, asy e taõ compridamente como se de ligitimo matrimonio nacido fosse, e com todalas clauzulas e condiçoens que Sua Alteza costuma fazer em similhantes dispensasoens o qual de Sua Alteza recebera em muita merce em testemunho delo outorgou e mandou ser feito este estromento sendo a esto prezente por testemunhas. Mestre Felipe Fizico e Mestre Fernamdo outro si Fizico seu filho, e Luis Gonçalves Botafogo Escudeiro do dito Senhor moradores na dita Cidade e eu Diogo Devora Escudeiro do dito Senhor, e seu pubrico Tabaliaõ, que esto estromento escrevi e aqui meu publico sinal fiz. Pedindonos o dito D. Francisco por merce que lhe confirmasemos o dito estromento e ouvesemos por ligitimado, na maneira que o dito Bispo seu Pay no lo pedia e visto por nos seu pedir, nos de nosso poder Real, avemos dagora para sempre o dito Dom Francisco por filho ligitimo e universal herdeiro do dito Bispo seu Pay em todos seus bens e fazenda, e asy de quaesquer outras pessoas que lhos leyxar quizerem, e o habilitamos e queremos que elle possa gouvir, e de todalas honras preminencias, privilegios liberdades dignidades, e quaesquer outras insignias e graus em que os filhos ligitimos das taaes pessoas podem e devem entrar e aver, porque nos soprimos de nosso poder ausoluto, e Real, qualquer defeito ou mingua de direito que contra esto se possa dizer e alegar, e anullamos, e derogamos quaesquer Leys Ordenanças e Capitulos de Cortes que encontrairo hy aja e queremos que sem embargo de tudo esta nossa Carta aja efeito e se cumpra para sempre em todo sem contra ella hirem em maneira algua; e porem o notificamos asy a todolos nossos Corregedores, Juizes, Justiças, e a quaesquer outras pessoas a quem for mostrado, a que mandamos, que assy o cumpraõ inteiramente e por firmeza disso lhe mandamos dar esta dada em Lisboa a quinze dias de Fevereiro Vicente Camello a fez anno de nosso Senhor Jezu Christo de mil e quinhentos e cinco.

ELREY.

Outra Carta de legitimaçaõ delRey D. Joaõ o III. ao Conde de Vimioso D. Francisco de Portugal.

Num. 8.
An. 1534.

EU ElRey faço saber a quantos este meu alvara virem que eu vy esta Carta a tras escripta, e de meu propio motu, e Real poderio, ey por bem que se emtenda para o dito D. Francisco Conde de Vimiozo meu muito amado primo poder aver e ter quaesquer terras e padroados da Coroa de meus Reynos que lhe atequy por my sejaõ ou daquy por diante forem dados ou por qualquer maneira leixados ou avidos, e o ey por ligitimo pera isso sem embargo da Ordenaçaõ do segundo libro titulo dezasete §. outra duvida, e quaesquer outras leys em contrario as quaes ey por derogadas pera este efeyto como se da sustancia delas fizese expresa mençaõ, e quero que este meu alvara seja firme, e tenha inteiro vigor, e efeito como Carta minha patente pasada por minha Chancelaria sem embargo da Ordenaçaõ do livro

livro 2. tit. 20. que diz que as couzas cujo efeito ham de durar mais de hum anno no passem por alvaras porque a ey por derrogada nisto e quero que nom valha, e este alvara se cumpra pera sempre porque asy o ey por meu serviço, e asy me praz, que este nom pase pola Chancelaria sem embargo da Ordenaçam porque mando que as minhas Cartas e alvaras nom valham nom sendo passadas pela Chancelaria, porque tambem pera este alvara aver efeito a derogo S. Pero Dalçova Carneiro o fez em Evora a ix dias de Mayo de mil quinhentos XXX IIIJ.

REY.

Alvará para que o Corregedor naõ entre nas terras, que D. Francisco de Portugal comprou ao Duque de Bragança. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 508, donde o tirey.

Num. 9. An. 1515.

NOs ElRey fazemos saber a todolos nossos Corregedores, Juizes, e Justiças, a que esto pertencer, que o Duque de Bargança, &c. meu muito amado, e prezado sobrinho tem vendidas por nossa licença a Dom Francisco do nosso Conselho as suas terras da Lousada, Penela, Villachaã, e Larim por via de retro vendendo, e ouve dellas nossa doaçaõ, e trespassaçaõ, pello qual a nos praz, que os privilegios, e liberdades, e provisoens, que o dito Duque meu sobrinho tem pera nas ditas terras nom entrar Corregedor se cumpraõ e guardem ao dito D. Francisco como nellas for conteudo, e esto em quanto nossa merce for porem vos mandamos que asy o cumpraes, e façaes cumprir, e guardar este nosso Alvara, porque nos o avemos asy por bem; feito em Almeyrim a xiij dias de Janeiro. Jorge Fernamdes o fez anno de 1515.

REY.

Carta porque ElRey D. Manoel fez a D. Francisco de Portugal, Conde de Vimioso. Está na Torre do Tombo, livro quarto dos Mysticos, pag. 152.

Num. 10. An. 1516.

DOm Manoel, &c. Fasemos saber, que esguardando nôs ao muito devido, que comnosco tem Dom Affonso, Bispo Devora, meu muito amado Primo, pello qual heê cousa justa, que em todas suas cousas receba de nôs accresentamento, e merce assy como heê resaõ, e por seus muitos merecimentos, e esguardando assy mesmo aos muitos servissos, que temos recebido de Dom Francisco, seu filho em todas as cousas, em que dele nos quisermos servir, nas quaes sempre nos servio assy bem, e honradamente como dos taes se espera, e o devem faser, avendo tambem respeito o elle casar com Donna

Donna Joanna de Vilhena, filha de Dom Alvaro, meu Primo, que Deos perdoe, e a ella ser tanto chegada a nosso sangue por onde heê resaõ, que tenhamos muito cuidado della, e de sua honra, e encaminhamento, e pella muita boa vontade, que lhe temos, e assy a elle Dom Francisco, por todas estas resoens, e pello que esperamos, que elle ao diante nos sirva, e por folgarmos de lhe faser merce, por esta presente Carta, lhe damos titulo de Conde da Villa do Vimioso, e o fasemos Conde della, com todas as honras, priminencias, perrogativas, authoridade, graças, liberdades, privillegios, e franquesas, que o saõ, e de que gosaõ, e o saõ os Condes de nossos Reinos, e assy como de direito, e uso, e custume antigo lhe pertencem, das quaes em todo, e per todo queremos, e mandamos, que elle use, e inteiramente lhe sejaõ guardadas em todos os autos, e tempos, em que com direito lhas deva usar, sem gouvir nem minguamento, nem duvida alguma, que a ello seja posto, porque assy heê nossa merce, e por certidaõ dello, e sua segurança, lhe mandamos dar esta Carta, per nôs assinada e assellada de nosso Sello. Dada em a Villa de Almeyrim, a dous de Fevereiro. Ho Secretario a fes anno de Nosso Senhor Jesu Christo de 1516.

Carta da Rainha Catholica D. Isabel, de promessa de tres contos de maravedis a D. Joanna de Vilhena, Dama da sua Casa, filha do Senhor D. Alvaro. Original está no Archivo da Casa de Vimioso, maço 78, n. 497, donde o copiey.

LA REYNA.

Num. 11.
An. 1503.

POr la presente seguro, e prometo a vos Donna Félipa, muger de Don Alvaro de Portugal, Presidente, que fue en el my Consejo, y my Contador mayor defunto, que casando vuestra hija Donna Juana de Villena, Dama de my Caza, en my vida le dare tres quentos de maravidis, los quales mandare dar a quien con ella casare si vos ansi lo acentardes, y por esta sedula con su puder le mandare librar los dichos tres quentos de maravidis en qualesquier mys rentas destos mys Reinos, de lo qual vos mande dar la prezente firmada de my nombre; fecha en Segovia . . . xxvij dias del mes de Noviembre de quiñientos, y tres años.

YO LA REYNA.

Por mandado de la Reyna

Lope Conchillos.

Carta do Officio de Védor da Fazenda, passada ao Conde de Vimioso, por concerto com o Conde de Villa-Nova. Original, que está no dito Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 531.

Num. 12.
An. 1516.

DOm Manoel, &c. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber, que o Conde de Villa nova, Veedor da nossa fazenda, nos pedio ora por merce, que ouvessemos por bem, e nos prouvesse de lhe dar lugar, e licença, que elle se podesse concertar com Dom Francisco, Conde do Vimioso sobre o dito seu officio, e avendo nôs respeito aos merecimentos dambos, e aos muitos servissos, que delles temos recebido, e ao diante esperamos receber, e como o dito Conde de Vimioso he tal pessoa, que no dito officio esperamos, que elle nos servira bem, e lealmente, e que he para seu auto, e pertencente, e que das cousas, que usar aa dita nossa fasenda nos daraa sempre de sy aquella conta, e resaõ, o que a ella, e a nosso servisso, e ao direito das partes compre, como convem a huũ tal officio, e querendo a ambos faser graça, e merce, temos por bem, e nos pras dello; e per esta presente nossa Carta, damos, e fasemos merce ao dito Conde do Vimioso do dito officio de Veedor de nossa fasenda, com todalas honras, privillegios, liberdades, preheminencias, mantimento, proeis, e percalços a elle ordenados, assy, e pella maneira, que per nosso Regimento de ordenança os deve aver, e assy como as tinha, e avia o dito Conde de Villa nova; o qual logo em nossas maons nollo arrenunciou pera o darmos ao dito Conde do Vimioso, e porem mandamos aos Veedores de nossa fasenda do Reino, Contador Moor, Provedores, Contadores, Almoxarifes, Recebedores, Escrivaens, e a todolos outros nossos Officiaes, e pessoas da dita nossa fasenda, e a quaesquer outros, a que esta nossa Carta for mostrada, e o direito della pertencer, que ajaõ, e conheçaõ daqui em diante ao dito Conde do Vimioso por Veedor da dita nossa fasenda, e lhe obedeçaõ em todallas cousas, que ao dito officio pertencerem, segundo a jurdiçaõ, e poder, que per nosso Regimento, e ordenança lhe temos outorgada; o qual Conde do Vimioso jurou em nossa Chancellaria aos Sanctos Evangelhos, que bem, e verdadeiramente sirva, e use do dito officio, guardando a nos nosso servisso, e ao povo seu direito. Dada em a nossa Cidade de Lisboa a xx6iij. dias do mes de Junho. Jorge Fernandes a fes anno do Nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de 1516.

Carta delRey D. Joaõ o III. de merce da Commenda do Castello, e Alcaidaria môr de Thomar, e das Pias, a D. Affonso de Portugal, Conde de Vimioso. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 522, donde a copiey.

Num. Au. 15

DOm Joaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daaquem e daalem maar em aafrica Senhor de guinee e da Comquista naveguaçaõ e comercio de Ethiopia arabya persya e da India. Como governador e perpetuo administrador que saõ da ordem e cavallaria do mestrado de nosso Senhor Jesu Christo. Faço saber a quantos esta minha Carta virem que D. Francisco Conde do Vymioso que Deos perdoe tinha hum meu alvara perque me prouve avemdo respeito a seus muitos serviços e merecimentos de por seu falecimento fazer merce ao seu filho mayor baraõ lidimo que delle ficase da comenda do castello e alcaidarya moor da villa de Tomar assi e da maneira que a elle tinha e possuhia per huã provisaõ delRey meu Senhor e padre que santa gloria aja e por ora o dito Comde ser fallecido D. Affomso de Portugal seu filho mais velho, Comde do vimioso meu muito amado sobrinho, cavaleiro professo da dita ordem me pedio que lhe mandasse dar carta em forma da dita Comenda. E visto seu requeremento, e esguardando eu os muitos serviços que o dito Comde ha dita ordem e a mym tem feito e aos que espero que ao dyante faraa, e por folguar de lhe fazer merce tenho por bem e lhe dou ora daquy em diamte a Comenda o dito Castello e alcaydarya moor da dita Villa de Tomar com todas as rendas, dereitos, tributos, foros, pertemças e cousas que aa dita Comenda e alcaidarya moor dereytamente pertemcem e possaõ pertemcer, assy e da maneira que todo tinha, avya, recadava e possuhia o dito Comde seu pay per vertude da dita provisaõ e como lhe per ella todo pertemcia da qual o trellado he o seguinte. D. Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daaquem e daalem mar em aafrica Senhor de guinee e da Comquista navegaçaõ e comercyo de Ethiopia Arabia Persia e da Imdia. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber. Como Governador e perpetuo administrador que somos da ordem e cavallaria do mestrado de nosso Senhor Jesu Christo que esguardando nos os muitos serviços que a nos e aa dita ordem tem feito Dom Framcisquo Comde do Vimioso meu muito amado sobrinho Cavaleiro da dita ordem, e como he cousa justa que aquelles que nos bem servem como elle tem feito e esperamos que sempre a nos e aa dita ordem faça recebaõ de nos merce e pollos ditos respeitos e polla boa vontade, que lhe temos e por folguarmos de nisto lhe fazer merce temos por bem e lhe damos ora daquy em diamte em Comenda o Castello e alcaidarya moor da nossa Villa de Tomar, com todas as rendas, dereitos, tributos, foros, e pertemças, e cousas que aa dita Comenda e alcaidarya moor dereitamente pertemcem e possaõ pertemcer, assy e na maneira em que todo tinha, avya, recadava, e possuhia

 hia

hia D. Dioguo de Sousa que se finou, per cujo falecimento a dita Comenda e alcaidarya moor ficou vagua. E porem o noteficamos ao nosso ouvidor do dito mestrado e ao Juiz, Vereadores e officiaes da dita Villa, fidalguos, Cavalleiros, homens boõs e povo della e lhe mandamos que ajaõ o dito Comde por nosso alcayde moor e ao dito ouvidor e Juiz que lhe dem a posse da dita Comenda e alcaydarya moor e lha leixem ter, e della uzar e aver, recadar e possuyr todas as remdas, dereitos, tributos, foros, e pertemças que com a dita alcaidarya moor tinha recadava e possuhia o dito D. Dioguo e ao nosso Contador do dito mestrado que lhe de a posse de todas as remdas que aalem das ordenadas aa dita Comenda e alcaidaria moor tinha com ella o dito D. Dioguo, e todo lhe leixe aver, recadar, e pessuir como elle o fazya e dereitamente lhe pertemcem e milhor se o dito Comde com dereito milhor todo poder aver, recadar, e possuir sem duvida nem embarguo algum que lhe a ello seja posto porque assy he nossa merce e o dito Comde nos fez preito e menagem pollo dito Castello segundo for o uso e custume de nossos Reinos que fica asentada no livro das menagens e porem lhe mandamos de todo passar esta Carta per nos asynada e aselada com o sello pemdente da dita hordem pera a ter por sua guarda, e nossa lembrança. Dada em a nossa Cidade devora a xxii dias de Novembro. Jorge Rodrigues a fez, anno de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e vimte. E ao pee da dita provisaõ estava huã apostilla per mym asynada de que o trelado he o seguinte. E por quanto eu fiz villa o luguar das pyas que era termo da dita Villa de Tomar ey por bem que o dito Comde tenha e aja tambem a alcaidarya moor da dita villa das pyas assy e da maneira, que a tem per esta Carta da dita Villa de Tomar, e esta apostilla se compriraa posto que naõ seja passada polla Chamcelarya sem embarguo da ordenaçaõ em comtrario. Manoel da Costa a fez em Lisboa a xxj de Janeiro de mil e quinhentos trimta e nove e valeraa como carta aselada sem embarguo da ordenaçaõ. E por tanto mando ao Comtador do dito mestrado que meta loguo o dito Comde D. Affomso em posse da dita Comenda e Castello, e alcaidaria moor da dita Villa de Tomar e da Villa das pyas e de todas as remdas dereitos tributos foros pertemças e cousas que a ella dereitamente pertemcem e pertemcer possaõ e assy de todas as outras remdas que o dito Comde D. Francisco seu pay com a dita Comenda tinha aallem das a ella ordenadas assy e da maneira que lhe dereitamente pertemciam polla dita Carta que nesta vay encorporada e segundo forma della e milhor se elle Comde D. Affomso todo com dereito milhor poder ter, aver arrecadar e possuir e mando ao ouvidor do dito mestrado na Comarqua da dita Villa de Tomar e ao Juiz Vereadores procurador fidalguos Cavalleiros escudeiros homens boõs e povo della que hajaõ o dito Comde daqui por diamte por Alcaide moor das ditas Villas de Tomar e das pyas e lhe deixem ter e possuir a dita Comenda e todo o mais que dito he sem lhe nisso ser posto duvida nem embargo alguũ porque asy he minha merce. E elle me faraa preito e menagem pollo Castello e fortaleza da dita Villa

la de Tomar, segundo for o uzo e custume de meus Reinos, de que mostra a certidaõ de Pero dalcaçova Carneiro do meu Conselho e meu Secretario que ora serve de meu Escrivaõ da puridade. E por firmeza dello lhe mandei dar esta carta per my assinada e assellada com o sello da dita hordem Johaõ de Seixas a fez em Lixboa a quimze dias do mes de Fevereiro anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhemtos e simcoemta. Manoel da Costa a fez.

ELREY.

Carta de privilegio da arrecadaçaõ das rendas, concedida ao Conde de Vimioso. Original, que está no seu Cartorio com tresladado authentico, no referido maço, donde a copiey.

Num. 14.
An. 1532.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dallem maar em Africa, Senhor de Guinee, e da Conquista navegaçaõ Cómercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha Carta virem faço saber, que o Conde do Vimioso, meu muito amado Primo me disse, que elle recebia muita perda, e despesa na arrecadaçaõ de suas rendas, e de seus filhos, as quaes tinha antre Douro Minho, e em outras partes de meus Reinos por os Rendeiros dellas, e seus devedores lhe naõ querer pagar, em demanda, e dellongas, e se passava muito tempo em citaçoens, e dilligencias, e com tudo naõ podia aver pagamento de suas dividas; pedindome o dito Conde por merce, ouvesse por bem, que as pessoas, que elle nomeasse, e ellegesse por seus assinados pera recadaçaõ das ditas dividas, tevessem poder de as recadar, e executar do modo, e maneira, e que os meus Almoxarifes arrecadaõ, e executaõ minhas dividas; e visto seu requerimento, por nisso lhe faser merce, tenho por bem, e me pras, que o dito Conde possa daqui em diante per seus assinados elleger, e nomear pera recadaçaõ de suas rendas, e dos ditos seus filhos, em quanto estever sob seu poder, as pessoas, que lhe aprouver. As quaes pessoas, e cada huma dellas per esta presente Carta dou poder, e authoridade, que possaõ requerer todos seus Rendeiros, e devedores, que lhe pague aquillo, que se dever ao dito Conde, ou a seus filhos, per arrendamentos. e conhecimentos, obrigaçoẽs, ou contas antre elles, e o dito Conde, ou seus Feitores, e Provedores feitas, assy dos annos atras passados, como dos que dever da feitura desta em diante, e naõ querendo elles logo pagar as dividas, e as taes pessoas para isso enlegidas pello dito Conde, poderaõ mandar requerer, e penhorar os ditos Rendeiros, e seus beẽs moveis, e de rais, e nos nomes de seus devedores, e assy os fiadores segundo forma de suas fianças, nos quaes farâ execuçaõ pellas contias, que assy deveer pellas mesmas obrigaçoens, ou contas feitas com os principaes devedores, nem pera isso maes ser citados, nem demandados, as quaes penhoras, e execuçoens as ditas pessoas mandaraõ faser por hum Tabaliaõ, ou Escrivaõ com hum Meirinho,

rinho, ou Porteiro, ou homem do almoxarifado, que seja Official onde os taes devedores forem moradores, ou teverem suas fazendas, e aos ditos Officiaes, e a cada hum delles mando, que com muita dilligencia façaõ as ditas penhoras, e execuçoens sendo a ellas presente huum Taballiaõ, ou Escrivaõ da villa, ou lugar onde se feser, como dito hee, em os quaes se terâ a forma, e maneira, que se tem nas penhoras, e rematacoens, que fasem os meus Almoxarifes pellas dividas de meus Rendeiros, e devedores, ss. o movel arrematado a nove dias, e a rais a tres nove dias, e com todas as maes liberdades, e clausulas declaradas no Regimento de meus Almoxarifes, porque de tudo quero, e me pras, que gose o dito Conde na execuçaõ, e arrecadaçaõ de suas dividas, e de seus filhos em quanto assy estever sob seu poder, como dito he, as quaes penhoras, e arremataçoens pella dita maneira feitas seraõ firmes, e valliosas; e per esta mando ao Escrivaõ, ou Taballiaõ, que a ellas for presente, que faça cartas de venda em forma dos bees, e fasenda, que se vender aa pessoa, ou pessoas, que os comprar, e as ditas cartas seraõ firmes, e se compriraõ inteiramente, assy como se os taes bees per minhas dividas forem arrematados, e outro sy me pras, que assy os ditos Officiaes, que feser as taes execuçoens com as pessoas sobreditas, que parte do Conde, e per elle ellegidas as manda faser, ajaõ seu salvo, e percalços, aa custa dos devedores, segundo por mym he ordenado, que levem, e ajaõ os ditos meus Almoxarifes, e Officiaes aa custa de meus devedores quando faser as execuçoens per minhas dividas, e em todo maes, que âs ditas execuçoens tocar, me pras, que o dito Conde tenha, e aja os poderes, e liberdades, que tem os meus Almoxarifes per meu Regimento, e Provisoens, como dito he. As quaes liberdades nesta ey por expressas, e declaradas, e mando a todos os Corregedores, Juizes, e Justiças, Contadores, Almoxarifes, e a quaesquer outros Officiaes, e pessoas de meus Reinos, a quem isto pertencer, que o façaõ assy comprir, e guardar, dando para isso todo favor, e ajuda, que necessario for; e isto ey assy por bem, sem embargo de quaesquer leeys, e ordenaçoens, e determinaçoens de Doutores, que em contrayro aja, posto que dellas, e da substancia dellas aquy ouvesse de faser de *verbo ad verbum* expressa mençaõ, e sem embargo da Ordenaçaõ do 2. liv. tit. 49. que manda, que se naõ entenda derrogada per mym ordenaçaõ alguma, se da sustancia della naõ feser expressa mençaõ, porque sem embargo de tudo quero, que esta se cumpra, e guarde inteiramente, como se nella conthem, e qualquer dos sobreditos Officiaes, ou justiças, que o assy naõ comprir, quero, que encorraõ em penna de vinte crusados, ametade para os cativos, e a outra metade para quem os acusar. E porem primeiro, que se façaõ as ditas penhoras, e arremataçoens, na maneira, que acima he declarado, seraâ dado juramento pello Juiz da Villa, ou lugar, onde se ouveer de faser, aa pessoa, ou pessoas, que o Conde pera isso nomear, e enleger, que bem, e verdadeiramente o façaõ. E por firmesa de todo lhe mandei passar esta Carta per mym assinada, a qual mando, que se cumpra, e guarde inteiramente,

mente, como se nella conthem, posto que naõ vaa passada pella Chancellaria, sem embargo de minha Ordenaçaõ do 2. liv. tit. 20. que diz, que todas minhas cartas, ou Alvarases, que naõ forem passadas per minha Chancellaria, se naõ guardem; Bertholameu Bidant a fes em Lixboa, aos dez Dagosto do anno de Nosso Senhor JESU Christo, de mil quinhentos e trinta e dous.

Foi concertado per mim Pamtallyam Rebello.

Carta delRey D. Joaõ o III. em que deroga os privilegios da Villa de Aguiar da Beira, para della fazer doaçaõ ao Conde de Vimioso, Original. Tirey-a do Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 534.

Num. 15.
An. 1534.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegaçaõ, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. A quantos esta minha Carta testemunhavel virem saude, faço saber, que por parte do Conde do Vimiozo me foi apresentada huma minha revoguaçaõ dos privillegios da Villa Daguiar da beyra, de que o teor tal he. D. Joaõ por graça de Deos, Rei de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegaçaõ, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. faço saber a quantos esta minha Carta de revogaçaõ, e annullaçaõ, e declaraçaõ virem, que consirando eu como os privillegios, que por mim, ou pelos Reis meus antecessores foraõ dados, ou confirmados a alguns lugares destes Reinos, para que fossem sempre Realemguos, e nom podessem ser dados pello Rey tolhem ho livre poder do Principe, e o empedem muitas vezes, que naõ possa livremente fazer aquellas merces, e gallardoens, e doaçoens, que seus suditos, e vassallos por seus grandes serviços, merecimentos, e lealdades ao Rey, e ao Reyno merecem, e pelo sentir assim por serviço de Deos, e meu, e por outras justas, e necessarias cauzas, que me a isso movem de meu propio moto, e poder ausaluto, e certa sabedoria por esta presente deliberadamente revoguo, e annullo todos, e quaesquer privilegios, que por mim, ou pelos Reis meus antecessores, ou por outra qualquer maneira sejaõ dados, ou comfirmados aa Villa Daguiar da Beira, e aos Nobres, povo, e moradores della, porque foi feita Realemgua, ainda que nos privillegios lhe seja concedido, que por nenhuma guysa possa ser dada a alguum nem ainda que seja filho de Rey, ou outras quaesquer clauzulas, que pera sempre ser Realemgua nos seus privilegios, largamente seja conteudo os quaes aqui ey por expressos, e ey por bem, e quero, que daqui em diante naõ valhaõ a dita Villa, nobres, e povo della nem tenham viguor, nem effeito algum em juizo, nem fora delle, e os ey por revogados, e annullados, e por taes os decraro, posto que as cauzas porque foraõ concedidos, ou confirmados

fossem

foſſem por proveito pubrico, ou por trabalhos periguos, afrontas, em que ſe viraõ por ſerviço do Rey, ou do Reino, ou por outros alguns merecimentos, e ſerviços feitos a elles na guerra, ou na paz, e poſto, que ſejaõ paſſados em força de contrato, ou foſſem por cauzas pias, ou onorozas em Cortes, ou por outra qualquer maneira huã, e muitas vezes comcedidos, e comfirmados, e que ſejaõ de quaeſquer teores, e formas, e com quaeſquer clauzulas fortes ou deſacoſtumadas, dados, e aprovados, e poſto que delles, e de todos os teores delles, e de cada hum delles ſe ouveſe de fazer mençaõ expreſſa, e endividua, ou para iſſo alguma outra forma exquiſita ſe ouveſſe de guardar, porque todo ey aqui por expremido como ſe de verbo a verbo, e ſem ficar couza alguã ſe expremiſſe, pello que mando a todollos Corregedores, Dezembargadores, Ouvidores, Juizes, e juſtiças, e peſſoas de meus Reinos, e Senhorios de qualquer jurdiçaõ, e autoridade, que ſejaõ, que em tudo cumpraõ inteiramente eſta minha Carta de revogaçaõ, annullaçaõ, e decraraçaõ, e daqui por diante ajaõ em juizo, e fora delle os ditos privillegios da dita Villa por revogados, e annullados como por mim he decrarado, e eu lhes tolho, e tiro ho poder de julguar, detriminar, e intepetrar ou limitado iſto em outra maneira, e daguora pera entaõ, e de entaõ pera agora ey por nullo, e de nenhum viguor, e effeito qualquer couza, que por elles, ou cada hum delles em Rellaçaõ, ou fora della, em juizo, ou fora delle for julgado, detriminado, emterpetrado ou limitado em contrairo, e ſem embargo do ſobredito, e de quaeſquer leis, e ordenaçoens, detriminaçoens, foros, uzos, cuſtumes da dita Villa, ainda que ſeja do tempo emmemoreal, graças, liberdades, favores, indultos a ella, ou as peſſoas della geralmente, ou eſpecialmente concedidos, grozas, façanhas, e opinioens de Doutores, que em contrario ſejaõ ho que todo pera effeito deſta preſente ey por derrogada, e quero, e me praz, que naõ valha couza alguã, poſto que tenha clauzulas derrogatorias, e dellas, e das do theor dellas ſe ouveſſe de fazer expreſſa mençaõ de verbo a verbo, porque ey tudo por inteiramente exprimido como ſe ho foſſe realmente com toda ſuſtancia do cazo ſem embargo da ordenaçaõ do ſegundo livro, titulo corenta e nove, que diz, que ſe nom entenda derrogada nenhuã ordenaçaõ por mim ſe da ſuſtancia della naõ fizer expreſſa mençaõ, porque a ey aſſi por expremida, e eſta vallera como ſe foſſe paſſada pella Chancellaria ſem embargo de ho nom ſer, e da ordenaçaõ do ſegundo livro, titulo vinte, que manda, que ſe nom faça obra por carta, ou alvara meu ſem paſſar pela dita Chancellaria. Dada em Evora a 26 dias de Fevereiro. O Secretario Franciſco Carneyro a fez anno de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto de mil e quinhentos e trinta e quatro. Pedindome ho dito Conde, que por quanto elle ouvera de mim a dita Carta, porque lhe dera a dita Villa daguiar, que com ho treslado della lhe mandaſſe paſſar huã Carta teſtemunhavel para mandar tomar a poſſe da dita Villa, e eu viſto ſeu dizer lhe mandei paſſar a prezente, a qual mando, que ſe guarde, e cumpra em todo como a propria Original, e al nom façaes. Dada em a minha Cidade

de Devora aos nove dias do mes doutubro. ElRey ho mandou pelo Lecenciado Mem de Saa de seu Dezembargo, e Corregedor dos feitos Civeis com alçada em sua Corte, e Caza da soplicaçaõ. Belchior Tavares, por Cosmo Machado a fez anno de mil e quinhentos e trinta e seis. E eu Cosmo Machado a sobrescrevi.

Carta porque ElRey D. Joaõ o III. mandou meter ao Conde de Vimioso de posse da dita Villa, porque o repugnavaõ os moradores. Original está no Cartorio da dita Casa, donde a copiey, maço 78, num. 554.

Num. 16.
An. 1539.

EU ElRey faço saber a vos Doctor Gaspar Dias do meu desembarguo e desembargador da minha casa do Civel que eu tenho feita doaçaõ e merce ao Conde do Vimioso meu muito amado Primo em dias de sua vida da dita Villa do Vimioso e seu termo, que he da Coroa Real com toda sua jurdiçaõ civel e crime e com todas as rendas e cousas outras que se contem na carta de doaçaõ que de mim tem; a qual doaçaõ lhe assy tenho feita sem embargo de quaesquer privillegios que a dita Villa tenha, porque fosse feita Realenga segundo mais inteiramente he contheudo na dita Carta, e em outra de derrogaçaõ dos ditos privillegios que vos com este seraõ apresentadas se aas quaes cartas e merces que assy por ellas fiz ao dito Conde a dita Villa do Vimioso e moradores e povo della e seu termo vieraõ com embargos com que lhe ate ora impediraõ a posse da dita Villa e jurdiçaõ della; e ora por muitos e mui justos respeitos e causas que me a isso movem de meu proprio moto poder Real e absoluto, ey por bem quero e me pras que a dita posse lhe seja logo dada, e que use della, e tenha e possua a dita Villa e jurdiçaõ, e todas as mais cousas contheudas na sua doaçaõ na forma e maneira que lhe por ela pertencer, sem embargo dos embargos com que a dita Villa e moradores della assy vieram e de quaesquer outros de qualquer callidade que sejam com que ao diante venhaõ, ou possa vir e por tanto vos mando que vades logo aa dita Villa do vimioso e dareis a posse della e de sua jurdiçam, e de todas as mais cousas contheudas na dita doaçam ao dito Conde ou a seu certo procurador assy e da maneira que lhe todo tenho dado e lhe pertence por bem da dita doaçam, e segundo forma della; a qual posse lhe dareis com todallas sollemnidades que de direito se requerem, e posto que a dita Villa e moradores e povo della ou alguns delles vos queiraõ impedir ou impidaõ o dar da dita posse alegando os embargos com que jaa vieram ou quaesquer outros por qualquer maneira e de qualquer callidade que sejam vos lhe nom consintaes dos taaes embargos nem os ouvireis acerca dello em cousa alguã; antes sem embargo delles e de quaesquer causas e rezoẽs que vos os sobreditos allegarem dareis ao Conde a dita posse conforme a sua doaçaõ sem lhes nisso em cousa alguã receberdes apellaçaõ nem agravo, e isto sem embargo de minhas hordena-

çoēs e de quaesquer leis e direitos que em contrario aja ou possa aver as quaes nesta parte derroguo e anullo e ey por cassadas e anulladas e quero que naõ tenham força nem viguor alguũ em quanto foor contra o contheudo neste Alvara posto que sejam taaes que fosse necessario serem aqui expressas e declaradas e sem embargo da hordenaçam do livro 2. tit. 49. que diz que se naõ entenda ser por mim derrogada hordenaçaõ alguã sem della e da substancia della naõ fizer expressa mençaõ, por quanto minha merce e vontade he que sem embargo de tudo se dê a dita posse ao Conde e que a doaçaõ e merce que lhe assy fiz, aja effeito e se cumpra inteiramente e vos dou poder e mando que lha deis na maneira que dito he e cumpraes e façaes inteiramente assy comprir todo o sobredito sem mingoa nem desfallecimento alguũ porque assy o ey por muito meu serviço, e este alvara se compriraa posto que naõ seja passado pela chancellaria sem embargo da hordenaçaõ do segundo livro titulo vinte que diz que se naõ guardem meus alvaras senaõ forem passados pela dita chancellaria. Manoel da Costa o fez em Lisboa a vinte de Mayo de mil e quinhentos e trinta e nove.

REY.

Sentença de precedencia dada por ElRey D. Joaõ o III. com o Infante D. Luiz, e o Infante D. Henrique, com os do seu Desembargo do Paço, a favor do Conde de Vimioso, contra o Conde de Penella. Authentica tirada do Archivo da Casa de Vimioso, maço 78, num. 467.

Num. 17.
An. 1533.

EU ElRei faço saber aos que este Alvara virem, que havendo respeito ao que na petiçaõ atras escripta dis D. Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo, meu muito amado sobrinho, Vedor de minha fazenda, hey por bem, e me praz, que sendo os papeis, de que na dita petiçaõ faz mençaõ, trasladados dos proprios, e concertados, e assinados per hum Escrivaõ de minha fazenda, ou da Camara, se dee ao tal traslado tanta fee, e credito, como se fora feito em publica forma, e por authoridade de justiça; e mando a todos meus Dezembargadores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, e Justiças, a que o conhecimento disto pertencer, que assy o cumpraõ, e façaõ inteiramente comprir, posto que o effeito deste Alvara haja de durar maes de hum anno, e que naõ seja passado pela Chancellaria, sem embargo da Ordenaçaõ em contrario. Gaspar de Seixas o fes em Evora a 7. de Abril de mil e quinhentos e setenta e cinquo. Jorge da Costa o fes escrever.

REY.

Ha V. Alteza por bem, que sendo os papeis, de que o Conde do Vimiozo faz mençaõ na petiçaõ atras escripta, trasladados dos proprios, e concertados, e assinados por hum Escrivaõ da fazenda, ou

ou da Camara de Vossa Alteza, se lhe dee tanta fee, e credito, como se fora feito em publica forma, e por authoridade de justiça, e que este valha, posto que o effeito delle haja de durar maes de hum anno, e que naõ seja passado polla Chancellaria. Martim Gonçalves da Camara. Fica assentado no livro primeiro folhas quatrocentas e sessenta e oito. E pagou mil. Sebastiaõ Dias.

Dom Joaõ per graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guinee, e da Conquista, navegaçaõ, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. A quantos esta minha Carta de Sentença for mostrada, saude, faço-vos saber, que Dom Francisco, Conde do Vimiozo, meu muito amado Primo, me aprezentou humas razoens, em que apontou, e allegou por sua parte algumas cauzas para haver de preceder o Conde de Penella, meu muito amado Primo: e eu mandei ao Licenciado Christovaõ Esteves, meu Dezembargador do Paço, e petiçoens, que fosse ao dito Conde de Penella, e lhe mostrasse as ditas razoens, ao que o dito Licenciado satisfes, e as dava ao dito Conde para as ver, e lhe responder: e por as naõ querer ver, e dizer, que naõ havia a ellas de responder, por alguãs cauzas, que o dito Licenciado me disse da sua parte, lhe mandei, que tornasse ao Conde de Penella, e lhe dissesse, que respondesse o que quizesse a bem de feito; e o dito Licenciado perante o Escrivaõ, que esta Sentença fes, lhe notificou assy como dito he, e houve por requerido pera os autos, e termos, que pera determinaçaõ, e despacho deste cazo fossem necessarios, e o Conde de Penella per sua maõ deu sua reposta, dizendo nella, antre outras couzas, que o dia, que esta citaçaõ, e notificaçaõ lhe fora feita, elle estava ja de caminho com o fato entrouxado pera se hir pera sua Caza; e por isso naõ podia responder a bem de feito, e tambem por serem neste cazo passadas alguãs couzas, em que o Conde do Vimiozo recebera favor em prejuizo de seu direito, e elle o contrario, e por ello naõ era tempo conveniente de se poer em direito, protestando qualquer couza, que se determinasse em seu prejuizo, e de sua honra, lhe naõ prejudicar em tempo algum, e quando comprisse requerer sua justiça, lhe ser guardada, segundo em sua reposta apontou. E mandei com tudo vir os autos perante mim, e os despachei finalmente com o Infante D. Luis, e Infante D. Anrique, meus muito amados, e prezados Irmaõs, e com o Licenciado Christovaõ Esteves, e Doutores Pero Nunes, e Antonio de Liaõ, Dezembargadores dos agravos, e o Licenciado Alvaro Martins Juiz de meus feitos, e o Doutor Mem de Sâ, tambem do meu Dezembargo, e nos ditos autos foi posta em escripto huã determinaçaõ, e Sentença final assinada por mim, e por os ditos meus Irmaõs, e por os ditos Dezembargadores: da qual o traslado assy como jaz em os ditos autos o traslado tal he. Acorda ElRey Nosso Senhor com o Infante D. Luis, e Infante D. Anrique seus Irmaõs, e com os do seu Dezembargo abaixo assinados, que vistas as razoens, que o Conde do Vimiozo deu pera haver de preceder o Conde de Penella, e como o Conde de Penella naõ quis a ellas responder sendo pe-

ra isso requerido por mandado do dito Senhor, e como consta, e he notorio o Conde do Vimiozo descender delRey D. Joaõ o primeiro deste nome, e ser seu tresneto, por onde he no quarto grao com o dito Senhor; e bem assy o dito Conde do Vimiozo ser Bisneto do Duque D. Affonso, que foi Avô da Infante Donna Beatriz Avó de S. Alteza per o que he antre o terceiro, e quarto grao com Sua Alteza. E como o Conde de Penella descende delRei D. Pedro, e he seu quarto Neto; por onde he com o dito Senhor em quinto grâo, por o qual assy por o dito Conde do Vimiozo ter dous parentescos com o dito Senhor, e cada hum delles em maes propinquo grâo, que o Conde de Penella, que naõ tem senaõ hum sô parentesco com o dito Senhor, e em maes remoto grao. E vistas as determinaçoens feitas por ElRei D. Affonso nas Cortes de Coimbra da maneira, que se devia ter nas precedencias dos Grandes, e pessoas de Titulo de seus Reinos, com o maes, que deste cazo constou; declara, e determina, que o Conde do Vimiozo deve preceder, e preceda ao Conde de Penella em todos os assentos, e autos, em que as precedencias entre as taes pessoas se devem guardar.

REY.

IFFANTE DOM LUIS. IFFANTE DOM ANRIQUE.

Christophorus L.tus = Petrus. = Antonius. = Alvarus. = R.cus Dalmada. = Mem de Sâ.

E porem mando, que esta Sentença inteiramente se cumpra, e guarde, assy, e pela maneira, que nella he pronunciada, acordada, determinada, declarada, e mandada. A qual Sentença mandei passar ao dito Conde do Vimiozo sob meu Sello pendente, pera a ter por memoria, guarda, e conservaçaõ de seu direito. Dada em a Cidade de Evora a vinte tres dias do mes de Julho. ElRey o mandou por o Licenciado Christovaõ Esteves da Espragoza do seu Conselho, e Dezembargo, e seu Dezembargador do Paço, e petiçoens. Gomes e Anes de Freytas, Escrivaõ da Camara, e Correiçaõ de sua Corte a fez anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo, de mil e quinhentos e trinta e tres. = Alvarus. = Christophorus L.tus = Pagou xxx reis. = Pero Gonçalves. =

Alvará delRey D. Joaõ o III. da precedencia do Conde de Vimioso, ao Conde de Penella. Authentico tirado do Archivo da Casa de Vimioso.

Num. 18.
An. 1533.

EU ElRey faço saber aos que este Alvara virem, que havendo respeito ao que na petiçaõ atras escripta, diz D. Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo, meu muito amado sobrinho, Vedor de minha

minha fazenda; ey por bem, e me praz, que sendo os papeis, de que na dita petiçaõ faz mençaõ, trasladados dos proprios, concertados, e assinados por hum escrivaõ de minha fazenda, ou da Camara, se dê ao tal traslado tanta fe, e credito, como se fora feito em publica forma, e por authoridade de justiça: e mando a todos meus Dezembargadores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, e Justiças a que o conhecimento disto pertencer, que assi o cumpraõ, e façaõ inteiramente cumprir, posto que o effeito deste Alvara aja de durar maes de hum anno, e que naõ seja passado polla Chancellaria, sem embargo da Ordenaçaõ em contrario. Gaspar de Seixas o fez em Evora, a sete de Abril de mil e quinhentos setenta e cinco. Jorge da Costa o fez escrever.

REY.

Martim Gonçalves da Camara.

Ha V. A. por bem, que sendo os papeis de que o Conde do Vimiozo faz mençaõ na petiçaõ atras escrita, trasladados dos proprios, concertados, e assinados por hum escrivaõ da fazenda, ou da Camara de V. A. se lhe de tanta fe, e credito, como se fora feito em publica forma, e por authoridade de justiça, e que este valha, posto que o effeito delle aja de durar maes de hum anno, e que naõ seja passado polla Chancellaria. E trasladado assi o dito Alvara por Antonio Nunes, criado do dito Senhor D. Luis, me foi mostrado hum livro encadernado em taboa, em coro atamarado, roxas as folhas pollas bordas com hum fecho de lataõ, no qual estaõ trasladados certos Alvaras, e outros papeis, que nelle se trasladaraõ por virtude do Alvara acima inserto, sobscritos por Jorge da Costa Escrivaõ da Camara do diro Senhor Rey D. Sebastiam, cuja letra da sobscripçaõ, e final dou fe, que conheço. Dizendo o dito Antonio Moreyra, que ao dito Senhor D. Luiz de Portugal era necessario o traslado de hum Alvara, que no dito livro estava trasladado, concedido por El-Rey D. Joaõ o III. que està em gloria, a D. Francisco de Portugal, Conde do Vimiozo, o qual estava saõ, limpo, e sem couza, que duvida fizesse, e o theor delle de *verbo ad verbum* he o seguinte.

Eu ElRey faço saber a quantos este meu Alvara virem, que o Conde do Vimiozo, meu muito amado Primo, me disse, como em os actos em que se hora deu determinaçaõ pera elle preceder ao Conde de Penella meu muito amado Primo, se puzera hum termo de como o Licenciado Christovaõ Esteves, meu Dezembargador do Paço com Gomes e Anes, escrivaõ, foraõ por meu mandado noteficar ao dito Conde de Penella, pera que allegasse de sua justiça; e que respondera, que aquella noteficaçaõ lhe fora feita estando elle de caminho, com o fato entrouxado pera se hir pera sua caza; e por isso naõ podia responder a bem do feito, e tambem por serem neste cazo passadas alguãs couzas, em que elle Conde do Vimiozo recebera favor de mim em prejuizo de seu direito, e elle Conde de Penella o contrario, e que despoes de dada a Sentença, elle Conde de Penella pedira

pedira huma Carta teſtemunhavel com o theor dos autos, aos Dezembargadores, que a Sentença deraõ, e que elles lha mandaraõ dar, e que parecia, que era pera dar a entender em outros tempos, que fora aggravado per mim na tal Sentença por ſer requerido ao tal tempo: o que parecia veriſimel pera quem naõ ſoubeſſe, como o cazo paſſava, porque o cazo paſſava doutra maneira, e elle Conde de Penella fora o que primeiro me fallara neſtes precedimentos, antes muito, que a Rainha minha ſobre todas muito amada, e prezada mulher pariſſe, que era muito tempo antes, que lhe foſſe feita a dita noteficaçaõ; e que entaõ elle Conde do Vimiozo, me pedira, que quizeſſe logo mandar determinar, ſegundo eſtava uzado, e praticado neſtes Reinos, que era ouvirem-nos ſummariamente, e determinallo: Aſſy que muito tempo antes, que ſe elle partiſſe ſe tratava eſte cazo, e requeria por ambos ante my, e que eu noteficara muitas vezes ao Conde de Penella, que houveſſe viſta de huãs rezoens, que elle Conde do Vimiozo dera, antes oito dias, que a Senhora Rainha pariſſe, que foi a dezaſeis dias de Mayo, e elle ſe partira a vinte e ſeis dias de Julho, nos quaes ſe elle ſempre afaſtara de querer vir a concluzaõ. Pedindome, que quizeſſe declarar tudo como paſſara, porque o Eſcrivaõ, que o fora requerer com o Licenciado naõ ſabia maes, que daquelle requerimento. E vendo eu o que me o dito Conde do Vimiozo requere, pera ſempre ſe ſaber como o cazo paſſou, o quis por eſte meu Alvara declarar, que he verdade, que o Conde de Penella, foi o que me niſto fallou, muito tempo antes, que a Rainha pariſſe, e querendo-o eu determinar, o diſſe ao Conde do Vimiozo, e ouvindo a cada hum por ſy alguãs vezes neſte cazo, quis, que ſe determinaſſe por Letrados; e mandei ao Conde do Vimiozo, que deſſe ſuas rezoens, ſem embargo de elle ſempre dizer, que era niſſo aggravado, por ſempre neſtes Reinos ſe coſtumar pellos Reis paſſados ſe determinarem ſemelhantes cazos ſummariamente, e das rezoens, que deu o Conde do Vimiozo, por eſcrito, eu mandei dizer pello Licenciado Chriſtovaõ Eſteves ſem maes Eſcrivaõ, ao Conde de Penella, que houveſſe dellas viſta, e reſpondeſſe por eſcrito, e elle Licenciado lho diſſe por duas vezes, e eu tambem lho diſſe por mim como queria poer eſta duvida em juizo de Letrados, que o julgaſſem, o que foi bem hum mes, ou maes, antes que o Eſcrivaõ foſſe com o Licenciado a lho requerer, e elle nunca quiz dar ſuas rezoens dizendo ſempre, que lhe corregeſſe primeiro aggravos, que dizia lhe tinha feitos em acreſcentar ao Conde do Vimiozo no aſſentamento, e moradia, e naõ a elle. E por me o Conde do Vimiozo requerer, que poes ja ſe começara eſta duvida, ſe determinaſſe, e porque ſe ſoubeſſe como o Conde de Penella naõ quizera reſponder, mandei ao Licenciado Chriſtovaõ Eſteves, que com hum eſcrivaõ o foſſe requerer pera ſe fazer diſſo termo, como pellos autos ſe verâ, e por naõ querer reſponder, ſe fez diſſo auto, com a repoſta, que elle deu, e entonce o determinei por Sentença, como ſe por ella verâ, e por todo aſſy paſſar na verdade, lhe mandei dar eſte meu Alvarâ. Pero Dalcaçova Carneiro o fez em Evora a vinte e hum

hum dias de Novembro de mil e quinhentos e trinta e tres. E este Alvara quero, e me praz, que se cumpra, e guarde, posto que naõ seja passado polla Chancellaria, sem embargo de minha Ordenaçaõ em contrario.

REY.

Alvara do Conde do Vimiozo para Vossa Alteza ver. Eu Jorge da Costa fiz aqui trasladar, e concertei com o proprio este Alvarâ; em Lisboa a nove de Fevereiro de 1578. Jorge da Costa.

Carta de Camereiro mòr do Principe D. Joaõ, passada ao Conde de Vimioso D. Francisco. Original, que tenho em meu poder.

Num. 19.
An. 1534.

DOm Joham per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegaçaõ, Commercio de Ethiopia Arabia Persia, e da India. A quantos esta minha Carta virem faço saber, que vendo eu o conjunto divido que comiguō tem D. Francisco Conde do Vimioso meu muito amado Primo Veador de minha fazenda, e os muitos, e muy continuados serviços dinos de muito merecimento que sempre fez a ElRey men Senhor e Padre que santa gloria aja, e como a mym tem muito servido e muy continuadamente e com muito amor e fieldade diligencia e boõ cuidado e me tem dado de sy muy boa conta e servido a todo meu contentamento. E vendo iso mesmo que ele tem todas as calidades que devem ter as pessoas que nos officios mayores do Principe meu sobre todos muito amado e prezado filho, eu devo poer e mais principalmente naquelles que a ele, e a seu serviço ham dandar mais acheguados e por confiar dele que naquelle em que o poser me servira e ao dito Principe meu filho, asy bem e honradamente, e com tanto amor fieldade e boõ cuidado como ambos sejamos dele bem servido, e a todo noso contentamento. Por todos estes respeitos pelos quaes com muita rezam lhe cabe toda merce, e pela muito boa vontade que lhe tenho, e por folguar de nisto lha fazer, lhe dou e faço merce do officio de Camareiro mor do dito Principe meu filho com todalas preminencias superioridade mando jurdiçam graças liberdades framquezas e privilegios que ao dito officio sam ordenados e com que sempre os serviram os Camareiros mores dos Principes destes Reinos e com a tença ordenada das cem dobras de trezentos e satenta reis dobra em cada hum anno e com as proẽs e percalços e intereses que direitamente lhe pertencem e como sempre o ouveram e diso usaram os Camareiros mores dos Principes e milhor se ele com direito milhor o poder aveer e de todo husar. E mando por esta Carta aos Veadores de minha fazenda que a dita tença ordenada das ditas cem dobras lhe mandem asentar em os livros de minha fazenda de Janeiro que ora pasou deste anno presente de mil quinhentos e trinta e quatro e dy em diante lha mandem despachar em cada huũ anno em luguar onde seja bem pago. E por esta Carta o ey por

por metido em pose do dito officio sem pera ele antrevyr nem ser necesario nenhuũ meu official que a dita pose lhe dee porque asy o ey por bem, e me praz. E mando a todos os officiaes do dito Principe meu filho que ora sam e ao diante forem que sejam da jurdiçaõ do dito officio de seu Camareiro moor que lho leixem servyr e dele usar e da jurdiçam mando e superioridade dele e em todo cumpra inteiramente seus mandados asy como o devem e sam obrigados a fazer e lhe leixem aveer todas as proes percalços e intereses que ao dito officio sam ordenados e direitamente lhe pertencem sem niso lhe poeer duvida, nem embarguo alguũ porque assy he minha merce. E o dito Conde jurara em minha Chancellaria aos Santos Avangelhos que beẽ verdadeira e fielmente sirva o dito Officio gardando a my e ao Principe meu filho noso serviço e em todo o que ao dito officio toquar e pertencer muy inteiramente o que deve. Dada em a Cidade devora a iiij dias dagosto. Pero dalcaçova Carneiro a fez. Anno de noso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos e trinta e quatro.

REY.

Alvará para o Conde de Vimioso, D. Francisco, naõ pagar direitos, salvo do que trouxer para vender. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 533, donde o copiey.

Num. 20.
An. 1534.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daaquem, e daalem maar em Africa, Senhor de Guinee, e da Conquista navegaçaõ, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha Carta virem faço saber, que esguardando eu o devido, que comigo tem D. Francisco Conde do Vimiozo, meu muito amado Primo, e a seus muitos serviços, e merecimentos, e por folgar de lhe fazer merce, ey por bem, quero, e me praaz, que elle naõ pague daqui em diante dizima de todas as mercadorias, e couzas outras, que elle mandar trazer, ou lhe vierem de quaesquer partes, que sejaõ assy por os portos do maar, como da terra, naõ sendo as taaes mercadorias pera vender, porque dellas naõ será escuzo de pagar a dita dizima; e asy ey por bem, que naõ pague portagem, passagem, nem costumagem de todas as couzas que lhe vierem, ou mandar por meus Reinos, ou Senhorios de huns lugares pera outros. Outro sy me praz, que naõ pague Chancellaria de todas as liberdades, graças, e merces, que lhe fizer, nem doutras quaesquer couzas suas de que estee hordenado, que se leve na Chancellaria, porque minha merce, e vontade he, que elle a naõ pague, e que seja escuzo de todas estas couzas, e cada huã dellas, na maneira, que dito he; noteficoo asy aos Vedores de minha fazenda, e aos Juizes, Almoxarifes, e officiaes de minhas Alfandegas, e a todolos Contadores, Thezoureiros, Almoxarifes, Recebedores, Rendeiros, escrivaẽs, Juizes, Justiças, Officiaes, e pessoas de meus Reinos, e Senhorios a que

que esta minha Carta, ou o terlado della em pubrica forma for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e mando a todos em geeral, e a cada hum em especial, que asy o cumpraõ, guardem, e façaõ inteiramente cumprir, e guardar como aqui he contheudo, sem lhe nisso ser posto duvida, nem embargo, nem contradiçaõ alguma, porque asy he minha merce, e por firmeza dello lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, e asselada com o meu Sello pendente. Manoel da Costa a fez em Evora a 20. dias do mes Doctubro, anno do Nacimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos trinta e quatro. Fernaõ Dalvares a fez escrever.

ELREY.

Doaçaõ da Villa do Vimioso, feita ao Conde D. Francisco. Está no maço referido, donde a copiey.

Num. 21.
An. 1534.

DOm Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem maar em affrica, Senhor de guine e da Conquista navegaçaõ, Comercio de Ethiopia Arabia, Persia e da India. A quantos esta minha Carta de doaçaõ virem que olhando eu os muitos e mui grandes serviços que D. Francisco Conde do Vimioso meu muito amado primo tem feito a ElRey meu Senhor e padre que santa gloria aja, e a mim e ao diante espero que me faça per os quaes lhe saõ em muita obrigaçaõ e querendolhos em parte agualardoar, e por muitas e muy justas causas e muy obrigatorias que me a isso movem me praz de meu proprio moto poder Real, e absoluto livre vontade certa sabedorya, e por mo elle pedir, e lhe fazer merce e doaçaõ pura, livre e irrevogavel, antre vivos valedoura como de feito per esta minha Carta lhe faço da Villa do Vimioso e seu termo que he da Coroa, e patrimonio Real e lha dou e concedo em sua vida, com toda sua jurisdiçaõ civel e crime, mero e mixto Imperio e com todas as rendas foros e dereitos Reaes que eu hy ey e possa aver, com o Castello e alcaidarya, e dereitos dela, e portagem e quaesquer outros que nella tenho reservando pera mym Correiçaõ e alçada, e lhe faço ysso mesmo merce e doaçaõ expressamente do padroado que tenho e todas e cada huã das Igrejas da dita Villa, e seu termo e do direito dapresentar e posse, ou quasi posse em que estou de a ellas apresentar, em solido e lho trespasso, e dou assy como o eu tenho que o aja pera sy. E por esta rogo ao Iffante D. Anrique meu muito amado e prezado Irmaõ Arcebispo de Braga, que lhe queira confirmar a doaçaõ deste padroado pela sobredita maneira, e o peço por merce ao nosso muy Santo Padre, se a Sua Sanctidade quiser pedir a confirmaçaõ e porem isto se naõ entendera naquellas Igrejas que na dita Villa foraõ tomadas pera as Commendas e me praz que se possa chamar Senhor della e possa dar os tabaliados e quaesquer outros officios da dita Villa e seu termo que eu ora dou, e me pertencem de dar, tirando os que pertencem a arrecadaçaõ de minhas rendas das sisas

fas os quaes officios podera dar por suas Cartas asinadas por elle e asselladas com o seu Sello, e as pessoas a que asy os der, naõ seraõ obrigadas a tirar confirmaçaõ minha da dita dada; ou de meu Chanceler moor, somente seraõ obrigados tirar Regimentos de seus officios da minha Cancellaria, e asy ey por bem que elle ou seu Ouvidor posa fazer as eleiçoẽs e apuraçaõ dellas, e tirar os Juizes e officiaes, e possa confirmar, e confirme os Juizes que sairem per eleiçaõ que se fezer, segundo forma de minhas Ordenaçoẽs e asy que os Juizes e taballiaẽs . . . . . . por elle; e bem assim podera conhecer das appellaçoẽs e agravos que sairem dante os Juizes da dita Villa, asy os feitos Cives como crimes, e asy conhecera per sy ou seu Ouvidor das appellaçoẽs e agravos dos dereitos Reaes que a elle pertencem quando elle ou seu Ouvidor estever na Villa segundo forma da Ordenaçaõ. E quanto as rendas que a dita Villa render pera mym lhas dou, com tal declaraçaõ que elle haa de deixar das tenças que de mym tem em vida, outras tantas quanto a dita Villa para mym rende, somente as rendas e dereitos que pertencem a alcaidarya porque destas lhe faço livremente doaçaõ e merce tirando a portagem se a alcaidarya pertencerem, porque tambem leixara o que ella valer; e os Veedores de minha fazenda lhe faraõ o dito desconto na maneira que dito hee. Porem mando a todos meus Corregedores Juizes, e justiças officiaes e pessoas a que o conhecimento pertencer, que metaõ em posse o dito Conde de todo o contheudo nesta dita Carta, em sua vida, como dito he. E lhe deixem de todo asy usar na forma sobredita, sem lhe nisso ser posta duvida nem embargo alguũ. E porem lhe faço a dita doaçaõ e merce dos direitos e renda que Jeronimo Teixeira tinha na dita Villa, e por seu falecimento vagaraõ dos quaes naõ avera desconto. Dada em a Cidade de Evora a xxviij dias de Março. Pero dalcaçova Carneiro a fez anno de nosso Senhor Jesu Christo de mil 6xxxiiij. E nas rendas de que lhe asy faço merce per esta minha doaçaõ naõ entraraõ as sisas da dita Villa. E nas costas da dita doaçaõ estaa hum assento que diz asy pagou desta Carta, descontando seis mil reis que tinha pago por outra que tinha delRey que Deos tem da jurdiçaõ da dita Villa e vinte mil duzentos e des reis, nesta conta entra o quarto dos xxiiij da Reytoria da Igreja do dito desconto se fez per mandado delRey nosso Senhor a xxvij de Junho de 16xxx6j que parecia ser feito e asinado per Pedro gomes escrivaõ da Chancellaria.

Carta passada ao Conde de Vimioso D. Francisco, da Alcaidaria môr do Vimioso. Treslado authentico, que está no Cartorio desta Casa, no maço 78, num. 524.

Num. 22.
An. 1530.

DOm Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem maar em Africa, Senhor de guine, e da Conquista navegaçaõ Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India.

India. A quantos esta minha carta virem faço saber, que D. Francisco Conde do Vimioso meu muito amado primo Veedor de minha fazenda tem por doaçaõ a dita Villa do Vimioso em sua vida, com sua jurdiçaõ como nella he contheudo. E por quanto ao tempo em que lhe foi dada a dita Villa, tinha a alcaidarya moor da dita Villa, e Castello della, Joaõ do Rego Cavalleiro de minha Casa com o qual por minha licença e autoridade, se o dito Conde concertou, para vir a elle, e me apresentou hum publico estromento de renunciaçaõ perque o dito Joaõ do Rego renunciava em minhas mãos a dita alcaidarya moor com todos seus dereitos como elle a tem para della fazer merce ao dito Conde, feito por Bras Affonso publico taballiaõ das notas desta Cidade de Lixboa, aos x6iij dias do mes de fevereiro deste anno presente de 16xxx pelo qual renunciava a dita alcaidarya moor em minhas mãos com todos seus dereitos como elle a tem para fazer della merce ao dito Conde segundo compridamente nella he contheudo testemunhas no dito estromento da renunciaçaõ Affonso Simaõ criado de D. Breatiz de figueiredo e Diogo de Caceres escudeiro do Capitam D. Antaõ, vista per mym a dita renunciaçaõ esguardando os muitos e continuados serviços do dito Conde e seus muitos merecimentos, e pela muito boa vontade que lhe tenho, e por folgar de nisto lhe fazer merce lhe faço merce da dita alcaidarya moor da dita Villa, e Castello della, com todas suas rendas e dereitos e asy como a tinha, pessuya, avia, e arrecadava as ditas rendas, e dereitos o dito Joaõ do Rego e melhor se elle com dereito a milhor poder ter, e aver, e arrecadar as rendas, e dereitos della, e como dereytamente lhe pertencerem, porem o notefico asy ao Corregedor da dita Comarqua, Juizes e officiaes da dita Villa, fidalgos Cavalleiros, escudeiros homes boõs, e povo della, e lhe mando que o ajaõ por meu alcaide moor da dita Villa, e Castello della, e lhe leixem aver, e arrecadar as rendas e dereitos ordenados aa dita alcaidarya moor, asy como os avia, pessuya, e arrecadava o dito Joaõ do Rego e melhor se elle com dereito os melhor poder aver, e arrecadar, e mando ao dito Corregedor, e Juizes que lhe dem a posse da dita alcaidarya moor, e rendas e dereitos della, e em todo lhe cumpraõ, e guardem, e façaõ cumprir, e guardar esta Carta como nella se conthem sem duvida nem embargo alguum que lhe nisso seja posto porque asy he minha merce o qual Conde me fez preyto e menagem pela dita fortaleza, segundo huso, e custume de meus Reynos, a qual fica assentada no livro das menagens e assinada por elle com testemunhas. Dada em a Cidade de Lisboa, a xij de Mayo Bertolameu fernandes a fez anno de nosso Senhor Jesu Christo de 16xxx annos. Foi concertado per mim Pamtaliam Rebello.

Privilegio do Vimioso Couto.

DOm Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem maar em affrica, Senhor de Guinee. A quantos esta minha Carta virem fazemos saber, que por parte de Gonça- An. 1496.

lo Vaaz, Cavalleiro de nossa Casa, e alcaide moor do Vimioso nos foi apresentada huã Carta delRey meu Senhor que santa gloria aja, da qual o theor de verbo ad verbo hee este que se ao diante segue. D. Joaõ per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem maar em affrica Senhor de guine. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber, que nos avendo ora por nosso serviço e bem e proveito de nossos Reynos fazemos Couto a nossa torre do Vimioso, com esta declaraçaõ que atee vinte homiziados, de quaesquer maleficios em que sejaõ culpados possaõ viver em o dito Castello e estem ahy acoutados e naõ sejaõ presos nem tirados do dito Couto pelos ditos maleficios de tal callidade que acoutandose por elles a Igreja o privilegio, e immunidade lhes valeria. E sendo taes que per direito naõ podessem gouvir da immunidade da Igreja, em taes casos queremos que lhes naõ valha este privilegio de Couto, e mais declaramos que este privilegio valha aos homiziados quanto aos maleficios que per elles foraõ cometidos atee dez leguoas do dito Couto e sendo menos lhe naõ valha. E asy mandamos que os Juizes do dito Couto mandem fazer huum livro em que se escrevaõ os ditos homiziados quando se vierem a coutar e naõ sairaõ do dito Couto para nenhuã parte salvo per licença dos Juizes do dito lugar, a qual lhes poderaõ dar de dous meses pera poderem ir negocear suas cousas em os lugares de nossos Reynos com tanto que naõ voltem em os lugares e termos onde cometeraõ os maleficios, e com esta declaraçaõ mandamos que se guarde esta nossa Carta, e privilegio, como em ella he contheudo, os quaes homiziados atee o dito Couto naõ sejaõ colhidos per Gonçalo Vaaz nosso alcaide moor do dito Castello, ou per qualquer outro, que ao diante for. Dada em Lisboa a xx6ij dias de fevereiro. Pantaliaõ Dias a fez anno de mil . . . . . Pedindonos o dito Gonçalo Vaaz por merce que lhe confirmasemos, e ouvessemos por confirmada a dita Carta, e visto por nos seu requerimento, e querendolhe fazer graça e merce temos por bem e lha confirmamos e avemos por confirmada a dita Carta, asy e na maneira que se nella conthem. E porem mandamos a todolos Corregedores Juizes, e justiças officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer e esta nossa Carta for mostrada, que asy lha cumpraõ e guardem, e façaõ muy inteiramente cumprir, e guardar, asy e na maneira que se nella conthem porque asy he nossa merce. Dada em Setuval a ix dias de Mayo. Belchior nogueira a fez anno de mil quatrocentos e noventa e seis. Foy concertado per mim Pamtaliam Rebello.

Carta de doaçaõ da Villa Daguiar da Beira, concedida ao Conde de Vimioso D. Francisco. Treslado authentico está no Cartorio da dita Casa, donde a copiey.

Num. 23.
An. 1534.

DOm Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem maar em affrica, Senhor de guinee e da Conquista navegaçaõ, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India.

Faço

Faço saber a quantos esta minha Carta de doaçaõ virem que olhando eu os muitos e muy grandes serviços que D. Francisco de Portugal Conde do Vimioso meu muito amado primo tem feito a ElRey meu Senhor e padre que santa gloria aja e a mym e ao diante espero que me faça por os quaes lhe saõ em muita obrigaçaõ, e querendolhos em parte galardoar, e por muitas, e muy justas causas e muy obrigatorias que me a isso movem, me praz de meu proprio moto poder Real e absoluto livre vontade certa sabedoria, e sem mo elle pedir de lhe fazer merce e doaçaõ pura livre e irrevogavel, antre vivos valedoura, como de feito por esta minha Carta lhe faço da Villa daguiar dabeira e seu termo que hee da Coroa, e patrimonio Real e lha dou, e concedo em sua vida, com toda sua jurdiçaõ Civel e crime, mero e mixto imperio e com todas as rendas foros e dereitos Reaes que eu hy ey ou possa aver, e com o Castello alcaidarya, e dereitos della, e portagem e quaesquer outros que nella tenho reservando para mym Correiçaõ e alçada, e lhe faço isso mesmo merce e doaçaõ expressamente do padroado que tenho em todas e cada huã das Igrejas da dita Villa, e seu termo e do dereito dapresentar, e posse ou quasy posse, em que estou de a ellas apresentar em solido e lho trespasso e dou, asy como o eu tenho que o aja pera sy, e por esta rogo e encomendo ao bispo de Viseu, que lha queira confirmar a doaçaõ deste padroado pela sobredita maneira, e o peço por merce ao nosso mui Santo Padre se a Sua Santidade quiser pedir a confirmaçaõ, e porem isto se naõ entenderaa naquellas Igrejas que na dita Villa forem tomadas para as Comendas, e me praz que se possa chamar Senhor della e possa dar os taballiados e quaesquer outros officios da dita Villa, e seu termo que eu ora dou e me pertencem de dar, tirando os que pertencem a arrecadaçaõ de minhas rendas, os quaes officios podera daar per suas Cartas asinadas per elle, e asselladas com o seu Sello, sem as pessoas a que os assy der serem obrigadas a tirar confirmaçaõ minha da dita dada ou do meu thesoureiro moor somente seraõ obrigados tirar regimentos de seus officios da minha Chancellaria. E asy ey por bem que elle ou seu Ouvidor possa fazer as eleiçoẽs e apuraçaõ dellas e tirar os juizes e officiaes, e possa confirmar, e confirme os Juizes que sairem per eleiçaõ que se fezer segundo forma de minhas Ordenaçoẽs e asy que os Juizes e taballiaẽs se chamem por elle. E bem assy poderaa conhecer das appellaçoẽs e agravos que sairem dante os Juizes da dita Villa, asy os feitos Civeis como Crimes, e asy conheceraa per sy, ou seu Ouvidor das appellaçoẽs e agravos dos dereitos Reaes que a elle pertencem quando elle ou seu Ouvidor estever na Villa, segundo forma da Ordenaçaõ. E quanto aas rendas que a dita Villa render para mym, lhas dou com tal declaraçaõ que elle haa de deixar, das tenças que de mym tem em vida outras tantas quanto a dita Villa, pera mym rende, somente as rendas e dereitos que pertencerem a alcaidarya, porque destas lhe faço livremente doaçaõ, e merce tirando a portagem se a alcaidarya pertencer, porque tambem leixaraa o que della valer, e os Veedores de minha fazenda lhe faraõ o dito desconto na

manci-

maneira que dito hee. Porem mando a todos os meus Corregedores Juizes e justiças Officiaes e pessoas, a que o conhecimento pertencer, que metaõ em posse ao dito Conde de todo o contheudo nesta dita Carta em sua vida como dito hee, e lhe leixem de todo assy husar, na forma sobredita, sem lhe nisso ser posta duvida nem embargo algum porque assy hee minha merce. E mando ao meu Contador da Comarca, que mande treladar esta Carta no livro dos meus proprios pera em todo o tempo se saber como asy tenho feito esta merce ao dito Conde. Dada na minha Cidade devora, a xx6iij de Março. O Secretario Francisco Carneiro a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de 16xxxiiij. Foy comcertado per mim Pamtaliam Rebello.

Carta do Conselho delRey a D. Affonso de Portugal. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 518, donde a tirey.

Num. 24. An. 1544.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daaquem, e daalem Mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegaçaõ, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber a quantos esta minha Carta virem, que esguardando eu os serviços, e merecimentos de D. Affonso de Portugal meu amado sobrinho pollos quaes, e pelas quallidades de sua pessoa he rezaõ que receba de mym honra, merce, e acrecentamento, e confiando delle, e de sua bondade, e saber que me saberaa bem aconselhar, e dar conselho verdadeiro, fiel, e tal, como deve, e por folgar de lhe fazer merce, tenho por bem, e o faço do meu Conselho, e quero, e mando que seja daqui em diante chamado pera meus Conselhos, e estee nelles, e como pessoa de meu Conselho goze, e uze de todas as honras, graças, merces, privilegios, e liberdades, e priminencias, que tem, e de que gozaõ, e uzaõ os do meu Conselho, e elle juraraa na Chancellaria aos Santos Euangelhos que me aconselhe, e dê conselho verdadeiro, e fiel quando lho pedir; e por firmeza dello lhe mandei dar esta Carta por mym assinada, e assellada com o meu Sello pendente. Joaõ de Seixas a fez em Almeyrim a 11. dias de Fevereiro, anno do Nacimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1544. Manoel da Costa a fez escrever.

ELREY.

Carta da Rainha de França de prometimento de dote, para D. Luiza de Gusmaõ, depois Condessa de Vimioso. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, n. 488, donde a copiey.

Num. 25. An. 1547.

DOña Leonor Reyna de Francia y Infante de España, &c. Por quanto Francisco de Gusman, mi Mayordomo y mayor de la Illustrissima Infante D. Maria nuestra hija, y Doña Joana de Blasfelt, su

su Camarero mayor de cada dia nos hazen y recibimos muy leales y aceptos servicios, y la dicha Illustrissima Infante nuestra hija, por la presente nuestra Cedula les hazemos merced, para quando casaren a D. Luiza de Gusman su hija, de dos mil ducados para su casamiento, los quales le mandaremos librar para quando la casaren; en testimonio de lo qual mandamos dar esta nuestra Cedula, firmada de nuestra Real mano y referendada por nuestro primer Secretario. Daty en Puisi a xviij de Julio de M. D. XL. VIJ.

YO LA REYNA.

Instrumento da venda da Capitanîa, e jurisdicçaõ de Machico, na Ilha da Madeira, por D. Antonio da Sylveira, do Conselho de Sua Magestade, a Francisco de Gusmaõ, Mordomo mór da Infanta D. Maria. Está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 11, num. 121, donde o copiey.

Num. 26.
An. 1548.

EM nome de Deos amen. Saibaõ quantos este estromento de Carta de venda com pacto de retro, e obrigaçaõ virem que no anno do nacimento de Nosso Senhor JESUS Christo de mil e quinhentos e quarenta e oito annos aos dezasete dias do mes de Setembro em esta Cidade de Lisboa na Rua do Caquo em as cazas da morada do Senhor Antonio da Silveira do Conselho delRey Nosso Senhor, Capitaõ da Capitania, e jurdiçaõ de Machico da Ilha da Madeira sendo elle Senhor hi presente, e bem assi sendo presente a Senhora D. Clara dalmada sua molher de huma parte, e da outra o Senhor Francisco de Gusmaõ Mordomo mor da Caza da Senhora Infante Donna Maria, e logo por elles foi dito que estavaõ concertados hora para elle Senhor Francisco de Gusmaõ aver de comprar a Capitania de Machico; e que elle Senhor Antonio da Silveira tem asi, e da maneira que lhe pertence per sua doaçaõ, ss. todos os direitos, e jurdiçaõ da dita Capitania inteiramente sem falta, nem diminuiçaõ alguma como sempre andou, e os Capitaens passados a possuiaõ, e melhor se melhor com direito a poderem aver; e isto pella maneira seguinte, ss. que elles Senhores Antonio da Silveira, e a Senhora Donna Clara sua molher lhe vendem a dita Capitania de Machico com toda sua jurdiçaõ, rendas, e direitos como dito he, e a tem por sua doaçaõ; e assi com a redizima da levada nova que se hora faz que pertence, e pertencer a dita Capitania a qual lhe compra o dito Senhor Francisco de Gusmaõ por preço, e contia de trinta e sinco mil cruzados em dinheiro de contado, e assi lhe empresta mais mil cruzados em dinheiro de contado para ajudar a tirar a levada, e estes saõ alem dos ditos trinta e sinco mil cruzados como abaixo irá mais declarado para a qual compra, e venda ouveraõ Alvara delRey Nosso Senhor de que o theor he o seguinte. Eu ElRey faço saber a quantos este meu Alvara virem que eu ey por bem, e me praz de

dar

dar licença a Antonio da Silveira do meu Conselho, e Capitaõ da Capitania de Machico que possa vender a dita Capitania assi, e da maneira que a de mim tem per sua doaçaõ a Francisco de Gusmaõ Mordomo Mor da Caza da Infante Donna Maria minha muito amada, e prezada Irmã para a pessoa que cazar com Donna Luiza de Gusmaõ sua filha à qual pessoa por este mandarei Provisaõ em forma da dita Capitania mostrando a doaçaõ que o dito Antonio da Silveira nella tem, e a Carta da venda Manoel da Costa o fez em Lisboa a 2. de Agosto de mil e quinhentos e quarenta e oito; e este naõ passará pella chancellaria sem embargo da Ordenaçaõ em contrario, e he assinado por ElRey Nosso Senhor, e na subscripçaõ diz: Alvara para V. A. ver por bem da qual licença do dito Senhor o dito Francisco de Gusmaõ comprou, e os ditos Antonio da Silveira, e D. Clara sua molher venderaõ a dita Capitania da maneira que dito he pello preço acima declarado, e com as condiçoens seguintes, ss. por sinco mil cruzados que lhe tem pagos de que lhe fizeraõ escritura publica por mim Taballiaõ aos quatorze dias do mes de Julho deste presente anno, e os trinta mil cruzados que faltaõ para o cumprimento de pago da dita Capitania lhe dará, e pagará em dinheiro de contado moedas douro, e prata do dia que esta Carta de venda for confirmada pello dito Senhor a quinze dias primeiros seguintes todos juntos em hum so pagamento, e assi no mesmo tempo, e termo lhe entregará os mil cruzados que lhe empresta para a dita levada dos quaes trinta mil cruzados que assi lhe haõ de dar, e pagar aos ditos vendedores para cumprimento de pago da dita venda, e preço da dita Capitania, se depositaraõ quinze mil cruzados delles em poder de pessoas abonadas, e seguras que se obriguem em todo tempo os dar, e entregar sem diminuiçaõ alguma por quanto este he o preço do dote da dita D. Clara ao qual preço a dita Capitania estava obrigada per autoridade, e licença delRey Nosso Senhor, e por bem do dito depozito haõ por desobrigada a dita Capitania da obrigaçaõ em que era a ella dita D. Clara, e ella recebe a dita obrigaçaõ nos ditos quinze mil cruzados, e tanto que os ditos depositarios os receberem ella dita D. Clara desobriga, e ha por desobrigada a dita Capitania para que o dito Francisco de Gusmaõ, ou a pessoa que com a dita sua filha casar aja, tenha, possua a dita Capitania livremente, e sem encargo, nem obrigaçaõ alguma, nem por via do dito dote, nem por outro nenhum modo que seja porque ao dito Antonio da Silveira aprouve, e ouve por bem que os ditos mercadores, e pessoas a que os ditos quinze mil cruzados forem entregues lhe acudaõ somente com os ganhos, e proveitos delles, e o cabedal seja sempre seguro, e inteiro para segurança do dito dote, e os outros quinze mil cruzados se entregaraõ ao dito Antonio da Silveira, ou a quem elle quizer, e tanto que pello dito modo assi forem entregues os ditos trinta mil cruzados, e bem assi os mil cruzados que lhe empresta lhe daraõ quitaçaõ de todo o dito preço dos trinta e sinco mil cruzados por bem do qual do primeiro dia do mes de Janeiro que embora virá do anno de mil e quinhentos e quarenta e nove annos de que começa esta venda em diante

te sendo primeiramente pagos da dita contia, e emprestimo elles vendedores dagora para entaõ tiraraõ, e demitiraõ, e renumciaraõ de si toda a posse, dominio, senhorio, e direito, e auçaõ que tinhaõ, e podiaõ ter, e aver na dita Capitania per bem da dita doaçaõ, e todo cederaõ, e trespassaraõ do dito dia de Janeiro em diante em elle Francisco de Gusmaõ ou na pessoa que com a dita D. Luisa casar, para que o ajaõ, logrem, e possuaõ, e façaõ dello, e em ello todo o que lhes aprouver como de cousa sua propria que he por bem desta venda, e se constituiraõ possuidores em nome delle comprador, e da pessoa, que com a dita sua filha casar com seus inquilinos para elles, ou a qualquer delles tomar, e aver a dita posse a qual lhe daõ por virtude desta Carta, sem outra nenhuma autoridade de justiça, figura, e ordem de juizo, e esto com pacto, e condiçaõ de reto per tempo de seis annos contados do dito dia de Janeiro de quinhentos e quarenta e nove em diante, e se acabaraõ per outro tal dia de Janeiro do anno de quinhentos e sincoenta e seis que saõ os ditos seis annos inteiros compridos, e acabados com as mais condiçoens seguintes, ss. que tornandolhe elles ditos vendedores, ou cada hum delles per si, ou per outrem em qualquer tempo, ou dia dos ditos seis annos os ditos trinta e sinco mil cruzados todos juntos, e per inteiro será obrigado qualquer possuidor da dita Capitania a lhe soltar a dita Capitania livremente assi, e pella maneira que lha hora entrega, e esta venda dahi em diante naõ terá vigor, nem effeito algum porque com esta condiçaõ, e convença lhe fazem os ditos vendedores a dita venda ao dito Francisco de Gusmaõ para a pessoa que casar com a dita sua filha Donna Luisa de Gusmaõ, e sendo caso que o possuidor da dita Capitania naõ seja patente neste reyno ao tempo que elles vendedores quizerem tornar o dito dinheiro em tal caso depositará o dito dinheiro em juizo, e tanto que for depositado ficara a dita Capitania com elles vendedores livremente como estava antes desta venda ser feita, e poderaõ pedir a ElRey Nosso Senhor com certidaõ do dito deposito que lhe mande dar sua posse porque dali por diante o possuidor naõ averá frutos, nem rendimentos da dita Capitania somente soldo a livra averá o possuidor do tempo atras que o possuio até o dinheiro ser depositado o que lhe couber sem nisso aver mais duvida alguma per nenhuma das partes, declararaõ mais os ditos vendedores que durando os ditos seis annos deste reto, e doje por diante até o dito dia de Janeiro de quinhentos e sincoenta e seis annos, possaõ vender a reto, ou arrematada a dita Capitania a quem por ella mais der sem ter mais obrigaçaõ que o fazer saber ao dito possuidor da dita Capitania com declaraçaõ do preço que lhe daõ por ella por hum seu escrito, e asinado, e dandolhe mais o possuidor da dita Capitania a elles vendedores preço do que lhe derem os novos compradores em tal cazo a venderá ao dito possuidor, e naõ a outra pessoa porque naõ lhe dando mais, ou naõ lhe respondendo ao dito feito do dia que lhe for dado a sinco dias a poderá vender a quem quizer naõ lhe respondendo ao dito feito como dito he; e bem assi declararaõ mais que tirandolhe os ditos vendedores a dita Capitania seraõ obrigados a pagar

ao possuidor della todos os gastos que fizer na chancellaria o que pagará ao tempo que lhe pagar os ditos trinta e sinco mil cruzados, e o dito tempo lhe dara, e pagara mais os mil cruzados que lhe mais empresta alem dos ditos trinta e sinco mil cruzados, e despezas da chancellaria tirandolhe a Capitania como dito he, e pagaraõ aos ditos vendedores os ditos trinta e seis mil cruzados, e despezas da chancellaria dentro nesta Cidade em boas moedas em dinheiro de contado inteiramente sem diminuiçaõ alguma, e naõ avendo a quem se paguem o depositaraõ como acima vai declarado, e naõ tirando elles vendedores, ou outrem por elles a dita Capitania dentro do dito tempo dos seis annos deste reto fique livre, e desembargada ao possuidor para sempre sem elles vendedores dahi em diante a mais poderem aver para si, nem para outrem, porque lhe fica arrematada pello dito preço dos ditos trinta e sinco mil cruzados, e ficará sem effeito nenhum a dita condiçaõ de reto por assi os ditos vendedores naõ cumprirem com o pagamento dos ditos trinta e sinco mil cruzados dentro do tempo dos seis annos deste reto, e o pagamento dos ditos mil cruzados em tal cazo o averaõ os compradores, e possuidor da dita Capitania pello primeiro rendimento da merce que ElRey Nosso Senhor tem feito a elle Antonio da Silveira da levada que se hora tira para que se emprestaraõ os ditos mil cruzados a qual merce que lhe o dito Senhor assi tem feita por bem da despesa que elle Antonio da Silveira tem feita, e ha de fazer em acabar de tirar a dita levada fica com elle Antonio da Silveira inteiramente por quanto he cousa separada da dita Capitania, e lhe foi feita nova merce despois da dita doaçaõ, e disseraõ que sendo caso que a dita merce naõ aja effeito per qualquer via que seja que entaõ lhe pagaraõ os ditos mil cruzados ao tempo que lhos avia de pagar avendo effeito a dita levada, e merce della, e declararaõ mais os ditos contrahentes que de todo o proveito que redundar para a redizima da dita Capitania por bem da levada nova que he possuidor della averá os dous terços da redizima nova da dita levada, e hum terço ficará ao dito Antonio da Silveira para ajuda da dita despeza durando o tempo dos seis annos porque dahi em diante toda a dita redizima será do possuidor da dita Capitania por lhe pertencer direitamente, e declararaõ mais que acontecendo fallecer o dito Antonio da Silveira o que Deos naõ mande dentro nos ditos seis annos do reto possa tirar D. Clara sua molher a dita Capitania para filho, ou filha do dito Antonio da Silveira se o tiver fazendolhe S. A. merce della para a dita filha o que poderá tambem requerer, e tirar qualquer pessoa que tiver cargo dos ditos seus filho, ou filha, e por esta maneira he feita a dita venda a qual elles vendedores, e comprador prometeraõ de ter, e comprir sob pena de quem este estromento naõ cumprir pagar a parte tente que por elle estiver sinquo mil cruzados douro de pena, e interesse, e custas, e despezas, e perdas, e dannos que qualquer delles fizer, e receber, e a pena levada, ou naõ que este estromento se cumpra para o que obrigará a dita Capitania, e preço della, e mais todos seus bens, e rendas moveis, e de raiz avidos, e por aver, e outorgaraõ para cum-

primento

primento do que dito he de ferem citados, e demandados perante os Corregedores da Corte, e daquem em efte eftromento for aprefentado, e ahi por fuas Cartas, ou fem ellas eftar a direito, e juftiça remunerando para elle os Juizes de feu foro, privilegios, liberdades feitas em peffoas de finfoens de feito, e de direito que por fi alegar poffaõ porque nada querem que lhes valha falvo cumprir todo como dito he. E differaõ que pedem por merce a ElRey Noffo Senhor que confirme efte contrato com todallas condiçoens, e clauzulas delle fuprindo qualquer defeito que em elle aja affi de direito como de feito, e em teftemunho de verdade affi o outorgaraõ, e aceitaraõ, e mandaraõ fer feito efte eftromento para cada hum o feu, e dous e tres por elles aceitado, e prometeraõ a mim Tabaliaõ como a peffoa publica eftepullante, e aceitante em nome dos aufentes a que ifto tocar de lho cumprir affi todo como dito he; teftemunhas que foraõ prefentes o Senhor D. Pedro de Menezes, e o Lecenciado Fellippe Diniz Procurador na Corte, e cafa da Supplicaçaõ, e Gafpar Fernandes moço da Camera do Infante Dom Luis, e foi mais teftemunha Domingos Leitaõ, Cavaleiro fidalgo da Caza delRey Noffo Senhor, e Thefoureiro da Rainha D. Lianor de França, e da Infante D. Maria fua filha, e ella D. Clara affinou aqui, e eu Francifco Fernandes Notario publico, e judicial por ElRey Noffo Senhor em fua Corte, e Caza da Supricaçaõ que efte eftromento de minha nota fiz tirar por meu Efcrivaõ per licença que para iffo tenho do dito Senhor, e o concertei, e fofcrevi, e aqui afinei do meu publico final que tal he.

Traslado authentico da doaçaõ da Capitanîa de Machico, que teve em dote o Conde D. Affonfo de Portugal. Eftá no Cartorio da Cafa de Vimiofo, maço 91, num. 847.

Num. 27.
An. 1549.

SAibam quantos efte eftromento, dado em pubrica forma, com o treslado de huã Carta da Capitania da ilha da madeira na jurdiçaõ de machico virem que no anno do nacimento de noffo Senhor Jefus Chrifto de mil e quinhentos e noventa e feis aos quinze dias do mes de Janeiro, na Cidade de Lisboa nos paços dos tabaliaẽs, pareceo ahi prefente, Vicente Moniz criado do Senhor Dom Luis de Portugal, e em nome do dito Senhor aprefentou a mim tabaliam ao diante nomeado hum livro dourado, e emcadernado em pergaminho com fuas fitas verdes da inftettuyçaõ do morgado do Senhor Dom Afonfo Bifpo que foi de Evora pedindome o dito Vicente Monis, que de meu officio lhe deffe o treslado de huã carta que no dito livro eftava, da Capitania da ilha da madeira na jurdiçaõ do machico que o Senhor D. Afonfo de Portugal Conde do Vimiofo houve em cafamento com a Senhora D. Luiza de Gufmaõ, fua mulher a qual carta eftava comcertada da original per provifaõ delRey D. Sebaftiaõ que fanta gloria aja per Alvaro Fernandes, efcrivaõ da Camera, que foi do dito Senhor, por fer neceffaria ao dito Senhor D. Luis de Portu-

gal, pera bem de ſeu requerimento, e por a dita Carta eſtaar ſaã ſem vicio nem couſa que duvida faça lho paſſey, e o treslado della de verbo a verbo he o ſeguinte. Dom Joam per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem maar em Affrica Senhor de guine, e da Conquiſta navegaçaõ Comercio de Ethiopia Arabia Perſia e da India, &c. A quantos eſta minha Carta virem faço ſaber que eu fiz merce a Antonio da Sylveira do meu Conſelho pera elle, e pera todos os que delle deſcenderem por linha direita maſculina da Capitania e jurdiçaõ das Villas de Machico, e Santa Cruz, e ſeus termos que ſaõ na ilha da madeira com ſuas rendas e direitos, ſegundo hee contheudo, e declarado, em huã minha Carta que lhe foi paſſada por mim aſſinada, e aſellada de meu ſello, do qual o treslado he o ſeguinte. Dom Joam per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem, maar em affrica Senhor de Guine e da Comquiſta naveguaçaõ Comercio de Ethiopia arabia perſia e da india. A quantos eſta minha Carta de doaçaõ virem faço a ſaber, que avendo eu reſpeito ao muito grande e notavel ſerviço que Antonio da Silveira do meu Conſelho me fez, na defenſaõ da fortaleza de Dio, huã das mais importantes das do meu eſtado, e ſenhorio, nas partes da India ſendo Capitaõ della, onde foi cercado do Solimaõ Baixa Governador do Cairo, hum dos mais principaes Baixas do turco, eſtando elle com pouca gente, e deſapercebido, e deſcuidado de poder ſer cercado dos turcos, vindo Solimaõ baixa com todo o poder do turco que naquellas partes pode mandar, ſendo ajudado de toda a gente da terra de que avia dias que eſtava ſercado, onde elle aſſy defendeo, que naõ ſomente goardou a fortaleza com parte dos muros derribados, com a artelharia e gente do turco poſtos nos baluartes, e peleijando de dia, e de noite com elles, mas fez tanto danno aos Inimigos que a Solimaõ comveo de ſe lhe alevantar e acolher a Suéz, donde viera com muita gente morta, deſarmada e desbaratada, no qual cerco elle aſſy ſe houve como convinha a bom Capitaõ, em caſo de tanto perigo e affronta, onde morrendo tantos cavalleiros portuguezes, e ſendo tantos feridos fazendo taõ grandes feitos darmas por ſe defender como fizeraõ ainda parece que por milagre de noſſo Senhor ſe defenderaõ, e houveraõ eſta vittoria, da qual elle quiz que o Capitam com os cavalleiros que niſſo ſerviraõ foſſem os autores, e avendo tambem reſpeito, que como niſto me ſervio, me ſerviria ſempre em todalas couſas de meu ſerviço. E porque as merces devem de reſponder aos ſerviços lhe faço merce pera elle e pera todos os que delle deſcenderem por linha direita maſculina da Capitania, e jurdiçaõ das Villas de machico, e Santa Cruz, e ſeus termos que ſaõ na Ilha da madeira aſſy como por huã Carta delRey meu Senhor e padre que ſanta gloria aia em comffirmaçaõ doutras dos Reis paſſados pertencia, e as tinha Triſtam Teixeira, Capitam que foi das ditas villas, e deſpois ſeu filho Diogo Teixeira, por cuja morte vaguaraõ, e o theor da Carta per onde o dito Triſtam Teixeira e ſeu filho tinham as ditas Villas de verbo a verbo he o ſeguinte. Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e

dos

dos Algarves daquem e dalem maar em affrica Senhor de guine, e da Comquista navegaçaõ Comercio de ethiopia arabia persia e da india, &c. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber que da parte de Tristam Teixeira nos foi apresentada huá Carta delRey D. Joam meu primo que Deos tem que taal hee. D. Joam per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem maar em affrica Senhor de Guine. A quantos esta nossa Carta virem, fazemos a saber que por parte de Tristam Teixeira Capitam na Ilha da madeira, nos foi apresentada huá Carta delRey meu Senhor e padre que Deos aja de que o theor taal hee. D. Afonso per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves Senhor de Cepta, &c. A quantos esta Carta virem fazemos a saber, que o Iffante D. Henrique meu muito amado e prezado tio, nos mostrou huá nossa Carta de confirmaçaõ, perque lhe avia por confirmada outra delRey meu Senhor, e padre que Deos aja, perque em sua vida lhe davamos as Ilhas da madeira, Porto Sancto e a deserta com todolos direitos e rendas que a ellas pertencem, da qual o theor de verbo a verbo he o seguinte. D. Afonso per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves Senhor de Cepta. A quantos esta Carta virem fazemos a saber que da parte do Infante D. Henrique meu muito amado tio, nos foi mostrada huá Carta delRey meu padre que Deos aja assinada por elle, e asellada do seu sello de cera redondo, nas costas da qual o theor taal hee. D. Duarte pela graça de Deos Rey de Portugal e do Algarve Senhor de Cepta. A quantos esta Carta virem fazemos a saber que nos querendo fazer graça e merce ao Infante D. Henrique meu Irmaõ, temos por bem, e damoslhe que aja, e tenha de nos, em todolos dias de sua vida as nossas Villas, convem a saber, a Ilha da madeira, e a do Porto Sancto, e a deserta com todolos direitos e rendas dellas, assy como nos de direito avemos e devemos de aveer com sua jurdiçaõ civel e crime, salvo em sentença de morte, ou talhamento de membros, mandamos que a alçada fique a nos, e venha a Casa do Civel de Lisboa. E outro si lhe damos poder que elle possa mandar fazer nas ditas Ilhas todos os proveitos, e bemfeitorias aquelles que entender por bem e proveito das ditas Ilhas, e a daar *in perpetuum*, ou a tempos, ou aforar todas as ditas terras a quem lhe aprouver com tanto que seja feito sem sahir da forma per nos dada as ditas Ilhas em parte nem em todo, nem em alheamento do dito foro, e porem mandamos e queremos e damos lugar ao dito Infante D. Henrique, que elle possa quitar parte, ou todo do dito foro aos que vierem as ditas Ilhas morar em sua vida, e porque no dito tempo lhe temos de todo feito merce, com tanto que depois da morte do dito Infante, elle pague o dito foro segundo em elle he contheudo, e mais nos praz por bem povoramento da dita terra, se o dito Infante quittar o dito foro em sua vida a alguá, ou alguás pessoas dos que forem a dita terra que lhe seja quite com tanto que como a pessoa morrer que seus Herdeiros pagem logo o dito foro segundo nelle hee contheudo, e resalvamos pera nos que o dito Infante naõ possa mandar fazer moeda, mas praznos, que a nossa se corra em ellas, e por mais firmeza lhe

lhe mandamos daar esta Carta assinada por nos, e asellada do nosso sello de chumbo. Dada em Sintra a vinte e seis dias de Setembro Afonso Cotrim a fez Anno de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatrocentos e trinta e tres annos. E enviounos pedir o dito Infante de merce que lhe confirmassemos a dita terra, da qual cousa nos praz e porem mandamos a quaesquer nossos officiaes, e pessoas, a que o conhecimento desto pertencer por qualquer guisa que seja que lhe cumpraõ e goardem, e façaõ comprir, e goardar esta Carta segundo em ella faaz menҫaõ, dada em Santarem a onze dias de Março, El-Rey o mandou Ruy Dias a fez Anno de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatrocentos corenta e nove; e disenos o dito Infante meu tio, que esgoardando elle como Tristam, Cavalleiro de sua Casa fora hum dos primeiros que por seu mandado fora povorar as ditas Ilhas, e despois que em ellas estivera atee ora fizera em ellas fazer grande povoraçaõ, e muitas bemfeitorias, e cousas porque a nossa terra vinha a grandes proveitos, e disse que por lhe fazer contenuar seu bom preposito de o fazer muito melhor e mais perfeiçaõ do que atee ora fez sua vontade fora de lhe daar a elle Tristam, e seus filhos e assy descendentes, e encendentes per linha direita huã parte da dita Ilha, segundo mais compridamente se conthem em huã Carta assinada por elle e asellada do seu sello, da qual o theor de verbo a bo hee este que se segue. Eu Iffante D. Henrique Regedor da Ordem de nosso Senhor Jesu Christo, Duque de Viseu, e Senhor de Covilhaã; faço saber a quantos esta virem, que eu dou cargo a Tristam Cavalleiro de minha Casa na Ilha da madeira, dos alem do Rio Caniço dez passadas como se vaay pelo Rio acima atee ponte de Tristam que elle mantenha por mim justiça, e de direito, morrendo elle, a mim praz que ho seu filho primeiro e o segundo se taal for tenha este carrego per a guisa suso dita, e assy descendentes per linha direita e sendo em taal idade o dito seu filho que o naõ possa reger, eu, ou meu herdeiro poeremos hy quem o reja, atee que elle seja em idade pera reger. Item me praz que elles tenham em esta sobredita terra a jurdiçaõ por mim em meu nome do civel, e crime, resalvando morte, ou talhamento de membro que a appellaçaõ venha pera mim porem sem embargo da dita jurdiçaõ a mim praz que os meus mandados sejam hy compridos, assy como em cousa minha propria, outro si me praz que o dito Tristam aja pera si todolos moinhos que houver em a parte da dita Ilha de que lhe assy deu cargo, e que nimguem naõ faça hy moinhos senaõ elle, ou a quem elle aprouver, e isto se naõ entenda moo de braso que o faça quem quiser naõ moendo outrem, e naõ façaõ atafona. Item me praz que todolos fornos de paõ em que ouver poja sejam seus porem naõ embargue quem quiser fazer fornalha pera seu paõ, que a faça, e naõ pera outro nenhum. Item me praz, que tendo elle saal pera vender, que o naõ possa vender outrem e dandolhe a resam de sinco reis o alqueire, e mais naõ, e quando o naõ tiver que o vendaõ os das Ilhas a sua vontade, atee que o elle tenha. Item outro si me praz, que todo o que eu houver de renda da dita parte da dita Ilha, elle aja de

dez

dez huũ, e o que eu hy de aveer na dita Ilha he contheudo no foral que pera ello mandey fazer, e por esta guisa me praz que aja esta renda seu filho, ou o outro seu descendente de linha direita que o dito cargo tiver. Item me praz que elle possa dar por suas Cartas a terra desta parte fora pelo foral da Ilha, e quem lhe aprouver com condiçaõ que aquelle o que elle der a dita terra aproveite atee sinco annos, e naõ aproveitando que a possa daar a outrem, e depois que aproveitada for, e a leixar por aproveitar atee outros sinco annos que isso mesmo a possa daar, e isto naõ embargante a mim, que se houver terra por aproveitar que naõ seja dada, que eu possa daar a quem minha merce for, e assy me praz que as dê o seu filho, ou herdeiro, descendentes, que o dito cargo tiverem. Item isso mesmo me praz que na dita Ribeira do Caniço, que elle faça os moinhos que lhe aprouver. Item mais me praz que os vezinhos possaõ vender suas herdades aproveitadas a quem lhe aprouver, e se quizerem hir de huã parte pera outra que se vaõ sem lhe poerem algum embargo, e se fizer maleficio algum homem em cada huã parte das ditas Ilhas que mereça ser açoutado, e fugir pera outra que seja entregue, se puder seer preso honde fez o maleficio, se requerido for pera se fazer delle comprimento de direito, e se dever divida, onde quer que estiver se faça dello comprimento de direito. Outro sy me praz, que os gados bravos possaõ matar os das Ilhas nuã parte como na outra sem aveer ahi outra defesa resalvando o gado que andar nas Ilhas, ou em outro lugar cerrado que o lance hi o senhorio. Isso mesmo me praz, que os gados mansos possaõ assy em huã parte como em outra trazendoos por maõ que naõ façaõ dano, e se o fizerem que o pague seu dono, e em testemunho desto lhe mandei daar esta Carta assinada por mim, e asellada do meu Sello feita em Santarem aos oito dias de Mayo, Ayres pires a fez Anno de mil e quatrocentos e corenta annos, e pedindonos o dito Infante meu tio que como quer que por ElRey meu Senhor, e padre, e por nos lhe naõ fossem dadas as ditas Ilhas mais que em sua vida, nos prouvesse assy pelas rasois sobreditas como por lhe em ello fazermos merce, lhe avemos por confirmada a dita sua Carta, ao dito Tristam e a seus filhos e descendentes que a houvessem e possuyssem pela guisa que em ella era contheudo, e visto por nos seu requerimento, e querendolhe em ello fazer graça e merce, polo sentirmos por bem confirmamoslhe a dita sua Carta, e queremos que elle dito Tristam e seus filhos, e descendentes por linha direita masculina, ajam, e possuaõ daqui em diante a dita parte da dita Ilha assy e tam compridamente como em ella faaz mençaõ, e que onde diz na Carta do dito meu tio que a apellaçaõ de morte ou talhamento de membro venha perante elle, queremos perante nos segundo hee contheudo na Carta delRey meu Senhor, e padre que Deos aja suso escrita, e porem mandamos a todolos nossos Corregedores Juizes, e justiças Veadores da fazenda Contadores, e Officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer, e esta nossa Carta for mostrada, que assi o cumpraõ e goardem, e façaõ comprir e goardar pela guisa que em ella hee contheudo como dito hee.

hee. Por quanto assy he nossa merce sem outro algum embargo que a ello ponhaes, e por firmeza dello, e goarda sua lhe mandamos daar esta Carta assinada por Nos, e asellada do nosso Sello de chumbo, dada em a nossa Cidade de Lisboa, a dezoito dias do mes de Janeiro, Martim Alvares a fez Anno de nosso Senhor de mil e quatrocentos e sincoenta e dous annos. Pedindonos o dito Tristam por merce que lha quizessemos confirmar, e nos visto seu requerimento, e querendolhe fazer graça e merce temos por bem e confirmamoslha, assy e tam compridamente, como em ella se conthem e porem mandamos aos sobreditos, e a quaesquer pessoas que pertencer, de qualquer estado, e condiçaõ, ou preheminencia, officio, cargo, ou dignidade que seja, a que esta Carta for mostrada que assy o cumpraõ inteiramente e da maneira que em ella era contheudo, sem algum mingoamento, ou duvida, por firmidaõ da qual lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada por nos, e asellada do nosso Sello de chumbo dada em Santarem, a seis dias de Mayo, Fernaõ de Pina a fez, Anno de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatrocentos e trinta e seis, e pedindonos o dito Tristam Teixeira que lhe confirmassemos a dita Carta, e visto por nos, aprouvenos dello, e lha confirmamos na maneira que se nella conthem, e porem mandamos aos sobreditos officiaes que assy lha cumpraõ e goardem e façaõ mui inteiramente goardar e cumprir, dada em Lisboa a dezoito dias de Março Joam Paes a fez Anno de mil e quinhentos e hum; pelo qual ey por bem, e me praz que o dito Antonio da Silveira tenha e aja pera si, e pera todos seus descendentes que delle descenderem por linha direita masculina, a dita Capitania, e jurdiçaõ por mim e rendas e direitos contheudos na dita Carta, assy e pela maneira, e com a clausulla que se em ella conthem, as quaes rendas e direitos, ey por bem que o dito Antonio da Silveira aja desde o primeiro de Janeiro que ora passou deste anno presente de mil e quinhentos e corenta e hum, e porque despois das doaçoens feitas ao dito Capitam Tristaõ Teixeira, e aos outros Capitaens, assy da Ilha da madeira como das outras Ilhas, ElRey meu Senhor, e padre que santa gloria aja fez huã declaraçaõ do modo em que os Capitaens das Ilhas cada huũ em sua Capitania avia de uzar de jurdiçaõ que por suas Cartas lhe hera dada, a qual declaraçaõ foi por mim confirmada ao dito Antonio da Silveira, e seus descendentes a que a dita Capitania houver de vir uzaraõ da jurdiçaõ no modo e maneira contheuda na dita declaraçaõ, e confirmaçaõ que foi feita por mim a vinte e dous dias de Março de mil e quinhentos e trinta e seis, a qual esta registada na minha Chancellaria, e tresladada nos livros das Cameras das ditas Ilhas, e mando a todolos Corregedores Juizes e justiças Veadores de minha fazenda Contadores officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer, e esta Carta for mostrada, que assy lha cumpraõ, e goardem e façaõ comprir e goardar pela guisa que nella se conthem por quanto assi hee minha merce, e por firmeza dello e sua guarda lhe mandey daar esta Carta assinada por mim e asellada de meu Sello de chumbo, dada em a Cidade de Lisboa aos dezanove dias de Mayo Vallerio Lo-

pes

pes a fez anno de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e corenta e hum annos. E por quanto ao tempo que fiz a merce sobredita ao dito Antonio da Silveira, eu houve por bem de segurar pelas rendas da dita Capitania, a D. Mecia sua molher, o dote e arras que o dito Antonio da Silveira lhe hee obriguado a daar, e dello lhe passei huã Carta de segurança do dito dote e arras feita em Almeirim a dezaseis dias de fevereiro desta presente era, ey por bem que a dita Carta, e clausulas della, acerqua da segurança do dito dote e arras se cumpra em todo como se nella contem, assy como se aqui fosse tresladada de verbo a verbo, a qual Capitania, e jurdiçaõ das Villas de Machico, e Santa Cruz, e seus termos com suas rendas e direitos que o dito Antonio da Silveira assi de mim tinha pela dita Carta, elle e D. Clara dalmada sua mulher a venderaõ por minha licença e consentimento a Francisco de Gusmaõ mordomo moor da Casa da Iffante D. Maria minha muito amada e prezada Irmaã pera a pessoa que casasse com D. Luiza de Gusmaõ sua filha por preço e contia de trinta e sinco mil cruzados, e com condiçaõ e pacto de retro vendendo por tempo de seis annos que se começaraõ o primeiro dia de Janeiro deste anno presente de quinhentos e corenta e nove, de maneira que tornandolhe, e pagandolhe os ditos vendedores, ou cada hum delles per si, ou per outrem em qualquer tempo, ou dia dos ditos seis annos os ditos trinta e sinco mil cruzados todos juntos, e por inteiro seraa obriguado qualquer possuidor da dita Capitania, a lha soltar livremente, segundo mais inteiramente era contheudo, e declarado em hum pubrico estromento da dita venda que parecia ser feito, e assinado por Francisco Fernandes notario publico geral em minha Corte, e casa da suplicaçaõ aos dezasete dias do mez de Setembro do anno passado de mil e quinhentos e corenta e oito com testemunhas nella nomeadas, &c. E por quanto a dita D. Luiza de Gusmaõ hee ora casada com D. Afonso de Portugal, meu amado sobrinho a quem a dita Capitania pertence por vertude da dita venda lhe mandey daar della esta minha Carta pela qual tenho por bem quero, e me praz que o dito D. Afonso tenha, e aja pera si, e pera todos seus descendentes que delle descenderem per linha direita masculina, a dita Capitania e jurdiçaõ por mim e rendas e direitos contheudos na dita Carta, assy e pela maneira, e com as clausullas que se em ella conthem, e como por bem della todo tinha o dito Antonio da Silveira, e lhe de direito pertencia e o dito pacto, e condiçaõ de retro se compriraa como acima hee declarado, e mando a todolos Corregedores Juizes e justiças, e Veadores de minha fazenda, Contadores, e officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer, e esta Carta for mostrada, que assim lha cumpraõ e goardem, e façaõ comprir e goardar como nella hee contheudo, porque assy he minha merce, e por firmeza dello lhe mandei daar esta Carta por mim assinada, e asellada de meu Sello de chumbo e a Carta que o dito Antonio da Silveira tinha da dita Capitania que nesta vai tresladada, e se houvera de romper ao asinar della se naõ rompeo por o dito Antonio da Silveira dizer que tinha na dita Capitania de Ma-

 chico,

chico, e que mandara jaa por ella, e se obrigou de a dar e entregar tanto que lhe viesse pera se aveer de romper. Dada em Almeirim a dous dias do mes de fevereiro, Joam de Seixas a fez, Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e corenta e nove, Manoel da Costa a fez escrever. E a doaçaõ do dito Antonio da Silveira que nesta vaai tresladada, se treladou aqui de hum trelado della que andava em huã minha Carta testemunhavel que dezia ser tirada da propria, a qual carta testemunhavel era passada per minha Chancellaria e eu houve por bem que se fizese esta pelo dito treslado, pelo dito Antonio da Silveira naõ ter aqui a propria, e se obrigou de a trazer como acima he dito, e assy foi posta verba no registo da dita doaçaõ de Antonio da Silveira no livro da Chancellaria de como a vendeo na maneira sobredita segundo se vio per huã Cettidaõ de Pero Gomes escrivaõ da dita Chancellaria que foi rota ao asinar desta, pela qual mando aos Juizes dá dita Capitania de machico e quaesquer outras justiças officiaes e pessoas della a que o conhecimento desta pertencer que o metaõ em posse da dita Capitania, e da jurdiçaõ e rendas e direitos della pera todo teer e possuir na maneira sobredita.

ELREY.

Dis nas entrelinhas todos — e correiçaõ — naõ — e pessoas — e no riscado diz prezado — e concertado com o proprio por mim Alvaro Fernandes — Alvaro Fernandes — e tresladada a dita Carta torney ao dito Vicente moniz o dito livro, e de como o recebeo assinou aqui. E eu Joaõ de Goes tabaliam das notas por ElRey nosso Senhor na Cidade de Lisboa que este estromento fis tresladar comsertei sobescrevi asinei de meu pubrico sinal.

Alvará de segurança de arrhas da Condessa de Vimioso D. Luiza de Gusmaõ. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 570.

Num. 28. An. 1549.

EU ElRei faço saber a quantos este meu Alvara virem, que a mim praz, e ey por bem, que tirando Antonio da Silveira a Capitania de Machiquo a D. Affonso de Portugal meu amado sobrinho que Francisco de Guzmaaõ, Mordomo moor da Infante D. Maria, minha muito amada, e prezada Irmaã comprou per minha licença ao dicto Antonio da Silveira pera a pessoa, que cazase com sua filha D. Luiza de Gusmaaõ com pacto de retro vemdendo, ou tirandolha as pessoas que lha podem tirar contheudas na Carta da venda, que fizer da dicta Capitania, ou naõ avendo a dicta venda effecto; a qual o dicto Francisco de Gusmaõ daa ora, e trespassa no dicto D. Afonso em paguamento de vinte e cinquo mil cruzados, que lhe daa em doote com a dicta sua filha, de segurar per minha fazenda ha dicta D.

D. Luiza a terça parte do dicto dote, e de qualquer couza que lhe maes for dada em dote, que lhe o dicto D. Afonso promete darras quer delles fiquem filhos, quer naõ fallecendo elle primeiro, e isto naõ abastando a fazenda, que do dicto D. Affonso ficar por seu fallescimento pera paguar as dictas arras; e por tanto mando aos Veedores de minha fazenda, que vindo cazo em que as ditas arras se vençaõ, e sendo primeiro certos como do dito D. Afonso naõ ficou fazenda perque se as ditas arras possaõ paguar lhas façaõ, e mandem paguar por minha fazenda, ou aquella parte delas a que a do dito D. Affonso naõ abranger, e pera isto a dicta D. Luisa dentro de dous mezes do dia do fallescimento do dicto D. Affonso fara saber em minha fazenda, como lhe saõ dividas as ditas arras pera os dictos Veedores della mandarem saber a fazenda que ficou do dicto D. Affonso, e o que se podesse por ella paguar das ditas arras, e mandarem pela minha paguar o maes que se pela de D. Affonso naõ poder aver; e quero, que este Alvara, e o nelle contheudo se cumpra como Carta passada em meu nome, e assellada do meu Sello pendente, sem embargo da Ordenaçaõ do 2. liv. tit. xx. que diz, que as couzas cujo effeito ouver de durar maes de anno passem por Cartas, e naõ valhaõ, nem se cumpraõ sendo passadas por Alvaras, antes annulla os taes Alvaras, e o contheudo nelles, e me praz, que se cumpra outro sy posto que este naõ passe pela Chancellaria sem embargo da Ordenaçaõ do dicto 2. liv. tit. xx. que diz, que os Alvaras, que naõ passarem pela Chancellaria se naõ cumpraõ, nem guardem, e sejaõ nenhuns, e de nenhum effeito porque sem embargo das ditas Ordenaçoens, e de quaesquer outras que sejaõ em contrairo mando que se cumpra o contheudo neste Alvara, porque as que forem contra isso eu as derrogo, e ey por derrogadas em quanto forem contra o contheudo neste meu Alvara que quero que inteiramente se cumpra como se nelle conthem; Antonio Ferraz a fez em Almeyrim a xxix dias do mes de Dezembro de 1549.

REY.

Memorial, que deu o Conde de Vimioso à Rainha D. Catharina, sobre o que se passara quando o mandou a Castella com a Infante D. Maria, com huma Certidaõ, de que assim fora do Secretario Francisco Cano. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, donde o copiey, num. 5, maço 78.

Num. 29.
An. 1572.

DIz o Conde do Vimioso que El-Rey que Deos teẽ lhe mandou que fosse em companhia da Senhora Iffante D. Maria quando se hia pera Castella atee a Raya, e aly a entregasse, e que estando de todo prestes, e com a despesa que se requeria pera huã jornada desta callidade feita, e muita parte da gente que o avia dacompanhar junta, foi nosso Senhor servido de o levar a sua gloria, onde elle ver-

dadeiramente cree que estaa, e que V. A. governando estes Reynos dahy a poucos meses o tornou a mandar com a Iffante a Castella quando se foi ver com as Rainhas de França e Ungria vossas hirmans, de que se elle escusou por estar gastado, e lhe naõ servir o apercebimento passado, e aver de fazer outro taõ diferente, e ser vista de Reis em Reino alheo, e despesa com que elle entaõ naõ podia, e querendo V. A. juntamente que lhe largasse o officio de Veedor da fazenda lhe mandou dizer pelo Duque daveiro, e Pedro dalcaçova, que lhe faria merce do titulo pera hum filho, e do Vimioso, e aguiar de juro, e da alcaidaria moor de Thomar e de terenna, com a dada dos officios, pera elle, e pera hum filho, indo com a Senhora Iffante, e largandolhe o officio, o que elle naõ aceitou, apontando o de que se satisfaria, e tratandosse o negocio o fezeraõ, e porque as Rainhas chegaraõ a badajoz e apressavaõ muito a partida da Senhora Iffante, lhe mandou V. A. dizer por Pedro dalcaçova ha cama onde estava ferido, que lhe agradeceria muito querer hir com a Iffante, porque lhe seria grande trabalho, tratar naquelle tempo doutra pessoa, que Martym Affonso naõ quisera hir a india sem se lhe fazerem primeiro cousas que se lhe naõ puderaõ fazer, que se elle tambem naõ fosse se lhe responderem, que impossibilitaria muito o serviço delRey pelo exemplo, que lhe lembrava, que era filho de seu pay, e o tempo em que ella estava, ao que respondeo a V. A. por mestre Ulmedo, que elle se aconselhara com theologos no que nisto podia e devia fazer, porque estava muy individado, e com muitos filhos, e o que tinha era tudo vincullado, e que o mesmo mestre Ulmedo, e os mais assentaraõ e lhe aconselharaõ que podia fazer o que lhe V. A. mandava; posto que assy estivesse, porque era cousa pubrica, e importava muito a estes Reynos tornar a Senhora Iffante a elles, e que parecia que seria elle grande parte pera este effeito, pela que tinha em seu serviço e casa, que em quanto V. A. tratara da merce que lhe queria fazer por seus serviços, e officio, lhe nom parecera rezaõ aceitar senaõ o que parecia que se lhe devia, que porque V. A. lhe punha diante o serviço delRey, e tempo em que estava, e sua obrigaçaõ, e elle tinha emtendido que com sua conciencia o podia fazer, naõ podia leixar de levar muito contentamento disso, que pedia a V. A. que lhe mandasse declaraar tempo certo em que lhe respondesse ao em que diffiriaõ na materia de seus serviços, e officio, e que avendoo V. A. assi por beem, hiria e faria o que lhe mandava e que V. A. mandou a Pedro dalcaçova que lhe escrevesse da sua parte, que lhe agradecia muito esta sua rosoluçaõ, e recebia com ella muito contentamento, e que ao que tocava aos serviços e officio, responderia dentro em dous meses despois delle ser chegado, e que pelo tempo em que a Senhora Iffante queria partir que era a quinze de Dezembro ser taõ breve, que naõ poderia ser sem muito trabalho, assentara com ella que o leixasse pera a derradeira oitava do natal; e que assy o fazia saber per hum correo a Rainha de frança, e que elle podia fazer esta conta e que tambem tomara este tempo pera nelle poder estar em desposiçaõ pera caminhar, e que elle assentado isto,

mandara

mandara pedir pelo Duque e Pedro dalcaçova a V. A. que mandasse ter em segredo que lhe largava o officio ate sua vinda, porque lhe naõ era possivel ajuntar taõ grande soma de dinheiro como era necessario pera a jornada em taõ poucos dias sem emprestimo de muitas pessoas, e que tal estava o tempo que poderia ser que em algumas pessoas o naõ achasse se se soubesse que o leixava, que se naõ queria impossibilitar pera o que lhe V. A. mandava em nome delRey seu neto, pois se entendia por tanto serviço seu sua hida, o que V. A. ouve por beẽ, e aprovou assy, e lho mandou dizer pelo Duque e Pedro dalcaçova, pelo que com esta sua licença e aprazimento publicamente per homens a cavallo e roes, pedio emprestimo a muitas pessoas, sem ajuda das quaes naõ pudera hir, e que em chegando de Castella e acabando V. A. de fallar a Senhora Iffante com as lagrimas daquelle tempo fazendo muita honrra ao Bispo seu hirmaõ, e a elle, lhes disse que sempre os tivera em muita conta, mas que lhes confessava que naõ chegara ha em que os ficava tendo, pelo que vira e soubera que tinhaõ feito naquella jornada, e naõ quis que leixasse o officio dizendolhe, que despois da sua partida cuidara no que lhe mandara dizer, e que entendia que naõ convinha ao serviço delRey seu neto, leixar elle de o servir em sua fazenda pelas rezoẽs disto, e que dahy a alguns tempos lhe disse V. A. que algumas pessoas o calumniavaõ de dividas a officiaes, mas que nisto hia pouco, porque se as devia que as pagava, e se naõ podia esperar de quem era que por nenhum respeito leixasse de fazer inteiramente o que devia, como sempre fizera, pelo que beijou a maõ a V. A. e V. A. lhe mandou que lhe desse huã folha do que devia, e a que pessoas. A qual lhe mandou quando se foi da Corte por frei Luis de Montora, e Fr. Pedro de Santo Agostinho Prior que entaõ era de Nossa Senhora da Graça, declarando nella tudo o que devia, e as pessoas a quem o devia, e o que tinha pago e a que pessoas, jurado aos Santos Evangelhos, a qual folha lhe elles deraõ e ficou na maõ a V. A. e porque nesta devassa se lhe manda daar descargo ao dinheiro que pedio emprestado, e despendeo em serviço delRey, e por mandado de V. A. nesta jornada, e ao que tem vendido de sua casa, pera pagar o que nella gastou, e se nom achou outra cousa que com verdade se dissesse delle, e pera conservaçaõ de sua honrra, e justiça, e se saber em todo o tempo como estas cousas passaraõ, lhe he necessario certidaõ do Secretario de V. A. em que declare por seu mandado que passaraõ assy. Pede a V. A. que lha mande daar e recebera a justiça, e Merce.

Eu Francisco Cano Secretario da Raynha nossa Senhora certifico que ly a S. A. esta petiçaõ do Conde de Vimioso, e S. A. decrarou que era lembrada, que o dito Conde esteve apercebido por mandado delRey nosso Senhor que Deos tem, pera hir a Castella com a Iffante D. Maria. E que depois de o Nosso Senhor levar, S. A. lhe mandou e encomendou com muita instancia, que se apercebesse, pera hir com a dita Iffante quando foi verse com a Raynha de França sua mãy, e que naquelle tempo se tratava com o dito Conde que

largasse

largasse o officio de Veedor da fazenda que tinha, e por elle naõ aceptar as merces que se lhe faziaõ em satisfaçaõ do dito officio, naõ ouve effeito a largallo, e ficou pera se lhe responder a tudo depois que tornasse com a Iffante. E que elle mandou entaõ pedir a S. A. que se naõ pubricasse que se tratava de elle largar o officio, porque naõ acharia quem lhe emprestasse dinheiro pera o gasto da dita jornada, o que pareceo bem assi a S. A. e se teve em segredo por saber que naõ poderia o dito Conde fazer o custo daquella jornada sem dinheiro emprestado, a qual fez de modo que S. A. teve delle muita satisfaçaõ. E que tambem era lembrada, que o Conde lhe mandara hum rol das dividas que devia, de que hagora se naõ lembra que he feito delle, e que por naõ faltar a obrigaçaõ que tem de dizer o que nisto passou pedindolho o Conde por esta petiçaõ, e dizendo que lhe era muito necessario pera conservaçaõ de sua honra e justiça, me mandou que disto lhe passasse esta Certidaõ, a qual fiz em Buxobregas aos 19. de Março de mil e quinhentos e setenta e dous.

Francisco Cano.

Alvará para que os Ouvidores do Conde de Vimioso D. Affonso, das Villas de Aguiar, e Vimioso, possaõ estar fóra das Villas, naõ passando de seis legoas. Original, que tirey do dito Cartorio, maço 78, num. 513.

Num. 30.
An. 1567.

EU ElRey faço saber aos que este Alvara virem, que avendo respeito ao que na petiçaõ atras escrita diz D. Affonso de Portugal Conde do Vimiozo meu muito amado sobrinho, ey por bem, e me praz, que elle possa ter Ouvidores das suas Villas do Vimiozo, e Aguiar da Beira fora das ditas Villas naõ passando de seis legoas de cada huã dellas, onde os ditos Ouvidores uzaraõ da Jurdiçaõ, que elle Conde de mym tem, asy como o poderaõ fazer se viveram, e rezidiraõ nas ditas Villas; e isto sem embargo de minha ordenaçaõ em contrario noteficoo assy a todos meus Dezembargadores, Corregedores, Juizes, Justiças, Officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, e lhes mando que lhe cumpraõ, e façaõ inteiramente cumprir, e guardar este Alvara como se nelle contem, o qual ey por bem, que valha, e tenha força, e vigor como se fosse Carta feita em meu nome por mym assinada, e passada por minha Chancellaria, e posto que por ella naõ seja passado sem embargo das ordenaçoens do segundo livro, tit. xx. que o contrario dispoem. Jorge da Costa o fez em Almeyrim a xix de Fevereiro de 1567.

O CARDEAL INFANTE.

Privi-

Privilegio para o Conde de Vimioso caçar na Coutada de Evora. Original está no maço 78, num. 511, da Casa de Vimioso.

Num. 31.
An. 1564.

EU ElRey faço saber aos que este Alvara virem, que eu ey por bem, e me praz por fazer merce a D. Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo, meu muito amado sobrinho, Vedor de minha fazenda, que em quanto elle estiver na Cidade Devora possa caçar na Coutada da dita Cidade hum dia cada somana, as lebres com dous galguos, e as perdizes com hum açor, sem por isso elle, nem as pessoas, que forem em sua companhia encorrerem em penna alguma, e isto em quanto eu ouver por bem, e naõ mandar o contrario, e mando a todas minhas justiças, e officiaes a que este Alvara for mostrado, e o conhecimento delle pertencer, que lhe deixem caçar na dita Coutada o dito dia cada somana com os ditos dous galguos, e hum açor, como acima hê dito, e lhe cumpraõ, e guardem este Alvara, como se nelle contem, o qual ey por bem, que valha, e tenha força, e vigor como se fosse Carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, e posto que por ella naõ seja passado, sem embargo das ordenaçoens do segundo livro, titulo vinte, que o contrario dispoem. Jorge da Costa o fez em Lixboa a 20. dias de Setembro de 1564.

O CARDEAL INFANTE.

Alvará para o Conde de Vimioso poder passar por toda a parte, e lhe darem pousadas, &c. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 562, donde o tirey.

Num. 32.
An. 1569.

EU ElRey faço saber aos que este meu Alvara virem, que eu hei por bem, que por todos os lugares por onde o Conde do Vimioso meu muito amado sobrinho quizer hir, e passar o recolhaõ com toda sua Caza, e com todo seu fato sem o deterem a bandeira, e lhe dem cazas pera sua pessoa, e pousadas, e camas pera os seus, e estrebarias, bestas, barcos, carros, mantimentos, e tudo o maes que lhe for necessario por seu dinheiro pollo estado da terra, e querendo estar dasemto em qualquer Cidade, Villa, ou Lugar, que lhe bem parecer o poderâ fazer, e serâ hi recebido com todos os seus, e o seu fato, sem o deterem a bandeira mostrando sua arrecadaçaõ do lugar donde partir, e no tal lugar onde quizer estar lhe daraõ Cazas a elle, e aos seus, e tudo o maes, que lhe for necessario polla maneira acima declarado, jurando o seu Veador como naõ leva pessoa empedida, nem passaraõ por parte empedida; e mando a todos os Corregedores, Ouvidores, Juizes, e justiças a que este Alvara for aprezentado, e o conhecimento delle pertencer, que este cumpraõ, e guar-

e guardem sob pena de qualquer pessoa que o assim naõ comprir pagar cem cruzados ametade pera quem no acuzar, e a outra ametade pera os Cativos, e este se cumprirá posto que naõ passe polla Chancellaria sem embargo da ordenaçaõ em contrario. Clemente de Castilho o fez em Leyria a 6iij de Setembro de 1569. Joaõ de Castilho o fiz escrever.

REY.

Alvará delRey D. Sebastiaõ, para que o Conde de Vimioso D. Affonso, e a Condessa sua mulher, possaõ andar em andas quando forem por caminho. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 572. donde o copiey.

Num. 33. An. 1570.

EU ElRey faço saber aos que este Alvara virem, que avendo respeito à mâ dispoziçaõ de Dom Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo, meu muito amado sobrinho, Vedor de minha fazenda ey por bem, e me praz, que elle, e a Condessa sua mulher minha muito prezada sobrinha possaõ andar em andas, quando forem por caminho somente, este Alvara me praz, que valha, posto que o effeito delle haja de durar maes de hum anno, e que naõ seja passado pella Chancellaria sem embargo das Ordenaçoẽs em contrario. Jorge da Costa o fez em Sintra a xx6j de Agosto de 1570.

REY.

Carta delRey D. Henrique a D Francisco da Costa, Embaixador a Marrocos, em que lhe recomenda particularmente ao Conde de Vimioso. Original está no Cartorio da Casa, maço 78, num. 563, donde a copiey.

Num. 34. An. 1579.

DOm Francisco da Costa amigo, Eu ElRey vos envio muito saudar. Posto que por vossa instruçaõ vos encomendo muito todos os casos geraes e particulares, sobre os fidalgos cativos, ouve por bem encomendarvos por esta Carta particularmente o que toca ao Conde do Vimioso, pera que tenhaes cuidado de saber delle, e estando inda desconhecido (como sou informado) procedereis no seu livramento e resgate na milhor forma e modo que puder ser conformandovos com vossa instruçaõ, e de D. Francisco de Portugal seu filho (que está em Marrocos) vos informareis do que nisto deveis fazer; porque todo o bom officio que nisto fizerdes me averei por servido e receberei muito contentamento, scripta em Lixboa a 18 de Abril de 1579.

REY.

Pera D. Francisco da Costa.

Aponta-

Apontamento do Testamento do Conde de Vimioso D. Affonso, he Original. Está no Cartorio da dita Casa, maço 78, donde o copiey.

Num. 35.
An. 1573.

ELRey Dom Joaõ que Deos tem, disse a Senhora Iffante D. Maria sua hirmaã em Almeirim no anno de quarenta e nove quando casey, que me faria merce em meu casamento, e ella lhe beijou entaõ a maõ por isso; elle me chamou, e me mandou que casasse e que me faria merce pela promessa lhe beijei a maõ e ma deu. Esta merce me naõ he ategora feita.

Fuy a Tunez, e ElRey me mandou por huã Carta que tenho que o fizesse. E se averia por servido de mym.

Servi o Principe D. Joaõ que Deos tem com muita continuaçaõ, trabalho, e despesa, naõ se me fez merce por este serviço. E todos os que andaraõ com elle receberaõ as merces sabidas, pela muita rezaõ que pera isso avia.

No serviço contino da Corte festas e caminhos servi com tanta continuaçaõ casa e despesa como he notorio, sem ajuda de custo em todo este tempo nem acomodamento, nem merce.

Vay em trinta e hum annos que servi no officio de Veador da fazenda no Conselho do estado, e no despacho com tanta fidelidade e pureza, que creo que nenhũ homẽ a teve mais, sem acrecemtar em todo este tempo honrra, renda, nem fazenda. E com vender de minha casa quatrocentos e noventa mil reis de juro e todas as cousas douro, e prata e pedraria, que me ficaraõ e ouve em casamento. Allem de tudo o que busquei emprestado pera servir e despendi, que se veraa por hũa folha que tenho, assinada per Fr. Luis de Montoya, e Fr. Pedro de Santo Agostinho que he o treslado de outra que per elles mandei à Rainha quando me fui da Corte.

ElRey que Deos tem me mandou a arraya em companhia da Senhora Iffante D. Maria e estando eu prestes de todo pera partir e com a despesa feita, falleceo, pelo que deixei de ser. E pera esta jornada naõ recebi delle merce, nem em todo o tempo que o servi. Ouveme somente per benemerito a Comenda de S. Vicente do Vimioso que naõ chegava naquelle tempo a trezentos mil reis entrando nisto os encarguos. E deu a D. Manoel meu Hirmaõ em casamento os dous terços do rendimento em pensaõ. Pedilhe a Alcaidaria môr de Terena dissemé que me responderia. E a Senhora Iffante que lhe falou nisso respondeo com taes palavras que lhe beijou a maõ por ellas. E me disse vindo de lhe fallar, e a devia ter por minha. E por fallecer nesta conjunçaõ naõ ouve effeito.

Governando a Raynha estes Reynos me mandou que fosse a Castella com a Senhora Iffante, e fazendo eu quanto me foi possivel per me escusar per dever naquelle tempo mais de 30. mil cruzados, e per outras rezoẽs, mo naõ consintio, mandandome dizer per Pero Dalcaçova, que a punha em grande necessidade que me lembrasse que era filho de meu pay. E quaõ poucos meses avia que ElRey era fal-

lecido e das tenças que trazia por elle, que naõ se atrevia a governar estes Reynos se hum leixasse de hir pelo exemplo. Tinhame offrecido pelo Duque o Vimioso e Aguiar de juro o titolo, e a Alcaidaria mor de Thomar pera hum filho e a de Therena pera mim e pera hum filho com a dada dos officios, queria que lhe leixasse o de Veador da fazenda porque queria que se extinguissem estes Officios e se servisse a fazenda no conselho onde eu ficava. Pedi o titulo de juro, e Therena em lugar de Aguiar. Mandoume dizer que ficassem as cousas assym. E que do dia que cheguasse a quinze dias me responderia aos serviços, e materia do officio. Disto tenho huã portaria de Pero dalcaçova, e hum escrito do Duque que o declaraõ, e outro do Conde do Redondo que Deos perdoe. Fallei com Theologos que me disseraõ que podia aceitar a jornada com conciencia, posto que devesse tanto porque era de santo serviço do Rey e bem da terra. Mandei dizer a Raynha por Mestre Ulmedo em sustancia e que vista sua resoluçaõ e o pouco em que differiamos e modo de que me mandaria que fosse, que o faria. O que recebeo com muitas palavras e agardecimento. Fui, entendendo meus parentes e eu que hia concluido, e que se me guardava a reposta pera a vinda pela forma disto. Servi de maneira que merecera novas e differentes merces. Fuy huã muito principal parte da Iffante tornar a estes Reynos. Disseme a Rainha quando cheguei abraçandome, que sempre me tivera em muita conta, mas que me confessava que nunqua cuidara de mim o que vira. Dahi a poucos dias, perque naõ lembra o que passou, deu Therena a Pero da Cunha sem distratar comiguo. E dahi a alguns, me sahio com parte do meu pera meus filhos de porvida. Ouveo por afronta e por pendença, e naõ o aceitei. Quando leixou o governo, quis as provisoens protestos per me parecer que tinha obriguaçaõ de as tirar como Christaõ, e a Rainha mo aguardeceo muito.

A meu pay que Deos tem se naõ fez merce do anno de 30. ate o de 49. em que falleceo. E estaa per satisfazer deste seu derradeiro e taõ abalisado quartel da vida como se veraa pelo treslado de hum papel que mandou em Evora a ElRey per mym no anno de 45.

Peço a ElRey meu Senhor que enformandose do grande merecimento de meu pay como successor destes Reynos a cuja conta estaa a remuneraçaõ dos serviços aos que os assy ajudaraõ a reger e sustentar o seu nome de juro pera sua Casa em que estaa taõ bem merecido, por serviços, como devido por comparaçoẽs, daquelles a que se fizeraõ semelhantes merces. E assy peço a S. A. que avendo respeito a minha qualidade, continuaçaõ, despesa, e serviço faça merce a meu filho do lugar da Cuba, que jaa foi dado a seu avô, e se lhe tirou. E lhe queira fazer as tenças que per mym lhe ficaõ de pervida, de juro, em lugar do que lhe tenho vendido de minha Casa, que he muito mais. E de Aguiar de juro assy como se me offreceo, quando fuy a Castella. E pera lho pedir assy me parece que ha muitas rezoens, e me naõ faltou comedimento e justificaçaõ, conforme ao que espero de sua grandeza, e muita virtude, e amor que sempre lhe tive. E isto lhe seraa apresentado, e requerido por meus testa-

teſtamenteiros em Salvaterra. Dia de todos os Santos o primeiro de Novembro de M. D. LXX. IIJ.

Conde.

E aſſy lhe peço pera elle o officio de Vedor de ſua fazenda que rezaõ he que fique o meu a meus filhos e eſte officio foi comprado por meu pay e dado a mym em ſatisfaçaõ de ſerviços e pelo que tenho feito nelle e paſſado o tenho bem merecido.

Conde.

Certefico eu Sor Coſtança de Jeſu Religioſa profeſa no muſteiro da Madre de Deos deſta Cidade de Lisboa que os dous ſinaes arriba eſcritos ſaõ ambos do Conde do Vimioſo D. Afonſo de Portugal meu pay que ſe perdeo com ElRey D. Sebaſtiaõ na batalha de alcaſere, e porque conheſo bem o ſeu ſinal me afirmo que eſtes dous ſaõ ſeus e com licença do meu Prelado aſi o juro pelo abito de minha profiſſaõ, e por me pedir o Conde do Vimioſo, que hoje he, que do que niſto ſabia lhe dei em huã Certidaõ jurada fs e aſſinei eſta no dito muſteiro da Madre de Deos a 26. de Fevereiro de 627.

Sor Coſtança de Jeſu.

Certifico eu Fr. Luis de S. Tiago frade profeſſo em a provincia dos Algarves e ora Confeſſor neſſe Convento da Madre de Deos deſta Cidade de Lixboa que o ſinal aſſima eſcrito, e a letra da juſtificaſſam em que a Madre Soror Coſtança de Jeſu affirma os aſſinados ſam do Conde ſeu pay D. Afonſo de Portugal he ſeu e aſſim o affirmo o que por ſer verdade dei eſte por mim feito e aſſinado oje 3. de Março de 627.

Fr. Luis de S. Tiago.

Certifico eu Fr. Domingos do Roſario da Ordem dos Pregadores que os dous ſinaes que eſtaõ na derradeira banda da folha em que começa Sor Coſtança de Jeſu minha hirman a juſtificaçaõ dos ditos ſinais ſaõ ambos do Conde do Vimioſo D. Afonſo de Portugal meu pay, os quaes conheço, porque vi muitas vezes eſcrever e fazer o ſeu ſinal, e recebi em ſua vida muitas Cartas que me eſcrevia, e as derradeiras regras que eſtaõ apos o primeiro ſinal em que pede o officio de Veador da fazenda pera ſeu filho ſucceſſor de ſua Caſa, ſaõ da letra do dito Conde D. Affonſo o que tudo com licença de meus Prelados juro per *Deum & Ordines* e a inſtancia do Conde que oje he do Vimioſo fiz e aſſinei eſta Certidaõ em S. Domingos de Lixboa a tres de Março de 627.

Fr. Domingos do Rozario.

Octaviano Manlique da Veiga tabaliam de notas por S. Mageſtade neſta Cidade de Lixboa. Certefico a letra da primeira Certidaõ

acima que começa atras e final della he da Madre Sor Coſtança de Jeſus na dita Certidaõ conteuda e a Certidaõ ſeguinte que a juſtifica do Padre Fr. Luis de Santiago outro ſy nella conteudo, e a letra e final da derradeira certidaõ ao pe da qual comecei eſta he do Padre Fr. Domingos do Rozario que foi Conde do Vimioſo chamado D. Luis de Portugal as quaes Certidoẽs ſaõ a fim de juſtificar o final do Conde D. Affonſo que Deos tem o qual final do dito Conde eu tabaliam dou fe ver o meſmo final juſtificado por Luis Gonçalves Pegas tabaliam de notas na Cidade de Evora por juſtificaçoẽs em outros papeis de finais ſemelhantes, por verdade aſinei eſta em publico. Lixboa cinco de Março de mil ſeiſcentos e vinte e ſete concertei.

O Doutor Simaõ Soares de Carvalho fidalgo da Caſa delRey noſſo Senhor do Conſelho de ſua fazenda e Juis das juſtificaçoẽs della, &c. faço ſaber aos que a prezente certidaõ virem que a mim me conſtou por auto que fica em poder do eſcrivaõ que a fez os apontamentos atras de que eſta certidaõ affirma e as mais atras fazem menſaõ eſtaõ aſſinados pelo Conde do Vimioſo D. Afonſo de Portugal pelo que ey por certificados os ditos dous finaes de que mandei paſſar a preſente per mim aſſinada Lisboa aos 6iij de Março de 16xx6j pagou deſta e do auto, &c. e de aſſinar. Valentim de Saa o eſcrevi.

Simaõ Soares.

Certidaõ de D. Luiz de Noronha, ſobre o deſpacho do Conde de Vimioſo D. Affonſo, que recuſou a ElRey D. Sebaſtiaõ. Original eſtá no Cartorio da dita Caſa, maço 78, n. 7.

Num. 36.
An. 1628.

DOn Luis de Noroña del Conſejo d'eſtado de Su Mageſtad, &c. Certifico haver oido muchas veſes en caſa del Duque mi Señor por coſa notable que querendo el Señor Rey Don Sebaſtian que Dios tiene deſpachar al Conde de Vimioſo Don Alonſo de Portugal en la occaſion que tratava de haſer la jornada d' Africa y pidiendole para eſte effecto ſus memoriales el Conde le reſpondio que pues ſe reſolvia en haſer la jornada ſi Dios le dieſſe victoria tiempo le quedava para haſerle merced, y ſi tubieſſe mal ſucceſſo en la jornada poco importava que ſe acavaſſe ſu Caſa lo qual todo juro por el habito de Chriſto y por me ſer pedida la prezente la paſſe por mi hecha y firmada y ſellada con el Sello de mis Armas en Madrid a 25 de Setembre de 1628.

D. Luis de Noroña.

Alvará

Alvará delRey D. Sebastiaõ ao Conde D. Affonso, da successaõ da Casa para seu filho. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 509.

Num. 37.
An. 1572.

EU ElRey faço saber aos que este meu alvara virem que olhando e considerando eu os grandes e muy continuados serviços que D. Afonso Conde do Vimioso meu muito amado sobrinho fez a ElRey meu Senhor e avô que sancta gloria aja, e a boa conta que sempre de sy lhe deu, e como a mim tem asy mesmo servido e com muito meu contentamento e me them dado de sy muy fiel conta, avendo a tudo respecto e aos muitos merescimentos de sua pessoa e de seus serviços, querendolhe por elles fazer merce como he cousa justa que faça aos que me asy bem servem, como elle them feito e espero que sempre faça e pella muito boa vontade que lhe tenho, por este presente alvara me praz de lhe fazer merce e de fecto lha faço das cousas abaixo declaradas, s. Do titulo de Conde do Vimioso e asy da dita Villa, e asy da villa daguiar da beira e da Alcaidaria mor da Villa de Thomar, e todo o que dito he para seu filho mayor Baram lidimo que fiquar delle ao tempo de seu falescimento e ouver de erdar sua Casa, em vida do dito seu filho somente, e todas as sobreditas cousas e cada huã dellas viraõ ao dito seu filho e as averá em sua vida como dito he e naquella propria forma e maneira como as o dito Conde them per suas doaçoẽs cartas e provisoẽs e milhor se com direito milhor as poder aver, e ey por bem que por falescimento do dito Conde o dito seu filho fique Conde e se possa loguo chamar Conde. A qual merce de todas as sobreditas cousas e de cada huã dellas lhe faço de meu motu proprio livre vontade poder Real e absoluto mero mixto imperio e derroguo para isso todas as ordenaçoẽs e cada huã delas que para aver efecto tudo isto convem que sejam derroguadas, avendoas aqui por expressas e declaradas e todas as clausulas leis e ordenaçoẽs que convem que se declarem, ou que se derroguem expressa e declaradamente para cada huã destas merces e todos juntamente averem efecto, ainda que diguam que ham de ser nomeados para se derrogarem porque todas juntamente e cada huã dellas sem embarguo do que nellas se contem as ey por declaradas e derroguadas asy como se aqui fosem expresas e porque de todo me asy praz lhe mandey dar este meu alvara para sua guarda e minha lembrança o qual quero que seja firme e tenha inteiro viguor e efecto como carta minha patente passada pela minha Chancellaria sem embarguo da minha ordenaçaõ do liv. 2. tit. xx. que diz que as cousas cujo efecto ham de durar mais de hum anno, naõ passem nem se concedaõ per alvaras porque em este caso ey por derrogada a dita ordenaçaõ e quero que se naõ guarde nem tenha efecto nem viguor algũ, antes me praz que este alvara seja sempre valioso e se cumpra e guarde como se em elle contem porque asy o ey por meu serviço. E asy me praz que este naõ passe pela Chancellaria sem embarguo da ordena-

(Nota.)

Por este Alvará se passaraõ a D. Luiz de Portugal Carta do titulo de Conde de Vimioso, Aguiar da Beira em o mez de Março de 604. e naõ se rasgou, porque parece que se ha de fazer mais obra por elle. Naõ faça duvida o riscado, que risquey per este Alvara naõ tratar da Capitania de Machuo. Lisboa a 20. de Novembro de 1605.

Christovaõ Soares.

ordenaçaõ perque mando que as minhas cartas e alvaras se naõ cumpram sem passarem pela Chancellaria porque tambem a derroguo e quero que em este caso naõ aja luguar nem se passe pela Chancellaria. E esta merce fis ao dito Conde no mes de Julho do anno de mil e quinhentos e cincoenta e oito. Pantaliam Rebello o fez em Lisboa a xxij dias do mes de Dezembro de mil e quinhentos e sesenta e dous.

RAINHA.

Traslado authentico da Portaria da merce da Capitanîa de Machico, na Ilha da Madeira, ao Conde D. Luiz de Portugal. Está no maço 75. num. 444. do Cartorio da Casa.

SAibaõ quantos este estromento dado em publica forma com o tresIado de huá portaria de Francisco dalmeida de Vasconselos Secretario de S. Magestade virem que no anno do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos e seis annos aos dezanove dias do mes de Abril do dito anno nesta Cidade de Lisboa no paço dos Tabaliais pareceo Francisco do Avellar criado do Senhor Conde do Vimioso e me apresentou huá portaria assinada por o dito Francisco dalmeida de Vasconselos Secretario do estado de S. Magestade pedindome lhe desse o treslado della e por estar sãa limpa sem borradura nem vicio que duvida faça lhe dei o treslado della o qual de *verbo ad verbum* he o seguinte. ElRey nosso Senhor havendo respeito a ter feito merce (entre outras) a D. Luis de Portugal Conde do Vimioso seu muito amado sobrinho da Capitania de Machico ha por bem de lhe fazer tambem merce da data dos officios da dita Capitania asy e da maneira que a teve o Conde D. Afonso seu pay e asy lhe faz S. Magestade merce dos reditos do que rendeo a dita Capitania o tempo que esteve vaga despois do falecimento de Tristaõ Vaz da Veiga para qua, que naõ estiverem despendidos por provisoẽs ou ordem expressa de S. Magestade, e tambem ha S. Magestade por bem que o filho mais velho delle Conde tenha as Villas do Vimioso e aguiar da beira em sua vida asy como ha de ter o titulo de Conde de que S. Magestade lhe tem feito merce com obrigaçaõ delle Conde desistir de todas as pertençoẽs que tiver de reditos interesses e danos em Valhedolid a oito de Janeiro de 1605. Francisco dalmeida de Vasconselos.

Alvará a D. Luiz de Portugal por ElRey D. Filippe de accrescentamento de Moço Fidalgo a Fidalgo Escudeiro, e a Fidalgo Cavalleiro. Original do Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 494.

Num. 38.
An. 1586.

EU ElRey faço saber a vos Dom Joaõ da Silva Conde de Portalegre Mordomo mor de minha Casa que por fazer merce a D. Luis de Portugal meu moço fidalgo filho de Dom Afonso de Portugal

gal que foi Conde do Vimioso que Deos perdoe. Ey por bem e me praz de o acresentar do dito foro a fidalgo escudeiro com cinco mil e quinhentos reis de moradia por mes e alqueire e meyo de cevada por dia e juntamente o acresento logo a Cavalleiro por quanto se achou na batalha dalcacere aonde foi cativo com mil setecentos e cincoenta reis mais em sua moradia para que tenha e aya daqui em diante sete mil duzentos e sincoenta reis de moradia por mes de fidalgo Cavaleiro e hum alqueire meo de cevada por dia que he outro tanto como teve o dito seu pay e lhe pertence ordinariamente. Notificovolo assy e mando que o façaes assentar no livro da matricula no titulo dos fidalgos escudeiros e Cavalleiros com a dita moradia e cevada, pondosse as verbas necessarias. Joaõ Rodrigues o fez em Lixboa a xij de Dezembro de M. D. lxxx6. Joaõ de Gusmaõ o fez escrever.

REY.

Quitaçaõ do Conde de Vimioso D. Luiz de Portugal, ao Conde de Basto, do dote da Condessa D. Joanna de Mendoça. Original está no Cartorio da Casa, maço 75, num. 440.

Num. 39. An. 1591.

SAibam quantos este estromento de quitaçam e declaraçam e obriguaçaõ virem que no anno do nacimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e noventa e hum aos dezanove dias do mes de fevereiro na Cidade de Lisboa a Samtiaguo nos apozemtos onde ora poussa o Senhor D. Luis de Portugal estamdo elle Senhor ahi presente por elle foi dito peramte mim Taballiaõ, e das testemunhas ao diamte escritas que ao tempo que elle casou com a Senhora D. Joana de Memdoça sua mulher filha do Senhor D. Fernando de Castro Comde do Basto lhe prometera em dote com a dita Senhora corenta mil cruzados paguos pela maneira seguinte comvem a saber doze mil cruzados em dinheiro e dez mil cruzados em joias ouro e prata moveis peças de cassa e por oito mil cruzados em bens de raiz e juros e dez mil cruzados em dinheiro entregues em tres annos da feitura do dote em diamte como todo milhor he conteudo no comtrato de dote que foi feito aos quatorze dias do mes de fevereiro do anno de noventa por Baltezar damdrade taballiam publico na Cidade devora e por quanto elle Senhor estava emtregue dos dez mil cruzados de joias ouro e prata e moveis e dos doze mil cruzados em dinheiro de que tinham dado quitaçaõ na Cidade devora aos dezoito dias do mes de Mayo do anno de noventa pelo dito Baltezar damdrade e ora faltavam por emtreguar os oito mil cruzados que se aviam de empreguar em bens de raiz e juros comforme ao dito dote e por elles Senhores D. Luis e a dita Senhora D. Joana terem necessidade dos ditos oito mil cruzados em dinheiro os pediram ao dito Senhor Conde que lhos desse em dinheiro que elles Senhores D. Luis e D. Joana sua mulher se obriguavam aos empreguarem em bens de raiz

raiz e juros e compririaõ a comdiçam de ſeu dote e deſobriguariam a elle Senhor Comde da tal obriguaçam o que ao dito Senhor Comde lhe aprouve e lhos deu em dinheiro de comtado pera de ſua maõ elles Senhores outorgantes os empreguarem em fazenda de raiz e juros a comta dos quaes oito mil cruzados conheceo e comfeſſou elle Senhor D. Luis de Portugal perante mim taballiam e das teſtemunhas ao diamte eſcritas ter ja em ſi recebidos ſete mil cruzados em dinheiro de comtado per moedas douro e prata correntes neſte Reyno em que deſpois de por elle Senhor mandados receber e comtar diſe aver os ditos ſete mil cruzados ſem herro nem falta alguã os quaes ſete mil cruzados recebeo pela maneira ſeguinte convem a ſaber por certas peças de prata e ouro trelado do aſſinado he ho ſeguinte. Recebi do Senhor Salvador Rodrigues veador do Senhor Comde do Baſto as peças de prata ſeguintes comvem a ſaber huã Comfeiteira dourada por demtro e por fora redomda com ſua cobertura peſſa cimquo marquos e cimquo omças e mea vallem treze mil ſeiſcemtos e cimquoenta reis huã bacia de prata que peſa tres marquos e ſeis omças e mea prata e feitio omze mil quatrocentos reis e hum prato ovado com perfins dourados o Jarro com os perfins dourados que tudo peſſa nove marquos duas omças que val com feitio ouro trimta e tres mil novecemtos e ſetemta reis hum Saleiro dourado peſſa dous marquos huã omça e mea, que val com feitio e ouro ſete mil e trezemtos reis huã tiſoura deſpivitar peſſa quatro omças e ſete oitavas que tem com feitio mil oitocemtos e oitemta reis e dous ceſtos de prata peſſam ſete marquos e tres omças e cimquo oitavas vallem dezoito mil quatrocemtos e ſeſemta reis e huã medida que peſſa duas omças e tres oitavas e mea val com feitio novecemtos e ſetemta reis e hum boſete de prata lavrado cuſtou com a caixa pera elle oitemta e nove mil duzemtos e ſetemta reis e por verdade que recebi as ditas peças lhe dei eſte por mim feito e aſſinado em Evora dezoito de Mayo mil e quinhentos e novemta. Jorge de Reboredo eſtas peças ſe emtreguaram por meu mandado a Jorge de Reboredo as quaes ſomaõ em dinheiro cemto e ſetemta ſeis mil oitocemtos e ſetemta reis que tenho recebido a conta do dote de D. Joana em Evora a trimta de Mayo de mil e quinhemtos e novemta. D. Luis. Alem dos doze mil cruzados que tenho recebido do Senhor Comde a comta do dote de que tenho dado quitaçam por huã eſcretura recebi mais mil cruzados a comta do dito dote em Evora a ſete de Junho de novemta. D. Luis. Recebi mais mil cruzados do Senhor Comde a comta do dote de D. Joana em Evora a vimte e ſeis de Junho de novemta. D. Luis. Recebi do Senhor Comde quinhentos quimze mil e quatrocemtos reis a comta do dote de D. Joana em Lisboa a vimte daguoſto de mil e quinhentos e novemta. D. Luis. Recebi do Senhor Comde quatrocemtos mil reis a comta do dote de D. Joana em Lisboa a quimze doutubro de novemta. D. Luis. Recebi do Senhor Comde oitocemtos e trimta e dous mil quatrocemtos e vimte e dous reis a comta do dote de D. Joana em Lisboa a quimze de Dezembro de mil e quinhemtos e novemta. D. Luis. Recebi do Senhor Comde ſetemta e cimquo

cimquo mil trezentos e oito reis a comta do dote de D. Joana em Lisboa a vimte e tres de Dezembro de quinhemtos e novemta. D. Luis. Nos quaes escritos ouve os ditos sete mil cruzados os quaes escritos todos elle Senhor D. Luis os reconheceo e disse serem seus e de sua letra e hum de Jorge de Reboredo e ter recebido os ditos sete mil cruzados comteudos nele os quaes escritos se romperaõ todos fazemdo esse estromento e peramte mim taballiam e das ditas testemunhas. E assim mais recebeo elle Senhor D. Luis ao fazer deste estromemto e peramte mim taballiam e das ditas testemunhas mil cruzados em dinheiro de comtado per moedas de prata correntes neste Reyno da mam do Lecemceado Adriano Pexoto clериguo de missa e capellam do dito Senhor Comde a quem sua Senhoria os deu pera fazer a dita emtregua que despois de por elle Senhor D. Luis mamdados receber e comtar disse aver os ditos mil cruzados sem herro nem falta alguã que jumtos aos sete mil cruzados ja recebidos fazem em soma dos ditos oito mil cruzados dos quaes elle Senhor D. Luis disse que dava e de feito deu plenissima e geral quitaçam ao dito Senhor Comde do Basto e a seus herdeiros doje pera sempre e por estar presente a dita Senhora D. Joana de Memdoça mulher dele Senhor D. Luis pela qual foi dito que em tudo retefiqua e aprova esta quitaçam e a ella da seu comsemtimento e outorgua e loguo por elles Senhores outorgantes foi dito que elles haviam por desobrigado ao dito Senhor Comde seu pay e sogro da hobriguaçam que tinha de lhe empreguar os ditos oito mil cruzados em bens de raiz e juros e disso o tiraram a paz e a salvo e a seus bens e herdeiros sem sua perca nem dano de pessoa e bens e amtes que elle Senhor desembolse cousa alguã e assim mais disseram elles outorgantes que . . . estromento se obriguam a empreguarem os oito mil cruzados em bens de raiz ou juro e a tudo comprirem obriguam todos seus bens e remdas e prometem e se obriguam de sempre e em todo tempo comprirem e manterem este estromento como se nelle contem e de o nam revoguarem nem contradizerem em juizo nem fora delle por si nem por outrem em seus nomes e fazemdo o comtrario nam valeram nada e paguaram todas as custas despesas perdas e danos que se por isso fizerem ou receberem per seus bens e rendas avidos e por aver que pera todo obriguaram e que indo elles Senhores outorgantes . . . . . . elles comtra esta escretura em parte ou em todo nam seram ouvidos com nenhuã auçam nem rezam ate primeiro depositarem todos os ditos oito mil cruzados em dinheiro de comtado na mam do dito Senhor Comde ou na de seus herdeiros o que receberam sem darem fiamça nem fazerem outra nenhuã deligemcia nem hobrigaçam por quanto daguora pera emtam os ha por fieis e abonados e em quanto naõ fizerem o tal deposito lhe sera deneguado toda audiemcia e auçam e remedio de dereito e com nada seram ouvidos nem admitidos em testemunho de verdade assi o outorguaram e mandaram fazer este estromento e desta nota os treslados que comprirem que pediram e aceitaram eu taballiam o aceito em nome do dito Senhor Comde a esto auzente e de a quem mais toquar possa como pessoa publica estepulante

lante e aceitamte teſtemunhas que foram preſentes Antonio Mendes Caldeira morador em caſſa do Senhor Comde Jorge de Nabais e Mateos Botelho criado do Senhor D. Luis e o Jorge Nabais criado do Senhor D. Dioguo de Caſtro e a dita Senhora D. Joana de Memdoça aſſinou por ſua mam por ſaber eſcrever e eu Belchior de Montalvo taballiam que o eſcrevi. D. Joana de Memdoça. D. Luis de Portugual. Amtonio Mendes Caldeira. Mateos Botelho. Jorge Navais. E eu Belchior de Montalvo tabaliam publico das notas por ElRey noſſo Senhor neſta Cidade de Lisboa e ſeus termos que eſte eſtromento em minhas notas tomei e dellas ho fis treſladar concertei e ſobeſcrevi e aſſinei de meu publico ſinal que tal he.

Carta do titulo de Conde de Vimioſo a D. Luiz de Portugal.

Num. 40.
An. 1604.

DOm Phelipe por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquiſta navegaçaõ, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Perſia, e da India, &c. Faço ſaber aos que eſta minha Carta virem, que tendo eu reſpeito ao Senhor Rey D. Sebaſtiam meu Primo, que ſamcta gloria aja per hum Alvara feito neſta Cidade a vinte e hum de Dezembro do anno de mil e quinhentos e ſeſſenta e dous, aſſinado pela Rainha Donna Caterina, minha Tia (que Deos tem) fazer merce a D. Affonſo de Portugal, Conde do Vimiozo (que Deos perdoe) de alguãs couzas que tinha da Coroa, e particularmente do titolo de Conde da dita Villa pera ſeu filho maes velho baraõ lidimo, que ficaſſe por ſeu falecimento, e a naõ haver effeito eſta merce em D. Franciſco de Portugal, filho maes velho do dito Conde por fallecer antes de ſe ter por morto ſeu Pay, que ſe perdeo com o dito Senhor Rei D. Sebaſtiaõ, na batalha de Alcacere com tres filhos ſeus, e morreo em Africa, e vendo eu ora os pareceres, que por meu mandado, e delRei meu Senhor, e Pai, que ſanta gloria aja, deraõ letrados ſobre D. Luis de Portugal, meu muito amado ſobrinho haver de ſuceder no dito titulo, e nos ditos bens da Coroa, que vagaraõ por falecimento do dito Conde, por ſer o ſeu filho maes velho apos o dito D. Franciſco capaz dos ditos bens, e havendo tambem reſpeito aos grandes ſerviços, e merecimentos daquelles de que o dito D. Luis deſcende, e particularmente aos do dito Conde ſeu Pay, e a ſeu ſangue, e devido que comigo tem, e muitas calidades de ſua peſſoa, e Caza, e por folgar muito por todos eſtes reſpeitos, e pella boa vontade, que lhe tenho de lhe fazer honra, acreſcentamento, e merce crendo que ſempre me ſervira comforme a ſua obrigaçaõ, e a quem elle he; ey por bem de lha fazer, que ſe cumpra nelle a merce prometida ao dito Conde ſeu Pay pello dito Alvara, de que acima ſe faz mençaõ, que aqui ey por expreſſamente treſladado. E por eſta prezente Carta me praz de fazer merce ao dito Dom Luis de Portugal do titulo de Comde da Villa do Vimiozo, e o faço Conde

de della em sua vida com todas as honras, preheminencias, perrogativas, autoridades previlegios, graças, liberdades, merces, e franquezas que aõ, e tem, e de que uzaõ, e sempre uzaraõ os Condes destes meus Reinos, assi como de direito uzo, e custume antigo lhe pertence, das quaes em todo, e por todo quero, e mando, que elle inteiramente uze, e possa uzar, e lhe sejaõ guardadas em todos os autos, e tempos em que por dereito, e por uzo, e custume deva dellas uzar sem mingoamento, nem duvida alguma, que a ello lhe seja posta, porque assy he minha merce, com o qual titulo de Conde o dito Dom Luis terâ, e haverâ o assentamento, que lhe pertencer, de que em minha fazenda se lhe passara a Provizaõ necessaria. E por firmeza do que dito he lhe mandei dar esta Carta por mym assinada passada por minha Chancellaria, e sellada com o meu Sello de chumbo. Dada na Cidade de Lixboa aos seis dias do mes de Março. Luis Falcaõ a fez anno do Nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de mil seiscentos e quatro. Christovaõ Soares a fez escrever.

ELREY.

O Conde de Villanova.

Alvarà delRey Filippe II. de merce do titulo de Conde de Vimioso a D. Affonso de Portugal, filho de D. Luiz, que foy Religioso de S. Domingos. Original està no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 75, n. 448, donde o copiey.

Num. 41. An. 1616.

EU ElRey faço saber aos que este Alvara virem que havendo respeito aos grandes serviços e merecimentos daquelles de que descende D. Affonso de Portugal filho mais velho de Dom Luis de Portugal que foi Conde do Vimioso, e hora he Religioso da Ordem de Saõ Domingos, e à antiguidade de sua Casa, e por folgar muito de lhe fazer honra, e merce por estes respeitos e pelas qualidades de sua pessoa tendo por certo delle que sempre me servirâ conforme a sua obrigaçaõ, e respeitando outro sy terem o dito D. Affonso e o dito Conde D. Luis seu Pay desistido de todas as auçoẽs que tinhaõ, ou pudessem ter contra minha fazenda, como o mandei e me constou polas desistencias que disso fizeraõ que estaõ em poder de Christovaõ Soares do meu Conselho, e meu Secretario de estado, e se regista raõ por meu mandado onde convinha para a todo o tempo haver noticia dellas, por ser esta a condiçaõ com que lhe fiz as merces contheudas neste Alvara, e com que lhe dei o dito titulo de Conde do Vimioso em sua vida, e a dita Villa, e a de Aguiar, me pras e hei por bem de lha fazer por todas as consideraçoẽs referidas que por falecimento do dito D. Affonso fiquem o mesmo titulo de Conde e as ditas Villas do Vimioso, e Aguiar ao seu filho mais velho que lhe ficar de legitimo matrimonio, e para sua guarda, e minha lembrança

lhe mandei dar este o qual a seu tempo se lhe cumprira inteiramente como nelle se conthem, e para isso hei por bem que valha, tenha força, e vigor, como se fora Carta por mim assinada, começada em meu nome, e passada por minha Chancelaria posto que por ella naõ passe, e que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das Ordenaçoēs que o contrario dispoem. Pedro Varella o fes em Lisboa a 25 de Junho de 1616. E eu o Secretario Christovaõ Soares o fiz escrever.

REY.

Memorial, que imprimio o Conde de Vimioso, sobre os aggravos, que tinha recebido a sua Casa.

SEÑOR.

Num. 42. EL Conde y Casa de Vimioso, descendiente por varonia de la Real, por los servicios que siempre hizo a los Señores Reyes: por los agravios, y inmensos trabajos que de quarenta y ocho años a esta parte ha padecido, digna de compassion, merece que V. M. buelva los ojos de su real clemencia a ella atenuada, y casi acabada, para restituirla, y resucitarla a su antigua honra, pues no es menor gloria de Dios, y de los Reyes el resucitar, que el criar. Dexando los grandes meritos de su bisabuelo el Conde Don Francisco de Portugal (tres nieto del Rey Don Juan el Primero) por los que hizo el Conde D. Alonso su abuelo hasta el año de 1562. el Rey D. Sebastian le hizo merced del titulo y bienes de la Corona que tenia, para su hijo mayor legitimo que quedasse al tiempo de su muerte, y heredasse su Casa. Continuando sus servicios a los sesenta años de su edad con tres hijos D. Francisco, D. Luis, y D. Manoel passò con el Rey a Africa, a cuyos pies murio D. Manoel, y el Conde y sus dos hijos saliendo vivos de la batalla, quedaron cautivos. Rescatose D. Francisco para tratar del rescate de su padre y hermano, y siendo culpado en las alteraciones del Reyno, el Señor Rey D. Felipe Primero mandò secrestar todos los bienes de la Casa de Vimioso, sin embargo de que la culpa era de D. Francisco, que aun que hijo mayor, ni posseîa, ni administrava los bienes, sino la Condesa su madre, en ausencia del Conde su marido cautivo. Murio D. Francisco en 26 de Junio 1582. y su hermano D. Luis se opuso al Estado y mayorazgo de su Casa, como hijo mayor que quedava del Conde su padre. Al mayorazgo fue restituido por cedula Real de 7. de Mayo 1588. aviendo cerca de ocho años que estava secrestado, sin que la restitucion fuesse cumplida: porque no le restituyeron los frutos, aviendo padecido su madre, hermanas, y hermanos extremas necessidades, por no tener con que alimentarse: ocasion urgente de los grandes debitos que entonces contraxo, y se fueron multiplicando con extraordinarias usuras en los seguientes años de sus pretensiones. Instava D. Luis por la restitucion del titulo y bienes de la Corona,

rona, que le tocavan como hijo mayor que quedava de su padre en virtud del alvará acusado del Rey D. Sebastian. En averiguar si esta merced avia tenido efeto en D. Francisco hijo mayor, ya muerto, y culpado, se passaron quinze años, en los quales el dicho Señor Rey sin admitir juizio contencioso, por secretas informaciones, y pareceres de Letrados de Portugal, y Castilla, que por orden suya fueron preguntados, y ultimamente vistos y examinados en el Supremo Consejo de Portugal, que llaman do Paço, despues de muchas consultas de sus Tribunales y ministros, en el año de 603. se resolvio, que Don Luis era inmediato sucessor del Conde D. Alonso su padre, en quien devia tener efeto, y cumplimiento la merced del Rey D. Sebastian, y le fue restituido el titulo y Villas do Vimioso, y Aguiar da Veira, sin que en la cedula desta restitucion se hablasse de la Alcaydia mayor de Tomar, contenida en el alvalá acusado, en que el Conde tenia la misma justicia que en el titulo y Villas: porque la posseía D. Juan de Sosa, a quien el Señor Rey D. Felipe Primero la avia dado quando sucedio en el Reino, siendo aun reputado por vivo el Conde D. Alonso que la posseía.

Añadia la cedula de restitucion, que si el Conde D. Luis hiziesse desistencia de la pretension de reditos, interesses y daños que se avian seguido del secresto de sus bienes, le hazia el dicho Señor merced del titulo de Conde para su hijo mayor. Instava el Conde se le quitasse la condicion, y le diessen satisfacion a sus pertensiones: y por Carta de 5. de Febrero de 608. se bolvieron a tratar y discutir estas materias en el Tribunal do Paço, dandose vista al procurador de hazienda de V. M. que alegò de su derecho; y aun que se entendio que el dicho Tribunal hallò justicia en sus pretensiones, sobre que hizo consulta a V. M. en el año de 611. toda via como al tiempo que esta llegò a la Corte, ya era ministro deste Consejo el que avia sido procurador de hazienda, juntandose con otro sospechoso y apassionado bastaron para impedir la resolucion que en virtud de la dicha consulta se huviera de tomar. De manera, que cansado el Conde de tan largos trabajos, que no acaban de tener fin, resolviendose a professar en la Religion de Santo Domingo, y casar su hijo mayor con la hermana del Marques de Castel Rodrigo, que no consentia se efetuasse sin que primero tuviesse titulo de su Casa, viendo que no le diferia el Consejo a las nuevas y apretadas instancias que hizo, con gravissimas causas que le obligaron a no dilatar y perder el casamiento, que de mas de la persona traia a su Casa cien mil ducados de dote, dissimulando el agravio del Consejo hasta mejor tiempo, por fuerça, no por voluntad, hizo y firmò de su mano la desistencia, y no se contentando los dichos dos ministros con ella, por Carta de 13. de Julio 1616. se ordenò, que la desistencia se hiziesse ante escrivano, assistiendo los procuradores de la Corona y hazienda en la forma de un papel embiado con la Carta, con extraordinarias clausulas: una de las quales era, que el Conde (ya entonces professo Religioso) dixesse, que desistia por entender y saber que no tenia justicia en sus pretensiones, y pedia a V. M. assi lo declarasse: y que la Condessa

(tam-

(tambien Religiosa professa) y sus hijos (que eran menores) otorgassen la desistencia.

Apretado el Conde D. Luis, que ya se llamava fray Domingo del Rosario desta manera, consultando los mayores Teologos le aconsejaron, que por redimir su vexacion notoria, podia hazer la desistencia, cierto de que constando a V. M. las nulidades, injusticias, y extorsiones della, como tan Catolico y justo Señor escusaria con benignidad, lo que avia hecho por fuerça en las apretadas circunstancias de la necessidad de su Casa, en tan notorio perjuizio, no solamente de sus hijos menores: pero aun de sus acreedores, y remediando con justicia su agravio estrañaria los excessos del zelo de los ministros que le aconsejaron este termino. Son los Reyes protectores de la justicia, y en ella se quieren por su clemencia sugetar a sus missmas leyes con sus Vassallos, y por esso el Conde de Vimioso (a quien por la Religiosa profession de su padre tocan estas acciones, con encargo de sus deudas, que son grandes) postrado a los pies de V. M. humilmente le suplica se sirva mandar ver y examinar la justicia de sus pretensiones, los agravios de su Casa, las nulidades desta desistencia reclamada: porque aun que no es su animo obligar a V. M. de justicia: porque tiene en su grandeza y benignidad mayores mercedes muy ciertas, toda via constando de la justicia tendra la Real clemencia mayores motivos de desagraviar, restituir y honrar su Casa y persona, para que en los años de su feliciſſimo govierno, dichosissimos para todos, tengan fin los trabajos desta Casa, que siempre se empleará como sus mayores en el servicio de V. M. cuya Catolica y Real persona Dios guarde largos años para bien de su Iglesia, y desta Monarquia.

Contrato do casamento de D. Affonso de Portugal, IV. Conde de Vimioso, com a Condessa D. Maria de Mendoça. Original está no Archivo da dita Casa, donde o tirey, maço 93, num. 918.

Num. 43.
An. 1620.

DOm Philippe per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves dáquem, e dálem mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegaçaõ, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que o Conde do Vimioso D. Affonso de Portugal, e a Condessa Donna Maria de Mendoça, sua mulher me enviaraõ dizer por sua petiçaõ, que no contrato de dote, que entre elles foi celebrado, instituhio ella Condessa morgado de seus bens para andar nos descendentes, que nacessem, e ouvesse dantre ambos com as clauzulas, condiçoens, e forma de succeder conteuda na instituiçaõ de morgado, que instituiraõ os Condes do Vimioso D. Francisco de Portugal, e D. Joanna de Gusmaõ sua mulher, e que em defeito dos ditos descendentes viria o dito morgado ao successor do morgado, que o Marquez, e Marqueza de Castel Rodrigo, Pai, e Mãy della Condessa instituiraõ de suas

ſuas terças, ao qual andaria annexo ſem nunca ſe poder dividir, nem apartar delle, e ſe ſuccederia na meſma forma conteuda na inſtituiçaõ do dito morgado, na qual eſcritura de dote eu ouvera por bem, que elle Conde pudeſſe obrigar à reſtituiçaõ delle, e pagamento das arras os bens da Coroa de ſua Caſa, e morgado de que elle Conde era poſſuidor naquillo a que naõ abrangeſſem os ſeus bens livres, e que a meſma obrigaçaõ pudeſſem fazer D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, Irmaõs delle Conde, em cazo que cada hum ſuccedeſſe em ſua Caſa, e morgado, para o que eu lhes ſupprira as idades, e que pudeſſem jurar, como juraraõ o dito contrato, e que ella Condeſſa ficaſſe em poſſe, e Cabeça de Cazal dos ditos bens da Coroa, e morgado atê inteiramente ſer paga de ſeu dote, e arras, e adquiridos ſem embargo da Ordenaçaõ do liv. 4. tit. 95. §. 1. que lhe denega a dita poſſe, e Cabeça de Cazal, e do dito contrato, eſcriptura de dote, e inſtituiçaõ de morgado, e reteficaçaõ delle os treslados ſaõ os ſeguintes. Em Nome de Deos Amen. Saybaõ quantos eſte eſtromento de contrato de dote, e arras, inſtituiçaõ de morgado, e obrigaçaõ virem, que no anno do Naſcimento de Noſſo Senhor Jeſus Chriſto de mil e ſeiſcentos e dezaſſeis, em dezanove dias do mes de Novembro, na Cidade de Lixboa nos apozentos de Dom Manoel de Moura Corte-Real, Conde de Lumiares, Commendador môr da Ordem de Alcantara, Gentilhomem da Camera do Principe Noſſo Senhor, Capitaõ, e Alcayde môr das Capitanias das Ilhas Terceira, S. Jorge, Fayal, e Pico, eſtando prezente o dito Conde, em nome, e como Procurador de D. Maria de Mendoça, ſua Irmaã, filha de Dom Chriſtovaõ de Moura, e D. Margayda Corte-Real, que Deos tem Marquezes de Caſtel Rodrigo cuja procuraçaõ irâ incerta neſta eſcriptura, e treslado della, e bem aſſy eſtavaõ prezentes D. Affonſo de Portugal Conde do Vimioſo, e D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal Irmaõs do dito Conde do Vimioſo. Pello dito Conde de Lumyares foi dito perante mim Tabaliam, e das teſtemunhas ao diante nomeadas, que como Procurador da dita D. Maria de Mendoça ſua Irmã eſtâ contratado para aver de cazar com o dito D. Affonſo de Portugal, Conde do Vimioſo, e havendo o dito cazamento ſeu real effeito, e ſendo receb dos em face de Igreja conforme ao ſagrado Concilio Tridentino ſe contrataõ pella maneira ſeguinte. Que ella dita D. Maria de Mendoça traz em dote corenta e tres contos duzentos cincoenta e tres mil cento e vinte e cinco reis, que valem cento e outo mil cento trinta e dous cruzados e trezentos e vinte e cinco reis, e hum fio de perolas, que o Marques, que Deos tem deixou em ſeu teſtamento à dita Donna Maria, e aſſy as merces que S. Mageſtade lhe fizer em virtude de hum Alvarâ de lembrança, que tem para ſeu cazamento; e aſſy tudo o mais, que lhe crecer em ſuas legitimas per qualquer via que ſeja, a qual contia dos ditos cento e oito mil cento trinta e dous cruzados trezentos vinte e cinco reis, ſaõ procedidos aſſy das legitimas, que a dita Donna Maria de Mendoça couberaõ per falecimento dos ditos Marquezes, que Deos tem, como do legado, que D. Margayda Coutinha,

nha, Condessa de Portalegre sua Irmãa lhe deixou, os quaes cento e oito mil cento trinta e dous cruzados trezentos vinte e cinco reis lhe pertencem pellos bens seguintes, a saber, por seiscentos e cincoenta mil reis de juro, que a dita D. Maria de Mendoça tem assentados na dizima do pescado desta Cidade do Duque de Bragança, que valem treze contos de reis, que saõ trinta e dous mil e quinhentos cruzados porque foy comprado o dito juro, e por cem mil reis mais de juro em cada hum anno assentados nas rendas da Caza do Conde de Villanova na sua dizima da cortiça desta Cidade em contia de dous contos hum mil quinhentos e setenta reis porque foi comprado o dito juro conforme a escriptura da compra, que delle se fez, os quaes valem cinco mil e quatro cruzados menos trinta reis, e por humas cazas, que estaõ onde chamaõ as fontainhas nesta Cidade junto ao postigo, que vay do Terreyro do Corpo Santo para S. Francisco em mil e quinhentos cruzados, que em tantos lhe foraõ dados em sua Carta de partilhas; e por huã Orta chamada da guança, que esta no termo da Villa de monte môr o novo, que foi avaliada em quatrocentos cruzados, e em dinheiro de contado nove contos seiscentos noventa e cinco mil quatrocentos e setenta reis, que valem vinte e quatro mil duzentos trinta e oito cruzados e meyo e setenta reis, e em dividas que couberaõ a sua parte das que se deviaõ ao monte da fazenda do dito Marques, seis contos cento sessenta e hum mil setecentos cincoenta e cinco reis, que saõ quinze mil quatrocentos e quatro cruzados cento e cincoenta e cinco reis, e onze contos seiscentos trinta e quatro mil trezentos e trinta reis, que valem vinte e nove mil oitenta e cinco cruzados e trezentos e trinta reis, em joyas peças de ouro, e prata, tapeçarias, e outros moveis, que tudo junto faz a dita soma dos ditos cento e oito mil cento e trinta e dous cruzados e trezentos e vinte e sinco reis, os quaes bens acima referidos, que a dita D. Maria de Mendoça tras comsigo seraõ dotaes, e teraõ natureza de bens dotaes sem poderem vender, nem alhear por nenhuã maneira, nem acontecimento; e porem as merces, que S. Magestade lhe fizer por respeito do dito Alvara de lembrança naõ seraõ bens dotaes, e só se avaliaraõ para effeito do dito Conde do Vimioso aver de dar de arras à dita D. Maria de Mendoça a terça parte do em que forem estimadas como dos mais bens dotaes como abaixo se declararâ. Item disse o dito Conde de Lumyares em nome da dita D. Maria de Mendoça, que todos os bens, que ella traz a este dote ficaraõ vinculados em morgado para se naõ poderem nunca vender, trocar, nem alhear por qualquer via, que seja antes haõ de andar sempre todos unidos, e vinculados nos descendentes deste matrimonio, no qual morgado succederaõ conforme as clauzulas, condiçoens, e declaraçoens da instituiçaõ do morgado, que fizeraõ de suas terças D. Francisco de Portugal, e D. Joanna de Vilhena Condes do Vimioso, Vis vós do dito D. Affonso de Portugal, Conde do Vimioso, ao qual morgado andarâ sempre annexo o que ora se institue neste contrato sem nunca se poder apartar em quanto ouver descendentes deste matrimonio com as mais clauzulas conteudas na dita instituiçaõ como

mo se neste contrato foraõ expressas, e especialmente declaradas, com as quaes clauzulas, condiçoens, e declaraçoens do morgado dos ditos Condes, e dos a elle annexos succederaõ sempre os descendentes deste matrimonio, que possuirem o dito morgado sem se poderem nunca dividir, nem apartar como dito he; para o que sendo necessario se pedirâ a S. Magestade confirmaçaõ. Item disse mais o dito Conde de Lumiares em nome da dita D. Maria de Mendoça, que sendo cazo, que Deos naõ permita, que em algum tempo faltem descendentes dos ditos contrahentes, que em tal cazo o morgado deste dote instituido nesta escriptura venha ao successor do morgado, que de suas terças instituiraõ os ditos Marquez, e Marqueza de Castel Rodrigo, que estaõ em gloria, ao qual andarâ unido, e vinculado sem nunca se poder dividir, nem apartar, nem deixar de succeder nelle a pessoa, que for Administrador do dito morgado das terças, para o que sendo necessario se averâ tambem confirmaçaõ de S. Magestade, e se regularâ a successaõ deste dito morgado pelas mesmas clauzulas, condiçoens, forma de succeder, e obrigaçoens conteudas, e declaradas na constituiçaõ do dito morgado dos ditos Marquezes, assy, e da maneira, como se real, e especificadamente foraõ conteudas, e declaradas neste contrato. Item com declaraçaõ, que faltando descendentes deste matrimonio, o que Deos naõ permita em vida da dita D. Maria de Mendoça, em forma, que por sua morte lhe naõ fiquem os ditos descendentes, em tal cazo a dita Donna Maria poderâ dispor, e dismembrar deste morgado a contia de trinta ate corenta mil cruzados, de que disporâ na maneira que lhe parecer, e com esta declaraçaõ se entendera ser feita a instituiçaõ do morgado conteudo neste contrato, e havendo descendentes deste matrimonio poderâ a dita D. Maria testar em qualquer cazo, que seja do rendimento de tres annos deste morgado. Item que em cazo, que a dita D. Maria vença em dias ao dito Conde Dom Affonso ficando filhos deste matrimonio, aos quaes per morte della aja de vir o dito morgado a dita D. Maria, o terâ, e admenistrarâ em sua vida, e sô per sua morte ficarâ ao filho descendente na forma, que fica apontado. Item, que os adqueridos durante o dito matrimonio por qualquer titulo onorozo, ou locrativo, doaçoens, legados, quaesquer outras heranças se communicaraõ antre ambos; e pello dito Conde do Vimiozo foi dito, que aceita este dote, e morgado com todas as clauzulas, condiçoens, e obrigaçoens conteudas nelle. Item que o dito Conde promete, e dâ de arras à dita D. Maria de Mendoça a terça parte dos ditos cento e oito mil cento e trinta e dous cruzados, e do mais que acrescer em suas legitimas, e assi a terça parte da contia em que forem avaliadas as merces que S. Magestade lhe fizer por respeito deste matrimonio, e em rezaõ do dito Alvara, as quaes merces entraõ neste dote somente para este effeito do vencimento das arras, as quaes arras a dita D. Maria vencera separando-se o dito matrimonio per morte do dito Conde do Vimioso, ou por qualquer outro cazo, que seja quer do dito matrimonio fiquem filhos, quer naõ, e sô se naõ venceraõ as ditas arras em cazo, que a dita D. Maria faleça em vida do dito Conde

durante o dito matrimonio. Item que o dito Conde do Vimioſo ſe obriga como mayor que diſſe ſer de vinte e ſinco annos a dar, e pagar as ditas arras a dita D. Maria de Mendoça por ſeus bens livres, que ſe acharem ao tempo de ſeu falecimento, e pellos da Coroa, e de ſeu morgado conforme a Provizaõ, que S. Mageſtade para iſto lhe tem concedida, que ſe tresladarâ neſta eſcriptura, e treslados della. Item que elle Conde do Vimioſo ſe obriga, a que reſtituirâ a contia do dito dote a dita D. Maria, ou a ſeus herdeiros ſem falta, nem diminuiçaõ alguã, e para iſſo obriga outro ſy todos ſeus bens livres, e aſſy os do ſeu morgado, e da Coroa conforme a dita Provizaõ, que para iſſo tem de S. Mageſtade, dizendo mais o dito Conde do Vimioſo, que elle tem hum prazo no termo da Villa de Alanquer, e outras Villas, que chamaõ o prazo de palha cana de que he direito Senhorio o Moſteiro de S. Joaõ de Tarouca da Ordem de S. Bernardo, o qual eſtâ obrigado ao dote de D. Joanna de Mendoça, Condeſſa do Vimioſo Mãy delle Conde, e nelle eſtâ feito penhora, e execuçaõ para pagamento do dito dote ſobre que corre demanda com huma Guyomar Barradas de que he Eſcrivaõ Marcos do Quintal, que toda via elle Conde ſe obriga, que em cazo, que o dito prazo fique livre de maneira, que elle Conde poſſa nomear nelle de agora para entaõ, e de entaõ para agora nomea o dito prazo na dita D. Maria de Mendoça na vida que lhe couber, e per via de doaçaõ, e pella melhor, que em direito ſer poſſa, e aja lugar, e para effeito de ficar irrevogavel treſpaſſa elle dito Conde todo o direito, e auçaõ que nelle tem, e poſſa ter na dita D. Maria, e deſde logo lhe treſpaſſa a poſſe delle pella clauzula de *conſtituti*, e ſe conſtitue poſſuir o dito prazo em nome da dita D. Maria, o qual ella averâ no pagamento do dote, e arras na contia em que for avaliado, e para iſſo ſe pedirâ licença ao direito Senhorio para ſe poder fazer a dita treſpaſſaçaõ. Item diſſeraõ os ditos D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, Irmaõs do dito Conde do Vimioſo, que elles ſe obrigaõ a que ſendo cazo, que faleça o dito Conde ſeu Irmaõ, o que Deos naõ permita, e cada hum delles ſucceda nos bens da Coroa, e morgado, que vagarem per falecimento do dito Conde do Vimioſo ſeu Irmaõ a pagar a contia do dito dote, e arras conteudas neſte contrato a dita D. Maria, e ſeus herdeiros aſſy pellos ſeus bens livres, como pellos da Coroa, e morgado da dita Caza do Vimioſo, e iſto como fiadores, e principaes pagadores, em virtude da Provizaõ que S. Mageſtade lhe concedeo para poderem fazer eſta obrigaçaõ, em a qual lhes ſupprio para iſſo as idades por ſerem menores de vinte e ſinco annos. Item diſſeraõ os ditos Conde do Vimizo, e D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, que ſendo cazo, que o dito Conde do Vimioſo faleça em vida da dita D. Maria de Mendoça, ella ficarâ em poſſe, e Cabeça de Cazal atê ſer inteiramente paga, e ſatisfeita do dito ſeu dote, e arras, e naõ poderâ ſer deſapoſſada dos bens da Coroa, e morgado, que vagarem per falecimento do dito Conde atê naõ aver de tudo inteiro pagamento, e ſendo cazo que ſeja tirada da dita poſſe, ſerâ della reſtituida para o dito

dito

dito effeito, sem embargo da Ordenaçaõ, que defende naõ ficarem as mulheres em posse, e cabeça de cazal dos bens do morgado, e da Coroa em que naõ saõ successoras, e tanto que a dita D. Maria ouver plenario pagamento do dito dote, e arras, e adqueridos, que ha de haver por este contrato, largarâ logo a posse dos ditos bens de morgado, e da Coroa sem duvida, nem embargo algum. Item dis-seraõ elles ditos Condes de Lumyares, em nome da dita D. Maria de Mendoça, e elle Conde do Vimioso em seu nome, que por quanto dos bens deste dote estâ instituido morgado, aviaõ por bem, que todo o dinheiro delle, que estâ por empregar, e todos os moveis, e joyas, que se ouverem de vender, se depozitem no Mosteiro de S. Roque desta Cidade, em hum Cofre, do qual teraõ as chaves duas pessoas, huã das quaes nomearâ o dito Conde do Vimiozo, e outra o dito Conde de Lumyares, ou quem succeder em sua Caza, aos quaes fazem Procuradores irrevogaveis com declaraçaõ, que sempre a prazimento delles Condes poderaõ nomear outros com os poderes, e obrigaçoens abaixo declaradas para que os ditos Procuradores possaõ cobrar as ditas dividas, e para isso seraõ noteficados todos os devedores por mandado de hum Julgador, que naõ paguem a outra pessoa alguã, senaõ aos ditos Procuradores, e Depozitarios juntamente, e que pagando algum devedor a qualquer pessoa ainda que seja aos ditos contrahentes qualquer cantidade lhe naõ serâ levada em conta, e seraõ obrigados os ditos devedores a tornar a pagar as mesmas contias per inteiro aos ditos Depozitarios, que as receberaõ juntos, e naõ cada hum per sy como senaõ tiveraõ pago couza alguã, os quaes depozitarios naõ deixaraõ tirar dinheiro, nem moveis a pessoa alguma do dito depozito, ainda que seja com consentimento delles Condes do Vimioso, e de Lumyares com a mesma cominaçaõ, e pena de tornarem a pagar por suas fazendas tudo o que deixarem tirar do dito depozito, do qual somente se poderâ tirar tudo o que se ouver de empregar em juros, ou propriedades, que seraõ a contento dos ditos Condes do Vimiozo, e Lumyares para cujo effeito se faz o dito depozito, e fazendo-se a dita compra, ou compras, os ditos Depozitarios entregaraõ o dito dinheiro para ellas ao fazer das escripturas aos vendedores, ou as pessoas, que para isso tiverem seu poder, e em outra maneira naõ, as quaes propriedades, que assy se comprarem do dinheiro do dito depozito se declararâ nas escripturas das compras, que dellas se fizerem, que ficaraõ logo dotaes, e tendo natureza de bens dotaes, e juntamente vinculados ao dito morgado, que a dita D. Maria institue de seus bens neste contrato, e em cazo, que nas ditas escripturas se naõ declare, o haõ aqui por declarado, como se real, e expressamente nellas se declararâ, e sendo cazo, que do juro conteudo neste dote, ou do que ao diante se comprar do dinheiro do dito depozito, ou quaesquer outros bens, que forem comprados a retro se remirem, em tal cazo o dinheiro procedido da dita remissaõ se depozitarâ, e empregarâ na forma conteuda neste contrato na maõ dos ditos Depozitarios, ou em outros, que poderaõ nomear como aqui se declara em cazo que faltem os nomeados. E

pellos ditos Condes do Vimiozo, e de Lumyares, D. Fernando de Portugal, D. Miguel de Portugal nos nomes que reprezentaõ foi dito, que elles se obrigaõ a comprir este dote escriptura de obrigaçaõ assy, e da maneira, que nellas se conthem, e a naõ revogarem, nem contradizerem em parte, nem em todo, e os ditos D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal assy o juraõ aos Sanctos Euangelhos em que puzeraõ a maõ conforme a Provizaõ de S. Magestade que dou fe vi, e està assinada pello dito Senhor, a qual he ida a assinar pello dito Senhor com huã apostilla, que se acrecentou na dita Provizaõ, e vindo ella se retificarà este contrato sendo necessario pelos ditos Dom Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, que se tresladarà na dita escriptura, e treslados della, e prometeraõ de naõ aver relaxaçaõ do dito juramento, e que havendoa desde agora a haõ por nulla, e naõ querem uzar della como se havida naõ fora, ratesicando sempre de novo o dito juramento, e desta maneira ouveraõ este contrato por acabado, e se obrigaõ elles, e cada hum pela parte que lhe toca ao ter, comprir, e guardar assy, e da maneira, que nelle se conthem sem falta, nem diminuiçaõ alguma sò expressa obrigaçaõ, que em seus nomes, e no dito nome fazem de seus bens, e rendas, que ao comprimento de todo obrigaraõ, e outorgaraõ responderaõ pello conteudo neste contrato perante os Juizes, e Corregedores do Civel desta Cidade, e Corregedores da Corte, e perante qualquer dos sobreditos Juizes onde, e perante quem este estromento for aprezentado, e se pedir o comprimento delle, para o que renunciaõ seus foros, e domicilio, e todos os mais privilegios, e liberdades posto que incorporados em direito estejaõ, e fereaes geraes, e todas outras exceiçoens, defençoens, de feito, ou de dereito, que por sy, e em seu favor allegar possaõ, de nada gozaraõ salvo todo comprir, e guardar pello modo, que dito he. E declararaõ elles Condes do Vimioso, e de Lumyares, que para averem confirmaçaõ do dito contrato por S. Magestade se fazem hum ao outro Procurador em cauza propia, e cedem, e trespassaõ para o dito effeito todo seu poder comprido, que bastante de direito em tal cazo se requere, e he necessario com toda a livre, e geral admenistraçaõ, e assy disse mais o dito Conde de Lumyares, que sem embargo da Procuraçaõ da dita D. Maria de Mendoça ella outorgara neste contrato per termo, que se farà ao diante, e andarà incorporado nos treslados, que da nota emanarem, e em testemunho de verdade assy o outorgaraõ, e mandaraõ fazer este estromento, e os que comprirem que pediraõ, e aceitaraõ; e eu Tabaliam o aceito em nome das pessoas absentes a que tocar como pessoa publica estepulante, e aceitante; testemunhas que prezente foraõ D. Dyogo de Castro do Conselho de Estado de S. Magestade, e Manoel de Vasconcellos, e D. Nunalvres de Portugal do Conselho de S. Magestade, e elles saõ os proprios, que presente estavaõ, e assinaraõ na nota com as testemunhas, Lourenço de Freytas Tabaliaõ o escrevi. E logo no dito dia, mes, e anno atras escripto em hum dos ditos apozentos em que estava prezente a dita Donna Maria de Mendoça, por mim Tabaliam perante as testemunhas

ao

ao diante nomeadas lhe foi lido, e declarado o eſtromento de contrato de dote, e arras, inſtituiçaõ de morgado, que em ſeu nome, e como ſeu Procurador fez o dito Conde de Lumyares ſeu Irmaõ, e deſpoes de por ella ouvido, e entendidas diſſe, que o aceita, e outorga, e ratefica, e ha por bem todo o conteudo nelle, para ſe comprir, e guardar em todo, e por todo como no dito contrato ſe declara, e ſe obriga o naõ contradirâ em Juizo, nem fora delle para o que ſe ſomete a todas as clauzulas do dito contrato, e a cada huma dellas, como ſe de todas fizera aqui expreſſa, e declarada mençaõ, ao comprimento do que obriga ſeus bens, e rendas havidos, e por aver, e aſſy o aceitou, e mandou fazer eſte termo para andar incorporado ao dito contrato, e treslados delle, que eu Tabaliam aceito por quem tocar abſente como peſſoa publica eſtepulante, e aceitante; teſtemunhas que prezentes foraõ, Joaõ de Velaco Gallarde, e Luis Ribeiro de Gamboa, criados do dito Conde de Lumyares, e a dita Donna Maria de Mendoça aſſinou na nota com as teſtemunhas, Lourenço de Freytas Tabaliaõ o eſcrevi. Por eſta por mim feita, e aſſinada faço meu Procurador ao Conde de Lumyares meu Irmaõ para que em meu nome poſſa prometer em dote a Dom Affonſo de Portugal, Conde do Vimiozo toda a fazenda, que me coube de legitima per falecimento dos Marquezes de Caſtel Rodrigo, que Deos tem, e aſſy a que me pertence do legado, que me deixou D. Margayda Coutinha, Condeſſa de Portalegre, minha Irmã, que eſteja em gloria, e poderâ o dito meu Irmaõ inſtituir morgado na eſcriptura do dito dote de todos os bens delle, e em huã, e outra couſa poer todas as clauſulas, condiçoens, penas, e obrigaçoens deſaforamentos, que forem neceſſarios, e lhe parecerem, e jurar o dito contrato todo com livre, e geral admeniſtraçaõ, e para iſto obrigarâ os ditos meus bens como eu em peſſoa; feita em Lisboa a dezanove de Novembro de ſeiſcentos e dezaſeis; Donna Maria de Mendoça. Eu ElRey faço ſaber aos que eſte Alvara virem, que havendo reſpeito ao que me enviou dizer por ſua petiçaõ D. Affonſo de Portugal, e ao Procurador de minha Coroa, a que della ſe deu viſta naõ ter duvida a ſe lhe conceder o que nella pedia; ey por bem, e me praz de lhe fazer merce, e conceder licença, que elle poſſa obrigar a ſegurança do dote, e arras, que promete a D. Maria de Mendoça, filha do Marques de Caſtel Rodrigo, que Deos perdoe com quem eſtâ concertado de cazar, as rendas de ſua Caza aſſy do morgado patrimonial, como da Coroa de modo, que o ſucceſſor, que nelles ouver de ſucceder conforme as doaçoens, e inſtituiçoẽs fique obrigado a pagar as ditas arras, e dote daquilo a que naõ chegarem os bens, e fazenda livre, que elle D. Affonſo de Portugal poſſuir. E mando às Juſtiças, officiaes, e peſſoas a que o conhecimento diſto pertencer, que cumpraõ, e guardem eſte Alvarâ como ſe nelle conthem, o qual quero, que valha, tenha força, e vigor, poſto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno ſem embargo da ordenaçaõ em contrario. Franciſco Ferreira o fez em Lisboa a trinta de Setembro de ſeiſcentos e dezaſeis. Joaõ Pereyra de Caſtelbranco o fez eſcrever. Eu ElRey faço

ço ſaber aos que eſte Alvara virem, que havendo reſpeito ao que me enviou dizer por ſua petiçaõ D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal filhos do Conde do Vimioſo D. Luis de Portugal, e viſto as couzas, que allegaõ; ey por bem, e me praz de lhes ſupprir a idade para fazerem o contrato ſobre as arras, que D. Affonſo de Portugal ſeu Irmaõ ha de dar a D. Maria de Mendoça, filha de D. Chriſtovaõ de Moura, Marques de Caſtel Rodrigo, que Deos perdoe com quem ora eſtâ concertado para cazar, o qual contrato ſerâ firme, e valiozo, como ſe elles foraõ mayores de vinte e ſinco annos, e outro ſy hey por bem, que o Tabaliam, que fizer a eſcriptura delle poſſa poer o juramento das partes ſem por iſſo encorrer em pena alguma, ſem embargo da ordenaçaõ em contrario, e mando as juſtiças, officiaes, e peſſoas, a que o conhecimento diſto pertencer, que cumpraõ, e guardem eſte alvara como nelle ſe conthem; Franciſco Ferreira o fez em Lisboa a dezaſeis de Outubro de mil e ſeiſcentos e dezaſeis, Joaõ Pereyra de Caſtelbranco o fes eſcrever. Ey por bem, que o Alvara atras eſcripto ſe entenda tambem no contrato ſobre a ſegurança do dote, que D. Affonſo de Portugal ha de dar a D. Maria de Mendoça com quem eſtâ contratado para cazar, aſſy como ſe nelle declara da ſegurança das arras, que a dita D. Maria ha de aver, e para eſte effeito ſuppro as idades a D. Fernando de Portugal, e a D. Miguel de Portugal, Irmaõs do dito D. Affonſo de Portugal, e que o Tabaliaõ poſſa tambem poer o juramento das partes no dito contrato da ſegurança do dote ſem por iſſo encorrer em pena alguma, como no dito Alvara he declarado, o qual ſe comprirâ, e aſſy eſta apoſtila inteiramente como nella ſe conthem; Franciſco Ferreira a fez em Lisboa a catorze de Novembro de mil e ſeiſcentos e dezaſeis; Joaõ Pereira de Caſtelbranco a fez eſcrever. E treſladados a dita Procuraçaõ, e Alvaras de S. Mageſtade poſtilla, e o mais nelles eſcripto concertei tudo com os propios com o Tabaliaõ abaixo aſſinado, e a dita procuraçaõ, alvarâs tornei a Jeronimo de Paiva, criado do dito Conde de Lumyares que os levou, e para que conſte aſſinou aqui. Lourenço de Freytas Tabaliaõ publico de notas por ElRey noſſo Senhor neſta Cidade de Lisboa, e ſeus termos, que eſte eſtromento em meu livro de notas tomey, e delle o fiz treslądar concertey, ſobeſcrevi, e aſſiney de meu ſinal publico. Saibaõ quantos eſta eſcritura de rateficaçaõ, declaraçaõ, e obrigaçaõ virem, que no anno do Naſcimento de Noſſo Senhor Jeſus Chriſto de mil ſeiſcentos e dezaſeis, em doze dias do mes de Dezembro na Cidade de Lisboa nos apozentos de D. Manoel de Moura Corte-Real, Conde de Lumiares, Comendador mayor da Ordem, e milicia de Alcantara, Gentilhomem da Camera do Principe noſſo Senhor, Capitaõ, e Alcayde môr das Ilhas Terceyra, Saõ Jorge, Fayal, e Pico, eſtando ahy preſentes D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, filhos do Conde do Vimiozo D. Luis de Portugal por elles foi dito em prezença de mim Tabaliam, e teſtemunhas ao diante nomeadas, que na eſcriptura de dote, que ſe fez entre D. Maria de Mendoça, filha dos Marquezes de Caſtel Rodrigo, que Deos tem, e entre D.

Affonſo

Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo, seu Irmaõ feita neste mesmo livro, em dezanove dias do mes de Novembro proximo elles D. Fernando, e Dom Miguel se obrigaõ cada hum por si, a que sendo cazo, que per falecimento do dito D. Affonso, Conde do Vimioso, seu Irmaõ succedessem em sua Caza, e estado pagariaõ a dita D. Maria de Mendoça pellos bens da Coroa, e morgado da dita Caza em que succedessem toda a contia do dote, e arras, que naõ fosse entregue a dita D. Maria, e seus herdeiros, no qual contrato se obrigaraõ ao comprimento do sobredito debaixo do juramento que lhes foi dado em virtude de huã provizaõ de S. Magestade que ouve por bem, que se pudesse poer o dito juramento no dito contrato, e lhes supprio as idades a elle D. Fernando, e D. Miguel para poderem fazer o dito contrato, e porem por a provisaõ do dito Senhor ser diminuta em tratar somente da obrigaçaõ do pagamento das ditas arras se pedio supprimento della a S. Magestade, para que fosse servido, que elles D. Fernando, e D. Miguel se pudessem tambem obrigar a segurança do dito dote, e S. Magestade o ouve assy por bem, e ao tempo que assy se fez a escriptura do dito dote era mandado passar pello dito Senhor a postilla para se poder fazer a dita obrigaçaõ para segurança do dote, que era ida a assinar à Corte pelo dito Senhor, e porque ora veyo assinada a dita apostilla por S. Magestade disseraõ mais os ditos D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, que em virtude da dita provisaõ se obrigaõ como de feito de novo obrigaraõ a que sendo cazo, que cada hum delles succeda na dita Caza, e morgado do Conde do Vimioso cada hum por sy *in solidum* se obriga, e de feito obrigou pagar a dita D. Maria de Mendoça, Condessa do Vimioso, ou a seus herdeiros tudo aquillo, que estiver por pagar, e lhe for devido para comprimento de seu dote, e arras, com todas as clauzulas, penas, obrigaçoens, renunciaçoens, desaforamento conteudas, e declaradas na escriptura do dito dote, que todas haõ por expressas nesta escriptura como se realmente nella se incorporaraõ, e conforme a postilla, e alvara de S. Magestade, que atras fica tresladada junto a escriptura do dito contrato de dote. Juraraõ aos Santos Evangelhos sobre hum livro de rezar, que os tinha em que puzeraõ as maõs de cumprir, e guardar todo o sobredito, e naõ averaõ relaxaçaõ deste juramento, e que havendoa desde agora a haõ por de nenhum effeito, e naõ querem uzar della como se havida naõ fora, rateficando sempre de novo o dito juramento, e naõ iraõ contra esta obrigaçaõ em parte, nem em todo em Juizo, nem fora delle de feito, nem de dereito, e responderaõ pello conteudo nella perante os Juizes, e Corregedores do Civel, e da Corte desta Cidade, e perante qualquer dos sobreditos Juizes, onde, e perante quem este estromento for aprezentado, e se pedir o comprimento delle, para o que renunciaõ seu foro, e domicilio, e todos os mais privilegios, e liberdades, posto que incorporados em direito estejaõ, e todas outras exceiçoens, defensoens de feito, ou de dereito que por sy, e em seu favor allegar possaõ, de nada gozaraõ salvo todo comprir, e guardar pelo modo, que dito he, e ao comprimento obrigaõ seus

ſeus bens havidos, e por aver, e em teſtemunho de verdade aſſy o outorgaraõ, e mandaraõ fazer eſte eſtromento, e os que comprirem que pediraõ, e aceitaraõ, e eu Tabaliam o aceito por quem tocar abſente como peſſoa publica eſtipulante, e aceitante; teſtemunhas que prezentes foraõ Jeronimo de Payva, criado do dito Conde de Lumyares, e Vicente Moniz criado do dito D. Fernando, e os ditos D. Fernando, e D. Miguel de Portugal aſſinaraõ na nota com as teſtemunhas, Lourenço de Freytas Tabaliaõ o eſcrevi. E declaraõ, que eſta eſcriptura ſe aſſinou em dezaſeis dias do dito mes de Dezembro, e anno prezente de ſeiſcentos e dezaſeis. E poſto que continuado nos apoſentos do dito Conde de Lumyares aſſinouſe nos apoſentos de D. Miguel de Caſtro, Arcebiſpo deſta Cidade, do Conſelho de Eſtado de S. Mageſtade, e ſeu Viſo-Rey neſte Reyno, eſtando preſente os ditos D. Fernando, e D. Miguel de Portugal, e por teſtemunhas os ditos, dito o eſcrevi; Lourenço de Freytas Tabaliam publico de notas por ElRey noſſo Senhor neſta Cidade de Lisboa, e ſeus termos, que eſte eſtromento em meu livro de notas tomei, e delle o fis tresladar, concertey, ſobeſcrevy, e aſſiney de meu publico ſinal. Pagou deſte treslado, e do treslado do contrato de dote atras, mil e ſeiſcentos reis. Concertado por mim Tabaliaõ Lourenço de Freytas. Pedindome os ditos Conde, e Condeſſa do Vimioſo Dom Affonſo de Portugal, e Donna Maria de Mendoça, que por quanto na dita eſcriptura de dote ſe contrataraõ a que averiaõ confirmaçaõ minha aſſy da eſcriptura do dito dote, como da inſtituiçaõ de morgado nella declarado, ouveſſe por bem de lha confirmar; e antes de lhes dar deſpacho, mandey dar viſta da dita petiçaõ, contrato, e Inſtituiçaõ de morgado, ao meu Procurador da Coroa; e viſta ſua repoſta, e havendo reſpeito ao que o dito Conde, e Condeſſa pella dita petiçaõ me enviaraõ pedir para que a Inſtituiçaõ do dito morgado ſe perpetue na ſua geraçaõ, e ſucceſſaõ de ſeus deſcendentes; e por lhe fazer merce, ey por bem e me praz de confirmar, e approvar como de feito por eſta prezente Carta confirmo, e approvo, e hey por confirmada, e approvada a dita eſcriptura de contrato de dote, e inſtituiçaõ de morgado nella incorporada, e quero que ſe cumpra, e guarde inteiramente com todas as clauzulas condiçoens, declaraçoens, e obrigaçoens, que nellas he contheudo, e declarado, excepto a condiçaõ, e declaraçaõ de a Condeſſa ficar em poſſe, e Cabeça de Caſal ſeparando-ſe o matrimonio dos bens da Coroa, e dos de morgado antigo atê ſer entregue de ſeu dote, e arras, por quanto pella dita repoſta do dito meu Procurador da Coroa, que vio tudo o que na dita eſcriptura ſe conthem, me praz, e hey por bem, que todas as mais condiçoens, e declaraçoens della ſe cumpraõ, e guardem como ſe nella conthem, e ſejaõ firmes, e valioſas para ſempre, o que aſſy ey por bem de meu proprio motu, certa ſciencia, poder Real, e abſoluto, e iſto ſem embargo da Ordenaçaõ do livro quarto, titulo noventa e ſinco §. primeiro, e do direito que diz, que ſe naõ poſſaõ dar fiadores à reſtituiçaõ do dote, e de quaeſquer Leys, Regimentos, e de outras Ordenaçoens, grozas, e opinioens

nioens de Doctores, que em contrario disto aja, ou possa aver, porque todas ey por derrogadas, cassadas, e annulladas, e quero que se naõ entendaõ, nem cumpraõ, em quanto forem contra o contheudo no dito contrato de dote, e instituiçaõ de morgado, sem embargo da Ordenaçaõ do livro segundo titulo 44. que dispoem, que se naõ entenda nunca ser por mim derrogada Ordenaçaõ, se della, ou da sustancia della naõ fizer expressa, e declarada mençaõ, e por firmeza disso lhe mandey dar esta Carta por mim assinada, e assellada do meu Sello de chumbo pendente. Miguel de Azevedo a fez em Lisboa a vinte e quatro de Janeyro, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e vinte — diz nas antrelinhas, tabaliaõ — a dita, e anno presente — Joaõ da Costa a fez escrever.

ELREY.

Consulta, que se fez a ElRey D. Filippe IV. sobre as pertenções do Conde do Vimioso. Está no Cartorio da dita Casa, donde a copiey.

Num. 44.
An. 1628.

PArecio a la Junta, que aun que Don Francisco de Portugal hijo mayor de Don Affonso Conde do Vimiozo, hermano de Don Luis, que oy esta profeço en la Orden de Sancto Domingo, Padre del Conde do Vimiozo, cometiò gravissimo delicto, en seguir a Don Antonio Prior do Crato, siendo en Portugal llevantado del Pueblo por Rey, antes de la cauza de la succession estar sentenciada; con todo teniendo consideracion a Don Luis Padre del Conde de Vimiozo, nò ser descendiente, y cazo que lo fuera, los hijos nascidos antes del dilicto de leza Magestad devina cometido por su Padre, no les prejudica, y descender esta caza, por linea mascolina de los Reys de Portugal, y convenir que este cazo si fuera possible se sumergiera, y no aver remedio mas yficas que usar V. Magestad de sua Real clemencia, teniendo juntamente conciderацion a que el Conde de Vimiozo, estando actualmente en esta Corte, en requerimento de sus pertenciones, siendo Señor de su Caza dexando muger, y hijos, prostado a los pies de V. Magestad se ofrecio para la jornada de la restauracion de la Baya, y pronctamente se fue a embarquar, dando con su exemplo motivo, a que tanta nobleza fuese a servir a V. Magestad daqui a dos mil leguas, con tanta satisfacion, y gasto, como consta de la Carta incluza, que Don Fadrique de Toledo escrive a V. Magestad. Que V. Magestad por todas sus acciones, y servisios le aga merced del acostamiento del Conde pariente, teniendo concideracion a ser el Conde de Vimiozo, descendiente por linea mascolina de los Reys de Portugal, conservandosse esta prerogativa tantos años solo en su Caza, y que despues de estar ordenado, que no se diesse el acostamiento del Conde pariente a ninguna persona se dio al Conde D. Affonso su Aguelo, por averlo tenido su Caza. Y del titolo de Conde de Juro, conforme a la ley mental, el qual vaca no

teniendo hijo varon a la hora de su muerte, aun que tenga hija, nietos, ò hermanos, y de promessa de meiora de una encomienda de dos mil cruzados hasta tres, y de un Alvara de lembrança, para cazamiento de una hija, en los bienes de la Corona, y ordenes, que tubiere la persona que con ella cazare. El Padre Confessor añade que V. Magestad le aga merced de promessa de una ayuda de costa de hasta seis mil ducados, que no salga de la azienda Real, con declaracion que hara dessistencia de todas sus aciones, y pertenciones que tiene, y dado cazo que el ho alguno de sus descendentes hable en ellas no pueda ser oydo, sin que primero deposite en mano de los thezoreros Reales, todo lo que tubiere recebido, y para este efecto los aya por abonados. El Duque de Villa hermoza dice, que tiene la persona del Conde do Vimiozo, por merecedora de que V. Magestad le aga toda la honrra, y merced que fuere justo, por el buen modo con que sirvio en la jornada de la Baya; y para que le sea presente a V. Magestad el estado de sus pertenciones, con distincion clara en cada una dellas en particular. La una es fundada en el Alvara de promessa, que se hizo al Marques de Castel Rodrigo, que este en el Cielo, para cazamiento de una hija, que el aplico, a la que se cazo con el Marques de Gouvea siendo Conde de Portalegre, y porque murio sin dexar hijo en quien se cumpliessen algunas de las mercedes que V. Magestad le avia hecho, en virtud del Alvara de promessa de cazamiento, pedio el Marques que oy vive, que se diesse el Alvara para la otra hermana, que cazo con el Conde do Vimiozo, y ElRey D. Phelipe III. que esta en el Cielo se lo consedio, declarando que quando se lo cumpliesse se tendria respecto a la merced con que avia quedado el Conde de Portalegre. Y consultandosse por el Consejo las mercedes que parecio que se avian de hazer al Conde do Vimiozo, por este cazamiento, con esta concideracion se dixo entre otras cozas, conformandosse con el parecer del Conde D. Diego de Silva, que aviendo V. Magestad de aser merced del assentamiento a alguna persona, la hiziera al Conde. V. Magestad fue servido responder que seria bien, que antes de tomar resulucion en esta Consulta, dixesse el Consejo el pro, y contra, que se ofresiesse en dar, y negar estos acostamientos, y qual es el costumbre de Portugal en ellos, y el fundamiento della, y aviendolo cumplido el Consejo, le hizo V. Magestad las mas mercedes que se le consultaron, y nego esta por las consequencias. Ya si le paresse que deve V. Magestad ser servido de mandar ver esta Consulta, antes de tomar resolucion en el punto del assentamiento, por ser coza que V. Magestad tiene ya jusgada por essencial para ella siendo la rezolucion; la otra se funda en el servicio, que hizo en la jornada de la Baya, para este advierte que V. Magestad mando passar una provision general, en que le asia merced a todos los que fuessen en aquella jornada, de los bienes que tubiessen de la Corona, y de las Ordenes para un hijo, y conforme a esto deve gosar de la merced que ya le esta echa, y le parecia que de mas della le podria V. Magestad hazer merced darle otra vida mas en estos bienes; y de promessa de mejora de encomienda,

comienda, que valga mil ducados, mas de las que tiene, y de un Alvara de lembrança, para cazamiento de una hija; y no vota en que se le de el titulo de juro, porque no se ha dado a los de mas titolos que fueron a esta jornada, y entiende que se en Portugal se van dando de juro las Cazas que se tienen en vidas, se vendra a impossibilitar el servicio de V. Magestad en aquel Reyno, y anssy lo entendieron los Reys del, y se ve por la experiencia desta mesma jornada del Brasil, que no fue en ella ninguno de los titolos de juro; la ultima pretencion fundada en los derechos de su Padre, y pretenciones de las perdidas, y danos de lo que se le nego, es de gran consideracion, el abrir la puerta a ella, y convendra que antes, que se tomasse por fundamiento para azer merced por elle se viessen todos los papeles, que ay de los Señores Reys D. Pheliphe II. y III. porque sin ellos no podra tener entera noticia de lo que ha passado. V. Magestad resolvera lo que fuere servido, Madrid 11. de Junio de 1628.

El Presidente Cardenal frexo, el Duque de Villa hermoza, el Padre Confessor, D. Joaõ de Chaves, D. Antonio Pereira.

Portaria delRey D. Filippe III. do titulo de Conde de Vimioso, de juro, e outras merces feitas ao Conde D. Affonso de Portugal, treslado authentico. Está no Cartorio da dita Casa, maço 75, num. 444.

Num. 45.
An. 1633.

ELRey nosso Senhor havendo respeito a qualidade do Conde do Vimioso e ao que lhe representou dos serviços de seus passados e seus, e ao bem que servio na jornada do Brasil na recuperaçaõ da Bahia de todos os Sanctos: e folgar por tudo e por seus merecimentos de lhe fazer merce conforme a boa vontade que lhe tem esperando delle que sempre lhe servira correspondendo nisso a quem he: ha por bem de lha fazer do assentamento de Conde parente em sua vida: e do titulo de Conde de juro conforme a ley mental: e que seja melhorado de Comenda em huã de dous ate tres mil cruzados e a conta disso lhe faz S. Magestade merce da Comenda de Sanctiago de Andraẽs do Arcebispado de Braga da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo que vagou por morte de D. Joaõ dalmeida ultimo possuidor que della foy: e da Comenda de Saõ Miguel do Souto da dita Ordem do Bispado do Porto que vagou por falecimento de Manoel Mascarenhas homem, com declaraçaõ que naõ havera os fructos que della cobrou por alvara de admenistraçaõ Rodrigo homem da Silva filho do dito Manoel Mascarenhas a quem estava dada a mesma Comenda e morreo sem ter tomado posse della: e assy lhe faz S. Magestade merce de hum alvara de lembrança, para cazamento de huã filha nos bens que tiver da Coroa, e ordens a pessoa que com ella casar en Madrid a 9 de Dezembro de 1629, Gabriel dalmeida de Vasconcellos, e naõ dizia mais a dita portaria e ao pe della estava o seguinte.

ElRey nosso Senhor ha por bem que se fassa obra pela portaria asima sem embargo de ser passado o tempo em que se ouvera de fazer, Lisboa a 31. de Janeiro de 633.

Phellippe da mesquita.

Carta de Marquez de Aguiar a D. Affonso de Portugal. Original.

Num. 46.
An. 1643.

DOm Joaõ por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Affrica, Senhor de Guine, e da Conquista, navegaçaõ, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Perzia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que havendo respeito a pessoa, e Caza do Conde do Vimiozo, Dom Affonso de Portugal, meu muito amado sobrinho, do meu Conselho de Estado, e aos muitos, e muy particulares serviços, que me tem feito na defensaõ deste Reyno, mostrando sempre a meu serviço, taõ inteira lealdade, como deve a quem he, e haquelles de que descende, e tendo outro sy consideraçaõ a seus muitos merecimentos, e qualidades, por folgar em tudo de lhe fazer merce, conforme o contentamento, que sempre tive de sua pessoa, e particularmente a seu sangue, e devido que comigo tem, esperando delle, que me sabera merecer, e servir muito a minha satisfaçaõ, a merce, e honra que lhe fizer, por todos estes respeitos, e pella boa vontade, que lhe tenho: Hey por bem, e me praz, de lha fazer entre outras (de que lhe mandei passar despachos) do titulo de Marquez de Aguiar, em sua vida, com o assentamento, insignias, honras, preheminencias, prerogativas, graças, e izençoens, liberdades, privilegios, e franquezas, que tem, e de que conforme a direito, e costume antigo, uzaõ, e sempre uzaraõ, e devem uzar os Marquezes de meus Reynos, e Senhorios, dos quaes em todo, e por todo, quero, e mando que elle inteiramente uze, e possa uzar, e lhe sejaõ goardados em todos os actos, e tempos, sem duvida, nem mingoamento algum, que assy he minha vontade, e merce; e por firmeza de tudo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, e sellada do meu Sello pendente. Dada na Cidade de Evora, aos oito do mes de Setembro. Joaõ Pereyra de Souttomayor a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e seiscentos e quarenta e tres. Pedro Vieyra da Silva o fez escrever.

ELREY.

Carta de Marquez do Conde D. Francisco de Portugal, de que consta a transacçaõ, que fez com a Coroa, sobre a Capitanîa de Pernambuco, copiada do Original.

Num. 47.
An. 1716.

DOm Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, navegaçaõ, e Comercio da Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que por parte do Conde do Vimioso, Dom Francisco de Portugal, me foi apresentado hum Alvará do theor seguinte. Eu ElRey faço saber aos que este meu Alvará virem, que tendo respeito a me representar o Conde do Vimioso, Dom Francisco de Portugal, que elle desejava entrar em composiçaõ, na causa, que movia ao Procurador de minha Coroa, sobre a Capitanîa de Pernambuco, de que já tinha alcançado Sentença contra elle, pelo que respeitava aos frutos, fuy servido ordenar ao mesmo Procurador da Coroa, que tendo respeito a haver pedido revista da dita Sentença, e esta naõ estar ainda liquida conferisse, e praticasse com o Conde algum ajuste, que me fosse conveniente, e ao mesmo Conde, para assim cessar a causa, e sua execuçaõ, se eu o approvasse, e houvesse por bom. E sendome hora presente, que o dito Procurador da Coroa, debaixo da referida condiçaõ, tinha conferido com o Conde, que desistindo elle da dita causa, e Sentença, que tinha alcançado sobre os frutos, e de todo, e qualquer direito, que tivesse, ou pudesse ter à propriedade da dita Capitanîa, eu lhe faria merce do titulo de Marquez em duas vidas, para elle, e seu filho, duas na de Conde de Vimioso, para filho, e neto, huma nas Commendas, que ao presente logra, e de oitenta mil cruzados por huma só vez, consignados, e pagos no rendimento da mesma Capitanîa, em dez annos, a oito mil cruzados cada hum; e considerando eu, que este ajuste será util, e conveniente à Coroa, hey por bem de o approvar, ratificar, e confirmar, assim como fica referido; e para se reduzir a escritura publica, ou termo judicial, com todas as clausulas, que em direito forem necessarias, por este dou poder a Francisco Mendes Galvaõ, do meu Conselho, meu Desembargador do Paço, e Procurador da dita Coroa, para que na fórma referida o possa concluir com o dito Conde, e constando, que está feita a dita escritura publica, ou termo de desistencia, e transacçaõ, e que está julgado por Sentença no Juizo da Coroa, se passaráõ ao Conde, pelas partes a que tocar, os despachos necessarios. Caetano de Sousa e Andrade o fez em Lisboa, aos dezaseis dias do mez de Janeiro de mil setecentos e dezaseis. Diogo de Mendoça Corte-Real o sobscrevi. Pedindome o dito Conde, que por quanto tinha dado cumprimento à condiçaõ do dito Alvará havendo feito o termo de desistencia, e transacçaõ, e estava julgado por Sentença, que apresentou, lhe mandasse passar Carta do titulo de Marquez da Villa de Valença, havendo eu a isso respeito, e à boa vontade, que lhe tenho, esperando

rando de quem elle he, e dos de que descende, me saberá merecer, e servir, toda a honra, e merce, que lhe fizer, me praz, e hey por bem fazerlha do titulo de Marquez da Villa de Valença, em sua vida, para que seja, e se chame Marquez da dita Villa, e goze de todas as honras, preeminencias, privilegios, prerogativas, authoridades, graças, liberdades, e franquezas, que haõ, e tem, e de que gozaõ, e usaõ, e sempre usaraõ os Marquezes deste Reyno, assim como por direito, e antigo costume delle lhe pertence, das quaes em todo, e por todo quero, e mando, que elle inteiramente goze, use, e possa usar, e que lhe sejaõ guardadas em todos os actos, e tempos, em que por direito, uso, e costume deve dellas usar, sem a isso se lhe pôr duvida, nem impedimento algum, porque assim he minha vontade, e merce, com o qual titulo de Marquez haverá de assentamento em cada hum anno, o que direitamente lhe pertence, de que se lhe passará Provizaõ pelo Conselho da Fazenda, e por firmeza de todo, lhe mandey dar a presente por mim assinada, passada pela Chancellaria, e sellada com o Sello pendente della, e constou por Certidaõ dos Officiaes dos novos direitos, naõ os dever desta merce, por assim se determinar, e no Alvará referido, e em seu Registo se poraõ as verbas necessarias, de como fica extincta a primeira vida no dito titulo de Marquez. Dada nesta Cidade de Lisboa, aos dez dias do mez de Março. Antonio de Oliveira de Carvalho a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo, de mil setecentos e dezaseis. Diogo de Mendoça Corte-Real a subscrevi.

ELREY.

Bulla do Papa Clemente VII. em que dá poderes de Legado à Latere, e faz Nuncio a ElRey D. Joaõ III. a D. Martinho de Portugal. Authentica, que tenho em meu poder.

Num. 48.
An. 1527.

IN Nomine Domini Amen. Saibaõ quantos este prezente publico Instromento de transumpto dado ex officio virem, que no anno do nascimento de N. Senhor JESU Christo de mil e quinhentos e vinte sete ao primeiro dia do mes doutubro em ho Moesteiro de S. George dapar da Cidade de Coimbra estando hy o Illustre, e Muito Reverendo Senhor D. Martinho de Portugal a ElRey N. Senhor pello nosso muy Santo Padre Clemente Septimo, ora na Igreja de Deos Presidente, e pela Santa See Apostolica por Nuncio, e Embaixador com plena potestate legati de latere emviado, &c. Logo hy em prezença de mym publico Notairo infra nomeado, e das testemunhas adiante escriptas pelo dicto Senhor D. Martinho me foi aprezentada huma Bulla de S. Sanctidade em que se conthem as faculdades que S. Sanctidade lhe concedeo escripta em porgaminho bullada da sua verdadeira Bulla em pedente por cordel de linho de canamo segundo uso, e modo de Corte de Roma saã, e carecente de todo vicio, e suspei-

suspeiçaõ segundo pela prima facie parecia da qual o trelado de verbo ad verbum he o seguinte.

CLEMENS EPISCOPUS Servus Servorum Dei. Dilecto filio Martino à Portugallia ad Carissimum in Christo filium nostrum Johannem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem Illustrem nostro, & apostolicæ Sedis cum plena potestate Legati de latere Nuntio, & Oratori salutem, & apostolicam benedictionem. Cum Nos hodie te ad Carissimum in Christo filium nostrum Johannem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem Illustrem, ejusque Regna, Civitates, Terras, & loca sibi mediate, & immediate subjecta pro nonnullis nostris, & Sanctæ Romanæ Ecclesiæ arduis negotijs nostrum, & Apostolicæ Sedis Nuntium, & Oratorem cum plena potestate Legati de latere duxerimus destinandum. Nos cupientes ut erga personas in Civitatibus, terris, locis, & Regnis predictis residentes, ac familiares continuos conmensales tuos quos tecum ducis te possis reddere gratiosum discretioni tuæ de qua in hijs, & alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus tibi Officium Tabellionatus quibuscunque personis idoneis recepto ab eis juramento in forma solita concedendi, illosque Tabelliones creandi, ac de dicto Officio investiendi, necnon legitimandi spurios, naturales, bastardos, manseres, nothos, incestuosos copulative, vel disjunctive ex quorumcumque illicito, & dampnato coitu procreatos viventibus, vel etiam mortuis eorum parentibus, itaut ad paternam, & alias successiones quorumcunque bonorum admiti, & in illis succedere valeant absque tamen prejuditio illorum qui ad predictas successiones si personæ quibus succederent ab instetato de jure admiti deberent, & etiam ad honores, dignitates, gradus, & Officia secularia publica, & privata recipi, & assumi illaque gerere, & exercere possint, ac si de legitimo matrimonio procreati essent, illosque ad jura naturæ, & quoslibet actus legitimos restituendi, & reintegrandi. Ac etiam quorumcunque beneficiorum ecclesiasticorum cum cura, & sine cura secularium, & quorumvis Ordinum Regularium, etiam quæ dictæ Sedi ex quavis causa preterquam ratione Officialium Sedis prædictæ, & Romani Curiæ actu Officia sua exercentium generaliter reservata fuerint resignationes simpliciter, vel ex causa premutationis, aut Comendatorum, ac etiam litigiosum extra Romanam Curiam cessiones, litis, & juris recipiendi, & admitendi, ac causas desuper pendentes advocandi, & lites hujusmodi penitus extinguendi, dictaque beneficia tam simpliciter, quam ex eadem causa, & alia quecumque, & qualiacumque infra limites dictorum Regnorum, & locorum existentia quomodocumque vacantia, & vacatum etiamsi de jure patronatus laicorum, & etiam preterquam, ut supra aut ratione vacationis illorum apud Sedem prædictam, vel familiaritatis continue conmensalitatis nostræ, seu dictæ Sanctæ Romanæ Ecclesiæ aliquorum Cardinalium viventium reservata, vel affecta fuerint, ac dummodo inter ipsa omnia per obitum vacantia plura quam quinquaginta reservata, vel affecta non sint personis idoneis, etiam quæcumque, quotcumque, & qualiacumque beneficia ecclesiastica cum cura, & sine cura obtinentibus, & expectantibus conferendi regularia tantum

tantum ad vitam, vel ad tempus commendandi, illaque, seu secularia beneficia ad vitam, vel ad tempus uniendi, ac super resignatorum, seu alias dimissorum beneficiorum fructibus, redditibus, & proventibus, quascumque pensiones annuas, non tamen tertiam partem fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi excedentes predictis resignantibus, vel cedentibus quoad vixerint per beneficia hujusmodi pro tempore obtinentes annis singulis in terminis, & locis concordandis, seu statuendis, etiam sub privationis, & alijs pennis, sententijs, & censuris in talibus apponi solitis persolvendas de consensu illorum, qui dictas pensiones solvere habebunt reservandi, constituendi, & assignandi, necnon statutis, & consuetudinibus ecclesiarum in quibus singula beneficia hujusmodi forsan fuerint, etiam juramento confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis derrogandi. Ac cum quibusvis personis in dictis Regnis, & dominijs constitutis tunc in tertio & quarto simul consanguinitatis, vel affinitatis gradibus impeditis, & inter se matrimonialiter copulatis, ac in contractis per eos matrimonijs, etiam scienter eosdem contrahentes ab hujusmodi excessu, ac censuris, & penis quas propterea incurrerint absolvendi remanere possint prolem susceptam, & suscipiendam exinde ligitimam decernendi, necnon cum quibusvis personis super quibusvis Natalium defectibus, & irregularitatibus quas aliqui censuris ecclesiasticis ligati missas, & alia divina officia celebrando, aut alias se illis immiscendo quomodolibet, non tamen in contemptum clavium contraxerint, ut ad ordines etiam sacros, & presbiteratus promoveri, ac in illis, & per eos susceptis, & suscipiendis ordinibus, etiam in Altaris ministerio ministrare, ac quæcumque, quotcumque, & qualiacumque beneficia ecclesiastica cum cura, & sine cura se invicem compatientia, etiamsi dignitates, personatus, administrationes, vel Officia in dictis Ecclesijs, & hujusmodi dignitates curatæ, vel electivæ fuerint si eis canonice conferantur, aut eligantur, presententur, vel alias assumantur ad illa, & instituantur in eis recipere, & quoad vixerint retinere libere, & licite valeant, & insuper cum quibusvis personis in vigesimo eorum etatis anno constitutis ad obtinendum unum beneficium ecclesiasticum cum cura, etiamsi Parrochialis Ecclesia, vel ejus perpetua Vicaria, aut alias, ut prefert, qualificatum fuerit dispensandi, necnon duodecim Comites Palatinos, & totidem Accolitos, & Capellanos creandi, ac etiam duodecim in nostros, & apostolicæ Sedis Notarios auctoritate apostolica recipiendi, ac aliorum nostrorum, & dictæ Sedis Notariorum, & Accolitorum, Capellanorum, & Aulæ nostræ Lateranensis Comitum Palatinorum numero, & consortio respective favorabiliter aggregandi, ita quod omnibus, & singulis privilegijs, prerogativis, honoribus, exemptionibus, gratijs, libertatibus, immunitatibus, & indultis gaudeant, & utantur quibus alij nostri, & dictæ Sedis Notarij, & Accoliti, Capellani, ac Aulæ nostræ Lateranensis Comites Palatini utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, potiri, & gaudere poterunt quomodolibet in futurum exhibendique, & exhiberi faciendi eis insignia Notariatus hujusmodi recepto prius tamen ab eis solito juramento, & decem Milites Auratos,

&

& Poetas lauratos, ac quaſcumque perſonas ſufficientes, & idoneos volentes, ſe ad doctoratus, ſeu licenciaturæ, & Bachalariatus in utroque, vel altero jurium, & ad Magiſterij tam in Theologia, quam in Artibus, & Medicina, vel alias graves previo examine rigoroſo, & diligenti, ac ſervatis Conſtitutione Viennenſe, & alijs ſolemnitatibus in talibus adhiberi ſolitis promovendi, ſeu promoveri, atque gradus hujuſmodi, & inſignia ſolita, & debita conferendi, ac exhibendi, ſeu exhiberi, & conferri faciendi eiſque quod omnibus, & ſingulis gratijs, privilegijs, & libertatibus, & indultis quibus alij Milites aurati, ac per te Laureati, per nos, & Sedem Apoſtolicam creati, & inſtituti, necnon ad hujuſmodi gradus in Univerſitatibus ſtudiorum generalium juxta illorum ritus, & mores, ac ſervatis ſervandis promoti utuntur, potiuntur, & gaudent, ſeu uti, potiri, & gaudere poterunt quomodolibet in futurum uti potiri, & gaudere libere, & licite poſſint, & debeant indulgendi. Ac cum triginta perſonis, ut quæcumque duo curata, ſeu alias invicem incompatibilia beneficia eccleſiaſtica, etiamſi Parrochiales Eccleſiæ, vel earum perpetuæ Vicariæ, aut dignitates, perſonatus adminiſtrationes, vel officia in Cathedralibus etiam Metropolitañ; vel Collegiatis, & dignitates ipſæ in Cathedralibus etiam Metropolitañ; poſt pontificales mayores ſeu Collegiatis Eccleſijs hujuſmodi principales, ſeu talia mixtim fuerint, & ad dignitates, perſonatus, adminiſtrationes, vel officia hujuſmodi conſueverint, qui per electionem aſſumi, eiſque cura immineat animarum, ſi alias canonice conferantur, aut eligantur preſententur, vel alias aſſumantur ad illa, & inſtituantur in eis recipere, & inſimul quoad vixerint retinere, illaque ſimul, vel ſucceſſive, ſimpliciter, vel ex cauſa permutationis quotiens eis placuerit dimitere, & loco dimiſſis, vel dimiſſorum aliud, vel alia ſimile, vel diſſimile, aut ſimilia, vel diſſimilia beneficium, vel beneficia eccleſiaſticum, vel eccleſiaſtica duo dumtaxat curata, ſeu alias invicem incompatibilia ſimiliter recipere, & inſimul etiam quoad vixerint retinere libere, & licite valeant diſpenſandi, ac ſtatutis, & conſuetudinibus, etiam juramento confirmatione apoſtolica, vel quavis firmitate alia roboratis, necnon fundationibus, ac jure patronatus Clericorum, & laicorum mixtim, aut laicorum tantum, etſi laicorum tantum, & illis ex fundatione, vel dotatione competat pro medietate alioquin, vel ſi mixtim in totum derogandi, & Clericos in Affricam in perpetuum, vel ad tempus propter exceſſus, & crimina per eos perpetrata ab Ordinarijs ſuis relegatos ab exilio, & ad patriam revocandi, & cum condemnatis ad exilium, ut ad illud ire non teneantur diſpenſandi, & pennam ex hujuſmodi in aliam pennam etiam pecuniariam commutandi, ac loco nonnullarum parrochialium eccleſiarum quæ in nonnullis locis inſignibus in Preceptorias Militiæ Jeſu Chriſti erectæ fuerant Preceptorijs ipſis in eis ſuppreſſis, & extinctis alias ſimiles Preceptorias in alijs parrochialibus Eccleſijs aliorum locorum de ipſius Regis conſenſu eligendi, & ſurrogandi, necnon quibuſvis Mulieribus honeſtis, ut quæcumque Monaſteria, & domos Monialium quorumcumque etiam obſervantia clauſtralis exempta, & non exempta quomodocumque recluſa cum tribus matronis etiam

 ho-

honeſtis de conſenſu earum quæ dictis Monaſterijs, & domibus prefuerunt dummodo ibidem non pernoctent devotionis cauſa quater in anno ingredi valeant, necnon ſingulis quadrageſimalibus, & alijs anni diebus, & temporibus quibus uſus carnium, butiri, ovorum, & aliorum lacticiniorum, & jure prohibitis butiro, ovis, caſeo, & tempore neceſſitatis, ac de utriuſque Medici conſilio carnibus utendi, vecendi, & fruendi, quodque viſitando unam, vel duas Eccleſias, ſeu unum, vel duo, aut tria, ſeu plura Altaria Civitatum, ſeu locorum in quibus Stationes petentes moram trahere contigeritque duxerint eligenda eiſdem quadrageſimalibus, & alijs anni diebus, & temporibus, quibus Stationes in Urbem, & extra muros ejus celebrantur omnes, & ſingulas indulgentias, & peccatorum remiſſiones quas viſitantes ſingulas dictæ Urbis, & extra eam exiſtentes Eccleſias pro Stationibus hujuſmodi viſitari ſolitas conſequuntur conſequendi, ac intereſſentibus duabus miſſis per te in Eccleſijs coram Rege, ſeu Regina, aut alijs quibuſcumque perſonis ſolemniter celebrandis, ſeu ſaltem illis qui benedictioni per te ſuper populum poſt miſſas hujuſmodi elargiendi interfuerint plenariam indulgentiam relaxandi, & conſequendi, & predictis facultatibus, & gratijs, conceſſionibus, & indultis ergo familiares tuos continuos conmenſales, etiamſi de Regnis, & dominijs predictis non fuerint utendi, ac omnes, & ſingulos quibus gratiam ex indulto hujuſmodi juxta facultatem tibi conceſſam conceſſeris, ſeu erga quos hujuſmodi uteris facultatibus à quibuſcumque excommunicationis, ſuſpenſionis, & interdicti, alijſque eccleſiaſticis ſententijs, cenſuris, & penis à jure, vel ab homine quavis occaſione, vel cauſa latis, quibus, quomodolibet innodati erunt, etſi forſan in illis infra annum inſorduerint, aut pro re judicata excommunicati fuerint ad effectum gratiarum per te eis concedendarum dumtaxat abſolvendi, & abſolutum fore cenſendi, necnon omnia, & ſingula beneficia eccleſiaſtica cum cura, & ſine cura quæ ſinguli predicti etiam ex quibuſvis diſpenſationibus apoſtolicis obtinebunt, & expectabunt, ac in quibus, & ad quæ vis eis quomodolibet competet quæcumque quotcumque, & qualiacumque fuerint, eorumque fructuum, reddituum, & proventuum veros annuos valores, ac hujuſmodi diſpenſationum tenores ſimiliter ad effectuum hujuſmodi gratiarum, & literarum tuarum deſuper conficiendarum validitate pro expreſſis habendi irritum quoque, & inane, ſi ſecus ſuper hijs à quoquam quavis auctoritate ſcienter, vel ignoranter attemptari contigerit decernendi premiſſis, ac quibuſvis literis felicis recordationis Sixti PP. IV. quibus inter alia caveri dicitur expreſſe, quod Nuntij Sedis prædictæ pro tempore deputati, etiam cum poteſtate Legati de latere eorum facultate, tam quoad beneficia conferenda, quam diſpenſationes, & alias gratias per eos concedendas uti non poſſint eis quævis clauſulæ in facultatibus hujuſmodi Nuntij appoſitæ adverſus dictas literas unquam nullatenus ſuffragentur, ac ſimilia noſtra, necnon quibuſcunque ſpecialibus, vel generalibus reſervationibus beneficiorum pro tempore factis, necnon defectibus predictis, ac de unionibus commitendis ad partes, & de ſurrogandis collitigantibus, & de annali poſſeſſore quoad primam partem,

tem , necnon Vienen; Pictavien; Lateran; & generalis Conciliorum constitutionibus , & ordinationibus apostolicis , ac Cancellarie regulis , & Ecclesiarum , Monasteriorum , locorum , & Ordinum quorumcumque , etiam juramento confirmatione apostolica , vel quavis firmitate alia roboratis Statutis , & consuetudinibus , privilegijs quoque , & indultis , ac literis apostolicis per Sedem predictam , & ejus legatos ordinibus , & Monasterijs predictis concessis latissime derogandi , necnon gratijs expectativis quibusvis personis , etiam familiaribus , continuis , commensalibus nostris , vel alijs concessis , & concedendis ut concessis sibi facultatibus , & auctoritatibus uti valeas derogandi , illasque suspendendi quoad vacatura beneficia per te vigore presentium conferenda , ceterisque nequaquam obstantibus contrarijs auctoritate apostolica tenore presentium concedimus facultatem , volumus autem quod illi quibus beneficia reservata , & alia quæcumque quorum fructus , redditus , & proventus viginti quatuor ducatorum auri de Camara secundum extimationem predictam excesserint infra sex menses novam provisionem à Sede Apostolica impetrare , & literas desuper expedire , ac omnia jura Cameræ apostolicæ debita persolvere teneantur alioquin beneficia ipsa eo ipso vacent , & vacare censeantur; Nos enim tibi , ut in literis quas super premissis gratijs per te concedi , & expediri contigerit literas facultatum hujusmodi inseri facere minime tenearis ; quodque tua assertio in omnibus , & per omnia sufficiat perinde , ac si literæ facultatum prædictarum in literis per te expediendis , & concedendis prædictis de verbo ad verbum insertæ forent auctoritate , & tenore predictis de specialis dono gratiæ indulgemus non obstantibus omnibus supradictis. Datum Romæ in Arce Sancti Angeli Anno Incarnationis Dominicæ Millesimo quingentesimo vigesimo septimo , Quarto Idus Julij , Pontificatus nostri Anno quarto.

E apresentada assi a dita Bulla a mym dito Notairo , pelo dito Senhor D. Martinho como dito he , que me requereo da parte de S. Sanctidade , que do trelado della de verbo ad verbum lhe desse ex officio meo hum publico Instromento , a qual Bulla eu Notario treladey neste publico Instromento , o qual trelado vai todo certo , e collarionado , e o publiquei , e em esta publica forma o reduzi ; testemunhas que a esto presentes foraõ Joham Machado Conego na See de Viseu , e Pedro Ribeiro chamados , e rogados. E eu Luis Gonçalves Botafogo Clerigo natural da Cidade Devora , publico per apostolica auctoritate Notario , que a todo fui presente , e este trelado de minha propria maõ escrevi . . . e em elle de meu publico , e consueto final corroborei rogatus , & requisitus. Ludovicus G. B. N. Ap.

Erecçaõ da Igreja do Funchal, em Archiepiscopal, e Primacial, de que eraõ suffraganeos os Bispos de Angra, Cabo-Verde, e S. Thomé, in Collect. Bullar. Lusit. *pag. 99.*

PAULUS PAPA III.

Ad perpetuam rei memoriam.

Num. 49.
An. 1539.

ROmani Pontificis circunspectio provida, nonnunquam per ejus Prædecessores gesta, suadentibus rationabilibus causis, alterat, & immutat, ac desuper disponit, prout Catholicorum Regum vota exposcunt, & locorum, ac personarum qualitatibus pensatis, conspicit in Domino salubriter expedire.

§. 1 Dudum siquidem, postquam felicis recordationis Leo Papa X. Prædecessor noster, procurante claræ memoriæ Emmanuele Portugalliæ, & Algarbiorum Rege, qui tunc in humanis agens, multas Terras, Provincias, & Insulas à Capitibus de Bojador usque ad Indos possidebat, in quibus nullus Episcopus, qui ea, quæ erant jurisdictionis Episcopalis, exerceret, habebatur excepto Vicario pro tempore existente Oppidi de Thomar, nullius diœcesis, qui frater Militiæ JESU Christi Cisterciensis Ordinis existebat, & jurisdictionem Episcopalem inter alia in dictis Terris, Provincijs, & Insulis ex privilegio Apostolico olim sibi concesso habebat: Vicariam ejusdem Oppidi de Thomar de consensu bonæ memoriæ Didaci Pinheyro olim Episcopi Funchalensis, tunc in humanis agentis, ipsius Oppidi Vicarij Apostolicâ auctoritate suppresserat, & extinxerat, ac tunc Parochialem Ecclesiam Sanctæ Mariæ per eundem Emmanuelem Regem in Civitate de Funchal in Insula de Madeyra in mari Oceano sitâ consistente fundatam, in qua unus Vicarius Frater dictæ Militiæ, & nonnulli Beneficiati Presbyteri sæculares Beneficia Ecclesiastica Portiones nuncupata, obtinentes existebant, in Cathedralem Ecclesiam cum Sede Episcopali, & Capitulari mensis, alijsque Cathedralibus insignijs, honoribus, & præeminentijs, ac in ea unum Decanatum, qui inibi, post Pontificalem major pro uno Decano, qui curam Capituli haberet, ac unum Archidiaconatum, pro uno Archidiacono, necnon unam Cantoriam pro uno Cantore, & unam Thesaurariam pro uno Thesaurario, & unam Scholastriam pro uno Scholastico non majores post Pontificalem inibi Dignitates; necnon duodecim Canonicatus, & totidem Præbendas pro duodecim Canonicis, qui cum Decano, Archidiacono, Cantore, Thesaurario, & Scholastico præfatis, Capitulum ipsius Ecclesiæ constitueret, erexerat, & instituerat.

§. 2 Ipsique Ecclesiæ de Funchal omnia, & singula fructus redditus, proventus, & emolumenta, quæ Vicarius de Thomar pro tempore existens ex jurisdictione, & Vicaria suppressa hujusmodi percipiebat; necnon annuos redditus quingentorum Ducatorum auri de Camera

mera ex annuis redditibus ad ipſum Emmanuelem Regem in ipſa Inſula de Madeyra ſpectantibus, de ipſius Emmanuelis Regis conſenſu; necnon pro Dignitatum, ac Canonicatuum, & Præbendarum prædictorum dote, bona aliâs dictis Beneficijs pro illorum dote aſſignata, perpetuò applicaverat, & appropriaverat.

§. 3 Ac Civitatem prædictam pro Civitate; necnon illius diſtrictum, ſeu territorium cum prædicta de Madeyra, ac omnibus alijs Inſulis, Terris, Provincijs, & locis quibuſcunque dicto Vicario ſubjectis, & quæ de jure, privilegio, vel indulto Apoſtolico ſubjici debebant, ac Caſtris, & Villis in dictis Inſulis, Terris, Provincijs, & locis conſiſtentibus pro diœceſis; necnon omnes, & ſingulos Clericos, & quorunvis Ordinum Religioſos pro Clero, incolaſque, & habitatores ipſarum Civitatis, & diœceſis de Funchal pro populo conceſſerat, & aſſignaverat. Ac Jus Patronatus, & præſentandi Romano Pontifici pro tempore exiſtenti perſonam idoneam ad eandem Eccleſiam Funchalenſem, dum illam pro tempore vacare contingeret, præfato Emmanueli, & pro tempore exiſtenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi ad effectum, ut eidem Eccleſiæ de perſona per Regem nominanda hujuſmodi, & non aliâs per eundem Leonem, & ſucceſſores ſuos providere deberet. Ad Dignitates verò, ac Canonicatus, & Præbendas hujuſmodi pro tempore exiſtenti Magiſtro dictæ Militiæ, ad quem Jus Patronatus, ſeu præſentandi ad dicta Beneficia, dum pro tempore vacabant, pertinebat; inſtitutionem autem eidem Epiſcopo Funchalenſi pro tempore exiſtenti perpetuò reſervaverat. Ac eidem Eccleſiæ ſic erectæ, ab ejus primæva erectione hujuſmodi tunc vacanti de perſona præfati Didaci dictâ auctoritate providerat, præficiendo ipſum illi in Epiſcopum, & Paſtorem, Eccleſia Funchalenſis prædicta per obitum præfati Didaci Epiſcopi extra Romanam Curiam vitâ functi Paſtoris ſolatio deſtituta.

§. 4 Cûm chariſſimus in Chriſto Filius noſter Joannes modernus Portugalliæ, & Algarbiorum Rex Illuſtris, præfati Emmanuelis Regis Natus, & ſucceſſor pio affectu, deſideraret in diœceſi Funchalenſi hujuſmodi, in qua populi multitudo, concedente Domino, relictis eorum prophanis ritibus, & erroribus, ad orthodoxæ Fidei cultum converſa fuiſſe dignoſcebantur, divinum cultum ampliari, & animarum ſalutem propagari, aliquas Cathedrales, necnon unam Metropolitanam, cui illæ Metropolitico jure ſubeſſent, Eccleſias erigi; piæ memoriæ Clemens Papa VII. etiam Prædeceſſor noſter, habitâ, ſuper his cum Venerabilibus Fratribus noſtris S. R. E. Cardinalibus, de quorum numero tunc eramus, deliberatione maturâ, ac de illorum concilio Eccleſiam Funchalenſem prædictam per obitum Didaci Epiſcopi hujuſmodi, ut præmititur, vacantem, in Metropolitanam, ac Indiarum, omniumque, & ſingularum pro diœceſi ipſius Eccleſiæ Funchalenſis aſſignatarum, ac cæterarum temporalis ditionis Portugalliæ Inſularum, Provinciarum, & Terrarum Novarum eatenus repertarum, & in futurum reperiendarum, ac Eccleſarum, Civitatum, & Diœceſium in eis pro tempore erigendarum Primatialem, cum Archiepiſcopali, & Primaciali dignitate, præeminentia, juriſdictione, ſuperioritate,

tate, auctoritate, & Crucis delatione, & alijs Metropoliticis, & Primatialibus insignijs, remanentibus in ea Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficijs, & Officijs, cæterisque omnibus, & singulis inibi per dictum Leonem Prædecessorem institutis, & ordinatis, Apostolica auctoritate erexit, & instituit, illiusque Præsulem pro tempore existentem Archiepiscopum, necnon Indiarum, Insularum, Provinciarum, & Terrarum prædictarum, ac Ecclesiarum, Civitatum, & Diœcesium in eis pro tempore erigendarum Primatem constituit, & deputavit.

§. 5 Et insuper in Tertia in illius Oppido, Angria nuncupato, Sancti Salvatoris, sub Sancti Salvatoris; necnon in Sancti Jacobi de Cabo-Verde, in ea parte, quæ Ribeira Grande nuncupatur, Sancti Jacobi sub ejusdem Sancti Jacobi de Cabo-Verde; necnon in Sancti Thomæ Beatæ Mariæ de Gratia sub Sancti Thomæ, & in de Goa nuncupatis, in dicto mari Oceano consistentibus Insulis, quæ inter alia dictæ Ecclesiæ Funchalensi in illius erectione hujusmodi pro ejus diœcesi assignatæ fuerant Sanctæ Catharinæ sub ejusdem Sanctæ Catharinæ de Goa invocationibus Parochiales in Cathedrales Ecclesias cum Sede, & Episcopali, & Capitulari mensis, ac certis Dignitatibus; necnon Canonicatibus, & Præbendis, alijsque Cathedralibus insignijs tunc expressis, & loca, seu Pagos, in quibus ipsæ Parochiales Ecclesiæ consistebant, in Civitates, quæ Sancti Salvatoris, & Sancti Jacobi de Cabo-Verde, ac Sancti Thomæ, & Sanctæ Catharinæ de Goa respective nuncuparentur, similibus consilio, & auctoritate erexit, & instituit.

§. 6 Ac post flumen de Cavagala in Africa prope caput, seu Promontorium Viride, omnes, & singulas reliquas terras, & Provincias, tam in Africa, quâm in Asia, ac prædictas, & alias tunc expressas, illis adjacentes Insulas antea diœcesis Funchalensis, cum omnibus, & singulis illarum Castris, ac Villis, Locis, & Districtibus; necnon Clero, & Populo, personis Ecclesiasticis, Monasterijs, Hospitalibus, & alijs pijs locis, & Beneficijs Ecclesiasticis cum cura, & sine cura sæcularibus, & quorunvis Ordinum Regularibus, ab eadem Ecclesia, seu Archiepiscopali mensa Funchalensi perpetuô dismembravit, & separavit, ipsisque Ecclesijs sic erectis, loca, seu Pagos, sic in Civitates erecta, vel erectos pro earum Civitatibus, ac Insulas, & partes terræ continentis dismembratas hujusmodi pro singularum earundem districtibus, Diœcesibus, & Territorijs, ac omnes, & singulos Clericos, & Religiosos pro Clero, Incolasque, & habitatores illarum Civitatum, & Diœcesium pro populo, respectivê concessit, & assignavit. Necnon eisdem Ecclesijs sic erectis omnia, & singula redditus, & emolumenta Episcopalia, quæ Episcopus Funchalensis ex eisdem Insulis percipiebat, seu percipere poterat, & tam illis, quâm Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis prædictis pro illarum dote alios tunc expressos annuos redditus respectivê perpetuo aplicavit, & appropriavit.

§. 7 Ac diœcesis ipsius Ecclesiæ Funchalensis dictis Insulis, Terris, Provincijs, & Locis, ac jurisdictionibus Vicarij hujusmodi à dicta

cta Ecclesia Funchalensi, ut præmititur, separatis, ipsius diœcesis per totam de Madeira, & de Porto Sancto, has Desertas, & has Salvagines illis adjacentes Insulas; ac eam partem terræ continentis in Africa, quæ à fine diœcesis Zaphiensis usque ad prædictum flumen de Cavagala prope dictum Caput, seu Promontorium Viridi, ac prout à fine dictæ diœcesis Zaphiensis protendebatur; necnon per universas Terras de Brasil, quæ è regione Africæ protendebantur, & vasto maris Oceani tractu dirimebantur, tam Repertas, quâm Reperiendas, ac per illi adjacentes, quæ aliarum Diœcesium ab eadem Ecclesia Funchalensi separatarum hujusmodi non existebant, similiter Repertas, & Reperiendas Insulas, cum omnibus, & singulis illarum, & dictæ partis Africæ, necnon Terrarum de Brasil hujusmodi Castris, Oppidis, Villis, Locis, & Districtibus, necnon Clero, Populo, Ecclesijs, Monasterijs, & alijs pijs locis, ac Beneficijs Ecclesiasticis cum cura, & sine cura sæcularibus, & quorunvis Ordinum Regularibus de simili consilio eadem auctoritate terminavit, & limitavit; ac Insulas, & partem terræ in Africa, necnon Terrarum de Brasil hujusmodi pro ipsius Ecclesiæ Funchalensis diœcesi, ac illorum omnes, & singulos Clericos, & quorunvis Ordinum Religiosos pro Clero, Incolasque, & habitatores pro populo.

§. 8 Ac eidem Ecclesiæ Funchalensi Indias, Insulas, Provincias, & Terras Repertas, & Reperiendas, ac Saucti Salvatoris, Sancti Jacobi de Cabo-Verde, Sancti Thomæ, & Sanctæ Catharinæ de Goa erectas, & alias de novo in illis erigendas Civitates, & Diœceses prædictas pro ejus Archiepiscopali Provincia, ac Primatiâ: necnon ipsarum Sancti Salvatoris, & Sancti Jacobi, ac Sancti Thomæ, & Sanctæ Catharinæ de Goa erectarum, & aliarum in eadem Funchalensi Provincia de novo erigendarum Ecclesiarum Prælatos præfatos pro suis suffraganeis Episcopis: Capitula verò Ecclesiarum, ac Clerum, & Populum Civitatum, & Diœcesium hujusmodi pro suis Provincialibus Clero, & Populo concessit, & assignavit, ac eos quoad omnia Metropolitica, Archiepiscopalia, & Primatialia superioritatem, jurisdictionem, & jura pro tempore existenti Archiepiscopo Funchalensi in prædictis erectis, & aliàs pro tempore in Funchalensi, & ipsius Provincia, seu illius suffraganeorum hujusmodi Diœcesibus, ac illarum Insulis, Terris, & Locis, quæ tunc erant, & aliâs fuerant, erigendas Ecclesias, earumque Prælatos, Officiales, Vicarios, Generales, & spirituales, ac personas, non tamen exemptas; necnon Monasterios, & illorum Capitula, Conventus, & Beneficia Ecclesiastica quæcunque, cujuscunque qualitatis existentia, & illa pro tempore obtinentes, universosque Clerum, & Populum, singularumque Civitatum, & Diœcesium erectarum, & aliarum de novo erigendarum Ecclesiarum hujusmodi omni superioritate, auctoritate, præeminentiâ, jurisdictione, & potestate, quibus alij Archiepiscopi, Episcopi, & Primates infra limites earundem Archiepiscopalium, & Primatiarum de jure, & consuetudine utebantur, potiebantur, & gaudebant, ac uti, potiri, & gaudere poterant, liberè, & licitè uti, potiri, & gaudere debere statuit, & ordinavit, ac decrevit.

§. 9

§. 9 Ac eidem Ecclesiæ Funchalensi sic in Metropolitanam, & Primatialem erectæ loco ab ea dismembratorum fructuum, & redditutuum hujusmodi antiquam quingentorum Ducatorum illi, ut præmititur, factam applicationem, necnon pro Decanatûs, præter illi perpetuô annexorum, & reliquarum quatuor dignitatum hujusmodi, ac Canonicatuum, & Præbendarum, uberiori dote annua alios tunc expressos redditus annuos ad ipsum Joannem Regem tanquam dictæ Militiæ Administratorem in dicta Insula spectantes, & pertinentes, ipsius Joannis Regis Administratoris ad id expresso accedente consensu, respectivê modo, & forma similiter tunc expressis perpetuô applicavit.

§. 10 Necnon eidem Joanni, & pro tempore existenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi, cui Jus Patronatus, & præsentandi personam idoneam ad dictam Ecclesiam Funchalensem, ut præfertur, per Sedem Apostolicam reservatum erat, Jus Patronatus, & præsentandi infra annum propter loci distantiam eidem Clementi Prædecessori, & pro tempore existenti Romano Pontifici personam idoneam ad dictam Funchalensem Ecclesiam, quoties illius vacatio occurrerit, per dictum Clementem Prædecessorem, & pro tempore existentem Romanum Pontificem in ipsius Funchalensis Archiepiscopum, Primatem, & Pastorem, cum dictis Primatiali dignitate, præeminentia, & honore ad præsentationem hujusmodi, & non aliâs præficiendum.

§. 11 Et similiter Jus Patronatus, & præsentandi Archiepiscopo Funchalensi pro tempore existenti, aut illius Vicario in spiritualibus Generali ab eodem Archiepiscopo ad id specialem commissionem habenti, seu uni, vel pluribus personis ad id ab eo pro tempore specialiter deputandis de cætero perpetuis futuris temporibus sæculares duntaxat personas, tam ad majorem, & alias quatuor Dignitates hujusmodi, non majores post Pontificales, quâm ad Canonicatus, & illorum Præbendas prædictos, quoties illos vacare contigerit; necnon ad omnia alia, & singula ipsius Ecclesiæ, Civitatis, & diœcesis Funchalensis Beneficia quæcunque, quotcunque, qualiacunque, ad quæ omnia antea dictæ Militiæ Magister, seu Administrator pro tempore existens Regulares personas præsentare consueverat, quoties illa ex tunc de cætero quibuscunque modis, & ex quorumcunque personis, etiam apud Sedem Apostolicam vacare contingeret, per dictum Archiepiscopum, seu ejus Vicarium, aut personas ab eo deputatas, hujusmodi etiam extra diœcesim Funchalensem prædictam constitutum, seu constitutas ad præsentationem hujusmodi instituendos perpetuô reservavit, & concessit.

§. 12 Ac voluit, & decrevit, quôd Archiepiscopus, & Primas pro tempore existens Crucem per totam suam Provintiam deferre, ipseque, & ejus Vicarius, seu personæ prædictæ etiam extra diœcesem Funchalensem constitutæ præsentationes ipsas admitere, & ad illas instituere possent, perinde ac si in eadem Funchalensi Civitate, & diœcesi constituti essent. Quôdque præsentatus, & institutus pro tempore ad Decanatum hujusmodi infra annum à die illius assecutionis computandum, novam provisionem à Sede Apostolica impetrare, &

jura

jura Cameræ Apostolicæ ratione illius vacationis debita persolvere teneretur, alioquin, lapso dicto anno, factæ de illis præsentationes nullius essent roboris, vel momenti, ipseque Decanatus ex tunc vacare censeretur eo ipso, inter alia similibus consilio, & auctoritate perpetuò statuit, & ordinavit.

§. 13 Et insuper, ut Metropolitanus, ac ipsius, & illi suffraganearum, & aliarum per dictam Provinciam Funchalensem erigendarum Ecclesiarum hujusmodi, ac illarum Civitatum, & Diœcesium tanquam Capitis ad membra una, & eadem esset proportio, voluit quòd singularum Sancti Salvatoris, Sancti Jacobi de Cabo-Verde, ac Sancti Thomæ, & Sanctæ Catharinæ de Goa, ac aliarum in dicta Provincia erigendarum Ecclesiarum, & illarum Civitatum, & Diœcesium Dignitates obtinentes, Canonici, Beneficiati, Ministri, Officiales, & personæ quoad Divinorum celebrationem, ministeria, præcedentias, distributiones, & alia quæcunque Ecclesiæ Metropolitanæ Funchalensi, ac illius Capitulo, & personis se in omnibus, & per omnia conformare deberent, & ad id tam ipsi, quàm illarum Præsules pro tempore existentes per Archiepiscopum Funchalensem pro tempore existentem cogi, & compelli. Necnon pro tempore existenti Archiepiscopo Funchalensi sub Interdicti ingressus Ecclesiæ, ac excommunicationis latæ sententiæ, necnon mille Ducatotum auri Cameræ Apostolicæ applicandorum eo ipso incurrendis pœnis districtiùs præcipiendo mandavit, quatenus eosdem suffraganeos, & illorum Capitula, ac alias personas ad omnia, & singula supradicta in omnibus, & per omnia plenariè observanda compellerent; necnon supradicta, ac omnia, & singula alia, quæ dictæ Militiæ pro tempore existentibus Officialibus, & personis ratione dictæ Militiæ quoad præmissorum effectum quomodolibet incumbent per se, vel alium, seu alios irremissibiliter adimpleri, & cætera omnia, & singula in erectione Ecclesiæ Funchalensis hujusmodi ex Parochiali in Cathedralem Ecclesiam, ut præmititur erectæ per præfatum Leonem Prædecessorem concessa, & disposita, ac in ipsius Leonis, desuper confectis literis contenta penitus, & omnino observari voluit. Decernens ex tunc irritum, & inane quicquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit atentari, prout in literis ipsius Prædecessoris desuper confectis pleniùs continetur.

§. 14 Cûm autem, sicut præfatus Joannes Rex nobis nuper exponi fecit, intentionis suæ non fuerit, ut limites diœcesis Goanensis hujusmodi modo prædicto terminarentur, & ante erectionem ipsius Ecclesiæ Funchalensis in Metropolitanam Jus Patronatus, & præsentandi personas idoneas etiam dictæ Militiæ ad Beneficia prædicta, dum pro tempore vacabant, ad Magistrum ejusdem Militiæ pro tempore existentem, ut præfertur, pertineret; & tam Funchalensis, & aliæ erectæ Cathedrales Ecclesiæ, quàm Beneficia prædicta ex redditibus ipsius Militiæ dotata fuerint, nullaque rationabilis causa subsistat, ut dictarum erectarum, & aliarum in dicta Provincia erigendarum Ecclesiarum, & illarum Civitatum, & Diœcesium Dignitates obtinentes, Canonici, Beneficiati, Ministri, Officiales, & Personæ, quoad Divi-

norum celebrationem, ministeria, præcedentias, distributiones, aut quævis alia, Metropolitanæ Ecclesiæ Funchalensi, ac illius Capitulo, & Personis in omnibus se conformare debeant, & illi, ac illarum Præsules pro tempore existentes ad id per ipsum Archiepiscopum pro tempore existentem cogi possint; præfatus Joannes Rex nobis humiliter supplicari fecit, quatenus super his ad hoc, ut erectiones hujusmodi debitum juxta ejus votum sortiantur effectum, opportunê providere de benignitate Apostolica dignaremur.

§. 15 Nos igitur votis ipsius Joannis Regis, Præclaris ejus de Sede Apostolica exigentibus meritis, quantum cum Deo possumus favorabiliter annuere, ac literarum Clementis Prædecessoris hujusmodi tenores, ac si de verbo ad verbum, nihil penitus omisso, inserti forent, præsentibus pro expressis haberi volentes, hujusmodi supplicationibus inclinati, auctoritate Apostolica tenore præsentium perpetuò statuimus, & ordinamus, quôd limites Diœcesis Goanensis à Capite de Bona Sperança, usque ad Indiam inclusive, & ab India usque ad Chinam, cum omnibus locis tam in terra firma, quâm in Insulis, & Terris Repertis, & Reperiendis, consistentibus, in quibus dictus Joannes Rex, sicut accepimus Fortalitia, & plura Oppida, Castra, & Loca, ubi plures Christiani ad Fidem Orthodoxam conversi, & etiam multi Portugallenses morantur, & degunt, habere dignoscitur, eodem Joanne Rege id volente, & in hoc consentiente, dummodo per hoc aliqua alia Diœcesis non lædatur, incipiant, & terminentur, ac constituti sint, & esse censeantur. Quodque Jus Patronatus, & præsentandi Archiepiscopo pro tempore existenti, ac illius Vicario præfato personam idoneam tam ad majorem, & alias quatuor Dignitates non majores post Pontificalem, quâm ad Canonicatus, & Præbendas prædictos, quoties illorum vacatio occurrerit, necnon ad omnia, & singula alia Funchalensis, & singullarum aliarum erectarum Ecclesiarum prædictarum, illarumque Civitatum, & Diœcesium Beneficia Ecclesiastica, quæcunque, quotcunque, & qualiacunque ad quæ antea dictæ Militiæ, Magister, seu Administrator pro tempore existens præsentare consueverat, quoties illa ex nunc de cætero quibuscunque modis, & ex quorumcunque personis vacare contigerit, per ipsum Archiepiscopum, seu Vicarium, ut præfertur, instituendas, non ad eundem Joannem, & pro tempore existentem Regem, sed ad Magistrum, seu Administratorem præfatæ Militiæ pro tempore existentem pertineat, & reservatum sit, & esse censeatur, ipseque Magister, seu Administrator pro tempore existens ad majorem, & alias Dignitates, necnon Canonicatus, & Præbendas prædictas, ac omnia, & singula alia Funchalensis, & singullarum, aliarum erectarum prædictarum Ecclesiarum Beneficia personas dictæ Militiæ aliâs idoneas, prout prius faciebat, præsentare liberê, & licitê valeat, & presentationes per eum ad illa, etiam de Clericis dictæ Militiæ, ac institutiones in illis ad præsentationem hujusmodi, aliâs ritê, & rectê factæ, validæ, & efficaces existant, & suos effectus sortiri possint, & debeant.

§. 16 Quôdque Sancti Salvatoris, & Sancti Jacobi de Cabo-Verde, ac Sancti Thomæ, & Sanctæ Catharinæ de Goa, & aliarum in dicta

dicta Provincia erigendarum Ecclesiarum Episcopi, sicut cæteri Episcopi suffraganei Regni Portugalliæ suis Metropolitanis astricti existunt, & non aliâs quâm prout de jure, ac illarum Civitatum, & Diœcesium Dignitates obtinentes, Canonici, Beneficiati, Ministri, Officiales, & Personæ pro tempore existentes quoad Divinorum celebrationem ministeria, præcedentias, distributiones, aut alia quæcunque Ecclesiæ Metropolitanæ Funchalensis, & illius Capitulo, & Personis, & aliâs quâm prout de jure se conformare minimè teneantur, nec ad id, aut alia præmissa observanda, seu adimplenda per dictum Archiepiscopum pro tempore existentem cogi, seu compelli, neque propterea suspensionis à Divinis, excommunicationis latæ sententiæ, ac mille Ducatorum prædictis, aut alijs pœnis innodari possint, & debeant.

§. 17 Decernentes sic per quoscunque Judices quavis auctoritate fungentes, sublatâ eis, quavis aliter interpretandi, & judicandi facultate, & auctoritate, judicari, & definiri debere, necnon irritum, & inane quicquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit atentari.

§. 18 Non obstantibus præmissis, ac Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, necnon omnibus illis, quæ præfatus Clemens Prædecessor in dictis suis literis voluit non obstare, & quæ præsentibus pro expressis, & repetitis haberi volumus, cæterisque contrarijs quibuscunque.

Datum Romæ apud S. Marcum, sub annulo Piscatoris die 8. Julij 1539. Pontificatus nostri anno 5.

FIM.